

Multidisciplinary  
Scientific Journal  
Know

**Diretora**

Barbara Alinne F. Assumpção

**Produção Gráfica**

Editora Aluz

**Capa**

Editora Aluz

**Diagramação**

Editora Aluz

**Revisão Técnica**

Karoline Assunção

**Jornalista Grupo Editorial Aluz**

Barbara Alinne F. Assumpção, MTB 0091284/SP

**Bibliotecária Responsável**

Sueli Costa, CRB-8/5213

CARO LEITOR,

Queremos saber sua opinião sobre nossas obras.

Após a leitura, siga-nos no Instagram @revistarcmos e visite-nos no site [www.aluzeditora.com.br](http://www.aluzeditora.com.br)



Copyright © 2022 by Aluz editora

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Aluz

Tv. Dona Paula, 13. Higienópolis.

01239-050 -São Paulo – SP

Telefone: (11) 94170-2995

[www.aluzeditora.com.br](http://www.aluzeditora.com.br)

**Conselho Editorial Multidisciplinary Scientific Journal Know**

**Dr. José Crisólogo de Sales Silva.** São Paulo, Brasil.

**Dr. Jorge Adrihan N. Moraes.** Rio de Janeiro, Brasil.

**Dr. Eduardo Gomes da Silva Filho.** Roraima, Brasil.

**Dra. Ivanise Nazaré Mendes.** Rondônia, Brasil.

**Dr. Ivanildo do Amaral.** Assunção/PY.

**Dr. Luiz Cláudio Gonçalves Júnior.** São Paulo, Brasil.

**Dr. Geisse Martins.** Flórida EUA.

**Dr. Cyro Masci.** São Paulo, Brasil.

**Dr. André Rosalem Signorelli.** Espírito Santo, Brasil.

**Dr. Maurício Diascânio**

**Me. Carlos Alberto S. Júnior.** Ceará, Brasil.

**Me. Michel Alves da Cruz.** São Paulo – Brasil.

**Me. Paulo Maia.** Pará, Brasil.

**Me. Hugo Silva Ferreira.** Minas Gerais, Brasil.

**Me. Walmir Fernandes Pereira.** São Paulo, Brasil.

**REVISORES**

Guilherme Bonfim. São Paulo, Brasil.

Felipe Lazari. São Paulo, Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Multidisciplinary Scientific Journal Know . v. 2, n. 2, ago-dez. 2022 – São Paulo-SP: Editora Aluz, 2022.  
724p.  
FORMATO PDF  
Inclui bibliografia  
ISSN  
DOI 10.51473/rcmos.v2i2  
CDD-378

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Multidisciplinar

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

## Da evasão no contexto da educação a distância: uma revisão sobre o “pré” e o “pós” pandemia em todos os níveis educacionais

*Avoidance in the context of distance education: a review of the “pre” and “post” pandemic  
at all educational levels*

Silvio Cesar Bello Salgado<sup>1</sup>

Fábio Bello Salgado<sup>2</sup>

Submetido em: 25/08/2022

Aprovado em: 25/08/2022

Publicado em: 26/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.347

### Resumo

A Educação a Distância (EAD) se popularizou ao longo das últimas décadas no contexto do Ensino Superior, mas novos dilemas foram trazidos ao ensino não-presencial a partir de sua adoção “emergencial” no contexto da pandemia de Covid-19, trazendo problemas que se estendem a todos os níveis de ensino, como a evasão educacional, fenômeno no qual alunos abandonam o processo educacional. O presente artigo científico busca analisar o fenômeno da evasão educacional nas perspectivas “pré” e “pós” pandemia, dando ênfase para os fatores que geram tal fenômeno a todos os níveis de ensino, bem como na apresentação de possíveis soluções para a problemática. Os resultados revelaram uma série de fatores que proporcionam a evasão no âmbito da EAD, como a escassez de tempo, necessidade de ingresso no mercado de trabalho, dificuldades na interação com tutores, colegas e com as próprias instituições, dificuldades em lidar com tecnologias, dentre inúmeros outros.

**Palavras-chave:** Evasão Educacional; Educação a Distância; Fatores e Soluções.

### Abstract

Distance Education (Distance Education) has become popular over the last decades in the context of Higher Education, but new dilemmas have been brought to non-face-to-face teaching from its “emergency” adoption in the context of the Covid-19 pandemic, bringing problems that extend to all levels of education, such as educational evasion, a phenomenon in which students abandon the educational process. This scientific article seeks to analyze the phenomenon of educational evasion in the perspectives “pre” and “post” pandemic, emphasizing the factors that generate this phenomenon at all levels of education, as well as on the presentation of possible solutions to the issue. The results revealed a series of factors that provide evasion within the SCOPE of THE, such as scarcity of time, need to enter the labor market, difficulties in interacting with tutors, colleagues and with the institutions themselves, difficulties in dealing with technologies, among many others.

**Keywords:** Educational Evasion; Distance Education; Factors and Solutions.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EAD) tornou-se bastante popular a partir do advento e popularização de novas tecnologias, como os dispositivos conectados à internet, sobretudo na Educação Superior, fazendo com que as pessoas pudessem frequentar seus cursos e disciplinas em qualquer lugar, dispensando o vínculo do espaço da sala de aula com o professor. Contudo, com o surgimento da pandemia de Covid-19, criou-se uma situação paradoxal: não apenas os cursos de Educação Superior precisaram adotar um modelo “emergencial” de EAD em função da necessidade de isolamento social, como também os demais níveis educacionais precisam se restringir ao ensino remoto, como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

1

Justamente por se tratar de uma adoção em um momento crítico do EAD, a maioria das instituições e docentes a todos os níveis não estavam plenamente preparados para lidar com os desafios do ensino não-presencial, gerando uma série de obstáculos para a consolidação de um modelo de ensino de qualidade mediado pelas Tecnologias

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay; Mestre em Ciências do Meio Ambiente pela Universidade Veiga de Almeida; Servidor da Carreira do Magistério da SEEDUC/RJ e Professor Convidado da Escola de Gestão e Políticas Públicas da Fundação CEPERJ.

<sup>2</sup> Professor da SME-Rio e da SEEDUC RJ. Licenciado em Língua Portuguesa. Especialista em Gestão Educacional e Educação Especial. Esp. em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa pelo Colégio Pedro II - RJ

da Informação e Comunicação (TICs). Tal realidade também trouxe um desafio para os alunos, tanto no contexto do Ensino Superior como nos demais níveis.

Um problema amplamente observável ao longo da história da educação brasileira, com isso, se agravou: a evasão educacional, a qual pode ser resumida como o “abandono” da instituição por parte do aluno. A evasão já se fazia presente tanto no contexto da Educação Básica quanto no contexto da Educação Superior (quer na modalidade EAD, quer não), mas essa nova configuração de ensino remoto trouxe novos desafios para assegurar a presença e permanência dos alunos em todos os níveis de ensino.

Isso posto, o objetivo geral do presente estudo consiste em uma abordagem acerca da evasão educacional no âmbito da EAD, considerando tanto o momento “pré” pandemia quanto o momento “pós” pandemia onde sua adoção se tornou indispensável. Para proporcionar o alcance do referido objetivo, os objetivos específicos foram demitidos na seguinte disposição:

- Realizar uma abordagem conceitual envolvendo a Educação a Distância (EAD) e a evasão, repercutindo também sobre o momento de adoção obrigatória do ensino não-presencial a partir da pandemia de Covid-19 no Brasil;
- Analisar os fatores que geram a evasão no contexto do EAD, dando ênfase para o ensino superior no “pré” pandemia e para todos os níveis de ensino durante “pós” pandemia;
- Apontar para possíveis soluções para a tentativa de solucionar o problema da evasão no âmbito da EAD.

O problema de pesquisa, isto é, a pergunta que se visa responder com a elaboração do artigo científico, parte da seguinte questão: quais são os fatores que geram a evasão no âmbito da EAD e quais são as possibilidades de amenizar os índices de evasão no ensino não-presencial? Cumpre-se destacar que, para os fins pretendidos pelo presente estudo, o termo “pós pandemia” não se refere ao fim da pandemia em um momento futuro, mas sim ao momento de vigência do contexto pandêmico onde a adoção do ensino remoto se tornou obrigatória.

A justificativa envolve duas acepções básicas: 1) a primeira diz respeito à popularização do EAD ao longo dos últimos anos no Ensino Superior, analisando fatores que motivam a evasão nessa modalidade e as possíveis soluções; 2) já a segunda diz respeito à necessidade de refletir criticamente sobre a obrigatoriedade do EAD no contexto pandêmico, buscando elencar aspectos que podem contribuir para o acesso e a permanência na educação a distância em todos os níveis.

## 2 METODOLOGIA

A Educação a Distância (EAD) vem sendo um objeto de estudo relevante no contexto educacional da contemporaneidade, de modo que diferentes pesquisadores já analisaram os fenômenos relacionados ao ensino não-presencial. Para a elaboração do presente estudo, que aborda a evasão no contexto da EAD no cenário “pré” e “pós”, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, a qual parte da coleta de dados e informações oriundas das contribuições de outros autores sobre o tema. Oliveira (2010) destaca que a pesquisa bibliográfica é aquela em que os resultados podem ser qualificados com base na objetividade de constatações e um diagnóstico real do tema de pesquisa, sendo um tipo de pesquisa subjetiva que envolve o estudo da experiência humana.

Em relação ao recorte temporal dos materiais selecionados para a elaboração do presente estudo, foram selecionadas fontes de pesquisa publicadas exclusivamente entre os anos de 2017 até 2021, permitindo uma exploração envolvendo apenas aspectos recentes da evasão no âmbito do EAD. Ao todo, foram coletados 22 materiais de estudo, dentre os quais 6 foram descartados por não se enquadrarem nos objetivos de pesquisa, totalizando assim 16 fontes consultadas, apresentadas e referenciadas ao longo da apresentação e análise dos resultados obtidos.

## 3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 3.1 Da Educação A Distância: Conceitos e concepções e a adoção “emergencial” de EAD no contexto da Pandemia de Covid-19

De acordo com Silva e Pavão (2019) os processos educativos podem ser classificados a partir das variáveis tempo e espaço, sendo que nos processos de educação presencial professor e aluno encontram-se do tempo e espaço na sala de

aula, enquanto no ensino à distância há a modalidade não presencial da educação, onde professor e aluno são separados no espaço e/ou no tempo. Conforme a Lei n.º 9.934/96 (Lei de Diretrizes e Bases estabelecidas para a Educação Nacional) em seu artigo 1º a educação a distância pode ser definida como

(...) a modalidade educacional onde a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 1996).

Quando se fala em EAD, nesse sentido, estamos falando de uma modalidade educacional que ocorre com a separação do tempo e/ou espaço a partir do intermédio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), envolvendo quase sempre um computador com acesso à internet, permitindo a comunicação e troca de informações entre o professor e seu alunado por plataformas digitais.

Segundo Bueno de Camargo (2021) A EAD ressignificou os processos educativos na totalidade a partir da pandemia de Covid-19, que eclodiu no ano de 2020, tornando o ensino não-presencial como algo obrigatório diante da necessidade de isolamento e distanciamento social, considerando que mesmo antes desse fato “a característica remota das interações dos usuários requer que as instituições desenvolvam formas inovadoras para acompanhar como é o desempenho dos alunos e como eles reagem diante de certas situações a que são expostos” (BUENO DE CAMARGO, p. 2021, p. 13).

O autor supramencionado aponta, entretanto, que embora a EAD parece ser uma inovação a partir do surgimento e popularização da internet e dos dispositivos eletrônicos, ela seguiu uma série de etapas para chegar até o momento: em primeiro momento, foram conferidos os cursos por correspondência, depois os cursos por rádio e televisão (telecursos), passando em sequência para o EAD nas Universidades Abertas e para as teleconferências até o advento da *World Wide Web* e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Cumpre-se destacar que o ensino à distância, embora tenha se tornado amplamente obrigatório com o surgimento da pandemia de Sars-CoV-2, já era bastante popular anteriormente a esse fato. A partir dessa compreensão clara e objetiva sobre a Educação na modalidade não presencial e de suas principais concepções, o capítulo seguinte irá abordar a evasão educacional de modo geral, fornecendo os subsídios teóricos para analisar a questão da evasão no âmbito da EAD.

### 3.2 Notas Sobre A Evasão Na Educação

Silva Filho e Lima Araújo (2017, p. 37) a “evasão e o abandono escolar são um grande problema relacionado à educação brasileira”, já que as metas traçadas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as quais determinam a universalização do ensino fundamental e a “erradicação” do analfabetismo no país ainda não se concretizaram, mesmo com a educação sendo um direito garantido e determinado no artigo 5º, com moradia, trabalho, lazer, entre outros, constituindo-se como um direito social de difícil alcance pleno em âmbito nacional. Para o autor, a evasão consiste no ato de evadir-se, de fugir, abandonar ou desistir de algo, de modo que quando falamos em evasão escolar ou evasão educacional estamos falando do ato de fugir ou abandonar a escola em função da realização de outra atividade.

A evasão é

Uma das fraquezas do sistema educacional brasileiro é uma questão longe de estar resolvida, pois afeta diversos níveis de ensino em instituições públicas e privadas. Tem sido alvo de políticas educacionais confusas que não se sustentam por muito tempo, e isso se faz sentir na falta de identidade do ensino, que necessita ser posto em discussão para que se busquem meios reais de enfrentamento. Faz-se necessária uma mudança que não seja uma simples adaptação passiva, mas que busque encontrar um lugar próprio de construção de algo novo, permitindo a expansão das potencialidades humanas e a emancipação do coletivo, com olhar em todas as direções e dimensões — histórica, cognitiva, social, afetiva e cultural. Fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como escolares, nos quais educadores colaboram a cada dia para o problema se agravar, mediante a utilização de um método didático superado ou de uma prática cristalizada como por inexperiência, acabam por desenvolver o conteúdo descontextualizadamente e sem sentido para o aluno (SILVA FILHO; LIMA DE ARAÚJO, p. 2017, p. 45).

Embora a evasão escolar no âmbito da educação básica seja o fator mais crítico para analisar a questão, autores como Figueiredo e Ribeiro Salles (2017) contemplam que tal fenômeno também pode ser observado no âmbito da Educação Profissional e até mesmo do Ensino Superior. As autoras destacam a existência de múltiplos fatores que podem gerar a evasão, os quais são apresentados abaixo:

**Fatores individuais:** taxas de evasão são mais elevadas entre alunos pouco motivados para a educação ou que realizam atividades profissionais (por exemplo, no caso de alunos que trabalham desde cedo para auxiliar na obtenção de renda familiar), além de outros fatores como absenteísmo, mau comportamento, gravidez, desempenho escolar insatisfatório, dentre outros. Outros fatores poderiam ser citados como individuais, como o vício em drogas e álcool por parte dos alunos, os afastando dos processos educativos de modo geral;

**Fatores contextuais:** a família é o principal fator contextual, envolvendo a condição socioeconômica e o arranjo familiar, não apenas pela necessidade do aluno de se dedicar ao trabalho, mas também por outros elementos, como a falta de apoio dos pais e responsáveis em função da educação. A influência de grupos de amigos que já abandonaram a escola e a educação é outro exemplo de fator contextual que potencializa a evasão no caso brasileiro;

**Fatores escolares:** dentre os fatores escolares podem ser citados o papel do currículo, a relação entre o aluno e a escola/professores e a própria atuação profissional do docente, a qual deveria motivar os alunos em relação ao processo educativo, mas muitas vezes não o faz.

Com base nesses três grupos de fatores acima é possível compreender que a evasão educacional/escolar é um fator complexo, com uma série de razões que acabam afastando o aluno da instituição de ensino. Mas e quando levamos essa complexa equação para o campo da Educação a Distância? Em tese, por se tratar de um modelo educacional mais flexível, ele deveria ser mais atrativo para os alunos na totalidade, mas, na prática, o processo de evasão também é contemplado como um desafio para a consolidação do ensino não-presencial no país. No tópico seguinte serão abordadas as questões que envolvem a evasão escolar especificamente no âmbito do EAD, considerando tanto fatores gerais quanto fatores específicos da consolidação do ensino não-presencial no contexto da pandemia de Covid-19.

### 3.3 Evasão No Contexto Da Educação A Distância nos momentos “pré” e “pós” Pandemia de Covid-19: Causas e Fatores

Como visto, uma série de fatores individuais, contextuais e escolares acabam sendo responsáveis por gerar os índices de evasão escolar ainda elevados no país. Doravante, tais fatores serão analisados sob a perspectiva do EAD. Aorivan Possa et al. (2020) buscaram analisar especificamente a evasão de alunos jovens (dos 15 aos 29 anos) no contexto atual do EAD com as disciplinas presenciais estruturadas em aulas remotas, verificando que o ensino não-presencial não se faz capaz de evitar a incidência da evasão, sobretudo pelo fato de tais alunos possuírem a necessidade de se dedicarem também ao trabalho em um momento socioeconomicamente desfavorável vivenciado pelo país.

Segundo Souza, Pereira e Ranke (2020) as principais causas que geraram evasão escolar durante a pandemia de Covid-19 consistiram em instabilidades familiares, na crise econômica e no ingresso ao mercado de trabalho, sendo a falta de investimento na educação pública e a não concretização de políticas públicas educacionais agravantes para tal fenômeno. Os autores apontam que mesmo com alunos que precisavam ir à escola presencialmente para obter uma refeição, destacando a desigualdade social e econômica no Brasil, os índices de evasão já eram elevados, o que se agrava no contexto pandêmico.

No entanto, é preciso destacar que o aumento da evasão hoje não se deu tão somente no ensino básico: Salvagni, Wojcichoski e Guerin (2020) contemplaram a EAD emergencial adotada no Ensino Superior, revelando que ela fora adotada sem um grande e consistente planejamento, o que também contribuiu para a evasão dos alunos em diferentes cursos superiores.

Defendo aqui um fator social como desmotivante para os alunos em todos os níveis de ensino: tanto na educação básica quanto na educação superior, a convivência com outros alunos pode ser um fator essencial na permanência deles, já que interagem com pessoas com interesses semelhantes. No ensino remoto “emergencial” da pandemia, essa interação deixou de existir, ficando restrita apenas ao ambiente digital.

Em se tratando da educação básica, cumpre-se destacar a difícil missão de analisar a evasão na EAD “pré-Pandemia”, já que geralmente os cursos se davam na modalidade presencial, inclusive no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, é possível analisar a evasão “Pré-Pandemia” no contexto da educação superior EAD, traçando um paralelo com os outros níveis de ensino. Umekawa e Zerbini (2018) realizaram um estudo em escala sobre os fatores

relacionados à evasão em EAD, onde contemplou que aspectos como o desempenho online do tutor e o desenho do curso, tempo disponível, questões familiares, falta de disciplina, desinteresse do aluno, experiências e habilidade envolvendo as tecnologias, dentre outros.

Percebe-se, deste modo, que a questão individual exerce grande influência sobre a evasão escolar no âmbito do ensino não-presencial: se o aluno não consegue motivar a si mesmo, ter disciplina e organização com os estudos e revestir a si de autonomia e independência perante os conteúdos, há maior chance de evasão escolar. No mesmo sentido, o papel desempenhado pelo professor pode ser apontado como igualmente relevante: se o professor não consegue criar aulas dinâmicas e motivar os alunos, gerando assim aulas monótonas e pouco interessantes, ele não irá conseguir cativar o alunado, contribuindo assim para um menor engajamento do mesmo e favorecendo a evasão na EAD.

O tempo é outro fator-chave para aprofundarmos o fenômeno da evasão no ensino não-presencial: ao considerarmos o momento “pré” pandemia, é possível afirmar que os alunos por muitas vezes buscavam na EAD uma forma de conciliar o processo de formação com a realização de atividades laborais. Contudo, se o profissional exerce uma extensa jornada de trabalho, ele poderá apresentar níveis de cansaço e estar mais propenso a evadir-se do curso. Essa perspectiva pode ser aplicada, inclusive, para os jovens que realizam cursos presenciais na modalidade EAD na atualidade, já que, conforme apresentado no tópico anterior, não é incomum que em um país de desigualdades que tais jovens acabam ingressando precocemente no mundo do trabalho para gerar mais renda para si e para suas famílias.

Thiago, Carvalho e Trigueiro (2020) realizaram um estudo sobre os fatores de Evasão na Educação a Distância em um Curso de Bacharelado em Administração, em que foram elencados os seguintes:

- As questões relacionadas ao trabalho são reafirmadas como uma das principais causas de evasão na EAD;
- Os interesses nas disciplinas e atividades remotas contribuem para agravar a evasão;
- O tempo escasso para destinar-se às atividades do curso e disciplinas;
- As condições financeiras para a realização do curso;
- Questões familiares que atrapalham a realização de atividades relacionadas às disciplinas e ao curso;
- Condições tecnológicas impedem a realização das atividades;
- Dificuldades de acesso e contato com tutores a distância;
- Dificuldades de acesso e contato com colegas na modalidade de ensino não-presencial;
- Dificuldades de acesso e contato com a coordenação do curso EAD;
- Mal preparo ou falta de preparo para a realização das atividades não-presenciais;
- Baixo desempenho no curso a partir da falta de motivação para a realização das atividades.

Ora, fatores relacionados à logística, ao tempo, falta de comunicação, dentre inúmeros outros fatores, podem contribuir significativamente para o aumento da evasão no âmbito da EAD. Pedrosa e Nunes (2019, p. 4) destacam que a EAD possui mais “estímulos concorrenciais (filhos, mulher, barulho de televisão e da vizinhança, entre outros) e depende de forma bem mais direta de algumas aptidões do aluno, como capacidade de organização e de concentração para os estudos”. Os fatores para a evasão na modalidade são divididos em fatores internos, fatores relativos ao curso e aos tutores e aos fatores demográficos dos estudantes, na seguinte ordem lógica:

**Fatores Internos:** se referem às percepções individuais do aluno e ao seu *locus* de controle, contemplando dificuldades envolvendo os conteúdos, falta de motivação, pouca persistência, dentre outros;

**Fatores relativos ao curso e aos tutores:** contemplam aspectos como a carga horária e o material didático utilizado no curso e a qualidade de interação entre o aluno e o tutor EAD;

**Fatores Demográficos:** abordam a idade, sexo, estado civil, número de filhos, tipo de trabalho ou profissão e assim por diante.

Em seu estudo de caso, os autores realizaram a seguinte análise:

O aluno de EAD enfrenta uma rotina complexa, difícil e quase sempre solitária, quando a sala de aula e o computador, ou a tecnologia utilizada, se confundem ou se fundem a ele próprio. É possível afirmar que as formas como são apresentados os conteúdos, conciliadas com esse isolamento, bem como com a inesperada, mas real complexidade, sejam relevantes para os indicadores atuais de evasão. O aluno simplesmente desiste é a grande questão é como nos aprofundarmos e conhecermos os principais motivos

para podermos ter políticas institucionais que não só acompanhem esses indicadores, mas que estabeleçam ações que os inibam. Todos ganham com a diminuição da evasão, o aluno, a instituição e a educação na totalidade. Reinventar modelos que apostem preponderantemente na flexibilidade, podem desorientar o aluno e não nos parece esse o caminho mais adequado. São necessários processos que potencializem uma aproximação maior dos alunos com as instituições, onde fica clara a necessidade de se interagir a experiência para geração de novos conhecimentos (PEDROSA; NUNES: 2019, p. 14–15).

Embora a EAD tenha evoluído significativamente com a popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se compararmos o modelo atual com o modelo dos cursos por correspondência ou telecursos, restam assim indagações consistentes sobre a evasão no EAD, as quais já eram objeto de análise no momento “pré” pandemia e se intensificaram a partir do momento “pós” pandemia.

Um estudo realizado pela Semesp (Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo), com informações divulgadas pelo Portal Eletrônico Poder360, contou com uma pesquisa realizada com 53 instituições do Ensino Superior em outubro de 2020, a qual revelou que 608 mil alunos desistiram ou trancaram a matrícula durante o primeiro semestre do referido ano, gerando uma taxa de evasão de 10,1%, com um percentual maior do que o mesmo período no ano de 2019, com uma taxa de evasão de 8,8%, representando um aumento de 29,9% nos índices de evasão no período de 1 ano.

A pesquisa revelou ainda uma taxa maior para os cursos presenciais, os quais tiveram que contar com a adoção da EAD obrigatória a partir do momento de pandemia: enquanto no início do segundo semestre de 2020 a queda de ingressos nos cursos EAD foi de 13,2%, enquanto a queda de ingressos de cursos presenciais foi de 38,2%. Ora, a adoção emergencial da EAD no contexto da pandemia acabou gerando um ambiente de incertezas e inconstâncias no âmbito do Ensino Superior, além do aumento da evasão. Em razão dos próprios motivos que geram a evasão no contexto do EAD apresentados ao longo do presente tópico, é possível afirmar que a indispensabilidade do ensino remoto gera um número significativamente menor de matriculados nos cursos superiores que outrora se davam na modalidade presencial.

Já o levantamento realizado pela Agência Educa Mais Brasil e publicado em março de 2021 contemplou o aumento da evasão escolar no contexto do ensino médio, revelando que jovens entre 15 e 17 anos contemplam 680.000 indivíduos fora da escola ou que não concluíram os estudos (7,1% de todos os sujeitos nessa faixa etária). Assim como no contexto do Ensino Superior, a adoção emergencial do ensino remoto no momento da pandemia também pode ter proporcionado o aumento da evasão aos demais níveis de ensino. Todas essas informações são relevantes para considerar as possibilidades do enfrentamento da evasão no âmbito da EAD, as quais serão apresentadas no tópico seguinte.

### 3.4 O Enfrentamento do problema da Evasão no contexto da EAD: Possíveis Soluções

A partir do reconhecimento das causas e fatores que proporcionam o aumento da Evasão na modalidade educacional de ensino não-presencial, é possível estabelecer possibilidades para amenizar o problema em questão, considerando sempre que, conforme também revelado na pesquisa realizada pelo autor, a evasão a todos os níveis de ensino sempre fora um grave problema a ser enfrentado no contexto histórico da educação brasileira. Cumpre-se destacar que a maioria dos estudos e publicações coletados para a elaboração da presente pesquisa dão mais ênfase aos problemas e fatores relacionados à evasão na EAD do que na elaboração de possíveis soluções para tal fenômeno.

Em seu estudo, Piovesan Soares (2020) analisou a questão da utilização de ferramentas de inteligência artificial para extrair bases de dados, informações e conhecimentos que podem subsidiar o processo da tomada de decisão das instituições de ensino que sofrem com o problema da evasão. A autora aponta que, embora as instituições possam contemplar fatores gerais que gerem o aumento da evasão, a criação de um sistema que informe o percentual de acompanhamento da evasão aos coordenadores, gerando relatórios e informações que tão somente podem ser interpretados por outros seres humanos.

Já Vieira da Rocha e Maciel da Silva (2020, p. 8) destacam que o “importante é encontrar soluções que melhor funcionem de maneira preventiva, como aulas de reforço no decorrer do período” como uma possibilidade a ser explorada no EAD. Para tanto, cabe aos professores o acompanhamento constante dos alunos, identificando necessidades e dificuldades de aprendizagem para vislumbrar as possibilidades de prevenção do EAD.

Kowalski et al. (2020) apontam que as causas e fatores que geram a evasão no âmbito do EAD são o caminho na busca por soluções: se os alunos encontram dificuldades em acessar as plataformas virtuais e ambientes de aprendizagem, por exemplo, aumentar o suporte das instituições de ensino seria uma forma de resolver a questão.

Como visto no tópico anterior, existem muitas causas que geram o fenômeno da evasão no EAD a todos os níveis, como a escassez de tempo, o excesso de jornada de trabalho, a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, dentre inúmeros outros. Essas causas são de mais complexa resolução, já que envolvem as condições socioeconômicas de um Brasil que se encontra constantemente em crise e envolvem um esforço não apenas do setor educacional para proporcionar uma “mudança de chave” sobre esses fatores, mas também a elaboração de políticas públicas que permitam que as pessoas, independentemente de sua faixa de etária ou nível de ensino, tenham não apenas acesso à educação, mas também a permanência necessária para se formarem. Questões envolvendo o consumo de drogas e álcool como fatores de evasão escolar no EAD também só podem se tornar resolutas com a intensificação das políticas públicas, de modo que fora dada maior ênfase no presente estudo aos aspectos que podem ser resolvidos a partir da integração entre professores, instituições e alunos.

Para enfrentar o problema da evasão em EAD no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por exemplo, um contato com a família para proporcionar estímulos para a permanência nas aulas pode ser uma solução. Já no contexto da Educação Superior os aspectos são mais de ordem individual, já que o discente é responsável por si mesmo, tendo uma maior “liberdade” para abandonar o seu curso.

Deste modo, refletir criticamente sobre o problema da evasão escolar e encontrar soluções para o problema implica em um esforço sobretudo da instituição de ensino e dos professores sobre os fatores que geram o aumento do fenômeno no ensino não-presencial. A partir desse diagnóstico é possível traçar um plano de ação que contemple soluções possíveis para o problema, sempre considerando o perfil dos alunos e seus fatores demográficos.

O aluno é igualmente responsável pelo combate à evasão escolar, buscando um aprendizado mais autônomo e independente no contexto da EAD. Se boa parte das desistências, sobretudo no Ensino Superior, decorrem da falta de motivação e organização dos alunos, bem como na falta de atenção em relação aos conteúdos, eles são responsáveis por mudar essa situação. Os docentes e as instituições devem contribuir para tal fim significativamente, criando parâmetros para a participação nas aulas à distância e realizando o acompanhamento constante dos alunos.

A partir da revisão realizada, identifiquei outros fatores que deixaram de ser mencionados por parte dos autores selecionados, como a questão da falta de atenção dos alunos no EAD. É necessário destacar que, no ensino não-presencial, o aluno encontra-se na maior parte de suas vezes em sua casa, contando com as distrações da internet. Sem estímulos adequados, é natural que os alunos acabem se dispersando dos conteúdos, o que irá fazer com que eles fiquem “perdidos”, contribuindo assim para aumentar a possibilidade de incidência da evasão.

Em suma, há inúmeros fatores que concorrem conjuntamente para ocorrer a evasão no contexto do EAD, de modo que a busca por soluções implica em uma análise individualizada dos casos, uma vez que a solução do problema da evasão só pode ser realizada com a percepção adequada das causas e motivos relacionados ao fenômeno.

## CONCLUSÃO

O presente estudo consistiu em uma investigação minuciosa da evasão no âmbito da Educação a Distância (EAD), dando ênfase para os fatores que geram tal fenômeno (tanto no “pré” quanto no “pós” pandemia, a todos os níveis de ensino) e para as possíveis soluções. Como visto, o EAD traz uma série de desafios que recaem tanto sobre o professor, quanto sobre o aluno e a instituição de ensino, sendo a evasão um dos graves problemas tanto observados no contexto da Educação Básica quanto no contexto da Educação Superior.

Em se tratando do Ensino Superior, temos o EAD já consolidado como modelo de ensino não-presencial, permitindo um maior acesso às informações que provocam o fenômeno da evasão educacional. Contudo, para o ensino básico, compreendendo Ensino Fundamental e Médio, o EAD ainda é uma novidade significativamente recente, motivada pela necessidade de isolamento e distanciamento social na pandemia de Covid-19, o que inviabilizou a presença física na sala de aula.

Na atualidade, a EAD não se tornou apenas uma possibilidade de ensino, mas sim uma indispensabilidade pela manutenção da educação e para evitar que os alunos fiquem sem o amparo educacional. A evasão, nesse sentido, é um grande mal no desenvolvimento da educação brasileira, indo em desacordo aos preceitos constitucionais da Educação enquanto um Direito Social de todos os cidadãos e contribuindo para perpetuar um panorama histórico de desprestígio da qualidade da educação.

Ignorar o problema da evasão no EAD atual brasileiro em todos os níveis constituem-se como um agravante de problema, de modo que os pesquisadores da área da educação procuram se concentrar na exploração das causas e fatores que geram esse abandono escolar, presumindo que o reconhecimento desses aspectos proporciona uma busca pelas soluções adequadas. A partir do tópico 3.4 do presente estudo buscou-se demonstrar como ocorre a busca por soluções, envolvendo a cooperação entre a tríade escola / professor / aluno, com todos os agentes envolvidos atuando na medida de suas capacidades para proporcionar o enfrentamento do problema, sempre considerando que a evasão é um problema histórico do Brasil, devendo inicialmente ser amenizado para poder ser combatido com mais afinco. De modo algum se procurou aqui minimizar ou simplificar o problema, já que se trata de um fenômeno complexo e multifatorial, com uma busca por soluções que é igualmente complexa. Certo é que, em um momento onde a Educação a Distância consiste na única forma de proporcionar a continuidade dos ensinamentos e das aprendizagens mediada pela internet, a evasão deve ser combatida em todos os níveis, consolidando a EAD como um modelo válido na garantia pela perseguição de uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EDUCA MAIS BRASIL. **Evasão escolar tem aumento no Ensino Médio**; conheça os motivos (Internet). 4 mar. 2021. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/evasao-escolar-tem-aumento-no-ensino-medio-conheca-os-motivos> Acesso: mai. 2021.

AORIVAN POSSA, A et al. Iniciativas Comportamentais Para Redução Da Evasão Escolar Dos Jovens De 15 A 29 Anos Em Tempos De Pandemia. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 4, 2020. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4784/1884> Acesso: mai. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 De dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso: mai. 2021.

BUENO DE CAMARGO, F.R. **IoT Na EAD: Fatores Na Aceitação Pelos Discentes**. Trabalho Aplicado apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão para a Competitividade, São Paulo, 2021.

FIGUEIREDO, N.G.S; RIBEIRO SALLES, D.M. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.** Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 356–392, abr./jun. 2017.

KOWALSKI, A.R et al. Evasão no Ensino Superior à Distância: Revisão da Literatura em Língua Portuguesa. **EaD em Foco**, v 10(2):e983.2020.

OLIVEIRA, C.L. **Um Apanhado Teórico-Conceitual Sobre A Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas E Características**. Travessias, ed. 4, 2010.

PEDROSA, R.A; NUNES, D. O Desafio Da Evasão Em Cursos Superiores Na Modalidade EaD. **Paidéi@, Rev. Cient. De Ed. a Dist.**, v. 11, n. 20, 2019.



SALVAGNI, J; WOJCICHOSKI, N.S; GUERIN, M. Desafios à implementação do ensino remoto no ensino superior brasileiro em um contexto de pandemia. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 1-12, jul.-dez. 2020.

SILVA FILHO, R.B; LIMA ARAÚJO, R.M.L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35–48, jan.-jun. 2017.

SILVA, Z.G; PAVÃO, A.C.O. Curso de EAD: Impactos na Formação e Prática dos Professores. **Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología** N°23, jun. 2019.

SOUZA, C.M.P; PEREIRA, J.M; RANKE, M.C.J. Reflexos da Pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **RBEC**, Tocantinópolis, v.5, 510844, 2020.

THIAGO, F; CARVALHO, J.C; TRIGUEIRO, F.M.C. Fatores de Evasão na Educação a Distância: um Estudo no Curso de Bacharelado em Administração Pública. **EaD em Foco**, V 10, e980, 2020.

UMEKAWA, E.E.R; ZERBINI, T. Fatores relacionados à evasão em EAD: validação de uma escala. **Cadernos de Educação da UFPel**, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/7779/8567>  
Acesso: mai. 2021.

VIEIRA DA ROCHA, J; MACIEL DA SILVA, C.M. Novas Tecnologias Aplicadas na EAD: um Estudo de Caso Sobre Retenção e Evasão Escolar no Ensino Superior. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, e919, 2020.

## Preparação do pedagogo para o ensino da matemática no ensino Fundamental I *Preparation pedagogues for the teaching of mathematics in elementary school I*

Adão Gomes de Souza<sup>1</sup>

Submetido em: 27/08/2022  
Aprovado em: 27/08/2022  
Publicado em: 29/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.348

### RESUMO

O objetivo foi discutir sobre a preparação do pedagogo para o ensino da matemática no ensino fundamental I. Da pesquisa, acho a pedagogia deve procurar tecer uma os professores que compõem as disciplinas de história, crítica e criatividade são capazes de pensar a própria condição como ser humano; como agente da prática educar, mostrar que pode se ver como educador; que ainda como o corpo principal do autodesenvolvimento, encoraje as habilidades e conhecimentos necessários para ensinar; por fim, ter o compromisso político, ético e técnico para poder intervenções para mudar a qualidade da educação matemática. O tipo de pesquisa é uma revisão de literatura e o objetivo principal desse tipo de pesquisa é expor os atributos de um determinado fenômeno ou enunciado em suas variáveis. Portanto, recomenda-se que apresente as seguintes características: use a análise atmosférica como fonte direta de dados e use os pesquisadores como ferramenta de troca; não interfira no uso de técnicas e métodos estatísticos e tenha um entendimento mais profundo da explicação O método deve ser metodológico e o foco principal, mais do que os resultados ou realizações, a apreciação dos dados deve ser realizada de forma intuitiva e indutiva pelos pesquisadores.

**Palavras-chave:** Pedagogo. Ensino. Matemática. Fundamental I.

### ABSTRACT

The objective was to discuss about the preparation of the pedagogue for the teaching of mathematics in elementary school I. From research, I think pedagogy should seek to weave one the teachers who make up the disciplines of history, criticism and creativity are able to think of their own condition as a human being; as an agent of practice to educate, to show that you can see yourself as an educator; that still as the main body of self-development, encourage the skills and knowledge necessary to teach; finally, have the political, ethical and technical commitment to be able to intervene to change the quality of mathematics education. The type of research is a literature review and the main objective of this type of research is to expose the attributes of a given phenomenon or enunciated in its variables. Therefore, it is recommended that you present the following characteristics: use atmospheric analysis as a direct source of data and use researchers as an exchange tool; do not interfere with the use of statistical techniques and methods and have a deeper understanding of the explanation The method should be methodological and the focus, rather than the results or achievements, the appreciation of the data should be performed intuitively and inductively by the researchers.

**Keywords:** Pedagogue. Teaching. Mathematics. Fundamental I.

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho atual é no cenário da educação, reflexões sobre a dimensão crítica da formação docente, especificamente, tem como foco a formação de educadores e os desafios que enfrentou no ensino de matemática na primeira e segunda etapas do II Ciclo do ensino fundamental (BARBOSA, 2015).

O foco deste estudo foi mostrar a importância da formação em cursos de pedagogia do ensino de matemática, razão por que a relevância acadêmica e social desta pesquisa está na ideia resultados de avaliações nacionais e internacionais, qualidade da educação básica no Brasil destaca índices baixos frequentemente adquiridos durante os estudos na área de conhecimento.

1 Sobre esta questão, a formação de professores tem sido apontada como um dos principais fatores desse resultado (HERMÍNIO, 2019). Atualmente, no Brasil, os professores responsáveis pela formação para ensinar nos primeiros anos são foco em cursos de pedagogia, pesquisas para mostrar que existe um problema para treinar esses professores para ensinar conhecimento matemático.

O estudo começa com a suposição da primeira condição superar essas dificuldades é treinar e praticar considerando o problema e os desafios que os professores enfrentam no dia a dia da escola são recomenda conhecimentos e habilidades desenvolvidas na interação professor-aluno do conhecimento matemático (BARBOSA, 2015).

<sup>1</sup> matebio@hotmail.com

Da pesquisa, a pedagogia deve procurar tecer os professores que compõem as disciplinas de história, crítica e criatividade conseguem pensar a própria condição como ser humano; como agente da prática educar, mostrar que pode se ver como educador; que ainda como o corpo principal do autodesenvolvimento, encoraje as habilidades e conhecimentos necessários para ensinar; por fim, ter o compromisso político, ético e técnico para poder intervenções para mudar a qualidade da educação matemática (BARBOSA, 2015).

O objetivo foi discutir sobre a preparação do pedagogo para o ensino da matemática no ensino fundamental I.

## 2 MÉTODOS

O tipo de pesquisa é uma revisão de literatura e o objetivo principal desse tipo de pesquisa é expor os atributos de um determinado fenômeno ou enunciado em suas variáveis (GIL, 2018). Portanto, deve apresentar as seguintes características: use a análise atmosférica como fonte direta de dados e use os pesquisadores como ferramenta de troca; não interfira no uso de técnicas e métodos estatísticos e tenha um entendimento mais profundo da explicação. O método deve ser metodológico e o foco principal, mais do que os resultados ou realizações, a apreciação dos dados deve ser realizada intuitivamente e indutiva pelos pesquisadores (GIL, 2018).

Durante a fase exploratória, foi realizada uma revisão teórica visando aprofundar os conhecimentos no tema para a segunda fase que foi uma pesquisa descritiva por meio de pesquisa bibliográfica com os objetivos descritos a fim de apresentar de modo mais eficiente o problema, foi também efetuado o levantamento e tratamento de dados. A busca das produções científicas foi realizada durante os anos de 2013 a 2022 e abrangeu artigos de livre acesso escritos na língua portuguesa e publicados na íntegra.

Foram excluídos trabalhos de conclusão de curso, artigos escritos em outro idioma diferente do português, duplicados, pagos ou sem relação com o tema proposto. As buscas das produções científicas ocorreram nas bases de dados Google acadêmico e Scielo. A análise crítica dos artigos selecionados observou criteriosamente seus objetivos, métodos usados, resultados e discussões apresentadas, apresentando assim os resultados desta revisão.

## 3 PREPARAÇÃO DO PEDAGOGO PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA

Educação é algo que alguém familiariza com uma cultura e com o estudo formal. Portanto, a educação é uma atividade cultural moldada temporalmente com uma relação forte e duradoura com as crenças que fazem parte da cultura. Atualmente, a imagem da matemática na comunidade é uma imagem com coisas não humanas. Do ponto de vista das pessoas comuns, a matemática é para o sofrimento e a matemática é uma espécie de tortura mental (BARBOSA, 2015).

A matemática utiliza abordagens para compreender e tomar decisões sobre fenômenos reais, “pode ser usada para motivar os requisitos curriculares e pode destacar a importância e relevância da matemática para responder a questões importantes. Também pode ajudar os alunos a adquirir habilidades transferíveis, como hábitos mentais difundidos em todo o assunto (Bssanezi, 2013). Embora os professores reconheçam o valor de envolver seus alunos na modelagem matemática, poucos tiveram a oportunidade de experimentar a modelagem e muitos professores não têm certeza de como ensiná-la.

O modelo matemático é obtido quando traduzimos os problemas da linguagem de hipóteses para a linguagem simbólica formal, em outras palavras, quando extraímos a essência da situação do problema e transformá-la em matemática sistemática da língua. Na aprendizagem da matemática, a modelagem matemática lida com a modelagem e aplicações no ensino de matemática, caracteriza como a modelagem de um aluno a competência pode ser caracterizada e como as atividades de modelagem e aplicativos podem contribuir para a construção dessas competências (BIEMBENGUT; HEIN, 2014).

2

Na verdade, a matemática está ligada à noção de trabalho de projeto. Dividindo os alunos em pequenos grupos em um tempo específico para discutir um determinado aspecto do tópico ou para trabalhar em um problema específico, cujos tópicos de interesse devem ser escolhidos para serem investigados por meio da matemática, com os professores acompanhantes. No entanto, várias técnicas são sugeridas na literatura sobre formação de professores (HERMÍNIO, 2019).

Por exemplo, um problema situação relacionada aos conceitos de Cálculo Diferencial e Integral. Há muitas pesquisas realizadas tratando do ensino e aprendizagem da matemática em diferentes níveis de ensino. A matemática é

caracterizada como um ambiente de aprendizagem onde os alunos são convidados a questionar ou investigar, por meio da matemática, situações de outras áreas.

Segundo Orey e Rosa (2017), a importância de integração de situações da vida cotidiana e outras áreas do conhecimento na sala de aula, para capacitar os alunos a intervir nesta realidade, é enfatizada neste ambiente. Com a ajuda da matemática, usam-se representações que conseguem explicar e interpretar fenômenos em estudo, que essas representações são chamadas de modelos. Um modelo matemático pode ser entendido como um conjunto de símbolos matemáticos e relações que representam uma situação, um fenômeno real ou um objeto a ser estudado (ROSSO, 2015).

Os modelos matemáticos podem ser expressos por meio de gráficos, tabelas, equações, sistemas de equações. Modelagem (em geral) pode ser definida como objetivos e interesses subjacentes à sua implementação, conduzindo a uma implicação conceitual e curricular (BARBOSA, 2015).

Os alunos envolvidos em tarefas de matemática podem compartilhar seu trabalho de várias maneiras. É importante lembrar que o objetivo do compartilhamento é que os alunos comuniquem seu pensamento matemático claramente, dando sentido tanto à matemática quanto ao contexto (BASSANEZI, 2013).

Os matemáticos têm o hábito de dividir o mundo em duas partes: matemática e tudo mais, às vezes chamado de 'mundo real'. Muitas vezes as pessoas tendem a ver esses dois como independentes um do outro - nada poderia estar mais longe da verdade. Quando se usa a matemática para entender uma situação no mundo real, e talvez a use para agir ou mesmo prever o futuro, tanto a situação real quanto a matemática resultante são levadas a sério (HERMÍNIO, 2019).

Mesmo que a matemática pareça estar mais próxima de um conceito teórico, ela tem várias aplicações, a partir da escola primária. Nas classes superiores, a modelagem matemática pode ser aplicada e desenvolvida até mesmo em problemas de maior aplicabilidade, em muitos outros domínios (OREY, ROSA, 2017).

Os alunos devem estar ligados à realidade quando resolvem qualquer tipo de problema, para pensar sobre o coincidir entre os dados do problema e a realidade, se puderem ser alterados conforme o presente (é questão que os professores devem aceitar). Eles devem resolver mais e mais problemas de matemática que a comunidade pode enfrentar e devem responder com responsabilidade ao dar a solução, provaram que quando os alunos em uma classe padrão / tradicional tiveram que enfrentar problemas de matemática, eles responderam corretamente em um grau inferior do que no caso quando o mesmo problema foi integrado em um contexto realista (ROSSO, 2015).

A matemática é utilizada na compreensão e resolução de problemas da realidade, como uma estratégia de ensino e aprendizagem. Isso permite usar os temas escolhidos, de modo a conhecer os problemas que existem dentro dele e tentar resolvê-los com a ajuda da matemática (BARBOSA, 2015).

A matemática assume uma perspectiva de modelos e modelagem, que afirma que os alunos desenvolvem representações conceituais ou modelos expressos usando a linguagem falada, símbolos escritos, materiais concretos, diagramas, imagens ou outras mídias representacionais (BASSANEZI, 2013).

Quando os alunos recebem problemas não triviais para resolver - aqueles que se relacionam com suas vidas - eles desenvolvem modelos que estão sendo continuamente projetados no mundo externo. Esses modelos recebem significados matemáticos à medida que os alunos os interpretam e refinam para resolver o problema (HERMÍNIO, 2019).

Por exemplo, quando os alunos identificam as quantidades e variáveis em um problema e estabelecem relações entre elas, eles estão usando o conhecimento matemático para dar sentido ao problema. Ao fazer isso, eles estão desenvolvendo um modelo matemático e usando-o como uma ferramenta para pensar.

As expressões de tal matemática incluem a capacidade de os alunos de agregar pontuações; pesar ou classificar dados para tomada de decisão; ou para gerar tabelas, gráficos ou listas para comparar, combinar ou eliminar dados (OREY; ROSA, 2017).

3

Um modelo de solução plausível seria aquele onde os alunos conseguissem obter um design de layout com boa relação custo-benefício e que se ajustasse às dimensões do piso. Os alunos podem ser encorajados a determinar se eles podem otimizar suas soluções através da economia de custos e materiais. Segundo Rosso (2015) como existem várias maneiras de resolver o problema, os professores precisam primeiro familiarizar-se com a tarefa. Isso os ajudará a antecipar os vários projetos de layout (modelos) e orientações possíveis de revestimentos para pisos.

Esta preparação permitirá aos professores não só compreender melhor o raciocínio matemático dos alunos na

resolução do problema, mas também ajudá-los a facilitar a sessão com mais segurança. Quando os alunos estão envolvidos em tarefas de matemática, a interação entre os alunos e o professor produz uma situação de aprendizagem em que ocorre a imersão cognitiva (BARBOSA, 2015).

O PBL contrasta fortemente com a solução de problemas “organizados” encontrados em livros didáticos, onde há maneiras seguras de encontrar a solução, envolvendo números numéricos nítidos. Em um ambiente de PBL, os alunos desenvolvem habilidades de resolução de problemas e hábitos mentais valorizados no currículo de matemática. Devido à natureza da tarefa, que requer que os alunos testem e revisem seus designs para refinar seus modelos, uma alta demanda é colocada em suas capacidades metacognitivas. Situar a modelagem matemática em um ambiente PBL, portanto, promete ser uma excelente plataforma para o desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos (HERMÍNIO, 2019).

Portanto, é imperativo que as pedagogias baseadas em modelos pretendidas para salas de aula de educação STEM sejam mais pesquisadas, a fim de contribuir para uma alfabetização STEM integrada. A educação STEM autêntica deve ser conduzida pelo desenvolvimento da interação entre as disciplinas STEM em paralelo com a manutenção da integridade de cada disciplina. Se essa visão deve ser reforçada, é de extrema importância que a implementação de qualquer atividade educacional autêntica baseada em modelo seja sustentada por estruturas baseadas em evidências e recomendações para a prática de ensino (ROSSO, 2015).

Portanto, é imperativo que as pedagogias baseadas em modelos pretendidas para salas de aula de educação STEM sejam mais pesquisadas, a fim de contribuir para uma alfabetização STEM integrada. A educação STEM autêntica deve ser conduzida pelo desenvolvimento da interação entre as disciplinas STEM em paralelo com a manutenção da integridade de cada disciplina. Se essa visão deve ser reforçada, é de extrema importância que a implementação de qualquer atividade educacional autêntica baseada em modelo seja sustentada por estruturas baseadas em evidências e recomendações para a prática de ensino (BARBOSA, 2015).

### 3.1 ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

A matemática deve idealmente ser integrada ao currículo escolar como parte de uma estratégia nacional coordenada para a educação matemática envolvendo a comunidade em geral. Segundo Salvan (2014) os programas escolares devem permitir que todas as crianças de um país ou jurisdição sejam expostas a este assunto por meio do currículo escolar. A introdução da educação matemática deve ser precedida e baseada em uma avaliação e análise da situação e do nível de educação matemática fornecido por meio dos currículos existentes e do nível atual de alfabetização matemática de crianças e jovens (SILVA, 2015).

Segundo Salvan (2014) o conteúdo da estrutura de aprendizagem pode variar conforme as circunstâncias nacionais, regionais ou locais, a identificação de talentos particulares, necessidades, aspirações e lacunas, a estrutura e os requisitos do sistema educacional e considerações culturais ou religiosas, bem como a abordagem adotada para a introdução da educação matemática nas escolas. A este respeito, em alguns países ou jurisdições, pode ser necessário desenvolver estruturas de aprendizagem sobre educação matemática ao nível regional ou local.

Idealmente, as estruturas de aprendizagem em educação matemática devem abranger conhecimento e compreensão; habilidades e comportamentos; bem como atitudes e valores. Isso também pode incluir habilidades empreendedoras. Em geral, as estruturas de aprendizagem sobre educação matemática nas escolas fornecem alguma orientação para escolas e professores ou para as autoridades locais (SILVA, 2015).

Exigirá também a identificação, no âmbito do quadro de aprendizagem dedicado à educação matemática, de ligações específicas com outras disciplinas e a disponibilização de estudos de caso e exemplos aos professores das turmas relevantes. Segundo Salvan (2014) a educação matemática nas escolas deve começar o mais cedo possível (de preferência no jardim de infância e nas escolas primárias) e durar pelo menos até o final do currículo formal e, na medida do possível, o final do ensino médio. O quadro de aprendizagem terá de ser adaptado à idade / série para desenvolver competências matemáticas sólidas temporalmente dos alunos na escola.

Para ser eficaz, a educação matemática nas escolas deve ser integrada às iniciativas comunitárias mais amplas, nacionais e / ou regionais. Também requer o compromisso e o envolvimento de uma gama potencialmente vasta de

partes interessadas de diversos horizontes: governo, órgãos reguladores, matemáticos, bancos centrais, sistemas de educação, professores, pais, a comunidade e os alunos devem estar envolvidos. Pode ser relevante e apropriado buscar o compromisso de instituições matemáticas privadas, líderes empresariais e especialistas de associações sem fins lucrativos, redes locais e organizações internacionais (BARBOSA; MOURA; BARBOSA, 2014).

O papel de cada parte interessada e o grau de envolvimento variam dependendo das circunstâncias nacionais, sistemas de educação e cultura. No entanto, a definição da responsabilidade e prestação de contas de cada parte interessada no processo deve, preferencialmente, ser estabelecida no início do projeto (SILVA, 2015).

Segundo Salvan (2014) às funções-chave e centrais devem ser desempenhadas por um órgão central de coordenação (geralmente composto por autoridades públicas), com o apoio do sistema de ensino, professores, pais e comunidade, bem como alunos, professores e funcionários da escola; pais e comunidade; alunos: um papel central Devido à sua experiência pedagógica e ao relacionamento próximo com os alunos, os professores devem estar no centro da introdução da educação matemática nas escolas.

Deve haver esforços especiais para envolver os professores em todas as fases do processo, convencê-los da importância da educação matemática para os alunos e para eles próprios, bem como para fornecer-lhes os recursos e a formação necessários para que se sintam confiantes no ensino da educação matemática nas aulas. Os líderes escolares, como diretores de escolas e funcionários executivos, também podem desempenhar um papel fundamental na promoção eficiente da educação matemática entre professores, alunos e seus pais, parentes e a comunidade em geral (SILVA, 2015).

A estrutura também pode fornecer orientação sobre os métodos de ensino mais eficazes no desenvolvimento da educação matemática. Isso pode incluir uma descrição da abordagem geral recomendada, como o uso de exemplos relevantes reais ou aprendizagem baseada em investigação. Segundo Salvan (2014) os métodos de ensino não devem focar exclusivamente no desenvolvimento de conhecimentos, mas devem fornecer contextos envolventes nos quais os alunos possam desenvolver habilidades, atitudes e comportamentos.

Oportunidades para os alunos praticarem suas habilidades e desenvolverem comportamentos em contextos autênticos e envolventes devem ser recomendadas e exemplos fornecidos. Oportunidades de aprendizagem interativas e experienciais são recomendadas (BARBOSA; MOURA; BARBOSA, 2014).

Segundo Salvan (2014), percebeu a necessidade de ‘lançar’ essas lições para todos os grupos do ano, mas com foco em tópicos específicos de relevância para as diferentes faixas etárias. Assim, embora os alunos do 7º ou 8º anos estejam frequentemente interessados em aprender sobre poupança, mesada e telefones celulares, os alunos mais velhos estarão mais motivados a estudar tópicos relevantes para eles quando saírem da escola, como orçamento, despesas com moradia ou seguro.

Importância da educação matemática educação, crianças e jovens que crescem estão atualmente expostos a uma gama crescente de decisões matemáticas, desde atividades do dia a dia, como baixar ou não aplicativos e música online, até decisões de longo prazo sobre frequentar ou não a universidade e pagar mensalidades honorários (SILVA, 2015).

Segundo Salvan (2014), no Reino Unido, por exemplo, equipar os jovens com as habilidades, conhecimento e confiança em questões matemáticas para navegar nessas decisões de vida deve permanecer uma prioridade principal. A educação matemática enquanto um programa planejado de estudo, que equipa os jovens com o conhecimento, as habilidades e a confiança para administrar bem seu dinheiro - pode desempenhar um papel importante e central para alcançar isso.

Para Salvan (2014), o panorama matemático e de consumo em que os jovens crescem mudou drasticamente nos últimos anos, com a mudança tecnológica facilitando seu envolvimento na tomada de decisões matemáticas desde a

5

mais tenra idade e mudando fundamentalmente seu conceito de dinheiro em comparação com as gerações anteriores. As interações de crianças e jovens com o dinheiro continuam a evoluir com essas mudanças, com as decisões matemáticas que eles devem tomar enquanto ainda estão na escola. Isso inclui: Oportunidades de gastar - as crianças recebem um número crescente de oportunidades de gastar grandes quantias, inclusive por meio de contratos telefônicos e cartões de débito (incluindo cartões de débito pré-pagos como Osper e GoHenry a partir de apenas 8 anos). Muitos pais também pagam em uma conta digital, muitas das quais fornecem moedas digitais para jogos ou crédito para lojas online (SILVA, 2015).

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa ensinou sobre a formação de professores como caminhos, processos, percursos pessoais e de carreira; como sendo “Inacabado”, portanto permanente, com a finalidade de formar educadores, sujeitos autônomos, sujeitos capazes e livres para construir e reconstruir continuar a aprender o que eles aprenderam na prática.

Portanto, este trabalho mostra que a formação dos professores não se limita ao que desenvolvem na graduação. Por outro lado, considera-se esta instância para representar exercício para o trabalho docente. Embora o treinamento inicial seja importante, no entanto, em pesquisas os sujeitos expressaram sobre sua formação e análise curricular dos cinco cursos de pedagogia. O foco na pesquisa, no ensino de matemática, a formação de professores é insuficiente, cheia de fraquezas.

Essa dimensão formada na educação e no ensino da matemática no currículo do curso de pesquisa destaca pequenos encargos tempo gasto neste tipo de treinamento, com média de 4,5% do tempo total de treinamento por curso. O método parece ser um aspecto essencial do treinamento não é propício para o conteúdo de ensino dos futuros professores.

De fato, ensinar matemática no contexto das escolas, o desenvolvimento da organização cíclica exige que o programa considere uma perspectiva matemática flexível para fornecer permitir que os professores trabalhem de forma mais autônoma, respeitem o processo de amadurecimento do aluno. É em trabalhos dessa natureza que criado e recriado pelo aprendiz desde o início quando ele se apropria da ideia básica para o estágio de pensamento dedução lógica.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. M. **Educação e tecnologia: um diálogo necessário.** Educação para o mundo do trabalho, ed. 185, ano 16 – ago. 2013.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dacio Guimarães de; BARBOSA, Alexandre Fernandes. Inclusão das tecnologias de informação e comunicação na educação através de projetos. Trabalho apresentado no Congresso Anual de Tecnologia da Informação - CATI, 2014, São Paulo - SP. **Anais** do Congresso Anual de Tecnologia da Informação, 2014. v. 1. p. 1-13.

BARBOSA, J. C. Modelagem na Educação Matemática: Contribuições para o debate teórico. Reunião Anual da APNED, 24, Caxambu. **Anais.** Rio de Janeiro: APNED, 2015.

BASSANEZI, R. C. **Ensino-Aprendizagem com Modelagem Matemática: Uma Nova Estratégia.** 3. ed. 4a reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

BIEMBENGUT, M. S; HEIN, N. **Modelagem Matemática no Ensino.** 5. ed. 4a reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BITTAR, Marilena; GUIMARAES, Sheila Denize; VASCONCELLOS, Monica. A integração da tecnologia na prática do professor que ensina matemática na educação básica: uma proposta de pesquisa ação. **REVEMAT - Revista Eletrônica de Educação Matemática.** V3.8, p.84-94, UFSC. 2018.

GIL, A Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HERMINIO; M. H. G. B. **O processo de escolha dos Temas dos Projetos de Modelagem Matemática.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. UNESP-Rio Claro-SP. 139 f. 2019;

OREY, D. C.; ROSA, M. A dimensão Crítica da Modelagem Matemática: Ensinando para a eficiência Sociocrítica. Congresso Nacional de Modelagem em Educação Matemática, 5., 2017, Ouro Preto. **Anais.** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto. 2017.

PONTE, João Pedro da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: Que desafios? **Revista Ibero-Americana de Educación.** OEI. N. 24, setembro/diciembre, 2015.

6

RIOS, C. M. A. Tecnologias em Educação de Jovens e Adultos: em busca de novas proposições. **Revista da FAEEBA.** Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 23, p. 63-72, jan./jun., 2015.

ROSSO, Ademir José. O erro e o ensino aprendizagem da Matemática na perspectiva do desenvolvimento da autonomia do aluno. **BOLEMA: Boletim de Educação Matemática.** v.23. no 37. p.1011.Rio Claro-SP. 2015;

SALVAN, A. F. M. **Avaliando as dificuldades da aprendizagem em matemática.** 2014. 60 p. Monografia (Especialista em Educação Matemática) - Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC, Criciúma.



SENA, R. M; DARSIE, M. M. P. **Informática educativa e educação matemática:** evolução das concepções de professores a partir de um curso de Capacitação. Grupo de Trabalho GT19: Educação Matemática; Caxambu - MG, 2015.

SILVA, J. A. F. **Refletindo sobre as dificuldades de aprendizagem na matemática:** algumas considerações. 2015. 11 p. Universidade Católica de Brasília-UCB.

SOUZA, Isabel Maria Amorim de; SOUZA, Luciana Virgília Amorim de. O uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem do aluno na escola. **Revista Fórum Identidades.** V.8, UFS. 2014.

XAVIER, Maria Aparecida Alves. A Tecnologia no despertar do interesse pelo aprendizado: Uma visão interacionista. **Revista da ABPp.** n.64, nov. 2016.

## A educação plurilíngue: uma análise das diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação plurilíngue - parecer CNE/CEB Nº: 2/2020

*Plurilingual education: national curricular guidelines for multilingual education - statement CNE/CEB Nº: 2/2020*

Rafael Pereira dos Santos <sup>1</sup>

Rosângela Alves de Araújo <sup>2</sup>

Submetido em: 30/08/2022

Aprovado em: 30/08/2022

Publicado em: 31/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.349

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar e descrever a oferta da educação plurilíngue no Brasil de acordo com o que está preconizado nas diretrizes curriculares nacionais - PARECER CNE/CEB Nº: 2/2020. Tal diretriz curricular nos apresenta a educação plurilíngue dentro da diversidade em que a mesma ocorre, educação indígena, educação de surdos, regiões fronteiriças e o ensino de línguas tendo neste artigo sua relevância discutida junto a conceitos de uma educação para a competência global. Para tanto utilizou-se de uma metodologia descritiva e exploratória com caráter de análise documental. Ao fim deste artigo considerou-se que este parecer se faz necessário em um país de uma diversidade cultural e linguística histórica como o Brasil, apresenta-se como uma política pública com uma orientação mais ao ensino privado do que público revelando as profundas diferenças sociais nesta modalidade de ensino e a necessidade real de formação dos estudantes brasileiros para uma competência global.

**Palavras-chave:** Parecer, Educação Plurilíngue, Competência Global.

### ABSTRACT

This paper aims to analyze and describe plurilingual education in Brazil according to the recommendation of national curriculum guidelines - CNE/CEB Nº: 2/2020. This curriculum guideline presents plurilingual education within the diversity in which it occurs, indigenous education, deaf education, border languages, and language teaching at schools, having in this article its relevance discussed together with concepts of education for global competence. For this purpose, a descriptive and exploratory methodology was used within the analysis of a documentary nature. In the conclusion of this work, considered that this document is necessary for a country with cultural and linguistic diversity such as Brazil; it presents itself as a public policy with an orientation more toward private than public education, revealing deep social differences in this teaching modality and the real need to train Brazilian students for global competence.

*Keywords:* Statement, Plurilingual Education, Global Competence.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação plurilíngue é uma realidade no Brasil, ela advém de contextos diferentes, como a educação indígena, a educação de surdos, situações fronteiriças e/ou o preparo para as exigências do mundo globalizado.

Este trabalho multilíngue ocorre de maneiras diversas, por necessidade de inclusão, revitalização a línguas originárias ou por adesão a currículos internacionais/programas bilíngues escolares, o que gerou a necessidade de regulamentar essa categoria de educação com a criação das diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação plurilíngue - Parecer CNE/CEB n.º: 2/2020.

1 Tal necessidade de inclusão de grupos minoritários no Brasil recai na década de 1990, através do discurso da diversidade, em análogo aos movimentos sociais e políticos de ações afirmativas. Esse discurso se espalhou com a concepção da inclusão social das pessoas com necessidades educativas especiais, preconizado por organizações internacionais que recomendam aos países maior respeito e socialização destes grupos (SANTOS, 2019).

No que tange a educação indígena, o artigo 79 da LDB assegura o apoio ao sistema de ensino a tais povos com a

1 Mestrando em Educação, Universidad de la empresa, Montevideú, Uruguai. E-mail: [fael.santo@hotmail.com](mailto:fael.santo@hotmail.com)

2 Mestranda em Educação, Universidad de la empresa, Montevideú, Uruguai. E-mail: [gata.pintada@hotmail.com](mailto:gata.pintada@hotmail.com)

provisão de educação intercultural às comunidades indígenas, focada no fortalecimento das práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena, a formação contínua de pessoal especializado e currículos e programas específicos que incluam conteúdo culturais correspondente a cada comunidade, além de material didático específico e singular (BRASIL, 1996). Ao nível nacional, uma educação bilíngue indígena tem sua relevância em destaque, uma vez que o último censo demográfico revelou a existência de 897 mil indígenas em 305 etnias, falando 274 línguas (IBGE, 2010).

Já a comunidade surda vem conquistando seu espaço na sociedade nos últimos anos, e o governo tem procurado, ainda que timidamente, desenvolver a inclusão social e educacional, pautado no que estabelece os documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), assumindo o dever moral e o compromisso político de “atribuir a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais, no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as pessoas, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais” (GÓES, 2016, p. 45).

Outro tipo de bilinguismo também expressivo é o que ocorre por movimentos migratórios presentes ao redor do mundo e agora tão real no Brasil diante dos fluxos de migração de famílias não falantes da língua portuguesa, em sua maioria falantes de espanhol e oriundas dos países latino-americanos. Neste contexto, se tem a inclusão de crianças que falam sua língua nativa no ensino regular, o que fazem desses indivíduos, bilíngues em um contexto além do currículo escolar, bilíngues emergentes. Segundo dados do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OB-Migra) de 2019, o Brasil abriga 774 mil imigrantes, em números aproximados, considerando todos os amparos legais (CAVALCANTI et al. apud GUIMARÃES et al., 2020).

Quanto ao ensino de línguas nas escolas regulares na educação brasileira o ensino de língua inglesa, por exemplo, acontece por volta dos onze anos, conforme os pesquisadores François Grosjean e Ping Li (2012) um novo idioma é facilmente adquirido mais cedo na vida do que mais tarde. Quando se trata de tempo, idade, este retardo da aprendizagem de uma língua entrava, mas não impossibilita a aprendizagem, e aumenta as diferenças sociais, posto que para a rede privada de ensino o bilinguismo é apresentado cada vez mais cedo, o que apesar de críticas, não anula que uma educação bilíngue bem executada apresentará benefícios a este indivíduo.

Fato é que o interesse por educação bilíngue perpassa diferentes classes sociais e faixas etárias. Não propiciar oportunidades de educação bilíngue nas redes públicas aprofundará ainda mais as já existentes desigualdades no país (MEC, 2020).

Desta maneira, nos cenários da escola privada ou pública, por adoção de programas ou por necessidade de acolhimento, ou pela inclusão de grupos minoritários, a educação bilíngue acontece das metrópoles até as aldeias deste país, sendo mediada por professores bilíngues da educação básica, impondo a regulamentação dessa diversidade que contempla uma educação plurilíngue, surge assim a proposta das diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação plurilíngue parecer CNE/CEB n.º: 2/2020 a qual será descrita e analisada criticamente face à educação por competência global apresentadas por Veronica Boix Mansilla.e outros autores.

## 2. METODOLOGIA

O presente artigo é um estudo do tipo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, que se caracteriza como uma análise documental de fonte primária, de um documento oficial, neste caso as diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação plurilíngue - parecer CNE/CEB n.º: 2/2020.

Documentos oficiais – constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Podem dizer respeito a atos individuais, ou, ao contrário, atos da vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional. O cuidado do pesquisador diz respeito ao fato de que não exerce controle sobre como os documentos foram criados. Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para torná-lo utilizável (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 161).

## 3. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA SELECIONADA

ÓRGÃO INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica

ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue.

**COMISSÃO:** José Francisco Soares (Presidente), Ivan Cláudio Pereira Siqueira (Relator), Gersem José dos Santos Luciano e Suely Melo de Castro Menezes (membros).

**SITUAÇÃO:** Aprovado em 09/07/2020 (aguardando homologação)

A promoção da educação sob a perspectiva das políticas públicas de uma nação, antes de qualquer conceito, é um compromisso social democrático de seus governos para com a sociedade. A partir da necessidade de uma educação linguística plural e do surgimento de instituições de ensino bilíngue, o Conselho Nacional de Educação recebeu solicitações de normatização e problematizou experiências privadas e públicas, em todos os níveis de ensino. Assim, por meio da Portaria de n.º 8, de 15 de outubro de 2019, constituiu-se uma Comissão com objetivo de analisar, propor e normatizar as Escolas bilíngues e internacionais do Brasil, para tanto, foi elaborado o Parecer CNE/CEB n.º 2/2020, que tem como principal objetivo promover a oferta de educação plurilíngue a toda instituição educativa a partir da educação básica, que contemple todas as comunidades no país e as que aqui chegam por imigração ou qualquer outra origem, quer seja para escolas já habilitadas, e para as que ainda não são, fornecer os recursos necessários à sua implementação. A Política em referência propõe desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa em prol de uma educação bilíngue e intercultural, assim como políticas educacionais de reconhecimento e valorização da diversidade cultural e linguística de todas as comunidades, preservação das suas identidades étnicas, bem como resgatar suas identidades históricas.

A sugestão de elaboração e/ou melhorias por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas à Educação Plurilíngue é resultante do esforço conjunto de estudiosos, especialistas, instituições de ensino público e privado, de educação básica e representantes de todas as populações interessadas, objetivando regulamentar e promover seus direitos fundamentais. Algumas dessas *diretrizes*, fazem menção: a) *Ao processo de implantação e/ou implementação*: esse é o primeiro desafio que visa criar ou incrementar a metodologia da escola conforme as necessidades que forem surgindo; b) *A qualificação dos profissionais*: através da formação continuada, ainda é escasso o quantitativo de profissionais habilitados para atuar em sala de aula; e c) *A criação de uma cultura bilíngue*: não basta criar conteúdo nem metodologias. Faz-se necessário promover uma vivência cultural efetiva e contínua com a comunidade escolar.

Entre tantas dificuldades enfrentadas na execução das políticas públicas educacionais, vale destacar a falta de formação continuada para os profissionais educadores, a falta de recursos tecnológicos e equipamentos digitais e principalmente das constantes alterações dessas políticas educacionais contrárias aos interesses da gestão administrativa do momento. Partindo desse princípio, o Plano Nacional de Educação traz sugestões aos governos sobre medidas estratégicas para a solução de problemas educativos, bem como a provisão e distribuição de fundos, assim como coordenar e fiscalizar a sua execução efetivamente extensa a todo o território nacional.

A história do plurilinguismo no Brasil tem sua origem desde seu descobrimento, após dois séculos da sua colonização, a partir da convivência com diferentes línguas, quando o ensino da língua portuguesa foi oficial da república e dos povos indígenas, dos imigrantes em situação de refugiados e das comunidades surdas. Conforme o texto do referido Parecer, apesar das línguas já existentes no Brasil, diversas comunidades imigrantes também trouxeram suas línguas e culturas plurilinguísticas, a exemplo das africanas, europeias e asiáticas, o que não difere da categorização dessa diversidade linguística: a língua nativa portuguesa, as línguas de migração, ou línguas de fronteira, línguas africanas e duas línguas de sinais de comunidades surdas.

Mesmo com todo o empenho conjunto dos representantes dessas populações, ainda há muito o que ser feito.

3

Todo o esforço em prol da conclusão das diretrizes específicas para as populações surdas e tudo o que no referido documento está disposto, contemplará as escolas bilíngues para os surdos. Dessa forma, a língua das comunidades surdas também foi reconhecida como patrimônio nacional imaterial que deve ser preservado.

Estudos apontam o plurilinguismo como um grande paradigma sobretudo nas escolas públicas, visto que entre os refugiados pode haver pessoas surdas, que fazem jus aos mesmos direitos relativos aos princípios da educação bilíngue.

A promoção da educação bilíngue/plurilíngue em escolas públicas ocorre quando sua oferta é incluída na grade curricular da escola, em dois idiomas: a língua materna e uma língua adicional adotada pela instituição como universal, a exemplo a língua inglesa. Esta ação incide diretamente sobre diversos fatores de ordem sociais, em razão de peculiaridades

ridades históricas através das quais a interculturalidade requer ações de respaldo legal constituído, quer sejam da ordem regional, nacional ou internacional.

Os dados constantes neste Parecer, apontam que a realidade plurilinguística aqui abordada – línguas de comunidades indígenas, crioulas e afro-brasileiras, surdas e imigrantes - representa um grande paradigma sobretudo às escolas públicas, visto que é crescente a percepção internacional do papel estratégico das línguas enquanto instrumentos de cultura e de conhecimento do mundo, assim como dos benefícios da realidade plurilinguística.

Dada a ausência de orientações nacionais, urge a efetivação de uma política pública que atenda às necessidades de uma educação plurilíngue envolvendo a língua portuguesa e línguas adicionais devem começar a partir da educação básica, assim o estudante obterá maior qualidade em sua proficiência ao invés de ter apenas uma disciplina específica em língua estrangeira.

O Brasil, o maior país da América Latina, em sua vasta extensão territorial, fazendo fronteira com diversos países, compartilha experiências em culturas, educação e idiomas. Dada a necessidade de uma educação plurilíngue, conforme o texto deste Parecer, a exposição a outras culturas e linguagens distintas remete ao indivíduo uma melhor compreensão da sua própria língua e possivelmente o alcance da cidadania requerida para o século XXI.

É decorrente desse contexto histórico-geográfico, que surge a necessidade de recompor o Plano Nacional de Educação através da construção de uma política pública efetiva que possibilite uma educação plurilíngue envolvendo a língua portuguesa com as demais línguas adicionais iniciadas ainda na educação básica, que se estabeleça ao nível nacional: conceitos, valores, princípios e orientação pedagógica adequada, seja em escolas ou programas bilíngues/plurilíngues, por uma educação equânime e abrangente, que seja instrumento de enriquecimento cultural e de valorização da diversidade linguística como um patrimônio nacional.

#### 4. ANÁLISE CRÍTICA E REFLEXIVA

Para analisar e refletir criticamente este parecer, dividiremos seus tópicos nas variedades de contexto bilíngues apresentadas na composição desta política, sendo elas, a educação indígena, educação de surdos, educação em regiões fronteiriças e Bilinguismo/ Plurilinguismo.

##### 4.1 A educação indígena, educação de surdos e regiões fronteiriças

Essas três variedades de educação historicamente convergem para questões de uma educação para a diversidade, interculturalidade e pôr fim à inclusão. A inclusão educacional e social pressupõe uma educação de qualidade para todos, sem exceção. Não importa se a pessoa é deficiente ou não, ela tem direito a uma formação e qualificação igual às demais pessoas (MATOS, 2016). Por isso, deve ser pensada a partir de uma sociedade heterogênea e, assim, permitir que apareçam as diferenças (MONTANO, 2017).

A inclusão desses três tipos de educação e sua relação com as línguas reflete a heterogeneidade do Brasil e a luta das minorias face a questões de domínio linguístico. Não apenas por questões linguísticas, mas as próprias especificidades do Brasil sempre se refletem em seu hibridismo cultural resultantes de diferentes interesses, colonialismo, o sincretismo, reconstrução identitária e a aculturação (PAULA, 2013). Assim sendo, este parecer politicamente valoriza a comunidade indígena, surda e fronteiriça, uma vez que como minorias linguísticas são incorporados ao todo deste documento configurando a diversidade dele.

4

O fato é que não se pode falar em uma diretriz para a educação plurilíngue no Brasil sem se falar de diversidade, pois é justamente nesse contexto que tal educação acontece. Sendo assim, qual é a importância e relação dessas diretrizes curriculares para a escola e seus estudantes? A verdade é que a escola sempre esteve muito mais inclinada a padronização e homogeneização do que a pluralidade e diferença (PAULA, 2013), contudo é na demanda de um mundo globalizado e na execução de uma educação para a competência global a qual se define como: a capacidade e disposição de entender e agir em questões de importância global que, considerar o índio, o surdo e migrante dentro deste parecer público é imprescindível para Boix Mansilla, e Jackson (2011),

Preparar nossos jovens para participar com sucesso em um mundo de crescente diversidade social, cultural, étnica, linguística e religiosa exigirá ensiná-los sobre as qualidades – história, idiomas, geografia e contribuições culturais – dos povos de todo o mundo. Requer convidá-los a revisitar as qualidades e contribuições de sua própria nação de uma forma que capture suas múltiplas relações com outras sociedades (BOIX MANSILLA; JACKSON, 2011, p.4, tradução nossa).<sup>3</sup>

Logo, esta diretriz quando se comunica com os diferentes tipos de educação plurilíngue (educação indígena, educação de surdos e regiões fronteiriças) em uma perspectiva da diversidade favorece a construção de uma política integrada e democrática com a harmonização de questões de igualdade e identidade em sua escrita (PAULA, 2013). Por certo, terá sua aplicabilidade na escola contemporânea a qual trata com as diferenças e a complexidade todos os dias, onde indivíduos indígenas, surdo, migrante ou nativo interagem e coexistem em uma cultura múltipla e aprender a administrar essa complexidade valorizando todas as diferenças é o sucesso para uma educação global (BOIX MANSILLA; JACKSON, 2011). Em suma, tal diretriz, além de todas as questões de educação e diversidade apresentada, regulamenta o ensino de línguas oferecido nas distintas conjunturas.

## 4.2 Bilinguismo e Plurilinguismo

No que diz respeito à educação bilíngue ou plurilíngue, as diretrizes relacionam-se pontualmente com questões mercadológicas, com o currículo para competências globais e a exclusão social.

Questões mercadológicas se referem a escolas bilíngues/plurilíngue que trabalham com o ensino de línguas para o mundo globalizado, tais como inglês, espanhol, entre outras e que apresentam em seus currículos uma carga horária de línguas significativa. Tais escolas podem ser consideradas bilíngues por sua estrutura curricular, ou apresentarem cargas estendidas, ou simplesmente são de origem internacional, contudo todas as vertentes estão sob a legislação educativa brasileira.

Posto tais diferenças, as diretrizes curriculares buscam equilibrar as diferenças na oferta desse tipo de educação, regulamentando o mercado onde se nota o número crescente de escolas de franquias bilíngues surgindo no Brasil. “Um levantamento da Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (Abebi) mostra que, desde 2014, o mercado cresceu 10% e movimentou 250 milhões de reais atualmente” (VEJA, 2019).

As diretrizes impactarão na adaptação dos currículos, por conta disso este parecer apresenta em seu corpo requisitos importantes não apenas de regulamentação da instituição bilíngue, mas do profissional que realiza esta educação. Todos os requisitos apresentados no fundo, visam preparar e ajustar o docente a um nível de igualdade e qualidade, as exigências quanto aos cursos de capacitação, a formação necessária e provas de proficiências são a base comum de adequação deste novo professor bilíngue. É fato que tais adequações apesar de necessárias não são garantias de uma educação bilíngue de qualidade, de acordo com Boix Mansilla, e Jackson (2011), a manutenção da interculturalidade não cabe apenas a um professor, mas sim a um currículo interdisciplinar que comunica com os diversos públicos.

Ademais, existem dois mundos quando falamos de educação bilíngue, um relacionado a classes capazes de pagar por esse ensino, uma parcela relativamente pequena de alta renda, onde o indivíduo terá contato com a língua e sua cultura, inclusive em seus anos iniciais, sejam pela aplicação de um currículo bilíngue ou por algum programa implantado. De acordo com Antonieta Megale (2019) essa é a educação bilíngue das elites que vislumbram inclusive estudos posteriores fora do Brasil. Em oposição, às redes de ensino público, as quais atingem a maior parcela da população sem o ensino de línguas para os anos iniciais e a partir do quinto ano com horas reduzidas, o que dificilmente conforme as diretrizes caracteriza uma educação bilíngue. Em outras palavras, apesar das diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação plurilíngue configurar uma política pública e incorporar particularidades (educação indígena, surdos e fronteiriças) quando falamos do ensino bilíngue português/inglês ainda há traços de exclusão social, o ensino público

<sup>3</sup> Preparing our youth to participate successfully in a world of increasing social, cultural, ethnic, linguistic, and religious diversity will require teaching them about the qualities—the history, languages, geography, and cultural contributions—of peoples the world over. It requires inviting them to revisit their own nation’s qualities and contributions in a way that captures its multiple relations with other societies

bilíngue português/inglês citados na mesma são exemplos isolados que não representam a realidade da imensa rede de ensino pública brasileira.

Em síntese, podemos analisar criticamente que o parecer ainda que apresente questões muito específicas de formação e nomenclatura sobre o que é uma escola bilíngue, tende a um viés mais da educação privada do que pública, o que não o desacredita, afinal não omite em sua redação a pluralidade da educação brasileira, a trajetória das minorias e a relevância de uma educação bilíngue mais afinada com um currículo de uma educação para competências globais. As diretrizes são democráticas, ao passo que regulamentam esse tipo de educação que já é executada há anos no Brasil e que até então não se podia julgar sua eficiência e eficácia.

Assim, em um mundo complexo de constante transformação onde oferecer uma educação básica ou mínima já não é o suficiente para acompanhar a evolução social é que, independentemente do que já tenha sido feito no passado, essa diretriz centra o Brasil em um panorama global, reconhecendo e o apresentando como um país com uma educação plurilíngue.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão de literatura específica sobre a educação bilíngue/plurilíngue, pode se dizer que ela ocorre quando sua oferta é incluída na grade curricular das escolas, em dois idiomas: a língua materna e uma língua adicional adotada pela instituição como universal, a exemplo a língua inglesa. A história do plurilinguismo no Brasil se deu a partir da sua colonização, quando além das línguas nativas oficiais portuguesa e indígena, diversas comunidades imigrantes aqui aportaram trazendo línguas e culturas diversas.

Partindo desse pressuposto, este estudo trouxe uma abordagem sobre a importância de criar diretrizes curriculares nacionais para a implementação de uma política pública educativa, cujo objetivo é a oferta de educação plurilíngue a toda instituição educativa a partir da educação básica, que contemple todos os grupos minoritários (indígenas, imigrantes, fronteiriços e comunidades surdas), por currículos específicos e metodologias compatíveis com as necessidades educativas especiais sob a perspectiva da inclusão social. Estudos comprovam que oferecer esse tipo de ensino nas fases iniciais do desenvolvimento na escola pública, é de grande relevância, visto que, na escola privada, a educação bilíngue acontece mais cedo, o que favorece maior nível de aprendizagem, maior qualidade em proficiência e maior vivência intercultural, no que difere da escola pública cujo atraso aumenta a desigualdade no aprendizado.

Nesta abordagem, foi feita uma breve análise crítica e reflexiva dos três tipos de educação que refletem a heterogeneidade linguística brasileira - educação indígena, a educação dos surdos e de regiões fronteiriças – que caracteriza a educação plurilíngue, como uma demanda de competência global, e quanto melhor houver planejamento e estruturação, melhores serão os resultados. Com relação ao bilinguismo e o plurilinguismo, de acordo com dados do referido texto, o número de escolas bilíngues vem aumentando, e a necessidade de aprender outras línguas fez crescer a procura, mas por questões pontuais de ordem mercadológica a oferta ainda não é acessível a todos os grupos minoritários. Apesar das diretrizes curriculares propostas no parecer configurarem uma política pública e incorporar peculiaridades, ainda há traços de exclusão social, visto que o ensino público (português/inglês) ainda não corresponde à realidade da imensa rede pública brasileira.

Do ponto de vista dos referidos autores, a política em referência propõe desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa em prol de uma educação bilíngue e intercultural, assim como políticas educacionais de reconhecimento e valorização da diversidade cultural e linguística, a preservação das suas identidades étnicas, resgatar suas identidades históricas e regulamentação dos seus direitos.

6

Por fim, a oferta de uma educação plurilíngue parte da necessidade crescente de construir um projeto pedagógico capaz de atender às demandas da diversidade linguística, o que se constitui como um grande desafio ao sistema educacional, visto que, não se limita apenas à promoção de acesso, bem como ofertar um serviço de qualidade. Para alcançar tal finalidade, é imprescindível que o poder público tenha interesse em investir na implementação de políticas públicas eficazes.

Sem intenção de desviar do foco em destaque, este artigo foi desenvolvido com o intuito de levantar questões norteadoras. Não é definitivo e nem se encerra o assunto, até porque o tema é amplo, e possui vários desdobramentos, mas desperta uma reflexão acerca da importância de procurar estratégias de inclusão educacional dos grupos minoritários como também do aperfeiçoamento dos docentes que atuam nessa modalidade de ensino. Portanto, este estudo representa uma modesta oferta, que visa contribuir para futuras pesquisas acerca do tema.

## REFERÊNCIAS

- BOIX MANSILLA, V., JACKSON, A. **Educating for global competence: Preparing our youth to engage the world.** Washington, DC: Asia Society, 2011.
- BRASIL. Interessado CNE/Câmara da Educação Básica - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue.** Brasília: MEC, 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
- FALTA de regulamentação da educação bilíngue confunde escolas brasileiras. **Revista Educação**, 18 de mar. 2019. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2019/03/18/educacao-bilingue-lei/> . Acesso em: 01 de ago.2022.
- GÓES, M. C. R. de. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas/SP: Autores Associados, 2016.
- GROSJEAN, F. Bilingualism: A short introduction. In F. Grosjean & P. Li (Eds.), *The psycholinguistics of bilingualism* (pp. 5–25). **Hoboken, NJ:** John Wiley & Sons, 2012. <https://www.wiley.com/en-us/The+Psycholinguistics+of+Bilingualism-p-9781444332797>
- GUIMARÃES, T. F. et al. Práticas Translíngues como recurso no acolhimento de migrantes venezuelanos em sala de aula de língua portuguesa. **Revista X**, v. 15, 7, p. 83-102, 2020.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão, diferença e deficiência:** sentidos, deslocamentos, proposições. *Ibict*, v.10, n.2, 2017.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.
- MATOS, N. Inclusão e adaptação de pessoas com deficiências (PCD) no setor público. **XII Congresso Nacional de Excelência e Gestão.** INOVARSE, 29 e 30 de novembro de 2016.
- MEGALE, A. Bilinguismo e Educação Bilíngue. **Educação Bilíngue no Brasil.** São Paulo: Fundação Santillana, 2019.
- PAULA, C. R. **Educar para a diversidade:** entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- SANTOS, E.P. **O processo de inclusão da criança com surdez no ensino regular:** estudo de caso. Dissertação, 115 f. Portugal: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração Instituto de Educação, 2019.

## Um breve estudo histórico cultural: conquistas e desafios das pessoas com deficiência *A brief cultural historical study: achievements and challenges of people with disabilities*

MICHELLE OLIVEIRA CORREIA

ID Lattes: 4333573406371058,

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4126-7214>

E-mail: michelle1correia@gmail.com

Submetido em: 05/09/2022

Aprovado em: 06/09/2022

Publicado em: 06/09/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.350

### RESUMO

ESSE ARTIGO UTILIZOU PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL COM BASE NA LEGISLAÇÃO PARA ANALISAR O HISTÓRICO CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DESTACANDO SUAS CONQUISTAS E DESAFIOS. AO LONGO DO TEXTO FOI DISCUTIDO O CONTEXTO HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, BEM COMO A CAPACIDADE CIVIL E OS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

**PALAVRAS-CHAVE:** PESSOA COM DEFICIÊNCIA; DIREITOS HUMANOS; CAPACIDADE CIVIL.

### ABSTRACT

THIS ARTICLE USED BIBLIOGRAPHIC AND DOCUMENTARY RESEARCH BASED ON LEGISLATION TO ANALYZE THE CULTURAL HISTORY OF PEOPLE WITH DISABILITIES, HIGHLIGHTING THEIR ACHIEVEMENTS AND CHALLENGES. THROUGHOUT THE TEXT, THE HISTORICAL CONTEXT OF THE DISABLED PERSON WAS DISCUSSED, AS WELL AS THE CIVIL CAPACITY AND HUMAN RIGHTS OF THE DISABLED PERSON

**KEYWORDS:** DISABLED PERSON; HUMAN RIGHTS; CIVILIAN CAPACITY.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos há registros de pessoas com necessidades especiais. A ideia cultural de invalidez, impotência e dependência, das pessoas com dificuldades motoras atravessam culturas, sociedades, grupos socioculturais, religiões e práticas sociais. A quebra da expectativa dos pais com o nascimento de filhos acometidos por algum tipo de problema motor, a aquisição de alguma sequela advinda de doenças ou acidentes, certamente são eventos de difícil enfrentamento e já foram vivenciados em muitas culturas de formas atípicas (GUGEL, 2011).

De acordo com Koyama (2017) as pessoas com deficiência física sempre enfrentaram diversas situações, questões de exclusão e segregação perante a sociedade, no período da Grécia antiga isso era especialmente retratado pela cidade-estado de Esparta, visto que crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram consideradas inúteis àquela sociedade e atiradas a um abismo. Neste artigo refletiremos sobre o que é utilidade e inutilidade social, o estigma do Ser diferente na sociedade e os direitos sociais.

A vida em sociedade só é aceitável porque as pessoas usam a mesma linguagem, são julgadas por determinadas leis comuns, além de possuir uma história e alguns costumes em comuns que fazem com que se sintam pertencentes a um grupo social. O importante é perceber o que é de cada um, o comum e o que é compartilhado por todos – o individual não está separado. Pelo contrário, é nesse processo que se formam as relações que se constituem conforme as reações perante àquelas situações que se enfrenta no cotidiano.

1

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Koyama (2017) diz que ao longo da história as pessoas com deficiência sempre travaram uma grande luta pela vida e para conquistar seu espaço na sociedade, já que a cultura imposta pela sociedade às pessoas sempre as marginalizou e agiu de maneira excludente com essas pessoas.

O Egito Antigo, de acordo com Clemente (2015, p. 34), era conhecido como a “Terra dos Cegos porque seu povo era constantemente acometido de infecções nos olhos, resultantes de cegueira”. Por outro lado, há registros históricos de que em locais da Grécia antiga e Esparta, crianças com deformidades eram abandonadas nas florestas ou atiradas de desfiladeiros.

As leis romanas da Antiguidade não protegiam as pessoas com deficiência, ao contrário, legitimam os pais a matarem suas crianças, através da prática do afogamento, abandonados em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados, sendo alguns expostos e usados como entretenimento nos circos. Estudos realizados por Lourenzetto (2006) confirmam como, nos quatro primeiros séculos da era cristã, não havia nenhuma expressão significativa que favorecesse a inserção das pessoas com deficiências como sujeitos de dignidade e direitos.

Na antiguidade, há poucos registros da relação da sociedade com os deficientes no cotidiano. Através de passagens bíblicas pode ser percebida a discriminação existente na época contra pessoas portadoras de deficiência, pois são sempre mencionados como pedintes ou rejeitados pela comunidade, ou seja, viviam à margem da convivência social e comunitária. Muitos acreditavam que essas pessoas eram castigadas pelos deuses (LOURENZETTO, 2006, P. 3).

Na Idade Média, a deficiência foi considerada um fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca ou como castigo de Deus. Tais pessoas eram vistas como “possuidoras de um mal devido ao pacto com o demônio”, justificativa usada para legitimar socialmente o uso extremo da fogueira como castigo (MAINIERI, 2012).

Acreditava-se que tal prática, possibilitava a humilhação e a vitória contra o suposto inimigo que era preciso derrotar. Para Gugel (2011), além de atribuir às pessoas com deficiências poderes especiais de feiticeiros, as crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas.

Lourenzetto (2006) faz referências sobre documentos papais, que no caso de uma pessoa com deficiência mental fugir de sua razão, o mesmo era considerado um ser diabólico, sendo perseguido, torturado e exterminado. No século XV, tais indivíduos ainda não eram percebidos como pessoas humanas.

Nesses exemplos, fica explícito como a segregação e o fatalismo atingiam as pessoas com problemas de cegueira e quaisquer outros que fugiam dos padrões estabelecidos como normais (BIANCHETTI; FREIRE, 2007). A pena de amputação também foi usada como controle e punição dos traidores nas Constituições romanas do Imperador Leão III, processo que vigorou no Império Romano e no Oriente.

O raciocínio introduzido notadamente no período da Inquisição adotava a prática da queima de pessoas que trouxessem em seu corpo alguma diferença considerada não-normal, ou que apresentasse ideias divergentes do status quo ou que se comportasse de maneira considerada não-adequada. Por esta razão, nos autos da Inquisição e nas justificativas da Igreja não se encontram afirmações de que ela tenha queimado pessoas. Como afirma Bianchetti e Ida Freire (2007, p. 33), a Igreja enuncia tal ação como “[...] purificação pelas chamas”. Outra explicação sobre a existência de cegos, mudos, paralíticos, loucos e leprosos era a de que estes eram concebidos como:

[...] instrumentos de Deus para alertar aos homens e as mulheres sobre comportamentos adequados ou para lhes proporcionar a oportunidade de fazer caridade. Assim, a desgraça de uns proporciona meios de salvação a outros. (BIANCHETTI; FREIRE, 2007, p. 33).

As pessoas com deficiência tiveram alguns de seus direitos reconhecidos apenas na Declaração Universal de Direitos Humanos e a partir de então foi dado um pontapé no que seria a normatização de princípios fundamentais a essas pessoas, desse momento surgiram: o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio da igualdade, dentre outras situações. (KOYAMA, 2017)

2

Segundo Gugel (2011), o processo das pessoas com deficiência serem reconhecidas como pessoas de dignidade e valor surgiu com os primeiros hospitais de caridade. Para a autora, entre 1214 e 1270, o rei Luís IX fundou o primeiro hospital para pessoas cegas vítimas das Cruzadas. A construção de novas concepções sobre a deficiência só foi historicamente possível no século XVI, quando o avanço tecnológico e científico possibilitou o aparecimento de concepções distintas na Medicina.

Foi apenas no século XVI, com o avanço científico no campo da medicina, que apareceram as primeiras falas dissonantes a respeito do tratamento dispensado aos deficientes (GUGEL, 2011).

Grande parte dos homens e das mulheres limitava-se a viver seu dia a dia, de forma miserável, envolvidos com a produção para a subsistência. Com o gradativo predomínio da produção voltada para o mercado, a possibilidade de acumulação, o desenvolvimento de uma ciência e novas tecnologias, obtém um relativo domínio sobre a natureza. Com esse processo, criaram-se as condições materiais, sociais e culturais para a construção de processos emancipatórios que possibilitem a passagem da esfera da necessidade para liberdade.

Só a partir do século XVI, é que foi possível outro processo histórico diferente da situação histórica anterior. Com os avanços da medicina ocorridos no século XVII, passou-se a compreender a deficiência física como um objeto de estudo da prática médica. O processo de medicalização das deficiências implicou na crítica às visões presentes historicamente, de que em cada homem presidia um estado mórbido, a presença de demônios maus influenciando a saúde e a doença (BIANCHETTI; FREIRE, 2007).

As explicações metafísicas da esfera religiosa são confrontadas com o paradigma científico positivista, de modo que a visão teológica sobre a diferença perde força, mas influencia as bases teóricas para uma interpretação organicista. Nos idos do Século XVII, desencadeia-se uma grande clausura de todos que não participam da Universal Razão, que estava surgindo. Aquele que mostrava ausência de razão em qualquer de suas formas, como razão lógica, política e moral, era enclausurado. (ROSS, 1998 apud BIANCHETTI; FREIRE, 2007).

Somente a partir de meados do século XIX é que começam a surgir as primeiras instituições para cuidados com as pessoas com deficiências físicas. Por muito tempo tais pessoas foram consideradas apenas como pacientes que necessitavam de cuidados especiais e estes eram vistas como pessoas com baixo potencial e com inúmeras limitações. No Brasil, nesse mesmo período, foram instituídos, por ordem de D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, fato este considerado como uma das primeiras atitudes brasileiras para integração dos deficientes na sociedade (SOUSA, 2012).

Entretanto, a criação de dispositivos de enclausuramento gerou também processos de segregação do meio social, resultando com isso, a construção do que Goffman (2008, p.13) define como estigma, “[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”, compreendido no contexto das relações humanas e não substantivado. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem”.

A questão da deficiência obtém outro enfoque em função da observação da mudança de paradigmas, notadamente nos anos 1970, do século passado, propugnam-se ações integrativas, no sentido de favorecer a presença/inserção das pessoas com deficiência nos mesmos âmbitos sociais que as demais. Porém esta possibilidade aparece como algo utópico em sua funcionalidade real, pois como explica Goffman (2008, p. 134):

A situação especial do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo mais amplo, o que significa que ele é um ser humano normal, mas também que ele é até certo ponto, “diferente”, e que seria absurdo negar essa diferença. A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante, ela deve ser coletivamente conceitualizada pela sociedade como um todo.

Desse modo, a inserção deste público nas diferentes esferas sociais é crescente a cada ano, embora as instalações físicas, a oferta de material e a capacitação de profissionais para o atendimento das pessoas com necessidades especiais ainda sejam precários.

## 2.1 CAPACIDADE CIVIL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3 A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, veio para instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), alterando o Código Civil ao trazer em seu artigo 2º o reconhecimento da pessoa com deficiência a sua plena participação na sociedade, além de em seu artigo 6º destacar que a deficiência não afeta a capacidade civil do indivíduo, sendo este ponto as importantes alterações trazidas que refletem na teoria da incapacidade. O referido artigo dispõe que:

- Art. 6.º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:
- I - casar-se e constituir união estável;
  - II- exercer direitos sexuais e reprodutivos;
  - III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

- IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;  
V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e  
VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Como se verifica, o destaque trazido para a capacidade civil da pessoa com deficiência repousa no Direito de Família, atribuindo à pessoa com deficiência capacidade para decidir sobre seu estado civil e reprodutivo, bem como para criar seus filhos, podendo receber sua guarda. Importante mencionar que a lei em estudo ratificou as pessoas com deficiência como sujeitos de direito, destacando o dever do Estado, da família e da sociedade garantir esses direitos com prioridade.

Um das principais alterações trazidas pela referida lei no Código Civil foi a revogação do seu artigo 3º, bem como alterações trazidas no artigo 4º, visto que trazida a pessoa com deficiência mental como absolutamente incapaz, não podendo este responder civilmente por seus atos. Com a nova redação dada ao inciso III, artigo 4º, as pessoas com deficiência foram consideradas como relativamente capazes. Sobre essas mudanças trazidas, Cristiano Chaves de Farias, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2016, p. 309) afirma:

Alterando de sobremaneira a teoria das incapacidades consagrada na redação primitiva do Código Civil de 2002, a Norma Estatutária desatrelou os conceitos de incapacidade e de pessoa com deficiência. Não mais há, efetivamente, uma relação implicacional entre deficiência (física, mental ou intelectual) e a incapacidade para os atos da vida civil. Até porque uma pessoa com deficiência pode não sofrer nenhuma restrição à possibilidade de expressar suas vontades e preferências.

Ressalta-se que essas mudanças trazidas têm gerado discussões no meio social, doutrinário e jurisprudencial, tendo em vista que para as pessoas que possuem transtorno mental leve se configurou como um avanço, porém, para aqueles que não têm noção da realidade presente, está sendo considerada inclusive como um retrocesso, já que exige sua participação ativa nas suas decisões civis.

Isto posto, houve a repersonalização da tradicional teoria civilista de incapacidade, pois será absolutamente incapaz unicamente o menor de dezesseis anos. Logo, a ação de interdição absoluta foi abolida do sistema civil brasileiro, uma vez que os menores não são interditados (BRUNA DE OLIVEIRA ARAÚJO, 2016, p. 1).

Assim, a lei em estudo derrubou a teoria da incapacidade em relação à pessoa com deficiência, ao igualá-las com as pessoas ditas normais e destacar seu pleno exercício social, bem como ao modificar o Código Civil, que deixou como incapaz somente os menores de 16 anos, dando capacidade civil relativa àqueles que apresentaram deficiência mental.

Outra alteração importante trazida pela lei em estudo foi relacionada ao tratamento jurídico da curatela, que foi medida extraordinária e limitada aos direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme artigo 85, caput. Com essa alteração, a decisão por parte das pessoas com deficiência mental ou intelectual foi apoiada, assumindo uma característica mais flexível e menos invasiva. A alteração trazida pela referida lei trouxe a subsidiariedade e a excepcionalidade do instituto da curatela, destinada apenas aos casos mais graves de comprometimento mental e, mesmo assim, limitada aos aspectos patrimoniais e negociais do curatelado (FLADEMIR JERONIMO BELINATI MARTINS, 2016). Importante mencionar que a Lei n. 13.146/2015 não extinguiu o procedimento de interdição, porém, o limitou. Flademir Jeronimo Belinati Martins (2016, p. 7) ainda menciona que:

De qualquer forma, seja sob a denominação de interdição ou processo de curatela, o Estatuto da Pessoa com Deficiência conferiu nova roupagem ao instituto, sendo possível constituí-la em relação à deficiente mental ou intelectual, ainda que considerado plenamente capaz pelo CC. Ademais, a sua substituição por procedimento mais flexível, a tomada de decisão apoiada, passa a ser preferencial, conforme o grau de compreensão da realidade apresentado pelo indivíduo. Assim, em vez de ser interdito, o deficiente mental ou intelectual poderá nomear duas pessoas de sua confiança, para apoiá-lo em suas decisões da vida civil, mantendo assim sua autonomia e a relevância jurídica de sua manifestação de vontade. Diante da omissão legislativa, em relação aos processos de interdição em curso e finalizados, Pablo Stolze esclarece que, não sendo caso de conversão do procedimento em rito de tomada de decisão apoiada (procedimento preferencial), a interdição deverá seguir seu curso processual, observando os limites impostos pelo Estatuto, especialmente no tocante ao termo de curatela, que deverá determinar expressamente os limites de atuação do curador, cuja atuação estará restrita aos atos de cunho negocial ou econômico. O mesmo se aplica em relação às interdições já concluídas, em relação às quais, não sendo o caso de levantamento ou ingresso de pedido de decisão apoiada, os termos já lavrados e expedidos continuam válidos, no entanto, com a eficácia limitada nos termos da Lei 13.146/2015, ou

seja, restritos aos atos patrimoniais e negociais. Na concepção do mesmo doutrinador, seria temerário, mormente em virtude do risco à segurança jurídica e social, considerar que o Estatuto tornaria automaticamente inválidos e ineficazes os milhares de termos de curatela existente no Brasil, ainda mais por que o instituto da curatela não deixou de existir.

Desse modo, verifica-se que a teoria da incapacidade também foi modificada em relação ao procedimento da interdição, com a pessoa com deficiência tendo autonomia para indicar pessoas de sua confiança para a tomada de decisão apoiada. Em uma visão geral sobre as alterações trazidas pela lei em questão, Flávio Tartuce (2015, p. 1) bem disserta:

Em suma, não existe mais, no sistema privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade. Como consequência, não há que se falar mais em ação de interdição absoluta no nosso sistema civil, pois os menores não são interditados. Todas as pessoas com deficiência, das quais trata o comando anterior, são, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil, visando a sua plena inclusão social, em prol de sua dignidade.

Nesse contexto, verifica-se que as alterações trazidas parecem derrubar a teoria da incapacidade, podendo repercutir na sociedade como um todo, considerando que promove uma maior inclusão social da pessoa com deficiência, dando-lhe maior autonomia para exercer suas atividades enquanto cidadão.

## 2.2 DIREITOS HUMANOS E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Os direitos humanos com ênfase na pessoa com deficiência, além da dignidade da pessoa humana e da igualdade, precisam trazer em destaque o direito à mobilidade e à cidade, bem como à educação e à saúde, tendo em vista que são fatores cruciais para que se possa garantir a inclusão social dessas pessoas. Durante todo o processo evolutivo da civilização humana houve a busca por direitos que vão desde a locomoção até a circulação em ambientes públicos e privados de forma independente.

Historicamente, as pessoas foram desrespeitadas e excluídas totalmente do convívio social, principalmente do contexto social e isso se deu baseado nas ideias que se tinham sobre o ser humano e a sociedade inculcada nos indivíduos, formando um modelo mental que se instala neste e não mais desaparece. Apenas se transforma (LOPES, et. al, 2009, p. 29).

A perspectiva de direitos do cidadão conquistada historicamente trouxe a ideia da integração, de inclusão, de igualdade para enfrentamento dos processos de exclusão social, discriminação e estigmatização. Este processo é fundamental, a exemplo de calçadas que garantam o direito de ir e vir de qualquer cidadão na cidade onde vive.

No Brasil, esse processo implicou no reconhecimento do direito à acessibilidade. Na Constituição Federal, o cap. VII, art. 227, prevê a “facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”, dispondo, portanto, de normas que garantam a construção de adaptação de logradouros, de edifícios públicos e de transporte coletivo. (NOGUEIRA, 2010, p. 51).

Em 1981, por exemplo, a ONU reconheceu em uma convenção o ano internacional de pessoas com deficiência. Em 1989, estes direitos foram alterados pela Lei n.º 7.853, cujo objeto visa instituir “a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências” (BRASIL, 1988, p.1). A mesma lei determina o cumprimento da execução das normas pelos municípios para promover a funcionalidade de edificações e vias públicas ao portador de deficiência.

Por último, foi criada a Lei Federal n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000, posteriormente regulamentada pelo decreto n.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004, normatizando a questão da acessibilidade como meta de adaptação e instituição de acesso. Até hoje, entretanto, esta lei não foi posta em prática, já que itens como, acesso a edifícios públicos, permanência e utilização disponibilizadas nesses prédios, como educação e saúde, não foram totalmente contemplados.

As calçadas são o retrato da sociedade excludente, tornando necessário resolver questões emergenciais, como buracos nas ruas, carros nas calçadas interrompendo a mobilidade, padronização de rampas, corrimão, passarelas, banheiros públicos e sinalização especial para que possam ser minimizados os problemas de acessibilidade (COELHO, 2010).

Neste sentido, o direito à acessibilidade é um fator indispensável não somente para aqueles que possuem algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida e sim para a sociedade como um todo, pois se baseando no princípio da igualdade,

todos são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos de ir e vir, de educação, lazer, trabalho, habitação, turismo e cultura. Conforme a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada em assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1975, proclamou dentre outras resoluções que: “As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível”.

A Carta Mundial do Direito à Cidade aprovada no Fórum Social das Américas em Quito, o Fórum Mundial Urbano de Barcelona em 2004 e o V Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005 estabelece compromissos entre governos e sociedade civil organizada com vistas a promover cidades pautadas nos princípios da solidariedade, liberdade, igualdade, justiça social e dignidade.

O direito à cidade é definido na Carta, como: “O usufruto equitativo das cidades nos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social [...] é interdependente a todos os direitos internacionalmente reconhecidos”. A cidade é neste documento concebida como “espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os cidadãos” (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2004, p. 2). No que trata da proteção especial de grupos e pessoas vulneráveis, a Carta da Cidade afirma:

As cidades, mediante políticas de afirmação positiva aos grupos vulneráveis devem suprir os obstáculos de ordem política, econômica e social que limitam a liberdade, equidade e de igualdade dos cidadãos (ãs), e impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a participação efetiva na organização política, econômica, cultural e social da cidade (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2004, p. 3).

Em relação à mobilidade urbana, afirma o artigo 13:

1. As cidades garantem o direito à mobilidade e circulação na cidade através de um sistema e transporte públicos acessíveis a todas as pessoas segundo um plano de deslocamento urbano e interurbano e, em base nos meios de transportes adequados às diferentes necessidades sociais (de gênero, idade, incapacidade) e ambientais, com preços adequados a renda dos cidadãos(ãs). Será estimulado o uso de veículos não contaminantes e reservando áreas aos pedestres de maneira permanente a certos momentos do dia.
2. As cidades promoverão a remoção de barreiras arquitetônicas para a implantação dos equipamentos necessários ao sistema de mobilidade e circulação e a adaptação de todas as edificações públicas ou de uso público, dos locais de trabalho, para garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2004, p. 3).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade não se resume ao espaço físico onde se está instalado, trata-se da cidadania como um todo que representa o processo político, social, econômico e intelectual da sociedade. As calçadas e as ruas, principalmente nas grandes cidades, corroboram e refletem a sociedade excludente que vivenciamos, ainda, no século XXI. A pessoa com deficiência, na sociedade atual, não conseguiu a acessibilidade adequada, quiçá todos os direitos de um cidadão de forma ampla e igualitária.

É importante que haja igualdade de condições para o convívio social. Em uma sociedade, cada pessoa reage a seu modo, umas são mais passivas, outras mais ativas, mas, é nesse processo que se constrói a sociedade em que se vive, ou seja, na singularidade do Ser Humano. Este é somente um exemplo de individualidade, sendo seres individuais e, portanto, diferentes, é necessário que haja respeito.

Muitas vezes, é tirado o direito de ir e vir a um deficiente físico com restrição na mobilidade, por exemplo, quando este se depara com calçadas sem rampas. Isso não pode acontecer, a pessoa com deficiência deve ser respeitada como pertencente ao seu núcleo social, assim como todos.

São muitos os desafios de uma sociedade, todo cidadão deve ser capaz de observar o contexto histórico e social de onde vive. Neste artigo foi dissertando algumas conquistas e evoluções histórico-sociais que aconteceram ao longo de muitos anos. A evolução tem sido lenta, mas tem sido positiva. Apesar da realidade ainda estar longe de ser a ideal, é importante que seja reconhecida. Pois é através da democratização do conhecimento sobre os direitos conquistados, da busca por aprovação de leis, da luta pela exigência do cumprimento destas leis, que conquistaremos uma sociedade mais igualitária.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Bruna de Oliveira. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e as repercussões no casamento e na união estável. **Revista Âmbito Jurídico**. 2016.
- BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (orgs.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 6. ed. São Paulo: Papyrus. 2007.
- BRASIL. **Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- CARBONARI, Paulo César. **Direitos humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2010.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado artigo por artigo**. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
- FUX, Luiz. O novo Processo Civil. In: FUX, Luiz (coord.). **O novo Processo Civil brasileiro (direito em expectativa): reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011. p. 4-24.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php) Acesso em: 21/10/2015
- HERKENHOFF, João Batista. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2018.
- KOYAMA, D. B. Os reflexos da lei 13.146/2015 – **Estatuto da Pessoa com Deficiência** – no sistema jurídico brasileiro. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.
- LANNA JÚNIOR, Mário C. M. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: [http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento\(1\).pdf](http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento(1).pdf). Acesso em 06 set. 2018.
- LORENTEZ, Lutiana Nacur. **A norma da igualdade e o trabalho das pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo: LTr, 2006.
- MIRANDA, E. M. **INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146/2015)**. 2016.
- PASSOS, B. R. **O procedimento de interdição com as alterações introduzidas pelo estatuto das pessoas com deficiência**. Universidade Federal do Espírito Santo. 2015.
- PEREIRA, C. M. S. Personalidade e direitos da personalidade. In PEREIRA, CMS. (Org.). **Instituições de Direito Civil: Introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2011, vol.1. p.177-217.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos globais, justiça internacional e o Brasil**. Brasília, 2000.
- TARTUCE, F. **Alterações do Código Civil pela lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Repercussões para o Direito de Família e Confrontações com o Novo CPC. Parte I. Disponível em <http://www.migalhas.com.br> Acesso em 10 out. 2018.

## Agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP

### *Family agriculture and public development policies in the Ribeira Valley in SP*

Aparecida Mendes Cardoso  
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Submetido em: 09/09/2022  
Aprovado em: 09/09/2022  
Publicado em: 10/09/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.351

#### RESUMO

Nesse artigo, buscou-se investigar a presença da agricultura familiar no Vale do Ribeira – SP e a evolução da participação dos agricultores e suas organizações cooperativas, com vistas a compreender os efeitos das políticas públicas na agricultura. As experiências vividas pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira demonstram a relação entre a agricultura contemporânea e o desenvolvimento sustentável, que se vinculam às políticas públicas e à agricultura familiar. Neste exposto tem-se como objetivo geral analisar como a produção da Agricultura Familiar pode se integrar ao desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP com vistas à valorização local, visando uma aproximação entre a agricultura familiar e as políticas públicas. Como objetivos específicos: Descrever possibilidades de articulação entre agricultores familiares e políticas públicas no Vale do Ribeira em SP. Como metodologia, adotou-se abordagem bibliográfica, tendo como universo da pesquisa a agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento na região do Vale do Ribeira – SP.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Políticas públicas. Vale do Ribeira.

#### ABSTRACT

This article sought to investigate the presence of family farming in the Ribeira Valley - SP and the evolution of the participation of farmers and their cooperative organizations, with a view to understanding the effects of public policies on agriculture. The experiences of family farmers in the Ribeira Valley demonstrate the relationship between contemporary agriculture and sustainable development, which are linked to public policies and family agriculture. This overview has as its general objective to analyze the production of Family Agriculture can be integrated into development in the Ribeira Valley in SP with a view to valuing location, aiming at an approximation between family agriculture and public policies. As specific objectives: Describe possibilities of articulation between family farmers and public policies in the Ribeira Valley in SP. As a methodology, a bibliographic approach was adopted, having a universe of research family agriculture and public development policies in the Ribeira Valley region - SP.

**Keywords:** Family farming. Public Policy. Ribeira Valley.

## 1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, buscou-se investigar a presença da agricultura familiar no Vale do Ribeira – SP e a evolução da participação dos agricultores e suas organizações cooperativas, com vistas a compreender os efeitos das políticas públicas na agricultura.

O Vale do Ribeira localiza-se ao sul do Estado de São Paulo, e seu território engloba 25 municípios e uma área de 18.075,27 km<sup>2</sup>. Ele pode ser geomorfologicamente dividido em sub-regiões Baixo, Médio e Alto Vale. A bananicultura é uma das principais atividades econômicas da região, sendo uma importante base geradora de emprego e renda para seus municípios (CHIOTI, et al., 2020).

1

Deste modo, busca-se responder a seguinte questão: Como a produção da Agricultura Familiar pode se integrar ao desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP com vistas à valorização local, visando uma aproximação entre a agricultura familiar e as políticas públicas?

As experiências vividas pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira demonstram a relação entre a agricultura contemporânea e o desenvolvimento sustentável, que se vinculam às políticas públicas e à agricultura familiar (MIRANDA; GOMES, 2016).

Carvalho, Cruz e Rozendo (2019) elucidam que a industrialização dos alimentos e os hábitos de vida feitos em um espaço cada vez menor de tempo fez com que se instaura um padrão industrial de produção e processamento, fixan-

do a ideia de que alimentos de qualidade são aqueles produzidos e processados em grandes indústrias, com isso os estabelecimentos familiares foram esquecidos e considerados como de baixa qualidade quase que instintivamente pelos consumidores.

A cadeia produtiva baseada no agronegócio da monocultura vem trazendo problemas econômicos, sociais e culturais aos países que o adotam, incluindo-se impactos na saúde pública, no ecossistema, na qualidade dos alimentos e no sustento das propriedades rurais (MARIN; NASSIF, 2013).

As mudanças climáticas, especialmente no século 21, têm promovido consequências significativas e de grande alcance na produção primária dos alimentos, decorrentes de processos naturais e antropogênicos, que afetam tanto o processo produtivo, como a vida humana (MARIN; NASSIF, 2013).

A necessidade de conscientização sobre a sustentabilidade surgiu principalmente para enfrentar a crise ecológica que vem alarmando o planeta, decorrente dos impactos que o ser humano causou e vem causando sobre o meio ambiente, trazendo problemáticas que podem afetar o equilíbrio e a sobrevivência das espécies em nosso planeta (MIRANDA; GOMES, 2016).

Em meio a toda esta calamidade, encontra-se o consumismo desenfreado, trazido pela globalização e pelo capitalismo, nos quais, no âmbito da alimentação, há o consumo de proteína animal que vem crescendo a taxas mais elevadas que o crescimento populacional (SANTOS; BATALHA; PINTO, 2010).

O pilar econômico relaciona-se aos assuntos de produção, distribuição e consumo, em que a eficiência produtiva e o crescimento econômico vislumbram recursos renováveis, diminuição da poluição. O pilar social diz respeito aos elementos que buscam a melhoria da qualidade de vida, da democracia e dos direitos humanos, sem afetar as relações de propriedade e recursos.

A sustentabilidade ecológica envolve o equilíbrio e a manutenção do ecossistema, no qual empresas, sociedade e natureza cogitam diminuir impactos ambientais para a conservação e manutenção de recursos (LOURENÇO; SCHNEIDER, 2022).

Neste exposto tem-se como objetivo geral analisar como a produção da Agricultura Familiar pode se integrar ao desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP com vistas à valorização local, visando uma aproximação entre a agricultura familiar e as políticas públicas. Como objetivos específicos: Descrever possibilidades de articulação entre agricultores familiares e políticas públicas no Vale do Ribeira em SP.

Como metodologia, adotou-se abordagem bibliográfica, tendo como universo da pesquisa a agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento na região do Vale do Ribeira – SP.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O território pode ser entendido como uma unidade que dimensiona os laços entre pessoas, grupos sociais e instituições, capazes de mobilizar iniciativas voltadas para o desenvolvimento, sob este prisma, a atividade turística é grande fomentadora da geração de emprego e renda (PEIXE, 2010).

É importante evidenciar a compreensão em torno do termo território, que segundo Souza et. al. (2015), pode ser compreendido como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Que, sob a ótica do autor, de uma forma mais abrangente e crítica pressupõe-se uma união das dimensões políticas, sociais e ambientais, flexibilizando a noção do território como:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de uma complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre o ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’), (os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, et. al, 2015, p. 86).

Nesse contexto, se faz necessário destacar que desenvolvimento territorial pode demandar uma descentralização político-administrativa. No entanto, o progresso do desenvolvimento de uma localidade dependerá das iniciativas a serem

tomadas com precisão, uma vez que o desenvolvimento territorial combina a descentralização com o desenvolvimento endógeno, possibilitando um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil.

É diante disso que este tipo de desenvolvimento tem como objetivo promover o planejamento, a autogestão dos territórios (rurais ou urbanos) e a dinamização da sua economia, através do resgate da ideia de espaço socialmente ocupado por grupos sociais distintos (PEIXE, 2010).

Davidovich (1989, p. 69) ressalta que o território “traz a ideia de determinado uso do espaço, consubstanciado em processos de apropriação e de controle, que demarcam áreas geográficas específicas”. Na utilização do território tem-se o desenvolvimento do agronegócio como um dos motores da economia brasileira.

A agricultura é tratada por diversos autores como a arte do cultivo da terra que decorre da ação do homem por meio de processos produtivos, objetivando a satisfação de necessidades básicas (SANTOS; 2010). Esse termo foi usado até pouco tempo para o entendimento da produção agropecuária em toda sua abrangência, mas a partir da década de 1990 passou por transformações e tornou-se ainda mais abrangente (PEIXE, 2010).

A agricultura é definida como a arte de cultivar a terra, é decorrente da necessidade do homem em suprir suas necessidades, através do processo produtivo, que segundo Santos (2008, p. 23) é o “[...] conjunto de eventos e ações por meio dos quais os fatores de produção se transformam em produtos vegetais e animais.” Entende-se como processo produtivo, o de preparar a terra, cultivar os vegetais, frutas e sementes, até a colheita, com a finalidade de alimentar os seres humanos e os animais.

Nesse sentido, o termo agricultura tornou-se insuficiente, considerando-se o fato de que hoje, para que exista a produção da agricultura e para que o resultado dessa produção chegue até o consumidor, é necessária uma gama de atividades sociais, agroindustriais, econômicas, industriais, administrativas e mercadológicas, entre outras, fazendo com que a produção agropecuária deixe de ser uma atividade apenas de agrônomos, agricultores e pecuaristas, passando a ser compreendida como agronegócio.

O aumento da população fez com que houvesse uma necessidade maior de plantar, para que fosse suficiente alimentar cada vez mais pessoas, nesse sentido a tecnologia avançou drasticamente a partir da sofisticação dos instrumentos de plantio como forma de facilitar o trabalho, bem como, na melhoria genética das sementes e plantas, com o intuito de aumentar a produtividade.

É possível avaliar que o agronegócio requer determinadas funções que o interligam formando um grande elo de processos. Por este motivo, as atividades desenvolvidas movimentam uma série de setores, que são afetados direta ou indiretamente.

Ocasionalmente reflexos plausíveis na indústria e no comércio. Considerando os dados apresentados, verifica-se que a cada ano o investimento em pesquisa e desenvolvimento aumenta. Isso está relacionado ao fato de que o setor de equipamentos agrícolas deve se adequar às necessidades dos clientes e do mercado; impulsionando o mercado do agronegócio brasileiro.

O agronegócio envolve uma cadeia de processos e atividades ampla, com grande efeito na economia mundial. Se calculado os valores, despendidos desde a compra dos insumos agrícolas até a distribuição, percebe-se que é o maior negócio do mundo, inclusive do Brasil.

Dessa forma, pode-se dizer que o agronegócio é peça fundamental para a economia mundial. Não só pelo valor monetário que gira em torno da produção e da comercialização agrícola, mas, pelo seu papel “social” na alimentação da população (SANTOS; 2010).

Nesse sentido, é possível verificar a relevância deste estudo tanto econômica, quanto social, fazendo-se importante trazer subsídio para que os empreendedores agroeconômicos possam melhor desenvolver suas atividades, sendo a informação um dos principais ativos para essa área.

3

O agronegócio faz parte da cadeia produtiva de produção de alimentos. No entendimento de Vial, Sette e Sellitto (2009), às cadeias produtivas envolvem todas as operações de produção e comercialização necessárias para que o processamento da matéria prima, até o produto, chegue no usuário final englobando tecnologias, estratégias, atividades diversas, desempenho e competitividade.

Para Abramovay (1997), a agricultura familiar é aquela na qual a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si, vínculos de sangue ou de casamento.

No Brasil, os agricultores familiares são definidos e caracterizados segundo a Lei nº 11.326/2006. Bialoskorski Neto (2006) argumenta que a agricultura familiar é um fator essencial em qualquer política de segurança alimentar no país, entre outras razões, pelo fato de que sua produção é majoritariamente provedora do mercado interno de alimentos.

Como definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), tanto em países em desenvolvimento, como em nações desenvolvidas, a agricultura familiar é a configuração dominante de agricultura na cultura de alimentos.

Atualmente, cerca de 70% dos alimentos que chegam às mesas são derivados das mãos dos pequenos agricultores. O setor carrega uma importante pilastra da agricultura mundial e por isso, em 2014, as Nações Unidas determinaram como tema basilar para debates, o desempenho dos pequenos agricultores no desenvolvimento rural (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

A agricultura familiar também é um setor-chave para a segurança alimentar da América Latina. No entanto, o setor enfrenta limitações significativas em aspectos relacionados ao acesso a recursos produtivos, serviços sociais, infraestrutura básica, serviços rurais, financiamento e extensão agrícola.

A porcentagem de pobreza em áreas rurais é quatro vezes maior que nas áreas urbanas e cerca de um terço das pessoas que moram no campo sofrem de pobreza extrema (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Quando se faz um relato sobre agricultura familiar pressupõe-se uma mudança na postura da assistência técnica, pois no molde tradicional o técnico é um grande entendido e especialista, diferente do que se propõe, do técnico ser um agente de desenvolvimento. É fato que atualmente a discussão sobre a agricultura familiar está ganhando uma maior legitimidade social, política e acadêmica, principalmente no Brasil.

Há um consenso no conceito de agricultura familiar, sendo o indivíduo que trabalha e vive no meio rural, atuando juntamente a sua família na agricultura (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Em nosso país, segundo preceitos da Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar tem uma área de terras de até quatro módulos fiscais, tem negócio gerido pela família, a mão de obra é predominantemente da família e a renda é proveniente das atividades vinculadas ao meio rural.

[...] a agricultura familiar tem sua importância na capacidade de geração de renda e de absorção de mão de obra no campo, tornando-se meio eficiente na redução da migração do campo para a cidade, bem como na grande influência no que diz respeito à segurança alimentar e à preservação ambiental, desempenhando papel fundamental para o crescimento da economia da nação e para a melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas (AHLERT, 2017, p. 24).

Conforme mencionou o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, com melhor acesso a recursos produtivos, serviços rurais e uma máxima associatividade, a agricultura familiar pode acrescentar de maneira sustentável a produção e a produtividade, o que contribui para o progresso das práticas produtivas.

Para dobrar a potencialidade do setor, são imprescindíveis investimentos que transcorrem no acesso a recursos financeiros (créditos), acesso às inovações tecnológicas (maquinários, entre outros) e de melhoria da aprendizagem por meio da extensão rural.

Ressalta-se que o Governo tem promovido incentivos consideráveis para desenvolvimento do agronegócio, com acesso ao crédito e políticas públicas de incentivo às atividades, citando-se aqui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O IBGE (2009) aponta a agricultura familiar como representante de 84,4% das unidades de produção agrícola do Brasil, sendo fornecedora para o mercado nacional de alimentos importantes para a economia brasileira.

4

Em termos de desenvolvimento sustentável sob o espectro da agricultura familiar deve-se demonstrar o paradigma entre as duas linhas de discussão referentes a este desenvolvimento, sendo o antropocentrismo e o biocentrismo, as quais tratam da economia e da ecologia, respectivamente.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável parte do pressuposto da conciliação de um desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Referindo-se principalmente às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futuro (GASTAL *et al*, 2012).

Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apoia a ideia de

desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento rural está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico (BREITENBACH; TROIAN, 2020).

Fazendo uma relação entre agricultura familiar – desenvolvimento sustentável – organizações de produtores, pode-se ser dita como um conjunto de ideias que se associadas cria-se oportunidades para o sucesso da agricultura como um todo.

Diante disso, remete-se ao entendimento de que a escolha da agricultura familiar está relacionada com a multifuncionalidade dela, que além de produzir alimentos e matérias-primas gera uma maior ocupação no setor rural. Favorecendo desta maneira a associação com o desenvolvimento sob a necessidade de construir uma agricultura mais sustentável que considere os aspectos sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos.

Nesse contexto de relação entre o desenvolvimento territorial e a Agricultura Familiar é possível situar a valorização de ingredientes locais pela Gastronomia, posicionando-a como um agente transformador da realidade local (GASTAL *et al*, 2012).

Cruz e Menasche (2011) refletem sobre esse processo de valorização dos produtos locais afirmando ser perceptível um contexto de ansiedade urbana em relação à alimentação em paralelo à uma intensa mobilidade material e simbólica entre campo e cidade. Para as autoras, o que existe é uma demanda por alimentos associados a uma imagem idealizada do rural, gerando olhares cruzados sobre esses produtos.

A agricultura familiar se caracteriza pela integração vertical, apresentando alto grau de diversificação, na maioria das vezes direcionada para as necessidades alimentares da família, destacando o trinômio milho, feijão e soja.

Ao mesmo tempo em que o mercado dos produtos coloniais cresce de forma socioeconômica, a agricultura familiar passa por um intenso processo de erosão cultural de saberes transmitidos a cada geração. Além disso, a inserção nos mercados através de grandes agroindústrias leva à adoção dos colonos, sobre os termos da Teoria das Convenções (DORIGON; RENK, 2011).

Neste exposto, a agricultura familiar desde o início da colonização, se caracteriza pelas suas relações com o mercado e desde a década de 1980 as empresas agroalimentares excluíram parcela significativa dos agricultores desta integração, obrigando a buscar outras fontes de renda para a sua reprodução social, dentre estes os produtos coloniais.

Destacando-se que embora a agricultura familiar venha a ser rica em conhecimentos tradicionais, passa por um intenso processo de erosão cultural que é causado pela inserção nos mercados através de grandes agroindústrias e adoção das tecnologias vindas do mundo industrial (DORIGON; RENK, 2011).

Não deve o campo ser visto como um local somente de produção de mercadorias, tendo em vista que o rural precisa ser entendido como um grupo de fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais, que se caracterizam como uma diversidade regional no qual as formas de produção na agricultura se diferenciam no agronegócio e na agricultura familiar (DO NASCIMENTO E SILVA, *et al*, 2012).

A agricultura de base familiar é comercializada com a produção no mercado regional, buscando menores áreas de produção, estimulando a cooperação comunitária, fazendo do trabalho um modo de vida, diversificando as culturas e integrando-as com a pecuária.

Define-se que a agricultura familiar inclui elementos como posse da propriedade da terra, propriedade e controle gerencial, trabalho realizado pelo proprietário e sua família, importância da família para os rendimentos da agricultura, e a vivência da família no campo (DORIGON; RENK, 2011).

Tem-se como importância da produção familiar que se refletem em múltiplas funções da agricultura familiar e por isso deve ser valorizada, possibilitando o acesso a diversos tipos de alimentos, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento de mercados regionais.

5

Portanto, a agricultura familiar é reconhecida como ator social responsável pela articulação rural urbana, sendo a principal expressão do modo de vida rural, com relevância na busca de um novo paradigma do desenvolvimento rural (DO NASCIMENTO E SILVA, *et al*, 2012).

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO RIBEIRA - SP

A importância da agricultura familiar para a economia se refere aos tempos modernos, haja vista, antigamente a sua necessidade se resumia à subsistência para o produtor rural e sua família. Destaca Lamarche (1993, p. 15):

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho está intimamente ligado à família. E a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão de patrimônio e sua reprodução.

Percebe-se que de uma forma cooperativista, a agricultura familiar transfere a exploração da força individual para o grupo familiar, visando por meio da introdução do capitalismo novos aspectos econômicos, excluindo assim, o seu uso exclusivo para a subsistência.

Embora a agricultura familiar no Vale do Ribeira tenha relevância histórica, a agricultura precisa ser modernizada constantemente, no modelo de agricultura adotado nos anos 1960 e 1970, apresentaram facilidades concedidas pelo Governo Federal, como o crédito rural (API, 2021).

No entanto, seu papel econômico e social só foi reconhecido a partir da década de 1990, com a chegada do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na esfera federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (GOMES; ABREU, 2019).

No ano de 1955 foi implantado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo como objetivo garantir a merenda escolar aos alunos na educação básica que estão matriculados em escolas públicas.

O PNAE é administrado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que foi ampliado e melhorado pela Lei n. 11.947, de 16 de julho de 2009, que introduz a alimentação como direito do aluno e dever do estado (GOMES; ABREU, 2019).

Vale ressaltar que um dos objetivos do PNAE é promover melhores hábitos alimentares, de forma saudável e segura, assim como a importância à cultura e as tradições referente a cada região, este programa incentiva o desenvolvimento sustentável, os produtos que são consumidos pelos estudantes sejam alimentos variados que são produzidos na mesma região da escola ou próximo, de preferência pela agricultura familiar, dando uma maior atenção para os assentamentos, comunidades indígenas. (BRASIL, 2010).

O FNDE regula o programa e sua relação com a agricultura familiar, sendo definido o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE é de R\$ 20.000,00/ano por entidade executora (GOMES; ABREU, 2019).

No Vale do Ribeira, a partir do acesso ao PAA e ao PNAE, houve uma emergência considerável de cooperativas, que desde o ano de 2014, atendem o Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo (CHIOTI, et. al, 2020).

Desde 2014, as cooperativas do Vale do Ribeira passaram a atender o PNAE, contribuindo para o fortalecimento cooperativista dos produtores familiares, o que resultou na criação de uma cooperativa de segunda geração, chamada Cooperativa Central do Vale.

Na região do Vale, a agricultura familiar possui papel importante no segmento da produção de bananas, em que no ano de 2017, o cultivo de bananas no Vale do Ribeira chegou à média de 22% da produção nacional, o que representa cerca de 89% da população paulista (CHIOTI, et. al, 2020).

6

Considera-se que as compras públicas de alimentos via PAA e PNAE promoveram múltiplas dimensões importantes para a vida dos bananicultores familiares.

Além da bananicultura, os municípios da região possuem baixos índices de desenvolvimento humano – IDH, posicionando o Vale como uma das regiões mais pobres do Estado (CHIOTI, et. al, 2020).

Consideram-se ainda três classes de díspares agricultores familiares a partir da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/INCR): consolidados, em transição e de subsistência (CHIOTI, et. al, 2020).

Tais categorias se diferenciam a partir das características como organização e gestão do trabalho, bem como durabilidade dos recursos empregados e diversificação da produção (VEIGA, 2002).

Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar devem atender às necessidades dos agricultores (BUAINAIN *et al* 2005), buscando transpor barreiras como dificuldades para tomada de crédito financeiro, comunicação deficiente, apoio para desenvolvimento da propriedade e cooperativismo e outros.

### 2.3 MUNDO RURAL E RURALIDADE

O mundo rural sofreu várias transformações com a entrada do capitalismo, mas sem perder sua importância. Nos tempos antigos o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseiam apenas nas leis de mercado e sim em trocas entre famílias, parentes e vizinhos. (MARTINS, 2001).

Com a entrada do capitalismo é sufocada a economia de subsistência, fazendo com que os trabalhadores rurais sejam inseridos no meio urbano como consumidores e em seguida expropriados de suas terras para viver e trabalhar na cidade em condições subumanas e escravistas.

Estes fatores se devem à ideia de modernização, onde a máquina virou símbolo desta época, provocando a mobilidade espacial dos agricultores e a busca de novos espaços de terra e de trabalho.

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente, e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverização, entre outras (MARTINS, 2001).

Enquanto isso, o espaço rural passou a ser valorizado pelas indústrias como meio de minimizar os custos devido à proximidade da matéria prima e obtenção de mão de obra não sindicalizada e mais barata. Além disso, também passou a ser procurado como forma de lazer e de moradia das famílias urbanas de classe média e alta.

Ressalta-se que o desenvolvimento econômico proporcionou o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços na cidade, reduzindo a distância física e social entre as populações. Além disso, o campo deixou de ser somente espaço agrícola para se transformar em um ambiente de lazer para os moradores das cidades que procuram uma melhor qualidade de vida longe de congestionamentos e poluição urbanas. (WANDERLEY, 2014).

O fato é que essa modernização, as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Existe uma disparidade de classe social, uma dependência dos mundos dominantes.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. (SANTOS, 2008, p. 24).

Esse fenômeno provoca uma mistura dos povos, raças, culturas, gostos, que se não fosse pelo interesse em produzir capital, seria um importante fundamento para transformações sociais e políticas. (SANTOS, 2008, p. 9).

Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, que se trata da interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

A ruralidade pode ser colocada então, como um processo rural ambivalente que envolve a construção de ruralidades no mundo urbano, havendo uma separação entre o imaginário e a realidade, como por exemplo, a festa junina no Brasil se trata de uma imagem urbana do rural, ou seja, uma ruralidade. (DE PAULA, 2001).

Desta forma entra em questão a identidade onde o rural e o urbano podem estar inseridos no mesmo ator social produzindo elementos urbanos no meio rural e ampliando o projeto de modernização. (MOREIRA, 2007).

Por fim, compreende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço e sim expressa as relações sociais nela inseridas e “ruralidade” compreende um rural moldado socialmente.

Na época do Brasil Colônia, no século XVI, houve o crescimento da força do trabalho compulsória, em que a produção em larga escala atendia as necessidades das cidades que se firmavam como um canal de intermediação comercial e financeira dos produtos agrícolas e extrativos. (SINGER; SOUZA, 2000).

Entre os séculos XIX e XX o trabalho compulsório é substituído pelo trabalho livre, onde o modelo do colonato predomina na organização do trabalho rural, principalmente na produção cafeeira do país, que contribuiu para a chegada de indústrias na região Sudeste brasileira e para a divisão do trabalho entre cidade e campo.

No período do colonato o trabalhador rural recebia apenas uma parte de terra para produzir, sendo que a maior parte do que era produzido ficava para o proprietário. Além disso, eram deduzidos do trabalhador os demais serviços que ele utilizava na fazenda. (NORDER, 2006).

Já no final do século XX quando avançou a legislação trabalhista o colonato perdeu o espaço, surgindo três modelos de trabalho no campo, conforme destaca Veiga (2002, p. 15):

Os parceiros são trabalhadores que pagam pelo uso da terra com uma parte da produção recebida, como os colonos. Os arrendatários têm acesso à terra mediante o pagamento de um aluguel fixo, normalmente em dinheiro, ao proprietário. Logicamente, os lucros e riscos de produção são do arrendatário. Os assalariados caracterizam-se pela venda de sua força de trabalho em troca de uma remuneração em dinheiro e sua exclusão da participação da produção, a forma mais explícita de proletarização no campo. Os assalariados rurais diferenciam-se em relação à forma de pagamento (mensalistas, diaristas, tarefeiros) e ao tempo de contrato, permanente ou temporário.

Neste sentido, o capitalismo acaba por gerar uma oferta de mão de obra em grande escala, na qual o trabalhador raramente deixará o emprego, pois precisa do salário para sobreviver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se nesse estudo que os preços recebidos pelo PNAE impactam na renda familiar, tendo em vista a participação da comercialização de bananas.

Embora haja críticas sobre a ausência de comunicação entre políticas públicas, o PAA estimulou a organização social para que os agricultores participassem do programa e o PNAE, por outro lado, estimulou o aumento da qualidade dos produtos, visando entregar frutas nas escolas pontualmente.

Entende-se que a agricultura familiar é carente de disponibilidade de terra, regularização fundiária, assistência técnica, infraestrutura, acesso às políticas públicas, capacitação e profissionalização para o campo, dentre outros.

Deste modo, pode-se dizer que existe uma dificuldade dos agricultores por falta de conhecimentos técnicos em produção orgânica e os mecanismos de garantia e certificação. O fato de os agricultores não compreenderem a estrutura institucional das políticas públicas não permite maior efetividade na execução dos programas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural, 1997, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1997. p. 203-218.

AHLERT, E.M. **Sistema de indicadores para avaliação da ...** 24, n. 2, 2017.

API, E. A. Agrotóxicos e sua problemática na produção agrícola. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. ISSN: 2675-9128. São Paulo, v. 07, p. 01-10, jun. 2021.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

BIALOSKORSKI NETO, S. Gobierno y papel de los cuadros directivos en las cooperativas brasileñas: estudio comparativo. **Revista de Economía Pública Social y Cooperativa**, Valencia, n. 48, abr. 2006.

8

BRASIL, Agricultura familiar - **Lei 11.326** de 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Lei n. 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. D.O.U. 12 jan. 2010.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. **Permanência e sucessão no meio rural**: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.56, n.1, p. 26-37, 2020.

BUAINAIN, Antônio Márcio; MENDES, C. I. C. Free software, copyleft and trends intellectual property. **ANNUAL CONGRESS**, 4., 2005, Montreal. Proceedings... Montreal: Serici, 2005. p. 1-12.

CARVALHO, M., et. al, Carbon footprint of the generation of bioelectricity from sugarcane bagasse in a sugar and ethanol industry. **International Journal of Global Warming**, v. 17, n. 3, p. 235-251, 2019.

CHIOTI, R. E. Analysis of public purchases from family farmers with focus on the multifunctionality of agriculture: case studies in Vale do Ribeira / SP. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**. Porto Alegre, v.2, n.2, 2020 -abril/2020. ISSN2595-9387.

CRUZ, F. T. da; MENASCHE, R. Se o leite é cozido, o queijo não é serrano: tradição, conhecimento e discurso instituído no controverso debate em torno de queijos feitos de leite cru. Trabalho apresentado no **3º Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, 2011.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. In: Encontro Nacional da ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, **Anais...** São Paulo: Anpur/FAU, 1989. V.2, p.69-79.

DE PAULA, Silvana. Quando o campo se torna uma experiência urbana. **Estudos Sociedade Agricultura**, n. 17, out. 2001.

DO NASCIMENTO E SILVA, et al, DO CAMPO À MESA: REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E GASTRONOMIA Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 17, núm. 3, setembro-diciembre, 2012, pp. 142-153 Universidade de Santa Cruz do Sul. 2012.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 5 8, n. 1, p. 101 - 113, jan./ jun. 20 11.

GASTAL F, LEMAIRE G. N uptake and distribution in crops: an agronomical and ecophysiological perspective. 2012. **J Exp Bot** 53:789–799. doi:10.1093/jexbot/53.370.789

GOMES, T. ABREU, L. Percepções De Agricultores Familiares E Técnicos Da Região Do Vale Do Ribeira (Sp) Sobre O Mercado Institucional. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.26, n.4, out./dez. 2019.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores. Sociais**. II. Série. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2009.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S. Características da agricultura orgânica no Sul do Brasil - evidências a partir do Censo Agropecuário 2017. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 165-190, 2022.

MARIN, F., NASSIF, D. S. P. Mudanças climáticas e a cana-de-açúcar no Brasil: Fisiologia, conjuntura e cenário futuro. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 232-239, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. de S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. Santiago do Chile: **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura** - FAO, 2001.

MIRANDA, D. GOMES, B. M. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, **Brasil. Soc. & Nat.**, Uberlândia, 28 (3): 397-408, set/dez/2016.

MOREIRA, E. Conhecimento tradicional e proteção. **T&C Amazônia**, ano 5, n. 11, p. 33-41, jun. 2007.

9 NORDER, Luiz Antonio Cabello. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 57-81.

PEIXE, R. G. A atividade turística como potencial de desenvolvimento territorial. Estudo de caso: município de Botuverá (SC). FURB. **Anais...** 2010.

SANTOS, A, C. A. **Avaliação de genótipos de cana-de-açúcar para as condições edafoclimáticas de Aparecida**

**do Taboado – MS.** Dissertação (Mestrado em Agronomia). Ilha Solteira – São Paulo. 90p. Universidade Estadual Paulista. Ilha Solteira. 2008.

SANTOS, B. de S. **Refundación del Estado en América Latina:** perspectivas desde una epistemología del Sur. La Paz: CESU, 2010.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SCHNEIDER, P. et al. **Classificação da aptidão agrícola das terras:** um sistema alternativo. Guaíba: Agrolivros, 2008. 72p

SINGER, P. SOUZA, A.R. **A economia solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000. 360p.

SOUZA, E. S. RAMOS, D. P.; HEINECK, D. T.; GOMES, R. M. Impacto das estruturas urbanas em relação à biodiversidade Amazônica. **Revista de Arquitetura IMED**, v. 3, n. 2, 2015.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2002.

VIAL, Luiz Antônio Machado; SETTE, Tânia Cristina Campanhol; SELLITTO, Miguel Afonso. Cadeias produtivas-fo-  
co na cadeia produtiva de produtos agrícolas. **III Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí**, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

## Práticas produtivas e políticas públicas de desenvolvimento local no Vale do Ribeira-SP

### *Productive practices and public policies of local development in the Ribeira Valley-SP*

Aparecida Mendes Cardoso

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Submetido em: 09/09/2022

Aprovado em: 09/09/2022

Publicado em: 10/09/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.352

#### RESUMO

Neste trabalho foi feito um estudo acerca das práticas produtivas e políticas públicas de desenvolvimento local do Vale do Ribeira, SP. O objetivo geral consiste em descrever e discutir as práticas produtivas e políticas públicas de desenvolvimento regional no Vale do Ribeira-SP. Os objetivos específicos: conceituar políticas públicas; promover uma reflexão sobre políticas públicas em práticas produtivas; abordar avaliação de políticas públicas no Vale do Ribeira. Como metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica. Para o melhor entendimento do tema aqui tratado, este estudo foi dividido em três capítulos, introdução, referencial teórico e ao final são expostas as conclusões.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Práticas produtivas. Vale do Ribeira -SP.

#### ABSTRACT

In this work, a study was carried out on the productive practices and public policies of regional development of vale do Ribeira, SP. The general objective is to describe and discuss the productive practices and public policies of regional development in the Ribeira-SP Valley. The specific objectives: conceptualize public policies; promote a reflection on public policies in productive practices; to address the evaluation of public policies in the Ribeira Valley. Bibliographic research was used as a methodology. For a better understanding of the theme treated here, this study was divided into three chapters, introduction, theoretical framework and at the end the conclusions are presented.

**Keywords:** Public policies. Productive practices. Ribeira Valley -SP.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho foi feito um estudo acerca das práticas produtivas e políticas públicas de desenvolvimento regional do Vale do Ribeira, SP. Acredita-se que a avaliação de políticas públicas se faz de grande importância, considerando que a partir dela pode obter subsídios para a tomada de decisões, fazendo as melhorias necessárias e corrigindo os pontos falhos para que os resultados sejam aprimorados constantemente.

O Vale do Ribeira está localizado na região sul do estado de São Paulo e concentra o maior remanescente de Mata Atlântica contínua do Brasil. Possui cerca de 2,1 milhões de hectares de florestas, destacando sua importância quando o assunto é conservação ambiental.

Está inserido no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC). Ao todo, são 38 unidades de conservação que vão desde uso sustentável a proteção integral, além de 664 territórios quilombolas e 105 terras indígenas (BERNINI, 2019).

O desenvolvimento local é um processo endógeno que favorece o desenvolvimento econômico e consequentemente uma melhoria na qualidade de vida das pequenas unidades territoriais e dos agrupamentos humanos, portanto, o investimento no aspecto social é seguramente uma garantia de maior desenvolvimento econômico (BUARQUE, 2008).

O desenvolvimento local e dinâmica econômica da região em estudo, é predominantemente rural, em que o Valor Adicionado Bruto Agropecuário no elo do Vale do Ribeira Paraná e São Paulo, são de 20% e 22%, nesta ordem, em comparação com a composição de 10% e 2% dos seus Estados (KULISKY, et. al, 2019).

A pesquisa foi direcionada pelo seguinte questionamento: Como as políticas públicas de desenvolvimento local podem ser aplicadas nas práticas produtivas no Vale do Ribeira-SP?

O objetivo geral consiste em descrever e discutir as práticas produtivas e políticas públicas de desenvolvimento

regional no Vale do Ribeira-SP. Os objetivos específicos: conceituar políticas públicas; promover uma reflexão sobre políticas públicas em práticas produtivas; abordar avaliação de políticas públicas no Vale do Ribeira.

Como metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, buscando em livros, revistas e sites especializados no assunto o embasamento teórico necessário ao estudo, também foram consultados sites oficiais e legislações para obter recursos teóricos e doutrinários necessários.

Para o melhor entendimento do tema aqui tratado, este estudo foi dividido em três capítulos, introdução, referencial teórico e ao final são expostas as conclusões.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

O artigo de Souza (2006) “Políticas Públicas: uma revisão de literatura” ajuda a entender sobre o conceito de políticas públicas e a relação existente entre elas e o cotidiano de cada cidadão.

Souza (2006, p. 3) elucida que a política pública é vista de três formas, inicialmente como um equilíbrio no orçamento entre despesa e riqueza, depois como uma nova visão do estado onde passa a ser uma política restrita aos gastos, e por último é a relação existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Contudo, nesta última, vale ressaltar que os países em desenvolvimento, principalmente da América Latina, não conseguem administrar os seus recursos públicos de forma positiva, equacionando os bens em serviço da população.

As políticas públicas tiveram quatro principais fundadores: Laswell (1936), com a introdução da expressão *policy analysis*, ou análise de política pública, com o intuito de conciliar o conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos;

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada das decisões públicas; Lindblom (1959; 1979), questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon, e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas.

Em sua essência, as políticas públicas estão relacionadas ao Estado, pois este define como os recursos serão utilizados em benefício do cidadão, como o dinheiro será arrecadado sob forma de imposto e como será feito um investimento dele, e por fim faz a prestação de contas do dinheiro gasto em favor da sociedade.

De acordo com Peters (1986) política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Nesse contexto pode-se entender a política pública como uma ferramenta que avalia as ações, visando os cidadãos que pagam seus impostos e se interessam em saber como o seu dinheiro está sendo investido, ou seja, pensar em políticas públicas é pensar na participação do cidadão.

Atualmente uma das principais características da sociedade é a diferenciação social, pois os integrantes desta apresentam-se com valores, interesses, ideias diferentes, assim como desempenham funções diferentes no decorrer de sua vida.

Com todas essas diferenças, torna-se inevitável o surgimento de conflitos de opinião ou de interesses, porém é de suma importância para a sobrevivência da sociedade que essas divergências sejam tratadas dentro dos limites administrativos. Souza elucida que:

Definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existem diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUSA, 2006, p. 6)

Desta forma as políticas públicas compreendem o conjunto de decisões e ações que envolvem mais do que uma decisão, exige diferentes ações estrategicamente escolhidas para implementar as decisões tomadas.

No artigo faz-se uma abordagem mostrando o papel que cabe aos governantes na definição e implementação de políticas públicas.

Existe certa autonomia dada ao Estado para algumas capacidades e essas, por sua vez, geram condições para implementação de objetivos de políticas públicas, e todos os estes dependem de muitos fatores e dos momentos históricos de cada país (SOUSA, 2006).

As políticas públicas vêm ganhando cada vez mais espaço nas conversas e discussões da sociedade, elas podem ser sociais, estas que são relacionadas à saúde, habitação, educação, podem ser macroeconômicas, relacionadas à indústria, fiscalização, câmbio, e outras como a área científica, cultural e agrícola.

No caso da política agrícola, é complexo conceituá-la, pois, trata-se de uma expressão ampla que envolve política agrícola, política fundiária e reforma agrária, se constituindo como uma forma de se estabelecer uma boa distribuição, um bom uso e uma boa exploração da terra para a concessão de recursos e instrumentos necessários, com o intuito de organizar a produção, a comercialização, a produtividade, a preservação ambiental, o desenvolvimento socioeconômico do meio rural e o bem estar da sociedade.

De acordo com Buainaim (2003, p. 45):

Em relação às políticas agrárias, deve-se apenas ressaltar que a transformação da estrutura fundiária deve ser um objetivo estratégico para o qual deve convergir um conjunto amplo de ações e intervenções do setor público, através de um conjunto de instrumentos de alcance e maturação variável. É necessário reformar a política tradicional de reforma agrária através da desapropriação de terras improdutivas e assentamento de famílias sob a coordenação do INCRA; no entanto, é preciso reconhecer que estas ações de reforma agrária têm um alcance limitado, seja devido ao custo de aquisição das terras seja devido às necessidades de mobilização de recursos humanos, organizacionais etc., muito acima do que o setor público dispõe e/ou pode vir a dispor.

Dentro das políticas públicas existem tipologias desenvolvidas para um melhor entendimento em relação às atitudes do governo que repercutiram no cotidiano dos cidadãos. Souza (2006) elucida em seu artigo, quais são os principais modelos desenvolvidos.

A primeira tipologia desenvolvida por Lowi (1964; 1972) dizia que “cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e ainda que as disputas em torno de sua decisão passam por áreas diferenciadas”. (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006), os recursos governamentais partem de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos.

Nesse contexto pode-se dizer que as decisões do governo são pouco sustentáveis. Esta é a tipologia do incrementalismo. O ciclo da política pública a vê como um processo constituído nas seguintes etapas: a definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. (SOUZA, 2006)

O modelo *garbage can* ou lata de lixo sugere que existem muitos problemas para poucas soluções e consideram que as alternativas estão na lata do lixo.

O modelo de coalizão de defesa contraria o modelo de *garbage can*, pois defende que “as crenças, valores e ideias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas, em geral são ignorados pelos modelos anteriores”. Este modelo entende que o ciclo de políticas públicas tem pouco poder explicativo (SOUZA, 2006).

As arenas sociais são iniciativas dos empreendedores políticos que em geral constituem redes sociais, pois como elucida Souza (2006) para que uma circunstância ou evento se transforme em um problema, é necessário que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. Afirma ainda que “a força deste modelo está na possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos”.

3

O modelo do equilíbrio interrompido surgiu a partir de noções da biologia e da computação, de acordo com Souza (2006) este modelo diz que “a política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores.

O principal objetivo de qualquer política pública é a eficiência, que segundo Souza (2006) é aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política.

Com a abordagem territorial difundida no Brasil, e movimentos voltados para a agricultura familiar, consolidou a regulação de políticas diferenciadas para o meio rural.

Na década de 1990, houve a retomada da elaboração de planos participativos de desenvolvimento, dentre eles, o Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades do Vale do Ribeira, foco do nosso estudo, - Agenda Rural, elaborado em 2001, fazendo com que a política social local converge com as políticas territoriais (GONÇALVES; BACCARIN, 2018).

Entre São Paulo e Curitiba, o Vale do Ribeira é uma importante área contínua de mata Atlântica com presença de comunidades quilombolas, no entanto a ausência de efetivas políticas de desenvolvimento, favorecem a existência de pobreza e falta de acesso às necessidades básicas da população local (PRADO, 2019).

Mais da metade do seu território é protegido legalmente pelo Mosaico integrado de unidades de conservação - UC, que formam um cordão de proteção, dentre, as unidades, tem-se o Parque Estadual do Alto Ribeira (Petar), Parque Estadual de Jacupiranga e a Estação Ecológica Juréia-Itatins. São 470.000ha, espalhados por 31 municípios, sendo 7 no Paraná e 23 em São Paulo (KULISKY, et. al, 2019).

Considera-se que a política das UCs do Vale, embora contribua para a preservação do patrimônio natural, não está de acordo com as condições desenvolvidas, dificultando o alcance de um dos maiores propósitos da criação de UCs que é o desenvolvimento socioambiental (COSTA, et. al, 2014).

Além disso, a construção desses mosaicos reflete uma tensão que cerca a natureza do capitalismo, o que indica uma luta constante para se ter uma definição de como e para quem se produz a natureza na sociedade.

Sobre os quilombolas, menciona-se que o conceito de quilombo atravessa o tempo e designa os territórios onde se organizavam negros africanos que, trazidos com a colonização portuguesa, insurgiam contra a situação de escravos (BRASIL, 2005).

Hoje são territórios de resistência sociopolítica e cultural, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a luta à opressão histórica sofrida, eles se autodeterminam comunidades negras de quilombos, dados os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional (Teixeira, 2016).

Os quilombolas do Vale do Ribeira são descendentes de ex-escravos levados para o local ainda no século XVII para trabalharem na mineração. A maioria das comunidades estão situadas em áreas rurais de difícil acesso, muitas ainda sem energia elétrica e água tratada ou acesso a políticas públicas básicas como educação, saúde, transporte, fazendo com que a sobrevivência dessas populações se torne mais difícil pela falta de acesso às ações públicas dos governos.

Além disso, sendo a exploração agrícola a atividade econômica de destaque na região, a maior parte da sobrevivência das comunidades quilombolas é retirada dessas atividades.

Muitos agricultores tiveram a mesma origem familiar dos quilombolas da região, e se apropriaram da terra, ao comprar parcelas de outros agricultores. Desse modo, o conflito territorial entre políticas ambientais e a resistência dos pequenos agricultores demonstra relações de poder lutando pelo mesmo espaço (ALMEIDA, 2007).

A criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga teve origem com o Projeto de Lei nº 638/2007 que foi aprovado pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2007 e sancionado pelo governador do Estado em 21 de fevereiro de 2008 (BIM, 2012), sendo promulgada a Lei 12.810, que concretizou a recategorização do PEJ em Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC).

4

No ano de 2007, foi instituído o Decreto Federal n. 6.040, que institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais para promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais que contribuíram para concretizar a construção de novas relações nas UCs do Mosaico. São esses os povos do Mosaico, que representam a diversidade cultural do território.

Em geral, políticas públicas de desenvolvimento são confundidas com crescimento econômico, porém, vai além, trazendo uma abordagem interdisciplinar na elaboração de projetos que tragam benefícios para o local, aliando meio ambiente, impacto social positivo e identificação de melhorias (SILVA JR, 2016).

Em 2003, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) foi implantado com vistas a concertação participativa de estratégia de desenvolvimento rural, tendo como fundamento o marco territorial da política (PRADO, 2019).

No Vale do Ribeira, é fundamental que haja trocas de informações, ações educativas de conscientização para as práticas produtivas da agricultura familiar e a existência de políticas públicas que a fortaleçam (GONÇALVES; BACCARIN, 2018).

No mesmo ano, a política territorial do Vale do Ribeira ganhou caráter intersetorial, passando a integrar Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com ações voltadas para o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira (Consad/VR) (GONÇALVES; BACCARIN, 2018).

Na maioria das vezes, os territórios são fruto da implementação espacial de políticas públicas e esse processo pode causar esvaziamento dos espaços de participação, implicando em mais gastos com recursos e perda da eficiência das ações implementadas, podendo citar os colegiados e fóruns rurais, APLs, CONSADs, dentre outros criados pelos governos estaduais.

No Vale do Ribeira, constituiu-se apenas um colegiado responsável pela operacionalização do Consad do MDS e a Agenda 21 do MMA, avançando na retomada do planejamento regional (DELGADO, et. al, 2007).

Neste colegiado, a agricultura familiar recebe papel de destaque já que metade das cadeiras são atribuídas a essa categoria, embora estejam ausentes setores relevantes como o empresariado e segmentos mais pobres da agricultura familiar (GONÇALVES; BACCARIN, 2018).

Importa destacar, que a agricultura familiar, enquanto promotora de alimentação saudável cumpre o seu papel na medida em que faz parte do processo de fornecimento, como no caso da banana e palmito na merenda escolar no Vale do Ribeira. Destaca-se que dentre o cultivo típico do Vale do Ribeira tem-se em maior escala a banana, seguida do palmito e mandioca (SILVA JR, 2016).

Deste modo, as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar devem atender às necessidades dos agricultores, buscando transpor barreiras como dificuldades para tomada de crédito financeiro, comunicação deficiente, apoio para desenvolvimento da propriedade e cooperativismo e outros.

Sua adoção é um demonstrativo de que o poder público está exercendo sua função sendo necessário o envolvimento de vários atores sociais para que se possa ter eficácia nas ações.

Assim, a função o maior objetivo das políticas públicas é promover resultados de questões que envolvem o interesse público devendo por isso ser transparente e elaborada em espaços públicos (KULISKY, et. al, 2019).

Nota-se que o território se torna conquista de fração do espaço, que se constrói a partir do movimento de sujeitos sociais e carregam experiências diferentes e o desenvolvimento, enquanto garantia da justiça social e emancipação política dos atores sociais envolvidos no planejamento, perpassa o pressuposto do respeito à multidimensionalidade dos saberes (DELGADO, et. al, 2007).

Para definir o desenvolvimento local, é fundamental que seja feita corretamente a distribuição social e geográfica, mas nem sempre é isso que ocorre, todavia, ele é um caminho de desenvolvimento social descentralizador (PRADO, 2019).

O desenvolvimento da produtividade de uma região depende, do acúmulo de capital e da incorporação de avanço técnico ao cultivo, que, por sua vez, dependem, da qualidade das instituições que cada sociedade nacional estiver seguindo (KULISKY, et. al, 2019).

Para Perroux, o desenvolvimento desponta com acuidades díspares e em polos de crescimento, se colonizando do mesmo modo, de formas diferentes e proporcionando resultados variáveis.

5

Perroux com sua teoria, baseia a maior perspectiva de desenvolvimento em polos industriais, como regiões ao redor de um centro urbano e sobretudo próximo a fontes de matéria-prima (KULISKY, et. al, 2019).

No caso do Vale do Ribeira, há uma morosidade para reconhecimento e titulação de processos fundiários, além disso, a privatização dos parques trouxe receio de conflitos, tendo em vista, o processo de ocupação desordenada e irregular no Vale por agropecuaristas, com amparo de políticas de incentivos governamentais (PRADO, 2019).

A região possui pendências fundiárias que dificultam as comunidades locais, favorecem o desmatamento e

ocupação irregular do solo, ineficiência no desenvolvimento econômico para a região, implementação de políticas públicas, dentre outros (PRADO, 2019).

Historicamente, o valor da agricultura familiar sempre foi negado, onde Silva et al (2013) afirmam que, os sujeitos do campo, vem desde muito tempo enfrentando obstáculos para se manterem atuantes em seus espaços, seja pela falta de políticas para o campo familiar, seja pelo não reconhecimento de suas potencialidades, desencadeando assim uma desvalorização de suas lutas e dinâmicas, o que conseqüentemente vem atrelado aos modelos educacionais implementados nestes espaços, que negam a cultura e identidade destes sujeitos, contribuindo cada vez mais para o aumento desta problemática.

### 2.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo avaliação pode ser considerado como elástico, visto que pode ser empregado nas mais diferentes áreas do conhecimento, conforme é possível perceber na definição de Aguilar et al, (2008, p. 17-18):

Se considerarmos o termo avaliação em sua acepção ampla, deparamos com definições como a da Real Academia Espanhola: avaliar é “assinalar o valor de uma coisa”. E se tomamos a definição genérica de um dos principais autores em matéria de pesquisa avaliativa – Scriven – verificamos que, para ele, avaliar é um “processo pelo qual estimamos o mérito ou o valor de algo”. Assim, pois – é sempre como uma primeira aproximação – podemos dizer que avaliar é uma forma de estimar, apreciar, calcular. Em sentido lato, a palavra avaliação se refere ao termo valor e supõe um juízo sobre algo. Em outras palavras, a avaliação é um processo que consiste em emitir um juízo de valor. Trata-se, pois, de um juízo que envolve uma avaliação ou estimação de “algo” (objeto, situação ou processo), de acordo com determinados critérios de valor com que se emite o juízo.

Dessa forma, tem-se na avaliação uma forma de fazer um julgamento de valor acerca de determinado objeto, no caso aqui em destaque, das políticas públicas de saúde.

O conceito de controle social é bastante amplo, todavia, pode-se dizer, com base em Cruz Silva (2011), que possui como função garantir os princípios explícitos e implícitos da Constituição Federal de 1988, tais como: a legalidade, a moralidade, finalidade pública, a motivação, a impessoalidade e a publicidade, bem como, a eficiência.

Assim, fazer o controle social é fundamental para garantir que tais ações sejam feitas de acordo com tais princípios, vindo de fato a alcançar êxito. Ressalta-se que a população é responsável por realizar o controle social, conforme destaca o Governo Federal:

O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (Federal, Estadual e Municipal). (BRASIL, 2013).

Assim, o controle social deve ser exercido em conjunto, sendo responsabilidade também de cada cidadão, que pode cobrar dos seus representantes a realização correta das ações implementadas.

Tem-se, portanto, a ligação entre controle social e participação dos cidadãos, podendo estes interferirem na gestão pública e suas tomadas de decisão, de forma a cobrar e orientar para adoção de medidas que venham de fato a atender o interesse público, podendo exigir do gestor público a prestação de contas de todas as suas ações. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2012).

6

Conceituando controle social, Correia (2003, p. 85) afirma que “é a atuação de setores organizados da sociedade na gestão das políticas públicas, no sentido de controlá-las para que estas atendam, cada vez mais, às demandas sociais e aos interesses de todas as classes”.

Vale ressaltar que o controle social consiste em um direito do cidadão adquirido por meio da Constituição Federal de 1988, que dispõe acerca da participação do cidadão tanto na formulação dos programas e políticas públicas, quanto

na fiscalização de como os recursos públicos têm sido aplicados, podendo acompanhar de perto todas as ações de seus representantes.

Dessa forma tem-se na avaliação de políticas públicas um meio de realizar o controle social, podendo os resultados de essa avaliação serem utilizados na melhoria das políticas realizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este estudo foi possível se ter uma noção acerca da importância das políticas públicas de desenvolvimento local para dar subsídio às práticas produtivas no Vale do Ribeira.

É possível afirmar que a aplicação das políticas públicas requer um acompanhamento constante de seus resultados, de forma que seu desempenho seja avaliado, para que assim, se possam proceder aos ajustes e correções necessárias.

Acerca das políticas no Vale do Ribeira, foi possível observar que estas cooperaram para o fortalecimento dos movimentos dos agricultores familiares e mobilização da sociedade civil organizada.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, A. M. et al. **Planejamento governamental de municípios: plano plurianual, Lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.** São Paulo: Atlas, 2008.

ALMEIDA, Obertal da Silva; et al. Educação ambiental e a prática educativa: estudo em uma escola estadual de Divisa Alegre – MG. **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 13), Feira de Santana – BA (Brasil), 2007.

BUAINAIN, A. M et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias** [online]. 2003, n.10, pp. 312-347.

CORREIA, M. V. C. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

CRUZ SILVA, Francisco Carlos. Controle Social: Reformando a Administração para a Sociedade. In: BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Prêmio Serzedello Corrêa**, 2001. Brasília: TCU, 2011.

DELGADO, N. G. **Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais** IICA-OPPA/CPDA. UFRRJ, 2007.

GONÇALVES, D. BACCARIN, J. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial - VI **Encontro REA**, p. 173-184, jan./abr. 2018.

KULISKY, G. et. al, Interpretações Sobre A Dinâmica Econômica E O Desenvolvimento Local Dos Municípios Do Vale Do Ribeira, **Simpósio**, FAE. 2019.

LASWEL, Laswell, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LINDBLOM, Charles E. **“Still Muddling, Not Yet Through”**, Public Administration Review 39: 517-526. 1979.

LINDBLOM, Charles E. **“The Science of Muddling Through”**, Public Administration Review 19: 78-88. 1959.

LOWI, Theodor. **“American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory”**, **World Politics**, 16: 677-715. 1964

7

LOWI, Theodor. **“Four Systems of Policy, Politics, and Choice”**. Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

PETERS, B. G. **“Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes”**, Public Administration 76: 408-509. 1986.

PRADO, Juliana Duran Almeida. **Os desafios do desenvolvimento local para populações específicas de territórios historicamente complexos: as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.** 2019. 102 f. Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.



SILVA, JR. J. A. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira (SP). Fórum: Perspectivas práticas. **Rev. Adm. Pública** 50 (3) May-Jun 2016 <https://doi.org/10.1590/0034-7612150613>

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUSA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** nº 16. junho/dezembro 2006.

TEIXEIRA, G. A. **História dos Quilombolas**: Comunidade quilombola de Serra Feia. Cacimbas-PB, 2016.

## Educação ambiental com aula de campo visando a conscientização de crianças sobre a preservação florestal e de nascentes no município De Itapira-SP

*Environmental education with field classroom aiming to raise children's awareness about forest and spring preservation in the municipality of Itapira-SP*

Anderson Martelli<sup>1</sup>;  
Ariadne Fabiana Rodrigues Alvarenga<sup>2</sup>;

1. Mestre Ciências Biomédicas pela FHO - Fundação Hermínio Ometto; Biólogo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Itapira-SP.
2. Graduada em Ciências Biológicas Puc-Campinas; Especialização em andamento Engenharia Ambiental – UNINTER; Bióloga da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Itapira-SP.

Submetido em: 13/09/2022  
Aprovado em: 13/09/2022  
Publicado em: 14/09/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.353

### Resumo

A afetividade, compreensão e a responsabilidade são valores indispensáveis em um processo e virtudes necessárias para combater nossos paradigmas quanto a preservação ambiental, hoje uma preocupação de toda sociedade. Assim, este artigo objetivou descrever uma ação de Educação Ambiental (EA) com atividades práticas de campo juntamente com crianças e adolescentes matriculadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Itapira-SP. As atividades práticas foram realizadas no Viveiro Municipal localizado na sede da Secretaria de Meio Ambiente e visita monitorada na nascente municipal modelo localizada no Bairro Braz Cavenaghi, do município. Os resultados demonstraram uma excelente interação entre os participantes e as atividades desenvolvidas neste estudo caracterizam ações plausíveis no que diz respeito à sensibilização dos jovens e educadores quanto às ações de preservação das matas ciliares, proteção das nascentes, arborização urbana e sequestro dos gases causadores do efeito estufa, servindo como um elo de participação no conceito de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Nascente; Viveiro de mudas; Educação ambiental, Itapira-SP.

### Abstract

Affection, understanding, and responsibility are essential values in a process and virtues necessary to combat our paradigms regarding environmental preservation, today a concern of the whole society. Thus, this article aimed to describe an Environmental Education (EE) action with practical field activities together with children and adolescents enrolled in the Service of Coexistence and Strengthening of Links in the municipality of Itapira-SP. The practical activities were carried out at the Municipal Nursery located at the headquarters of the Secretary of the Environment and monitored visits at the model municipal spring located in the Braz Cavenaghi neighborhood of the municipality. The results showed an excellent interaction between the participants and the activities developed in this study characterize plausible actions about raising awareness among young people and educators regarding actions to preserve riparian forests, protect springs, urban afforestation and capture the gasses that cause the effect. greenhouse, serving as a link to participate in the concept of sustainability.

**Keywords:** Nascent; seedling nursery; Environmental education, Itapira-SP.

## 1 INTRODUÇÃO

1 As ações antrópicas são responsáveis por muitas das mudanças pelas quais a sociedade contemporânea vem vivenciando (ESPÍNDOLA e RIBEIRO, 2020). À medida que o homem aumenta sua capacidade de intervir no meio ambiente extraíndo e modificando recursos naturais para suas necessidades, ocorrem inúmeros conflitos quanto ao uso e modificação desses (MARTELLI *et al.*, 2022). Nos últimos séculos, um modelo de civilização se impôs, trazendo a industrialização, com sua forma de produção e organização do trabalho, além da mecanização da agricultura, canalização de corpos d'água, uso intenso de agrotóxicos, ocupação de áreas protegidas e a urbanização crescente, com um processo de concentração populacional nas cidades (MARTELLI, 2015).

Oliveira Jr. e Sousa (2012) retratam que a poluição da água e da atmosfera, o desflorestamento, o uso incorreto da terra, a degradação dos recursos hídricos entre outros, caracterizam problemas ambientais agravantes no mundo contemporâneo e estimulam a sensibilização da sociedade para que sejam tomadas providências imediatas, dando primazia à conservação dos recursos essenciais à preservação do planeta e qualidade de vida das pessoas, principalmente as residentes nos centros urbanos.

Dentre os inúmeros recursos naturais que vêm sendo degradados, podemos retratar a água, que segundo Lima (2008) e Caldas e Samudio (2016), está relacionada a evolução do homem, fazendo parte da constituição de nosso organismo estando também ligada historicamente com as civilizações que ao longo do tempo se desenvolveram acompanhando cursos d'água que pudessem garantir o abastecimento das cidades e fonte de alimentação, transporte, geração de energia e a recepção do esgoto gerado; o que trouxe desenvolvimento em termos de engenharia e arquitetura ajudando na resolução de problemas relacionado a utilização da água como distribuição e tratamento antes e após seu uso, nesse último caso, sendo observado uma irregular disposição de esgotos e em paralelo, resíduos urbanos, acarretando inúmeros problemas relacionado à saúde e a proliferação de doenças.

Tratando-se de nascentes, Calheiro (2007) define como um afloramento do lençol freático, que vai dar origem a uma fonte de água de acúmulo (represa), ou cursos d'água (ribeirões e rios). De acordo com o dicionário Geológico-Geomorfológico, nascente é o mesmo que cabeceira de um rio, acrescentado ainda que, não é um ponto e sim uma zona - área considerável da superfície terrestre (GUERRA, 2003). Ao entorno das nascentes é verificado um tipo de vegetação denominado mata ciliar, formações florestais que ocorrem ao longo de cursos d'água, fundamentais na manutenção da quantidade e qualidade da água de um reservatório, sendo responsáveis pelo aumento da infiltração de água no solo, redução do processo erosivo, contenção de barrancos, dentre outras vantagens (CARVALHO, 2000; BOTELHO; DAVIDE, 2002).

Diante desses pontos, uma forma de mitigar a degradação ambiental dos fragmentos florestais, nascentes e corpos d'água é a utilização de ações de educação ambiental (EA). A EA de acordo com Dias (2004), se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, o que significa que ao tratar de qualquer problema ambiental, devem ser consideradas todas as dimensões. Pelicioni (2004) descreve que para transformar uma realidade é preciso conhecê-la profundamente, conhecer as necessidades, interesses, dificuldades, sonhos e expectativas dos grupos sociais que formam a sociedade.

É notório que os problemas ambientais influenciam estados e municípios a pensarem em políticas públicas ou planos de ações, tendo em vista reeducar a sociedade de maneira a estimular processos continuados que possibilitem alternativas para a conservação, recuperação e melhoria desse ambiente (CUNHA, 2018). Neste ponto, devemos retratar a formação da Comissão de *Brundtland*, presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, no processo preparatório à Conferência das Nações Unidas, também chamada de “Rio 92” onde foi desenvolvido um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008), assim, as atividades de EA e as aulas de campo seriam uma maneira de demonstrar nossas necessidades, como estamos tratando-as e formas de preservação para as futuras gerações.

Rorato *et al.* (2014) descrevem que as atividades de EA a campo com ações práticas como uma ferramenta para conscientização de crianças, verificaram que é possível obter um acréscimo no conhecimento adquirido pelos alunos em relação à temática ambiental, contribuindo na formação de cidadãos conscientes, responsáveis e participativos na busca de soluções para resolver ou minimizar os problemas ambientais.

Levando em consideração que as atividades de campo permitem o contato direto com o ambiente, possibilitando que os participantes se envolvam e interajam em situações reais, esse trabalho apresentou como objetivo descrever uma ação de EA onde crianças e adolescentes matriculadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizaram uma visita monitorada junto ao Viveiro de Mudanças vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e posteriormente à Nascente Municipal Modelo localizada numa área pública no bairro Parque Residencial Braz Cavenghi, município de Itapira-SP.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

### 2.1 Caracterização do Município de Itapira

O Município de Itapira integra a Região Administrativa de Campinas e está localizado na região Sudeste, porção centro-leste do Estado de São Paulo, a 22°26'10" de latitude S e 46°49'18" de longitude W, distando aproximadamente 63 km (via anel de contorno) da cidade de Campinas e 159 km da capital do Estado.

Possui uma área de 518,416 km<sup>2</sup>, com uma estimativa populacional de 73.844 habitantes. O perímetro urbano apresenta uma área de 58.042 m<sup>2</sup> com uma densidade demográfica de 132,21 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

### 2.2 Locais das Atividades práticas para a aula de campo

Para o desenvolvimento da aula de campo, o público envolvido foram crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, regularmente matriculadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que apresenta como principais objetivos fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva.

Para as atividades práticas, foi disponibilizado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itapira o Viveiro Municipal de Mudanças (Figura 1A). Nesse viveiro os alunos tiveram contato com mudas de árvores nativas do bioma local, sendo retratadas atividades desenvolvidas neste local e a importância da vegetação arbórea para os residentes nos ambientes urbanos e os benefícios ambientais das florestas.

Posteriormente, as crianças foram encaminhadas para uma área pública onde está localizada a nascente municipal modelo para visitação. Esta situa-se no perímetro urbano do município de Itapira-SP no bairro denominado Conjunto Habitacional Braz Cavenaghi, onde encontra-se um fragmento florestal com a presença de duas nascentes (Figura 1B).



Figura 1. Em A, viveiro mudas municipal com espécies nativas do bioma Mata Atlântica; B, nascente municipal modelo que dá origem a um córrego sem denominação afluente do Ribeirão da Penha

As águas dessas nascentes sofrem uma confluência ainda no interior do fragmento florestal e vão dar origem a um córrego sem denominação, afluente do Ribeirão da Penha, principal curso d'água do município o qual corta todo o perímetro urbano.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3

As crianças e adolescentes matriculadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, órgão vinculado junto a Secretaria de Promoção Social, foram recebidos na sede da Secretaria de Meio Ambiente onde está localizado o viveiro de mudas do município. As visitas monitoradas ocorreram no período da manhã totalizando oito crianças e no período da tarde com 14 crianças.

No viveiro municipal foram recebidas por dois biólogos responsáveis pela visita monitorada onde foram apresentadas todas as estruturas físicas desse local, assim como, os funcionários que trabalham e cuidam das plantas.

Posteriormente, os alunos puderam ver como são acondicionadas as mudas de árvores nativas e como são aclimatadas antes de serem dispostas a campo. Foi explanado aos presentes a morfologia e anatomia das estruturas de uma árvore e suas funções, momento de muita curiosidade e perguntas (Figura 2A).

Durante a apresentação do viveiro municipal, outros temas foram trabalhados como arborização urbana enfatizando as espécies adequadas para o plantio nos passeios públicos e os benefícios dessa vegetação no ambiente construído; importância das matas ciliares no que diz respeito à proteção dos corpos d'água e proteção de processos erosivos, cultivo de plantas – da semente a muda formada, bioma onde o município está inserido dando uma ênfase à vegetação nativa e os aspectos negativos das espécies exóticas invasoras, dentre outras informações pertinentes ao tema.

As palestras a campo foram ministradas de forma didática de acordo com a faixa etária das crianças e adolescentes, visto que o trabalho foi realizado com alunos entre 06 e 15 anos e que estavam em fase de alfabetização dando oportunidade a todos de se manifestarem de acordo com o que era observado no local (Figura 2B). A temática foi muito bem-vista pelos alunos e professores com uma participação ativa de todos e questionamentos pertinentes sobre os assuntos abordados, com o relato de situações observadas nos locais onde residem, fazendo uma correlação com o conteúdo apresentado.

As atividades de campo constituem importante estratégia para o ensino, uma vez que permitem explorar uma grande diversidade de conteúdo, motivam os estudantes, possibilitam o contato direto com o ambiente e a melhor compreensão dos fenômenos (VIVEIRO; DINIZ, 2009).



Figura 2. Visita monitorada no viveiro municipal. Em A, explanação sobre a estrutura física do viveiro e a morfologia e anatomia das estruturas de uma árvore; B, oportunidade de observarem as plantas e manifestarem de acordo com o que era observado

Segundo Santos (2007), a escola dentre as inúmeras funções a serem executadas, também é responsável pela sociedade e uma das ferramentas utilizadas é a EA como uma forma abarcante de educação, através de um processo pedagógico participativo que procura infiltrar no aluno uma consciência crítica sobre os problemas ambientais de sua localidade e município.

Posteriormente, os alunos foram encaminhados até a área da nascente municipal modelo (Figura 3A). A formalização dessa nascente ocorreu através do Conselho de Defesa do Meio Ambiente e Preservação Ambiental de Itapira - COMDEMA, o qual publicou a Resolução 02 de 01 de março de 2018 levando em consideração: a necessidade de preservação dessa nascente e das APPs; que essa nascente dá origem a um córrego sem denominação, afluente do Ribeirão da Penha, importante corpo d'água que abastece o município; haver neste local um fragmento florestal preservado com espécies nativas importantes do bioma Mata Atlântica, proporcionando inúmeros benefícios ao meio ambiente do município que em seu Artigo 1º, é declarada para fins de preservação, educação ambiental e visitação, a nascente localizada numa área pública no bairro Parque Residencial Braz Cavenaghi, como Nascente Municipal Modelo (RESOLUÇÃO COMDEMA, 2018).

Ao chegarem no local, alunos e professores reuniram-se na “cabeceira” dessa nascente, sendo proferido pelos biólogos da Secretaria de Meio Ambiente conceitos e definição de nascente, dentre eles: como ocorre o afloramento d'água, por se tratar de uma área estritamente urbana, os fatores negativos dessa urbanização para essa mata e a nascente,

área permeável e infiltração de água no solo, lençol freático e a utilização dessa água no período de seca para manutenção dos corpos d'água, a importância da vegetação na infiltração e abastecimento desse lençol freático, formação dos córregos e rios, a origem dos grandes rios e como podemos atuar na preservação desses recursos naturais (Figura 3B).

Devido a área apresentar um fragmento de mata estabilizado (Figura 1B) com espécies nativas do bioma local, um dos temas discutidos e de grande interesse de todos, inclusive dos educadores foi a absorção de CO<sub>2</sub> pelas espécies arbóreas através do processo bioquímico denominado fotossíntese, sendo enfatizado que este gás vem contribuindo de forma significativa no aquecimento global do planeta, derretimento das calotas polares, aumento dos níveis dos oceanos já sendo relatado comprometimento das cidades litorâneas. Martelli (2022) realizou um levantamento do fragmento florestal ao redor dessa nascente e quanto esses vegetais sequestraram de CO<sub>2</sub> atmosférico, sendo verificado que ao longo de 20 anos esse fragmento florestal foi capaz de retirar e/ou neutralizar aproximadamente 261,20 toneladas desse gás causador do efeito estufa.



Figura 3. Nascente municipal modelo. Em A, afloramento de água dessa nascente; B, ação de Educação Ambiental com palestra em campo sobre as funções da vegetação na proteção da nascente e no sequestro dos GEE

As crianças e adolescentes puderam observar nessa aula a campo a copa das árvores, sendo retratado que essas estruturas retardam a velocidade das gotas de chuva, e os restos vegetais que caem sobre a terra protegem o solo do impacto direto da água e as raízes, além de servir como uma contenção mecânica, tornando o solo mais poroso e permeável, ajudando a água a infiltrar-se na terra em vez de escorrer sobre ela, e em paralelo favorecendo a manutenção dos reservatórios subterrâneos, além de uma contribuição para a fauna local. Esses mecanismos naturais aqui descritos corroboram com estudo de Martelli e Milano (2021) que descrevem como o plantio de árvores nativas nas margens de um corpo d'água denominado Ribeirão da Penha, município de Itapira-SP influenciam na absorção de água pelo solo durante as precipitações.

Quanto à proteção desses afloramentos de água, Biella e Costa (2006) retratam que essa proteção deve trabalhar com a recuperação das matas ciliares, que são sistemas vegetais essenciais ao equilíbrio ambiental e, portanto, devem representar uma preocupação central para o desenvolvimento sustentável. A preservação e a recuperação das matas ciliares, aliadas às práticas de conservação e ao manejo adequado do solo, garantem a proteção deste que é um dos principais recursos naturais, a água. A degradação das matas ciliares e sua substituição por atividades agropecuárias e expansão urbana vêm causando alterações na quantidade e qualidade das águas (DAVIDE *et al.*, 2002; GROSSI, 2006).

De acordo com Duarte *et al.* (2018), a mata ciliar é considerada pelo Código Florestal Federal - Lei 12.651/2012 como área de preservação permanente, apresentando diversas funções ambientais, cabendo a todos respeitar uma extensão específica de acordo com a largura do corpo d'água, lago, represa ou nascente. No art. 7º, essa área deve-se manter intocada, e a preservação e recuperação das matas ciliares, aliadas a prática de conservação e o manejo adequado do solo, garantem a proteção de um dos mais preciosos recursos naturais, a água.

Nessa aula realizada a campo em ambos os ambientes aqui descritos, foi possível observar que diante dos assuntos apresentados, alunos e equipe pedagógica mostraram interessados em aprofundar os conhecimentos, assim como, um maior esclarecimento sobre as informações de como o município trata inúmeras questões ambientais tratamento de esgoto,

rede de distribuição de água e medidas mitigadoras visando o desperdício desse bem natural. Martelli (2012) retrata em seu estudo que as ações de EA como a realização de palestras e explanações sobre temas ambientais nas escolas públicas, privadas e demais instituições sociais é de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do município, aumentando a sensibilidade dos alunos sobre a realidade onde vivem e um caminho na preservação e melhoramento dos aspectos ambientais.

Oliveira e Amâncio (2018) descrevem que as palestras devem enfatizar que o ser humano faz parte do meio ambiente, sendo fundamental nas modificações positivas e negativas desse meio e que ao degradar o solo e a água colocarão suas próprias vidas e de seus familiares em risco. Ainda dentro deste conceito a população deverá ser informada e orientada sobre a importância da preservação ambiental em seus inúmeros sentidos.

Assim, o trabalho de campo desenvolvido nessa ação favoreceu o processo de ensino e aprendizagem, sendo uma oportunidade para alunos e professores conciliarem a teoria com a prática, sendo um importante recurso para o professor diante das dificuldades que o docente encontra para ensinar sobre diversos temas ambientais levando em consideração a falta de recursos didáticos, falta de informações necessárias nos livros e mesmo experiências desenvolvidas no município e a aula de campo pode ser uma grande aliada neste sentido (SILVA e SANTOS, 2018).

Tomando-se como referência o fato de a maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental, remetendo a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea (JACOB, 2003). Assim, as ações descritas neste estudo seriam uma forma de mudar essa realidade, retirando as pessoas da “passividade” e tratando-as como atores sociais ativos e modificadores de um ambiente comprometido.

Por fim, é indiscutível a necessidade de conservação e defesa do meio ambiente. Para tanto, os indivíduos precisam ser conscientizados e, para que esta tomada de consciência se alastre entre presentes e futuras gerações é importante que se trabalhe a educação ambiental dentro e fora da escola, incluindo projetos que envolvam os alunos (SANTOS, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente é possível perceber que os materiais didáticos trabalhado nos diversos níveis de ensino é como um manual a ser seguido pelo professor, e seus conteúdos geralmente são ligados a uma realidade de parte do país, não refletindo a realidade local de um município, porém isso não impossibilita os educadores de trazerem esse conteúdo para a realidade do aluno como foi demonstrado nessa ação. O livro didático é um instrumento norteador nas práticas pedagógicas, mas não pode ser o único recurso, sendo importante inovar a metodologia para prender a atenção do aluno despertando o prazer em aprender.

Foi possível observar que o trabalho de campo não é uma atividade comumente realizada com frequência, podendo essa ação servir de parâmetro e estímulo a outras ações práticas e serem desenvolvidas pelas demais instituições e unidades escolares do município, estado e país. As atividades a campo desenvolvidas neste estudo favoreceram a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de seu bairro e município visando o bem-estar e qualidade de vida de seus moradores e a EA se constitui numa promissora possibilidade de atuação que busca, por meio de ações articuladas, oportunizar a emancipação das pessoas, despertando o protagonismo popular e a construção de sociedades sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

6

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões, 4<sup>a</sup> ed. n. 4, v. 1, Jan/Jun 2008.

BIELLA, C. A. COSTA, R. A. ANÁLISE DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS NASCENTES URBANAS DE CALDAS NOVAS – GO. VI Simpósio Nacional de Geomorfologia/ Regional Conference on Geomorphology, Goiânia, 2006.

BOTELHO, S. A.; DAVIDE, A. C. Métodos silviculturais para recuperação de nascentes e recomposição de matas ciliares. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, 5., 2002, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: 2002. p. 123-145.

CALDA, S. A. B.; SAMUDIO, E. M. M. Água de reuso para fins industriais: Estudo de caso. Revista Brasil para todos. v. 3, n. 2, 2016.

CALHEIRO, R. O. Preservação e recuperação das nascentes (de água e de vida). 4.ed. Piracicaba-SP, 2007. p. 40.

CARVALHO, P. E. R. Técnicas de recuperação e manejo de áreas degradadas. In: GALVÃO, A. P. M. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: Um guia para ações municipais e regionais. Brasília: Embrapa Florestas, 2000. cap. 14. p. 251-268.

CUNHA, F. C. Educação ambiental: uma descrição das ações realizadas no município de Cruz das Almas (BA). Revbea, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 76-95, 2018.

DAVIDE, A.C., PINTO, L.V.A., MONNERAT, P.F., BOTELHO, S.A. Nascente: o verdadeiro tesouro da propriedade rural – o que fazer para conservar as nascentes nas propriedades rurais. Revista Lavras: UFLA; 2002.

DIAS, G. F. Educação Ambiental - Princípios e Práticas. 9. ed. Gaia Brasil, 2004.

DUARTE, M. B. C. P.; SANTOS, M. F. P, FALCÃO, N. A. M.; SANTOS, A. C. M. O trabalho de campo na recuperação da mata ciliar do Riacho Gulandim. Anais do I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e do IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade. v. 1, n. 1, 2018.

ESPÍNDOLA, I. B.; RIBEIRO, W. C. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros. Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 48, pp. 365-395, maio/ago 2020.

GUERRA, A. T. Novo dicionário Geológico-geomorfológico. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GROSSI, C.H. Diagnóstico e monitoramento ambiental da micro-bacia hidrográfica do rio Queima-Pé, MT [tese]. Botucatu: Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Cidades: Censo 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itapira/panorama> Acesso em 09 de julho, 2022.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

LIMA, Walter de Paula. Hidrologia Florestal aplicada ao manejo de bacias hidrográficas. Piracicaba: Universidade de São Carlos, ESALQ, 2008. p. 29 – 36.

MARTELLI, A. Educação Ambiental como método de favorecimento da arborização urbana do Município de Itapira-SP. REGET - Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 19, n. 2, mai - ago. p. 1195-1203, 2015.

MARTELLI, A.; CARDOSO, M. M.; VALADARES, A. L. P. Reconstituição da mata ciliar do Ribeirão da Penha município de Itapira – SP e minimização dos gases causadores do efeito estufa. Revista de Educação Ambiental. v. 2, n. 2, julho/dezembro, 2012.

MARTELLI, A. Forest fragment in the municipal spring of Itapira-SP favors carbon neutralization mitigating the greenhouse effect. Journal of Interdisciplinary Debates, v. 3, n. 01, 2022.

MARTELLI, A.; MILANO, C. B. Plantio de árvores em comemoração ao Dia Mundial da Água e a influência desses vegetais na absorção da água no solo durante as precipitações. Revista Faculdades do Saber, v. 6, n. 13, 2021.

OLIVEIRA, H. L. P. R.; AMÂNCIO, R. C. Disposição inadequada de resíduos sólidos às margens do córrego do Óleo: da nascente do bairro Mansour à foz do rio Uberabinha em Uberlândia /MG. 9º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos, Porto Alegre-RS, 2018.

7

OLIVEIRA JÚNIOR, E. F.; SOUZA, I. S. Os impactos ambientais decorrentes da ação antrópica na nascente do Rio Piauí - Riachão do Dantas/SE. Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira, Ano V, n. 7, 2012.

PELICIONI, A. F. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: Curso de gestão ambiental, p. 19. ed. Manole, 2004.

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 02, DE 01 DE MARÇO DE 2018. Disponível em: [http://www.itapira.sp.gov.br/governo/jornal\\_oficial/ano7/numero473.pdf](http://www.itapira.sp.gov.br/governo/jornal_oficial/ano7/numero473.pdf). Acesso em 14 de maio, 2022.



RORATO, G.G., CANTO-DOROW, T.S., RORATO, D.G., ROSITO, J.M. Educação Ambiental e o despertar para a cidadania. Reget. v. 18, n. 2, p. 745-752, 2014.

SANTOS, E.T.A. Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio. Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

SILVA, A. F.; SANTOS, W. V. O uso de recursos metodológicos no ensino da geomorfologia: uma análise aos livros didáticos e uma reflexão sobre a importância da aula de campo. Anais do I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e do IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade. v. 1, n. 1, 2018.

VIVEIRO, A. A., DINIZ, R. E. S. Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. Ciência em Tela, v. 2, n.1, 2009.

## Inovação no comércio eletrônico: contribuições da engenharia e gestão do conhecimento

*Innovation in e-commerce: contributions of engineering and knowledge management*

**Fernando A. Ostuni Gauthier**

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. fernando.gauthier@ufsc.br

**José Tadeu Silva**

Mestrando do programa de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Grupo de Pesquisas Governança e Gestão de Tecnologia da Informação no Laboratório de Educação a Distância da UFSC. gigaflex.tadeu@gmail.com

Submetido em: 15/09/2022

Aprovado em: 15/09/2022

Publicado em: 16/09/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.354

### Resumo

O objetivo deste artigo é contextualizar a inovação dos produtos, processos e serviços no Comércio Eletrônico - CE, além de analisar a contribuição da Engenharia e Gestão do Conhecimento como um campo profícuo para essa inovação. Integrar os processos e ferramentas da Engenharia do Conhecimento - EC ao CE favorece a busca de soluções e minimiza os riscos e barreiras à inovação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que leva em conta o CE como uma temática atual e em constante evolução, o que exige estratégias inovadoras no relacionamento com os clientes, na utilização de novas técnicas e ferramentas proporcionadas pela EC.

**Palavras-chave:** Comércio Eletrônico. Inovação. Gestão do Conhecimento. Engenharia do Conhecimento.

### Abstract

The aim of this article is to contextualize the innovation of products, processes, and services in EC, besides the contribution of Engenharia and Management of the World as a fruitful field for innovation. Integrating the processes and tools of Knowledge Engineering - EC to the Ce favors the search for solutions and minimizes risks and barriers to innovation. It is bibliographic research, which considers the EC as a current and constantly evolving theme, which requires innovative strategies in the relationship with customers, not the use of new techniques and tools provided by the EC.

**Keywords:** Ecommerce. Innovation. Knowledge Management. Knowledge Engineering.

### 1 Introdução

A proposta deste artigo é analisar o cenário do CE no mundo digital, visando compreender a inovação de produtos, processos e serviços. A reflexão acerca da contribuição da Engenharia e da Gestão do Conhecimento na promoção da inovação é uma forma de auxiliar e minimizar os riscos e barreiras à inovação no CE.

A metodologia adotada é a da pesquisa bibliográfica a partir de teses, livros, artigos e revistas que tratam das temáticas da inovação, CE, da Engenharia e Gestão do conhecimento. O marco temporal definido para a escolha da bibliografia levou em conta a atualidade das temáticas tendo como recorte, os anos de 2015 a 2022.

Para a abordagem da inovação no CE pesquisou-se os conceitos e seus desdobramentos ao longo das últimas décadas. Depreende-se, a partir da pesquisa, que o fenômeno da inovação ganhou complexidade ao longo do tempo e que, a partir da perspectiva inicial, conceitualmente restritiva, centrada sobretudo na inovação tecnológica, o conceito avança para uma visão corrente cada vez mais ampla. Essa ampliação leva em conta a aplicação dos processos de gestão da inovação, desenhando arquiteturas organizacionais que estimulam fluxos contínuos de construção de conhecimento.

1

A pesquisa demonstrou que a EC está comprometida com o desenvolvimento da inovação, tendo na formação de novas capacidades para a Gestão do Conhecimento – GC as estratégias que podem reduzir os riscos e a incerteza no desenvolvimento da atividade comercial.

A intersecção dos temas CE, inovação, EC e GC admite diversos olhares. Um deles é o vínculo inevitável entre inovação e tecnologias digitais de comunicação e informação. Certamente o desenvolvimento tecnológico é determinante para o progresso de novas estratégias no CE, que atualmente reúne tecnologias como a internet das coisas, rede 5G, impressora 3D, *cloud computing*, *non-fungible token*. Integradas, estas geram transformações significativas, particularmente no comércio.

A pesquisa também demonstra que a explicitação dessa evidência exigirá condições tecnológicas e formação das pessoas para atuarem nos mercados, dadas as condições dos países de mercados emergentes. Bernardes e Borini (2018,

p. 14-15) alertam que

Um traço fundamental observado na inovação dos mercados emergentes, como é o caso do Brasil, diz respeito às assimetrias tecnológicas entre os vazios institucionais do ambiente de competição, o grau de internacionalização do mercado e os padrões de evolução da aprendizagem organizacional das empresas. Desigualdades de acesso às fontes de conhecimento e financiamento para a inovação, longos ciclos temporais de aprendizagem marcados pela reduzida complexidade tecnológica e pela intensidade de conhecimento nos produtos, processos e serviços dessas empresas e o baixo desempenho das taxas de difusão da inovação, são alguns dos elementos adversos que compõem a anatomia dessas economias.

Tal cenário, revelado pelas pesquisas internacionais, têm merecido destaque para inovações que nascem em ambientes marcados por incertezas, falhas de mercado, exclusão social e vazios institucionais severos. Portanto, aplicar ferramentas de GC às condições do CE nas economias emergentes, apoiadas em ferramentas para o desenvolvimento de produtos, é a forma tangível do cliente perceber a inovação, constituindo-se num campo de pesquisas e práticas para a EC.

Os estudos sobre o CE evidenciam que a dinâmica estabelecida promove uma migração de processos com base em funcionalidades e serviços. Estes exigem tratamento apropriado e diferenciado. Desse modo, antigos conceitos de comércio, compra, venda, consumidor, entre outros, precisam ser renovados para tentar definir e enquadrar as tipologias decorrentes do CE em tempos de tecnologias digitais.

Por fim, para abordarmos a inovação no CE, ancorada na EC e apoiada pela GC, o conteúdo está estruturado da seguinte forma: na parte I, abordamos o CE e a inovação, tendo como pressuposto a revolução digital como forma de atender aos desafios tecnológicos e humanos; na parte II, tecemos considerações acerca da contribuição da EC e da GC na organização do processo de inovação. Ao final, apresentamos as conclusões gerais.

## 2 CE e Inovação

### 2.1 Comércio Eletrônico: breves apontamentos

O desenvolvimento do CE no Brasil teve início nos anos de 1990, principalmente em decorrência do avanço da Web e da comercialização pela internet. As empresas pioneiras em vendas *online* foram Submarino, Grupo Pão de Açúcar e Lojas Americanas. Inicialmente, eram vendidos apenas produtos pequenos, de valores baixos e tangíveis, como livros, CDs, DVDs etc. Atualmente, temos uma grande variedade de produtos e serviços, desde os mais simples até artigos de luxo. A figura abaixo destaca as principais empresas, bem como sua participação no CE, sendo o Mercado Livre líder no mercado brasileiro.

Figura 1. *Market Share* (quota de mercado) do CE no Brasil

Empresa	Ativo	Market share
Mercado Livre	MELI34	33%
Lojas Americanas	BTOW3	16%
Amazon	AMZ034	11%
Casas Bahia	VVAR3	10%
Magazine Luiza	MGLU3	10%
Outras	-	20%

Fonte: The Capital Advisor (2021) in Costa (2021) et al.

Mata (2021), em pesquisa sobre os dados do CE no Brasil, destaca o seu rápido crescimento, afirmando que no final de 2020 as vendas do varejo *online* no Brasil representavam mais de 8% de todas as vendas no varejo do país, o dobro dos 4% observados dois anos antes, no final de 2018. Quase 43 milhões de pessoas compraram *online* pelo menos uma vez no Brasil, durante 2020. Isso representa 36% a mais do que os 31,4 milhões de compradores *online* em 2019.

O autor afirma que, em 2020, o CE no Brasil gerou receita de R\$ 126,3 bilhões. Em comparação com a receita de 75,1 bilhões de reais relatada no ano de 2019, houve um crescimento de 68%, com previsão de que aumente cerca de 18%, ultrapassando 149 bilhões de reais. A figura abaixo demonstra a penetração do CE no Brasil, em que a tendência de crescimento é constante.

Figura 2. Potencial do CE no Brasil



Fonte: Relatório da Atlântico: Transformação Digital na América Latina 2020 in Costa (2021) et al.

Apesar do crescimento contínuo, Cruz et al (2021) destacam que o setor no Brasil só deixou de ser deficitário a partir de 2015, com o aumento do número de usuários de Internet no país. O fator determinante para o avanço foi a difusão do uso de *smartphones*, que cresceu após a segunda metade da segunda década do séc. XXI. Com os *smartphones*, as estratégias de *marketplace* se tornaram mais eficientes, surgindo o comércio móvel. Além destes, a expansão e a popularização das redes de internet e os impactos da pandemia do Covid-19 foram determinantes.

Esse crescimento também se fez notar no campo da pesquisa sobre o tema. Costa (2021) et al fez uma revisão sistemática da literatura em bases de artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, que indicam que os temas abordados a respeito do CE no Brasil, entre o período de 2011 a maio de 2021, cresceram e as pesquisas sobre o comportamento do consumidor e os tipos de negócios tiveram destaques no Brasil.

A pesquisa indicou que o contexto de comportamento do consumidor tem como foco as questões de segurança de dados pessoais e a confiança nas compras *online*. Tais aspectos são os mesmos apontados pelos órgãos de normatização da OMC e OCDE sendo, portanto, tema sensível ao sucesso das empresas *online*.

Quanto à proteção de dados, percebe-se que, sendo um direito de todas as pessoas, conforme previsto no artigo 8º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, é preocupação constante no CE. O marco regulatório para o CE no artigo 8º desta Carta, dispõe que “os dados devem ser objeto de um tratamento legal, para fins específicos e com o consentimento da pessoa interessada ou com outro fundamento legítimo previsto por lei, todas as pessoas têm o direito de ascender aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respectiva retificação”. A União Europeia, apesar dos avanços, ainda não prevê a normatização de regras de forma clara no CE. Os objetivos dos debates sobre o tema é trazer equilíbrio nas novas relações entre empresas e consumidores, bem como entre empresas e concorrentes, principalmente em relação à segurança dos dados pessoais.

O Brasil deu um passo importante em 2018, ao aprovar sua Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. A lei é marco zero na construção de nova relação de confiança entre usuários e empresas. Essa lei auxiliará a regulamentar os dados de milhões de usuários do CE, cujos números indicam uma receita de US\$ 2,9 bilhões na América Latina no ano de 2021. Em 2023, deve chegar a US\$ 8,5 bilhões. O Brasil é o país com maior receita na região, com 46,7% do total. Ressalta-se que todas as empresas de CE devem cumprir as determinações legais emanadas dessa legislação.

Mesmo com todas essas oportunidades, precisamos ter consciência de que numa sociedade cada vez mais digital, confiança é uma mercadoria que se torna progressivamente mais escassa. Quem souber construir relações de confiança com seus clientes, fornecedores, parceiros e com a sociedade como um todo, ocupará uma posição privilegiada, inclusive do ponto de vista dos negócios e da promoção à inovação. Hoje faz mais sentido segmentarmos o consumidor por hábitos e estilo de vida, ao contrário dos antigos parâmetros que os identificavam apenas como usuários.

Pesquisadores, a exemplo de Patrocínio (2022), Bernardes (2018), Dantas (2016), Mata (2021), Cruz (2021) e Almeida (2016), ao analisarem a inovação e CE, afirmam que a influência dos novos olhares não vem mais do topo da pirâmide. Ela flui por todos os lados e é transversal. O novo consumidor tem completa noção dos seus direitos, é ligado em valores e considera fortemente a opinião da sua rede de contatos. Ele quer ser surpreendido pelas marcas e levado para novos territórios. Em comum, todos querem ser atendidos de forma eficiente e cordial, seja na loja, no celular, no notebook ou no telefone.

3

Para tirar o máximo proveito do atual contexto do CE, aspectos como gerenciamento de estoque, tecnologia de ponta e capacitação de pessoas são pontos essenciais. Para tanto, romper paradigmas como, por exemplo, da produção, da distribuição, do marketing, da venda ou entrega de bens e serviços por meio eletrônico, é parte integrante deste novo cenário. Assim, as estratégias de inovação criam vantagens competitivas às empresas e inauguram janelas de oportunidades relacionadas aos benefícios de atenderem as necessidades dos clientes.

Ao estabelecermos um paralelo entre o comércio tradicional e o CE, Almeida e Martins (2017) apud Patrocínio (2022) descrevem os principais elementos que compõem o comércio tradicional. São eles:

- i) Trocas entre partes – em geral produtos e consumidor;

- ii) finalidade lucrativa;
- iii) habitualidade e continuidade do negócio.

Esses elementos no CE passaram por uma profunda evolução. As trocas ocorrem entre múltiplas partes. A finalidade, embora vise o lucro, agrega outros fatores, a exemplo da satisfação e segurança dos dados do cliente; a habitualidade e continuidade do negócio é consequência, a exemplo da inovação agregada, em decorrência da qualidade na prestação do serviço.

Evoluções conceituais têm impacto profundo no *modus operandi* do CE. A Organização Mundial do Comércio (OMC), em sintonia com esse novo paradigma, denomina o CE como a produção, distribuição, marketing, venda ou entrega de bens e serviços por meio eletrônico. Uma transação de CE pode ser entre empresas, famílias, indivíduos, governos e outras organizações públicas ou privadas.

Para aplicar na prática esse conceito, é preciso usar adequadamente as tecnologias de comunicação e informação. Nesse sentido, cada vez mais, o uso de assistentes virtuais no atendimento ao cliente é exemplo do bom uso. Apesar de parecer uma prática fria e pouco amigável, a inteligência artificial tem tornado os *chatbots* cada vez mais simpáticos e humanizados. Eles já conseguem manter diálogos enquanto respondem dúvidas e sugerem produtos, tanto nas plataformas digitais quanto no telefone. Sua evolução para um atendimento mais humanizado é notória e os investimentos tecnológicos na sua evolução demonstram bons resultados, especialmente para os grandes varejistas, que precisam oferecer suporte *em tempo integral*. Nesse caso, os robôs se mostram eficientes na redução de custos, na conversão de vendas e na retenção do cliente.

A título de ilustração, dados do CE apontam que em 2020 85% das interações com os consumidores foram geridas pela inteligência artificial. Além disso, pelo menos 30% de todas as empresas B2B (*business to business*) empregam essa tecnologia para aumentar pelo menos um de seus principais processos de vendas. Para Rachid (2022) da Embratel, contar com os *bots cognitivos* na linha de frente do atendimento é indispensável nas operações *omnichannel*<sup>1</sup>. Integrar as possibilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais favorece a flexibilidade do negócio, assinala que a empresa deve manter a orientação para as necessidades do cliente, assim como ajuda na velocidade e confiabilidade de entrega. Melhoram ainda a qualidade do serviço prestado.

Abre-se, portanto, uma janela de oportunidades para a EC, cuja aplicação adequada agregará um diferencial ao desenvolvimento dos bons negócios *online*.

Para Bernardes et al (2018) as empresas que sobreviverem a mercados cada vez mais competitivos em uma economia globalizada, precisam constantemente implementar estratégias inovadoras que não estão restritas somente aos produtos, serviços e processos, mas dizem respeito à inovação dos seus modelos de negócios, cujo design de valor e reprodução é de difícil imitação pelos seus concorrentes.

## 2.2 Inovações no comércio digital

A partir do exposto, os estudos sobre inovação têm se baseado em percepções intuitivas, sabedoria convencional e conhecimento técnico-científico. Pelo estudo da inovação, há várias abordagens diferenciadas. Uma delas é a visão pessoal da inovação, levando em conta o ser humano como agente inovador. Outra pode abordar a estrutura organizacional e uma terceira refere-se à interação entre as duas anteriores por meio da gestão de pessoas e da estrutura organizacional. (Almeida et al, 2016 p. 17- 46)

No entanto, os especialistas afirmam que, apesar dessa diversidade de interpretações, todas acabam por convergir para a produção de algo novo, de natureza pessoal, empresarial ou institucional de caráter objetivo ou subjetivo, tangível ou intangível, mensurável ou imensurável. (Almeida et al 2016 p. 18)

Para Pinheiro et al (2011), “a inovação está onde há valor percebido pelas pessoas”. Sem essa percepção de valor, não há inovação. Depende da percepção dos valores que são interessantes e necessários agregar ao processo inovador. Inovar exige entender de tecnologias, dos consumidores e estar atento à competitividade. Os processos devem alinhar utilidade, preço e ganhos de custo.

Todas essas características da inovação demandam também a percepção dos riscos e mitos que gravitam pelos ambientes inovadores. Birkinshaw, Bouquet e Barsoux (2011) apud Almeida (2016) et al (p.23) apresentam alguns dos mitos na inovação que servem de parâmetro para a intervenção da EC. São eles:

A inovação surge como um mito de genialidade e para isso é preciso ter gênios na empresa. *Isso é falso!* É cada vez mais evidente que a inovação é um processo, capaz de ser estimulado e fomentado e não um lampejo momentâneo de ideias.

4

A inovação só é conseguida se houver uma equipe de funcionários talentosos e bem formados. *Falso!* Isso não é condição fundamental ou absolutamente necessária. Empresas nas quais a cultura da inovação permeia seus processos e suas decisões podem desenvolver ideias inovadoras a partir de uma equipe coesa, bem formada, que trabalha unida e que apresenta talentos somados.

A Inovação deve ser centralizada no departamento de pesquisa e desenvolvimento. *Falso!* Clientes e outros colaboradores devem participar do processo de criação, aperfeiçoamento e operacionalização de novas ideias.

<sup>1</sup> O termo *omnichannel* corresponde ao fato de utilizar vários canais de uma marca ao mesmo tempo. Por exemplo, um cliente pode consultar a ficha do produto de um artigo no seu telefone e ao mesmo tempo estar presente no ponto de venda. O *omnichannel* permite atender às expectativas e comportamentos dos consumidores que estão cada vez mais conectados e dependentes da Internet. Cada vez mais, o termo está substituindo o de *multicanal*.

A Inovação deve vir de “baixo para cima” dentro da organização. *Verdade parcial!* O processo precisa ser uma estrada de mão dupla, ou seja, tráfego de baixo para cima e de cima para baixo.

A inovação aberta é o caminho. *Verdade parcial!* É um dos caminhos. Encontrar equilíbrio entre inovação aberta e interna é desafiante e pode proporcionar benefícios inquestionáveis ao processo inovador.

Estes são alguns mitos identificados pela pesquisa. Entretanto, no ambiente inovador, a existência das barreiras também é presente. Algumas delas de difícil solução, mas todas passíveis de superação. Em nossa pesquisa, identificamos algumas dessas barreiras.

*Financeiras* - É difícil prever custos fixos e variáveis, estimar receitas e lucros advindos do projeto de inovação.

*Tecnológicas* – Incluem a escassez de tecnologia disponível, o alto custo da base tecnológica disponível e existente, bem como o desenvolvimento de uma nova tecnologia.

*Legais* - A legislação pode estimular a inovação, mas também pode ser uma barreira para sua implementação. Complexidade legal, burocracias institucionais e exigências dos órgãos e agências reguladoras são exemplos de empecilhos à inovação.

*Culturais* - são barreiras significativas na medida em que sustentam diversos paradigmas de pessoas e organizações. Trata-se de situações em que a empresa investe muito em inovação, mas na prática é conservadora e burocrática.

*Pessoais* - Há enorme carência de pessoas habilitadas e preparadas para o processo de inovação. Em geral, o paradigma “fazer o mesmo” evitando correr riscos, acaba prevalecendo.

A pesquisa revelou que muitos comportamentos, atitudes e regras corporativas servem de barreiras ao processo de inovação. Exemplo disso é a falta da tomada de decisão institucional por parte dos gestores da empresa, evidenciada em diversos setores, em oposição à inovação.

Nossa pesquisa concluiu que não há inovação sem riscos. Além dos descritos neste trabalho, acrescenta-se os casos de inovação que não atendem adequadamente às necessidades dos clientes ou que o resultado poderá ser um mero produto e não uma solução para o cliente. Além destes, a discordância entre a ideia e o produto é muito comum. Acrescenta-se também o risco de mudança no comportamento do cliente, que pode interferir diretamente no processo como um todo, obrigando por vezes à sua revisão. Esses e outros riscos, incluindo a interrupção do processo de inovação antes da conclusão, devem e podem ser previstos, visando a sua minimização.

Um importante recurso de apoio às empresas nessa minimização é o *Manual de OSLO* que, em suas diferentes versões, serve de referência para fornecer parâmetros e subsídios aos empresários para que possam investir e inovar. Baseado em normas, legislações e políticas, o Manual fixa critérios de medição do nível de inovação efetivado pela empresa, tendo por base a indicação das boas práticas em diferentes segmentos comerciais.

Segundo o *Manual de OSLO*, a inovação pode ser aplicada a produtos, processos e serviços. Além disso, a aplicação da inovação pode envolver pessoas, marketing, sustentabilidade, modelos de negócio e cadeia de suprimentos. Para perceber a aplicação da inovação no CE, daremos ênfase à inovação de produtos, processos e serviços.

Por *inovação de produto* entende-se a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado, no que concerne a suas características ou usos (OCDE, 2005, p. 57).

Nesse caso, para apoiar na identificação da inovação de produtos no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados que permitem observar o grau de inovação do produto para o mundo, para o mercado nacional e para a empresa. Dados do IBGE (2014) indicam que 18,3% das empresas industriais lançaram produtos novos ou aprimorados no Brasil e destes, 3,8% desenvolveram produtos novos para o mercado nacional. Nesse sentido, fortalecer a inovação de produto é uma necessidade para sustentar a performance empresarial, criando vantagem competitiva.

A inovação de processos, segundo a (OCDE, 2005, p.58) é a implantação de um método de produção ou distribuição novos ou significativamente melhorados.

Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares, além dos meios de distribuição que gerem redução de custos ligados a bens e serviços. Oferece inúmeras vantagens, tais como: melhoria de controle de produção, controle de estoques, aumento da disponibilidade ou distribuição do serviço ou produto, maior qualidade do produto fabricado, melhores práticas de fabricação e redução de custos.

Esse tipo de inovação pode ser identificado em empresas de grande porte, de pequeno porte e em empresas complexas. Para a inovação de processos se consolidar, é necessário, como em qualquer projeto de sucesso, que o comportamento das pessoas favoreça o desenvolvimento do processo inovador.

A inovação em serviços, segundo o Manual de Oslo, está relacionada ao conceito de produto (bem tangível) e à inovação de produto que se dá com a introdução no mercado de um bem, acrescido de novas características, melhoramentos, componentes, materiais, alterações funcionais ou até algo totalmente novo.

5

Essas alterações podem estar atreladas a questões sobre como eles são em termos de eficiência, velocidade e, até mesmo, qualidade. No Manual, uma característica da inovação apontada em serviços se refere a ser uma espécie de processo contínuo, no qual, ao longo do tempo, o serviço vai evoluindo e avançando em termos de qualidade e competitividade por meio de pequenas inovações, em sua maioria incrementais.

No contexto do CE, a aplicação da inovação nos produtos, processos e serviços é parte da construção da cultura de inovação. Embora diversa em natureza, dimensão, objeto, tipo e forma, devem objetivar a produção de algo novo, na forma de bem-estar para pessoas e de resultados para as empresas e organizações.

### 3 A Engenharia e a Gestão do Conhecimento: contribuições ao processo inovador

As temáticas emergentes envolvendo a relação entre GC e inovação, recaem sobre a capacidade absorptiva de prospecção, exploração e exportação do conhecimento (Vasconcelos, 2018).

Em geral, a Gestão do Conhecimento contempla processos de aprendizagem que estão ligados à exploração e compartilhamento do conhecimento humano (tácito e explícito) usando tecnologias apropriadas e ambientes para melhorar a capacidade intelectual de uma organização.

As práticas de GC consideram as seguintes características:

- I) São executadas regularmente;
- II) sua finalidade é gerir a organização;
- III) baseiam-se em padrões de trabalho; e
- IV) são voltadas para produção, retenção, disseminação, compartilhamento ou aplicação do conhecimento dentro das organizações, e na relação destas com o mundo exterior

Tais características, identificadas em vários e distintos ambientes digitais, proporcionam a percepção do conhecimento construído em processo. Cabe destacar que há outras tipologias de práticas de GC que também podem contribuir com o processo de inovação. Seleccionamos três tipologias<sup>2</sup>, para ilustrar como podem ser encaixadas as atividades no CE.

#### **Tipologia 1: Davenport e Prusak**

Classificam as práticas de Gestão do Conhecimento, em seis grupos: 1) Para capturar e reutilizar o conhecimento estruturado, 2) Para capturar e compartilhar lições aprendidas com a prática, 3) Para identificar fontes e redes de expertise, 4) Para estruturar e mapear conhecimentos necessários para aumentar a performance, 5) Para mediar e controlar o valor econômico do conhecimento, e 6) Para sintetizar e compartilhar conhecimento advindo de fontes externas.

#### **Tipologia 2: Fábio Ferreira Batista, Carlos O. Quandt, Flávio Pacheco e José Cláudio C. Terra.**

Propuseram uma tipologia com três grupos de práticas: **1)** Aquelas relacionadas principalmente aos aspectos de gestão de recursos humanos que facilitam a transferência, a disseminação e o compartilhamento de informações e conhecimento. Exemplos: fóruns (presenciais e virtuais) / listas de discussão, educação corporativa, Comunidades de prática ou comunidades de conhecimento, Universidade corporativa, Narrativas, Mentoring e coaching; **2)** Práticas ligadas primariamente à estruturação dos processos organizacionais que funcionam como facilitadores de geração, retenção, organização e disseminação do conhecimento organizacional. Exemplos: Melhores práticas, Benchmarking, Mapeamento ou auditoria do conhecimento, Sistemas de inteligência organizacional, Sistema de gestão por competências, Banco de competências organizacionais, Banco de competências individuais, Memória organizacional / lições aprendidas / banco de conhecimentos, Gestão do capital intelectual ou gestão dos ativos intangíveis; e **3)** Práticas cujo foco central é a base tecnológica e funcional que serve de suporte à gestão do conhecimento organizacional, incluindo automação da gestão da informação, aplicativos e ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) para captura, difusão e colaboração. Exemplos: Ferramentas de colaboração como portais, intranets e extranets, Sistemas de workflow, Gestão de conteúdo, Gestão Eletrônica de Documentos (GED), Datawarehouse e Data Mining, entre outras.

#### **Tipologia 3 - Asian Productivity Organization – APO**

Classificou as práticas de GC de acordo com as fases do Ciclo de GC. **Fase 1:** Identificar o conhecimento. Práticas: Cafés do Conhecimento, Comunidade de Prática, Ambientes colaborativos virtuais, Mapeamento do conhecimento e Mentoria. **Fase 2:** Criar conhecimento. Práticas: Brainstorming, ambientes de colaboração físicos, Cafés do Conhecimento, Comunidades de prática, Análise Pós-Ação, Bases de Conhecimento (Wikis, Repositórios etc.), Blogs, Ambientes de colaboração virtuais, Mentoria, Portal e Compartilhamento de vídeo. **Fase 3.** Armazenar conhecimento. Práticas: Café do Conhecimento, Comunidades de Prática, Análise Pós-Ação, Bases de Conhecimento (Wikis, Repositórios etc.), Blogs, Ambientes de Colaboração Virtuais, Portal, Compartilhamento de vídeo. **Fase 4.** Compartilhar conhecimento. Práticas: Cafés do Conhecimento, Comunidades de Prática, Análise Pós-Ação, Bases de Conhecimento (Wikis, Repositórios etc.), Blogs, Ambientes Colaborativos Virtuais, Ambientes Colaborativos Presenciais, Portal Corporativo, Compartilhamento de vídeo, Narrativas, Taxonomias. **Fase 5.** Aplicar conhecimento. Práticas: Café do Conhecimento, Ambientes Colaborativos Presenciais, Ambientes Colaborativos Virtuais, Comunidades de Prática, Blogs, Portal Corporativo, Mentoria, Bases de Conhecimento.

6

A leitura do contexto do CE, permite evidenciar aspectos para a implantação da GC. No caso do CE, o vínculo imprescindível com a evolução tecnológica, as mudanças conceituais agregadas pela revolução digital, a necessidade de inovar, a necessidade de relacionar o perfil dos usuários e o uso das tecnologias de informação e comunicação abrem espaços para implementar as ferramentas da EC.

Destaca-se que, na EC, *o conhecimento pode ser modelado independentemente da implementação das soluções*, o que permite identificá-lo, representá-lo e moldá-lo de forma mais eficaz. Portanto, o reconhecimento da contribuição da EC para a inovação do CE coaduna-se com o argumento apontado por Pacheco (2010 et al), que reforça as seguintes

2 Compartilhada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA.

características: a EC tem como objeto de pesquisa e formação a interdisciplinaridade, admitindo abordagens distintas para compreender e avançar no conhecimento no todo e em partes de seu objeto.

Quanto mais avançado na compreensão do conhecimento como elemento gerador de valor na sociedade contemporânea, mais consciente é a necessidade de se estruturar o conhecimento em termos organizacionais, metodológicos e pedagógicos para tratar adequadamente da sua contribuição à inovação.

A contribuição da Engenharia e Gestão do Conhecimento é apoiar a construção de organizações de aprendizado. Esses espaços são reconhecidos pelo conhecimento acumulado proveniente do conhecimento organizacional, da rede de relacionamentos e da experiência profissional, assim como da segurança da informação acumulada pelas empresas e otimizadas pela EC.

### Considerações Finais

Ainda que o viés econômico esteja ligado às origens da inovação, nossa pesquisa demonstra que visões recentes ampliam o papel da inovação com vistas ao bem público, traduzido na melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

Identifica-se igualmente que, a partir do uso das tecnologias digitais de comunicação e informação, empresas são provocadas a criar modelos de negócios e o CE é um exemplo disso. Sobre esse aspecto, embora a tecnologia seja um facilitador de desenvolvimento, o potencial do negócio se concentra cada vez mais nas relações entre os sujeitos da rede de valor e não somente na tecnologia.

Um outro aspecto revelado pela pesquisa é que o CE visa cada vez mais oferecer produtos com proposta de valor competitivo em relação aos seus concorrentes e com foco nas pessoas, na sua segurança e satisfação.

Por fim, é fato que o ambiente do CE está em constante evolução. Aspectos como a concepção do negócio, o relacionamento com os clientes, a utilização de novas técnicas e ferramentas para a gestão do conhecimento, apresentam-se como ótimas oportunidades para inovar com o apoio da EC. Nesse sentido, nossa pesquisa demonstra que, observando-se a tipologia de cada negócio, a Engenharia e Gestão do Conhecimento podem promover a abertura para novas formas de gestão da organização do CE com foco na inovação.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Alivínio, BASGAL. Denise Margareth Oldenburg, RODRIGUEZ. Martins Vicente Rodrigues Y., FILHO PÁDUA. Wagner Cardoso (Org.) **Inovação e Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. Gestão de Pessoas- FGV Management.

BRASIL. L13709planalto.gov.br. acessada em 25 ago. 2022.

BERNARDES. Roberto, BORINI. Felipe Mendes. ROSSETTO. Dennys Eduardo. PEREIRA. Rafael Morais (Org.) **Inovação em mercados emergentes**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2018.

COSTA, da Camêllo. Paulo Thiago Gomes, José Frederico Fonseca Assis de Almeida, Juliana Monteiro Fernandes, Luciane Meneguín Ortega. E-commerce no Brasil: revisão sistemática de literatura de 2011 a 2021. **Brazilian Journal of Business**. Curitiba, v. 3, n. 4, p. 2969-2982, edição especial, ago. 2021.

CRUZ. Wander Luís de Melo. Crescimento do e-commerce no Brasil: desenvolvimento, serviços logísticos e o impulso da pandemia de Covid-19. **GeoTextos**, v. 17, n. 1, julho de 2021. 67-88

DANTAS, VIVIANNE ARANTES **E-commerce: A expansão do setor no Brasil e o comportamento do consumidor**. Monografia. USP/2016.

GAUTHIER, Fernando. SPERONI, Rafael de Moura. DANDOLINE, Gertrudes. SOUZA, João. Estado da arte da produção científica sobre indicadores e índices de inovação. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 12, n.4, p.49-75, out. /de z. 2015.

HESBROUGH, H.; BOGERS, M. **Explicating open innovation: clarifying an emerging paradigm for understanding innovation**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

7

IPÊA. Instituto de Pesquisas Aplicadas. <https://www.ipea.gov.br/portal/busca-geral?q=INOVA%C3%87%C3%83O> acesso em 08 set. 2022.

LAB, G. **Negócios Digitais: o próximo nível da inteligência**. Edição do Kindle, 2022.

MATA. Kesley Brenner da Costa. **Ecommerce: análise de dados sobre o eletrônico no Brasil**. Monografia. GOIÂNIA. 2021

OCDE - MANUAL DE OSLO. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ª ed. 2005. Disponível em [finepág.gov.br/Manual\\_Oslo\\_2018.pdf](http://finepág.gov.br/Manual_Oslo_2018.pdf) (ovtt.org) acesso em set. 2022.



PACHECO, Roberto Carlos dos Santos. TONANI, Kelly Cristina Benetti, FREIRE, Patricia de Sá. Interdisciplinaridade vista como um processo complexo de construção do conhecimento: uma análise do Programa de Pós-Graduação EGC/UFSC. **R B P G**, Brasília, v. 7, n. 12, pág. 136 - 159, julho de 2010.

PATROCÍNIO, Júlio César Parente. **CE e serviços digitais**. Editora Dialética 2022. Edição do Kindle.

SETYANI Dwi LESTARI, Eryco MUHDALIHA, Aditya Halim Perdana Kusuma PUTRA. E-Commerce Performance Based on Knowledge Management and Organizational Innovativeness. /**Journal of Distribution Science** 18-2 (2020) 49-58.

TRINDADE, E.PÁG., MACEDO, M., GAUTHIER, F.O., BOTELHO, L. Soluções de gestão do conhecimento para pequenas e médias empresas. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, v. 06, p. 189-203, 2016.

## O Poder de investigação do Ministério Público *The Power and investigation of the Public Prosecutor's Office*

Perço Evandro Carazzo

perco@bol.com.br

Submetido em: 18/09/2022  
Aprovado em: 18/09/2022  
Publicado em: 20/09/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.355

### RESUMO

O presente trabalho tem como escopo analisar a possibilidade de o Ministério Público presidir ou não investigações criminais, apresentando os principais argumentos de ambas as correntes, assim como traçar uma interpretação do ordenamento jurídico vigente, levando em conta as decisões do STF. Desse modo, urge tecermos considerações acerca da temática apresentada.

**Palavras-chave:** Ministério Público. Poder de Investigar. Inquérito Policial. Polícia Judiciária. Constituição Federal.

### ABSTRACT

This work has the objective to analyze the possibility of the prosecution or not preside over criminal investigations, presenting the main arguments of both chains, as well as outline an interpretation of current legislation, taking into account the decisions of the Supreme Court. Thus, it is urgent considerations may weave the theme presented.

**Keywords:** Criminal Prosecutor. Investigation power. Police Investigation. Judicial Police. Federal Constitution.

## 1 INTRODUÇÃO

A investigação criminal realizada pelo Ministério Público tem sido um tema bastante discutido atualmente, por conta da PEC 37 que acabou de ser rejeitada no Congresso Nacional. Esta proposta de emenda constitucional acrescentaria o § 10 ao art. 144 da CF/88, prevendo que a apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo incumbia privativamente às Polícias Federal e Civil.

Daí, a escolha deste tema, o qual foi desenvolvido recorrendo-se ao regramento constitucional, sobretudo no que se refere às atribuições da Polícia Judiciária e às funções institucionais do Ministério Público. Através de pesquisas, foram levantados posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, demonstrando-se de forma sistematizada os argumentos contrários e aqueles favoráveis à investigação direta pelo Ministério Público, de modo a possibilitar uma visão panorâmica da questão.

Por ser matéria instigante, o poder investigatório do Ministério Público se tornou alvo de constantes debates principalmente entre os operadores do direito, não só por ser matéria controversa, mas também por envolver dois segmentos que trabalham em prol da persecução penal e do cumprimento da lei, quais sejam, o Ministério Público e a Polícia Judiciária.

Em um pólo tem-se a Polícia, ávida pela execução de suas atividades, buscando incessantemente meios legais para investigar, arvorando-se no direito que é inerente ao cargo que foram preparados para o exercício. Num outro pólo está o Ministério Público, instituição autônoma, com poderes constitucionais para a defesa da sociedade, e que entende como extensão dessa defesa, a investigação criminal. Já que é o titular privativo da ação penal pública, e que, pelo fato de a Constituição Federal não atribui exclusividade à Polícia Judiciária na apuração das infrações penais, pode o mesmo investigar em procedimento próprio.

1 Diante deste cenário composto de antagonias e disputas pelo direito de investigar, é que se realiza uma pesquisa envolvendo as principais nuances sobre o tema. Porém, se sabe que a discussão não acaba aqui e que o esforço do direito consiste, precisamente, em criar vários instrumentos de ação social que visem satisfazer determinadas necessidades, principalmente, as de segurança pública.

## 2 DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO SEGUNDO A DOUTRINA

Primeiramente, convém salientar que a doutrina possui os mais diversos ensaios sobre o assunto em tela. Desse modo, se faz necessário apresentar uma breve síntese dos principais argumentos de ambas as correntes: aquelas que negam e as que atribuem ao Ministério Público os poderes de investigação criminal.

### 2.1 CORRENTE DOUTRINÁRIA FAVORÁVEL À INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Dentre as teses empregadas para defender a realização de atos investigatórios por órgãos do Ministério Público, a mais comumente invocada é a da aplicação da Teoria dos Poderes Implícitos.

No processo penal, sustentam aqueles que defendem a possibilidade de investigação direta pelo Ministério Público que a partir do momento em que a Constituição Federal conferiu ao *Parquet*, com exclusividade, a função de promover a ação penal pública, da mesma forma teria conferido, implicitamente, a função de realizar diretamente eventuais diligências investigatórias necessárias ao oferecimento da denúncia.

Neste sentido, argumenta Paulo Rangel:

Seria um *contra sensu* dizermos que o Ministério Público está legitimado a promover a ação penal pública, porém que não tem legitimidade para realizar, pessoal e diretamente, as investigações necessárias para o exercício da referida ação penal. O que em outras palavras significaria dizer: pode e deve colocar o indiciado no banco dos réus com o oferecimento da denúncia, porém não pode (e muito menos deve) realizar investigações preparatórias para servir de base a esta mesma denúncia. Faz a acusação, porém, não pode realizar diligências que, talvez, impeçam até essa denúncia, pois pode acontecer de não existir nenhuma prova ou sequer indício de autoria ou participação do apontado como possível autor do fato no crime objeto de investigação (RANGEL, 2003, p. 177).

Segundo esses autores, uma vez que a Constituição Federal, em seu artigo 129<sup>1</sup>, prevê ser função institucional do Ministério Público a promoção privativa da ação penal pública, bem como o exercício de outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade, resta clara a relação meio e fim.

Em outras palavras, de acordo com esse segmento da doutrina, a Teoria dos Poderes Implícitos teria integral aplicação no que se refere ao poder investigatório do Ministério Público, uma vez que a promoção da ação penal pública foi um fim previsto pela Constituição, sendo ainda autorizado ao *Parquet* o exercício de outras atividades, desde que dentro da sua esfera de autoridade. Assim, sendo a investigação criminal um meio ao oferecimento da denúncia, e estando ela dentro do âmbito de atuação previsto pelo constituinte originário ao Órgão Ministerial, não haveria como negar ao Ministério Público a possibilidade de realizar suas próprias investigações.

Rômulo de Andrade Moreira (2009, p. 384), por sua vez, analisando o poder investigatório do Ministério Público também faz uma análise pormenorizada dos incisos do artigo 129 da Constituição Federal, concluindo ser possível ao Órgão Ministerial realizar suas próprias investigações criminais.

Neste passo, referidos autores argumentam, em síntese, que a investigação criminal pode ser uma medida necessária para a garantia dos direitos assegurados na Constituição Federal (inciso II); que as informações e documentos previstos no inciso IV do artigo 129 se referem justamente ao procedimento criminal, no intuito de formar a *opinio delicti*; e que o inciso IX autoriza o Ministério Público a exercer outras funções que lhe forem por lei atribuída, desde que compatíveis com suas finalidades. Não obstante, a Lei federal 8.625/93 ainda confere ao *Parquet* a possibilidade de instaurar procedimentos administrativos investigatórios. Nesse sentido, refere Eugênio Pacelli de Oliveira (2009, p. 80-81):

Embora a Constituição Federal assegure caber às polícias judiciárias a investigação das infrações penais (art. 144), é bem de ver que tal tarefa não foi cometida *exclusivamente* às autoridades policiais, cuidando o próprio constituinte de atribuir funções investigatórias, por exemplo, ao Ministério Público. A legitimação do *parquet* para a apuração de infrações penais tem, de fato, assento constitucional, nos termos do disposto no art. 129, VI e VIII, da CF, regulamentado no âmbito do Ministério Público Federal, pela Lei Complementar n.º 75/93, consoante o disposto nos arts. 7º e 8º. Também o art. 38 da mesma Lei Complementar n.º 75/93 confere ao *parquet* a atribuição para *requisitar inquéritos e investigações*. Na mesma linha, com as mesmas atribuições, a Lei n.º 8.625/93 reserva tais poderes ao Ministério Público dos Estados. [grifo do autor].

<sup>1</sup>Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Superada a questão constitucional, outro argumento legal comumente utilizado para sustentar a possibilidade de o Ministério Público realizar suas próprias investigações é a redação do Código de Processo Penal.

Isso porque, em seu artigo 4<sup>o</sup>, o Estatuto Processual brasileiro reconhece expressamente a competência concorrente de autoridades na apuração de infrações penais e em seu artigo 47<sup>3</sup>, assegura a possibilidade de o Ministério Público requisitar, diretamente, de quaisquer autoridades, “[...] maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção [...]” (BRASIL, 1941), se assim entender.

A doutrina sustenta a recepção de referidos artigos pela Constituição Federal, uma vez que essa, em seu artigo 144, não estabeleceu o monopólio das investigações preliminares pela polícia judiciária, mas sim elencou os órgãos que teriam a atribuição de polícia judiciária. O intuito do § 4<sup>o</sup> do artigo 144<sup>4</sup> da Constituição Federal seria tão somente delimitar as atribuições dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Sua intenção, portanto, seria de restringir a atuação das demais polícias na apuração das infrações penais, não proibir o Ministério Público de praticar atos investigatórios.

Também existem outros argumentos utilizados, como o próprio controle externo realizado pelo Ministério Público sobre a atividade policial.

Um dos fatores que justificam a atuação do MP e principalmente defendido pela sociedade é o crescimento da criminalidade organizada, a qual possui recursos financeiros para se modernizar e aliado é claro com a ineficiência e corrupção policial.

Se não bastassem tais preceitos há ainda àquele deles consubstanciado no inciso IX da CF, este a permitir o exercício de funções outras que forem atribuídas ao Ministério Público e que sejam compatíveis com suas finalidades: a Lei Federal n.º 8.625/93 concede ao Ministério Público a possibilidade de instaurar procedimentos administrativos investigatórios, como veremos a seguir. III - A Lei Orgânica do Ministério Público.

Efetivamente, a Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica da Instituição), no seu art. 26, dispõe caber ao Ministério Público (grifo meu)<sup>5</sup>:

“I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los: (omissis);”

“II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie;”

“V - praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório;”

Ainda no mesmo sentido, a Lei Complementar 75, o Estatuto do MP Federal. Segundo os artigos 7<sup>o</sup> e 8<sup>o</sup>, o Ministério Público teria poder para investigar

Portanto, não podemos conceber, em que pese a autoridade dos que pensam contrariamente, que se diga ser defeso ao Ministério Público a investigação e a coleta de provas para o processo criminal (inclusive, como é evidente, a notificação para comparecer), pois tal atribuição é permitida perfeitamente, principalmente levando-se em conta a lição doutrinária amplamente conhecida, segundo a qual o inquérito policial é peça imprescindível à instauração da ação penal, conclusão esta retirada do próprio CPP, artigos 27, 39 §5<sup>o</sup>, entre outros.

## 2.2 CORRENTE DOUTRINÁRIA CONTRÁRIA À INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Os autores que sustentam a inviabilidade da condução da investigação criminal por órgão do Ministério Público alegam, em síntese, que a Constituição Federal não conferiu ao Órgão Ministerial a função investigatória, pelo contrário, atribuiu expressamente às Polícias Judiciárias a tarefa de realizar atos de investigação; que a competência para

3

o oferecimento da denúncia não engloba a competência para a prévia investigação criminal, sendo que, neste caso, 2Art. 4<sup>o</sup> A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (Redação dada pela Lei nº 9.043, de 9.5.1995) [...] Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.” (BRASIL, 2012b).

3 Art. 47. Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.” (BRASIL, 2012b)

4 Artigo 144, § 4<sup>o</sup> - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

5 Lei Orgânica do Ministério Público da União

6 Lei Complementar n. 75/93 (Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União).

quem pode o “mais”, não poderia o “menos”, por se tratarem de competências diversas; e que não cabe ao *Parquet* acumular a função investigatória e acusatória, o que poderia comprometer sua imparcialidade, bem como conferiria à instituição um poder excessivo.

De acordo com os autores que sustentam essa corrente, a Constituição Federal é clara ao estabelecer as competências, não cabendo ao intérprete utilizar-se de recursos hermenêuticos para concluir o que não está escrito no Diploma Constitucional.

Nesse caminho, argumenta Luís Roberto Barroso (2013, p. 1):

Parece fora de dúvida que o modelo instituído pela Constituição de 1988 não reservou ao Ministério Público o papel de protagonista da investigação penal. De fato, tal competência não decorre de nenhuma norma expressa, sendo certo que a função de polícia judiciária foi atribuída às Polícias Federal e Civil, com explícita referência, quanto a esta última, da incumbência de apurar infrações penais, exceto as militares (art. 144, IV e § 4º). Nesse contexto, não parece adequado reconhecer como natural o desempenho dessa atribuição específica pelo Ministério Público, com fundamento em normas constitucionais que dela não tratam (como é o caso do art. 129, I, VI, VII e VIII), especialmente quando o constituinte cuidou do tema de forma expressa em outro dispositivo (o art. 144). Pela mesma razão, não parece próprio extrair tal conclusão de cláusulas gerais, como as que impõem ao *Parquet* a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*) ou ainda das que tratam da segurança pública como dever do Estado (art. 144, *caput*) e da dignidade humana (art. 1º, III). Acrescente-se um argumento em favor desse ponto de vista. À luz da teoria democrática, e considerando jamais ter havido deliberação constituinte ou legislativa em favor do desempenho de competência investigatória criminal pelo Ministério Público, não se afigura legítimo inovar nessa matéria por via de uma interpretação extensiva. E que, dessa forma, estar-se-ia subtraindo da discussão política em curso e, conseqüentemente, do processo majoritário, a decisão acerca do tema.

Para essa parcela da doutrina, o inquérito policial não seria um meio para o oferecimento de denúncia, tampouco um *minus* em relação à ação penal, razão pela qual não seria aplicada a Teoria dos Poderes Implícitos. O inquérito penal seria tão somente um instrumento pelo meio do qual é apurada a autoria de um delito.

Não obstante, referem também que se o Ministério Público tivesse competência para investigar, a instituição estaria revestida de poderes excessivos, estando ainda prejudicada sua imparcialidade, pois apenas angariaria provas destinadas a subsidiar a condenação.

Esse é o posicionamento de Guilherme de Souza Nucci (2007, p. 68,69):

A Constituição Federal foi clara ao estabelecer as funções da polícia - federal e civil - para investigar e servir de órgão auxiliar do Poder Judiciário - daí o nome *polícia judiciária* - na atribuição de apurar a ocorrência e a autoria de crimes e contravenções penais (art. 144). Ao Ministério Público foi reservada a titularidade da ação penal, ou seja, a exclusividade no seu ajuizamento, salvo o excepcional caso reservado à vítima, quando a ação penal não for intentada no prazo legal (art. 5º, LIX, CF). Note-se, ainda, que o art. 129, III, da Constituição Federal, prevê a possibilidade do promotor elaborar inquérito civil, mas jamais inquérito policial. Entretanto, para aparelhar convenientemente o órgão acusatório oficial do Estado, atribui-se ao Ministério Público o poder de expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos (o que ocorre no inquérito civil ou em algum processo administrativo que apure infração funcional de membro ou funcionário da instituição, por exemplo), a possibilidade de exercer o controle *externo* da atividade policial (o que não significa a substituição da presidência da investigação, conferida ao delegado de carreira), o poder de requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial (o que demonstra não ter atribuição para instaurar o inquérito e, sim, para requisitar a sua formação pelo órgão competente). Enfim, ao Ministério Público cabe, tomando a ciência da prática de um delito, requisitar a instauração da investigação pela polícia judiciária, controlar todo o desenvolvimento da persecução investigatória, requisitar diligências e, ao final, formar sua opinião, optando por denunciar ou não eventual pessoa apontada como autora. O que não lhe é constitucionalmente assegurado é produzir, *sozinho*, a investigação, denunciando a seguir quem considerar autor de infração penal, excluindo, integralmente, a polícia judiciária e, conseqüentemente, a fiscalização salutar do juiz. O sistema processual penal foi elaborado para apresentar-se equilibrado e harmônico, não devendo existir qualquer instituição superpoderosa.

Ora, o MP é parte, portanto não é imparcial, não consegue ser fiscal da lei e acusador ao mesmo tempo. Isso seria um disparate, conceder ao MP o direito de investigar e acusar o indiciado, tendo a possibilidade de filtrar as provas levantadas, maculando o processo.

4

Segundo Luís Roberto Barroso em seu parecer aprovado em 18 de fevereiro de 2004 pelo Conselho de Direitos Humanos da Pessoa Humana, a posição contrária é composta basicamente de um conjunto de argumentos, passando pela interpretação de normas constitucionais e infraconstitucionais, bem como a hipertrofia do MP, pois restaria concentrado todo o poder de investigar e acusar, sem contar é claro com o elemento histórico, segundo a competência para realizar as investigações preparatórias da ação penal sempre foi da polícia. Para facilitar a apresentação, dividiremos em dois grupos. Quais seriam:

## 1º GRUPO: INTERPRETAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS

1.1.1 O art. 144, § 1º, I e IV<sup>7</sup>, e § 4º<sup>8</sup>, da Constituição atribui de forma expressa às Polícias Federal e Civil a apuração de infrações penais. A Polícia, portanto, é a autoridade competente para proceder a investigações criminais como exigido pela garantia constitucional do devido processo legal (CF, art. 5º, LIII<sup>9</sup>).

1.1.2 A Constituição atribui ao Ministério Público a função de exercer o controle externo da atividade policial (CF, art. 129, VII) e não o de substituí-la. A Constituição de 1988 não permite a figura do promotor investigador.

1.1.3 O escopo do inciso VI do art. 129 da CF/88 (que atribui ao Ministério Público poderes para expedir notificações nos procedimentos *administrativos* de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los) está restrito aos inquéritos civis públicos e outros *também de natureza administrativa*, como os preparatórios de ação de inconstitucionalidade ou de representação por intervenção. O inquérito criminal é disciplinado em inciso diverso (VIII) e quanto a ele a atuação do *Parquet* se limita à requisição de instauração do próprio inquérito e de diligências investigatórias.

1.1.4 A competência para promover a ação penal (CF, art. 129, I<sup>10</sup>) não engloba a investigação criminal – esta competência não é um *minus* em relação àquela. Trata-se, na verdade, de uma competência *diversa* e que foi atribuída de forma expressa pelo constituinte a outro órgão. Não se aplica aqui, portanto, a lógica dos *poderes implícitos*, pela qual o órgão a quem compete o *mais*, compete igualmente o *menos*.

1.1.5 Em decorrência dos argumentos expostos acima, a atribuição de competência investigatória ao Ministério Público depende de prévia emenda constitucional. De toda sorte, a legislação infraconstitucional atualmente em vigor (especialmente a Lei Complementar nº 75/93 e a Lei nº 8.625/93) em momento algum atribuiu ao *Parquet* essa competência e ela simplesmente não pode ser extraída diretamente do texto constitucional.

## 2º GRUPO: OUTROS ELEMENTOS

1.1.6 Concentrar no Ministério Público atribuições investigatórias, além da competência para promover a ação penal, é de todo indesejável. Estar-se-ia conferindo excessivo poder a uma única instituição, que praticamente não sofre controle por parte de qualquer outra instância, favorecendo assim condutas abusivas.

1.1.7 A concentração de atribuições prejudica a impessoalidade e o distanciamento crítico que o membro do Ministério Público deve manter no momento de decidir pelo oferecimento ou não da denúncia. É apenas natural que quem conduz a investigação acabe por ficar comprometido com o seu resultado

1.1.8 A ausência de qualquer balizamento legal para esse tipo de atuação por parte do Ministério Público, para além de impedir a própria atuação em si, sujeita os envolvidos ao império dos voluntarismos

<sup>7</sup>CF/88: “Art. 144, § 1º. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União”.

<sup>8</sup>CF/88: “Art. 144, § 4º. As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”.

<sup>9</sup>CF/88: “Art. 5º, LIII. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

<sup>10</sup>Constituição Federal de 1988.

e caprichos pessoais.

1.1.9 O Ministério Público já dispõe de instrumentos suficientes para suprir deficiências e coibir desvios da atuação policial.

Também existe o aspecto hollywoodiano, pois o MP selecionaria casos, tão-somente aqueles que dariam mídia e glória e não sujariam as mãos em crimes de pouca importância para a instituição.

### 3 A POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE A INVESTIGAÇÃO DIRETA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

O STF, no decorrer do tempo, vem reformando suas decisões quanto à possibilidade do membro do Ministério Público investigar na esfera criminal. Antigamente, o Supremo se posicionou com argumentos contrários a essa função ministerial, como se verifica dos entendimentos da 2ª Turma no ano de 1999. Neste ano, este órgão fracionário se posicionou pela impossibilidade desse tipo de investigação, informando que o Ministério Público deveria estar limitado às investigações policiais e, se fosse necessário, requisitar a complementação dessas diligências ao próprio órgão policial.

Em 2003, outra decisão, com a mesma fundamentação acima, foi proferida. O ministro Nelson Jobim, relator do caso RHC n. 81.326/DF, afirmou que ao Ministério Público não eram concedidos poderes investigatórios criminais, devendo, se assim quisesse, requisitá-los à autoridade policial.

Não obstante essas decisões, o STF vem proferindo decisões que afirmam a possibilidade da investigação ministerial. Isso porque o caso mais polêmico na discussão sobre a investigação pelo Ministério Público residia no processo referente ao deputado Remi Trinta, em 2007.

Estava em julgamento pelo STF o Inquérito n. 1.968/03 em que o Deputado Remi Trinta (PL-MA), acusado da prática de estelionato e suposta fraude contra o Sistema Único de Saúde (SUS), pedia a invalidade da denúncia oferecida pelo Ministério Público por se basear na investigação feita pela própria instituição. Até setembro de 2004, quando ainda estava em pauta o julgamento, o ministro Marco Aurélio, relator, e o ministro Nelson Jobim votaram contrariamente ao poder investigatório do Ministério Público, enquanto os ministros Joaquim Barbosa, Eros Grau e Carlos Ayres Britto votaram favoravelmente. Contudo, com a não reeleição do deputado nas eleições de 2006, o processo foi remetido à Justiça Federal do Maranhão, restando prejudicado o julgamento definitivo pelo STF.

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento do HC 91.661 – PE, a Relatora Ministra Ellen Gracie, 10 de março de 2009, entendeu que é possível a investigação criminal feita diretamente pelo Ministério Público.

E nesse aspecto caminhou bem o STF, pois se órgãos não ligados à persecução criminal têm o poder de investigar, como é o caso de Comissões Parlamentares de Inquérito, repartições fiscais, fatos que podem configurar infrações penais, não há razão, argumento razoável, para retirar do *Parquet* tal atribuição.

A propósito, tem-se importante precedente no julgamento do HC 84.965/MG, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgamento de 13 de dezembro de 2011, publicado no DJe de 10 de abril de 2012, onde se diz:

“HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGADA FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PERSECUÇÃO PENAL, AO ARGUMENTO DE ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INVESTIGATÓRIO PROCEDIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE NÃO-CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. FALTA DE JUSTA CAUSA NÃO CARACTERIZADA. ORDEM DENEGADA. 1. POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. EXCEPCIONALIDADE DO CASO. Não há controvérsia na doutrina ou jurisprudência no sentido de que o poder de investigação é inerente ao exercício das funções da polícia judiciária – Civil e Federal –, nos termos do art. 144, § 1º, IV, e § 4º, da CF. A celeuma sobre a exclusividade do poder de investigação da polícia judiciária perpassa a dispensabilidade do inquérito policial para ajuizamento da ação penal e o poder de produzir provas conferido às partes. Não se confundem, ademais, eventuais diligências realizadas pelo Ministério Público em procedimento por ele instaurado com o inquérito policial. E esta atividade preparatória, consentânea com a responsabilidade do poder acusatório, não interfere na relação de equilíbrio entre acusação e defesa, na medida em que não está imune ao controle judicial – simultâneo ou posterior. O próprio Código de Processo Penal, em seu art. 4º, parágrafo único, dispõe que a apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a competência de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função. À guisa de exemplo, são comumente citadas, dentre outras, a atuação das comissões parlamentares de inquérito (CF, art. 58, § 3º), as investigações realizadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF (Lei 9.613/98), pela Receita Federal, pelo

Bacen, pela CVM, pelo TCU, pelo INSS e, por que não lembrar, mutatis mutandis, as sindicâncias e os processos administrativos no âmbito dos poderes do Estado. Convém advertir que o poder de investigar do Ministério Público não pode ser exercido de forma ampla e irrestrita, sem qualquer controle, sob pena de agredir, inevitavelmente, direitos fundamentais. A atividade de investigação, seja ela exercida pela Polícia ou pelo Ministério Público, merece, por sua própria natureza, vigilância e controle. O pleno conhecimento dos atos de investigação, como bem afirmado na Súmula Vinculante 14 desta Corte, exige não apenas que a essas investigações se aplique o princípio do amplo conhecimento de provas e investigações, como também se formalize o ato investigativo. Não é razoável se dar menos formalismo à investigação do Ministério Público do que aquele exigido para as investigações policiais. Menos razoável ainda é que se mitigue o princípio da ampla defesa quando for o caso de investigação conduzida pelo titular da ação penal. Disso tudo resulta que o tema comporta e reclama disciplina legal, para que a ação do Estado não resulte prejudicada e não prejudique a defesa dos direitos fundamentais. E que esse campo tem-se prestado a abusos. Tudo isso é resultado de um contexto de falta de lei para regulamentar a atuação do Ministério Público. No modelo atual, não entendo possível aceitar que o Ministério Público substitua a atividade policial incondicionalmente, devendo a atuação dar-se de forma subsidiária e em hipóteses específicas, a exemplo do que já enfatizado pelo Min. Celso de Mello quando do julgamento do HC 89.837/DF: “situações de lesão ao patrimônio público, [...] excessos cometidos pelos próprios agentes e organismos policiais, como tortura, abuso de poder, violências arbitrárias, concussão ou corrupção, ou, ainda, nos casos em que se verificar uma intencional omissão da Polícia na apuração de determinados delitos ou se configurar o deliberado intuito da própria corporação policial de frustrar, em função da qualidade da vítima ou da condição do suspeito, a adequada apuração de determinadas infrações penal”. No caso concreto, constata-se situação, excepcionalíssima, que justifica a atuação do Ministério Público na coleta das provas que fundamentam a ação penal, tendo em vista a investigação encetada sobre suposta prática de crimes contra a ordem tributária e formação de quadrilha, cometido por 16 (dezesseis) pessoas, sendo 11 (onze) delas fiscais da Receita Estadual, outros 2 (dois) policiais militares, 2 (dois) advogados e 1 (um) empresário. 2. ILEGALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ANTE A FALTA DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA NA ESPÉCIE. De fato, a partir do precedente firmado no HC 81.611/DF, formou-se, nesta Corte, jurisprudência remansosa no sentido de que o crime de sonegação fiscal (art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990) somente se consuma com o lançamento definitivo. No entanto, o presente caso não versa, propriamente, sobre sonegação de tributos, mas, sim, de crimes supostamente praticados por servidores públicos em detrimento da administração tributária. Anoto que o procedimento investigatório foi instaurado pelo Parquet com o escopo de apurar o envolvimento de servidores públicos da Receita estadual na prática de atos criminosos, ora solicitando ou recebendo vantagem indevida para deixar de lançar tributo, ora alterando ou falsificando nota fiscal, de modo a simular crédito tributário. Daí, plenamente razoável concluir pela razoabilidade da instauração da persecução penal. Insta lembrar que um dos argumentos que motivaram a mudança de orientação na jurisprudência desta Corte foi a possibilidade de o contribuinte extinguir a punibilidade pelo pagamento, situação esta que sequer se aproxima da hipótese dos autos. 3. ORDEM DENEGADA.”

Ademais, o procedimento criminal não é obrigatório. Ora, nessa linha de pensar, tem-se posição do Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo que o *Parquet* pode requisitar diligências, esclarecimentos, diretamente, visando a instrução de seus procedimentos administrativos, como se lê do RHC 8.106-DF, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 4 de junho de 2001.

Essa mesma corte editou a súmula 234 dizendo que a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

Somado a isso, o argumento que a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento de que por expressa previsão constitucional possui o *Parquet* a prerrogativa de instaurar procedimento administrativo e conduzir diligências investigatórias.

Mas o assunto ainda não está pacificado no STF, muito embora as decisões venham se modificando e favoráveis à possibilidade da investigação criminal realizada pelo Ministério Público.

#### 4 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A REVOGAÇÃO DA PEC 37

De autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), a PEC 37 acrescenta um parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, para estabelecer que a apuração das infrações penais será competência privativa das polícias federal e civil. Atualmente, por determinação constitucional, o Ministério Público e outras instituições também exercem, em casos específicos, a atividade de investigação criminal.

A Proposta busca resolver a polêmica interpretativa do sistema de competências trazido pela Constituição, principalmente diante da teoria dos “poderes implícitos”, que recentemente vem sendo acolhida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, e acrescentar ao texto a previsão explícita de que a investigação criminal direta cabe privativamente à polícia judiciária, não podendo ser conduzida e realizada diretamente pelo Ministério Público.

Porém, em 25 de junho de 2013 a PEC 37 foi rejeitada. E agora se pergunta o que mudou? Absolutamente nada, pois o Ministério Público já exercia seu pseudo poder de investigar conforme a corrente contrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo a análise do poder de investigação do Ministério Público. Para isso acontecer se passou pelas correntes que defendem ou rechaçam a ideia do *Parquet* investigar.

Diante das críticas positivas e negativas em relação à presença do MP nas investigações criminais, conclui-se que, de fato, existe um distanciamento entre a polícia judiciária e a instituição do MP, que precisa ser eliminada em prol da sociedade. Uma vez suprimida a distância, a sociedade será beneficiada com a eficácia e celeridade dos procedimentos processuais, recebendo uma rápida resposta às suas necessidades, garantindo assim, a segurança da ordem pública. Assim sendo, apresentados os dois lados e obrigado a aprofundar o estudo, percebe-se que a competência além da polícia judiciária também pertence ao Ministério Público.

O MP tendo esse poder beneficiará o ordenamento jurídico, podendo, inclusive, dar uma forma mais qualitativa ao ato de investigar, tornando-o mais célere a conclusão de inquéritos, assim formando sua *opinio delicti* rapidamente.

Saliente-se ainda que, a doutrina e jurisprudência na sua grande maioria entendem que a presença do MP nas investigações criminais seria fundamental para a permanência do Estado Democrático de Direito.

Em contrapartida, que esse poder almejado e quase conquistado pelo MP não seja utilizado somente naqueles crimes que dariam mídia para a instituição.

Por fim, o que falta é no âmbito da Corte Suprema, pois os argumentos trazidos até então não resistem a um exame mais aprofundado, mas os entendimentos dissidentes permanecem, ainda que em minoria. Ademais, muito embora a atual tendência da Corte seja a de validar tais investigações, tal não se reveste de caráter vinculante, podendo, inclusive, ser completamente modificada.

Não há até o momento uma posição final do Tribunal Pleno sobre o assunto, o que, ao menos no âmbito do Poder Judiciário, seria a única medida capaz de pôr fim à celeuma jurisprudencial.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Investigação pelo Ministério Público**: argumentos contrários e a favor: a síntese possível e necessária. Disponível em: [http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/parecer\\_barroso\\_investigacao\\_pelo\\_mp.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/parecer_barroso_investigacao_pelo_mp.pdf). Acesso em 05 set. 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal, 1941.

BRASIL, **Lei Orgânica Nacional do Ministério Público** (Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993)

BRASIL, **Lei Complementar n. 75/93** (Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União).

MOREIRA, Rômulo Andrade. A investigação criminal e o Ministério Público. In: CUNHA, Rogério Sanches; TAQUES, Pedro; GOMES, Luiz Flávio (Coord.). **Limites constitucionais da investigação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 384-411

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

8 OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. **Investigação criminal direta pelo Ministério Público**: visão crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p. 177

## Sistema prisional brasileiro e Direitos Humanos *Brazilian prison system and human rights*

Perço Evandro Carazzo<sup>1</sup>

Submetido em: 18/09/2022  
Aprovado em: 18/09/2022  
Publicado em: 20/09/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.356

### RESUMO

O presente artigo trata-se de um estudo sobre Sistema Prisional Brasileiro e Direitos Humanos. Por meio de uma revisão de literatura com pesquisa bibliográfica em que se buscam informações em livros, revistas, publicações e demais materiais sobre o assunto. Entre os objetivos está a busca de maiores informações sobre o tema. Expressamente a Constituição Federal prevê a responsabilidade do Estado perante todos os cidadãos, lhes garantindo direitos e deveres fundamentais, abrangendo também aqueles que encontram-se privados de sua liberdade em unidades prisionais, embora a Lei de Execução Penal seja considerada uma das mais avançadas do mundo há muitas contravenções entre a Lei e a sua real aplicabilidade.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional. Direitos Humanos. Estado. Responsabilidade.

### ABSTRACT

This article is a study on the Brazilian Prison System and Human Rights. Through a literature review with bibliographic research in which information is sought in books, magazines, publications and other materials on the subject. Among the objectives is the search for more information on the subject. The Federal Constitution expressly provides for the responsibility of the State towards all citizens, guaranteeing them fundamental rights and duties, also covering those who are deprived of their liberty in prison units, although the Penal Execution Law is considered one of the most advanced in the world. there are many contraventions between the Law and its real applicability.

**Keywords:** Prison System. Human rights. State. Responsibility.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente o sistema prisional não possibilita ao detento ressocializar-se, tendo em vista que seus mais remotos direitos não são respeitados, as unidades prisionais não comportam a totalização de detentos, os agentes penitenciários muitas vezes não tem uma formação adequada.

A superlotação nas unidades prisionais acaba acarretando em violência sexual entre os detentos, a presença de tóxicos e a falta de higiene acabam ocasionando epidemias, entre outros.

A violação dos direitos humanos no sistema prisional é um tema o qual a sociedade não pode calar-se e fingir não ver, ficando inerte diante do sofrimento desnecessário e inaceitável que fazem parte do cotidiano daqueles que estão sob custódia do Estado.

Ao contrário dos termos estabelecidos na lei, as unidades prisionais proporcionam um ambiente degradante e desumano ao detento, visto que a superlotação, ausência de assistência médica e a precariedade na alimentação desencadeiam diversas doenças.

Cabe ressaltar que esse declínio no sistema prisional brasileiro não atinge somente os detentos, mas também aquelas pessoas que encontram -se em contato com essa realidade de forma direta ou indireta.

1

## 2 DESENVOLVIMENTO

O sistema prisional brasileiro vem mostrando toda sua fragilidade e sua ineficiência, pois as unidades prisionais, teoricamente deveriam ser o lugar onde os detentos pagassem pelos seus erros, de maneira a refletir e não voltar a criminalidade. No entanto, a realidade mostra que as unidades prisionais tornaram -se locais mais perigosos do que fora delas.

É total o descaso estatal, também exercendo papel fundamental para a decadência do sistema prisional, o Poder

1perco@bol.com.br

Judiciário, pois ciente muitas vezes até mesmo pela imprensa de que as unidades prisionais encontram-se superlotadas, continuam a mandar para ali não somente pessoas condenadas, mas também aquelas que aguardam o desenrolar de um processo, os presos provisórios.

Os detentos brasileiros são, em sua maioria, homens na faixa etária de 20 a 49 anos, com pouca escolaridade e provenientes de grupos de baixo nível socioeconômico. As prisões, em sua maioria, são locais superlotados, pouco ventilados e com baixos padrões de higiene e limpeza. A nutrição é inadequada e comportamentos ilegais, como o uso de álcool e drogas ou atividades sexuais (com ou sem consentimento), não são reprimidos. Estas condições submetem essa população a um alto risco de adoecimento e morte por tuberculose e AIDS. A infecção pelo HIV é o maior fator de risco conhecido para o desenvolvimento de tuberculose, doença entre adultos infectados pelo *Mycobacterium tuberculosis*. (NOGUEIRA; ABRAHÃO, 2009, p.32).

O sistema carcerário é denominado o conjunto de prisões, cadeias e presídios em um determinado território nacional. Em sua maioria são financiados pelos governos estaduais com verba repassada pelo governo federal. Os sistemas são conduzidos por regras internas e o mesmo serviria para aquele que cometeu um crime e que está cumprindo sua pena receber uma reeducação, para que quando se restabeleça novamente na sociedade tenham uma nova chance de construir algo e ser uma pessoa certa perante a lei, porém não é o que acontece normalmente, pelo menos não no Brasil.

A falência de nosso sistema carcerário tem sido apontada, acertadamente, como uma das maiores mazelas do modelo repressivo brasileiro, que, hipocritamente, envia condenados para penitenciárias, com a apregoada finalidade de reabilitá-lo ao convívio social, mas já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais despreparado, desambientado, insensível e, provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere. (MIRABETE, p. 89, 2008).

As unidades prisionais contam com um sistema totalmente desumano onde os detentos são tratados com o mínimo de dignidade possível, devido a superlotação, onde os mesmos ficam amontoados em pouco espaço, sem higiene, falta de acompanhamento médico, educação, um trabalho para que sua mente reformule e o mesmo consiga uma reeducação, e em boa parte eles não possuem sequer uma alimentação adequada.

Em contraposição à lei, pode-se verificar uma enorme disparidade, isso se dá devido a omissão e ao descumprimento das leis por parte do Estado e dos demais órgãos responsáveis pelo sistema, sendo estes os causadores dos principais problemas atualmente existentes nesses locais, sejam em estrutura com precariedade, superlotação ou problemas administrativos, que acabam por fazer com que as unidades prisionais não cumpram seu papel de recuperar o condenado para o convívio social.

Os direitos humanos possuem como base dois primordiais fatores para a proteção do homem, que são a liberdade e a igualdade, essa afirmação está contida no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde dispõe também que toda pessoa já é livre e igual a qualquer outra, no que diz respeito a seus direitos e de sua dignidade, desde o seu nascimento, sendo então um preceito básico para que a dignidade humana seja respeitada.

Os direitos do homem nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na universalidade não mais abstrata, mas também ela concreta, os direitos positivos universais. (BOBBIO, 1992, p. 30).

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos são garantias jurídicas universais que visam proteger indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana.

Sendo assim se os direitos humanos protegem os seres humanos das ações ou omissões do estado e diversas vezes percebe-se que tais direitos são violados para aquelas pessoas que encontram-se livres, que são capazes de ao menos serem ouvidas, imaginemos aquelas que encontram-se sob custódia estatal, detidas nas mais longínquas unidades prisionais brasileiras.

A dignidade humana constitui-se em qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (VERÍSSIMO, 2019).

Inúmeras vezes os direitos humanos nas unidades prisionais, no medieval sistema carcerário brasileiro, passa despercebida ou até mesmo ignorada devido ao ódio, ao sentimento de vingança que assola boa parte da sociedade, a qual esquece muitas vezes que as pessoas que encontram-se hoje detidas são as mesmas que estarão livres amanhã pela sociedade.

Além das Leis já citadas, o Código Penal traz em seu artigo 38, que em nenhuma hipótese os regulamentos das penitenciárias podem permitir medidas que coloquem a saúde do preso em risco ou que “ofendam a sua dignidade humana”. Portanto, percebe-se, que em praticamente todas as previsões legais a integridade do preso deve ser respeitada, assim como suas garantias. (BRASIL, 2016).

A sociedade assiste a tudo de braços cruzados e naturalizam os acontecimentos, a falta de empatia humana faz com que todas essas situações continuem, que para a sociedade aqueles que estão sofrendo suas penas é nada mais do que um castigo por não terem se comportado devidamente diante das leis.

É de suma importância que o sistema prisional brasileiro cumpra sua legalidade, pois a precariedade e as condições desumanas em que atualmente vivem os detentos são assuntos extremamente delicados, visto que as unidades prisionais são hoje grandes aglomerados de pessoas, onde o mais forte irá subordinar o mais fraco.

O Estado tem o poder de prender alguém, com base na proteção dos bens jurídicos tutelados por ele mesmo, com objetivo de manter uma sociedade harmônica, pacífica e justa. Com base nisso, é estabelecido um direito penal, para regular as condutas humanas, instituindo penas àqueles que transgridem as regras de não fazer contidas no Código Penal e em Leis Penais esparsas. Mais a Lei adjetiva penal também regulamenta as garantias fundamentais, pois fazem parte da estrutura da constituição do Estado,

As garantias legais previstas durante a execução da pena, assim como os direitos humanos do preso estão previstos em diversos estatutos legais. Em nível mundial existem várias convenções como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Resolução da ONU que prevê as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso. Já em nível nacional, nossa Carta Magna reservou 32 incisos do artigo 5º, que trata das garantias fundamentais do cidadão, destinados à proteção das garantias do homem preso. Existe ainda em legislação específica -Lei de Execução Penal - os incisos de I a XV do artigo 41, que dispõe sobre os direitos infraconstitucionais garantidos ao sentenciado no decorrer na execução penal. (ASSIS, 2007, p. 4).

As ofensas à dignidade da pessoa humana precisam ser tratadas como ofensas aos fundamentos do Estado de Direito, esse tipo de comportamento não pode ser mais tolerado, de seres humanos contra seres humanos, tendo por fim, que se trata de um ser igual ao outro.

É dever do sistema prisional garantir ao infrator condições que assegurem a dignidade da pessoa humana, sendo esse, um princípio constitucional que preside os demais direitos e garantias fundamentais objetivando que o sistema prisional ofereça todas as condições necessárias para inseri-lo novamente na sociedade.

Atualmente é mais do que evidente que o sistema prisional acaba acentuando a marginalidade dos indivíduos que ali ingressam, aumentando então o que deveria ser combatido, sendo assim pode-se verificar uma eficácia inversa de tal sistema, essa situação acaba contribuindo para um fator alarmante: o detento vai sendo moldado e criando suas próprias aferições sobre o sistema, que o enclausura em uma cela, diversas vezes, sem condições infraestruturais dignas de humanidade, permitindo então que além da ociosidade, se crie uma mente capaz de arquitetar planos maléficos fora ou dentro daquele recinto.

Dentro da prisão, dentre várias outras garantias que são desrespeitadas, o preso sofre principalmente com a prática de torturas e de agressões físicas. Essas agressões geralmente partem tanto dos outros presos como dos próprios agentes da administração prisional. O despreparo e a desqualificação desses agentes fazem com que eles consigam conter os motins e rebeliões carcerárias somente por meio da violência, cometendo vários abusos e impondo aos presos uma espécie de disciplina carcerária que não está prevista em lei, sendo que na maioria das vezes esses agentes acabam não sendo responsabilizados por seus atos e permanecem impunes. (ASSIS, 2007).

Devido a tantas violações e desrespeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos humanos, o Brasil já foi denunciado diversas vezes em organismos internacionais.

Embora os estatutos demonstrem atenção aos direitos humanos dos detentos, a realidade nos cárceres brasileiros é muito diferente, os meios de comunicação noticiam constantemente as barbáries que ocorrem no interior das penitenciárias, tais como assassinatos, além de divulgarem a real situação dos detentos e presos provisórios, bem aquém da ideal.

Como consequência ao descaso das autoridades, o Brasil vem sendo palco de diversos episódios em que civis fazem justiça com as próprias mãos, a fim de dar uma resposta à própria sociedade, que assiste ao aumento da criminalidade. Muito tem se escutado, bandido bom é bandido morto, as violações aos direitos humanos dos detentos tem sido consequência do descaso dos governantes, legitimado pela sociedade, que assiste ao sofrimento do detento uma espécie de pena paralela.

A razão pela qual as comunidades políticas altamente desenvolvidas, como as antigas cidades-Estados ou os modernos Estados-nações, tão frequentemente insistem na homogeneidade étnica é que esperam eliminar, tanto quanto possível, essas distinções e diferenciações naturais e onipresentes que, por si mesmas, despertam silencioso ódio, desconfiança e discriminação, porque mostram com impertinente clareza aquelas esferas onde o homem não pode atuar e mudar à vontade, isto é, os limites do artificio humano. O “estranho” é um símbolo assustador pelo ato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência a destruir. (ARENDDT, 1989, p. 335).

Nas unidades prisionais do Brasil, a crueldade é uma marca registrada, onde os detentos vivem em condições muito aquém de suas necessidades, sofrendo violência por parte do Estado, o qual deveria assegurar suas condições de vida no cárcere, e na maioria das vezes, acaba transferindo essa violência aos demais detentos, ou seja, pode-se dizer que cometem os mais diversos atos um contra os outros, como maneira de demonstrar que são mais fortes e, assim, serem respeitados e temidos.

Sendo assim fica evidente que o detento segue tendo seus direitos, visto que não deixa de ser uma pessoa, mesmo que esses direitos tenham de ser adaptados para atendimento no cárcere.

Assegurar os direitos do detento não trata-se de lhe oferecer benefícios em face de seus crimes, mas sim de compreender que este não deixa de ser uma pessoa humana, mesmo que suas condutas sejam irrepreensíveis, sua característica de humanidade não poderá ser perdida, sob nenhuma circunstância.

Art. 41 - Constituem direitos do preso: I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI - chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. (BRASIL, 2019).

Dentro do sistema prisional ocorre uma violação generalizada de direitos fundamentais dos detentos, no tocante à dignidade pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoa que encontra-se sob custódia. As penas aplicadas nas unidades prisionais brasileiras acabam por converter-se em penas cruéis e desumanas, onde são negados todos e qualquer direito à existência minimamente humana.

Além disso, existe uma espécie de código de honra entre os apenados e, assim, condenados por determinados tipos de crimes são considerados merecedores de punições aplicadas pelos próprios presos. Ao invés de os presídios retirarem esses indivíduos do convívio social para que compreendam a gravidade de seus atos, eles são inseridos em um ambiente no qual tendem a se tornar ainda mais revoltados e perigosos. (NOVO, 2017, p.1).

O sistema prisional não vem cumprindo com seus verdadeiros objetivos, que são de sancionar as condutas criminosas e reeducar o detento, a fim de reinseri-lo à sociedade. Demonstração clara disso são os elevados índices de reincidência criminal no Brasil, assim o desafio para aqueles que saem da prisão de se reintegrar ao mercado de trabalho e ambiente social, torna-se um dificuldade, visto que ainda há muito preconceito por parte da sociedade com ex-detentos.

A ressocialização talvez seja o “ponto fraco” do sistema prisional. Os altos índices de reincidência provam que o sistema carcerário não está realizando seu objetivo principal. A sociedade também tem sua parcela de culpa, não proporcionando oportunidades no mercado de trabalho aos egressos. A falta de acesso à educação e por consequência a ausência de formação profissional, colaboram para que essas pessoas não consigam emprego, e se sintam excluídos socialmente, devido o grande preconceito enfrentado, criado pelo estigma de ser um ex-presidiário, existindo a presunção no seio coletivo de que trata-se de pessoa violenta e que não mereça confiança.

A disciplinarização dos detentos não vem sendo observada nos presídios. Pelo contrário, o que se verifica é o aumento da criminalidade que supostamente deveria ser reduzido pela penitenciária. Nesse sentido o que se está amplamente comprovado é que o cárcere aumenta os crimes na sociedade, em vez de reduzi-los. É mais do que evidente que o sistema prisional acentua a marginalidade dos indivíduos que nele ingressam, aumentando aquilo que deveria combater. Nesse sentido, o que se observa é uma “eficácia inversa” de tal sistema. Logo, de fato, podemos inferir que o suposto escopo estatal de regeneração do marginal é hipócrita. Tendo em mente que isso nunca virá acontecer com o sistema penitenciário que existe hoje no Brasil, e em grande parte dos países ocidentais. Tal situação contribui com um fato alarmante: o detento vai sendo moldado e criando suas próprias aferições sobre o sistema, que o enclausura numa cela, muitas vezes, sem condições infraestruturais dignas de humanidade, permitindo que além da

ociosidade, se crie uma mente capaz de arquitetar planos maléficos fora daquele recinto ou até mesmo dentro dele. (CYPRIANO; LEMOS, 2015).

A ressocialização tem como finalidade priorizar a prevenção do retorno para o presídio e assim diminuir a ociosidade nas cadeias e implantar direita a liberdade do ser humano. Um preso reabilitado não é alguém que aprendeu a sobreviver bem na prisão, mas uma pessoa que tem êxito no mundo externo à prisão após sua soltura. Para que as autoridades penitenciárias deem prioridade em seu programa de atividades ao que o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos descreve como a “regeneração e reabilitação social” dos presos, elas precisarão basear as atividades realizadas dentro da prisão no princípio de oferecer às pessoas presas os recursos e as habilidades de que elas necessitam para viver bem fora da prisão. Isso significa, por exemplo, vincular o trabalho que os presos desempenham na penitenciária com as possibilidades de trabalho no mundo externo. As pessoas presas precisam ser ajudadas a adquirir habilidades e desenvolver a capacidade de ganhar a vida e sustentar uma família, tendo em conta a discriminação que ex presidiários provavelmente enfrentarão quando procurarem encontrar emprego.

## CONCLUSÃO

Pode-se observar que os direitos previstos tanto na Constituição quanto na Lei De Execução penal devem ser mantidos, muito embora o sistema prisional encontra-se em uma situação lamentável o poder público dispõe de recursos financeiros para reconstruir o sistema prisional brasileiro proporcionando então aos detentos a ressocialização, no entanto a única coisa que falta é a iniciativa do Estado.

Para que haja mudanças no sistema prisional é preciso que a sociedade evolua para além do positivismo jurídico, evoluindo em fraternidade, solidariedade, na compreensão do que sejam os direitos humanos, no reconhecimento de uma sociedade efetivamente de iguais em direitos e dignidade, para tanto exige-se políticas públicas destinadas à educação e ao aprimoramento da cultura social nessa área e o efetivo envolvimento da sociedade nessa tarefa difícil de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A crise do sistema prisional reflete nos índices de criminalidade, visto o alto grau de reincidência no país, pois o objetivo ressocializador não vem sendo atingido, e tem sido crescente as discussões no sentido de buscar alternativas para o problema.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSIS, Rafael Damasceno de. **As prisões e o direito penitenciário no Brasil**, p.4. 2007.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos. Tradução. Carlos Nelson Coutinho**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- BRASIL. **Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 29 Julho 2022.
- CYPRIANO, Arthur; LEMOS, J, T. A violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro. **Jusbrasil**. Vitória, Espírito Santo, 2015. Disponível em: <https://jordantomazelli.jusbrasil.com.br/artigos/155977254/a-violacao-dos-direitos-humanos-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em 10 Agosto 2022.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.
- 5 NOGUEIRA, Péricles Alves; ABRAHÃO, Regina Maura Cabral. A infecção tuberculosa e o tempo de prisão da população carcerária dos Distritos Policiais da zona oeste da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2009000100004&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2009000100004&lang=pt). Acesso em: 10 Agosto 2022.
- NOVO, Benigno Nuñez. Sistema carcerário brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 20, n. 166, nov. 2017. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=19820&revista\\_caderno=3](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19820&revista_caderno=3). Acesso em: 30 Julho 2022.



VERÍSSIMO, Elza. O sistema prisional brasileiro como violador dos direitos humanos. **Jus**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/76853/o-sistema-prisional-brasileiro-como-violador-dos-direitos-humanos>. Acesso em 03 Agosto 2022.



## A importância dos Remédios Constitucionais no ordenamento jurídico brasileiro *The importance of Constitutional Remedies in the Brazilian legal system*

Perço Evandro Carazzo

Submetido em: 18/09/2022  
Aprovado em: 18/09/2022  
Publicado em: 20/09/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.357

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo abordar os remédios constitucionais e suas formas de garantias fundamentais, que são assegurados pelo legislador constituinte originário. Mostrando a importância desses remédios para o ordenamento jurídico brasileiro. O método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, foi uma revisão bibliográfica. Por fim, é possível verificar na constituição federal de 1988 e na legislação ordinária, a possibilidade de impetração correta. Fornecendo aos indivíduos e cidadãos o exercício de seu direito assegurado.

**Palavras-chave:** Constituição Federal, Legislação, Remédios.

### ABSTRACT

This study aims to address constitutional remedies and their forms of fundamental guarantees, which are ensured by the original constituent legislator. Showing the importance of these remedies for the Brazilian legal system. The method used for the development of this research was a literature review. Finally, it is possible to verify in the 1988 Federal Constitution and in the original legislation, the possibility of correct entry. Providing individuals and citizens with the exercise of their assured right.

**Keywords:** Federal Constitution, Legislator, Remedies.

## 1. INTRODUÇÃO

De forma Ampla, as espécies de remédios constitucionais, apontam diretamente para sua fundamentação legal na Constituição Federal de 1988 que tem o intuito de considerar tais espécies de garantias fundamentais asseguradas pelo legislador constituinte originário. A natureza jurídica desses remédios constitucionais que fazem parte do ordenamento jurídico pátrio estão, de uma maneira específica apontando para a essência de cada um desses remédios, apresentando suas origens históricas advindas de constituições anteriores.

Além de possuir fundamentação legal na constituição federal de 1988, algumas espécies de remédios constitucionais são embasadas na própria legislação infraconstitucional existindo inclusive entre essas legislações, uma anterior a em vigor, mas recepcionada por ela, estando então de acordo com a atual, ou seja, a vigente.

Com o objetivo de movimentar o poder judiciário e possui eficácia no que se pleiteia referente a várias espécies de remédios constitucionais, deve-se saber qual a via adequada para implementar cada espécie, apresentando assim o caminho que deve ser utilizado, é necessário obter primeiramente dessas espécies a negativa administrativa para que em seguida se obtenha êxito na Via judicial.

Levando em conta a temática, a presente pesquisa tem o objetivo de verificar os remédios constitucionais e identificar sua importância no ordenamento judiciário brasileiro.

O método utilizado para desenvolvimento da pesquisa, foi uma abordagem qualitativa, a partir de um estudo bibliográfico e método positivismo jurídico e teórico trazendo como análise da doutrina, a legislação constitucional, a jurisprudência e infraconstitucional correlata.

1

## 2. ESPÉCIES DE REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Os remédios constitucionais asseguram a importância legal no ordenamento jurídico brasileiro, em alguns casos garantindo após sua impetração, o exercício de movimentação do Poder Judiciário, para cessar a imparcialidade do Estado visando obter o direito ou até mesmo assegurá-lo.

Os remédios são garantias fundamentais que asseguram os indivíduos e cidadãos pelo legislador constituinte originário no texto da CF de 1998, para assegurar as condições mínimas de convivência em sociedade, impondo ao estado e as pessoas limites primordiais estabelecidos na Constituição vigente.

Na CF de 1988, estão descritas as seguintes espécies de remédios constitucionais:

- a) Direito à obtenção e petição da certidão prevista no Artigo 5º, Inciso XXXIV;
- b) Habeas corpus previsto no Artigo 5º, Inciso. LXVIII;
- c) Mandado de segurança previsto no Artigo 5º, Inciso. LXIX;
- d) Mandado de segurança coletivo previsto no Artigo 5º, Inciso. LXX;
- e) Mandado de injunção previsto no Artigo 5º, Inciso. LXXI;
- f) Habeas data previsto no Artigo 5º, Inciso. LXXII;
- g) Ação popular previsto no Artigo 5º, Inciso. LXXIII.

Sendo assim, é necessário expor todas as espécies de remédios constitucionais presentes na Constituição, uma vez que, são previstas no Artigo 5º, que versa sobre as garantias e direitos constitucionais, asseguradas pelo legislador constituindo como uma das cláusulas pétreas expressas na CF de 1988, que estabelece, a inadmissibilidade da redução dos direitos, permitindo a amplitude sobre a pena de configuração na vedação ao retrocesso.

### 3 A NATUREZA JURÍDICA DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PRESENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Os remédios constitucionais possuem uma enorme relevância para o ordenamento pátrio jurídico. São inúmeras espécies, e é necessário que a apresentem a natureza jurídica destas:

Assegura José Afonso da Silva que o Direito de petição tem sua origem remota. Nasceu na Inglaterra durante a idade média que resultou das revoluções inglesas de 1628, especialmente, mas já se havia insinuado na própria magna carta de 1215. Consolidou-se com a revolução de 1689 com a declaração dos direitos (bill of rights). Consistindo no simples direito de o Grande Conselho, e depois de o Parlamento, pedir ao rei que sancionasse leis (SILVA, 2014, p.445).

O direito de petição possui natureza informativa, e assegura ao indivíduo a participação de forma indireta na fiscalização da coisa pública, pois o direito em apreço é a defesa de direitos em situações onde a abusividade ou ilegalidade se apresenta através do poder público.

O direito de petição é o único dos remédios constitucionais previstos desde a Constituição do Império de 1824 até a Constituição Federal de 1988 no ordenamento jurídico brasileiro (BRASIL, 1824).

O habeas corpus é assegurado desde a constituição de 1891, só não foi reconhecido na Constituição do Império de 1824 (BRASIL, 1891).

A origem do habeas corpus está na Magna Charta Libertatum, outorgada na Inglaterra, nos campos de Runnymede, em 1215, pelo Rei João, filho de Henrique II, sucessor de Ricardo Coração de Leão, que se tornaria, mais tarde, o legendário João Sem Terra. Foi no Capítulo XXIX dessa Magna Charta Libertatum que se calçaram, através das idades, as demais conquistas do povo inglês para a garantia prática, imediata e utilitária da liberdade física (BULOS, 2014 p. 9).

O significado do habeas corpus é marcante e tem o propósito de tomar o corpo e submeter o paciente ao juiz para que a coação seja examinada E se for o caso o liberte, sendo assim a constituição federal de 1988 estabelece que seja concedido habeas corpus sempre que uma pessoa se achar ameaçado ou sofrer violência ou coação em sua liberdade de se locomover, por abuso de poder ou ilegalidade.

2

O habeas corpus é dividido em duas espécies que pode ser preventivo para evitar uma violação à liberdade, nesse caso o magistrado deve expedir um salvo conduto, impedindo que ocorra a prisão pelo motivo alegado. O outro é o repressivo, que tem como objetivo cessar o direito tolhido na Liberdade de ir e vir devendo o juiz nesses casos expedir alvará de soltura, caso o paciente esteja preso ou emitir um contramandado se estiver expedido algum mandado de prisão contra o paciente.

O mandado de segurança é de criação brasileira presente desde da Constituição Federal de 1934, com exceção da Constituição Federal de 1937, é um meio jurídico a ser utilizado de forma subsidiária, devendo ser impetrado quando não couber habeas corpus ou habeas data (BRASIL, 1934; BRASIL, 1937). Também é um remédio constitucional, que

tem como objetivo proteger um direito líquido e certo, assim admitindo uma prova pré-constituída, ou seja, não existe a necessidade de criar provas para assegurar o direito, ou mandado de segurança deve ser impetrado com uma prova já concreta, para garantir uma segurança jurídica, e estabelecer o direito certo e líquido.

Pela própria definição constitucional, o mandado de segurança tem utilização ampla, abrangente de todo e qualquer direito subjetivo público sem proteção específica, desde que se logre caracterizar a liquidez e certeza do direito, materializada na inquestionabilidade de sua existência, na precisa definição de sua extensão e aptidão para o exercício no momento da impetração (MENDES, 2015, p 441).

A CF de 88, assegura duas hipóteses possíveis para a impetração do mandado de segurança, pode ser coletivo ou individual, e seu objetivo é expresso apenas no texto da Lei garantindo o direito de impetrar o tipo coletivo por partido político representado no Congresso Nacional organização sindical, Associação legalmente constituída e em funcionamento por pelo menos um ano, entidade de classe, em defesa dos direitos dos seus associados ou membros.

O legislador constituinte originário prevê no texto da CF de 1988 o habeas data, usando como inspiração a carta Portuguesa de 1976:

O habeas data possui natureza jurídica mista ou ambivalente. Ao mesmo tempo que apresenta a face de uma autêntica ação mandamental (concede ao impetrante o direito líquido e certo de obter informações), logra a índole constitutiva (possibilita a retificação de dados). Em decorrência da sua natureza jurídica, o habeas data qualifica-se como ação constitucional, de conteúdo cível destinada a defender: (1) o direito de obter informações relativas ao impetrante, inseridas em repartições públicas ou privadas; (2) o direito de reconhecer os responsáveis pelos registros armazenados; (3) o direito de contestar dados inverídicos e eliminá-los, tomando as providências judiciais cabíveis; e (4) o direito de atualizar os dados ultrapassados (BULOS, 2014, p. 794).

Se trata de uma ação com caráter civil que é colocada à disposição de pessoas jurídicas ou físicas, proporcionando acesso, retificando ou fazendo anotações nas informações relacionadas a sua pessoa constantes em registros ou bancos de dados do governo ou de caráter público, sendo assim uma ação de caráter personalíssimo

Quanto ao mandado de injunção, seus antecedentes são Ingleses do século XIV, sendo assegurado o juízo da Equidade em casos de inexistência de normas legais para que o direito seja regulamentado. O mandado de injunção, assim como o habeas data, foi uma criação da constituição federal de 1988 e assegura que o Mandado de injunção por sua natureza jurídica de uma ação civil, com caráter fundamentalmente mandamental e tendo como fulcro, um procedimento específico destinado ao combate de omissões do legislador constituinte derivado de maneira em face do texto constitucional diante dos direitos assegurados.

E então, o mandado de injunção tem como escopo assegurar o exercício de direito em face da não regulamentação de um direito que está previsto na Constituição Estadual ou na Constituição Federal, não regulamentado pelo poder legislativo competente, “Além dos sistemas e processos voltados para à defesa de posições individuais, a proteção judiciária pode se realizar também pela utilização de instrumentos para defesa de interesse geral, com a ação civil e a ação civil popular” (MENDES, 2015, p. 451).

Ação popular que ocorre através de uma ligação histórica do Direito Romano protegendo o direito do povo. Está prevista na constituição do império de 1824 e tem como instrumento a ação penal popular, pois não constitui a um instituto de participação política, não sendo recepcionado pela constituição de 1891, aparecendo somente mais uma vez nas respectivas constituições de 1934, 1937, 1967 e na Constituição Federal de 1988.

Diferentemente de outras espécies de remédios constitucionais, a ação popular assegura ao cidadão somente a faculdade de utilizá-la diante do Poder Judiciário, como uma forma de anular atos lesivos ao patrimônio público ou entidade com participação do estado, a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico cultural.

Sendo assim, ação popular é um instrumento de participação política com reflexos na soberania popular, certificando o cidadão como parte litigante e legítima de acordo com os parâmetros previstos na constituição federal de 1988.

#### 4 A LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E CONSTITUCIONAL: SOBRE AS ESPÉCIES DE REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Na tarde de 5 de outubro de 1988, Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, promulgou a Constituição Federal de 1988, realizando seu discurso no Congresso Nacional, afirmando que a constituição certamente não seria perfeita. Afirmando também que não se pode descobrir ou afrontar a constituição, pois, considera-se o indivíduo

traidor da Pátria permitindo a reforma com relação a aspectos de discordância e divergências.

O legislador constituinte derivado da reforma é o único e principal competente para alterar o texto constitucional, ele é atribuído ainda a competência para aprovar e discutir a legislação infraconstitucional, utilizando sempre como parâmetro o texto da Constituição.

Sendo assim, a constituição federal de 1988 assegura garantias e direitos individuais que são estabelecidos nas cláusulas pétreas não admitindo que sejam suspensos em hipótese alguma.

A Constituição inclui entre as garantias individuais o direito de petição, o habeas corpus, o mandado de segurança, o mandado de injunção, o habeas data, a ação popular, aos quais se vem dando, na doutrina e na jurisprudência, o nome de remédios de Direito Constitucional, ou remédios constitucionais, no sentido de meios postos à disposição dos indivíduos e cidadãos para provocar a intervenção das autoridades competentes, visando sanar, corrigir, ilegalidade e abuso de poder em prejuízo de direitos e interesses individuais. Alguns desses remédios revelam-se meios de provocar a atividade jurisdicional, e, então, têm natureza de ação: são ações constitucionais (SILVA, 2014, p. 445).

O art. 5º da Constituição Federal de 1988, prevê as espécies de Remédios constitucionais, assegurando que todos sejam iguais perante a lei, sem qualquer tipo de distinção, garantindo aos brasileiros e estrangeiros que residem no país a inviolabilidade do direito à liberdade, à vida, segurança, igualdade, propriedade, nos seguintes termos:

- a) Direito de petição e obtenção de certidão previsto no Artigo 5º, inciso. XXXIV; XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

É um direito que deve ser posto à disposição de todos, com objetivo específico de obter dos poderes públicos o cumprimento dos princípios da moralidade, legalidade eficiência, devendo ter como parâmetro a lei para vincular seus atos e a conveniência e oportunidade para seus atos discricionários, precisando pautar no cumprimento dos preceitos éticos da administração pública, fornecendo um serviço de qualidade para a sociedade, garantido a eficiência da atividade pública quando informado ou não sobre a ilegalidade ou abuso de poder, pois “O direito de petição qualifica-se como prerrogativa de extração constitucional, Direito Público subjetivo de índole essencialmente democrática, assegurado à generalidade das pessoas pela Carta Política” (BULOS, 2014, p. 733).

- b) Habeas corpus previsto no Artigo 5º, inciso. LXVIII:  
LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder

A CF de 1988, considerada como cidadã tem como um dos seus objetivos principais estabelecer e liberdade de ir e vir, instituindo parâmetros legais para garantir esse direito, estipulando hipóteses para restringir a locomoção do indivíduo e assegurar a segurança da sociedade, determinando o cumprimento da legalidade, “O habeas corpus é o remédio a ser utilizado contra ilegalidade ou abuso de poder no tocante ao direito de locomoção, que alberga o direito de ir, vir e permanecer do indivíduo” (PAULO; ALEXANDRINO, 2017. p. 201).

- c) Mandado de segurança previsto no art. 5º, inc. LXIX;  
LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. O Direito líquido e certo é aquele que se prova, documentalmente, logo na petição inicial. Uma pesquisa na jurisprudência do STF mostra que a terminologia está ligada à prova pré-constituída, a fatos documentalmente provados na exordial. Não importa se a questão jurídica é difícil, complexa ou intrincada (BULOS, 2014, p. 757)

O artigo 5º, inc. LXIX da Constituição Federal de 1988 institui prevê o mandado de segurança, poderá ser impetrado por qualquer cidadão, com o objetivo de manifestar o poder judiciário, ou seja, não depende de legitimidade ativa para impetrar via ações judiciais.

- d) Mandado de segurança coletivo previsto no Artigo 5º, inciso LXX:  
LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Saindo um pouco da premissa das ações personalíssimas ou da personalidade das ações onde a vontade da pessoa e do autor de diminuir o litígio no âmbito judiciário prospera o mandado de segurança coletivo protesta sobre a legitimidade de litigar, dos seus representantes políticos transversalmente ou pelos responsáveis e por seus partidos na representação diante dos interesses e no Exercício da coletividade de uma categoria, “no mandado de segurança coletivo,

o interesse invocado pertence a uma categoria, agindo o impetrante – partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação – como substituto processual na relação jurídica” (PAULO; ALEXANDRINO, 2017, p. 215).

- e) Mandado de injunção previsto no Artigo 5º, inciso. LXXI;  
LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Um dos institutos que garante o direito constitucionalmente é o mandado de injunção, que é assegurado pela falta de regulamentação legislatória competente na regulamentação e instituição da lei ordinária ou no complemento, se o texto constitucional assim definir, “Cuida-se de instrumento do processo constitucional voltado para a defesa de direitos subjetivos em face de omissão do legislador ou de outro órgão incumbido de poder regulatório” (MENDES; BRANCO, 2015 p. 449).

- f) Habeas data previsto no Art. 5º, inciso. LXXII;  
LXXII - conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

O habeas data dá a garantia ao poder judiciário, da diminuição de limites, determinando o direito quando legal e convincente, do acesso a informação obstada pelo Estado ou por entidades legais instituídas pelo mesmo, o “Habeas data é o instrumento constitucional colocado ao dispor das pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras e estrangeiras, para que solicitem ao Poder Judiciário a exibição ou a retificação de dados constantes em registros públicos ou privados” (BULOS, 2014, p. 793).

- g) Ação popular previsto no Artigo 5º, inciso. LXXIII.  
LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.  
Trata-se de um remédio constitucional pelo qual qualquer cidadão fica investido de legitimidade para o exercício de um poder de natureza essencialmente política, e constitui manifestação direta da soberania popular consubstanciada no art. 1º, parágrafo único, da Constituição: todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente. Sob esse aspecto é uma garantia constitucional política (SILVA, 2014, p. 466).

Sendo assim, ação popular é uma das maneiras que o cidadão pode utilizar para cuidar da coisa pública, como uma espécie de fiscal de patrimônio público, cabendo também a depender do caso concreto mover o poder judiciário para tomar todas as providências que forem necessárias dentro da lei.

Além de fazerem parte da constituição federal de 1988, algumas espécies de remédios constitucionais contêm regulamentações próprias que são asseguradas em diversas leis e. Como no caso do habeas corpus, que tem previsão legal no código de processo penal criada através de um decreto lei e recepcionado pela constituição como uma lei ordinária, devido sua espécie normativa originária não assegurada no artigo 59. O habeas corpus está disposto no artigo 674,1 Capítulo X e seguintes deste código, segura o remédio em análise e o seu processo legal.

O mandado de segurança está previsto na legislação constitucional e na legislação infraconstitucional na lei 2016 de 7 de agosto de 2009 ponto final esta lei disciplina a possibilidade de impetração no mandado de segurança individual e coletivo.

O mandado de injunção é um meio constitucional adequado para se considerar prejudicado por omissão do legislador na elaboração de uma norma regulamentadora que torne o exercício de dinheiro e liberdades constitucionais inviável.

É a constituição federal de 1988, assegura o mandado de injunção, sendo apenas individual. Já na lei 13.300, de 23 de julho de 2016.

5

O legislador assegura a possibilidade de 100 impetrar mandado de injunção coletivo e disciplina também na lei supracitada o projeto e julgamento de mandados disjunção coletivos e individuais

Assim, é possível verificar que a CF de 1988, assegura ou mandado de injunção no seu texto e a lei específica do supracitado remédio disciplina as possibilidades para impetrar, podendo ser de maneira coletiva ou individual, desde que na forma coletiva exista no polo ativo os legitimados determinados pela lei.

Já o habeas data, possui previsão constitucional, nada obstante também existe em vigor de uma lei específica que

regulamenta o direito de acesso à informação e disciplina no rito processual durante o habeas data.

Na lei 9.507 de novembro de 1997 estão conceituados o caráter público com banco de dados e registros contendo informações que são ou podem ser transmitidas a terceiros, não sendo de uso privativo do órgão entidade produtora ou depositário das informações.

E por último, existe ação popular que tem o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público ou entidade que possua participação do estado, o meio ambiente à moralidade administrativa e o patrimônio histórico e cultural. Ação popular é prevista constitucionalmente e possui uma lei específica a lei 4717/1965 que regula a ação popular, com informações relevantes que devem ser analisadas ao impetrar a ação.

A lei que regula a ação popular é do ano de 1965, mas está em pleno vigor, recepcionada pela constituição federal de 1988. Através disso percebe-se que não são todos os remédios constitucionais que possuem uma lei específica, assegurando às que possuem lei própria sua aplicação em casos necessários onde existe o confronto de normas infra-constitucionais e aplicabilidade do princípio da especialidade.

## 5 OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS E SUA VIA DE IMPETRAÇÃO ADEQUADA

Assim como qualquer outro tipo de ação que visa movimentar o poder judiciário, segurando direitos e afirmando-os, é necessário para os remédios constitucionais que fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro saber qual a via adequada e o momento certo para impetrar essas garantias. Através disso, alcançasse a eficácia na análise do direito, assegurando o estudo da matéria e o julgamento do estado-juiz sobre o que é pedido nas ações, pois sem o princípio da imparcialidade é preciso que o estado esteja manifestado em ações determinadas para tomar as devidas providências no processo garantindo um processo legal e a celeridade processual.

Entre os remédios constitucionais abordados e, existe uma espécie que tem caráter não jurisdicional, o direito de petição, onde existe o condão para garantir a todos, pessoas jurídicas e físicas, o direito de peticionar aos poderes da República para defender seus direitos e, solicitando as devidas providências que forem necessárias contra atos ilegais ou abuso de poder.

Através disso, o direito de petição deve ser exercido somente na via administrativa, pois tem como finalidade manter informado o poder público sobre o que estiver ocorrendo é indispensável a presença de um advogado para atuar como defensor na informação do cidadão ao poder público.

Por outro lado, o mandado de segurança coletiva e individual, mandado de injunção individual e coletivo e habeas corpus são ações onde deve ser interposta no judiciário através de uma petição inicial, para obter ao impetrante o direito que se pleiteia. Quanto ao mandado de segurança coletiva e injunção coletiva é necessário obedecer aos parâmetros legais legitimados e, para que não exista extinções do processo, devido à inexistência da capacidade postulatória do legitimado ativo no litígio

Não mandado de segurança injunção, individuais ou coletivos, existe a necessidade de um advogado pois diferente do direito de petição, os remédios supramencionados devem ser impetrados através de via judicial, assegurando assim a presença de um advogado para atuar no processo.

O habeas data também possui a via adequada ao poder judiciário, mas deve-se lembrar que se trata de uma ação com natureza pessoal, diferente das outras ações mencionadas. Por isso, deve ser a pessoa que deseja obter a informação do ativo legitimado não é permitido outra pessoa como titular da ação para obter dados para terceiros

Todavia, a jurisprudência do STJ admite que pessoas como cônjuge, descendentes ascendentes ou irmão também possui legitimidade para figurar ativamente com habeas data,

EMENTA: HABEAS DATA Nº 147 - DF (2006/0224991-0) CONSTITUCIONAL. HABEAS DATA. VIÚVA DE MILITAR DA AERONÁUTICA. ACESSO A DOCUMENTOS FUNCIONAIS. ILEGITIMIDADE PASSIVA E ATIVA. OCORRÊNCIA. OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO CARACTERIZADA. ORDEM CONCEDIDA (STJ, 2006).

6

Mesmo que seja admitida a impetração pelo cônjuge descendente, irmão ou ascendente, é necessária a presença de um advogado, acionando o poder judicial para coletar informações, dependendo da elaboração de uma petição inicial, com relatos de pontos e direitos para obter do Judiciário determinação de reter as informações determinadas pelo Estado

Por fim, ação popular que tem como objetivo anular ato lesivo ao patrimônio público ou entidade que possui a participação do estado, o meio ambiente, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural. Também impetrada na Via judicial, mas Diferentemente de outros remédios constitucionais e, para se configurar no polo ativo desta ação é preciso ser cidadão. Com isso, a constituição federal de 1988 atribuiu aos cidadãos a legitimidade para propositura da ação necessitando então que o autor demonstrasse sua cidadania através de seus atos, como por exemplo, o direito de votar e ser votado.

A ação popular, assim como outros tipos de remédios constitucionais necessita de um advogado para atuar na causa devendo ser impetrado junto ao juízo de primeiro grau, onde ocorre ou ocorreu o ato lesivo

Um dos pontos primordiais que devem ser esclarecidos é que ação popular fere algumas regras de competência para julgamento e determinadas autoridades coatoras asseguradas pela CF de 1988, pois na própria lei está determinada a competência para julgar a ação no juízo de primeiro grau.

É possível observar que todos os remédios constitucionais, exceto o direito de petição e habeas corpus, necessitam de advogados ou de órgãos para representar a sociedade em juízo, sendo autorizados pelas instituições competentes para exercer a capacidade postulatória de representar legítimos interesses de pessoas jurídicas ou físicas em juízo ou fora entre si ou entre estado havendo a necessidade de confeccionar um instrumento determinado em lei para manifestar O Poder Judiciário, com o processo de petição inicial, e dependendo do caso e da decisão da autoridade judiciária, interpor uma espécie de recurso em Segunda instância ou até mesmo iniciar o litígio diretamente no Tribunal Superior, depende da autoridade coautora.

## 6 AS ESPÉCIES DE REMÉDIO CONSTITUCIONAL E AS HIPÓTESES QUE ASSEGURAM SUA IMPETRAÇÃO

Assim como qualquer outro tipo de ação, os remédios constitucionais dependem de algum evento ou ameaça para acontecer sendo amparados e assegurados a sua impetração ou notificação ao poder público competente.

Os remédios constitucionais, são meios postos à disposição dos indivíduos e dos cidadãos para provocar a intervenção das autoridades competentes, visando corrigir ilegalidade ou abuso de poder em prejuízo de direitos e interesses individuais. São também chamados de garantias constitucionais ou ações constitucionais (OLIVEIRA, 2017, p. 211)

Porém, existem algumas possibilidades e hipóteses previstas na própria lei e na constituição federal de 1988, e assegura a utilização do remédio adequado. Para direito de petição é necessário que seu corra abuso de poder ou ilegalidade, devendo a parte interessada procurar o poder público competente em informar sobre sua ocorrência, para que a autoridade possa assim tomar medidas cabíveis necessárias.

## CONCLUSÃO

Os remédios constitucionais são extremamente relevantes no ordenamento jurídico brasileiro pois são fundamentados com base na constituição federal de 1988, e apontam os direitos e garantias fundamentais assegurados pelo legislador originário.

Análise de legislações infraconstitucionais e constitucionais mostra que o direito de petição, mandado de injunção, mandado de segurança, Habeas datas, habeas corpus e ação popular, não tem previsão legal somente na constituição federal de 1988, mas também é normas infraconstitucionais.

Portanto, esses remédios são garantia fundamental assegurada pelo legislador, e têm um papel relevante no ordenamento jurídico brasileiro, dependendo apenas de uma análise das circunstâncias ocorridas e, para ser impetrada a espécie adequada garantindo o direito assegurado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil. Conselho de Estado, Brasília, v.1, p.7, 1824. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html>. Acesso: 02 fev. 2021

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Congresso Nacional, Brasília, v.1, p.1, 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-32699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso: 02 fev. 2021

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário da Câmara dos Deputados, p.9253, 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 02 fev. 2021

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, seção 1, p.22359, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso: 02 fev. 2021.

BULOS, Uadi Lammêgo, **Curso de direito constitucional**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Prática Constitucional**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Curso de direito constitucional descomplicado**. 16 ed. São Paulo: Método, 2017.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **História e prática do habeas corpus**. 4 ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1962.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 37 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2014.

## Psicologia e CRAS: a importância do psicólogo na visita domiciliar

### *Psychology and CRAS: the importance of the psychologist in the home visit*

Deusimar Soares Paiva  
deusimar.paiva18@gmail

Anne Graça de Sousa de Andrade  
annegsa@hotmail.com

Eveline Feijão Linhares  
evelinelinhares@hotmail.com

Submetido em: 02/10/2022  
Aprovado em: 02/10/2022  
Publicado em: 03/10/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.358

#### RESUMO

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), existem diversas possibilidades de atuação dos profissionais psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social, pois através da intersetorialidade são criados espaços para intervenção junto ao trabalho de proteção social. Para isso, tornou-se plausível se pensar na práxis do psicólogo nas Políticas Públicas de Assistência Social, isto é, quais suas atribuições e em quais referências o profissional juntamente com a equipe podem pautar e realizar as intervenções necessárias. O estudo baseou-se na análise da bibliografia proposta no sentido de selecionar conceitos que trouxessem ao texto melhor argumento, no que se refere à classificação e significado do termo “Assistência Social” no CRAS.

**Palavras-chave:** Assistência Social. CRAS. Psicólogo.

#### ABSTRACT

According to the Federal Council of Psychology (CFP), there are several possibilities for psychologist professionals to work in public social assistance policies, because through intersectionality spaces are created for intervention with social protection work. For this, it became plausible to think about the praxis of the psychologist in the Public Policies of Social Assistance, that is, what their attributions and in which references the professional together with the team can guide and carry out the necessary interventions. The study was based on the analysis of the proposed bibliography to select concepts that would bring to the text better argument, about the classification and meaning of the term “Social Assistance” in CRAS.

**Keywords:** Social Assistance. CRAS. Psychologist.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2011), existem diversas possibilidades de atuação dos profissionais psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social, pois através da intersetorialidade são criados espaços para intervenção junto ao trabalho de proteção social.

Para isso, tornou-se plausível se pensar na práxis do psicólogo nas Políticas Públicas de Assistência Social, isto é, quais suas atribuições e em quais referências o profissional juntamente com a equipe podem pautar e realizar as intervenções necessárias.

Segundo Macedo *et al.* (2011), a Assistência Social representa um recente cenário para a atuação dos profissionais da psicologia e isso só foi possível devido ao seu reconhecimento como Política Pública que superou o modelo assistencialista e foi incluída no capítulo de Seguridade Social da Constituição Federal de 1988, marcando compromissos e responsabilidades dos entes públicos.

Por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, regulamentou-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como uma política não contributiva, dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar, constituindo-se em um sistema de Política de Proteção Social junto a outras políticas que visam promover cidadania.

Com a inserção do psicólogo nas Políticas Públicas, observa-se no histórico da regulamentação da psicologia

como profissão, íntimo vínculo com a chamada “Psicologia Aplicada”, na qual o lócus da atuação do psicólogo se limitava a áreas da educação, organização do trabalho e clínica. Assim, construiu-se uma ideia de que o psicólogo só atuava com determinados grupos sociais, com práticas embasadas em aspectos psicoterapêuticos. Foi somente no final da década de 1980 que se iniciaram gradativamente as articulações norteadoras da prática psicológica com o compromisso social, que fizeram os profissionais refletirem se de fato estavam a serviço da realidade brasileira (CRESS; CFP, 2009).

Essas reflexões acerca do compromisso ético dos profissionais de psicologia com a realidade e sociedade brasileira favoreceram para a construção de ideias voltadas para a transformação social. Assim, de acordo com Macedo *et al.* (2011), a última década foi marcada pela significativa inserção do psicólogo nas Políticas Públicas em todo o território nacional.

Segundo as orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), as ações dos profissionais que atuam no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia, na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos (BRASIL, 2006<sup>a</sup>, p.13).

Assim sendo, as atividades do psicólogo no CRAS devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas.

Em se tratando do trabalho do psicólogo, que conforme sugerido alhures, deve enfatizar as relações das pessoas com os seus contextos, atentar para a prevenção de situações de risco e contribuir para o desenvolvimento de potencialidades pessoais e coletivas, este profissional deve pautar sua atuação pelos marcos normativos da Assistência Social, como o Guia de Orientação Técnica – SUAS N° 1 (BRASIL, 2005), que versa sobre as diretrizes metodológicas para o trabalho com famílias e indivíduos, bem como sobre os serviços e ações do PAIF ofertados pela equipe de profissionais do CRAS.

Portanto, em casos de identificação de demandas que requeiram ações e serviços não previstos nestes aparatos normativos, como por exemplo, o acompanhamento clínico de natureza psicoterapêutica, o profissional de psicologia deve acessar outros pontos da rede de serviços de qualidade e a devida organização das ações promovidas pelas Políticas Públicas de Seguridade Social.

## 2 METODOLOGIA

O procedimento do estudo ocorreu através de uma revisão literária acerca da temática abordada. Para esse estudo, foram pesquisados alguns artigos científicos, que após analisados destaquei pequenos trechos que possam despertar no leitor a curiosidade de conhecer na íntegra o conteúdo, e compreender sobre a importância do psicólogo nas visitas domiciliares realizadas pelo CRAS.

Nos textos apresentados foram sugeridos de forma introdutória, com definições detalhadas de seus conceitos históricos, e como se caracteriza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual tem aberto importantes campos de atuação para os psicólogos em todo Brasil, foram selecionados os artigos incluindo os seguintes critérios: os que possuem uma linguagem clara e objetiva, publicados nos últimos dez anos.

O texto vem discorrer um breve histórico sobre as diversas possibilidades dos profissionais psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social, pois através da intersetorialidade se criam espaços para intervir junto ao trabalho de proteção social, as atribuições e em quais referências o psicólogo juntamente com a equipe pautam e realizam as intervenções necessárias.

2

Conforme sugere, o trabalho do psicólogo deve enfatizar as relações das pessoas com os seus contextos, este profissional deve pautar sua atuação pelos marcos normativos da Assistência Social, como o Guia de Orientação Técnica – SUAS N° 1 (BRASIL, 2005), que versa sobre as diretrizes metodológicas para o trabalho com famílias e indivíduos, bem como os serviços e ações do PAIF ofertados pela equipe de profissionais do CRAS.

O estudo baseou-se na análise da bibliografia proposta no sentido de selecionar conceitos que trouxessem ao texto melhor argumento, no que se refere à classificação e significado do termo “Assistência Social” no CRAS.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram localizados cinco artigos com a temática que suprem o objetivo deste trabalho. Os artigos versam sobre as Políticas Públicas de Assistência Social, destacando o significado e a importância da visita domiciliar e o trabalho do psicólogo junto à equipe que compõe o CRAS.

As visitas domiciliares constituem algumas ações do PAIF, dentre as quais destacam-se a acolhida e ação particularizada, que podem ser destinadas a uma família ou a alguns membros de uma mesma família.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), visita domiciliar é uma estratégia utilizada para aprofundamento do acompanhamento psicossocial, uma forma de atenção com o objetivo de auxiliar na compreensão da família, sua dinâmica, valores, potencialidades e demandas, viabilizando orientações, encaminhamentos, bem como estabelecimento de vínculos fortalecedores do processo de acompanhamento.

Como a visita domiciliar é um momento de atenção individualizada, os profissionais têm a possibilidade de conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária, a dinâmica das relações e os arranjos familiares, aproximando-se de sua realidade.

A importância dessas visitas domiciliares se dá através das realizações de intervenções que nem sempre são possíveis coletivamente. A fim de facilitar o desenvolvimento do processo de comunicação entre o profissional e as famílias, sugere-se que, possivelmente, haja um contato prévio e o agendamento da visita (MDS, 2013).

A visita consiste, também, em um momento mais concreto que pode despertar na família o interesse na busca e construção de meios para romper com o quadro de violação de direitos com o qual convive. Essa atividade, portanto, deve considerar o respeito à privacidade da família, com um foco previamente definido, sendo utilizado sempre que se entenda necessário (CFP, 2012).

Segundo Nívea e Toffaneli (2011), às visitas domiciliares têm sido discutidas como estratégia metodológica, problematizando essa estratégia e suas implicações na atuação do psicólogo e outros profissionais. O papel do psicólogo nas visitas domiciliares é de intermediar a comunicação entre a instituição e a família, entre a equipe e a família, além de prestar acolhimento e intermediação e incentivar a reflexão técnica dentro da equipe.

Assim, pode-se dizer que o psicólogo atua promovendo um aumento de reflexão e mudança, identificando as demandas que requeiram ações e serviços, como por exemplo, o acompanhamento clínico de natureza psicoterapêutica, acessando outros pontos da rede de serviços de qualidade e a devida organização das ações promovidas pelas Políticas Públicas de Seguridade Social. Ao mesmo tempo, é importante indicar a articulação de práticas psicológicas que contribuem para produzir e dar visibilidade às múltiplas maneiras como as pessoas experimentam a vida.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual Política de Assistência Social do país pode ser considerada uma conquista no que diz respeito à seguridade social. Seu caráter não contributivo e a existência de um sistema único, em tese, possibilitam que suas ações promovam cidadania e dignidade a milhões de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

3

É importante considerar que é muito recente a criação do CRAS, portanto, suas rotinas e gestão estão sendo produzidas. Não é possível, ainda, responder se eles caminham para uma nova forma de atuar em políticas públicas de assistência social ou se estão apenas reproduzindo modelos hegemônicos.

São indagações relevantes para se pensar nesse novo e importante locus de atuação dos profissionais de Psicologia, a fim de que venha de alguma forma a constituir espaços de valorização e potencialização da vida.

Os relatos e discussões aqui apresentados, trata-se de um desafio para os psicólogos, e, cabe a esses profissionais,

dentro de suas possibilidades e em colaboração com outros, contribuir para a promoção de inclusão social (BOTARELLI, 2008).

Por fim, podemos dizer que dessa rica experiência, fica a proposta de um profissional que atente para as dificuldades encontradas de modo a criar possibilidades de intervenção. Propõe-se uma atuação comprometida com a transformação da realidade e de si como sujeito e profissional, batizados por uma perspectiva crítica, ética e estética.

## REFERÊNCIAS

ANGELINA, C. F. Assistência Social: uma questão de cidadania. **Revista Humanidades**, v. 17, n. 1, p. 22-30, 2002. CENTRO de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), 2008. **Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília/DF.

GUARESCHI, N. M. F. **Psicologia e Políticas Públicas**: As práticas Profissionais no Campo da Saúde e da Assistência Social. Disponível em: <https://bityli.com/rVX6c>. Acesso em: 18 ago. 2020 às 23:06.

KOELZER, L. P. *et al.* **Psicologia e CRAS**: reflexões a partir de uma experiência de estágio. Disponível em: <https://bityli.com/FG5KN>. Acesso em: 17 ago. 2020 às 18h59.

REFERÊNCIAS técnicas para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS. **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-doa-psicologoa-no-cras-suas/>. Acesso em: 18 ago. 2020 às 21h58.

## Estado, políticas públicas e assistência social: algumas anotações

*State, public policies and social assistance: some notes*

Leonardo Carvalho de Souza<sup>1</sup>  
Josiene Camelo Ferreira Antunes<sup>2</sup>  
Adriana Giaqueto Jacinto<sup>3</sup>

Submetido em: 03/10/2022  
Aprovado em: 03/10/2022  
Publicado em: 04/10/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.359

### Resumo

A partir da teoria social crítica de Marx buscamos com o presente trabalho demarcar as principais teses a respeito do Estado, políticas públicas e da política de assistência social, buscando perquirir a relação entre estas três esferas com o conservadorismo. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica sistemática.

**Palavras-chave:** políticas públicas; Assistência social; Estado.

### Abstract

From Marx's critical social theory, we seek with this work to demarcate the main theses about the State, public policies, and social assistance policy, seeking to question the relationship between these three spheres and conservatism. The methodology consists of systematic bibliographic research.

**Keywords:** public policies; social assistance; State.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a respeito das políticas públicas no Brasil contemporâneo, ao nosso ver, demanda outro exercício que é pensar sobre a formação do Estado e mais especialmente do Estado Brasileiro. Além disso, sobre os conflitos ideológicos e políticos que disputam a legitimidade de imprimir uma visão de mundo nas políticas públicas.

A partir dessa problemática buscamos analisar o conceito de Estado, de políticas públicas e da política de assistência social a partir da teoria social crítica, através de obras marxianas e marxistas. A Metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica sistemática em obras que dão respaldo para pensarmos os conceitos listados nos objetivos. Para melhor didatização do texto, tratamos inicialmente sobre o conceito de Estado a partir da obra de Engels (2017) e outros autores como Lessa (2012), Mazzeo (2015) e Leacock (2019). Em seguida discutimos sobre as políticas públicas e políticas sociais, com ênfase na política de assistência social. Por fim, tratamos da relação entre estes conceitos e a luta de classes e disputas que ao nosso ver parecem na disputa pela visão de mundo que permeia as políticas públicas.

---

1 Doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - campus de Franca. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós- graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PP-GSeD/UNESPAR. Atua como Professor Colaborador no curso de Serviço Social da UNESPAR/campus de Paranavaí/PR. E-mail: leonardopedagogoeassistente@gmail.com

1

2 Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - campus de Franca-SP. Mestre em Serviço Social pela PUC-GO. Além disso, é especialista em Direitos Humanos (UFG), Educação Especial e Inclusão (INTERVALE), Urgência e Emergência (ISEAT), Políticas Públicas e Elaboração de Projetos Sociais (FALBE) e em Docência do Ensino Superior (FABEC). É bacharel em: Serviço Social (UNOPAR) e em Administração (UNIFAJ). É licenciada em Pedagogia (ISEAT). Membro do grupo de pesquisa GEDUCA-UNESP e Membro do grupo de pesquisa Contando História sobre Almodóvar. Docente Universitária e Assistente Social. josieneantunes@gmail.com

3 Docente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/ Campus de Franca, na graduação e pós-graduação. Assistente Social, Pós-doutoral em Serviço Social (UERJ), Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela UNESP-Franca /São Paulo. adriana.giaqueto@unesp.br

A discussão a respeito do Estado foi realizada por inúmeros autores, mas o que nos interessa aqui é uma discussão que recupere aspectos econômicos, políticos e históricos e que contenha as teses principais desde o modo de produção primitivo, greco-romano, feudal e moderno. Tal explicação se encontra na obra de Engels (2017), pois objetivou analisar o Estado a partir da história e em consonância com a produção e reprodução da vida social.

A tese central do livro de Engels (2017) a respeito do Estado nos leva a pensar que no decorrer da história, as classes dominantes de cada sociedade e modo de produção se utilizaram do Estado como meio de legitimação de sua dominação classista.

Contudo, análises mais contemporâneas nos remetem a pensar como se opera a luta de classes em relação ao Estado. Ainda, existem análises que entendem que o Estado é um meio para conquista do bem comum e não permeado pela luta de classes, tais disputas de discursos justificam as anotações aqui realizadas.

Cientes da impossibilidade de tratar de modo rápido sobre o Estado e sua gênese, registramos algumas características, ao nosso ver, cruciais. Uma delas é que a gênese do Estado está conectada com o advento da propriedade privada e do desenvolvimento produtivo, que possibilitou a acumulação, isto é, a apropriação privada de riqueza é identificada em sociedades com Estado, entre as quais a greco-romana como analisado por Engels (2017), ao indicar que o Estado nessas sociedades já desempenha um papel de garantidor da propriedade da terra por exemplo. Uma segunda, é a *gens*<sup>4</sup> que também se aproxima dessa genealogia, que em seguida contribuirá, por exemplo, com o estabelecimento da família monogâmica, também analisada na obra de Engels (2017).

O que interessa é que tais *gens* por meio de conflitos com outras *gens* vão constituir, mais tarde, as nações. E o Estado greco-romano, é criado como regulador das relações e põe fim ao modelo fraternal encontrado em *gens* como a iroquesa e em tribos que cultivam a fraternidade e a responsabilidade de todos com os seus membros.

Sabemos que para o advento da sociedade moderna, a propriedade privada e o Estado possuem papel central e características mais particulares, mas as explicações acima mencionadas já propiciam algumas noções de como Estado, propriedade privada, monogamia e divisão classista da sociedade se articularam. Nas sociedades greco-romana, a mercadoria e relações comerciais também aparecem com força e dão sua contribuição para extinção das relações fraternais cultivadas nas antigas *gens*. Ali a possibilidade de ter cargos, rebanhos e terra era privilégio de poucos. Se nas *gens*, quem fazia a defesa dos grupos eram eles mesmos, aqui nessas sociedades é o Estado que se apropriará do uso dessa força (ENGELS, 2017).

Após apresentar os processos sociais e históricos, considerando a dimensão material, modos de produção e relações sociais que são responsáveis pela formação do Estado ateniense, romano e entre os germânicos, Engels (2017) no último capítulo de seu texto demarca algumas teses a respeito da genealogia do Estado, entre as quais, a exploração de classes, em suas palavras:

A guerra as forneceu: os prisioneiros de guerra eram convertidos em escravos. A primeira grande divisão social do trabalho, que ocorreu com o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, da riqueza e com a ampliação do campo de produção, levou obrigatoriamente à escravidão, nas condições históricas globais dadas. Da primeira grande divisão social do trabalho originou-se a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, espoliadores e espoliados (ENGELS, 2017, p. 201).

Portanto, podemos listar que propriedade privada, ampliação da comercialização, invenção do dinheiro, a escravização de povos e mesmo a cobrança de impostos vão se articulando ao processo de gênese do estado, as guerras também vão ser identificadas como componentes do modo de produção antigo (MAGNOLI et al, 2006; PONCE, 2010; ENGELS, 2017).

2

Com base nas análises de Engels (2017) podemos entender que a sociabilidade greco-romana e germânica finda as características essenciais da socialização primitiva.

Assim, com a expansão do comércio, do dinheiro e da usura, da propriedade fundiária e da hipoteca, avançaram rapidamente a concentração e a centralização da riqueza nas mãos de uma classe pouco numerosa, e paralelamente o empobrecimento crescente das massas e a massa crescente dos pobres. Na

<sup>4</sup> Eram grupos com conexões consanguíneas, com linhagem ou descendência, que possuíam costumes comuns e união por determinadas características. É um termo que Engels (2017) utiliza a partir dos estudos de Morgan.

medida em que não coincide desde o começo com a velha nobreza tribal, a nova aristocracia da riqueza a relegou a segundo plano (em Atenas, em Roma, entre os germanos). Essa separação dos livres em classes segundo a sua riqueza foi acompanhada, especialmente na Grécia, de uma imensa multiplicação do número de escravos, cujo trabalho forçado lança o fundamento sobre o qual se ergueu a superestrutura de toda a sociedade (ENGELS, 2014, p. 208).

Com todo esse movimento histórico e social que podem ser conferidos nos estudos de Engels (2017), Ponce (2010), Lessa (2012) e Leacock (2019) podemos inferir que características inéditas em inúmeros grupos tribais dos diferentes continentes serão profundamente interferidas com o advento do modelo antigo de organização, e, violência e antagonismos de classes sociais, divisão de classes passam a ser controlados pelo Estado, que se mostrará como administrador desses conflitos.

Sintetizando, a obra de Engels (2017) nos remete a pensar e ter caminhos para contra-argumentar sobre a naturalização do Estado, bem como da família monogâmica e da propriedade privada como entes eternos, pois existiam outras formas de socialização (sociedades primitivas), que viveram sem o Estado. E que o Estado porta uma ontonegatividade, ou seja, a construção de outra forma de sociabilidade demandará a extinção do Estado, pois este na compreensão de Engels (2017) é permeado pela lógica de reprodução da dominação de classes. Em suas palavras, “A síntese da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos tomados como exemplo, é sem exceção o Estado da classe dominante e, em todos os casos, é essencialmente um mecanismo de repressão da classe oprimida e espoliada” (ENGELS, 2017, p. 2018, grifo nosso).

Essa primeira aproximação sobre o Estado é pertinente, contudo, outras contribuições importantes foram dadas por Marx (2008) no capítulo XXIV da obra *O Capital*, quando discorreu sobre a chamada acumulação primitiva, que dá bases contextuais para entendermos a transição da sociabilidade feudal à sociabilidade moderno-capitalista e o papel do Estado enquanto fomentador e articulador na instituição da sociedade capitalista.

A fim de cobrir a transição do feudalismo ao capitalismo e a formação do Estado moderno é pertinente o estudo de Trindade (2011) sobre a história social dos direitos humanos, o qual recupera como a burguesia se constitui enquanto classe revolucionária e como as revoluções burguesas findaram o mundo feudal e os direitos humanos e Estado moderno se articula após isso, congregando o pensamento e contribuições do jusnaturalismo, especialmente Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) são os principais representantes, ao passo que entendiam que o Estado é importante para resguardar os direitos dos homens que seriam naturais. Contribuições a respeito do Estado moderno também se deram a partir de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que traz uma concepção de homem e sociedade atinada à ideia de importância do Estado.

Após a instauração da burguesia enquanto classe dominante, a elaboração dos direitos humanos e das instituições oficiais passam a ser permeadas por uma visão de mundo reacionário, isto é, após as revoluções burguesas terem avançado e se legitimado, coube à burguesia inclinar o Estado à reprodução da sociabilidade tal qual (MARX, ENGELS, 2008; TRINDADE, 2011).

As classes populares, ao captarem que as revoluções burguesas não garantiriam as promessas realizadas, vão realizar inúmeras reivindicações, algumas tratadas por Marx (2011), como a primavera dos povos em 1848. Outra vertente que aparecerá é a social-democracia, que em síntese buscará por meio do Estado atender demandas das camadas populares, mas sem o projeto revolucionário.

As disputas entre os entendimentos se o Estado deve ou não ser disputado para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora ou se a ideia deve ser a sua completa destruição serão apresentadas no decorrer dos séculos XIX e XX expressado por meio de concepções liberais, do Estado Social ou de um Estado de Bem-Estar Social, do socialismo, de vertentes do neoliberalismo e até hoje identificamos esse debate e suas manifestações na realidade, nas políticas, em toda esfera social.

Nesse sentido, é pertinente destacar que muitas anotações sobre o Estado são feitas a respeito da Europa e Estados Unidos, e, nos países periféricos como o Brasil, a formação do Estado tem particularidades, por exemplo, aqui fomos os últimos a extinguir a escravidão e não tivemos um regime como o feudalismo, nesse sentido usa-se dizer que nosso Estado se constituiu por uma via colonial e não por uma via clássica como foi com a Europa, essa explicação e formulação e feita por (CHASIN, 1999).

Carvalho (2021), Tejedas (2020) também dão contribuições para pensar a constituição do Estado e das políticas públicas no Brasil, colocando que a desigualdade foi marcante no país, que não contou nem com os primeiros avanços das revoluções burguesas, nem como o chamado Estado de bem-estar social que Europa e EUA tiveram. Ademais, também vão acrescentar o racismo e inúmeras desigualdades que vão desde o acesso à alimentação ao acesso à educação, renda e trabalho. Nesse sentido, autores como Netto (2015) e Mazzeo (2015) vão argumentar que no Brasil vivenciamos uma autocracia burguesa, pela qual vai se concentrando o poder da burguesia na economia, política, cultura, educação e mostrando como o poder dessa classe será legitimado, seja na democracia ou por meio de ditaduras.

Buscamos nessa primeira seção, recuperar muito brevemente a historicidade do Estado e seu desenvolvimento. Também apresentamos um pouco das características do Estado brasileiro, que não contou com os avanços da formação dos Estados de via clássica, nem mesmo com aspectos do Estado de bem-estar social. Na próxima seção discutimos sobre as políticas públicas, com ênfase no caso brasileiro.

### 3 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO

É no decorrer do século XX que o Brasil terá a formulação de algumas políticas públicas gestadas com fins de conter reivindicações da classe trabalhadora, especialmente a partir da década de 1930/40 com o advento da industrialização e urbanização (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Contudo, comumente, pensar em políticas públicas nos remete a considerar a Constituição Federal Brasileira de 1988, pois a partir dela foram estabelecidos instrumentos que predizem a participação popular conforme a Carta cidadã, que foi constituída sob a atuação do processo de redemocratização brasileira propriamente concernente com os cidadãos inseridos na vida política. A fim de pensarmos conceitualmente as políticas públicas, trazemos a concepção de Macedo (2018), quando registra que:

Políticas públicas são conjuntos de programas ações e atividades que o poder público desenvolve de forma direta ou indireta, a política pública necessita assegurar direito de cidadania para todos os cidadãos ou de forma específica para uma comunidade, um segmento social cultural, étnico e econômico (MACEDO, 2018, p.49).

Nesse sentido, políticas públicas dentro da democracia são sempre um processo decisório que vai envolver conflitos de interesse. Nessa compreensão, a sociedade é composta por diversos grupos de segmentos políticos que debatem como o Estado e o governo devem agir. Não obstante, a primeira noção de política pública se define como conflito de interesse político que reflete e interfere diretamente na vida do cidadão.

Conforme Granemann (2007):

As políticas públicas e as políticas sociais devem ser diferenciadas, muito embora ambas somente possam existir debaixo de um ente comum: o Estado. São políticas públicas aquelas iniciativas destinadas, por exemplo, à satisfação das necessidades mais imediatamente relacionadas à reprodução do capital e por políticas sociais parece-me razoável supor as destinadas aos atendimentos de demandas da força de trabalho, mesmo que isso, contraditoriamente, de modo imediato, também permite ganhos ao capital. Assim, uma política social (previdência social) será sempre uma política pública, mas uma política pública (o estabelecimento da taxa de juros pelo Estado) nem sempre será uma política social (GRANEMANN, 2007, p. 59).

O público é compreendido por Oliveira (2006) como um sinônimo de interesse público que perpassa pelo governo, pela sociedade dentre as diversas organizações da sociedade civil. As políticas públicas englobam o primeiro setor que é o Estado e o governo, o segundo setor é a iniciativa privada e por fim o terceiro setor que incorpora as diversas sociedades, ou seja, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos com as organizações não-governamentais. Ao que se refere ao terceiro setor são as Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS), entidades filantrópicas, associações de bairro, movimentos sociais dentre outras organizações.

O Estado brasileiro é reconhecido desde a ditadura militar, como uma tradição autoritária e um modelo centralizador da gestão pública. A sociedade civil tem o entendimento que políticas públicas são obrigação exclusiva do governo e que não necessitam de participação dos cidadãos por acreditarem que são representadas pelos governantes.

Mediante esta afirmativa cabe explicitar que os governantes têm a incumbência de desempenharem suas funções

políticas e tomarem decisões visando o coletivo por meio da construção de políticas públicas. Para alcançar o objetivo, necessita da participação, da coprodução entre o Estado e a sociedade civil.

Os desafios para as políticas públicas são as desigualdades e para maior equidade na área social alcance uma tradição da universalização desses direitos sociais e a participação das pessoas no processo de controle social. No contexto do processo de construção das políticas públicas, que se coloca a política social.

A Constituição brasileira assegura direitos a todos os cidadãos, que muitas vezes não são respeitados e estes não têm seus direitos reconhecidos pelo poder público e por parte da sociedade. Por essa ótica, para que os direitos sejam assegurados e respeitados se faz necessária a implantação de políticas públicas.

Conforme Boschetti (2012, p. 53) quando os direitos preconizados não são efetivados na prática, é necessário que a sociedade se organize e se mobilize para reivindicar que sejam estabelecidos programas que atendam de forma plena os interesses dos indivíduos e o meio para a concretização são as políticas públicas que foram instituídas. Para que os sistemas nacionais sejam implantados e para que haja o pleno desenvolvimento dessas políticas, a sociedade civil necessita se articular para fiscalizar e requisitar a efetivação dos programas inseridos para que exerça em todas as instâncias - municipais, estaduais e federal.

Vale sublinhar, poucos programas instituídos são de fato reconhecidos e validados pelos gestores públicos em suas instâncias. É papel do gestor público em sua esfera conhecer e fomentar as políticas públicas. A aplicação da legislação das políticas públicas, uma vez que são formuladas por iniciativa do poder executivo, do legislativo. Assim sendo, juntos ou separadamente, não podem agir por necessidade própria, pois necessitam ser provocados por demandas e propostas da sociedade. Nesse sentido, se faz necessário a participação da população para a fomentação das políticas públicas por meio dos conselhos municipais e outros mecanismos que são validados pelo controle social.

#### **a. Política de Assistência Social e sua historicidade**

As primeiras formas de Assistência Social prestada à população ocorriam de forma assistencialista e ocorriam por meio de análises e critérios de merecimento para sua efetivação. Preliminarmente, as ações assistencialistas e caritativas se davam por meio de seleções dos mais pobres, ou pobres “merecedores” para receberem ajuda do Estado, da Igreja ou da burguesia.

Em 1942, no Brasil, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), instaura-se a primeira forma institucionalizada pelo Estado de “fazer” assistência social, demanda que respondia ao grande quantitativo de mulheres, crianças e famílias órfãs dos homens que foram para a segunda guerra mundial.

Neste íterim, foi reforçado o primeiro damismo, no qual, as esposas dos políticos eram as responsáveis por cuidar da parte assistencialista, das obras caridosas, das ações de benemerência aos pobres e mais necessitados.

Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal e o reconhecimento do direito da assistência social na tríade da seguridade social, esta política passou a ser reconhecida como política pública e como direito dos cidadãos. Desde então, é disponibilizado financiamento para execução de suas ações por parte do Estado. Em 1993, foi publicada a lei que regulamenta a política de Assistência Social no Brasil, a Lei n. 8.742/93.

### **3.1 Apontamentos acerca do conservadorismo x assistência social**

5 A unanimidade dos autores que discutem sobre o conservadorismo concorda com a localização do seu surgimento, que se dá a partir da Revolução Francesa, em 1789 (EUFRÁSIO, 2014). O conservadorismo se apresenta de formas multifacetadas e diversas. De acordo com Mannheim (1959, p. 101-102) existem dois tipos de conservadorismo, “há o tipo que é mais ou menos universal e, por outro, há o tipo definitivamente moderno, que é produto de circunstâncias históricas e sociais particulares e que tem suas tradições, forma e estruturas próprias e peculiares”. O mesmo autor complementa que tradicionalismo e conservadorismo não são unívocos e não querem dizer a mesma coisa.

O conservadorismo, em certo sentido, surgiu do tradicionalismo: de fato, ele é primordialmente o tradicionalismo tornado consciente. Apesar disso, os dois são sinônimos, na medida em que o tradicionalismo só assume seus traços

especificamente conservadores quando ele se torna expressão de um modo de vida e pensamento extremamente definido e conscientemente mantido relativamente autônomo no processo social (MANNHEIM, 1959, p.111).

De acordo com Netto (2011) o conservadorismo está muito bem delimitado no tempo e na história da cultura ocidental e sua funcionalidade está circunscrita aos interesses da burguesia. Nesta mesma direção, Eufrasio (2014) salienta que pensamento conservador vem se reconfigurando, em diferentes períodos históricos, mas o seu conteúdo essencial de preservação da ordem social dominante e de luta contra qualquer forma de transformação social em favor da classe trabalhadora permanece vivo em nossa sociedade.

Ao revisitar a história do Serviço Social no Brasil, tem-se que esta é uma profissão que nasceu vinculada ao pensamento conservador (NETTO, 2011). Marilda Villela Iamamoto foi uma das primeiras autoras no campo do Serviço Social brasileiro, a escrever sobre os fundamentos do conservadorismo na profissão, por meio de uma teoria crítica. A autora afirma que as marcas de origem da profissão estão situadas no “bojo do reformismo conservador” no Brasil, estas renovam e preservam “seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2008, p. 17).

Apesar da vertente dos direcionamentos que a intenção de ruptura com o conservadorismo, última fase do movimento de reconceituação do Serviço Social, trouxe aos moldes da profissão e aos profissionais, ainda são muitos os desafios vivenciados no cotidiano de trabalho. A política de assistência social representa hoje um dos espaços sócio-ocupacionais que mais tem empregado assistentes sociais, os quais são “executores terminais de políticas públicas” (NETTO, 2009).

Esta política tem representado historicamente, desde sua conquista como direito social em 1988, a responsabilização direta e nítida do Estado em ofertar de forma contínua a quem dela necessitar: proteção social básica e, quando necessário, proteção social especial de média e alta complexidade. Nesse rol inserem-se a garantia de serviços voltados para o fortalecimento de vínculos familiares, prevenção e superação de riscos sociais e violências diversas, bem como programas de transferência de renda, vigilância territorial, dentre outros.

Acerca da representação desta política atualmente, corroboramos com a ideia de que “[...] a assistência social contemporânea, reconhecida legalmente como política social, guarda traços das primeiras medidas filantrópicas, o que explica a insistente permanência de confusão entre assistencialismo, assistência social e benemerência” (BOSCHETTI, 2016, p. 83).

É instaurado nas entrelinhas desta confusão que se inserem os profissionais de Serviço Social, transformados e nomeados pelas tipificações da Assistência social e dos serviços (CRAS, CREAS, SCFV, PAIF, PAEF) como técnicos de referência de nível superior. Esta caracterização técnica não é por acaso, é uma imposição de que o trabalho seja desenvolvido num viés exclusivamente tecnificado, esvaziado das análises políticas, éticas e dialéticas presentes nas dimensões constitutivas do fazer profissional do Assistente Social.

Trazendo para o campo de trabalho da Política de Assistência Social, em muitos municípios brasileiros tem-se a primeira-dama como secretária de Assistência Social. Mesmo com as mudanças e os novos contornos dados à política de assistência social, avalia-se que a legislação em si não consegue se esvaziar de antigos hábitos e práticas históricas atreladas ao primeiro damismo.

Sobre esta questão, podemos afirmar que o pensamento conservador se concentra sobre o passado na medida em que o passado sobrevive através do CRAS: Centro de Referência de Assistência Social; CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social; PAIF: Programa de atendimento integral à família; PAEF: Programa de atendimento especializado a família. O pensamento burguês, essencialmente devotado ao presente, alimenta-se do que é novo agora [...] (MANNHEIM, 1959, p. 125). Sobre essa reflexão, uma forte tendência observada se manifesta no fundamentalismo religioso. Nos espaços de trabalho da assistência social, que deveriam ser legalmente e constitucionalmente um espaço laico, espriaia- se largamente a tendenciosa, antiga e velha conhecida fundamentação religiosa, usada para designar alguns fenômenos das expressões da questão social e para as justificativas de mazelas sociais.

Os apelos morais e a imposição da religião sobre os indivíduos se apresentam como uma violação das expressões religiosas, em um espaço que não cabe tal prática, sendo que apelos religiosos são lançados, na tentativa de convencimento para tal “melhora do indivíduo e família” ou sobre os mais fragilizados como a exemplo das pessoas em

situação de rua. Sobre este aspecto, sabemos que a religião desenvolve um papel muito importante no que se refere à conservação da ordem social e perpetuação do conservadorismo ao lado do Estado. O conservadorismo não existe independentemente dos indivíduos que o realizam na prática e que o incorporam em suas ações” (MANNHEIM, 1959, p.103) o que significa dizer que precisamos tê-lo incorporado para reproduzi-lo. Ainda sobre a política de assistência social, as interferências no trabalho do assistente social são rotineiras, tentativas de determinar o que o assistente social deve fazer em cada caso, ou passando por cima de seus posicionamentos e defesas profissionais.

Uma das mais conhecidas e não abandonadas práticas também demandadas ao assistente social é a seleção de usuários para a inserção em políticas focalizadas. No ano de 2020, com a pandemia da covid- 19<sup>5</sup> intensificou-se a demanda por benefícios eventuais e gêneros alimentícios para garantir a segurança alimentar. Nesse contexto, o assistente social é demandado pela lógica do surgimento de uma tecnicização mínima, já que os “prestadores” da ação assistencial assumem atribuições como avaliar as situações em que deve intervir, selecionar os “merecedores” de auxílio, definir categorias, conhecer a população, seja para assisti-la ou para excluí-la dos benefícios assistenciais (BOSCHETTI, 2016, p. 83).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e reflexões aqui realizadas, buscamos reconstruir o caminho que o Estado trilhou e como as políticas públicas surgiram ao longo da nossa história. Foi possível entender que o Estado não é natural, mas produto das relações humanas e que na transição do feudalismo à sociedade moderna, ele passa a ter um caráter classista e afinado aos interesses da burguesia. Em seguida, discutimos sobre algumas particularidades da formação do Estado brasileiro e como ratificou as desigualdades que permeiam a sociedade brasileira.

Ademais tratamos sobre a conceituação de políticas públicas e discutimos sobre a política social e a política de assistência social, considerando o conservadorismo. Por fim, consideramos que há uma disputa pelos espaços do Estado e como estes podem imprimir as visões de mundo das classes sociais.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine e LIMA, Rita de Lourdes (Org.). **Marxismo, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: **Financeirização, fundo público e política social**. Evilasio Salvador et. al. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2012, p.31-58.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CHASIN, J. **Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no capitalismo Hípertardio**. São Paulo, Ad Hominem/UNA, 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos ao trabalho. In: **Revista Em Pauta**, n. 20, p. 57, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

7

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MAGNOLI, Demétrio (Org.) **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

5 O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2.



MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. São Paulo, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. In: Em Pauta, n. 19, Rio de Janeiro, UERJ/REVAN, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. **Teoria Política Moderna**. Uma Introdução (Série Didáticos). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006. pp 33-94.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TRINDADE, José Damião. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2011.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Avaliação de políticas públicas e garantia de direitos**. São Paulo: Cortez, 2020.

## A Recuperação de Informações Processuais Com a Utilização da Metodologia CommonKADS

*The Retrieval of Procedural Information with the Use of the CommonKADS Methodology*

José Tadeu Silva<sup>1</sup>

Submetido em: 03/10/2022

Aprovado em: 03/10/2022

Publicado em: 05/10/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.360

### Resumo

Com a crescente informatização da administração pública, os processos administrativos têm seguido a tendência da gestão eletrônica, através de sistemas que permitem sua tramitação mais célere e transparente, agregando adicionalmente maiores produtividade e eficiência. Esse movimento, virtualmente irreversível, estabelece as condições necessárias para grandes inovações, pois permite que técnicas de engenharia do conhecimento (EC) sejam aplicadas aos repositórios inexoravelmente formados por grandes volumes de dados, seja para seu aperfeiçoamento em direção a um melhor atendimento do cidadão ou como apoio aos servidores públicos na tomada de decisões. Através da aplicação no Instituto Brasília Ambiental - IBRAM da modelagem organizacional, proposto pela metodologia CommonKADS, este artigo procura analisar a viabilidade de desenvolvimento de um sistema intensivo em conhecimento capaz de auxiliar na análise de processos de licenciamento ambiental. As dificuldades evidenciadas demonstram que os maiores desafios estão relacionados à cultura da organização e à complexidade do conhecimento envolvido, o que pode ser trabalhado gradativamente com funcionalidades genéricas de processos administrativos.

**Palavras-chave:** CommonKADS, processo administrativo, gestão do conhecimento, processo eletrônico, SEI

### Abstract

With the increasing computerization of public administration, administrative processes have followed the trend of electronic management, through systems that allow its processing faster and more transparent, additionally adding greater productivity and efficiency. This virtually irreversible movement establishes the necessary conditions for major innovations, as it allows knowledge engineering (EC) techniques to be applied to repositories inexorably formed by large volumes of data, either for their improvement towards better citizen service or as a support to public servants in decision making. Through the application at the Instituto Brasília Ambiental - IBRAM of organizational modeling, proposed by the CommonKADS methodology, this article seeks to analyze the feasibility of developing a knowledge-intensive system capable of assisting in the analysis of environmental licensing processes. The difficulties evidenced show that the greatest challenges are related to the culture of the organization and the complexity of the knowledge involved, which can be worked gradually with generic functionalities of administrative processes.

**Keywords:** CommonKADS, administrative process, knowledge management, electronic process, SEI

### 1. Introdução

Processo administrativo é o modo como a Administração Pública toma suas decisões, seja por iniciativa de um particular ou por iniciativa própria. É a sequência de atividades da Administração, interligadas entre si e devidamente documentadas, que visa alcançar determinado efeito final previsto em lei. A onda de informatização, ao alcançar a administração pública, inicialmente fez a mera substituição das antigas máquinas de escrever. Os processos administrativos continuaram seguindo em documentos de papel, agora editados e impressos. Mesmo sendo uma fase já remota em muitas organizações, pastas desses documentos oficiais ainda se movimentam fisicamente para recolha de carimbos e assinaturas. Na segunda fase, de forma incipiente, plataformas de gestão de documentos eletrônicos se proliferam, garantindo mais eficiência e produtividade, atestando uma inexorável tendência.

Ao adotar sistemas de gestão de processos administrativos, na maioria das vezes a administração pública incorpora recursos valiosos. A agilidade obtida com a tramitação eletrônica, o compartilhamento das informações e a estruturação

<sup>1</sup> Mestrando do programa de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Grupo de Pesquisas Governança e Gestão de Tecnologia da Informação no Laboratório de Educação a Distância da UFSC. [gigaflex.tadeu@gmail.com](mailto:gigaflex.tadeu@gmail.com)

de seus processos administrativos, têm sido as fontes mais comuns dessa evolução, mesmo com algum prejuízo de interoperabilidade entre os sistemas públicos. A digitalização de processos administrativos, ou processo eletrônico, costuma ser um marco, pois melhora o desempenho dos processos da administração, com ganhos em agilidade, custos e produtividade. No caso do Brasil, o Processo Eletrônico Nacional (PEN) é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública para a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico. Como parte desta infraestrutura, foi adotado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a gestão processual.

Ainda que estejamos em consolidação dessa fase, é importante realçar seu potencial na ruptura de antigos paradigmas. O armazenamento de informações processuais em meios digitais e eletrônicos abre as portas para uma ampla revolução no serviço público, muito além das implicações arquivísticas. Sendo digitais tais processos, uma base estruturada de informações é armazenada necessariamente em bancos de dados, além de uma variedade de documentos anexos, como imagens e arquivos de diversas extensões, necessários às análises e manifestações processuais. No contexto abordado, a eventual mineração desses repositórios hoje pode ser feita mais facilmente, o que permite não apenas extração de conhecimento dos processos, mas também sua utilização num maior apoio aos usuários.

Ao longo dos últimos anos, as administrações públicas têm vindo a fornecer sistemas para procedimentos e arquivos de processamento eletrônico para garantir a conformidade com os regulamentos e fornecer serviços públicos aos cidadãos. Embora cada administração forneça serviços semelhantes aos seus cidadãos, estes sistemas normalmente diferem do ponto de vista interno de gerenciamento de informações, uma vez que geralmente vêm de diferentes produtos e fabricantes. O quadro comum que os regulamentos demandam e que as administrações públicas devem respeitar ao processar arquivos eletrônicos, fornece uma oportunidade única para o desenvolvimento de agentes inteligentes em matéria de processos administrativos (LÓPEZ; GAYO; DE PABLOS, 2018).

Com base nas complexidades típicas dos processos administrativos (eletrônicos) de licenciamento ambiental, este artigo busca identificar o contexto organizacional do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), processos e ativos de conhecimento e sua viabilidade de desenvolvimento de um sistema intensivo conhecimento relacionados ao assunto, utilizando como referência a metodologia CommonKADS. Procura lançar o olhar sobre as oportunidades e soluções que a exploração de tais repositórios de dados, informações e arquivos pode trazer, delineando os contornos de uma possível terceira fase de evolução da temática, onde a EC adquire papel central.

## 2. Metodologia CommonKADS

De forma geral, o desenvolvimento de um projeto de EC envolve equipes de profissionais como Gestor do Conhecimento, Gestor de Projeto, Engenheiro, Especialista, Desenvolvedor do Sistema e Usuário do Conhecimento (SCHREIBER et al., 2001). Esses profissionais, trabalhando de forma integrada, geralmente possuem formação diversa, envolvendo inúmeras disciplinas. Isso permite que as organizações se apropriem do seu conhecimento, eventualmente disperso nesses trabalhadores de conhecimento, documentos e sistemas, e com ele agreguem valor aos seus produtos e serviços (ABEL, 2013).

Para atingir tal objetivo, a modelagem de aplicações de engenharia do conhecimento envolve o uso de metodologias distintas, constituindo-se em uma base de referência de como várias pessoas vão trabalhar em conjunto para o alcance de um objetivo. Na Engenharia do Conhecimento a metodologia define a abordagem na qual especialistas do domínio e engenheiros do conhecimento construirão projetos associados com base em conhecimento (AUER; HERRE, 2007).

2

Dentre as novas metodologias que têm sido introduzidas ao longo do processo de maturação da EC, geralmente a abordagem é do modelo de Pirâmide Metodológica onde, de baixo para cima, empilham-se os blocos formados pela “visão de mundo”, os “conceitos teóricos”, os “métodos”, as “ferramentas” e o “uso”, sendo que o feedback no processo flui de uma camada a outra.

Alinhada com esse modelo, a metodologia CommonKADS surgiu em decorrência da necessidade de apoiar a EC na criação de soluções para organizar e distribuir o conhecimento numa organização de forma estruturada. Possui forte influência das metodologias utilizadas na engenharia de software, o que facilita a construção de sistemas intensivos

em conhecimento. Sua tecnologia foi desenvolvida ao longo de muitos anos por diversas universidades e tem sido utilizada praticamente em todo o mundo.

Assim como na engenharia de software, CommonKADS possui várias características voltada ao desenvolvimento de um sistema especializado, como a análise organizacional, o gerenciamento de projetos, a modelagem do conhecimento e a implementação de sistemas. Esse método ainda apresenta um conjunto com seis modelos que determinam como deve ser o processo de aplicação da gestão do conhecimento, incluindo aspectos relacionados à organização, ao RH, à implementação e à interação dessas áreas.

CommonKADS hoje é a metodologia mais difundida, capaz de atender às mais complexas necessidades de modelagem de conhecimento. Seja para o desenvolvimento de sistemas baseados em conhecimento ou para aplicações voltadas puramente à GC em organizações, compreender e tratar apropriadamente o contexto organizacional é um fator crítico de sucesso para os sistemas de conhecimento e para outras medidas de gestão do conhecimento (Pacheco, 2006).

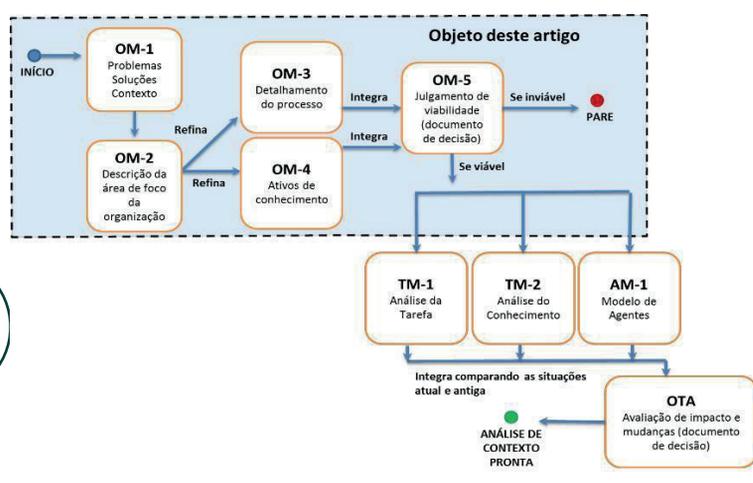
Adotando uma modelagem em três camadas, CONTEXTO, CONCEITO e ARTEFATO, CommonKADS amplia diversas metodologias existentes:

Fig 1: Modelos da Metodologia CommonKADS



CONTEXTO (análise do ambiente organizacional): Modelo da Organização - Características da organização, problemas e oportunidades. Modelo da Tarefa - Layout da tarefa global, recursos e competências necessárias. Modelo de Agente - Características dos agentes, links de comunicação necessários à execução da tarefa. CONCEITO (descrição conceitual das funções de resolução de problema): Modelo de Conhecimento - Tipos e estruturas de conhecimento utilizados para realizar uma tarefa. Modelo de Comunicação – Modelagem da transação de comunicação entre os agentes envolvidos. ARTEFATO: Converte as outras camadas em especificação técnica para a implementação de um software. Modelo do Projeto - Com base nos modelos anteriores, fornece a especificação técnica do sistema.

Fig 2: Análise de contexto em CommonKADS



3

Sistemas de conhecimento e sua engenharia não são entidades totalmente sem relação com outras formas de sistemas de informação e gestão. A metodologia CommonKADS, fiel à interdisciplinaridade que permeia a disciplina

de EC, “(...) tem influências de outras metodologias, como análise e projeto de sistemas estruturados, orientação a objetos, teoria organizacional, processo de reengenharia e gestão da qualidade.” (Pacheco, 2006).

A EC permite identificar oportunidades e gargalos em como as organizações desenvolvem, distribuem e aplicam recursos de conhecimento, fornecendo, assim, ferramentas para gestão de conhecimento organizacional. A EC providencia os métodos para obter uma ampla compreensão das estruturas e processos utilizados por usuários do conhecimento – mesmo onde muito do conhecimento é tácito – levando a uma melhor integração da tecnologia da informação no apoio ao trabalhador de conhecimento. A EC ajuda, como resultado, a construir melhor sistemas de conhecimento: sistemas que são mais fáceis de usar, têm uma arquitetura bem-estruturada e mais simples de manter.

### 3. Modelo da Organização

Com a Modelagem da Organização proposta em CommonKADS elaboramos um conjunto de planilhas (fig. 2) que registram seu contexto, processos e ativos de conhecimento e a viabilidade de desenvolvimento de um sistema intensivo de conhecimento relacionados ao assunto.

#### 3.1. Dados da Organização

Histórico: O Instituto Brasília Ambiental – IBRAM - possui 12 anos de existência e é responsável pela execução da política de meio ambiente do Distrito Federal. Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas, a de maior relevância junto à sociedade é o licenciamento de atividades econômicas. Dos processos de licenciamento ambiental participam profissionais de diversas especialidades, responsáveis por analisar os impactos potenciais ao meio ambiente. Dessa análise, são definidas medidas de mitigação, compensação ou negados os licenciamentos.

Ramo: Setor Público – Meio ambiente.

Colaboradores: Aproximadamente 500.

#### 3.2. Identificação do Sistema de Conhecimento

O que: Recuperação do conhecimento em análise de processos eletrônicos de licenciamento ambiental, disponíveis no SEI – Sistema Eletrônico de Informações, integrante do PEN.

Para que: Para garantia de conformidade legal, coerência e maior produtividade.

Por quê: Para evitar atraso no tempo de análise de novos processos e redução de erros, o que impacta negativamente a concessão de licença a novos empreendimentos econômicos.

Onde: Áreas fins do IBRAM, particularmente a Superintendência de Licenciamento Ambiental.

Quando: Primeiro semestre de 2022

Como: Propondo a recuperação de informações dos processos eletrônicos por técnicas como KDD ou KDT.

#### 3.3. Papéis e Artefatos

4

Especialistas de conhecimento: Analistas ambientais responsáveis por cada grupo de atividade econômica (Diretorias).

Usuário do sistema: Analistas ambientais responsáveis pela análise de cada processo.

Desenvolvedor do sistema: Fábrica de software.

Gestor do conhecimento: Empresa de consultoria.

### 3.4. Análise Organizacional

Tarefas: Análise de documentação, vistorias, avaliação de impacto ambiental, pareceres, licenciamento;

Agentes: Analistas ambientais (biólogos, veterinários, agrônomos, geógrafos, engenheiros florestais, engenheiros ambientais e administradores);

Identificação do tipo de conhecimento entre tarefas e agentes: Conhecimento codificado (composto por normas específicas para cada atividade econômica e conhecimento científico em cada área de conhecimento envolvido);

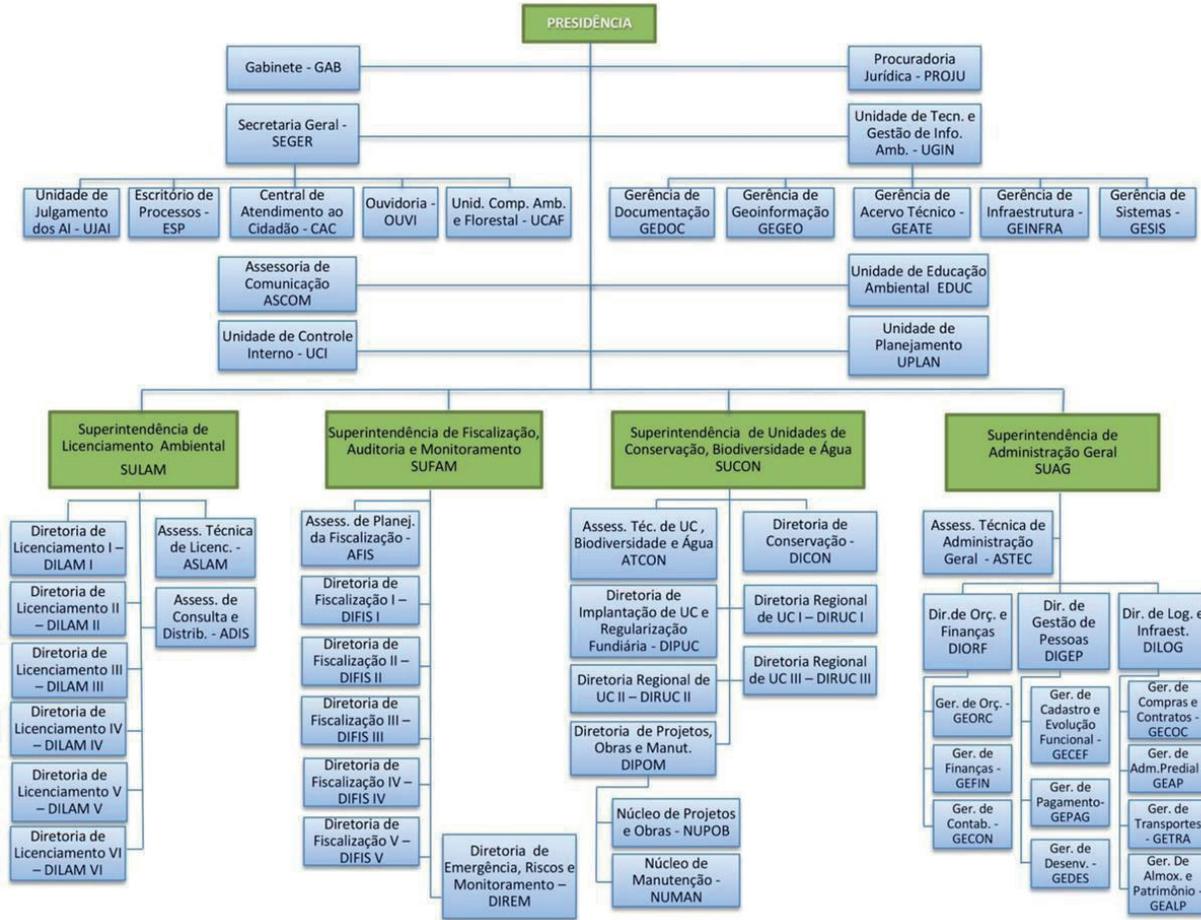
Mecanismos de reuso de problemas recorrentes: Legislação ambiental, normas ABNT, instruções normativas, análise de processos similares anteriores.

### 3.5. Planilha OM-1: Identificando problemas e oportunidades orientados para o conhecimento na organização:

Modelo de organização	Planilha de Problemas e Oportunidades OM-1
PROBLEMAS E OPORTUNIDADES	<p>Problemas e oportunidades percebidos:</p> <p>Morosidade de análise dos processos de licenciamento, com cada estudo ambiental necessário iniciando sem o resgate de estudos anteriores.</p> <p>Com o uso do SEI, a implantação do processo eletrônico abre a possibilidade de resgate de informações ambientais sob demanda.</p>
Principais recursos do contexto organizacional:	<p>- Conceitos fundamentais:</p> <p>Missão: Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente</p>
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	<p>Valores: Coerência, Inovação, Transparência, Ética, Excelência técnica, Efetividade e Credibilidade.</p> <p>Recursos humanos com alta capacitação e em quantidade razoável para execução das tarefas.</p> <p>Orçamento apertado, mas com chances de ser otimizado via remanejamento de verbas.</p>
Fatores externos importantes com os quais a organização deve lidar:	<p>- Presões políticas e empresariais para aprovação de projetos.</p> <p>- Necessidade de dinamização da economia do Distrito Federal, para aumento da arrecadação. Demandas da sociedade civil para manutenção da qualidade de vida.</p>
Estratégia de organização	<p>- Elaborar e implementar programa de Redução e Eficiência de Gastos, Aumento da Receita, normatizar procedimentos, normatizar os Sistemas de Licenciamento, Fiscalização, Monitoramento Ambiental, Unidades de Conservação e Áreas Protegidas, Fauna, Flora, Cadastro Ambiental Rural e Recuperação Ambiental. Integrar todos os setores do IBRAM em atuação conjunta para o licenciamento ambiental. Estabelecer procedimentos para produção, organização e disseminação da informação ambiental no âmbito do Instituto. Revisar procedimentos internos melhorando fluxos e rotinas, modernizando processos e estabelecendo bases para automação.</p>
SOLUÇÕES	<p>Possíveis soluções para os problemas e oportunidades percebidos:</p> <p>Resgate de informações ambientais e procedimentos adotados em processos administrativos anteriores, através de técnicas como KDT sobre o repositório de documentos eletrônicos do SEI.</p>

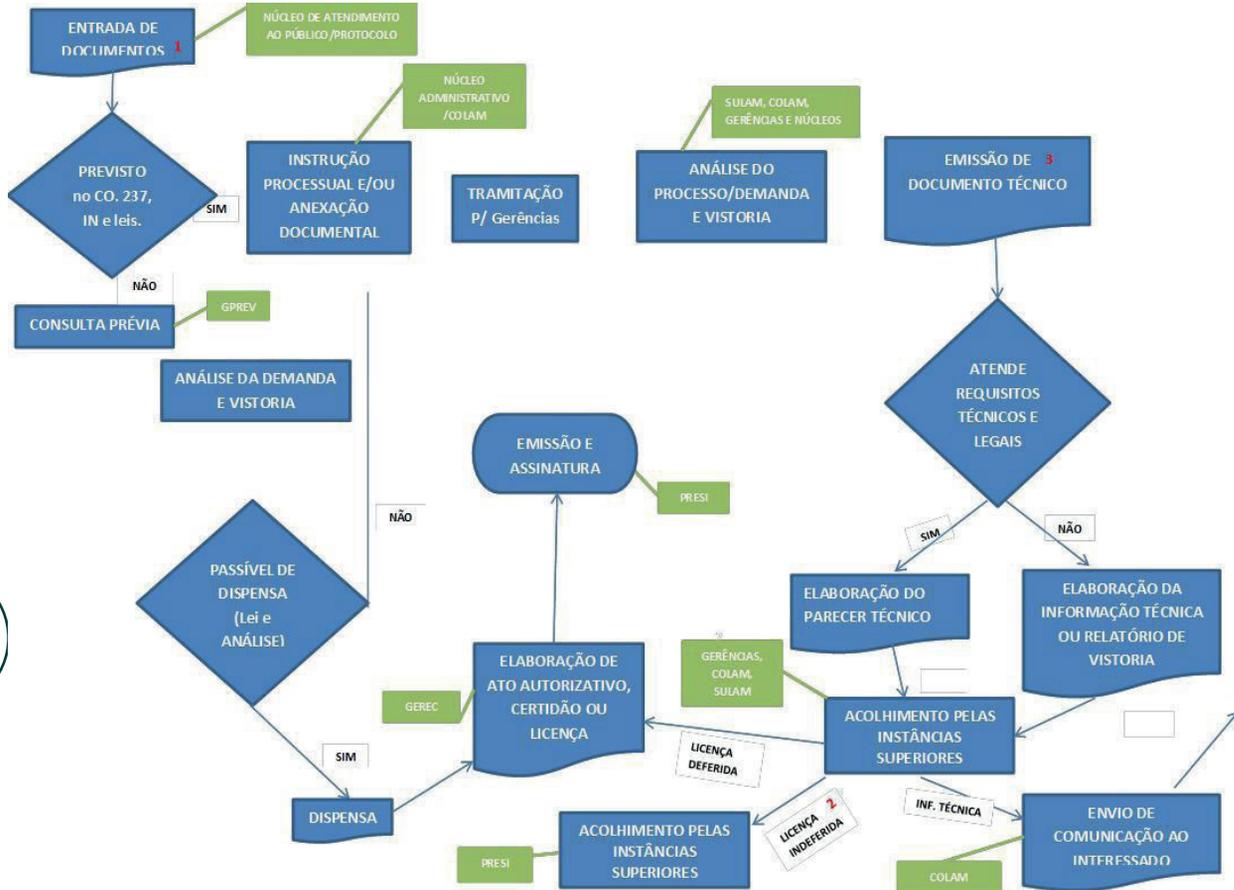
3.6. Planilha OM-2: Descrição dos aspectos organizacionais que têm impacto sobre e/ou são afetados por soluções de conhecimento escolhidas:

OM-2 Organograma



OM-2 Processo

Diagrama de atividades: O processo de licenciamento está decomposto em tarefas, detalhadas na planilha OM-3



7

OM-2: Descrição dos aspectos organizacionais que têm impacto sobre e/ou são afetados por soluções de conhecimento escolhidas:

Modelo de organização	Planilha de aspectos variantes OM-2
PESSOAS	Membros da equipe envolvidos: Analistas ambientais, administradores, especialistas do conhecimento (diretorias especializadas), consultor (engenheiro do conhecimento) e usuários do SEI.
RECURSOS	Recursos utilizados para o processo de negócios.  Sistemas de informação: Sistema Eletrônico de Informações, responsável pela gestão dos processos administrativos (processo eletrônico).  Normas: Legislação Ambiental, instruções normativas, normas ABNT  Conhecimento incorporado dos processos como todo e uso da legislação, manuais e conhecimento técnico especializado.
CULTURA E PODER	As relações entre chefias e subordinados são instáveis, sujeitas à situação política, com pressões frequentes para aprovação de projetos de interesse político e/ou econômico. As análises por vezes possuem fortes componentes ideológicos. Os canais formais de comunicação são: e-mail corporativo e SEI. Todos os servidores têm acesso a esses canais formais de comunicação

3.7. Planilha OM-3: Descrição do processo em termos das tarefas que o compõem, e suas principais características

Modelo de Organização						
		Planilha de Divisão de Processo OM-3				
N.	TAREFA	EXECUTADO POR	ONDE?	ATIVO DE	INTENSIVO?	SIGNIFICÂ
o				CONHECIMENTO		NCIA
			ADIS			

1	Distribuição Administrativos	Agentes		Legislação e Instruções Normativas codificado e incorporado	Conhecimento	
		Assessoria de Consulta e Distribuição			1	
2	Análise da demanda Diretores		Diretorias:	Legislação e Instruções Normativas incorporado	Conhecimento	
		DILAM I, II, III,	Instruções		3	
		IV, V, VI	Normativas			
3	Vistoria Ambientais	Analistas		Informação Técnica	Conhecimento	
			Diretorias		tácito, codificado e incorporado	5
4		Analistas Diretorias Ambientais		Avaliação de Impacto Ambiental incorporado	Conhecimento	
					4	
5		Agentes Presidência Administrativos		Parecer Final do Processo	Conhecimento	
					2	
					codificado	

9

3.8. Planilha OM-4: Descrição do componente Conhecimento do modelo organizacional e suas principais características

Modelo de Organização		Planilha de Ativos de Conhecimento OM-4	

ATIVO DO	POSSUÍDO		FORMA	LUGAR	TEMPO	QUALIDADE
CONHECIMENTO	POR	USADO EM	CORRETA?	CORRETO?	CORRETO?	CORRETA?
					Não. As	
					análises	
			Sim, a		levam	
			formação		tempo	
Incorporado	Analistas	Análises do	técnica	Sim	demais e	Sim.
	Ambientais	processo e	(acadêmica)		nem sempre	
		vitorias	do analista é		têm a	
			considerada.		objetividade	
					necessária.	
		O processo é				
		extremamente				
			Sim, os			
	Analistas e					
		regulado,				
			princípios da			
	demais	tendo todos				
Codificado			Administração	Sim	Sim	Sim.
	servidores	os				
			Pública levam			
	do órgão	procedimentos				
			a isso.			
		previstos em				
		incontáveis				
		normas.				

### 3.9. Planilha OM-5: Lista de verificação do documento de decisão de viabilidade

#### Considerações Finais

A análise do contexto organizacional com os parâmetros propostos pela metodologia CommonKADS, ainda que feito de forma solitária, demonstra algumas dificuldades que se constituem em desafios normais num cenário de quebra de paradigmas. Ademais, a par das questões orçamentárias, políticas e culturais, é a própria complexidade do processo de licenciamento aqui analisado que demanda um esforço que parece ser gigante. Além das tipicidades do processo administrativo na administração pública, que possui regulações específicas, das questões envolvidas com o conhecimento ambiental, necessariamente multidisciplinar, existe um verdadeiro cipoal de normas técnicas e legislativas envolvidas. Essa situação parece apontar para construção (ou adaptação) de pelo menos três ontologias: A de processos administrativos, de meio ambiente e das normas técnicas e legais relacionadas. Logo, se a organização ainda não desenvolveu a devida maturidade nas lides com as questões que envolvem o conhecimento, ela não é receptiva. Junte-se a isso a necessidade de um forte patrocínio da gestão, que também muito depende dessa receptividade. Uma boa estratégia pode ser o desenvolvimento gradativo de funcionalidades correlatas, de menor complexidade e de utilidade genérica para qualquer processo administrativo.

Sobre tais possibilidades, a literatura aborda algumas iniciativas já desenvolvidas, o que pode delinear um ponto de partida mais confortável. Como exemplo, a OntoMetaWorkflow é uma ontologia genérica de processos que pode eventualmente ser adaptada às necessidades do IBRAM, ainda que não aborde especificamente o meio ambiente.

Segundo PRIETO; LOZANO-TELLO; REDONDO-GARCÍA, (2011), a reutilização das definições de fluxo de trabalho pode ser mais fácil se eles são divididos em três definições distintas, porém relacionadas: por um lado, a definição das estruturas de dados a ser gerido pelas atividades do processo, por outro, os usuários que podem executar cada atividade e, por fim, as atividades do processo, juntamente com as relações entre as três definições. O uso de ontologias pode facilitar essas definições de fluxo de trabalho em três partes relacionadas. Assim, descrevem a OntoMetaWorkflow, uma ontologia genérica para representar termos de fluxo de trabalho no domínio dos processos administrativos, e os métodos para a utilização na definição de processos administrativos. Desenvolvem um modelo completo apoiado por ferramentas, para definição e gerenciamento de fluxos de trabalho de processos administrativos.

No arcabouço de um sistema de conhecimento voltado a processos administrativos, uma ontologia genérica pode ser um ponto de partida interessante para um trabalho mais específico, sem falar de proveitos imediatos para toda a organização. A aglutinação de profissionais em torno do que é comum a todas as áreas pode vir a desenvolver a sinergia necessária para projetos mais específicos e de maior envergadura.

#### Referências

ABEL, Mara. **Uma revisão da engenharia do conhecimento: Evolução, paradigmas e aplicações.** [s. l.], p. 1–35, 2013.

AUER, Sören; HERRE, Heinrich. **RapidOWL . An Agile Knowledge Engineering Methodology.** In: (Irina Virbitskaite, Andrei Voronkov, Eds.) **PERSPECTIVES OF SYSTEMS INFORMATICS 2007**, Berlin, Heidelberg. Anais... Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2007.

LÓPEZ, F. J. H.; GAYO, J. E. L.; DE PABLOS, P. O. Semantic modeling of administrative procedures from a Spanish Regional Public Administration. **Sustainability Switzerland**, [s. l.], v. 10, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85042734792&doi=10.3390%2Fsu10030633&partnerID=40&md5=38dd2758627c3b6f182796de4ff33704>

PACHECO, <https://pt.slideshare.net/rpacheco/metodologias-da-engenharia-do-conhecimento-aula-23>

PRIETO, A. E.; LOZANO-TELLO, A.; REDONDO-GARCÍA, J. L. **OntoMetaWorkflow: An ontology for representing data and users in workflows.** *Lecture Notes in Computer Science (including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics)*, La Laguna, v. 7023 LNAI, p. 203–212, 2011. Disponível em: [https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-81055127042&doi=10.1007%2F978-3-642-25274-7\\_21&partnerID=40&md5=2e1cb974908ac76c4ce48851e1cf7740](https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-81055127042&doi=10.1007%2F978-3-642-25274-7_21&partnerID=40&md5=2e1cb974908ac76c4ce48851e1cf7740)

SCHREIBER, Guus et al. **Knowledge Engineering and Management - The CommonKADS Methodology.** [s.l: s.n.]. v. 24

## Processos Administrativos na Administração Pública: Uma Revisão Sistemática da Literatura Para Identificar a Utilização da Engenharia do Conhecimento

### *Administrative Processes in Public Administration: A Systematic Review of Literature to Identify the Use of Knowledge Engineering*

José Tadeu Silva<sup>1</sup>

Submetido em: 03/10/2022

Aprovado em: 03/10/2022

Publicado em: 05/10/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.361

#### Resumo

Com a crescente informatização da administração pública, os processos administrativos têm seguido a tendência da gestão eletrônica, através de sistemas que permitem sua tramitação mais célere e transparente, agregando adicionalmente maiores produtividade e eficiência. Esse movimento, virtualmente irreversível, estabelece as condições necessárias para grandes inovações, pois permite que técnicas de engenharia do conhecimento sejam aplicadas aos repositórios inexoravelmente formados por grandes volumes de dados, seja para seu aperfeiçoamento em direção a um melhor atendimento do cidadão ou como apoio aos servidores públicos na tomada de decisões. Este artigo procura sondar, através da revisão sistemática da literatura científica, como as pesquisas acadêmicas têm abordado o tema da utilização da engenharia do conhecimento sobre os processos administrativos digitais nos últimos anos.

Palavras-chave: Ontologia, processo administrativo, engenharia do conhecimento, processo eletrônico

#### Abstract

With the increasing computerization of public administration, administrative processes have followed the trend of electronic management, through systems that allow its processing faster and more transparent, additionally adding greater productivity and efficiency. This virtually irreversible movement establishes the necessary conditions for major innovations, as it allows knowledge engineering techniques to be applied to repositories inexorably formed by large volumes of data, either for their improvement towards better citizen service or as a support to public servants in decision making. This article seeks to probe, through a systematic review of scientific literature, how academic research has addressed the theme of the use of knowledge engineering about digital administrative processes in recent years.

**Keywords:** Ontology, administrative process, knowledge engineering, electronic process

#### 1. Introdução

Processo administrativo é o modo como a Administração Pública toma suas decisões, seja por iniciativa de um particular, seja por iniciativa própria. É a sequência de atividades da Administração, interligadas entre si e devidamente documentadas, que visa alcançar determinado efeito final previsto em lei. A onda de informatização, ao alcançar a administração pública, inicialmente fez a mera substituição das antigas máquinas de escrever. Os processos administrativos continuaram seguindo em documentos de papel, agora editados e impressos. Mesmo sendo uma fase já remota em muitas organizações, pastas desses documentos oficiais ainda se movimentam fisicamente para recolha de carimbos e assinaturas. Nessa segunda fase, de forma incipiente, plataformas de gestão de documentos eletrônicos se proliferam, garantindo mais eficiência e produtividade, atestando uma inevitável tendência.

Ao adotar sistemas de gestão de processos administrativos, na maioria as vezes a administração pública incorpora recursos valiosos. A agilidade obtida com a tramitação eletrônica, o compartilhamento das informações e a estruturação de seus processos administrativos, têm sido as fontes mais comuns dessa evolução, mesmo com algum prejuízo de interoperabilidade entre os sistemas públicos. A digitalização de processos administrativos, ou processo eletrônico, costuma ser um marco, pois melhora o desempenho dos processos da administração, com ganhos em agilidade, custos e produtividade.

De acordo com UCHÔA; AMARAL, (2013), os seguintes benefícios podem ser esperados com a implantação do processo eletrônico da administração pública:

<sup>1</sup> Mestrando do programa de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Grupo de Pesquisas Governança e Gestão de Tecnologia da Informação no Laboratório de Educação a Distância da UFSC. [gigaflex.tadeu@gmail.com](mailto:gigaflex.tadeu@gmail.com)

- Redução de custos financeiros e ambientais associados à impressão (impressoras, toner, papel, contratos de impressão);
- redução de custos operacionais relacionados à entrega e ao armazenamento de documentos e processos;
- redução do tempo gasto na abertura, manipulação, localização e tramitação de documentos e processos;
- eliminação de perdas, extravios e destruições indevidos de documentos e processos;
- compartilhamento simultâneo de documentos e processos, para fins de contribuição, acompanhamento da tramitação ou simples consulta;
- auxílio aos servidores em sua rotina, com a disponibilização de modelos e orientações sobre como proceder em situações específicas;
- incremento na publicidade dos processos, tornando mais fácil seu acompanhamento por servidores e por administrados, e o seu controle interno e pela sociedade;
- ampliação da gestão do conhecimento e da possibilidade de melhoria de processos, em razão da criação de uma plataforma única que permitirá a análise de fluxos de processos, sua comparação entre órgãos distintos e a melhoria baseada em experiências de sucesso;
- aumento da possibilidade de definição, coleta e utilização direta e cruzada de dados e indicadores, em razão da criação de um conjunto de bases de dados de mesma natureza.

Ainda que estejamos em consolidação dessa fase, é importante realçar seu potencial na ruptura de antigos paradigmas. O armazenamento de informações processuais em meios digitais e eletrônicos abre as portas para uma ampla revolução no serviço público, muito além das implicações arquivísticas. Sendo digitais tais processos, uma base estruturada de informações é armazenada necessariamente em bancos de dados, além de uma variedade de documentos anexos, como imagens e arquivos de diversas extensões, necessários às análises e manifestação processuais. No contexto abordado, a eventual mineração dessa base de dados pode ser feita mais facilmente, o que permite não apenas extração de conhecimento dos processos, mas também sua utilização num maior apoio aos usuários.

Ao longo dos últimos anos, as administrações públicas têm vindo a fornecer sistemas para procedimentos e arquivos de processamento eletrônico para garantir a conformidade com os regulamentos e fornecer serviços públicos aos cidadãos. Embora cada administração forneça serviços semelhantes aos seus cidadãos, estes sistemas normalmente diferem do ponto de vista interno de gerenciamento de informações, uma vez que geralmente vêm de diferentes produtos e fabricantes. O quadro comum que os regulamentos demandam e que as administrações públicas devem respeitar ao processar arquivos eletrônicos, fornece uma oportunidade única para o desenvolvimento de agentes inteligentes em matéria de processos administrativos (LÓPEZ; GAYO; DE PABLOS, 2018a).

Este artigo procura lançar o olhar sobre as oportunidades que a exploração de tais repositórios de dados, informações e arquivos pode trazer, delineando os contornos de uma possível terceira fase de evolução da temática. Visa responder à questão de pesquisa: *como as pesquisas acadêmicas têm abordado o tema da utilização da Engenharia do Conhecimento (EC) pela administração pública sobre os processos administrativos digitais nos últimos anos?* Para tanto, uma pesquisa bibliográfica busca identificar técnicas e ferramentas típicas da EC na análise ou melhoria de processos em que, através da sistematização dos resultados, lacunas e tendências serão evidenciadas.

## 2. Metodologia

2

A definição dos termos de pesquisa foi feita a partir de inúmeras tentativas de capturar o universo de artigos acadêmicos que refletissem propostas ou inovações na área, como o uso de técnicas e ferramentas utilizadas na engenharia do conhecimento. Assim, as palavras-chaves (em inglês) foram selecionadas a partir das terminologias oriundas desse universo e da expressão que fosse mais representativa para “processo eletrônico”.

Em buscas genéricas feitas na web, verificamos que não são utilizados termos ou expressões comuns para conceituar a gestão ou tramitação digital de processos administrativos, naquilo que entendemos por processo eletrônico. A busca de tradução literal “electronic process” resultou apenas em dois artigos na base *Scopus*, sem menção a análise de

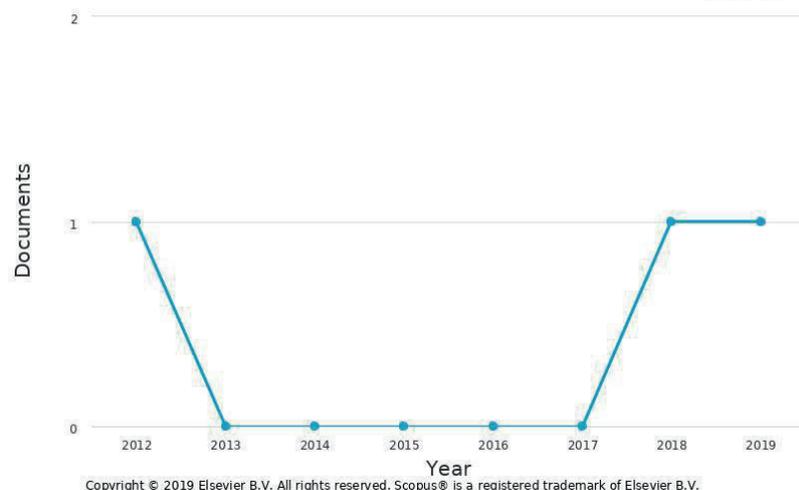
dados processuais. Acabamos por considerar então que a busca por “administrative process”, ainda que mais ampla e imprecisa (846 artigos), pode ser devidamente refinada em combinação com outras palavras-chaves. Disso resultou uma estratégia de busca por assuntos de processos administrativos (administrative process) combinada com expressões de tecnologias de uso frequente na engenharia do conhecimento. Por conta do contexto de inserção dessas tecnologias, infere-se que os resultados das buscas de artigos correspondam a processos administrativos em meio digital, objeto do trabalho desenvolvido.

### 3. Análise da Busca Sistemática

A adoção dos conjuntos de palavras-chave abaixo, nas buscas efetuadas no Scopus, resultou em 29 artigos (reduzidos para 24, por duplicidade), publicados entre os anos de 2011 e 2019:

Palavras-chave	Scopus
“administrative process” e “e-government”	11
“Administrative process” e “machine learning”	1
“administrative process” e “linked data”	1
“administrative process” e “data mining”	2
“administrative process” e “ontology”	2
“administrative process” e “artificial intelligence”	4
“administrative process” e “algorithm”	7
“administrative process” e “big data”	1
Total de artigos (excluídos os repetidos)	24

Da leitura do resumo dos respectivos artigos, numa análise inicial, foram descartados 13 deles que não abordavam o assunto de forma central, restando 11 artigos para leitura completa. Dessa leitura restaram 3 artigos, que correspondem à seleção final dos artigos mais aderentes à temática. As fontes das publicações foram as revistas *IEEE Access*, *International Journal Of Software Engineering And Knowledge Engineering* e *Sustainability Switzerland*, com um artigo em cada uma delas. Foram detectados 9 autores dos artigos selecionados, com dois desses (Lozano-Tello e Prieto, A.E.) responsáveis por duas dessas publicações em coautoria. A distribuição das publicações ao longo dos últimos 7 anos é meio errática, conforme o gráfico abaixo, talvez pelo número relativamente escasso de artigos. O artigo mais citado é o de (PRIETO; LOZANO-TELLO, 2012), com 5 citações.



Copyright © 2019 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

A evidenciação de que o tema não está devidamente aprofundado na literatura é demonstrado pela baixa incidência de artigos encontrados, o que corrobora o sentimento de incipiência do processo de adoção do processo eletrônico em organizações estatais. Os artigos selecionados, no entanto, abordam as oportunidades já citadas de quebra paradigmática ao considerarem o uso de ontologias como ponto de partida para uma evolução dos processos administrativos no meio digital, o que inegavelmente abre campo para a aplicação de inúmeras técnicas e ferramentas da Engenharia do Conhecimento.

As publicações, como relatado, giram em torno da utilização de ontologias no âmbito de processos administrativos, sobretudo na administração pública. Com abordagens em problemáticas distintas, basicamente cobrem de forma satisfatória os principais entraves ao reuso de processos. Assim, foram divididos de acordo com o olhar impresso pelos autores, focando-se nas aplicabilidades referentes a modularização das soluções apresentadas.

Tema	Artigo	Autores
Workflow em processos	A Hierarchical Adaptation Method for Administrative Workflows	(PRIETO et al., 2019)
Modelagem de procedimentos	Semantic modeling of administrative procedures from a Spanish Regional Public Administration	(LÓPEZ; GAYO; DE PABLOS, 2018b)
Ontologia genérica	Defining reusable administrative processes using a generic ontology	(PRIETO; LOZANO-TELLO, 2012)

#### 4. Discussão

A leitura dos artigos em questão permite não apenas uma análise crítica das possibilidades, como também o nível de complexidade que a estruturação inovativa de processos administrativos apresenta. Em cada trabalho as nuances se revelam, tendo em comum a necessidade de análise e abstração das características para resguardarem a devida conformidade legal e organizacional requeridas.

##### 4.1. Workflow em processos

4

O uso de fluxos de trabalho (workflows) em processos de negócios (ou administrativos) constituem-se uma forma de ordenar eficientemente as etapas de um determinado tipo de processo, conforme a demanda, natureza e circunstâncias e de acordo com o modelo hierárquico da organização. Uma vez estabelecido, os processos correspondentes passam a obedecer a um rito de tramitação entre os departamentos até sua resolução por uma autoridade estabelecida. Conforme PRIETO et al. (2018), a fim de usá-los de forma adequada em diferentes áreas ou departamentos de uma

organização hierárquica, devem ser adaptados às suas condições particulares, respeitando as normas gerais do processo estabelecido no nível superior. Qualquer departamento pode adicionar atividades, pode removê-los, e pode escolher usuários concretos para realizá-las e para definir os dados gerenciados nas atividades, desde que o processo de adaptação não deixe de cumprir com as restrições estabelecidas no nível genérico.

Segundo os autores, este problema, chamado de problema de adaptação hierárquica, também implica estabelecer as medidas adequadas para aplicar quando o regulamento geral é alterado. Tais medidas devem manter a consistência entre os diferentes níveis, por meio da propagação das alterações em todos os processos adaptados.

Normalmente, esses fluxos de trabalho não precisam gerenciar um número considerável de atividades, usuários ou dados. Os problemas surgem quando as organizações precisam usá-los em suas diferentes áreas e departamentos, o que significa que as especificações do trabalho podem ser adaptadas às condições particulares de cada área, enquanto cumprem as especificações gerais estabelecidas pela lei ou regulamento que governa todo o processo. Denominam esse problema como o problema de adaptação hierárquica dos processos administrativos.

Apresentam então o método de adaptação hierárquica, que é um método baseado em ontologias que definem as regras para satisfazer por um fluxo trabalho adaptável genérico. Além disso, estabelece as regras para satisfazer as adaptações da ontologia específica. Fornece também as operações que facilitam tanto adaptações de fluxos de trabalhos administrativos e propagações de mudanças.

Levado às últimas consequências, no âmbito do cenário de possibilidades do processo eletrônico, o método facilita a automação de processos pela adaptabilidade dos fluxos às mudanças de hierarquia, graças ao uso das ontologias.

#### 4.2. Modelagem de procedimentos

Segundo os autores LÓPEZ; GAYO; DE PABLOS, (2018a), para cumprir com os regulamentos em todos os assuntos que dizem respeito ao acesso à informação pública por parte dos cidadãos, diferentes iniciativas surgiram a partir das administrações que levaram ao desenvolvimento de catálogos de dados. Tendo em conta os conjuntos de dados publicados no catálogo Espanhol de dados aberto, que federa maioria das administrações públicas espanholas catálogos de dados abertos, concluem que há uma falta de homogeneidade, o que significa que duas administrações no mesmo nível não publicam o mesmo tipo de informação, bem como a falta de vocabulários padronizados, o que faz com que os dados sejam representados de diferentes formas, mesmo que estas administrações publiquem a mesma informação.

Outro aspecto que destacam, a partir dessa análise, é que as informações só estão sendo publicadas no nível de dados e que as informações sobre os processos administrativos não estão sendo publicadas integralmente.

Consideram que representar processos, de qualquer tipo, pode ser interessante por várias razões:

- Processos de modelagem, se seguir os princípios dados vinculados ou não, converte-os em objetos acionáveis no mesmo nível como dados.
- Uma vez que estes processos podem ser representados e automaticamente acionáveis, é possível construir agentes inteligentes que interagem com eles e executar tarefas que vão desde a rastreabilidade de auditoria.
- Os procedimentos administrativos são comuns a todas as administrações públicas, uma vez que derivam dos mesmos regulamentos. Isso significa que todo o trabalho feito sobre eles podem ser reutilizados por todo o setor público.

Os autores sustentam que o resultado da modelagem de procedimentos administrações públicas podem ajudar a políticas de sustentabilidade de duas maneiras:

- Melhorar os processos de tomada de decisão
- A sustentabilidade da gestão administrativa.

5

Com isso, desenvolvem uma ontologia para representar os procedimentos administrativos e para facilitar ferramentas que podem tornar estes processos objetos acionáveis e facilitar o desenvolvimento futuro de agentes inteligentes que possam analisá-los e processá-los, “favorecendo a sustentabilidade organização através de uma melhoria da política decisão tomada” (LÓPEZ; GAYO; DE PABLOS, 2018a).

Segundo os autores (PRIETO; LOZANO-TELLO; REDONDO-GARCÍA, 2011), a reutilização das definições de fluxo de trabalho pode ser mais fácil se eles são divididos em três definições distintas, porém relacionadas: por um lado, a definição das estruturas de dados a ser gerido pelas atividades do processo, por outro, os usuários que podem executar cada atividade e, por fim, as atividades do processo, juntamente com as relações entre as três definições. O uso de ontologias pode facilitar essas definições de fluxo de trabalho em três partes relacionadas. Assim, descrevem a OntoMetaWorkflow, uma ontologia genérica para representar termos de fluxo de trabalho no domínio dos processos administrativos, e os métodos para a utilização que na definição de processos administrativos. Desenvolvem um modelo completo apoiado por ferramentas, para definição e gerenciamento de fluxos de trabalho de processos administrativos.

### Considerações Finais

O que se infere da presente revisão é que ainda se tem um campo bastante amplo para obtenção de valores gerados a partir do conhecimento obtido em processos administrativos. Sua evolução na administração pública enfrenta uma série de desafios, a começar pela complicada transição para o meio eletrônico. Uma vez alcançado esse novo patamar, a já referida segunda fase evolutiva, cria-se o ambiente favorável a um novo ciclo, com obtenção de ganhos exponenciais para toda a sociedade. Nessa trajetória, para agregação de valor, as ferramentas e técnicas de EC são inestimáveis.

Isso posto, é justamente da representação semântica dos elementos significativos que o processo administrativo apresenta que se obtém os ingredientes para a maioria das tecnologias à disposição da engenharia do conhecimento. Em outras palavras, tudo começa a partir das ontologias.

### Referências

LÓPEZ, F. J. H.; GAYO, J. E. L.; DE PABLOS, P. O. Semantic modeling of administrative procedures from a Spanish Regional Public Administration. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 10, n. 3, 2018. a. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85042734792&doi=10.3390%2Fsu10030633&partnerID=40&md5=38dd2758627c3b6f182796de4ff33704>

LÓPEZ, Francisco José Hidalgo; GAYO, Jose Emilio Labra; DE PABLOS, Patricia Ordóñez. Semantic modeling of administrative procedures from a Spanish Regional Public Administration. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 10, n. 3, 2018. b. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85042734792&doi=10.3390%2Fsu10030633&partnerID=40&md5=38dd2758627c3b6f182796de4ff33704>

PRIETO, A. E. et al. A Hierarchical Adaptation Method for Administrative Workflows. **IEEE Access**, [s. l.], v. 7, p. 11066–11092, 2019. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85061176477&doi=10.1109%2FACCESS.2019.2892679&partnerID=40&md5=48da08140caee09774b45f3a060672b5>

PRIETO, A. E.; LOZANO-TELLO, A. Defining reusable administrative processes using a generic ontology. **International Journal of Software Engineering and Knowledge Engineering**, Quercus Software Engineering Group, University of Extremadura, Escuela Politécnica, av. Universidad s/n, Cáceres, 10003, Spain, v. 22, n. 2, p. 243–264, 2012. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84861880169&doi=10.1142%2F50218194012400050&partnerID=40&md5=309e30c24efe63034825abdb7e93dc42>

PRIETO, A. E.; LOZANO-TELLO, A.; REDONDO-GARCÍA, J. L. **OntoMetaWorkflow**: An ontology for representing data and users in workflows. *Lecture Notes in Computer Science (including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture*

6

*Notes in Bioinformatics)*, La Laguna, v. 7023 **LNAI**, p. 203–212, 2011. Disponível em: [https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-81055127042&doi=10.1007%2F978-3-642-25274-](https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-81055127042&doi=10.1007%2F978-3-642-25274-7_21&partnerID=40&md5=2e1cb974908ac76c4ce48851e1cf7740)

[7\\_21&partnerID=40&md5=2e1cb974908ac76c4ce48851e1cf7740](https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-81055127042&doi=10.1007%2F978-3-642-25274-7_21&partnerID=40&md5=2e1cb974908ac76c4ce48851e1cf7740)

UCHÔA, Carlos Eduardo; AMARAL, Vinícius Leopoldino Do. Processo eletrônico nacional: uma solução universal de processo eletrônico. **VI Congresso de Gestão Pública**, [s. l.], 2013.

## Ontologia de Assentamentos Funcionais: Uma Proposta *Ontology of Functional Settlements: A Proposal*

Fernando A. Ostuni Ghauthier<sup>1</sup>  
José Tadeu Silva<sup>2</sup>

Submetido em: 03/10/2022  
Aprovado em: 03/10/2022  
Publicado em: 05/10/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.362

### Resumo

Neste trabalho propomos o desenvolvimento de uma ontologia para assentamentos funcionais, que são registros de atos administrativos envolvendo a vida funcional do servidor público. A proposta visa facilitar a mineração dos textos correspondentes aos atos administrativos referentes aos recursos humanos do Brasília Ambiental (IBRAM/DF), num estudo de caso envolvendo as respectivas publicações no Diário Oficial do Distrito Federal e Boletins de Pessoal internos. Utilizamos a ferramenta Ontokem para documentação, criação das classes e instâncias, complementando a ontologia com Protégé, responsável pelo refinamento da ontologia. Como resultado, constatamos a viabilidade de criação de um Sistema de Recuperação de Informações baseado nessa ontologia, que possivelmente dará mais confiabilidade à formação de um repositório único, contribuindo para eficácia e agilização de processos.

**Palavras-chave:** Ontologia, Assentamentos Funcionais, Mineração de textos, Ontokem

### Abstract

In this work we propose the development of an ontology for functional settlements, which are records of administrative acts involving the functional life of the public servant. The proposal aims to facilitate the mining of the texts corresponding to the administrative acts related to the human resources of the Environmental Brasilia (IBRAM/DF), in a case study involving the respective publications in the Official Gazette of the Federal District and internal Personnel Bulletins. We used the Ontokem tool for documentation, creation of classes and instances, complementing ontology with Protégé, responsible for the refinement of ontology. As a result, we note the feasibility of creating an Information Recovery System based on this ontology, which may give more reliability to the formation of a single repository, contributing to the effectiveness and streamlining of processes.

**Keywords:** Ontology, Functional Settlements, Text mining, Ontokem

## 1. Introdução

Atendendo o princípio de publicidade na Administração Pública, os atos administrativos oriundos das decisões dos agentes responsáveis, para que tenham validade, costumam ser publicados em veículos de acesso público, como o Diário Oficial. Dependendo da natureza do ato (como alguns envolvendo pessoal, por exemplo), tais publicações são feitas em Boletins internos aos respectivos órgãos da Administração. O acompanhamento dessas publicações oficiais, entretanto, é sempre complexo. As informações são quase sempre dispersas, sem estruturação, em repositórios de documentos sem padronização.

Diariamente a informação deve ser buscada analogicamente, com a leitura das publicações. No caso do Diário Oficial, as edições (já digitais) misturam toda a sorte de documentos, que tratam das mais diversas decisões de órgãos distintos. No âmbito de cada órgão, a relativa liberdade de acondicionamento dos Boletins geralmente resulta numa coleção significativa de documentos digitais em extensões variáveis, hospedados em pastas e sem indexação que

1

insinue seus conteúdos. A dificuldade que isso gera é a insegurança quanto à transcrição dessas informações. A falta de definição de responsabilidades específicas pela garimpagem faz com que cada agente busque o que lhe interessa ou é demandado.

A consequência é a dificuldade de formação de um repositório único, devidamente estruturado, que possa ser fonte

<sup>1</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. [fernando.gauthier@ufsc.br](mailto:fernando.gauthier@ufsc.br)

<sup>2</sup> Mestrando do programa de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Grupo de Pesquisas Governança e Gestão de Tecnologia da Informação no Laboratório de Educação a Distância da UFSC. [gigaflex.tadeu@gmail.com](mailto:gigaflex.tadeu@gmail.com)

confiável para consultas ou alimentação de sistemas. Resumindo, a garimpagem humana, pontual e redundante, é responsável pela extração de informações vitais a outros processos ou para gerar os efeitos pretendidos pelas publicações. Não raro meramente pela anexação de cópias impressas de publicações a arquivos físicos ou a processos eletrônicos, sem o devido tratamento.

Neste artigo pretendemos demonstrar a viabilidade de automatização desse processo de mineração, que tem como principal desafio aquilo que o conhecimento humano agrega: o entendimento do domínio de um ato administrativo específico, da terminologia utilizada e suas relações formais. Para isso, lançamos mão da ontologia, que define os conceitos do domínio através de propriedades, relacionamentos e axiomas, e deve ser considerada como uma representação formal que expressa o entendimento consensual a respeito dos conceitos do domínio (FREITAS; VIEIRA, 2008).

Em um estudo de caso, examinamos um problema de gestão de recursos humanos no Brasília Ambiental (IBRAM) do Distrito Federal - DF, que é a formação e manutenção dos assentamentos funcionais dos servidores daquele órgão, formada por informações pertinentes aos atos administrativos diversos que lhes dizem respeito: nomeações, promoções, afastamentos, exonerações, penalidades, elogios etc. Assim, pretendemos demonstrar a viabilidade de utilização de ontologias na extração de conhecimento de publicações oficiais para formação de um banco e dados estruturados. A ontologia proposta leva em conta o conhecimento e experiência do autor como egresso da antiga Gerência de Recursos Humanos – GEREH e não é um trabalho acabado, pois necessita da validação por outros especialistas no domínio.

## 2. Os Atos Administrativos

Os Atos Administrativos são o modo como a administração pública toma suas decisões, seja por iniciativa de um particular, seja por iniciativa própria. É a sequência de atividades da Administração, interligadas entre si e devidamente documentadas, que visam alcançar determinado efeito final previsto em lei (CARVALHO, 2014). Ou seja, a administração pública requer que as decisões sejam revestidas de um conjunto de formalidades para terem efeito. Nesse conjunto insere-se também o cumprimento do princípio da publicidade, consagrado na Constituição de 1988. A publicação do ato tanto pode constituir requisito de validade como de eficácia, conforme for determinado pelo legislador. A finalidade da publicação, portanto, é divulgar, “pela forma escrita e nos meios oficialmente determinados”, os atos estatais, de sorte que somente após a publicação do ato é que poderá seu cumprimento ser exigido dos cidadãos, além de introduzir modificações no universo jurídico (ROCHA, 1994, p. 246).

No Distrito Federal, o decreto nº 37.256, de 15 de abril de 2016 dispôs sobre normas para publicação de matérias nos Jornais Oficiais, instituindo a vedação da publicação no Diário Oficial em seu artigo 6º:

I - Dos atos de caráter interno;

AI - Dos atos que encerram mera reprodução de norma já publicada por órgão oficial, inclusive o boletim de serviço e o boletim de pessoal;

III - dos atos ordinatórios de pessoal, salvo os previstos nos arts. 4º e 5º;

IV - Dos atos de concessão de medalhas, condecorações e comendas, salvo se efetuada por intermédio de lei ou de decreto;

V - Dos desenhos e figuras de tipos diversos, tais como logotipos, logomarcas, brasões ou emblemas;

VI - Das partituras e letras musicais;

VII - dos discursos;

VIII - das avaliações de desempenho e os elogios;

IX - Das ausências previstas no artigo 62 da Lei Complementar do Distrito Federal nº 840, de 23 de dezembro de 2011.<sup>3</sup>

Regulamentando as publicações internas no IBRAM, a Instrução nº 351, de 11 de janeiro de 2017, instituiu o Boletim de Serviços e o Boletim de Pessoal, destinados a dar publicidade aos atos e procedimentos formais do IBRAM,

3 [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/a644bc9ab55c460d9c092b598cef571d/exec\\_dec\\_37256\\_2016.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/a644bc9ab55c460d9c092b598cef571d/exec_dec_37256_2016.html) - Acessado em 28/02/2020.

em consonância com o inciso II daquele decreto. No tocante a pessoal, diz a Instrução: Art. 3º Poderão ser publicados no Boletim de Pessoal:

I - Os atos ordinatórios de pessoal;

II- As ausências previstas no artigo 62 da Lei Complementar do Distrito Federal nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

III- Resultados das avaliações de desempenho e os elogios;

VI- Outros atos que se refiram a pessoal e que não tenham obrigatoriedade de publicação em imprensa oficial.<sup>4</sup>

Em outras palavras, as publicações que tratam de pessoal são publicadas atualmente tanto no Diário Oficial do DF (art. 4º (em decorrência de disposição legal) e 5º (resumo de despachos de autoridades administrativas, relacionados a interesses individuais)) quanto no Boletim de Pessoal do IBRAM.

### 3. A Mineração de textos

Com a universalização do uso de computadores, o volume monumental de informações armazenadas hoje em organizações ou servidores web tende a continuar se acentuando, com crescimento vertiginoso ainda nos próximos anos. Uma característica singular desse fenômeno é que cerca de 80% dessa informação é composta de textos em grande parte redigidos de forma livre (HE; ZHA; LI, 2013), em linguagem natural, sem qualquer estruturação.

Esse panorama contribuiu para o desenvolvimento de técnicas destinadas a Recuperação de Informações (RI) a partir de grandes repositórios de documentos com o emprego da mineração de textos. RI consiste na localização de materiais de natureza não estruturada que satisfazem determinada necessidade por informação a partir de uma grande coleção (MANNING; RAGHAVAN; SCHÜTZE, 2008). É uma área que investiga métodos e técnicas para a representação, a organização, o armazenamento, a busca e a recuperação de documentos. O seu objetivo principal é facilitar o acesso a documentos relevantes à necessidade de informação do usuário, geralmente representada por meio de consultas baseadas em palavras-chave.

A complexidade do emprego dessas técnicas, no entanto, varia de acordo com alguns aspectos. Dentro de uma organização existem significativas diferenças em relação à WEB, por exemplo. No estudo de caso a que nos propomos, essas tarefas são simplificadas pela relativa estruturação que os textos possuem (por se tratar de assuntos específicos e atenderem às normas legais), além da baixa heterogeneidade entre os documentos, formados por duas fontes básicas, Diário Oficial e Boletim de Pessoal.

Seja qual for o caso, para uma maior precisão, a mineração de texto requer o emprego de um vocabulário comum para domínios em que exista a necessidade de compartilhamento de informações. Isto inclui definições interpretáveis por máquinas de conceitos básicos em um domínio e relações entre estes. As maneiras de fazer isso são as ontologias.

### 4. As Ontologias

Nas últimas décadas as ontologias se tornaram bastante populares em pesquisas de Inteligência Artificial (IA), seja na área de Processamento de Linguagem Natural (PLN), Engenharia de Conhecimento (EC) ou no processamento e representação do conhecimento. A razão para ontologias serem tão populares é em grande parte devido ao que eles prometem: um entendimento compartilhado e comum de algum domínio que possa ser comunicada através de pessoas e computadores. (STUDER; BENJAMINS; FENSEL, [s.d.]) O termo ontologia é originário da filosofia, sendo utilizado para descrever a existência de seres no mundo. Como a Inteligência Artificial (AI) lida com o raciocínio sobre modelos do mundo, adotou-se o termo para descrever o que pode ser representado do mundo em um programa.

A ontologia tem papel importante como forma de representação do conhecimento, tornando-o compartilhável e explícito. Sua definição mais utilizada é “uma especificação formal e explícita de uma conceitualização compartilhada” (STUDER; BENJAMINS; FENSEL, 1998). Formal, por ser processável por máquinas. Explícita, por conter definições

<sup>4</sup> [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/12a9882a49b643ef9db54345182ff26d/ibram\\_ins\\_351\\_2017.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/12a9882a49b643ef9db54345182ff26d/ibram_ins_351_2017.html) - Acessado em 28/02/2020.

sem ambiguidade de conceitos, atributos e relacionamentos. Conceitualização compartilhada por abrigar um modelo conceitual de um certo domínio com entendimento compartilhado. Entre outras coisas, elas permitem a reutilização e a transmissão do conhecimento e são formas estruturadas para o armazenamento com a utilização do conceito de classes, relações, atributos, dentre outros (GOMEZ-PEREZ; FERNÁNDEZ-LÓPEZ; CORCHO, 2004).

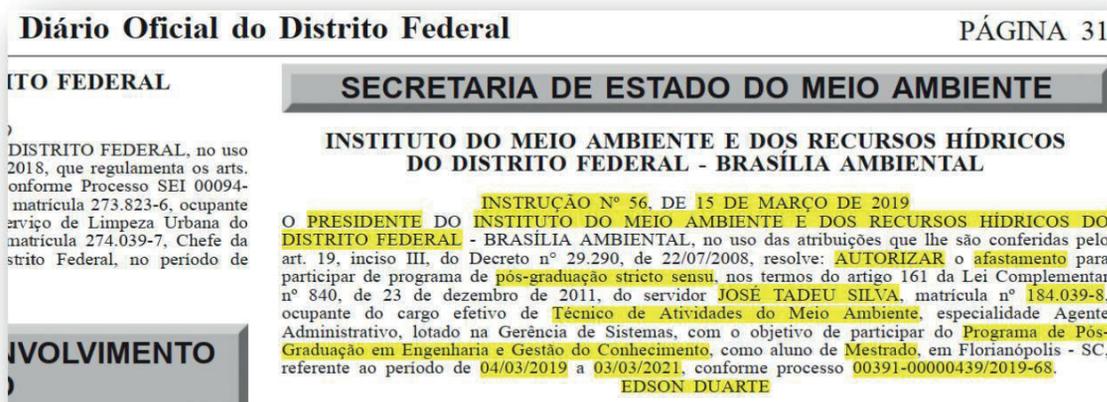
De acordo com USCHOLD; JASPER, (1999) Uma ontologia pode assumir vários formatos, mas deverá incluir um vocabulário de termos, seus significados e como estão relacionados. Isso resulta na estruturação do domínio e nas restrições das interpretações dos termos (USCHOLD; JASPER, 1999).

Neste trabalho, apesar de não se utilizar um formato ou metodologia específica, como visa extrair informações de documentos oficiais referentes a atos administrativos no âmbito de recursos humanos, é proposto o desenvolvimento de uma ontologia de representação desse domínio (atos administrativos envolvendo pessoal). O que se pretende é que tais documentos, com o uso dessa ontologia, sejam lidos por máquina. Isso permitirá, por exemplo, a alimentação de um banco de dados estruturado com todas as publicações envolvendo os servidores do IBRAM, constituindo-se em repositório único e confiável para formação e atualização de seus assentamentos funcionais.

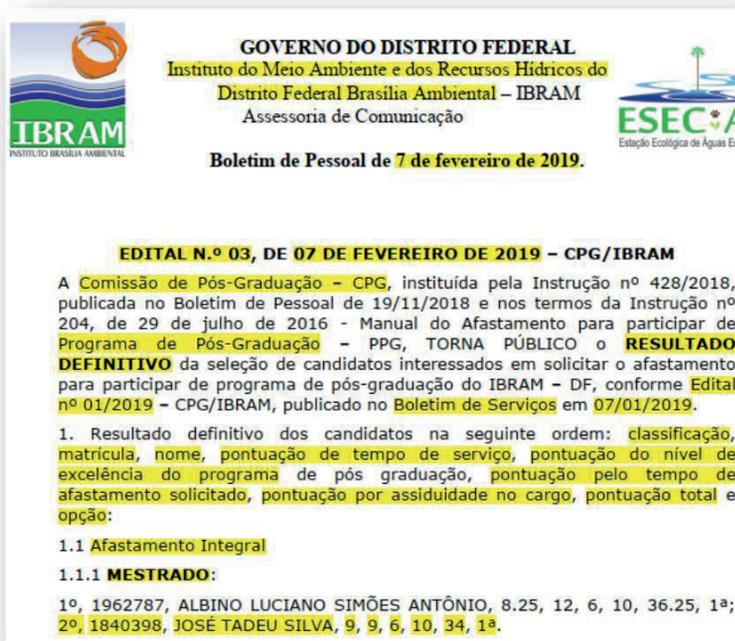
#### 4.1. Desenvolvimento de uma Ontologia de Assentamentos Funcionais

Os documentos dos atos administrativos, apesar de não serem estruturados, possuem uma relativa padronização. Para produzir seus efeitos, atendendo a legislação, algumas informações são imprescindíveis, facilitando a elucidação dos termos que devem estar presentes na publicação, conforme o tipo de ato.

1 - Exemplo de publicação de um ato administrativo no Diário Oficial do DF



2 - Exemplo de publicação de um ato administrativo no Boletim de Pessoal

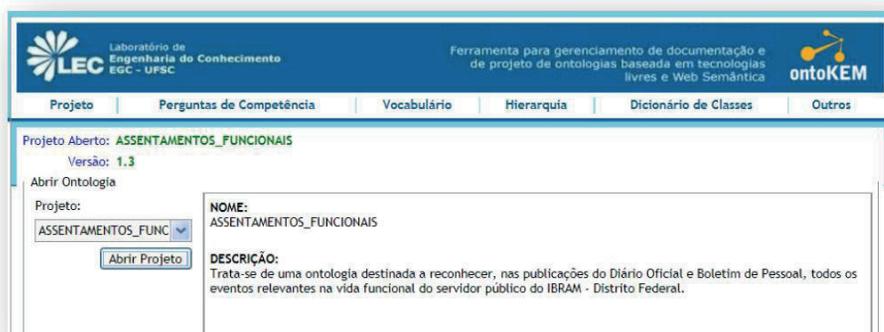


Fontes de Conhecimento:

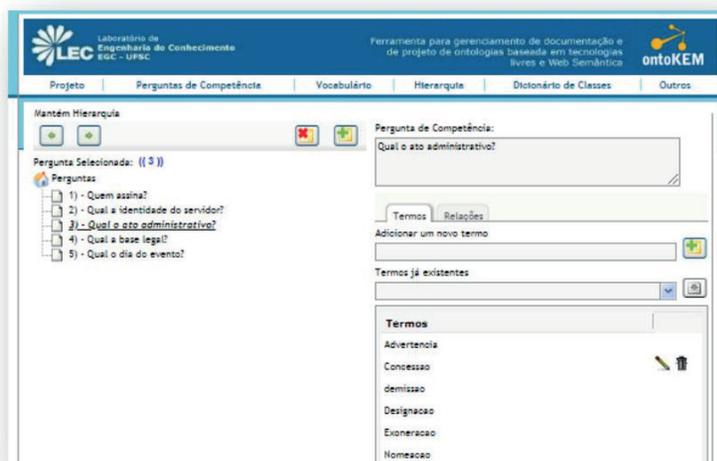
- Manual de Documentação do Governo do Distrito Federal;
- Especialistas do setor de pessoal;
- Experiência do autor na Gerência de Recursos Humanos.

Para a construção da ontologia proposta foi utilizada inicialmente a ferramenta Ontokem, que permite uma documentação do projeto. Nela foram registrados os propósitos, criadas a definição de classes da ontologia e a descrição dos vocábulos empregados.

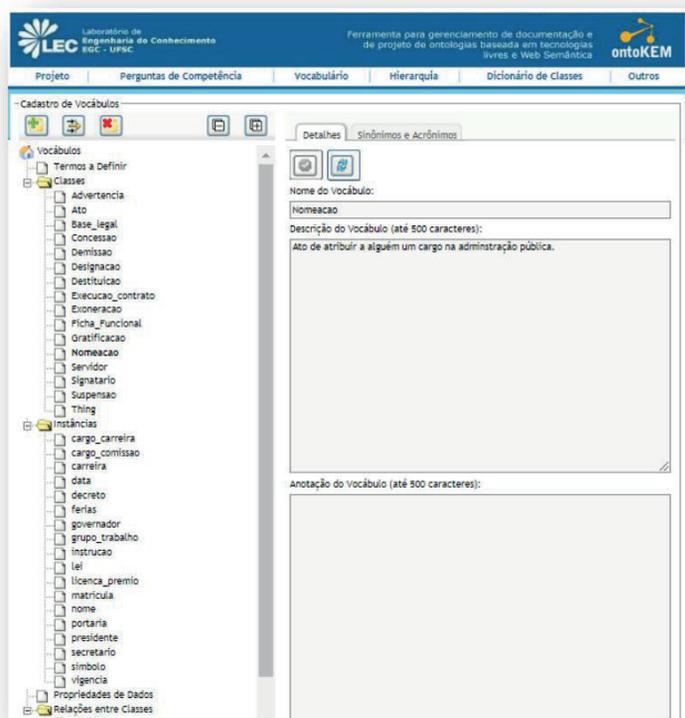
### 3- Descrição/Propósito da ontologia



#### 4 - Perguntas de Competência



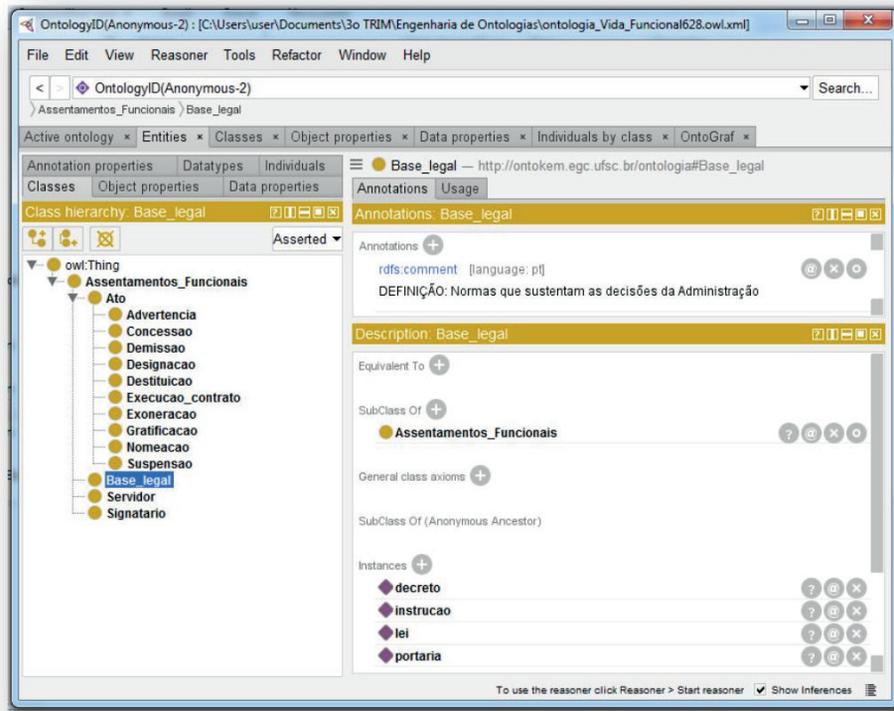
#### 5- Criação das classes e instâncias



A hierarquização de subclasses e superclasses, a definição de propriedades e valores para as classes e para cada instância ficaram por conta do software Protégé, com o consequente refinamento.

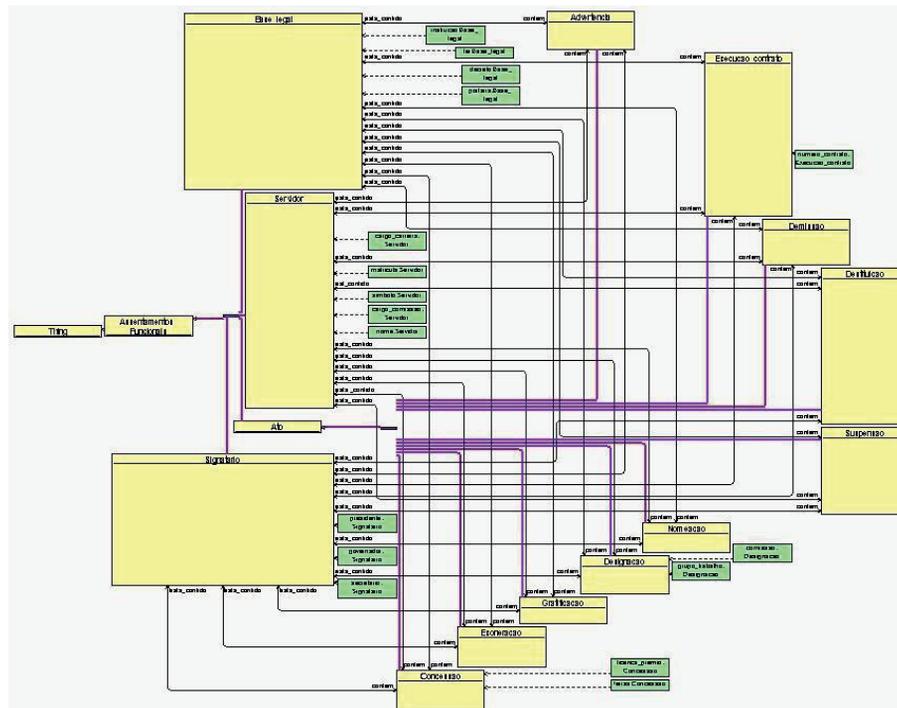
6

#### 6- Definição das Superclasses e Subclasses no Protégé.



A visualização gráfica ficou por conta do software OwlGred:

## 7- Visualização da Ontologia de Assentamentos Funcionais



## 7

### Considerações Finais

Ainda que careça de amadurecimento e o devido refinamento que isso traz, a ontologia proposta serve como ponto de partida para reflexões acerca da modernização do acompanhamento da vida funcional dos servidores, atualmente os assentamentos são feitos de forma completamente manual, com a leitura diária das publicações pertinentes, a respectiva impressão e acondicionamento em arquivos de aço, em pastas suspensas, denominadas “dossiês dos servidores”. Nessa

situação, as demandas que emanam dos atos administrativos assim registrados nem sempre guardam conformidade, pois sujeitam-se a extravios e demais adversidades.

Ademais, pela insegurança que tal situação gera, alguns eventos demandados na carreira do servidor costumam ser precedidos de ampla pesquisa, contribuindo para uma lentidão ainda maior dos processos assim subsidiados. Logo, prover a organização de fonte única, permanentemente atualizada por Sistemas de Recuperação de Informações significa reduzir o esforço humano. Os bancos de dados estruturados com tais assentamentos podem também ser compartilhados com outros sistemas, viabilizando uma gestão mais eficiente e tomadas de decisões mais rápidas.

## Referências

CARVALHO, Santos. **Manual de Direito Administrativo**. [s.l.: s.n.].

FREITAS, Larissa Astrogildo De; VIEIRA, Renata. **Ontologias e língua portuguesa**. [s. l.], p. 1–10, 2008.

GOMEZ-PEREZ, Asunción; FERNÁNDEZ-LÓPEZ, Mariano; CORCHO, Oscar. **Ontological**

**Engineering: With Examples from the Areas of Knowledge Management, E-Commerce, and the Semantic Web**. [s.l.: s.n.].

HE, Wu; ZHA, Shenghua; LI, Ling. social media competitive analysis and text mining: A case study in the pizza industry. **International Journal of Information Management**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 464–472, 2013. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401213000030>

MANNING, C. D.; RAGHAVAN, P.; SCHÜTZE, H. **Introduction to Information Retrieval**. [s.l.]: Cambridge University Press, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=GNvtngEACAAJ>

STUDER, Rudi; BENJAMINS, V. Richard; FENSEL, Dieter. **Knowledge Engineering: Principles and Methods**. [s. l.], [s.d.].

USCHOLD, Mike; JASPER, Robert. **A Framework for Understanding and Classifying Ontology Applications**. [s. l.], p. 1–12, 1999.

## Impactos dos exercícios físicos durante o período gestacional *Impacts of physical exercises during the gestational period*

Karine Freitas de Oliveira<sup>1</sup>;  
Katerine Aparecida de Sena<sup>2</sup>;  
Sabrina Ferreira de Souza<sup>3</sup>;  
Anderson Martelli<sup>4</sup>;  
Lucas Risseti Delbim<sup>5</sup>;  
Marcelo Studart Hunger<sup>6</sup>;

1. Discente do curso de bacharelado em Educação Física da Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo, Mogi Guaçu-SP. [ikarinei@hotmail.com](mailto:ikarinei@hotmail.com)

2. Discente do curso de bacharelado em Educação Física da Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo, Mogi Guaçu-SP. [katerinesena@gmail.com](mailto:katerinesena@gmail.com)

3. Discente do curso de bacharelado em Educação Física da Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo, Mogi Guaçu-SP. [ferreirasabrina888@gmail.com](mailto:ferreirasabrina888@gmail.com)

4. Mestre Ciências Biomédicas pela FHO - Fundação Herminio Ometto; Biólogo e Diretor da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Itapira-SP. [martellibio@hotmail.com](mailto:martellibio@hotmail.com)

5. Mestre em Sustentabilidade e Qualidade de Vida – (UNIFAE). Docente do Curso de Educação Física da Faculdade UNIMOGI - Município de Mogi Guaçu – SP e UNIFAJ, Município de Jaguariúna-SP, Brasil. e-mail: [lucasdelbim@hotmail.com](mailto:lucasdelbim@hotmail.com)

6. Mestre em Performance Humana pela Universidade Metodista de Piracicaba. Docente na Faculdade FMG - Município de Mogi Guaçu – SP. [mahunger@uol.com.br](mailto:mahunger@uol.com.br)

Submetido em: 06/10/2022

Aprovado em: 06/10/2022

Publicado em: 09/10/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.363

### Resumo

O Exercício Físico (EF) é caracterizado como toda atividade física organizada, planejada e repetitiva, cujo objetivo é melhorar a saúde e a capacidade do ser humano em realizar atividades cotidianas. Atualmente muitos médicos indicam o EF por poder contribuir positivamente para as gestantes, havendo um número reduzido de casos em que os profissionais impedem gestantes saudáveis, já praticantes, de seguir com os exercícios. Muitas gestantes são contraindicadas à prática quando apresentam alguma patologia associada podendo oferecer riscos à gestação. Assim, este artigo apresentou como objetivo descrever os impactos da prática do EF submáximo para as mulheres em período gestacional. Foi realizada uma pesquisa de artigos publicados entre os anos de 2003 e 2022 acerca da temática mencionada pontuando os principais aspectos fisiológicos alterados pela inclusão de uma rotina mais ativa fisicamente durante o período gestacional. Com essa revisão foi observado os benefícios advindos de exercícios submáximos controlados para a rotina gestacional e o período pós-parto com eficácias cientificamente comprovadas. As evidências corroboram positivamente com os impactos de se praticar exercício físico durante o período gestacional com a supervisão de um profissional capacitado e orientação médica.

**Palavras-chave:** Exercício físico; Período gestacional; Gestantes; Saúde.

### Abstract

Physical Exercise (PE) is characterized as all organized, planned, and repetitive physical activity, whose objective is to improve the health and capacity of the human being to perform daily activities. Currently, many doctors recommend PE because it can contribute positively to pregnant women, with a small number of cases in which professionals prevent healthy pregnant women, who are already practicing, from continuing with the exercises. Many pregnant women are contraindicated to the practice when they have some associated pathology that may pose risks to pregnancy. Thus, this article aimed to describe the impacts of submaximal PE practice for women in the gestational period. A survey of articles published between the years 2003 to 2022 was carried out on the mentioned theme, punctuating the main physiological aspects altered by the inclusion of a more physically active routine during the gestational period. With this review, the benefits arising from controlled submaximal exercises for the gestational routine and the postpartum period with scientifically proven efficacies were observed. The evidence positively corroborated the impacts of practicing physical exercise during the gestational period with the supervision of a trained professional and medical guidance.

**Keywords:** Physical Exercise; Gestational Period; Health in Pregnancy.

A gravidez é definida como estado da mulher e das fêmeas em geral, durante o tempo em que se desenvolve o feto. Segundo Papalia e Feldman (2013) a gravidez é uma fase importante na vida de muitas mulheres, se caracteriza como o momento que ocorre a fecundação entre os gametas feminino e masculino, que unido criam uma célula, formando o zigoto, ela condiz com o período posterior à fecundação e anterior ao parto, com duração de aproximadamente 40 semanas.

Durante a gravidez a vida da mulher passa por diversas alterações, sejam elas anatômicas, psicológicas ou fisiológicas. As mudanças hormonais podem acarretar transtornos psicológicos, que podem ser atenuados com a prática de exercícios físicos (EF), todavia antes de iniciar a prática é importante o contato e auxílio de profissionais credenciados para o acompanhamento pré-natal (ROCHA, ROCHA e COSTA, 2019).

Em uma perspectiva histórica, muitos profissionais tinham receios em indicar a prática de EF em períodos gestacionais, pois acreditava-se que qualquer esforço aumentaria o risco de parto prematuro, devido à estimulação uterina (BATISTA et al., 2003). Atualmente, esse cenário está se alterando, segundo Chiarello e Dias (2020) muitos médicos indicam o EF por poder contribuir positivamente para as gestantes, havendo um número reduzido de casos em que os profissionais impedem gestantes saudáveis, já praticantes, de seguir com os exercícios.

De acordo com Mottola et al. (2018), o EF não está associado a parto prematuro e a outras intercorrências que serão apresentadas por essa revisão, entretanto, é considerável que antes de iniciar qualquer prática seja feito um acompanhamento médico, pois será o ginecologista e obstetra (GO) quem determinará a possibilidade da execução de EF nesse período, caso apresente qualquer contraindicação o exercício não deverá ser realizado. Birsner e Bannerman (2020) relatam que os profissionais como ginecologista, obstetras e demais prestadores de cuidados relacionados à gravidez, devem analisar as mulheres que apresentam qualquer complicação médica antes de recomendar a participação no EF. O estudo do *Physical Activity Guidelines for Americans* (2018) corrobora com o estudo anterior, afirmando que as mulheres que já praticavam EF antes do período gestacional podem continuar de forma ativa com a prática durante a gestação, no caso de mulheres que desejam iniciar, devem ser orientadas a aumentar gradativamente o tipo, duração e a intensidade do exercício, desde que sejam autorizadas pelo GO.

Se a gestante for autorizada pelo médico a praticar EF, é aconselhável que ela procure por um profissional de Educação Física, credenciado para planejar e elaborar o plano de trabalho, determinando a intensidade dos EF, bem como as demais variáveis correlacionadas ao treinamento, seguindo a individualidade de cada gestante (MIRANDA et al., 2021).

Segundo Silva et al. (2020) o EF traz benefícios na vida de todos os indivíduos independente do gênero, incluindo prevenção de lesões, fortalecimento das musculaturas, melhoria na saúde mental, redução de doenças crônicas e mortalidade. Diante disso, o presente estudo objetivou a realização de uma revisão de literatura quanto aos impactos que essa prática pode gerar na vida de uma mulher gestante pontuando sobre os principais aspectos fisiológicos alterados pela inclusão de uma rotina mais ativa fisicamente durante esse período e os benefícios advindos de exercícios submáximos controlados para a rotina gestacional e o período pós-parto. Não obstante, emerge como anseio dos pesquisadores aumentarem o rol de publicações que versam sobre o presente tema no intuito de corroborar intervenções com eficácia já cientificamente comprovadas e, eventualmente, estimular trabalhos de campo com amostras representativas direcionadas ao público objeto da presente revisão.

## 2 MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma investigação de caráter observacional e descritivo sobre os impactos da prática do EF submáximo para as mulheres em período gestacional. Para a composição da presente revisão foi realizado um levantamento bibliográfico entre os meses de março a setembro de 2022 nas bases de dados *American College Of Obstetricians And Gynecologists* (ACOG), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *World Health Organization* (WHO), Medline e a busca de dados no Google Acadêmico de artigos científicos publicados entre os anos de 2003 até 2022 utilizando como descritores isolados ou em combinação nos idiomas inglês, espanhol e português: Exercício físico; Período gestacional; Gestantes; Saúde.

2

Para a seleção do material efetuaram-se três etapas conforme descrito por Martelli et al. (2014). A primeira foi caracterizada pela pesquisa do material com a seleção de 49 trabalhos. A segunda compreendeu a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, visando uma maior aproximação e conhecimento, sendo excluídos os que não tivessem relação e relevância com o tema. Após essa seleção, buscaram-se os textos que se encontravam disponíveis na íntegra, totalizando 33 trabalhos, sendo estes, incluídos na revisão.

Os critérios de inclusão e exclusão de artigos se baseiam na qualidade das publicações obtidas a partir da busca por artigos, a data de publicação não sendo utilizados artigos e publicações com mais de cinco anos, exceto quando

se tratar de dados históricos ou informações conceituais e a relevância dos artigos e pesquisas para a temática em questão. Na leitura e avaliação, os artigos que apresentaram os critérios de elegibilidade foram selecionados e incluídos na pesquisa por consenso.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Gestação

Muitas mulheres suspeitam estar grávidas através de um atraso na menstruação. No primeiro mês provavelmente a mulher ainda não identifica sua gestação, podendo afirmá-la ao completar dois meses, ou seja, de quatro semanas e meia a nove semanas (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Corroborando com esse estudo Sedicias (2020) diz que o período gestacional começa a ser declarada após o primeiro dia da última menstruação da mulher, a consideração desse dia por profissionais da saúde deve-se a dificuldade em saber quando exatamente houve a ovulação e a concepção de uma nova vida. O início do primeiro trimestre de gestação é marcado pela fase em que o óvulo é fecundado e implantado no útero, fazendo com que o corpo da mulher produza o hormônio *beta HCG* para que o feto consiga se desenvolver.

No início do segundo trimestre está presente o líquido amniótico dentro da placenta, com a função de proteger o bebê de impactos externos. No terceiro trimestre, o bebê já se encontra, na maioria das vezes, encaixado na pelve materna tornando o útero proeminente (URBANETZ, 2021). Segundo Sedicias (2020) no primeiro trimestre, mais precisamente entre o segundo mês e o final do terceiro mês, iniciam-se as mudanças hormonais, que podem alterar significativamente a dinâmica de vida da gestante, inclusive no tocante à prática de EF. Além do hormônio as mudanças fisiológicas e psicológicas começam a aparecer, essas alterações sugerem cuidados especiais por parte da gestante, dos profissionais da área da saúde e dos familiares próximos (ROCHA et al., 2019). Pereira (2020) relata que as alterações fisiológicas que estão presentes nos três trimestres do período gestacional, estão relacionadas a fatores hormonais que são fundamentais para as adaptações do organismo e do feto diante da sua nova condição.

Cruz et al. (2021) descrevem que a gestação, na maioria das vezes, não apresenta intercorrências, fazendo com que o período gestacional seja bem-sucedido. Entretanto, algumas gestantes podem apresentar agravos, por complicações durante o período ou doenças preexistentes. Alguns possíveis riscos estão relacionados à obesidade, infecção do trato urinário, diabetes gestacional e hipertensão arterial, podendo desenvolver pré-eclâmpsia ou eclâmpsia (COSTA et al. 2019).

De acordo com Bisner e Bannerman (2020) a gravidez resulta em mudanças anatômicas e fisiológicas, entre elas é possível citar o ganho de peso, o qual provoca uma mudança da linha de gravidade do corpo que pode resultar em uma hiperlordose, apresentando às gestantes desconfortos posturais. Corroborando com este estudo, Silva et al. (2020), completam dizendo que a gravidez é o período em que o corpo da mulher se adapta para servir de abrigo e oferecer desenvolvimento a uma nova vida. Passa por mudanças, como alterações no equilíbrio, coordenação e controle de movimentos.

Independentemente de estar ou não em uma gravidez de risco, todas as gestantes precisam ter uma maior assistência pré-natal, como forma de prevenção de possíveis intercorrências (DUTRA et al., 2018). Segundo American College of Obstetricians and Gynecologists (ACOG, 2021), atualmente, com novos estudos, os médicos estão indicando EF para as gestantes, a fim de proporcionar possíveis benefícios.

#### 3.2 Impactos dos exercícios físicos durante a gestação

De acordo com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) o EF é caracterizado como toda atividade física organizada, planejada e repetitiva, cujo objetivo é melhorar a saúde e a capacidade do ser humano em realizar atividades cotidianas. Para incrementar o bem-estar físico, mental e social, Souza et al. (2021) afirmam que todas as gestantes deveriam ser incentivadas a praticar EF durante a gestação quando não apresentarem razões clínicas que contraindiquem tal prática. Segundo Birsner e Bannerman (2020), o EF deve ser recomendado por pelo menos 30 minutos por dia com intensidade leve, ou no máximo moderada, sendo ideal não passar mais do que dois dias sem realizá-lo. Santos e Borges (2021) relatam que o EF está relacionado às alterações hormonais, no qual ocorrem altos níveis de glicose no sangue.

A prática do EF auxilia na diminuição da resistência insulínica, reforçando que muitas mulheres, que não costumam praticar, acabam desenvolvendo diabetes mellitus durante o período gestacional. Os resultados corroboram com Rocha et al. (2019), que afirmam que as gestantes que apresentam diabetes mellitus durante a gestação, junto a uma alimentação balanceada e EF, ficam menos expostas a complicações e manifestações de risco dessa doença durante esse período e até mesmo apresentam condições de conviver com uma versão mais abrandada de tal condição clínica.

Observa-se um aumento no número de gestantes que procuram pela prática do EF, em busca de manterem-se saudáveis durante a gravidez. Algumas dessas mulheres iniciam a prática através de recomendações médicas, por estarem acima do peso corporal e sedentárias, entretanto ainda há dúvidas e receios por parte dos médicos e de algumas mães (BERNARDO et al., 2018). Em uma pesquisa conduzida por Coser e Fonseca (2021), realizaram uma entrevista com gestantes em atendimento pré-natal, em busca de analisar se há prática de EF antes e durante o período gestacional e afirmam que 18,5% das gestantes que praticavam com ou sem supervisão interromperam a prática quando engravidaram, por terem receios dos impactos que os EF poderiam ocasionar na vida dela ou do feto, como mostra na figura 1, ao final da pesquisa, as autoras afirmaram que metade das participantes iniciaram o período gestacional com um peso adequado, porém, com o passar dos meses a maioria se encontrou com peso inadequado, como mostra a figura 2, apresentando sinais de obesidade e sedentarismo.

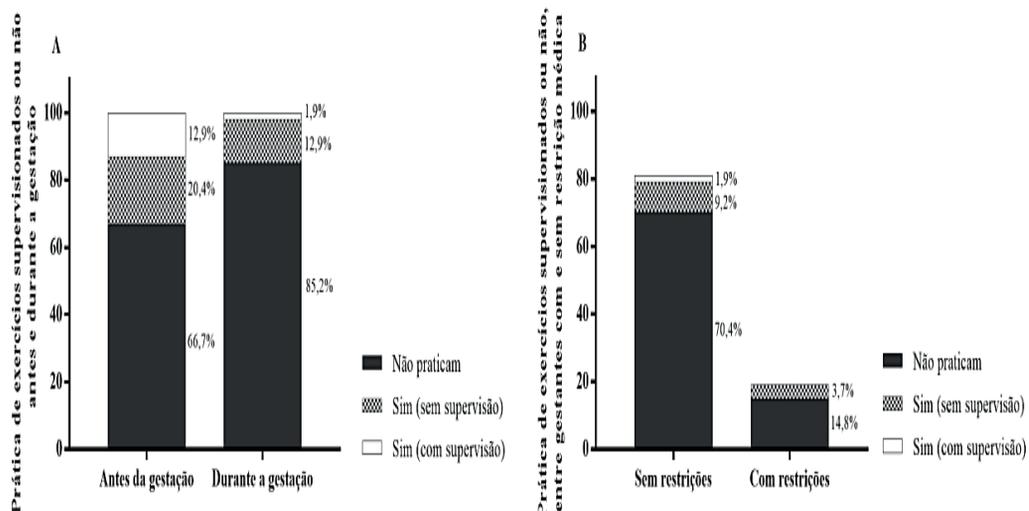


Figura 1: Prática de EF orientados ou não (antes e durante a gestação).  
Fonte: Coser e Fonseca (2021)

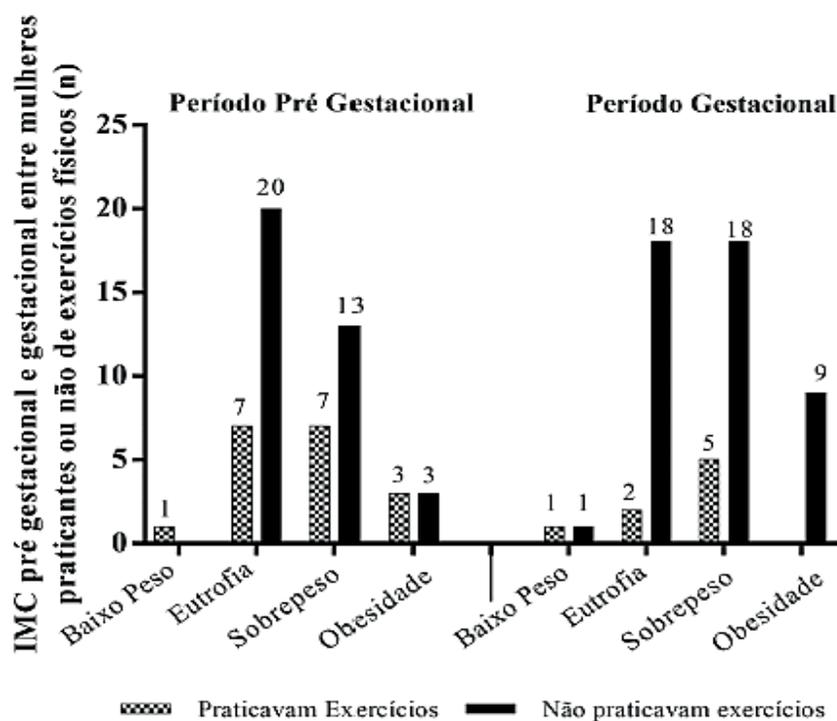


Figura 2. Comparativo entre a classificação do IMC pré-gestacional e gestacional entre mulheres que não praticavam e as que praticavam exercícios físicos antes e durante a gestação:

IMC: Índice de Massa Corporal. N: número.

Fonte: Coser e Fonseca (2021)

O comportamento sedentário é determinado pela OMS como o tempo em que há um baixo gasto energético. A gestante deve limitar esse tempo e substituir por EF de intensidade leve ou moderado (OMS, 2020). Porém, segundo Mottola et al. (2018), mulheres sedentárias, que não praticavam EF antes da gestação, só devem iniciar após a liberação dos profissionais, começando gradualmente e aumentando a intensidade à medida que o período gestacional transcorre; por outro lado mulheres ativas, que não apresentam complicações, devem permanecer à prática e acompanhadas pelo GO.

A partir da pesquisa de Silva et al. (2020), a prática ao EF, tem como finalidade a prevenção e melhoria dos sintomas gravídicos. Em contraponto Rocha et al. (2019) afirmam que há contraindicação de exercícios em caso de doenças mais fisiologicamente comprometedoras, como pressão alta, obesidade acompanhada de fatores de risco, sangramento uterino, insuficiência cardíaca, trombose, entre outras, afinal podem oferecer risco a gestação. Mottola et al. (2018) contraindica a prática de forma absoluta, quando a gestante apresenta membrana rompida, pré-eclâmpsia, distúrbios cardiovasculares, respiratórios ou sistêmicos graves, gravidez múltipla de alta ordem, entre outros aspectos, em alguns casos as gestantes que apresentam esses sintomas e mesmo assim continuam praticando EF, podem agravar a gestação.

Para as mulheres que não apresentam contraindicações, o *American College of Obstetricians and Gynecologists* sugere a participação em exercícios físicos de baixo impacto, risco de quedas e que exigem pouca habilidade de equilíbrio como os que serão relatados abaixo (ACOG, 2021).

### 3.3 Exercícios indicados durante uma gestação sem contraindicações

A prática do EF deve ser recomendada para diversos públicos, no qual diferentes resultados são obtidos, refletindo na saúde e qualidade de vida, e com isso a busca pelas academias vem aumentando cada vez mais (BRITO et al., 2021). Segundo Lopes e Gonçalves (2019), o EF oferece benefícios no físico, social e mental do praticante, ele deve ser incluído em diferentes momentos da vida, até mesmo durante a gestação. Entretanto, antes de praticar qualquer EF, vale ressaltar que é necessário que a gestante seja avaliada pelo GO. São eles os responsáveis por encorajar a paciente a continuar, iniciar ou parar com a prática segura, figura 3 (BIRSNER E BANNERMAN, 2020).

- Caminhada
- *Spinning*
- Exercícios aeróbios
- Dança
- Alongamento
- Hidroginástica
- Exercício de resistência sem impacto.

Figura 3. Exemplos de exercícios considerados seguros e benéficos.

Fonte: Birsner e Bannerman (2020) Modificado pelos autores.

Após a aprovação dos médicos, o profissional de Educação Física deve optar pela prática mais adequada e que atenda o perfil individual da gestante, sendo necessário que, conheça as diretrizes da prescrição para as recomendações e tenha um ponto de partida na elaboração do EF (BALDO et al., 2020). Segundo Tarevnic et al (2019), em uma pesquisa de campo, apontam que atividades aquáticas durante a gestação, representam uma prática em busca da melhora da saúde, contribuindo para o bem-estar da gestante e do feto. Entre os benefícios, Resende et al. (2019), afirmam que os EF em meio aquático permitem melhorias na qualidade do sono, nas alterações físicas ou mentais do indivíduo que

podem afetar a rotina. Em alinhamento com o estudo acima, Azevedo e Soares (2022) mencionam o aumento de resistência *endurance*, diminuição de sintomas depressivos na gestante, prevenção de hipertensão, controle de um parto prematuro e de peso, tanto para a gestante quanto no feto.

Rosa et al. (2019) em sua pesquisa mostram uma gestante hipertensa e uma normotensa, ambas no terceiro trimestre da gestação e descrevem nos resultados que a prática do EF em meio aquático trouxe para a gestante hipertensa uma diminuição nos valores quanto frequência cardíaca e pressão arterial e promoveu uma melhora cardiorrespiratória. Segundo Pereira et al. (2020), um outro exercício indicado para gestantes é o treinamento de força, que também é seguro, desde que a gestante não apresenta nenhuma contraindicação e seja acompanhada por profissionais da área devidamente credenciados. A prescrição deve atender a individualidade de cada gestante, permitindo um mínimo de desconfortos relacionados a esse período, promovendo um menor risco de hipertensão, diabetes e pré-eclâmpsia, redução de sintomas depressivos e dores relacionadas à gestação. A musculação pode ser uma excelente escolha no fortalecimento da região lombar, onde há um aumento significativo dos sintomas surgidos da lordose, ajudando também contra dores nos joelhos, quadril e do surgimento de hérnia de disco (ROCHA et al., 2019).

Segundo Oki (2022), o Método Pilates (MP) é considerado uma prática que pode proporcionar excelentes resultados para mulheres que se encontram no período gestacional, pois é capaz de ajudar nas alterações psicológicas e físicas. Dentre os benefícios é válido citar: prevenção ou redução de dores e desconfortos; fortalecimento de musculatura, para melhora postural, e do assoalho pélvico; promoção de consciência corporal, bem como flexibilidade, controle de equilíbrio, entre outros. Mendo e Jorge (2021), afirmam que o MP pode contribuir para controlar a progressão da diástase abdominal, conseqüentemente fortalecendo sua musculatura, diminuir a sensação de fadiga, melhorar postura, flexibilidade, capacidade funcional desse grupo.

Mas afinal qual seria o melhor exercício para a gestante? Segundo Silva et al. (2020), não existe o melhor exercício, ele só é bom quando faz a gestante se sentir confortável, feliz, determinada, e é capaz de melhorar sua autoestima e sua saúde. Com isso, prevenindo alterações causadas durante esse período. Destaca-se a importância da continuidade da prática e protocolo escolhidos, uma vez que, os exercícios serão benéficos a partir do ponto em que se tornam estímulos frequentemente realizados. Segundo Birsner e Bannerman (2020), os exercícios devem ser interrompidos em alguns casos, como mostra na figura 4, com esses sintomas o médico deve ser acionado imediatamente.

- Dor abdominal
- Sangramento vaginal
- Contrações fortes
- Vazamento de líquido amniótico
- Tontura ou dores de cabeça e no peito.

Figura 4. Sinais de alerta para que o exercício seja interrompido.

Fonte: Birsner e Bannerman (2020) Modificado pelos autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados, a busca por exercícios físicos durante o período gestacional aumentou, uma vez que muitas mulheres buscam maneiras de diminuir e prevenir os sintomas provenientes das intercorrências durante o período gestacional. Durante o período gestacional a mulher pode praticar EF, desde que seja liberado pelo GO, após ser comprovado que não apresenta contraindicação. Essa prática pode contribuir positivamente para as gestantes, evitando agravos e pré-disposições de doenças que podem aparecer.

Independente da modalidade escolhida, a gestante deve ser orientada por um profissional de Educação Física, esse elaborará o treino de acordo com o trimestre que a gestante se encontra e a intensidade do exercício para que seja individualizado, buscando benefícios para a gestante. Os estudos contraindicam exercícios que apresentam grandes impactos, que exigem equilíbrio e maior altitude, ou qualquer outro que manifeste riscos.

Esse estudo propôs investigar o impacto que o exercício físico causa na vida da gestante, uma vez que os artigos estudados apresentaram informações em que há melhora nos quadros posturais, dores lombares, doenças crônicas e patológicas, alterações psicológicas, fortalecimento muscular, entre outros benefícios. As gestantes que apresentam intercorrências como: pré-eclâmpsia, eclâmpsia, gravidez gemelar, doenças cardiovasculares ou respiratórias, entre outras já mencionadas, devem evitar a prática de EF, uma vez que podem ocorrer riscos à saúde dela e do bebê.

Essas informações abordadas são de extrema importância, pois contribui com os conhecimentos de mulheres que se encontram nessas condições ou desejam aumentar o rol de domínio sobre esse tema e às pessoas que trabalham na área da saúde. Para que possam comprovar a eficácia de diferentes modalidades de exercícios físicos durante a gestação, recomenda-se a realização de novos estudos que amplificam profundamente e que abordam esse tema.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN College of Obstetricians and Gynecologists-Acog, 2021. Disponível em: <https://www.acog.org/womens-health/faqs/exercise-during-pregnancy/>. Acesso em: 07 set. 2022.

AZEVEDO, E.B.; SOARES, L.F. Atividades/Exercícios Aquáticos e seus Efeitos na Gestante e no Neonato: uma Revisão Sistemática. **Revista Ensaios e Ciências**, v.26, n.1, p.117-129, 2022.

BALDO, L. O.; RIBEIRO, P. R. Q.; MACEDO, A. G.; LOPES, C. A.; ROCHA, R. A. M.; OLIVEIRA, D. M. Gestação e Exercício Físico: recomendações, cuidados e prescrição. **Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação**, vol. 16, n. 03, 2020.

BATISTA, D. C. CHIARA, V. L.; GUGELMIN, S.A.; MARTINS, P. D. Atividade física e gestação: saúde da gestante não atleta e crescimento fetal. **Revista Bras. Saúde Materna Infantil**. Recife, v. 3, n.2, p. 151-158, abr./jun. 2003.

BERNARDO, S. C. A.; SILVA, P. K. A; VÍNCULO, L. S. A prática orientada de exercício físico na gestação e os benefícios para a mãe e o lactente. **Revista Educação Física e Saúde**. Goiânia, v.1, n.1, 5 a 7 de dezembro de 2018.

BISNER, M. L.; BANNERMAN, C. G. Physical Activity and Exercise Suring Pregnancy and the Postpartum. **Period. Acog committee opinion**, vol. 135, n.4, p. E178-e188, abril 2020.

BRITO, G.C. BERNALDINO, E. S.; ALMEIDA, E.A.; SANTOS, L.J.A.M.; ANTUNEZ, B.F.; SILVA, O.G. et al. Adesão a prática de musculação nas academias do brasil. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, Vol.13, n. 1, p. 1-7, 2021.

CHIARELLO, V. B.; DIAS, R. G. Exercício Físico na gestação e o impacto na qualidade de vida de mulheres no pós-parto. **Revista Científica da Saúde**, vol.2, n.1, p. 35-46, 2020.

COSER, M.P.; FONSECA, V. Estado antropométrico nutricional e prevalência da prática de exercícios físicos entre gestantes atendidas em um posto de assistência médica durante acompanhamento de Pré-Natal. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, vol. 7, n.1, p.5513-5526, 2021.

COSTA, L.D.; HOESEL, T.C.; TEIXEIRA, G.T.; TREVISAN, M.G. BACKES, M.T.S.; SANTOS, E.K.A. Percepções de gestantes internadas em um serviço de referência em alto risco. **REME – Rev. Mineira de Enfermagem**, 2019.

CRUZ, M. M.; CASTRO, A.C.G.; ALCÂNTARA, F.; P.CAUS, H.Q.A.; SILVA, J.M.S.; NEVES, J.M. et al.. Hipertensão induzida pela gravidez: fatores predisponentes, riscos à saúde da mulher e tratamento. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.10, p. 21082-21098, 2021.

DUTRA, G. R.S.F.; DUTRA, L.C.; FONSECA, G.K.S. JUNIOR, M.B.N.; LUCENA, E.E.S. Prenatal Care and Hypertensive Gestational Syndromes: A Systematic Review. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 40, n. 8, p. 471-476, jun. 2018.

LOPES, C.R.;GONÇALVES, L.C ... Prática da musculação em mulheres gestantes. **Revista Carioca de Educação Física**, v. 14, n. 1, p. 72 – 73, 2019.

7

MARTELLI, A.; ZAVARIZE, S. F.; HUNGER, M. S.; DELBIM, L. R. Aspectos clínicos e fisiopatológicos da rabdomiólise após esforço físico intenso. **Biológicas & Saúde**, v. 4, n. 13, 12 nov. 2014.

MENDO, H.; JORGE, M.S.G. Método Pilates e a dor na gestação: revisão sistemática e meta-análise. **Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor**, p. 276-282, São Paulo, 2021.

MIRANDA, L. A.; MOURA, A.C.R; KASAWARA, K.T.; SURITA, F.G. MOREIRA, M.A. NASCIMENTO, S.L. Exercise and Physical Activity Levels and Associated Factors Among High-Risk Pregnant Women. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, 2021.

MOTTOLA, M. F.; DAVENPORT, M. H. RUCHAT M.S. DAVIES, A.G.; POITRAS, J.V.; GRAY, E. C. et al. Canadian guideline for physical activity throughout pregnancy. **Revista Br J Sports Med**, 2018

OKI, M.I.M. **Método Pilates e sua aplicação durante a gestação**: uma revisão de literatura. Instituto de Biociências. Rio Claro, 2022.

PAPALIA, E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12<sup>a</sup> ed., p. 81, 2013.

PEREIRA, B.M.; SILVA, F.A.F.; SILVA, R.A.R.; DIAS, I.B.F.; ELIAS, F.C.C.; LEANDRO, M.P.G. Treinamento de força para gestantes no terceiro trimestre. **Revista Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v.12, n°3, p.2, 2020.

PEREIRA, N. S.; REGO, B.A. C.; PINTO, L.F. R.; BLANCO, K. B. Os Benefícios do Método Pilates das Alterações do Período Gestacional. **Revista Cathedral**. V. 2, n. 4, p.51, ano 2020.

RESENDE, C.M.; SAMPAIO, N.L.F.; LOPEZ, R.F.A.; SILVA, R.A.S. Efectos de la gimnasia acuática sobre la calidad del sueño en gestantes activas y sedentarias. **Lecturas: Educación Física y deportes**, 2019.

ROCHA, J. F.; ROCHA, J. R. C. COSTA, J. B. B. Gestação e Exercícios Físicos: Qualidade de vida para a mãe e o bebê. **Revista Científica da Saúde**. v. 2, n.1, pág. 53-64, jan/jun 2019.

ROSA, G. HENRIQUES, I.; SOUTINHO, I.F.; SILVA, G.N.M.; MELLO, D.; PEREIRA, F.D. Respostas Fisiológicas ao exercício aquático em gestantes hipertensão e normotensão: relato de caso controle. **Revista de Investigación en Actividades Acuáticas**, v. 3, n.5, p. 14-17, 2019.

SANTOS, A.F. dos, BORGES, G.F. Diabetes gestacional e os efeitos do exercício físico em sua prevenção. **Lecturas: Educación Física y deportes**, 26(278), 186-199, 2021.

SEDICIAS, S. Gravidez semana a semana: como o bebê se desenvolve. **Rev. Tua saúde**. P.1, 2020.

SILVA, M. S.; SILVA, E. A. SANTOS K. S.; NASCIMENTO, L. S.; MACHADO, S.C.; SILVA, T.S.L. Exercício Físico durante a gestação: Os benefícios para a mãe e o bebê. **Brazilian Journal of Development, Curitiba**, v. 6, n. 11, p.86454-86469, nov. 2020.

SOUZA, L. M. V. FARIA L.M.; QUEIROZ, L.; MOTA, M. G.; SANTOS; J.L.; PAOLILLO, F.R. et al. Exercício de Alta Intensidade para Gestantes: Um breve ensaio. **Revista Centro de Pesquisa Avançadas em Qualidade de Vida**, vol. 12, n° 3, p. 2-7, 2021.

TAREVNIC, R., BARRETO, A.C. BRASIL, R.M.; DIAS, I.F.; REIS, M.S.; NOVAES J.S. The acute effect of aquatic exercises on heart rate variability in pregnant women. **Revista Motricidade**, vol. 15, n. 1, pp. 17-23, 2019.

U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. Physical Activity Guidelines for Americans, 2nd edition. Washington, DC: U.S. **Department of Health and Human Services**; 2018.

URBANETZ, A.A. **Ginecologia e Obstetrícia Febrasgo para o médico residente**. 2º Ed. São Paulo, 2021; cap. 58, p. 1094-1095.

WHO, Guidelines on Physical Activity and Sedentary Behaviour. **World Health Organization**. 2020.

GLOBAL RECOMMENDATIONS ON PHYSICAL ACTIVITY FOR HEALTH. **Organização Mundial da Saúde**. 2021. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/physical-activity#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/physical-activity#tab=tab_1). Acesso em: 07 mai. 2022.

## Memória, oralidade e história: algumas reflexões

### *Memory, orality, and history: some reflections*

Luciana Nascimento dos Santos

*Mestra em Educação e Contemporaneidade,*

*Professora da Universidade do Estado da Bahia/UNEB/*

*Campus II- Alagoinhas-BA*

*E-mail: lucianansantos10@gmail.com*

Submetido em: 09/10/2022

Aprovado em: 09/10/2022

Publicado em: 10/10/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.364

#### RESUMO

O presente artigo, que abordando algumas reflexões acerca da memória, da oralidade e da história, é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada Mulher negra professora entre a crisálida e o beija-flor: o invisível e o revelado, o silêncio e a escrita de si, na qual foi realizado um estudo sobre a trajetória de vida de uma professora negra, da rede municipal de ensino de Feira de Santana-BA, que faleceu em sala de aula. O objetivo da pesquisa foi investigar acerca das experiências de preconceito e discriminação racial vividas por esta no âmbito da escola e seus impactos para a trajetória de vida e morte da professora. A investigação foi pautada nas seguintes questões problematizadoras: Como se compôs a história de vida da mulher negra que se tornou professora? Quais as implicações do racismo, do preconceito e da discriminação para a vida da professora, bem como para o processo de morbimortalidade da mulher negra? Considerando a natureza da investigação, neste estudo de base qualitativa, o caminho metodológico consubstanciou-se na abordagem das histórias de vida. No referido estudo, enfatizou-se as questões, étnico-raciais, de gênero, trabalho docente e saúde da população negra. No tocante aos aspectos aqui abordados, apresentamos reflexões acerca da memória, da oralidade e da história, com base nos fundamentos de Benjamin, (2005), Bom Meihy (2005), (Halbwachs (1990), Hampaté Ba (1982) e Le Goff (2003), (1994). Nesse contexto, o enfoque teórico sobre a história estabelece interlocução com a memória, lugar dos registros do vivido, e a oralidade como o dispositivo narrativo da experiência. A memória individual e a memória coletiva se entrelaçam em um fluxo contínuo de trocas recíprocas.

**Palavras-chave:** memória; oralidade; história.

#### ABSTRACT

This article, which addresses some reflections about memory, orality, and history, is a clipping of the master's research entitled Black Woman teacher between chrysalis and hummingbird: the invisible and the revealed, the silence and the writing of one another, in which a study was carried out on the life trajectory of a black teacher, of the municipal school system of Feira de Santana-BA, who died in the classroom. The aim of this research was to investigate about the experiences of prejudice and racial discrimination experienced by this school and its impacts on the trajectory of life and death of the teacher. The investigation was based on the following problematizing questions: How was the life story of the black woman who became a teacher? What are the implications of racism, prejudice, and discrimination for the life of the teacher, as well as for the process of morbidity and mortality of black women? Considering the nature of the investigation, in this qualitative study, the methodological path was instantiated in the approach of life histories. In this study, ethnic-racial, gender, teaching work and health issues of the black population were emphasized. Regarding the aspects discussed here, we present reflections about memory, orality, and history, based on the foundations of Benjamin (2005), Bom Meihy (2005), (Halbwachs (1990), Hampaté Ba (1982) and Le Goff (2003), (1994). In this context, the theoretical approach on history establishes interlocution with memory, the place of the records of the lived, and orality as the narrative device of experience. Individual memory and collective memory are intertwined in a continuous stream of reciprocal exchanges.

**Keywords:** memory; orality; history.

#### INTRODUÇÃO

1

Refletir sobre a memória, abrangendo o seu conceito, o seu percurso histórico e sua importância no âmbito individual e coletivo, perpassa por reconstruir um longo caminho marcado por raízes fincadas na poesia grega, onde os poetas immortalizaram seus heróis em suas epopeias, com versos que anunciavam o brado heroico que, gravado na memória, não os deixavam cair no esquecimento, não os deixavam morrer (MEIHY, 2005). Portanto, era preciso, para deixá-los vivos, vencer Lete, deusa feminina associada ao esquecimento, através de Mnemosine, a deusa da lembrança e mãe das musas. Logo, a memória inscrita nas epopeias, nas singularidades da poesia grega, era o lugar onde as vozes

dos aedos e rapsodos- poetas, cantores, narradores- ecoavam versos de uma cultura que se inventava, revisitando a sua história.

No pensamento benjaminiano, a memória não tem apenas a função de preservar as marcas do que se viveu e de ser o recanto onde habitam as experiências pela poesia narrada, porque ela própria “é a mais épica de todas as faculdades” (BENJAMIN, 1994, p.210). Só quando capaz de estender-se é que executa dois movimentos por princípio, antagônicos: possibilita a composição da poesia épica que comporta o percurso das coisas e a resignação diante do desaparecimento destas pela ação da morte. Nesse contexto a reminiscência ancora-se na tradição que é alimentada pela transmissão das experiências de uma geração a outra, na sucessão do tempo, torna-se o “antídoto do esquecimento” (LE GOFF, 2003, p. 434). Desse modo, a composição e a narrativa poética germinam da necessidade de preservar as experiências e colocá-las como um bem, como um patrimônio que preserva a existência de um povo, de uma cultura. Esse aspecto fica bastante evidente nas comunidades de tradição oral.

A cultura africana em sua gênese, amparada na tradição oral, tem na memória um importante reservatório da história, das tradições, da cultura e do saber ancestral. A transmissão do saber, nessa cultura, estava consubstanciada na/ pela ação dos animadores públicos, os **griots**. Estes eram na sociedade, músicos, embaixadores, genealogistas/ historiadores ou poetas. Deste modo, pode-se compreendê-los como narradores. Eles narraram os saberes construídos nas e pelas experiências. Em Benjamin, a experiência é a fonte de onde o narrador retira o alimento e se propaga uma vez que, “retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros”. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Segundo Benjamin, o narrador faz a mediação entre a sua experiência e as experiências de outras (os), que vão se desdobrando em outras experiências, matizadas pelos modos, pelas crenças, impressões advindas de um processo recíproco de aprendizagem, porque ao narrar suas experiências e aquelas construídas no seu entorno, as coisas que resultam do encontro das experiências de quem narra e de quem escuta, vão se incorporando à vida daquelas/daqueles que ouvem. Assim, ao tempo que são sujeitos narradores, são também ouvintes porque as suas experiências também são tomadas como inspiração pelo narrador. As experiências socializadas são carregadas de cumplicidade que vão atravessando as gerações; que passa de pessoa a pessoa, alimentando o narrador que preserva a tradição.

Na tradição africana, os relatos e as narrativas têm caráter educativo e dinâmico, uma vez que imprimem de “vida” as reuniões realizadas pelos diversos grupos que compunham a sociedade. Os temas, eixo em torno do qual as narrativas eram construídas, eram os grandes feitos dos antepassados ou dos heróis do país, assim evocados. As narrativas históricas são preservadas com extrema fidelidade na memória coletiva.

Narrar as experiências com riqueza de detalhes, trazendo a sua totalidade, representa uma das peculiaridades da memória africana. Então, a memória africana registra toda a cena: o cenário, os personagens, suas palavras, os mínimos detalhes da roupa” (HAMPATÉ BA, 1982, p.215). Por isso, a sua história sedimentou-se a partir de fontes orais. Nesse contexto, a fala é sagrada, porque é do sagrado que provém; este, o sagrado, é a fonte de onde retira o seu poder criador e operativo (HAMPATÉ BA, 1982), ou seja, fala é a existência sagrada dos mestres que narram, os gritos.

Os **gritos** que anunciam na fala o sagrado de uma tradição, exteriorizando o sentido e o significado do patrimônio material e imaterial, sobretudo, como enfatiza Hampaté Ba (1982, p.187), torna possível,

compreender em que contexto mágico-religioso e social se situa o respeito pela palavra nas sociedades de tradição oral, especialmente quando se trata de transmitir as palavras herdadas de ancestrais ou de pessoas idosas. O que a África tradicional mais preza é a herança ancestral. O apego religioso ao patrimônio transmitido exprime-se em frases como “aprendi com meu pai”, “foi o que suguei no seio da minha mãe”.

De acordo com esse autor, nas sociedades inspiradas pela tradição oral, a africana em destaque, é a palavra o oxigênio que mantém acesos os conhecimentos e preservados como herança, porque carregam a sabedoria ancestral e aquela que habita as pessoas idosas. Ela é sagrada, por isso confere autoridade e traduz a relação de respeito. Tanto a ancestralidade quanto a sabedoria construída pela experiência, traduzida pelas marcas do tempo que embranquece os cabelos e enrugam a pele, é sinal que diz dos caminhos percorridos e da vida que se mantém.

A partir dessas duas composições, entre **griots, aedos e rapsodos**, adentramos ao campo da história e da memória, enfatizando a sua importância para a escrita das Histórias de Vida e seus desdobramentos na/ e para a compreensão

dos processos histórico-sociais. Desse modo, torna-se possível e pertinente estabelecer relação entre a memória e a história, a partir da construção do conceito daquela, como sublinha Le Goff (2003). Enfatizamos, portanto, ser este de caráter polissêmico, onde reside a sua riqueza. Ainda esse autor, sobre a polissemia conceitual da história, reflete sobre a existência de seis problemas que a ela são vinculados, a saber: a dicotomia entre “história vivida”, “natural” e que se refere às sociedades humanas e a ciência histórica; as relações entre história e tempo; a oposição colocada entre passado e presente; a história com capacidade de premonição, logo, capaz de predizer o futuro; a relação do historiador com outras ciências que o faz estabelecer diferentes durações históricas, por fim a concepção de história totalizante, ou seja, “a ideia de história como história do homem foi substituída pela ideia da história como história dos homens em sociedade” (LE GOFF, 2003, p.p. 7-9).

Com base nessa perspectiva, a memória e a história constroem-se em direções paralelas, mas não são costuradas pelos princípios do antagonismo e da exclusão mútua. Joutard (2005) as classifica como vias que, resguardadas as especificidades que as compõem e particularizada a lógica de cada uma, encaminham-se ao passado, em que “a memória faz a história escutar outras vozes que trazem alguma luz sobre cenas de realidade passadas” (JOUTARD, 2005, p. 211).

Sobre o conceito de memória, Le Goff (2003, p.419) o coloca como “crucial” para a história, considerando os aspectos estruturais no que concerne às suas funções psíquicas, cuja importância se consolida porque atualizar “impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

A história da memória é, sem dúvida, uma história longa e todo o seu itinerário é marcadamente significativo, ao longo do qual muitos conceitos foram formulados e funções lhe foram atribuídas, além dos muitos percalços.

Refletindo sobre a memória a partir do Iluminismo, o ensaio de Horkheimer e Adorno sobre o Iluminismo foi o ponto de partida para uma série de críticas ao projeto moderno que impôs ao homem ocidental muitos dilemas, que “fez valer a ciência para a vida prática e alijar a memória para o campo das amenidades culturais” (CATANI, 2000, p. 22). Significa dizer também, que no espaço da correlação de forças, nas relações de poder – onde um grupo hegemonicamente se constitui como força, apropria-se do direito e exclusividade da memória, forjando as “verdades”, os discursos sobre o passado, dos heróis e das vontades – etnocentricamente, o sujeito comum é destituído de história, de memória, uma vez que as suas lembranças são desconsideradas.

Catani (2000) em *Docência, memória e gênero*, apresenta reflexões singulares sobre a memória, traçando um percurso histórico, situando-a. Apresenta o início do século XX, marcado pela eclosão de vários estudiosos que se dedicaram às reflexões sobre a memória, a exemplo Bergson, James, Freud, Conrad, Halbwachs, pensadores da Escola de Frankfurt e pesquisadores da Escola de Chicago. A autora também enfatiza sobre um movimento de efervescência do pragmatismo que reinou após a Segunda Guerra Mundial, que interrompeu o fluxo de tais reflexões até a década de 1980, quando se processa a retomada das discussões e revalorização da memória, cujo conceito se associava à experiência, em que a sua relação com a vida prática e o sentimento de identidade são enfatizados.

Dentre os estudiosos citados, Halbwachs (1990), pelos argumentos articulados em sua obra, sublinha que o sujeito participa de duas “espécies de memórias”: individual e coletiva. Essas memórias desencadeiam atitudes que são não apenas diferentes, mas supõem-se contrárias.

A compreensão que circula e o conceito que se estrutura sobre memória individual e memória coletiva, alude este autor, instituem:

De um lado, é no quadro da sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhes são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo (HALBWACHS, 1990, p. 53).

Assim, a memória individual assume caráter pessoal, enquanto a coletiva é constituída referenciando-se nas experiências construídas e vividas no/com o grupo. Refletir sobre os aspectos que delineiam concepções sobre a memória, perpassa também pela compreensão e reflexão acerca dos conceitos que lhe são atribuídos, dos fatores que interferem na sua organização e suas várias classificações.

Neste sentido, Bom Meihy (2005) conceitua memória como lembranças que são organizadas de acordo com

uma lógica de caráter subjetivo, em que seus elementos são selecionados ou articulados nem sempre correspondendo aos fatos, objetivos e materiais. Quanto a seus tipos, a memória é classificada em individual, social ou coletiva. Nesse aspecto, Bom Meihy, corroborando Halbwachs, sublinha que tais memórias apresentam relação de interdependência.

Quanto à memória individual, esta é pessoal, biológica e psicológica, cujo sentido refere-se aos exames individuais de pessoas isoladamente; já a memória grupal ou coletiva, não se restringe à soma de memórias individuais, “é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam em determinado grupo, marcando sua identidade” (BOM MEIHY, 2005, p. 64).

Quanto aos fatores que interferem na organização da memória, de acordo com os argumentos desse autor, são importantes estes elementos: fatores culturais, a capacidade biológica das pessoas e os acontecimentos considerados marcos na trajetória individual, social ou coletiva e a debilidade física, e as circunstâncias traumáticas que afetam diretamente as narrativas que se baseiam na memória.

Outro aspecto enfatizado por Bom Meihy (2005), refere-se às definições necessárias para o que se deve considerar a memória. Em primeiro lugar, a definição que relaciona a memória ao cérebro que é a base orgânica, material e corpórea, biológica, que armazena individualmente as lembranças; a segunda a da mente, concebida como um conjunto de representações, de planos cognitivos articulados pelo acervo de lembranças guardadas no cérebro. Ademais,

o passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces (BOM MEIHY, 2005, p. 61).

Rememorar significa revisitar os caminhos percorridos, os passos dados e outros tantos que ficaram no lugar, bem como sentirmos na ponta dos dedos, na melodia de sons diversos, as marcas que deixamos pelo caminho e outras tantas que carregamos nos nossos gostos, afetos, perspectivas, proposições e narrativas das histórias que contém muitos, que se misturam à nossa pele, ao nosso cheiro, ao outro que somos, depois de tantas reflexões, de olharmos para dentro de nós mesmos, depois de ouvirmos através do silêncio do nosso corpo, da voz anunciando o que está por vir. Escuta-se o que dizemos de nós mesmos, o que diz o nosso em torno e o que dizemos desse imaginário construído.

Reinventar quem somos representa o desafio de compreendermos quem somos nas nossas singularidades, na subjetividade da compreensão do lugar de onde falamos, de onde construímos identidade e nos sentimos pertencendo, territorializando-nos, fazendo história, tecendo memórias. Rememorar é sentir que pertencemos a uma farta colheita de afetos. Pertencimento que não significa o imperativo da posse, mas a presença, a cumplicidade e a autoria.

A fala que relembra as experiências vividas e suas interpretações com as marcas do presente fazem da memória o espaço da significação e construção, ressignificação e reconstrução do vivido, abrindo clareiras para a composição da história no plural. É nesse contexto que a história oral se inscreve, pois

ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das demais minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

Por isso, essa “nova história” que ouve os que têm fome, os traídos, os banidos, sem a pretensão de ser o caminho, a verdade e a vida, nos permitirá ler novas mensagens, ouvir as subjetividades e dialogar com as diferentes percepções sobre o mundo.

Assim, as histórias de vida reconhecem a alteridade, porque os sujeitos narram as suas experiências; interpretam porque inscritos histórica, política, social e culturalmente; produzem e se autoproduzem na intersecção entre a vida individual e o contexto social. Esta se faz do entrelaçamento de subjetividades e simbolismos que refletem suas contradições, seus sentimentos, valores, crenças etc.

Então, os estudos sobre as Histórias de vida abrem possibilidades de entrelaçamentos entre a vida individual e o contexto social, caminhos onde é possível tirar da invisibilidade as histórias astutamente não percebidas e/ou desbotadas pelas retinas viciadas pela história oficial, etnocêntrica monocromática.

## CONCLUSÃO

A memória, a oralidade e a história se entrelaçam, interseccionadas pelas experiências e os sentidos e significados a elas atribuídos pelos sujeitos constituídos e referenciados na/pela cultura, pois um não é sem o outro.

O sujeito modifica e atualiza a cultura à medida que também é construído, modificado e atualizado por ela na rememoração do vivido, na preservação das tradições através das narrativas orais, nas releituras e ressignificações das práticas e discursos, no contexto dinâmico da história, da relação tempo-espaço-sujeito, daí porque entendermos e refletirmos sobre a importância de se discutir acerca da memória, individual e coletiva, como fonte para compreensão da história com base na interpretação dos sujeitos sobre si e sobre o seu entorno, revelada em suas narrativas. A memória individual e a memória coletiva se entrelaçam em um fluxo contínuo de trocas recíprocas.

Os estudos que enfocam a memória, a oralidade e a história, destacando aproximações e peculiaridades, abrem caminhos para a consolidação da história polifônica, a história narrada por múltiplas vozes, superando a hegemonia da história imposta como oficial.

Outro aspecto relevante refere-se ao reconhecimento da oralidade como dispositivo de historicidade dos sujeitos, expressão das representações sobre estes sujeitos, sobre a cultura, a história e as sociedades, constituindo-se como fonte no contexto das sociedades letradas, que só reconheciam o documento escrito como fonte válida.

Nesse contexto, o enfoque teórico sobre a história estabelece interlocução com a memória, lugar dos registros do vivido, e a oralidade como o dispositivo narrativo da experiência.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. – tradução Sérgio Paulo Rouanet São Paulo: Brasiliense, 1994-(Obras escolhidas; v. 1).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAMPATÉ BA. A. A tradição viva. In: Ki-Zerbo, J. (org.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória? **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 23, p. 205-212 jan/jun., 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. – tradução Bernardo Leitão – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

PACHECO, Dirceu Castilho. Entre aspas o pensar, o sentir e o diferir: vivências de um pesquisador – praticante nos/dos/com os cotidianos. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo, PEREZ, Carmen Lúcia Vidal e OLIVEIRA, Inês Barbosa de (org.). **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos com os cotidianos das escolas**. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SAMPAIO, Carmen Sanches. Pesquisa com o cotidiano e as opções interessadas da ação pesquisadora. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo, PEREZ, Carmen Lúcia Vidal e OLIVEIRA, Inês Barbosa de (org.). **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos com os cotidianos das escolas**. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

THOMPSON. Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## A importância de uma atuação docente menos tradicional no primeiro segmento do ensino fundamental

*The importance of a less traditional teaching practice in the first segment of elementary school*

Silvio Cesar Bello Salgado<sup>1</sup>

Fabio Bello Salgado<sup>2</sup>

Submetido em: 11/10/2022

Aprovado em: 11/10/2022

Publicado em: 13/10/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.365

### RESUMO

O presente artigo científico busca analisar a prática docente no contexto do primeiro segmento do ensino fundamental, ou seja, do primeiro ao quinto ano de tal nicho de ensino, tendo, o professor, uma atuação primordial nesse processo. São abordadas a importância do papel do professor na formação e condução de seus alunos, de modo a produzir uma educação de qualidade e formar indivíduos aptos a exercer sua cidadania e um papel mais ativo e transformador da realidade. Ressalta-se, ainda, a relevância da polivalência e da interdisciplinaridade, bem como o uso de técnicas não tradicionais, como forma de tornar a atuação do docente mais dinâmica e mais interessante para seus alunos. Para pautar de modo claro e objetivo a prática docente no primeiro segmento do ensino fundamental, faz-se uso de uma ampla coleta de dados bibliográficos, através de informações encontradas na literatura, em estudos da área educacional, bem como em periódicos, com o intuito de alcançar uma conclusão verdadeiramente aplicável ao problema exposto.

**Palavras-chave:** Prática Docente. Ensino Fundamental. Polivalência e Interdisciplinaridade. Aprendizagem.

### ABSTRACT

This scientific article seeks to analyze the teaching practice in the context of the first segment of elementary school, that is, from the first to the fifth year of this teaching niche, having, the teacher, a primordial performance in this process. The importance of the role of the teacher in the training and conduct of his students is addressed, to produce a quality education and train individuals able to exercise their citizenship and a more active and transformative role of reality. It also emphasized the relevance of polyvalence and interdisciplinarity, as well as the use of non-traditional techniques, to make the performance of teachers more dynamic and more interesting for their students. To guide in a clear and objective way the teaching practice in the first segment of elementary school, a wide collection of bibliographic data is used, through information found in the literature, in studies in the educational area, as well as in journals, to reach a conclusion truly applicable to the problem exposed.

**Keywords:** Teaching Practice. Elementary school. Interdisciplinarity Polyvalence. Apprenticeship.

## 1 INTRODUÇÃO

O primeiro segmento do ensino fundamental é um período vital para a concepção educacional de alunos e professores. É nesse momento que começa a ser desenvolvida a relação entre o aluno e o saber escolar, de modo que a atuação do profissional docente é de inquestionável importância para contemplar a formação de cidadãos críticos, aptos a atuar em prol da sociedade e promover alterações na realidade que os cerca.

Considerando a relevância do docente nesse processo, o presente estudo tem, como objetivo geral, contextualizar a prática docente nesse segmento. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

1

- Verificar a necessidade da polivalência e da interdisciplinaridade para a atuação docente nesse sentido, destacando os saberes necessários para uma atuação mais dinâmica do professor;
- Correlacionar a atuação docente e o processo de ensino-aprendizagem, buscando apresentar o profissional

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação (Universidad Columbia Del Paraguay), Mestre em Ciências do Meio Ambiente (Universidade Veiga de Almeida). Licenciado em Pedagogia, História, Geografia e Educação Física. Professor da Secretaria de Estado de Educação/RJ e Professor convidado da Escola de Gestão e Políticas Públicas da Fundação CEPERJ. [sbello@prof.educacao.rj.gov.br](mailto:sbello@prof.educacao.rj.gov.br)

<sup>2</sup> Professor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Educação/RJ. Licenciado em Letras e em Pedagogia, com especializações em Gestão Educacional e Educação Especial, e em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pelo Colégio Pedro II. [fabio.salgado@prof.educacao.rj.gov.br](mailto:fabio.salgado@prof.educacao.rj.gov.br)

docente como um agente motivador e facilitador da aprendizagem no primeiro segmento do ensino fundamental;

- Contemplar a utilização de recursos didáticos em tal segmento, verificando como o professor pode explorar tais recursos com o intuito de fomentar sua prática docente.

Ao considerar o modelo de educação padronizado atual é espontânea a compreensão de que a figura do docente é a prevacente em sala de aula. Sensatamente, a presença de estudantes aplicados e de uma estrutura escolar são igualmente edificantes, todavia é o professor o responsável por reger a dinâmica do ensino. A fim de sofisticar a experiência de aprendizado e suplementar lapsos omitidos pelo ensino clássico, o pedagogo pode optar pelo uso de materiais didáticos e uma atuação mais estratégica, o que evidenciará a matéria com um diferencial capaz de instigar maior interesse e facilitar a assimilação.

Portanto, justifica-se o presente estudo pela relevância do papel desempenhado pelos educadores no âmbito do primeiro segmento do ensino fundamental, com foco no seu processo de ensino-aprendizagem (e, por conseguinte, de toda a sua prática docente).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O professor no âmbito do Ensino Fundamental: a necessidade da polivalência, no contexto docente, sob a perspectiva da interdisciplinaridade

Para que os objetivos pautados para a realização do presente estudo possam ser verdadeiramente alcançados, cumpre-se entender a importância da polivalência na organização do trabalho docente, caracterizando-a como um elemento constituinte do educador nos anos iniciais do ensino fundamental. O dicionário Houaiss define o termo “polivalente” como aquele capaz de assumir múltiplos valores ou oferecer várias possibilidades de emprego e função, sendo multifuncional, executando diferentes tarefas, detendo versatilidade envolvendo vários campos de atividade. Ora, o polivalente detém múltiplos saberes associados à sua capacidade de transitar com propriedade em diferentes áreas (HOUAISS, 2001).

De acordo com Cruz (2001), a noção de professor polivalente está associada à visão de um profissional que transita por diferentes áreas de conhecimento, articulando saberes e procedimentos, refletindo concepções de homem, sociedade e relações socioeconômicas. Para a autora, a polivalência é indispensável para a atuação do profissional docente no ensino fundamental, dado que esse é o momento derradeiro para a formação do aluno e para a sua relação com a educação, ao longo de toda a sua vida.

Para Cruz e Neto (2012), é indispensável que o professor, nos anos iniciais da escolarização básica, atue como um docente polivalente, apropriando-se e articulando conhecimentos básicos, de diferentes áreas do conhecimento que compõem a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do ensino fundamental, pautando seus serviços com base na interdisciplinaridade.

O ideal dessa interdisciplinaridade, como princípio da formação de docentes polivalentes nos anos iniciais do ensino fundamental, também é contemplado em outras bases educacionais legais. Dias (2009) apontou como presente nas DCNP e nas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica (DFPEB), sendo um consenso, dentre os principais pesquisadores do âmbito educacional, e tornando-se uma ideia hegemônica nos ciclos de política voltados para a formação do professor nos anos iniciais do ensino fundamental.

Partindo de tal pressuposto, a ideia do docente polivalente parte, justamente, das questões envolvendo a interdisciplinaridade. Cruz e Neto (2012) apontam que a compreensão da natureza da polivalência e da profissionalidade polivalente está associada à especialização do conteúdo e a defesa de uma formação integral do sujeito, enfatizada por uma sólida formação didático-pedagógica, estando relacionada, também, com a especificidade de ensinar alunos que iniciam sua trajetória educacional. Nesse contexto:

(...) a questão da polivalência nos anos iniciais de escolarização tem sido experimentada/vivenciada sob características diversas. Nesse sentido, podemos dizer que identificamos modelos mais articuladores e globalizantes, de forma que reforcem o princípio da interdisciplinaridade na formação e na atuação docente para aquele nível de ensino. Outros movimentos parecem polarizar ora a construção do conhecimento específico de área curricular, distanciando-se de uma visão mais articulada e hierarquizando, por conseguinte, os campos disciplinares que seriam definidores de perfis docentes específicos, ora a formação de docência generalista ligada a uma prática educativa ampla ligada à formação global do

aluno; contudo, sem deixar muito claro os conteúdos básicos dessa formação global propagada (CRUZ; NETO, 2012, p. 397).

De tal modo, quando se fala de uma atuação polivalente do docente, frente ao primeiro segmento do ensino fundamental, fala-se de uma atuação interdisciplinar, que é uma das grandes tendências da pedagogia na contemporaneidade, estando atrelada à formação global dos alunos. Ou seja, os métodos de ensino utilizados pelos docentes devem incorporar a interdisciplinaridade como *modus operandi* primordial para uma formação de excelência.

Mas, afinal, o que vem a ser “interdisciplinaridade”? O termo designa, tão somente, o rompimento de barreiras entre certos aspectos do conhecimento e outros de cunho distinto. Além da tradução literal, a interdisciplinaridade também incentiva um processo de reciprocidade no conhecimento, onde disciplinas e peões da esfera educacional trabalham em conjunto, estabelecendo relações de troca constantes. Confirmando tal entendimento, Teixeira (2007) assume, como preceito da interdisciplinaridade, uma abordagem de ensino:

(...) suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, esta interação podendo ir da simples comunicação das ideias até a interação mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa (TEIXEIRA, 2007, p. 69).

A resistência à aplicação da interdisciplinaridade pode ser resultante do medo de uma mudança bruta nas formas de ensino. Essa mudança suscitaria uma diminuição de exclusividade e autonomia. Trindade (2008), no entanto, desmotiva o temor, ao afirmar que um processo interdisciplinar não exclui, e sim compreende a autonomia de cada profissional, pois parte do pressuposto de que cada cidadão, seja no âmbito da educação ou da pesquisa, é único e peça essencial para os processos de troca. O autor firma-se no conceito de que a interdisciplinaridade é:

(...) uma atitude de humildade diante dos limites do saber próprio e do próprio saber, sem deixar que ela se torne um limite; a atitude de espera diante do já estabelecido para que a dúvida apareça e o novo germine; a atitude de respeito ao olhar o velho como novo, ao olhar o outro e reconhecê-lo, reconhecendo-se; a atitude de cooperação que conduz às parcerias, às trocas, aos encontros, mais das pessoas que das disciplinas, que propiciam as transformações, razão de ser da interdisciplinaridade. Mais que um fazer, é paixão por aprender, compartilhar e ir além (TRINDADE, 2008, p. 73).

De acordo com Silva (2009), há uma crítica que defende que a interdisciplinaridade pode ser bem-sucedida apenas ao tratar de conteúdos transversais, com pouca aplicação para um ensino factualmente adequado das matérias tradicionais na grade curricular. Tal adversidade, porém, refere-se mais a uma falta de orientação adequada. Por parte dos professores, os principais inconvenientes apontados são o pouco tempo disponível para o estudo e para a especialização em matérias que não lhes são naturais, bem como a falta de instrução para estruturar uma aula sob os aspectos interdisciplinares. A inexistência de materiais adequados e de recursos financeiros também são fortes empecilhos que podem barrar o entusiasmo dos docentes no que diz respeito à aplicação do ensino interdisciplinar.

Teoricamente, há certa abertura para o acatar dos ideais interdisciplinares, porém a realidade docente faz com que a prática lhes pareça inalcançável sem alguns sacrifícios. Sobrecarga de trabalho e uma remuneração não compatível são apenas alguns dos problemas citados ao buscar compreender o motivo de alguns profissionais não almejam a busca por uma estrutura de ensino que ofereça melhores condições aos seus estudantes.

Não obstante, pesquisas dirigidas por Fazenda (1994) apontam que professores adotantes da interdisciplinaridade têm como característica marcante a paixão por buscar conhecimento e efetivar pesquisas. Estes profissionais costumam apresentar um nível de comprometimento elevado, motivando-se através da própria motivação. É comum ao professor interdisciplinar a busca por práticas e procedimentos de aprendizagem diferenciados, não exclusivamente ministrados no modelo padronizado, onde apenas o mestre possui voz, enquanto os alunos escutam pacientemente e decoram o conteúdo transposto no quadro.

## 2.2 Dos saberes necessários à prática docente no primeiro segmento do ensino fundamental e do professor reflexivo

Tardif (2002) desenvolve um raciocínio acerca dos saberes docentes diretamente relacionáveis com a formação profissional dos educadores, unidos ao exercício da profissão. Caracteriza-se o saber docente como um saber plural, composto por diversos outros saberes, que vão desde a sua formação profissional, até demais conhecimentos expressos

em seu currículo, práticas cotidianas e vivências pessoais. Todo docente é ser humano portador de diversos outros conhecimentos, que não são inerentes à função. Para o autor, podem ser destacadas quatro espécies distintas de saber relacionadas às práticas pedagógicas:

- Os Saberes da Formação Profissional: Tendo base na erudição e na ciência, os saberes da formação profissional são um conjunto emitido ao educador enquanto este está em processo de formação, seja ela a formação inicial ou uma extensão. É o agrupamento de conhecimentos pedagógicos, aqueles que fornecem ao profissional os conhecimentos constituídos por métodos de ensino e técnicas, embasados pela ciência;

- Os Saberes Disciplinares: Estes são os saberes pertinentes aos campos de conhecimento teórico diversos, como as ciências exatas, humanas, a linguagem, a biologia, entre outros. Os saberes disciplinares são adquiridos antes mesmo de sua formação como docente, ao longo de sua formação educacional prévia à faculdade;

- Os Saberes Curriculares: São os conhecimentos adquiridos a partir da prática educacional, do desempenho de sua profissão em si. Costumam ser delimitados pela forma como a instituição em que se trabalha pede que se ministrem suas aulas, apresentados sob os aspectos dos programas instituídos no ambiente educador;

- Os Saberes Experienciais: São resultantes do exercício da prática profissional. Diferente dos saberes curriculares, estes são ímpares para cada educador, assimilados através da vivência de ocasiões diversas, não limitadas apenas ao ocorrido dentro de sala de aula, mas também ao experimentado dentro do espaço da escola como um todo, inclusive seu relacionamento com os demais profissionais e com os alunos.

Estima-se que, ainda que o possuir todos os quatro saberes seja primordial para a formação profissional e para o transmitir de boas práticas por parte do educador, seja o Saber Experimental o mais importante dentre todos. Não significa que os demais não possuam importância relevante. Sem qualquer um dos outros, é pouco provável que um profissional consiga desempenhar sua função com precisão. Contudo, os Saberes Experimentais ocupam tal posição pelo fluxo constante e pela falta de controle sobre sua. O saber profissional de um educador é uma mescla de saberes distintos, advindos das mais diversas fontes, passíveis de manipulação e uso sempre que for adequado, enriquecedor para a experiência de sala de aula e motivador para o fortalecer de sua relação com a profissão.

Parte-se do pressuposto de que, para que um professor seja completo, é necessário que vá além da simples prática de sua profissão. Requer-se que ele seja reflexivo. Defende-se que é fundamental que o profissional ultrapasse os limites da sala de aula. Libâneo (2002) salienta:

(...) a necessidade de reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco para as melhorias da prática de ensino, em que o professor é ajudado a compreender seu próprio pensamento e a refletir de modo crítico sobre sua prática e, também, a aprimorar seu modo de agir, seu saber-fazer, internalizando também novos instrumentos de ação (LIBÂNEO, 2002, p. 70).

Teoria e prática andam lado a lado numa prática profissional reflexiva, sendo a teoria empregada no ato de lecionar e a prática trabalhada com base na vivência. A realidade educacional requer profissionais dispostos a ir além, não limitados à transmissão automática do conteúdo. Neste novo modelo, exige-se que a sala de aula seja um ambiente onde, de fato, há a troca de conhecimento, experimentada por todos os alunos, tendo como maestro o professor. Cabe ao educador, então, refletir sobre sua postura e sobre a relação cativada com os alunos, bem como sobre aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que possam tornar-se importantes para uma contextualização do conteúdo administrado.

### **2.3 A prática docente no primeiro segmento do ensino fundamental e o processo de ensino-aprendizagem: o docente como motivador da aprendizagem**

4

No âmbito dos anos iniciais do ensino fundamental, é indispensável que o docente conduza sua atuação visando fomentar o processo de ensino-aprendizagem. A aprendizagem pode ser definida, de maneira simples, como um conjunto de experiências obtidas ao longo da vida. É um fenômeno que tem início na fase de identificação de objetos e desenvolvimento da linguagem. Pode-se dizer que aprender está diretamente relacionado com uma mudança: a do comportamento. Enquanto estivermos vivos, aprenderemos. Segundo Visca (2010, p.101) “desde o nascimento até a morte, as pessoas não deixam de conduzir-se; embora nem toda conduta seja aprendizagem, toda aprendizagem é, sim, uma conduta”.

De acordo com Moreira (2014), para planejar um ensino estratégico, cabe ao professor pensar sobre o processo de ensino-aprendizagem, refletindo sobre o que ensinar, porque ensinar e como ensinar. A autora defende que as estratégias no ato de ensinar podem influenciar os valores pela aprendizagem, pela necessidade de dialogicidade ou individualidade, podendo interferir na qualidade motivacional empregada pelo aluno no início do ensino fundamental.

Nesse sentido:

A relação das estratégias de ensino dos professores do Ensino Fundamental I com as estratégias de aprendizagem e a motivação no contexto escolar dos alunos contribui para conhecer o perfil estratégico de um grupo de professores e um grupo de alunos, podendo perceber as necessidades específicas deste grupo e construir um conjunto de informações relevantes para a capacitação profissional e a necessidade de um ensino estratégico, fornecendo elementos de reconstrução para que este ensino seja uma realidade em nossas escolas, utilizando como pressuposto epistemológico a Teoria da Autodeterminação (MOREIRA, 2014, p. 93).

Como se observa, a motivação é um aspecto importante a ser trabalhado pelos professores no âmbito de sua prática docente, no primeiro segmento do ensino fundamental. Motivação é o interesse quanto ao processo de aprendizagem, é o desejo de aprender.

Cória (1986) relaciona a motivação no processo de aprendizagem com a psicologia aplicada à educação, enumerando vários fatores que podem motivar o aluno em seu processo de aprendizagem. Como exemplo, temos o interesse em dominar conhecimentos e habilidades; o alcance de boas médias escolares (culminando em status pessoal e social); o aumento da autoestima por meio do uso da inteligência para a resolução de problemas e a solução de atividades; o interesse em processos de ensino-aprendizagem mais dinâmicos, que fomentam o desejo de aprender, como a utilização de músicas e cores.

Alves (2013) complementa os ensinamentos acima, lecionando que:

Vale ressaltar que para aprender é preciso querer. O problema, no entanto, é como despertar, ou provocar esse querer. O querer é em si é uma necessidade individual e de igual modo à aprendizagem. Portanto, essas necessidades precisam ser influenciadas, provocadas. Tal influência pode originar-se de fatores internos ou externos (ALVES, 2013, p. 27).

Assim, a motivação relacionada ao processo de aprendizagem dos alunos é elencada no rol de fatores que podem inviabilizar que o aluno aprenda, sendo que esta envolve diversos fatores psicológicos, os quais, necessariamente, precisam ser identificados e trabalhados pelo pedagogo (AZZI; GIANFALDONI, 2011). Destaca-se que a motivação diz respeito à provocação, nos alunos, de um desejo efetivo de aprender. Ou seja, “a motivação é relevante para a aprendizagem, pois, mesmo o aluno sendo talentoso, se não estiver motivado, dificilmente ele aprenderá” (ALVES, 2013, p. 30). Podemos contemplar a motivação, de tal forma, como o conjunto de fatores conscientes e inconscientes (emocionais, intelectuais e até mesmo fisiológicos) que agem na conduta do indivíduo, ou seja, em como o aluno percebe, interpreta e age diante das situações que envolvem a aprendizagem.

Azzi e Gianfaldoni (2011) ainda lecionam que a autoestima é um fator primordial para que sejam analisados os preceitos psicológicos dos indivíduos dentro do contexto escolar, de modo que o docente pode contribuir significativamente nesse sentido, realizando intervenções que enaltece o desenvolvimento e o desejo do aluno em face do processo de aprendizagem. Complementando esse entendimento, também vale o destaque de que o professor deve sim estar motivado, para ensinar e estar preparado para saber motivar. O saber motivar fará toda a diferença, pois não se pode confundir premiar com motivar. Motivador vai além, a motivação é mover, é provocar o interesse e a vontade de fazer no outro” (ALVES, 2013, p. 32).

5

Assumidamente, o professor é um dos principais elementos que podem aproximar ou distanciar o aluno do conhecimento, de modo que, no âmbito da psicologia aplicada à educação, o professor é considerado a autoridade responsável por despertar o interesse em aprender nos alunos, cativando-os através de propostas metodológicas e didáticas que possam contribuir de maneira significativa para que o aluno permaneça sempre motivado em aprender.

Por isso, é de sumáxima importância que o aluno seja provocado e tenha seu interesse direcionado ao processo de aprendizagem, de modo que sinta vontade (ou até mesmo necessidade) de aprender. Entende-se, ainda, que “é através do planejamento que o professor poderá criar situações que busquem causar essa provocação. Volta-se a premer a mesma

tecla, sobre a questão de que é, sim, do professor, o poder de motivar o aluno ou, da mesma forma, de desmotivá-lo” (ALVES, 2013, p. 36).

Tudo aquilo que acontece dentro da sala de aula, bem como tudo aquilo que acontece dentro do aluno, pode contribuir para que este motive-se ou desmotive-se diante da possibilidade de adquirir e dominar novos conhecimentos e habilidades. Para planejar e priorizar a motivação no processo de aprendizagem, o professor deve projetar sua atuação pedagógica nesse sentido, fazendo uso de preceitos psicológicos fundamentais, para que cada aluno permaneça pronto e constantemente motivado diante da possibilidade de aprender cada vez mais (AZZI; GIANFALDONI: 2011).

Moraes (2007) ainda leciona que diversas práticas podem ser introduzidas ou implementadas pelos professores, buscando uma maior integração do aluno com seu processo de aprendizagem. Para a autora, a utilização de brincadeiras em sala de aula pode ser um dos preceitos que mais motivam os alunos quanto à aprendizagem, sobretudo nos anos iniciais de formação deles. Todavia, a motivação dos alunos não é um referencial relacionado apenas a brincadeiras ou à construção de um ambiente de aprendizagem descontraído. Atividades físicas e desafios intelectuais que cativem o interesse dos sujeitos podem ser entendidos como ferramentas importantes no tocante à motivação dos alunos em relação ao processo de aprendizagem (ALVES, 2013).

Não se procura aqui explicar, de maneira exaustiva, todas as técnicas de motivação da aprendizagem por parte dos professores, uma vez que essas

(...) são inúmeras, e vai depender da criatividade de cada professor para colocá-la a favor do aprendiz da criança. Porém, é preciso que todo o sistema de educação, principalmente as Políticas da Educação, reconheça a importância da motivação para a aprendizagem e a coloque como prioridade para o ensino/aprendizagem, inserindo-a nas leis de Diretrizes e Bases da Educação e Parâmetros Curriculares Nacionais (ALVES, 2013, p. 41)

Assim, se faz necessária uma maior conscientização acerca da importância da motivação para fomentar o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, sob a ótica da psicologia da educação, como um instrumento para provocar e nortear os alunos com interesse e dedicação no processo. Dentro da sala de aula, o professor é o principal responsável pela motivação dos alunos em relação à aprendizagem, devendo impor-se, de maneira construtiva, a fim de cativar seus alunos. Além disso, é importantíssimo que os docentes assumam um papel de protagonismo no processo de motivação de seus alunos, visto que a figura do professor em sala de aula deve espelhar o conhecimento e transmiti-lo de maneira apropriada para todos os sujeitos.

#### **2.4 A prática docente e suas dinâmicas na utilização de recursos didáticos no âmbito do primeiro segmento do ensino fundamental**

Para compreender a relação do profissional da área de educação com sua profissão e aqueles que por ela são impactados, é imprescindível admitir a grandeza desta ocupação e a aptidão executada por ela na formação individual. Freire (1996) conceitua o ato de educar como uma prática capaz de formar e defende que para a boa prática profissional docente é necessário ir além da reprodução mecânica. Atravessar barreiras construídas pela insegurança, compreender anseios e sentimentos são apenas algumas das habilidades inerentes ao educador. Deve haver paixão no ato de lecionar, assim como é fundamental assimilar e praticar a autoridade livre de autoritarismo. O preparo qualificativo e a aspiração de efetivamente despertar interesse e transferir o conhecimento formam um profissional assertivo, que compõe o que traduz a profissão. Indiscutivelmente o professor é uma figura marcante na vida de um indivíduo, cabendo ao primeiro definir a positividade de tal influência.

6

Segundo Pimenta (2006), o ensino conservador e limitado é uma tendência que progressivamente está entrando em desuso. Pesquisas sobre a prática profissional e sobre o comportamento estudantil são de extrema importância para a formação de profissionais aptos a suprir as necessidades dos estudantes. Docentes desmotivados e desatentos aos anseios daqueles que o cercam estão fadados à prática da negligência. Sondando o comportamento dos lecionandos, é identificável o desejo por práticas mais dinâmicas e descentralizadas. Implantá-las é sábio, considerando que o interesse e a fixação do aprendizado são os pilares de uma educação de qualidade. Outrora, o modelo tradicional preenchia os requisitos necessários para a compreensão do conhecimento. Atualmente, tendências sociais e demais aspectos são

responsáveis pela mudança de hábito e pela consequente inevitabilidade no desenvolver de técnicas diferenciadas, respeitantes destas particularidades comportamentais.

Para suprir tais anseios, então, um dos métodos satisfatoriamente utilizados é a aplicação de recursos didáticos na educação. Para Souza (2007), recursos didáticos são descritos como todo material manuseado em âmbito educacional com o intuito de oferecer apoio ao ensino, idealmente aplicado pelo docente e prestigiado pelos alunos. São eles, então, materiais somados a métodos pedagógicos, responsáveis por desenvolver um processo de aprendizado mais dinâmico e motivador de interesse. Uma aula ministrada tradicionalmente também é eficaz, caso contrário não seria o modelo efetivo consumido por tanto tempo. Todavia, a inserção de recursos didáticos afasta o aluno de sua zona de conforto e favorece o desenvolvimento cognitivo, além de ser responsável por aproximar educando e educador, tendo em vista que a dinâmica se afasta do simples falar e ouvir.

De acordo com Ferreira (2007) alguns dos recursos didáticos aplicados durante o processo de aprendizado são:

- Artigos. A leitura e o apoio de artigos previamente construídos sobre a matéria apresentada levam à obtenção de um conhecimento mais abrangente sobre o assunto e exibem ao aluno a formatação de um modelo de trabalho que, previamente, terá de ser confeccionado por ele.

- Livros. Tanto livros acadêmicos, como livros de demais segmentos onde a matéria é abordada, servem de apoio ao ensinamento e de incentivo a prática de leitura;

- Filmes. Apesar de o ensino ser imensamente baseado na leitura e na observação do professor, é mais simples a compreensão de um conteúdo inserido em um contexto real, como o exposto em um filme;

- CD. A assistência de materiais já existentes ou a própria criação de um novo conteúdo passível de gravação expande as possibilidades de troca de conhecimento e oferece ao educando o transporte do conhecimento para fora da sala de aula;

- Atividades. Programar ações que afastam o aluno de sua zona de conforto e o submetem a um desafio mental é um método sublime para fixar o conteúdo, uma vez que experiências são mais facilmente recordadas;

- Ilustrações. Propor a criação de ilustrações ou expor ilustrações já existentes é uma forma de tornar palpável o que previamente foi assimilado apenas pela audição e mentalização.

- Softwares. Recursos midiáticos e informáticos estão em constante desenvolvimento para auxiliar a educação, seja pelo desenvolvimento de atividades ou pela pesquisa.

Como visto, ao empregar recursos didáticos na sua prática docente, o professor atuante no primeiro segmento do ensino fundamental torna o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, contribuindo para fomentar a prática profissional nesse sentido e alinhando tal prática aos objetivos educacionais idealizados, não somente pelo professor em si, mas no reconhecimento da importância da educação como um todo.

### 3 METODOLOGIA

Para que o presente estudo alcance os objetivos que contemplaram sua idealização, é indispensável que sejam adotados os procedimentos metodológicos adequados. De acordo com Filho e Santos (2013), as pesquisas científicas devem ser desenvolvidas de modo planejado e fazendo uso de metodologias aceitas cientificamente, devendo, sempre, buscar a resolução de um problema ou de uma questão/situação, realizar novas descobertas ou gerar respostas adequadas para uma determinada em questão.

Para a elaboração do presente estudo aprofundado acerca da prática docente voltada para o primeiro segmento do ensino fundamental, faz-se uso do método indutivo, o qual, segundo Borges (2014), é considerado um estudo científico mais ‘puro’, a partir de uma análise racional de elementos considerados simples de um determinado tópico, fazendo uso da razão para estabelecer os argumentos indutivos de modo adequado.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), o método indutivo parte da generalização, indo de aspectos particulares para conclusões mais amplas, de modo que os argumentos indutivos ultrapassem as premissas sobre as quais eles se fundaram. Ademais, a pesquisa envolvida no estudo em questão pode ser classificada como exploratória, de acordo com os ensinamentos de Prodanov e Freitas (2013), os quais apontam a pesquisa exploratória como uma pesquisa que

busca oferecer e detalhar informações sobre o tema pesquisado, fixando objetivos e hipóteses que são explorados a partir de uma coleta de dados no âmbito bibliográfico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou a realização de uma análise clara e objetiva acerca da prática docente voltada para o primeiro segmento do ensino fundamental. Conforme apontado, há uma série de tendências pedagógicas que norteiam a atuação do docente nesse sentido, a exemplo do ideal da polivalência empregada para tais professores, pautando sua atuação a partir do ideal da interdisciplinaridade e de outros elementos correlatos.

Foram apresentados, ainda, os saberes necessários para fomentar a prática docente em tal segmento, voltando a atenção para os processos de ensino-aprendizagem no ensino fundamental. Conforme apontado, é indispensável que o docente articule saberes e conhecimentos, incorporando-os em sua prática pedagógica, com o intuito de otimizar o processo de ensino-aprendizagem, visto que ele deve tornar-se mais dinâmico e encorajador, ante os desafios encontrados pelo docente.

Assim, a prática docente no primeiro segmento do ensino fundamental deve dar-se de maneira estratégica. No mesmo sentido, não basta tão somente que os professores passem a motivar seus alunos de maneira abstrata. Esses profissionais precisam estar motivados no âmbito de seu universo profissional, para que possam igualmente motivar seus alunos, utilizando práticas e técnicas que fomentem neles um interesse constante no processo de aprendizagem. Conforme apontado, a prática de esportes, brincadeiras e até mesmo tecnologias podem ser empregadas, contribuindo significativamente para que o professor desempenhe sua atividade profissional de modo a cativar os alunos em seus respectivos e particulares processos de aprendizagem.

Foi apontada, ainda, a necessidade de apoio em recursos didáticos como benéfica ao processo de aprendizado no âmbito do primeiro segmento do ensino fundamental. Os meios ofertados são ilimitados, contemplando desde livros e demais materiais impressos, até a estrutura completa da internet. Com o aprimorar da tecnologia e sua aproximação com a estrutura docente, é ainda maior o leque de oportunidades disponíveis. As vantagens da aplicação dos recursos didáticos são indiscutíveis. Materiais de apoio permitem a visualização de um conteúdo que, outrora, era transmitido apenas verbalmente e, como consequência, constroem educandos motivados, mais capazes de interagir com o conteúdo e de fixá-lo.

Cabe ao professor, porém, a responsabilidade pela efetividade da inserção de tais recursos didáticos. O docente será sempre a figura regente em uma sala de aula, por mais que estruturas descentralizam e excluem parcialmente sua autossuficiência, é ele o encarregado de propor as atividades e, posteriormente, colocá-las em prática, com prudência. Compreende-se, então, que o objetivo dos recursos é, unicamente, o amparo e a melhoria das formas de educação. Pesquisas de classe e comportamento, somadas ao domínio de conteúdo e à ação de um profissional docente motivado, são a receita para o sucesso da utilização de recursos didáticos.

Por fim, destaca-se que a prática docente no primeiro segmento do ensino fundamental não se limita tão somente aos elementos concebidos no presente estudo, que apresentou alguns dos principais elementos norteadores acerca da prática pedagógica voltada para os anos iniciais do ensino fundamental, não esgotando o tema.

## REFERÊNCIAS

ALVES, I.D.S. **A Motivação no contexto escolar**: novos olhares. Serra: Faculdade Capixaba da Serra, 2013.

8

AZZI, R. G; GIANFALDONI, M. H. T. A. **Psicologia e Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BONINI, A.M; LOMBARDO, M.A. **Internet e multimídia no ensino médio**: avaliação prática no ensino de geografia na escola pública. São Paulo, 2004.

BORGES, D.M. Método dedutivo, indutivo ou comparativo. Qual o mais adequado à pesquisa do direito internacional do meio ambiente? Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 6, 2014.

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e Educação**. Psicologia da Educação, V. 2. Artes Médicas, Porto Alegre: 1996.

CRUZ, S.P.S. Concepções De Polivalência E Professor Polivalente: Uma Análise Histórico-Legal. **IX Seminário Nacional De Estudos E Pesquisas** “História, Sociedade E Educação No Brasil”, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

CRUZ, S.P.S; NETO, J.B. A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica: refletindo sobre experiências de pesquisas. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 50 maio-ago. 2012

DIAS, R.E. **Ciclo de políticas curriculares na formação de professores no Brasil (1996-2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, S.M.M. **Os recursos didáticos no processo ensino-aprendizagem**. Cabo Verde, 2007.

FILHO, D.P; SANTOS, J.A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Futura, 2003

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. Editora Atlas S.A, São Paulo, 2003.

LIBÂNIO, J.C. **Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro?** São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, C.R; VARELLA, S. Motivação do aluno durante o Processo de Ensino-Aprendizagem. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, No. 01, ago. / dez. 2007.

MORAN, J.M. **Internet no ensino, comunicação e educação**. São Paulo, 1999.

MOREIRA, A.E.C. **Relações entre as estratégias de ensino do professor, com as estratégias de aprendizagem e a motivação para aprender de alunos do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

PIMENTA, S.G. **Pesquisa em educação**. São Paulo: Loyola, 2006

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SABINI, M.A.C. **Psicologia Aplicada à Educação**. E.P.U: São Paulo, 1986

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. **I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino**, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Aracaju, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

VISCA, J. **Clínica psicopedagógica: Epistemologia Convergente**. 2.ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

## A verdadeira revolução de Marx pela educação para o amor

### *Marx's true revolution for education for love*

Fidelino Cordeiro Dias<sup>1</sup>

Submetido em: 19/10/2022  
Aprovado em: 19/10/2022  
Publicado em: 20/10/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.366

#### RESUMO

Entendendo o amor como a maior força da Natureza, sendo a única capaz de destruir todo o ódio, egoísmo e ganância que assolam o planeta. Pretendemos nesse breve artigo iniciar um estudo e fundamentação para uma pretensão ainda maior. Como seria realizar uma verdadeira revolução pelo amor em que se empregue o final da exploração do homem pelo homem na visão de Karl Marx? Acreditando este autor que se os estudos, ainda tão atuais, deixados por Marx e Engels se fundamentados no amor, e não em uma revolução armada, seriam capazes de realizar uma inversão de regras impostas pela Burguesia, concretizando a submissão do poder do Capital e suas injustiças sociais pela verdadeira revolução para e educação para o amor.

**Palavras-chave:** Karl Marx. Verdadeira revolução. Revolução pelo amor

#### ABSTRACT

Understanding love as nature's greatest force, being the only one capable of destroying all the hatred, selfishness and greed that plague the planet. We intend in this brief article to start a study and rationale for an even greater claim. What would it be like to carry out a true revolution for love in which the end of man's exploration by man in Karl Marx's vision is used? Believing this author that if the studies, still so current, left by Marx and Engels were grounded in love, and not on an armed revolution, they would be able to perform a reversal of rules imposed by the Bourgeoisie, concretizing the submission of the power of capital and its social injustices by the true revolution for and education for love.

**Keywords:** Karl Marx. Real revolution. Revolution for love

### 1 INTRODUÇÃO

Acreditar no poder de uma verdadeira revolução pela educação para o amor, me deixa seguro ao procurar colocar em um texto, uma parte da minha experiência de vida; não só acadêmica como pessoal e profissional. Por que não amar o trabalho que realiza? Por que o trabalho, digno e bem remunerado não pode ter lugar no capitalismo? Por que o opressor, que muitas vezes foi oprimido, podendo ser educado para o amor, não quebraria o ciclo de exploração por parte dos donos da propriedade e dos meios de produção?

Acreditamos que uma educação para o amor poderia diminuir o abismo, que o capitalismo selvagem potencializa e aprimora, ao incentivar de forma sistêmica a concentração de riquezas por poucos, e a miséria de muitos. O que mais nos assusta como Educador é ver este abismo acontecer cada vez nas formas de incentivo a ignorância, permissão da violência instituída nos guetos, desrespeito à pessoa humana, a existência, o descaso imperativo; que se instalou, sobretudo de quem esperamos cuidar.

A exemplo o descaso instituído na saúde pública nos tempos de pandemia e nos serviços essenciais. As pessoas por estarem cansadas de tanta corrupção são capazes de agir de duas formas; a primeira acreditamente como afortunados e sem oportunidade, como se o destino os obrigasse a aceitar a escravidão financeira dos tempos modernos; ou revoltados que passam a não aceitar mais as regras e Leis necessárias ao bom convívio social estando as margens, seja em atitudes, como em diálogos em que a corrupção e o descaso sejam cada vez mais comuns e instituídamente normais.

1

#### 1.1 JUSTIFICATIVA

Tive no início de minha trajetória de vida uma origem bem humilde. Éramos quatro irmãos em um quarto de uma simples casa em Jacarepaguá. Meu pai era um privilegiado para a época, tinha dois empregos. Lembro dele saindo às 05.00h da manhã para trabalhar no banco, emendando no serviço público à noite e retornando a casa por volta das 23 horas.

<sup>1</sup> UCP. Email: fidelino.dias@uol.com.br

Oprimido pelo trabalho duro do banco e favorecido pela pouca oportunidade que teve em estudar inglês quando adolescente; sempre se dedicou de maneira incansável a possibilitar que os filhos tivessem incentivo a estudar. De maneira amorosa, dentro da criação que teve, vibrava em cada conquista nossa em relação a avanços escolares. Hoje vejo na atitude de meu pai a oportunidade de quebra de um ciclo familiar de dificuldade que marcava a sua existência e o oprimia.

Meu pai é neto de escravos. Sua avó foi comprada na senzala por 1,5 Contos de Réis, por um rico proprietário de terras, que a colocou na casa grande como sua esposa e tendo 5 filhos com ela. Um deles o pai de meu pai. Este contraste marca minha família e a sociedade brasileira. De um lado o herdeiro dono de terras e de outro a humildade submissa da mulher afrodescendente submetida aos caprichos do Senhor do Engenho. E onde esta equação deu certo.

No que acredito no amor existente entre os dois que foi capaz de vencer preconceitos, quebrar correntes, constituir uma família em que a coragem do sinhozinho em enfrentar preconceitos por amor.

Marx é preciso e perfeito ao situar em sua época, a exploração do homem pelo homem. Posição ocupada não mais pela realeza, mas pela implacável burguesia. Marx descreve em sua época que antes até os séculos XVI era necessário ao indivíduo trabalhar apenas três meses do ano para pagar seus tributos, os demais meses de trabalho eram destinados ao escambo e a produção em benefício próprio.

Marx em sua época, revoltasse pois o homem passa a trabalhar de 13 a 16 horas por dia, de maneira alienante, onde se fazia necessário trabalhar os 12 meses dos anos para manter o sistema capitalista, o que ele chamava de escravidão do capital, como descrito nos preâmbulos do Manifesto Comunista (1846).

Talvez por não estar no contexto da época vivida de Marx, não foi considerada em sua obra uma outra faceta do capitalismo. O cuidado pelo amor era feito em casa pelas mães que se anulavam, mas dedicavam a vida a cuidar dos filhos, de forma semelhante a escravidão; mas de maneira descaracterizada pelos laços de amor que envolve filhos-mães, que disfarçavam o que acreditamos ser a regra do jogo para a época.

Não havia trabalho para homens e mulheres da mesma forma, e ao patrão e família pagar o cuidado com os filhos ou colégios internos não era uma realidade alcançável a todos. Portanto, o cuidado e o trabalho feminino ainda possuem ranços de ter de serem feitos de forma pejorativa e caritativa quase. A falta de reconhecimento não só do cuidado como de sua obrigação por amor, de uma certa forma podem ter feito desprezarmos de maneira tão enraizada na sociedade e no cuidado.

Mas não pretendemos atravessar só o caminho do trabalho feminino, e nem pretendemos ora afirmar outras considerações que fujam do nosso objetivo, apenas pretendemos apresentar um perfil social que nos leva acreditar na não consideração de Marx em uma energia que sempre existiu e minimiza o Capitalismo Selvagem, mesmo que muitas vezes, este se apropriando deste para obtenção de maiores lucros, como o Fetichismo para o Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados. Não se pode negar o consumismo implícito nestas datas; mas se entendermos o sentimento que leva a este consumo, o apelo é feito pela relação de amor que acreditamos ser necessário de ser lembrado em uma data que o lastro de lembrança da data signifique cuidado.

Existe, portanto, em toda sociedade uma predisposição para o amor potencial, mas submetida aos caprichos do Capitalismo, por enquanto, mas que a verdadeira educação para o amor seria de maneira certa capaz de imobilizar. Nós temos os valores da atração para cuidar e zelar pela pessoa humana, como mais importante que qualquer propaganda. Qual mãe que não prefere uma rosa roubada do próprio jardim e um beijo sincero de um filho que se esforça em ser um cidadão de bem que um iPhone último tipo?

Quando falamos de forças da Natureza e do amor, temos diversas formas de amor como bem ilustra Leo Buscaglia (1990) em seu livro de mesmo título Amor. Descreve o amor de diversas formas, como de mãe, amor caritativo, amor submisso, amor paixão.

No antepenúltimo parágrafo, deste texto, demos ênfase ao amor de mãe por ser incondicional e único. Mesmo que a Natureza Humana insista nas exceções de mãe que algumas vezes agem na contramão por descaso a seus filhos. A unanimidade nos leva a criticar estes atos da forma mais veemente e majoritária.

A Educação para o Amor como forma de adoção de mudança de atitude, principalmente auxiliada pelas ferramentas da dor e do arrependimento, como pregam as religiões ocidentais e orientais, milenares ou não, ou simplesmente

como parte da intuição humana é a fórmula que acreditamos ter que ser empregada pelo homem, para quebra da hegemonia do descaso e ao interesse de se obter o lucro a todo custo. Fórmula essa inclusive, descrita por Einstein em sua carta e que muito nos incentivou a discorrer sobre este tema.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aborda-se aqui as críticas de Karl Marx às teorias relacionadas à distribuição de renda que surgiram no decorrer dos tempos.

O termo *economia política* originou-se do grego *politeia* e *oikonomika*. Adam Smith e David Ricardo, os maiores representantes da economia Política, acreditavam que esta compreendia o conjunto das relações sociais que surgia na crise do Antigo Regime, ou seja, as instituições da feudalidade ocidental. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 17).

Nesse contexto, a economia política clássica não era somente uma disciplina científica, e sim constituía em entender como funcionava uma sociedade na era feudal.

Entre os anos de 1825 e 1830 e 1848, houve crises na economia política clássica, onde é modificada a relação da burguesia com a cultura ilustrada que sintetizava um projeto de emancipação humana, condicionada pela premissa: liberdade, igualdade, fraternidade. De fato, ocorreu uma emancipação política e não uma emancipação humana, já que a liberdade política não foi possível no regime burguês.

Realmente a revolução burguesa proporciona mais liberdade à sociedade, porém bem longe do que prometia ser o *Reino da Liberdade*, o que acabou por resultar em um domínio de classes da burguesia.

Com isso, o movimento das classes sociais travou em meados do século XIX, uma série de confrontos entre a burguesia e a parte dos trabalhadores, desencadeando rebeliões e revoluções, refletidas na revolução de 1848.

A burguesia já não faz parte da cultura ilustrada e passa a propor alternativas emancipadoras, passando a ser uma classe conservadora, e o proletariado revolucionário adentra nos princípios ilustrados.

A partir da segunda metade do século, a economia política clássica se desfaz totalmente, passando a ser considerada pelos pensadores da ordem burguesa somente *Economia*, e pelos proletariados intelectuais liderados por Karl Marx como *Crítica da Economia Política*.

Com essa simples nomenclatura a economia se torna o que Smith e Ricardo jamais consideraram: uma disciplina científica exclusivamente especializada em questões históricas, sociais e políticas de cunho científico-acadêmico, surgindo “Um corpo de profissionais credenciados para atuar como gestores nas empresas capitalistas e na administração pública” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 23), os economistas.

O maior revolucionário do proletariado, Karl Marx (1818-1883) conceitua a crítica da economia política como uma crítica de totalidade, uma expressão de luta de classes do proletariado, baseada nos objetivos da sociedade capitalista, onde o ideal de Marx foi e será mantido por seus seguidores lutar contra a exploração da burguesia mundial.

Sobre a história, Marx identificou o processo de organização política das forças sociais, dando ao proletariado a responsabilidade das transformações históricas que levasse a uma nova etapa civilizatória.

A obra de Marx, *O Capital*, não significava uma negação à teoria dos clássicos, nem pudera já que a crítica da economia política só foi possível devido a uma análise teórica estrutural da economia burguesa. Assim a economia política clássica precisou existir para que Marx encontrasse os elementos necessários para sua perspectiva metodológica do capital.

Portanto, no século XX, vários seguidores de Marx procuraram esclarecer esses fenômenos criando assim a Economia Política Marxista. Porém, ao mesmo tempo em que esses analistas conseguiram grandes avanços quanto ao conhecimento, entraram em diversos confrontos de ideias sobre até mesmo o próprio elemento da economia política marxista.

3

A exploração do trabalho é evidenciada por Karl Marx quando este define a mais-valia e sua relação com o capital variável, a mais-valia é o valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, consiste na exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados (LESSA; TONET, 2008).

A força de trabalho para Marx é como uma mercadoria qualquer, cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador, se este, trabalhar além de um determinado número de horas, produzirá não apenas o valor correspondente ao de sua força de trabalho, mas também um valor a mais, um valor excedente sem con-

trapatida. Para ele, a taxa de mais-valia define o grau de exploração sobre o trabalhador (MARX, 2004).

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O valor dos elementos de produção é igual ao valor do capital adiantado, este capital, que Marx chamou de capital C, é formado a partir de uma soma de dinheiro empregada nos meios de produção e uma parte destinada ao pagamento da força de trabalho, sua equação original é a seguinte  $C = c + v$ , onde C = capital, c = capital constante e v = capital variável. Entretanto, o processo de produção gera um excedente, modificando a equação original para a seguinte  $C = c + v + m$  onde (m) é a mais-valia.

Marx define que a proporção em que se prolonga a jornada de trabalho valoriza-se o capital variável, o capital apropria-se do trabalho excedente exercido pelo trabalhador determinando a relação entre mais-valia e o capital variável a esta valorização proporcional ao capital, Marx a chamou de taxa de mais-valia ou taxa de lucro.

O valor do preço da força de trabalho, não pode ser comparado com a mais-valia, pois esta caminha no sentido da produtividade. Um acréscimo na produtividade e na intensidade do trabalho, traz como causa a diminuição do valor da força de trabalho, por sua vez, o valor da força de trabalho só pode variar em virtude de uma variação na produtividade do trabalho.

A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.

É fato notório o abismo que separa as condições de vida do trabalhador e do capitalista. A força de trabalho seja comprada e vendida pelo seu valor. Seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, vale a informação que quem define o valor da força de trabalho, é o capitalista. Marx afirma as condições impostas pelo capital. (MARX, 2004, p. 347).

O modo de produção capitalista é cruel com os que vendem sua força de trabalho, ele transforma a vida da sociedade num fetiche voltado para aquisição de coisas supérfluas, impõe à economia negócios direcionados à concorrência anárquica, não se preocupa com o desperdício nem com o meio ambiente.

Neste modelo o que o operário ganha em trabalho, ele perde em qualidade de trabalho. A utilização da força de trabalho e a espoliação dela são coisas inerentes à vida da classe trabalhadora.

A força de trabalho, aquela que o sistema considera livre é condição necessária à valorização da economia capitalista, as formas de exploração do tempo de trabalho, ocorre com constituição da divisão do trabalho em duas partes: o trabalho necessário (aquele que propicia a reposição das condições vitais para o trabalhador) e o trabalho excedente (parte que sobra para o capitalista como trabalho não pago).

Marx mostra a exploração sem limites no ramo da indústria inglesa, nestas indústrias, são explorados crianças, mulheres e adultos. O nível de exploração nestas indústrias vai desde a ampliação sem precedentes do tempo de trabalho ou mais-trabalho, até as instalações precárias dos postos de trabalho (LESSA; TONET, 2008).

Para ele, esse adicional de tempo de trabalho não pago ao trabalhador, pouco a pouco vai se estendendo e em um ano faz uma grande diferença em favor dos capitalistas. As crianças são sacrificadas com imposições de tarefas pesadas e submetidas a uma grande jornada de trabalho. As condições de trabalho são na maioria das vezes insalubres e perigosas, causando muitas doenças.

Ao capitalista interessa o lucro, ele é indiferente às consequências sofridas pelo trabalhador. Para não perderem seus lucros se apoderam do trabalho alheio sugando o máximo que podem. Fundando sua lógica na exploração e exclusão de grande parte da população do mundo do trabalho, causando um volume enorme de mazelas, de violência e danos ao meio ambiente.

4

Marx não se omite e denuncia: para ele, o capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa. O capital não é apenas uma soma de produtos materiais, é também uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais.

Marx (2004) demonstra como o capital não se importa com a vida humana, como os capitalistas roubam o tempo de trabalho. Para o capitalista as 24 horas do dia são para a valorização do capital, para a ampliação dos lucros. O capital não está preocupado com o sofrimento da geração trabalhadora que o circunda, com o apodrecimento futuro da humanidade, nem mesmo com o meio ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise, Marx deixa claro que a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia. É o roubo de mais-trabalho do trabalhador, é a exploração exercida de diversas formas, sobretudo com o prolongamento da jornada de trabalho até o nível da mais perversa exaustão.

O capital domina os meios de produção com uma força avassaladora, imprime um regime de trabalho forçado, manipula e controla o processo de produção e ainda conta com o amparo do estado, como foi no caso das Leis Fabris inglesas. Confundi o mais-trabalho com o trabalho necessário.

Ele determina o volume de produção do trabalho, a qual deve ser aumentada de modo que a produção da mesma quantidade de mercadoria exija uma menor quantidade de trabalho.

A consequência do aumento da produtividade e do mais-trabalho, sendo modificadas as condições técnicas e sociais do processo produtivo é a desvalorização do trabalho, isso se dá com a introdução nos ramos indústrias do aumento da força produtiva, objetivando a ampliação do volume de mercadorias produzidas sem que este processo atenda às condições necessários ao bom nível de subsistência à vida da classe trabalhadora.

Tal mecanismo, em nada contribui com a valorização da força de trabalho, pois, o objetivo do capitalista é aumentar a força produtiva do trabalho para diminuir o preço da mercadoria, gerando as condições necessárias à obtenção de um maior volume de vendas e facilidade em dominar uma maior parcela do mercado.

Quem paga essa diferença é o trabalhador e não o capitalista. Ao trabalhador cabe a obrigação de executar suas tarefas no menor tempo possível. Quanto ao capitalista, este não tem no que se preocupar, pois, sua única finalidade é obter mais lucros.

## REFERÊNCIAS

BUSCAGLIA, Leo. **Amor**, Rio de Janeiro: Record. 1990.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

## Perfil dos serviços contábeis para o setor rural *Profile of accounting services for the rural sector*

Jéssica Letícia Silva Kaiber<sup>1</sup>

Submetido em: 20/10/2022  
Aprovado em: 20/10/2022  
Publicado em: 21/10/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.367

### RESUMO

Este trabalho visa caracterizar a prestação do serviço contábil ofertado ao meio rural na cidade de Cacoal pelos escritórios de contabilidade, identificando os principais serviços, preços praticados, relevância entre outros. A pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva, a qual abordou as 23 sociedades empresárias de prestação de serviço contábil existente em Cacoal, das quais 17 atendem ao meio rural. Foram excluídos da amostra os prestadores de serviço contábil que estão enquadrados na categoria de empresários individuais. No entanto, foi realizada entrevista junto a apenas 12 das 17 empresas existentes. Verificou-se uma pequena participação do setor rural na carteira de clientes destes escritórios, uma vez que representa apenas 7,08% do total dos clientes. Também foi identificado a gama de serviços ofertados pelos escritórios para o setor rural. Foi constatado que essa é uma área pouco explorada pelos prestadores de serviços contábeis em Cacoal o que leva a baixa demanda por esse tipo de serviço bem como a não utilização das informações contábeis pelos produtores rurais no processo de gestão e tomada de decisão em suas propriedades. Dentre os diversos serviços prestados pelos escritórios de contabilidade de Cacoal verificou-se que para o setor rural especificamente, são atendidas as demandas de apenas 03 serviços; declaração de imposto de renda pessoa física, declaração de imposto sobre propriedade territorial rural e folha de pagamento. Outros serviços não são demandados pelos produtores rurais dessa localidade. **Palavras-chave:** Contabilidade Rural. Prestação de serviço. Tomada de decisão.

### ABSTRACT

This work aims to characterize the provision of the accounting service offered to rural areas in the city of Cacoal by accounting offices, identifying the main services, prices charged, relevance among others. The research is characterized as exploratory-descriptive, which addressed the 23 companies providing accounting services existing in Cacoal, of which 17 serve the rural environment. Accounting service providers who fall into the category of individual entrepreneurs were excluded from the sample. However, an interview was conducted with only 12 of the 17 existing companies. There was a small participation of the rural sector in the client portfolio of these offices, since it represents only 7.08% of the total customers. It also identified the range of services offered by the offices for the rural sector. It was found that this is an area little explored by accounting service providers in Cacoal, which leads to low demand for this type of service as well as the non-use of accounting information by rural producers in the management and decision-making process on their properties. Among the various services provided by the accounting offices of Cacoal it was found that for the rural sector specifically, the demands of only 03 services are met: personal income tax return, rural property tax return and payroll. Other services are not demanded by the rural producers of this locality.

**Keywords:** Rural Accounting. Provision of service. Decision making.

## 1 INTRODUÇÃO

A velocidade das mudanças na sociedade atual está cada vez mais acelerada e envolve questões sociais, econômicas e culturais. Assim, em decorrência dessa situação, tais transformações também vêm afetando o setor rural, o qual passa a ser anunciado como um novo paradigma cujo cenário requer adequações às exigências do mercado, pois a competitividade econômica também se acirra a cada dia.

Certas singularidades da produção agropecuária a diferenciam de qualquer outra atividade existente, que são: sazonalidade da produção; influência de fatores biológicos; doenças, pragas e perecibilidade rápida. Uma visão integrada do negócio agrícola, bem como seu consequente tratamento potencializa grandes benefícios para um desenvolvimento mais intenso e harmônico da sociedade brasileira, já que o agronegócio é o segmento econômico de maior valor em termos mundiais, e sua importância relativa varia para cada país (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014).

A produção proveniente do meio rural (agronegócio) é de suma importância na balança comercial brasileira, participando ativamente da pauta de exportação ao longo de vários anos, sendo altamente superavitária, de modo a contribuir sensivelmente para evitar os déficits comerciais. São indicadores relevantes do agronegócio no Brasil a geração de

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Mestre Cleberson Eller Loose.

empregos, a qual proporciona o sustento de muitas famílias, tanto de forma direta, como indireta (ARAÚJO, 2005).

A Contabilidade Rural, a qual abrange não só o setor agrícola, mas também as atividades zootécnicas e agroindustriais, cada uma com suas particularidades, distinguindo de forma acentuada da Contabilidade aplicada a outros setores. Não apenas pelas peculiaridades da Contabilidade Rural, mas principalmente pela importância desta contabilidade para o empresário rural. A competitividade do mercado brasileiro e mundial exige que o produtor reorganize e inove em suas estratégias de produção e de gerenciamento da propriedade rural. Quanto maior for o conhecimento do produtor sobre técnicas, estratégias, contabilidade rural, maior será seu desempenho como gestor e melhor será a qualidade de seus produtos (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014).

Todo ramo de atividade necessita de informação contábil sendo assim dentre os usuários da contabilidade tem-se as empresas rurais, nesse sentido Crepaldi (2006) define contabilidade rural como o instrumento administrativo que tem por finalidade controlar o patrimônio rural, apurar o resultado e fornecer informações sobre o patrimônio é resultado aos usuários dessas informações.

A profissão contábil é uma atividade sempre sujeita a questionamentos relativos ao exercício profissional, notadamente sob o aspecto tributário, trabalhista e previdenciário, cuja legislação no Brasil é heterogênea e oscilante. A classe contábil brasileira vem crescendo a cada dia e as perspectivas de evolução e reconhecimento por parte da sociedade são cada vez maiores, notadamente se juntos, continuar-se disseminando os conhecimentos técnicos, atuando cada vez mais conjuntamente com as organizações e auxiliando na tomada de decisão. (FORTES, 2001). Sendo que essa busca também engloba o setor rural.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) o agronegócio brasileiro foi responsável por 22,54% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2013, e conforme esses órgãos é um dos poucos setores a continuar em crescimento em meio a crise financeira do país, com expectativa de ficar acima de 23% em 2015.

As organizações comerciais, sendo organizadas em forma de pessoa jurídica ou não, enfrentam um cenário extremamente competitivo, onde as informações precisas, fidedignas e em tempo real são de suma importância para as tomadas de decisões. (CREPALDI *et al.*, 2013).

Como ferramenta geradora e fornecedora de informações referentes à situação patrimonial de uma entidade, encontramos a contabilidade a qual pode ser aplicada a todo e qualquer ramo de atividade econômica. Visando atingir o máximo de agentes receptores dessa informação, e buscando fácil interpretação sendo meio de análise e controle nas entidades (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014). Consideramos então a contabilidade como ferramenta de gestão, possibilitando atingir o principal objetivo das organizações, que é o de sobreviver a todos os cenários econômicos, preservar sua continuidade e obter lucro.

Sendo assim torna-se evidente a importância de se conhecer os serviços que são prestados pelos escritórios de contabilidade de Cacoal-RO às organizações rurais dessa localidade, verificando se as especificidades são obedecidas pelos profissionais contábeis.

Esse trabalho tem como objetivo principal identificar o perfil dos serviços de contabilidade aplicada ao setor rural oferecido pelos escritórios de prestação de serviços contábeis em Cacoal. Secundariamente identificar os escritórios de prestação de serviços contábeis que prestam algum serviço de contabilidade a produtores rurais; verificar as atividades dos produtores rurais usuários dos serviços de contabilidade e identificar quais são os principais serviços prestados aos produtores rurais pelos prestadores de serviço contábil.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O AGRONEGÓCIO

A atividade agrícola segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 29 é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade. Surgiu junto aos primórdios da civilização, passou de um simples instrumento de sobrevivência e hoje está entre as atividades que movimentam a economia mundial.

Sendo assim o agronegócio é conceituado como à junção de diversas atividades produtivas que estão diretamente ligadas à produção e sub-produção de produtos derivados da agricultura e pecuária. Essas atividades são de significativa importância no cenário nacional brasileiro, destacando as dimensões territoriais que facilitam a instalação de diversas culturas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014).

Segundo Nepomuceno (2004), a pecuária compreende:

- a) nascimento;
- b) crescimento;

- c) desenvolvimento;
- d) engorda do gado para corte ou produção.

Já a agricultura é definida por Crepaldi (2005) como toda a atividade de exploração da terra, sendo ela o cultivo de lavouras e florestas, com vista à obtenção de produtos que venham a satisfazer às necessidades humanas. Essas duas atividades são de suma importância no que se refere à viabilidade da vida humana moderna, tendo por finalidade essa satisfação. O agronegócio participa ativamente da movimentação econômica, sendo responsável por emprego, renda e desenvolvimento para a zona rural e urbana, fortalecendo a economia, com as exportações, negociações de *commodities* nas bolsas de valores, possibilitando a manutenção e crescimento populacional (ARAÚJO, 2005).

Com terras férteis, extensas e clima propício para a agricultura, o Brasil é um dos principais produtores e fornecedores mundiais de alimentos. Os programas de sanidade vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento garantem alimentos seguros e mantêm o País como peça chave do comércio globalizado. A agricultura brasileira enfrenta desafios, como o atendimento à crescente demanda por alimentos e produtos agropecuários, em quantidade e qualidade (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014).

Segundo dados do MAPA o Brasil se destaca na produção de culturas, como soja, milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar. O arroz e o feijão são destinados, principalmente, ao consumo interno. Já o milho, é utilizado basicamente para a alimentação animal e viabiliza a produção de proteína animal.

Outra cultura que se destaca no mercado interno é o algodão, que cresce a cada ano e já supera, em 60%, a produção dos Estados Unidos. O Brasil alcançou o terceiro lugar na exportação do produto. O grão que mais cresceu nas últimas três décadas, no entanto, foi a soja, que hoje representa o maior peso na balança comercial brasileira.

Quanto à produção animal a cada ano, a participação brasileira no comércio internacional vem crescendo, com destaque para a produção de carne bovina, suína e de frango. Segundo o MAPA, até 2020, a expectativa é que a produção nacional de carne bovina suprirá 44,5% do mercado mundial. Já a carne de frango terá 48,1% das exportações mundiais e a participação da carne suína será de 14,2%. Essas estimativas indicam que o Brasil pode manter posição de primeiro exportador mundial de carnes bovina e de frango.

Na produção vegetal desde o final dos anos 1990, poucos países cresceram tanto no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. O país é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol e suco de laranja. Além disso, lidera o ranking das vendas externas do complexo de soja (grão, farelo e óleo), que é o principal gerador de divisas cambiais. No início de 2010, um em quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo eram brasileiros. A projeção do MAPA é que, até 2030, um terço dos produtos comercializados seja do Brasil, em função da crescente demanda dos países asiáticos.

### 2.1.1 Importância da informação na Atividade Rural

Informação é um bem extremamente importante em todos os ramos de atividade. No agronegócio os produtores são comandados pelo mercado, e a informação nesse contexto é um fator que afeta diretamente a tomada de decisão, no estágio de desenvolvimento que esses se encontram, pois o custo elevado de produção, as baixas de preço, alterações climáticas e as contínuas incrementações de maquinário são condições de suma importância, levando a buscam por parte dos produtores rurais conhecimento aprofundado de seu negócio (CREPALDI, 2006).

O conhecimento das condições de mercado e dos recursos naturais dá ao produtor rural os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica, o conjunto de ações decisórias, no que se refere, o quê, quando e como produzir, controlar o andamento do trabalho e avaliar os resultados alcançados se constitui o campo de ação da Administração Rural (CREPALDI, 2006).

Com o desenvolvimento tecnológico ocasionado pelo processo de globalização vivenciado ao longo das últimas décadas, o agronegócio passou por grandes transformações em seu modo de gestão, visando por parte de seus gestores, conhecimentos específicos de sua atividade e patrimônio, nesse sentido, a contabilidade busca auxiliar o controle e tomada de decisão no meio rural, vislumbrando o aprimoramento do segmento de agricultura e pecuária (MARION, 2014).

Com o salto de crescimento da atividade rural seu controle e registro se tornaram fundamentais para sua continuidade, nesse contexto é inserida a contabilidade rural que segundo Oliveira e Oliveira (2014, p. 42) “é um ramo da contabilidade aplicada que se utiliza de todos os conceitos e da metodologia contábil para mensurar o patrimônio e o resultado no meio rural”. Não se tratando de uma nova contabilidade, mas de um segmento da contabilidade geral, o qual segundo Crepaldi (2006) tem como finalidade o planejamento, o controle, dentre outras orientar as operações agrícolas e pecuárias; medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente.

Buscando a continuidade das atividades agrícolas a contabilidade rural tenta mensurar de forma adequada seu patrimônio e resultado, já que esses são diretamente afetados pelas intempéries naturais diferenciando o agronegócio das demais atividades econômicas, adequando a informação às necessidades de seus usuários (MARION, 2014).

A contabilidade rural segundo Oliveira (2010) é segregada em setores como descritos a seguir:

- a) Contabilidade agrícola – que engloba a contabilidade geral aplicada às propriedades rurais de produção vegetal;
- b) Contabilidade zootécnica – que é a contabilidade geral aplicada às propriedades rurais de produção animal;
- c) Contabilidade de agroindústria – que é a contabilidade geral aplicada às indústrias rurais.

Segundo Oliveira e Oliveira (2014) todos estes segmentos são influenciados pela sazonalidade; as estações do ano definem a produção das commodities, bem como a comercialização, dependência da natureza biológica. Sendo o resultado da atividade dependente das condições climáticas. Pois o clima influencia a época de plantio, bem como a manutenção da cultura, a colheita, dentre outros; influências que estão diretamente ligadas ao resultado final da produção. Sendo assim, a contabilidade precisa se adequar a estas especificidades, buscando técnicas exclusivas para este ramo e de acordo com a legislação vigente (MARION, 2014).

## 2.2.1 Particularidades da Contabilidade Rural

Uma das principais questões levantadas pela contabilidade do agronegócio é quanto ao término do exercício social, de uma organização rural. Ao final dos doze meses conforme ano civil, que ocorre na maioria das empresas comerciais, industriais e de serviços ou não. Nessas empresas as receitas, custos e despesas, são contabilizados com tranquilidade, não havendo dificuldade quanto à fixação do encerramento do exercício social. Já a atividade agrícola e de pecuária normalmente concentram-se durante ou logo após a colheita e/ou nascimento ou desmame (MARION, 2014).

A atividade de agronegócio é essencialmente sazonal, concentra-se em determinado período que pode traduzir-se em alguns dias de um ano, sendo assim o momento mais propício a essa confrontação de resultados seria após a colheita, nascimento e desmame e/ou venda dos produtos, evidentemente que a apuração realizada desta forma contribui com aspecto mais adequado do desempenho da empresa rural (SANTOS, 2002).

A legislação que trata do imposto de renda sob a atividade rural, está contida no Regulamento do Imposto de Renda baixado pelo Decreto nº 3.000, de 26.03.1999, editado pelo Diário Oficial da União de 29.03.1999 – RIR/99, em sua Seção VII do Capítulo III de Rendimentos Tributáveis, que basicamente dispõem que considera-se resultado da atividade agrícola a diferença entre o valor recibo da receita bruta e o das despesas ligadas a atividade pagas no ano-calendário.

De acordo com Nepomuceno (2004) a pessoa jurídica que explora a atividade rural pagará o Imposto de Renda e adicional em conformidade com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas de acordo com a Lei nº 9.249, de 1999, art. 2º.

Na atividade do agronegócio existem duas formas jurídicas possíveis de exploração, sendo pessoa Física e Jurídica. Segundo Marion (2005) no Brasil prevalece a exploração na forma de pessoa física, por ser considerada menos onerosa que a pessoa jurídica, principalmente as de pequeno e médio porte. Pois não precisam para fins de Imposto de Renda, fazer a escrituração regular dos livros contábeis e podem fazer uso de apenas um livro caixa e efetuar escrituração simplificada. No entanto Marion (2014) evidencia que as pessoas físicas tidas como grande produtor rural, segundo o Imposto de Renda são equiparadas às pessoas Jurídicas para fins contábeis, devendo assim manter escrituração regular, por intermédio de profissional contábil qualificado. As pessoas jurídicas do agronegócio seguem a legislação como as demais pessoas jurídicas.

O agronegócio se diferencia de outros setores ou segmentos, no que se refere à caracterização de despesa e custo. De acordo com Santos (2002) no agronegócio os custos se identificam com o produto que está sendo produzido, diretamente ligado à manutenção da atividade, e a despesa se identifica com o período, o exercício ou o ano. Os custos por sua vez vão ficar contidos no valor dos estoques ou imobilizado, por sua vez, as despesas vão estar evidenciadas na DRE e deduzidas das receitas auferidas.

4

No que se refere ao estoque, tanto nas empresas agrícolas, como também nas industriais, são encontrados basicamente os mesmos itens. Tal situação é destacada por Marion (2014, pág. 86) onde ele ressalta que:

*Matéria-prima:* [...] na atividade agrícola, significa produtos que compõem a cultura, tais como sementes, adubos, inseticidas etc. No plano de contas de empresa agrícola apresentado na conta chamada “insumos”. *Produtos em elaboração:* [...] significa cultura temporária em formação (em andamento) ou uma colheita em andamento (safra em andamento) de uma cultura permanente [...]. *Produtos Acabados:* [...] significa produção colhida, ou seja, produto agrícola pronto para venda. *Almoxarifado:* [...] significa um estoque de consumo que não compõe o produto (ou a cultura), mas é utilizado para outras finalidades.

Porém essa similaridade tende a ficar restrita a isso, pois o agronegócio lida com ativos vivos, os quais necessitam de tratamento diferenciado pela contabilidade, no que se refere à sua mensuração o que é destacado por Oliveira e Oliveira (2014) que identificam como a principal diferenciação desses ativos a auto renovação, ou seja, um único ativo que dá origem a um produto agrícola mais de uma vez. São classificados pelos autores em ativos biológicos consumíveis os que serão colhidos como produto agrícola e vendidos como exemplos seriam a cultura de soja, trigo, feijão entre outros; e ativos biológicos para produção os que estão aptos para sustentar colheitas regulares, dando origem a outros produtos agrícolas a partir deste ativo como é o caso da cana-de-açúcar, café entre outros. Além destes ativos existem os ativos biológicos provenientes da atividade zootécnica.

Após a transformação dos ativos biológicos de imaturos para maduros, fato que ocorre quando os ativos estão prontos para produção, ou seja, começam a florir no caso da agricultura ou a se reproduzir no caso da pecuária, estes passam a compor o grupo dos maduros. Segundo (MARION, 2014) somente após essa primeira floração e colheita, ou reprodução, serão depreciados/exauridos, se mensurados pelo custo histórico. No entanto, o item 13 do CPC 29 evidencia que a mensuração deve ser feita a partir do valor justo da produção menos as despesas de venda diferenciando-a da mensuração feita nas atividades comerciais e industriais.

### 2.3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Muitas definições de serviços são encontradas, mas todas têm em comum o tema da intangibilidade e do consumo simultâneo. Poderíamos conceituar como atividades econômicas oferecidas por uma parte à outra em que se considera o desempenho baseado no tempo com a intenção de obter os resultados desejados nos próprios usuários, em objetos ou em outros bens pelos quais os compradores são responsáveis. Em troca de seu dinheiro, tempo e esforço, os clientes de serviços esperam obter valor com o acesso a bens, mão de obra, capacidades profissionais, instalações, redes e sistemas: mas normalmente eles se apropriam dos elementos físicos envolvidos(LUZZI, 2012).

Os dados de países desenvolvidos e em desenvolvimento revelam que a importância da indústria de serviços na economia mundial tem apresentado um forte crescimento. É possível observar a transição de uma economia baseada em produção industrial para uma economia baseada em serviços. Essa alteração é tão desafiadora quanto foi a mudança da sociedade agrícola rústica para a economia industrial no início do século passado (LUZZI, 2012).

Com o crescimento dos processos produtivos e, principalmente, com o advento da globalização, as empresas tiveram que se posicionar em busca da definição de nova estratégia para garantir a continuidade de suas atividades. Esse novo cenário trouxe novas preocupações aos gestores, que precisam direcionar esforços visando aperfeiçoar a utilização de recursos com o intuito de maximizar lucros.

Com base no que foi exposto, pode-se afirmar que, atualmente, a profissão contábil está sendo influenciada por tais mudanças, aspecto este que pode afetar diretamente a maneira da prestação dos serviços. Dessa forma, definir mecanismos para tentar identificar, analisar e compreender níveis de satisfação dos serviços prestados pode ser importante para maximizar potencialidades e minimizar fragilidades do profissional contábil (CARVALHO *et al.*, 2013). A realidade do cenário futuro para o campo profissional alerta para a necessidade de adaptação a um novo mundo em que tanto os escritórios prestadores dos serviços contábeis como os profissionais precisam buscar novos campos e objetivos em busca de novas oportunidades.

Verifica-se que a qualidade de serviço é uma medida de quanto o nível do serviço prestado atendeu às expectativas do consumidor(CARVALHO; TOMAZ, 2009). Como a intangibilidade é um fator importante na qualidade dos serviços, emerge nesse cenário a figura dos protagonistas que estão inseridos na prestação do serviço: prestadores e tomadores.

As empresas prestadoras de serviços contábeis prestam serviços para pessoas jurídicas e pessoas físicas que atuam em todos os ramos da atividade econômica. Para funcionarem, ambas devem estar registradas junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC) da jurisdição de sua sede, como também obedecer ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Observa-se que o profissional contábil tem a capacidade de oferecer serviços indispensáveis na administração e controle de qualquer tipo de empreendimento(CARVALHO *et al.*, 2013).

5

Com o aumento da concorrência entre os mercados emerge o interesse dos gestores por informações contábeis úteis que possam subsidiar o processo de decisão empresarial e a continuidade de seus empreendimentos. Nesse sentido, os profissionais da área contábil devem ficar atentos às exigências do mercado, buscando novos conhecimentos para ofertar melhores serviços ao mercado consumidor.

A contabilidade conquistou, nas últimas décadas, importante espaço não só na área administrativa, mas também nas áreas econômicas e jurídicas, uma vez que ampliou e diversificou a sua atuação. A figura do contador, cujo perfil, antes resumido a guardador de livros, atualmente incorpora especialização em economia internacional, o que exige desse profissional uma visão geral sobre negócios. A sua formação deve ser abrangente, de modo a prepará-lo para funções,

como planejamento tributário, auditoria e perícia. O cenário globalizado impõe que o contador seja um profissional qualificado, atualizado e aberto a mudanças, de forma a responder prontamente às demandas de um mercado altamente competitivo. Para isso, é necessário que mantenha uma postura pró-ativa com uma visão ampla, não só da sistemática econômico-financeira, mas também política e social nos vários níveis, inclusive internacional (BILLA; MIRANDA, 2005).

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizou como de campo, a qual consiste na coleta do que ocorre na realidade. A abordagem foi qualitativa a qual Teixeira e Pacheco (2005) definem como o método que não se utiliza de instrumentos estatísticos para realização da análise dos dados coletados. A pesquisa teve quatro aspectos fundamentais: descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos, tendo como objetivo o conhecimento do funcionamento do serviço de contabilidade rural prestado.

A pesquisa também se caracteriza como exploratório-descritiva, a qual foi desenvolvida de acordo com o que preconiza o método indutivo. A pesquisa foi realizada no município de Cacoal-RO, junto aos escritórios na modalidade de sociedades empresárias de prestação de serviço de Contabilidade em geral que oferecem algum tipo de serviço à entidade do meio rural, não sendo abordado pela pesquisa os prestadores de serviços contábeis na modalidade de empresários individuais. Se utilizou ainda de pesquisa bibliográfica e documental por meio de estudos comparativos, desenvolvendo o levantamento dos temas e abordagens realizadas por outros pesquisadores, assimilando os conceitos e explorando-se os aspectos anteriormente publicados em obras, periódicos, monografias, revistas científicas, dissertações, teses, artigos dentre outros.

Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado contendo questões abertas, aplicada junto aos responsáveis pelos escritórios de Contabilidade da cidade de Cacoal. Foram coletadas informações sobre o tipo de serviços prestados pelos escritórios, número de clientes atendidos, valores cobrados pelos serviços, perfil dos clientes, entre outros. Após a realização da coleta, os dados foram tabulados por meio do uso de ferramentas eletrônicas como (*word, excel*) para dar suporte à elaboração de índices, gráficos e quadros. Após a tabulação dos dados seguiu a análise que foi feita em conformidade com o referencial teórico já utilizado, buscando atender os objetivos da pesquisa, comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de responder aos objetivos propostos (JUNKES; SANTOS, 2007).

### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os resultados dos dados obtidos ao longo da pesquisa, bem como, a análise e discussão destes dados. Para um melhor entendimento os resultados foram divididos em alguns tópicos como: local da pesquisa, apresentação dos dados e precificação do serviço prestado.

#### 4.1 Local da pesquisa

Cacoal é quarta maior cidade do Estado de Rondônia surgiu com a implantação do Projeto Integrado de Colonização PIC Ji-Paraná, em 1972. Foi elevada à categoria de Município no dia 11 de outubro de 1977 e sua instalação ocorreu no dia 26 de novembro do mesmo ano. Está situada na porção mais a Leste da Região Central do Estado de acordo com o *site* do município seu PIB se divide entre as atividades de agropecuária, indústria e serviços. No segmento da agropecuária temos a atividade de criação de gado bovino, com rebanho de corte e leiteiro responsável pela instalação de frigoríficos e laticínios que oferecem emprego e renda para centenas de pessoas direta e indiretamente, fomentando, ainda, o setor de couro e artefatos com a instalação de curtumes, segundo o censo do IBGE do ano de 2014, Cacoal possui um rebanho de 438.698 cabeças de bovinos.

Na pesquisa desenvolvida todos os usuários do serviço contábil ofertado pelos escritórios de Cacoal desempenhavam a atividade de pecuária, mostrando a ativa participação na economia do município.

6

#### 4.2 Apresentação dos dados

A pesquisa realizada junto aos escritórios de prestação de serviço contábil na cidade de Cacoal identificou aqueles que prestam algum tipo de serviço específico para a área rural. De acordo com dados do Conselho regional de contabilidade do estado de Rondônia no município de Cacoal existem 23 sociedades empresárias que possuem como objeto social a

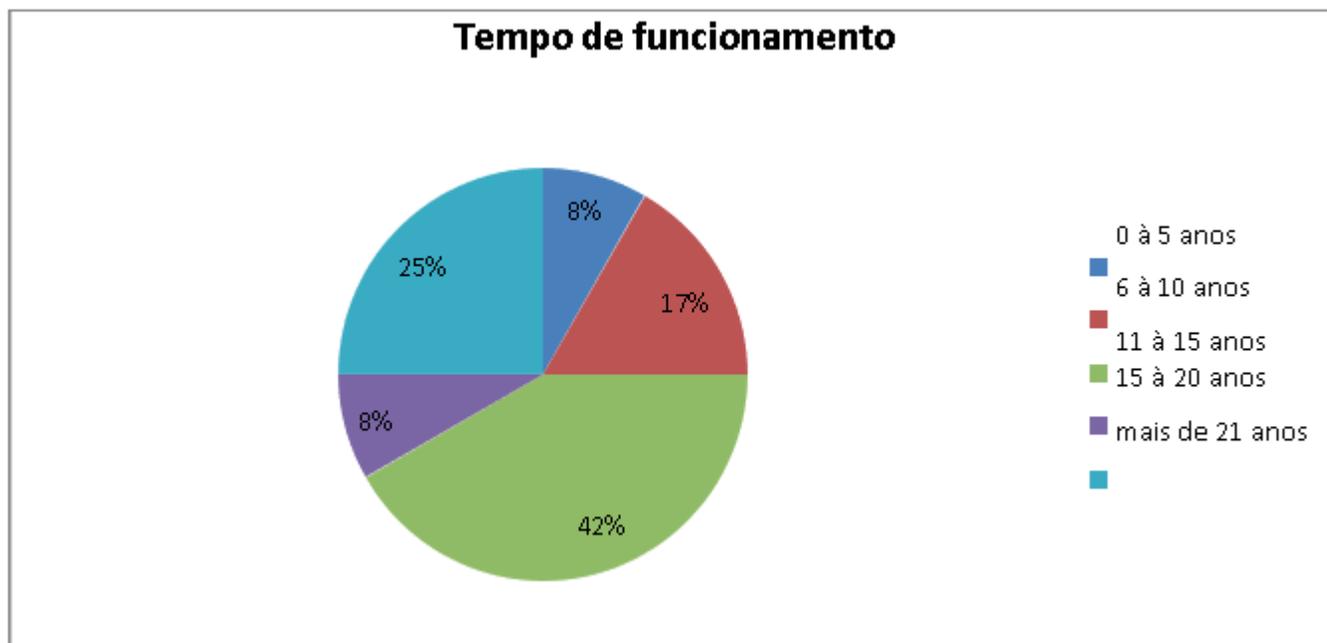
prestação de serviço contábil de maneira geral, dos quais 17 prestam algum serviço voltado para organizações rurais, conforme pode ser observado na figura 01.

ESCRITÓRIOS EXISTENTES	ESCRITÓRIO QUE ATENDEM AO SETOR RURAL	ESCRITÓRIOS PESQUISADOS
Escritório Eldorado	Escritório Eldorado	Intelecto Contabilidade
Escritório Tupã	Escritório Tupã	Contalize
Escritório Etco	Escritório Etco	Tecnocont
Associados Contabilidade	Associados Contabilidade	Escritório Magalhães
Razão Contábil	Razão Contábil	Razão Contábil
Contabilidade União	Contabilidade União	Escritório União
Escritório Magalhães	Escritório Magalhães	Escritório Ivaina
Escritório Ortec	Kelly Assessoria Contábil	Alfa Contabilidade
Organização Contabil Agnus	Gestão Serviços Contábeis	Escritório Planalto
Amplus Contabilidade	Lr Contabilidade	Escritório Tupã
Kelly Assessoria Contábil	Intelecto Contabilidade	Escritório Eldorado
Gestão Serviços Contábeis	Escritório Ivaina	Lr Contabilidade
Contagre Contabilidade	Alfa Contabilidade	Escritório Etco
Progresso Contabilidade	Escritório Planalto	
Lr Contabilidade	Contalize	
Intelecto Contabilidade	Tecnocont Contabilidade	
Escritório Ivaina	Escritório Mundial	
Alfa Contabilidade		
Escritório Planalto		
Contalize		
Servitec		
Betel Assessoria Contábil		
Pádua Contabilidade		
Tecnocont Contabilidade		
Conceito Contabilidade		
Escritório Mundial		

Figura 1: dados da pesquisa, 2016.

Os clientes do setor rural ainda são minoria na carteira de clientes desses escritórios representando apenas 7,08% conforme apurado na pesquisa de campo. No que tange ao tempo de funcionamento dos escritórios de prestação de serviço contábil temos os dados apresentados pelo gráfico 01.

Gráfico 01: tempo de funcionamento dos escritórios



Fonte: dados da pesquisa 2016.

Como se pode notar 50% dos escritórios de prestação de serviço em contabilidade tem entre 11 e 20 anos de atividade fazendo um comparativo com o estudo de Hofer, Borillie e Philippsen (2006) realizado no estado do Paraná, o percentual de escritórios de contabilidade de um município não citado na faixa de 0 à 10 anos de funcionamento era de 38,10%, entre 11 à 20 anos de 28,57% e mais de 21 anos de 33,33%.

No que se refere aos serviços ofertados pelos escritórios de prestação de serviço contábil encontramos 03 serviços básicos: Folha de pagamento, Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) e a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). No gráfico 02 é apresentado quais serviços cada escritório presta para o setor rural.

### Serviços prestados



8

Gráfico 02: número de escritórios que atendem cada serviço.

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Como se pode notar todos os escritórios atendem a rotina de folha de pagamento, e conforme abordado em questionário é o serviço mais utilizado pelos produtores rurais haja vista que é realizado mensalmente, e os demais serviços (DIRPF e ITR) são apenas oferecidos uma vez ao ano em virtude de suas características. Também foi evidenciado que não há nenhum registro mais elaborado de contabilização, o que está em desacordo com o relatado por Marion(2014) o qual

diz que a contabilidade rural se utiliza de todos os conceitos contábeis para mensurar o patrimônio e o resultado, planejando, orientando, controlando e medindo o desempenho econômico-financeiro. Pois o que foi encontrado na pesquisa é que o trabalho desenvolvido para esse setor restringe-se apenas a atender ao fisco e assegura aos produtores não terem nenhum tipo de prejuízo com relação a multas ou restrições. A tributação do Imposto de Renda é feita por meio de pessoa física o que barateia esse custo, e não foi encontrado nenhum outro tipo de registro que os escritórios realizem.

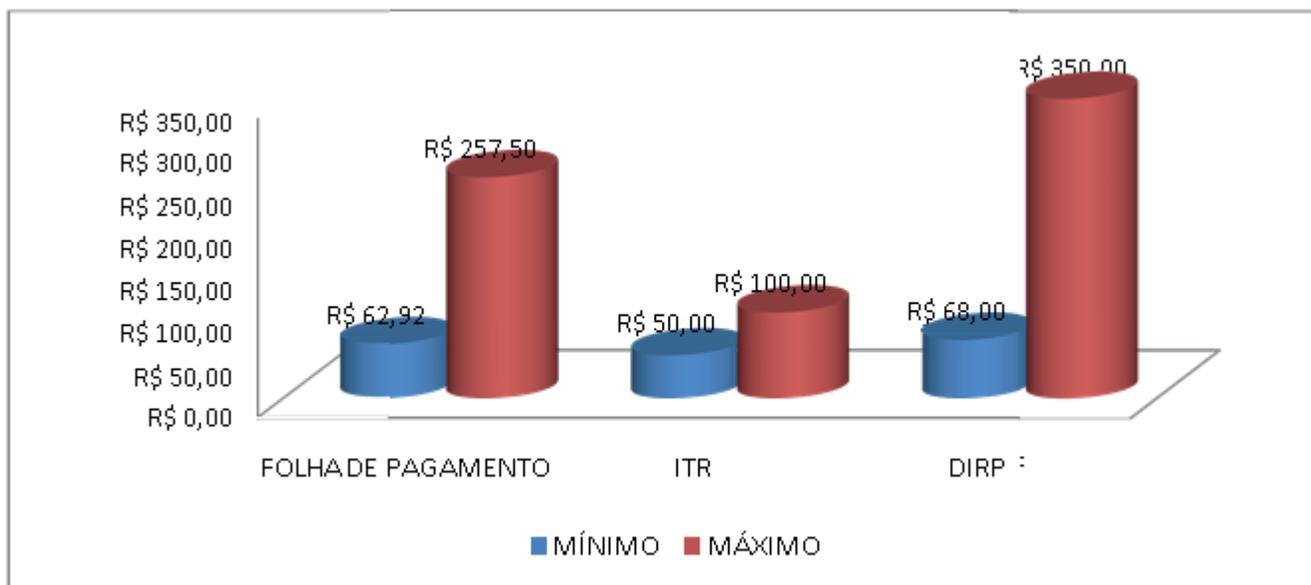
Verificou-se que os produtores rurais que procuram os escritórios de Contabilidade, ou seja, não existe nenhuma ação *marketing* para agregar esse segmento à carteira de clientes dos escritórios. Esses produtores não têm conhecimento do serviço a ser contratado, só conhecem a obrigatoriedade deles, e também não há questionamento sobre os serviços utilizados.

De acordo com os entrevistados as informações geradas pelos escritórios para os produtores rurais não são utilizadas no processo de tomada de decisão gerencial dentro das organizações rurais. Ao compararmos essa realidade com o trabalho de Crepaldi (2011) fica claro que essa não é a prática ideal, pois informações contábeis são fundamentais para o gerenciamento das organizações rurais, ou seja, contabilidade de acordo com Crepaldi (2011) é uma ferramenta que serve para qualquer tipo de atividade, e de fundamental importância na vida econômica das mesmas, uma vez que os recursos são escassos, e temos que escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis.

#### 4.3 Precificação do serviço

A respeito do preço cobrado pelos escritórios contábeis aos produtores rurais, foi verificado que os honorários estão diretamente relacionados com o poder aquisitivo do cliente, valor médio de mercado e a quantidade de mão de obra utilizada para realização do serviço. Foi identificado que o mesmo serviço possui honorários com preços muito diferentes, conforme dados apresentados pelo gráfico 03.

**Gráfico 03:** Precificação dos serviços ofertados.



**Fonte:** dados da pesquisa, 2016.

A variação no preço cobrado na rotina de folha de pagamento tem ligação direta com a quantidade de funcionários empregada na propriedade rural, quanto maior esse número maior o preço. Já em relação à DIRPF quanto maior o fluxo de informações para lançamento na escrituração no livro caixa, maior o preço cobrado. No livro caixa serão apuradas as receitas as quais serão confrontadas com as despesas e investimentos do período, conforme o previsto no art. 18 da lei 9.250/1995. O resultado positivo da atividade rural apurado no livro caixa é transportado para a DIRPF.

9

Também foi constatado que as empresas prestadoras de serviço contábil não deixam de atender nenhuma demanda do cliente rural. Sendo assim, fica evidente que o rol de serviços prestados está limitado à procura, pois caso os produtores rurais venham a demandar outros serviços além dos apresentados, terão suas demandas atendidas pelos escritórios de contabilidade de Cacoal.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A competitividade do mercado brasileiro e mundial exige que o produtor rural se recicle, organize suas estratégias,

faça uso de novas tecnologias na produção e no processo de gerenciamento da propriedade rural. Quanto maior for o conhecimento do produtor rural sobre técnicas, estratégias, contabilidade rural, maior será seu desempenho como gestor e melhor será a qualidade de seus produtos. Segundo Ulrich (2009) a melhor gestão do agronegócio maximiza os lucros do produtor rural, potencializa seu crescimento e impulsiona a agroindústria brasileira, tornando o país uma potência produtiva, tecnológica e de modelo de gestão do agronegócio.

Ao longo da pesquisa foi verificado que é gritante a falta de utilização de informações contábeis no gerenciamento das propriedades rurais de Cacoal, de acordo com os contadores entrevistados. Tal situação ocorre em virtude de fatores, como falta de conhecimento teórico do produtor, falta de conscientização do produtor em relação à importância da informação contábil para o gerenciamento de suas atividades, e a negligência do prestador de serviço no que se refere à orientação oferecida ao cliente do setor rural. Isso mostra a fragilidade dessa relação (prestador e usuário) que se baseiam principalmente nos preços praticados e na obrigatoriedade do serviço, sem levar em consideração a necessidade de informação contábil no seu dia-a-dia.

Diante do exposto, conclui-se que a contabilidade rural ainda é um campo a ser explorado, tanto pelos proprietários de escritório de contabilidade quanto pelos produtores rurais, evidenciando a contabilidade como ferramenta de gestão nas propriedades do meio agropecuário e não imposição dos contadores. Para o futuro aguardamos que na área de serviços ofertados os escritórios de contabilidade busquem qualificação profissional que possa atender outros serviços além dos já ofertados e orientar a própria gestão das propriedades rurais.

No entanto, para que haja uma maior demanda por serviços de contabilidade por parte do produtor rural, fica evidente a necessidade de ser desenvolvida uma cultura de utilização de informações contábeis no processo de gerenciamento diário da organização rural, não apenas o uso de declarações de impostos e folha de pagamento. Porém vale ressaltar que para haver uma maior demanda pelo serviço, os prestadores desse serviço, devem divulgar a importância do ferramental contábil para o processo de tomada de decisão dentro das organizações de maneira geral.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do agronegócio**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BILLA, Renan; MIRANDA, Hudson Ferreira de. A organização do escritório contábil. **15º POSMEC – Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica**. FEMEC, Uberlândia-MG, 2005.

CARVALHO, José Ribamar M, TOMAZ, Francilene Araújo Silva. Qualidade em serviços contábeis: Um estudo nas empresas do Setor de comércio varejista de Material de construção. **Revista Alcance - Eletrônica**, V. 18, n. 2, p. 91-103. abr-jun 2010, disponível em: [www.spell.org.br/documentos/ver/2715/quality-of-accounting-services--a-study-of-companies-in-the-construction-materials-retail-sector](http://www.spell.org.br/documentos/ver/2715/quality-of-accounting-services--a-study-of-companies-in-the-construction-materials-retail-sector). Acesso em 20 Abr. 2015.

CARVALHO, José Ribamar M. de, ALMEIDA, Karla Katiuscia N. de, SILVA, José Alexandre A. de, NÓBREGA, Danuza Marques de. Requisitos de qualidade em serviços contábeis, no setor de comércio. Caderno de pesquisa de Contabilidade, Gestão e Governança. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p.117-133, jan./dez. 2008, disponível em: [www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/](http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/). Acesso em 20 Abr.2015.

CENSO 2014. **Rebanho de bovinos de Cacoal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> acesso em 24 Jan.2016.

CPC 29. Ativo biológico e produto agrícola. In: (Ed.). **Pronunciamentos técnicos contábeis 2009**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2009. Disponível em: [www.cpc.org.br/index.php](http://www.cpc.org.br/index.php). Acesso em 25 de Abril de 2015.

CREPALDI, Maria de Lourdes Silva; PEREIRA, Mary Cristina; ECHEVERRIA, Ivan; SCHNNOR, Geonir Paulo; GIMENEZ, Irevaldo Gutierrez. A importância da contabilidade gerencial como estratégia de controle e tomada de decisões. Caderno de pesquisa em contabilidade. **Revista FAIPE**, v. 3, n. 2, p. 22-29, jul./dez. 2013, disponível em [www.revistafaipe.com.br/index.php/RFAIPE/article/](http://www.revistafaipe.com.br/index.php/RFAIPE/article/) acesso em 16 mai. 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FORTES, José Carlos. **Manual do contabilista**. Porto Velho: CRCRO, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFER, Elza; BORILLI, Salete Polonia; PHILIPPSEN, Rejane Bertinatto. Contabilidade como ferramenta gerencial para atividade rural: um estudo de caso. Caderno de pesquisa. **Revista Enfoque Contábil**, v. 25, n. 3, p. 05-16, set./dez. 2006, disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3452> acesso em 20 jan. 2016.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos acadêmicos**: A facilidade em desenvolvê-los. Rolim de Moura: D'press Editora & Gráfica Ltda-ME, 2007.

LIVRO CAIXA. **Livro caixa atividade Rural**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/LivroCaixa/> acesso em 24 jan. 2016.

LUZZI, Alexandre las Casas. **Marketing de Serviços**. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2012.

MAPA. **Produção vegetal**: importação e exportação. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal> acesso em 25 jul. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 14ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NEPOMUCENO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. 1ª ed. São Paulo: IOB-Thomson, 2004.

OLIVEIRA, Deyvison de Lima, OLIVEIRA, GessiDhein. **Contabilidade rural**: uma abordagem do agronegócio dentro da porteira. Curitiba, Juruá, 2014.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do agronegócio**: teoria e prática. 2. Ed. Curitiba, Juruá, 2011.

PREFEITURA DE CACOAL. **Atividades Econômicas**, Disponível em: <http://www.cacoal.ro.gov.br/> acesso em 25 de janeiro de 2016.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Gilberto José dos. **Administração de custos na agropecuária**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TEIXEIRA, Rubens de França; PACHECO, Maria Eliza Corrêa. Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de administração: a quebra dos paradigmas científicos. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 55- 68, jan./mar. 2005. Disponível em: [www.revistas.usp.br/rege/article/view/36510/39231](http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36510/39231). Acesso em: 24 jun. 2015.

ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 9, jul./dez. 2009. Disponível em: [http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/108\\_1.pdf](http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/108_1.pdf) acesso em 21 Jan. 2016.

## APÊNDICE

### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR CAMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

#### APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. QUANTO TEMPO O ESCRITÓRIO ESTÁ EM FUNCIONAMENTO?
2. QUAL A PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES RURAIS EM SUA CARTEIRA DE CLIENTES?
3. COMO SURTIU O INTERESSE DE ATENDER ESSE TIPO DE PÚBLICO?
4. QUAIS ATIVIDADES SEUS CLIENTES RURAIS DESEMPENHAM?
5. QUANTOS CLIENTES DO MEIO RURAL O ESCRITÓRIO ATENDE NO MOMENTO? Há PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO PARA ESSE SEGMENTO?
6. QUAL O TIPO DE SERVIÇO OFERTADO AOS CLIENTES? QUAL É MAIS UTILIZADO PELOS PRODUTORES?

7. OS PRODUTORES TÊM CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO QUE OS ABRANGE?
8. NA SUA VISÃO O CLIENTE POSSUI ALGUM CONHECIMENTO SOBRE O SERVIÇO UTILIZADO?
9. QUAL O PREÇO MÉDIO COBRADO PELO SERVIÇO? NA SUA PERSPECTIVA É UM VALOR JUSTO PELO SERVIÇO PRESTADO?
10. OS PRODUTORES TENDEM A BUSCAR INFORMAÇÕES E QUESTIONAR A RESPEITO DO SERVIÇO PRESTADO?
11. OS SERVIÇOS OFERECIDOS SÃO USADOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PELOS CLIENTES?
12. O ESCRITÓRIO SE PREOCUPA EM RELAÇÃO A ORIENTAÇÃO VOLTADA PARA A GESTÃO DESSAS ENTIDADES?
13. EXISTE ALGUMA DEMANDA POR ESTE MERCADO QUE SEU ESCRITÓRIO AINDA NÃO OFERECE? QUAIS SÃO?

## Tráfico de animais silvestres à luz do direito brasileiro e dos tratados de direito internacional

*Trafficking in wild animals in the light of Brazilian law and international law treaties*

Gabriela Silva Santos De Souza<sup>1</sup>

Submetido em: 14/11/2022

Aprovado em: 15/11/2022

Publicado em: 17/11/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.400

### RESUMO

O presente estudo analisa os principais impactos do tráfico internacional de animais silvestre ao homem, conforme Lei de Proteção da Fauna, Código Florestal e Constituição Federal. Busca Entender como a legislação brasileira influencia quanto à adoção de medidas contra o comércio ilegal dos animais silvestres em solo nacional e internacional. Faz uma abordagem qualitativa da literatura disponível sobre o assunto, nas bases de dados da Scielo, Lillacs e Google Acadêmico, além de se basear em doutrinadores do direito ambiental que atuam como vanguardistas no combate ao tráfico nacional e internacional de animais silvestres, utilizando-se o buscador booleano “and” em combinação com descritores “Tráfico de Animais Silvestres”, “Código Florestal” e “Lei de Proteção da Fauna”. Entende que há falhas na fiscalização do tráfico de animais silvestres, mas, principalmente, o sentimento de impunidade impera, incentivando a consecução de novos crimes ambientais. Acredita-se que o endurecimento das leis e a fiscalização mais eficiente possam contribuir com a minimização dos impactos ambientais decorrentes da ação predatória contra os animais silvestres.

**Palavras-chave:** Tráfico de Animais Silvestres. Código Florestal. Lei de Proteção da Fauna

### ABSTRACT

The present study analyzes the main impacts of the international traffic of wild animals to man, according to the Fauna Protection Law, Forest Code and Federal Constitution. Seeks to understand how Brazilian legislation influences the adoption of measures against illegal trade in wild animals on national and international soil. It makes a qualitative approach to the available literature on the subject, in the databases of Scielo, Lillacs and Google Scholar, in addition to being based on environmental law indoctrinators who act as vanguards in the fight against national and international trafficking of wild animals, using the Boolean search engine “and” in combination with the descriptors “Wildlife Trafficking”, “Forest Code” and “Fauna Protection Law”. He understands that there are flaws in the inspection of the trafficking of wild animals, but, mainly, the feeling of impunity prevails, encouraging the achievement of new environmental crimes. It is believed that tougher laws and more efficient enforcement can contribute to minimizing the environmental impacts resulting from predatory action against wild animals.

**Keywords:** Wild Animal Trafficking. Forest Code. Fauna Protection La

## 1 INTRODUÇÃO

O comércio ilegal da fauna e flora silvestre é considerada uma prática recorrente no Brasil e no mundo. Estima-se todos os anos que milhares de animais silvestres sejam caçados, vendidos, mantidos em cativeiro e, brutalmente, assassinados com vistas a atender à solicitação de empresários e colecionadores de espécimes raros para os fins mais funestos e fúteis.

1

Ainda é muito comum, mesmo entre profissionais da área ambiental, a confusão quanto à classificação das espécies silvestres e domésticas, no entanto, o esclarecimento dessa classificação é de extrema relevância. Pode-se considerar as espécimes domésticas, os animais que não oferecem perigo na convivência com o homem, podem ser domados e apresenta histórico de integração com os elementos da vida urbana sem maiores prejuízos à sua estrutura física; já as espécies silvestres podem ser nativas (ocorrer em determinado território – que pode ser uma região, um estado, um país, por exemplo) ou exóticas (espécie que se

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado ao Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial para obtenção de nota da disciplina Produção Academia Final II. Orientador: Solange Barreto Chaves

encontra fora de sua área de distribuição natural, transportadas – acidentalmente ou não (FERREIRA; BARROS, 2020).

A Lei de Proteção à Fauna, n. 5.197/67 definiu, no caput do artigo 1º, que os animais silvestres são propriedade do Estado, além disso, proíbe a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha dos espécimes. Apesar disso, o tráfico de animais silvestres continua a acontecer de forma sistemática e persistente, mesmo com o Código Florestal, Lei n. 12.651/12, que prevê em seu art. 6º, inciso IV, que cabe à Área de Preservação Permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção e com todos os outros dispositivos legais destinados à proteção das espécimes silvestres., Além disso, conforme determina o art. 29 da lei nº 9.605/98 do Código Penal: “Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.” Acredita-se branda a referida lei penal no que concerne à penalidade, visto a reincidência quase endêmica dessa tipologia criminal em todo o país, em especial na área da Amazônia Legal.

Considerando que é dever do Estado e de todo cidadão zelar pela preservação da fauna e flora brasileira, conforme Constituição federal de 1988; que as espécimes silvestres estão sendo subtraídas do Estado a partir da prática do comércio ilegal em todo o país; que os direitos ambientais das espécimes silvestres que pertencem à humanidade, tem sido violados, configurando, assim, crime internacional, cabe a seguinte questão norteadora: “De que forma os instrumentos normativos do direito brasileiro tem sido eficaz no combate ao tráfico de animais silvestres no país?”

Sabe-se que existem protocolos de segurança em aeroportos, além de fiscalização nas rodovias federais, estaduais e municipais, e outras barreiras que “ajudam” a impedir o tráfico de animais silvestres e a biopirataria, mas, acredita-se que o melhor protocolo de combate continua sendo a campanha contra o tráfico de animais silvestres e o esclarecimento à população. Entende-se que a morosidade da justiça em julgar os casos envolvendo o comércio ilegal dessas espécimes e a sensação de impunidade quanto à caça, pesca, exposição, venda e utilização desses animais é estimulante aos infratores, sendo importante considerar outros mecanismos de ação visando a inibição do tráfico desses entes silvestres.

Sendo assim, o objetivo primário deste estudo é entender como a legislação brasileira influencia quanto à adoção de medidas contra o comércio ilegal dos animais silvestres em solo nacional e internacional. Os objetivos secundários são: identificar os tipos de crimes ambientais contra a fauna silvestre, com a devida sanção penal; comparar o direito brasileiro com o direito internacional quanto às sanções penais contra o autor de crimes contra a fauna silvestre; entender a relevância de tutelar a fauna silvestre e criar mecanismos contra os autores de crimes de tráfico nacional e internacional.

O presente estudo faz uma abordagem qualitativa da literatura disponível sobre o assunto, e baseia-se em doutrinadores do direito ambiental que atuam como vanguardistas no combate ao tráfico nacional e internacional de animais silvestres. Para tanto, faz uma revisão de literatura e utiliza as bibliotecas virtuais da Scielo, Lillacs e Google Scholar e como critérios de inclusão, os artigos publicados nos últimos 10 anos, correspondentes ao tema, disponíveis na íntegra em língua portuguesa se inglesa; e como critérios de exclusão, os estudos que não abordam o tráfico de animais silvestres, ou estejam disponíveis parcialmente.

O estudo tem relevância sob o ponto de vista jurídico e ambiental, uma vez que a biodiversidade e o tráfico de animais silvestres, estão no topo do comércio ilegal no mundo, trazendo a extinção de vários animais, como a Arara azul, Mico-leão-dourado, Arara-vermelha, Jaguatirica, Tucano, Cascavel, Jiboia, cobra coral, dentre outros. Dessa forma, esse ato ilegal vem gerando consequências exorbitantes que causam o desequilíbrio ecológico, sendo, portanto, uma afronta aos direitos e garantias individuais do cidadão e dos espécimes silvestre, uma vez que são bens jurídicos de grande valor para a sociedade.

## 2 METODOLOGIA

2

O presente estudo trata-se de uma abordagem qualitativa da literatura disponível sobre o assunto, e baseia-se em doutrinadores do direito ambiental que atuam como vanguardistas no combate ao tráfico nacional e internacional de animais silvestres. Para tanto, fará uma revisão de literatura e utilizará as bibliotecas virtuais da Scielo, Lillacs e Google Scholar. Como critérios de inclusão, os artigos publicados nos últimos 10 anos, correspondentes ao tema, disponíveis na íntegra em língua portuguesa e inglesa; e como critérios de exclusão, os estudos que não abordam o tráfico de animais silvestres, ou estejam disponíveis parcialmente.

Os estudos voltados ao combate do comércio ilegal de animais silvestres no Brasil apontam que dentre as espécies mais vulneráveis à caça, perda de habitat e tráfico de animais, estão os mamíferos de grande porte. Além disso, as aves frugívoras também sofrem com esse tipo de caça, praticada de maneira esportiva ou profissional na maioria das áreas da Mata Atlântica, constituindo, assim, um dano irreparável à natureza, todos os anos.

A literatura entende que o crescimento do tráfico ilegal de animais silvestres se dá por alguns fatores que acabam favorecendo essa atividade, dentre os quais destacam-se a falta de fiscalização eficiente - em parte porque a polícia ambiental detém uma equipe menor, ou ainda, viaturas e outros artefatos de uso na prevenção dessa prática – ou devido à sanção penal branda para o autor do crime, ou pela morosidade da justiça.

A Lei Brasileira de Crimes Ambientais, n. 9.605/98 possui elevada relevância no combate ao tráfico de animais e define em seu art. 29 o crime de tráfico de animais, estabelecendo diretrizes para o combate dessa prática. No entanto, o legislador não se preocupou com a especulação monetária desses espécimes silvestres, que tem o seu valor de mercado absurdamente multiplicado após a extração dos materiais biológicos para os mais diversos fins, desde a produção de itens supérfluos como bolsas e sapatos, quanto para produção de iguarias servidas nos restaurantes mais ricos e exóticos do mundo.

Sabe-se que a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), uma autarquia federal responsável por executar as políticas públicas do meio ambiente e de fiscalização ambiental, foi essencial para o acompanhamento das ações relacionadas ao desrespeito dos parâmetros legais quanto à proteção da fauna e flora brasileira. Sendo assim, o IBAMA tem um papel fundamental quanto à apreensão dos animais silvestres e sua adequada identificação, tratamento, triagem e destino (BRASIL, 2008). Embora o órgão tenha autonomia para multar e adotar outras medidas de compensação do dano, é comum que os autores dessa tipologia criminal utilizem de mecanismos para burlar as autoridades, como a dispensação do material ilegal nas mais diversas formas criativas que encontram para fugir do flagrante e da responsabilidade.

A partir da apreensão dos animais, algumas ações são tomadas visando a proteção desses espécimes silvestres. Ferreira et al. (2011) orienta que:

O recebimento dos animais nos CETAS pode ser classificado, de acordo com a procedência, em três formas distintas: a) apreensão, representada pelos animais decorrentes da ação fiscalizatória do IBAMA ou da Polícia Ambiental; b) recolhimento, resultado da captura de animais pelo IBAMA ou Polícia Ambiental; c) entrega voluntária, feita pelo cidadão que mantinha ilegalmente sob sua guarda animais silvestres.

Importante frisar que não é a entrega voluntária descrita, nem sempre é realizada conforme a vontade do cidadão que mantinha sob cárcere o animal, ocorre que é comum que a própria comunidade noticie ao Ministério Público ou até mesmo aos demais órgãos de controle e, com vistas de evitar a judicialização do processo e a possível prisão deste indivíduo, este prefere entregar o animal. Percebe-se, nesses casos, uma inércia da justiça, pois, ainda que a entrega desse animal tenha sido realizada, não significa que o autor não tenha outros, ou mesmo não volte a praticar tal crime, visto que a penalidade não impõe respeito.

Nesse sentido, Ferreira e Barros (2020) alertam que os animais silvestres capturados pelos caçadores são usados, em geral, para as seguintes finalidades:

Artigos de decoração; itens ligados a religiões e/ou medicina tradicionais; ornamentos e suvenires; troféus de caça; carne de caça; peixes ornamentais; iguarias culinárias; princípios ativos para pesquisa científica, indústrias cosméticas e farmacêuticas, e objetos para pesquisa científica; artigos relacionados à indústria da moda; animais para suprir zoológicos, aquários e colecionadores; animais silvestres de estimação (“pets”).

Quanto maior a raridade dos espécimes silvestres capturados, mais valorizada é, o que acaba atraindo a atenção de caçadores, existindo mercado, esse tipo de crime jamais deixará de existir. Daí a ideia de que através das campanhas de conscientização seja possível minimizar o comércio ilegal de animais, ao expor as consequências danosas dessa prática, no entanto, apenas as campanhas de conscientização não são suficientes, estudos demonstram que se deve pensar a respeito do endurecimento da lei e no aumento da fiscalização, principalmente nas regiões mais vulneráveis da Amazônia.

Registre-se, como dito, que não é possível estimar os valores ganhos quanto à comercialização de animais silvestres tão facilmente, já que há grande volatilidade no mercado ilegal desses espécimes. Visto que o Brasil possui a maior biodiversidade do planeta com aproximadamente 721 espécimes de répteis, 1901 aves e 713 espécies de mamíferos, é importante preservar, é possível inferir que a atuação dos órgãos ambientais precisa ser ainda mais efetiva (LIMA; BARBOSA; CHAVES, 2018).

Nesse mesmo sentido Ribeiro e Silva (2007) alertam que:

O tráfico de animais silvestres constitui o terceiro maior comércio ilícito do mundo, perdendo apenas para o tráfico de narcóticos e armas. Estima-se que o comércio ilegal deva girar em torno de US\$ 10 a 20 bilhões/ano e a participação do Brasil seria de aproximadamente 5% a 15% deste total, correspondendo à retirada, por ano, entre 12 a 38 milhões de animais silvestres das matas brasileiras. Os principais locais de captura dos animais estão nos estados da Bahia, Pernambuco, Pará, Mato Grosso e Minas Gerais, sendo escoados para as regiões Sul e Sudeste, onde se encontram os principais consumidores.

A comercialização desses animais silvestres é altamente lucrativo e tem sido um desafio barrar esse tipo de atividade, principalmente porque não há severidade suficiente nem recursos humanos e materiais que consigam lidar com o tráfico desses espécimes. A ação predatória do homem continua por exercer seu poder, mas o resultado dessa ganância pode custar o conforto da vida humana nas gerações futuras.

Sabe-se que à época da criação da Lei 5.197/67, o país estava em um momento político bem crítico, sendo instaurada a soberania militar na tentativa (vã) de propagar a ordem e o progresso brasileiro, desta forma, é possível analisar a flexibilização da atividade predatória humana, conforme pode-se observar na seguinte transcrição:

Art. 3º É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem a sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º Excetuam-se os espécimes provenientes de criadouros devidamente legalizados.

§ 2º Será permitida, mediante licença da autoridade competente, a apanha de ovos, larvas e filhotes que se destinem aos estabelecimentos acima referidos, bem como a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública.

§ 3º O simples desacompanhamento de comprovação de procedência de peles ou outros produtos de animais silvestres, nos carregamentos de via terrestre, fluvial, marítima ou aérea, que se iniciem ou transitem pelo País, caracterizará, de imediato, o descumprimento do disposto no caput deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.111, de 10/10/1995)

O parágrafo primeiro demonstra a preocupação com os donos de criadouros, além da destruição dos animais nocivos à agricultura, novamente uma matéria voltada aos interesses econômicos em detrimento da proteção desses animais. Em 1995, no entanto, o legislador se preocupou em exigir a licença comprovando a procedência dos artigos provenientes dos animais silvestres em todo e qualquer modal de transporte, uma prova de que as questões ambientais ficaram descobertas por todo esse tempo (quase 30 anos) na legislação brasileira, dando margem à interpretação de que não é assim tão importante esses animais silvestres, passando uma imagem de total desrespeito aos direitos e garantias fundamentais do cidadão ante à Constituição federal.

No art. 4º da Constituição federal, inciso IX, está registrado que um dos princípios pelos quais as relações internacionais do Brasil é a: cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Já o art. 225, da referida Carta, no inciso VII, esclarece é dever da União e de todos os brasileiros a proteção ao meio ambiente e a proteção dos animais, conforme a seguinte transcrição: “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. Sendo assim, entende-se relevante que a proteção dos animais silvestres é essencial e ajuda no combate à extinção dos espécimes e das práticas de crueldade. Neste contexto, é importante frisar que não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, observados o bem-estar dos espécimes envolvidos.

Outro fator relevante no que concerne aos impactos causados pelo tráfico de animais, está o desequilíbrio ambiental oriundo da extinção ou migração destes do seu habitat natural, impedindo que o processo da cadeia alimentar aconteça como previsto, promovendo, assim, o descontrole de outros espécimes relacionados àquele animal que foi retirado da natureza para servir a propósitos escusos do homem.

Sabe-se ainda que, no período da pandemia da SARS-Covid-19 houve um aumento do tráfico de

animais, pois, a partir dos protocolos usados para a contenção da doença, como o trabalho remoto e a redução do quadro de profissionais responsáveis pela busca e apreensão desses animais silvestres, facilitou o caminho dos caçadores que continuaram suas atividades normalmente, a despeito dos perigos à saúde pública e pessoal (FERREIRA; BARROS, 2020).

Santos (2019) analisa que a fiscalização ocorre de maneira incipiente e há métodos ineficazes para a punição dos infratores, como acontece na justiça penal. A autora entende que os brasileiros agem dissolutamente e não percebem o mal que causam à humanidade, dessa forma, alerta que o comércio ilegal dos espécimes silvestres, a priori, aparenta ser um bom negócio, mas no futuro próximo fará falta, principalmente das substâncias relacionadas ao ciclo natural desses animais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação brasileira, no que concerne à preservação da fauna e flora, tem evoluído a passos lentos, considerando a criação tardia da Lei de Proteção à Fauna (lei n. 5.197/67) e do Código Florestal (lei n. 12.651/12). Há de se considerar que a proteção dos espécimes silvestres foi negligenciada desde o início da exploração do Brasil, na época do Descobrimento, em consequência disso, inúmeros espécimes foram extintos ou estão iminência de o ser.

O tráfico internacional de animais silvestres é uma constante no Brasil, facilitado pela fiscalização ineficiente, principalmente nas regiões mais inóspitas, onde há o descaso com a lei que proíbe a caça, pesca ou apanha dos espécimes sob proteção. Sabe-se que os espécimes silvestres são propriedade do Estado, portanto, detém responsabilidade legal direta com eles. Nesse contexto, considera-se o esforço dos movimentos sociais, entidades não-governamentais, voluntários e sociedade civil em impedir a ação predatória desses espécimes silvestres sob o risco de extinção e desequilíbrio ambiental.

O comércio ilegal dos espécimes silvestres, no entanto, ganha relevo devido à raridade e valor de mercado atribuído a eles. Entende-se que o problema da proteção desses animais estão, também, em analisar os impactos relacionados a sua proliferação descontrolada, visto que os donos de criadouros podem caçar, perseguir, exterminar, nesse sentido, depreende-se a necessidade de atender aos parâmetros econômicos, como de praxe.

Pode-se dizer que as medidas de contenção contra o tráfico de animais ainda precisam ser revistas no Brasil, a normalização da atividade e possível influência política na prática desse delito, principalmente nos últimos anos, tem sido uma das causas para o crescimento do comércio ilegal desses espécimes. Acredita-se que o endurecimento das leis contribua quanto à inibição do tráfico de animais, mas precisa estar alinhada à criação de campanhas de conscientização para que, gradativamente, haja a diminuição das pessoas interessadas em adquirir esses animais de forma ilícita, dentro ou fora do país, minimizando a prática dessa atividade ilegal.

Espera-se que os estudos futuros apontem, quantitativamente, os impactos ambientais causados pelo comércio ilegal de animais silvestres no Brasil, observando-se os dados disponibilizados nos órgãos de proteção desses espécimes a fim de inibir a caça, perseguição, venda e extinção. Acredita-se, ainda, que a sociedade civil e os movimentos sociais de proteção ambiental, judicializem mais e provoquem o Ministério Público no sentido de punir os infratores e preservar o maior percentual possível desses animais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Roberta M.; SOUZA, Máira B.; RUIZ-MIRANDA, Carlos R. Densidade e tamanho populacional de mamíferos cinegéticos em duas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Iheringia, Sér. Zool.*, Porto Alegre, 98(3):391-396, 30 de setembro de 2008.

5

FERREIRA, Juliana M.; BARROS, Nádia de Moraes. O tráfico de fauna silvestre no Brasil e seus impactos. *Revista de Direito Penal e Processo Penal*, ISSN 2674-6093, v. 2, n. 2, jul./dez. 2020.

FREITAS, Ana Cláudia Parreiras de et al. Diagnóstico de animais ilegais recebidos no centro de triagem de animais silvestres de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no ano de 2011. *Ciência Rural* [online]. 2015, v. 45, n. 01 [Acessado 27 Agosto 2022], pp. 163-170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20131212>. ISSN 1678-4596. <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20131212>.

LIMA, Robson Júnior Pereira; BARBOSA, Edja Daise Oliveira; CHAVES, Marcio Frazão. HUNTING ACTIVITIES IN THE SEMIARID POTIGUAR UNDER THE STUDENTS PERSPECTIVE. *Ambiente & Sociedade*



[online]. 2018, v. 21 [Acessado 27 Agosto 2022], e00192. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422a-soc0019r2vu18L4AO>>. Epub 31 Jan 2019. ISSN 1809-4422. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0019r-2vu18L4AO>.

RIBEIRO, Leonardo Barros; SILVA, Melissa Gogliath. O comércio ilegal põe em risco a diversidade das aves no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 4, p. 4-5, 2007. Available from [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252007000400002&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000400002&lng=en&nrm=iso). access on 27 Aug. 2022.

SANTOS, Letícia Cristina dos. **O tráfico internacional de animais silvestres: o desrespeito e a violação do ciclo de vida das principais espécies**. Monografia. Taubaté, 2019.

## A silenciosa pandemia de estupro de vulneráveis no contexto de crise sanitária do covid-19 na realidade brasileira<sup>1</sup>

*The silent pandemic of rape of uterus in the context of the health crisis of covid-19 in the Brazilian reality*

Raissa Rocha Machado

Submetido em: 20/10/2022  
Aprovado em: 20/10/2022  
Publicado em: 21/10/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.407

### RESUMO

O presente trabalho tem como principal intuito demonstrar que o crime de estupro de vulnerável sempre esteve presente na sociedade brasileira, mas com a pandemia do Covid-19, o número de casos aumentou significativamente. Desta feita, o tema objetiva abordar a tipificação legal do delito de estupro de vulnerável no código penal brasileiro, apresentando aspectos históricos e jurisprudenciais, além de transportar a necessidade de se colocar no lugar das vítimas de violência sexual e alertar, sobretudo, à não colaboração com a omissão destes casos, que necessitam ser coibidos pela sociedade atual. É indubitável que vítimas violentadas são constantemente revitimizadas, seja ela causada pelo agente criminoso, pelos órgãos estatais ou população. Nessa esteira, é notório que as autoridades brasileiras são inúmeras vezes omissas, culminando em vítimas negligenciadas, pois, além de não possuírem forças para evitar o ato, são deixadas de lado, levando consigo um trauma eterno. Inicialmente, antes de discorrer sobre o crime de estupro de vulnerável e suas notificações durante a pandemia do coronavírus, faz-se necessária a apresentação do contexto histórico, a fim de evidenciar como o delito era tratado juridicamente desde os primórdios da civilização até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Vulnerável, Amparo, Estado.

### ABSTRACT

The main purpose of this work is to demonstrate that the crime of rape of the vulnerable has always been present in Brazilian society, but with the Covid-19 pandemic, the number of cases has increased significantly. This time, the theme aims to address the legal typification of the crime of rape of vulnerable in the Brazilian penal code, presenting historical and jurisprudential aspects, in addition to conveying the need to put oneself in the place of victims of sexual violence and alert, above all, to non-collaboration. with the omission of these cases, which need to be curbed by today's society. It is undoubted that abused victims are constantly re-victimized, whether caused by the criminal agent, by state agencies or the population. In this context, it is clear that the Brazilian authorities are numerous times silent, culminating in neglected victims, because, in addition to not having the strength to avoid the act, they are left aside, taking with them an eternal trauma. Initially, before discussing the crime of rape of the vulnerable and its notifications during the coronavirus pandemic, it is necessary to present the historical context, in order to show how the crime was legally treated from the beginnings of civilization to the present day.

**Keywords:** Vulnerable, Support, State

### 1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração que a função do Estado é garantir a segurança pública os problemas oriundos desta omissão são de responsabilidade da sua evidente carência, quando deixa de promover um dos preceitos básicos garantidos constitucionalmente.

Dito isso, o crime de estupro de vulnerável encontra-se consubstanciado no Código Penal Brasileiro, capítulo II, artigo 217-A, introduzido pela Lei 12.015/2009, que culmina a pena de reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

1

Este delito é tipificado como “ato de conjugação carnal ou qualquer ato libidinoso com menores de 14 anos” e independe de consentimento da vítima. Inicialmente, a vulnerabilidade é compreendida a partir da constatação de que pessoas com deficiência mental ou aquelas que não possuem entendimento para discernir a prática do ato ou por qualquer outra razão não puder oferecer resistência, segundo Barros:

O Direito Penal não pode conviver com conceitos abstratos, pois ele não permite interpretação extensiva e nem o uso da analogia in malam partem. Portanto, o conceito de «vulnerável» deverá ser nos termos

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Orientador(a): Ana Maria Pereira de Souza.

Vale ressaltar que para o direito brasileiro é irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente. Além disso, tal conduta é considerada como crime hediondo, merecedora de maior reprimenda legal, nos termos do art. 1º, inciso VI, da Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Em 2019 surgiu o Corona vírus, entretanto o mesmo só chegou ao Brasil em meados de 2020. O vírus pode ser transmitido através do contato direto ou indireto com pessoas infectadas. Em muitos dos casos não tinha como saber como o indivíduo contraiu o vírus e estaria infectado, o que por sua vez, recebeu a nomenclatura de “transmissão comunitária”. Há que se falar ainda dos assintomáticos, estes muitas vezes não apresentavam sintomas.

Os sintomas para identificação deste vírus foram elencados em um rol detalhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e dentre os sintomas apresentavam-se os seguintes: febre, cansaço, perda do paladar ou olfato, diarreia, dor na garganta, dentre outros.

Caso o indivíduo apresentasse algum desses sintomas era submetido a um teste, sendo pela secreção do nariz ou pelo sangue colhido no dedo, através de uma pequena picada e se testasse positivo o paciente em questão era submetido a um isolamento de 15 (quinze) dias, para evitar que outros se contraíssem.

Devido a esse vírus, o Brasil entrou em *lockdown*. As redes de ensino pararam de funcionar presencialmente. Tempo depois passou a ser home office, muitos que trabalhavam ficaram desempregados, pois alguns estabelecimentos fecharam, reflexo da crise financeira decorrente do panorama mundial apresentado pela pandemia.

Diante do conceito pandêmico acima descrito e as respostas a esse isolamento social, observou-se aumento significativo no número de casos envolvendo estupro de vulnerável visto que, o tempo de convívio que a vítima e o agressor passaram juntos ampliou, se levado em consideração que grande parte dos agressores são membros da família ou pessoas muito próximas.

Resta evidente que os casos de estupro de vulnerável se tornaram mais frequentes do que eram.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Brasil, em análise aos micros dados de estupros, verifica-se a incidência de 60.926 registros de violência sexual no Brasil no ano de 2020, dentre os quais 16.047 de estupro e 44.879 de estupro de vulnerável, provenientes dos boletins de ocorrência lavrados pelas Polícias Civis. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020)

Desta feita, é evidente que o ranking brasileiro aumentou nos casos de estupro de vulnerável, apesar de o crime de estupro ser constante na população brasileira ele não se sobressai quanto ao estupro de vulnerável, cujos casos apresenta mais constância e/ou ocorrência como aduzido acima.

Faz-se necessário ainda destacar que o estupro de vulnerável já era fruto de grande preocupação no Brasil. Não obstante, com a pandemia do Corona vírus, que chegou inesperadamente no Brasil e no mundo, o número de casos diários de notificações do crime aumentou de modo alarmante. Ressalta-se que os jornais, revistas, sites, dentre outros meios de comunicação, apresentaram, diariamente o alerta referente ao crescimento de crimes contra a dignidade sexual.

Além dessas colocações, faz-se mister apresentar outros requisitos importantes para compreensão do tema. Afinal, o estupro de vulnerável é um crime bem expressivo, vez que sua tipicidade abarca não só o critério etário, mas também a incapacidade da vítima, seja temporária ou permanente, física ou mental. Por conseguinte, o presente trabalho tenciona analisar a prática do referido delito na sociedade brasileira, ressaltando, sobretudo, o aumento desenfreado dos casos durante a pandemia do Corona vírus, compreendido do período de 2019 até o ano de 2021.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

2

No desenvolvimento dessa pesquisa utilizou-se do método qualitativo, perpassando por um viés exploratório, através de leituras doutrinárias e jurisprudenciais, legislações, levantamento de dados, abordando, especialmente, o aumento dos casos durante a pandemia na sociedade brasileira.

O objetivo principal é evidenciar a necessidade de atentar-se quanto ao crime de estupro de vulnerável, de modo a buscar políticas de combate a esse delito. Para isso partiu-se de uma análise desde a tipificação legal, os meios pelos quais o estado deve se manifestar e o que já foi feito, além de destacar o aumento de casos durante a pandemia do Covid-19.

### 3 CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Nas configurações de civilizações passadas (primitivas e/ou na antiguidade), não contêm vestígios ou informações que demonstrem com clareza quando se iniciou o crime de estupro. Afinal, cada sociedade possuía sua própria legislação, bem como métodos próprios de punição, muitas vezes desproporcionais aos crimes cometido. Foi somente com a implementação dos códigos conhecidos como, código de Manu e o código de Hamurabi, com ênfase para a lei de Talião, que diz: “olho por olho, dente por dente”, encontrado no código babilônico de Hamurabi (datado de 1770 a.C.) é que se instituiu uma reciprocidade entre o crime cometido e a pena aplicada, ou seja, um limitador de pena.

Para muitos o direito tinha como base a Lei de Talião, que é originário do latim “Lex Talions”, a qual funcionava da seguinte forma: o mal que você fez a alguém deveria ser retornado a você, ou seja, se praticou um crime, você iria ser responsabilizado por isso de acordo o que cometeu, não ficando impune. (MAALFAIA, 2022).

Nesse sentido segundo Rossetto:

A punição, que acompanhou o homem em todos os períodos da História, teve as fases da vingança privada, da vingança divina e da vingança pública. A vingança privada, que ocorreu no período primitivo, caracterizava-se pela ausência de ação pública punitiva, era a vindita, sem qualquer preocupação com a proporcionalidade entre a ofensa e a reação da vítima, dos parentes ou do grupo social (tribo) contra o ofensor. (ROSSETTO, 2014)

Por outro lado, muitos tinham como interpretação o “olho por olho”. Assim, o crime pelo qual o infrator cometeu ocasionaria na mesma punição. Por outro lado, a Lei das Doze Tábuas, existente na civilização românica, só era punido crime específico, previamente determinados. (BEZERRA, Juliana. 2020)

Nesse mesmo sentido Rossetto aduz que:

Num momento mais avançado da sociedade primitiva, para limitar a desproporção entre a severidade da pena e o crime, surgiu o talião: “a força da vingança tem de ser medida pela intensidade da agressão, segundo a fórmula olho por olho, dente por dente”. O talião foi a primeira conquista do sistema repressivo. Não permitir que o revide ultrapassasse a medida da ofensa era, sem dúvida, um progresso. O talião atenuou a desmedida vingança. (ROSSETTO, 2014)

Apesar de não encontrar na Bíblia casos de estupros, já havia punições em casos repugnados por Deus, de acordo com os mandamentos e leis existentes à época. Pode-se citar os casos de adultério, no qual a mulher que cometesse o fato considerado ilícito era apedrejada, sendo considerado um pecado imperdoável.

Outras civilizações, por sua vez, acreditavam que a bíblia que direcionava a aplicação da justiça, como os Hebreus. Havia servos escolhidos por Deus, que eram responsáveis de guiar esse povo. Caso alguém não obedecesse às regras Deus, os líderes (servos) tinham a autonomia de puni-los, mediante ao que estava imposto na bíblia. Em casos de morte desses líderes que os guiavam, os hebreus reuniam entre si e escolhiam alguém com autonomia suficiente de os liderar, ou esperavam respostas de Deus de quem seria mais apto para assumir esse papel de liderança. (CURADO, Adriano. 2016)

A Grécia era politeísta, vez que os seus povos eram formados por migrações do Norte da Europa, chamados de indo-europeus. Assim, acreditavam que os deuses tinham forças humanas e divinas. Os crimes cometidos tinham como pena o esquartejamento, decapitação, alguns casos os criminosos eram, ainda, jogados em fogueiras na vista do público. Assim, nota-se que cada sociedade possuía seus critérios de justiça e defesa.

(EQUIPE ÂMBITO JURÍDICO. 2016)

3

É sabido, igualmente, que durante a evolução histórica, civilizações como Roma, Grécia, Atenas, dentre outras, aplicava o Direito de modo mais restrito. Tal fato demonstra que a maneira de punir ou a conduta que se considera um crime, que diferencia da sociedade atual.

Apesar de cada civilização apresentar sua forma de lidar com os crimes, as anteriores, como a Mesopotâmia, por meio do Código de Hamurabi, que punia severamente os atos que eram contrários à lei, além de basearem-se na autotutela, atualmente vedada pelo código penal. Assim, quem praticasse o ato considerado ilícito, seria responsabilizado. Desta forma, era incomum que algum transgressor ficasse impune aos crimes cometidos.

Ainda que fosse uma civilização entre reis, rainhas, príncipes, princesas, corte, sem existência de Juízes, Ministério Público ou qualquer meio jurídico hoje existente, o Direito já era presente e tinha eficácia. Embora comparando hoje em dia, ele seria incoerente, não seria adotado as nossas legislações, pois o Direito era muito severo e as mulheres eram vítimas de descasos das leis, vez que possuíam raras garantias.

Nas civilizações históricas como Roma, Germânica e Espanha, a pena para os autores de crime de estupro era a morte, no Egito, por sua vez, o autor era castrado. Além disso, a Grécia aplicava ao autor uma multa, mas, pouco tempo depois, a lei alterou para aplicação da pena de morte.

Apesar de não terem ciência do que era o estupro de vulnerável, eles já adotavam o entendimento de que o estuprador deveria responder por suas ações de forma de punir era com a sua própria vida. Desse modo, a mulher se encontrava abarcada pela lei. Além disso, os casos entre os homens eram bem raros e dificilmente alguma mulher era autora do estupro.

No Brasil, por seu turno, segue-se o Código Penal, o qual, depois de muitos anos, ainda é a base de defesa para a sociedade brasileira, possuindo formas específicas de tipificações para cada situação ilegal.

É importante ressaltar que até o Código Penal de 1940, crianças e adolescentes não recebiam proteção penal específica em relação aos crimes de natureza sexual. Além do mais, tanto o Código Criminal do Império (1830) quanto o Código Penal da República (1890) não previam qualquer tipificação específica para o crime praticado contra menores de 14 anos e nem sequer previam recrudescimento da pena prevista para tais situações.

No decorrer do tempo, com as alterações legislativas, o Código Penal apresentou mudanças significativas, sobretudo, nos crimes contra a dignidade sexual. Nesse esqueque, o artigo 217-A no Código Penal, passou a capitular o crime de estupro de vulnerável.

Antes da inclusão do art 217-A do nosso CP, o crime de estupro era previsto no art 213, e art 214 do CP, ambos vistos como crime de violência ou grave ameaça. Vejamos:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Atentado violento ao pudor (Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 214. Violação sexual. Praticar ou constranger alguém a praticar ou permitir que com ele se pratique conjunção carnal ou outro ato libidinoso por meio não compreendido no artigo anterior. Reclusão, 1 a 5 anos. Parágrafo único. Se a vítima é menor de 18 e maior de 14. Pena: reclusão, 3 a 7 anos.

Nota-se que havia forma de punir o infrator, mas, o estupro de vulnerável não estava presente, já que essa punição era para casos de estupros como o todo. Devido muitas impugnações, foram feitas alterações na Lei nº 12.015/2009, no que se refere aos crimes contra dignidade sexual, trazendo, desse modo, a inclusão do artigo 217-A, ao Código Penal Brasileiro, tipificando o crime de estupro de vulnerável e o tornando delito hediondo.

#### 4 INOVAÇÕES DA LEI 12.015/2009

No ano de 2009 a Lei n. 12.015/2009, trouxe alterações referentes aos crimes sexuais. Ela veio com o objetivo de amparar todas as vítimas desses atos. A presente legislação fez sua primeira alteração no “Título VI”, do Código Penal Brasileiro, vez, que anteriormente adotava-se o nome “Dos Crimes Contra os Costumes” e com a sua chegada, passou-se a chamar “Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual”.

4

A lei estabelece que não só o homem que pode ser o autor deste crime, como também mulheres. Embora o número de casos seja maior no meio das mulheres, ele não deixa de existir tendo como sujeito o homem, tendo em vista que eles também podem ser vítimas, e dessa forma a lei também o ampara.

Dentre as mudanças na lei, uma de grande importância e destaque foi a inclusão do estupro de vulnerável no artigo 217-A, do Código Penal. Frise-se que, no artigo 224, caput, do Código Penal existia, tão somente, a presunção relativa de violência, imposta com artigo 223, caput, da mesma legislação.

**Artigo 224:** Presume-se a violência, se a vítima:

- a) não é maior de 14 (quatorze) anos;
- b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia essa circunstância;
- c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

c) eliminou-se o disposto no art. 224 do Código Penal, relativo à presunção de violência, utilizada para conferir tipicidade aos crimes de estupro e de atentado violento ao pudor, quando obtida a relação sexual com pessoa vulnerável. Ilustrando, associava-se o art. 213 com o 224, a, do Código Penal, para criar a figura do estupro de menor de 14 anos, presumindo-se ter havido violência, em razão da incapacidade de discernimento da vítima. Cremos ter sido correta a eliminação da denominada presunção de violência, a fim de não criar a falsa dedução de que haveria, em direito penal, presunções (ilações, probabilidades) extraídas em concreto contra os interesses do acusado. Portanto, adotou a Lei 12.015/2009 a conceituação de vulnerabilidade (estado de quem está privado da capacidade de resistência, sujeito à lesão ou despido de proteção). Há variadas formas para alguém se encontrar, em algum momento da vida, vulnerável a algo. No contexto do art. 217-A, trata-se da capacidade de compreensão e aquiescência no tocante ao ato sexual. Por isso, continua, na essência, existindo a presunção de que determinadas pessoas não têm a referida capacidade para consentir. Entretanto, inseriu-se no termo vulnerável o que antes se denominava singelamente de presunção de violência. No tocante à idade da vítima, quando menor de 14 anos, tem a jurisprudência interpretado, majoritariamente, tratar-se de vulnerabilidade absoluta, que não admite prova em contrário; (NUCCI, Guilherme de Souza, 2021)

Não obstante, esse artigo foi revogado do código penal brasileiro e substituído pelo artigo 217-A.

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 4º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 5º As penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Pode-se observar que a Lei n. 12.015/2009 trouxe significativa modificação na legislação referente ao crime de estupro, em especial ao estupro de vulnerável, contendo um artigo específico para esta conduta.

Existem, ainda, casos nos quais pode configurar o erro do tipo, causa excludente da culpabilidade, por isso é importante observar o que o artigo tipifica para ser caracterizado como estupro de vulnerável. Basta, portanto, que o agente tenha, efetivamente, conjunção carnal, que poderá até mesmo ser consentida pela vítima, ou que com ela pratique outro ato libidinoso. Nessa última hipótese, a lei desconsidera o consentimento de alguém menor de 14 (quatorze) anos, devendo o agente, que conhece a idade da vítima, responder pelo delito de estupro de vulnerável.

Basta, portanto, que o agente tenha, efetivamente, conjunção carnal, que poderá até mesmo ser consentida pela vítima, ou que com ela pratique outro ato libidinoso. Nessa última hipótese, a lei desconsidera o consentimento de alguém menor de 14 (quatorze) anos, devendo o agente, que conhece a idade da vítima, responder pelo delito de estupro de vulnerável.

As condutas previstas no tipo penal do art. 217-A são as mesmas daquelas constantes do art. 213 do CP, sendo que a diferença existente entre eles reside no fato de que no delito de estupro de vulnerável a vítima, obrigatoriamente, deverá ser menor de 14 (quatorze) anos de idade (não é possível desclassificar crime de estupro de menor de 14 anos para importunação sexual – STJ, REsp 1684167), por isso, remetemos o leitor ao que foi dito quando do estudo do mencionado art. 213 do CP (GRECO, Rogério, 2021)

Veja uma situação hipotética: Suponhamos que João um rapaz de 19 (dezenove) anos conversa pelo Tinder com Ana, uma menina de 14 anos, mas, ele não sabe a sua real idade e na forma pela qual ela conversa demonstra ser uma mulher madura. Então João não consegue identificar que ela é menor de idade. Ambos decidem sair para um encontro. Ana pessoalmente não aparenta ter 14 anos nem pela estética, nem mesmo pela fala. Após horas de conversa decidem ir para um motel e lá acontece uma conjugação carnal, com o consentimento dos dois.

Ao analisar por este contexto, a lei pode entender como o erro do tipo, podendo essa situação hipotética ser considerada como atípica, vez que João não obrigou a Ana a ter relação sexual ou ato libidinoso com ele. Nesse caso o art. 217-A configura o crime aos menores de 14 anos, ou um incapaz, quando o autor possui essa consciência e, mesmo assim, prática.

A inclusão do § 5.º ao art. 217-A possui o nítido objetivo de tornar claro o caminho escolhido pelo Parlamento, buscando colocar um fim à divergência doutrinária e jurisprudencial, no tocante à vulnerabilidade da pessoa menor de 14 anos. Elege-se a vulnerabilidade absoluta, ao deixar nítido que é punível a conjugação carnal ou ato libidinoso com menor de 14 anos independentemente de seu consentimento ou do fato de ela já ter tido relações sexuais anteriormente ao crime. Em primeiro lugar, há de se concluir que qualquer pessoa com menos de 14 anos, podendo consentir ou não, de modo válido, leia-se, mesmo compreendendo o significado e os efeitos de uma relação sexual, está proibida, por lei, de se relacionar sexualmente. Descumprido o preceito, seu(sua) parceiro(a) será punido(a) (maior de 18, estupro de vulnerável; menor de 18, ato infracional similar ao estupro de vulnerável). Cai, por força de lei, a vulnerabilidade relativa de menores de 14 anos. Associa-se a lei ao entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 593). A segunda parte está enfocando, primordialmente, a prostituição infantojuvenil; afinal, a norma penal refere-se, de propósito, a relações sexuais (no plural), pretendendo apontar para a irrelevância da experiência sexual da vítima. Essa experiência, como regra, advém da prostituição. (NUCCI, 2021)

Nesse esboço, o artigo 20, caput, do Código Penal, prevê o erro do tipo como o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal que exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

Conforme Rogério Sanches Cunha, o erro de tipo se divide em duas espécies: erro de tipo essencial e erro de tipo acidental (CUNHA, 2020).

No primeiro caso o erro recai sobre os dados principais do tipo penal, de modo que, se avisado, o agente para de agir criminosamente; como exemplo, podemos citar a situação da pessoa que pega um celular pensando ser o seu e só percebe que pegou o aparelho errado ao chegar em casa, caso em que não haverá punição por dolo como não haverá punição por culpa, já que o furto não prevê a modalidade culposa. (RINALDI, Wagner Gustavo. 2020)

Conforme aponta a doutrina, o erro de tipo essencial pode ser inevitável ou evitável; se inevitável “exclui o dolo (por não haver consciência) e culpa (pois ausente a previsibilidade)” (CUNHA, 2020, p. 276); se evitável exclui somente o dolo, pois era possível prever a situação de perigo.

É importante ressaltar que tal inevitabilidade do erro há de ser aferida conforme as circunstâncias do caso concreto. Já no erro de tipo acidental, o agente erra sobre elementos secundários do delito, de modo que, se avisado, o agente segue sua conduta ilícita, apenas corrigindo-a. (RINALDI, Wagner Gustavo. 2020)

## 5 A REALIDADE DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA SILENCIOSA PANDEMIA BRASILEIRA DA COVID-19

6

O Brasil é um território muito extenso. Mas, nem toda extensão possui um forte apoio do Estado, vez que a justiça, muitas vezes, é morosa e não produz eficácia. No ano de 2019, com o início da pandemia, na qual os brasileiros tiveram que ficar isolados, devido a existência do vírus e as medidas de restrição adotadas houve o aumento dos casos de crime estupro de vulnerável, visto que as ruas estariam menos movimentadas e as redes de ensino presencial estariam com o número reduzido de pessoas. Assim, a probabilidade do aumento dos casos era grande, e assim aconteceu.

Em março de 2020, quando a pandemia alcançou o território brasileiro, teve-se o impacto do isolamento social de imediato. O Brasil registrou mais de 100 mil casos de estupro, onde 100.398 foram casos de estupro

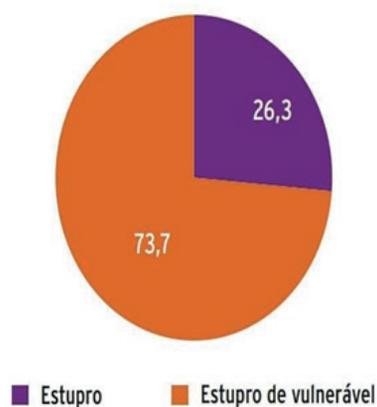
de vulnerável. O relatório feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com análise de boletins de ocorrência no território nacional, contido por 27 federações das polícias civis, foi detectado que 83% dos casos de estupro de vulnerável ocorreram dentro das residências na cidade de São Paulo. (SOCIALISMO CRIATIVO, 2022)

Os dados apontam um levantamento de 877 de 1.052 boletins de ocorrência de estupro de vulnerável, ocorrentes em residência. No trimestre do ano de 2019, houve uma porcentagem de 71% de denúncias por estupro de vulnerável. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Os levantamentos sobre esses casos identificaram, em primeiro lugar, as residências, contabilizando 78,5%. Após, as vias públicas, no percentual de 8,1%, em seguida as unidades de ensino, no total de 3,9%, as áreas rurais, em 2% e comerciais, no mesmo percentual de 2%. Ainda, a maioria das vítimas eram da faixa etária de 10 a 14 anos, 5 e 9 anos e, algumas, na idade de 15 anos. Destaca-se que as meninas de 13 anos são vítimas mais ocorrentes, no percentual de 60% brancas e 38% negras, e os meninos de 4 a 5 anos. Ainda, cerca de 7% dessas vítimas são portadoras de deficiência ou possuem alguma vulnerabilidade. ( ANUÁRIO BRASILEIRO

### GRÁFICO 43

Distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável  
Brasil (2020)



Fonte: Análise produzida a partir dos micros dados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

O gráfico acima elenca o registro das Secretarias estaduais de Segurança Pública, em razão da faixa etária. A quantidade de vítimas de violência sexual são crianças na faixa etária entre 10 a 13 anos (28,9%), em seguida tem-se as crianças de 5 a 9 anos (20,5%), os adolescentes entre 14 a 17 anos (15%) e por fim, as crianças de 0 a 4 anos (11,3%). Ademais, a porcentagem evidenciada pelo gráfico em razão de estupro de vulnerável é alarmante. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020)

De acordo com relatório feito de 4 em cada 5 registros dos boletins de ocorrências, o estupro de vulnerável ocorre dentro da própria residência da vítima. Ainda com grandes pesquisas feitas sobre o assunto não há como identificar a relação entre o autor e vítima, deste caso. Em média 73% dos registros são de vítimas que tem parentesco com o agente. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020)

Muitas das vítimas não foram registradas, pois não houve denúncias, isso significa que ainda com pesquisas feitas, dados colhidos e aqui expostos no momento pandêmico, não é o real número de vítimas, tendo em vista que muitas não foram sequer notificadas. A tabela abaixo demonstra o número de casos de estupro e estupro de vulnerável, de maneira a detalhar cada estado e os aumentos de casos noticiados pelos mesmos entre os anos de 2017 a 2020.

Tabela 4 – Taxa de vitimização por estupro ou estupro de vulnerável de crianças de 0 a 19 anos

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TAXA VITIMIZAÇÃO POR ESTUPRO OU ESTUPRO DE VULNERÁVEL - VÍTIMAS DE 0 A 19 ANOS*			
	2017	2018	2019	2020
AC	...	...	...	...
AL	41,9	17,4	49,7	57,8
AM	...	...	...	...
AP	...	...	...	110,2
BA	...	...	...	...
CE	48,6	49,9	54,5	51,8
DF	72,3	74,4	64,0	60,6
ES	...	93,1	46,0	90,2
GO	115,9	134,4	137,7	106,1
MA	...	...	...	15,7
MG	70,1	76,5	68,6	61,2
MS	218,5	220,9	210,1	186,0
MT	159,8	148,0	150,9	136,5
PA	88,2	98,6	94,8	...
PB	...	8,9	8,8	7,0
PE	53,2	...	...	...
PI	24,4	52,9	60,2	59,8
PR	131,1	164,8	169,0	139,7
RJ	58,6	74,7	72,6	83,4
RN	...	...	36,8	39,9
RO	...	118,3	53,2	146,2
RR	...	89,2	87,7	126,8
RS	130,0	122,3	128,3	...
SC	150,1	169,9	162,3	135,2
SE	...	...	82,4	58,2
SP	90,7	89,6	65,4	74,8
TO	...	...	...	126,1

\*Por 100 mil habitantes de 0 a 19 anos.

Fonte: Análise produzida a partir dos micros dados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

Diante desses dados acima mencionados pode-se concluir que a pandemia contribuiu para o aumento de casos do estupro de vulnerável. Apesar de ser constante a prática deste crime na sociedade brasileira, o lockdown vivenciado no ano de 2020 até o final do ano 2021 contribuiu para este levantamento.

### 5.1 MEIOS PARA INFORMAÇÃO DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL

A primeira medida que pode ser tomada nesses casos é no seio familiar, pais e mães tem o dever de ter uma conversa com seus filhos, perguntá-los se estão bem, se algo de estranho está acontecendo. Nas situações em que as crianças são deixadas com alguém sem ser seus pais, ou até mesmo sendo, uma conversa deve haver para certificar que tudo está bem e que a criança ou adolescente não está sofrendo nenhum tipo de abuso.

Meios de roda de conversa na escola sobre este assunto é essencial e indispensável, ainda que a criança ou adolescente não tenham a real noção de relação sexual, deve-se ater a explicações de forma direta, que o façam entender que eles devem relatar aos seus pais qualquer toque estranho, como meio de evitar a ação do estupro, e continuação da prática nos casos que já são vítimas.

O ponto principal é a denúncia, via realização do boletim de ocorrência e evitar a omissão e subnotificação desses casos, a fim de que haja uma reprimenda adequada e os danos à vida da vítima sejam minimizados.

Além dessas medidas, é necessário apoio psicológico dessas vítimas, pois isso acarretará um severo trauma. Esse apoio ajudará a vítima a conviver melhor com essa nefasta cicatriz. O Estado, por sua vez, tem papel significativo na busca de meios para evitar a prática desses delitos. O investimento em educação e políticas sociais representa mecanismo necessário.

Na Constituição Federal, a dignidade do ser humano representa um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III), que se proclama “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos”. Quer dizer que o constituinte considera verdadeiro valor a ser perseguido, em torno do qual todos os estes deverão operar e, sendo assim, segundo já foi interpretado por José Celso de Mello Filho, como valor-fonte de toda a ordem social. (MARCÃO, Renato e GENTIL, Plínio, 2018)

Entende-se que Constituição Federal/88 e demais leis infraconstitucionais correlatas assegura a todos o direito de defesa.

## 5.2 SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E JULGAMENTOS RELATIVOS AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL

O Superior Tribunal de Justiça decide de modo veemente o crime de estupro de vulnerável, ainda que seja cometido com consentimento da vítima.

[...] 1. Pacificou-se a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, segundo o sistema normativo em vigor após a edição da Lei n.º 12.015/09, a conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos configura o crime do artigo 217-A do Código Penal independentemente de grave ameaça ou violência (real ou presumida), razão pela qual tornou-se irrelevante eventual consentimento ou autodeterminação da vítima para a configuração do delito. [...] (AgRg no REsp 1363531 MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2014, DJe 04/08/2014).

[...] 1. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1480881/PI, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC (recursos repetitivos), pacificou o entendimento de que, em crimes sexuais cometidos contra menores de 14 anos, a presunção de violência é absoluta, bastando, para a caracterização do crime de estupro de vulnerável previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso contra a vítima. 2. ‘A modernidade, a evolução moral dos costumes sociais e o acesso à informação não podem ser vistos como fatores que se contrapõem à natural tendência civilizatória de proteger certos segmentos da população física, biológica, social ou psiquicamente fragilizados. No caso de crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos, o reconhecimento de que são pessoas ainda imaturas - em menor ou maior grau - legitima a proteção penal contra todo e qualquer tipo de iniciação sexual precoce a que sejam submetidas por um adulto, dados os riscos imprevisíveis sobre o desenvolvimento futuro de sua personalidade e a impossibilidade de dimensionar as cicatrizes físicas e psíquicas decorrentes de uma decisão que um adolescente ou uma criança de tenra idade ainda não é capaz de livremente tomar.’ [...]” (AgRg no REsp 1427049TO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015).

Apesar de existir a vida privada de cada ser humano, na qual cada pessoa possui o livre arbítrio de tomar decisões, os menores de 14 anos, para o direito penal, são considerados vulneráveis, isto é, não possuem discernimento em seus atos praticados.

[...] 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que, sob a normativa anterior à Lei nº 12.015/09, era absoluta a presunção de violência no estupro e no atentado violento ao pudor (referida na antiga redação do art. 224, “a”, do CPB), quando a vítima não fosse maior de 14 anos de idade, ainda que esta anuísse voluntariamente ao ato sexual [...] 5. O exame da história das ideias penais - e, em particular, das opções de política criminal que deram ensejo às sucessivas normatizações do Direito Penal brasileiro - demonstra que não mais se tolera a provocada e precoce iniciação sexual de crianças e adolescentes por adultos que se valem da imaturidade da pessoa ainda em formação física e psíquica para satisfazer seus desejos sexuais. 6. De um Estado ausente e de um Direito Penal indiferente à proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes, evoluímos, paulatinamente, para uma Política Social e Criminal de redobrada preocupação com o saudável crescimento, físico, mental e emocional do componente infanto-juvenil de nossa população, preocupação que passou a ser, por comando do constituinte (art. 226 da C.R.), compartilhada entre o Estado, a sociedade e a família, com inúmeros reflexos na dogmática penal. 7. A modernidade, a evolução moral dos costumes sociais e o acesso à informação não podem ser vistos como fatores que se contrapõem à natural tendência civilizatória de proteger certos segmentos da população física, biológica, social ou psiquicamente fragilizados. No caso de crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos, o reconhecimento de que são pessoas ainda imaturas - em menor ou maior grau - legitima a proteção penal contra todo e qualquer tipo de iniciação sexual precoce a que sejam submetidas por um adulto, dados os riscos imprevisíveis sobre o desenvolvimento futuro de sua personalidade e a impossibilidade de dimensionar as cicatrizes físicas e psíquicas decorrentes de uma decisão que um adolescente ou uma

criança de tenra idade ainda não é capaz de livremente tomar. 8. Não afasta a responsabilização penal de autores de crimes a aclamada aceitação social da conduta imputada ao réu por moradores de sua pequena cidade natal, ou mesmo pelos familiares da ofendida, sob pena de permitir-se a sujeição do poder punitivo estatal às regionalidades e diferenças socioculturais existentes em um país com dimensões continentais e de tornar irrita a proteção legal e constitucional outorgada a específicos segmentos da população. [...] (REsp 1480881 PI, submetido ao procedimento dos recursos especiais repetitivos, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 10/09/2015).

Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime, como defendido por Rogério Greco (2018, p.97).

A relação sexual pode ter sido “consentida” pelo ofendido, que, após, não reclama e pode até ter apreciado. Entretanto, por regras de experiência, captadas pelo legislador, é vedada a prática sexual com tais pessoas, visto que a maioria não tem discernimento suficiente, nem condições de autorizar o ato, logo, a vulnerabilidade de suas situações indica a presunção de ter sido violenta a prática do sexo. De todo modo, são previstas as formas qualificadas pelo resultado, pois é possível ocorrer a relação sexual com efetivo emprego de violência. Nesse caso, o resultado pode atingir consequências mais graves, como as lesões ou a morte da vítima. Em suma, por ser tipo penal especial em relação ao art. 213, sempre que a prática sexual envolver menor de 14 anos, enfermo ou deficiente mental ou incapaz de resistir, tipifica-se como estupro de vulnerável, levando-se em conta o art. 217-A (NUCCI, Guilherme de Souza, 2021)

O autor Guilherme de Souza Nucci defende o não consentimento da vítima, vez que ela não possui idade suficiente para tal prática, onde em alguns casos isso pode ocasionar em lesões devido o seu corpo não haver formação o suficiente para a permissão desta prática.

## 6 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS AO ESTUPRO DE VUNERÁVEIS, ORIUNDAS DAS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19

Segundo a Secretaria Municipal do Estado de São Paulo foi realizada uma pesquisa entre os anos de 2017 e 2020, os estupros de pessoas vulneráveis já aumentaram nos últimos anos, mas no primeiro semestre de 2020 diminuíram significativamente (-15,7%), principalmente nos meses de 2020. Em abril (- 36,5%) e maio (-39,3%) em relação ao período correspondente do ano passado. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

No primeiro semestre de 2020, quando começou pandemia, a proporção desse tipo de crime em áreas residenciais no estado de São Paulo era de 8 % e em maio de 88%, o que superou o patamar. 79% em anos anteriores. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

O crime de estupro de vulnerável é cometido principalmente contra crianças de 0 até 14 anos e foi responsável por 75% do total de estupros registrados no primeiro trimestre do estado de São Paulo. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Números como estes supraditos demonstram a real necessidade de alteração desse cenário. São vitais movimentações que possibilitam a denúncia, bem como da viabilização de informação para as comunidades sobre o teor das condutas criminosas.

Sob esse prisma, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou um plano de combate à violência sexual contra crianças e jovens. Um memorando de entendimento para combater a exploração de menores foi assinado na segunda-feira no Museu Huominen, no centro da capital. (Plano de enfrentamento a violência sexual contra crianças) (SAMPAIO, 2022).

A finalidade do plano de direitos da criança e do jovem elaborado pela Câmara Municipal em conjunto com a Secretaria Social do Município é melhorar a ordem pública de proteção contra abusos e violência e minimizar as consequências da pandemia, que agravou o problema.

Medida essa que deveria ser tomada como exemplo e aplicada em todo o território nacional, possibilitando assim uma real eficácia da proteção das crianças adolescentes e disseminação de seus direitos e garantias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo discorrer sobre o crime de estupro de vulnerável presente na sociedade brasileira e o aumento notório do número de casos durante a pandemia do Corona vírus.

Diante desses fatos, conclui-se que a Lei n.12.015/2009 trouxe diversas alterações, incluindo o art. 217-A no Código Penal Brasileiro, que versa sobre o estupro de vulnerável, tornando-o como crime hediondo, ou seja, inafiançável e insuscetível de indulto, graça e anistia.

Além disso, é notório, por meio das decisões e leis expostas, que não há o que se falar de consentimento nestes casos, aos menores de 14 (quatorze anos). São menores de idade e não possuem entendimento suficiente para o consentimento da prática de relação sexual. Será considerado crime independentemente do seu querer, conforme a doutrina brasileira deixa evidente que não há como consentir esta prática.

À vista disso, a melhor forma de evitar esses atos é por meio de diálogo e atenção familiar constante, de modo a perceber os sinais de qualquer diferença comportamental da criança ou adolescente.

Por fim, faz-se necessário refletir sobre o papel do Estado e sua atuação diante desses casos, se oferecida proteção devida quanto ao amparo legal e de políticas assistenciais. Afinal, todos os órgãos de proteção, bem como os de controle social precisam estar atentos e ativos quanto ao oferecimento de política de proteção e prevenção.

## REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Léo e LEITE, Isabela. **Em SP, 83% dos estupros de vulnerável durante pandemia ocorreram dentro de casa, aponta estudo. g1.com.br**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/02/em-sp-83percent-dos-estupros-de-vulneravel-durante-pandemia-ocorreram-dentro-de-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acessado em: 13 de Novembro de 2022.

BARROS, Francisco Dirceu, **Curso de Direito Penal: Parte Especial**, editora Impetus, 02 de março de 2010, p. 1.

BEZERRA, Juliana. **Lei das Doze Tábuas**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lei-das-doze-tabas/amp/>. Acesso em: 28 de setembro de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), Acesso em: 15 de Outubro de 2022.

BRASIL. **Superior Tribunal De Justiça**. Agravo regimental no recurso especial: AgRg no REsp 1346774 SC, 2012/0205482-3. Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, julgado em 18/12/2012, p. 23.

BRASIL. **Supremo Tribunal de Justiça**. Recurso Especial, Nº 302.972. Brasília: Relator Ministro FELIX FISCHER, 2016.

BRASIL. **Supremo Tribunal de Justiça**. Recurso Especial Nº 1.591.678. Brasília: Relator Ministro Rogério Schietti Cruz, 2015.

BRONZE, Giovanna. **Denúncias de violência sexual contra criança e adolescentes caem na pandemia**, 02 de dezembro 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/denuncias-de-violencia-sexual-contracrianças-e-adolescentes-caem-na-pandemia/>. Acessado em: 20 de setembro de 2022.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal, Vol. Único, parte geral**. 8ª ed. Salvador: JusPodium, 2020.

CURADO, Adriano. **Civilização Hebraica: a história do povo que escreveu o Antigo Testamento**. Disponível em: [https://conhecimentocientifico.com/civilizacao-hebraica-a-historia-do-povo-que-escreveu-o-antigo-testamento/#:~:text=Conhe%C3%A7a%20a%20hist%C3%B3ria%20da%20civiliza%C3%A7%C3%A3o,a%20base%20de%20muitas%20religi%C3%B5es.%20HYPERLINK%20%22https://conhecimentocientifico.com/civilizacao-hebraica-a-historia-do-povo-que-escreveu-o-antigo-testamento/%22&%20HYPERLINK%20%22https://conhecimentocientifico.com/civilizacao-hebraica-a-historia-do-povo-que-escreveu-o-antigo-testamento/%22text=A%20Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Hebraica%20era%20formada,f%C3%A9rtil%20junto%20ao%20Mar%20Mediterr%C3%A2neo](https://conhecimentocientifico.com/civilizacao-hebraica-a-historia-do-povo-que-escreveu-o-antigo-testamento/#:~:text=Conhe%C3%A7a%20a%20hist%C3%B3ria%20da%20civiliza%C3%A7%C3%A3o,a%20base%20de%20muitas%20religi%C3%B5es.%20HYPERLINK%20%22https://conhecimentocientifico.com/civilizacao-hebraica-a-historia-do-povo-que-escreveu-o-antigo-testamento/%22&%20HYPERLINK%20%22https://conhecimentocientifico.com/civilizacao-hebraica-a-historia-do-povo-que-escreveu-o-antigo-testamento/%22text=A%20Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Hebraica%20era%20formada,f%C3%A9rtil%20junto%20ao%20Mar%20Mediterr%C3%A2neo.). Acessado em: 05 de novembro de 2022.

FERNANDES, Cláudio. “Povos indo-europeus”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/povos-indo-europeus.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**, editora Atlas, ed. 3, p. 97.  
In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2020. São Paulo: FBSP, 2020.

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993412/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]/4/34/14](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993412/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]/4/34/14). Acessado em 11 de novembro de 2022.

MAALAFIA, João Vitor. Lei de Talião. [S. l.], 9 nov. 2022. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Lei\\_de\\_tali%C3%A3o](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Lei_de_tali%C3%A3o) Acesso em: 15 nov. 2022.

MOURA, Barbara Danielle. **Os crimes sexuais e a Lei nº 12.015/2009**, 25 de março 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/37514/os-crimes-sexuais-e-a-lei-n-12-015-2009>. Acessado em: 29 de setembro de 2022.

MARCÃO, Renato e GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601813/epubcfi/6/4\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcatalografica.xhtml\]/4/2/2/1:10\[885%2C536\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601813/epubcfi/6/4[%3Bvnd.vst.idref%3Dcatalografica.xhtml]/4/2/2/1:10[885%2C536]). Acessado em: 12 de novembro de 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. Rio de Janeiro: ed. Forense, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993566/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]/4/46/2/2/1:6\[681%2C50\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993566/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]/4/46/2/2/1:6[681%2C50]). Acessado em: 12 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Gabriel Garcia de. **Prisões na antiguidade: o direito penal nas sociedades primitivas**, 01/10/2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/prisoes-na-antiguidade-o-direito-penal-nas-sociedades-primitivas/>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

REI, Mariane Del. Brasil registra 100 mil estupros durante a pandemia, 10 de março 2022. Disponível em: <https://www.socialismocriativo.com.br/brasil-registra-100-mil-estupros-durante-a-pandemia/>. Acessado em: 22 de outubro de 2022.

ROSSETTO, Enio Luiz. **Teoria e aplicação da pena**. São Paulo: ed. Atlas S.A., 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522492657/pageid/3> acessado em: 13 de novembro de 2022.

RINALDI, Wagner Gustavo. Erro de tipo e erro de proibição. In: CURADO, Adriano. Lei das Doze Tábuas comentada: As tábuas originais ficavam expostas no Fórum para que toda população pudesse conhecê-las.. [S. l.], 10 nov. 2020. Disponível em: <https://wagnergustavorinaldi.jusbrasil.com.br/artigos/871824411/erro-de-tipo-e-erro-de-proibicao/amp> Acesso em: 29 set. 2022.

PRISÕES na antiguidade: o direito penal nas sociedades primitivas. [S. l.], 1 out. 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/prisoes-na-antiguidade-o-direito-penal-nas-sociedades-primitivas/> Acesso em: 25 set. 2022.

SAMPAIO, Fabiana. **Rio lança plano de enfrentamento a violência sexual contra crianças**. [S. l.], 23 maio 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-05/rio-lanca-plano-de-enfrentamento-violencia-sexual-contra-criancas?amp>. Acesso em: 10 nov. 2022. Acessado em: 03 de Setembro de 2022.

UNICEF. **Pandemia dificulta denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo**, revela relatório. 02 dezembro 2020, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/pandemia-dificulta-denuncia-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-sp>. Acessado em: 11 de setembro de 2022.

Wikipédia. **Lei de talião**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_de\\_tali%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_tali%C3%A3o). Acessado em: 10 de outubro de 2022.

## A seletividade do sistema penal brasileiro<sup>1</sup> *The selectivity of the Brazilian penal system<sup>2</sup>*

Fabiana Tourinho Silva Raad Barros<sup>3</sup>  
José Elias Sebiert Santana Junior<sup>4</sup>

Submetido em: 15/11/2022  
Aprovado em: 16/11/2022  
Publicado em: 18/11/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.408

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o problema da seletividade estrutural do sistema penal Brasileiro, enquanto instrumento de controle social, uma vez que o princípio da isonomia não parece ser aplicado, indo de encontro com o discurso oficial que tende a apresentar o Direito Penal com uma feição isonômica, punindo de maneira igual todos aqueles que violem preceitos incriminadores para se tornar seletivo, repressivo, estigmatizante e com fortes traços higienistas para uma determinada camada social. Este artigo busca destrinchar essa seletividade em seu *modus operandi*, ao tentar compreender o funcionamento seletivo do sistema penal moderno Brasileiro, destacando os pontos em que o sistema repressivo estatal, analisando exemplos atuais da diferenciação da ação do Estado nas classes sociais mais baixas em detrimento das mais altas e ao funcionar dessa forma, mostra-se ineficiente em vários pontos de vista.

**Palavras-chave:** Sistema penal, seletividade, justiça

### Abstract

The present work aims to analyze the problem of the structural selectivity of the Brazilian penal system, as an instrument of social control, since the principle of isonomy does not seem to be applied, going against with the official discourse that tends to present Criminal Law with an isonomic feature, equally punishing all those who violate incriminating precepts to become selective, repressive, stigmatizing and with strong hygienist traits for a certain social layer. This article seeks to unravel this selectivity in its *modus operandi*, by trying to understand the selective functioning of the modern Brazilian penal system, highlighting the points in which the repressive state system, analyzing current examples of the differentiation of State action in the lower social classes to the detriment of the higher levels and, when functioning in this way, it proves to be inefficient in several points of view.

**Keywords:** Penal system, selectivity, justice

## 1. Introdução

Segundo a constituição Brasileira de 1988, no caput do seu artigo 5º, a igualdade de tratamento perante a lei, assegura a qualquer cidadão o direito a vida e a liberdade. Em outras palavras, todo ser humano é igual perante a lei, não importando seu sexo, sua classe social e sua etnia. Sendo o sistema Penal o que assegura o cumprimento dessa máxima ao indivíduo, cujo objetivo é admoestar o infrator desta de forma indiscriminada.

Não é, porém, o que acontece na realidade judicial brasileira. Basta uma breve análise do funcionamento desse sistema e podemos perceber bastantes contestações sobre essas questões, uma vez que percebemos o quando o sistema não parece atuar de forma indiscriminada ao captar aqueles que cometem algum tipo de crime.

Na prática, o que parece acontecer é uma diferenciação do estado ao tratar de uma maneira mais ou menos

1

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Orientador: José Elias Sebiert Santana Junior. Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista.

<sup>2</sup> Course Completion Work presented to The St. Augustine College of Vitória da Conquista, as a partial requirement to obtain a Bachelor of Law degree. Advisor: José Elias Sebiert Santana Junior. St. Augustine's College of Conquest Victory.

<sup>3</sup> Discente do curso de Direito da Faculdades Santo Agostinho de Vitória da Conquista – FASAVIC. fabianatourinhosb@gmail.com

<sup>4</sup> Professor orientador, Pós-Graduado em Novas Metodologias e Práticas Especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho com Capacitação para o Ensino no Magistério Superior pela Faculdade Damásio de Jesus. Coordenador do Curso de Direito e do Núcleo de Carreiras e Estágios da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista. Vice-presidente da Comissão de Empreendedorismo Jurídico da OAB/ Subseção Vitória da Conquista/BA.

rigorosa o indivíduo que cometeu um delito diferenciando-o pela sua localidade - e obviamente sua classe - bem como a avaliação do seu fenótipo para ele possuir então a tendência a praticar delitos. (Oliveira, 2020)

O debate sobre a problemática da seletividade da atuação do sistema penal Brasileiro; de sua falha ao se aplicar verdadeiramente a lei de isonomia referida na constituição e de como essa seletividade interfere em vários outros pontos problemáticos de uma sociedade é buscada através desse artigo ao analisar artigos de estudiosos da área buscando compreender, sobre a lógica punitiva, esta seletividade evidenciada neste sistema.

## 2. Sistema Penal

O estado tem o status de pacificador da sociedade e, por isso, somente ele tem o direito de fazer uso da violência respaldado pelo uso da ação coercitiva a fim de garantir o bem-estar e convivência de todos, o que depende então de um “grupo de instituições que, segundo regras jurídicas pertinentes, se incumbem de realizar o direito penal, que chamamos sistema penal”. (NILO BATISTA 1990).

Para Zaffaroni (2007, p. 65-66):

Chamamos ‘sistema penal’ ao controle social punitivo institucionalizado, que na prática abarca desde que se detecta ou supõe detectar-se uma suspeita de delito até que se impõe e executa uma pena, pressupondo uma atividade normativa que cria a lei que institucionaliza o procedimento, a atuação dos funcionários e define os casos e condições para esta atuação. Esta é a idéia geral de “sistema penal” em um sentido limitado, englobando a atividade do legislador, do público, da polícia, dos juízes e funcionários e da execução penal.

O que são chamadas de “condutas penalmente reprováveis” parecem atravessar o ser humano, respondendo dessa forma com atos de violência, pequenas ou grandes, mesmo estas não sendo aprovadas pela sociedade e dificultando sua coexistência. Leis e condutas foram então criadas de forma necessária a sociedade exercer a boa convivência.

A culpabilidade é entendida como “um juízo de reprovação sobre determinada pessoa pela prática de determinada conduta” (CAPEZ, 2003, p. 530) e nesse sentido a culpabilidade está no ato em si e não no sujeito; deve-se culpar o ato e não a pessoa. O estado então – deveria – culpar o ato sem olhar para quem o cometeu, ou seja: julgar a ação cometida e não o sujeito que a cometeu. No entanto isso parece estar longe da realidade penal brasileira.

## 3. Seletividade do Sistema Penal

O sistema Penal funciona de outra forma como afirma Nilo Batista (2007, p.25) e divide-se em três segmentos: Policial, Judicial e executivo. E as instituições ligadas a esses processos que atuam primeiramente com a polícia, enquanto responsável pela investigação dos crimes; o promotor que representa a Justiça pública, juntamente com o Juiz que representa a aplicação da lei e, por fim, a instituição penitenciária. Não obedecendo, necessariamente, a uma ordem cronológica, por serem independentes entre si e por fazer parte do sistema como explica Zaffaroni e Pierangeli ao afirmar que “o judicial pode controlar a execução, o executivo ter a seu cargo a custódia do preso durante o processo, o policial ocupar-se das transferências de presos condenados (...)” (2011, p. 70-71).

Compreendendo o processo, é importante frisar aqui que a constituição Brasileira entende que o Estado Democrático de Direito abrange a dignidade da pessoa humana como um fundamento crucial para todo o ordenamento jurídico aplicado. Cabendo a constituição, dentro do âmbito penal, garantir esse direito legitimado, respaldando e – limitando – o poder do Estado ao exercer a função de controlador e convívio socialmente úteis (ANDRADE, 1997).

No entanto, no Brasil de fato, o que se percebe é a grande inconexão entre a política criminal constituída em sua prática, e as diretrizes constitucionais que entendem o código penal, tornando assim, possível, debater a seletividade do sistema penal Brasileiro.

2

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Apenas essa informação contida no art. 5º da Constituição Federal pode ser um disparador para o debate e análise do princípio da isonomia dentro do Direito penal.

É necessário expor aqui o quanto o Sistema penal é seletivo. Mesmo sendo baseado em uma diretriz justa e igualitária, basta observar os locais em que maioria das prisões e operações policiais são feitas; as vítimas fatais e em que local as balas perdidas são destinadas. (Oliveira, 2020) É nítido a diferença do tratamento judiciário

e aqui apontamos casos como o de Rafael Braga<sup>5</sup> ilustrando que acontece diariamente a não existência do tratamento igualitário exigido por lei e de como existe a desigual opressão de uma classe social sobre a outra. Não é difícil perceber então a classe dominante e seu poder aquisitivo controlando esse sistema defendendo seus próprios interesses. Entender então que o privilégio da celeridade do sistema penal, bem como o tratamento digno previsto em lei é detida e exclusiva para essa classe social a transformando em não parcial, não isenta e muito menos destinada a todos. (BARATTA *apud* ANDRADE, 1997, p. 282)

O que parece existir na hora da criminalização é um pré-julgamento pelo que o sujeito é e não pelo que fez. Em outras palavras, o sistema percebe que se ele é pobre, se ele é negro, se ele possui o arquétipo de criminoso – amplamente difundido e naturalizado na sociedade como o homem negro - o ajudam a julgá-lo antecipadamente e por isso o princípio de isonomia tão repetido não é aplicado (Zaffaroni, 2007) O crime está no status social ao qual o cidadão é visto e o sistema penal possui uma preferência nítida entre um e outro. Mesmo os que cometem crimes – tão ou mais hediondos - que os de classe social mais baixa, não são julgados ou condenas pelo sistema como os de classe mais baixo os são (Andrade,1997)

Quando se encontrada uma maior “tolerância” por parte do Estado para alguns crimes em relação a algumas pessoas essa percepção é nítida. O furto parece ser fervorosamente recriminado se identificado à criminalidade nas classes de baixa renda da sociedade, mas ele não parece acontecer quando há “criminalidade de colarinho branco” (DIAS; ANDRADE, 1984, p. 47). Essa expressão foi cunhada para se referir a crimes praticados pelas pessoas de alta classe social. Essa benevolência é vista inclusive na divulgação do fato quando o crime for cometido por pessoas são de classes dominante.

Dessa forma então, podemos dizer que o nível de penalidade aplicada recai sobre as pessoas de baixa classe social e a esse fenômeno chamamos de *labeling approach* ou teoria do etiquetamento.

### 3.1 Labeling Approach

O *labeling approach* para Hassemer (2005), significa enfoque do etiquetamento social, e tem como tese central a ideia de a “*criminalidade é uma etiqueta*, a qual é aplicada pela polícia, pelo ministério público e pelo tribunal penal, pelas instâncias formais de controle social” (HASSEMER, 2005, p. 101-102, grifo do autor). Nesse sentido, a teoria explica o fato de que alguns indivíduos são classificados como criminosos – primordialmente os de classe social mais baixa - são “etiquetados” como criminosos simplesmente porque se encaixam nesse padrão implicando automaticamente na capacidade de atuarem de forma ilícita e essa imputação depende da interpretação de um juiz. Hassemer (2005).

Exemplos como a do reconhecimento facial por meio de fotos quando se faz pela simples apresentação, à vítima ou testemunha, de imagens do suspeito previamente selecionadas em álbuns policiais ou redes sociais – uma prática comum nas delegacias indicado pelo artigo 226 do CPP<sup>6</sup>, o qual determina que o suspeito – sempre que possível – seja colocado ao lado de outras pessoas com alguma semelhança, para que a vítima ou testemunha o aponte. Entendia-se, no Superior Tribunal de Justiça e em outros tribunais, que o dispositivo legal trazia recomendações para as autoridades, e não uma regra indispensável se tornando então extremamente problemático como avalia o ministro Schietti (2022) na edição especial de notícias do STJ.

A reportagem do Jornal Nacional de maio de 2022, destaca três homens que foram vítimas de uma confusão ao serem presos por reconhecimento facial, ao serem apontados como suspeitos de crimes cometidos por outras pessoas, e a única prova apresentada pela Polícia Civil contra eles foi uma foto. A reportagem de Paulo Renato Soares destaca o fato dele “conseguiram provar a inocência e deixar a cadeia, mas estão longe de se sentir livres”

A etiqueta social então é colocada nesses sujeitos e eles são vistos como criminosos e são responsabilizados como criminosos. Não significa apenas que pobres e negrão são criminosos, mas porque etiquetaram isso a ele e criando uma estigmatização social que parece controlar todo o sistema. Andrade (1997, p. 205). Acredita-se que os pobres são marginais e isso é internalizado na sociedade como um senso comum, a concentração então de policiamento nas periferias é maior e nitidamente o tratamento e conduta é diferenciado, como se fosse praticamente impossível existir criminalização das classes mais altas.

Estatisticamente, 95% da população carcerária é pobre. No entanto, 5% dos “favelados” em São Paulo, de acordo a pesquisa de Pimentel (1983) são realmente infratores. Nesse sentido ele afirma que “(...) A pobreza não é causa de crime, pois, se o fosse, todos os pobres cometeriam crimes, o que, felizmente não

5 Catador de recicláveis brasileiro reconhecido como único condenado em circunstância relacionada aos protestos no Brasil em 2013. Preso em abordagens policiais sem testemunhas, com um produto de limpeza e com suspeita de flagrantes forjados, segundo a defesa do jovem.

6 Código Processual Penal.

acontece. Mas, certamente, a pobreza é fato de crime(...)" (Pimentel, 1983 p. 17) provando um ponto que há muito é se falando nesse trabalho: a teoria da igualdade não pode ser aplicada uma vez que existe, na prática a conduta do etiquetamento.

Mesmo com exemplos e mais exemplos da condição social sendo vítima de racismo e preconceito, sendo vista e apontada todos os dias, o sistema Penal parece ter destino certo na hora da culpabilização dos crimes. Uma preferência social que faz com que o sistema prefira atuar em um setor e ignorar outros, tornando assim a lei falha uma vez que parece que apenas um grupo é vítima preferencial da atuação de um sistema.

#### 4. O poder Qualitativo e Quantitativo do Sistema Penal

A impossibilidade de prever uma estimativa real do grau de criminalização, já que o conceito parece estar manipulado pelo próprio sistema Penal, faz com que toda uma sociedade pense na configuração como sendo real de que a criminalidade se encontra na camada mais baixa da sociedade e aumenta consideravelmente o julgamento e ações punitivistas nos setores vulneráveis dessa mesma sociedade. (ZAFFARONI, 1999)

Essa demanda acaba por exigir do sistema – teoricamente neutro – uma seletividade. De ser preferível, para possíveis tomadas de providências, os crimes cometidos por determinadas pessoas em detrimento de outras, passando obviamente pela classe social. A própria escolha de qual caso entra em pauta, parece ser seletivo para atender a um sistema anterior ao próprio sistema Penal, mas é sabido que escolher os casos a serem apurados e julgados fere o princípio básico sugerido pelo sistema penal: a igualdade tanto exigida.

A justificativa dada pelo Estado é a grande quantidade de processos em andamento e falta de material humano para dar conta com celeridade nos casos. Notoriamente, a quantidade de crimes enquadrados no código penal são milhares e muitos se perdem dentro do próprio sistema uma vez que a população brasileira parece se encaixar em várias infrações diárias que são passadas despercebidas pelo sistema pelo simples fato dos infratores não serem autuados. (PIMENTEL, 1983)

Se todos os crimes cometidos – roubos, adultérios, defraudações, subornos, falsidades, estupros, abortos, lesões, ameaças, agressões etc. - fossem, de fato, criminalizados, “praticamente não haveria indivíduo em nossa sociedade que não fosse, por diversas vezes, criminalizado” (ZAFFARONI, 1991, p. 26). A porcentagem então de infrações investigadas e punidas estão na escala inferior a 10% e por si só já é seletiva já que se escolhe – provavelmente baseado na escala já apresentada – qual infração é administrada e qual não é. (BARATTA apud ANDRADE, 1997)

Esse valor quantitativo ainda respeita a uma ordem qualitativa de caráter racial e social: A quantidade de pobre e preto criminoso é muito maior que a de brancos e ricos. Uma Pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, através do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgada nos anos de 2020 com dados de 2019, mostrou que em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%. de cada três presos, dois são negros. Dos 657,8 mil presos em que há a informação da cor/raça disponível, 438,7 mil são negros (66,7%).

Esse cidadão infrator se encaixa no perfil fácil de ser captado e de encaminhar para o processo penal, torna-se mais fácil captá-lo, encaminha e agilizar o processo penal. A higienização é nitidamente percebida quando o sistema agiliza o processo dos “criminosos pretos” em detrimento dos grandes criminosos empresariais que não correspondem ao estereótipo de bandido em nossa sociedade. (ANDRADE, 1997).

#### Considerações Finais

Notório então como a seletividade do sistema penal brasileiro acaba por intensificar a desigualdade existente na sociedade. Ela intensifica, corrobora e propaga a desigualdade no Brasil. A legitimidade do princípio da Igualdade, tendo em vista situações em que a teoria do etiquetamento é aplicado, parece ser uma falácia repetida por uma classe social dominante que precisa se manter no poder.

4

O Estado, juntamente com o Sistema Penal deveria garantir a democracia e os direitos do cidadão e não a manipulação destes ferindo princípios que o Estado teima em afirmar que existe: a isonomia. A propagação de uma existência de conceito que nitidamente não é explicado acaba por atrapalhar e muito o próprio sistema.

A atuação efetiva para mudanças reais conclusivas dentro do sistema Penal precisa ser passada pelo crivo de um novo sistema que evite a marginalização de pessoas pobres e negras. Pontos comuns e sensíveis a toda a sociedade, como educação, emprego, saúde e segurança devem ser pontos de partida para

a diminuição a criminalidade assim como uma mudança social do estereótipo da criminalidade que cai sobre o povo afrodescendente, pobre e periférico. Além de criminalizar a pobreza, infringe os direitos humanos dos vulneráveis socialmente e mantém impune os socialmente dominantes. O sistema não pode, porém parece ser discriminatório e utilizado para corroborar a imagem errada de que o indivíduo da classe de baixa renda são criminosos.

Não apenas cobrar mais da sociedade, dos governantes e fazer valer a vontade do cidadão conhecedor. É necessária uma mudança radical da sociedade a partir do ponto em que se faz necessário construir essa sociedade de forma ativa e não passiva; O estado é democrático de direito e deve agir como tal. Se faz necessário então agir, em sociedade, para minimizar o preconceito que foi enrustido nela de que cidadãos marginalizados possui um estereótipo falso e não deve influenciar nas decisões do Estado.

## Referências

ACAYABA, Cíntia e Reis Thiago, **Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública**. Portal G1, 19/10/2020 05h00. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência a violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. São Paulo: Livraria dos Advogados, 2003.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução a sociologia do direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro :Revan, 1990.

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Magistratura e direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1992.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra Ed, 1984.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Questões fundamentais do direito penal revisitadas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

HASSEMER, Winfried. **Introdução aos fundamentos do Direito Penal**. Tradução de Pablo Rodrigo Aflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

OLIVEIRA, Karine Alves Silva. **A seletividade do sistema penal: resultando um tratamento diferenciado entre os indivíduos**. 2020, disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/a-seletividade-do-sistema-penal-resultando-um-tratamento-diferenciado-entre-os-individuoss.htm>

PIMENTEL, Manoel Pedro. **O crime e a pena na atualidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

5 STJ especial. **Reconhecimento de pessoas: um campo fértil para o erro judicial**. 06/02/2022 07:00, disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/06022022-Reconhecimento-de-pessoas-um-campo-fertil-para-o-erro-judicial.aspx>

SOARES, Paulo Renato. Conheça a história de 3 brasileiros que foram presos injustamente a partir do reconhecimento fotográfico, **Jornal Nacional** 31/05/2022 ,21h32 disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/31/conheca-a-historia-de-3-brasileiros-que-foram-presos-injustamente-a-partir-do>



[reconhecimento-fotografico.ghtml](#)

SANTOS, Jose Wilson Seixas. **Sintese expositiva de criminologia**. 2.ed. São Paulo: JuridVellenich, 1973.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Rio de Janeiro: Forense, 1981. 97p.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro :Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

## A verdadeira dor do parto: a violência obstétrica na realidade brasileira *The real pain of childbirth: obstetric violence in the Brazilian reality*

Izabela Lacerda Silva

Submetido em: 18/11/2022  
Aprovado em: 19/11/2022  
Publicado em: 20/11/2022  
DOI: 10.51473/ed.al.v2i2.410

### RESUMO

Em diversos modelos de assistência ao parto em serviços públicos no Brasil ocorre a violência obstétrica. Estes procedimentos ofendem, humilham, ocasionando sofrimento psicológico e físico para a mulher. Neste artigo científico será realizada uma análise sobre a violência obstétrica vivenciada pelas gestantes. Os resultados apontam práticas de assistência ao parto, marcadas pelo desrespeito à mulher e seus bebês. Diante desses casos sugere-se uma real transformação das práticas obstétricas realizadas pelas enfermeiras e médicos na assistência ao parto humanizado e a entidade reguladora nacional, de modo a intervir para inibir e combater as práticas ocorridas contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Violência obstétrica. Violência a mulher. Dignidade da pessoa humana. Teoria do bem jurídico. Serviço humanizado. Parto. Direito Penal.

### ABSTRACT

In several health services and childbirth care models in Brazil occurs practices obstetric violence. These are procedures offend and humiliate, inflicting psychological, physical suffering for women. This scientific articles to analyse the obstetric violence perceived by victims. The results proposed that delivery care practices, maked by disrespect for women and yous babys; Suggests the transformation of nurses, doctors obstetrical in huanized birth care and the national regulatory authority, may intervene to inhibit and combat practices occurred against the women.

**Keywords:** Obstetric violence. woman violence. Dignity of human person. Criminal Legal Well. Labor. Care humanization. Parto. Criminal Law.

## 1. INTRODUÇÃO

Como se sabe, há muitos casos de violência obstétrica cometida contra mulheres em todo país. Hospitais, clínicas privadas e públicas são responsáveis pelo bem-estar de cada parturiente, mas infelizmente, muitas são as vezes onde essas instituições e até profissionais da área ofuscam esses atos cometidos diariamente contra mulheres, indignamente afetadas de forma física, psíquica, moral. Assim, desencaminha a verdadeira dor do parto: a violência obstétrica na realidade brasileira.

O que está sendo descrito e aqui analisado é o que se ouve através das histórias contadas por mulheres em todo país, histórias essas, que nos levam a refletir cada ato descrito em palavras e podemos chamar de violência, de crime que afeta o caráter psicológico, físico, sexual, geradoras de danos morais causados às mulheres.

Trata-se de procedimentos obstétricos realizados sem qualquer comprovação científica, procedimentos humilhantes, desnecessários que ofendem e forçam as parturientes dar à luz, sem levar em consideração as especificidades de cada organismo, de cada mulher que chega com sua realidade, sua dor, sua emoção.

Assim, aquele momento que devia ser ímpar na vida da mulher e do seu bebê, torna-se um momento de pura frustração. Surpreendidos com clima de terror, a mãe e sua criança acabam marcadas por toda vida. A mãe rotulada de "fraca", "exagerada", cheia de "manias"; a criança muitas vezes machucada fisicamente, exposta a grandes riscos à saúde. E quantos, quando não enfrentam sequelas, perdem até a vida.

Há de se questionar o porquê de tantos médicos, enfermeiros, funcionários da área da saúde, dotados de toda técnica e saber científico acabam por revelar praticantes da referida violência.

Mister que o Estado reconheça tema tão relevante, digno de tomada de consciência por toda sociedade,

a fim de gerar mobilização para que mais mulheres e bebês sejam protegidos do sofrimento à violência obstétrica. Haja também projeção em políticas públicas que as assegurem dos seus direitos e melhor tratamento e acompanhamento obstétrico que cada parturiente merece.

Neste trabalho serão apresentados estudos a respeito da violência obstétrica vivenciada por mulheres no dia a dia nas salas de parto, consultas clínicas, durante e pós-gestação. Trata-se de violências cometidas que devem ser reconhecidas e receba a devida punição aos que a praticam bem como, para que as mulheres recebam proteção no seu momento ímpar que é a maternidade.

A violência é toda prática, seja ela ação ou omissão, que tenha intuito de discriminar, impor, estabelecer diferenças e que tenham resultado algum dano, ou morte, causando problemas físicos, sexuais mentais, financeiros, a honra, entre outros. (PIOVESAN,2002apud PEREREIRA; PEREREIRA,2021)

Uma vez identificadas ações de violência, deve-se nesse sentido recorrer na tentativa de inibir e combater.

É importante salientar que muitas são as sequelas deixadas nas mulheres: o psicológico, o físico e moral sempre agravados pela falta de ética e humanidade de seus agressores. A vítima carrega consigo tantas dores e muitas vezes irreversíveis. Entende-se a violência obstétrica, como a dor do parto causada por terceiros.

Pretende-se com este trabalho promover atenção plena acerca do tema em questão, de forma a elucidar as práticas de violência cometidas na área da obstetrícia com enfoque nos relatos divulgados por grupos de mulheres que já tenham passado pelo momento da maternidade.

Essa reflexão servirá como instrumento de análise de uma visão social/jurídica por distinguir princípios do delito e defender mulheres vítimas dos conflitos causados através da violência obstétrica. Bem como, avaliar a aplicabilidade do sistema jurídico brasileiro no que confere as penalidades ou correção aos danos causados às vítimas da violência obstétrica e conforme avaliação identificar e validar direitos humanos das mulheres enquanto gestantes por garantir maior proteção as que necessitam de cuidados obstétricos;

Para tanto, refletir e levar em conta a responsabilidade das entidades reguladoras de cunho nacional e estadual que devem favorecer a criação e efetivação de políticas públicas de direitos e proteção as gestantes vítimas dos abusos causados pela violência obstétrica.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Maternidade, acompanhamento humanizado

Ao analisarmos o evento da maternidade dentro do contexto histórico é possível observar a trajetória de partos tida como rituais domiciliares a citar: a presença de parteiras ou mulheres que já tivessem passado pela experiência de dar à luz, ser mãe. Neste cenário muita tensão; aplicação de credices populares; má acomodação da gestante, medicalização desprovida dos fundamentos científicos, falta dos recursos tecnológicos. A essa reflexão cita-se os estudos de (Sanfelice, 2014) o mesmo nos indica que no período:

Até o final do século XVIII, o parto era um ritual das mulheres, realizado nas casas das famílias com o acompanhamento de parteiras (Rattner, 2009; Pasche, Vilela, & Martins, 2010; Sanfelice, Abbud, Pregnolato, Silva, & Shimo, 2014).

No final do século XIX, inicia-se um processo de mudança por meio das tentativas de controle do evento biológico por parte da obstetrícia, que deixa de ser da esfera do feminino e passa a ser compreendido como uma prática médica (Sanfelice et al., 2014).

Nessa concepção, o processo da maternidade começa a sofrer influências do uso de tecnologias, capazes de regular e monitorar o parto, competências essas, atribuídas ao médico, ao enfermeiro obstetra e demais profissionais que compõe a equipe na participação no processo, na tomada de decisões pelas vias de parto, sem retirar o protagonismo da mãe/mulher na ação, devendo ser tratada dentro de um propósito humanizado.

Infelizmente o que se percebe nos dias atuais são erros cometidos por muitos profissionais da saúde, já que lhes faltam ética e serviço humanizado ao parto e o trabalho desses profissionais é visto numa configuração de um modelo arcaico, e acaba por submeter as mulheres/parturientes em momentos de puro terror (Diniz & Chacham, 2006; Leal et al., 2014; Pasche et al., 2010; Tornquist, 2002).

A realidade brasileira é caracterizada por um atendimento com abuso de intervenções cirúrgicas, muitas vezes humilhante, em que há falta de informação às mulheres e até a negação ao direito ao acompanhante, o que é considerado um desrespeito aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, além de uma violação dos direitos humanos (Diniz & Chacham, 2006; Leal et al., 2014; Pasche et al., 2010; Tornquist, 2002).

Torna-se comum escutar de mulheres as narrativas de suas histórias e experiências pela maternidade. Entre um caso e outro elas vão narrando suas dores, marcas profundas, cenas de desconforto, atos, julgamentos, xingamentos. Nesses relatos, as próprias mulheres demonstram consciência ou conseguem medir a gravidade da violência sofrida e de forma **nítida**, a real dor do parto, experimentada no mais alto teor da agressividade cometida pelas instituições e os profissionais que a compõem.

Segundo programa nacional saúde da mulher desde 1994 eram incluídas ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres (BRASIL, 1984).

Nesse sentido, vale aos Estados e Municípios um trabalho de mobilização em rede por promover palestras, distribuição de cards informativos, utilização das mídias diversas, tv, internet, etc. As mulheres uma vez informadas, conscientes de seus direitos poderão se posicionar, evitar assim, a naturalização dos abusos cometidos por certos procedimentos arcaicos que banalizam os fatos.

## 1.2 Precariedade da Atenção Obstétrica

Desde a implantação do Sistema de Informação Ambulatorial (AIH), registra-se uma tendência de aumento do número de consultas de pré-natal, especialmente a partir de 1997. Em 1995, foram registradas 1,2 consultas de pré-natal para cada parto realizado no SUS. Em dezembro de 2002, essa razão era de 4,4 consultas de pré-natal para cada parto (Tabnet SIA-Datasus e TabwinAIH-Datasus, 2003).

Apesar do aumento do número de consultas de pré-natal, a qualidade dessa assistência é precária. Isso pode indicar que as equipes de profissionais da saúde nem sempre se dispõem de informações suficientes e sensibilizam para a importância da consulta puerperal.

Segundo pesquisa, (Leal et al., 2014), realizada entre 2011 e 2012, sugere analisar a base hospitalar por diferentes regiões do Brasil as intervenções obstétricas realizadas em puérperas e recém nascidos. Os números da pesquisa revelam que de 23.940 mulheres, 56,8% foram encaminhadas para os procedimentos de intervenção cirúrgica através do diagnóstico de suas condições de saúde para os casos de risco obstétrico habitual. Em 45,5% dessas mulheres a indicação para cesariana e 54,5% para parto vaginal, apenas 5,6% tiveram parto normal sem nenhuma intervenção (Leal et al., 2014).

A pesquisa revelou ainda que em relação aos trabalhos de parto a punção venosa foi realizada 70% das mulheres; a ocitocina (ruptura da membrana que envolve o feto) para aceleração do parto em 40%; o procedimento de analgesia raqui peridural em 30% delas. Às intervenções litotomia (posição deitada com a face para cima e joelhos flexionados) foi utilizada em 92% das parturientes.

O procedimento manobra de Kristeller (caracterizada pela aplicação de pressão na parte superior do útero) aplicado em 37%; a episiotomia (corte na região do períneo) ocorreu em 56% dos casos. Dos números apresentados podem se dizer, excessivos e preocupante, conforme análise da pesquisa (Leal et al., 2014) os mesmos impossibilitados de respaldo científico.

Em muitos desses procedimentos realizados pode-se comprovar a imprudência cometida pelo médico ou enfermeiro obstetra que ao menos informa a paciente o tipo de parto ao qual será submetida e muitas vezes precipitado esse profissional se caracteriza por imprudente, negligente. Destaca Regina Beatriz Tavares da Silva explica:

A negligência é a culpa omissiva, oposto de diligência ou de ação cuidadosa. É a desatenção, distração, indolência, inércia, passividade. Assim, na área da saúde, podemos defini-la como a omissão de comportamentos recomendáveis pela prática e ciência médica. (...) A imprudência é o oposto de previdência. É a leviandade, a irreflexão, o açodamento, a precipitação. Na área da saúde podemos defini-la como a utilização de procedimentos não recomendados pela prática e ciência médica. (...) A imperícia é o oposto de perícia. É o despreparo ou a falta de habilidade. Na área da saúde pode ser definida como a deficiência de conhecimentos técnicos. [...] (SILVA, 2007, p. 26-28).

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Segundo o que foi citado no artigo o fornecedor é responsável existindo culpa ou não. À luz do Direito, Nascimento et al. (2014, p. 116) entendem violência obstétrica como:

Intervenções danosas tanto à integridade física e psicológica das mulheres nas instituições e por profissionais pelos quais são atendidas, assim como o desrespeito a sua autonomia. Essas intervenções, praticadas de forma rotineira no momento do parto, são consideradas, de acordo com as normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), fatores de risco tanto para a mulher quanto para o bebê. Assim, a violência obstétrica implica em violações de direitos humanos, como o direito à integridade corporal, à autonomia, a não discriminação, à saúde e à garantia do direito aos benefícios do progresso científico e tecnológico.

O parto é considerado um momento único, muito significativo e importante para as mulheres. Não pode ser mais um momento de isolamento. Por isso, tornar o direito de ter um acompanhante de sua livre escolha durante a internação é o que estabelece a Lei n. 11.108 de 7 de abril de 2005.

Art. 19-J. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Nota-se que tanto as autoridades políticas quanto os profissionais da saúde devem conscientizar para um esforço maior e para combater a agressividade e violência obstétrica, historicamente entendida como normal, e muitas mulheres choram em silêncio, reprimidas temem por ouvir expressões vindas dos agressores tais como: frescura, exagero, moleza de mulher.

Muito se tem a fazer para concretização das normas e combate à violência obstétrica contra as mulheres.

### 2.3 Violência obstétrica e direito penal

É preciso especificar normas de combate e penalidades à violência obstétrica na legislação brasileira. E, termos de responsabilização esta pode-se dar no âmbito da seara cível ou criminal.

No âmbito civilista, encontra-se o instituto da responsabilidade civil, formalizado pelo art. 5º incisos V e X da Constituição Federal de 1988. Assim, com base nesse artigo, entende-se que qualquer ação que traga danos a um terceiro, deverá ser civilmente responsabilizado ou indenizado. Aqui, qualquer pessoa, natural ou jurídica e em qualquer situação, possui a obrigação de se responsabilizar pelos efeitos de um ato, fato, ou negócio danoso (BRASIL, 1988).

Com base no art. 186 do código civil entende-se que os profissionais de saúde que cometeram algum ato de violência obstétrica configurado “erro médico” podem ser responsabilizados e penalizados civilmente pelos prejuízos causados às vítimas, comprovada autoria do dano, destina-se o autor na obrigação de pagar indenização a vítima.

Insta salientar que todo procedimento que não seja devidamente informado à mulher grávida e posteriormente autorizado, caso haja complicações e danos, o médico responsável responderá pelo crime de lesão corporal. Inclui-se também nesses casos, a prática de abuso numa intervenção, que se enquadra no delito de constrangimento ilegal (MORAES, 2020).

A respeito dessa situação, cabe destacar a seguinte jurisprudência:

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO CULPOSO. PARTO NORMAL COM EPISIOTOMIA. ART. 121, § 3º, DO CP. INCIDÊNCIA DE MAJORANTE DO § 4º DO MESMO DISPOSITIVO LEGAL. PENA QUE NÃO MERECE REDIMENSIONAMENTO. Demonstrado que o réu agiu com negligência, imprudência e imperícia, e que dita conduta levou a paciente a óbito, pois, após o parto com episiotomia, deixou de realizar procedimento de revisão do reto, o que propiciou a comunicação do conteúdo fecal com o canal vaginal, culminando com infecção generalizada, que evoluiu com a morte da vítima [...]. (Apelação Crime nº 70053392767, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lizete Andreis Sebben, Julgado em: 14/11/2013).

Do julgamento acima, pode-se observar que o profissional da saúde após a realização das vias do parto por episiotomia, ele se ausentou, deixou de concluir o devido atendimento e não acompanhou de forma eficiente o paciente o que gerou danos maiores à sua saúde, causando infecção generalizada, levando a parturiente a óbito. A imprudência do médico, levou-o a condenação pelo crime de homicídio culposos.

Diante das reflexões do tema aqui exposto, sugere extrema urgência na elaboração e legalização de normas específicas que combata a violência obstétrica diretamente e que promova segurança e proteção às mulheres em todas as fases da maternidade que são vítimas dos abusos da obstetria.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é fundamentado em pesquisas bibliográficas, por meio do método exploratório-descritivo, leitura de leis, de manuais tradicionais, artigos diversos, documentários, publicações em blogs e sites.

Tudo começou a partir de conversas espontâneas entre mulheres conhecidas que contaram de suas experiências no momento de suas gestações.

Cada relato levou a uma reflexão e tomada de decisão na elaboração desse trabalho, um assunto tão urgente e necessário na sensibilização de outros setores da sociedade por abraçar a causa em questão e combater mais um tipo de violência sofrida por mulheres, a violência obstétrica.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não obstante, a mobilização dos profissionais da saúde, uma urgente mudança de seus atos como também ao Judiciário, ministério público, políticos em geral por promover políticas públicas e toda a sociedade por denunciar e combater esse tipo de violência.

Como alternativa para essa mudança é necessária a elaboração de políticas públicas que assegurem a diminuição das desigualdades sociais, a valorização dos trabalhadores da saúde, a utilização das boas práticas no parto e no nascimento, baseadas em evidências científicas, e a distribuição de serviços e equipamentos de saúde que estejam articulados em rede e compreendam os sujeitos de forma integral (Gomes, 2014).

Fundamental entender ainda, a violência obstétrica, suas raízes e quais práticas consideradas como violência, existentes nos sistemas de saúde quanto ao atendimento das gestantes e parturientes.

Pela comissão do senado, estudos foram realizados com base na Lei Estadual 17.097, de 17 de janeiro de 2017, do estado de Santa Catarina, que dispõe acerca de medidas de proteção a gestantes e parturientes e, a nível federal, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – a Lei do SUS (Sistema Único de Saúde), e firma direito à presença de acompanhante durante processo de parto, isso para tornar mais tranquilo o momento de atendimento com as pacientes gestantes ou parturientes para se sentirem protegidas e seguras durante seu atendimento no ambiente hospitalar.

No texto legal do § 1º da Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, está enfatizado que: o acompanhante será indicado pela paciente. Assim, perceber qualquer desrespeito vindo de profissionais da saúde, da equipe instalada em atender a parturiente pode o acompanhante fazer uma reclamação a direção do hospital. No entanto, registra o direito de reclamação conforme portaria, a seguir:

*Regulamenta, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005, a presença de acompanhante para mulheres em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato nos hospitais públicos e conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS. (Portaria nº2418 do Ministério a Saúde, 2005)*

5

Portanto, além dessa situação rotineira dos ambientes hospitalares e clínicas muitas outras podem ser apontadas a fim de que seja criada normatização específica, tais como: tratar bem a gestante ou parturiente, consultar a paciente e/ou integrantes da família para a tomada de decisões das vias de parto; manter empatia pelo seu estado gestacional; evitar zombarias ou deboches aos comportamentos naturais, fisiológicos, emocionais na hora de dar à luz; ouvir as queixas da mulher em trabalho de parto; promover ambiente adequado ao atendimento da gestante; permitir que a gestante seja acompanhada por alguém de sua preferência durante todo o trabalho de parto; evitar procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes; explicar

com palavras claras e simples o que será oferecido ou recomendado a paciente no momento do parto; oferecer cuidados ao bebê e submetê-lo a injeções ou procedimentos na primeira hora de vida, como primordial necessidade de olocá-lo em contato com a mãe incluindo orientação e motivação a amamentação; favorecer necessária acomodação após trabalho de parto.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por séculos, mulheres vão à luta por dignidade e para fazer valer seus direitos. Nos mais diversos ambientes da sociedade o gênero feminino é subjugado, são conceitos e valores que desqualificam as mulheres e as tornam ridicularizadas, questionadas, inclusive por terem ou não um corpo “padrão”, entre outros estigmas.

São diversas as formas de violência, essas configuradas em muitas nuances, pressionando, coagindo a mulher, ou a paciente a exemplo da dor do parto vaginal, sofrível e doloroso tido como dor naturalizada e a parturiente submetida a procedimentos desnecessários. São eternas marcas causadas à mulher e isso muitas vezes podendo influenciar na relação com seus filhos, sua autoestima e vida sexual.

Sem contar que as opções para realização do parto, muitas vezes vem das conveniências médicas, cabíveis a estagiários, residentes e cada um, explorando suas hipóteses; realização de toques; induções à episiotomia (método utilizado para ampliação da abertura vaginal no trabalho de parto) na tentativa de aceleração do processo; os temidos fórceps; mulheres são impedidas de estarem com seus filhos recém-nascidos após o parto, entre outros eventos.

Em relação ao parto natural, muitas vezes as parturientes, logo após darem à luz, já são ignoradas pelas equipes que as deixam sem auxílio e estas, sozinhas, principalmente as mães que têm o primeiro filho, vivem sem qualquer orientação e apoio a exemplo do momento da primeira lactação e cuidados como o bebê.

Fundamental o combate à essa violência e pautar-se pela busca das garantias de direitos constitucionais a cada mulher cidadã. São elas enquanto ser humano, únicas, contempladas por natureza e situação de gestação, exposta a maternidade, dignas de suas experiências com o parto.

Considera-se, portanto, que, o combate à violência obstétrica é a repressão à violação ao bem jurídico tutelado, nesses casos, como é a integridade física e psicológica da gestante ou parturiente, bem como de seus bebês, além da saúde e bem-estar de ambos como pessoas humanas, devendo ser tratados dignamente.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da União [internet]. Brasília; 2005 [citado 4 Abr 2011]. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2005/11108.htm>

DINIZ, S. G. & Chacham, A. S. (2006). O “corte por cima” e o “corte por baixo”: o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo. *Questões de saúde reprodutiva*, 1(1), 80-91

DORNELES, Adrienne Silva. Violência obstétrica: efeitos jurídicos no Direito Penal Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 01 set 2022, 04:19. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/59097/violencia-obstetrica-efeitos-juridicos-no-direito-penal>. Acesso em: 01

FERREIRA, Haroldo da Silva. Redação de trabalhos acadêmicos nas áreas das ciências biológicas e da saúde. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.

FUNDAÇÃO PERSEU AMBRAMO. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. 2010. Disponível em: [www.fpa.org.br](http://www.fpa.org.br). Acesso: novembro de 2015.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

6 GOMES, A. M. (2014). Da Violência institucional à rede materna e infantil: Desafios e possibilidades para efetivação dos direitos humanos e redução da mortalidade. In *Cadernos Humaniza SUS: Volume 4 - Humanização do parto e nascimento* (pp. 133-154). Brasília, DF: UECE/Ministério da Saúde

LEAL, M. C., Pereira, A. P., Domingues, R. M., Theme, M. M., Dias, M. A., Nakamura-Pereira, M et al. (2014). Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(Supl. 1), S17-S32. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00151513>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001a.



PEREREIRA, M.N. C.; PEREIRA, N.Z.C. A violência doméstica contra mulher. *Espaço do currículo*, [s.1.], v.4, n1, p.22-34, 2011.

SANFELICE, C., Abbud, F., Pregolato, O., Silva, M., & Shimo, A. (2014). Do parto institucionalizado ao parto domiciliar. *Revista Rene*, 15(2), 362-370. doi: 10.15253/2175- 6783.2014000200022

## Cultura popular na educação e suas áreas de conhecimento

### *Popular culture in education and its areas of knowledge*

Janilson Ribeiro Batista<sup>1</sup>

Submetido em: 02/07/2022  
Aprovado em: 02/07/2022  
Publicado em: 04/07/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.322

#### RESUMO

Neste trabalho, objetivamos acerca da discussão do presente e tentando uma visão do folclore nacional, ou seja, acerca da Cultura, de seu processo de “espetacularização” (p. 4) nacional, como prática determinante na inclusão da arte para um cidadão. Trabalhando sobre uma pirâmide, isto é, inserindo a educação, arte e corroborando na especificidade do folclore, para com a cultura, trilhamos este Artigo realizando uma revisão da literatura e apresentando uma proposta pedagógica. Esta revisão literária busca auxílio em teóricos de renome, notadamente em trabalhos que orientam as práticas desta temática para com o cidadão. Tendo em vista que a proposta foi construída a partir das pesquisas teóricas, foi dada a proposta a fim de que o esporte possa contribuir para a formação de sujeitos críticos e independentes em relação às opiniões que estes assumem. Somando a isto, a cultura, ou seja, o saber empírico mostra que a sociedade tem o conhecimento desta temática. Acreditamos que essa proposição pode estimular os alunos a refletirem sobre a cultura no que se refere aos preceitos contemporâneos do estilo de vida ativo para uma sociedade mais forte e saudável.

**Palavras-chave:** Cultura. Folclore. Nacional.

#### ABSTRACT

In this work, we aim at the discussion of the present and trying a vision of national folklore, that is, about Culture, of its process of national “spectacularization” (p. 4), as a decisive practice in the inclusion of art for a citizen. Working on a pyramid, that is, inserting education, art and corroborating the specificity of folklore with culture, we have followed this article by carrying out a literature review and presenting a pedagogical proposal. This literary review seeks help from renowned theorists, notably in works that guide the practices of this theme towards the citizen. Considering that the proposal was built from theoretical research, the proposal was given so that sport can contribute to the formation of critical and independent subjects in relation to the opinions they assume. Adding to this, culture, that is, empirical knowledge, shows that society has knowledge of this theme. We believe that this proposition can encourage students to reflect on the culture in terms of contemporary precepts of an active lifestyle for a stronger and healthier society.

**Keywords:** Culture. Folklore. National.

## 1. INTRODUÇÃO

A falta de contextos tradicionais para performances de formas da cultura popular brasileira é um fenômeno que pode ser observado no cenário contemporâneo. Esse contexto tradicional de performance deve ser entendido aqui como o locus em que uma determinada expressão da cultura popular originalmente se desenvolveu e se manifestou, combinando condições materiais e simbólicas necessárias para que a atuação do grupo representativo daquele locus possa seguir as características estabelecidas por ele. sua tradição histórica. O fundamento pode vir na forma de uma narrativa mítica, como no caso dos grupos pertencentes à tradicional festa brasileira chamada Reinado do Rosário, na forma de uma narrativa que se refere aos ancestrais ou que está ligada a alguma ação de causalidade, como é o caso do festival brasileiro Folia de Reis.

A Folia de Reis, por exemplo, consiste numa viagem desde a sede da Folia até ao local onde se realiza a Festa de Chegada. Seu contexto tradicional de atuação, portanto, consiste nas ruas e casas da comunidade que são visitadas durante o percurso, e das pessoas envolvidas com a atuação e a tradição. Em contextos tradicionais de performance,

<sup>1</sup> Janilsonri4@gmail.com

diferentes espaços podem ser integrados e/ou mesclados, na medida em que interagem com a performance do grupo representativo daquele lócus.

No entanto, no mundo contemporâneo, os contextos tradicionais de performance são cada vez mais raros, chegando mesmo a desaparecer em alguns casos. Por outro lado, há um número crescente de novos contextos de performance, geralmente organizados na forma de festivais folclóricos. A denominação dessas festas vai desde festivais folclóricos, festivais folclóricos internacionais, encontros de culturas populares, festa das nações, entre outros. Os eventos acontecem de Norte a Sul do Brasil, durante todo o ano. Semelhantes em forma e conteúdo, eles diferem em comprimento e no número de grupos folclóricos reunidos.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Os novos espaços performativos têm a característica de reunir diferentes expressões no mesmo espaço, ao contrário do que se observa em contextos tradicionais, que basicamente têm expressões semelhantes: Folias de Reis em Chegadas de Reis; Grupos de Congado nos Festivais do Congado; Grupos de Boi nos Festivais do Bumba meu Boi e do Boi Bumbá etc. Nos novos contextos de atuação há uma equalização das tradições e dos lugares inerentes a cada grupo. No novo espaço, a folia não canta mais para pagar uma promessa ou para abençoar e agradecer ao dono da casa pela doação recebida; os Congos e moçambicanos louvam Nossa Senhora do Rosário em local diferente do local de sua festa de congado; os numerosos grupos de Bois (bumba meu boi, boi bumbá) tocam seus instrumentos fora do dia de São João (24 de junho);

Nesses contextos, as performances oriundas de tradições que muitas vezes levaram séculos para se estabelecerem tornam-se um espetáculo (CARVALHO, 2004; REILY, 2000), e são classificados como “folclore”. Ao invés de serem acompanhados por membros de suas comunidades, eles agora são vistos por pessoas desconhecidas, muitas vezes representantes de um grupo de elite que historicamente detém o poder. Deixam de ser performances participativas para se tornarem, muitas vezes, performances de apresentação (TURINO, 2008). No entanto, considerando essa perspectiva, a reflexão empreendida neste artigo propõe que, ao oferecer um novo espaço para as práticas desses grupos, os novos contextos de atuação suprem, em algum nível, a falta de oportunidades para as atuações tradicionais.

### 2.1 OS ESTUDOS DO FOLCLORE E A VISÃO PEJORATIVA DO TERMO NO BRASIL

Desde a época de Herder (1744-1803) e Thoms (1803-1885) os estudos do folclore pautavam-se em grande parte por duas características principais: o “mito do desaparecimento” e a busca da “alma nacional”. A transformação das expressões da cultura popular em “objetos folclóricos”, decorrente do ponto de partida literário e filológico desses estudos (BEN-AMOS, 1971), significava que as coletas realizadas visavam, primeiramente, “preservar” e evitar seu desaparecimento. Da mesma forma, a “alma nacional” residente no folclore só poderia ser “resgatada” pelo acesso às expressões “puras”, simples e ingênuas do povo (REILY, 2000). Em um período de consolidação dos Estados Nacionais, a urgência contida em ambas as premissas levou muitos intelectuais a se engajarem em uma verdadeira corrida em busca do folclore (ORTIZ, 1994), em busca das expressões “puras”, não “contaminadas”, das culturas populares. No Brasil não foi diferente.

Fonseca (2009) aponta que as transformações vivenciadas no país durante a primeira metade do século XX, dentre elas, a necessidade de se firmar, como nação, no cenário internacional, moveu parte dos intelectuais brasileiros em busca de modelos de representação que pudessem delimitar a construção de um sentimento de pertencimento à nação. Eventos de cunho folclórico, incluindo festivais folclóricos e seus congêneres, são inspirados em pesquisas realizadas nesse período. Apoiados em ações promovidas por órgãos institucionais como a Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro, os festivais folclóricos pautam-se pelo “mito do desaparecimento” e pelo caráter nacionalista das ações empreendidas na época.

A busca da “alma nacional” – ou seja, a busca da identidade da nação – tem sido a razão de pesquisas pioneiras voltadas para o “objeto popular”, em detrimento de toda a diversidade sociocultural que o molda e determina (REILY,

1990), desconsiderando os atores sociais envolvidos. Esse tipo de abordagem fez com que o termo folclore adquirisse uma conotação pejorativa, estendendo-se posteriormente aos festivais folclóricos. Nessa perspectiva, as festas folclóricas passaram a ser vistas como espaços de descaracterização e distorção das expressões das culturas populares, consideradas como lugares meramente destinados ao espetáculo, à usurpação dos saberes tradicionais que, descaracterizados, se apresentariam como puro entretenimento.

Carvalho (2004; 1999) utiliza os termos “espetacularização” e “canibalização” da cultura popular para discutir esse processo. O autor argumenta que inseridos nesses novos contextos e submetidos a uma “negociação” mediada pela relação desigual de poder, não haveria outra saída para as culturas populares, a não ser a submissão total à vontade do poder hegemônico. No entanto, no que diz respeito às relações de poder observáveis, geralmente consideradas desiguais, acredito ser importante trazer à reflexão o pensamento de Popoff (2009) propõe a relativização do conceito de subalternidade e sugere que, ao invés de utilizar o conceito de subalternidade como aquele que “entende a impossibilidade de alguns grupos terem voz própria, manifestarem seu próprio universo cultural e legitimá-lo em um contexto de diversidade” (POPOFF, 2009, p. 9), ou, como Carvalho (1999) aponta que “a condição da subalternidade é a condição do silêncio”, é possível pensar a subalternidade como uma forma de poder, que como tal, está em constante negociação com o poder hegemônico. Esse pensamento corrobora o pensamento de Néstor García Canclini (2010), para quem a “negociação” sempre foi uma estratégia muito importante utilizada pelos setores subalternos.

Independentemente da abordagem, os festivais folclóricos, como novos contextos de performance, representam um tipo de evento que vem alternando significativamente a função e a forma de atuação dos grupos performativos das culturas populares, tanto no Brasil quanto no exterior. Movidos pelo desaparecimento gradual dos contextos tradicionais de performance, os grupos folclóricos procuram adaptar-se aos novos espaços que são criados. Processo semelhante pode ser observado nos Encontros de Bandas, eventos que contribuíram para a manutenção e reestruturação das bandas de música (REILY; BRUCHER, 2013).

## 2.2 GRUPOS FOLCLÓRICOS, COMUNIDADES DE PRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Étienne Wenger (1998) cunhou o termo “comunidades de prática” para se referir a um grupo de pessoas “que se engajam em um processo de aprendizagem coletiva em um domínio compartilhado do conhecimento humano” (WENGER, 2012, p. 1). As comunidades de prática envolvem grupos de indivíduos que se reúnem periodicamente, tendo como objetivo e interesse comum a aprendizagem e as formas de aplicação do que foi aprendido (TAKIMOTO, 2012). Assim, comunidades de prática podem ser observadas nas mais variadas formações: “um grupo de alunos que define sua identidade na escola; uma rede de cirurgiões explorando novas técnicas; uma reunião de gerentes de primeiros socorros ajudando uns aos outros a lidar com problemas” (WENGER, 2012, p. 1). São grupos de pessoas movidos pela paixão por algo que fazem e compartilham o ideal de aprender a fazer melhor por meio da interação regular (WENGER, 2012). Embora a obra do autor não trate de grupos que tenham um objetivo específico de criação musical, sua obra “fornece um arcabouço para pensar as comunidades musicais locais, sejam elas subalternas ou não” (GIESBRECHT, 2014).

Wenger (2012, p. 1) destaca que “a aprendizagem pode ser a razão pela qual a comunidade se reúne ou simplesmente o resultado incidental das interações dos membros de um grupo”, de modo que um grupo de pessoas com um interesse comum, per se, não caracteriza uma comunidade de prática, uma vez que a simples definição de uma comunidade de prática não carrega em si intencionalidade. Em outras palavras, nem toda comunidade é uma comunidade de prática. Considerando isso, o autor apresenta três características fundamentais para o estabelecimento de uma comunidade de prática: 1) o domínio; 2) a comunidade; 3) e prática.

Em primeiro lugar, o domínio constitui o elemento fundamental do grupo, a identidade de uma comunidade de prática é definida por um domínio comum de interesse. No caso dos grupos folclóricos, instância performativa das culturas populares brasileiras, a prática musical determina o domínio comum da comunidade.

A segunda característica determinante da comunidade de prática é a comunidade, formada pelos indivíduos e suas interações, que resulta na construção de relacionamentos. Os membros da comunidade se envolvem em atividades e discussões conjuntas enquanto buscam seus interesses dentro do domínio. Ao compartilhar informações, os membros da

comunidade ajudam uns aos outros construindo relacionamentos que permitem que um indivíduo aprenda com o outro.

A prática propriamente dita constitui o terceiro elemento e pode ser entendida como o conhecimento compartilhado pelos membros. Os membros de uma comunidade de prática são praticantes e desenvolvem um repertório de recursos por meio da prática compartilhada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de prática é constituída a partir da combinação desses três elementos e o desenvolvimento desses elementos em paralelo permite que a comunidade de prática seja cultivada. (WENGER, 2012).

O conceito de comunidades de prática implica a ideia de negociação, necessária para o bom funcionamento da comunidade. No universo das culturas populares, pode-se observar que qualquer grupo folclórico passa por constantes processos de negociação para poder funcionar adequadamente - assim como qualquer outro grupo musical amador de praticantes. Esses grupos têm objetivos específicos e são “organizados em torno da criação de uma determinada prática musical” (GIESBRECHT, 2014), seja para realizar uma festa em louvor ao seu santo padroeiro ou para se apresentar em uma festa folclórica. Sua dinâmica de funcionamento impõe a necessidade do desenvolvimento de mecanismos de negociação que impeçam a ocorrência de eventos prejudiciais ao funcionamento do próprio grupo, pois isso depende do bom funcionamento e manutenção da própria comunidade.

Segundo Reily (2012), uma das formas de evitar a dissolução dos grupos é manter todos cantando o tempo todo, assim os conflitos ficam menores e menos frequentes, pois as pessoas se envolvem imediatamente com a música, além de estarem todos realizando seus papéis. Portanto, as pessoas já sabem o que têm que fazer e aí se divertem.

## REFERÊNCIAS

BEN-AMOS, D. (1971). Hacia una definición de folclore em contexto. In: BLACHE, M. **Narrativa folclórica** (II). Buenos Aires: Fada, 1995

CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subaltern. **Série Antropologia** Brasília: 1999, p. 1-30.

CARVALHO, J. J. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento. **Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan, 2004, p. 65-83. (Série Encontros e Estudos, n. 5.)

FONSECA, Edilberto José Macedo. Etnomusicologia e folclore: o caso do levantamento folclórico de Januária-MG e como incluído etnográficas das músicas de tradição oral no Brasil hoje. **Música e Cultura**, v. 4, 2009, p. 1-10.

GARCIA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 1. edição. 3. reimpressão. Buenos Aires: Paidós, 2010.

GIESBRECHT, E. “Não há música sem dimensão política”: conversa com Suzel Reily sobre música, etnomusicologia e os estudos acerca da cultura popular brasileira. **Proa** n. 4, v. 1, 2014.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas** São Paulo: Olhos d'água, sd

4

POPOFF, Marcela Liliana Caetano. **As perversões fictícias da representação: de Vaimaca Peru a Antonio Conselheiro**. 233 f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

REILY, S. A. **Musicalidade, colonialismo e comunidades de prática nas Minas Gerais do século XVIII**. 2013.

TAKIMOTO, Tatiana. Afinal, o que é uma comunidade de prática? **Blog da SBGC** (Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento), 23/4/2012. Disponível em: <http://www.sbgc.org.br/blog/afinal-o-que-e-uma-comunidade-de-pratica>. Acesso em: 18 fev. 2016.



TURINO, Thomas. **Identidades sociais e práticas musicais indígenas.** Dentro: \_\_\_\_\_. Nacionalistas, cosmopolitas e música popular no Zimbábue Chicago: University of Chicago Press, 2000.

TURINO, Thomas. **Música como vida social:** a política de participação. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

WENGER, E. **Comunidades de prática:** aprendizagem, significado e identidade. Cambridge, University Press, 1998.

WENGER, E. **Comunidades de prática e sistemas sociais de aprendizagem:** a carreira de um conceito. 2012. Disponível em: <http://wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2012/01/09-10-27-CoPs-and-systems-v2.01.pdf>. Acesso em: 28/06/2022.

**Educação especial e inclusiva: um estudo na escola municipal Expedicionário Wilson Malcher**  
*Special and inclusive education: a study in the Expeditionary municipal school Wilson Malcher*

Erica de Araújo Souza <sup>1</sup>  
Rorivaldo Santos da Costa<sup>2</sup>

Submetido em: 04/07/2022  
Aprovado em: 04/07/2022  
Publicado em: 05/07/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.323

## RESUMO

Quando se pesquisa sobre a educação especial e inclusiva, caminha-se por um viés de grandes descobertas, legais, familiares, metodológicas, passa-se a conhecer um mundo onde as necessidades das pessoas, muitas vezes não são respeitadas, direitos não são garantidos, apesar de no Brasil termos um arcabouço legal extenso, observa-se que na prática, a inclusão ainda não é uma realidade, temos escolas sem estrutura física, sem todos os profissionais necessários ao atendimento dos alunos, sem material adaptado e sem sala de recursos multifuncionais. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa na Escola Municipal Expedicionário Wilson Malcher, onde foi aplicado um questionário que tinha por objetivo identificar as limitações e saber como ocorre a inclusão desses alunos na referida escola. Posteriormente, realizou-se uma análise para saber o que está previsto nas leis que abordam a educação especial e inclusiva e o que realmente é aplicado na escola, desse modo, constatou-se que nem tudo que é previsão legal é desenvolvido na prática, tendo em vista as inúmeras dificuldades que o sistema de ensino brasileiro enfrenta. A pesquisa foi desenvolvida em revisão bibliográfica, e pesquisa de campo de cunho qualitativo. Portanto, elencou-se uma proposta didática que consiste em ações que o professor da educação especial pode adotar em sala de aula para a melhoria do processo de aprendizagem do educando, em seguida, elencou-se três atividades didáticas que podem ser realizadas com turmas que têm alunos especiais.

**Palavras-Chave:** Educação especial; Educação inclusiva; Prática pedagógica.

## ABSTRACT

When researching about special and inclusive education, one walks down a path of great discoveries, legal, family, and methodological, one gets to know a world where people's needs are often not respected, rights are not guaranteed, although in Brazil we have an extensive legal framework, it is observed that in practice, inclusion is not yet a reality, we have schools with no physical structure, without all the professionals needed to care for students, without adapted material and without a multi-functional resource room. In this sense, a survey was carried out at the Expeditionario Wilson Malcher municipal school, where a questionnaire was applied to identify the limitations and to find out how the inclusion of these students in the school occurs. Subsequently, an analysis was carried out to find out what is foreseen in the laws that address special and inclusive education and what is actually applied in school, thus, it was found that not everything that is legal is developed in practice, in view of the numerous difficulties that the Brazilian education system faces. The research was developed through a literature review and qualitative field research. Therefore, a didactic proposal was cast, consisting of actions that the special education teacher can adopt in the classroom to improve the learning process of the student, then three didactic activities were cast that can be performed with classes that have special students.

**Keywords:** Special education; inclusive education; Pedagogical practice.

1

## 1 INTRODUÇÃO

O período de escolarização no Brasil, através dos Jesuítas, teve início em 1549, com a Companhia de Jesus, representantes da igreja católica, fundada por Inácio de Loyola, em um contexto de reação da igreja católica à Reforma

1 Aluna de Licenciatura em Pedagogia -EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência eTecnologia do Amapá – IFAP.

2 Aluno de Licenciatura em Pedagogia -EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência eTecnologia do Amapá – IFAP.

Protestante, sendo a protagonista do início de nossa história educacional, com hegemonia do ensino brasileiro até 1759 (SOUSA, c2022). Os índios recebiam educação de acordo com os interesses de Portugal. A partir desse ponto, a educação em nosso país foi excludente, com um ensino, primeiramente, voltado para a burguesia, classe mais rica da sociedade. Nesse sentido, Viera & Junior (2018, p. 154) afirmam que “a elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos”, excluindo dessa forma, os ditos anormais, deixando de lado as classes sociais mais pobres e vulneráveis. Nesse contexto, o estado priorizava o ensino voltado apenas para a formação dita intelectual dos filhos dos mais ricos que detinham o poder na sociedade (VIEIRA; JUNIOR, 2016).

Por outro lado, as classes sociais pobres tinham uma educação segregada, voltada para o trabalho, com o objetivo de formar mão de obra para atender as demandas e necessidades da classe burguesa (VIEIRA; JUNIOR, 2016). Nesse contexto, o estado teve uma de suas primeiras iniciativas para atender os ditos diferentes dos normais da sociedade fazendo com que os diferentes tivessem alguma utilidade para a sociedade “A educação Especial nasceu quando a educação ainda era privilégio da minoria econômica” (NETO, et al., 2018, p. 83). É importante destacar que as primeiras iniciativas do governo voltadas para atender às pessoas com deficiência eram apenas com o intuito de diminuir custos com o atendimento dessas pessoas.

No ano de 1994 houve um grande avanço social propagado a partir da Política Nacional de Educação Especial, onde foi intensificado o debate sobre inclusão social, que ganhou mais força pelo país. Podemos ver a seguir essa política, que também foi um grande marco na história da educação brasileira:

- 1) Política Nacional de Educação Especial (1994), que teve como objetivo normatizar e orientar a educação de estudantes com deficiências, condutas típicas e altas habilidades; 2) Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a educação de “alunos que apresentem necessidades educacionais especiais”; e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que tem como objetivo garantir a inclusão dos “alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (GARCIA; BARCELOS, 2021, p. 8).

Nesse sentido, buscamos desenvolver um estudo sobre a educação especial e inclusiva na escola municipal Expedicionário Wilson Malcher, localizada na zona urbana do município de Macapá, esta pesquisa teve como objeto de estudo os alunos do ensino fundamental I que possuem deficiência, ou apresentam comorbidade, habilidades reduzidas ou qualquer outra deficiência que reduza ou dificulte o processo de aprendizagem do educando.

Para iniciarmos esta pesquisa partimos de uma problemática através da seguinte indagação: a escola Expedicionário Wilson Malcher possui alunos com deficiências ou com alguma comorbidade, habilidades reduzidas ou qualquer outro transtorno que dificulte o processo de aprendizagem do educando? A escola possui Atendimento Educacional Especializado? Como se dá esse atendimento? Como ocorre o processo de inclusão desses alunos na sala de aula de ensino regular?

Este trabalho buscou conhecer o processo de inclusão social dos alunos que possuem deficiência, comorbidades, habilidades reduzidas ou transtornos que dificultam o processo de aprendizagem do educando no ensino fundamental I, regularmente matriculados na escola municipal Expedicionário Wilson Malcher. Propomo-nos também levar ao conhecimento da sociedade essa temática que merece mais atenção por parte não só do poder público, mas também da sociedade em geral. Dessa forma, ao final desta pesquisa propomo-nos também apresentar os possíveis caminhos para o melhor desenvolvimento do processo de aprendizagem do educando para que este possa desenvolver-se com maior fluidez e socialização dentro da escola de ensino regular.

Para a realização deste trabalho, por tratar-se de uma pesquisa em educação, optamos por trabalhar com a modalidade de pesquisa qualitativa e bibliográfica, foi utilizado também a pesquisa de campo de caráter exploratório. De início realizamos uma visita na escola Expedicionário Wilson Malcher onde fomos recebidos pelo coordenador pedagógico da escola, nesse momento, o coordenador nos apresentou a escola, sua estrutura e seu corpo docente. Para coleta de dados foi utilizado além da visita na escola, um questionário que foi enviado por e-mail para o coordenador pedagógico da escola e para nove professores, que possuem na turma alunos com deficiência.

Sabe-se que a realidade da educação em nosso país é precária, a falta de investimentos em infraestrutura, acessibilidade, investimento em tecnologia e, principalmente, a desvalorização do professor, tornam o processo de aprendizagem dos alunos ainda mais difícil, mesmo para aqueles estudantes que não apresentam nenhuma comorbidade educacional,

e quando falamos em educação especial, o processo educativo torna-se um desafio maior, visto a falta de apoio do governo e a ineficiência de políticas públicas voltadas a atender especificamente esses alunos que apresentam alguma necessidade especial. Mesmo diante de tanto descaso com a educação em nosso país, temos profissionais que tentam a todo custo fazer o seu melhor para o sucesso educacional de nossos alunos. Com vista nesse cenário, este trabalho tem como objetivo estudar e conhecer a realidade da Escola Expedicionário Wilson Malcher no que se refere ao processo de inclusão social dos alunos que possuem alguma necessidade especial. Assim, o objeto de estudo deste trabalho propõe esclarecer esse processo educacional não só para a comunidade acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia, mas proporcionar conhecimento à sociedade da realidade desses alunos e os desafios que enfrentam diariamente em seu processo educacional. Não obstante, esperamos que, com base nesse estudo e em outros voltados para esse contexto, o poder público possa se sensibilizar e, conseqüentemente, fazer mais investimentos nessa área buscando oferecer uma educação de qualidade e acessível para todos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho, por tratar-se de uma pesquisa em educação, optamos por trabalharmos com a modalidade de pesquisa qualitativa, “por pesquisa qualitativa entendemos uma modalidade segundo a qual a compreensão dos conteúdos é mais importante do que sua descrição ou a sua explicação” (TOZONI-REIS, 2009, p. 42). Segundo Tozoni-Reis (2009, p. 42) “isso significa dizer que, nas ciências humanas, interessa muito mais desvendar os significados mais profundos do observado do que o imediatamente aparente”. Desse modo, na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o principal instrumento de investigação, deixando de ser apenas um mero observador dos fatos (TOZONI-REIS, 2009).

Para maior amplitude e compreensão do tema proposto foi utilizado também o método de pesquisa denominado pesquisa de campo de caráter exploratório e bibliográfico. De acordo com Gil (1999), a pesquisa de campo tem como objetivo a coleta de dados através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos, “a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla” (GIL, 1999, p.49). Nesse sentido, Tozoni-Reis (2009, p. 45) afirma que “[...]essa modalidade de pesquisa, como o próprio nome indica, tem a fonte de dados no próprio campo em que ocorrem os fenômenos. No caso da pesquisa em educação, o campo são os espaços educativos “Consideramos assim, campo de pesquisa em educação os espaços educativos escolares e não-escolares” (TOZONI-REIS, 2009, p. 45).

Para a realização deste trabalho foi realizado em um primeiro momento uma busca na internet, em sites especializados em publicação de trabalhos acadêmicos. Os sites utilizados para a busca de trabalhos referentes ao tema educação especial e inclusiva foram o Google acadêmico e a plataforma Scielo.org. Através dessas plataformas foi possível o acesso a diversos artigos referentes ao tema. Dessa forma, foi possível nos ancorar em autores que contribuíram para a revisão bibliográfica deste trabalho, sendo que a revisão bibliográfica tem como objetivo abordar diversos trabalhos relacionados ao tema, educação especial e inclusiva. De início realizamos uma visita na escola Expedicionário Wilson Malcher onde fomos recebidos pelo coordenador pedagógico da escola, nesse momento, o coordenador nos apresentou a escola, sua estrutura e seu corpo docente. No dia da visita, a escola passava por problemas no fornecimento de energia elétrica, problema esse que impossibilitou uma maior amplitude na obtenção dos dados desejados para a realização deste trabalho, no entanto, o coordenador buscou uma alternativa, então nos encaminhou para o setor de registro da escola para que pudéssemos ter acesso aos e-mails institucional dos professores que tinham turmas com alunos especiais. Dessa forma, nos foi fornecido os referidos e-mails para que, posteriormente, pudéssemos entrar em contato com cada um deles. Então elaboramos um questionário com seis questões idênticas onde os professores foram questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano e no desenvolvimento de suas atividades em sala de aula, dentre elas o atendimento e o processo de inclusão dos educandos. A entrevista foi realizada com o coordenador pedagógico e mais nove professores da escola Expedicionário Wilson Malcher. O questionário foi composto por seis questões dissertativas onde os entrevistados responderam as indagações feitas a eles. Os questionários foram enviados por e-mail no dia 17 de dezembro de 2021 e, posteriormente, foram devolvidos todos respondidos no mesmo e-mail do remetente.

Após receber a devolutiva dos questionários enviados para os professores da escola Expedicionário Wilson Malcher foi realizada a análise dos dados então obtidos.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Educação, é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, dever do estado de oferecer a todos os indivíduos desde o início de sua vida escolar, é direito de todo cidadão receber uma educação de qualidade, justa e sem discriminação, independentemente de sua raça, cor, sexo, religião, classe social ou qualquer outra indiferença que possa causar desfavorecimento no contexto social do indivíduo.

O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, Art. 208).

Sendo a educação um direito de todos, inclui-se nesse contexto também os indivíduos que possuem alguma necessidade especial. Mas o direito de acesso à educação por muitos anos foi negado para as pessoas com deficiências, “não podemos esquecer que nosso passado recente revela uma história de exclusão escolar das pessoas com deficiência” (MANTOAN, 2015, p. 8). O próprio estado que tem o dever de oferecer educação para todos, eximiu-se dessa responsabilidade por muitos anos com um discurso asqueroso e excludente, “por muitas décadas, alegando-se incapacidade dos estudantes com deficiência de acompanhar os demais alunos, manteve-se a prática de segregação, reforçada pelo paradigma da normatização” (MANTOAN, 2015, p. 8). Nesse sentido, a Lei Nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que:

É garantido, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição (ECA 1990, art. 54, p 44).

Em uma cronologia temporal, apresenta-se duas leis civis que garantem os direitos à Educação de forma geral, e trazem em seu corpo, de forma específica, o direito do aluno portador de necessidades educacionais especiais, nesse momento começava-se romper com um passado de segregação e violência da criança “especial”.

Na mesma década, em 1996, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Lei nº 9.394/1996, vislumbrava já a mudança de forma mais clara na legislação educacional, estabelecendo inclusive prazos para implementação e execução de medidas que garantissem o direito mais expansivo para alunos com necessidades especiais, ela afirma que: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial” (BRASIL, 1996, p 46). Também afirma que: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, Art. 58 p 46).

Para que o direito à educação se torne acessível a todos é necessário que toda a sociedade participe da construção desse processo e participe de forma ativa da construção de uma escola inclusiva. Assim, será possível trabalhar a inclusão social não só no contexto escolar, mas também fora dele, visto que, a inclusão deve considerar todas as diferenças em todos os lugares.

4

Em 1990, o decreto nº 3.298, regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando assim as normas de proteção, além de dar outras providências. Tendo como objetivo principal assegurar a integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do País. De acordo com Lago e Santos (2011):

A legislação mostra-se em alta consonância com prerrogativas internacionais (como, por exemplo, a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, 1990 e a Declaração de Dacar, 2000) no sentido de

garantir o direito de todas as crianças em idade escolar ao acesso e à permanência no sistema de educação básica, sendo um dever do estado efetivá-lo. Encontramos esta sustentação legal, tanto na Constituição Federal, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), dentre outras resoluções e decretos que buscam reafirmar tal direito referindo-se a diversas nuances advindas desta problemática.

Antes de darmos continuidade ao nosso trabalho é plausível fazermos algumas considerações e definições de conceitos para melhor entendermos e auxiliarmos na compreensão e, conseqüentemente, no alcance de nossos objetivos.

### 3.1 Educação Inclusiva

A educação inclusiva mostra-se ser uma questão não só das escolas, ou da sociedade, mas também um dever do estado que deve garantir esse direito a todos da sociedade independentemente das diferenças de cada indivíduo. Nesse sentido, Lago e Santos (2011, p. 2) argumentam que:

Para o Ministério da Educação do Brasil, a utilização do termo Educação Inclusiva visa romper com a ideia de integração das pessoas com deficiências, baseada no paradigma de aproximação da normalidade, em que o sujeito se adapta às condições vigentes. A inclusão, pelo contrário, centra-se na mudança das instituições e práticas sociais no sentido de acolher a todos, com respeito às diferenças.

É importante destacar que quando falamos em educação inclusiva, não falamos apenas em incluir pessoas que apresentam alguma necessidade especial, a educação inclusiva abrange bem mais que isso, abrange a sociedade como um todo, crianças, jovens, homens e mulheres que apresentem ou não necessidades especiais, diferentes etnias de qualquer lugar do mundo, educação inclusiva é respeitar todas as diferenças fazendo todos iguais. A inclusão deve causar uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas beneficia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso no processo educativo (MANTOAN, 2003). Nessa mesma linha de pensamento Lago e Santos (2011, p. 2) afirmam:

A meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e é estruturado em função dessas necessidades. Assim, a educação inclusiva contribuiria para uma maior igualdade de oportunidades a todos os membros da sociedade, sem necessariamente referir-se somente às pessoas com necessidades especiais.

A lei Nº 10.845, de 5 de março de 2004, institui o programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas com Deficiência e ressalta no artigo 1º que:

Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE, programa de complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de deficiências – PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do artigo 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

- Garantir a universalização do atendimento especializado de educandos de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;
- Garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular.” (BRASIL, 2004).

A supracitada Lei destaca a necessidade de garantir às crianças com necessidades especiais nas escolas inclusivas, apoio e suporte extra que assegurem uma educação efetiva evitando-se o encaminhamento dessas crianças a escolas, classes ou seções permanentes de Educação Especial, salvo exceções, quando há incapacidade de o aluno frequentar a classe regular de ensino. Há estruturas de ação em Educação Especial, adotadas pela Conferência Mundial em Educação Especial, que se compõe de aspectos que visam à implementação de políticas, recomendações e ações governamentais que visam aspectos de melhoria para a Educação Especial, dentre eles estão incluídos os serviços externos de apoio à Educação Especial (BRASIL, 2004).

Alexandre (2010) ressalta que a Inclusão é uma técnica relativamente contemporânea e, que por este motivo, ainda não foi expandida junto dos profissionais da educação. O decreto de lei nº 3 /2008 de 7 de janeiro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008), estabelece que a escola inclusiva deve ser orientada para o sucesso educativo de todas as crianças

e jovens independentemente das suas especialidades. Neste conceito, interessa idealizar um sistema de educação brando que responda à diversidade e necessidades exclusivas de todas as crianças e jovens, aceitando o desenvolvimento educativo de todos. Um aspecto muito importante e revelador neste documento é que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente gozam de prioridade na matrícula, tendo o igual direito de frequentar as creches, jardins de infância ou escolas nos mesmos termos que as restantes crianças.

### 3.2 Deficiência

Para melhor entendimento do assunto tratado neste trabalho é importante entendermos o conceito de deficiência e de cada tipo de deficiência apresentado pelos alunos na escola alvo de nosso estudo. Desse modo, deficiência “é toda restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade funcional de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária” (BRASIL, 2005). Assim, todos os alunos que apresentam alguma deficiência necessitam de Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento de suas atividades no contexto educacional para que possam desenvolver-se de forma eficiente tanto no ambiente escolar como também fora dele.

Dessa forma, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê que “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988, Art. 208). Nesse sentido, a Constituição ainda prevê que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, Art. 208). Dessa forma, o estado garante que todas as pessoas tenham acesso à educação independentemente de suas condições ou qualquer outra incapacidade que possa reduzir ou impossibilitar o acesso à educação gratuita, de qualidade e de preferência no ensino regular, seja nas instituições públicas ou privadas.

### 3.3 Educação Especial

Desde as primeiras discussões em torno da educação especial no Brasil até os dias atuais, é notável o quanto já progredimos, mas não o suficiente para atender todas as demandas de nossa sociedade e, analisando este panorama é possível observar que ainda temos uma longa caminhada para nos tornarmos uma sociedade nação inclusiva. Em 2008, foi divulgada no Brasil a Política Nacional de Educação Especial, definindo os parâmetros para sua aplicabilidade e seu respectivo público-alvo.

Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020, Art. 1).

No que se refere ao atendimento das pessoas com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial destaca o atendimento especializado para fins de atender as necessidades específicas de cada aluno considerando as características individuais de cada cidadão com o objetivo de atender com maior qualidade e eficiência a todos que necessitam de suporte para desenvolver suas atividades dentro de sala de aula, nesse sentido, educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020). Dessa forma, fazendo a inclusão escolar e social desses indivíduos e contribuindo para seu desenvolvimento intelectual.

6

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reafirmada pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

A declaração de Salamanca, elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas

educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, documento este que coloca a educação especial em uma estrutura de educação para todos, elevando assim o status e a importância das necessidades dos alunos. Na Declaração de Salamanca ficou estabelecido que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” e “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Fica claro que as especificidades da pessoa portadora de necessidades especiais devem ser levadas em consideração, assim como deve-se buscar meios de atender as necessidades dela, em relação à educação e ao meio social.

Fica explícito na Declaração no que se refere à inclusão na educação ao afirmar que o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, e que esta educação deve acontecer no espaço da sala de aula, independente das dificuldades apresentadas pelos alunos.

De acordo com Brasil (1996), a LDB no art. 58, existe a possibilidade do Atendimento Educacional Especializado, ocorrer fora do ambiente escolar, entretanto, o ensino regular não deve ser substituído, e sim, apoiado através de intervenções que visem o aprendizado e o desenvolvimento do aluno.

A importância do apoio ou suporte ao professor que possui em sala de aula um aluno com deficiência é percebida através da dificuldade que o educador apresenta em alfabetizar esse aluno, visto que, normalmente as salas de aula do ensino regular público, onde a inclusão ocorre de forma mais efetiva, normalmente apresentam problemas de superlotação. Tal fato impossibilita o professor de desenvolver com este aluno, um trabalho mais específico que atenda suas reais necessidades, porém com o uso de metodologias ativas, suporte tecnológico e de pessoal, esse processo educacional pode acontecer, ainda que demande mais tempo que o necessário, ele é possível.

No contexto da educação Inclusiva, a relação família-escola contribui para a qualidade no atendimento das necessidades educacionais do aluno aprimorando suas competências e estimulando a sua autonomia permitindo que sejam vencidos os obstáculos e concretizando o processo de ensino e aprendizagem uma vez que, a família conhece a realidade do aluno e suas necessidades, podendo dessa forma, fornece um histórico detalhado do aluno para que o educador possa criar mecanismos para auxiliar no desenvolvimento do processo de aprendizagem do educando.

A previsão legal, está à disposição da sociedade, o que precisamos é colocar em prática, mesmo com todos os entraves sociais e estruturais, é possível que haja avanço, que haja garantia de direitos e que os alunos avancem em conhecimento estruturado como em relação social.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola Expedicionário Wilson Malcher oferta o ensino fundamental I que corresponde do 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola no ano de 2021 tinha um quantitativo de 928 alunos regularmente matriculados divididos em 34 turmas, sendo 2 multidisciplinares, o total de alunos que compõem tanto as turmas da EJA quanto do ensino fundamental. A instituição de ensino conta com um quadro de pessoal formado por 30 professores concursados, sendo 2 com formação continuada em Educação Especial e 1 com formação continuada em relações etnoraciais e 1 professor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A escola possui uma estrutura física adequada para receber os alunos que possuem deficiência, banheiros, vias de circulação com recursos de acessibilidade como pisos táteis, elevadores, vãos livres, corrimão e salas acessíveis. A escola ainda conta com uma sala de recursos multifuncionais, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) é o espaço destinado à realização de Atendimento Educacional Especializado, materiais didáticos, com mobiliário, recursos pedagógicos e acessibilidade, equipamentos específicos e professor com formação adequada para realizar o atendimento.

De acordo com os dados obtidos através do questionário aplicado para 10 pessoas, das quais, nove eram docentes e, uma, coordenador pedagógico da escola Expedicionário Wilson Malcher, a primeira pergunta feita era se a escola tinha alunos com deficiência. A resposta foi sim, a instituição de ensino possui alunos com necessidades especiais, estes estão distribuídos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Do total de alunos regularmente matriculados na escola, 19 alunos são especiais, sendo quatro deles cursando o 1º ano, seis cursando o 2º ano, dois cursando o 3º ano, cinco cursando o 4º ano e dois cursando o 5º ano. Dentre as deficiências que os alunos apresentam estão: transtorno do espectro autista (TEA), deficiência física, síndrome de Down, e deficiência mental (DM).

Dos alunos que possuem deficiência na escola alvo da nossa pesquisa, cinco têm Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses transtornos “fazem parte de um grupo de condições que afetam o desenvolvimento infantil, denominado Transtornos do Neurodesenvolvimento, conforme nomenclatura definida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – V” (ARVIGO; SCHWARTZMAN, 2020, p. 15). Esses transtornos se desenvolvem ainda na fase de criança, geralmente na primeira infância, e se caracterizam por déficit que variam em graus de severidade que interferem diretamente no desenvolvimento escolar e social do indivíduo (ARVIGO; SCHWARTZMAN, 2020). Outrossim, diz respeito aos alunos que possuem deficiência física, esses são quatro, regularmente matriculados na escola, sendo três no turno da manhã e um no turno da tarde. Dessa forma, deficiência física:

Considera-se a alteração total ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano e que acarreta comprometimento da função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, monoplegia, tetraplegia, hemiplegia, ostomia, amputação, deformidades físicas, ausência de membros, paralisias, nanismo, dentre outras, que interferem na locomoção e coordenação do aparelho motor, na articulação da fala e no desempenho de atividades (BRASIL, 2005, p. 15).

Nesse sentido, “é necessário conhecer e atender as necessidades específicas das pessoas com deficiência física, para possibilitar a sua inclusão, participação e promoção social” (BRASIL, 2005, p. 15). Ainda no que se refere a acessibilidade, “para facilitar a locomoção e a mobilidade das pessoas com deficiência física é importante motivar e possibilitar a sua participação na realidade social em que vive, construindo rampas, adaptando portas, banheiros, corredores, pisos e ambientes de trabalho, de estudo e de lazer (BRASIL, 2005, p. 15).

Ainda no contexto educacional da escola Expedicionário Wilson Malcher, também nos deparamos com alunos que possuem deficiência intelectual, cuja é caracterizada por uma redução no desenvolvimento das habilidades, dentre elas a comunicação e o cuidado pessoal que dificultam a socialização e interação do indivíduo no meio social e influencia diretamente no desenvolvimento educacional. Dessa forma, deficiência mental é:

O funcionamento intelectual significativamente inferior à média comum, e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho, que requerem modificações nos métodos e estratégias (BRASIL, 2005, p. 27).

Nesse sentido, a deficiência intelectual, segundo Correa (2020), “pode afetar não só o raciocínio lógico como também sua habilidade em planejamento e resolução de problemas. A condição pode ser identificada pelo através do grau da deficiência do indivíduo”. No que se refere ao grau de deficiência intelectual, dos seis alunos matriculados na escola alvo do estudo, não foi possível identificá-los, visto que até a data do presente estudo os alunos não possuem um diagnóstico realizado por um especialista, tendo dessa forma, apenas sido feito uma avaliação pelo professor e pela equipe pedagógica da escola, desse modo, o professor desenvolve sua prática pedagógica de forma que o aluno possa ter um melhor desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula. A escola ainda tem quatro alunos com Síndrome de Down, “trata-se de uma alteração genética que ocorre no início da gravidez, durante a multiplicação das células” (BRASIL, 2005, p. 27). “A criança com síndrome de Down apresenta atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais” (BRASIL, 2005, p. 28). Dessa forma, o aluno tende a apresentar maiores dificuldades no processo de aprendizagem e na relação social dentro e fora do contexto escolar. Para que o aluno com Down possa desenvolver-se com efetividade é necessário que haja estímulo tanto por parte da família como também pelo corpo docente da escola, para que dessa forma facilite o processo de inclusão desse aluno.

Após atendida o primeiro questionamento, sabe-se que a escola atende alunos especiais em suas diversas necessidades, assim passamos a análise dos questionários para os professores.

Perguntou-se: A escola possui Atendimento Educacional Especializado?

Todas as 10 pessoas entrevistadas responderam que sim. Esse atendimento já é garantido por lei, portanto, todas as escolas devem cumprir com o que a lei determina. Veja o que a lei destaca: o artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (LDB, 1996, p 44)

Perguntou-se: Como é realizado o Atendimento Educacional Especializado?

100% dos entrevistados responderam que o Atendimento Educacional Especializado é realizado no contraturno da turma regular. De acordo com os docentes, é realizada uma entrevista com os responsáveis dos alunos para coletar as informações, e assim, elaborar o plano de atendimento que dará suporte às necessidades dos alunos. Nesse sentido, a lei esclarece que:

Um professor de educação especial analisa as habilidades dos alunos e modifica o currículo padrão adequado à idade para criar um plano personalizado para o aluno. Um professor de AEE geralmente inclui vários objetivos de desenvolvimento social e emocional, bem como áreas acadêmicas específicas a ser ensinadas. (BRASIL,2012).

Perguntou-se: Como acontece o atendimento educacional especializado?

O professor que coordena o AEE na escola respondeu que a duração é de 1h e 30 minutos, atendendo o plano de atendimento desenvolvido, de acordo com a entrevista feita com os responsáveis e o currículo adaptado, porém, algumas vezes realizam as atividades de sala de aula como suporte à aprendizagem.

Como ocorre o processo de inclusão desses alunos na sala de aula de ensino regular?

O coordenador pedagógico pontuou: A garantia da matrícula é constitucional, mas o processo não é fácil, dentre os principais entraves são a falta de profissionais de apoio como cuidadores e professor tutor, o aluno especial está na sala de aula, porém algumas vezes não consegue acompanhar as atividades, salas com 25 e 30 crianças não é um processo fácil de se administrar, e acaba-se negligenciando o aluno portador de necessidade especial. Não se consegue fazer todas as atividades adaptadas a ele, o geral da estrutura ainda não é suficiente para o atendimento.

A legislação que regulamenta a AEE no Brasil é o Decreto nº 7611, de novembro de 2011. No seu Art. 3º, são definidos os 4 (quatro) objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.
- II – Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular.
- III – Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
- IV – Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Quais metodologias usadas contribuem com a efetiva aprendizagem dos alunos?

O coordenador do AEE na escola respondeu que no geral é utilizado a mesma proposta de atividade, dependendo do nível e da especialidade do aluno, realizasse atividade em desenhos, textos reduzidos, quadrinhos. Algumas vezes é solicitado a adaptação de materiais.

O professor do AEE respondeu que utiliza com alunos autista, o método ABA<sup>3</sup> para autista, e que realiza pesquisa em busca de propostas e atividades que ajudem na aprendizagem dos alunos.

A escola disponibiliza suporte para material adaptado aos alunos nas aulas regulares?

O coordenador pedagógico respondeu que a escola possui alguns materiais como jogos, quebra-cabeça,

3 ABA é a abreviação para *Applied Behavior Analysis*. É conhecida também como Análise do Comportamento Aplicada ou “aprendizagem sem erro” (SETÚBAL, 2018). A **terapia ABA** envolve o ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que a criança autista possa adquirir independência e a melhor qualidade de vida possível. Dentre as habilidades ensinadas incluem-se os comportamentos que interferem no desenvolvimento e integração do indivíduo diagnosticado com autismo (SETÚBAL, 2018).

porém não são suficientes para todos os alunos.

Essa definição, no âmbito pedagógico, relaciona-se com a ajuda que pode ser proporcionada a alunos e professores e está contemplada no Parecer CNE/CEB número 17/2001: [...] Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores em geral conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializados que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo (BRASIL, 2002, p. 4).

Nesse sentido, no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com o coordenador pedagógico da escola, todos os alunos recebem devidamente o atendimento que é garantido por lei. O atendimento é prestado em caráter complementar e suplementar, duas vezes por semana, no contraturno do aluno “Ele é prestado na forma de atendimento, dois por semana, sempre no contraturno, com objetivo de trabalhar as competências e habilidades que cada aluno precisa dentro do ambiente escolar”. Tão importante quanto ter uma escola com estrutura física boa, é conhecer uma realidade onde a equipe de profissionais abraça a causa e realiza seu trabalho, com a finalidade de melhorar a vida das pessoas, entendendo e respeitando as diferenças e elevando o nível de aprendizagem.

## 5 PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

O Brasil estabelece diretrizes para políticas públicas educacionais, visando contribuir com a qualidade da educação. As novas perspectivas do Plano Nacional de Educação/PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, assegura a Meta 4, que trata da universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiências e prevê na estratégia 4.10, o estímulo de:

“[...] pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a Lei nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, estabelece que é dever do estado garantir o acesso à educação da pessoa com deficiência na rede regular de ensino garantido o direito de acesso à educação de qualidade. vejamos a seguir o que determina a Lei:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989, Art. 2º).

Nessa perspectiva a referida Lei estabelece em seu inciso I, às medidas que devem ser adotadas por todas as instituições de ensino regular do país dentre elas podemos destacar:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino (BRASIL, 1989, Art. 2º).

Apesar da legislação brasileira que trata da garantia dos direitos das pessoas com deficiência existir desde o século passado, como no caso da Lei 7. 853, de 24 de outubro de 1989, já citada anteriormente, “somente em 2008 é que as escolas públicas e privadas começaram solidificar o processo de inclusão e integração dos alunos com deficiência no contexto educacional” (PORTABILIS, c2022). Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa em busca de contribuir com a equipe de professores da referida escola, com a finalidade de complementar as ações pedagógicas realizadas com os alunos especiais nas salas regulares e no Atendimento Educacional Especializado. desta forma trazemos as seguintes sugestões e propostas:

Eixo oralidade, o trabalho com a linguagem oral inicia desde a primeira infância, e deve ser planejado e organizado assim como os demais eixos do ensino e aprendizagem. O professor precisa saber a função social da oralidade, principalmente os gêneros que envolvem contação de histórias, participação em produções e dramatizações. A ampliação das práticas de oralidade significa o direito de apreensão de um instrumento necessário não só para a vida escolar, mas para qualquer circunstância da vida do aluno. Ademais, toda língua é constituída de diferentes modos de dizer, quer seja regional ou social, econômicas etc. Portanto, não devemos privar as crianças deste momento histórico e social. É importante que elas façam parte deste contexto, até porque em algum momento, ela vai retornar ao espaço escolar, e precisa estar engajada nesses debates, no entanto é preciso ter cuidado na forma de repassar essas informações. O documento reconhece que a aprendizagem das características discursivas e das estratégias de fala e escuta ocorre por meio do uso, da interação com o outro. Nos anos iniciais, o objetivo é aprofundar as experiências iniciadas na Educação Infantil e na família.

### 5.1 Atuação do Professor em Sala de Aula

Sabemos que o processo de aprendizagem ocorre de maneira diferente para cada indivíduo, uns aprendem mais rápido e conseguem absorver o conteúdo ministrado pelo professor em sala de aula com maior fluidez, isso, sem que haja a necessidade do professor mudar seu método de ensino ou tenha que adaptar sua metodologia para que o aluno possa desenvolver o seu aprendizado. Por outro lado, existem alunos que precisam de maior atenção e cuidado por parte do professor na hora de abordar os conteúdos propostos pelo currículo em sala de aula, um exemplo, são os alunos especiais que apresentam alguma redução ou limitação intelectual, física, sensorial ou motora, como nos casos identificados na escola Wilson Malcher, campo de estudo desta pesquisa.

Nesse cenário, “o professor de educação especial precisa estar preparado para assumir um papel que vai além de sua rotina de docente no ensino regular (MACEDO, 2012), ele precisa ser crítico, ágil e perceptível para que possa analisar e identificar as limitações e as potencialidades de seus alunos para que, assim, possa elaborar estratégias de ensino que atenda às necessidades de cada um de seus alunos, dessa forma, o professor torna-se um facilitador do processo de aprendizagem, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento do educando.

Diante de tanta diversidade no contexto educacional, quando falamos em educação especial devemos considerar todas as diferenças, de todos os alunos, independentemente de qualquer que seja, o professor deve considerar ainda a heterogeneidade da classe na hora do ensinar, e não tratar todos de forma homogênea como se todos estivessem nas mesmas condições de aprendizado, quando sabemos que isso não é verdade.

Mas afinal, como o professor de educação especial deve agir em sala de aula? é claro que não temos uma receita pronta para isso, visto que cada professor tem sua maneira de lidar com as situações adversas que surgem no decorrer do desenvolvimento da docência, cada escola tem um grupo específico de alunos, composto por diversos grupos sociais e cada um com suas próprias características, por isso, a maneira de ensinar não é uma receita de bolo que vem pronta para ser executada, mas sim um processo contínuo de troca de conhecimentos e aprendizados. Porém, é claro que podemos citar algumas características que o professor de educação especial deve levar para sala de aula no desenvolvimento de suas atividades, as quais veremos a seguir:

Manter a calma, sabemos que a vida do professor em sala de aula não é fácil, mas mesmo diante de tantos problemas e conflitos que podem surgir em sala, o professor, é o responsável por manter a ordem e restabelecer a harmonia em sala de aula. Além disso, há casos de pessoas com necessidades especiais, que, em momentos de estresse ficam agressivas, e isso pode gerar uma situação desagradável (MACEDO, 2012).

11

Múltiplas funções, diante de tantos problemas que surgem no decorrer do processo de ensino, às vezes o professor precisa assumir esse papel. Devido às possíveis crises de agressividade de alguns alunos especiais, o professor de educação especial precisa assumir diversas funções, ou seja, ora ele é professor, ora ele é um orientador dos pais, ora ele é psicólogo que precisa acalmar os ânimos (MACEDO, 2012).

Flexibilidade, o professor precisa ser flexível na elaboração de seu plano de aula para que possa ser adaptado em diferentes metodologias de ensino para atender as diferentes necessidades de seus alunos, o que estimula um professor

de educação especial a continuar dando aulas, é ele saber que as aulas nunca serão as mesmas, é saber que cada aluno entende de um jeito único, e abordar uma forma de fazer com que todos entendam o conteúdo (MACEDO, 2012). Essas diferentes formas de mediar o conhecimento em sala de aula faz com que o aluno aprenda o mesmo conteúdo de diferentes formas, tendo maior eficiência no processo de aprendizagem.

Aula divertida, o professor deve planejar aulas que chamem a atenção do aluno, que o estimule a aprender cada vez mais, aulas criativas tornam a aprendizagem mais significativa. Uma aula mais divertida estimula o aluno a querer aprender mais sobre determinado conteúdo, principalmente, aqueles considerados mais complexos por alguns alunos, sejam eles com ou sem necessidades especiais (MACEDO, 2012).

Trabalhar o respeito em sala de aula, toda classe é composta por um grupo heterogêneo de indivíduos, isso leva o professor a abordar essa temática em sala de aula, ensinar os alunos a aceitar e respeitar todas as diferenças, isso é trabalhar a inclusão. O respeito pelo colega especial precisa ser abordado em sala de aula, visto que, há muitos alunos que chegam na escola com a ideia de preconceito em sua mente, e trabalhar o respeito aos alunos com necessidades especiais, fica ainda mais difícil (MACEDO, 2012).

Debater o tema “Inclusão”, não só dentro da sala de aula, mas em todo o contexto escolar é fundamental, essa é uma responsabilidade da escola e não apenas do professor, o debate deve acontecer com todos: gestores, professores, técnicos, auxiliares e família, enfim, deve ocorrer com toda a comunidade escolar. Pois, dessa forma, o professor consegue lidar com esse aluno de forma mais eficiente, a escola fica sabendo o que está acontecendo com seus alunos e os pais ficam mais tranquilos em saber que seus filhos estão sendo bem tratados em um ambiente respeitoso (MACEDO, 2012).

Foco nas competências do aluno, na maioria das vezes, o professor, tende erroneamente, manter o foco nas limitações do aluno com deficiência, isso faz com que sejam trabalhadas as limitações. Mas o professor da educação especial deve ter em mente que se deve trabalhar as competências, para que elas sejam aperfeiçoadas, visto que, quando se foca nas habilidades mais fortes, o educando tende a melhorar o desempenho da aprendizagem.

Nessa perspectiva, Macedo (2012) destaca que:

Muitas crianças com necessidades especiais tem uma inteligência acima da média, cabe ao professor saber para qual área esse aluno pode se destacar mais e trabalhar para que essa competência seja aprimorada. Certamente o aluno se sentirá mais empenhado a estudar e aprender, a ponto de “esquecer” suas limitações.

## 5.2 Atividades Para Desenvolver em Sala de Aula

As atividades inclusivas têm como principal objetivo, a empatia, ou seja, colocar o aluno que não possui limitações no lugar do educando que possui, fazendo com que aqueles possam sentir e viver por alguns minutos, as mesmas dificuldades que o colega especial tem no seu dia a dia. A seguir apresentaremos três atividades inclusivas que o professor pode aplicar em sala de aula com alunos do ensino fundamental I.

**QUADRO 1:** PROPOSTA DE ATIVIDADE INCLUSIVA, PARA DEFICIENTES VISUAIS.

<b>Na aula de olhos vendados</b>
A proposta dessa atividade é fazer com que as crianças se coloquem no lugar do colega deficiente visual.
<b>Recursos necessários para a realização da atividade</b>
❖ Vendas para os olhos
<b>Passo a passo</b>

- 1- Converse com a turma primeiro sobre as dificuldades que uma criança cega tem para estar presente em uma sala onde todos conseguem ver;
- 2- Proponha a eles uma dinâmica, onde serão escolhidos dois ou três colegas de cada vez, os quais deverão permanecer com os olhos vendados pelo menos durante 15 minutos durante a aula;
- 3 - Explique que não poderão ficar dispersos, pois deverão relatar o que foi dito na aula; 4 - Após os 15 minutos, coloque a venda em outra criança para também sentir o mesmo e peça que elas produzam um texto, falando sobre a experiência ao se colocarem no lugar de um deficiente visual.

Fonte: Adaptado de Felipo (2018)

**QUADRO 2: PROPOSTA DE ATIVIDADE DE INTERAÇÃO COM ALUNOS AUTISTAS.**

<b>Criação de brinquedo de pareamento</b>
A criança com autismo tem uma dificuldade muito grande com a socialização, mas, isso não quer dizer que seja totalmente impossível, ou que não sintam nada com respeito ao afeto, eles apenas não conseguem expressar. Mas nessa atividade, as crianças deverão mostrar para ela o quanto é querida.
<b>Recursos necessários para a realização da atividade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Cartelas de ovos vazia</li> <li>❖ Bolinhas coloridas ou peças de lego colorida</li> </ul>
<b>Passo a passo</b>
1 - Você poderá pegar caixas de ovos mesmo, e diversas bolinhas coloridas ou lego, em um balde;
2 - Crianças com autismo, de certa forma possuem um lugar na escola em que gostam de ficar. Se for possível, leve a turminha até lá, mas combine com eles para não fazerem barulho;
3 - Peça a eles que, devagar, circulem o coleguinha com muita calma, para não irritar 4 - Coloque no chão o balde com as bolinhas coloridas ou lego, e as cartelas de ovos;
5 - Deixe que as crianças separem as bolinhas por cores, colocando cada cor em um espaço na cartela;
6 - Crianças com autismo, podem gostar dessa atividade, e começar também a separar as bolinhas, embora não suportem ficar por muito tempo no mesmo lugar;
7 - O importante é que ele sinta os coleguinhas por perto, e outros alunos também observem como o amiguinho precisa deles.
Geralmente, crianças com autismo, não gostam de muito barulho, mas precisam sentir o calor do afeto dos colegas. Essa tarefa é bem tranquila de se fazer, e que pode dar certo na interação social entre as crianças.

Fonte: Adaptado de Felipo (2018)

**QUADRO 3: PROPOSTA DE ATIVIDADE INCLUSIVA PARA ALUNOS PARAPLÉGICOS.**

<b>Criança paraplégica</b>
Esta será uma lição dupla e com certeza inesquecível para a galerinha. Eles terão que vivenciar por poucos minutos, o que uma criança paraplégica sente durante toda sua vida.
<b>Recursos necessários para a realização da atividade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Cadeiras de rodas ou cadeiras normais;</li> <li>❖ Almofadas com peso (não exagerado).</li> </ul>
<b>Passo a passo</b>

- 1 - Leve as crianças para a quadra da escola, e coloque na cadeira de rodas os primeiros voluntários;
- 2 - Ponha sobre suas pernas pesos com sacos de areia ou outra coisa, mas que não machuque a criança;
- 3 - Os outros alunos, deverão correr e brincar livremente com bola ou corda, de forma que provoque na criança da cadeira de rodas, o desejo de brincar, mas ela não pode pois está impossibilitada;
- 4 - Após alguns minutos, troque as crianças, para que todos sintam um pouco;
- 5 - A segunda parte dessa experiência, poderá ser desenvolvida, se houver alguma criança com cadeira de rodas na turma. Incentive os alunos a arrastarem a cadeira de rodas, para que ele participe das brincadeiras junto com os coleguinhas.

Esta é uma atividade sobre cidadania e inclusão social que certamente vai mudar os sentimentos das crianças, com relação ao que pensam e da forma que enxergam o deficiente físico.

Fonte: Adaptado de Felipo (2018)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável as mudanças na educação em nosso país, desde o período colonial quando ainda era um privilégio para poucos. Desde então, o tema educação passou por várias discussões no meio político onde os debates se intensificaram e, com os movimentos sociais e com o apoio da população, tivemos grandes mudanças no contexto educacional, políticas públicas foram desenvolvidas e com a constituição de 1988, a educação ganhou um novo rumo em nosso país. O que era um privilégio das classes sociais mais ricas, passou a ser um direito de todos os brasileiros, um direito universal que abriu as portas do mundo para milhões de pessoas que antes, sequer sonhavam com um futuro melhor.

Dessa forma, o direito à educação nos foi garantido perante a lei, e o estado tem o poder e dever de oferecer uma educação de qualidade, gratuita, de acesso a todos, sem distinção de cor, de raça, religião ou qualquer outra diferença que possa tornar os indivíduos desiguais perante esse direito. Desse modo, todas as pessoas com deficiência têm o direito de receber uma educação de qualidade e receber do estado amparo e apoio para que possa desenvolver-se de forma integral ocupando seu lugar de direito na sociedade. E o Atendimento Educacional Especializado para todos os alunos com deficiência é uma das formas pelo qual o estado pode incluir esse público na sociedade atual. Sabemos que ainda há muito para fazer para que a educação em nosso país possa atingir a todos de forma justa e igualitária.

Dessa forma, podemos socializar o conhecimento com a sociedade e o quanto se faz importante discutir a temática de educação especial e inclusiva não só nas escolas, e com as famílias dos alunos que possuem deficiência, mas também proporcionar reflexão de toda a sociedade brasileira, devemos não só falar do assunto de forma restrita, mas também promover o debate em âmbito público e nacional para que assim, o estado possa implementar as políticas públicas existentes, tornando mais eficientes e eficazes o acesso e permanência dos alunos e de suas famílias.

Em cumprimento ao ponto inicial desta pesquisa, percebe-se que os questionamentos iniciais foram alcançados, no que diz respeito a conhecer a escola em questão, e percebe-se a diversidade que a escola acolhe, mesmo que tenhamos em todo o Brasil, segundo pesquisas, um déficit de estrutura, material e pessoal, esses quesitos são minimizados nesta escola, haja em vista que a mesma segundo a resposta da equipe que nela atua, possui infraestrutura adaptada, atendendo o que orienta o MEC, quanto a sala de aula, piso, banheiro, corredores, portas e corrimão, além de possuírem sala multifuncional, onde os docentes podem realizar atendimentos de acordo com a necessidade apresentada por cada aluno, professores com formação específica que atendem e planejam as atividades de acordo com a especificidade de cada aluno, tais alunos estão matriculados no ensino regular, incluídos em salas comuns o que desenvolve de forma mais adequada suas habilidades e atende os requisitos legais.

Fica claro que a escola e o município de Macapá estão no caminho certo em busca de completa inclusão, porém ainda temos um caminho a percorrer, no tocante a quantidade de profissionais que não são suficientes para o atendimento na sala regular e no AEE, mas podemos compartilhar a grata alegria em descobrir e conhecer que os direitos antes não garantidos estão sendo contemplados na referida escola.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Joana Margarida Dias. **A criança com autismo: os desafios da inclusão escolar.** Orientador: Jorge Manuel de Melo Serrano. 2010. 160 p. Tese (Mestre em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, [S. l.], 2010.
- ARVIGO, M. C; SCHAARTZMAM, J. S. **Autismo: um olhar 360°**/ Coordenação Tatiana Serra. Cap. II. São Paulo, SP. Literare Books Internacional, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 23 nov. 2021.
- BRASIL, **Decreto Nº10.502 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial. Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2020.
- BRASIL, **Resolução Nº 436 de Dezembro de 2012.** Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado – AEE - dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD, Altas Habilidades/Superdotação. Ceará, Brasil, 2012.
- BRASIL, **Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2011.
- BRASIL, **Guia de orientações básicas para a inclusão de pessoas com deficiência.** Brasília, 2005.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Presidência da República:** seção 1, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm). Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República:** seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v.183, 2004.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1990.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil:** teoria, análise, didática. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- CORREA, B. **Deficiência intelectual:** o que é, características e como lidar na escola. 2020. Disponível em: <https://www.minhavidacom.br/familia/tudo-sobre/35862-deficiencia-intelectual>. Acesso em: 08 jan. 2022.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994.
- FELIPO, Marcos. **10 atividades para educação especial.** [S. l.], 9 mar. 2018. Disponível em: <https://minhasatividades.com/atividades-para-educacao-especial/>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- GARCIA, R.M.C; BARCELOS, L.G. **A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral,** 2021. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=1413-653820210001&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-653820210001&lng=pt). Acesso em 10 mai. 2021.
- GIL, C.A. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** Editora atlas, ed. 4, 1999. Disponível em: [https://www.como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://www.como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 08 mai. 2021.
- LAGO, Mara; SANTOS, Mônica Pereira. Inclusão em Educação: Desafios da Formação Docente. **Anais do III Seminário de Educação Brasileira.** Plano Nacional de Educação: Questões Desafiadoras e Embates Emblemáticos. Campinas: CEDES, 2011, p. 944 – 958.
- MACEDO, Rita. **Como trabalhar educação especial em sala de aula.** [S. l.], 2012. Disponível em: <https://canal-doensino.com.br/blog/como-trabalhar-educacao-especial-em-sala-de-aula>. Acesso em: 1 abr. 2022.
- MANTOAN, Maria. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, São Paulo, 2003.
- MENDES, E. G. Raízes históricas da educação inclusiva. Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ago. 2001, Marília, **Anais...** Marília: UNESP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 3, de 7 de janeiro de 2008.** Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo. Diário da República: seção 1, [S. l.], p. 154-164, 7 de jan. 2008.

NETO, A. O. S. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. v. 31. **rev. educação especial.** Rio Grande do sul: Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Acesso em: 23 dez. 2021.

PORTABILIS. **Alunos com deficiência:** como lidar com eles em sala de aula? [S. l.], 2022. Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/como-lidar-com-alunos-com-deficiencia/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 8.069/1990** de 13 de julho. Estatuto da Criança e do Adolescente, [S. l.], 13 jul. 1990.

SAMPAIO, Aline Fernanda Camargo. **Conhecimento Prático em Literatura:** o gênero fábula como ferramenta para o processo de ensino aprendizagem de língua materna. 65ª ed. São Paulo: Escala, 2016.

SETÚBAL, José Luiz. Terapia ABA: conheça esse método para crianças com autismo. **Instituto Pense**, 2018. Disponível em: <https://institutopensi.org.br/blog-saude-infantil/terapia-aba-tratamento-autismo>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Jesuitas.** [S. l.]: Mundo Educação, 2022. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/jesuitas.htm>. Acesso em: 17 fev. 2022.

TOZONI-REIS, Marília. **Metodologia da pesquisa.** 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

VIEIRA, A. M. D. P.; JUNIOR, A. S. **A educação profissional no Brasil.** Paraná. 2016.

## O ensino da arte na educação, a primeira oportunidade do talento

### *The teaching of art in education, the first opportunity of talent*

Janilson Ribeiro Batista<sup>1</sup>  
Dr. Paulo Roberto Barbosa Pereira<sup>2</sup>

Submetido em: 10/07/2022  
Aprovado em: 10/07/2022  
Publicado em: 12/07/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.324

#### RESUMO

Neste artigo, argumentamos que, para que o estudo da Educação na disciplina de Artes continue avançando, devemos delinear os efeitos de formas particulares de educação artística, oferecidas em determinados contextos, em domínios específicos do desenvolvimento socioemocional das crianças. Explicamos por que formular hipóteses precisas sobre os efeitos da educação artística no desenvolvimento socioemocional das crianças requer uma definição diferenciada de cada ementa do ano letivo ou atividade de educação artística em questão, bem como uma consideração dos contextos imediatos e mais amplos em que a série do (a) aluno (a) ou atividade ocorre. Em seguida, existem muitos exemplos de programas e atividades correlatas ao Ensino das Artes alcançando crianças, dando assim dentro deste artigo, as considerações que permitam o refinamento de hipóteses sobre o impacto da educação artística no desenvolvimento socioemocional das crianças.

**Palavras-chave:** Educação Artística – Crianças – Desenvolvimento

#### ABSTRACT

In this article, we argue that, for the study of Education in the Arts discipline to continue advancing, we must outline the effects of forms of arts education, offered in certain contexts, on specific domains of children's socio-emotional development. We explain why formulating precise hypotheses about the effects of arts education on children's socio-emotional development requires a differentiated definition of each menu of the academic year or arts education activity in question, as well as a consideration of the immediate and broader contexts in which the grade of the (a) student or activity takes place. Then, there are many examples of programs and activities related to Arts Education reaching children, thus giving, within this article, the considerations that allow the refinement of hypotheses about the impact of arts education on children's socio-emotional development.

**Keywords:** Arts Education – Children – Development

### 1. INTRODUÇÃO

Embora a pesquisa sobre os benefícios do Ensino de Artes na Educação esteja se expandindo rapidamente, permanecem problemas nas formas como esse Artigo (ou como quaisquer outro) é apresentado, divulgado e usado para informar matérias referentes a disciplina e políticas educacionais. A principal delas é a tendência de as discussões se concentrarem nos benefícios da Educação de Artes, como se toda a educação artística fosse uma atividade monolítica com um caminho singular para benefícios uniformes.

1 Aqui, argumentamos que nosso campo deve ir além de tais afirmações amplas sobre o impacto do Ensino de Artes para delinear os efeitos de formas particulares desta excelente disciplina, oferecidas em certos contextos, em domínios específicos do desenvolvimento socioemocional das crianças, um construto amplo que engloba formação de identidade, autorregulação e habilidades interpessoais e que este trabalho acadêmico sugere cada vez mais ser fomentada por muitas experiências da Educação na disciplina de Artes (Farrington et al., 2019).

1 Universidade Interamericana: curso Doutorado em educação. Asunción- Paraguai Janilsonri4@gmail.com  
2 Orientador. Universidade Interamericana: curso Doutorado em educação

Essa especificidade é essencial por três razões. Primeiro, o campo já progrediu a um ponto em que é improvável que a simples demonstração de uma associação entre alguma caracterização ampla da educação artística (por exemplo, “Artes plásticas”) e algum(s) domínio(s) do desenvolvimento socioemocional das crianças (por exemplo, empatia) constitua um avanço significativo na nossa compreensão da relação entre o Ensino de Artes e o desenvolvimento infantil.

Para continuar a construir uma compreensão científica do papel potencial da educação artística no desenvolvimento socioemocional das crianças, devemos formular e testar hipóteses mais precisas que ligam uma forma particular de educação artística oferecida em um determinado contexto a um domínio específico desse desenvolvimento. Somente quando todos esses três termos – experiência educacional e contexto.

Em segundo lugar, se os educadores artísticos quiserem contribuir para os esforços crescentes para promover o desenvolvimento socioemocional das crianças, eles devem projetar e implementar programas que possam atingir esse objetivo. Isso é muito mais provável quando os programas são intencionalmente projetados em torno de uma teoria plausível de mudança que liga as atividades do programa a domínios específicos do desenvolvimento socioemocional das crianças e que fornece diretrizes para a implementação de um programa com fidelidade em diferentes participantes, locais e contextos. A alternativa – oferecer um programa mal definido e esperar que algum benefício socioemocional não especificado se acumule – dificilmente produzirá resultados.

Terceiro, assim como é mais provável que um programa atinja seus objetivos quando construído em torno de uma teoria plausível de mudança, também o são as iniciativas ou esforços compostos por muitas organizações trabalhando em conjunto. Dado que as iniciativas de educação artística são frequentemente apoiadas com fundos públicos, os educadores e decisores políticos devem estar convencidos do potencial das iniciativas antes da implementação e da eficácia continuada depois disso para fornecer apoio. Delinear os benefícios específicos das iniciativas de educação artística para o desenvolvimento socioemocional das crianças alinha as expectativas dessas iniciativas às atividades que elas oferecem e garante que as reivindicações dessas iniciativas não ultrapassem as evidências de seus prováveis efeitos.

Essas razões poderiam ser citadas com a mesma facilidade para apoiar um argumento para uma abordagem mais ponderada para entender os benefícios das artes para o desenvolvimento *cognitivo* das crianças, em vez de seu desenvolvimento socioemocional. De fato, a fronteira entre o desenvolvimento cognitivo e socioemocional é muitas vezes bastante permeável: há um componente cognitivo para a maioria das habilidades socioemocionais e um componente socioemocional para a maioria das habilidades cognitivas. Além disso, os efeitos de uma experiência de educação artística sobre um aspecto particular do desenvolvimento das crianças podem ser mediados por mudanças nos processos cognitivos das crianças (como um exemplo, teoria da mente).

No entanto, este artigo centra-se na educação de Artes e no desenvolvimento socioemocional das crianças por duas razões. Primeiro, é uma área de crescente interesse de pesquisa, com um número cada vez maior de estudos produzindo descobertas que agora precisam de organização conceitual. Em segundo lugar, é também uma área de interesse emergente entre os profissionais da educação e os formuladores de políticas e, como tal, os benefícios socioemocionais das artes têm sido cada vez mais citados em argumentos de que a educação nas artes é parte integrante do desenvolvimento de todas as crianças (ver, por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, Artigos 28 e 29). Dito isto, muitos, se não todos, aspectos do nosso argumento se aplicariam igualmente bem à pesquisa que busca entender os efeitos das experiências de educação artística no desenvolvimento cognitivo das crianças.

## 2. DESENVOLVIMENTO

2

O primeiro passo para formular hipóteses precisas sobre o ensino de Artes e seus benefícios da educação para a Escola é desenvolver uma definição diferenciada de atividades e programas de educação. Embora possa parecer óbvio que a participação em uma aula de balé é diferente da participação em um conjunto de músicas e instrumentos é muitas vezes tratada como um monólito.

No entanto, não há apenas distinções entre as formas de arte, mas também dentro das formas de arte individuais (por exemplo, gênero ou tradição). É uma questão em aberto *se* essas diferenças causam variação nos resultados e *quais* elementos de uma aula de artes conduzem a mudanças causais.

Qualquer pesquisador/professor/coordenação escolar deve decidir desde o início, por exemplo, se está interessado nos efeitos holísticos de uma aula de teatro, com seu currículo decidido por especialistas em teatro e suas atividades moldadas ao longo de muitos anos (Goldstein et al., 2017), ou se eles preferem especificar e isolar os efeitos de uma classe de atuação *por meio* de grupos de controle bem combinados e atividades estritamente especificadas.

Independentemente disso, ao discutir e relatar qualquer pesquisa, os detalhes são importantes, pois definem as oportunidades específicas para o desenvolvimento socioemocional que diferentes experiências e programas de educação artística oferecem às crianças (Gibson, 1979). Isso inclui, por exemplo, se as atividades artísticas foram vivenciadas como público, e se a prática artística foi informada por formas clássicas, técnicas modernas ou métodos experimentais pós-modernos.

Duas razões pelas quais essa diferenciação não é realizada regularmente em relatórios de pesquisa é o grande número de maneiras pelas quais as atividades artísticas podem ser categorizadas e a falta de conhecimento de quais dessas categorizações são importantes para o desenvolvimento das crianças. Para começar, existe o domínio de uma experiência de educação artística (Bridgett et al., 2015) artes visuais, incluindo pintura, desenho, escultura e colagem; (Brofenbrenner; Morris, 2006) dança, incluindo balé, jazz, sapateado, hip-hop, moderno e coreografia; (Brown, 2018) teatro, incluindo improvisação, teatro clássico, moderno, experimental e musical; e (Burchinal et al., 2000) música, incluindo orquestral, pop, jazz, banda e improvisação, executada instrumentalmente ou vocalmente, bem como mídia. Esta, é claro, é uma lista curta e introdutória de possibilidades e subgêneros.

Alguns currículos escolares também incluem mídia digital ou habilidades culinárias nas artes, ou separam a escrita criativa, como poesia, drama ou ficção nas artes, enquanto outros incluem gêneros de escrita criativa em aulas de teatro ou inglês.

É importante, ao pensar nos efeitos contextuais de diferentes domínios das artes nos resultados, ter em mente que as formas de arte são frequentemente combinadas na prática, na apresentação profissional e, ocasionalmente, na sala de aula. Poemas são musicados. Encenar uma peça, uma cantata requer música, dança, atuação e maquiagem, figurinos e cenários projetados. Assim, enquanto as experiências de educação artística podem ser categorizadas de forma que reflitam as fronteiras disciplinares das próprias artes, as fronteiras entre essas experiências podem ser mais ou menos permeáveis do que aquelas encontradas nas próprias artes. Além disso, elementos das artes podem ser integrados em experiências educacionais que visam principalmente transmitir conhecimento sobre assuntos fora das artes (Hardiman et al., 2014).

Embora complexo, estudar como os professores separam e combinam domínios artísticos permitirá que os pesquisadores se aproximem tanto das complexidades da prática do mundo real quanto do rigor necessário para formar conclusões sobre como as artes afetam o desenvolvimento socioemocional.

Cada domínio das artes tem características não mutuamente exclusivas que pode especificar efeitos. Música, teatro e dança são geralmente interpretativos e colaborativos. Músicos, dançarinos e atores podem se apresentar sozinhos ou trabalhar em conjuntos de vários tamanhos, aprendendo e interpretando o trabalho de um compositor, coreógrafo ou dramaturgo. Os artistas visuais, ao contrário, tendem a trabalhar mais sozinhos, gerando material. No entanto, artistas visuais podem trabalhar em coletivos, e música, dança e teatro têm a possibilidade de gerar e/ou improvisar trabalhos como parte do estudo. De fato, a maioria das aulas de teatro começa com um aquecimento improvisado e usa a geração de texto e comportamento ao longo dos processos de ensaio.

A música e a dança dependem do ritmo; o teatro e as artes visuais contêm elementos figurativos e representativos. Dentro de cada domínio e gênero, um elemento adicional a ser considerado é o período ou a forma em que a aula está focada. Qualquer aula nesses domínios das artes pode se concentrar em obras clássicas ocidentais ou orientais, nas revoluções artísticas modernas dos séculos XIX e XX ou no trabalho experimental atual.

Como qualquer área de estudo que continua a ser informada por sua própria história, os focos das aulas de artes no tempo afetam o tipo de trabalho que o aluno fará, sua liberdade de forma e interpretação e as regras que “devem” seguir. Se essas diferenças levam a resultados distintos ainda não foi estudado.

Da mesma forma, pode haver diferenças fundamentais quando um aluno participa ativamente da criação de arte, teatro, dança ou música, em comparação com quando está simplesmente na plateia ou observando. Embora existam algumas

evidências que sugeriram que tanto assistir (GREENE et al., 2018) quanto participar (GOLDSTEIN; WINNER, 2012) no teatro na segunda infância afeta positivamente a empatia, são necessários mais estudos para replicar ambos os efeitos, e esse tipo de convergência pode não valer para outras formas de arte.

Pintar ou caminhar por um museu, tocar violino ou se sentar em uma sala de concertos, horas de prática física ou assistir a um balé são atividades comportamentais e psicológicas tão significativamente diferentes, que seria muito surpreendente se causassem os mesmos efeitos.

Um ponto de partida para conceituar as implicações reais para o aprendizado social e emocional em todos os domínios da arte é investigar os hábitos mentais promovidos e apoiados por cada um. Os hábitos da mente são padrões cognitivos – domínio de formas gerais de pensar sobre problemas, enquadrar o mundo e orientar comportamentos (PERKINS et al., 1993).

Estudos intensivos sobre hábitos da mente estão bem estabelecidos nas artes visuais (HETLAND et al., 2015), com estudos semelhantes recentemente realizados em música (HOGAN; WINNER, 2019) e teatro (GOLDSTEIN e YOUNG, 2019). As semelhanças entre as formas de arte, como seus componentes estéticos e expressivos, levaram alguns teóricos a trabalhar em direção a uma unificação dos componentes psicológicos das formas de arte (BROWN, 2018), mas os praticantes podem ou não concordar. Até este ponto, descobriu-se que tanto as artes visuais quanto a música empregam os hábitos mentais de persistência (isto é, continuar praticando e resolvendo um problema); imaginação (de como podem ser as mudanças em uma performance musical ou estímulos visuais); e expressão de ideias e significados (HETLAND et al., 2015; HOGAN; WINNER, 2019). Mas a música pode se concentrar na construção e criação de conjuntos, enquanto as artes visuais envolvem o uso de observação e percepção cuidadosas.

Por fim, a “mesma” atividade artística pode ocorrer de várias formas (GREENO, 2006). Para dar um exemplo da educação teatral, uma criança pode estudar seu personagem, memorizar falas, ensaiar cenas, atuar informalmente para colegas ou atuar em uma produção completa diante de uma plateia. Cada uma dessas atividades tem diferentes elementos experienciais e contextos imediatos e, como tal, podem inculcar diferentes estados de excitação e incorrer em diferentes consequências.

Assim, se os pesquisadores procuram construir a base de evidências para incorporar a educação teatral nos currículos escolares e na programação para jovens, é vital entender quais atividades em quais contextos têm um impacto mensurável em quais domínios do desenvolvimento socioemocional entre as crianças (HOLOCHWOST et al., 2018).

## 2.1 O CONTEXTO IMEDIATO PARA O ENSINO DE ARTES

Definir uma atividade ou programa de educação artística diferenciando-a em termos de seu domínio e características é um primeiro passo essencial para a formulação de hipóteses sobre os benefícios socioemocionais dessa atividade ou programa.

O próximo passo é considerar o contexto imediato em que essa atividade ou programa ocorre. O objetivo é fornecer uma compreensão mais profunda de onde, para quem, por quem e como uma experiência específica de educação artística foi oferecida. Por exemplo, um programa de residência em artes cênicas pode ser bem diferente em uma escola primária de artes cênicas e em uma escola primária que perdeu seus programas de artes uma década atrás. Similarmente, o impacto de um programa de artes cênicas pode ser marcadamente diferente se os professores de sala de aula forem vistos principalmente como gerentes de comportamento e facilitadores ou se forem participantes ativos em sessões de desenvolvimento profissional destinadas a transferir estratégias de artes cênicas para sua instrução diária. Em conjunto, as informações sobre o contexto imediato ajudam a definir o ambiente/ecologia em que um programa ocorre, quem é um participante ativo e como o programa foi implementado.

Um parâmetro essencial do contexto imediato de um programa ou atividade de educação artística é o ambiente institucional específico em que essa atividade ocorre. Grande parte da educação artística ocorre nas escolas, mas a educação artística também ocorre em muitos outros ambientes, desde organizações artísticas comunitárias até provedores culturais e lares de crianças. Cada uma dessas configurações tem um perfil de aprendizagem de artes específico, uma

configuração de características que define aquele cenário como um contexto imediato para o aprendizado das artes.

Para os programas que ocorrem nas escolas, elementos desse perfil incluem a adequação do espaço físico disponibilizado para o programa, o nível de apoio oferecido aos programas pelos professores e gestores da sala de aula, a história e o destaque da educação artística na escola e se a educação artística faz parte do currículo para todos os alunos ou se é disponibilizada apenas para alunos que atendem a determinados padrões acadêmicos ou comportamentais.

Apenas saber que um aluno participou de um programa de educação musical em sua escola é insuficiente; o perfil de aprendizagem de artes de uma escola sem prática dedicada ou espaço de atuação e um único momento não gera frutos que possibilitem continuidade e cultura escolar inerentes a Artes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usar uma definição diferenciada de um programa de educação artística e considerar seus contextos imediatos e mais amplos para especificar os benefícios desse programa no desenvolvimento das crianças nos permite formular hipóteses mais precisas sobre não apenas *quais* benefícios esses programas podem conferir, mas *quão* esses benefícios podem ser conferidos.

Essa compreensão é um pré-requisito para o design intencional de experiências artísticas projetadas para produzir um benefício específico e para entender como os fatores de definição e contextuais tornam a realização desse benefício mais ou menos provável.

Igualmente importante, essa compreensão é uma marca de uma ciência em amadurecimento, capaz de ir além da observação de um fenômeno – como a associação entre educação artística e desenvolvimento infantil – para oferecer uma explicação desse fenômeno.

A promoção do desenvolvimento socioemocional por meio da educação artística pode ser um fenômeno equifinal, em que muitos caminhos levam ao mesmo fim. No entanto, isso não diminui o valor de entender cada um desses caminhos, pois cada um pode ser o caminho mais eficiente para um determinado fim socioemocional para uma determinada população de crianças.

Entendemos que, ao formular hipóteses precisas sobre os efeitos da educação artística no desenvolvimento para a primeira oportunidade de talento em crianças, jovens e adultos, a fim de que sejam ampliadas as chances de respondê-las em tempo hábil.

## REFERÊNCIAS

BRIDGETT D. J., BURT N. M., EDWARDS E. S., DEEATER-DECKARD K. Transmissão intergeracional da autorregulação: uma revisão multidisciplinar e um quadro conceitual integrativo. **Psicol. Touro**. 141, 602-654. 10.1037/a0038662. 2015;

BROWN S. Rumo a uma unificação das artes. **Frente. Psicol.** 9 :1938. 10.3389/fpsyg.2018.01938. 2018.

FARRINGTON C. A., MAURER J., MCBRIDE M. R. A., NAGAOKA J., PULLER J. S., SHEWFELT S., et al. Educação Artística e Resultados de Aprendizagem Socioemocional entre Alunos K-12: Desenvolvendo uma Teoria da Ação. Chicago, IL: Ingenuidade e o Consórcio de Pesquisa Escolar da Universidade de Chicago. 2019;

GIBSON J. J. **A Abordagem Ecológica da Percepção Visual**. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt. 1979.

GREENO J. G. “Aprendizagem em Atividade”, no Cambridge Handbook of the Learning Sciences. ed. Sawyer RK (Cambridge: Cambridge University Press), 79-96. 2006;

5

BURCHINAL M. R., ROBERTS J. E., RIGGINS R., JR., ZEISEL S. A., NEEBE E., BRYANT D. Relacionando a qualidade do cuidado infantil no centro ao desenvolvimento cognitivo e de linguagem precoce longitudinalmente. *Desenvolvimento infantil* 71, 339-357. 10.1111/1467-8624.00149. 2000;

GOLDSTEIN T. R., YOUNG D. Pensamento teatral: um estudo de métodos mistos de percepções de professores e estratégias reais de sala de aula. Chicago, IL: **Convenção Anual da Associação Americana de Psicologia**. 2019.

GREENE J. P., ERICKSON H. H., WATSON A. R., BECK M. I. A peça é a coisa: examinar experimentalmente os efeitos sociais e cognitivos de excursões escolares para apresentações de teatro ao vivo. *Educ. Res.* 47, 246-254. 10.3102/0013189X18761034. 2018;



HARDIMAN M., RINNE L., YARMOLINSKAYA J. Os efeitos da integração das artes nos efeitos a longo prazo do conteúdo acadêmico. *Mente Cérebro Educ.* 8, 144-148. 10.1111/mbe.12053. 2014;

HETLAND L., WINNER E., VEENEMA S., SHERIDAN K. M. *Studio Thinking 2: Os reais benefícios do ensino de artes visuais.* Nova York, NY: Teachers College Press. 2015;

HOLOCHWOST S. J., WOLF D. P., FISHER K. R., O'GRADY K., GAGNIER K. M. “**As Artes e o Desenvolvimento Socioemocional:** Avaliando um Novo Mandato para a Educação Artística”, em *Avaliação e Avaliação das Artes: Medindo o Impacto nas Escolas e Comunidades.* ed. Rajan RS, O'Neal IC (Nova York, NY: Palgrave MacMillan), 147-180. 2018. HOGAN J., WINNER E. “**Habits of Mind as a Framework for Assessment in Music Education**”, *The Oxford Handbook of Philosophical and Qualitative Assessment in Music Education.* Ed. Elliott DJ, Silverman M., McPherson G. E. (Oxford University Press), 203. 2019;

PERKINS D. N., JAY E., TISHMAN S. Além das habilidades: Uma teoria disposicional do pensamento. *Merrill-Palmer Q.* 39, 1–21. 1993.

## Os desafios da maternidade no contexto da pandemia de Covid- 19 numa perspectiva pedagógica

*The challenges of motherhood in the context of the pandemic of Covid- 19 from a pedagogical perspective*

Oscarina Santana de Oliveira<sup>1</sup>

Deusimar Soares Paiva<sup>2</sup>

Submetido em: 30/06/2022

Aprovado em: 30/06/2022

Publicado em: 01/07/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.325

### RESUMO

O estudo traz experiências vivenciadas no contexto família e escola, frente aos desafios e as possibilidades de melhorias no ensino aprendizagem na modalidade com o ensino remoto, numa realidade imposta pela crise sanitária da pandemia de COVID-19. A introdução contempla o desdobramento das observações gerais e os desafios das mães em assumirem várias funções simultaneamente, como o labor doméstico, a educação dos filhos através do ensino remoto e ainda exercer um trabalho formal. O primeiro tópico traz relatos de mães, ocorridos em uma escola pública, do interior do Ceará, presenciados pela autora deste trabalho, professora na referida escola. As mães falaram sobre suas angústias com a educação dos filhos. As queixas predominantes são sobre o comportamento dos filhos, quando elas têm que ensinar as atividades escolares. Pode-se notar que as mães se angustiam muito por não dominarem as habilidades necessárias ao ensino. Porém, apresentam comportamentos inadequados, muitas vezes, surgidos por ausência de diálogos e a imposição de limites, quando necessário. A partir desses relatos, refletimos sobre habilidades sociais educativas e a importância destas habilidades na formação dos educadores, buscando entender as cobranças que as mães passaram a receber sobre a educação formal dos filhos no contexto da pandemia. Por fim, discutimos o papel da escola e as profissionais da Educação em promover a aprendizagem, visando possibilidades em amenizar os impactos emocionais sofridos pelas mães, professoras e alunos.

**Palavras-chave:** Educação. Pandemia. Relação Família-Escola.

### ABSTRACT

The study brings experiences experienced in the family and school context, in the face of the challenges and possibilities of improvements in teaching learning in the modality with remote education, in a reality imposed by the health crisis of the COVID-19 pandemic. The introduction contemplates the unfolding of the general observations and the challenges of mothers in assuming various functions simultaneously, such as domestic work, the education of children through remote education and still perform formal work. The first topic contains reports of mothers, which occurred in a public school in the interior of Ceará, witnessed by the author of this paper, a teacher in the said school. The mothers talked about their anguish with the education of their children. The predominant complaints are about the behavior of children when they must teach school activities. It can be noted that mothers are very distressed by not mastering the skills necessary for teaching. However, they present inappropriate behaviors, often arising from the absence of dialogues and the imposition of limits, when necessary. From these reports, we reflect on educational social skills and the importance of these skills in the education of educators, seeking to understand the charges that mothers began to receive on the formal education of their children in the context of the pandemic. Finally, we discuss the role of the school and education professionals in promoting learning, aiming at possibilities in softening the emotional impacts suffered by mothers, teachers, and students.

**Keywords:** Education. Pandemic. Family-School Relationship.

1 Graduada em Pedagogia, pós graduada em psicopedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú Sobral- CE, graduada em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão, Sobral –CE. E-mail:oscarinasantana@yahoo.com.br

2 Graduada em Pedagogia, Pós- graduada em Metodologia de Trabalho Científico pela Universidade Estadual vale do Acaraú - UVA – Sobral CE. Bacharelada em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão FLF-Sobral CE E-mail: deusimar.paiva18@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um ensaio reflexivo sobre os processos de ensino e aprendizagem envolvendo as instituições família e escola frente ao contexto da pandemia, trazendo reflexões sobre as questões vivenciadas por mães, professoras e alunos do Ensino Fundamental, que enfrentam diante da modalidade de ensino remoto, ocorridos numa escola pública de ensino fundamental na cidade de Catunda-CE.

Esta pesquisadora que escreve esta pesquisa é professora na referida escola e irei discutir a partir do que observei e vivenciei ao longo do ano de 2020, ano em que disparou no mundo a pandemia de COVID-19, que forçou praticamente todas as cidades do planeta a adotarem medidas de isolamento social.

Tais medidas impactaram sobre a forma como as escolas vinham funcionando, fazendo com que pais e professores buscassem maneiras de ainda oferecer às crianças, atividades pedagógicas, porém em um formato de aulas remotas, o que foi e vem sendo ainda um grande desafio para todos, tanto pais, mães, professores e alunos.

Assim, a partir das experiências relatadas pelas mães em meu trabalho como professora do ensino fundamental ao longo do ano de 2020, iremos refletir acerca das atribuições que as mães enfrentam em assumir várias funções simultaneamente, que conseqüentemente vêm acarretando insatisfações com a modalidade de ensino remoto, e irei discutir sobre possíveis prejuízos na saúde mental da mãe e de seu(s) filho(s).

Considerando a gravidade epidêmica da COVID-19 que estamos vivenciando atualmente, é fundamental que nós educadores, compreendamos as razões que levam a mãe a encontrar tantas dificuldades em ajudar seus filhos com as atividades escolares. Importante lembrar que, ainda, esta função de cuidar e educar vem sendo atribuída muito mais à mãe do que ao pai.

Com isso, questionamos qual a função do pai na participação ativa da educação dos filhos, se a mãe já está sobrecarregada de outros afazeres, como o labor doméstico e, muitas vezes somado a este, o trabalho em um emprego; o que configura uma tripla jornada de trabalho. Somada a esta tripla jornada ainda há a cobrança por fazer as atividades escolares com seus filhos, temos, portanto, uma jornada quádrupla, insustentável. Como bem observa a filósofa Márcia Tiburi:

Mesmo quando tiver um emprego fora de casa, a maior parte das mulheres trabalhará mais do que os homens que, de um modo geral, não fazem o serviço da casa. Acumularão o trabalho remunerado com o não remunerado. Terceiras e, até mesmo, quartas jornadas [...] nunca remuneradas farão das mulheres escravas do lar com pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida (TIBURI, 2018, p.14-15).

Conforme pudemos observar com as mães da escola onde trabalho, houve muitos relatos de que elas tinham que se dedicar com os afazeres de casa e a educação dos filhos, e era visível em suas expressões um desgaste emocional, fadiga, estresse, algumas com sentimento de culpa e outras com sentimento de indignação. Ou seja, ao escutá-las nas reuniões de pais e professores, notávamos que elas vivenciavam uma situação já de estresse crônico, pois além da jornada dupla (labor doméstico e trabalho formal), algumas delas com uma jornada tripla (labor doméstico, trabalho formal e cuidados dos filhos), além disso, agora precisar ajudar com as atividades escolares dos filhos, o que era ainda mais agravado com as mães que tinham dois ou mais filhos (as).

Considerando esse contexto, esperamos que este estudo possa sensibilizar os leitores com reflexões empáticas, principalmente à escola em cobrar maior comprometimento dos pais e mães na condução das atividades pedagógicas no contexto atual de pandemia. Esperamos conseguir refletir sobre propostas colaborativas entre escola e família, até que a necessidade de isolamento social imposta pela pandemia seja sanada e o cotidiano escolar volte às aulas presenciais.

2

## 2 REFLEXÕES SOBRE A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA E A ADESÃO DO ENSINO REMOTO COM SEUS FILHOS

O processo de socialização da criança, quando não se trata de criança institucionalizada como em orfanatos, em

grande parte, advém do convívio com seus pais, e posteriormente, do convívio com outras crianças e professoras na escola. Como Silva (2000) aponta:

A forma como os pais interagem e educam seus filhos é crucial à promoção de comportamentos socialmente adequados ou de comportamentos considerados, pelos pais e/ou professores, como inadequados, os quais são entendidos como “déficits ou excedentes comportamentais que prejudicam a interação da criança com pares e adultos de sua convivência” (SILVA, 2000, p. 1).

Segundo Silva (2000), nessa interação entre pais e filhos, podem ser construídos comportamentos socialmente adequados, mas há possibilidades de desvio de condutas, que muitos excedem na relação, prejudicando assim, o convívio social. Nesse sentido, torna-se difícil para uma mãe orientar adequadamente o comportamento dos filhos, sem a existência de ações mais flexíveis, ou seja, relaxamento em impor limites na tomada de decisões, ou muitas vezes tomar decisões coercitivamente (com base em ameaças, castigos ou até agressão física).

De acordo com Del Prette e Del Prette (1999), há uma relação que precisamos observar entre as práticas educativas dos pais e o comportamento social dos filhos. Bolsoni- Silva, Silveira e Ribeiro (2008) chamam a atenção para casos de problemas de comportamento da criança, observando que a família estimula estes comportamentos por meio de disciplina inconsistente, pouca interação positiva, pouco monitoramento e supervisão insuficiente das atividades da criança. Os pais tendem a ser não contingentes no uso de reforço positivo para comportamentos pró-sociais (ignorando-os ou respondendo de forma inapropriada) e empregam frequentemente punições para comportamentos que divergem do esperado pelos costumes da família.

A família é o principal meio de socialização por introduzir crenças, cultura e modos de pensar, construindo sujeitos e cidadãos. É nela que ocorrem as primeiras relações e identificações com figuras importantes e, portanto, onde se produzem os primeiros comportamentos da criança (Amazonas, Damasceno, Terto, & Silva, 2003; Gomide, 2004; Kreppner, 2000). (ROHENKOHL; CASTRO, 2012, p. 439)

Em nossa experiência como professora do ensino fundamental, numa escola pública do interior do Ceará, ao longo do ano de 2020, ao nos comunicarmos com as mães em isolamento social, por meio dos aplicativos de celular de comunicação à distância, presenciamos constantemente através de áudios, uma série de queixas relatadas pelas mães, que estão vivenciando uma experiência nova e desafiadora, por não terem o manejo de conduzir o ensino dos filhos. Muitas diziam, e de fato reclamavam, como não conseguiam ensinar as atividades dos filhos, como encontravam muitas dificuldades com a modalidade do ensino remoto, como não sabiam como fazer com que seu filho (a) se concentrasse nas tarefas passadas por nós professoras, nem como fazer com que eles prestassem atenção nas aulas remotas. Muitas diziam que acabavam brigando com seus filhos, tentando obrigá-los a fazer as atividades e a ficarem olhando para a tela do celular ou do computador quando era o horário da aula.

Essa situação relatada pelas mães é delicada e merece atenção, pois, Rohenkohl e Castro (2012) apontam que, geralmente, no contexto escolar, o comportamento externalizante é mais facilmente identificado, provavelmente por ter maior visibilidade e interferir na dinâmica da sala de aula. “Dessa forma, a escola passa a ser um espaço importante de prevenção, tendo o professor o papel fundamental de identificar os alunos com dificuldades e, assim, de possibilitar-lhes o desenvolvimento de habilidades sociais e relacionais (Ferriolli, Marturano, Puntel, 2007).” (ROHENKOHL; CASTRO, 2012, p. 441).

Nesse sentido, a escola faz um diferencial na vida escolar das crianças, dotada de habilidades específicas em identificar as dificuldades de aprendizagem, tornando assim mais viável fazer a intervenção de forma satisfatória e promovendo mais estímulo à aprendizagem. Conforme Rohenkohl e Castro (2012)

...entre as possíveis causas de problemas emocionais e de comportamento em crianças pré-escolares, estão fatores familiares, separações, doenças psiquiátricas em um dos cônjuges, tamanho e agressões dentro da família, dificuldade dos pais em estabelecer limites, acontecimentos importantes na vida da criança, negligência, comunicação e sintonia entre pais e filhos, entre outros (ROHENKOHL; CASTRO, 2012, p. 440).

De acordo com Weber, Viezzer e Brandenburg (2004), as emoções que a pessoa sente não são determinantes totais de como ela irá agir em uma situação, mas pode-se dizer que alteram a probabilidade de como ela irá agir. Por exemplo, uma pessoa sentindo raiva devido a algum acontecimento sofrido, não necessariamente irá bater em alguém, mas irá ter maior chance de agir agressivamente. Assim, compreende-se que quando os pais estão irritados e nervosos por alguma situação conflituosa na família ou no trabalho, há maior probabilidade de eles brigarem ou até baterem nos filhos apenas por um pequeno comportamento inadequado da criança. Neste caso, a punição corporal caracteriza-se como falta de autocontrole dos pais e pode ser considerado um caso de agressão física (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004).

Skinner (1953/1976), já na década de 1950, mostrava-se contrário ao uso da punição corporal para ensinar comportamentos adequados. Apesar de a punição corporal produzir efeito imediato que mantém a utilização desta prática educativa, há efeitos nocivos, tais como emoções de raiva e medo e comportamentos de esquiva diante da pessoa que pune (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004, p. 228).

Outro fator agravante é com a disponibilidade da ferramenta, como o celular ou computador, pois nem todos têm acesso e domínio, e quando têm um aparelho, este é para ser compartilhado com os outros membros da casa. Uma mãe, certa vez, afirmou: “Enquanto um faz a atividade, o outro fica aguardando a vez. Isso atrapalha o rendimento [acadêmico] do meu filho e isso me aborrece porque tomam muito meu tempo e atraso meus afazeres”.

Benedito e Castro Filho (2020) alertam que, apesar de o ensino remoto ter sido adotado pelos gestores dos Estados brasileiros como uma medida para amenizar e até mesmo solucionar os problemas na área educacional trazidos pela pandemia, é necessário considerarmos que a utilização de tecnologias digitais na área educacional ainda não é uma realidade na maior parte do Brasil, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Dentro dessa realidade, é comum estudantes dividindo celulares com seus familiares (BENEDITO; CASTRO FILHO, 2020; PERES, 2020). (BARROS; VIEIRA, 2021, p. 836).

Sabe-se que essas habilidades requerem conhecimento e prática, e entendemos que muitas mães não tiveram formação acadêmica na área pedagógica, portanto não sabem como fazer ou buscar alternativas. No entanto, essa situação pode estar contribuindo para o nervosismo da mãe. Sendo assim, o cuidado com a harmonia na relação entre família e escola deve partir da própria escola, porque a maioria dos pais têm pouco conhecimento e até mesmo nenhum conhecimento das características do desenvolvimento cognitivo, psíquico e motor da criança e muito menos como acontece a aprendizagem, por isso fica tão difícil participar da vida escolar dos filhos. Entendemos que a escola deve firmar parcerias com as famílias, levando em consideração suas necessidades.

Estudantes e professores tornam-se desincorporados nas escolas virtuais. Suas presenças precisam ser recuperadas por meio de novas linguagens, que os representem e os identifiquem para todos os demais. Linguagens que harmonizem as propostas disciplinares, reincorporem virtualmente seus autores e criem um clima de comunicação, sintonia e agregação entre os participantes de um mesmo curso (KENSKI, 2004, p. 67).

Miranda, Lima, Oliveira e Telles (2020) observam que durante o isolamento social enfrentado no período da pandemia de COVID-19,

os familiares estão confinados dentro de casa causando, por muitas vezes, estresse e até violência física e/ou psicológica. Os pais encontram várias dificuldades para ensinar as atividades escolares, o que é dificultado pelo grau de escolaridade familiar, principalmente, os pais de estudantes da rede pública (ALVES, 2020, p. 5).

4

Compreende-se que as situações vivenciadas nesse período de pandemia, vêm interferindo na relação familiar, que possivelmente seja em decorrência do nível de escolaridade dos pais, por não se disporem de habilidades específicas em lidar com situações dessa natureza, e muitas vezes por ausência de diálogo entre os filhos. Acredita-se que a prática do diálogo seja um referencial para construir vínculos afetivos estabelecendo as HSE, necessárias na formação dos filhos.

Silva (2000) afirma que a HSE [Habilidade Social Educativa] dialogar com os filhos é muito importante no contexto educativo, pois refere-se ao repertório inicial para o desenvolvimento de todas as demais

HSE, tais como fazer perguntas, expressar sentimentos, expressar opiniões e estabelecer limites. Estas HSE auxiliam os pais a transmitir padrões, valores e normas de comportamento da cultura para os filhos, o que, segundo Biasoli-Alves (1994), faz parte do papel da família, enquanto primeiro ambiente socializador da criança (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002, p. 229).

As mães acrescentam em seus discursos haver uma falta de domínio com o filho, em não obedecer às regras, onde eles muitas vezes mentem para elas e para a professora com o intuito de fugir de suas responsabilidades, que é estudar. Notamos em nossa atuação na escola, ao longo de 2020, que, muitas vezes, para a mãe, a criança diz que já fez as atividades, mas para a professora diz que não sabe onde guardou essas atividades.

Há muitos fatores que influenciam no comportamento, e que provavelmente possam estar contribuindo para tais dificuldades das mães, questões dessa natureza já se tornaram corriqueiras, por muitas famílias terem que assumir essa nova função pedagógica além de já se responsabilizarem por outras funções.

Há mães que demonstram irritabilidade quando são procuradas pela escola. Certa vez, uma mãe desabafou: “Não aguento mais viver pelejando com o [nome da criança]! Ele não quer nada!”. E quando nós professoras ou coordenação tentamos entrar em contato para saber como estão indo, por conta de a criança continuar com desempenho escolar abaixo da média, esquivam-se em nos receber, não atendem o celular.

Também destaco outro relato de uma mãe que apresenta reação de impaciência em acompanhar seu filho durante as atividades escolares. Ela tem nível de escolaridade médio completo, mãe de 2 filhos, um de 11 anos e outro de 8. E ao acompanhar nas atividades, ela se estressa com frequência. A mãe disse-me em uma reunião dos pais virtual: “*O que me dá mais trabalho é o de oito anos, é o que mais pede atenção. Pois ajuda, mas ele não tem iniciativa de fazer as atividades sem que eu esteja por perto cobrando. Geralmente, no horário de aulas pela manhã, acorda indisposto, acompanha as aulas através de chamada de vídeo, orientado pela professora, que indica qual a página vai estudar. Não demora muito, ele esquece tudo que a professora orientou, fica vagando na sala [de casa], esperando eu concluir meus afazeres para ajudar ele.*” Esta mãe também contou que o filho acaba saindo da frente do celular, ou seja, da aula e se distrai vendo desenhos na TV. Então ela diz se irritar com as fugas dele e se aborrece ao ponto de agir com violência, tentando fazer ele prestar atenção na aula. Disse que um dia, chegou até a jogar o celular no chão por raiva. “*Tento ser mais compreensiva, mas às vezes não consigo, pois ele não me obedece.*” Assim, a mãe tenta justificar-se do uso de seu comportamento punitivo. “*Não entendo o meu comportamento, faço isso por entender que deveria partir dele o compromisso de dar continuidade das orientações da professora. Ai me arrependo por não ter paciência com ele, mas logo procuro esquecer, até porque me ocupo com outras coisas.*”

Destacamos esse relato por ser um relato muito comum, que ouvimos de muitas outras mães. E isso pode sugerir que é algo natural e correto, todavia esse tipo de prática precisa ser repensado, pois, segundo afirmam Weber, Viezzer e Brandenburg (2004) a punição corporal é uma forma de opressão e de coerção da criança, sendo injustificável do ponto de vista ético, moral, social, psicológico e científico, porque perpetua um círculo vicioso em que o agredido pode se tornar um agressor. As autoras citam um dado alarmante: “Em uma recente meta-análise que examinou 88 estudos, Gershoff (2002) estudou comportamentos positivos e negativos associados à punição corporal na infância e encontrou forte associação entre punição corporal e agressão infantil e comportamento antissocial” (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004, p. 235). Isso porque ao sofrer tais agressões, a criança aprende esse tipo de tratamento como um modelo de como agir em situações semelhantes, sendo um processo de aprendizagem denominado de modelação comportamental, possibilitado pela capacidade humana de aprendizagem via imitação.

### 3 A IMPOSIÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

O contexto epidêmico nos impôs a reinventar novas práticas educativas, mesmo os protagonistas, professores, pais e alunos não estando preparados para lidar com os desafios das ferramentas tecnológicas, foi possível criar possibilidades e adentrar numa nova era. E, nos questionamos sobre sua função social frente aos desafios e as possibilidades,

em meio a esse contexto da pandemia que estamos vivendo.

Melo (2020), informa que apesar de não estar preparado, o fato é que os docentes foram obrigados a transformar de forma abrupta suas estratégias de ensino e não tiveram apoio dos governos para qualificá-los. Dessa forma, de um momento para outro, os professores tiveram que abandonar suas práticas tradicionais habituais de ministrar aulas, como o quadro de giz ou pincel ou o projetor de slides e passaram a se preocupar em preparar aulas utilizando outros recursos, linguagens e em menor tempo, gravar aulas, instruir famílias e interagir virtualmente com os discentes, sendo que nem eles próprios tinham domínios dos drives online e plataformas virtuais (VALENTE, et al., 2020). (BARROS; VIEIRA, 2020, pp. 838-839).

Nós professores, sempre nos preocupamos com a interface em promover a aprendizagem de forma segura e eficiente, e garantir que a família assuma uma função pedagógica, sem comprometer a sua saúde mental. Para compreender sobre o contexto, precisamos conhecer quais as habilidades que a mãe, nesse papel de educadora, precisa se envolver para fazer as atividades escolares, descobrindo e reinventando novas práticas.

Melo (2020) ressalta ainda que mesmo com todas as suas questões emocionais, os educadores têm que apoiar os estudantes, que também tem seus problemas emocionais. Considerando esta realidade, Lima (2020), realizando estudo fundamentado na teoria histórico-cultural de Vygotsky, que compreende a aprendizagem como fruto da interação do discente com o meio em que vive, afirma que a afetividade na relação educador e discente é relevante em qualquer situação de aprendizagem, sendo de extrema importância o docente buscar entender as dificuldades dos estudantes (BARROS; VIEIRA, 2020, p. 840).

Baseada na concepção sociointeracionista, o seu processo de mediação ocorrido na relação professor\aluno possibilita na promoção da aprendizagem, bem como no estabelecimento de vínculos afetivos, a capacidade de favorecer os aspectos emocionais, de modo a estreitar os laços de amizade e confiança. Sendo assim, no período de pandemia, tem aumentado as possibilidades de reinventarem novas práticas, adaptadas ao sistema virtual, acredita-se que esse processo está sendo enriquecedor tanto para aluno quanto para o professor.

Oliveira (2020) e Teixeira, et al. (2020) refletindo ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes no período de pandemia, apontam a necessidade dos docentes se reinventarem na profissão. Teixeira, et al. (2020) descrevem que este é mais um desafio que tem surgido para os educadores, que devem aproveitar o modelo novo de ensino proposto, o remoto, para adaptarem seus recursos pedagógicos às aulas virtuais, muitas vezes sem terem capacitação para isto, e ainda garantir uma aprendizagem que possibilite uma formação emancipadora dos discentes (BARROS; VIEIRA, 2020, p. 840).

Diante dessa situação, a escola deve buscar oferecer estratégias significativas, garantindo e respeitando seus valores em assegurar a aprendizagem, havendo certo compromisso da família em procurar a escola, e levar as atividades para que sejam realizadas em casa, conforme as datas previstas.

Na escola em que atuo, por exemplo, durante esse período de pandemia e isolamento social ao longo do ano de 2020, ficou combinado que todas as terças-feiras as mães deveriam comparecer à escola, entregar as atividades já respondidas e levar novas atividades. Esse método foi uma forma que a escola encontrou para ajudar aos alunos que não disponibilizam da ferramenta tecnológica.

Considerando as reflexões no ambiente escolar pela pesquisadora, reconhecemos que, mesmo com esse apoio, a família ainda encontra muitas dificuldades com o manejo da prática pedagógica, relacionadas à desmotivação dos alunos, e em estabelecer limites para construção das habilidades sociais educativas, que muitas mães por um lado não conseguem impor limites quando necessário e por outro não conseguem acolher a dificuldade de seus filhos.

6

Peres (2020) conta que a pandemia trouxe o desafio de conviver com preocupações relacionadas à saúde física e emocional e a alteração repentina no ambiente educacional. Pretto, Bonilla e Sena (2020) apontam que em um contexto de pandemia, o problema do ensino remoto não se reduz somente ao docente, como descreve Arruda (2020), mas se estende às famílias deles, que também sofreram todas estas mudanças advindas da pandemia (BARROS; VIEIRA 2020, p. 840).

Na experiência do cotidiano, a escola busca outros recursos que venham ajudar aos alunos, que se encontram

com essa dificuldade, muito embora não sejam tão eficazes, mas a escola procura solucionar as questões relatadas pelas mães, buscando proporcionar metodologias condizentes com a realidade no enfrentamento do ensino remoto, com a redução de atividades que sejam mais simplificadas e de fácil compreensão (BARROS; VIEIRA, 2020). Vale lembrar também que os pais necessitam conciliar seu trabalho e a convivência familiar em um mesmo espaço físico, o que pode comprometer sua produtividade, e assim podem não ter condições para auxiliar seus filhos em tarefas diversificadas e encaminhadas por diferentes professores (BARROS; VIEIRA 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções identificadas pelos professores no período de pandemia da COVID-19, refletiram sérios problemas educacionais no ano de 2020, e praticamente por todo o primeiro semestre de 2021. A realidade que tivemos nesse período foi desgastante tanto para as famílias como para a escola, pois todos tiveram que se reinventar. Com relação ao aspecto pedagógico, esse sofreu um prejuízo irreparável, assim como também as famílias em sua rotina.

Vale salientar que o presente estudo demonstra uma realidade das famílias com as dificuldades impostas, mas acreditamos se tornar possível conciliar seus trabalhos com as atividades escolares desde que a escola as adapte adequadamente, ou seja, atividades adaptadas, mais simples, possivelmente facilitaríamos as mães a acompanharem seus filhos com as atividades escolares, e conciliar seus afazeres e saberes educativos, nesse período da pandemia COVID-19, sem talvez comprometer os fatores emocionais.

Este estudo vem nos proporcionar uma reflexão acerca do processo ensino aprendizagem no período da pandemia COVID-19, e nós professores da rede municipal de uma cidade do interior do estado do Ceará, identificamos um déficit na aprendizagem de nossos alunos. E nos sentimos impotentes quanto a esta realidade, pois todos os objetivos almejados foram reduzidos pela ineficiência de um trabalho imposto por uma realidade epidêmica na qual estamos passando. Nesse sentido, buscamos proporcionar estratégias que viessem somar às experiências de práticas educativas, em amenizar os impactos sofridos por alunos e professores, em tempos de pandemia, garantindo a qualidade do ensino aprendizagem, com a utilização de alternativas complementares para auxiliar em seus avanços.

As instituições foram prejudicadas, pais, alunos e professores tiveram que se reinventar. Nós nos deparamos com diversas tecnologias de comunicação e informação remota, plataformas online e programas de computador e de celular que antes nem sabíamos que seria possível adentrar no universo de forma virtual. Sendo uma experiência inusitada, que mostrou o quão a importância do avanço tecnológico modifica a vida das pessoas. Reconhecemos que todo conhecimento criativo se dá pela necessidade. Antes, o dilema da sala de aula era proibir que o aluno utilizasse o celular no momento da aula; hoje, ironicamente, nosso desafio é estimular o aluno a usar o celular para acompanhar as aulas remotas. É uma experiência que revolucionou as práticas educativas, desde as mais básicas até as mais complexas, como no Ensino Superior.

Outro aspecto identificado é em relação à carga horária do professor, ultrapassando os limites, pois não havia horas reservadas ao seu descanso, a qualquer momento do dia havia alunos ligando ou enviando mensagens de texto para tirar as dúvidas, ou por dificuldades na compreensão ou porque no momento das aulas não estavam prestando atenção.

No ano de 2020, os desafios enfrentados eram relacionados com a implantação das tecnologias e garantir a sua acessibilidade, ocorrendo assim muitas dificuldades com a modalidade de ensino, por mães, professores e alunos. Neste ano de 2021, as dificuldades se perpetuam, porém com outros agravantes, a desmotivação por parte de todos. Pouca participação dos alunos, muitos demonstram-se exaustos, sem perspectivas da certeza de quando irão voltar às aulas presenciais.

Considerando que essa situação é desafiadora tanto para as famílias como para a escola, compreende-se que são reflexões relevantes para a educação, e que essa interação é constituída numa relação compartilhada entre pais, alunos e professores, onde todos estão aprendendo juntos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas Educação**, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.
- BARROS, F. C.; VIEIRA, D. A. P. Os desafios da educação no período de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 826-849, jan. 2021.
- BOLSONI-SILVA, A. T.; CARRARA, K. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 330-350, ago. 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682010000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 abr. 2021.
- BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estudos de psicol. (Natal)**, Natal, v. 7, n. 2, p. 227-235, July 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2002000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 abr. 2021.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 4. ed. Campinas: Editora Papirus, 2004.
- MIRANDA, Kacia Kyssy C. de Oliveira *et al.* **Aulas remotas em tempo de pandemia: desafios e percepções de professores e alunos**, Centro Cultural de exposições Ruth Cardoso, Maceió AL, 2020.
- ROHENKOHL, Lia Mara Inês Albertoni, Elisa Kern de Castro. Afetividade, Conflito Familiar e Problemas de Comportamento em Pré Escolares de Famílias de Baixa Renda: Visão de mães e professoras. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 32 (2), 438-451, 2012.
- TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; VIEZZER, Ana Paula; BRANDENBURG, Olivia Justen. O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 9, n. 2, p. 227-237, 2004.

## Participação popular no orçamento municipal

### *Popular participation in the municipal budget*

Arnoldo Fonseca Paes<sup>1</sup>

Submetido em: 16/07/2022

Aprovado em: 16/07/2022

Publicado em: 19/07/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.326

#### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a participação popular no orçamento público como instrumento para se promover uma gestão eficiente, com a transparência necessária em cumprimento dos mandamentos constitucionais e infraconstitucionais, especialmente os constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A questão-problema elaborada para ser respondida é a seguinte: em que medida a participação popular pode contribuir para promover uma gestão transparente e eficiente? A metodologia aplicada na investigação permite classificar a pesquisa como exploratória, com uso de levantamento bibliográfico para coleta dos dados. A abordagem do problema é qualitativa, com análise crítica de conteúdo dos dados. Os resultados obtidos demonstraram que o orçamento público tem por objetivo nortear os investimentos a serem feitos pela Administração Pública. Sendo assim, e considerando-se que, pelo texto da Constituição Federal de 1988, um dos princípios norteadores da atividade administrativa é o princípio da eficiência, sendo a transparência outro princípio que norteia as ações da Administração Pública em relação à responsabilidade fiscal a ela imputada pelo legislador, a participação popular no planejamento do orçamento público municipal, além de proporcionar melhor distribuição dos recursos públicos, direcionando-os para atendimento dos pleitos sociais, possibilita, ainda, repressão de abusos cometidos, característicos de desvio de finalidade, redução de falhas no processo e repercussão social dos seus efeitos.

**Palavras-chave:** Orçamento público. Participação Popular. Eficiência na Gestão.

#### ABSTRACT

This article aims to analyze popular participation in the public budget as an instrument to promote efficient management, with the necessary transparency in compliance with constitutional and legal mandates, especially those contained in the Fiscal Responsibility Law. The question to be answered is the following: to what extent can popular participation contribute to the promotion of transparent and efficient management? The methodology applied in the research allows to classify the research as exploratory, with the use of a bibliographical survey to collect the data. The problem approach is qualitative, with critical analysis of data content. The results obtained showed that the public budget has the purpose of guiding the investments to be made by the Public Administration. Therefore, considering that, according to the Federal Constitution of 1988, one of the guiding principles of administrative activity is the principle of efficiency, transparency being another principle that guides the actions of the Public Administration in relation to the fiscal responsibility attributed to it by the legislator, popular participation in the planning of the municipal public budget, besides providing a better distribution of public resources, directing them to attend social lawsuits, also allows repression of abuses committed, characteristic of misuse of purpose, reduction of failures in the process and social repercussion of its effects.

**Keywords:** Public Budget. Popular Participation. Efficiency in Management.

### 1 INTRODUÇÃO

O tema abordado no presente artigo é “Participação popular no orçamento municipal”. A delimitação que a ele se dá contempla uma análise sobre a importância da participação da comunidade no orçamento municipal, considerando-se que, diante dos princípios norteadores da Administração Pública, o orçamento público ressurgiu como ferramenta capaz de promover uma gestão eficiente.

1

O objetivo geral da pesquisa é analisar a participação popular no orçamento público como instrumento para se promover uma gestão eficiente, com a transparência necessária em cumprimento dos mandamentos constitucionais e infraconstitucionais, especialmente os constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A questão-problema elaborada para ser respondida é a seguinte: em que medida a participação popular pode contribuir para promover uma gestão transparente e eficiente?

1 Bacharel em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas-ESBAM (2015); pós-graduado em Direito Penal/Processo Penal Militar pela Faculdade de Ciências Wenceslau Braz-FACIBRA (2017).

Justifica-se a escolha do tema e abordagem proposta pela necessidade de se analisar, à luz do texto constitucional e legal vigentes no país, bem como à cadeia principiológica norteadora da atuação administrativa, a relevância da participação popular para se conferir, a um Município, gestão eficiente e transparente, em consonância com os princípios norteadores da Administração Pública.

## 2 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2010), o delineamento de uma pesquisa consiste no seu planejamento em uma dimensão mais ampla, na medida em que este é o momento no qual o investigador estabelece os meios técnicos da investigação, sendo também a oportunidade em que ele prevê os instrumentos e procedimentos dos quais necessitará para coletar dados.

A pesquisa bibliográfica é aquela realizada “com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2013, p. 48). Também Gil (2010) assim a compreende:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet (GIL, 2010, p. 29).

No levantamento bibliográfico a ser realizado nesse estudo, serão considerados artigos, livros, dissertações e teses que foram publicados e disponibilizados ao público em meio impresso e digital. Para a busca na internet, foram informadas as seguintes palavras-chave: Orçamento público, Participação Popular, Eficiência na Gestão.

A escolha deste tipo de material se justifica por ser considerado de fácil acesso tanto para a comunidade acadêmica como para o público em geral para o qual este estudo é direcionado.

É possível, ainda, caracterizar o estudo como exploratório em relação aos seus objetivos, já que é esse o tipo de pesquisa que “visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva” (MATTAR, 1993, p.86).

Nesse mesmo sentido, cite-se Gil (2010), que assim dispõe:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Pode-se afirmar que a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar (GIL, 2010, p. 27).

O estudo é exploratório porque busca compreender aspectos relacionados à base principiológica sobre a qual se funda a atuação do Legislativo municipal, especialmente em relação à elaboração do orçamento e da participação popular no processo.

Em relação à análise dos dados, tem-se que esta é do tipo qualitativa, a ser realizada em relação aos dados oriundos de levantamento bibliográfico.

Na pesquisa realizada com abordagem qualitativa do problema, considera-se que existe uma relação dinâmica criada entre o mundo real e o sujeito, impossível de ser expresso em forma de números.

A esse respeito, importante é a contribuição de Silva e Menezes (2000), segundo quem “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (SILVA; MENEZES, 2000, p. 20).

De acordo com Richardson (2007), têm-se feito uso de investigações qualitativas em pesquisas complexas ou particulares, com o objetivo de descrever tal complexidade, bem como de analisar a interação estabelecida entre variáveis determinadas, contribuindo, desse modo, para que se efetive mudanças em determinado grupo, proporcionando, também, a compreensão dos dinâmicos processos dos grupos sociais.

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas

também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 269).

Este estudo é tido de acordo com sua abordagem qualitativa porque busca analisar, sob as óticas sistêmica e interdisciplinar, a base principiológica regente do processo legislativo brasileiro.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O constitucionalismo moderno se funda sobre alguns pilares que lhes são caros desde o seu início. Um dos principais, porém, é o da separação de poderes, que se encontra relacionado à tentativa de se frear os poderes do governante, para que não se suceda como ocorre no absolutismo, em que o poder é autoritário e absoluto (MAGALHÃES, 2010).

Neste contexto, pois, a separação dos Poderes surge como forma de apresentar freios e contrapesos a tais poderes, de modo que ocorra uma repartição de poder, não ficando este somente na mão de uma só pessoa (MAGALHÃES, 2010).

Conforme Peixinho (2008), historicamente, o princípio da separação dos Poderes teria surgido como teoria política pela primeira vez com John Locke (1632-1704), que identificou três poderes indispensáveis às sociedades políticas:

o Poder Executivo, que cuida da execução das leis;

o Poder Legislativo, com a competência de fixar as leis objetivando a preservação da sociedade política e de seus membros; e

o Poder Federativo, assim compreendido o poder de paz e guerra, de promoção de alianças, da formação de ligas, responsável por todas as transações externas.

Quase sempre, porém, os Poderes Executivo e Federativo estariam ligados a uma só pessoa, raramente sendo desempenhados em separado. Deste modo, para que a sociedade política seja preservada, há de existir um único poder supremo – qual seja, o Legislativo, ao qual os demais estariam subordinados (LOCKE, 2001).

É em Montesquieu (1689-1755), porém, que se pautava a atual concepção da separação dos Poderes no direito moderno. Com base na teoria de Locke, Montesquieu propôs a identificação de três Poderes distintos, independentes, com destacada separação de funções: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário (PEIXINHO, 2008).

Vislumbra-se na teoria tripartida dos Poderes proposta por Montesquieu o embrião da harmonia e independência dos Poderes dos Estados Modernos (PEIXINHO, 2008).

Contribuições a esta concepção também podem ser extraídas da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que dispõe em seu artigo 16 que “qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos, nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição e das demais” (FRANÇA, 1789).

Para Piçarra (1989), porém, é possível vislumbrar aspectos da teoria da separação dos Poderes já no conceito de constituição mista trazido por Aristóteles em sua obra “Política”:

A Constituição mista, para Aristóteles, será aquela em que os vários grupos ou classes sociais participam do exercício do poder político, ou aquela em que o exercício da soberania ou o governo, em vez de estar nas mãos de uma única parte constitutiva da sociedade, é comum a todas. Contrapõem-se-lhe, portanto, as constituições puras em que apenas um grupo ou classe social detém o poder político (PIÇARRA, 1989, p. 33).

Em sua obra, Aristóteles também distinguiu três Poderes, quais sejam, o Executivo, o Deliberante e o Judiciário. Marsílio de Pádua e São Tomás de Aquino também difundiram a separação de Poderes na Idade Média (PEIXINHO, 2008).

3

De todo modo, há que se considerar que a separação de Poderes, antes de tudo, se apresentou como uma tentativa de imposição de limites ao poder do rei, sendo, na forma hoje conhecida, fruto da experiência constitucional e histórica da Inglaterra, da qual Montesquieu retirou a sua concepção sobre a teoria de freios e contrapesos, que propunha a tripartição dos Poderes (RESSURREIÇÃO, 2002).

Sendo assim, por todo o exposto, pode-se afirmar que a essência da separação dos Poderes está na necessidade

de impor limites aos mesmos, servindo, pois, como freio à atuação administrativa. Nesse sentido é o seguinte trecho, extraído da obra de Montesquieu (1999):

Mas é uma experiência eterna que todo homem que tem poder é levado a abusar dele. Vai até encontrar os limites. Quem diria! A própria virtude precisa de limites.

Para que não possam abusar do poder, precisa que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder.

Uma constituição pode ser tal que ninguém seja forçado a fazer as coisas que a lei não obrigue, e a não fazer as coisas que a lei permite (MONTESQUIEU, 1999, p. 165).

Desse modo, tem-se que o princípio da separação dos Poderes contempla uma estrutura tripartida dos Poderes estatais, consistindo, ainda, na base do Estado Democrático de Direito brasileiro, estando eivados das características de independência e harmonia (artigo 2º da Constituição Federal), não podendo ser objeto de deliberação de proposta de emenda tendente à sua abolição (inciso III do § 4º do artigo 60 da Constituição Federal) (BRASIL, 1988). Cada um destes Poderes é independente, embora exista entre eles uma harmonia (BRASIL, 1988).

Na opinião de Magalhães (2010), esta independência a que se refere o texto constitucional está afeta à autonomia, posto que não há, em sua visão, soberania ou independência de qualquer dos Poderes, o que ensejaria, também, a afirmação de que um poder pode adentrar à esfera de funcionamento do outro, justamente por conta da efetivação da ideia de freios e contrapesos.

Segundo Carvalho (2017), a Constituição é o documento legal mais importante de um país, tendo em vista que é em seu corpo que estão relacionadas as normas gerais que terão de ser seguidas por todos, administradores públicos e administrados, consagrando-se, desse modo, a melhor observância ao Estado Democrático de Direito.

Para Branco e Mendes (2014), ela ainda reflete o contexto no qual foi concebida, tendo em vista que as normas que dela emanam tiveram a sua elaboração em conformidade com aquilo que os interessados (administradores e administrados, ou somente uma dessas partes, como ocorre em determinados tipos de governo) compreendem como o certo a ser cumprido no âmbito da nação.

De acordo com Ferreira Filho (2012), o processo legislativo deve ser visto como uma exigência do Estado Democrático de Direito, motivo pelo qual não se pode conferir validade à espécie normativa sancionada sem a necessária observância de todos os passos que estão previstos pela Constituição de 1988 como necessários para a sua vigência.

Para Masson (2015), considerando que o texto constitucional funciona como vértice do ordenamento jurídico pátrio, é certo, portanto, que todas as espécies normativas existentes nele decorrem diretamente.

Tal noção encontra guarida na redação do artigo 59 da Carta de 1988, que prevê, além da elaboração de emendas ao texto constitucional, a edição de leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, decretos legislativos, medidas provisórias e resoluções (BRASIL, 1988).

Cumprir destacar, ainda, que, como bem dito por Branco e Mendes (2014), não se tem hierarquia entre as espécies normativas, já que cada uma delas atuaria em sua área de abrangência.

Para adentrar às tratativas que se pretende entabular no bojo desse primeiro capítulo, já delineadas na introdução, propõe-se, inicialmente, uma abordagem geral acerca dos princípios regentes que integram o regime jurídico administrativo, em geral, norteando a atuação da Administração Pública como um todo, englobando os três Poderes.

Inicialmente, faz-se menção a Branco e Mendes (2014) para destacar que a Constituição de um país é um espelho refletor do contexto em que o seu texto foi concebido.

Esta metáfora é justificada ao se considerar que, de acordo com os autores, as regras que dela emanam desenvolveram, de acordo com os interesses das partes envolvidas (administrados e administradores, ou, ainda, apenas uma dessas partes, como acontece em alguns tipos do governo), para contemplar como um direito a ser cumprido por todos (BRANCO; MENDES, 2014).

4

No Brasil, conforme Di Pietro (2016), o regime jurídico administrativo foi estabelecido a partir de princípios explícitos, incluídos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, e de princípios implícitos, assim considerados os decorrentes do texto da Carta vigente. A base, no entanto, desse regime é composta pelos princípios da indisponibilidade do interesse público e da supremacia do interesse público sobre o privado.

O primeiro princípio a ser analisado é o da supremacia do interesse público sobre o privado. Trata-se de um

corolário, cujo elemento central é a desigualdade legal existente entre o ente público e os particulares. Isso ocorre porque o Estado é considerado em posição proeminente em comparação com os particulares (DI PIETRO, 2016).

Ou seja, o interesse público, que deve nortear a atividade administrativa, deve ter prioridade sobre interesses de particulares, porque está em um nível mais alto do que ele, na medida em que revela o posicionamento de toda a coletividade (DI PIETRO, 2016).

Um bom exemplo a ser utilizado para explicar a concretude deste princípio é o que acontece com a desapropriação realizada em relação a propriedades privadas que não cumprem a sua função social (MEIRELLES, 2013).

Revela-se, desse modo, a supremacia do interesse público sobre o interesse do particular, restando para este apenas a observância aos direitos adquiridos, que são garantidos (por exemplo, no caso da desapropriação, paga-se justa e prévia indenização pela intervenção estatal realizada) (MEIRELLES, 2013).

Como aponta Di Pietro (2016), o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse do particular se faz presente em todas as funções estatais (de intervenção, de fomento, de política administrativa e da prestação de serviços públicos), bem como em todos os ramos do direito público. Nesse sentido, assim sustenta a autora:

[...] ele é inerente ao próprio conceito de serviço público; este é público porque é de titularidade do Estado, e é de titularidade do Estado porque atende a necessidades coletivas. Daí apontar-se como características do serviço público o elemento subjetivo (titularidade do Estado), o elemento objetivo (prestação de atividades que atendem ao interesse coletivo) e o elemento formal (submissão total ou parcial ao regime jurídico de direito público).

O princípio da supremacia do interesse público está também na base da atividade de fomento, pela qual o Estado subsidia, incentiva, ajuda a iniciativa privada, exatamente quando considera que o particular merece essa ajuda porque está atuando em benefício do interesse público, paralelamente ao Estado (DI PIETRO, 2016, p. 37).

Desse modo, é possível asseverar que tal princípio implica o reconhecimento de certos direitos de atuação estatal, para que possa agir com vistas a garantir a eficácia de seu objeto.

Ou seja, para assegurar que o interesse público possa prevalecer sobre o privado, certos direitos (prerrogativas) são conferidos ao Estado para que ele possa agir para esse fim. Nesse sentido, assim leciona Di Pietro (2016):

Para assegurar-se a liberdade, se sujeita a Administração Pública à observância da lei; é a aplicação ao direito público, do princípio da legalidade. Para assegurar-se a autoridade da Administração Pública, necessária à consecução de seus fins, são-lhe outorgados prerrogativas e privilégios que lhe permitem assegurar a supremacia do interesse público sobre o particular (DI PIETRO, 2016, p. 61).

No exemplo dado sobre a desapropriação, a prerrogativa concedida ao Estado é de expropriação de propriedade privada que não atenda sua função social. Isso será feito em estrita observância ao interesse público, que deve orientar tal ação.

No entanto, se, para fazer prevalecer o interesse público sobre o interesse do particular, são conferidas prerrogativas ao Estado, também são a ele imputados deveres, que se relacionam com a necessária adequação do ato à determinação contida em princípios e na lei (CARVALHO FILHO, 2017).

Ou seja, em contrapartida aos direitos estabelecidos para que possa atuar em defesa do interesse público, o Estado também sofre limitações para o seu desempenho, a fim de fazer cumprir o que conferido pelas prerrogativas, não devendo renunciar ao interesse público em função de interesses de particulares (CARVALHO FILHO, 2017). Nesse sentido, importante consideração é lançada por Di Pietro (2016), que assim assinala:

Ao mesmo tempo em que as prerrogativas colocam a Administração Pública em posição de supremacia perante o particular, sempre com o objetivo de atingir o benefício da coletividade, as restrições a que está sujeita limitam a sua atividade a determinados fins e princípios que, se não observados, implicam desvio de poder e conseqüente nulidade dos atos da Administração (DI PIETRO, 2016, p. 62).

Por conseguinte, é possível sinalizar que o regime jurídico administrativo se baseia em uma base de princípios que reúne as prerrogativas para alcançar o primado do interesse público sobre o privado, que abrange igualmente as limitações decorrentes da aplicação do princípio da indisponibilidade do interesse público.

Derivam destes dois princípios importantes os outros princípios norteadores da atuação administrativa, incluindo

os que estão listados na Constituição Federal de 1988, no *caput* do artigo 37, cuja redação é a seguinte:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...] (BRASIL, 1988).

Assim, o que se tem é que a Administração Pública, ao atuar, deve manter estrita observância aos princípios constitucionais, pautando, também, suas ações nos princípios delineados no dispositivo supratranscrito, quais sejam “[...] legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988).

Segundo Medauar (2015), não são somente estes os princípios que integram o regime jurídico administrativo. Ao contrário, conforme a autora, ele é constituído por outros princípios implícitos, que, embora não estejam expressamente previstos no texto constitucional, de sua interpretação é possível extraí-los. São eles: princípio da proporcionalidade, princípio da razoabilidade, princípio da finalidade, princípio da isonomia, entre outros.

Quando o gestor público se afasta da estrita observância a tais corolários, sua atuação pode vir a ser considerada, conforme for o caso, como improbidade administrativa, tendo em vista que o interesse maior a ser perseguido é o interesse público.

Diante disso, mirando na necessidade de transparência na gestão dos recursos públicos, editou-se a Lei Complementar nº 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo objeto, conforme redação do artigo 1º, é estabelecer “[...] normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição” (BRASIL, 2000).

Pelo texto desta Lei, surgiram, no âmbito das finanças públicas, normatizações direcionadas ao cumprimento desse grande objetivo, consubstanciadas na recente noção de responsabilidade fiscal e de transparência. Logo, a partir de então, conforme Carvalho (2017), passou-se a contemplar a transparência, tal como os princípios constitucionais antes mencionados, como corolário a reger a atividade administrativa.

Conforme Di Pietro (2016), no âmbito da administração pública gerencial, o cidadão é considerado uma espécie de cliente de seus serviços, revelando-se, ao mesmo tempo, como um contribuinte financeiro, o que o faz com seus impostos.

Em complementação, cite-se Carvalho (2017), que assevera que o poder de tributar conferido ao Estado pelo povo encontra limitações devido à sua natureza e finalidade – é uma derivação do poder constituinte originário, pertencente ao povo, e tem por objeto o cumprimento do interesse público primário, que prevalece sobre interesses particulares alheios aos anseios da coletividade.

Nesse sentido, conforme Medeiros et al. (2017), é possível considerar que a administração pública gerencial busca aperfeiçoar e expandir os serviços públicos, com vistas a reduzir custos e aumentar a eficiência e efetividade dos serviços que são prestados aos cidadãos.

Nesse contexto, a transparência nas finanças públicas e a elaboração de orçamento a seguir revelam-se, conforme Carvalho (2017), na concretização do dever do gestor público de fazer frente ao interesse da coletividade, na medida em que se demonstra exatamente a origem dos recursos e os gastos realizados, destacando-se, assim, o direcionamento que é conferido ao dinheiro público. É nesse âmbito, pois, que deve ser analisada a relevância da LRF no Brasil.

Na visão de Souza e Platt Neto (2012), a grande contribuição dada pela LRF foi em relação à responsabilização do gestor público pela gestão financeira, o que foi feito mediante a criação de mecanismos de acompanhamento sistemático do desempenho, com periodicidade mensal, trimestral, anual e plurianual, evitando, com isso, corrupção, desvios de verbas e roubos no orçamento público.

6

Nesse mesmo sentido, citem-se Medeiros et al (2017), para quem o objetivo da LRF tange a instituição de uma gestão fiscal responsável, buscando, ainda, promover modificações no regime fiscal implementado no país, prevenir desvios, aumentar a transparência no setor público, estabelecer mecanismos de correção e proporcionar melhor entendimento e divulgação das contas públicas.

Abraham (2017), em importante contribuição, relembra que, já no texto da Constituição Federal de 1988, existem, a partir de seu artigo 163, disposições acerca das finanças públicas. Também há menção às tratativas referentes ao tema serem dadas por meio de lei complementar (BRASIL, 1988) – daí o surgimento da LRF.

Além da LRF, existe, ainda, outra lei que trata sobre o direito financeiro no país – é a Lei nº 4.320, de 1964,

que, apesar de ser formalmente lei ordinária, foi recepcionada pela Carta de 1988 com *status* de lei complementar (OLIVEIRA et al., 2013).

Desse modo, no Brasil, o regimento atual das finanças públicas se dá tanto pela Lei nº 4.320/64 como pela LRF, embora, conforme Furtado (2015), esta última, que atribui à contabilidade pública um caráter mais gerencial e de transparência, tenha passado a ser prevalente sobre a primeira.

De fato, a LRF trouxe uma visão liberal do Estado, que apregoa que este deve ter equilíbrio orçamentário, alcançado mediante o gasto, no máximo, daquilo que arrecada (MACHADO, 2017). Além disso, esta norma jurídica tem intrínseca relação com o conceito de *accountability*, que envolve o dever de prestar contas, decorrente do princípio republicano, segundo o qual a atividade financeira do Estado envolve a gestão de recursos públicos; de transparência; e de eficiência por parte do gestor público (OLIVEIRA et al., 2013).

A esse respeito, voltando-se ao texto legal, vê-se logo no § 1º do artigo 1º da LRF que a responsabilidade na gestão fiscal do país pressupõe a realização de ação planejada e transparente, por meio da qual riscos são prevenidos e desvios que seriam capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas devidamente corrigidos. Isso se dará consoante previsão, por meio do cumprimento das metas de resultados estabelecidas entre receitas e despesas, bem como da obediência a condições e limites respeitantes à renúncia de receita, à seguridade social, à geração de despesas com pessoal, às dívidas mobiliária e consolidada, à concessão de garantia, às operações de crédito (inclusive através de antecipação de receita) e à inscrição em Restos a Pagar (BRASIL, 2000).

Para que isso ocorra, sustenta Furtado (2015) que vários são os instrumentos de transparência da gestão fiscal utilizados, aos quais deve ser dada ampla divulgação, incluindo através de meios eletrônicos de acesso público, conforme disposto no artigo 48 da LRF (BRASIL, 2000).

São tais instrumentos os seguintes: os orçamentos, planos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas, bem como o seu respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Além de tais documentos, também as suas versões simplificadas valerão para esse fim (BRASIL, 2000).

Para Furtado (2015), a LRF é uma lei que se esvai, em parte, em si caso se considerasse que a prescrição da transparência nas contas públicas através de lei é algo que deveria ser desnecessário, tendo em vista que o dever de prestar contas de modo transparente é inerente à própria natureza do ato de gerir recursos pertencentes a outrem – no caso, recursos públicos, pertencentes a toda a coletividade.

Com tal posicionamento, a concordância é plena; aliás, conforme destacado por Di Pietro (2016), o interesse que deve guiar a atuação administrativa é o interesse público, sendo dessa natureza, também, o bem jurídico tutelado.

Ou seja, não se trata de bem particular, o qual se pode gerir da forma que bem entender. Ao contrário, tomando lição de Abraham (2017), há que se destacar que o gestor público ali está apenas para administrar um patrimônio que não é dele, mas, sim, do povo. Daí a necessária, essencial e indispensável transparência dos atos por ele praticados.

De um modo geral, conforme Oliveira et al. (2013), os principais benefícios revertidos pela LRF à gestão financeira do país são os seguintes: prevenção de déficits reiterados e imoderados; limitação da dívida pública a níveis prudentes; preservação do patrimônio público líquido; implementação de prudência na administração dos riscos fiscais, incluindo o reconhecimento de obrigações imprevistas; possibilitar o acesso amplo da sociedade às informações sobre as contas públicas; e imposição de limitação ao gasto público continuado, tais como os ocorridos com despesas com pessoal, previdenciárias e decorrentes de manutenção de investimentos.

Em complementação, sustenta Machado (2017) que a transparência também será assegurada, consoante redação do parágrafo único do artigo 48 da LRF, por meio das seguintes ações: realização de audiências públicas, durante os processos em que os planos, orçamentos e lei de diretrizes orçamentárias são elaborados e discutidos; incentivo à participação popular; liberação ao conhecimento pleno e acompanhamento pela sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas acerca da execução financeira e orçamentária, através de meios eletrônicos de acesso público; e adoção de sistema integrado de controle e administração financeira, que atenda a um determinado padrão mínimo estabelecido pelo Poder Executivo da União em relação à qualidade.

Desse modo, como bem ressaltado por Machado (2017), a participação popular surge como importante ação a ser implementada para assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos, servindo, ainda, segundo Maschio et

al (2017), para proporcionar melhor distribuição dos mesmos, direcionando-os para atendimento dos pleitos sociais, por meio da elaboração de políticas públicas, além de reprimir abusos cometidos, característicos de desvio de finalidade, redução de falhas no processo e repercussão social dos seus efeitos.

Para Maschio et al (2017), todos estes aspectos demonstram que o comprometimento governamental, ou a sua falta, impacta diretamente tanto a implantação como a manutenção de um orçamento participativo, afetando, em consequência, a eficiência da gestão pública.

## CONCLUSÃO

O objetivo do planejamento do orçamento é nortear os investimentos a serem feitos pela Administração Pública.

Sendo assim, e considerando-se que, pelo texto da Constituição Federal de 1988, um dos princípios norteadores da atividade administrativa é o princípio da eficiência, sendo a transparência outro princípio que norteia as ações da Administração Pública em relação à responsabilidade fiscal a ela imputada pelo legislador, a participação popular no planejamento do orçamento público municipal, além de proporcionar melhor distribuição dos recursos públicos, direcionando-os para atendimento dos pleitos sociais, possibilita, ainda, repressão de abusos cometidos, característicos de desvio de finalidade, redução de falhas no processo e repercussão social dos seus efeitos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, M. **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- BRANCO, P. G. G.; MENDES, G. F. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1988. Promulgada em 05/10/1988.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. 04/05/2000.
- CARVALHO, M. Manual de direito administrativo. 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: **JusPODIVM**, 2017.
- CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de direito administrativo**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Forense, 2016.
- FERREIRA FILHO, M. G. **Do processo legislativo**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FRANÇA. **Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789**. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuaacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar\\_dir\\_homem\\_cidadao.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuaacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf). Acesso em: 28 nov. 2018.
- FURTADO, L. R. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACHADO, H. de B. Curso de direito tributário. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- MAGALHÃES, J. L. Q. de. O novo constitucionalismo indo-afro-latino-americano. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 13, n. 26, Belo Horizonte, jul.-dez. 2010, p. 83-98.
- MASCHIO, I.; et al. A participação popular no orçamento público: orçamento participativo em quatro municípios do

MASSON, N. **Manual de direito constitucional**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução, análise. São Paulo: Atlas, 1993.

MEDAUAR, O. **Direito administrativo moderno**. 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEDEIROS, K. R. de; et al. Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1759-1769, 2017.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MONTESQUIEU, C. de S. **O espírito das leis**. 6. ed. Trad. Pedro Vieira Mota. São Paulo: Saraiva, 1999.

OLIVEIRA, F. P. S.; et al. Análise em painel do comportamento das despesas totais com pessoal dos municípios da Região Metropolitana de Natal. **Revista Uniabeu**, Belford Roxo, v. 6, n. 12, jan-abr. 2013.

PEIXINHO, M. M. O princípio da separação dos Poderes, a judicialização da política e direitos fundamentais. XVII Congresso Nacional do CONPEDI, **Anais...** Brasília-DF, 20, 21 e 22 de novembro de 2008.

PIÇARRA, N. A **separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional. Um contributo para o estudo das suas origens e evolução**. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

RESSURREIÇÃO, V. C. L. **Estado de direito, separação de poderes e controle de constitucionalidade da norma pelo administrador destinatário**. Dissertação (Universidade Federal de Pernambuco, obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Dr. Andreas Joachim Krell), Recife, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SOUZA, P. de; PLATT NETO, O. A. A composição e a evolução das despesas com pessoal no estado de Santa Catarina de 2000 a 2011. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 11, n. 33, p. 66-81, ago.-nov. 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

## A obrigatoriedade do uso do dispositivo eletrônico de controle pela PMAM como forma de preservar o direito à vida

*The mandatory use of the electronic control dispositiv by PMAM to preserve the right to life*

Arnoldo Fonseca Paes  
David Lima Teixeira  
Evander Elias De Queiroz (*in memoriam*)

Submetido em: 17/07/2022  
Aprovado em: 17/07/2022  
Publicado em: 19/07/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.327

### RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar a obrigatoriedade do uso do dispositivo eletrônico de controle pela PMAM como forma de preservar o direito à vida. Tem-se como objetivos específicos: apresentar o uso das armas de menor potencial ofensivo; abordar o uso e legalidade do dispositivo eletrônico de controle (*taser*); elucidar a aquisição do DEC pela PMAM em treinamento dos policiais militares. Como metodologia utilizou-se pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que a Polícia Militar do Amazonas, que já possui esses dispositivos eletrônicos, tem se preocupado com a vida humana, controlando o modo de agir e investindo em equipamentos que resolvam uma ocorrência da melhor forma possível.

**Palavras-chave:** Dispositivo eletrônico de controle. Taser. Polícia Militar. Direito à vida.

### ABSTRACT

The study aims to analyze the mandatory use of the electronic control device by PMAM to preserve the right to life. The specific objectives are to present the use of weapons of lesser offensive potential; address the use and legality of the electronic control device (*taser*); elucidate the acquisition of the DEC by the PMAM in training of the military police. Bibliographic research was used as a methodology. It was concluded that the Amazon Military Police, which already has these electronic devices, has been concerned with human life, controlling the way of acting and investing in equipment that solves an occurrence in the best possible way.

**Keywords:** Electronic control device. Taser. Military police. Right to life.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que faz fronteira com outros países da América latina, que atualmente são subjugados por uma inflação sem precedentes. Muito embora, a possibilidade de ocorrer uma guerra declarada entre esses países com o Brasil é quase nula. No entanto, internamente vivemos constantemente no combate à criminalidade desenfreada, a corrupção política e a chamada “guerra urbana” contra os traficantes de armas e drogas.

As forças de Segurança, tem se esforçado para combater, conter e controlar essas mazelas de forma efetiva, mas, vem enfrentando uma complexidade de fatores e de eventos danosos, que proporcionam dúvida na forma de combater com plenitude essas forças contrárias.

A Constituição Federal de 1988, traz em seu corpo, os direitos fundamentais, estes com previsão no artigo 5º, onde está expresso o direito à liberdade e a vida, e esse último, é o foco dessa pesquisa, pois como fator preponderantemente inerente ao ser humano, muitas vezes é desrespeitado, até mesmo por quem tem a obrigação de defendê-lo, usando de armas letais no atendimento de certas ocorrências, principalmente, aquelas envolvendo infratores utilizando arma branca.

A Polícia Militar do Amazonas tem buscado cumprir com a sua finalidade Constitucional, embora muitas vezes, deixa de ser ostensiva, para ser repressiva e é nessa repressão utilizando arma de fogo, poderá ocorrer uma fatalidade de tirar a vida de um delinquente ou infrator em estado violento.

Ao que, em se utilizando de outro meio não letal, pudesse prender esses infratores, sem tirar-lhes a vida, quando

da utilização de um dispositivo eletrônico de controle (DEC), mais conhecido como *TASER*, cumpriria todo o círculo Constitucional, o de combater a violência com a prisão do infrator e preservando a vida dele.

## 2 O USO DAS ARMAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

As armas de menor potencial ofensivo, também chamadas, “não letais” são equipamentos especificamente projetados e empregadas para incapacitar temporariamente pessoal ou material, ao mesmo tempo em que minimizam mortes e ferimentos permanentes, danos indesejáveis à propriedade e comprometimento do meio-ambiente.

Essas armas não letais conferem aos Policiais Militares, que são os Agentes da lei, a capacidade para empregar a força de forma gradual, reduzindo-se as situações nas quais o uso da arma de fogo seja necessário. Uma ampla gama de produtos permite às polícias agir de forma equilibrada diante da necessidade de impor o respeito à Lei. Portando apenas arma de fogo, o policial se vê diante de duas alternativas: ou não faz nada ou usa o revólver, a pistola ou mesmo, em alguns casos, o fuzil. É fácil perceber a inadequação desses instrumentos na grande maioria das ocorrências.

Existem dois tipos de armas de menor potencial ofensivo no Brasil: as de uso restrito a agentes de segurança (controladas pelo exército), e aquelas liberadas para defesa pessoal, adquiridas facilmente por maiores de 21 anos munidos de RG e CPF. A pistola de choque, também chamada de *Taser*, enquadra-se na primeira categoria, assim como sprays de pimenta, munições de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e granadas de efeito moral.

As armas das quais estamos falando não têm probabilidade zero de risco, ou seja, fatalidades ou ferimentos permanentes, mas, sim, reduzem esta probabilidade se comparadas com as armas tradicionais que têm por objetivo a destruição física dos seus alvos.

É fundamental que o policial disponha de meios eficazes para agir em defesa da lei. Entre a advertência verbal e o uso de uma arma de fogo, existem múltiplas possibilidades oferecidas pelas chamadas armas não letal. Vejamos a seguir algumas delas.

### 2.1 As principais armas de menor potencial ofensivo

**Bala de borracha:** Quando é usada para conter tumultos violentos em manifestações ou rebeliões. Como uma bala normal, ela tem uma cápsula com pólvora para impulsioná-la e uma ponta - a parte que atinge o alvo. A diferença é que a ponta não é de metal como nas balas comuns, mas de borracha. A vantagem desse material é que ele não perfura a pele. Mas a bala de borracha pode causar ferimentos graves se atingir o rosto ou até mesmo ser fatal em pontos como a garganta. Por isso os tiros só devem ser dados na direção das pernas e a certa distância de aproximadamente 20 metros.

**Gás lacrimogêneo:** É usado para dispersar multidões e em operações de resgate, solta uma fumaça que arde os olhos e a mucosa deixando a pessoa atordoada, essa é a sensação causada pelo gás lacrimogêneo. Ele parece uma granada e pode ser jogado com a mão ou com uma arma lançadora. Não confundir com as bombas de efeito moral. Estas podem ser de vários tipos: tem as que explodem fazendo só muito barulho, as que emitem luz intensa para ofuscar e as que soltam fumaça. Nada disso machuca, mas, quando estouram, as bombas soltam fragmentos que podem ferir.

**Spray de pimenta:** Usado como arma de defesa pessoal ou para dispersar tumultos. É raro, mas também pode ser usado no resgate de reféns. Neste caso, é lançada uma grande quantidade de gás no ambiente em que está o sequestrador que ao fazer efeito deixa-o mais vulnerável. O que é? O gás que sai é chamado de agente OC (Oleoresina capsicum). Capsicum é um gênero de pimentas de onde é extraída a capsaicina, substância que causa forte irritação nos olhos e nas vias respiratórias. O efeito de um jato na cara pode durar até 40 minutos.

2

**DEC (*Taser*):** Uma pistola que dispara dardos elétricos e figura numa categoria de equipamentos cada vez mais usados por policiais e agentes de segurança. Usado tem função parecida com a do bastão de choque, imobilizando agressores. A grande vantagem é que o taser pode ser usado à longa distância, parece uma pistola comum, mas tem uma “bala” diferente. O gatilho aciona um sistema de ar comprimido e ainda regula uma descarga elétrica. Impulsionado pelo ar comprimido, dois dardos são lançados em direção ao alvo. Os dardos ficam conectados à pistola por fios metálicos que podem chegar a quase 11 m. Os dardos penetram 2,5 cm na pele e transmitem descargas elétricas de até 50 mil volts

- igual ao bastão de choque. É possível dar descargas contínuas mantendo o gatilho apertado.

**Bastão de choque:** Usado como arma de defesa pessoal ou em ações para imobilizar um fugitivo suspeito ou um agressor. Popularmente conhecido como “choquinho”, este pequeno aparelho emite descargas elétricas de até 50 mil volts, mas de baixa amperagem, o que só paralisa o agressor. Sua utilização é simples: não precisa mirar, nem nada, é só encostar o aparelho na pessoa para provocar o choque. Das armas listadas aqui é a única que não tem uso controlado no Brasil.

Mais de um século antes, a primeira arma especificamente adaptada como não letal foi a munição de sal grosso. Hoje, a mais moderna e recente tecnologia em armamento não letal é a munição eletrônica (TASER). Como é fácil perceber, séculos se passaram entre o cartucho de sal grosso e a munição eletrônica. Neste intervalo, surgiram diversas ferramentas não letais, como: canhão de água, gás lacrimogêneo, spray de pimenta, granada de efeito moral, arma de lançar rede, arma de ultrassom, arma de micro-ondas etc. Todas as tecnologias não letais são interessantes e úteis em cenários específicos, entretanto, poucas são realmente práticas quando se trata de suprir a grave lacuna, inerente ao uso progressivo da força, se o policial só possui uma arma de fogo na cintura, toda ação será letal, então é questão de vida ou morte colocar uma arma não letal na cintura do policial.

## 2.2 O dispositivo eletrônico de controle (*taser*)

A Taser é fabricada pela empresa *Taser International*, e possui (o modelo a ser utilizado no Brasil, a *Taser M26*) um mecanismo de disparo similar ao das armas de ar comprimido. Assim que se pressiona o gatilho, a arma aciona um cartucho de gás nitrogênio, que se expande e gera pressão para que eletrodos sejam lançados na direção desejada. Esses eletrodos estão ligados à arma por fios condutores isolados, e possuem ganchos que facilmente agarram nas roupas. Basta os eletrodos se prenderem para que a corrente elétrica seja transferida dos fios ao agressor.

Os impulsos elétricos transmitidos são da ordem de 50.000 volts, e afetam o sistema nervoso central do indivíduo, prontamente imobilizando-o, fazendo com que ele fique na posição fetal. Ao atingir a vítima, os eletrodos disparam uma descarga de 5 segundos. Após isso, caso o operador permaneça com o dedo no gatilho, uma descarga é liberada a cada 1,5 segundo.

O alcance máximo da arma, a depender do cartucho utilizado, é de aproximadamente 10,6 metros (comprimento do fio da M26), e após um disparo, os fios têm que ser recolhidos para que a arma seja novamente utilizada. Os 50.000 volts citados, são gerados por 8 pilhas AA de 1,2 volts, através de condensadores e transformadores que a arma possui. O fabricante informa que todas as armas possuem uma memória digital que armazena a data e a hora dos 585 últimos disparos, além de expelir confetes identificadores com o número serial do cartucho no momento do disparo.

A Taser é um passo importante no sentido da aplicação da doutrina de uso progressivo da força, onde o primeiro nível de uso da força é a presença do policial e o último é a força letal da arma de fogo. Cabe a polícia treinar seus policiais para bem usar o equipamento, e aos policiais resta a consciência das possibilidades, remotas, mas possíveis, de letalidade da arma. A Taser traz melhores condições de trabalho, preserva a vida do cidadão e a integridade do policial, mas apenas se não for usada abusivamente, e sim dentro da técnica.

## 2.3 Legalidade do uso do taser

A Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional e em conformidade ao artigo 2º, este aduz que os órgãos de segurança pública, deverão priorizar a utilização de mecanismos ou instrumentos de menor potencial ofensivo, obedecendo a princípios legais e orienta como e quando não se deve utilizar a arma de fogo em ocasiões que não se permite usá-la, conforme o parágrafo único e seus incisos, como veremos a seguir:

Art. 2º Os órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo, desde que o seu uso não coloque em risco a integridade física ou psíquica dos policiais, e deverão obedecer aos seguintes princípios:

- I - Legalidade;
- II - Necessidade;

III - razoabilidade e proporcionalidade.

Parágrafo único. Não é legítimo o uso de arma de fogo:

I - Contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que não represente risco imediato de morte ou de lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros; e

II - Contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, exceto quando o ato represente risco de morte ou lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros.

Desta feita, percebemos que a lei já fora promulgada com a finalidade de preservar a integridade da pessoa humana, bem como que os agentes e segurança pública devem cumprir o que determina a lei em relação aos princípios basilares da administração pública como visto acima.

Noutra banda, a própria Lei em seu artigo 4º descreve o que são os instrumentos de menor potencial ofensivo, por ter de baixar probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes ou uma incapacidade temporária a pessoas, conforme veremos abaixo:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, consideram-se instrumentos de menor potencial ofensivo aqueles projetados especificamente para, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas.

Continua ensinando que dever dos órgãos públicos em fornecer, aprimorar, treinar e habilitar os servidores da segurança pública, para o uso adequado do dispositivo eletrônico de controle de pessoas, transcrito em seu artigo 5º, vejamos:

Art. 5º O poder público tem o dever de fornecer a todo agente de segurança pública instrumentos de menor potencial ofensivo para o uso racional da força.

Estamos discorrendo sobre o uso de armas não letais, para que se assegure o direito fundamental que é o da vida.

#### 2.4 Aquisição do DEC pela PMAM e treinamento dos policiais militares

Atualmente foram adquiridos pela Polícia Militar do Amazonas, cerca de 310 novas Taser, que foram utilizadas durante a Copa do Mundo, nos jogos realizados em Manaus, onde não foi necessário o uso em nenhuma pessoa. Mas devido a uma ocorrência onde um brasileiro veio a óbito após ser paralisado com um disparo de um Taser e, erroneamente, a imprensa destacou que foi por causa do choque recebido, que o brasileiro morreu.

Diante dessa falta de informação, o Comando da PMAM, mandou retirar e guardar todas as Taser na Diretoria de Apoio Logístico e que agora, com a certificação de um dos membros da corporação a nível internacional, começou-se o treinamento a fim de desmistificar que a Taser é uma arma letal.

Embora saibamos que se um indivíduo pertence a algum grupo de risco, fatalmente poderá ocorrer um óbito com a má utilização e com um disparo em local indevido, poderá ocorrer essa fatalidade. No entanto, com o treinamento especializado e de acordo com o manual de procedimentos operacionais padrão feito pelos Policiais Militares do Amazonas, esse risco é quase zero.

#### CONCLUSÃO

A evolução do setor de segurança vem acontecendo junto com o da tecnologia, que apresenta novos equipamentos capazes de neutralizar infratores com o uso da força necessária sem causar excesso. Portanto a Polícia Militar do Amazonas, que já possui esses dispositivos eletrônicos, tem se preocupado com a vida humana, controlando o modo de agir e investindo em equipamentos que resolvam uma ocorrência da melhor forma possível.

4

Arma não letal é uma solução para o Policial Militar que se vê em uma situação que não pode utilizar a arma de fogo, mas com o uso da arma não letal resolve seu problema. Então, armas não letais, vem para melhorar o serviço de segurança e proteger a integridade física tanto do agente público quanto do cidadão infrator.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014.

BRASIL, **Portaria nº 001** - D Log, de 05 de janeiro de 2009.

CONDOR. **Uso gradual da força**. Disponível em: <http://www.condornaoletal.com.br>. Acesso em: 26 nov. 2015.

FARIA, Daniel Beltrame. **Armas não letais**: uma solução para o uso gradual da força. Conteúdo jurídico, Brasília-DF:03 jan. 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.46563&seo=1>. Acesso em: 26 nov. 2015.

FUJITA JUNIOR, Luiz. **Quais são as principais armas não letais?** Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br>. Acesso em: 26 nov. 2015.

MANAUS, **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão da Polícia Militar do Amazonas**

SENADO FEDERAL. **Atividades no Plenário e Comissões**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/>. Acesso em: 26 nov. 2015.

SENADO FEDERAL. **Portaria do Diretor da Polícia do Senado Federal Nº 001**, de 2006.

### Sites

<http://jus.com.br/artigos/32359/novas-ferramentas-tecnicas-como-meio-auxiliares-para-a-consolidacao-de-uma-policia-cidada>. Acesso em: 26 nov. 2015.

## Gerenciamento de energia elétrica residencial: otimização do consumo através da internet das coisas – IoT

*Residencial electric energy management: Optimization of consumption through the Internet of Things – IoT*

Alicia Medeiros AMARO<sup>1</sup>  
Gleidson de Carvalho SANTOS<sup>2</sup>  
Isabela Farias KILL<sup>3</sup>  
Prof. Me. Luciano Pimenta VALADARES<sup>4</sup>

Submetido em: 17/07/2022  
Aprovado em: 17/07/2022  
Publicado em: 19/07/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.328

### RESUMO

Este artigo apresenta uma forma de gerenciar a energia elétrica residencial através da Internet das Coisas – IoT, consequentemente, otimizando o consumo de energia gasto. É um artigo bibliográfico, que tem como objetivo, ajudar pessoas que querem economizar sua energia com uma tecnologia de fácil uso. Utilizamos artigos, trabalhos de conclusão de curso e sites para o desenvolvimento. Para melhor entendimento de como esse dispositivo IoT pode ser usado para otimização do consumo e gerenciamento de energia, foi apresentado um aplicativo criado por Silva, Flauzino, Gomes e Silva que demonstra como essa tecnologia trabalha para tal finalidade.

**Palavras-chave:** Internet das coisas - IoT; energia elétrica; gerenciamento.

### ABSTRACT

This article presents a way to manage residential electricity through the Internet of Things – IoT, consequently optimizing the consumption of energy spent. It is a bibliographic article, which aims to help people who want to save their energy with easy-to-use technology. We use articles, course completion papers and websites for development. To better understand how this IoT device can be used to optimize energy consumption and management, an application created by Silva, Flauzino, Gomes and Silva were presented that demonstrates how this technology works for this purpose.

**Keywords:** Internet of Things - IoT; electricity; management.

## 1. INTRODUÇÃO

No mundo de hoje, energia é um assunto a ser tratado em todas as esferas, devido às condições que impomos ao planeta, dado nossas matrizes energéticas atuais. Crise energética é um momento temporal de dificuldade de abastecimento de energia e tem como motivo questões ligadas a políticas, econômicas e ambientais.

De acordo com os dados da EPE (2020), as consequências da atual crise energética brasileira envolvem o aumento do custo de vida para a população e a deterioração da economia do país. Seguindo o motivo econômico, nos últimos anos a bandeira tarifária vem mudando seu valor, atualmente é utilizado a Escassez Hídrica, ou seja, é cobrado R\$14,20 a cada 100 kW/h. Segundo a EPE (2020), o consumo residencial cresceu 3,1% em 2019. Em média, o consumo nas residências brasileiras em 2019 foi de 162kW/h no mês, subindo mais 1,7% do consumo.

A energia elétrica é essencial para todos, principalmente para um mundo onde o uso da tecnologia é cada vez mais empregado. De acordo com Kim Dieter (2021), cerca de 3 a 5 mil watts são necessários para as necessidades básicas das famílias, o que inclui: iluminação, a cozinha, a refrigeração de alimentos e o bombeamento de água em um poço artesiano, por exemplo. Os dispositivos elétricos adicionais para entretenimento, aquecimento e outros usos também são considerados nesse requisito mínimo.

- 1 Alicia Medeiros Amaro. [aliciamedeiros2004@gmail.com](mailto:aliciamedeiros2004@gmail.com)
- 2 Gleidson de Carvalho Santos. [gleidson@es.estudante.senai.br](mailto:gleidson@es.estudante.senai.br)
- 3 Isabela Farias Kill. [Isaakil21@gmail.com](mailto:Isaakil21@gmail.com)
- 4 Luciano Pimenta Valadares. (Orientador) [pimenta.barros@hotmail.com](mailto:pimenta.barros@hotmail.com)

O gerenciamento de energia elétrica em uma residência é de extrema importância para identificar a quantidade de energia consumida. A *Internet of Things – IoT*, que na Língua Portuguesa significa: Internet das Coisas, tem como objetivo conectar e trocar dados com outros dispositivos e sistemas pela internet, a tecnologia junto a uma residência pode auxiliar o usuário no que for estabelecido, nesse caso, o gerenciamento de consumo de energia elétrica.

Pensando na otimização e eficiência no uso de energia elétrica, este artigo trata da proposta de um meio de gerenciar o consumo de energia de uma residência. Assim, as pessoas podem economizar e evitar o desperdício.

A metodologia de estudo empregada foi a de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2008), o conceito de pesquisa bibliográfica se dá com base em materiais já abordados, utilizando-se principalmente livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica utilizada no artigo, foi retirada de sites, artigos, TCC's e livros, todos que estão citados nas referências. As pesquisas foram feitas por cada integrante do grupo, cada um pesquisando algo e levando ao grupo o que fosse interessante e verídico. Sempre pesquisando, escrevendo, criando corpo ao artigo e levando para o orientar verificar. A pesquisa começou no início de abril de 2022 e foi concluída na metade de julho de 2022.

## 2. CONSUMO E GERENCIAMENTO DE ENERGIA

O consumo de energia elétrica nas residências depende de quais equipamentos estão sendo utilizados, devido a uns consumirem mais energia e outros menos. O principal aparelho que mais consome energia e está presente na maior parte das residências, é o chuveiro elétrico. O mesmo, com uma potência de 5500W, e com média de uso de 30 minutos, tem seu consumo mensal de 82,5 kWh, contando com um mês de 30 dias. Para esse cálculo foi utilizada a fórmula:

$$\text{Consumo (kWh)} = (\text{Potência (W)} \times \text{Hora de uso por dia (h)} \times \text{Dias de uso por mês}) / 1000$$

Qualquer pessoa pode ter acesso ao consumo de cada aparelho elétrico de sua casa, utilizando os cálculos, como esse citado acima, e assim pode ser feito o gerenciamento manual. Mas uma forma mais prática e confortável, é a utilização de uma tecnologia IoT.

“Nas últimas décadas, bilhões de pessoas se conectaram ao mundo digital” (MAGRANI, 2018, p.16). A IoT é uma rede de comunicação, capaz de reunir e transmitir dados, que visa a conexão entre equipamentos e dispositivos. Além de poder realizar várias funções sem interferência humana e com excelência.

Com o avanço da tecnologia e com as pessoas cada dia mais atualizadas, está sendo mais comum o uso de um dispositivo inteligente, como a “Alexa”, um dispositivo IoT que pode ser usada para tornar sua “casa inteligente”, termo utilizado quando a casa possui vários equipamentos tecnológicos, como comando por voz, fechaduras e lâmpadas inteligentes, entre outros. De acordo com o site [www.cs.ind.br](http://www.cs.ind.br), “Configurar uma casa inteligente permite otimizar o consumo de energia na residência. É possível desligar todas as luzes, dispositivos elétricos e de ar-condicionado quando estivermos longe de casa, para que não haja desperdício de eletricidade.” (CS COMUNICAÇÃO, 2020). Esse meio tecnológico vem visando facilitar a vida de seus usuários, e não apenas ajudando no gerenciamento de uma residência, como também pode ser usada para acender a luz de qualquer cômodo, fechar a porta, ligar ou desligar o ar-condicionado, e outras diversas funcionalidades, além de aumentar a segurança da casa.

O aparelho celular também é um dispositivo IoT, e o gerenciamento de energia pode ser observado através de um aplicativo. “Nas aplicações da IoT, os aplicativos são utilizados, principalmente, para monitorar e controlar implementações dos sistemas” (JAVED, 2016, p.41 *apud* CUNHA, BATISTA, 2018, p. 45). Esses aplicativos ajudam a controlar e monitorar o uso de cada aparelho que tem na residência. Se colocado nesse aplicativo a potência e o tempo de uso de cada aparelho, conseqüentemente ajuda quem quer economizar sua energia, devido a terem acesso ao que mais consome energia em sua casa.

Muitas empresas já estão usando a IoT para ajudar na redução do consumo. Um exemplo, é a empresa Kellogg, que de acordo com a revista *itforum* (2017), essa empresa reduziu o consumo de energia em US\$ 3,3 bilhões no ano com IoT. Mas não apenas empresas podem reduzir o consumo de energia com esse dispositivo (apesar do valor economizado

ser mais significativo em empresas do que em residências), as residências também podem usufruir dessa tecnologia e economizar.

Mas a IoT como forma de reduzir despesas com energia também podem ser utilizadas nas residências, já que a automação residencial através da tecnologia oferece a opção de desligar, por exemplo, eletrodomésticos – os maiores consumidores de carga elétrica nos lares – a longa distância, pelo celular, evitando o desperdício de energia (ITFORUM, 2017).

### 3. OTIMIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A otimização de energia elétrica, tem por finalidade buscar formas de reduzir o custo de energia, consequentemente tendo um maior aproveitamento dos equipamentos e evitando desperdício. Em outubro de 2020, a MAG Seguros, publicou um artigo com formas de economizar energia em casa com algumas atitudes simples. Diante das atitudes citadas por eles, estão:

- Aproveite a iluminação natural: Evitando acender as luzes quando não necessário; fazer uso de claraboias no teto, em lugares como corredores e escadas, aproveitando a luz natural; também podem ser reposicionados os móveis, de modo a aproveitar o máximo de luz vinda da janela.

- Adote cores claras nos ambientes: “Pode parecer um detalhe insignificante, mas a escolha das cores na decoração também ajuda muito quando o assunto é economizar energia em casa. Isso porque um ambiente com tons escuros sempre vai causar a sensação de que é preciso acender a luz — até mesmo em períodos diurnos.”

- Use lâmpadas fluorescentes ou de LED: Ambas têm o melhor custo-benefício, economia e durabilidade. Mas a diferença é que a LED tem o triplo de duração em relação às fluorescentes.

- Saiba como economizar energia em casa durante o banho: O chuveiro elétrico é um dos que mais consomem energia em uma residência. Manter o chuveiro em modo “verão” pode gerar uma economia de 30%, além disso, é importante manter a fiação do chuveiro sempre em bom estado e limpar regularmente os orifícios onde a água sai. E o principal, a duração do banho, evitar o desperdício quando não necessário.

- Tire os eletrônicos da tomada: “Essa prática, aparentemente inofensiva, pode gerar um gasto significativo no final do mês, segundo pesquisa da Proteste. Aquela simples luzinha acesa é um sinal de que a sua conta de luz pode vir mais alta.” (MAG, 2020).

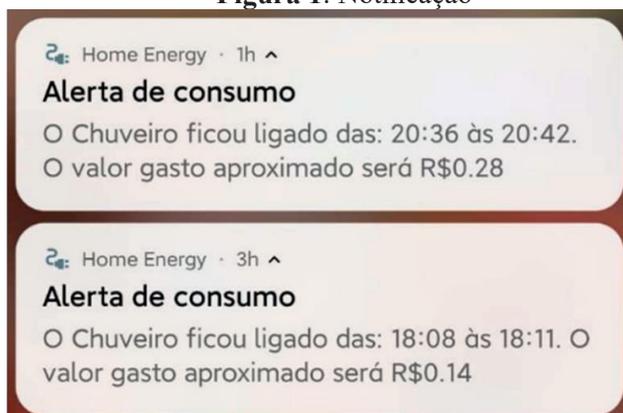
Essas foram algumas das atitudes disponibilizadas por eles, que podem ser realizadas por pessoas que desejam economizar sua energia por um meio individual. Mas, como nem sempre as pessoas seguem essas dicas, não conseguem tempo ou apenas não querem, tem a opção mais prática, a opção de um aplicativo. Esse aplicativo pode ajudar o usuário a otimizar essa energia elétrica que é gasta em sua residência. Os usuários deste aplicativo receberiam um alerta toda vez que algo elétrico estiver sendo utilizado.

#### 3.1 Aplicativo

Um aplicativo de monitoramento do consumo de uma residência criado por Silva, Flauzino, Gomes e Silva (2020), mostra o gasto em relação ao consumo de aparelhos elétricos em uma residência, além de o aplicativo conceder uma previsão de gasto na conta de energia do usuário. Um dos integrantes do grupo, disse: “após realizar o acesso, o usuário visualiza as informações em tempo real, diário e mensal, bastando navegar entre as abas da tela inicial.”

As figuras 1 e 2 foram retiradas do aplicativo. A figura 1 mostra a notificação recebida por um dos usuários, que alerta o tempo em que o chuveiro elétrico ficou ligado e o valor gasto obtido:

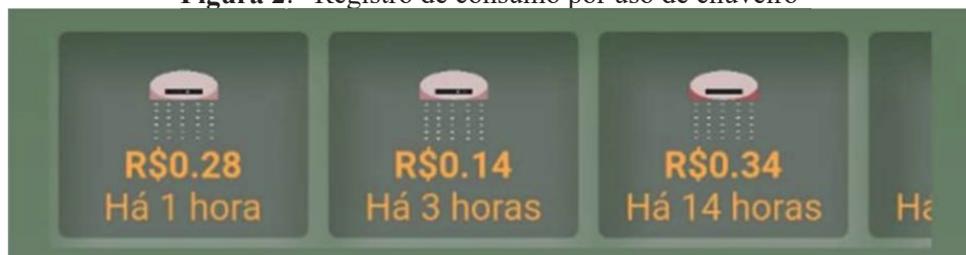
Figura 1: Notificação



Fonte: Silva, et. al, (2020).

A figura 2 mostra o registro do consumo por uso do chuveiro. Um dos integrantes do grupo, disse: “caso o usuário deseje consultar os valores gastos no consumo recebidos em notificações, continuará disponível na interface do aplicativo os registros das últimas 48 horas.”

Figura 2: “Registro de consumo por uso de chuveiro”

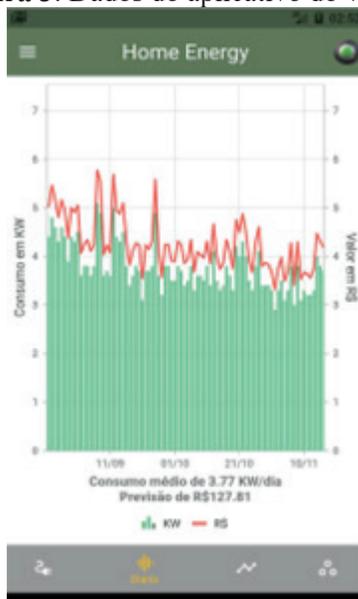


Fonte: Silva, et. al, (2020).

Esse sistema permite que os usuários tenham ciência de todo movimento ocorrente em sua residência. Podendo verificar em tempo real o consumo e os valores gastos do momento, percebendo assim, quais aparelhos estão consumindo mais que o esperado.

Os criadores desse aplicativo, fizeram testes utilizando o aplicativo para saber se realmente era viável. Os testes eram para saber se o aplicativo iria coincidir com o que fosse mostrado na conta de energia. O aplicativo mostrou que o valor da conta de energia, seria de R\$127,81, mas o valor faturado para o mês de novembro/2021 foi de R\$126,60. O valor do consumo diário desse mesmo mês, de acordo com a conta de energia, foi de 3,73 kW por dia, e o que foi relatado no aplicativo foi 3,77 kW por dia. Os possíveis valores da conta de energia e do consumo diário mostrados pelo aplicativo, estão presentes na imagem 3 e os valores reais mostrados pela conta de energia, estão presentes nas imagens 4 e 5.

Figura 3: Dados do aplicativo do voluntário.



Fonte: Silva, et. al, (2020).

Figura 4: Conta de energia do voluntário

MÊS/ANO	CONSUMO em	VALOR em R\$/dia	Dias
NOV/21	112	3,73	30
OUT/21	120	3,87	31
SET/21	111	3,58	31
AGO/21	120	3,63	33
JUL/21	93	3,20	29
JUN/21	105	3,50	30
MAY/21	108	3,85	28
ABR/21	118	3,57	33
MAR/21	95	3,16	30
FEB/21	97	3,46	28
JAN/21	114	3,45	33
DEZ/20	122	4,20	29
NOV/20	132	4,00	33

Fonte: Silva, et. al, (2020).

Figura 5: Fatura de energia do voluntário

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Tarifa/Preço (R\$)	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	112	1,13043802	126,60

Fonte: Silva, et. al, (2020).

Para saber a precisão entre a conta de energia e os dados mostrados no aplicativo, os integrantes do trabalho fizeram uma comparação:

$$(3,73 \text{ kW}) / (3,77 \text{ kW}) \times 100 = 98,93\%$$

5

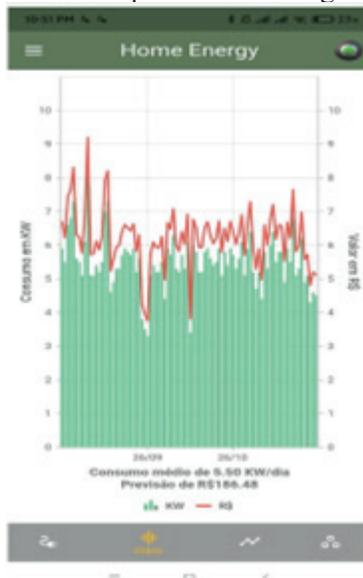
Mostrando assim que o aplicativo teve 98,93% de precisão em relação a residência do voluntário. Em relação ao integrante do grupo que também testou o aplicativo, com um consumo maior, mostrou um consumo médio de 5,23 kW por dia nos últimos 90 dias. No aplicativo, mostrou que o consumo diário obtido foi de 5,50 kW por dia. Na imagem 6, mostra o extrato do consumo dos 3 meses desse integrante e na imagem 7, mostra o que o aplicativo previu para esse consumo e para o valor da fatura.

Figura 6: Extrato do consumo do integrante do grupo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias
NOV/21	181	5,36	30
OUT/21	148	4,93	30
SET/21	173	5,40	32
AGO/21	176	5,67	31
JUL/21	192	6,19	31
JUN/21	174	5,80	30
MAI/21	158	5,64	28
ABR/21	184	5,57	33
MAR/21	161	5,36	30
FEV/21	154	5,50	28
JAN/21	164	4,96	33
DEZ/20	145	5,00	29
NOV/20	143	4,61	31

Fonte: SILVA, et al, 2020.

Figura 7: Dados do aplicativo do integrante do grupo



Fonte: Silva, et. al, (2020).

Novamente fizeram a comparação da conta de energia e dos dados disponibilizados pelo aplicativo:

$$5,23\text{kW}/(5,50 \text{ kW}) \times 100=95,09\%$$

Mostrando uma precisão de 95,09%.

Em relação ao valor mostrado no aplicado, estimando o valor da fatura, mostrou R\$186,48. E o valor da conta de energia desse integrante do grupo em novembro/2021, foi de R\$181,98. A imagem 8, mostra o valor real da conta de energia do integrante do grupo.

6

Figura 8: Fatura de energia do integrante do grupo

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	181	1,13043802	181,98

Fonte: Silva, et. al, (2020).

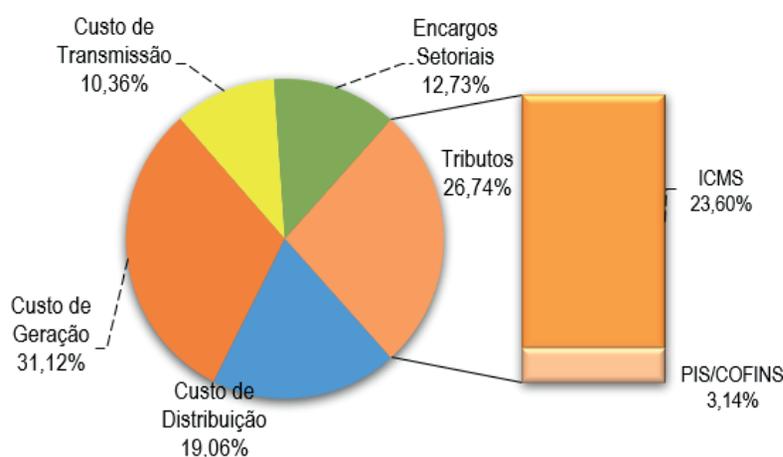
A mesma tarifa por kW/hora da conta de energia foi utilizada no aplicativo. Podendo também ser alterada pelo próprio aplicativo, caso seja necessário.

#### 4. CUSTO E VIABILIDADE

Muitas das pessoas que pensam em fazer uso do dispositivo IoT, pensam em relação ao custo que ele tem, porém, não pensam em como ter essa tecnologia pode influenciar nas contas de energia. É um investimento feito uma vez e fica para a vida toda. Para cada casa o valor dessa tecnologia é relativo, nas pesquisas feitas não foram encontrados valores, apenas o custo-benefício que este dispositivo pode ter.

Em agosto de 2020, o site [brasil.edp.com](http://brasil.edp.com), disponibilizou porcentagens e um gráfico, referente aos valores pagos pelo consumidor na fatura mensal de energia: “41,5% se referem a custos dos segmentos de geração e transmissão de energia; 39,5% se referem a tributos e encargos setoriais; 19,0% são os custos com a distribuição de energia, ou seja, aqueles necessários para levar a energia elétrica até a sua unidade consumidora (parte destinada à EDP).” (EDP News, 2020).

Figura 9: Tarifa de energia



Fonte: EDP News (2020).

Na fatura de energia:

“Com o reajuste, um consumidor residencial que costumava pagar uma conta de R\$ 100,00, passará a pagar cerca de R\$ 106,00. A cada R\$ 100,00 de uma fatura mensal apresentada ao cliente, R\$ 19,06 serão destinados à EDP ES, para a cobertura dos custos com operação, manutenção e investimentos na rede de distribuição de energia elétrica. Outros R\$ 41,50 serão destinados ao pagamento das despesas com Geração e Transmissão da energia, enquanto os restantes R\$ 39,40, serão destinados aos encargos setoriais, impostos e tributos” (EDP News, 2020, online).

De acordo com os dados mostrados, é perceptível a distribuição do que é pago na fatura de energia, tirando os equipamentos que são utilizados e que consomem muito e que podem alterar nesse valor, além do desperdício que acaba passando despercebido e que também acrescenta no valor da fatura. Por isso o dispositivo IoT é viável, para que problemas como o desperdício e equipamentos de grande consumo não passem despercebidos, que cada pessoa que tenha esse dispositivo, consiga saber de fato o que mais está sendo consumido em sua casa e conseqüentemente evitando o desperdício, e que assim, a fatura de energia tenha uma boa economia.

## 7 CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, percebe-se que o dispositivo IoT é um ótimo meio de otimizar o consumo da energia elétrica, utilizando-se de aplicativos, como por exemplo o aplicativo mencionado no artigo. Alguns meios de otimizar esse consumo de forma individual foram apresentados, é o básico que pode sim ajudar na economia de energia, mas com um dispositivo IoT, esse meio de economizar fica mais fácil. O usuário consegue saber o aparelho elétrico que

mais consumiu energia em sua residência, além de ter a possibilidade de verificar o tempo em que tal aparelho foi utilizado.

Diante disso, o artigo mostrou que a utilização de um dispositivo IoT é viável, devido a ser uma realidade de todos, e um meio prático de economizar. A precisão do aplicativo, que foi acima de 95%, em relação ao consumo gasto e ao valor que poderia chegar à conta de energia mensal, comprovou que essa tecnologia pode de fato ajudar seus usuários a gerenciar o consumo de suas residências. Por fim, economizando e evitando quaisquer desperdícios significativos.

## REFERÊNCIAS

EDP News. **Aneel define reajuste das tarifas da EDP no Espírito Santo**. 2020. Disponível: <https://brasil.edp.com/pt-br/aneel-define-reajuste-das-tarifas-da-edp-no-espírito-santo>. Acesso: jul. 2022.

ENGIE, **IoT é um dos caminhos para reduzir o consumo de energia nas cidades**. 2020. Disponível em: <https://www.alemdaenergia.engie.com.br/iot-e-um-dos-caminhos-para-reduzir-consumo-de-energia-nas-cidades/>. Acesso 07 jul. 2022 08:52.

EPE. 2019 tem alta de 1,4% no consumo de eletricidade. **Resenha**. Ano XIII: Número 148, Janeiro de 2020, Disponível em: [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-153/topico-510/Resenha%20Mensal%20-%20Janeiro%202020\\_v4.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-153/topico-510/Resenha%20Mensal%20-%20Janeiro%202020_v4.pdf). Acesso: jul. 2022.

ITFORUM. **Kellogg reduz o consumo de energia em US\$ 3,3 milhões ao ano com IoT**, 2017. Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/kellogg-reduz-o-consumo-de-energia-em-us-33-milhoes-ao-ano-com-iot/> Acesso 07 jul. 2022

MAG. **Como economizar energia em casa com atitudes simples**. 2020. Disponível em: <https://mag.com.br/blog/educacao-financeira/artigo/como-economizar-energia-em-casa-com-9-atitudes-simples>. Acesso 07 jul. 2022

SILVA, Cleso Costa, et al. **Uso da tecnologia Internet das coisas para gerenciamento do consumo de energia elétrica residencial**. Faculdade UNA. Pouso Alegre. 2020. Disponível em: [https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/18956/1/ATCCIN\\_Upload\\_Reposit%C3%B3rio.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/18956/1/ATCCIN_Upload_Reposit%C3%B3rio.pdf). Acesso 07 jul. 2022

### Sites

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/crise-energetica-no-brasil.htm#:~:text=A%20crise%20energ%C3%A9tica%20do%20Brasil,grande%20parte%20do%20territ%C3%B3rio%20brasileiro>.

[https://www.ehow.com.br/quantos-watts-media-consumidos-casa-fatos\\_260096/](https://www.ehow.com.br/quantos-watts-media-consumidos-casa-fatos_260096/)

<https://jus.com.br/artigos/88647/tipos-de-pesquisa-cientifica>

<https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>

<https://enetec.unb.br/blog/os-10-equipamentos-que-mais-consomem-energia-na-sua-casa/>

[https://portal.elfsm.com.br/consumo/simulacao-de-consumo/#:~:text=CONSUMO%20\(kWh\)%20%3D%20pot%C3%Aancia%20\(de%20uso%20no%20m%C3%AAs%20%2F%201000](https://portal.elfsm.com.br/consumo/simulacao-de-consumo/#:~:text=CONSUMO%20(kWh)%20%3D%20pot%C3%Aancia%20(de%20uso%20no%20m%C3%AAs%20%2F%201000).

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qYtlDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=internet+das+coisas&ots=rGTxvpe62&sig=nY60VWyMLYVt0-\\_xW1pT-2H2K8Y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qYtlDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=internet+das+coisas&ots=rGTxvpe62&sig=nY60VWyMLYVt0-_xW1pT-2H2K8Y#v=onepage&q&f=false)

## A cultura como um elemento de linguagem e luta contra as opressões

Culture as an element of language and the fight against oppression  
La cultura como elemento del lenguaje y la lucha contra la opresión

Maria Cristina Sagario<sup>1</sup>

Submetido em: 25/07/2022  
Aprovado em: 25/07/2022  
Publicado em: 26/07/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.329

### Resumo

Este texto abordará a cultura em processo histórico de construção de sentidos, destacando o seu valor enquanto um mecanismo comunicação, de luta e resistência. Tem por objetivo demonstrar que a cultura não é isenta de parcialidade, mas, tem um importante papel na luta de classes, podendo ser um elemento de resistência aos projetos autoritários e, com isso, ser também um valioso instrumento de luta e resistência em defesa da democracia. Destaca a relevância que ela obteve nas várias Constituições brasileiras, dando destaque especialmente à Constituição Federal de 1988 por esta ter enfatizado de uma maneira expressiva e contundente a cultura em seu texto.

**Palavras-chave:** Cultura. Constituição. Luta de Classe. Expressões. Direitos.

### Abstract

This text will approach culture in the historical process of construction of meanings, highlighting its value as a communication, struggle, and resistance mechanism. Its objective is to demonstrate that culture is not exempt from partiality, but has an important role in the class struggle, being an element of resistance to authoritarian projects and, with that, also being a valuable instrument of struggle and resistance in defense of democracy. It will highlight the relevance that it obtained in the various Brazilian Constitutions, giving special emphasis to the Federal Constitution of 1988 for having emphasized in an expressive and forceful way the culture in its text.

**Keywords:** Culture. Constitution. Class struggle. Expressions. Rights.

### Resumen

Este texto abordará la cultura en el proceso histórico de construcción de significados, destacando su valor como mecanismo de comunicación, lucha y resistencia. Su objetivo es demostrar que la cultura no está exenta de parcialidad, pero tiene un papel importante en la lucha de clases, siendo un elemento de resistencia a los proyectos autoritarios y, con ello, siendo también un valioso instrumento de lucha y resistencia en defensa de la democracia. Se destacó la relevancia que obtuvo en las diversas Constituciones brasileñas, con especial énfasis en la Constitución Federal de 1988 por haber enfatizado de manera expresiva y contundente la cultura en su texto.

**Palabras clave:** Cultura. Constitución. Lucha de clases. Expresiones. Derechos.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao abordarmos a temática da ‘cultura e da comunicação’ é interessante frisarmos que ambas são termos que podem ser relacionados a muitas coisas, mas, neste caso, daremos destaque à sua importância nas relações sociais, atreladas às vivências das pessoas em sociedade.

Mas, qual a importância que elas teriam para a vida destas pessoas? Embora esta parece ser uma pergunta retórica, dentre as muitas possibilidades de abordagens que podemos realizar e que poderiam nos conduzam a uma resposta a esse questionamento, podemos destacar três possibilidades de diálogos, que seriam: averiguando a importâncias que elas têm para (e na) vida das pessoas individualmente, o seu valor coletivo e político e a sua capacidade de influenciar a vida das pessoas provocando novas formas de viver e de conviver em sociedade.

Primeiramente, ao falarmos de cultura é interessante destacar que as manifestações culturais precisam ser observadas na sua pluralidade. Elas, ao serem expressas por vários elementos, matérias e imateriais, são capazes de expor principalmente as várias contradições existentes em uma sociedade.

Se em muitas populações a cultura e a comunicação são enaltecidas e valorizadas por seus caracteres educativos, 1 Ciências Humanas. Universidad InterAmericana, mcsagario@hotmail.com

históricos e libertadores, em outras, elas poderão ser negligenciadas e até mesmo censuradas, pois, afinal, ambas possuem elementos que são possíveis de manipular e serem manipulados por vários atores sociais.

É interessante a reflexão de que um ato de resistência expresso por intermédio da cultura poderá ocorrer de maneiras distintas, por diversos tipos de linguagens, por diferentes artifícios e expressões, como por exemplo: na linguagem teatral, pela música, pela poesia, nas cenas de um filme, nas falas de um contador de histórias, por uma dança, pela literatura, enfim, por todas as formas de comunicação que o homem consiga se expressar e inculir algum sentimento, modificando o estado inicial dos receptores das suas mensagens.

Mas, é por meio da reflexão e da análise, agregadas a ações provocativas e desencadeadoras de novos pontos de vista, que uma forma de agir e pensar pode ser modificada. E, é neste papel – o de ser um campo propício ao diálogo, por lidar com a formação de conceitos e do senso crítico, é que as universidades entram. Nas instituições de ensino superior existem cursos cujos currículos têm como uma de suas bases o estudo e a pesquisa das reflexões dos grandes pensadores como, por exemplo, Paulo Freire, Karl Marx, Walter Benjamin, Raymond Williams, Michel Foucault e Déa Fenelon, pessoas que introduziram novos conceitos e que questionam conceitos e costumes já existentes, ou seja, pessoas que de certa forma pensaram na cultura como um campo de possibilidades. Entre estes cursos podemos citar: a Filosofia, a História, a Sociologia, o Jornalismo e a própria Psicologia

Por esta razão, no passado e, mesmo no presente, as universidades foram relacionadas a espaços perigosos, não por usarem armas, mas por lidarem com a comunicação, ou seja, por lidarem com o conhecimento e influenciarem as pessoas no campo da cultura e da comunicação, propiciando a elas novas visões de mundo.

Neste sentido, o ‘expressar’ - a expressão - é a capacidade que as pessoas têm de se dar a conhecer por intermédio de falas e gestos, os seus pensamentos, ou seja, é também a materialização do que se passa em suas mentes, é uma exposição das suas emoções, das suas crenças, temores, planos e objetivos, enfim, é a concretização - verbal e não verbal - do que só pode ser visto quando nos dado a conhecer se revelado por intermédio de palavras e ações.

Desta forma, sendo a cultura uma forma de expressão, ela poderá abranger todos os aspectos da vida das pessoas, contudo, não será um elemento neutro e estático, antes, receberá a atuação direta e indireta de diferentes influenciadores sociais que ditam normas e estabelecerão os costumes.

Entre os influenciadores culturais podemos citar, por exemplo, as religiões com seus ritos e rituais; até mesmo a maneira pelas quais as pessoas se relacionam com o trabalho, sendo muitos repassados aos filhos por intermédio de seus pais e antepassados na forma de uma profissão, os hábitos de uma região ou país, todos estes imprimindo nas pessoas formas de comportamento.

A palavra cultura “[...] mapeia em seu desdobramento a mudança histórica da própria humanidade, da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrador do solo à divisão do átomo” (EAGLETON, 2011, p.10). Ela poderá ser modificada por diversos elementos de um período histórico e, com isso, refletirá nas trocas de experiências a serem compartilhadas, nas formas de expressões de uma época ou mesmo nas memórias a serem preservadas.

Déa Fenelon (2006), ao falar sobre a cultura, argumenta que existem vários elementos importantes inseridos em uma manifestação cultural, entre eles, a experiência social, destacando que a cultura é um campo no qual as contradições se explicitam e onde a luta de classes, que fazem parte da vida humana em sociedade, se afloram e se evidenciam. Ela argumenta que a cultura é, portanto, “[...] memória, trabalho, política, costumes, símbolos, valores e, enfim, [...] tudo que os homens criam e atribuem significado. (FENELON, 2006, p 07)

Portanto, atribuir significados é uma das funções que nortearão as ações culturais. Mas, os ‘significados’ podem estar implícitos nas práticas culturais e serem reproduzidos sem que haja uma reflexão sobre elas, sem que haja uma compreensão das razões pelas quais certos elementos são preservados e perpetuados ao passo que outros são negligenciados. Com isso, muitas ações culturais passam por ressignificações, por mudanças que desconstroem os seus sentidos iniciais.

É importante perceber a cultura como um elemento modelador, e que, embora ele esteja atrelado às tradições, de acordo com Williams (1979), nos conduzem a um tempo presente ‘pré-modelado’, norteador por ações sociais que foram concebidas no passado.

O que temos de ver não é apenas “uma tradição”, mas uma *tradição seletiva*: uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural. (WILLIAMS, 1979, p. 118 – Grifo do autor)

Por esta razão, Khoury (2006), ao falar sobre o poder que as forças dominantes exercem na sociedade a ponto de muitas vezes anularem e/ou minimizarem os sentidos das ações que foram construídas inicialmente sob um processo histórico e social, comenta que estas forças desconstróem os sentidos originais e difundem em seu lugar novos valores, valendo-se para isso da linguagem como instrumento de persuasão e convencimento:

[...] reconhecer e respeitar grupos e comunidades a partir dos modos como se inscrevem na vida social supõe, como dizíamos, incorporar com legitimidade suas formas de comunicação e expressão, compreendendo seus significados próprios na dinâmica social. [...] Isso requer lidar com as narrativas sem esquecer que refletimos sobre a cultura articulada às questões de hegemonia, estando atentos a modos como o poder decide o que deve e o que não deve ser incorporado à «grande tradição» e às suas articulações nesse sentido. (KHOURY, 2006, p. 36 e 37)

Portanto, falar de cultura é também falar de sujeitos que têm as suas identidades determinadas por forças que agem no social com aparente ações despreziosas, mas que, valem-se desta estratégia para que possam se perpetuar no poder.

Portanto, as práticas culturais necessitam ser observadas não apenas como ações desprovidas de intencionalidades ou motivadas pelo simples ato de se querer preservar as tradições do passado ou entreter as pessoas. Mas, antes, precisam ser observadas como instrumentos de incorporação progressiva de novas formas de viver e conviver em sociedade.

Com o passar do tempo, novas formas de expressão são incorporadas dando-se novos sentidos às crenças e aos valores de uma sociedade, expressões seletivas e selecionadas que conduzem à conformação da sociedade para com os objetivos das forças dominantes que, agindo assim, ocultam e negam as lutas de classes que dividem a sociedade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Todos os dias, desde a hora que acordamos, até a hora em que nos deitamos para dormir, entramos em contato direto com muitos elementos da cultura. Pode ser no café com um pãozinho, na música que escolhemos para ouvir, nas rezas que fazemos e mesmo no jeito em que nos vestimos e nos portamos, a nossa vida será sempre norteada por algum aspecto que nos foram repassados culturalmente. Cada país e/ou comunidade terá a sua própria cultura e ela ditará a maneira pela qual as pessoas se comportam.

É interessante notarmos que a própria palavra cultura obteve, no decorrer dos tempos, diferentes significados. Oriunda do latim, do verbo latino *colere*, ela estava relacionada diretamente ao plantio, ou seja, ao cultivo agrícola. Com isso, pode-se fazer uma analogia entre a terra a ser cultivada, produtiva, com o seu contrário, que seriam os desertos, espaços vazios de plantios, ou seja, de culturas. Portanto, a cultura seria algo a ser plantado e que germinaria e frutificaria na sociedade. Além disso, tal qual na agricultura, onde os frutos do plantio são colhidos após um período, na cultura - enquanto uma atividade social - não surgiria de uma hora para a outra, mas, ela precisaria ser cultivada.

Neste sentido, Eagleton (2011) comenta ainda haver uma contradição em relação à semântica da palavra cultura, onde, quem cultiva a terra, geralmente os pequenos agricultores, são pessoas com menos instruções acadêmicas, por isso, são classificadas como sendo pessoas ‘menos cultas’ ao passo do que as pessoas que vivem na cidade são percebidas como sendo pessoas ‘mais cultas’.

Outro sentido da palavra cultura estava relacionado ao termo latim *cultus*, que para os religiosos diz respeito aos “cultos”, ou seja, aos deuses, ao sagrado e aos momentos dedicados à adoração (EAGLETON, 2011; CHAUI, 2008). Assim, a cultura está relacionada aos rituais, ou seja, à repetição das práticas no cotidiano das pessoas ou em momentos preestabelecidos.

Posteriormente, a cultura passou a ser relacionada às artes e à sabedoria; contudo, dizia-se que uma pessoa era ‘cultu’ quando esta possuía um relevante saber acadêmico ou nas artes apreciadas pela elite. Desta forma, nem todas as pessoas seriam consideradas cultas, por exemplo, uma pessoa sem estudos acadêmicos, mas que possuísse um profundo conhecimento das plantas não seria rotulada de ‘cultu’, pois, a sabedoria popular era – e ainda é - menos valorizada que

o saber acadêmico. Sobre esta percepção é interessante observarmos que este pensamento remonta há muitos anos no passado, ao período da Revolução Francesa, no século XVIII:

A princípio, cultura advinha de uma concepção normativa, na qual colocava-se como ideia central o pensamento do século XVIII, que era a singularidade, ou seja, fundamentado na corrente filosófica do iluminismo, trazendo perspectiva de progresso, educação e evolução, focando num universalismo humano e na distinção de povos e classes; as artes, literatura, letras e ciências recebiam a palavra cultura anteriormente para indicar uma ação de instrução, de regramento de suas especificidades. Mais tarde, essa concepção se modifica passando a ser interpretada como o estado de espírito que possui a instrução, o indivíduo que tem cultura. (ALMEIDA, PICCIN, 2021, p. 3)

Assim, partindo desta visão que foi originada em um momento histórico, na Revolução Francesa, difundiu-se que uma pessoa era ‘cultura’ se ela conseguisse absorver e praticar o maior número de conhecimentos da chamada cultura erudita, porém, vale a pena destacar que este conceito não ficou limitado àquele momento, que ele sobreviveu ao tempo e, mesmo na atualidade, ainda há esta concepção por parte de muitas pessoas.

Percebemos com isso que a sociedade não é homogênea, antes, ela está dividida por classes e cada uma dessas classes difundir e valorizar ações que para elas são relevantes e significativas, ou seja, na sociedade existem várias culturas. Com isso, existem diferentes estudos acadêmicos sobre o papel que estas culturas desempenham na vida das pessoas individualmente e coletivamente. Todavia, há um consenso sobre os papéis essenciais que as culturas desempenham enquanto um instrumento que, por um lado, pode ser usado para oprimir, mas que por outro, pode ser um mecanismo de resistência e libertação. Marilena Chauí (2021) em seu livro “Cidadania cultural: o direito à cultura”, comenta que

Ainda que a cultura passasse a significar o campo materialmente determinado das formas simbólicas e dos modos de vida de uma sociedade, a divisão social das classes como distinção entre “culto” e “inculto” tornou-se predominante. Com ela: 1) a cultura e as artes distinguiram-se em dois campos principais: a erudita (ou de elite), própria dos intelectuais e artistas da classe dominante, e a popular, própria dos trabalhadores urbanos e rurais; 2) quando pensadas como produções ou criações do passado nacional, formando a tradição nacional, a cultura e arte populares recebem o nome de folclore, construído por mitos, lendas e ritos populares, danças e músicas regionais, artesanato etc.; e 3) a arte erudita passou a ser construída pelas produções e criações das belas artes, consumida por um público de letrados, isto é, pessoas com bom grau de escolaridade, bom gosto e consumidores de arte. (CHAUI, 2021, p. 15)

Assim, no dia a dia as pessoas estão cercadas por diferentes formas de manifestações culturais sem que muitos se deem conta disso. No entanto, no campo social, ainda há os preconceitos culturais que separam algumas manifestações culturais das demais impedindo que muitas delas estejam disponíveis a todas as pessoas. Dividem a cultura em: cultura ‘do povo’ chamada de também de ‘popular’ – relacionada ao folclore - e a cultura ‘da elite’ chamada de ‘erudita’ – relacionada às belas artes.

## 2.1 O CONCEITO DE CULTURA NAS CARTAS MAGNAS BRASILEIRAS

A história do Brasil é muito recente se comparada com a história de outros países. Além disso, nossa cultura se fez com a colaboração de vários povos, herdamos dos indígenas, dos africanos e dos europeus muitos dos costumes e tradições que eles trouxeram para o então chamado “Novo mundo”.

Assim, é interessante avaliar se a cultura recebeu muita ou pouca atenção por parte do Estado verificando a referência que se faz nas Constituições brasileiras a esta temática. Desde o século XVIII até o momento o Brasil teve sete Cartas Magnas, sendo que a primeira foi promulgada na época do império e as outras seis no regime republicano. São elas:

4

- 1 – Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. (BRASIL, 1824)
- 2 - Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. (BRASIL, 1891)
- 3 - Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. (BRASIL, 1934)
- 4 - Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. (BRASIL, 1937)
- 5 - Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. (BRASIL, 1946)
- 6 - Constituição da República Federativa do Brasil, de 18 de janeiro de 1967. (BRASIL, 1967)
- 7 - Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. (BRASIL, 1988)

Ao analisarmos a relevância que a cultura obteve nos diferentes Governos que regeram o país, veremos que na construção de uma cultura nacional houve períodos em que ela foi menos ou mais valorizada, fato que dependeu muito do momento histórico e político que o Brasil vivenciou.

Na primeira Constituição brasileira a de 1824, a palavra cultura aparece uma única vez, e, sobre esta menção, Pereira (2008), comenta que a palavra cultura aparece no mesmo sentido de cultivo agrícola, no entendimento etimológico de ‘*cultum*’ [...], ele cita: “Sinônimo de lavoura, a noção de cultura aparece agregada às ideias de “indústria, trabalho e comércio”, o que lhe reforça ainda mais o sentido manual de “trabalho da terra” (PEREIRA, 2008, p.6)

Além disso, Saldanha (2020) comenta ainda que causava estranheza aos portugueses que vinham para o Brasil a convivência com os negros africanos e com os indígenas, eles acreditavam que na colônia não havia ‘resquícios de civilização’, e, por esta razão, naquela época o choque cultural foi inevitável. Entretanto, “Essa mescla cultural passou a compor a rotina dos novos moradores que trataram rapidamente de importar da Europa músicos, pintores, escritores e uma infinidade de artistas, bem como obras de arte e de criar instituições de cunho cultural e artístico.” (SALDANHA, 2020, p. 02). Com esta ação, fica evidente que os europeus acreditavam pertencer a um “mundo” mais civilizado e que as suas práticas culturais eram mais relevantes e valiosas do que as dos outros povos com os quais precisavam conviver aqui no Brasil colônia.

Na segunda Constituição do Brasil, a de 1891, a palavra cultura sequer aparece. Porém, vale a pena destacar que neste período o Brasil viveu momentos de grande transição social e política, houve, por exemplo, a assinatura da abolição dos escravos e a mudança na forma de governo de monarquia para a república.

Na Constituição de 1934, em nossa terceira Carta Magna, as palavras: cultura e culturais aparecem por quatro vezes. Nela os sentidos da palavra cultura são ampliados e faz-se a citação de uma cultura geral. Em seu Art. 148 versa que:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e *da cultura em geral*, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934 – Grifo nosso)

Esta Constituição trouxe importantes mudanças e avanços em relação à educação, nela o ensino primário passou a ser obrigatório e gratuito e, além disso, o voto feminino passou a ser aceito. No entanto, esta constituição teve o menor tempo de duração, ficando vigente por apenas três anos.

A Constituição de 1937, foi a quarta Constituição brasileira, nela a palavra cultura aparece por duas vezes, onde podemos destacar o Art. 52 que dá destaque para a cultura nacional. Para Pereira (2008), isto “[...] abre as portas para uma perspectiva social que pretende fazer sobrelevar uma certa “cultura oficial”, de que são dotados os eruditos formadores de opinião, eliminando possibilidades de identidades diversificadas de acordo com diferentes contingências” (PEREIRA, 2008, p.7)

A Constituição de 1946 faz cinco referências à palavra cultura. Mas, é importante destacar que foi durante a sua vigência que ocorreu o Golpe Militar, no ano de 1964, sob o governo do então presidente João Goulart. Com isso, houve várias mudanças nas leis que foram “[...] mediadas por uma série de atos institucionais, de emendas à constituição e de outros instrumentos normativos utilizados pelo governo. Diante deste fato, a Carta Magna passou a receber uma série de emendas que a descaracterizaram.” (SAGÁRIO, 2015, p. 29)

Sem nos aprofundarmos nesta temática que é muito ampla, vale a pena nos lembrarmos de que neste período houve a criação de diversos mecanismos de controle e vigilância principalmente sobre a cultura. Vigiava-se tudo o que era difundido por intermédio das peças teatrais, do rádio, da televisão, da música e até mesmo da literatura.

Durante o período da ditadura militar no Brasil que durou duas décadas (1964 a 1984), foi criado o Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP) direcionado aos órgãos regionais e a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP). Nesta época a censura à cultura era o reflexo de um aparato ideológico e de um regime autoritário que visava a sua permanência no poder havendo, inclusive, diferentes tipos de censura: a censura preventiva, a censura coercitiva e a censura punitiva. (BERG, 2019)

Logo após o golpe, os militares desencadearam forte repressão apenas aos setores da produção cultural que mantinham algum tipo de vínculo com os movimentos populares politicamente organizados – como era o caso dos Centros Populares de Cultura, criados pela União Nacional dos Estudantes. Após a edição

do AI-5, porém, passaram a reprimir e a censurar todo tipo de atividade cultural. [...] o objetivo da ditadura era também o de calar a voz da sociedade e o de comprometer a qualidade da formação política, afetiva ou intelectual dos cidadãos. Em alguns casos, poderia até ser tentado a concluir que ela desejava estabelecer um verdadeiro “vazio cultural” que, na prática, ajudaria a criar um estado de indiferença das massas em relação ao próprio destino imediato do país. (FRANCO, 1997, p. 77 e 78)

Por conseguinte, a arte era usada como uma forma de conscientização, de resistência, de dialogar com as pessoas sobre o que estava acontecendo, com isso, houve uma necessidade de silenciar os agentes culturais e anular os espaços que promoviam uma reflexão sobre tudo que estava acontecendo. Por isso, a história registra que foi um período muito triste e sombrio para os movimentos sociais e culturais no nosso país.

## 2.2 A Cultura após a promulgação da Constituição Federal de 1988

Todavia, passadas duas décadas desde o início do golpe militar, os militares deixaram o poder em março de 1985. E, após isso, houve a formação de uma Assembleia Constituinte (1987/1988) que contou com uma grande mobilização social visando a elaboração de uma nova Carta Magna para os brasileiros. E, devido à participação de vários segmentos da sociedade na sua escrita, ela, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi reconhecida também como uma “Constituição cidadã”.

Foi a partir da reflexão sobre a importância dos bens culturais por parte de vários grupos formadores da sociedade que houve uma sensibilização do Congresso Nacional e este incluiu na nova carta magna, de maneira contundente e afirmativa, questões relevantes para a preservação, promoção e valorização da cultura nacional. Com isto, foi regida uma seção inteira apenas para tratar desta temática.

Nesta seção, denominada Da Cultura, o Estado aparece como garantidor do acesso de todas as pessoas à cultura e diz ainda que a cultura é um direito de todas as pessoas. A cultura é citada em sua pluralidade – nas culturas – e, ao contrário do período da ditadura, caberia ao Estado o apoio, a valorização e a difusão de todas as manifestações culturais. Desta maneira, de uma forma contundente, a cultura material e imaterial, como uma riqueza e como um bem capaz de construir riquezas econômicas e sociais.

### Seção II

#### Da Cultura

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. [...] (BRASIL, 1988)

Entretanto, vale a pena recordarmos também que poucos anos antes da promulgação da última Constituição, no ano de 1985, logo após o fim da ditadura militar, houve uma importante iniciativa para a cultura na gestão do então presidente da república, José Sarney, que foi escolhido presidente da república por intermédio do voto direto, ele promoveu a criação do Ministério da Cultura (MinC), que antes, desde 1953, estava associada à educação no Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Porém, mesmo com toda a relevância atribuída à existência do Ministério da Cultura “[...] há governos que optaram pelo seu fechamento, como dos presidentes Fernando Collor de Mello, em 1991, Michel Temer, em 2016, e Jair Bolsonaro, em 2019”. (SANDY; STADLER, 2020, p. 02) Cada governo apresentará os seus motivos, contudo, os objetivos são os mesmos, ou seja, visam minar as expressões que a cultura pode suscitar enquanto um mecanismo de luta e resistência.

Em 1990, no governo do então presidente da república Fernando Collor de Mello, o Ministério da Cultura foi rebaixado a uma Secretaria da Cultura e vinculada diretamente à Presidência da República, sem força política e com um orçamento irrelevante. (SAGÁRIO, 2015)

Posteriormente, a cultura passa por outro momento emblemático quando, após o *impeachment* de Dilma Rous-

seff, o então presidente interino Michel Temer extinguiu temporariamente o MinC e o reintroduziu ao MEC. Porém, pouco tempo depois, devido às pressões de setores sociais e culturais, ele restabeleceu novamente como Ministério da Cultura com a intenção de “serenar os ânimos”, separando-o novamente do Ministério da Educação. (BARBALHO, 2018)

No entanto, em 2018, ao ser eleito presidente da república, no Governo de Jair Messias Bolsonaro muita coisa mudou em relação à cultura, pois, novamente ela passou a ser vista como uma ameaça.

A cultura tem estado no centro do debate político com a ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo, sendo a tentativa de controlá-la um dos pilares da política governamental. A eleição de Jair Bolsonaro veio acompanhada e permanece conectada a invectivas constantes contra o chamado “marxismo cultural”, à “ideologia de gênero”, ao “vitimismo” racial e ao “globalismo” diplomático nas mais variadas esferas, tornando-se flagrante o flerte com o retorno à censura e ao autoritarismo no cinema, na música, no teatro, na educação, nas políticas direcionadas a negros, indígenas, população LGBTQI+, pessoas com deficiência, mulheres etc. (SANTOS; SILVA; ASSUNÇÃO, 2021, p. 2)

Assim, mesmo que regidos por uma Constituição denominada de “cidadã” e após vários avanços em benefício da cultura, um importante elemento social a ser valorizado e preservado, é possível perceber que a cultura ainda representa uma ameaça, é um elemento a ser vigiado, controlado e censurado. Por estes motivos, ela é um importante objeto de estudo e análise aos pesquisadores da atualidade, funcionando como um termômetro capaz de medir a temperatura e diagnosticar doenças que paralisam e podem até mesmo matar as democracias.

Nas universidades tem pairado um clima de vigília e censura tal qual foi no passado. E, mais uma vez, a cultura nas suas várias formas de expressões têm servido como um campo de resistência a projetos autoritários e silenciosos. Por isso, estudar a cultura enquanto um campo que reflete o social e as suas lutas de classe é de benefício para as administrações públicas que almejam trilhar os seus caminhos com base na liberdade de expressão, em benefício de novos conhecimentos e da própria democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões sociais são muito relevantes e passam constantemente por profundas mudanças. Com isso, a cultura, que é um elemento abstraído da convivência humana, passará por mudanças, e é neste ponto que os estudiosos desta temática precisam voltar a sua atenção. É necessário procurar os motivos pelos quais as tradições são edificadas, modificadas ou substituídas, mas é interessante averiguarmos principalmente os motivos pelos quais algumas permanecem e os interesses de quem elas atenderão. Como pode ser percebida, a cultura é um campo capaz de explicitar posições ou ocultá-las a depender do momento histórico em que a observamos. Por esta razão, precisamos construir atividades em que as ações culturais possam ser usadas a nosso favor, como um instrumento educativo, e fortalecedor do diálogo e da democracia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. H. L. PICCIN. J. A. F. Leitura de cordel: cultura e resistência. **Revista trabalhos acadêmicos da FAM**, [s.l.], v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <http://appavl.pxsistemas.com.br:882/pergamumweb/vinculos/000028/00002859.pdf> Acesso em: 18 maio 2022

BARBALHO, A. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 239-259, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158843012/321158843012.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

7

BERG, C. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. 144 p. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=iN6UDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=cultura,+regime+militar&ots=0IjyA2fp&sig=FdkoeazJSXxpyl9o\\_ebD7yHcJOE#v=onepage&q=cultura%20regime%20militar&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=iN6UDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=cultura,+regime+militar&ots=0IjyA2fp&sig=FdkoeazJSXxpyl9o_ebD7yHcJOE#v=onepage&q=cultura%20regime%20militar&f=false). Acesso em: 10 maio 2022.

BRAZIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: [s. n], 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em 20 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm) . Acesso em 09 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm) . Acesso em 15 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: [s. n], 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em 15 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Assembleia Constituinte, 1946. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm) . Acesso em 05 jun. 2014. Acesso em 18 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm). Acesso em 18 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://normas.leg.br/api/binario/d9c9c09c-ee80-42c9-a327-20fd195213c7/texto>. Acesso em: 20 maio 2022

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. 223 p. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/08/chaui\\_web\\_compressed-1.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/08/chaui_web_compressed-1.pdf). Acesso em: 20 maio 2022

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Cye**, Salvador, v. 01, n. 01, p. 54-76, 01 jan. 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4657030/mod\\_resource/content/1/Chaui%20Cultura%20e%20Democracia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4657030/mod_resource/content/1/Chaui%20Cultura%20e%20Democracia.pdf). Acesso em: 02 maio 2022.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011. 208 p.

FENELON, D. R.; MACIEL, L.A. ALMEIDA, P. R; KHOURY, Y. A (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. 298 p.

FRANCO, Renato. Censura e modernização cultural à época da ditadura. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, p. 77 - 92, 1997. <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108129/ISSN1984-0241-1997-20-77-92.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PEREIRA, C. P. O conceito de cultura na Constituição de 1988. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. **Anais [...]**, Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: [h\(org.\)\\_ttp://www.cult.ufba.br/enecult2008/14112.pdf](http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14112.pdf). Acesso em: 15 maio 2022

KHOURY, Y. A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. 298 p.

SAGÁRIO, M. C. **Cultura, enredos sociais e narrativa: contadores de histórias na cidade de Uberlândia (1988 a 2004)**. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/16511/1/CulturaEnredosSociais.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022

SALDANHA, B. S. As políticas de salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil de 1807 a 1891. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 12, n. 01, p. 01-20, 10 maio 2022. Mensal. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/9078/5631>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS, D. V. dos; SILVA, M. A. M. da; ASSUNÇÃO, S. Cultura e políticas no Brasil. **Brasília: Journal for Brazilian Studies**, [s.l.], v. 10, n.1, p. 1 a 4, 2021. Disponível em: <https://hal.parisnanterre.fr/hal-03652340/document> Acesso em: 20 maio 2022

SANDY, D. D.; STADLER, A. O ministério da cultura e suas entidades vinculadas: gestão e políticas públicas de cultura no Brasil. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**, Paranaguá, n. 54, p. 01-24, 2020. Mensal.

WILLIAMS, R. Tradições, instituições e formações. *In*: WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 217 p. Disponível em: <https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/03/raymond-williams-marxismo-e-literatura.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

## O saneamento básico como fator preponderante na saúde pública das comunidades

### *Basic sanitation as a major factor in the public health of communities*

Arnoldo Fonseca Paes<sup>1</sup>

Submetido em: 25/07/2022

Aprovado em: 25/07/2022

Publicado em: 28/07/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.330

#### RESUMO

A deficiência no saneamento básico do Brasil traz consigo uma inquietação, ponderando a seriedade de seu papel na ligação que tem com a saúde e o ambiente. O saneamento como promoção de saúde abarca a fundação de uma estrutura física circumspecta de sistema de água, esgoto e drenagem, o que o diferencia de uma operação no meio físico. Neste exposto, este estudo tem como objetivo geral analisar a importância do saneamento básico para a saúde pública nas comunidades. Como objetivos específicos: apresentar a definição e características do esgoto sanitário; verificar que meios podem ser utilizados para tratamento de esgotos. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Saneamento. Saúde pública. Esgoto.

#### ABSTRACT

The deficiency in basic sanitation in Brazil brings with it a concern, considering the seriousness of its role in the connection it has with health and the environment. Sanitation as a health promotion encompasses the foundation of a circumspect physical structure of water, sewage and drainage systems, which differentiates it from an operation in the physical environment. In this context, this study aims to analyze the importance of basic sanitation for public health in communities. As specific objectives: to present the definition and characteristics of sanitary sewage; check what means can be used for sewage treatment. Bibliographic research was used as a methodology.

**Keywords:** Sanitation. Public health. Sewer.

### 1 INTRODUÇÃO

A deficiência no saneamento básico do Brasil traz consigo uma inquietação, ponderando a seriedade de seu papel na ligação que tem com a saúde e o ambiente.

No Canadá, na I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde concretizada em 1986, compõe o termo de referência a partir do qual as imagens de promoção da saúde se desenvolveram. Através deste documento torna-se aberto o conceito de promoção de saúde, que estabelece um movimento cuja basal preocupação é o incremento do ser humano num mundo saudável.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) decide a Promoção de Saúde, como algo, que é muito mais do que a carência de doenças, uma vez que são levados em conta na abordagem os macros determinantes do processo saúde-doença, com o fim de transformá-los convenientemente.

Abarca a prevenção de doenças de contorno análogo à apresentada na Carta Ottawa. Dessa forma, a cautela se limitaria a indicar barreiras de contato entre a doença e os indivíduos aptos, enquanto a promoção teria como fim a qualidade de vida, o banimento total, ou pelos menos morosa da doença, segundo Lefèvre e Lefèvre (2004).

Analisando que o saneamento como ação positiva para a bem-estar deve assumir a responsabilidade de procurar desarraigar determinadas doenças em parceria com o setor de saúde e com os demais setores ligados à saúde, este estudo busca responder a seguinte indagação: Por que o saneamento básico é considerado fator preponderante na saúde pública das comunidades?

1

Neste exposto, este estudo tem como objetivo geral analisar a importância do saneamento básico para a saúde pública nas comunidades. Como objetivos específicos: apresentar a definição e características do esgoto sanitário; verificar que meios podem ser utilizados para tratamento de esgotos.

O saneamento como promoção de saúde abarca a fundação de uma estrutura física circumspecta de sistema de água, esgoto e drenagem, o que o diferencia de uma operação no meio físico.

Assim, esse estudo se justifica tendo em vista que as concepções de saneamento como promoção têm por alvo colaborar para que se acertem mudanças no caso dos indivíduos e de seu ambiente por meio da implantação dos sistemas de engenharia. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DEFINIÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS

O verde traz uma grande importância para a sociedade, tendo em vista que a natureza é um ponto forte para o bem-estar da população, promovendo maior qualidade de vida e integração do indivíduo no meio social (LINDGREN, 1978).

Lindgren (1978, p. 41) disserta que “o lazer é um tema normalmente tratado como um problema das áreas verdes tanto na cidade quanto com a distribuição de equipamentos comunitários”.

Explica-se que quando os esgotos sanitários em áreas de lazer não possuem sistemas de tratamento, podem causar problemas de saúde pública e gerar degradação à paisagem e ao meio ambiente (PEREIRA, 2003).

Deste modo, os sistemas atuais de tratamento têm como objetivo principal, diminuir os problemas de saúde pública e os danos ambientais, todavia, geralmente não são integrados a outros sistemas ambientais e sociais (PEREIRA, 2003).

O saneamento passou a ser desenvolvido conforme a evolução de diversas civilizações, sendo retrocedida pela queda delas, e renovada com o aparecimento de outras. Como exemplo foi encontrado em uma ruína de uma civilização na Índia há aproximadamente 4.000 anos, banheiros, redes de esgotos e drenagens nas ruas (MONTEIRO JUNIOR; RENDEIRO NETO, 2011).

O antigo testamento vem abordando vínculos às práticas sanitárias dos judeus, como o uso da água para a limpeza de roupas sujas que vinha favorecendo o aparecimento de doenças (escabiose) e por isso os poços para abastecimento eram mantidos tampados, limpos e longe de possíveis fontes de poluição (TONETTI, et al, 2012).

Atualmente, nas áreas rurais a população consome recursos para poder construir suas casas, sem ter que incluir as facilidades sanitárias que são indispensáveis, como o poço protegido e a fossa séptica (MONTEIRO JUNIOR; RENDEIRO NETO, 2011).

A palavra sanear vem de tornar são, sadio ou saudável, portanto, saneamento equivale a saúde pública preventiva, diminuindo a necessidades de ir a hospitais, porque elimina as chances de contágios por diversas moléstias, ou seja, onde se faz a existência de saneamento, são maiores as possibilidades de uma vida saudável e os índices de mortalidade permanecem mais baixo (ANVISA, 2002).

Definindo a composição do esgoto sanitário, o esgoto fresco é cinza, turvo e com pouco mais desagradável, odor. Contém muitos sólidos flutuantes grandes (fezes, plásticos, pedaços de pano, pedaços de madeira), pequenos (papéis, grãos etc.) e microscópicos (coloidal) (MONTEIRO JUNIOR; RENDEIRO NETO, 2011).

Quando estamos em climas quentes o esgoto perde rapidamente o oxigênio dissolvido, tornando-se séptico, tendo um odor mais forte, devido à presença do gás sulfídrico. Os esgotos sanitários variam no espaço, tendo como funções, diversas variáveis, desde o clima até hábitos culturais, variam também ao longo do tempo, o que deixa sua caracterização mais complexa (TONETTI, et al, 2012).

No Brasil, uma pequena parcela do esgoto recebe o tratamento adequado, deixando de lado os esgotos das periferias, causando danos ao ambiente e à saúde pública. A tecnologia convencional de esgotamento sanitário tem um alto custo, dificultando o atendimento nas áreas de baixa renda. No Brasil, mais da metade da população não dispõe de um sistema de esgotamento sanitário com tecnologias que possam ser adaptadas às características locais, com custos mais baixos, porém de qualidade e eficiência (MONTEIRO JUNIOR; RENDEIRO NETO, 2011).

Mesmo com os avanços tecnológicos, o atual quadro sanitário nacional ainda é precário, levando em consideração a carência de recursos para investimento, tendo em vista a deficiência de políticas públicas de saneamento ambiental, que vem contribuindo para proliferação de enfermidades que poderiam ser evitadas se fossem tomadas medidas preventivas em relação às medidas de saneamento (FUNASA, 2009).

Há uma quantidade de razoável de municípios que não dispõem de coleta e tratamentos de esgotos e por isso programa de saneamento não é visto como prioridade, tornando-se individual e localizado em municípios específicos (PEREIRA, 2003)

Existe uma oferta de saneamento que está associada à sistemas que são constituídos por uma infraestrutura física e educacional, legal e institucional que destaca os seguintes serviços: o abastecimento de água para a população; coleta, tratamento e disposição ambientalmente adequada; o acondicionamento, a coleta, transporte e destino final de resíduos sólidos; coleta de águas pluviais, e controle de empoçamentos e inundações, controle de doenças transmissíveis, meios de transportes, habitação dos locais de trabalho e dos hospitais, água, ar e solo, acústica e visual (MONTEIRO JUNIOR; RENDEIRO NETO, 2011).

## 2.2 CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS DOS ESGOTOS SANITÁRIOS

Cerca de 70% dos sólidos no esgoto são de origem orgânica, sendo geralmente uma combinação de carbono, hidrogênio e oxigênio em algumas vezes nitrogênio. Na matéria inorgânica é formada principalmente pela existência da areia e de substâncias minerais dissolvidas (FUNASA, 2004).

No esgoto médio, 70% dos sólidos são compostos de origem orgânica constituídos por proteínas, carboidratos, gorduras e óleos e em menor parte por ureia, surfactantes, fenóis, pesticidas (JORDÃO; PESSOA, 1995).

São liberados nitrogênio, carbono, hidrogênio, oxigênio, podendo conter fósforo, enxofre e ferro e são normalmente de origem animal, podendo ocorrer em vegetais também. O enxofre que é fornecido pelas proteínas é responsável pela produção do gás sulfídrico que se encontram presentes nos despejos (SILVA, 2004).

Contém carbono, hidrogênio e oxigênio e são as primeiras substâncias a serem atacadas pelas bactérias, estando presentes nos açúcares, amido e celulose. Devido à degradação bacteriana dos carboidratos são produzidos ácidos orgânicos, podendo gerar aumento na acidez do esgoto (JORDÃO; PESSOA, 1995).

A matéria inorgânica existente nos esgotos se constitui de areia e outras substâncias minerais dissolvidas, vindas de águas de lavagens, não sendo usual a remoção desse tipo de material, que pouco está influenciado em um sistema de tratamento de esgotos por ser um material inerte, sempre devendo estar atento às possibilidades de entupimento e saturação de filtros e tanques, quando há grande quantidade deste material (SILVA, 2004).

## 2.3 RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Com a Lei nº 11.445 de janeiro de 2007, fica estabelecido um novo contexto para o saneamento básico, com novas diretrizes agregando formas legais possíveis de organização institucional dos serviços, sendo coerente com as diferentes realidades sociais, ambientais e econômicas do Brasil (BRASIL, 2007).

Deixa estabelecido que o saneamento básico deve ser objeto de planejamento integrado, com uma elaboração do titular em conjunto de outros entes da Federação e mesmo de prestadores dos serviços (BRASIL, 2007).

Alguns dispositivos importantes também foram criados para reduzir riscos regulatórios na prestação dos serviços de saneamento básico, assim como o reconhecimento da necessidade de que esses serviços tenham sustentabilidade econômica, para qualquer das formas de organização institucional dos mesmos, o que pode ser observado nos art. 29 e art. 2º: Art. 29 tem-se que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços: “I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente”; Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: “III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2007).

#### 1.4 SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

Criado em 1996, pelo Governo Federal, com base nos dados no ano de 1995, o Sistema Nacional de Informação (SNIS) está diretamente vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA do Ministério das Cidades (BRASIL, 1996).

Para obter e fornecer informações, o SNIS apoia-se em um banco de dados administrado em âmbito federal, o qual contém informações de caráter institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro e de qualidade sobre os serviços de água, de esgotos e de manejo de resíduos sólidos (SNIS, 2016).

As informações são fornecidas por companhias estaduais, autarquias municipais, prefeituras e, entre alguns casos mais específicos, através de secretarias, departamentos ou empresas privadas. Consolidou-se como o maior e mais importante banco de dados do setor de saneamento brasileiro, com efeitos e propósitos nos níveis federal, estadual e municipal (SNIS, 2016).

#### 2.5 TECNOLOGIAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO

O sistema de tratamento de esgoto se dá por um conjunto de operações e processos unitários. O conceito de operação e processo unitário é por vezes utilizado intercambiadamente, pelo fato de poderem ocorrer simultaneamente numa mesma unidade de tratamento. De forma geral, podem-se adotar as seguintes definições (METCALF & EDDY, 1991): Operações físicas unitárias: métodos onde se aplica força física (ex: gradeamento, floculação, sedimentação, filtração); Processos químicos unitários: métodos onde se aplica adição de produtos químicos (ex: precipitação, adsorção, desinfecção); Processos biológicos unitários: métodos de tratamento onde a remoção de contaminantes é feita por meio de atividade biológica (ex: remoção da matéria orgânica carbonácea, nitrificação, desnitrificação).

#### 2.6 GERAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO LODO EM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Em águas residuárias, o material orgânico presente no afluente é uma mistura de muitos compostos, podendo ser classificados em duas categorias: biodegradável e não biodegradável. Também podem ser separados em duas frações: solúvel e particulada. (DAVIS & HALL, 1997).

A composição química dos lodos é fator importante na manutenção da biodiversidade aquática, pois o lodo é habitat dos organismos da comunidade bentônica – base de toda cadeia trófica (WATANABE, 1997).

Dentre os poluentes sólidos presentes no meio aquático têm destaque os lodos industriais. Eles são decorrentes de regular emissão de efluentes industriais que “inundam fundos rochosos, alteram a granulometria de fundos macios, sempre no sentido de incrementar a fração fina de pó e coloide” (ROSS, 2003, p. 331). O substrato de fundo dos rios apresenta naturalmente argilas, transportadas periodicamente (quando há forte índice pluviométrico), ou regularmente ao longo de todo ano.

O lodo de Esgoto é o resíduo gerado após o tratamento das águas residuárias (esgotos) com a finalidade de torná-las menos poluídas possível, de modo a permitir seu retorno ao meio ambiente sem que sejam agentes de poluição. A gestão desse produto, por métodos de reciclagem ou destinação é um dos mais importantes problemas associados aos projetos e operações de estações de tratamento de esgoto. (FREITAS, 2005).

A gestão desse material normalmente representa de 20 a 60% dos custos operacionais de uma ETE/ETA (PROSAB, 2001), sendo que no Brasil apenas 40,12% da população urbana é atendida com a coleta e apenas 40% do coletado recebe tratamento adequado, gerando uma perspectiva de aumento significativo na geração de lodo (PROSAB, 2001).

O termo “lodo de esgoto” é uma denominação genérica para o resíduo gerado pelos sistemas de tratamento de águas residuárias. Portanto, sua composição depende do tipo de tratamento adotado e das características das fontes geradoras (SANEPAR, 1997).

O lodo proveniente do esgoto pode ser enquadrado como material rico em matéria orgânica, com teores elevados de umidade, nitrogênio, fósforo, micronutrientes e outros minerais, tornando-se assim um importante insumo agrícola. (AISSE et al., 1999).

As concentrações de macronutrientes de plantas em lodos de esgoto variam muito. A média de concentração de um “típico” lodo de esgoto conteria 3,2% N, 1,4% P e 0,23% K. Com exceção de K, estes valores nutricionais são semelhantes aos de esterco (HUE, 1992). O teor de potássio do lodo de esgoto é inerentemente baixo, sendo que a maioria dos compostos K são solúveis em água e permanecem no efluente do esgoto ou na fração aquosa durante a desidratação do lodo.

Pelo mesmo mecanismo, uma porção de N inorgânico, especialmente  $NH_4$ , que é enriquecido durante a digestão do lodo, pode ser perdida. No entanto, o N orgânico é, de longe, a maior fração, variando entre 50 e 90% de N total em qualquer tipo de lodo. Ao contrário de N, o P orgânico apresenta concentrações entre 10 e 30%, apenas, do P total, em lodos anaeróbios (SOMMERS et al., 1976). O P remanescente é inorgânico, nas formas de Ca, Fe, Al e fosfatos. (SOMMERS et al., 1977).

Também há uma diferença entre os solos, sendo que em solos tropicais, tem-se uma rápida oxidação da matéria orgânica, sendo essa mais uma evidência da grande vantagem do uso de biossólidos como condicionadores capazes de melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo com grandes reflexos na produtividade agrícola. Porém, essa reciclagem exige níveis baixos de metais pesados e de patogênicos, enquanto a disposição em aterros sanitários é menos exigente nesses parâmetros; no entanto, ainda se precisa de um cuidado maior com o transporte para locais distantes (PROSAB, 2001).

Para definir as estruturas, etapas, processos e equipamentos necessários para promover a adequada estabilização, manuseio e gerenciamento desses resíduos, é preciso identificar, primeiro, as alternativas mais adequadas para a reciclagem e/ou disposição final (PROSAB, 2001). Geralmente, o teor de umidade do lodo bruto varia entre 90 e 99%, o que eleva consideravelmente o volume de lodo produzido nas ETEs.

## 2.7 TRATAMENTO DE ESGOTO MISTO

O tratamento de esgotos por sistema misto caracteriza-se por uma fase anaeróbica de tratamento e em seguida fase aeróbica, onde ocorre a oxigenação do efluente. O sistema é composto por reatores UASB seguidos de reatores aerados (lodo ativado). (CATUI ENGENHARIA, 2014).

A ETE foi projetada tendo os seguintes objetivos quanto à qualidade do efluente tratado: Atender, no mínimo, aos limites estabelecidos pelo artigo 18 do decreto 8468/75 e resolução do CONAMA 357/05 e 397/08. Remover matéria orgânica para produzir efluente em nível secundário. Desinfetar o efluente para contagem de coliformes totais  $\leq 10^3$  col/100ml. (CATUI ENGENHARIA, 2014).

O tratamento primário tem a finalidade de remover o esgoto bruto proveniente da rede coletora, passando primeiramente pelos custos de abertura média e fina, ambos com limpeza manual. Nesta etapa foram construídos sistemas de gradeamento, a fim de reter os sólidos grosseiros flutuantes, cuja partícula possuem dimensões maiores que 1,0 (um) centímetros (CATUI ENGENHARIA, 2014)

Após esta primeira etapa de tratamento, o efluente passará por uma caixa de areia, que é uma caixa retangular de dimensões técnicas; construída em alvenaria impermeável, tem a finalidade de remover partículas com diâmetro variando de 0,1 a 0,4 mm, que estão contidas no esgoto doméstico (FERNANDES, 2016).

## 2.8 DESTINAÇÃO FINAL DO LODO

A destinação final do lodo é de extrema importância, sendo que, segundo a legislação de vários países, incluindo a brasileira, a responsabilidade pelos problemas que podem ser causados pela destinação inadequada é sempre dos produtores dos resíduos, podendo ser enquadrados na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 de 12/02/98), levando a penalidades como multas, sanções e, em alguns casos, responsabilidade penal (BRASIL, 1998).

Em efeito, ao poluir, comete-se, em tese, dentre outras infrações administrativas crime ambiental, previsto na Lei 9.605/1998, Art. 54, item 7. Art. 33. Provocar, pela emissão de efluentes ou carregamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras. Pena – detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente (BRASIL, 1998).

Observa-se, assim, um intenso desenvolvimento tecnológico para o pós-tratamento dos lodos e sua destinação final, envolvendo sistemas de separação sólido-líquido (desidratação natural e mecânica), higienização e aplicação agrícola, incineração, aterros sanitários (ANDREOLI, 2001).

Observando essa expansão dos impactos e riscos causados pelo lançamento de resíduos em corpos d'água em função das características físico-químico-biológicas, forma e tempo de retenção, das condições de disposição final dos resíduos, além das características físico-químico-biológicas do curso d'água receptor, o impacto causado pelo lodo e os sólidos resultantes do desaguamento também podem causar riscos ao meio ambiente, se dispostos de forma inadequada.

Essa disposição dos sólidos em aterro sanitário, tomada na maioria dos casos como a solução única, será extinta em breve, pois não será mais permitida pelos órgãos ambientais (Lei 12.305/2010). O aterro sanitário é um local para lançamento de rejeitos, que não é o caso do lodo de ETE (BRASIL, 2010).

Devido a uma série de cuidados que devem ser tomados com a destinação em aterros e às crescentes exigências ambientais, estima-se um crescimento na utilização agrícola de lodo, pela sua rentabilidade e sustentabilidade do processo (DAVIS e HALL, 1997).

Se destinado exclusivamente para áreas agrícolas, a uma taxa de aplicação de 5 t/ha (taxa conservativa), demandaria 0,309% de todas as terras agricultáveis do país, índice idêntico à estimativa feita para os Estados Unidos (UN – HABITAT, 2008, p. 75).

Porém, para que essa destinação seja aplicada na agricultura, deve-se analisar o lodo, principalmente em relação a metais pesados, organismos patogênicos e compostos tóxicos, que limitam sua utilização (JORDÃO e PESSÔA, 1995).

## CONCLUSÃO

Foi verificado aqui que os conceitos de promoção e prevenção de saúde como o saneamento, sendo uma relação em espaço multidimensional em que os atores sociais participam à sua maneira através de ações políticas e educacionais acerca dos fatores biológicos e químicos deste espaço.

Diferencia-se a relação entre o saneamento básico preventivo e a promocional que se liga às ações educativas voltadas para a promoção de mudança de costumes da comunidade, direcionada aos equipamentos e serviços dispostos para que não ocorra a transmissão da doença.

Deste modo, entende-se a importância da participação popular para que se efetive ações de engenharia que impeça doenças, sendo necessário que haja uma intersetorialidade.

## REFERÊNCIAS

AISSE, M M; VAN HAANDEL, A C; VON SPERLING, Marcos; *et al.* **Tratamento e destino do lodo gerado em reatores anaeróbios.** In: Tratamento de esgotos sanitários por processo anaeróbio e disposição controlada no solo [S.l: s.n.], 1999.

ANDREOLI, C. V. **Uso e manejo do lodo de esgoto na agricultura e sua influência.** Curitiba: SANEPAR, 2001.

6

DAVIS, R.D.; HALL, J.E. Production, treatment and disposal of wastewater sludge in Europe from a UK perspective. **European water pollution control**, v.7, n.2, March. 1997.

FERNANDES, Carlos Leonardo Gomes. **Megaempreendimentos, urbanização e saneamento básico: um estudo sobre Mangaratiba/RJ.** 2016.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. **As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em 2012**

HUE, L. T. V. Gender, Doi Moi and mangrove management in northern Vietnam. **Gender Technology and Development**, v. 10, n. 1, p. 37-59, 1992.

JORDÃO, E. P. e PESSOA, C. A. **Tratamento de esgotos domésticos**. Rio de Janeiro: ABES, 3. ed. 1995.

LEFÈVRE, Flávia Guimarães. **Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do Consumidor**: aspectos processuais. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LINDGREN, C.E.S. “**O processo de planejamento**”. In: Lindgren, C.E.S. Temas de Lu, temas: formalização de um Mak. 125(4): 334-339. Mar 00). “As ideias fora de lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano 121-192. Mar). 1978.

METCALF & EDDY. **Wastewater engineering**. Treatment, disposal, and reuse. 3 Ed. Singapore: McGraw-Hill, Inc. International Edition, 1991.

MONTEIRO JÚNIOR, A. P.; RENDEIRO NETO, R. F. **Sistema individual de tratamento de esgoto fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro uma alternativa para o tratamento sanitário em comunidades de baixa renda do município de Belém**. (Trabalho de Conclusão de curso) Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) Curso de Engenharia Civil. Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém - PA, 2011.

PEREIRA, J.A.R. (Org.). **Saneamento ambiental em áreas urbanas**: esgotamento sanitário na região metropolitana de Belém. Ano de publicação: 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS (UN-HABITAT). Cambodia. 2008.

PROSAB - Edital 05, coordenada pelo Prof. ... Título: **Pós-tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios** - 2001.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches & PRETTE, Marcos Estevan Del. “**Recursos ... período 2000-2003, e a Câmara Técnica de Saneamento**”. 2003.

SILVA, G. H. **Sistema de alta eficiência para tratamento de esgoto residencial** – estudo de caso na lagoa da Conceição. Monografia. Programa de graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SNIS - **Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento**. Dados gerais do Saneamento Básico no Brasil. 2016.

SOMERS, D. A.; RINES, H. W.; TORBERT, K. A.; MILACH, S. C. K. Genetic transformation in *Avena sativa* L. In: BAJAJ, Y. P. S. (Ed.). **Biotechnology in agriculture and forestry**. New York: Springer, 1977.

TONETTI A.L.; CORAUCCI FILHO, B.; GUIMARÃES, J.R.; CRUZ, L.M.O.; NAKAMURA, M.S. Avaliação da partida e operação de filtros anaeróbios tendo bambu como material de recheio. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 11-16. 2012.

WATANABE, E. Água do equipo odontológico: técnicas convencionais e modernas para avaliar a contaminação microbiana. 1997.142f Tese (Doutorado em Biociências Aplicadas à Farmácia) - Faculdade de Ciências. Farmacêuticas de Ribeirão Preto - USP, São Paulo, 1997.

## Levantamento da Arborização Urbana nos municípios alagoanos Survey of Urban Afforestation in Alagoas municipalities

Rónison Francisco dos Santos<sup>1</sup>  
Dacio Rocha Brito<sup>2</sup>

Submetido em: 30/07/2022  
Aprovado em: 30/07/2022  
Publicado em: 01/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.331

### Resumo

Apesar dos benefícios proporcionados pela arborização urbana, seu planejamento tem sido negligenciado dentro do planejamento de algumas cidades brasileiras. Isso acarreta uma série de problemas, tais como o uso de espécies inadequadas ao ambiente e uso excessivo de algumas espécies, principalmente as exóticas. Neste contexto, o presente estudo buscou realizar um levantamento da flora urbana arbóreo-arbustiva já propalada em municípios alagoanos e, assim, traçar um perfil das espécies que compõem a flora urbana do estado. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica em cinco diferentes bases de dados no período de 2010-2021 utilizando as palavras-chaves: arborização urbana, Alagoas, vegetação urbana de ruas e parques e arborização nas escolas. Foram observadas origem, família, mesorregião (domínio fitogeográfico) de cada espécie. Pelos dados detectou-se que municípios alagoanos possuem levantamentos da flora urbana. E um total de 31 famílias e 99 espécies foram encontradas, destas 4 são indeterminadas e 48 são exóticas e 47 nativas. As espécies mais representativas na flora urbana do estado foram: *Ficus benjamina* L., *Roystonea oleracea* O. F. Cook, *Tabebuia aurea* Benth. & Hook. f ex S. Moore, *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos e *Prosopis juliflora* (Sw.) DC.

**Palavras-chave:** Vegetação urbana; Nordeste brasileiro; Levantamento

### Abstract

Despite the benefits provided by urban afforestation, its planning has been neglected within the planning of some Brazilian cities. This since the use of specific problems some restrictions to the environment and the restricted use of species, mainly as they are restricted. In this context, the present study sought to carry out a survey of the urban arbo-shrub flora already propagated in the municipalities of Alagoas and thus, draw a profile of the species that determine the urban flora of the state. For that, a bibliographic review was carried out: in the period of different databases from 2010-2021 using the keywords of urban afforestation, Alagoas, urban vegetation of streets and parks and afforestation. Origin, family, mesoregion (phytogeographic domain) of each species were observed. From the data it was detected that the municipalities of Alagoas have surveys of urban flora. And a total of 31 families and 99 species were found, of these 4 are undetermined and 48 are exotic and 47 are native. The most representative species of urban flora in the state were: *Ficus benjamina* L., *Roystonea oleracea* O. F. Cook, *Tabebuia aurea* Benth. & Hook. f ex S. Moore, *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos and *Prosopis juliflora* (Sw.) DC.

**Keywords:** Urban vegetation; Brazilian Northeast; survey

### 1 Introdução

A arborização urbana representa o conjunto de árvores plantadas em áreas públicas ou particulares, como é o caso de ruas, avenidas parques e praças (GONÇALVES; ROCHA, 2003). Inúmeros benefícios são proporcionados pela presença de espécies vegetais no meio urbano, dentre eles destacam-se: sombra, redução da temperatura, abrigo para a fauna, minimizam a poluição visual e o aspecto das cidades (CUNHA; PAULA, 2013). Em adição, contribuem para os aspectos atrativos turísticos e principalmente para conservação da biodiversidade local (EMER et al., 2011).

1 No entanto, a arborização urbana é um serviço que necessita ser bem planejado para que seus benefícios sociais, ecológicos e educativos sejam cumpridos. Segundo Aurélio Júnior (2008) os diversos benefícios da arborização das ruas e avenidas estão condicionados à qualidade de seu planejamento. Frequentemente é visto em nosso país, que a utilização de espécies na arborização urbana ocorre principalmente com o objetivo de embelezar ruas e avenidas (EMER

1 Ronison@alunos.uneal.edu.br

2 Daciobrito@uneal.edu.br

et al., 2011; SILVA 2008). No Brasil, muitos estudos mostram que a maioria das espécies utilizadas na arborização de ruas e avenidas são de origem exótica (CARVALHO, 2002; KURIHARA et al., 2005; SILVA et al., 2007; BLUM et al., 2008, COLETTI et al., 2008). Além disso, a falta de planejamento para a arborização permite, a ocorrência de plantios irregulares de espécies, sem compatibilidade com a área de plantio e/ou com a região em que está localizada. Assim, os efeitos proporcionados pela presença da arborização nos espaços públicos, são contrários aos que as árvores nos proporcionam, visto que, resultam na distribuição irregular das espécies (YANG et al., 2005; ROSSATTO et al., 2008), uso excessivo de espécies exóticas, não adaptadas aquela região (BORTOLETO et al., 2007; SILVA et al. 2007; BLUM et al. 2008, COLETTI et al. 2008), maior parte dos indivíduos pertencentes a poucas espécies (ROCHA et al. 2004; SILVA FILHO 2002) e falta de manutenção (ROCHA et al., 2004), o que acarreta em vários conflitos entre as árvores e os elementos urbanos, principalmente a rede de distribuição de energia e destruição de calçadas (VELASCO et al., 2006).

O aprofundamento dos estudos sobre arborização urbana se faz cada vez mais necessário, haja visto as contribuições das árvores para melhoria da qualidade do ambiente, gerando efeitos psicológicos e físicos positivos. Apesar dos avanços obtidos, ainda há muito a se fazer no que concerne às pesquisas na área de arborização urbana, pois, segundo Emer et al. (2011) devido à falta de reconhecimento de sua importância para a saúde e o bem-estar social, esta temática acaba sendo ignorada, visto que a política de atividades lucrativas são o foco, enquanto o primordial é esquecido; a qualidade de vida populacional não depende apenas de uma alimentação saudável, mas principalmente do meio em sua forma natural o que proporciona ar puro tratando-se diretamente de localidades urbanizadas onde são encontradas as mais diversas formas de poluição.

Assim, estudos sobre o tema ainda são incipientes. Isso é notório no estado de Alagoas, no qual as espécies que fazem parte da arborização do estado são pouco conhecidas e esses dados são encontrados isolados ou fragmentados para alguns municípios e até mesmo para ruas, bairros, parques, escolas e universidades. Sem aprofundamentos realizados a partir do levantamento de dados já obtidos, dificulta as possibilidades em diagnosticar e induzir o aprimoramento dos projetos já implementados, impedindo a criação de áreas vegetativas maiores nas cidades ou arredores, o que aumentaria exponencialmente a qualidade de vida da população.

Dessa forma, estudos sobre o conhecimento e diagnóstico da vegetação urbana nos espaços públicos, tornam-se úteis para o manejo da arborização viária dos municípios, direcionando assim, na tomada de decisões futuras. Além disso, pode contribuir para despertar um novo olhar sobre sua importância, de modo a surgir outros projetos adequados e eficientes que tragam benefícios à população.

Assim, com este estudo, objetivamos realizar um levantamento das espécies utilizadas na arborização urbana dos municípios pertencentes ao estado de Alagoas, bem como quantificar as espécies nativas e exóticas e verificar se as espécies que compõem a arborização do estado pertencem a sua flora nativa.

## 2 Metodologia

Este estudo foi abordado na forma de pesquisa bibliográfica, caracterizado de maneira quali-quantitativa documental e descritiva, realizando análise para identificação das espécies mais utilizadas em projetos de arborização urbana e indicando sua origem. As buscas foram realizadas em cinco bases de dados bibliográficas — PubMed, Web of Science, Google Acadêmico, Portal de Periódicos do Capes e LILACS com as palavras-chaves “Arborização urbana”, “Alagoas” e “Vegetação urbana de parques” e “Arborização nas escolas”.

Foram selecionadas as publicações de todas as áreas de conhecimento, e em todas as linguagens. Assim, a amostra deste estudo foi constituída por artigos científicos, monografias, teses, dissertações e livros. Em seguida, através da lista florística, ou seja, os resultados obtidos nos trabalhos da flora urbana de Alagoas, foi feita uma lista única, indicando os nomes populares, família, origem de cada espécie, assim como seus municípios de ocorrência e mesorregião. E os nomes científicos de todas as espécies foram atualizados nas bases de dados disponíveis online, como o Flora do Brasil 2020 (<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>) e o International Plant Name Index (IPNI) (<https://www.ipni.org/>).

### 3 Resultados e Discussão

No total de 9 trabalhos, que tratam de levantamentos florísticos urbanos nos municípios alagoanos (Tabela 1), foram reunidas 99 espécies, pertencentes a 31 famílias (BARROS et al. 2010; FERREIRA et al. 2016; MESSIAS et al. 2019; SILVA & GOMES, 2013; SILVA et al. 2012; SILVA, 2018; SILVA et al. 2019; SILVA et al. 2021a; TORRES et al. 2018). Dentre as espécies encontradas, 4 são indeterminadas e 95 espécies determinadas, sendo 48 exóticas e 47 nativas (Tabela 2). As famílias com maior diversidade florística foram Fabaceae (34 espécies), Arecaceae (8), Bignoniaceae (8), Apocynaceae (5) e Sapindaceae (5), enquanto as demais tinham menos de cinco espécies. E as espécies mais representativas na flora urbana do estado foram: *Ficus benjamina* L., *Roystonea oleracea* O. F. Cook, *Tabebuia aurea* Benth. & Hook. f ex S. Moore, *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos e *Prosopis juliflora* (Sw.) DC. A espécie *F. benjamina* foi encontrada em abundância para os municípios de Santana do Ipanema, Arapiraca e Maribondo, *R. oleracea* e *T. aurea* para o município de Palmeira dos Índios, *H. impetiginosus* para o município de Arapiraca, *P. juliflora* e *T. aurea* tiveram destaque na arborização do município de Piranhas. Dentre as cinco espécies mais abundantes na flora do estado, duas (*F. benjamina* e *P. juliflora*) são exóticas e não recomendadas para o plantio em calçadas.

Silva et al. (2021b) em um estudo da arborização urbana nos municípios cearenses também relataram a *F. benjamina* como uma espécie que teve destaque na arborização das cidades do estado do Ceará. Segundo Fernandes; Ximenes (2020) a espécie *F. benjamina* não é indicada para o plantio em áreas urbanas, visto que possui rápido crescimento, grande porte, podendo alcançar até 30 metros de altura, e sistema radicular agressivo, o que pode acarretar transtornos nas fiações elétricas e danos às calçadas. Esses autores recomendaram a sua substituição de forma gradativa de calçadas e dos acessos viários da cidade, por espécies nativas e mais compatíveis com o ambiente urbano. No entanto, essa espécie é muito comum nos municípios nordestinos (Cavalcante Neto et al., 2020; Silva et al. 2021b). A preferência pela utilização da *F. benjamina* na arborização de muitas cidades, pode estar associada à sua alta adaptação no território brasileiro, resistindo a ambientes diversos (LORENZI et al. 2003).

Enquanto a *P. juliflora*, conhecida popularmente como Algaroba é conhecida por sua alta competitividade com outras espécies próximas, devido seu sistema radicular agressivo e conseqüentemente ao consumo excessivo de água, que esgota as fontes disponíveis (FABRICANTE; FILHO, 2014). Isso justifica sua preferência para compor a arborização de muitas cidades nordestinas (COSTA; MACHADO, 2009; SANTOS et al. 2015). Fabricante et al. (2017) indicaram que o uso de espécies exóticas na arborização urbana facilita o estabelecimento de processos de invasão biológica.

A maioria dos estudos mostrou que estas espécies estavam acima do limite ideal do número de indivíduos para compor a arborização urbana de ruas, praças, parques ou avenidas (BARROS et al. 2010; FERREIRA et al. 2016; MESSIAS et al. 2019; SILVA et al. 2012; SILVA et al. 2019; SILVA et al. 2021). Sendo assim, o cenário observado na arborização de alguns municípios alagoanos é que uma ou duas espécies são responsáveis por quase todo extrato urbano das cidades, mostrando uma necessidade de um planejamento e readequação dessa arborização. Segundo Melo et al. (2007) a baixa diversidade de espécies compoando a arborização urbana das cidades elevam o risco fitossanitário de disseminação de pragas e doenças nas árvores em ambiente urbano. As principais causas são principalmente a carência de pessoal devidamente capacitado, principalmente pela improvisação de gestores públicos, a falta de fiscalização e manutenção, o desconhecimento dos moradores que plantam sem conhecimento técnico e a carência de trabalhos acadêmicos em arboricultura urbana (PEREIRA et al. 2011; ALENCAR et al. 2014).

Tabela 1. Estudos sobre arborização urbana no estado de Alagoas

Título	Ano	Município	Mesorregião
Aspectos ambientais da arborização urbana no perímetro central do município de Palmeira dos Índios – AL	2010	Palmeira dos Índios	Agreste
Comparação Quali-Quantitativa da Arborização em Espaços Públicos da cidade de Arapiraca-AL	2013	Arapiraca	Agreste
Inventário e Diagnóstico da Arborização Urbana do Município de Piranhas – AL	2016	Piranhas	Sertão
Levantamento das Espécies Arbóreas e Percepção sobre a Arborização da Praça Centenário em Maceió, AL	2018	Maceió	Zona da Mata
Levantamento do componente Arbóreo-Arbustivo presente no Campus II da Universidade Estadual de Alagoas	2018	Santana do Ipanema	Sertão
Diagnóstico sobre a arborização urbana do município de Maribondo –AL	2019	Maribondo	Zona da Mata
Arborização nas Escolas Públicas do município de Poço das Trincheiras – AL	2019	Poço das Trincheiras	Sertão
Levantamento arbóreo da avenida Ceci Cunha e praças centrais do município de Arapiraca, AL	2019	Arapiraca	Agreste
Diagnóstico da Arborização Urbana das principais vias públicas dos bairros Camoxinga e Monumento no município de Santana do Ipanema, AL, Brasil	2021	Santana do Ipanema	Sertão

Por outro lado, muitas outras espécies nativas foram agregadas a flora urbana do estado, tais como: *R. oleracea*, *T. aurea*, *H. impetiginosus*, *Erythrina velutina* Willd, *Cassia grandis* L., e *Senna macranthera* (DC. ex Collad.) Irwin & Barneby. Essas espécies são relatadas em alguns estudos como potenciais para projetos de arborização urbana (ROSSATO et al. 2008; RICHTER et al. 2012; BASSO; CORRÊA, 2014; OLIVEIRA-NEVES et al. 2016).

Dentre os 9 estudos encontrados, 04 são para a mesorregião do Sertão, 03 para o Agreste e 02 para Zona da Mata. Assim foi visto que a maioria dos estudos foram concentrados no Sertão e Agreste e há uma negligência para a mesorregião da Zona da Mata. Além disso, apenas 06 municípios apresentam trabalhos sobre arborização. Em contraste ao estudo de Silva et al. (2021) que relatam a ausência de trabalhos com a vegetação urbana na mesorregião dos sertões cearenses.

Comparando o presente estudo, com outros realizados para outros estados nordestinos (LACERDA et al. 2011; SILVA, et al. 2021b; ZEA et al. 2015), notou-se uma similaridade entre as espécies encontradas, indicando que o plantio de determinadas espécies é comum em muitos estados nordestinos.

Tabela 2. Espécies que compõem a arborização urbana nos municípios alagoanos.

Nome científico	Nome vulgar	Família	Origem	Municípios de plantio	Mesorregião
<i>Adenanthera pavonina</i> L.	Olho-de-pavão	Fabaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Aleurites moluccana</i> (L.) Willd	Nogueira	Combretaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Allamanda blanchetti</i> A.DC	Alamanda-roxa	Apocynaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Allophylus edulis</i> (A.St.-Hil., A.Juss. & Cambess.) Radk.	Fruto de pombo	Sapindaceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Cajueiro	Anacardiaceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Anadenanthera peregrina</i> (L.) Speg.	Arapiraca do sertão	Fabaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Annona squamosa</i> L.	Pinha Pinheira	Annonaceae	Exótica	Palmeira dos Índios Santana do Ipanema Maceió	Zona da Mata, Agreste e Sertão
<i>Archontophoenix</i> sp.	Palmeira	Arecaceae	_	Arapiraca	Agreste
<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Jaqueira falsa	Moraceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Aspidosperma pyriforme</i> Mart.	Pereiro	Annonaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Azadirachta indica</i> A. Juss.	Nim Margosa	Meliaceae	Exótica	Palmeira dos Índios Santana do Ipanema Arapiraca	Agreste e Sertão
<i>Bauhinia monandra</i> Kurz	Pata-de-vaca	Fabaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Bauhinia purpurea</i> L.	Pata-de-vaca	Fabaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Bauhinia forficata</i> Link	Pata-de-vaca	Fabaceae	Nativa	Santana do Ipanema Arapiraca	Sertão e Agreste
<i>Bougainvillea glabra</i> Choisy	Bougainvillea	Nyctaginaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Buxus sempervirens</i> L.	Buxinho	Buxaceae	Exótica	Maribondo	Zona da Mata
<i>Caesalpinia pulcherrima</i> (L.) Sw	Flamboyanzinho	Fabaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Caesalpinia pyramidalis</i> Tul	Catingueira	Fabaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Caesalpinia</i> sp	_	Fabaceae	_	Arapiraca	Agreste
<i>Casearia javitensis</i> Humb., Bonpl. & Kunth	Olho-de-pombo	Flacourtiaceae	Exótica	Maceió	Zona da Mata
<i>Cassia ferruginea</i> (Schrad.) Schrader ex DC.	Canafistula de besouro	Fabaceae	Nativa	Palmeira dos Índios	Agreste
<i>Cassia fistula</i> L.	Chuva-de-ouro	Fabaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste

<i>Cassia grandis</i> L.	Cássia Rosa	Fabaceae	Exótica	Maceió	Zona da Mata
	Cássia rósea	Fabaceae	Exótica	Palmeira dos Índios	Agreste, Sertão
<i>Cassia Javanica</i> L.					
<i>Casuarina equisetifolia</i> J. R. & G. Forst	Casuarina	Casuarinaceae	Exótica	Palmeira dos Índios	Agreste
<i>Chamaecyparis obtusa</i> (Siebold & Zucc.) Endl.	Cipreste-dou-rado	Cupressaceae	Exótica	Maribondo	Zona da Mata
<i>Chloroleucon tortum</i> (Mart.) Pittier ex Barneby & J.W. Grimes	Jurema	Fabaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Chorisia speciosa</i> St. Hill	Paineira	Malvaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Citrus</i> sp	Limoeiro	Rutaceae	_	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Clitoria fairchildiana</i> R.A. Howard	Cassia roxa	Fabaceae	Nativa	Palmeira dos Índios Arapiraca	Agreste
<i>Clitoria fairchildiana</i> Howard	Sombreiro	Fabaceae	Nativa	Santana do Ipanema Arapiraca	Sertão e Agreste
<i>Cocos nucifera</i> L.	Coqueiro	Arecaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Cordia glabrata</i> (Mart.) A. DC.	Claraíba	Cordiaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Cupania racemosa</i> (Vell.) Radlk.	Caboatã de rêgo	Sapindaceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Delonix regia</i> Raf	Flamboyant	Fabaceae	Exótica	Santana do Ipanema Arapiraca	Sertão e Agreste
<i>Dracaena fragrans</i> (L.) Kerl. Grawal.	Dracena	Ruscaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Duranta erecta</i> L.	Pingo-de-ouro	Verbenaceae	Exótica	Maribondo Santana do Ipanema	Zona da Mata e Sertão
<i>Dyopsis lutescens</i> H. Wendl	Palmeira	Arecaceae	Exótica	Arapiraca, Santana do Ipanema	Agreste e Sertão
<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	Tamboril	Fabaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Erythrina indica</i> Lam.	Brasileirinha	Fabaceae	Exótica	Palmeira dos Índios Maribondo	Zona da Mata e Agreste
<i>Erythrina variegata</i> L.	Brasileirinha	Fabaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Erythrina velutina</i> Willd	Mulungu	Fabaceae	Nativa	Santana do Ipanema Arapiraca	Sertão e Agreste
<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira	Myrtaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Ficus benjamina</i> L.	Ficus Figueira Figo	Moraceae	Exótica	Palmeira dos Índios Maribondo Santana do Ipanema Arapiraca	Zona da Mata, Agreste e Sertão
<i>Ficus elastica</i> Roxb. ex Hornem.	Seringueira	Moraceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata

<i>Filicium decipiens</i> (Wight & Arn.)	Árvore samambaia	Sapindaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Filicium decipiens</i> Thwaites	Cassia Japonesa	Sapindaceae	Exótica	Palmeira dos Índios Maribondo	Zona da Mata e Agreste
<i>Gliricidia sepium</i> (Jacq.) Steud	Gliricídia	Fabaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos	Ipê-rosa	Bignoniaceae	Nativa	Arapiraca Maceió	Agreste e Zona da Mata
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	Ipê-roxo	Bignoniaceae	Nativa	Arapiraca Maceió	Agreste e Zona da Mata
<i>Handroanthus spongiosus</i> Rizzini	Ipezinho amarelo-cascudo	Bignoniaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Hibiscus tiliaceus</i> L.	Algodão-da-praia	Malvaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	Hibisco	Malvaceae	Exótica	Maribondo Santana do Ipanema	Zona da Mata e Sertão
<i>Ixora chinensis</i> Lam	Ixora	Rubiaceae	Exótica	Maribondo	Zona da Mata
<i>Jacaranda mimosifolia</i> D. Don.	Jacarandá	Bignoniaceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Leucaena leucocephala</i> Lam	Leucena	Fabaceae	Exótica	Santana do Ipanema Arapiraca	Sertão e Agreste
<i>Licinia tomentosa</i> Benth	Oiti	Chrysobalanaceae	Nativa	Palmeira dos Índios Maceió	Zona da Mata e Agreste
<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br. ex Mart.	Palmeira leque	Arecaceae	Exótica	Palmeira dos Índios Arapiraca	Zona da Mata e Agreste
<i>Malpighia emarginata</i> L.	Aceroleira	Malpighiaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Mangifera indica</i> L.	Mangueira	Anacardiaceae	Exótica	Santana do Ipanema Maceió	Agreste e Zona da Mata
<i>Mimosa tenuiflora</i> (Willd) Poir)	Jurema-preta	Fabaceae	Nativa	Santana do Ipanema Maceió	Agreste e Zona da Mata
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	Aroeira	Anacardiaceae	Nativa	Maribondo Santana do Ipanema	Zona da Mata e Sertão
<i>Myrtus communis</i> L.	Jasmim laranjeira	Myrtaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Nerium oleander</i> L.	Espirradeira rosa	Apocynaceae	Nativa	Arapiraca Santana do Ipanema	Agreste e Sertão
<i>Olea europaea</i> L	Oliveira	Oleaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	Castanha do pará falsa	Malvaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Paubrasilia echinata</i> (Lam.) Gagnon, H.C. Lima & G.P. Lewis	Pau-Brasil	Fabaceae	Nativa	Maribondo Arapiraca Santana do Ipanema	Zona da Mata, Agreste e Sertão

<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub	Canafistula	Fabaceae	Nativa	Arapiraca Maceió	Agreste e Zona da Mata
<i>Phoenix roebelenii</i> (O'Brien)	Palmeira-anã	Arecaceae	Exótica	Maribondo	Zona da Mata
<i>Pithecellobium dulce</i> Benth	Ingá-doce	Fabaceae	Nativa	Palmeira dos Índios Arapiraca	Agreste
<i>Pithecellobium unguis-cati</i> (L.) Benth.	Unha-de-gato	Fabaceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Plumeria Alba</i> L.	_	Apocynaceae		Arapiraca	Agreste
<i>Plumeria rubra</i> L.	Jasmim-manga	Apocynaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Poincianella pluviosa</i> (DC.) L. P. Queiros	Sibipiruna	Fabaceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Prosopis juliflora</i> DC.	Algaroba	Fabaceae	Exótica	Palmeira dos Índios Santana do Ipanema	Agreste e Sertão
<i>Psidium guajava</i> L.	Goiabeira	Myrtaceae	Exótica	Maceió	Zona da Mata
<i>Roystonea oleracea</i> O. F. Cook	Palmeira Imperial	Arecaceae	Exótica	Palmeira dos Índios Santana do Ipanema e Arapiraca	Agreste e Sertão
<i>Roystonea regia</i> (Kunth) O.F.Cook	Palmeira-real	Arecaceae	Exótica	Maribondo	Zona da Mata
<i>Sapindus saponaria</i> L.	Sabonete	Sapindaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Schefflera arboricola</i> (Hayata) Merr	Schefflera	Araliaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Magari, Sleyrm & Frodim	Mandiocão	Araliaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	Aroeira vermelha	Anacardiaceae	Nativa	Arapiraca Maceió	Agreste e Zona da Mata
<i>Senna macranthera</i> (DC. ex Collad.) Irwin & Barneby	São João	Fabaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Senna siamea</i> (Lam) H.S. Irwin e Barneby	Cassia -de-sião	Fabaceae	Exótica	Arapiraca	Agreste
<i>Senna trachypus</i> Benth	São João, Aleluia	Fabaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Sideroxylon obtusifolium</i> (Humb. ex roem. & Schult.) T.D. Penn.	Espinheiro	Sapotaceae	Nativa	Maribondo	Zona da Mata
<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr L. M. Perry	Jambo	Myrtaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão

<i>Tabebuia aurea</i> Benth. & Hook. f ex S. Moore	Craibeira	Bignoniaceae	Nativa	Palmeira dos Índios Maribondo Arapiraca Santana do Ipanema Maceió	Zona da Mata, Agreste e Sertão
<i>Tabebuia serratifolia</i> (Vahl) G. Nicholson	Pau D'arco/ Ipê	Bignoniaceae	Nativa	Arapiraca	Agreste
<i>Tabebuia</i> sp	Ipê	Bignoniaceae	_	Arapiraca	Agreste
<i>Tamarindus indica</i> L.	Tamarindo	Fabaceae	Exótica	Santana do Ipanema Arapiraca Maceió	Sertão, Agreste e Zona da Mata
<i>Tecoma stans</i> (L.) Juss. Ex kunth)	Ipê z i n h o Amarelo  Ipê-mirim  B i g n o n i a - amarela	Bignoniaceae	Exótica	Arapiraca  Santana do Ipanema	Agreste e Sertão
<i>Terminalia catappa</i> L.	Castanhola	Combretaceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Thevetia peruviana</i> Shum	Chapéu de Napoleão	Apocynaceae	Nativa	Palmeira dos Índios Maribondo Arapiraca	Zona da Mata e Agreste
<i>Tipuana tipu</i> (Benth.) Kuntze.	Acássia-draco	Fabaceae	Exótica	Maceió	Zona da Mata
<i>Tithonia diversifolia</i> (Hemsl.) A. Gray	Margaridão	Asteraceae	Exótica	Santana do Ipanema	Sertão
<i>Vismia guianensis</i> (Aubl.) Pers.	Lacre	Clusiaceae	Nativa	Maceió	Zona da Mata
<i>Yucca gigantea</i> Lem.	Luca-gigante	Asparagaceae	Exótica	Maribondo	Zona da Mata
<i>Ziziphus joazeiro</i> Mart	Juazeiro	Rhamnaceae	Nativa	Santana do Ipanema	Sertão

### Considerações Finais

Os dados apresentados demonstram que a arborização das cidades alagoanas é acometida por dois principais problemas: uso excessivo de espécies exóticas e baixa diversidade de espécies, visto que uma única espécie é responsável, na maioria das vezes, por compor a arborização de algumas cidades. Sugere-se então a substituição imediata dessas espécies por espécies nativas da região, de modo a reduzir seus variados impactos e trazer um maior conforto à população urbana.

Além disso, observou-se a carência de trabalhos sobre a flora urbana do estado, sendo necessário primeiramente um maior conhecimento das espécies utilizadas nesta arborização para que decisões futuras sejam tomadas.

## 9 REFERÊNCIAS

ALENCAR, L.S; SOUTO P.C.; MOREIRA, F.T.A.; SOUTO, J.S.; BORGES, C.H.A. Inventário quali-quantitativo da arborização urbana em São João do Rio do Peixe – PB. *Acsa*, v.10, n.2, p.117-124, 2014.

BARBOSA, M. V.; LEITE, V. A.; BRITO, D. R. SOUZA, W. C. L. JUNIOR, I. P. S.; SILVA, L. E. B. Arborização nas Escolas Públicas do município de Poço das Trincheiras – AL. *Diversitas Journal*, v. 4, n. 3, 728-741. 2019.

BARROS, R. P. COSTA, A.D.; CANUTO, A. R. S. Aspectos ambientais da arborização urbana no perímetro central do município de Palmeira dos Índios – AL. **Revista Ambientale**, v. 2, n. 2. 1-9. 2010.

BASSO, J. M. CORRÊA, R. S. Arborização urbana e qualificação da paisagem. **Paisagem e Ambiente**, v. 34, n. 1, p. 129-148, 2014.

BLUM, C. T.; BORGIO, M.; SAMPAIO, A. C. F. Espécies exóticas invasoras na arborização de vias públicas de Maringá-PR. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 3, n. 2, p. 78-97, 2008.

BORTOLETO, S. et al. Composição e distribuição da arborização viária da estância de Águas de São Pedro-SP. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 2, n. 3, p. 32-46, 2007.

CARVALHO, J. A.; NUCCI, J. C.; VALASKI, S. Inventário das árvores presentes na arborização de calçadas da porção central do bairro Santa Felicidade– Curitiba/PR. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 5, n. 1, p. 126-143, 2010.

COLETTI, E. P.; MULLER, N. G.; WOLSKI, S. S. Diagnóstico da arborização das vias públicas do Município de Sete de Setembro-RS. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 3, n. 1, p. 110-122, 2008.

COSTA, I. S. MACHADO, R. R. B. A Arborização do Campus da Uespi-Poeta Torquato Neto em Teresina-PI: Diagnóstico e Monitoramento. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 4, n. 4, p. 32-46, 2009.

CUNHA, D. V. P.; PAULA, A. D. Análise quali-quantitativa da arborização em praças públicas do município de Vitória da Conquista –Bahia. Goiânia: **Enciclopédia biosfera, Centro Científico Conhecer**, v.9, N.16; p.259-272, 2013.

EMER, Aquélis Armiliato Et al. **Valorização da flora local e sua utilização na arborização urbana**. Artigo. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco. 2011.

FABRICANTE, J. R.; FILHO, J. A. S. Plantas exóticas e exóticas invasoras da Caatinga. In: FABRICANTE, J. R.; FILHO, J. A. S. *Prosopis* spp. Florianópolis: Bookess, 2014. p. 13-21.

FABRICANTE, J. R.; SANTOS, J. P. B.; ARAÚJO, K. C. T.; COTARELLI, V. M. Utilização de espécies exóticas na arborização e a facilitação para o estabelecimento de casos de invasão biológica. **Biotemas**, v. 30, n. 1, p. 55-63, 2017.

FERREIRA, J. T. P.; FERREIRA, E. P.; SILVA, M. B. Petruskas, F. J. F. B.; TEOTÔNIO, F. B. Inventário e Diagnóstico da Arborização Urbana do Município de Piranhas – Al. **Centro Científico Conhecer**, v.3, n.06, 25-36, 2016.

FERNANDES, T. P. XIMENES, L. C. Comportamento de *Ficus* na arborização urbana do bairro Santa Clara, Santarém/Pará. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.1, p.29-39, 2020.

GONÇALVES, S.; ROCHA, F. T. Caracterização da Arborização Urbana do Bairro de Vila Maria Baixa. *Conscientiae saúde*. **Revista Científica, UNINOVE**, São Paulo, v.2, p. 67-75, 2003

KURIHARA, D. L.; IMAÑA-ENCINAS, J.; ELIAS DE PAULA, J. Levantamento da arborização do campus da Universidade de Brasília. *Cerne*, v. 11, n. 2, p. 127-136, 2005.

LACERDA, R.M.A.; LIRA FILHO, J.A.L.; SANTOS, R.V. Indicação de espécies de porte arbóreo para a arborização urbana no semiárido paraibano. **Revsbau**, v. 6, n. 1, 51-68, 2011.

LORENZI, H. & H. M. SOUZA. Árvores exóticas no Brasil: madeireiras, ornamentais e aromáticas. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2003. 368p.

MELO, R. R.; LIRA FILHO, J. A.; RODOLFO JÚNIOR, F. Diagnóstico qualitativo e quantitativo da arborização urbana no bairro Bivar Olinto, Patos, Paraíba, **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, SP, v.2, n.1, p.64-80, 2007.

MESSIAS, E. B. M.; SANTOS, I. K.; SANTOS, M. I. G.; LIRA, T. P. S.; BRITO, D. R. Diagnóstico sobre a arborização

OLIVEIRA-NEVES, P. P. BARBOSA, A. S.; LOPES, B. S.; ANDIRES, D.; GONÇALVES, E. B.; LEMOS, G. M. Diagnóstico florístico-estrutural e potencial invasor da composição arbórea de praças municipais de São Gabriel, RS, Brasil. **Pesquisas, botânica**, v. 69, n. 1, p. 227-238, 2016.

PEREIRA, P.H.; TOPANOTTI, L.R., DALLACORT, S., MOTA, C.J., BRUN, F.G.K., SILVA, R.T.L. Estudo de caso do risco de queda de árvores urbanas em via pública na cidade de Dois Vizinhos-PR. **Synergismus scientifica UTFPR**, v.6, n.1, 2011.

RICHTER, C.; PEITER, M. X.; ROBAINA, A. D.; SOUZA, A. R. C. FERRAZ, R. C.; DAVID, A. F. Levantamento da arborização urbana pública de Mata/RS. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 7, n. 3, p. 88-96, 2012.

ROCHA, R. T.; LELES, P. S. S. NETO, S. N. O. Arborização das vias públicas em Nova Iguaçu, RJ: o caso dos bairros Rancho Novo e Centro. **Revista Árvore**, v. 28, n. 4, p. 599-607, 2004.

ROSSATTO, D. R.; TSUBOY, M. S. F.; FREI, F. Arborização urbana na cidade de Assis-SP: uma abordagem quantitativa. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v.3, n.3, p.1- 16, 2008.

SANTOS, C. Z. A.; FERREIRA, R. A.; SANTOS, L. R.; SANTOS, L. I.; GOMES, S. H.; GRAÇAS, D. A. S. Análise qualitativa da arborização urbana de 25 vias públicas da cidade de Aracaju-SE. **Ciência Florestal**, v. 25, n. 3, p. 751-763, 2015.

SILVA FILHO, D. F. Pizetta, P. U.; ALMEIDA, J. B. S. A. PIVETTA, K. F. L.; Ferraudo, A. S. Banco de dados recreacional para cadastro, avaliação e manejo de arborização em vias públicas. **Revista Árvore**, v. 26, n. 5, p. 629-642, 2002.

SILVA, L. M. L.; HASSE, I.; MOCCELIN, R.; ZBORALSK, A. R. Arborização de vias públicas e a utilização de espécies exóticas: o caso do bairro Centro de Pato Branco/PR. **Scientia Agraria**, v. 8, n. 1, 47-53, 2007.

SILVA, R. N.; GOMES, M. A. S. Comparação Quali-Quantitativa da Arborização em Espaços Públicos da cidade de Arapiraca-Al. **Revsbau**, v.8, n.2, 104-117. 2013.

SILVA, I. S. **Levantamento das Espécies Arbóreas e Percepção sobre a Arborização da Praça Centenário em Maceió, Al.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia). Universidade Federal de Alagoas. 35f.

SILVA, R. M. S.; SILVA, L. S. BRITO, D. R.; SANTOS, R. L. V.; BEZERRA, I. L. S.; LIMA, L. L. C. Levantamento arbóreo da avenida Ceci Cunha e praças centrais do município de Arapiraca, AL. **Diversitas Journal**. v. 4, n. 2, 367-383. 2019.

SILVA, T.A.; TORRES, A.M.; BRITO, D.R. Diagnóstico da Arborização Urbana das principais vias públicas dos bairros Camoxinga e Monumento no município de Santana do Ipanema, Al, Brasil. **Diversitas Journal**, v.6, n.2, 2058-2071, 2021a.

SILVA, J. H. C. MENDES, R. M. S.; PAIXÃO, G. C. EDSON-CHAVES, B. Perfil Florístico da arborização urbana nos municípios cearenses. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.14, n.7 3982-4002. 2021b.

TORRES, A.M.; BRITO, D.R.; SILVA, T.A.; DANTAS, J. I. M. Levantamento do componente Arbóreo-Arbustivo presente no Campus II da Universidade Estadual de Alagoas. **Diversitas Journal**. v. 3, n. 2, 207-219. 2018

VELASCO, G. D. N.; LIMA, A. M. L. P.; COUTO, H. T. Z. Análise comparativa dos custos de diferentes redes de distribuição de energia elétrica no contexto da arborização urbana. **Revista Árvore**, v. 30. n. 4, p. 679-686, 2006.

YANG, J.; MCBRIDE, J.; ZHOU, J.; SUN, Z. The urban forest in Beijing and its role in air pollution reduction. **Urban Forestry and Urban Greening**, v.3, p.65-78, 2005.

ZEA, C.J.D. BARROSO, R.F.; SOUTO, P.C.; SOUTO, J.S.; NOVAIS, D.B. Levantamento e diversidade da arborização urbana de Santa Helena, no semiárido da Paraíba. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 1, n.4, 54-62, 2015.

## SEXUALIDADE INFANTIL, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA NA ESCOLA

### CHILD SEXUALITY, PSYCHOANALYSIS, AND EMANCIPATORY SEX EDUCATION IN SCHOOL

Juliane Fontana Ribeiro<sup>1</sup>  
Giseli Monteiro Gagliotto<sup>2</sup>

Submetido em: 02/08/2022  
Aprovado em: 02/08/2022  
Publicado em: 05/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.332

#### Resumo

Trata-se de um estudo qualitativo e bibliográfico, o qual pretende apresentar a temática da sexualidade infantil, investigar e destrinchar o conceito de sexualidade para a psicanálise. Para tanto, objetiva-se iniciar com os estudos sobre a histeria em Sigmund Freud e avançar na obra dos Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, no que se refere às contribuições do conceito de sexualidade infantil para os tempos atuais. Além disso, inclui-se uma discussão necessária sobre as articulações possíveis com o campo da Educação Sexual, a partir de um breve percurso histórico, até os atravessamentos atuais em torno da concepção emancipatória do educar e dos retrocessos políticos e sociais. A sexualidade freudiana amplia as leituras biologizantes e inclui a dimensão afetiva-pulsional do corpo, ao qual podem articular-se com o campo educacional. Os desafios da escola na pós-modernidade são complexos e convocam a interrogar a concepção emancipatória da educação. Neste sentido, faz-se necessário pensar como a psicanálise e a educação podem atuar conjuntamente frente à maquinaria neoliberal. Para tanto, uma constante atualização psicanalítica com vistas a emancipação, podem contribuir com um caminho na contramão da cultura, bem como fez Freud em seu tempo. Como proposta, uma educação que possa abrir espaço para a escuta, o desejo e as diferenças entre os sujeitos.

**Palavras-chave:** Educação emancipatória. Educação sexual. Psicanálise. Sexualidade infantil.

#### Abstract

This is a qualitative and bibliographic study, which intends to present the theme of infant sexuality, investigate and unravel the concept of sexuality for psychoanalysis. Therefore, the objective is to start with the studies in hysteria by Sigmund Freud and proceed in the work of the Three Essays on the Theory of Sexuality, with regard to the contributions of the concept of infant sexuality in the current times. Moreover, a necessary discussion is included on the possible articulations with the field of Sexual Education, from a brief historical tour, to the current crossings around the emancipatory conception of education and the political and social setbacks. Freudian sexuality expands the biologizing readings and includes the affective-drive dimension of the body, which they can articulate with the educational field. The schools challenge

1 Juliane Fontana Ribeiro é Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR. É especialista em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica (2019) pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ/SC. É graduada em Psicologia (2016) pela Faculdade de Pato Branco – FADEP/PR. Psicanalista em formação pela Associação Livre Centro de Estudos em Psicanálise – ALCEP/PR. Docente no Centro Universitário Mater Dei (UNIMATER) - Pato Branco/PR. Membro do LABGEDUS: Laboratório e Grupo de pesquisa “Educação e Sexualidade”, cadastrado no diretório dos Grupos de Pesquisas do CNPq. Participante da linha de pesquisa “Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre Infância, Sexualidade e Educação Sexual e sua importância para a Formação Docente”. Membro do Projeto de Extensão Entre a Educação, a Cultura e a Psicanálise: Diálogos (Im)Pertinentes.

1

2 Giseli Monteiro Gagliotto é Pós-Doutora em Psicologia (2015) pelo Observatório da Sexualidade da UNIDEP, no Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento, do Instituto Universitário da Maia-Portugal. É Doutora em Educação (2009) pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/SP. Psicanalista e Membro Fundadora do Movimento Lacaneano do Centro Oeste do Paraná- Irati/PR. Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão. Doutora em Educação. Líder do (LABGEDUS) Laboratório e Grupo de Pesquisa “Educação e Sexualidade”, cadastrado no diretório dos Grupos de Pesquisas do CNPq. Coordenadora da linha de pesquisa: “Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre Infância, Sexualidade e Educação Sexual e sua importância para a Formação Docente”. Coordenadora do Projeto de Extensão Entre a Educação, a Cultura e a Psicanálise: Diálogos (Im)Pertinentes e do Projeto de Extensão GAPAC- Grupo de Apoio Psicológicos aos Acadêmicos da UNIOESTE: À Escuta da Fala.

in postmodernity are complex and call for questioning the emancipatory conception of education. In this sense, it is necessary to think about how psychoanalysis and education can act together against the neoliberal machinery. Therefore, a constant psychoanalytic update with a view to emancipation can contribute to a path against culture, as Freud did in his time. As a proposal, an education that can open space for listening, desire and differences between subjects.

**Keywords:** Emancipatory education. Sex education. Psychoanalysis. Infant sexuality.

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de aventurar-se pela teoria da sexualidade na psicanálise, pode-se interrogar o que, afinal de contas, é a sexualidade humana? Como ela se desenvolve? Será possível investigar o nascimento e a evolução da sexualidade na humanidade? Uma vez que se associa sexualidade com humano, vale ressaltar as diferenças da espécie humana com os primatas, os quais, há alguns milhões de anos, evoluíram e se desenvolveram enquanto humanos.

Segundo André (2016), a originalidade da sexualidade humana se dá na disjunção entre sexualidade e reprodução, uma vez que, diferente dos animais, o humano não está submetido, exclusivamente, ao regime instintual. Junto à evolução e diferenciação do humano, em relação ao mundo animal, inaugura-se a linguagem e a atividade simbólica. A linguagem, própria do humano, não parece ter início, meio e fim, e ser ordenada de modo lógico, previsível ou imutável; ao contrário, desdobra-se com fluidez em determinada cultura, em determinada época e em determinadas subjetividades.

A sexualidade, em Freud (1905), é um conceito fundamental da psicanálise, que diz respeito à toda vida pulsional e afetiva do ser humano. Desde a maneira pela qual o sujeito se constitui, a sexualidade infantil, os circuitos pulsionais e seus destinos, até o modo como vive, ama ou não ama. Portanto, toda a complexidade pulsional diz sobre a sexualidade humana.

Figueiró (2006), diante da questão sobre o que é a sexualidade, corrobora com a menção citada acima, ao afirmar que:

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. (p. 42).

Tendo em vista esses conceitos, busca-se entender as transformações, rupturas, avanços e retrocessos que se encontram no campo da Educação Sexual, no Brasil e, em nossa época.

## 2 PERCURSO TEÓRICO DA SEXUALIDADE NA PSICANÁLISE

No final do século XIX e início do século XX, a psicanálise revoluciona os conceitos de sexualidade, de inconsciente e introduz a noção de pulsão para diferenciar do campo do instinto e do biológico; em outras palavras, inaugura o lugar do desejo e do psíquico. Neste sentido, “a primeira revolução da sexualidade é pré-histórica, a segunda é freudiana. A primeira dissocia o sexo e o instinto, a segunda relativiza o genital e faz da sexualidade infantil o centro da sexualidade humana.” (ANDRÉ, 2016, p. 117). Aqui, também cabe a linguagem como expressão viva da pulsão, seja ela posta em narrativas ou fantasiada na consciência e/ou nos conteúdos latentes e manifestos do sujeito inconsciente. A linguagem articulada à pulsão, enfatiza a dimensão plural e aberta da sexualidade. Nesta direção, o presente texto propõe-se brevemente a investigar a sexualidade infantil na psicanálise.

### 2.1 Considerações sobre os estudos da histeria

2

Na obra “Estudos sobre a histeria” (FREUD, 1895-2016), Sigmund Freud e o médico Joseph Breuer, estudam casos de histeria do final do século XIX, e descrevem os mecanismos psíquicos deste fenômeno. Alguns elementos psicanalíticos originam-se nesta época, com a escuta das pacientes histéricas e a mudança do método de investigação. Inspirado em Charcot, Freud usava a hipnose para a remoção dos sintomas histéricos; depois a abandonou, pois observou as limitações desta técnica, a saber, de que nem todos os pacientes eram hipnotizáveis e de que, frequentemente, os

sintomas retornavam. Freud desenvolve, a partir do caso de Emmy von N.<sup>3</sup>, o método da associação livre e inaugura um modo de escutar as queixas dos pacientes; para além do orgânico, da insistência médica e da sugestão, empreende a valorização das palavras e do campo psíquico.

De acordo com Melo e Almeida (2020), esse trabalho de Freud contribuiu para a despatologização da histeria. A partir de Freud, foi possível entender a histeria como um caminho de organização psíquica frente ao desejo e à falta, inerentes ao sujeito, não, meramente, como uma doença.

Freud [1895] (2016), estava preocupado em investigar as relações causais dos sintomas persistentes de seus pacientes neuróticos, questionamentos que não encontram explicações, em sua época, no campo médico. Sintomas como paralisias, contraturas, vômito contínuo, anorexia, tiques, dores no corpo etc., sem causas orgânicas, são escutados por Freud, e encontram conexões com experiências e fantasias da infância. Em alguns casos, o incidente que gerou o fenômeno histórico é evidente, como no exemplo a seguir:

Uma criança gravemente enferma adormece por fim; a mãe concentra toda sua força de vontade em se manter quieta e não a despertar. Devido precisamente a essa intenção, ela produz (“contra vontade histérica”!) um ruído estalante com a língua. Este se repete mais tarde, numa ocasião em que também quer se manter absolutamente quieta, e disso nasce um tique, que, na forma de estalido da língua, acompanha-a por muitos anos, sempre que fica agitada. (FREUD, 1895] 2016, p. 21).

Em outros casos é evidente a conexão entre o sintoma e o motivo precipitador, como no exemplo acima; porém, em outros casos, a conexão não é simples. O sintoma guarda uma história, um percurso, do qual se pode encontrar inúmeros afetos recalçados, considerados como trauma psíquico. Esses afetos podem ser de pavor, vergonha, angústia, dor psíquica e dependem da sensibilidade da pessoa afetada. (FREUD, [1895] 2016).

Como observa o autor, o histórico sofre sobretudo de reminiscências” (FREUD, [1895] 2016, p. 25); isto é, o passado se mostra presente, ativo e atuante; lembranças de experiências traumáticas. Aquilo que aparecia no corpo, desvelou-se como palavras não ditas, amordaçadas, afetos que não tiveram acesso pela via simbólica. Tais sofrimentos físicos, como não eram escutados e compreendidos, atuavam no corpo, como mensageiros. Freud, inaugura assim, o lugar da histeria como um modo de sofrer, e valida a experiência do sofrimento psíquico, cujo lugar anterior era verificado no campo médico ou no campo moral.

Melo e Almeida (2020), pontuam que, o caso de Anna O. foi essencial para a descoberta da sexualidade infantil e do inconsciente. A expressão “cura pela fala”, foi usada por essa paciente, ao relatar o alívio que sentia durante as consultas. Aquilo que foi reprimido pelo inconsciente, devido a condições morais de uma cultura, associa-se à sexualidade, e passa a manifestar-se, com deformações, em sonhos, no esquecimento, atos falhos e chistes, ou então na formação de sintomas. O inconsciente tem, assim, uma lógica diferente do consciente, possui um caráter dinâmico, atemporal e ausente de contradições.

Essa obra possibilita a reflexão sobre a distinção de um corpo puramente biológico de um corpo pulsional, marcado por histórias, desejos, conflitos, linguagem, enfim, pulsões que manifestam a sexualidade humana. Segundo Assoun (1995), a pulsão (Trieb) é um conceito essencial para compreender a sexualidade; ela expressa a potência de excitação e o corpo todo participa como fonte dessa excitação. Para o campo da educação sexual, há a contribuição de que a sexualidade não se define por genitalidade.

## 2.2 Considerações sobre a teoria da sexualidade freudiana

3

Nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (FREUD, [1905] 2016), Freud descreve sobre a opinião popular acerca da temática da sexualidade e distancia-se dela, ao empreender o estudo psicanalítico dos casos e suas observações científicas. Além disso, introduz e nomeia o termo “libido”, para se referir a uma necessidade de satisfação sexual.

3 Caso descrito na obra “Estudos sobre a histeria” (FREUD, [1895] 2016); Freud utilizou diversas técnicas neste caso: método catártico, sugestão hipnótica, “técnica da pressão”. Insistiu para a paciente recordar-se do trauma, mas Emmy pediu para que ele a deixasse falar, sem interrupções desnecessárias.

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade vienense tinha a noção de que a sexualidade iniciava com a puberdade, e se manifestava a partir da atração sexual entre homem e mulher; a sua meta, finalidade ou objetivo, seriam, assim, a união sexual e o conjunto de ações que direcionaram a esse fim. Contudo, Freud ([1905] 2016) observa que, a realidade mostra-se outra. Tanto as pessoas (objeto sexual) quanto suas ações (meta sexual), em suas investidas sexuais, expressam-se de modo variável.

No segundo ensaio, Freud ([1905] 2016) trata, especificamente, do tema da sexualidade infantil, ao qual nos interessa especialmente neste texto. A vida afetiva das crianças não era uma questão investigada. Além disso, Freud chama a atenção para o fenômeno da amnésia infantil, que faz com que a maioria dos adultos não se recordam dos primeiros anos da infância. Sobre o início da vida, Freud destaca:

[...] reagimos vivamente às impressões, souberam expressar dor e alegria de forma bem humana, demonstramos amor, ciúme e outras paixões que então nos agitavam fortemente, e, inclusive, falamos coisas que os adultos registraram como provas de inteligência e de incipiente capacidade de julgar. Por que nossa memória fica tão atrás, em relação a nossas outras atividades psíquicas? [...] as mesmas impressões que esquecemos deixaram, todavia, os mais profundos traços em nossa vida psíquica, e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior. (FREUD, [1905], 2016, p. 76).

Para Freud ([1905] 2016), há uma conexão entre a amnésia infantil e a amnésia histérica; tal ligação pode estar associada aos primórdios da vida sexual infantil, e que são afastadas da consciência na vida adulta. Desde o nascimento há manifestação sexual. Freud utiliza como modelo teórico e empírico, o ato de chuchar do bebê, cujo comportamento inicia-se com o propósito de conservação da vida e necessidade de alimentação, mas que, em seguida, avança na finalidade de buscar satisfação sexual. O autor alerta para a confusão que alguns pediatras da época poderiam supor do termo “sexual”, como se fosse “genital”, mas que não se trata disto.

O sexual advém da sensação de prazer, que é produzida a partir de todo o corpo; difere do comportamento erótico adulto, pois está em constituição e em condição de imaturidade sexual. Freud ([1905] 2016) descreve as principais zonas erógenas do desenvolvimento psicosexual (oral, anal, fálica), e de que modo a criança se apoia nelas para obter prazer; como exemplo, quando o bebê mama, o que ele recebe não é apenas alimento, mas também afeto e amparo; quando retêm as fezes obstinadamente, pode ter relação com afirmar o seu desejo e não do cuidador; contudo, toda a extensão da pele e dos sentidos estão suscetíveis a lidar com excitações e estímulos variados.

A concepção freudiana de sexualidade pressupõe uma “predisposição polimorficamente perversa” (FREUD, [1905] 2016, p. 98); isto é, a sexualidade vale-se de uma pluralidade de objetos possíveis para lidar com o prazer-desprazer das experiências. O corpo é pulsional e as características da vida sexual infantil, são essencialmente auto eróticas; apoiam-se em uma função vital do corpo; e a meta sexual é a satisfação de uma zona erógena. Essa satisfação “[...] deve ter sido vivenciada anteriormente, deixando assim a necessidade de ser repetida” (FREUD, [1905] 2016, p. 89), e a essa necessidade se atribui tanto a eliminação ou fuga de um desprazer, quanto à produção e à busca de prazer.

O exercício sexual na vida da criança, marca em seu corpo e na sua história, subjetivamente, um circuito pulsional complexo; os traços vividos na infância, como por exemplo, o cheiro do café feito por uma avó querida pela criança, pode ressoar na vida adulta, como uma lembrança de afeto. Ainda sobre a dimensão da sexualidade na constituição do psiquismo, as autoras complementam:

O fato de o bebê humano nasce desprovido de condições básicas de sobreviver por si mesmo, faz com que ele necessite de alguém que o acolha e que dele cuide. Esta prematuridade, que é de ordem estritamente biológica, exige um trabalho de cuidados realizados, geralmente, pela mãe, que acolhe o bebê oferecendo-lhe os instrumentos vitais que lhe faltam. A mãe atua favorecendo a constituição da dependência do bebê consigo. Nos três ensaios, Freud chamou de sedução este investimento inicial da mãe ao bebê. Portanto, esta ligação tem um conteúdo sexual e está imbricada na constituição do eu, uma vez que este eu vou se constituir com a presença desse outro. (Lazzarini; Viana, 2006).

Os processos afetivos podem ser observados na criança, em idade escolar, e estão associados à sexualidade, conforme Freud expõe:

[...] o medo de fazer uma prova, a tensão por uma tarefa de solução difícil pode ser significativa na irrupção de manifestações sexuais e na atitude em relação à escola, pois nessas circunstâncias surge frequentemente uma sensação de estímulo que leva a tocar os genitais [...]. O efeito sexualmente excitante

de vários afetos nada prazerosos em si, como angustiar-se, apavorar-se, estremecer, mantêm-se em grande número de indivíduos também na idade adulta, e provavelmente explica o fato de tantas pessoas buscarem oportunidades para sensações desse tipo, desde que determinadas circunstâncias (o pertencimento a um mundo imaginário, livros, teatro) amortecem a gravidade da sensação de desprazer.

Em suma, após breve explanação sobre o percurso da sexualidade freudiana, observa-se que o conceito está para além da dimensão biológica; compreende a dimensão psíquica e o modo como o sujeito se relaciona consigo próprio, com o outro e com o mundo. Chauí (1991), rompe com o biológico, ao afirmar que a sexualidade tem uma dimensão afetiva, e concorda com a teoria freudiana acerca da característica polimorfa da sexualidade e da simbolização do desejo.

### 3 ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaboraram a proposta de incluir no currículo escolar a Educação Sexual, como um tema transversal, para iniciar no Ensino Fundamental. Essa inclusão teve como estofa de ideias, o combate das doenças sexualmente transmissíveis e a redução da gravidez precoce. Contudo, a educação sexual nas escolas encontrou sérias resistências para ascender ao debate, seja porque, defensores contrários, afirmam ser responsabilidade exclusiva das famílias ou em decorrência da censura no regime militar (ROSENBERG, 1985), entre outros aspectos que empreendem repressão e controle sobre o tema.

Sobre a história da educação sexual no Brasil, menciona-se a legitimação da entrada dessa temática no sistema educacional e de garantia de direitos, a partir de um conjunto de mudanças sociais, com o marco da Constituição Federal de 1988, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o Programa de Saúde na Escola (PSE), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), e os PCNs, citados anteriormente (UNESCO, 2013), entre outros. Reconhece-se, apesar das restrições, ao longo da história, que a sexualidade não está dissociada do indivíduo; ou seja, acompanha a pessoa e está em todos os lugares, assim como também, na escola.

De lá para cá, pode-se observar que algumas ações foram realizadas no trato com a educação sexual no campo escolar; no entanto, há dificuldades persistentes com a temática. Como, por exemplo, a centralização da formação docente no viés biológico da sexualidade. Ou ainda, a dificuldade dos professores em desenvolver diálogos sobre sexualidade, bem como a afetividade no contato consigo próprio e com os alunos (FIGUEIRÓ, 2009).

Figueiró (2006) e Gagliotto (2014) defendem uma educação sexual emancipatória, a qual compreende a sexualidade integrada à vida, com todas as suas dimensões, manifestações e interações biológicas, psicológicas, afetivas, sociais, políticas, culturais etc. A proposta da educação sexual emancipatória, busca desenvolver a autonomia e a capacidade crítica dos sujeitos, acerca do saber do próprio corpo. Além disso, essa concepção de educação objetiva a transformação social do indivíduo, para que ele possa pensar e agir de modo reflexivo-crítico, livre de amarras, tabus, preconceitos e discriminações referentes à sexualidade.

Na contemporaneidade, a escola tem sido um lugar que emancipa? Araújo, Fernandes e Araújo (2021), partem de uma perspectiva crítica de emancipação e interrogam se a educação ainda pode emancipar, uma vez que há em curso o movimento de uma educação neoliberal; que se caracteriza por uma aprendizagem focada no utilitarismo e por um pedagogismo acrítico. Entre os movimentos de emancipação e retrocesso, há de se interrogar as saídas possíveis em

5

direção a uma educação libertadora, mesmo que haja impasses complexos do modo como opera a lógica neoliberal. Justamente pela denúncia dos sinais de retrocessos, pode-se seguir no interrogante nas e das práticas educacionais em sexualidade.

Veiga-Neto (1999), além de denunciar os perigos do discurso neoliberal, lança uma perspectiva da escola, tanto como mantenedora das práticas de controle, quanto indispensável pela potência de um espaço de resistência. Alerta para a necessária atenção aos novos agenciamentos políticos para a área educacional, quanto propõe um posicionamento ético e crítico, a fim de provocar um exercício de aproximação com uma educação emancipadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos atuais, têm empreendido desafios à sociedade, à escola, à educação, e especificamente ao campo da educação sexual. Faz-se importante pensar quais são as relações entre a escola e a sociedade atual, e o que é possível realizar no campo da sexualidade na educação. E ainda, o que pode a psicanálise contribuir com os laços sociais e com os sujeitos desejanter? Seria possível aproximar a psicanálise de uma concepção emancipatória?

De acordo com Dockhorn e Macedo (2008), a cultura do narcisismo e a sociedade do espetáculo, são marcas do nosso tempo. As subjetividades contemporâneas estabelecem laços sociais efêmeros, acompanhados da aceleração dos modos de produção e de vida. A fim de buscar prazer imediato e preservar a ilusão da felicidade permanente, os indivíduos podem descartar rapidamente o outro, no primeiro sinal de ameaça de sofrimento. Ou, ainda, a fim de acelerar os processos de aprendizagem para fabricar sujeitos úteis à maquinaria neoliberal, mortificam as potências de vida. Essas últimas, estritamente associadas ao conceito de sexualidade debatidas ao longo deste texto.

A psicanálise caminha na contramão da cultura, bem como fez Freud em sua época; isso implica em constantes renovações teóricas e técnicas, que possibilite um movimento de abertura e de um fazer a posteriori. Em outras palavras, uma psicanálise que possa acompanhar as transformações na cultura, bem como, neste caso, também no campo educacional. Os seus conceitos fundamentais, como “pulsão”, “inconsciente” e “transferência”, continuam atuais para pensar nos avanços, retrocessos, alienações e resistências da educação em sexualidade.

Em suma, para além do conceito biológico e higienista da sexualidade, a psicanálise pode trilhar um caminho de ruptura com a cultura do narcisismo e do espetáculo. Nas intersubjetividades, a sexualidade pode ser refletida em termos de envolvimento afetivo e investimento libidinal no Eu e no outro, não somente no Eu; isto é, que as singularidades sejam respeitadas. Uma educação, como proposta, que abra espaço para a escuta, com a possibilidade de reconhecer o desejo e as diferenças dos sujeitos. Ainda, que o próprio sujeito possa reconhecer-se como ser desejante e implicado em seus processos de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, J. Nascimento da sexualidade humana. In: FREUD, S. **Sexualidade**: três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre; tradução Carlos Pereira Thompson Flores. – Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 115-124.

ARAÚJO, A. F. FERNANDES, J. P. R. de M.; ARAÚJO, J. M. de. **A educação na contemporaneidade**: entre a emancipação e o retrocesso. Revista Brasileira de Educação, v. 26, 2021.

ASSOUN, P. L. **Metapsicologia freudiana**. Uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DOCKHORN, C. N. B. F.; MACEDO, M. **A complexidade dos tempos atuais**: reflexões psicanalíticas. Revista Argumento Psicologia, v. 54, n. 26, p. 217-224, 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2008/vol26/no54/4.pdf>. Acesso em: 29/06/2021

6

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Sexualidade e afetividade: implicações no processo de formação do educando. In **Educação sexual**: em busca de mudanças, p. 187, 2009.

FREUD, S. [1895]. **Estudos sobre a histeria (1893-1895)** em coautoria com Josef Breuer. Obras completas, volume 2. Tradução Laura Barreto; revisão da tradução Paulo César de Souza – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. [1905]. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso**

Dora”) e outros textos. Obras completas, v. 6. Tradução Paulo César de Souza – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GAGLIOTTO, G. M. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância**: Matrizes Institucionais, Disposições Culturais, Potencialidades e Perspectivas Emancipatórias. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

LAZZARINI, E. R.; VIANA, T. de C. O corpo em psicanálise. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 241-249, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/bVjD4hvChNCWssn8jbd5pSM/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun 2021.

MELO, J. R.; ALMEIDA, M. T. F. O surgimento da psicanálise: uma escuta do sintoma e da histeria. **Psicologia em Ênfase**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 96-106, nov. 2020. Disponível em: <http://ojs.unialfa.com.br/index.php/psicologiaemenfase/article/view/87>. Acesso em: 14 jun 2021.

ROSENBERG, F. A educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**. N. 53, p. 11-19, mai. 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1372/1373>. Acesso em: 16 jun 2021.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília, 2013.

VEIGA-NETO, A. **Educação e governamentalidade neoliberal**: novos dispositivos, novas subjetividades, 1999. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm>. Acesso em: 27/05/2021

## Aplicação da tecnologia em processos de tomada de decisões e adequação à mudança com inovação e eficiência

*Application of technology in decision-making processes and adaptation to change with innovation and efficiency*

Juliana Borges Martins Antunes<sup>1</sup>

Submetido em: 04/08/2022  
Aprovado em: 05/08/2022  
Publicado em: 12/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.333

### RESUMO

Este estudo tem o propósito de analisar a tomada de decisões para inovação e mudanças em um ambiente organizacional e as ferramentas que podem auxiliar neste processo, como o *Business Intelligence*, conhecido como (BI) e o Planejamento de Recursos da Empresa (ERP). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com coleta de material sobre o assunto em *e-books*, artigos científicos e *websites*, conforme o conteúdo assinalado. Constatou-se que a inteligência de negócios é uma combinação de dados que impulsiona as informações, possibilitando aumentar a eficiência e assim, promove mudanças rápidas em um ambiente corporativo. Observou-se também, que o *software* ERP faz com que a organização trabalhe de forma mais inteligente e rápida. Pois, ele integra várias funções em um único sistema, potencializando os processos e informações, facilitando assim, o planejamento de todos os recursos da organização. Os desfechos apontam que a tecnologia é um instrumento de apoio importante das empresas, contribuindo a lograr o crescimento e a rentabilidade, que são respeitáveis ferramentas para auxiliar na tomada de decisões, principalmente em um mercado competitivo, em que a inovação se torna decisiva para a sobrevivência nesta conjuntura.

**Palavras-chave:** Tomada de Decisões, BI, ERP, Tecnologia, Inovação, Eficiência.

### ABSTRACT

This study aims to analyze decision making for innovation and changes in an organizational environment and the tools that can help in this process, such as Business Intelligence, known as (BI) and Enterprise Resource Planning (ERP). The methodology used was bibliographic research, with collection of material on the subject in e-books, scientific articles, and websites, according to the indicated content. It was found that business intelligence is a combination of data that drives information, making it possible to increase efficiency and thus, promotes rapid changes in a corporate environment. It was also observed that ERP software makes the organization work smarter and faster. Because it integrates several functions in a single system, enhancing the processes and information, thus facilitating the planning of all the resources of the organization. The results point out that technology is an important support instrument for companies, contributing to achieving growth and profitability, which are respectable tools to assist in decision making, especially in a competitive market, where innovation becomes decisive for this juncture.

**Keywords:** Decision Making, BI, ERP, Technology, Innovation, Efficiency.

## 1. INTRODUÇÃO

Os termos inovação e mudança se transformaram em base, no ambiente de mercado, durante as discussões nos últimos anos, indicando a real necessidade de dar resposta à competição de maneira mais inovadora. E como são definidas as expressões inovações e mudanças? Sabe-se que são estreitamente relacionadas, por isso, pode-se definir que a diferença entre ambas é que inovar significa além de mover ou modificar algo, também apresentar novidades, enquanto o termo mudar consiste apenas em converter ou mobilizar algo.

Pode-se afirmar também, que a mudança nem sempre é vista como inovação, pois pode não levar a melhoria para a organização. Já a inovação, pode levar a mudanças, pois se trata de algo novo.

1 Mestra em International Business pela Must University Flórida. Graduada em Ciência e Economia pela UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas. E-mail: julianaborgesmar@gmail.com

É o que corrobora Barroso e Delgado (2007, *apud* SÁNCHEZ, 2018, [n.p.]), “consideram que as mudanças que ocorrem no ambiente global de negócios são muitas e muito rápidas, elevando o nível de incerteza e o nível de competição no mercado, exigindo uma nova postura nas organizações”.

Desse modo, com base na conjuntura que vivemos, com as constantes adaptações num mundo em que o imperativo é a inovação, pode-se fazer as seguintes indagações: qual a importância do *Business Intelligence* nesse contexto? E, como o Planejamento de Recursos da Empresa (ERP) gera inovação e eficiência para a organização?

Assim, a resposta para essas perguntas é o que se busca encontrar na realização deste estudo, dado que, a tomada de decisões num ambiente cada vez mais dinâmico e competitivo, orienta que as empresas encontrem soluções para agregar valores, tornando-as mais solidificadas frente às mudanças e inovações.

Para a consecução desses propósitos, este trabalho foi escrito baseado em pesquisa bibliográfica, com coleta de material bibliográfico sobre o assunto em *e-books*, artigos científicos e *websites*, conforme o tema proposto. Segundo Pizzani *et al.* (2012, p. 54), “a pesquisa bibliográfica é a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica”. Utilizou-se também de dados secundários adquiridos por outros pesquisadores, em fontes seguras e comprovadas.

Esta pesquisa está estruturada em três partes: a introdução que aborda a tomada de decisões que direciona para a inovação e mudanças num ambiente organizacional. A segunda aborda o desenvolvimento, que traz a importância do *Business Intelligence* neste cenário de tomada de decisões e, como o Planejamento de Recursos da Empresa (ERP) gera inovação e eficiência para a organização. E, a terceira parte, exhibe as conclusões do estudo, apresentando os pontos significativos escorados em leituras realizadas durante a investigação.

Entende-se que um processo de mudança acontece de forma eficiente se todos estiverem comprometidos, pois a mudança acontece por meio das pessoas. Dessa forma, é essencial conhecer o fator humano, conhecer valores, crenças e comportamentos, manter a motivação e confiança, pois, deve-se considerar que buscamos sempre algo que nos traga a mesma segurança da anterior. Quando existe algum tipo de dificuldade durante o percurso, as pessoas tendem a retornar à situação passada, este é o momento em que muitas organizações falham, mesmo após pouco tempo de mudanças serem implementadas.

Para Heckscher (1994, *apud* VASCONCELOS *et al.*, 2020, p. 897), “numa sociedade da informação e do conhecimento, em que a complexidade, a velocidade, e a mudança estão presentes cada vez mais, as empresas precisam deixar de ser burocráticas para se tornarem colaborativas”.

Quando se trata de tomar decisões, segundo Martins *et al.* (2015), não são somente os administradores ou pessoas que possuem cargos para gerenciar, que possuem essa responsabilidade.

Não é somente o administrador quem toma as decisões. Todas as pessoas na organização, em todas as áreas de atividades e níveis hierárquicos e em todas as situações, estão continuamente tomando decisões relacionadas ou não com seu trabalho. A organização é um complexo sistema de decisões (CHIAVENATO, 2004, p. 277, *apud* MARTINS *et al.*, 2015, p. 219).

Uma gestão eficaz de mudança permite a variação da estratégia, dos processos, tecnologia e como um todo, das pessoas que fazem parte da organização para conquistar os objetivos, maximizando o desempenho e sustentando o progresso num ambiente sinalizado por constantes mudanças. Como afirmam Bullentini e Damásio (2019), um conjunto de atividades eficazes geram melhores resultados.

Para Sánchez (2018, [n.p.]), “são necessários meios e métodos criativos para enfrentar os processos de mudança, e assim, satisfazer as necessidades crescentes da sociedade, das organizações e dos indivíduos”.

2

Hoje, a tomada de decisões em âmbito organizacional, promovendo as mudanças é o alicerce para a melhoria contínua das organizações. Assim, pode-se afirmar que o conhecimento é o diferencial para ser competitivo no ambiente de negócios.

As empresas modernas precisam aprender a viver em um ambiente sujeito a mudanças constantes. Para fazer isso, elas precisam desenvolver sua capacidade de gerar inovações, não apenas em tecnologias, mas também em produtos e processos. Como as inovações são feitas por pessoas, o principal recurso para a inovação é o conhecimento (MATTOS, 2002 p. 8).

Consequentemente, a inovação estará existente na esfera organizacional, como ferramenta que possibilita melhorar o domínio da organização para alcançar os seus objetivos estratégicos.

As principais inovações nas organizações permitem que as empresas se posicionem frente à concorrência do mercado, além da constante verificação das necessidades que surgem durante contextos de mudanças. Nenhuma organização pode sobreviver em distintos mercados de negócios, se não possuir a competência de gerir as inovações de forma eficaz.

Dessa maneira, a medição que as organizações fazem a respeito da gestão diante das mudanças é pela sobrevivência em respostas às condições impostas pelo mercado.

## 2. EMPREGO DA TECNOLOGIA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O universo dos negócios tem como pilar a tomada de decisões estratégicas. E, pode-se enunciar, após leituras realizadas para a confecção deste trabalho, que a distinção entre uma empresa de sucesso e outra que não atingiu o mesmo patamar, é com relação à tomada de decisão precisa e pertinente.

Nessa conjuntura, as tecnologias de informação desempenham um papel expressivo ao propiciar o recolhimento, armazenamento e o processamento dos dados gerados pelo funcionamento da organização. Com isso, uma facilidade se instala no ambiente dos negócios com relação ao manuseio das informações e em consequência, a motivação da redução de erros. Acredita-se que estes eram suscetíveis de existirem devido ao registro de dados em vários momentos e lugares diferentes.

Com tal característica, faz-se necessário que as empresas tenham uma visão geral e que possam tomar decisões de forma inteligente. Assim:

O conceito de inteligência de negócios ou BI surgiu como resposta à nova realidade em que vivemos, onde a economia globalizada capitalizada por constantes mudanças e pela disseminação no uso de tecnologias de informação, tem forçado os executivos de empresas e gerentes de projetos a tomarem decisões de forma mais ágil e precisa, o que por sua vez, incide na definição do futuro de seus respectivos empreendimentos (PATRÍCIO; STÁBILE; TÓFOLI, 2016, p. 8).

Para Antonelli (2009), o *Business Intelligence* (BI), é uma ferramenta para coletar dados, analisá-los e transformá-los em informação para as organizações.

No entanto, para os autores Williams e Williams (2010, *apud* AMOAKO 2013, p. 7) o “*Business Intelligence* não é um produto, tecnologia e/ou metodologia, mas uma combinação de tudo, para alavancar ativos de informação nos principais processos de negócios para alcançar melhores negócios de desempenho”.

Não obstante, constata-se que o uso da tecnologia da informação no ambiente dos negócios trouxe facilidades como: as empresas podem conseguir tomar melhores decisões, demonstrar os dados recentes e descrever o contexto dos seus negócios por meio de relatórios, é o que o *Business Intelligence* oferece. Logo, o líder responsável terá oportunidades de preparar a empresa para o cenário atual que vivencia.

Para Bezerra e Siebra (2015, p. 239), “o BI é uma ferramenta importante para as organizações, pois disponibiliza informações inteligentes e atualizadas, com o propósito de melhorar o acompanhamento e gerenciamento dos processos de negócios e agilizar a tomada de decisão”.

Conforme o estudo de caso de Michel (2009, *apud* BEZERRA; SIEBRA, 2015), realizado no Grupo *Provider*, empresa no ramo desde 1996 com foco no desenvolvimento de soluções de gestão e operação de *contact center*, onde a coleta de dados foi efetuada com 23 colaboradores, dentre analistas, supervisores, coordenadores, gerentes, diretor e o conselheiro de sócios. Neste estudo, 69,57% concordaram totalmente sobre a relevância do BI na tomada de decisão. Pode-se afirmar, por meio de um pronunciamento de um dos entrevistados para esta pesquisa, como mostra G1 (terminologia utilizada para indicar um dos interrogados) citado por Bezerra e Siebra (2015, p. 239), “a importância principal do BI é ter informações, com o intuito de influenciar na tomada de decisão rápida, assertiva e com o menor custo envolvido”.

Em tempos de mudanças, tomar decisões num ambiente de negócios requer medidas inteligentes e baseadas em

dados, por isso o *Business Intelligence* tem uma função importante e traz vantagens para a empresa, como o aumento da eficiência, devido à facilidade e a agilidade dos dados e a agilidade, direcionando para respostas rápidas, facilitando a tomada de decisão no prazo. Outra vantagem é com relação à melhora no atendimento ao cliente, oferecendo um serviço de maior qualidade, tendo potencial para analisar o comportamento do mesmo e de produtos ofertados na empresa, verificando o histórico para comparar dados com os seus concorrentes. Com o BI, a empresa consegue identificar e monitorar as tendências para a adaptação rápida às mudanças no seu ambiente.

A diferença entre uma empresa que alcança o crescimento e outra que fica estagnada, entre um atendimento excelente e outro ruim, entre uma gestão eficiente de estoque e outra com perdas de recursos, entre o sucesso ou fracasso de uma empresa, é a utilização adequada das ferramentas de *Business Intelligence*.

Assim sendo, a tecnologia é coligada para auxiliar as empresas a alcançarem o crescimento e a rentabilidade. Por isso, o Planejamento de Recursos da Empresa (ERP) somados com os benefícios da inteligência de negócios são o complemento sublime para a organização.

ERP é uma abreviatura para *Enterprise Resource Planning* e o seu início, segundo Costa, Francisco, Andrade, Silva, Souza (2016), aconteceu na década de 90 nos meios corporativos da informática, como soluções.

De acordo com Oliveira *et al.* (2008, p. 1), “o sistema ERP é comercializado com um pacote de aplicações que interligam toda a empresa, possuindo módulos de finanças, recursos humanos, contabilidade, produção, vendas, planejamento, custos, entre outros”.

Todavia, para Davenport (1998, *apud* ASOCIADOS, [n.d.], p. 5), “o ERP não é um pacote de *software*, é uma forma de fazer negócios”. Pense, se uma empresa puder encolher quantidades de recursos empregados, sem abandonar a qualidade e a *performance*, ela poderá ampliar os seus negócios de forma eficiente e apropriada. Permitindo assim, a conquista de informações mais precisas, impulsionando a inovação, como exemplo, no atendimento ao cliente, em que as necessidades serão supridas de forma mais fácil pelos funcionários. Em seguimento, proporcionando melhores previsões nos negócios.

Em direção, Bacon citado por Associados ([n.d.], p. 3) sustenta, “quem não está disposto a aplicar novos remédios, deve esperar novos males, porque o maior inovador é o tempo”.

Por esse motivo, as implementações de ERP conduzem a eficiência geral e a inovação no ambiente empresarial. Pois, estas transformam a forma da organização trabalhar de uma maneira mais inteligente e rápida, alocando melhor os recursos. Assim, com base neste momento, que a inovação se instaura no mundo dos negócios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa expõe um preâmbulo relacionado à importância da tomada de decisões com destino a inovação e a mudança numa organização. Constatou-se que a mudança organizacional é o alicerce de melhorias contínuas nas organizações e para ser implementado com sucesso e permanente, é de extrema relevância o trabalho humanizado num ambiente corporativo enriquecido com o conhecimento.

O mundo está presenciando uma concorrência crescente. Neste cenário as organizações que souberem gerenciar com eficácia, precisarão encontrar soluções que agregam valores, de modo a se tornarem mais consolidadas diante das mudanças e das inovações, o que conseqüentemente facilitará para a organização atingir os seus objetivos estratégicos.

A tecnologia é coligada para auxiliar os negócios a atingirem o crescimento e a rentabilidade esperada. Dessa forma, existem ferramentas que ajudam na tomada de decisões no ambiente de negócios e oferecem uma visão geral, além de levarem à tomada de decisões mais inteligentes, baseadas em dados, como citado durante a pesquisa, a Inteligência de Negócios. Constatou-se que esta ferramenta aumenta a eficiência nas organizações, pois os dados se tornam mais acessíveis, despertando, conseqüentemente, em tomada de decisões mais ágeis.

Outro sistema que complementa na tomada de decisões e beneficia as organizações, é o Planejamento de Recursos da Empresa (ERP), ao oferecer relatórios sincronizados, possibilitando obter informações mais precisas, reduzindo os riscos e prevendo com mais precisão.

Dessa forma, finda-se que com o aumento da complexidade, somado por um mercado mais competitivo dos

negócios, ocasionou-se a necessidade por sistemas mais informatizados nos ambientes corporativos, o que motivou a ideiação de autênticos sistemas.

## REFERÊNCIAS

AMOAKO, B. T. **The importance of business intelligence as a decision-making tool: case study electricity company of ghana (e.c.g).** University of Boras, [online], 2013. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1309561/fulltext01.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

ANTONELLI, R. Conhecendo o Business Intelligence (BI) Uma Ferramenta de Auxílio à Tomada de Decisão. **TE-CAP – Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**. Rio de Janeiro, v. 3, a. 3, 2009. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/download/933/544>. Acesso em: 26 set. 2020.

ASOCIADOS, V. **El impacto de la implementación de un ERP en las Organizaciones**. (n.d). Disponível em: <http://www.vea-asoc.com.ar/notas/note03.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

BEZERRA, A.; SIEBRA, S. Implantação e uso de business intelligence: um relato de experiência no grupo provider - Implantation and Use of Business Intelligence: An Experience Report in Provider Group. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. [online] (1679-1827), 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22121>. Acesso em: 28 set. 2020.

BULLENTINI, DAMÁSIO, A. **Quantitative e Qualitative Methods for Decision Making**. [e-book]. Flórida: Must University, 2019.

COSTA, C. FRANCISCO, L.; ANDRADE, D.; SILVA, L.; SOUZA, C. **A implementação nas organizações de sistemas ERP: um estudo dos impactos na organização e na gestão de pessoas**. In: XIII SEGeT Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. [online]. 31 de outubro e 01 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/26524275.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

MARTINS, V.; MARTINS, R.; SIEDENBERG, D.; GRIEBELER, M. Gestão da inovação em empresas que adotam diferentes processos de tomada de decisão. **Revista Gestão & Tecnologia**. Pedro Leopoldo, v. 15, n. 3, p.211-244, 2015. Disponível em: <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/download/824/608>. Acesso em: 28 set. 2020.

MATTOS, L. **As Mudanças Organizacionais e seus Gestores nas Empresas na Era da Informação**. 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/39734318\\_As\\_Mudancas\\_Organizacionais\\_e\\_seus\\_Gestores\\_nas\\_Empresas\\_na\\_Era\\_da\\_Informacao](https://www.researchgate.net/publication/39734318_As_Mudancas_Organizacionais_e_seus_Gestores_nas_Empresas_na_Era_da_Informacao). Acesso em: 28 set. 2020.

OLIVEIRA, H.; CARNEIRO, R.; OLIVEIRA, E.; SANTOS, V.; QUINTAIROS, P. **Sistemas ERP – Enterprise Resources Planning: Vantagens, Desvantagens e Aplicações**. In: XXII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica. São José dos Campos, SP, 25 a 26 de outubro de 2008. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosEPG/EPG00194\\_09\\_O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG00194_09_O.pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

PATRÍCIO, T.; STÁBILE, S.; TÓFOLI, E. **A importância do business intelligence na tomada de decisões em gerenciamento de projetos**. Publicado em: 20 dez. 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c0f3/79038e-11dda63d7634572f3268ebdea6bdf0.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

PIZZANI, L., SILVA, R., BELLO, S. AND HAYASHI, M. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação**. Campinas, v. 10, n. 1, p.56-66, 2012. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/1896/pdf\\_28/](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/1896/pdf_28/). Acesso em: 28 set. 2020.

5

SANCHEZ, F. P. **El cambio organizacional y la gestión en las empresas**. 2018. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/el-cambio-organizacional-y-la-gestion-en-las-empresas>. Acesso em: 28 set. 2020.

VASCONCELOS, I., IRIGARAY, H., LEAL, F. AND CARVALHO, L. Inovação tecnológica radical e mudança organizacional: a institucionalização de organizações resilientes e formas de trabalho mais substantivas. **Cadernos EBAPE.BR**. [online], 17(4), 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190144>.

## Administrar em tempos de mudança: Hoje quem não muda não amplia, não continua

*Administering in changing times: Today those who do not change do not expand, do not continue*

Juliana Borges Martins Antunes<sup>1</sup>

Submetido em: 07/08/2022

Aprovado em: 08/08/2022

Publicado em: 13/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.334

### Resumo

Este estudo tem como intenção analisar o papel administrativo acrescido das experiências adquiridas pelos gestores, a serem aplicadas em um ambiente em constante mudança, bem como os desafios enfrentados e as ações implementadas para superar situações de incerteza. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com coleta de material sobre o assunto em e-books, artigos científicos e websites conforme o conteúdo apontado. Reconheceu-se que, um bom gestor deve-se utilizar da comunicação como meio de esclarecer e manter tranquilidade entre os colaboradores, pois assim, o gestor deixará com clareza as vantagens competitivas e novas conquistas que poderão ser alcançadas a partir do envolvimento de todos. Os resultados apontam que a Administração é um instrumento de apoio importante aos gestores, e que atualmente vêm tendo um papel mais significativo devido ao mercado cada vez mais competitivo e carregado de provações, onde a sobrevivência de um negócio está vinculada ao quanto você investe e capacita hoje.

**Palavras-chave:** Administração. Gestão. Mudanças. Desafios. Ações.

### Abstract

This study intends to analyze the administrative role plus the experiences acquired by the managers, to be applied in a constantly changing environment, as well as the challenges faced, and the actions implemented to overcome situations of uncertainty. The methodology used was bibliographic research, with the collection of material on the subject in e-books, scientific articles, and websites according to the content indicated. It was recognized that a good manager should use communication as a means of clarifying and maintaining tranquility among employees, as this way, the manager will clearly leave the competitive advantages and new achievements that can be achieved from the involvement of all. The outcomes indicate that the Administration is an important support instrument for managers, and that they are currently playing a more significant role due to the increasingly competitive and test-driven market, where the survival of a business is linked to how much you invest and train today.

**Keywords:** Administration. Management. Changes. Challenges. Actions.

## 1 Introdução

Sabe-se que estamos experimentando um mundo em um ritmo vertiginoso, onde a mudança é um componente crucial, seja em nosso desenvolvimento pessoal e profissional.

A mudança afeta a todos, e é um processo aceito e normal na sociedade de hoje, apesar de haver resistência.

As organizações das primeiras décadas do século XXI são constantemente bombardeadas por tensões geradas a partir de um ambiente competitivo cada vez mais dinâmico e agressivo, que põe à prova a sua capacidade de ação e reação na perspectiva de satisfação de mercados em mudança e cada vez mais exigentes. Daí a capacidade de criar e manter um sistema- e mais ainda, uma cultura- que facilite as mudanças que se fazem necessárias, não só nos seus processos operacionais, mas na forma como percebe e responde às exigências dos seus *stakeholders*, é assumido como uma das responsabilidades mais importantes da gestão das organizações (Minoja citado por Duque, 2014, p.163).

1

À vista disso, o que vem a ser definido nesta mudança? Para Mota, evidenciado por Leal, Souza e Rocha (2008), a mudança consiste em responder a mudanças rápidas e difíceis. E, sabe-se que as mudanças podem evocar emoções como a incerteza e o medo.

A mudança resulta na avaliação do presente e na definição de um futuro que atenda os propósitos do presente, ou seja, um planejamento estratégico que irá atender os objetivos estabelecidos pela organização ou indivíduo.

Sendo assim, com base no cenário que experimentamos e diante da necessidade constante de adaptações, pode-se fazer os seguintes questionamentos: quais os desafios e ações a organização/instituição pode adotar frente a um ambiente em constante mudança? E qual o papel do gestor nesse processo?

<sup>1</sup> Mestra em International Business pela Must University Flórida. Graduada em Ciência e Economia pela UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas. E-mail: julianaborgesmar@gmail.com

Assim, a finalidade do recente estudo é evidenciar a relevância de um ambiente de mudanças no âmbito organizacional e o papel do gestor nesse transcurso.

Para a conquista dos propósitos este trabalho foi escrito baseado em pesquisa documental e bibliográfica. Usufruiu-se também, de dados secundários conquistados por outros pesquisadores. Material colhido em e-books, artigos científicos e websites conforme o assunto retratado. Segundo Pizzani, Silva, Bello e Hayashi (2012, p. 54), “a pesquisa bibliográfica é a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica”.

À vista disso, este paper está organizado em: introdução que apresenta um cenário sinalizado por constante mudanças e necessidades de adaptações, posteriormente o desenvolvimento que traz a explanação dos obstáculos e condutas que as organizações ou instituições devem tomar em companhia com o gestor e por final a conclusão dos estudos abordando pontos significativos apoiados nas leituras realizadas durante a pesquisa.

Deste modo, vamos entender um conceito que fomentou a ruptura dos paradigmas, A ideia da ecologia organizacional que, segundo Silva, Santos e Macedo (2019), surgiu diante de uma conjuntura de um ambiente obscuro das organizações, o que ocasionou uma reestruturação no ambiente administrativo.

Sabe-se que no campo da biologia o termo “ecologia”, significa para o precursor da palavra Haeckel (citado por Neves e Tauchen, 2014), o estudo das relações entre as espécies animais e o seu ambiente.

Pode-se dizer que na esfera organizacional o termo de acordo com Meirelles e Thomaz define:

Ecologia organizacional parte da premissa de que, assim como ocorre na natureza, as organizações passam por uma intensa seleção ambiental, o que gera uma situação de elevada competitividade e necessidade de flexibilização de estruturas e processos internos (citado por Silva, Santos e Macedo, 2019, p. 150).

Em um mercado de negócios cada vez mais competitivo se faz necessário que a organização acompanhe as demandas do mercado, e as mudanças é um elemento crucial de crescimento e evolução, acompanhado de novos fornecimentos e inovação, que durante muitos anos era visto apenas como o “pessoal da informática”, onde não tinham ou pouca interferência na tomada de decisões do negócio. Hoje, como afirma Kalendae (2017), “a TI exerce um papel estratégico na condução das organizações, sendo responsável por grande parte das inovações e melhorias nos processos e decisões”.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Desafios, ações e o papel do gestor

Muito se ouvia por várias organizações/instituições que estavam preparadas, atualizadas para as demandas do mercado. Todavia, não foi isso que constatamos após semanas de intensificação do COVID-19. Sendo assim, houve um reconhecimento por parte dos líderes que eles não estavam qualificados. Mesmo sabendo que estamos em uma era de transformações e que eles tinham compreensão da necessidade de adequação, isso se deve, segundo Alves, Lins (2015) a uma resistência dos envolvidos, pois estamos acostumados com a segurança oferecida pela conjunção atual.

Não vamos ignorar as demandas diárias da atividade corporativa, diante das quais as hierarquias e os processos de gestão tradicionais continuam funcionando muito bem. O que eles não fazem tão bem, porém, é identificar com antecedência os riscos e as oportunidades, formular iniciativas estratégicas e inovadoras, acima de tudo, implementá-las com a rapidez necessária. (Kotter, 2014).

Sabe-se que os esforços de mudança nos negócios começam a partir do momento que os colaboradores observam a situação competitiva, as tendências do mercado e tecnológica. A mudança pode trazer incertezas para o ambiente de trabalho, por isso é responsabilidade do líder atenuar estes momentos, evitando conflitos entre funcionários.

Use a tecnologia como um facilitador para obter clareza, acompanhar e averiguar em tempo real as transformações do mercado e da sociedade ao longo de momentos como o atual.

A TI deve permanecer proativa para ajudar a manter a organização funcionando e bem-posicionada para dar continuidade aos negócios. O desafio é ter ações reativas, rápidas e eficazes, ao mesmo tempo em que prontamente se planeja como inovar após esse período. (Nogueira, 2020).

São tempos de transformações e este é o período de inserir o digital em seu negócio, dado que a pandemia deixou evidenciado em muitas companhias deficiência nesses ambientes. Assim, para se manter no mercado, estas necessitam responder à demanda dos clientes, migrando para o sistema de nuvem em condição de urgência, para aqueles negócios que ainda não a utilizavam.

2

Para Daugherty, Durg e Burden (2020), “as companhias que continuam a adiar a mudança em escala para cloud não estão apenas incorrendo num custo de oportunidade, mas sim arriscando sua própria sobrevivência”.

Para Gama (2013), “o acompanhamento da mudança no ambiente e a interpretação destas mudanças pelos gestores representam atividades que constituem um desafio contemporâneo para todas as organizações”.

Por isso, gerenciar e motivar a equipe, sendo a comunicação um ponto chave a ser difundido. Apoiar sua equipe externando confiança, oferecendo treinamentos atuais. É essencial ter empatia, uma vez que trará tranquilidade para a equipe.

Penso que as empresas têm que deixar os procedimentos antigos e usarem os novos que são os mesmos usados por negócios de sucesso.

Entende-se que especialmente a geração Y, os líderes e os colaboradores esperam uma direção clara em tempo real com respostas e decisões a serem adotadas.

Karnal (2020), afirma, “quem nega crise, quem constrói um mundo perfeito que existia antes da crise e quem fica histórico na crise, não resolve nada”. Assim sendo, esse momento que o mundo vive é uma oportunidade para os negócios renovarem-se e reequilibrar-se.

As empresas que são mais centradas no ser humano, com um compromisso mais intenso tendem a se recuperar e preparar o reaparecimento no mercado, pois o ser humano se importa com o fato dele ser importante e saber que a empresa está cuidando dele, preocupando com o bem-estar e saúde dos seus funcionários.

Importante e essencial que haja conexão entre o líder e a equipe, alinhando objetivos profissionais com interesses pessoais, com o propósito de conectar as pessoas no ambiente estratégico. De fato, quando os indivíduos estabelecem suas metas com direcionamento para seus anseios, os líderes serão capazes de alinhar estas metas particulares a um plano estratégico da empresa.

É imprescindível ter, segundo Trajano (2020), o propósito alinhado seja na área profissional quanto individual, pois é a partir do envolvimento de um propósito que se concebe a motivação.

O grande desafio dos gestores é se manter no mercado de forma competitiva, crescendo com lucratividade em um universo de turbulências e mutações. Os funcionários precisam saber da situação atual da empresa, pois a incerteza afeta sua força de trabalho.

É a ação positiva, ou seja, quem pensar positivo que vai fazer a diferença, o otimista que vai trazer novas ideias, buscando entender esse mercado em mutação. Dado que o espaço do poder nunca fica vago segundo Karnal (2020), é necessário que busque conhecimento e em tempos como o atual que a educação seja um dos pilares importantes, pois o que prepara um gestor a se tornar alguém estrategicamente respeitável é a capacidade de enfrentar crises.

Para Kotter e Schlesinger:

Por mais compreensível que seja o medo da mudança, não se deve esquecer que o ambiente está mudando rapidamente, que essa velocidade de mudança está aumentando e que, conseqüentemente, as empresas não podem se dar ao luxo de permanecer estáticas (citado por Amrop, 2017).

O gestor deve alimentar o espírito da mudança, deixando claro as vantagens competitivas e novas conquistas que poderão ser alcançadas a partir do engajamento dos colaboradores frente às perspectivas positivas que foram motivadas por seus líderes.

Para Goleman apresentado brilhantemente por Karnal (2020), “somente QI não é suficiente para se ter sucesso, ele deve ser complementado por autocontrole, persistência e motivação”.

Outro ponto importante é com relação a identificar os desafios com precedência, isso garantirá uma preparação. O mundo está mudando e devemos estar preparados para acompanhar essas transformações. Por isso, conhecer a realidade, comunicar com as pessoas relacionadas ao seu negócio e agir com liderança para mobilizar a todos para trabalharem juntos se comprometendo em único objetivo são responsabilidades do CEO.

Para Trajano (2020), “líder é aquele que leva as pessoas mais longe do que elas acham que podem ir”.

Nos momentos de crise, de economia desaquecida, de desencanto, de desemprego e de padrão de vida decrescente, é que temos a necessidade de profissionais capazes de transformar crise em oportunidade, desencanto em motivação, desaquecimento em desenvolvimento e padrão de vida decrescente em enriquecimento. (Mastella, 2020, p.4).

### Considerações finais

Esta pesquisa retrata como as organizações/ instituições empregam teorias presentes na Administração somadas às experiências que foram concebidas durante o caminho organizacional/institucional, para utilizar-se medidas eficientes com o propósito de garantir sua permanência em um mercado em mutação.

A gestão da mudança tem um caráter decisivo, pois se faz necessário à adoção de novas tecnologias, ainda mais significativo neste momento. E de acordo com leituras e pesquisas relacionados ao tema proposto, pode-se afirmar que somos resistentes a qualquer mudança, seja em âmbito pessoal e profissional, dado que somos habituados com a segurança do momento que nos encontramos.

3

Dessa forma, é imperioso que haja comunicação entre o gestor e seus colaboradores, de modo a oferecer tranquilidade em tempos de tensão. Será o espírito positivo e de união que fará a diferença em seu negócio, seja ele pequeno ou gigante.

Para o gestor, que ele busque o conhecimento adicionado a motivação, perseverança e equilíbrio. Da mesma forma, que a educação seja um dos esteios importantes em sua jornada, uma vez que um gestor bem-preparado terá mais perícia para enfrentar tempos de crise e se tornar um indivíduo estrategicamente respeitável.

Assim, findo e corroboro dos mesmos pensamentos de mentores citados nesta pesquisa, autores estes que tenho uma grande estima, que, líder é aquele que conduz de forma inspiradora as pessoas ao nível mais alto que elas pensavam que não poderiam alcançar, isso é ser líder, é ser humano, é direcionar seu negócio para o futuro.

## Referências

- Alves, F., & Lins, J. (2015). Gestão da Mudança Enfrentando desafios de transformação e avaliando resultados. **PWC** [online], Available: [https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/consultoria-negocios/gestao\\_mudanca\\_15.pdf](https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/consultoria-negocios/gestao_mudanca_15.pdf) [Accessed 24 August 2020].
- Amrop, A. (2017). **Cambio organizacional: cómo enfrentar los retos del mercado global** [online], Available: <https://amroptop.com/blog/cambio-organizacional-como-enfrentar-los-retos-del-mercado-global-2/> [Accessed 24 August 2020].
- Daugherty, P., Durg, K., & Burden, A. (2020). **A Ascensão de Cloud A nuvem é o imperativo urgente para os negócios: como maximizar seu valor.** Accenture [Online], Available: [https://www.accenture.com/br-pt/insights/cloud/\\_acnmedia/Thought-Leadership-Assets/PDF-3/Accenture-Cloud-Ascent-How-to-Maximize-Its-Value-BR-PT.pdf](https://www.accenture.com/br-pt/insights/cloud/_acnmedia/Thought-Leadership-Assets/PDF-3/Accenture-Cloud-Ascent-How-to-Maximize-Its-Value-BR-PT.pdf) [Accessed 24 August 2020].
- Duque, J. (2014). **Los procesos de cambio organizacional y la generación de valor.** *Science Direct* [online], 30. Available: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0123592314001156> [Accessed 24 August 2020].
- Gama, C. (2013). **Estratégia: o ambiente organizacional.** Administradores.Com [online], Available: <https://administradores.com.br/artigos/estrategia-o-ambiente-organizacional> [Accessed 24 August 2020].
- Kalendae, K. (2017). Gestão da mudança: um desafio para as empresas. **Kalendae** [online], Available: <https://www.kalendae.com.br/blog/gestao-da-mudanca/> [Accessed 24 August 2020].
- Karnal, L. (2020). **Competências profissionais, emocionais e tecnológicas para tempos de mudança** [online]. Rio Grande do Sul: Puc RS. Available: <https://cursocompetencias.pucrs.br>. [Accessed 29 August 2020].
- Kotter, J. P. (2014). **La organización del futuro: un nuevo modelo para un mundo de cambio acelerado.** *Reinventar La Empresa En La Era Digital* [online]. Madrid, Available: <https://www.bbvaopenmind.com/articulos/la-organizacion-del-futuro-un-nuevo-modelo-para-un-mundo-de-cambio-acelerado/> [Accessed 24 August 2020].
- Leal, R., Souza, E., & Rocha, N. (2008). **O papel dos gestores no processo de mudança cultural: o caso de uma fábrica de fertilizantes** [online], Available: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14554.pdf> [Accessed 24 August 2020].
- Mastella, A. (2018). **Effective Organizations Theory and Practice** [e-book] Flórida: Must University
- Neves, C., & Tauchen, G. (2014). Cursos de graduação em ecologia no Brasil: aproximações paradigmáticas. **SciELO** [online], 17. Available: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000100006&script=sci_abstract&tlng=pt) [Accessed 24 August 2020].
- Nogueira, L. (2020). 5 desafios enfrentados pelos CIOS neste momento. **Revista Cobertura Mercado De Seguros** [online], Available: <https://www.revistacobertura.com.br/2020/05/29/5-desafios-enfrentados-pelos-cios-neste-momento/> [Accessed 24 August 2020].
- Pizzani, L., Silva, R., Bello, S. and Hayashi, M., (2012). A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação** [online] Available: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/1896/pdf\\_28/](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/1896/pdf_28/). [Accessed 24 August 2020].
- Silva, M., Santos, A., & Macedo, A. (2019). Inovação, Sobrevivência e Ecologia Organizacional: Possibilidades de Relação. **Revista Administração Em Diálogo** [online], Available: <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/39164/28942> [Accessed 24 August 2020].
- Trajano, H. (2020). **Competências profissionais, emocionais e tecnológicas para tempos de mudança** [online]. Rio Grande do Sul: Puc RS. Available: <https://cursocompetencias.pucrs.br> [Accessed 24 August 2020].

## Motivação e a satisfação como diferencial para o ambiente de trabalho *Motivation and satisfaction as a differential for the work environment*

Mayara Eleuterio Goes

Submetido em: 07/08/2022  
Aprovado em: 08/08/2022  
Publicado em: 13/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.335

### RESUMO

O presente trabalho busca apresentar a relação entre motivação e satisfação, buscando apresentá-las como diferencial para o ambiente de trabalho. As palavras satisfação e motivação são tidas frequentemente como sinônimos. Na verdade, elas estão diretamente ligadas, mas se distinguem quanto ao conceito. Como metodologia para este trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, para tanto, utilizou-se como referências o uso de estudos, como periódicos publicados que abordam o assunto da temática aqui pesquisada.

**Palavras-chave:** Motivação. Satisfação. Relação.

### ABSTRACT

The present work seeks to present the relationship between motivation and satisfaction, seeking to present them as a differential for the work environment. The words satisfaction and motivation are often used synonymously. In fact, they are directly linked, but they differ in concept. As a methodology for this work, the bibliographic research was used, for that, the use of studies, such as published journals that address the subject of the theme researched here, was used as references.

**Keywords:** Motivation. Satisfaction. Relationship.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo pode ser justificado devido à importância que a motivação e a satisfação têm para as instituições, uma vez que ambas cumprem um grande papel e podem influenciar a produtividade do trabalhador, sendo capaz de interferir na forma que o funcionário se desenvolve em seu ambiente de trabalho.

## 2. RELAÇÃO ENTRE SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO

As palavras motivação e satisfação são tidas frequentemente como sinônimos. Na verdade, elas estão diretamente ligadas, mas se distinguem quanto ao conceito. Segundo Gomes e Quelhas (2003) apud Santos (2016):

Satisfação implica sentir-se satisfeito com algo; motivação possui o significado de sentir-se motivado para fazer algo. Enquanto a satisfação (ou insatisfação) manifesta-se como um sentimento de prazer ou dor, de agrado ou desagradado, de contentamento ou descontentamento etc., a motivação expressa-se como uma tendência à ação e a desmotivação manifesta-se como uma tendência à inação. (GOMES E QUELHAS, 2003, p. 6 apud SANTOS, 2016)

Quanto à motivação, para Knapik (2008)

Motivar quer dizer “mover para a ação”, mobilizar energias e esforços na busca da realização de determinadas metas. Motivação, portanto, é o que move uma pessoa para uma determinada direção. Em um mundo globalizado e competitivo, a preocupação com a motivação tem um aspecto estratégico; significa incentivar as pessoas para a ação, para a realização e a conquista de objetivos, de modo a evitar a acomodação e a estagnação da criatividade (KNAPIK, 2008, p. 96).

A teoria de Herzberg (1968) faz relação entre motivação e satisfação, denominada teoria dos dois fatores, onde de acordo com essa teoria os fatores motivacionais são os causadores por gerarem uma melhoria na satisfação e na produtividade.

Outra forma de vincular a motivação à satisfação é apresentada na teoria de Vromm (1964), onde acredita - se que há uma dependência entre o desempenho e a satisfação. Por exemplo: quando a instituição em que a pessoa trabalha opta

por adotar um método de recompensas proporcionais ao nível de empenho e dedicação que o funcionário colocou na realização de sua tarefa, e quando é adotado o reconhecimento pelos serviços prestados pelos seus colaboradores, pode gerar o aumento do nível de motivação dos funcionários daquela instituição em geral.

## 2.1 SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

A satisfação em um ambiente de trabalho refere - se ao contentamento que o ambiente empregatício propicia ao indivíduo. Por outro lado, a motivação está relacionada aos motivos dos quais uma pessoa se dedica ao trabalho, independentemente deste lhe gerar contentamento ou não. Nesse sentido Robbins (2006), acredita que a satisfação no ambiente de trabalho é gerada pela soma de sentimentos que o funcionário nutre em relação ao trabalho.

Para Schermerhorn Jr.; et. al. (1999), com um alto nível de motivação, o funcionário considerará que suas carências foram atendidas, e por isso, se dedicará a alcançar cada vez mais um alto nível de desempenho. E com o alto desempenho, os trabalhadores têm mais oportunidades de serem reconhecidos ao nível da remuneração e das condições de trabalho que lhes são inerentes, como forma de reconhecimento pelo ótimo desempenho do trabalho prestado. Quando o funcionário recebe as recompensas pelo trabalho desenvolvido, ele julga que suas necessidades foram atendidas, o que aumentará sua satisfação (SCHERMERHORN JR.; HUNT; OSBORN, 1999).

A satisfação é uma temática que necessita de atenção devida sua notável importância para as instituições, uma vez que ela exerce grande influência sobre a produtividade do trabalhador, podendo ser capaz de influenciar a forma que o funcionário irá se desenvolver no ambiente de trabalho, além de refletir e afetar a saúde tanto física, como mental e a vida familiar e pessoal do trabalhador que tiver sua satisfação comprometida (MARTINEZ; PARAGUAY, 2003).

Sobre a importância em se ter funcionários satisfeitos na organização, Robbins (2002) declara:

Funcionários satisfeitos parecem mais propensos a falar bem da organização, ajudar os demais e ultrapassar as expectativas em relação ao seu trabalho. Além disso, funcionários satisfeitos podem estar mais dispostos a ir além de suas atribuições regulares, por querer repetir experiências positivas (ROBBINS, 2002, p. 78)

Para Tamayo (1998), a satisfação no trabalho é instável e com múltiplos fatores que habitualmente a podem afetar são: relação com a chefia e demais colegas, métodos de classificações e promoções, questões relacionadas ao salário, dentre outros fatores.

Nesse sentido Siqueira (2008) completa afirmando que a satisfação no trabalho sugere o quanto o funcionário que trabalha em determinada instituição vivencia experiências agradáveis no contexto do seu ambiente trabalhista, constituídas pelas mesmas condições citadas anteriormente, sendo elas: salário, chefia, colegas de trabalho, gratificações etc.

Segundo Spector (2014), a satisfação no trabalho são atitudes versáteis que retratam como uma pessoa se identifica em relação à sua função de modo geral e em seus inúmeros fatores.

A satisfação no trabalho abrange um agrupamento de reações singulares a vários segmentos do trabalho que são possíveis de influenciar a pessoa, como as promoções e gratificações, o tipo de supervisão e chefia em geral, o companheirismo entre colegas e o próprio trabalho em si. (SIQUEIRA, GOMIDE JR., 2004).

De acordo com Siqueira (2008), a satisfação é estreitamente associada também à vinculação afetiva que a pessoa estabelece no ambiente de trabalho. Ainda de acordo com Siqueira, Gomide Jr. (2004).

“Satisfação no trabalho se manifesta através de vínculos afetivos positivos com o trabalho, onde se ressaltam os bons relacionamentos existentes entre pares e com as chefias, as questões salariais, as oportunidades existentes assim como as expectativas geradas por elas, as políticas de gestão da empresa e a satisfação pelo resultado dos serviços executados, tornando-se assim, o estudo da satisfação, um elemento multidimensional.” (SIQUEIRA; GOMIDE JR., 2004)

A motivação é mostrada em muitas ocasiões pela satisfação que a pessoa tem em sua prática profissional, decorrendo de sentimentos relacionados ao trabalho, como o prazer ao realizar determinada tarefa, se a pessoa se sente valorizada em sua profissão, dentre outras ocasiões.

A motivação corresponde à direção, sentido, perseverança e energia do comportamento de uma pessoa com o

passar dos dias, preferindo condutas específicas incorporada ao muito provável. Para Spector (2003), a motivação considerada por outro ponto de vista, refere-se ao interesse de obter algo ou conquistar algum objetivo, onde o desejo, a ânsia, do querer, convertem-se e resultam - se em motivação.

Nesse sentido Robbins (2005) completa, explicando que a motivação é o fator responsável no que diz respeito à intensidade e persistência de energia que uma pessoa utiliza para o alcance de um determinado objetivo.

Yassin, Mohaud e Tarabuunka (2016) estabeleceram em sua pesquisa uma relação importante entre motivação, satisfação e desempenho docente na Somália. O que parece, os docentes se sentem mais motivados e satisfeitos para realizarem sua tarefa docente de maneira satisfatória, quando sentem que seu trabalho é reconhecido ou valorizado pelos gestores e seus pares. Assim, Arias e Arias (2014) acreditam que como parte do desenvolvimento da gestão, ao efetuar um reconhecimento apropriado, tal ação reflete diretamente na motivação e conseqüentemente no clima organizacional.

## CONCLUSÃO

Percebe-se que a motivação e a satisfação caminham de “mãos dadas” e são caracterizadas pelo desenvolvimento emocional e social das pessoas. Logo, a satisfação será um meio de motivação. Como resultado dessa pesquisa por meio de estudos bibliográficos, pode-se verificar que a motivação e a satisfação são tidas como diferencial para o ambiente de trabalho.

Dito isto, é de suma importância que as empresas busquem novas ideologias que aumentem o nível de satisfação e conseqüentemente de motivação de seus funcionários, para que eles continuem ativos no mercado de trabalho que está cada vez mais exigente e mais necessitado de colaboradores competentes, que desempenhem de forma satisfatória o seu trabalho, e assim tenham a produtividade e a eficiência aumentada.

## REFERÊNCIAS

HERZBERG, Frederick I. 1968. “One more time: how do you motivate employees?” Harvard **Business Review**, Boston, v. 46, n. 1, p. 53-62, jan./fev. 1968.

KNAPIK, J. **Gestão de pessoas e talentos**. 2. ed. Curitiba: Xibpex, 2008.

MARTINEZ, Maria Carmen; PARAGUAY, Ana Isabel Bruzzi Bezerra. Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 6, p. 59-78, dez. 2003. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172003000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172003000200005) & lng= pt\ nrm=iso. acesso em 19 jun. 2021.

MOREIRA, H. **A Motivação e o Comprometimento do Professor na Perspectiva do Trabalhador Docente. Série-Estudos** – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. n. 19, p. 209-232, 2005.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. Tradução: Reynaldo Cavalheiro Marcondes. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SANTOS, Duane Dias. **Clima organizacional em escolas públicas municipais: a percepção dos docentes de Formiga, MG/ Duane Dias Santos**. – Formiga, MG., 2016.

SCHERMERHORN JR J.R. HUNT, J. G.; OSBORN, R. N. **Fundamentos de Comportamento Organizacional**. Porto Alegre: Bookman, 2ª ed., 1999. ISBN 978-85-7307-539-7.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JÚNIOR, S. Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E. & BASTOS, A.V.B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2004.

SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. ISBN 9788536311210.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 4<sup>a</sup> ed., 2014. ISBN 9788502180444.

TAMAYO, A. Valores organizacionais: sua relação com satisfação no trabalho, cidadania organizacional e comprometimento afetivo. **Revista de Administração**, São Paulo – RAUSP. v. 33, n. 3, 1998, p. 56–63. Disponível em: [http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num\\_artigo=133](http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=133). Acesso em: 17 04. 2021.

YASSIN, A., MOHAMUD, A., y TARABUUNKA, J. Teacher Motivation and School Performance, the Mediating Effect of Job Satisfaction: Survey from Secondary Schools in Mogadishu. **International Journal of Education and Social Science**, 3 (1), 24-38, 2016.

VROOM, V. H. **Work and Motivation**. New York: John Wiley and Sons, 1964.

# Gerenciamento de dispositivos e equipamentos médicos baseados e métodos de acreditação internacional JC, QMENTUM e normas ABNT IEC 60601

## *Management of medical devices and equipment based and international accreditation methods JC, QMENTUM and ABNT IEC 60601 standards*

Felix Malcher Motta Aidar Neto<sup>1</sup>

Submetido em: 07/03/2022  
Aprovado em: 08/04/2022  
Publicado em: 15/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.336

### Resumo

Atualmente a manutenção de equipamentos não é apenas cuidar de recuperar equipamentos danificados, mas sim um sistema de gerenciamento que contribui sobremaneira para garantir a segurança nos processos assistenciais dentro das instituições de saúde. Um sistema de gestão eficaz é possível desde que sejam delineados de forma muito clara e concisa todos os parâmetros possíveis para nortear esse sistema de gestão. Assim este trabalho apresenta todo o desenvolvimento para a sistematização eficaz da gestão de equipamentos médicos de um grupo de hospitais filantrópicos tendo como base as acreditações JCI (2016), QMENTUM (2016), a RDC 02 de 2010 3 20 de 2012, assim como a série de normas brasileiras ABNT NBR IEC 60601. Este trabalho apresenta os dados amostrais do trabalho de sistematização da gestão com suas respectivas particularidades, classificações, exigências e periodicidades de forma a permitir que a segurança do paciente requerida nos processos assistenciais seja garantida através da participação ativa no gerenciamento dos dispositivos e equipamentos médicos.

**Palavras-chave:** Gestão de equipamentos; JCI, QMENTUM, ABNT IEC 60601.

### Abstract

Currently the maintenance of equipment is not only taking care of recovering damaged equipment, but rather a management system that contributes greatly to ensure safety in care processes within health institutions. An effective management system is possible provided that all possible parameters to guide this management system are delineated very clearly. Thus, this work presents all the development for the effective systematization of the management of medical equipment of a group of philanthropic hospitals based on the accreditations JCI (2016), QMENTUM (2016), RDC 02 of 2010 3 20 of 2012, as well as the series of Brazilian standards ABNT NBR IEC 60601. This paper presents the sample data of the management systematization work with its respective particularities, classifications, requirements, and periodicities to allow the patient safety required in care processes to be guaranteed through the active participation in the management of medical devices and equipment.

**Keywords:** Equipment management; JCI, QMENTUM, ABNT IEC 60601.

## 1 Introdução

Segundo Calil e Teixeira (1998), a complexidade no gerenciamento de dispositivos e equipamentos médicos visando a otimização do uso e redução de custos, necessita ser respaldada por informações que nem sempre estão facilmente disponíveis no hospital.

O gerenciamento abrange um planejamento que se inicia desde o planejamento de aquisição da tecnologia, se estendendo a eventual obsolescência e reposição, passando por instalação, aceitação, uso, treinamento de usuários, reparos e manutenção preventiva, controle dos contratos de serviços e manutenção por terceiros, redução de riscos, investigação de incidentes, e gerenciamento de custos (BRONZINO, 1992).

1 Dada a evolução das tecnologias biomédicas, cada vez se faz mais necessária uma gestão eficiente e segura de dispositivos e equipamentos biomédicos para que seja possível abordar os riscos e perigos relacionados a aplicação dessas tecnologias de modo global e individual, de forma a produzir um gerenciamento customizado com vistas a garantir a segurança dos pacientes.

Atualmente os hospitais têm investido muito em selos de acreditação que consolidam suas marcas no mercado, 1 Faculdade Metodista. Contador/Tecnólogo em Gestão Financeira. Rua Alfeu Tavares, 149 – Rudge Ramos; 09641-000 São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

acreditações para as quais a manutenção dos sistemas de gerenciamento de tecnologias médicas é um requisito essencial para garantir o atendimento de qualidade que assegure a satisfação dos clientes assim como de resultados que agreguem valor e segurança no atendimento prestado por estas instituições (ANAHP, 2018).

Crítérios de acreditação hospitalar como o da Joint Commission International e a Accreditation Canada englobam vários fatores relacionados à gestão dos dispositivos e equipamentos médicos, tais critérios visam garantir a realização de procedimentos e exames de modo seguro assim como, caso venha a ocorrer evento com dano qualquer dano, que tal dano possa ser mitigado (JCI, 2016, QMENTUM, 2016).

Tal abordagem evoluiu no Brasil com o desenvolvimento e implantação de normas que vão desde o processo produtivo até o descarte do equipamento após obsoleto, sendo essas regulamentações oriundas de diversas fontes desde associação de fabricantes como a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO), passando por órgãos regulamentadores governamentais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde (MS) assim como também o órgão responsável pela normatização técnica no Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O movimento de segurança do paciente requer a participação ativa no gerenciamento de riscos bem como nos programas de segurança hospitalar que por sua vez englobam complexas interações de dispositivos, instalações, usuários e do ambiente tendo como ponto focal o paciente, exigindo dessa forma uma abordagem sistêmica para assegurar que dispositivos médicos estejam seguros para uso (DYRO, 2004).

A Associação para o Avanço da Instrumentação Médica e representantes do Centro de Dispositivos e Saúde Radiológica do FDA trabalham sob a vertente de que a tecnologia médica é um componente integral do sistema de prestação de cuidados de saúde, sendo para tanto necessários esforços para melhorar a segurança do paciente e a qualidade da prestação de cuidados de saúde levando em conta a onipresença da tecnologia médica assim como sua relevância nos cuidados prestados nos estabelecimentos assistenciais (AAMI, 2000; CDRH, 2000; Hyman, 1995).

Em função da evolução de tais tecnologias, foi criada no Brasil normatização e legislação que definem a parametrização de serviços e Engenharia Clínica no gerenciamento de tecnologias, dispositivos e equipamentos médicos, existindo algumas formas de parametrização (SANTOS, 2015).

Considerando, a necessidade de garantir a segurança do paciente conforme exigências de sistemas de acreditação hospitalar JCI e QMENTUM, RDC 02 de 2010, RDC 20 de 2012 e o conjunto de normas ABNT IEC 60601, o objetivo deste trabalho tem como ponto focal a criação de um programa de gestão eficaz de dispositivos e equipamentos médicos que atendam a essas creditações e normas. Para cumprir o objetivo definido, este trabalho está fundamentado nesses preceitos com a criação de parâmetros básicos aplicados a todos os tipos de equipamentos como o padrão de gestão de dispositivos e equipamentos médicos de forma que esse programa seja escalonado e implantado por etapas de modo a permitir melhoria contínua nesse sistema de gestão.

## 2 Materiais e métodos

Para a realização deste trabalho foi adotado um estudo quanti-qualitativo do parque tecnológico existente em um grupo de três hospitais filantrópicos no município de São Paulo-SP, que são classificados respectivamente em hospital de porte especial, hospital de grande porte e hospital de médio porte respectivamente. Tal estudo foi desenvolvido no decorrer do primeiro semestre do ano de 2018. Para tanto, foram seguidas as premissas das creditações JCI e QMENTUM, assim como da RDC 02 de 2010, RDC 20 de 2012 e a série de NBR IEC 60601 com a realização de um inventário criterioso envolvendo todas as características de todos os dispositivos e equipamentos médicos que se encontravam instalados operacionais ou não nas instituições abrangidas nesta pesquisa.

A partir desse inventário, foi realizada a parametrização de classificação por princípio de funcionamento e similaridades de riscos, sendo então definidas as famílias de equipamentos o que permitiu delinear quais seriam os processos de manutenção preventiva e corretiva assim como os demais processos de inspeção e outras ações controladas com suas respectivas periodicidades tendo por base as séries de normas ABNT IEC 60601, recomendações do fabricante e comparações Inter laboratoriais para aqueles equipamentos cujas normas e parâmetros (JCI, 2016; QMENTUM,2016;

Realizada essa etapa, foram verificadas as intersecções dos processos de acreditação, RDCs 02 de 2010 e 20 de 2012 e normas ABNT IEC 60601 para delinear o programa de gestão, quais seriam as etapas a implantar e quais seriam as predecessoras para as próximas etapas para que a implantação pudesse se dar de forma eficaz, contribuindo para o resultado e objetivos das instituições envolvidas nesse estudo.

### 3 Resultados e Discussão

Após o levantamento do parque tecnológico das três unidades, foi realizado o registro e identificação de todos os equipamentos próprios e não próprios, assim como dos funcionais e não funcionais, tendo sido excluídos deste registro de inventário os equipamentos obsoletos ou cuja reativação técnica excedia 30% do seu valor para equipamentos qualquer classe de equipamentos.

Depois de finalizado o inventário conforme previsto pelas RDCs 2 de 2010 e 20 de 2012, assim como as recomendações da JCI (2016) e QMENTUM (2016), foram quantificados 8.068 equipamentos, conforme apresentado nas figuras 3A e 3B.

Dos 8.068 equipamentos levantados em inventário foi feita a classificação inicial em equipamentos de diagnóstico, terapia e suporte à vida, posteriormente classificação em famílias e definidos os critérios pertinentes de elegibilidade para cada tipo de manutenção controlada e respectiva periodicidade de aplicação com base na série de normas ABNT IEC 60601 e recomendações dos fabricantes.

Após a classificação e subclassificação dos dispositivos e equipamentos médicos, foram definidas todas as ações de manutenção controlada delineadas de acordo com as premissas de gerenciamento dos sistemas de acreditação internacional JCI e QMENTUM e normas ABNT IEC 60601 buscando as evidências sobre a implantação efetiva dos processos assim como possibilidades de melhoria.

Cada tipo de atuação de manutenção controlada que foi definida para aplicação se deu em função da criticidade, risco aplicação e impacto assim como evidencia os tipos de manutenções necessárias aplicadas a cada tipo de equipamento, e suas respectivas periodicidades conforme sua classificação, atendendo de modo total as premissas dos fabricantes de onde se originou o padrão de gestão por descrição, função e frequência.

A figura 1 apresenta a classificação da função que balizou as atividades de manutenção controlada para cada equipamento tendo como base a RDC 02 de 2010.

Função do equipamento		
Terapia	Suporte à vida	10
	Cirurgia e cuidados intensivos	9
	Fisioterapia e tratamento	8
Diagnóstico	Monitorização cirúrgica ou intensiva	7
	Monitorização adicional - fisiológica ou diagnóstica	6
Analítico	Laboratório análises clínicas	5
	Acessórios de laboratório	4
	Equipamentos relacionados a computadores	3
Diversos	Outros dispositivos relacionados ao paciente	2

Figura 1 – Classificação de função dos equipamentos.

A figura 2 apresenta a classificação de risco de cada equipamento que é inerente a sua função e aplicação

Risco à vida	
Morte do paciente ou colaborador	5
Lesão ou dano ao paciente ou trabalhador	4
Terapia ou diagnóstico inapropriado	3
Risco baixo	2
Riscos não significantes	1

Figura 2 – Classificação de risco dos equipamentos.

Quant	Descrição	Quant	Descrição
12	ADIPÔMETRO	12	CADEIRA OFTALMOLÓGICA
4	AGITADOR	1105	CAMA ELÉTRICA
4	AGITADOR DE PLAQUETAS	9	CÂMARA CONSERVAÇÃO
4	AGITADOR KLINE	7	CÂMERA AMBIENTE
4	AGITADOR TUBOS	6	CAPELA DE FLUXO
4	AGLUTINOSCÓPIO	5	CARDIOTOCÓGRAFO
6	ANALISADOR DE BIOQUÍMICA	172	CARDIOVERSOR
1	ANALISADOR DE BISTURI	4	CARRINHO DE OXIDONITRICO
1	ANALISADOR DE CARDIOVERSOR	34	CENTRAL MONITORAÇÃO
2	ANALISADOR DE COAGULAÇÃO	24	CENTRÍFUGA
3	ANALISADOR DE ELETROLITOS	4	COBAS H232
3	ANALISADOR DE FLUXO DE GÁS	15	COLCHÃO TÉRMICO
52	ANALISADOR DE GASES	7	COLPOSCÓPIO
7	ANALISADOR DE GASES METABÓLICOS	5	CONECTOR ESTERIL
3	ANALISADOR DE IMUNOLOGIA	38	CONSOLE CÂMERA DE VÍDEO
3	ANALISADOR DE MICROSCOPIA	6	CORADOR AUTOMATIZADO
9	ANALISADOR DE PH	3	CORE UNIT 150
1	ANALISADOR DE PRESSÃO	4	CPAP
2	ANALISADOR DE SEGURANÇA ELETRICA	3	CRIOSTATO
2	ANALISADOR DE SINAIS VITAIS	3	CRÔNOMETRO DIGITAL
3	ANALISADOR DE SUOR	30	CUFÔMETRO
3	ANALISADOR DE URINA	4	DERMATOMO
3	ANALISADOR HEMATOLOGIA	3	DETECTOR DE METAL
3	ANGIOGRAFO	7	DETECTOR FETAL
86	APARELHO DE ANESTESIA	12	DIGITALIZADOR
3	APARELHO DE MANOMETRIA	6	DILUIDORA
12	AQUECEDOR DE CONTRASTE	6	DOPPLER VASCULAR
9	AQUECEDOR FLUIDOS INFUSÃO	7	DRIVE MOTOR EXTERNO
12	ARCO CIRÚRGICO	6	ECCARDIOGRAFO
63	ASPIRADOR CIRÚRGICO	70	ELETCARDIOGRAFO
7	ASPIRADOR DE FUMAÇA	46	ELEVADOR DE PACIENTE
3	ASPIRADOR DE GESSO	724	ESFIGMOMANÔMETRO
5	ASPIRADOR ULTRASSÔNICO	4	ESTAÇÃO DE TRABALHO
2	AUDIÔMETRO POR IMPEDÂNCIA	7	ESTAÇÃO DE TRABALHO CRUS
3	AUTO REFRACTOR	136	ESTATIVA
5	AUTOCLAVE DE PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO	6	ESTEIRA ERGOMÉTRICA
9	AUTOCLAVE HORIZONTAL	4	ESTIMULADOR NERVOS
6	AUTOCLAVE MESA	6	ESTOJO ARSENAL
3	AUTOCLAVE VERTICAL	4	ESTROBOSCÓPIO
415	BALANÇA ELETRÔNICA	12	ESTUFA
15	BALANÇA MECÂNICA	3	ESTUFA DE MICROBIOLOGIA
4	BALÃO INTRA AÓRTICO	4	EXTRATOR DE PLASMA
12	BANHO MARIA	1	FAÇO EMULSIFICADOR
36	BERÇO	40	FOCO AUXILIAR
6	BERÇO AQUECIDO	56	FOCO CIRURGICO TETO
7	BIOCONSOLE	38	FONTE DE LUZ
4	BISTURI ARGÔNIO	12	FOTÓFORO
6	BISTURI BIPOLAR	8	FOTOTERAPIA TIPO BIUBERÇO
72	BISTURI ELÉTRICO	9	FREEZER
6	BISTURI ULTRASSÔNICO	15	GARROTE PNEUMÁTICO
3	BOMBA CENTRIFUGA	6	GASOMETRIA / ANALISADOR DE PH
3	BOMBA DE AR	39	GELADEIRA
6	BOMBA DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPOREA	7	GERADOR CARE
52	BOMBA DE CURATIVO À VÁCUO	40	GERADOR DE MARCAPASSO
9	BOMBA DE IRRIGAÇÃO	42	GERENCIADOR DE IMAGEM
25	BOMBA DE PCA	3	GUILHOTINA DE GRAU CIRÚRGICO
70	BOMBA INFUSORA SERINGA	11	HEMODIÁLISE CONTÍNUA
33	BOMBA INFUSORA SERINGA	9	HEMODIÁLISE CONVENCIONAL
1598	BOMBA INFUSORA VOLUMÉTRICA	3	HOMOGENEIZADOR SANGUE
12	BOMBA INJETORA CONTRASTE	8	IMPRESSORA DE FILME
3	BOMBA ORDENHA	9	IMPRESSORA IMAGEM DIGITAL
38	CABEÇA DE CÂMERA	7	INCUBADORA
3	CADEIRA COM COLUNA	6	INCUBADORA RN
3	CADEIRA ODONTOLÓGICA	18	INCUBADORA TESTE BIOLÓGICO

Figura 3 A – Inventário sintético de dispositivos e equipamentos médicos Parte I

Quant	Descrição	Quant	Descrição
3	INCUBADORA TRANSPORTE	12	RAIO X - DIGITAL FIXO
3	INDUTOR E COLETOR DE SUOR	3	RAIO X - DIGITAL FIXO - TELECOMANDADO
42	INSUFLADOR DE CO2	3	REFRATOR GREENS
4	LÂMPADA DE FENDA DE MESA	3	REGULADOR DE VACUO
9	LASER	4	REPROCESSADORA DE ENDOSCÓPIOS
3	LAVADORA A VAPOR	5	RESPIRADOR BI-LEVEL
9	LAVADORA TERMO-DESINFECTORA	6	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA
9	LAVADORA ULTRASSÔNICA	7	RESSUCITADOR INFANTIL
3	LEITORA DE CARTÕES	6	SECADORA MATERIAL CIRÚRGICO
3	LENSÔMETRO	3	SELADORA
15	LIPOASPIRADOR	3	SELADORA
7	LITOTRIPTOR PNEUMÁTICO	9	SERRA DE GESSO
290	MACA DE TRANSPORTE	3	SHAVER
5	MACA ORTOSTÁTICA	1	SIMULADOR DE ECG
3	MANÔMETRO	1	SIMULADOR DE PULMÃO
3	MANOVACUOMETRO	2	SIMULADOR DE SINAIS VITAIS
65	MANTA TÉRMICA	1	SIMULADOR DE TEMPERATURA
123	MASSAGEADOR	1	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO
3	MEDIDOR DE PRESSÃO	4	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO MARCA PASSO
1	MEDIDOR DE PRESSÃO	6	SISTEMA DE VACUO PARA RETORNO VENOSO
39	MESA CIRÚRGICA	9	SUORTE DE MAYFIELD
9	MESA DE MÃO	4	TENS/FES
12	MESA DE OMBRO	7	TOMÓGRAFO
7	MESA DE TRAÇÃO	2	TONOMETRO DE APLANAÇÃO
24	MICROSCÓPIO	2	TOPÓGRAFO DE CórNEA
12	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	2	TRANSDUTOR DE FLUXO
4	MÓDULO CARDIOPLÉGIA	6	TRANSPORTE ENDOSCOPIO
8	GERADOR DE ALTO FLUXO	2	TROLLER/RACK
4	MÓDULO CARDIOPLÉGIA	32	ULTRASSOM
14	MÓDULO DE ECG	13	ULTRASSOM VASCULAR
2	MÓDULO DE IRRIGAÇÃO	6	UMIDIFICADOR AQUECIDO
15	MÓDULO DE LINK	3	URODENSIMETRO
125	MÓDULO DE PRESSÃO INVASIVA	86	VAPORIZADOR
17	MODULO DE TEMPERATURA	6	VENOSCÓPIO
7	MODULO PI	26	VENTILADOR DE TRANSPORTE
3	MÓDULO TROCADOR CALOR	111	VENTILADOR PULMONAR
38	MONITOR BIS	3	VENTILÔMETRO
7	MONITOR DE COAGULAÇÃO ATIVA	4	VIBRO LIPOSPIRADOR
8	MONITOR DE DÉBITO CARDÍACO	15	VIDEO LARINGOSCÓPIO
5	MONITOR DE PRESSÃO ARTERIAL	9	VIDEO PRINTER
38	MONITOR DE VIDEOCIRURGIA	38	VIDEO PROCESSADOR
3	MONITOR DE VIDEOENDOSCOPIA	15	VIDEOCOLONOSCÓPIO
364	MONITOR MULTIPARÂMETROS	12	VIDEOCOLONOSCÓPIO
13	MONITOR PRESSÃO INTRACRANIANA PIC	12	VIDEODUODENOSCÓPIO
4	MORCELADOR	2	VIDEODUODENOSCÓPIO
7	NASOFIBROSCÓPIO	18	VIDEOGASTROSCÓPIO
3	NEURODYN II	3	WADIANA COMPACT
3	OSMOSE REVERSA	<b>TOTAL</b>	<b>8.068</b>
136	OTOSCÓPIO FIXO		
210	OXÍMETRO DE PULSO		
3	PAQUÍMETRO COM BIÔMETRO		
3	PEDAL GRAVADOR		
7	PEDAL MIDAS		
49	PIPETA AUTOMÁTICA		
6	PISTOLA PRESURIZADA		
6	POLÍGRAFO		
3	POSICIONADOR SHOULDER		
38	PROCESSADOR DE VIDEO		
9	PROCESSADOR VIDEO ECOENDOSCOPIA		
3	PROCESSADOR VIDEOENDOSCOPIA		
6	PROCESSADOR DE VIDEO		
3	RADIÔMETRO		
18	RAIO X - CONVENCIONAL MOVEL		
7	RAIO X - CONVENCIONAL MOVEL		

Figura 3 B – Inventário sintético de dispositivos e equipamentos médicos Parte II

5

Através dessa classificação, foi possível realizar o calendário de manutenções controladas, e a partir desse calendário, definir quais ações de manutenção controlada, quais seriam efetuadas por terceiros, permitindo dessa forma realizar contratos de manutenção especializadas para que fosse possível atender a todo o parque de dispositivos e equipamentos médicos.

As figuras 5 A, 5 B, 5 C, 5 D, 5 E, 5 F e 5 G relacionam respectivamente os tipos de equipamentos que foram registrados no inventário resumido apresentado anteriormente, classificando as periodicidades de cada tipo de manutenção controlada necessárias aplicada a cada tipo de equipamento para cada função definida.

Para facilitar a montagem do calendário de manutenções controladas foi desenvolvido um siglário no qual as respectivas letras representam a manutenção ou o conjunto de manutenções controladas que se aplicam a cada equipamento. A figura 4 apresenta o siglário criado para inserção no cronograma de manutenções controladas.

INSPEÇÃO ACESS. PUMBLIFEROS	IAP	MANUTENÇÃO PREVENTIVA	MP
CAL+TSE	CTS	INSTITUTO PESOS E MEDIDAS	IPEM
MP+CQI	MCQ	CALIBRAÇÃO	CAL
MP+VAL	MVA	LEVANT, RADIOMÉTRICO	LR
MP+TSE	MTS	CONTROLE DE QUALIDADE	CQI
MP+CAL+TSE	MCT	NÃO SE APLICA MANUTENÇÃO	NAM
CAL+IPEM	CAI	MP+IPEM	MPI
VALIDAÇÃO / QUALIFICAÇÃO	VAL	CHECK LIST	CHK
TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA	TSE	CAL+IPEM+TSE	CIP
MP+IPEM+CAL	MC	LR+CQI	LCQ
MP+LR+CQI	MLC	MP+CAL	MCA

Figura 4 – Siglário de manutenções controladas

Cada sigla formada por um conjunto de letras remete às manutenções necessárias de acordo a classificação, definição da RDC 02 de 2010 e o conjunto de normas ABNT IEC 60601 que adequa a periodicidade e elegibilidade de cada classe de equipamento classificado.

Descrição	Função	FREQUÊNCIA MP	FREQUÊNCIA CAL	FREQUÊNCIA VAL/QUAL	FREQUÊNCIA IPEM	FREQUÊNCIA CQ/QR
RETRO	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
SIOQUÍMICA	APOIO TÉCNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
SISTURI	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CARDIOVERSOR	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MEDIDOR DE PRESSÃO	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
TAL	APOIO TÉCNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
NAIS VITAIS	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BRANÇA	APOIO TÉCNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
TRO	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ÍNICO	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PETO	APOIO TÉCNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ÃO ANERÓIDE	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
ÃO DIGITAL	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
EL	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
DOS INFUSÃO	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
DOS INFUSÃO	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
SSO	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
NICA	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
ICA	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
IVO À VÁCUO	CLÍNICA/APOIO	SEMESTRAL	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
VAÇÃO	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MASSAGEADOR PNEUMÁTICO	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
AR	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CIENTE	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
INDICAÇÃO	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CARTÃO	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ORTE	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ICA	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Figura 5 A – Classificação de descrição, função e frequência de manutenção

Descrição	Função	FREQUÊNCIA MP	FREQUÊNCIA CAL	FREQUÊNCIA VAL/QUAL	FREQUÊNCIA IPEM	FREQUÊNCIA CQ/IR	FREQUÊNCIAS
0	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
ÃO DE CUFF	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
INDIRETO	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
RECIDO	CLÍNICA/APOIO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANU
	CLÍNICA/APOIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
AGULAÇÃO	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
TRÓLITOS	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
JNOHEMATOLOGIA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
JNOLOGIA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
OROBIOLOGIA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
DR	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
INA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
TOLOGIA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
LETROPHORESIS	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANU
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
AMINAR	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
ÓGICA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
RTÃO	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
ERADA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
ÓGICA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
TIZADO	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
IAS	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
FAL	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
OLOGIA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	SEMESTRAL	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
ACEAS	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
SANGUE	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE
AQUETA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE

Figura 5 B – Classificação de descrição, função e frequência de manutenção.

Descrição	Função	FREQUÊNCIA MP	FREQUÊNCIA CAL	FREQUÊNCIA VAL/QUAL	FREQUÊNCIA IPEM	FREQUÊNCIA CQILR	FREQUÊNCIA TSE
TOLOGICA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CULTURA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
DE SUOR	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
S	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PLAÇÃO ATIVA	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
A	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	DIAGNÓSTICO CLÍNICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
O	EPI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
	EPI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
J	EPI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
DE DE CHUMBO	EPI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
	EPI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
TIPO VISUAL	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
SES METABÓLICOS	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
OMETRIA	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MPEDÂNCIA	EXAMES COMPLEMENTARES	SEMESTRAL	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ÓGICA	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ÓGICA	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CA	EXAMES COMPLEMENTARES	MENSAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL
DE MESA	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ÃO NÃO INVASIVA	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
O	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
IO	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PIO	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
IO	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
IO	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
IO	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
TIPOS	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Figura 5 C – Classificação de descrição, função e frequência de manutenção.

Descrição	Função	FREQUÊNCIA MP	FREQUENCIA CAL	FREQUENCIA VAL/QUAL
REGUA OFTALMOSCOPIA	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
RINOLARINGOFIBROSCÓPIO	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
TONOMETRO DE APLANAÇÃO	EXAMES COMPLEMENTARES	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ULTRASSOM VASCULAR	EXAMES COMPLEMENTARES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ANGIOGRÁFO	IMAGEM DIAGNÓSTICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
AQUECEDOR DE CONTRASTE	IMAGEM DIAGNÓSTICA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
ARCO CIRÚRGICO	IMAGEM DIAGNÓSTICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BOMBA INJETORA CONTRASTE	IMAGEM DIAGNÓSTICA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
CR DIGITALIZADOR DE IMAGEM	IMAGEM DIAGNÓSTICA	TRIMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
DESINTOMETRIA ÓSSEA	IMAGEM DIAGNÓSTICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
HEMODINÂMICA	IMAGEM DIAGNÓSTICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
IMPRESSORA DE FILME	IMAGEM DIAGNÓSTICA	TRIMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
IMPRESSORA IMAGEM DIGITAL	IMAGEM DIAGNÓSTICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
LUVAS PUMBLIFERAS	IMAGEM DIAGNÓSTICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MAMÓGRAFO	IMAGEM DIAGNÓSTICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MONITOR (MESA COMANDO)	IMAGEM DIAGNÓSTICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
WORK STATION	IMAGEM DIAGNÓSTICA	TRIMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
GERENCIADOR DE IMAGEM	IMAGEM DIAGNÓSTICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
RAIO X - CONVENCIONAL FIXO	IMAGEM DIAGNÓSTICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
RAIO X - CONVENCIONAL MOVEL	IMAGEM DIAGNÓSTICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
RAIO X - DIGITAL FIXO	IMAGEM DIAGNÓSTICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
RAIO X - TELECOMANDADO FIXO	IMAGEM DIAGNÓSTICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	IMAGEM DIAGNÓSTICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
TOMÓGRAFO	IMAGEM DIAGNÓSTICA	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ULTRASSOM	IMAGEM DIAGNÓSTICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
AUTOCLAVE DE PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	ANUAL
AUTOCLAVE HORIZONTAL	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	MENSAL	NÃO SE APLICA	ANUAL
AUTOCLAVE MESA	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	ANUAL
AUTOCLAVE VERTICAL	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	MENSAL	NÃO SE APLICA	ANUAL
ESTOJO ARSENAL ENDOSCÓPIO	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	TRIMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
GUILHOTINA DE GRAU CIRÚRGICO	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
INCUBADORA TESTE BIOLÓGICO	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA
LAVADORA TERMO-DESINFECTORA	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	MENSAL	NÃO SE APLICA	ANUAL
LAVADORA ULTRASSÔNICA	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	ANUAL	NÃO SE APLICA	ANUAL
OSMOSE REVERSA	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	MENSAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PISTOLAS PRESSURIZADAS	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	TRIMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
REPROCESSADORA DE ENDOSCÓPIOS	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	TRIMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
SECADORA MATERIAL CIRÚRGICO	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	ANUAL
SELADORA	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL
SELADORA PARA NYLON	LIMPEZA /DESINFECÇÃO/ESTERILIZAÇÃO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	ANUAL
CENTRAL MONITORAÇÃO	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Figura 5 D – Classificação de descrição, função e frequência de manutenção.

			CAL	VAL/QUAL
ELETROCARDIOGRAFO	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
GRAVADOR HOLTER	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MÓDULO BIS	MONITORIZAÇÃO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MÓDULO CAPNOGRAFIA	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
MÓDULO DE ECG	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
MÓDULO DE IRRIGAÇÃO	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MÓDULO DE PRESSÃO INVASIVA	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
MÓDULO DE TEMPERATURA	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
MÓDULO ECG	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
MÓDULO OXIMETRIA	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
MONITOR BIS	MONITORIZAÇÃO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MONITOR DE DÉBITO CARDÍACO	MONITORIZAÇÃO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MONITOR MULTIPARÂMETROS	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
MONITOR PARA LARINGOSCOPIA	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
OXÍMETRO DE PULSO	MONITORIZAÇÃO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
POLÍGRAFO	MONITORIZAÇÃO	MENSAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
ASPIRADOR DE FUMAÇA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ASPIRADOR ULTRASSÔNICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BISTURI ARGÔNIO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BISTURI BIPOLAR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
BISTURI ELÉTRICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
BISTURI OFTALMOLÓGICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
BISTURI ULTRASSÔNICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BOMBA CENTRÍFLUGA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BOMBA DE IRRIGAÇÃO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
CÂMERA AMBIENTE	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CÂMERA DE VÍDEO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CONSOLE CÂMERA DE VÍDEO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
DERMATOMO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ESTIMULADOR NERVOS	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
FACO EMULSIFICADOR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
FOCO CIRÚRGICO PORTÁTIL	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
FOCO CIRÚRGICO TETO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
FONTE DE LUZ	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
GARROTE PNEUMÁTICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
GERENCIADOR DE IMAGEM	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
GRAVADOR DE DVD	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
INSUFLADOR DE CO2	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA
LASER UROLOGIA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	SEMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
LIPOASPIRADOR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
LITOTRIPTOR BALÍSTICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Figura 5 E – Classificação de descrição, função e frequência de manutenção.

Descrição	Função	FREQUÊNCIA MP	FREQUÊNCIA CAL	FREQUÊNCIA VAL/QUAL	FREQUÊNCIA IPEM
MANÔMETRO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MANTA TÉRMICA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MASSAGEADOR PERMANENTE	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MESA CIRÚRGICA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MESA CIRÚRGICA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MESA DE MÃO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MESA DE OMBRO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MESA TRAÇÃO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MICRO MOTOR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MICROCÂMERA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MICROSCÓPIO OFTAMOLÓGICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MIDAS	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MÓDULO CARDIOPLEGIA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MÓDULO TROCADOR CALOR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MONITOR DE TOFF	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MONITOR PRESSÃO INTRACRANIANA PIC	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MORCELADOR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MOTOR DE MASTÓIDE	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
NASOFIBROSCÓPIO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PAQUÍMETRO COM BIÔMETRO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PEDAL MIDAS	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PERFURADOR ELÉTRICO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
TOPÓGRAFO DE CÔRNEA	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
VIBRO LIPOSPIRADOR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
VIDEO LARINGOSCÓPIO	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
SUORTE DE MAYFIELD	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
VAPORIZADOR	PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ANALISADOR DE GASES	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
APARELHO DE ANESTESIA	SUORTE À VIDA	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BALÃO INTRA AÓRTICO	SUORTE À VIDA	BIMESTRAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BERÇO AQUECIDO	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BIOSCOLE	SUORTE À VIDA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BIÔMETRO	SUORTE À VIDA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BIOPUMP	SUORTE À VIDA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BOMBA DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CARDIOVERSOR	SUORTE À VIDA	TRIMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
DEFIBRILADOR	SUORTE À VIDA	TRIMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
GERADOR DE MARCAPASSO	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
HEMODIÁLISE CONTÍNUA	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
HEMODIÁLISE CONVENCIONAL	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Figura 5 F – Classificação de descrição, função e frequência de manutenção.

Descrição	Função	FREQUÊNCIA MP	FREQUÊNCIA CAL	FREQUÊNCIA VAL/QUAL	FREQUÊNCIA IPEM
INCUBADORA RN	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
INCUBADORA TRANSPORTE	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
MONITOR DE ÓXIDO NÍTRICO	SUORTE À VIDA	MENSAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
RESPIRADOR BI-LEVEL	SUORTE À VIDA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
VENTILADOR PULMONAR	SUORTE À VIDA	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
VENTILADOR DE TRANSPORTE	SUORTE À VIDA	SEMESTRAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BOMBA INFUSORA SERINGA	TERAPIA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BOMBA INFUSORA VOLUMÉTRICA	TERAPIA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
COLCHÃO TÉRMICO	TERAPIA	ANUAL	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ESTIMULADOR NEUROMUSCULAR TENS/FEN	TERAPIA	NÃO SE APLICA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
FOTOTERAPIA TIPO BILIBERÇO	TERAPIA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
FOTOTERAPIA TIPO BILISPOT	TERAPIA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ULTRASSOM PARA FISIOTERAPIA	TERAPIA	ANUAL	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Figura 5 G – Classificação de descrição, função e frequência de manutenção.

Finalizadas todas as classificações necessárias para a definição do calendário de manutenção foram então lançados os cronogramas de manutenção individual para cada equipamento onde a rastreabilidade se dá pelo seu número de cadastro. A rastreabilidade é uma exigência da RDC 02 de 2010 assim como uma premissa das certificações JCI (2016) e QMENTUM (2016) assim como é um dos parâmetros básicos do conjunto de NBR IEC 60601.

A figura 6 A ilustra como foi realizado o registro que particulariza e identifica cada um dos dispositivos médicos com a atribuição de um número de cadastro numérico, sua respectiva descrição, marca, modelo, série e o setor ao qual pertence e é utilizado. Todo esse conjunto de informações permite facilidade de rastreabilidade, localização, identificação e particularização conforme premissas de certificação e segurança para permitir a eficácia do processo de gestão.

Item	Descrição	Marca	Modelo	Série	Setor
800458	ANALISADOR DE BIOQUÍMICA	ROCHE	COBAS INTEGRA 400 PLUS	410021	LABORATORIO
800719	ANALISADOR DE BIOQUÍMICA	ROCHE	C501 / COBAS 6000	16X9-01	LABORATORIO
50095	AUTOCLAVE HORIZONTAL	CISA	ACQUAZERO	22505	CME
50096	AUTOCLAVE HORIZONTAL	CISA	ACQUAZERO	22781	CME
51613	AUTOCLAVE HORIZONTAL	BAUMER	HI-SPEED B1	73200004	LACTARIO
50528	BALANÇA MECÂNICA	FILIZOLA		31 82176	CENTRO MEDIC
50767	BALANÇA MECÂNICA	FILIZOLA		31 88052	CENTRO MEDIC
50770	BALANÇA MECÂNICA	FILIZOLA		31 87502	CENTRO MEDIC
50786	BALANÇA MECÂNICA	FILIZOLA		31 88051	CENTRO MEDIC
51063	BALANÇA MECÂNICA	WELMY	R-110	100737	ENDOSCOPIA
51064	BALANÇA MECÂNICA	FILIZOLA		31 73261	CENTRO MEDIC
51065	BALANÇA MECÂNICA	FILIZOLA		31 0	CENTRO MEDIC
51886	BALANÇA MECÂNICA	FILIZOLA		31 81519	MEDICINA DO TR
53668	BALANÇA MECÂNICA	WELMY	R-110	139026	3ºANDAR BLOCC
51096	BALÃO INTRA AÓRTICO	ARROW	AUTOCAT 2	120832W	CENTRO CIRURG
52266	BALÃO INTRA AÓRTICO	ARROW	AUTOCAT 2	120831W	HEMODINAMICA
50257	BISTURI ELÉTRICO	VALLEYLAB	FORCE 2	F6C29579T	ENDOSCOPIA
50258	BISTURI ELÉTRICO	VALLEYLAB	FORCE 2	F6C29580T	CENTRO CIRURG
50259	BISTURI ELÉTRICO	VALLEYLAB	FORCE 2	F6C29574T	ENGENHARIA CL

**Figura 6 – Registro particularizado de dispositivos e equipamentos médicos no inventário**

Conforme anteriormente descrito foi desenvolvido um cronograma anual de manutenções controladas de forma a atender as particularidades de cada família e classe de equipamentos e esse calendário foram divulgados para as áreas proprietárias dos respectivos equipamentos para promover o que se denomina de gestão compartilhada conforme as exigências das certificações JCI (2016) e Quementum (2016) tal ação facilita a consolidação do conceito de gestão assim como fortalece a cultura de segurança do paciente. Nesse sentido, as figuras 7 A e 7 B ilustram como são lançadas as manutenções controladas no cronograma anual, tornando-o uma ferramenta visual que facilita a gestão através do registro.

Cadastro	Descrição	jan-17	fev-17	mar-17	abr-17	mai-17	jun-17
800458	ANALISADOR DE BIOQUÍMICA				MP	MP	
800719	ANALISADOR DE BIOQUÍMICA					MP	
50095	AUTOCLAVE HORIZONTAL	MP	MP	MP	MVA		MP
50096	AUTOCLAVE HORIZONTAL	MP	MP	MP	MVA		MP
51613	AUTOCLAVE HORIZONTAL	MP	MP	MP	MVA		MP
50528	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
50767	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
50770	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
50786	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
51063	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
51064	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
51065	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
51886	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
53668	BALANÇA MECÂNICA					CAL	
51096	BALÃO INTRA AÓRTICO	MP		MP			
52266	BALÃO INTRA AÓRTICO	MP		MP			
50257	BISTURI ELÉTRICO	MCT					
50258	BISTURI ELÉTRICO	MCT					
50259	BISTURI ELÉTRICO	MCT					
50260	BISTURI ELÉTRICO	MCT					

Figura 7 A – Cronograma de manutenções controladas 1º semestre

Cadastro	Descrição	IT	jul-17	ago-17	set-17	out-17	nov-17	dez-17
800458	ANALISADOR DE BIOQUÍMICA					MP		
800719	ANALISADOR DE BIOQUÍMICA						MP	
50095	AUTOCLAVE HORIZONTAL		MP	MP	MP	MP	MP	MP
50096	AUTOCLAVE HORIZONTAL		MP	MP	MP	MP	MP	MP
51613	AUTOCLAVE HORIZONTAL		MP	MP	MP	MP	MP	MP
50528	BALANÇA MECÂNICA							
50767	BALANÇA MECÂNICA							
50770	BALANÇA MECÂNICA							
50786	BALANÇA MECÂNICA							
51063	BALANÇA MECÂNICA							
51064	BALANÇA MECÂNICA							
51065	BALANÇA MECÂNICA							
51886	BALANÇA MECÂNICA							
53668	BALANÇA MECÂNICA							
51096	BALÃO INTRA AÓRTICO		MP		MP		MP	
52266	BALÃO INTRA AÓRTICO		MP		MP		MP	
50257	BISTURI ELÉTRICO		MP					
50258	BISTURI ELÉTRICO		MP					
50259	BISTURI ELÉTRICO		MP					
50260	BISTURI ELÉTRICO		MP					

Figura 7 A – Cronograma de manutenções controladas 2º semestre

Todas as ações de manutenção controlada, além das recomendações dos fabricantes tiveram como base o conjunto de normas ABNT IEC 60601, conforme apresentado na figura 8, que definem os princípios de segurança para os equipamentos e dispositivos médicos de forma a parametrizar os requisitos de segurança gerais, colaterais, particulares e de desempenho (INMETRO, 2016).

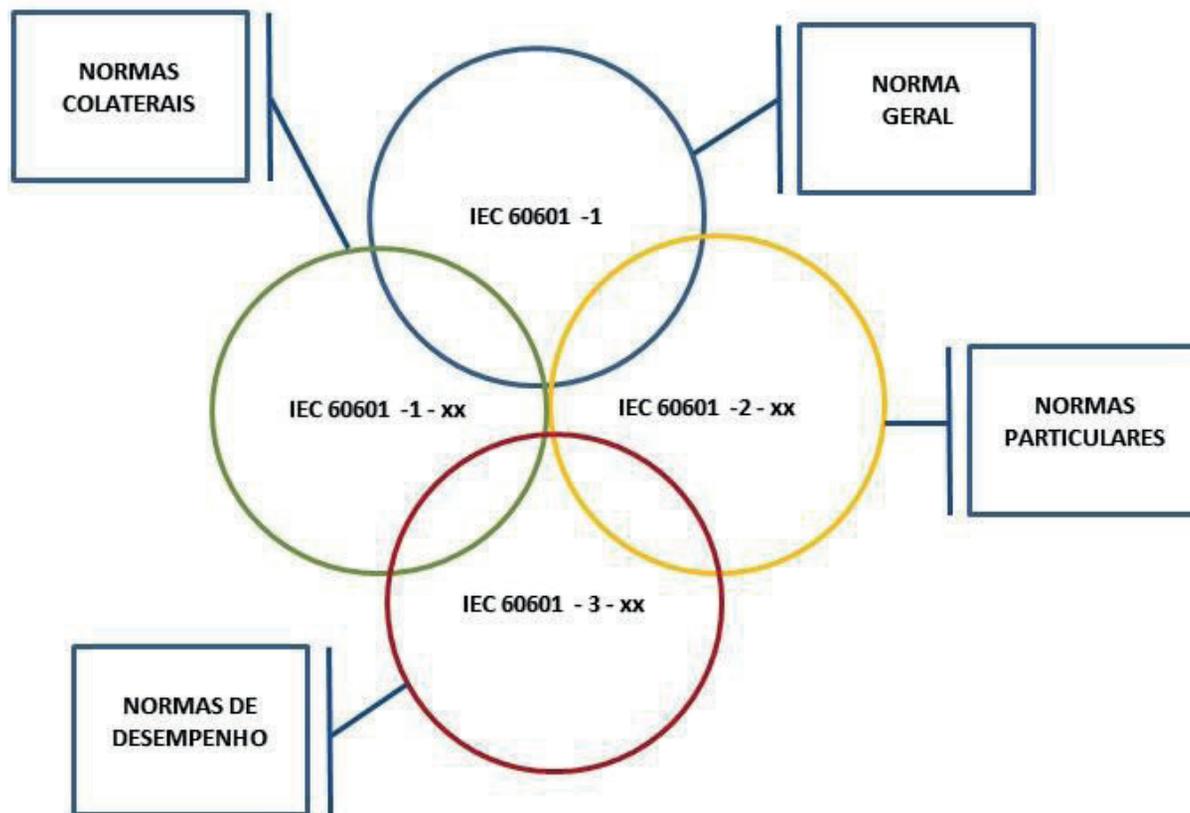


Figura 8 - Normas ABNT IEC para equipamentos eletromédicos

Dadas as particularidades voltadas a segurança do paciente que são delineadas pelos sistemas de acreditação JCI e QMENTUM, assim como o crescente desenvolvimento de leis, normas e regulamentações que abrangem a gestão de equipamentos, esse estudo foi desenvolvido para aprimorar o sistema de gestão de equipamentos de forma que ele fosse consolidado no conjunto de leis pertinentes e normas brasileiras ABNT IEC 60601, como aprimoramento daquilo que já era praticado, mas não estava sendo eficaz por falta das ferramentas adequadas.

## Conclusão

A natureza dos negócios em saúde evidencia as complexidades e dicotomias como a de quanto custa x quanto vale uma vida, contudo essa valorização tem sido cada vez mais influenciada pelos aspectos de segurança assim desafios como “do trabalho social do cuidar da saúde em paralelo a sustentabilidade do negócio”.

A implantação do programa de gestão com base em sistemas de acreditação hospitalar e em leis e normas que regulamentam essa seção de gestão no ramo hospitalar permitiu evidenciar uma maior eficácia para a rede de hospitais que foi objeto deste estudo.

O ganho com essa eficácia foi a evidenciação da necessidade de controle que vai além de planilhas com lançamentos manuais, o que levou a alta direção a assumir o compromisso de implementação de um sistema ERP de gestão de equipamentos para que novos ganhos possam ser auferidos.

## Agradecimentos

Agradeço às equipes de Engenharia Clínica dessa rede de hospitais filantrópicos que assumiu comigo o grande

desafio de implantar esse novo sistema que foi um árduo trabalho de grupo desenvolvido com grande expectativa de sucesso, a minha família por ter convivido com a minha ausência e a Deus por todas essas oportunidades de crescimento profissional.

### Referências

ABNT. **Equipamento eletromédico**.2017

ACI. **Manual Qmentum: Serviços Hospitalares**, 2016.

BRONZINO, J. D. **Management of Medical Technology: A Primer for Clinical Engineers**. Stoneham, Butterworth-Heinemann, 1992.

CALIL, Saide Jorge. **Gerenciamento de Manutenção de Equipamentos Hospitalares**, volume 11 / Saide Jorge Calil, Marilda Solon Teixeira. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde & Cidadania).

JCI. **Padrões de acreditação da Joint Comission International para Hospitais**, 2016

JCI. **Padrões de acreditação da Joint Comission International para Hospitais**, 2016

SANTOS, R. **Como priorizar a manutenção de equipamentos médicos pelo método criticidade**. Disponível em: <http://equipacare.com.br/manutencao-de-equipamentos-criticidade/> Acesso em: 15 jan. 2019.

## Astronomia na matemática do ensino médio

### *Astronomy in high school mathematics*

Hélio S. Azevedo

Submetido em: 15/08/2022

Aprovado em: 15/08/2022

Publicado em: 17/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.337

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, apresentar um contexto em torno do tema astronomia e a sua relação com a matemática no ensino médio, abordando como essas duas disciplinas podem estar interligadas entre si, como se complementam e os principais benefícios da junção de ambas dentro do ambiente escolar. Para que seja realizado um aprofundamento em torno da argumentação, serão utilizadas pesquisas bibliográficas com os principais textos de alguns autores consagrados da área.

**Palavras-chaves:** Astronomia; Matemática; Ensino Médio.

#### ABSTRACT

The present work aims to present a context around the theme of astronomy and its relationship with mathematics in high school, addressing how these two disciplines can be interconnected, how they complement each other and the main benefits of joining both within the school environment. In order to deepen the argumentation, bibliographic research will be used with the main texts of some renowned authors in the field.

**Keywords:** Astronomy; Math; high school.

### 1. Introdução

A astronomia pode ser considerada para muitos, como uma importante ciência que estuda os mistérios do universo estudados a milhões de anos, desde a sua antiguidade, por isso gera um fascínio e uma paixão tão grande levando o homem a contemplar dos fenômenos presentes na humanidade, ameaças, sinais divinos. Durante o período histórico Assírio, os progressos em relação a astronomia se tornaram mais concretos, Séculos mais adiante, surgem os primeiros textos sobre o estudo dos movimentos passa a ser observado e relacionado às teorias matemáticas, em quase um Milênio e meio, os sábios elaboraram algumas teorias matemáticas, que lhe propiciam uma descrição das movimentações do sol, da lua, dos planetas e das variações que aconteciam entre eles seja de dia, ou à noite.

A relevância do tema tratado consiste em apresentar como a matemática têm se desenvolvido na área da Astronomia, nos estudos científicos, abordando como um complementa as teorias do outro, apresentando formas concretas de como a presença maior desta disciplina nas escolas, poderia facilitar a compreensão de conteúdos por parte de estudantes, conscientizando educadores e profissionais da área.

O presente trabalho tem como objetivo principal estabelecer relações entre a matemática utilizada na astronomia e a ensinada no Ensino Médio. Como objetivos específicos, podem-se destacar: abordar como a astronomia complementa os processos de raciocínio nas relações entre conteúdo e prática educativa, na produção do conhecimento da matemática durante o ensino médio; identificar a presença das principais práticas pedagógicas introdutórias deste conteúdo as escolas, suas técnicas e métodos para a utilização da disciplina, entender como funcionam os currículos estudantis neste processo pedagógico.

1

Para que seja construída uma argumentação concreta em torno do tema, serão utilizadas algumas pesquisas bibliográficas com base em textos acadêmicos, livros, periódicos e artigos que possam proporcionar a argumentação, uma construção concreta de conteúdos e dos temas a serem abordados. Será levada em conta como prioridade, artigos que envolvam a área da astronomia e de seus conteúdos em torno da relação entre a matemática.

Para que a pesquisa se desenvolva, esperamos definir os conceitos e estratégias que auxiliam no ensino, quando se fala em astronomia nas disciplinas de matemática, buscando formas de desenvolvê-la dentro do ambiente estudantil

e propor medidas para que essa inclusão possa ser realizada mais concretamente.

## 2. Referencial teórico

Para Mourão (1997) A Astronomia é na sua essência, a ciência da observação dos astros. Ele afirma que “[...] o objetivo da Astronomia é situá-los, no espaço e no tempo, explicar os seus movimentos e as suas origens, descobrir a sua natureza e as suas características. Na história da ciência, sempre se buscou compreender o universo, algo quase que indecifrável para a mente humana, por isso a astronomia é um dos estudos mais importantes, porém, na educação as noções de astronomia foram diluídas e divididas em disciplinas gerais. A escola começou a introduzi-la de forma muito superficial, devido ao modelo mais tradicional de ensino que acaba enfatizando mais os conteúdos e não os esquemas de aprendizagem construtivos, pois, na visão mais conservadora a astronomia na educação não possui muito espaço, sendo compreendida como uma matéria lúdica e sem muita importância, no Ensino Médio, ainda predominam apenas as questões teóricas que são presentes na matemática.

A interação permanente entre Astronomia e Matemática, de alguma forma pode ser aproveitada para tentar ultrapassar essa visão tradicionalista. As dificuldades que a maioria dos alunos experimenta, quer na compreensão dos conceitos matemáticos, que na sua aplicação à realidade, podem ser vencidas tirando partido da Astronomia, pois ela por si só é bastante motivada pela curiosidade que desperta nas pessoas (MORAIS, 2003, p. 8 e 9).

Segundo o autor, a disciplina pode se tornar mais interessante quando um professor passa a abordar sobre os planetas, a busca por vida extraterrestre, despertando nos estudantes um interesse pela vida espacial, sentimento que impulsionou os indivíduos a buscarem a ciência, assim eles irão se interessar pelos avanços científicos, um desenvolvimento da cidadania e poderão desenvolver uma motivação maior aos estudos. A matemática pode ir muito além de suas fórmulas e estruturas lógicas, mas possui características próprias de investigação, de linguagem e integração com as outras ciências da natureza, explicitando os seus vínculos e aspectos entre as disciplinas que são presentes na área, traduzindo as suas competências gerais, organizando assim um programa de disciplinas da área, temas que estruturam o conhecimento disciplinar e são um espaço, com características próprias de habilidades.

Ao final do Ensino Médio, espera-se que os alunos saibam usar a Matemática para resolver problemas práticos do cotidiano; para modelar fenômenos em outras áreas do conhecimento; compreendam que a Matemática é uma ciência com características próprias, que se organiza via teoremas e demonstrações; percebam a Matemática como um conhecimento social e historicamente construído; saibam apreciar a importância da Matemática no desenvolvimento científico e tecnológico. Orientações Educacionais Complementares (BRASIL, 2006, p. 85).

A compreensão desses conceitos matemáticos, pode ser mais bem compreendida e facilitada pelos alunos, onde a astronomia possa ser determinante na desconstrução de problemas mais concretos, durante este trabalho de pesquisa, serão abordados como os conceitos da astronomia definem o aprendizado na matemática e podem complementá-lo nas escolas.

Durante o processo de pesquisa, foi possível analisar que já existem estudos recentes com relação à astronomia e a importância de ser unida à matemática, muitos autores já entendem que se trata de algo relevante e que poderia tornar o conteúdo, mais atrativo, já que um tema pode complementar o outro.

Para o autor Silva (2015) existem uma diversa quantidade de números e funções que podem ser utilizadas para relacionar os conceitos matemáticos a astronomia, eles podem ser:

A disposição das estrelas em um diagrama permite estimar a evolução delas.

A declividade de uma reta da função afim permite estimar a idade do Universo e a velocidade de afastamento dos planetas.

A taxa de variação permite calcular a velocidade areolar dos planetas. A relação entre a distância dos planetas e o Sol no Sistema Solar é uma sequência numérica.

A relação entre a distância de uma estrela e o seu brilho é uma função logarítmica.

Portanto, segundo os próprios conceitos propostos pelo autor, os dados estatísticos podem permitir que se possa

analisar por exemplo, a possibilidade de colisão de objetos extraterrestres na superfície da terra, a probabilidade que permite também mostrar uma possibilidade existente de vida que possa existir além do sistema solar. Esses temas, que permeiam os Parâmetros Curriculares Nacionais, podem ser ensinados ao longo dos três anos e contemplar as principais áreas que são presentes na matemática, sendo elas a álgebra, em seus números e funções, a geometria com as suas médias, mas principalmente a análise dos dados, opções metodológicas que podem ser associadas de forma consistente a astronomia.

Torna-se necessário no período escolar, que um estudante adquira um conjunto de conhecimentos, para que ele compreenda a sua realidade e o mundo a sua volta, podendo intervir com competência e autonomia nas situações encontradas, para que isso se encontre no mundo da matemática, segundo o PCNEM:

Uma articulação lógica das ideias e conteúdos matemáticos que podem ser sistematizados em três eixos ou temas estruturadores, desenvolvidos de forma concomitante nas três séries do Ensino Médio: Álgebra, números e funções, geometria e medidas, além da análise de dados. (BRASIL, 2006, p.19).

Para se pensar em interpretar de forma concreta a Astronomia, se buscam respostas no universo, onde os astrônomos estimam as distâncias em milhas e quilômetros, quando se estuda o sistema solar a unidade de comprimento utilizada é a unidade astronômica (UA), a distância média da terra ao sol, que envolve aproximadamente 150 Milhões de quilômetros, as estrelas e as galáxias se encontrem em uma enorme quantidade longínqua para que possam ser encontradas. O ano luz principalmente é a unidade de distância que mais ocupa um lugar, já que o caminho percorrido pela luz durante um ano, é a razão de 300 Mil Quilômetros por segundo, equivalente a um caminho percorrido de 9 trilhões e 460 Bilhões de Quilômetros, significando que a luz pode dar 8 voltas em torno da terra, em apenas 1 segundo, além da distância na qual o raio da órbita terrestre é visto sob um ângulo de um segundo de arco.

Quando foi sancionada em 1996, a lei de diretrizes e Bases da educação Nacional, foi implementada também uma reforma pelo Ministério da educação, o Ensino Médio então, a partir daí assume uma identidade para que se possa dessa forma consolidar a formação geral do aluno, para que se possa oferecer uma formação ética, logo em seguida, foram desenvolvidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, orientando o trabalho com as disciplinas em suas principais áreas, foram criados então os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A partir desses parâmetros, um novo sentido foi dado a Física, uma nova visão voltada para a formação do cidadão, mesmo que após a sua educação básica, ele não tenha mais contatos com um conteúdo físico, ele pode interagir e compreender a realidade no mundo em que ele vive, assim se encontra uma proposta de ensino, onde as habilidades estão reunidas em três principais eixos: Representação e comunicação, investigação e compreensão e contextualização sociocultural, se dividem também em componentes curriculares.

A formação por competências exige dos educandos que eles sejam capazes de reconhecer as linguagens utilizadas pela Física em vários contextos e utilizá-las para demonstrar seus conhecimentos. No eixo Investigação e Comunicação, os PCN instigam que os educandos passem a desenvolver o senso crítico, buscando informações em fontes confiáveis, que formulem hipóteses de situações problemas. No eixo Contextualização Sociocultural, a Física deve ser encarada como construção humana. (TROGELLO, 2015).

Estas competências, quando são trabalhadas isoladamente, não apresentam nenhum tipo de significado, mas elas devem ser integradas em outras áreas do conhecimento, sendo contextualizadas, elas representam um significado na vida dos jovens, o ensino da física possui uma pauta no seu conjunto de habilidades específicas, para que o aprendiz reconheça os fenômenos naturais e tecnológicos que são presentes no seu dia, enxergando no ser humano um agente no seu processo de construção, do conhecimento e da ciência, além da possibilidade para que se perceba a tecnologia atualmente. A mudança também pode sugerir uma introdução a uma linguagem própria da física, baseada em alguns conceitos e em uma forma de linguagem específica a partir do conhecimento científico, depois também podem ser levadas em conta, as maneiras como a física se expressam, com tabelas, leis, gráficos e outros conteúdos.

As escolas com seus projetos políticos pedagógicos é que devem nortear o rumo do ensino de Física. Não basta simplesmente indicar a direção a ser tomada, pelo ensino de Física na escola, o caminho é longo entre o discurso e a efetiva prática. Muitas discussões de como ensinar física, que modificações no currículo devem acontecer, que tópicos devem ser inseridos, ou retirados, ainda levará certo tempo para termos estas respostas. Não encontramos nos PCN quais conteúdos devem ser trabalhados na componente

curricular Física, mas notamos a importância dada a questões de contextualização e interdisciplinaridade, o que consideramos que o tema Astronomia se enquadra muito bem (BRASIL, 2002).

Com as principais orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares Nacionais, o documento que veio com o objetivo para articular que se implementem competências disciplinares, colocando que o mais importante para a aprendizagem da física, não é propriamente que o professor deva ensinar o conteúdo programático que engloba no geral, a Mecânica Clássica, a Óptica, termodinâmica e o Eletromagnetismo, adotando desta forma conteúdos que possam possibilitar a implantação de habilidades, enxerga-se assim que a astronomia pode se enquadrar nesta proposta, muitas questões que são consideradas importantes no cotidiano de um estudante, podem ser respondidas através da Astronomia, como a forma que ocorrem as estações do ano, as fases da lua, a influência do sol e da lua na formação dos mares oceânicos, portanto existem muitos conhecimentos agregados pela astronomia.

Segundo Brasil (2002), os temas podem ser compostos como:

- REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Utilizar e compreender a linguagem matemática no saber Física, Sintetizar através de esquemas assuntos que foram trabalhados, compreender enunciados que envolvam códigos e símbolos físicos; expressar-se corretamente utilizando a linguagem física adequada; conhecer fontes de informação confiável etc.
  - INVESTIGAÇÃO E COMPREENSÃO: Desenvolver a capacidade de investigação física; classificar, organizar, sistematizar e identificar regularidades; observar, estimar ordem de grandeza; compreender o conceito de medir; compreender e utilizar as leis e teorias físicas; articular o conhecimento físico com conhecimento de outras áreas do saber científico.
  - CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOCULTURAL: Reconhecer a física como construção humana, aspecto de sua história e relações com o contexto social, cultural, econômico e político; dimensionar a capacidade crescente do homem propiciada pela tecnologia; estabelecer relações entre o conhecimento físico e outras formas de expressão da cultura humana; reconhecer o papel da física no sistema produtivo.
- As estratégias de ensino e aprendizagem na busca por esses objetivos, se encontram destaque nas características que não podem ser levadas em consideração, para planejar e executar as atividades didáticas pedagógicas, levando também em consideração o meio social onde o próprio educando se encontra inserido, não se pode deixar de levar em conta que ele possui uma experiência de vida.

Existe então, a partir deste momento a possibilidade de se colocar a astronomia no eixo temático de terra e universo, possuindo um caráter ainda mais motivador no desenvolvimento de uma cultura científica, neste sentido, quando se observa do ponto de vista dos temas estruturadores propostos nas PCN, assim como nos eixos temáticos que são propostos ao ensino fundamental.

Já no Ensino Fundamental, visto desde a LDB como uma etapa indispensável na formação cidadã, temos as Ciências Naturais sendo apresentadas ao longo dos quatro anos finais, englobando o ensino de Biologia e Química ao lado da Física. Para este nível, os PCN propõem conhecimentos em função de sua importância social, de seu significado para os alunos e de sua relevância científico-tecnológica, organizando-os nos eixos temáticos “Vida e Ambiente”, “Ser Humano e Saúde”, “Tecnologia e Sociedade” e “Terra e Universo” Nessa proposta, os conteúdos relativos aos quatro eixos devem se apresentar do 6º ao 9º ano, com abrangência e aprofundamento crescentes, considerando, obviamente, o nível de desenvolvimento dos estudantes (ROSA et al., 2015).

Dentro das áreas inseridas nos parâmetros curriculares Nacionais, existem as específicas para cada área presente no saber, para que sejam implementadas efetivamente em seus processos de aprendizagem, a astronomia é presente desde a existência do homem no planeta terra, sendo a ciência mais antiga, porém o trabalho de pesquisa na área, ainda não se desenvolve muito bem no Brasil, passando apenas por textos no Ensino Médio entre a geografia e a física, mas existe uma falta da disciplina específica da astronomia, além da formação de profissionais educadores nesta área, portanto se torna natural que os professores recorram aos livros didáticos para ensinar esta disciplina, mas ainda assim se torna um imenso desafio ensinar a astronomia, as ideias inicialmente devem ser geocêntricas segundo os parâmetros de ensino curriculares, o observador se localiza na superfície da terra, para que observações e a sistematização seja feita, recursos computacionais são muito aceitos nesta questão, como animações e simulações, o professor de matemática principalmente, necessita de uma formação continuada para saber realizar ligações entre a matemática e essa relação com os astros e os estudos que permeiam o universo.

Porém, diversos problemas envolvem essa temática, já que os educadores são submetidos a uma carga horária

imensa de trabalho e más condições, portanto se torna difícil que procuram uma especialização, à medida que se acompanham as medidas e os avanços tecnológicos, se busca cada vez mais por metodologias alternativas, para que o ensino de uma forma geral se torne cada vez maior, são os objetos de aprendizagem, recursos digitais que podem ser utilizados em diversos ambientes. Essas ferramentas funcionam como facilitadoras, na área da matemática eles poderiam facilmente auxiliar para que aulas se tornassem menos teóricas e mais práticas, com observação de estrelas, vídeos, problemas que envolvessem a astronomia.

Os objetos de aprendizagem apresentam algumas características que são comuns: reusabilidade, adaptabilidade, acessibilidade, interoperabilidade, granularidade, flexibilidade, durabilidade, além de serem atualizáveis. Além destas características, devemos também destacar, que um OA deve ter vinculação com o mundo real, incentivando assim a experimentação e a observação dos fenômenos; ser interdisciplinar, favorecendo a ligação entre as várias áreas do saber; apresentar facilidade de manipulação, para que realmente possa ser incorporado à prática pedagógica do professor; ser interativo, para despertar o interesse do aluno, fazendo com que este se torne um cidadão crítico, autônomo e reflexivo. (TAROUCO ET AL, 2003).

Os parâmetros curriculares Nacionais propõem a relação entre a matemática e a astronomia como importantes para o desenvolvimento cultural dos alunos, essa contextualização pode se tornar um instrumento muito útil, quando interpretada em uma abordagem mais ampla, fugindo dos modos artificiais e forçados, para que não se restrinja ao cotidiano do estudante.

Defende-se a ideia de que a contextualização estimula a criatividade, o espírito inventivo e a curiosidade do aluno). É importante que os estudantes percebam como a Matemática é uma ferramenta importante para a vida cotidiana e principalmente para resolução de problemas (GONÇALVES Et al., 2007).

Essa interdisciplinaridade é algo fundamental para o desenvolvimento dos alunos, mas que não é explorada por uma infinidade de motivos, sendo que o principal deles é a falta de material de apoio para esta metodologia, sendo que as duas disciplinas se complementam em elementos como proporção, geometria, trigonometria e teoremas.

## Conclusão

Durante o processo de pesquisa, foi possível compreender que desde os primeiros estudos matemáticos e aritméticos, a astronomia esteve muito presente, auxiliando nos processos e nas relações de ensino que permeiam essas duas disciplinas, porém como o ensino da matemática se tornou algo mais abrangente, sendo inserida com muito destaque nas escolas, a astronomia foi se distanciando e sendo resumida a um papel complementar, sendo considerada apenas uma das esferas no campo da ciência, porém vai muito além disso.

Em quase todas as ciências, os estudos dos astros, movimentos e direções que permeiam o universo estiveram presentes, desde os seus primórdios, antes mesmo da criação das noções matemáticas, o espaço já era algo que gerava questionamentos pelo homem, o investimento de nosso País para essa área, porém, é algo muito vago e que ainda precisa de reformulações, os parâmetros curriculares Nacionais, foram uma fórmula que ajudou a modernizar os padrões de ensino.

Mas o sistema tradicional ainda é algo que faz parte das escolas Brasileiras, para que uma disciplina específica seja implantada seria preciso que mudanças realmente concretas acontecessem, porém isso iria ser algo complementar e muito inovador para o aprendizado. A presença da astronomia, poderia gerar um perfil mais crítico, criativo de estudantes e que poderia inclusive proporcionar a inclusão de novas tecnologias e modernizações no ambiente estudantil.

## Referências

5

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, orientações Educacionais Complementares aos parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+ Ensino Médio) – Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Brasília, MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio + (PCNEM+): Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília, MEC, 2002.

CATELLI, F. et. al. Instrumentação para o ensino de astronomia: projetando a imagem do Sol. Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia, n. 7, p. 7-13, 2009.

ERES, Victor; ADLEY Luciano. ENSINO DE ASTRONOMIA NUMA PERSPECTIVA DOS 3MP. Anais XXI Simpósio Nacional de Ensino de Física. Uberlândia, Minas Gerais, 2015.

GONÇALVES, F.I.R.; MAGALHÃES, L.M.A.; PEREIRA, S.C.R. Matemática na Astronomia, Universidade de Minho, 2007.

GREGORIO-HETEM; JATENCO-PEREIRA. Observatórios Virtuais – Fundamento de Astronomia Instituto de Astronomia e Geofísica. São Paulo: USP, 2011. Cap. 1.

HORVATH, J.E. O ABCD da Astronomia e Astrofísica. São Paulo: Editora da Física, 2008.

MOURÃO R. R. F. (1997). Da terra às galáxias: Uma introdução à astrofísica Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

MORAIS, C.A.L. A Astronomia no Ensino da Matemática. Uma proposta para o Ensino Secundário. Dissertação de Mestrado em Ensino de Astronomia. Departamento de Matemática Aplicada - Faculdade de Ciências. Porto: Universidade do Porto, 2003.

SILVA, Paulo Soares Da. A Lei de Hubble e a expansão do Universo. Brasil Escola: <http://brasilecola.uol.com.br/fisica/a-lei-hubbleexpansaouniverso.htm>. Acesso em março/2021.

TROGELLO, A. G ET al. O ensino de Astronomia: recriando uma esfera celeste didática. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v.32, n. 1, p. 223-244, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2015v32n1p223>. Acesso em: março/2021.

#### **SITE**

[HTTP://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=aas&cod=\\_observacaodasfasesdalua](http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=aas&cod=_observacaodasfasesdalua). Acesso em: março/2021.

## Desafios e possibilidades da igualdade de gênero no espaço escolar

### *Challenges and possibilities of gender equality in the school space*

Hélio S. Azevedo

Submetido em: 15/08/2022

Aprovado em: 15/08/2022

Publicado em: 17/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.338

#### RESUMO

O presente trabalho tem como meta, abordar a igualdade entre os gêneros e como ela têm se desenvolvido na sociedade atual, realizando um panorama sobre como o Patriarcado influenciou esse conceito e como até hoje a realização de políticas públicas é importante para a resolução desta discussão nas salas de aula, mostrando como padrões de comportamento exercem influência nessas questões quando se fala em contexto escolar. Serão utilizadas como base, pesquisas bibliográficas, baseadas em textos de alguns autores, para que haja uma construção mais aprofundada a respeito do tema.

**Palavras-Chave:** Escolas; Igualdade de gênero; Patriarcado.

#### ABSTRACT

The present work aims to address gender equality and how it has developed today, performing an overview of how the Patriarchate influenced this concept and how to date the realization of public policies is important for the resolution of this discussion in the classrooms, showing how patterns of behavior influence these issues when talking in the school context. Bibliographic research will be used as a basis, based on texts by some authors, so that there is a more in-depth construction on the subject.

**Keywords:** Schools; Gender equality; Patriarchate.

### 1. INTRODUÇÃO

Questões de gênero estão sempre implícitas no cotidiano escolar, nos currículos, nas formações, na relação entre professores e alunos, na prática de educação do professor, o gênero geralmente é visto como um aspecto de relações sociais, a partir das diferenças que existem entre os sexos, mas também se faz muito presente em estratégias de poder, pode-se dizer, que há um processo de mudança no ambiente escolar em relação às questões de gênero. Existem hoje, políticas públicas de educação que contribuem para a redução da desigualdade, mas no sistema de ensino Brasileiro ainda é algo muito escasso, muitas pessoas passaram a entender o que ocorre, porém, poucas ainda tomam atitudes para essa mudança de papel, não impactando uma ação nas escolas e na própria vida dos indivíduos.

Para que se compreenda, porém, o fenômeno da desigualdade de gênero é preciso analisar também o conceito de patriarcado que ainda faz parte de nosso contexto atual, as sociedades patriarcais sustentam formas de controle em que os homens possuem vantagens sobre as mulheres, mesmo com as mesmas condições, portanto, o machismo é algo existente nas relações familiares, nos valores, comportamentos, escolas, igrejas, entre outros segmentos de nossa cultura. Nas estruturas familiares, o machismo é reforçado desde que se é criança, onde há um incentivo para meninos, a terem orgulho de seu próprio sexo, de exibi-lo, construindo-se um certo narcisismo, que fica praticamente nítido.

Por outro lado, com as mulheres adota-se uma postura mais conservadora, colocando-se em uma posição onde meninas devem ser recatadas, singelas e não possuir uma relação de afetividade com o seu próprio sexo. Para Bordieu (1999) o trabalho de reprodução esteve garantido, até à época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e das visões masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem.

São estereótipos mais definidos pela sociedade, portanto, difícil de serem reeducados totalmente dedicados totalmente, se trata de um processo, no sistema convencional, possui um apelo para que as estruturas machistas e repressoras possam continuar se repetindo ao longo dos anos. As novas formas de relação entre os sexos devem ser explicadas de

forma a educar as pessoas como sujeitos em si, reconhecendo-se diante da responsabilidade presente em sua existência.

A trajetória do feminismo foi, e ainda é permeada por confronto e resistências com aqueles e aquelas que ainda se utilizam de justificativas biológicas ou teológicas para marcar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres; e com aqueles que se utilizam de perspectivas marxistas para defender a centralidade da classe social para a compreensão das diferenças e desigualdades sociais. (MEYER, 2003).

Há uma luta por parte do feminismo, para romper as barreiras que constroem a desigualdade social, já que pessoas continuam com conceitos pré-estabelecidos a respeito da questão da igualdade de gênero, utilizando de explicações relacionadas à religião ou a questões biológicas para justificar essas diferenças. Os indivíduos enquanto homens e mulheres, utilizam-se das suas relações interpessoais para a construção de um processo histórico e social, sendo que elementos como o nosso corpo, o que nós comemos, o que usamos, nos rituais e a forma como lidamos como nós mesmos são agentes de cultura, a linguagem corporal é simbólica e assim reforçam-se as hierarquias, surgindo-se assim muitas perguntas a respeito da identidade, sobre os grupos a serem representados, o que sentimos, nosso tempo histórico e posições presentes em um sujeito.

As transformações que a cultura opera de forma global e na vida cotidiana relacionam-se à construção de nossas identidades sociais e, entre elas, identidades sexuais, de gênero e de geração. A centralidade da cultura na produção de nossas identidades e subjetividades envolve pensar como somos construídos num mundo de significações, por quais representações nos sentimos interpelados. (SOARES, 2008).

Durante a pesquisa será analisado, como a desigualdade de gênero é presente até hoje no ambiente escolar e as suas abordagens, os desafios e possibilidades que esse aspecto da sociedade influencia como essa luta pelos direitos das mulheres têm crescido e se tornado algo consistente, mas que ainda possui barreiras a serem rompidas.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo geral

Analisar como a igualdade no contexto escolar vem sendo construída ao longo dos anos, suas abordagens, desafios e possibilidades.

### 2.2 Objetivos específicos

- Realizar uma pesquisa em torno das dificuldades enfrentadas para a construção da igualdade nas escolas.
- Compreender como o conceito de patriarcado influencia atualmente os costumes do machismo.
- Entender como essas discussões sobre a igualdade dos sexos foi ganhando notoriedade nas políticas públicas.

## 3. JUSTIFICATIVA

A relevância do trabalho consiste em tornar conhecida a presença da desigualdade nas escolas ainda atualmente, compreendendo as mudanças que ainda precisam ser realizadas, opções e avanços relevantes para a introdução desse diálogo e uma compreensão mais aprofundada a respeito do tema.

## 4. METODOLOGIA

2

Para que um estudo concreto sobre o tema seja realizado, serão utilizadas pesquisas bibliográficas com um referencial teórico e fontes consagradas na área de educação, tendo como base: Artigos, livros, periódicos, entre outras obras. As abordagens metodológicas feitas serão de análise qualitativa e descritiva.

## 5. O GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

### 5.1 Estereótipos na fase infantil

O sexo é algo muito importante para as pessoas, quando uma mulher fica grávida, um dos maiores desejos dos pais é saber se será menino ou menina, a partir daí decidem-se muitas opções, como as roupas, a cor do quarto, brinquedos, entre outros acessórios que fazem parte do período de nascimento da criança, desde muito cedo há uma divisão entre homens e mulheres. Há ações que parecem ser naturais, mas que reforçam as questões relacionadas a gênero, como filas onde meninas ficam de um lado, meninos do outro, aulas de educação física onde meninos são colocados para jogar futebol e meninas para pular corda, os próprios brinquedos, onde os garotos possuem carrinhos e meninas cuidam de bonecas, casinhas etc. Para Escoura (2016) Os professores quando observam as meninas as idealizam como meigas e frágeis, já no caso dos meninos, os bagunceiros e briguentos, essas características são generalizadas e aplicadas aos alunos desde a educação infantil.

Existem comportamentos, atividades de interações sociais definidas explicitamente pela sociedade entre homens e mulheres, como o Ballet, por exemplo, uma atividade que é definida como própria das meninas, enquanto outros esportes de equipe como o futebol, são considerados masculinos e violentos demais para garotas. Perante os próprios alunos dentro das escolas, o papel social deles são impostos e reforçados, já que quando se observam comportamentos, padrões sociais diferentes daqueles observados, ocorre um estranhamento dentro de um grupo de colegas e uma discriminação quando o padrão definido pelos mesmos, ou seja, um garoto que não é tão masculino quanto os outros pode ser ridicularizado, ou uma garota que não possua um comportamento tão feminino, pode ser excluída do convívio de outras meninas da sua idade, entre outras questões.

As escolas fabricam sujeitos e produzem identidades de gênero de classe e sempre estão representadas através de relações de desigualdades, no qual não podemos deixar que isso ocorra, está aí uma das maiores e importantes missões da escola que é a interferência na continuidade das desigualdades dentro e fora do âmbito escolar”. (LOURO, 1997).

Meninos e meninas podem se diferenciar tanto em sua aprendizagem quanto na sua interação, isso tem muito a ver também com a formação docente, já que o aprendizado ou não de determinado conteúdo, o que eles irão enfrentar diariamente no contexto escolar, têm tudo a ver com essa formação.

### 5.2 A relação aluno e professor

A temática da igualdade de gênero ainda é pouco discutida nas escolas, por conta do sistema que torna as pessoas muito presas a uma série de regras e costumes pertinentes ao ensino escolar, comportamentos formais que dificultam que pessoas possam adquirir certo olhar crítico a respeito de determinados temas.

Conforme a Resolução CEB nº 02/99 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, em seu Artigo 5º, Inciso 2º postula que:

“Os conteúdos curriculares destinados à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental serão tratados em níveis de abrangência e complexidade necessários à significação de conhecimentos e valores, nas situações em que são construídos/reconstruídos por crianças, jovens e adultos”. (BRASIL, 1999).

3

Por isso, em 2006 criou-se o programa gênero e diversidade na escola que foi destinada aos professores da escola pública, para que possam ser orientados a respeito da diferença de pessoas que é muito presente em salas de aula, e intervir em algumas atitudes discriminatórias que possam vir a acontecer.

As discussões sobre infância e gênero praticamente não são contempladas na formação da professora de educação infantil e, quando estes conceitos são discutidos, não são tratados de forma articulada. Um primeiro mapeamento dos cursos de pedagogia mostrou que gênero não se constitui em uma categoria de análise nas disciplinas que compõem os currículos dos cursos de pedagogia, e que não são estabelecidos diálogos e intersecções entre infância, gênero e sexualidade. (DRUMMOND, 2010, p.6).

Raramente essas temáticas são discutidas na pedagogia, se torna algo muito restrito, por exemplo, a universidades, em disciplinas que são específicas e que ficam a cargo dos próprios indivíduos as procurarem, algo que não têm muito respaldo e que depende também de cada professor isoladamente se aprofundar sobre o assunto, comprometendo-se com a questão.

### 5.3 Dificuldades nas relações de gênero na pedagogia

Além do sistema e da falta de incentivo para um pensamento crítico dentro do ambiente escolar, há também uma certa dificuldade em se tratar de determinados temas como o gênero, pois pode gerar uma certa polêmica, opiniões divergentes e o risco de se causar uma exposição a alguns alunos, indisciplina e exclusão escolar também são problemas ocasionados por esse tipo de mudança. Portanto, é importante que o professor saiba lidar com essa questão de gênero para estar preparado também com essa diversidade de situações que podem ser geradas a partir de um tema complicado como este, um olhar social e crítico deve partir primeiramente deste profissional, para que depois se possa introduzi-lo aos estudantes.

A importância da posição dos educadores sobre a temática, pois os modelos de homem e mulher que as crianças têm à sua volta são decisivos, na construção de suas referências de gênero. O que nos faz pensar o quão importante e influente são os professores nas vidas e atitudes dos alunos. (ESPLENDOR, 2009).

Nestas condutas do educador, é preciso uma certa consciência para que a desigualdade de gênero não seja reforçada ao invés de diminuída e um estudo a respeito do tema, para que os professores possam esclarecer dúvidas e questionamentos que possam surgir durante um debate, por exemplo. Muitas vezes há um certo controle dos professores, em relação ao comportamento dos estudantes, as posturas com os alunos, isso parte não somente do educador em si, mas de toda a equipe escolar que deve estar preparada para prestar este suporte. Identificando comportamentos machistas, agressivos, de assédio que podem ocorrer a qualquer momento, muitas vezes professores podem nunca ter ouvido falar sobre esse assunto, sem conseguir entender realmente do que se trata.

Por isso, se torna uma função da gestão escolar, trazer profissionais e especialistas capacitados, para uma discussão junto dos professores, fazendo rodas de conversas, para que não haja constrangimento de nenhuma das partes durante a discussão presente em um debate, esse acompanhamento pode auxiliar os educadores a estarem mais preparados para os debates que podem vir a surgir. O esclarecimento de temas a serem trabalhados baseado no Projeto Pedagógico de uma escola, ações que precisam estar diretamente relacionadas aos profissionais de educação, porém, somente com o diálogo não se resolve uma situação, pois crianças terão dúvidas, questionamentos, indagações, por isso tirar e resolver as suas dúvidas se torna algo importante e pertinente neste caso, diante dos temas apresentados e que podem ser considerados tabus.

Os alunos, por menores que sejam já trazem uma bagagem de cultura, de conceitos, valores e opiniões, portanto, é válido que haja uma preocupação, uma percepção, o entendimento, e um trabalho diferenciado diante de cada aluno, quando diz respeito a assuntos que estão tão vigentes diariamente (VINHOLES, 2012, p. 01).

Um estímulo também muito presente na fase de educação infantil é com relação às brincadeiras a serem feitas pelos alunos, os tipos de brinquedos podem desenvolver habilidades que serão importantes para elas no futuro, até mesmo a sua aptidão profissional, se uma menina possui uma facilidade para lidar com blocos e construções pode-se dizer que têm chances de se tornar uma grande engenheira, ou se um menino consegue se divertir com bonecas, pode ter um bom relacionamento com as pessoas e até mesmo entender bem as mulheres. Sem que um não tome o lugar do outro, compartilhando dois universos distintos sem competições, já que segundo estudiosos, não existe gênero quando se fala em crianças.

Buscando questionar o fato “natural” de que meninos e meninas possuem papéis e comportamentos pré-determinados. Apresenta uma reflexão sobre a troca de papéis sexuais nas brincadeiras, fazendo uma discussão sobre os brinquedos considerados “certos” e “errados” para cada sexo. A análise se opõe às pesquisas que consideram que meninos e meninas demonstram comportamentos, preferências, competências, atributos de personalidade mais apropriados para o seu sexo, seguindo, desde bem pequenos, as normas e padrões estabelecidos”. (FINCO, 2013, p.01).

Segundo o autor algumas brincadeiras podem ainda reforçar a ideia da desigualdade de gênero, por isso uma atenção deve ser feita para não colocar punições e nem intervir quando alguma criança não estiver brincando ou fazendo algo que não é do seu gênero, por isso deve-se atentar a esses pequenos detalhes, a questão é que as coisas podem ir além do que uma simples brincadeira, podendo envolver também a sexualidade da criança, gerando uma confusão dentro de sua mente. Portanto, pais e educadores precisam saber lidar com essas situações para não prejudicar a formação das crianças, não colocando determinações para coisas de meninos ou coisas de meninas.

Deve-se lembrar, que homens e mulheres, possuem algumas diferenças, mas também inúmeras semelhanças, ocorrem tabus em torno dessa ideia, com a expressão por exemplo, de que meninos não choram, há uma falta de informação e um receio em torno disso por conta dos pais, a influência também do ambiente, das pessoas com as quais as crianças podem conviver, portanto não há nada de errado em relação às atividades e escolhas que as crianças fazem ao longo de sua vida, isso irá ajudá-las a construírem a sua própria personalidade. Poder proporcionar aos filhos, as chances de descobrirem quem eles mesmos são.

## 6. PATRIARCADO

### 6.1 Conceito e origem do Patriarcado

A família tem passado por muitas mudanças atualmente, sendo passível de alguns modelos onde valores tradicionais são rompidos e novas mudanças e formas de relação são construídas, porém, ainda existem valores do patriarcado que são muito presentes, que dificilmente irão mudar, pois fazem parte da moral e dos costumes das pessoas, daquilo que elas mesmas são e a forma como veem o mundo.

Foi no início da colonização do Brasil, que a partir das condições locais, que favoreciam o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. E associado aos diversos fatores, como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional se fez surgir uma sociedade do tipo paternalista. (SAMARA, 1998).

O conceito de família patriarcal está ligado a influência do homem sobre a mulher, onde a sexualidade do sexo masculino é estimulada, aceita como sendo superior, enquanto a da mulher é reprimida, criando-se uma submissão ao homem, portanto o pressuposto se torna o controle da sexualidade feminina, na qual se torna necessária somente para a procriação, para herança e sucessão de sua descendência, a mulher se torna então, uma figura dócil, submissa, sem opinião para questionar o seu marido. Porém, ela possui uma certa importância na criação de seus filhos, na sua educação, nos cuidados do lar, assumindo o controle como chefe, se por acaso o patriarca não estiver presente por algum motivo.

O patriarcado, base familiar da sociedade agrária escravocrata do Brasil colonial, dava importância fundamental ao núcleo conjugal e à autoridade masculina, sendo função do patriarca, chefe ou “coronel”, dono do poder econômico e mando político. Ou seja, além de possuir o poder econômico, político, o chefe de família procurava exercer sua autoridade sobre a mulher, filhos, e demais agregados sob sua tutela. É possível ver a imagem clarificada de mulher e filhos submissos e a de homem dominador. (apud Bruschini, 1993).

Até meados do Século atual, o modelo mais conhecido em nossa sociedade e predominante, era a da chamada família tradicional, com muitos traços presentes do patriarcado, onde o homem se torna o chefe da casa e por isso, o responsável pelos lucros a serem ganhos, o trabalho remunerado, exercendo uma autoridade sobre a sua mulher e os seus filhos, a mulher então se dedica ao trabalho doméstico e ao seu marido. A autoridade paterna se baseia então somente no conhecimento do pai, adquirido pelas suas vivências, experiências, encontrando soluções para os problemas que surgem em seu cotidiano, transmitindo-os aos filhos verbalmente, pelo saber aprendido em seu passado e ao longo de sua vida. No patriarcado, o pai era o único provedor da família, havendo as suas posições hierárquicas dentro de casa, no seu caráter institucional, representando a unidade doméstica.

Talvez a própria rigidez da divisão sexual do trabalho associada à dominação masculina tenha permitido a emergência dessas duas formas como modos alternativos de organização familiar. É característica dessa divisão sexual do trabalho a atribuição da responsabilidade pela casa e pelas crianças exclusivamente à

mãe: nesse sentido, ela favorece a constituição de uma área de atuação feminina relativamente autônoma, que tanto pode contrabalançar o poder paterno como ser integralmente esmagada por ele. (DURHAM, 1982, p. 38).

Após várias mudanças começarem a ocorrer no que diz respeito à organização social, fenômenos como a urbanização, a industrialização, os avanços tecnológicos, o consumismo e a presença muito grandes da mulher no mercado de trabalho, a sociedade então, passa a romper valores de família tradicional, onde as pessoas passam a buscar cada vez mais um individualismo e um imediatismo quanto às suas necessidades. Existe então, a busca pela igualdade dos indivíduos, onde no cotidiano não é somente a mulher quem cuida da casa, dos filhos, quem realiza as tarefas domésticas, começa a ocorrer uma divisão de atividades, onde o homem não é mais o responsável por tudo, a mulher passa também a ser a provedora financeira dentro da casa, as relações entre pais e filhos passa a mudar também, onde na maioria das vezes, as crianças passam também a não ter um contato principal com a mãe, mas também com o pai, o homem passa a ter uma relação mais direta com os filhos em alguns casos.

Família é um campo de estudos tradicional no Brasil e pode-se perceber que, ao longo dos anos, o modelo gilbertiano da família patriarcal cede lugar a outras formas de casamento onde, como assinala G. Velho, “o indivíduo é percebido como o potencial sujeito de sua existência, tendo na construção e desenvolvimento de projetos a possibilidade de realização de sua vida”. (PEIXOTO, 2007, p.25).

## 6.2 A influência do Patriarcado

Apesar de muitas transformações já terem acontecido, alguns traços do Patriarcado ainda são presentes em nossa sociedade atual, como a típica moral sexual, onde há uma repressão da sexualidade feminina e uma certa intolerância para com o adultério, por outro lado, as práticas sexuais masculinas são aceitas e até mesmo incentivadas. Ou seja, apesar da valorização da mulher, as questões de gênero ainda são muito intrínsecas, porém, a mulher passa a ser menos submissa ao marido dentro de um casamento, sendo mais moderna, porém não menos dedicada ao lar e a família.

Todas as sociedades contemporâneas têm alguma influência, do patriarcalismo, muitos relacionamentos marcados pela violência e dominação, possuem a sua origem na sociedade patriarcal, na Roma antiga, por exemplo, o homem podia controlar a vida e a morte das suas esposas, hoje, isso não é algo permitido, nem legalizado, mas ainda assim o número de mortes por feminicídio, violências, crueldades de todos os tipos ainda são praticadas, representando o quanto esse preconceito ainda é presente na sociedade.

É paradoxal esse modelo relacional uma vez que, apesar de ser conferido ao homem o ‘poder’, este por si só não é suficiente, necessitando ser garantido pela força física masculina. O poder como posição privilegiada de mando é compreendido aqui como exercício, possuindo um caráter relacional e disseminado por toda estrutura social. E onde há luta para a manutenção desse poder, há resistência. (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2007, p. 40).

A violência ocorre no espaço doméstico, quando as mulheres passam a perceber a desigualdade existente dentro de casa, questionando os seus direitos e se voltando contra o homem, a partir daí, o homem não tolera a reação delas em contraponto a sua dominação, apesar desses conceitos sociais terem a sua base no patriarcado, a tolerância social já existe e ocorrem movimentos feministas fortes para prestar um apoio e solidariedade nesses casos. Porém, segundo Ardaillon (1984) se torna algo muito difícil que mulheres possam construir um universo próprio, para se opor aos homens, já que o homem ainda assim possui um papel de intermediador, portanto a ideia seria, uma concepção de relação mais igualitária, construída socialmente e coletivamente, ainda assim as posições de oposição perante os casos de violência, devem ser sanados envolvendo também as políticas públicas do Estado.

É certo, na sociedade atual, que ainda é regida por forte concepção patriarcal no que tange às questões de relações de gênero, vê-se claramente as crenças de dominação homem-mulher, do patriarcado, referindo-se ao plano individual, além de serem praticadas e reforçadas pelas instituições do Estado, como as políticas sociais e públicas, os sistemas de saúde pública, a economia e a própria sociedade. Portanto, é fato que as crenças individuais são influenciadas por toda uma concepção social, que representa estas mesmas crenças, o que não permite chance de uma oposição das mulheres a esta situação, e o uso da violência, se ocorrer tal reação. (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2007).

## 7. POLÍTICAS PÚBLICAS

### 7.1 O espaço público e a igualdade de gênero

O espaço público pode ser considerado o principal ambiente de cidadania, onde se encontram debates em torno do planejamento e da execução de políticas sociais, cidadãos podem dessa forma opinar sobre assuntos que são de seu interesse. Nessa perspectiva o Estado deve proporcionar pluralidade e igualdade de oportunidades nas relações entre os gêneros, sendo assim ocorre essa discussão a respeito da cultura do feminismo, durante muitos anos as mulheres foram excluídas de decisões da sociedade, como do direito ao voto, ou a participação em grandes empresas e cargos políticos, questões que aos poucos foram sendo trilhadas e buscadas a cada dia para uma melhor inserção a todos os indivíduos de uma sociedade.

A perspectiva de gênero possibilita às mulheres a capacidade de propiciar protagonismo e autonomia, uma vez que, as próprias mulheres têm sugerido uma multiplicidade de propostas, programas e ações alternativas para os problemas sociais contemporâneos, derivados das opressões de gênero e de suas disparidades e iniquidades como: a injustiça, as violências, a pobreza, a ignorância e a insalubridade. (LAGARDE, 1996).

A IV Conferência Mundial das Mulheres que foi realizada em Beijing, no ano de 1995, foi um marco para o movimento, já que chamou muito a atenção para o tema da desigualdade de gênero, trazendo ao Estado a incorporação dessas perspectivas nas organizações e nas áreas de políticas públicas, para uma melhor condição de vida e o crescimento social de todas as mulheres. No contexto das políticas para as mulheres, os governantes devem se concentrar principalmente na Administração do Estado, no efeito positivo que as medidas a serem tomadas exercem para que ocorra uma melhora em relação às mulheres e o que se espera na democracia de gênero.

É preciso que se integre às temáticas dos homens e mulheres na esfera pública, delegando o mesmo grau de importância para eles, seja no âmbito familiar, político, social ou econômico, lutando para que haja um certo respeito de uns para com os outros. A democracia tem como finalidade atingir principalmente as relações hierárquicas e desiguais, enfrentando essas relações de poder que ocorrem entre os gêneros, seria uma mudança justa e contínua para o empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero.

A igualdade significa, romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, emancipação e pertencimento”. A reivindicação da igualdade como princípio normativo e como direito sustenta-se no princípio ético da justiça: não é justa a convivência na desigualdade, tampouco é justa a competência na desigualdade.

A equidade de gênero também está ligada às ações para possibilitar às mulheres, os instrumentos necessários para prepará-las para exercer cargos de grande responsabilidade, princípios éticos baseados na reparação, na equidade e na justiça, envolvendo medidas sociais, estatais e públicas, onde se encontram as necessidades básicas das mulheres.

O campo das políticas de igualdade de gênero é particularmente complexo e atravessado por múltiplos pontos de tensões, que dizem respeito à formulação de princípios, aos seus enquadramentos jurídicos e aos processos que lhe são devidos de intervenção. Neste sentido, é importante que as próprias mulheres, através de suas lutas decorrentes de movimentos sociais, de suas representantes na esfera política possam propor e, sobretudo, cobrar políticas públicas que estejam voltadas para a equidade de gênero. (LAGARDE, 1996, p.209).

7

Para que essas políticas públicas sejam implantadas é necessária uma preparação por parte dos agentes públicos, o entendimento analítico que embasa essa questão, sendo que a garantia e a perspectiva da igualdade de gênero, percebe a governabilidade e a perspectiva da igualdade de gênero se assegura na vontade e na decisão política, na incorporação com a prática dos gestores, além da disseminação de novos valores culturais e políticos. Pela complexidade que envolve essa questão, se torna necessário que se debata a igualdade e a equidade, com debates que ressaltam a importância do direito para todos.

## 7.2 Políticas para as mulheres

O Século XXI pode ser considerado o Século das mulheres, porém ainda se trata de um objetivo que demora um pouco para ser alcançado, quando se fala em equidade de gênero, ocorre também um fenômeno chamado feminização da pobreza, onde 20 milhões de mulheres a um nível Internacional vivem abaixo dos limites da pobreza, sofrendo violências, explorações, migrando de um lugar para o outro em busca da sobrevivência e a garantia dos seus direitos. As decisões públicas acabam afetando diretamente as mulheres, já que são vítimas de imposições e preferências masculinas, apesar de serem feitas para as mulheres, elas tendem a perpetuar o papel da mulher como reprodutora social, na educação dos filhos, cuidados domésticos, convivência familiar, enfim, ideias que favorecem o sistema capitalista.

As políticas de gênero, ultrapassam os conflitos entre homens e mulheres, mas influenciam as desigualdades sociais produzidas culturalmente sobre as pessoas, envolvendo as negociações e relações interpessoais que permeiam o tema, a subjetividade feminina que é um dos componentes para a condição de um sujeito, de sua identidade. Não existe uma posição contrária às políticas públicas, mas um reconhecimento de que elas ao focar apenas na figura da mulher direcionam apenas para elas as suas ações, não percebendo muitas vezes, as necessidades de usuários para que haja uma resolução para as situações. As políticas de segurança, por exemplo, que são voltadas a violência contra mulher, focam-se muitas vezes no atendimento à vítima, mas se exclui do atendimento ao agressor, nesse caso, o problema não se resolve definitivamente, mas até o momento em que a mulher irá retornar novamente com a mesma demanda.

Portanto, as políticas específicas para as mulheres, não excluem as questões de gênero, no caso das políticas de gênero, quando são colocadas como homens e mulheres, reconhecem a relação entre diferença e igualdade, algo que não tem a ver somente com a distribuição de bens, mas com uma participação mais ativa da mesma na sociedade.

A interlocução entre mulheres em se tratando de igualdade de oportunidades exige uma maior consciência das desigualdades sociais e culturais que separam as mulheres e a adoção de medidas conscientes das diferenças e de redistribuição de recursos e oportunidades. (HENRÍQUEZ, 1996).

Relações de gênero atuais exigem novas formas de políticas públicas, que incorporem a equidade de gênero, neutralizando a violência, um dos espaços que mais contribui para essas propostas são os conselhos dos direitos, ou os Conselhos dos Direitos das Mulheres, no nível Municipal, Estadual e Federal. Na Constituição de 1988, os Conselhos passaram a possuir uma finalidade de controlar políticas públicas, uma conquista pela democratização e universalização dos direitos. Segundo a Secretaria do Estado da Mulher (2008):

As principais atribuições dos Conselhos de Direitos das Mulheres são: propor políticas, planos, programas e projetos relacionados à questão da mulher nos aspectos econômico, social, político, cultural, jurídico, com vistas a assegurar condições de igualdade; estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização das políticas executadas pelo município, observadas as recomendações das convenções e conferências nacionais e internacionais; formular e acompanhar a Política Municipal de Direitos da Mulher; acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município.

Se trata principalmente de uma política de Estado, onde todos os governos democráticos devem estar comprometidos, por isso a importância da igualdade e do respeito às diferenças:

## 8. CONCLUSÃO

8 Durante a pesquisa foi possível perceber o quanto as questões de igualdade de gênero se relacionam com o atual panorama de nossa sociedade, as diferenças entre homens e mulheres, foram marcadas durante muito tempo pela presença muito forte do Patriarcado na sociedade, um modelo de cultura onde o homem exerce a dominação sobre o seu lar, mulheres no início não possuíam direitos, elas sofriam diversos tipos de abusos sem ter aonde recorrer, mas aos poucos essas barreiras foram se rompendo e esse quadro foi mudando.

Hoje, a evolução das mulheres já se tornou algo bem presente, nas questões políticas, empresariais, não se pode dizer mais que elas apenas cuidam das tarefas domésticas, muito pelo contrário, atualmente mulheres trabalham fora, cuidam das questões financeiras da família, enquanto o homem passou a exercer muitas funções que eram consideradas específicas da mulher, como cuidar da casa, dos filhos, se relacionar com a sua família, perdendo o conceito tradicional

de ser o provedor da casa.

Nas salas de aula, já existem professores e especialistas que abordam este tipo de assunto, mas possuem restrições, a desigualdade e os padrões de comportamento ainda estão presentes nos modelos estudantis e precisam passar por reformulações para que possam ser mudados e desenvolvidos conforme o passar dos anos.

Mas ainda existem questões muito pertinentes quando se fala em igualdade de gênero, já que a violência contra mulher, apesar de já ser proibida por lei, ainda acontece em extrema quantidade, devido ao preconceito, ao machismo, aos costumes herdados do Patriarcado que ainda exercem influência, porém, mais do que isso, se torna um fator decisivo à inserção de políticas públicas que sejam mais pertinentes aos quadros atuais.

Além da legislação e de políticas públicas pertinentes, é fundamental para a igualdade entre os gêneros e a redução da violência, uma mudança de mentalidade, que começa com discussões, debates, exigências feitos pelos próprios grupos feministas que têm tido um papel importante nesses casos, por isso, o machismo e a desigualdade de gêneros, não é um tema simples e que possui uma resolução concreta, mas que ainda precisa de muitos estudos a respeito do mesmo, lutas constantes e um papel mais presente do Estado.

## REFERÊNCIAS

ARDAILLON, Danielle; CALDEIRA, Teresa. Mulher: indivíduo ou família. Novos estudos, V. 2, São Paulo: CEBRAP, 1984.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução CEB nº 2*, institui diretrizes Curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal. 1999.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A, GUERRA, V. N. A. (org.). *Infância e Violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo: Cortez Ed, 1993.

DRUMOND, Viviane. É de menina, ou de menino? Gênero e sexualidade na formação da professora de educação infantil. 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6696307-E-de-menina-ou-de--menino-genero-e-sexualidade-na-formacao-da-professora-de-educacao-infantil.html> Acesso em: ago. 2022.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Família e Casamento. Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1982.

ESPLENDOR, Elizabeth Vieira dos Santos; BRAGA, Eliane Rose Maria. *Condutas pedagógicas sobre as questões de gênero na escola*. Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2274-8.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FINCO, Daniela. *Infância, cidadania e igualdade de gênero – desafios para a educação infantil*. Santiago - Chile. 2013. Disponível em: [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11\\_FincoD.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_FincoD.pdf) Acesso em: ago. 2022.

HENRÍQUEZ, Narda. La equidad de género en una nueva generación de políticas. Encrucijadas del saber. Los estudios de género en las Ciencias Sociales. Pontificia Universidade Católica del Perú. p 213-230. 1996.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. A construção dos papéis de gênero no ambiente escolar e suas implicações na constituição das identidades masculinas e femininas: Uma dinâmica de relação de poder. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Pontificia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011.

9

LISBOA, Teresa Kleba. Políticas Públicas com perspectiva de gênero – afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. São Paulo, 2010.

LAGARDE, Marcela. Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia. Madrid, Horas & Horas, 1996.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais*. São Paulo: Revira Volta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, D. E. Gênero e Educação: Teoria e Política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um Debate Contemporâneo na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, A. P. G, CAVALCANTI, V. R. S. Violência Doméstica na Perspectiva de gênero e Políticas Públicas. *Rev. Brás. Crescimento Desenvolvimento Humano*, 2007.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Prefácio – As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. *O Patriarcado presente na contemporaneidade: Contextos de violência. Fazendo gênero, corpo, violência e poder*. Florianópolis, 2011.

SAMARA, E.M. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER – Governo do Estado do Maranhão. *Cartilha de Orientação para criação de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres*. 2008.

SOARES, R. *Pedagogias Culturais Produzindo Identidades*. In: *Educação para a Igualdade de Gênero*. TV Escola. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. *Proposta Pedagógica*. Ano XVIII – Boletim, 26 – nov. 2008.

VINHOLES, Aline. *Gênero e identidade: reflexões sobre o contexto escolar*. 2012. Disponível em: [http://www.portalanped-sul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao\\_e\\_Infancia/Trabalho/07\\_42\\_15\\_2216-6670-1-PB.pdf](http://www.portalanped-sul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Infancia/Trabalho/07_42_15_2216-6670-1-PB.pdf) Acesso em: ago. 2022.

## Os jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula *Mathematical games in logarithm learning in the classroom*

Hélio S. Azevedo

Submetido em: 15/08/2022  
Aprovado em: 15/08/2022  
Publicado em: 17/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.339

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fornecer um estudo descritivo e prático-teórico acerca dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula. Pretende-se atingir a contextualização de como funciona a utilização dos jogos matemáticos na sala de aula, principalmente quando se trata do uso de logaritmos. Assim, foram pensadas formas lúdicas de incluir esse assunto na pauta de jogos e assim alterar o esquema de ensino-aprendizagem com o qual todos estavam acostumados. Para tal, foram utilizados como suporte teórico os estudos de Antunes (2001), Ferreira (2006), Grando (2000), Kami (1991), Pippa (2014), entre outros, para poder chegar a um parecer. Com o estudo, foi evidenciado que a utilização dos jogos torna o processo de aprendizagem mais fluido, dinâmico e justo, sendo de mais interesse dos alunos. Dessa forma, constatou-se que os alunos aprendem melhor com maneiras lúdicas de aprendizado.

**Palavras-chave:** Ensino de matemática; Jogos; Logaritmo.

### ABSTRACT

This article aims to provide a descriptive and practical-theoretical study about mathematical games in the learning of logarithms in the classroom. It is intended to achieve the contextualization of how the use of mathematical games works in the classroom, especially when it comes to the use of logarithms. Thus, playful ways were thought to include this subject in the agenda of games and thus change the teaching-learning scheme with which everyone was accustomed. For this, the studies of Antunes (2001), Ferreira (2006), Grando (2000), Kami (1991), Pippa (2014), among others, were used as theoretical support, to reach an opinion. With the study, it was evidenced that the use of games makes the learning process more fluid, dynamic and fair, being of more interest to the students. Thus, it was found that students learn better with playful ways of learning.

**Keywords:** Mathematics teaching; Games; Logarithm.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo fornecer um estudo descritivo e prático-teórico acerca dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula. Justifica-se pela grande importância que tem o tema em diversos ramos e subáreas do ensino de Matemática, em âmbito prático e teórico, além do acadêmico.

Far-se-á um esforço para promover uma conceituação sólida, após o que se dará uma descrição de aspectos indispensáveis dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula: o que são e como se caracterizam os jogos, histórico, principais correntes teóricas, desafios enfrentados para seu estudo e aceitação, influência dos logaritmos etc.

Relaciona-se a importância dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula., pontuando como estes últimos mudaram o mundo da Matemática em geral, especialmente, por se tratar desse tema tão importante.

Como revisão crítica, o foco se dará na importância dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula. Nesta perspectiva, optou-se pela pesquisa bibliográfica, e, para concretizá-la, será realizada uma avaliação dialética das posições de teóricos competentes acerca dos assuntos em questão.

1

Almeja-se, com o presente projeto de pesquisa, ajudar a preencher lacunas teóricas no entendimento acerca da importância dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula., através do fornecimento de conclusões fáticas que, além de seu interesse geral e específico no âmbito da Matemática, podem servir de base para futuros trabalhos.

A importância dos principais jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula, tal como qualquer outra área do ramo da Matemática, acompanhar as profundas mudanças do cenário socioeconômico, histórico, político e cultural das nações. Neste sentido, é importante dar destaque a esse tema tão importante e pouco discutido, levando sempre em consideração os pontos relacionados ao estudo.

Muita atenção acadêmica tem se dado a importância dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula, sendo essa uma área relacionada ao ensino de Matemática que vem ganhando cada vez mais espaço na produção

de artigos científicos, periódicos, além de trabalhos de pós-graduação, despertando a atenção de especialistas e alunos.

Segundo Ferreira (2006), os estudantes do primeiro ano do ensino médio apresentam dificuldade para aprender os conceitos de logaritmos. Soares (2010) apresenta a compreensão e a assimilação como as principais dificuldades dos estudantes de Logaritmos, devido à falta de estudo detalhada desse conteúdo. O mesmo autor (SOARES, 2010) informa que os estudantes relatam que o conteúdo é de difícil compreensão e não conseguem ver qual a relação prática dele.

Por causa da falta de conhecimento algébrico ao tratar com equações exponenciais e da defasagem nos conceitos de potenciação, os estudantes sentem dificuldade ao estudar Logaritmos (VIDIGAL, 2014). Desta forma consideramos esta pesquisa de suma importância e relevância, pelo fato de ser um tema atual, onde estas mesmas dificuldades ainda se encontram presentes nas salas de aula.

Sendo assim, o objetivo central deste trabalho é analisar a influência dos jogos no aprendizado dos conceitos de logaritmos dos alunos do ensino médio, isto é, de que um jogo com o conteúdo de logaritmo pode contribuir para a melhoria do ensino deste tema.

Quanto a sua natureza, esta é uma pesquisa de campo (MARCONI; LAKATOS, 2003) e tem uma abordagem quantitativa, pois as variáveis são mensuradas por valores quantificáveis (SEVERINO, 2017), com objetivo exploratório e explicativo, e o método utilizado é o experimento, com coleta de dados por questionário.

Devido à natureza da proposta que ora se apresenta, recorrer-se-á metodologicamente à revisão bibliográfica para a promoção de um estudo básico exploratório e qualitativo fundamentado em artigos científicos e demais produções científico-acadêmicas que se mostrem úteis e pertinentes à pesquisa em tela. Como revisão crítica, o foco se dará na importância dos jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula e sua importância para a área da Matemática.

Nos últimos anos o ensinar matemática tem sido uma grande preocupação, que veio depois do Movimento da Matemática Moderna (MMM), o qual tem como legado a conscientização da existência de problemas ligados a matemática, a importância de se formar conceitos, e o interesse em encontrar a didática com recursos e técnicas que possam melhorar o ensino de matemática (PIRES, 2008). De acordo com Grandó (2000), o uso de jogos é um método didático significativo que faz com que o aluno faça parte do processo ao qual está sujeito e abre caminho para a evolução da imaginação, da criação e da reflexão, e traz para o aluno um sentimento prazeroso durante o processo de aprendizado.

Espera-se que essa monografia motive mais pessoas a pesquisarem sobre o tema, sempre visando uma educação de mais qualidade para as nossas gerações futuras, que precisam de uma boa base e preparo para enfrentar o mundo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Fiorentini (1994) discutiu o desenvolvimento da educação matemática no Brasil:

[...] delimitaremos a Educação Matemática como área de saber que procura de modo sistemático e consistente investigar problemas ou responder indagações relativas ao ensino e à aprendizagem da matemática, bem como, à formação de professores, ao contexto escolar, cultural e sociopolítico em que ocorre a prática pedagógica (FIORENTINI, 1994, p. 7).

Conforme analisa Granado (2000), a maneira que a matemática tem sido utilizada, favorece grandes quantidades de conteúdo ao invés da qualidade do trabalho dos alunos e os conteúdos utilizados são obsoletos. Novos conteúdos podem ser desenvolvidos conforme a necessidade da sociedade, a escola não pode se isolar, precisa atender as necessidades atuais dos alunos, sendo assim, os professores precisam aprimorar sua forma pedagógica atual para atender o desafio de ensinar hoje o que será útil amanhã.

Todo aluno tem capacidade de ter um bom raciocínio matemático, mas isso depende do método de ensino usado na sala de aula:

[...] todo aluno normal é capaz de um bom raciocínio matemático desde que se apele para a sua atividade e se consiga assim remover as inibições afetivas que lhe conferem com bastante frequência um sentimento de inferioridade nas aulas que versam sobre essa matéria (PIAGET, 1975, p. 65).

Profissionais do campo da Psicopedagogia vem usando jogos para diagnosticar e fazer intervenções psicopedagógicas, e defendem:

Quanto ao aspecto psicológico, o jogo de regras contribui para o desenvolvimento de uma relação professor-aluno ou cliente-psicopedagogo, baseada no respeito, na admiração, na aprendizagem. É a possibilidade de aprender com o outro, de 'fazer igual', isto é, tomá-lo como referência e até mesmo superá-lo; aprender que ganhar é tão circunstancial quanto perder (MACEDO et al., 1997, p. 151).

Segundo McFeetors e Palfy (2018), os jogos vêm sendo recomendados há muito tempo como um meio pelo qual os alunos desenvolvem a compreensão da matemática. Os jogos podem ser usados na educação matemática para desenvolver o entendimento conceitual e refinar a capacidade de solução de problemas.

Os jogos de matemática em sala de aula proporcionam o entusiasmo, são motivadores, melhoram as atitudes dos alunos, são jogados ativamente, envolvem a cooperação dos estudantes e ajudam a desenvolver a resolução de problemas e desenvolvem níveis superiores de pensamento. Essas são algumas razões para a inclusão de jogos matemáticos na sala de aula.

Segundo Bezerra et al. (2016), os jogos matemáticos contribuem para a aplicação dos conceitos ensinados na sala de aula, esse tipo de abordagem ajuda o aluno a construir seu conhecimento comparando respostas, aprimorando sua capacidade de cálculo mental e pensamento lógico matemático.

Kamii e Clarck (1991) alegaram:

Jogos em grupo fornecem caminhos para um jogo estruturado no qual eles são intrinsecamente motivados a pensar [...] jogos incentivam interação social, competição e desenvolvem a autonomia. A possibilidade de fazer regras, tomar decisões juntos é essencial para o desenvolvimento da autonomia [...]. A interação social implícita nos jogos de matemática fornece alternativa para o professor como recurso do encontro de respostas certas. Quando as crianças discutem quais respostas estão certas, elas se tornam fontes da verdade e as crianças desenvolvem confiança em suas próprias habilidades para descobrir as coisas (KAMII; CLARK, 1991, p. 172).

Em seu trabalho Bezerra et al. (2016) declararam:

Os jogos matemáticos motivam os alunos a aplicarem os conhecimentos já adquiridos e estabelecer reflexões sobre os resultados obtidos nas jogadas com os demais jogadores, na fixação das regras, nas definições e teoremas. Por meio do jogo o aluno busca nas estruturas mentais conteúdos que estão armazenados e a sua aplicação na jogada e, avançando ou não o aluno amplia o leque de conhecimentos matemáticos, pois tem o desejo de vencer (BEZERRA et al., 2016, p. 54).

O professor de matemática tem um papel fundamental na adaptação intelectual com a vivência de jogar. O professor de matemática deve ir com seu planejamento já preparado para a sala de aula para que possa então atingir seu objetivo com a aplicação dos jogos. Pucetti (2004) afirma:

A comunicação matemática, através dos jogos e dos materiais concretos na construção dos conceitos e na representação da linguagem matemática, é importante para o desenvolvimento de uma criança. De modo geral, quando bem usados, [os jogos] podem levar o aluno a desenvolver o raciocínio, a capacidade de dedução e melhor entendimento de novos conceitos. Nesse sentido, caberá aos professores saber aproveitá-los em suas aulas, verificando o momento conveniente para a sua utilização, com o objetivo de conseguir a abstração dos conhecimentos experimentados (PUCETTI, 2004, p. 110).

McFeetors e Palfy (2018) indicaram pesquisas que apoiam a inclusão de jogos na sala de aula, e destacaram como benefício a melhoria da atitude e motivação dos alunos ao aprender matemática.

De acordo com Bezerra et al. (2016), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) do Ensino Fundamental e Médio, em conjunto com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9.394/96), estabelecem uma Base Comum Nacional para um currículo com objetivos específicos, como aponta o PCN (1998):

Há um razoável consenso no sentido de que os currículos de Matemática para o ensino fundamental devam contemplar o estudo dos números e das operações (no campo da Aritmética e da Álgebra), o estudo do espaço e das formas (no campo da Geometria) e o estudo das grandezas e das medidas (que permite interligações entre os campos da Aritmética, da Álgebra e da Geometria. [...]. Um olhar mais atento para nossa sociedade mostra a necessidade de acrescentar a esses conteúdos aqueles que permitam ao cidadão “tratar” as informações que recebe cotidianamente, aprendendo a lidar com dados estatísticos, tabelas e gráficos, a raciocinar utilizando ideias relativas à probabilidade e à combinatória (PCN, 1998, p. 34).

Com o PCN cada escola pode desenvolver seu próprio currículo. Esse documento é um auxílio para o professor revisar suas práticas diárias. No documento estão orientações para todos os segmentos da educação, e mais especificamente para a Matemática, recomendando o uso da tecnologia e jogos.

Além de determinar os benefícios do uso de jogos para aprender matemática nas salas de aula, McFeetors e Palfy (2018) investigaram contextos específicos em que os jogos podem ser utilizados:

- Jogos educativos criados com a intenção explícita de ensinar ideias matemáticas específicas.
- Jogos de cartas como “Close to 20” (OLSON, 2007) e jogos de tabuleiro com placas numéricas lineares (ELOFSSON et al., 2016) que dão suporte a fluência computacional.
- Jogos antigos, como o NIM (REEVES; GLEICHOWSKI, 2006) e o Mancala (MCCOY; BUCKNER; MUNLEY, 2007), proporcionam localizações cultural e historicamente ricas para o raciocínio.
- Jogos de computador, como Lines e Minecraft, promovem o raciocínio lógico e espacial, respectivamente.

Além de entretenimento, jogos produzidos comercialmente podem proporcionar oportunidades de aprendizado em matemática mesmo tendo como sua intenção primária a recreação. Os professores compartilharam ideias para usar Farkle para aprender probabilidade ou SET para exploração combinatória. Jogos comerciais baseados em quebra-cabeças como Rush Hour e Logix mostraram-se eficientes para melhorar o raciocínio lógico das crianças.

Os jogos matemáticos, de acordo com Kamii e Devries (1991), além dos benefícios já mencionados, auxiliam

na possibilidade de criar oposições a ações de estratégias, por exemplo, criando, assim, características importantes para o desenvolvimento do indivíduo, seja no âmbito da educação ou na vida como um todo. Dessa forma, os autores supõem que para que os jogos possam ter uma serventia educativa para as crianças, estes devem seguir alguns parâmetros, sendo os principais:

Propor alguma coisa interessante e desafiadora para as crianças resolverem.

Permitir que as crianças possam se autoavaliar quanto ao desempenho.

Permitir que todos os jogadores possam participar ativamente do começo ao fim do jogo. (KAMII, DEVRIES, 1991, P.5)

Por muito tempo, confundiu-se o ato de ensinar com a mera transmissão de conhecimentos, considerando esta a única maneira de aprendizado existente, isto é, nos moldes clássicos – aluno como agente passivo no processo de aprendizagem, professor como agente ativo, transmitindo o conteúdo para o aluno que deve absorvê-lo, apenas, sem questionar, como uma esponja retendo todo o líquido ensinado pelos mestres. Além disso, o método da repetição também era considerado o mais valioso, ou seja, o aluno repetia o que o professor estava transmitindo, seja em forma de exercício, ditado, enfim, realmente colocando o aluno em posição de absorver os ensinamentos, sem questionar ou ser ativo nesse processo.

Com o passar do tempo, chegando aos tempos atuais, felizmente, esse quadro se alterou e, hoje em dia, o interesse do aluno comanda o processo de ensino-aprendizagem, sendo ele o ponto de partida para que se possa atingir o máximo do ensinamento. Dessa forma, os professores saem do local de agentes ativos para agentes geradores de interesse, isso é, de situações que estimulem o pensamento do aluno e o façam ficar interessado naquilo que estão a ensinar. É exatamente nesse local que entra o jogo como um motivador para o aluno, pois, de acordo com Antunes (2001):

É nesse contexto que o jogo ganha um espaço como ferramenta ideal da aprendizagem, na medida em que propõe estímulo ao interesse do aluno, que como todo pequeno animal adora jogar e joga principalmente sozinho e desenvolve níveis diferentes de sua experiência pessoal e social. O jogo ajuda-o a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem. (ANTUNES, 2001, p. 36)

Kami (1991) é um dos principais teóricos a enfatizar a importância dos jogos no desenvolvimento dos indivíduos, principalmente no que diz respeito às cognições, área deveras importante para o processo de aprendizagem não só da matemática, como também de outras ciências, pois o autor afirma que “o jogo é uma forma de atividade particularmente poderosa para estimular a vida social e a atividade construtiva da criança” (1991, p. 9). O jogo ter regras é fundamental para que as crianças possam se desenvolver “não apenas social, moral, e cognitivamente, mas também política e emocionalmente através dos jogos com regras” (KAMII, 1991, p.38).

## 2.2 BREVE PANORAMA DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÃO DOS LOGARITMOS

A formação de um conceito matemático surge do interesse e da necessidade de um povo. Isto mostra que é possível observar na história da matemática, fatos que mostram as práticas nascidas de uma necessidade e em seguida a sua aplicabilidade. A partir do momento em que houve a necessidade de resolver um problema real, passou a estudar um novo conceito, que aplicado a tal situação acabou dando conta de solucioná-lo.

De acordo com Briggs (apud HOGBEN, 1970, p. 485) pode-se definir os logaritmos como “(...) números inventados para possibilitar a solução mais rápida dos problemas aritméticos e geométricos [...] por seu intermédio, evitam-se multiplicações e divisões trabalhosas, e efetuam-se todos os cálculos por adição, ao invés de multiplicação e subtração e divisão.” O autor também diz que outras contas difíceis foram facilitadas, como “a curiosa e trabalhosa extração de raízes é efetuada com grande facilidade [...] Em suma, todos os problemas, não só de aritmética e geometria, mas também de astronomia, são resolvidos com mais simplicidade e facilidade (...)”. (BRIGGS apud HOGBEN, 1970, p. 485)

Assim como com os logaritmos:

Os logaritmos surgiram no início do século XVII, e foram desenvolvidos como método para facilitar cálculos complicados, como exemplo, a multiplicação de números grandes (ou com várias casas decimais), que se faziam necessários na Astronomia e na Navegação. Até essa data, a ferramenta disponível era um método chamado prostaférese (do grego *prosthesis* + *aphaeresis*, adição e subtração), baseado em fórmulas trigonométricas que convertem produto em soma e usando tabelas trigonométricas (naquela época existiam tabelas trigonométricas bem precisas). Esse método era melhor do que usar o algoritmo da multiplicação, mas não era simples e era limitado por não efetuar multiplicações com mais de três fatores ou calcular potências e raízes, portanto havia a necessidade de descobrir uma ferramenta melhor (SOARES, 2010, p. 23).

O logaritmo ainda continua tendo aplicações tal como, fórmulas de crescimento populacional; na Química, o cálculo do pH; e na Física. Sua invenção se deve ao escocês John Napier (1550-1617), que publicou em 1614 o *Mirifici logarithmorum canonicis descriptio* (Uma descrição da maravilhosa regra dos logaritmos).

A publicação em 1614 Ele se baseou na propriedade das potências que na multiplicação conserva-se a base e soma-se os expoentes. Para que não houvesse grandes diferenças entre as potências (lacunas)

ele usou unidade a base próxima a 1 ( ) e para evitar as casas decimais, multiplicou as potências por . Logo se , então  $L$  era o “logaritmo” (do grego *logos* + *arithmos*, razão + números). Só que sua base se aproximava do sistema de logaritmos de base , por isso que o sistema de logaritmos de base foi nomeado de logaritmos neperianos (PIPPA, 2014, p. 46).

Outra pessoa importante no processo histórico do logaritmo foi John Neper, a quem foi atribuído o método Naiper, após ser movido pelo estudo de diversas sequências, as quais tinham lógica de acordo com os logaritmos e este mesmo não sendo um matemático profissional, começou a perceber particularidades nas sequências e, assim, pode prever que havia algo de incomum que deveria ser estudado.

O método Naiper é mais bem visualizado do que explicado. Para isso, observe a tabela abaixo:

				5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
2	4	8	16	32	64	128	256	512	1024	2048	4096	8192	16384	32768

Diagram illustrating the Napier's method. A blue box above the table shows  $5 + 9 = 14$ . A green box below the table shows  $16 \times 512 = 16384$ . Arrows indicate the relationship between the sum of exponents and the product of powers.

Nessa tabela, os números de cima figuram como expoentes, já os de baixo são considerados potências de 2 que tem correspondência direta com esses expoentes. Assim, por meio dessa tabela de logaritmos, contas deveras complicadas como  $32 \times 512$  podem ser calculadas com operações de adição.

O método Napier é muito similar a essa tabela. Ele foi feito baseado na ideia de facilitar cálculos complicados por simples adições de no máximo dois números. Entretanto, para que ele conseguisse este feito, era necessário que elaborasse uma sequência de números para a segunda linha que tivesse a razão aproximada ao valor de 1. Isto é, Napier precisava reduzir a diferença entre os números da primeira e segunda linha, pois assim teria mais chances de obter sucesso. Por exemplo, na tabela supracitada a razão entre os números é 2, o que acaba gerando grandes lacunas entre os termos quando se pensa em ordem sequencial.

Assim, Napier resolveu a problemática ao utilizar a razão  $(1 - 1/107)$ , pois o resultado desta é um número aproximado a 0,99999999. Assim, para que não houvesse tanta repetição de decimais, ele multiplicou as potências obtidas por 7, o que fracionou esse número. De acordo com a tabela proposta, a conta ficou da seguinte maneira:  $N = 107(1 - 1/10)L$ .

### 2.3 OS JOGOS MATEMÁTICOS NO APRENDIZADO DE LOGARITMOS EM SALA DE AULA

Tal como informam os autores Real et al. (2016) é recorrente a percepção de que a Matemática, enquanto disciplina escolar, representa um temor para a grande maioria dos estudantes, especialmente pelo fato de que estes possuem algum nível de dificuldade em compreendê-la.

De acordo com Silva (2013 p.5) o estudo de logaritmo pode ser definido como

O estudo dos logaritmos configura-se como um dos principais temas abordados na 1ª série do ensino médio. Isso se deve ao fato de que muitos fenômenos naturais podem ser modelados usando a função logarítmica. O que ocorre é que muitos discentes concluem o Ensino Médio sem conseguir perceber a importância que esse tema tem na modelagem de fenômenos. As funções exponenciais e logarítmicas são importantes nesse estudo, pois são usadas para descrever muitos fenômenos, sendo aplicado na matemática financeira, crescimento populacional etc.

Desta feita, devem ser buscadas por parte dos docentes atividades pedagógicas mais didáticas e que chamem a atenção de seus alunos, neste íterim, elevam-se como relevantes os jogos, a serem utilizados nas aulas de Matemática para alcançar a potencialização do ensino da disciplina como um todo, uma vez que possibilitam o ensino e aprendizagem lúdica e prazerosamente (REAL et al., 2016).

Porém, em que medida os jogos podem contribuir para a aprendizagem dos conceitos de logaritmos? Tendo em vista a importância do logaritmo como ferramenta de inúmeras ciências, como geografia, física, química, engenharias em geral etc. Dessa forma, é preciso saber como esses jogos auxiliam no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Dessa forma, os autores Quartieri & Rehfeldt (2004) determinam que:

O jogo pode ser uma estratégia a ser utilizada nas aulas de Matemática, mas deve representar um desafio e provocar o pensamento reflexivo. É necessário que seja planejado, adequado e adaptado à realidade e aos conhecimentos dos alunos. O papel do educador é fundamental. Ele deve analisar e avaliar a potencialidade educativa dos diferentes jogos, bem como o aspecto curricular que deseja desenvolver. Assim, o jogo pode ser um divertimento e, ao mesmo tempo favorecer a aprendizagem, tornando as aulas menos livrescas e mais atraentes (QUARTIERI, REHFELDT, 2004, p. 9).

Corroborando com tais perspectivas, Pimenta e Lucena (2004) denotam, portanto, que é papel da educação humanizar o homem, e assim, tal dimensionamento deve, necessariamente, estar presente no cotidiano da prática docente. Essa questão dialoga com Freire (2005), que deixa claro que quando o homem se preocupa em ser humanizado é porque tem noção da tamanha desumanização na qual é submetido, como pode se observar no fragmento abaixo:

Constar essa preocupação implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez, sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização (FREIRE, 2005, p. 32)

Desta feita, deve-se partir, inicialmente, a uma reflexão do docente acerca do seu papel como educador, sempre colocando-se como crítico em relação ao seu procedimento e a sua metodologia de ensinar. De maneira que, é relevante destacar, o professor, além de encontrar-se sob o papel de educador, contribui direta e profusamente nos processos de transformação de seus alunos para que venham a ser sujeitos sociais e críticos (PIMENTA, LUCENA, 2004).

Passando à análise de jogos especificamente aplicados ao ensino de logaritmos, destaca-se que Silva (2014) criou um jogo lúdico chamado Corrida Logarítmica, com o objetivo expresso de amenizar determinadas dificuldades apresentadas por estudantes do Ensino Médio em relação ao conteúdo de logaritmos.

Com a aplicação de seu jogo, Silva (2014) expõe que aqueles estudantes que tinham dificuldades no desenvolvimento de operacionalizações com o uso de logaritmos conseguiram melhor assimilar e identificar a temática, alcançando uma aprendizagem verdadeiramente significativa.

Por outro lado, observa-se que em meio aos estudos de autores como Real et al. (2016) e Andrade et al. (s/d), o recurso para o desenvolvimento de conhecimentos a respeito dos logaritmos selecionado e confeccionado pelos pesquisadores foi o dominó de Logaritmo, atividade adaptada dos estudos desenvolvidos por Gaertner et al. (2007).

Andrade et al. (s/d) aprofunda as disposições de Gaertner et al. (2007) criando o jogo “logaritmonencial”, que associa o ensino de logaritmo e de exponencial, que, por sua vez, é composto por 24 cartas, compreendendo um formato de “dominó adaptado” e em meio ao qual as cartas contém quatro divisões, duas apresentando operações uma de cada assunto e as outras duas com seus respectivos resultados.

Na atualidade, o ensino dos logaritmos tem sido mais dinâmico e apropriado para o meio no qual são utilizados, como se pode ver no exemplo abaixo:

IMAGEM 1 – EXEMPLO DE JOGO COM LOGARITMO



6

O jogo supracitado, retirado do blog Laboratório Sustentável de Matemática, consiste em um bingo de logaritmos, os alunos começam confeccionando as cartelas do bingo com canetinha sobre papel do tipo cartolina, que viram fichas com logaritmos baseados em uma lista que contém 20 logaritmos. Dessa forma, as cartelas são compostas pela combinação de 9 resultados referentes a essas combinações.

O jogo acontece da seguinte maneira:

São distribuídas para os alunos as cartelas. Sorteia-se uma ficha da sacola falando alto para turma e registrando no quadro. Com auxílio de toda a turma foram realizados os cálculos no quadro aplicando a definição de logaritmo, conforme abaixo:

$ax=b \Leftrightarrow x=\log_b a$  sendo  $b>0$ ,  $a>0$  e  $a\neq 1$

Na igualdade  $x=\log_b a$  temos:

a: base do logaritmo

b: logaritmando

x: logaritmo

O resultado de cada logaritmo compõe as cartelas que os alunos recebem. E em cada cartela há 9 resultados. Em cerca de 30 minutos, surge o primeiro ganhador. Aquele que completa a sua cartela por inteiro e grita bingo. (Domingos, 2017).

Ademais, os autores Andrade et al. (s/d) auferem que após a aplicação de seu jogo foi possível a percepção de que os alunos obtiveram uma melhor compreensão a respeito do conteúdo em foco, especialmente pelo fato de que a prática docente saiu do modelo tradicional de ensino e o jogo foi apresentado como ferramenta de extrema importância para a persecução de tais resultados positivos.

No estudo dos autores Feitosa et al. (s/d), foi utilizado o dado logaritmo, que intencionava proporcionar maior interesse aos estudantes a respeito do assunto logaritmos e por meio da dinâmica proposta pelo material viabilizado, logrou-se êxito no que tange ao alcance de tal objetivo, a exemplo, restou perceptível que houve aprendizagem do conceito de logaritmo e de suas propriedades com o advento da utilização de dados cúbicos e de dodecaedros que associaram-se para auxiliar no estudo de logaritmos de forma dinâmica e eficaz.

E assim, para Feitosa et al. (s/d), o jogo, realmente, faz com que os alunos prestem mais atenção, se envolvam com todo o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, obtivessem um bom desenvolvimento no raciocínio lógico-matemático para a resolução das operações com o uso de logaritmos, preparando-os especialmente para que, futuramente, não tivessem dúvidas básicas no desenvolvimento atividades com maior grau de dificuldade.

Porém, cabe notar que em todos os estudos aqui brevemente analisados, observa-se a clareza de seus pesquisadores no que tange a necessidade de melhorias para dar continuidade à aplicação do jogo, levando em consideração a possibilidade de incluir na prática desenvolvida o emprego e desenvolvimento de cálculos mais complexos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse trabalho, pode-se concluir que os alunos obtêm uma melhor compreensão no processo de ensino-aprendizagem quando os professores saem do método tradicional de professor ativo, aluno passivo e buscam trazer ferramentas mais interessantes e lúdicas para a sala de aula, a fim de atuar nesse processo, pois, por meio dos jogos, foi possível constatar que os alunos começaram a se sentir mais confiantes em fazer contas com logaritmos, porque o jogo deu a dinâmica necessária para que eles pudessem viver e sentir que construíram esse conhecimento de verdade, mesmo que seja brincando.

As experiências relacionadas ao uso de jogos matemáticos no aprendizado de logaritmos em sala de aula contribuem não só para o aprendizado dos alunos como na formação profissional dos professores, tendo em vista que esses precisam se atualizar e compreender formas de atingir melhor os objetivos que pretendem atingir com os alunos. A educação precisa ser constituída com liberdade e com afeto ao prazer. Nas palavras de Freire (2003),

(...) é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento. No processo de ensinar há o ato de saber por parte do professor. O professor tem que conhecer o conteúdo daquilo que ensina. Então para que ele ou ela possa ensinar, ele ou ela tem primeiro que saber e, simultaneamente com o processo de ensinar, continuar a saber porque o aluno, ao ser convidado a aprender aquilo que o professor ensina, realmente aprende quando é capaz de saber o conteúdo daquilo que lhe foi ensinado. (2003, p. 79)

Por fim, pode-se concluir que há mais sucesso nas experiências relacionadas com o lúdico para com os alunos, principalmente no ensino da matemática, que muitas vezes é deveras complicado para que estes entendam o que está sendo ensinado. Assim, espera-se que mais profissionais fiquem contagiados com o que foi aqui destacado e utilizem jogos como forma pedagógica de aprendizado em suas salas de aula, quebrando as fronteiras da sala de aula quadrada e tradicional, fazendo uma escola mais ativa e dinâmica para aqueles que participam dela.

Para finalizar, de acordo com Freire, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Inspirados por essa citação desse grande pensador que tanto refletiu sobre ensino no Brasil e no mundo, espera-se que fique claro o intuito pedagógico desse trabalho da criação de possibilidades para a construção da educação, dia após dia, um tijolo por vez, levando em consideração toda a carga de mudança de vida que essa atitude pode trazer na vida dos alunos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eduardo da Silva; OLIVEIRA, Jéssica de Fátima Pontes de; GOMES, Leonardo Cinésio. Jogo

logaritmonencial, explorando os conceitos de logaritmo e exponencial com a utilização de jogos. **IX EPBEM** – Encontro Paraibano de Educação Matemática. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/epbem/trabalhos/TRABALHO\\_EV065\\_MD4\\_SA8\\_ID71\\_12102016181150.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/epbem/trabalhos/TRABALHO_EV065_MD4_SA8_ID71_12102016181150.pdf). Acesso em: ago. 2022.

ANTUNES, C. **Como transformar informações em conhecimentos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BEZERRA, Débora de Jesus et al. Jogos matemáticos e materiais manipuláveis: contribuições significativas no desenvolvimento dos blocos de conteúdos de matemática no ensino fundamental II. **XII Encontro nacional de Educação Matemática**, 12., 2016, São Paulo. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades... São Paulo: [s.n.], 2016. p. 1-8.

DOMINGOS, Darling in Laboratório Sustentável de Matemática. **Bingo de Logaritmos**. Disponível em <https://www.laboratoriosustentaveldematematica.com/2017/02/bingo-de-logaritmos.html>. Acessado em ago. 2022.

ELOFSSON, Jessica et al. Playing number board games supports 5-year-old children's early mathematical development. **The Journal of Mathematical Behavior**, Sweden, p. 134-147, jul. 2016.

FEITOSA, Arlison Marreiro; BARROS, Lucas dos Santos; LIMA, Ediléa Nazaré de. Dado Logaritmo. **Educação Matemática em Revista**, S/D.

FERREIRA, R. L. **Uma sequência de ensino para o estudo de Logaritmos usando a Engenharia Didática**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante). Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física e Matemática. Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, 2006.

FIORENTINI, D. A Educação Matemática Enquanto Campo Profissional de Produção de Saber: a trajetória brasileira. **Revista Tecno-Científica DYNAMIS**. Blumenau, vol. 2, n° 7, p. 7-17, abr./jun. 1994.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GAERTNER, R.; STOPASSOLI, M. A.; OECHSLER, V. **Materiais didáticos nas aulas de Matemática no Ensino Médio**: uma proposta viável. In: Encontro Nacional de Educação Matemática - ENEM, IX, 2007.

GRANDO, Regina Célia. **O conhecimento matemático e o uso de jogos na sala de aula**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Matemática. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas: Unicamp, 2000.

HOGBEM, L. **Maravilhas da Matemática influência e função da Matemática nos conhecimentos humanos**. Tradução: Paulo Moreira da Silva, Roberto Bins e Henrique Carlos Pfeifer. Porto Alegre: Globo, 1970.

KAMII, C. S.; CLARK, G. **Reinventando a aritmética**: implicações do livro de Piaget. Campinas: Papirus, 1991.

KAMII, C.; DEVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil**: implicações na teoria de Piaget. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

MACEDO, L.; PETTY A. L. S.; PASSOS, N. C. **Aprender com jogos e situações-problema**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MARCONI, M. d. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MCCOY, Leah P.; BUCKNER, Stefanie; MUNLEY, Jessica. Probability games from diverse cultures. **Mathematics Teaching in the Middle School**, v. 12, n. 7, p. 394-402, mar. 2007.

8 MCFEETORS, P. Janelle; PALFY, Kylie. **Educative experiences in a games context**: Supporting emerging reasoning in elementary school mathematics. Canada: The Journal Of Mathematical Behavior, 2018.

OLSON, J. C. Developing students' mathematical reasoning through games. **Teaching Children Mathematics**, 2007. 464–471 p.

PIMENTA, S. G., LUCENA, M. S. Coleção docência em formação. **Série saberes pedagógicos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 47.

PIPPA, Tania Cristina Maggioni. **A função logaritmo e a régua de cálculo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em mestrado Profissionalizante em Matemática. Instituto de Ciências Matemáticas. Universidade de São Paulo. São Carlos: USP, 2014.

PIRES, Célia Maria Carolino. Educação Matemática e sua Influência no Processo de Organização e Desenvolvimento Curricular no Brasil. **Bolema - Boletim de Educação Matemática UNESP**. Rio Claro (SP), Ano 21, nº 29, v. 1, 2008, pp. 13 a 42.

PUCETTI, S. **Educação matemática no ensino médio a partir da lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394/96**. Dissertação (Mestrado). Universidade São Marcos. São Paulo, 2004.

QUARTIERI, Marli Teresinha; REHFELDT, Márcia Jussara Hepp. **Jogos matemáticos para o ensino médio**. In: VIII Encontro Nacional de Educação Matemática. Sociedade Brasileira de Matemática. 2004.

REAL, Luana Pereira Villa; RITTER, Denise; BULEGON, Ana Marli. **Uso de jogos para o ensino de logaritmos**. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/315612619\\_USO\\_DE\\_JOGOS\\_PARA\\_O\\_ENSINO\\_DE\\_LOGARITMOS](https://www.researchgate.net/publication/315612619_USO_DE_JOGOS_PARA_O_ENSINO_DE_LOGARITMOS). Acesso em: ago. 2022.

REEVES, Charles Andy; GLEICHOWSKI, Rosemarie Reeves. Engaging contexts for the game of NIM. **Mathematics Teaching in the Middle School**, v. 12, n. 5, p. 251-255, dez. 2006.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, vol. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007.

SILVA, I. B. da. Corrida logarítmica. In: ENGELMANN, J. **Jogos matemáticos: experiências no PIBID**. Natal: IFRN, 2014. p. 47 - 54.

SILVA, Josiel Pereira da. Logaritmos e Aplicações. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Mestrado Profissional em Matemática) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia. Campina Grande, 2013

SOARES, Evanildo Costa. A história dos logaritmos como contribuição à matemática do ensino médio. **X Encontro Nacional de Educação Matemática**. Salvador, 2010.

VIDIGAL, C. E. L. **(Re)Significando o conceito de Logaritmo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC-MG, 2014.

## A infância na escravidão

### *Childhood in slavery*

Selma Aparecida Araújo Campos

Submetido em: 13/08/2022  
Aprovado em: 14/08/2022  
Publicado em: 19/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.340

#### RESUMO

O Trabalho de crianças e adolescentes como fonte de renda de famílias carentes é o foco de discussão no presente estudo, objetivando traçar os limites entre a dignidade do trabalho por ele desenvolvido e a situação de total exploração desses menores, especialmente dos menores de 14 anos. A necessidade de que essas crianças contribuam nas despesas domésticas distorcendo o princípio de que os pais devem criar e educar seus filhos, provendo-lhes com as condições necessárias a um desenvolvimento saudável e afastando-os de situações de risco justifica esse estudo, visto que a exploração do trabalho infantil, geralmente, está atrelada à pobreza. O objetivo geral deste estudo consiste em traçar um paralelo entre o trabalho infantil e o trabalho escravo analisar as condições socioeconômicas das famílias que acabam levando os filhos ainda pequenos ao mercado de trabalho, ainda que informal e proibido pelo nosso ordenamento jurídico; o que as leva a explorar o trabalho dessas crianças. E os objetivos específicos em: identificar outras formas de escravidão infantil. Como metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e sites especializados no assunto, e ainda, na legislação vigente.

**Palavras-Chave:** Trabalho infantil. Exploração. Escravidão.

#### ABSTRACT

The work of children and adolescents as a source of income for needy families is the focus of discussion in the present study, aiming to draw the limits between the dignity of work developed by it and the situation of total exploitation of these minors, especially those under 14 years of age. The need for these children to contribute to household expenses distorting the principle that parents should raise and educate their children, providing them with the necessary conditions for healthy development and moving them away from risky situations justifies this study, since the exploitation of child labor is usually tied to poverty. The general objective of this study is to draw a parallel between child labor and slave labor to analyze the socioeconomic conditions of families that end up leading their children to the labor market, although informal and prohibited by our legal system, which leads them to explore the work of these children. And the specific goals in identifying other forms of child slavery. As methodology, we used bibliographical research in books, magazines, articles, and sites specialized in the subject, and in the current legislation.

**Keywords:** Child labor. Exploitation. Slavery.

1

#### 1 INTRODUÇÃO

A exploração do trabalho infantil no contexto da escravidão, consiste em um tema decorrente em toda a história, todavia, foi considerado como uma prática comum, para que depois fosse percebido os problemas

causados pelo trabalho para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes e, com isso, elaboradas legislações que viesse a protegê-las.

O trabalho infantil é responsável por ferir o princípio da dignidade da pessoa humana, fazendo com que, muitas vezes, crianças e adolescente venham a abandonar os estudos, não tendo momentos de lazer, enfim, deixando de viver a sua infância, fase fundamental para a formação do cidadão.

Deste modo, o objetivo geral deste estudo consiste em traçar um paralelo entre o trabalho infantil e o trabalho escravo. Tem-se como objetivos específicos: analisar situações em que pais levam os filhos ainda pequenos ao mercado de trabalho; o que as leva a explorar o trabalho dessas crianças; identificar outras formas de escravidão infantil.

Como metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos, documentos e sites especializados no assunto estudado, e ainda, na legislação vigente.

## 1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para desenvolvimento deste estudo, que será feita em livros, artigos e sites relacionados ao assunto, bem como em revistas.

De acordo com Gil (2007), a pesquisa bibliográfica envolve a análise de diversas posições acerca de um problema. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, considerando-se que a partir das pesquisas e dos documentos já existentes será possível evoluir com mais qualidade e eficiência no estudo aqui proposto.

Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa, na qual, de acordo com Gil (2007), a primeira descreve as características de determinadas populações ou fenômenos e a segunda identifica os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TRABALHO INFANTIL EM UM CONTEXTO HISTÓRICO

A exploração de mão de obra infantil sempre existiu. Antigamente as crianças trabalhavam em serviços domésticos e em fins artesanais, na idade média, no sistema feudal as crianças trabalhavam em troca de proteção militar (MINHARRO, 2003).

Na época da Revolução Industrial o trabalho infantil era denominado de meia força, já que os salários em bem inferiores dos que os adultos e, além disso, crianças exigiam menos condições de trabalho.

As crianças trabalhavam em fábricas sem alimentação adequada e na maioria das vezes eram punidas fisicamente quando não produziam suficiente. Nesta época não havia nenhum tipo de proteção estatal para com crianças e adolescentes.

2

Somente em 1802 na Inglaterra as primeiras leis de proteção ao trabalho infantil começaram a surgir, na qual o Ministro Robert Peel vedou o trabalho infantil que ultrapasse dez horas por dia. Porém apenas com o advento do Ato de Educação Elementar que exigia que as crianças e adolescentes estudassem por no mínimo meio período a exploração de mão de obra infantil reduziu.

Na França, em 1841 contratar crianças com menos de 8 anos de idade ficou proibido, e os que tivessem entre 8 e 12 anos o período de trabalho era limitado em oito horas por dia. Entre 12 e 16 a jornada de trabalho era de 12 horas (FALEIROS, 1995).

Em 1891 a Alemanha proibiu o trabalho infantil após as 20h30 minutos e antes das 5h30 minutos. Nos

Estados Unidos a escravidão negra durou até o fim da guerra civil. Em 1916 foi aprovada no país uma lei que permitia a idade mínima de 14 anos para o trabalho infantil, porém essa lei foi considerada inconstitucional.

Em 1924, uma Emenda somente permitia o trabalho a pessoas a partir de 18 anos de idade. No Brasil, a exploração de trabalho infantil se deu já em 1530, no início do descobrimento do país incluindo maus tratos, privação de alimentos, abuso sexual, dentre outros.

No Brasil, levando em consideração que o fato de a maioria da população negra brasileira estar em péssimas condições de vida no século XX origina-se com o fim do tráfico de escravos em 1850, com o fim da escravidão em 1888 e com a tentativa de substituir a mão de obra escrava, pela mão de obra dos imigrantes, o que não alcançou todo o território brasileiro.

Também não podemos desconsiderar a importância das leis contra a escravidão para melhoria da vida da população negra. O que podemos refletir é que o Estado não criou políticas de atendimento aos escravos, que os inserissem no mercado de trabalho. As leis apenas libertaram juridicamente, mas os negros continuaram escravos, seres explorados, sob o olhar da classe burguesa (FALEIROS, 1995).

A tentativa de substituir os negros pelos imigrantes começou no século XIX, principalmente a partir da expansão capitalista. Desta forma, surgiu o problema de como enfrentar a falta de mão de obra para as lavouras de café.

A maioria dos grandes fazendeiros não queria assalariar os escravos; a saída encontrada foi lançar propostas falsas e promessas de empregos no exterior para os imigrantes que começaram a chegar, ocupando as vagas nas lavouras e nas pequenas indústrias, tomando os lugares dos escravos famintos, obrigados a mendigar e a se isolar em favelas ou regiões periféricas.

Tendo início no período monárquico no Brasil, as práticas de assistência às crianças abandonadas se utilizaram, a princípio, da Roda de Expostos, que servia para recolher esses indivíduos abandonados em um aparelho de madeira giratório em que as crianças.

Esse mecanismo, que era uma espécie de aparelho de madeira giratória que servia para deixar as crianças de forma anônima, era utilizada pelas mais diferentes classes sociais, desde os mais pobres, que não tinham condições para cuidar de seus filhos, quanto por senhores de escravos, que se utilizavam das Rodas para colocar as crianças de seus cativos, separando-as das mães para que estas pudessem ser utilizadas como ama de leite.

Havia, ainda, os casos de crianças nascidas de relações ilícitas, que os pais viam como saída para resolver seus problemas (RIZZINI; RIZZINI, 2004). De acordo com Faleiros (1995), a Roda de Expostos “foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada na prostituição e na vadiagem” (p. 235).

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, torna-se o marco em que o poder público começa a tomar ciência dos problemas vividos pelas crianças e adolescentes pobres, nesse caso, filhos de escravizados.

A lei decretava que, todos os nascidos de mulheres escravizadas, a partir da data em que esta passasse a vigorar, eram condicionados a situação de livres. No entanto, as crianças beneficiadas pela lei não tinham para onde ir, de forma que continuavam a agir como servos, assim como seus pais.

3

Outra situação comum era viver na rua ou lidar com o abandono pelas suas famílias nas chamadas Rodas dos Expostos das Santas Casas. Com a lei da abolição dos escravos, que ocorre nove anos depois, aumenta ainda mais o quantitativo de menores abandonados e/ou que passaram a viver nas ruas pelo mesmo motivo: falta de moradia e renda.

As primeiras atitudes realmente eficazes em associação à infância e a pobreza do país surgem com a criação do decreto nº 1.331A de 1854, em que se determinava o recolhimento de crianças que vagavam pelas ruas. Com o início da primeira República, os primeiros passos da assistência pública são evidenciados como uma forma de caridade oficial (RIZZINI; ARGO, 1995).

O êxodo rural se apresentou de forma especial no Brasil, a proporção alarmante de migrantes lotou os centros urbanos de forma que em alguns lugares foram decretados casos de emergência. Os trabalhos disponíveis eram a atividade que, segundo Silva (2010), denota como subempregos, ou seja, serviços domésticos e construção civil. Ainda de acordo com a autora, estes trabalhadores se sujeitavam a péssimas condições laborais, de forma que se assemelhavam as condições de escravidão para a manutenção e sustento de suas famílias, porém, sendo gradativamente substituídos por máquinas devido à falta de especialização para o trabalho.

Homens, mulheres e crianças fugidos do interior se aglomeravam nas periferias da cidade e, para sobreviverem dignamente, vendiam sua força de trabalho para atividade manufatureiras e nas primeiras indústrias.

Esse fato trata do fenômeno que posteriormente foi classificado por Karl Marx como “acumulação primitiva” do capital, situação essa que nem sequer a escravidão de homens e crianças era malvista, tanto em países europeus, como em suas colônias (LOPES, 2008).

## 2.2 TRABALHO INFANTO-JUVENIL ESCRAVO

O trabalho infanto-juvenil escravo é um crime previsto no art. 149, §2º, I, do Código Penal. A criação da Lei 10.803/2003 alterou esse artigo, na qual entende como exploração do trabalho infantil a submissão de trabalhos forçados, a sujeição de condições degradantes de trabalho, proibição de locomoção do trabalhador por algum tipo de dívida contraída com o empregador (CAPEZ, 2006).

Consta no art. 149 a seguinte redação:

*Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:*

*Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.*

§ 1.º Nas mesmas penas incorre quem:

*I – Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;*

*II – Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.*

§ 2.º A pena é aumentada de metade, se o crime for cometido:

*I – Contra criança ou adolescente*

*II – Por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.*

Em geral o trabalho infantil escravo se inicia no próprio seio familiar, com os pais que levam os filhos ao local de trabalho que na maioria das vezes é na zona rural. Os alojamentos desses tipos de trabalho se encontram em condições precárias sem oferecer o mínimo conforto e condições de higiene para os empregados (SILVA, 2010).

Vários casos de fazendas com trabalho infantil escravo foram denunciados ao longo dos anos, no ano de 2010 foi descoberto 162 trabalhadores em regime de escravidão incluindo crianças e adolescentes na Fazenda Buriti em Pirenópolis - Goiás.

Foi relatado que a maioria do regime de trabalho que se submetiam essas pessoas era semelhante ao que viviam os escravos nas senzalas na época no período colonial.

4

Trabalhavam descalços das 6h30 da manhã até às 20 horas e muitas vezes esse trabalho se estendia até a madrugada. O pagamento era realizado por meio de mercadorias vendidas por um alto preço na própria mercearia da fazenda mantida pelo sogro de Odilon Garcia (SILVA, 2010).

Os donos desta fazenda foram condenados a pagar indenização por danos morais e coletivos, na qual se exige registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social e pagamento de verbas rescisórias, além de danos morais no valor de R\$5 mil reais a cada trabalhador resgatado.

Ainda, ficou determinado o pagamento por dano coletivo no valor de R\$80 mil reais em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A partir desta condenação os donos da referida fazenda ficaram proibidos de contratar pessoas em qualquer tipo de regime, seja ele direto ou indireto (RBA, 2012).

Em 2011 foi descoberto o uso de trabalho escravo em uma produção de roupa para a marca internacional Zara, da empresa Inditex. Em uma das operações do Ministério do Trabalho que estava fiscalizando tecelagens subcontratadas de uma das fornecedoras da rede, 15 pessoas que trabalhavam no local, vindo da Bolívia e Peru, incluindo um jovem de apenas 14 anos, foram libertados de onde estavam trabalhando em situações análogas a de escravidão em duas oficinas de São Paulo.

Além dessa situação, o que foi encontrado e acompanhado pelo Repórter Brasil foi contratações ilegais, trabalho infantil, jornadas de 16 horas diárias privativas de liberdade, onde as vítimas de maneira alguma poderiam deixar o local (HASHIZUME, 2011).

### 2.3 DIREITOS E DEVERES: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe em seus Artigos 1º e 2º sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 2010 p. 11).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado com objetivando a proteção dos menores de 18 anos, garantindo-lhes um desenvolvimento físico, mental, moral e social conforme os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, para que estes possam viver em sociedade quando adultos (ISHIDA, 2001, p. 41).

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

Nesse sentido, é dever de todos assegurar-lhes com a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e ao convívio familiar e com a comunidade, sem distinção de raça, cor ou classe social (ELIAS, 2008, p. 2).

De acordo com Cury (2005, p. 298), as medidas protetivas têm como finalidade salvaguardar a família natural. Também objetiva salvaguardar a família substituta no que se refere à guarda, tutela ou adoção.

O conselho Tutelar tem a missão de acompanhar, garantir que os Direitos e Deveres da Criança e do Adolescente sejam assegurados.

O artigo 7º da Lei 8.069/90 diz que a criança e ao adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Os direitos consistem em: à vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; à convivência familiar e comunitária; à educação, cultura, esporte e lazer e à profissionalização e proteção ao trabalho (ISHIDA, 2001, p. 42).

Em relação aos deveres, a criança e adolescente devem: Cumprir regras e normas; obedecer a ordens dos pais, familiares e professores; participar da convivência familiar e comunitária; estudar e frequentar a escola; respeitar todas as pessoas independentes de raça, cor, sexo, religião ou classe social; praticar os bons costumes; conhecer os valores da escola, da família, e da sociedade; preservar os espaços públicos e meio ambientes e procurar o conselho tutelar sempre que tiver dúvida sobre direitos e deveres a serem cumpridos.

Ainda conforme os artigos 58 e 59 do Estatuto da Criança e adolescente, os Municípios com apoio dos Estados e da União, estimularam e facilitarão a destinação de recursos e espaços para as programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

O artigo 226 da Constituição Federal de 1988 conceitua a família como uma instituição essencial para a formação social. Vale ressaltar que os jovens que fazem parte de uma família desestruturada, vivem em um ambiente hostil, violento e que geralmente o pai usa droga, a probabilidade maior, embora que não seja uma regra, é que também venham ter uma vida desregrada (ISHIDA, 2001, p. 43).

#### 2.4 DE ESCRAVIDÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Os registros de tráfico internacional de pessoas apresentam números extraordinários, foram 5.800 pessoas traficadas na América do Sul entre 2012 e 2014, sendo mais da metade para exploração sexual e cerca de um terço para trabalho forçado. Sendo 2 milhões de vítimas por ano no mundo todo.

Esse poderia ser um relato de uns 20 ou 30 anos atrás ou até mesmo fazer parte de uma sinopse de uma série relatando os tempos de escravidão; podendo ser considerado a escravidão moderna, o Tráfico de Seres Humanos cresce a cada dia e o número de casos, enquanto em 2003 menos de 20 mil casos foram registrados, o número subiu para mais de 25 mil em 2016 (CASAROTTO, 2016).

É uma modalidade de crime organizado das mais lucrativas do meio, movimentando 32 bilhões de Dólares em todo o mundo conforme dados da ONUDC (Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes), perdendo apenas para o tráfico de drogas e de armas.

A referida problematização suscita diversos questionamentos, mas dois principais deles dizem respeito à origem desse mal e como indivíduos ainda podem ser comercializados e escravizados na atualidade.

Com índices exorbitantes crescendo ao longo dos tempos, pode se dizer que o tráfico de pessoas vem como uma evolução do que era dito como escravidão; muitos consideram o começo da problemática na Grécia e em Roma, quando soldados de guerras ficavam presos em território adversário e tratados como escravos, expostos a diversas humilhações além do trabalho forçado.

Passando alguns anos, mais ou menos pelo século XIV perdurando por mais algumas décadas foi então que o tráfico de pessoas começou a ganhar uma característica que tem fortemente até hoje, mercantilista, tratando os seres humanos como mercadorias a ser vendidas pelo mundo afora, como nos navios negreiros que durou por mais de 300 anos transportando pessoas pelo mundo todo, servindo para mão de obra, que até então era o principal foco, sempre visando o lucro dos traficantes (CAVALCANTE, 2014).

Uma diferença crucial com o tráfico de pessoas que ocorre nos dias de hoje e o tráfico de pessoas dos navios negreiros, que no caso, neste último não era ilegal essa prática na época.

A escravidão integrava o sistema produtivo da época, os negros ao nascer estavam predestinados a esse fato e muitos senhores brancos compravam e vendiam escravos sendo uma forma de investimento do momento.

Um caso que fica bem claro o que era fato na época foi o da escrava Honorata sendo notório em âmbito nacional e ficando emblemático pela forma que acabou “resolvendo”, mesmo com a comprovação de que foi estuprada aos 12 anos por seu senhor, não houve nenhuma forma de punição para ele.

O juiz de Olinda decidiu pronunciar o réu, com base no que era relatado pelo Ministério Público, só que ao recorrer do despacho, o Desembargador Freitas Henriques anulou o feito alegando que era proibido a escrava dar seu depoimento sem ser representada pelo seu senhor e que não poderia haver crime de estupro nesse caso porque o tipo penal exigia duas pessoas livres, sendo claramente uma decisão baseada e interpretando a legislação vigente na época da escravidão.

Como já dito, o foco era a mão de obra daquele que era traficado, mas com o passar dos anos, já chegando ao fim do século XIX, os aliciadores começaram a ver outras possibilidades de ganho com a exploração

de outrem, foi aí que começou a “troca de escravos brancos”, vindo ser considerado a primeira vez que foi tratado o tema de tráfico.

Nessa época aconteceu de muitas mulheres serem traficadas de diversas partes do mundo por redes de tráficos internacionais com a finalidade da prostituição, mulheres essas que vinham sem saber ao certo a vida que lhe esperaria, muitas até sabiam da prostituição, mas não dos maus tratos que iriam sofrer e da vida detida que iriam levar.

O Brasil foi o último país ocidental a promover a abolição do trabalho obrigatório, em 1888, não sem ter resistido por décadas. Os navios negreiros conduziram, durante 300 anos, milhões de pessoas, entre mulheres, homens e crianças, para o trabalho agrícola (CAVALCANTI, 2014).

O trabalho era a base da exploração, que também se aplicava à servidão doméstica, à exploração sexual, e às violências físicas. “*A escravidão reverberava a lógica do corpo incircunscrito do escravo, no princípio de um século, outro fluxo contínuo de pessoas se iniciou, agora proveniente da Europa*” (DAMÁSIO DE JESUS, 2003, p. 71).

Milhares de pessoas, famílias inteiras, deslocaram-se da Europa para os países do Novo Mundo, fugindo da fome e da perseguição, em busca da realização de seus sonhos.

O Brasil não ratificou a Convenção de 1968 no tocante à imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade e crimes de guerra. A razão para tal episódio foi que a ratificação encerraria consigo o efeito retroatividade das disposições da Convenção.

Essa norma foi criada pela Comissão de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) com a ambição de alcançar os crimes ocorridos durante a Segunda Guerra.

Dentre as infrações aos direitos humanos estão as de caráter sexual, conforme elucida o Estatuto de Roma art. 7º, §1º alínea g: Agressão sexual escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável.

A imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade congrega-se ao ordenamento interno pelos tratados ratificados pelo Brasil, como o Estatuto de Roma ou outros tratados que impõem aos Estados a postura de julgar ou extraditar os perpetradores desse tipo de crime, como é o caso da Convenção da ONU contra a tortura.

## CONCLUSÃO

O ritmo da redução do trabalho infantil é, sem dúvida, lento, visto que é perceptível o grande número de menores trabalhando, inclusive em atividades perigosas e proibidas por lei. Contudo, diversas ações têm sido realizadas visando o fim tal almejado, qual seja, a erradicação do trabalho infantil.

Como forma de trabalho infantil, pode ser citado o trabalho doméstico, que, disfarçado sob a forma de ajuste com os pais, depende, muitas vezes da denúncia de vizinhos, diante da dificuldade de as autoridades terem acesso ao interior de residências.

Neste particular, convém citar os inúmeros casos de maus tratos a que são submetidas meninas que desenvolvem esse serviço, muitas vezes trabalhando em troca de casa e comida e excluídas dos bancos escolares, caracterizando, inclusive, cárcere privado.

Crianças são vistas em grande número nos lixões, recolhendo algo que possa ser convertido em dinheiro, trabalho este que, além de degradante, é insalubre. Nos semáforos das grandes cidades é comum as crianças venderem quinquilharias. Na agricultura, geralmente, familiar, o trabalho é extenuante e, geralmente, não remunerado.

O trabalho artístico também merece destaque, visto que, embora possa parecer uma brincadeira para a criança, fica evidente a exploração, visto que é submetida a extensa jornada, não lhe restando tempo para atividades de lazer ou mesmo para o estudo de qualidade. A inclusão precoce da criança no trabalho produtivo traduz, em última análise, o processo de exclusão social.

Analisando-se o trabalho infantil no Brasil, ao final deste estudo pode-se constatar que a condição de desenvolvimento peculiar da criança e do adolescente foi reconhecida não apenas no ECA, mas igualmente na CF/88, posto que esta última, ao aderir à doutrina da proteção integral, atribuindo prioridade absoluta à asse-guração dos direitos destes sujeitos, fê-lo com base no princípio da dignidade da pessoa humana e no princípio da isonomia, entendendo que estes seres, em razão da especial fase de desenvolvimento em que se encontram, merecem tratamento legal diferenciado.

Além disso, constatou-se a exploração em regiões de garimpo e prostíbulos fechados, onde a prostituição está relacionada às práticas extrativistas locais nas quais, as crianças e adolescentes são usadas como escravos, mantidas em cárcere privado, vendidas algumas vezes pelos próprios pais, prostituídas no comércio local e nas regiões das fronteiras, também são usadas pelo narcotráfico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm) Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069/90**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial - dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 121 a 212)**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAVALCANTE, Thiago Muniz. O Trabalho Escravo entre a arte e a realidade: a necessária superação da perspectiva hollywoodiana. **Revista Do Ministério Público do Trabalho**, ano XXIV, n. 48, setembro de 2014, Ed. LTR, p. 49 a 66.

CURY, Munir; MENDEZ, Emílio Garcia; SILVA, Antonio Fernando do Amaral. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

DAMÁSIO DE JESUS, E. **Tráfico internacional de mulheres e crianças – Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene [Orgs.]. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Latino-Americano Del Niño, 1995. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps\\_n.11\\_ENSAIO1\\_Vicente11.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf). Acesso jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

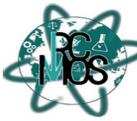
ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

8

LOPES, Márcia Helena Carvalho. Políticas Intersetoriais Integrais. **Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, 3. Rio de Janeiro, 2008.

MINHARRO, Erotilde Ribeiro dos Santos. **A criança e o adolescente no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

RIZZINI, Irene e VOGEL, Arno. O Menor Filho do Estado. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**.



Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Instituto Latino-Americano Del Niño, 1995.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, Maria Lucia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

## NFC (Near Field Communication; Campo próximo de comunicação) entendimento e aceitação

*NFC understanding and acceptance (Near Field Communication)*

Sanderson Vinicius Pereira Fonseca<sup>1</sup>

Welton Gomes Azevedo<sup>2</sup>

Guilherme Bessa Alves<sup>3</sup>

Jonathan Costa Pereira Julio<sup>4</sup>

Prof. Luciano Pimenta Valadares (Orientador)<sup>5</sup>

Submetido em: 18/08/2022

Aprovado em: 18/08/2022

Publicado em: 20/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.341

### RESUMO

Embora a dependência inevitável da humanidade com computadores não seja mais o que surpreende e admiram alguns, apesar de ser irreversível seu uso, há outros sistemas tecnológicos que passam despercebidos, como é o caso da popularização das interfaces de comunicação sem fio entre computadores. A adoção dessas interfaces sem fio está acontecendo em etapas e, curiosamente, o estilo de vida do indivíduo como um todo mudou, pois, a tecnologia NFC (Near Field Communication) permite a troca de informações de forma rápida e de curto prazo através de dispositivos compatíveis totalmente automático. Esse recurso pode ser usado com celulares, Tablets, cartões eletrônicos, tags ou qualquer dispositivo que possua tecnologia NFC. No entanto, a falta de informação sobre o dispositivo gera uma indagação de como adaptar o NFC e controlar a sua via? Uma vez que, esse mecanismo não apenas elimina a perda financeira do desgaste físico da interface e a consequente interrupção do serviço, como também possibilita que inúmeras aplicações exigem apenas um dispositivo ativo, marcando o próximo grande passo na propagação de interfaces de comunicação sem fio. Por essa razão, se faz necessário analisar como funciona a tecnologia via NFC. Visto que para o equilíbrio financeiro ou qualquer controle de comunicação sem fio, requer equilíbrio, não importando o quanto se é utilizado o sistema e sim, o controle efetivo do uso para que haja alcance dos objetivos em menos tempo e ao menor custo possível. Esse tipo de transferência, portanto, possibilita a troca de arquivos entre celulares, como fotos, vídeos, músicas, links de sites, dados criptografados, transações bancárias, podendo até substituir o uso de cartão de crédito.

**Palavras chaves:** Tecnologia NFC. Controle de acesso. Interfaces sem fio. Informações em curto prazo.

### ABSTRACT

Although the inevitable dependence of humanity on computers is no longer what surprises and amazes some, despite its irreversible use, there are other technological systems that go unnoticed, such as the popularization of wireless communication interfaces between computers. The adoption of these wireless interfaces is happening in stages and, curiously, the individual's lifestyle as a whole has changed, for, NFC (Near Field Communication) technology allows the exchange of information in a fast and short-term manner through fully automatic compatible devices. This feature can be used with cell phones, tablets, electronic cards, tags, or any device that has NFC technology. However, the lack of information about the device generates a question of how to adapt NFC and control its path? This mechanism not only eliminates the financial loss from the physical wear and tear of the interface and the consequent interruption of service, but also makes it possible for countless applications to require only one active device, marking the next big step in the propagation of wireless communication interfaces. For this reason, it is necessary to analyze how NFC technology works. Since the financial balance or any control of wireless communication requires balance, it does not matter how much the system is used, but the effective control of the use, so that the objectives are reached in less time and at the lowest possible cost.

This type of transfer, therefore, enables the exchange of files between cell phones, such as photos, videos, music, website links, encrypted data, banking transactions, and may even replace the use of a credit card.

**Keywords:** NFC technology. Access control. Wireless interfaces. Short term information.

1

1 Sanderson Vinicius Pereira Fonseca. [sanderson.fonseca@es.estudante.senai.br](mailto:sanderson.fonseca@es.estudante.senai.br)

2 Welton Gomes Azevedo. [welton.azevedo@es.estudante.senai.br](mailto:welton.azevedo@es.estudante.senai.br)

3 Guilherme Bessa Alves. [bessaguilherme51@gmail.com](mailto:bessaguilherme51@gmail.com)

4 Jonathan Costa Pereira Julio. [Jonathan.julio@es.estudante.senai.br](mailto:Jonathan.julio@es.estudante.senai.br)

5 Luciano Pimenta Valadares. (Orientador). [luciano.valadares@es.docente.senai.br](mailto:luciano.valadares@es.docente.senai.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Near Field Communication, mais conhecido como NFC, mudou a forma de trocar informações no dia a dia. Através dessa nova tecnologia é possível realizar pagamentos de forma aproximada, cujas informações podem ser transmitidas para outros dispositivos sem a necessidade de uma conexão com fios. Esse novo sistema permite que os dados sejam trocados de um dispositivo para outro sem intermediário de software só aproximando um dispositivo que contenha a tecnologia NFC em outro e a troca de dados acontece em fração de segundos. Essa técnica que visa a resolução de problemas surgiu no Japão entre 2002 e 2004 devido algumas empresas sentirem a necessidade de um dispositivo que transmitisse uma comunicação em curta distância, desenvolvendo o NFC.

Portanto, o aumento de redes sem fio e o desenvolvimento da miniaturização eletrônica abriram as portas para a adoção em massa de smartphones. Além de possibilitar a comunicação sem fio via NFC, o mesmo dispositivo pode substituir os cartões convencionais por pagamentos eletrônicos, onde em breve será possível efetuar pagamentos simplesmente aproximando o smartphone do receptor, de forma mais rápida e prática do que aquele usado hoje com cartões magnéticos ou com chip.

Por essa razão, a presente pesquisa tem por finalidade entender como se dá o uso da tecnologia via NFC, visto que, a humanidade ainda está dependente de interfaces de conexões sólidas onde alguns dispositivos eletrônicos que têm essa interface que lhe dá com muitas conexões e desconexões diariamente com o tempo passam por degradação mecânica sendo a principal causa de falha e mau funcionamento ocasionando prejuízos. Portanto, a presente pesquisa está dividida em três capítulos cujo primeiro: refere-se à tecnologia NFC; o segundo: a vantagem do NFC para os usuários; e, o terceiro: à adaptação de NFC em dispositivos.

## 2 A TECNOLOGIA NFC

A tecnologia NFC usa uma frequência de 13,56 MHz, largura de banda Até 424 Kbps para comunicação sem fio de curto alcance. O dispositivo precisa estar dentro de 4 cm de distância para iniciar a comunicação. Esta tecnologia é conhecida por funcionar com uma única aproximação para funcionar, ou seja, uma comunicação sem fio. Os dispositivos habilitados para comportar o sistema NFC são os novos Smartphones e Tablets que possuem antenas NFC em seus componentes. A fusão dessa tecnologia aumentou a popularidade do NFC, expandindo muito sua gama de aplicações. Os mais comuns hoje são usados para controlar o acesso ao transporte público e atrações de lazer e terminais de ponto de venda de cartão de crédito.

As tags NFC são chips de memória que podem ser incorporados, mais comumente encontrados em adesivos e cartões. Eles não possuem fonte de energia (passivos), então seu funcionamento depende de um leitor NFC e um campo magnético ativado pelo dispositivo móvel (ativo).

Para um dispositivo ser compatível com a tecnologia, ele deve conter uma antena NFC, que utiliza o protocolo de comunicação sem contato disposto na ISO 14443 (ORGANIZATION, 2003 p. 120). A necessidade de controlar o acesso aos eventos sempre existiu, por isso todo o processo desde a compra do ingresso até a entrada no evento é bem conhecido. Esse controle se desenvolve ao longo do tempo. Usar um smartphone e NFC para controlar o acesso a eventos é uma nova parte dessa inovação. Por ser relativamente novo, inclusive em outras áreas de aplicação, supõe-se que a maioria dos usuários seja inexperiente com a tecnologia.

2

A adoção de NFC em dispositivos móveis cresceu rapidamente e os fabricantes vêm adicionando a tecnologia aos designs de seus dispositivos móveis. Estima-se que cerca de 400 milhões de dispositivos móveis equipados com NFC tenham sido vendidos em todo o mundo, e esse número deve chegar a mais de um bilhão em 2022.

### 2.1 Vantagens do uso do NFC (Near Field Communication)

As principais vantagens para os usuários finais que utilizam NFC são: fácil conexão, transações rápidas e fácil compartilhamento de dados. Um dos fundamentos da segurança da informação é baseado na integridade, que visa garantir

que um documento não altere seu conteúdo após sua assinatura. Para fazer isso, o sistema deve ser capaz de detectar alterações não autorizadas no conteúdo. O objetivo é que o destinatário verifique se os dados não foram modificados indevidamente.

Segundo (Bruce Schneier, 1996) Existem várias técnicas para assegurar a integridade dos dados, uma delas se chama Hash ou Hash sum, que se baseia na criação de uma sequência de símbolos única baseada no documento ou conjunto de dados.

O apelo da segurança para todos os tipos de transações levou ao desenvolvimento de sistemas que utilizam a tecnologia NFC, pois suas propriedades fornecem inerentemente um nível adicional de segurança nos sistemas em que é aplicada. No caso de substituição do cartão, evita “ataques de retransmissão”, que ocorrem quando as comunicações com o cartão inteligente são retransmitidas a longas distâncias através de canais de dados alternativos. Dentre os diferentes tipos de sistemas, um deles se refere à autenticação, que leva a entrada de eventos na aplicação de controle. Embora não seja totalmente à prova de fraude.

Nos EUA e no Japão, a tecnologia tem sido usada para comprar passagens de trem, ingressos para eventos e até pagar compras. No sistema de metrô de Tóquio, você pode comprar uma passagem simplesmente segurando seu telefone próximo ao portão. Essa simples função mudou a forma como as viagens domésticas, além de aumentar a confiança na tecnologia.

## 2.2 A adaptação de NFC em dispositivos

A implementação de serviços de computação móvel utilizando a tecnologia NFC depende dos mecanismos de segurança para sua operação. As técnicas descritas permitem a criação de soluções funcionais, mas possuem limitações de usabilidade ou segurança. Portanto, é importante que haja protocolos de autenticação amigáveis e seguros entre dispositivos móveis e servidores que possuem o sistema NFC.

Esses protocolos são chamados de Protecting Touch (PT), PT1 é usado para tags de armazenamento NFC, enquanto PT2 usa tags de processador MIFARE DESFire. Em relação ao primeiro protocolo, ele funciona com qualquer tag de armazenamento e pode ser utilizado como fator de autenticação. Esta etiqueta é usada para armazenar uma chave de autenticação que associa o aplicativo a outro.

O material criptográfico armazenado no smartphone é usado para vincular o conteúdo da etiqueta à instância do aplicativo instalado. Este material pode ser simétrico ou Assimétrico para criptografar e autenticar mensagens NDEF.

Os dados do PT1 são condicionados em mensagens NDEF e podem ser armazenados em qualquer tipo de tag NFC. A carga útil OTK Payload do registro único (OTK) contém o identificador de usuário (IDuser) onde uma chave de índice de contador (CT OTK), e a chave de uso único (kOTK). A carga útil do registro é criptografada e contém um código de verificação de mensagem. A criptografia e a autenticação de mensagens são feitas usando chaves conhecidas do aplicativo e armazenado em (key vault) implementado no sistema operacional. Um vetor de inicialização aleatório para encadear blocos de cifras é mantido na memória do aplicativo.

Assumindo que o IDuser é de 4 bytes para CT OTK, já o comprimento do kOTK é de 32 bytes, e a criptografia é AES-128 e a codificação da mensagem de autenticação é HMAC-SHA-256 (32 bytes), a carga útil do registro OTK ocupará 80 bytes. E depois será necessário acrescentar um cabeçalho NDEF do tipo “fkaway.br:ptotk” com um nome do registro OTK que pode caber em 100 bytes, embora que o registro HMAC-SHA-512 e AES-256, cabe em 130 bytes.

As tags NFC podem conter um registro NDEF onde acionará o dispositivo automaticamente, por meio do Android Application Record (AAR) conforme a imagem abaixo.

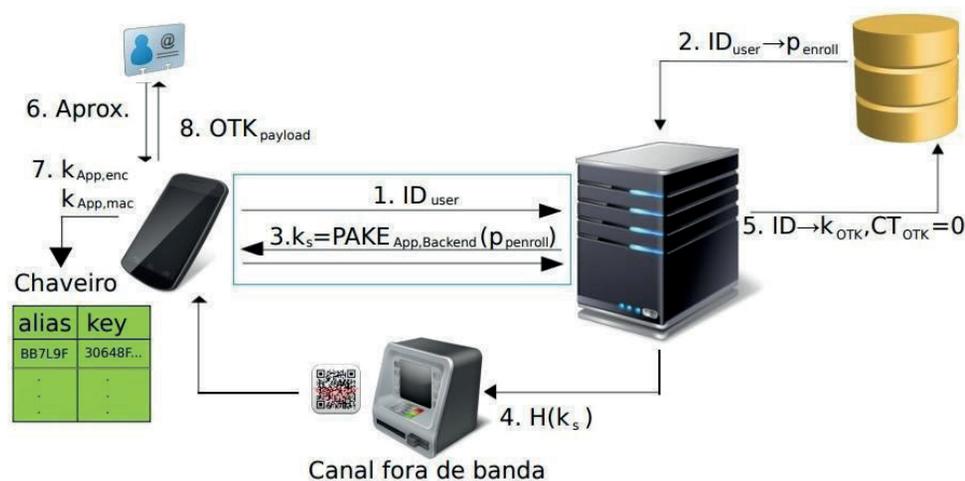


Figura 23 – Cadastramento inicial de etiqueta do Protecting Touch 1

Durante o registro inicial da tag, o aplicativo gera um novo par de chaves e os armazena em seu chaveiro, dessa forma o protocolo de inicialização é acionado pelo usuário onde será inserido no IDuser (eu identificador) e no Pen Roll (senha).

O aplicativo inicia a interação com o servidor enviando um IDuser e Indica que um novo rótulo, App æ Server: IDuser, está registrado. Depois o servidor carrega a senha de registro de seu banco de dados (usando baseado em IDuser) e a fase de autenticação começa. Se não houver correspondência a comunicação com o aplicativo será encerrada. Portanto, o aplicativo e o servidor realizam uma troca de chave, autenticada pela Pen Roll (senha) (Aplicativo+Servidor:  $k_s = \text{PAKE}_{\text{App, Backend}}(\text{Penroll})$ ).

Se a senha de registro não for considerada forte o suficiente, em alguns cenários de aplicação, a fase de autenticação pode ser realizada por meio de um canal fora de banda. Para isso, tanto o servidor quanto a aplicação geram um hash através da chave compartilhada  $k_s$ , para que o servidor passe o hash para o aplicativo através do canal fora de banda. O aplicativo compara os hashes para verificar se está se comunicando diretamente com o servidor. Esse canal fora de banda pode ser uma máquina de caixa eletrônico, que exibe o hash na forma de um código de resposta rápida (QR) legível pelo aplicativo e solicita ao usuário resultados de verificação e, uma vez logado, usa seu cartão de conta bancária e senha. O aplicativo e o servidor contam até zero e obtêm KOTK da chave de sessão. O servidor armazena uma chave de uso único e um contador inicial em seu banco de dados.

O usuário aproxima a etiqueta NFC depois de ter sido instruído a fazer o processo pelo app. Em seguida, o aplicativo gera novas chaves simétricas como  $k_{\text{App,mac}}$  e  $k_{\text{App,enc}}$  em seu chaveiro. Se ele não suportar rapidamente será gerado um novo par de chaves assimétricas. E assim, as chaves aleatórias temporárias  $k_{\text{App, mac}}$  e  $k_{\text{App,enc}}$  são geradas, criptografadas onde será armazenado na memória do aparelho. Depois o mesmo aplicativo gera um novo registro - OTK e IDuser, que nada mais é que o contador de índice de chave inicial juntamente com chave de uso único ambos criptografadas para adicionar código de verificação de mensagens através das chaves simétricas ou assimétricas temporárias e o envia para armazenamento na etiqueta.

#### Aplicativo + Etiqueta: OTK Payload

4

O protocolo de autenticação é iniciado aproximando-se a etiqueta NFC ao dispositivo móvel. Isso pode acontecer depois que o aplicativo instrui o usuário a se aproximar do rótulo, quando o usuário toca no rótulo, mesmo que o aplicativo não esteja em execução.

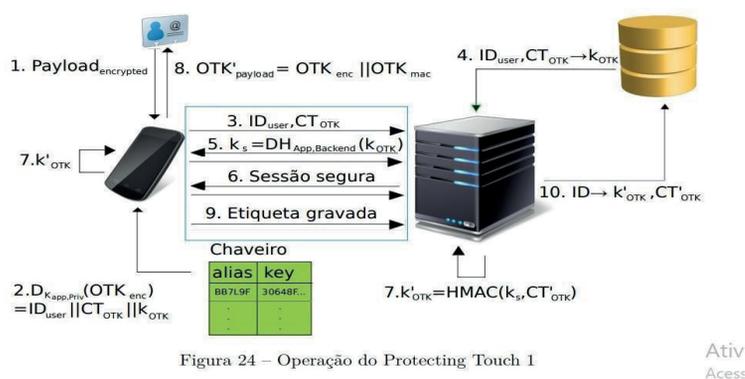


Figura 24 – Operação do Protecting Touch 1

O aplicativo lê a mensagem NDEF da etiqueta NFC e extrai o registro OTK.

Aplicativo + Etiqueta: OTK Payload

## CONCLUSÃO

Este trabalho apresenta um método de aplicação da tecnologia NFC a um sistema de cobrança, controle de passagens ou controle de acesso. Uma das prioridades do trabalho é avaliar a aceitação da tecnologia NFC entre os usuários brasileiros. Os resultados mostram que o modelo proposto e a tecnologia NFC são bem aceitos em todos os aspectos. Devido à pequena amostra de usuários avaliados, a aceitação observada deve ser considerada apenas como um indicador da alta aceitação da tecnologia NFC no mercado brasileiro para controle de acesso em qualquer tipo de empreendimento. Atualmente, a tecnologia NFC é usada principalmente para pagamentos sem contato, permitindo que smartphones sejam usados como cartões de crédito tornando o processo mais seguro. O sistema não tem só essa função, pelo contrário, o NFC tem outras funcionalidades, sendo muito útil entender suas funcionalidades no celular. Atualmente está se tornando popular no Brasil.

Portanto, pode-se entender que o NFC foi projetado para transmissão de dados via ondas eletromagnéticas de forma distanciada entre o dispositivo.

O recurso também possui velocidades de transferência mais baixas em comparação com o Bluetooth. Por outro lado, as vantagens são o emparelhamento quase instantâneo e o baixo consumo de energia. Dessa forma, a tecnologia é considerada segura justamente por operar em distâncias menores. Assim, o NFC é uma tecnologia prática e com muitas possibilidades de uso.

Um exemplo que já está sendo utilizado em larga escala no Brasil é o uso de NFC para pagamento de passagens de ônibus e metrô. Em São Paulo, algumas cidades, como São Paulo, começaram a oferecer a possibilidade de pagar os ônibus diretamente com cartão de crédito ou até mesmo um smartphone com NFC. Basta tocar na máquina, sem necessidade de digitar uma senha, como qualquer outro cartão de ônibus. NFC é uma tecnologia que anda de mãos dadas com a Internet ou IoT (Internet of Things; internet das coisas) que é um conceito que significa transformar os objetos cotidianos em objetos inteligentes e conectados. Trata-se de torná-lo mais fácil de usar e mais prático no trabalho diário. O NFC é justamente a capacidade de conectar objetos a uma rede e permitir a comunicação entre eles.

## REFERÊNCIAS

5

ABDUL, D. S.; ELMINAAM, H. M. A. K.; HADHOUD, M. M. Performance evaluation of symmetric encryption algorithms. Communications of the IBIMA, v. 8, 2009.

BARCLAYS. Contactless Mobile. 2012.. Accessed: 2015-09-30.

BOULOS, M., WHEELER, S., TAVARES, C., JONES, R., How smartphones are changing the face of mobile and participatory healthcare: an overview, with example from eCAALYX, **BioMedical Engineering OnLine**, Vol. 10, 2011.

BURKE, B. **RESTful Java with JAX-RS**. [S.l.]: O'Reilly Media, 2010.

CEIPIDOR, U. B., et al., NFC: **Integration between RFID and Mobile, state of the art and future developments**, Emerging Technologies for Radiofrequency Identification, p.78-81, 2008.

FIDO Alliance. **FIDO NFC Protocol Specification v1.0**. 2015. Implementation Draft.

FIDO Alliance. U.B., MEDAGLIA, C.M., MARINO, A., MORENA, M., SPOSATO, S., MORONI, A., Di ROLLO, P., MORGIA, M.La, **Mobile ticketing with NFC management for transport companies**. Problems and solutions, 5th International Workshop on Near Field Communication (NFC), 2013.

CHEN, L. Recommendation for key derivation using pseudorandom functions. **NIST special publication**, v. 800, p. 108, 2008.

CHOU, W. **Elliptic curve cryptography and its applications to mobile devices**. 2003.

COSKUN, V.; OK, K.; OZDENIZCI, B. **Professional Application Development for Android**. [S.l.]: Wrox, 2013.

COSKUN, V.; OK, K.; OZDENIZCI, B. **Professional NFC application development for Android**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2013.

GALITZ, W.O., **The essential guide to user interface design: an introduction to GUI design principles and techniques**, John Wiley & Sons, Inc., 3<sup>a</sup> ed., 2007.

IGOE, T, JEPSON, B., BEGINNING. **NFC: near field communication with Arduino, Android, Phoneygap**, O'Reilly Media, Inc., p.11–15, 2014.

MADLMAYR, G., LANGER J., KANTNER. C., SCHARINGER, J., **NFC Devices: Security and Privacy, Third International Conference on Availability, Reliability and Security**, ARES 08. 2008.

MATOS, A. V. Desenvolvimento **de um protótipo de aplicação para um dispositivo com sistema operacional Android para a gestão de um evento por um produtor**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012. Dissertação (Pós-graduação para Especialização em Tecnologia Java). Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/830/1/CT\\_JAVA\\_VII\\_2012\\_19.PDF](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/830/1/CT_JAVA_VII_2012_19.PDF). Acesso em 17 jun. 2022.

NFC-FORUM. **NFC and Contactless Technologies**. Disponível em: <http://nfc-forum.org/what-is-nfc/about-the-technology/>. Acesso em 15 jun. 2022.

ORGANIZATION, I. S. **International standard ISO/IEC 14443**. Technical Specification. 2003, p.18

POURGHOMI, P., SAEED, M. Q., GUINEA, G. **Secure Cloud-based NFC Mobile Payment Protocol**. Disponível em <https://eprint.iacr.org/2014/538.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

ROLAND, M., **Software Card Emulation in NFC-enabled Mobile Phones: Great Advantage or Security Nightmare?** Fourth International Workshop on Security and Privacy in Spontaneous Interaction and Mobile Phone Use (IWSSI/SPMU), Newcastle, UK, 2012.

SCHNEIR, B., **Applied Cryptography**, 2<sup>a</sup>ed., Mountain View, p.14-15, 1996.

VISA, pay. **Wave for Mobile**, Disponível em: <https://www.developer.visa.com/paywavemobile>. Acesso em 20 jun. 2022.

## A Batalha da Borracha e as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia *The Battle of Rubber and public development policies for the Amazon*

Francisco Eleud Gomes da Silva<sup>1</sup>  
Emerson Dias da Silva<sup>2</sup>  
Eduardo Gomes da Silva Filho<sup>3</sup>

Submetido em: 20/08/2022  
Aprovado em: 20/08/2022  
Publicado em: 23/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.342

### Resumo

Neste artigo, abordaremos as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia. No primeiro momento, o destaque será a borracha natural, tanto na primeira, quanto na segunda fase, quando ocorrerá a retomada da sua produção que, naquele momento, ficou conhecida como “Batalha da Borracha”. Posteriormente, as políticas públicas de desenvolvimento terão novo rumo, que incluirá a criação de vários órgãos que farão parte da infraestrutura a ser usada para o programa de desenvolvimento da Amazônia, no período do governo Vargas e, principalmente, após o golpe de Estado dos militares.

**Palavras-chave:** Batalha da Borracha. Políticas Públicas. Desenvolvimentismo. Amazônia.

### Abstract

In this article, we will discuss public development policies for Amazon. In the first moment, the highlight will be natural rubber, both in the first and in the second phase, when the resumption of its production will occur, which, at that moment, became known as “Battle of rubber”. Subsequently, public development policies will have a new direction, which will include the creation of several bodies that will be part of the infrastructure to be used for the Amazon development program, during the period of the Vargas government and, especially, after the military coup d'état.

**Keywords:** Battle of the rubber. Public Policies. Developmentalism. Amazon.

### 1 Introdução

O contexto histórico mundial daquele momento fez com que os militares fossem induzidos a fazer uma rearticulação da economia do Brasil com o capital internacional, criando condições econômicas e políticas para propiciar uma grande concentração e centralização do capital estrangeiro, nacional.

Para Octávio Ianni (1986), na prática, o que ocorreu foi que os governos militares criaram toda uma infraestrutura e entregaram a Amazônia para ser explorada de maneira intensiva e extensiva pelo capital estrangeiro. Corrobora com esse entendimento, Silva Filho (2015), que fez uma análise pormenorizada da entrada de projetos desenvolvimentistas na Amazônia durante o regime civil-militar.

De acordo com Guido Mantega (1984) o desenvolvimentismo recebeu influência direta da corrente Keynesiana que se manifestava contrária ao neoliberalismo neoclássico, pois essa ideologia foi compartilhada por uma grande maioria dos intelectuais do Brasil e América Latina nas décadas de 40 e 50, tornando-se um símbolo de luta de um número diverso de forças sociais que apostam na industrialização e na solidificação da evolução do sistema capitalista nos países de ponta desse continente.

Essa ideologia desenvolvimentista crescia tanto na nascente burguesia industrial, quanto na classe média urbana e nas forças armadas, que nesse momento encontrava-se com bastante força política na jovem república brasileira. Encorpou-se, dessa maneira, uma ideologia desenvolvimentista intervencionista, que tinha apoio nos segmentos da população representada na burocracia estatal do Estado Novo. Confirmamos a presença desta ideologia num discurso proferido por Getúlio Dorneles Vargas em 1944. Observe na fala de Vargas,

Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do “*laissez-faire*” econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos. É a anarquia pura e simples. Esta verdade, cabalmente

1

1 Servidor Público Federal. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: f.eleud@hotmail.com.

2 Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas-SEDUC-AM. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: emersonge1980@hotmail.com.

3 Professor da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-PPGH/UNIVERSO. E-mail: eduardo.filho@ufr.br.

confirmada pelas punições da guerra às grandes potências mundiais, torna-se de maior evidência em relação aos povos como o nosso, em plena fase de crescimento e expansão. (VARGAS, 1944 [Discurso] p. 57 *apud* MANTEGA, 1984, p. 29).

Como vimos acima, a partir do discurso proferido por Vargas, a gênese do desenvolvimentismo no Brasil precedeu as ações de Juscelino Kubitschek e do fatídico golpe militar de 1964.

## 2 A saga do povo cearense rumo à Amazônia e os percalços da II guerra mundial

Segundo Adelaide Gonçalves e Pedro Eymar Barbosa Costa (2008), os primeiros cearenses a enfrentar os rios em busca de seringais em 1869, considerados os primeiros paroaras, foi João Gabriel de Carvalho e Melo que trouxe neste ano para a Amazônia, especificamente para o baixo Purus, 50 homens de Uruburetama. Neste mesmo ano deslocaram-se para o Amazonas 1.603 cearenses. E em 1900 seguiram mais 15.773 migrantes, dos quais 9.296 embarcados em Fortaleza e 6.477, no porto de Camocim – todos com ajuda do Governo Federal. Consolidava-se um fluxo migratório no eixo Nordeste/ Amazônia.

Gonçalves e Costa reiteram que:

O seringueiro fez correrias contra o nativo e mudou a paisagem, alterou parcialmente o meio ambiente, pois a riqueza que buscava estava sobre a terra. Ele sangra a árvore para fazer a “pela”, não precisa arrancar a “pela” da natureza. Não desfigura a paisagem de forma violenta como ocorreu na fase da ocupação da Amazônia, de forma caótica, desenfreada, desordenada e criminosa, pela agropecuária, mineração e, especialmente hoje, pelo agronegócio. Neste processo, a terra é rasgada, despojada de sua paisagem e de sua gente – índios e seringueiros que assumem juntos, uma nova identidade: “povos das florestas”, guardiões das matas, da vida e da natureza. (GONÇALVES; COSTA, 2008, p. 20).

Segundo Antônio Luiz Macedo da Silva Filho (2008), após a entrada dos Estados Unidos na segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941, ocorreu uma readequação em se tratando das relações diplomáticas a partir das quais se desenvolveram o progressivo ordenamento do Brasil aos aliados; depois duma sucessão de medidas, finalmente em agosto de 1942, foi declarada guerra às potências do eixo.

A situação do estado do Ceará encontrava-se difícil por causa da seca que assolava o interior do estado, em momento marcado pelo desespero do engajamento do Brasil no esforço de guerra. Convivia-se com uma forte mobilização patriótica, uma política de controle da população civil, uma tensão muito grande devido ao perigo de bombardeios nas cidades urbanas que se localizavam no litoral brasileiro.

Toque de recolher, desfiles marciais, comícios inflamados em praças públicas, passeatas de exortação cívica, conscrição militar para a formação dos quadros de combatentes, cidades às escuras tendo em vista o melhor resguardo das temidas investidas aéreas dos inimigos.

Embora convivesse com a falta de chuva, o mais agravante era o medo devido ao clima de guerra que se instalara, pois, a qualquer momento, existia a iminência de um bombardeio sobre os domicílios de Fortaleza. Neste sentido, Silva Filho enfatiza que:

No ano da desgraça de nosso Senhor de 1942” – como aludiu irreverente o poeta Aluizio Medeiros -, conceberam-se, outrossim, diversas campanhas e medidas voltadas à modelação de estados de espírito que, estendeu-se até o término da guerra, se pretendiam condizentes com o proclamado imperativo de segurança nacional. Ligas femininas organizadas para confeccionar agasalhos destinados aos soldados brasileiros; cursos preparatórios de enfermagem; coordenação da sociedade civil para a coleta doméstica de metais a serviço do reaparelhamento das forças armadas; arregimentação de trabalhadores para a assim chamada “Batalha da Borracha”, a ser travada na selva amazônica, sob condições aviltantes dos empregados na faina dos seringais; criação de grupos voltados à recolha de doativos para a causa aliada; séries de cursos, palestras e conferências ministradas em escolas, clubes, agremiações e sindicatos sobre a necessidade imperiosa e sacrifício em nome do dever patriótico; montagem de um aparato difuso de vigilância, suspeição e delação que, sob regime autoritário, acentua os já estreitos limites à expressão da opinião e promovia nos indivíduos disposição avessa a ideias divergentes do discurso oficial, em regras estigmatizadas como traços de subversão ou quinta-colunismo e por isso submetidas a penalidades previstas em lei. Desenha-se uma funesta cumplicidade entre a conjuntura belicosa e o acirramento de dispositivos de controle social. (SILVA FILHO, 2008, p. 24).

2

Para Silva Filho (2008), o objetivo de Getúlio Vargas através do Estado Novo era articular estratégias para a mobilização completa da população brasileira, no sentido de expressar uma “batalha da produção”, desta maneira, não atendendo às reivindicações dos operários, retiradas de direitos trabalhistas adquiridos, intervenção militar nas fábricas, principalmente as de têxteis, aumento da jornada de trabalhos em muitos setores, “[...] além da militarização do cotidiano com seus apelos à transformação de cada cidadão em soldado; a invenção de uma política de escassez; o mascaramento dos conflitos sociais mediante a construção de um front interno aglutinando as diversas classes.”. (SILVA FILHO, 2008, p. 25).

Logo após a Amazônia entrar em crise por conta da produção de borracha na Malásia, o governo brasileiro

ensaiou um discurso para proteger a Amazônia, mas não passou de retórica, pois, na prática, a grande produtora de borracha natural, até então, que era a Amazônia, não foi beneficiada a contento pelos decretos e leis que foram criados a partir de 1912.<sup>4</sup>

### 3 Benefícios governamentais para a indústria: uma iniciativa com pouco impacto

Para Pinto (1984), levando-se em conta os capitais envolvidos no extrativismo amazônico, o incentivo que foi dado para o desenvolvimento da indústria de artefatos no sul do país não foi relevante, pois não apresentava qualquer benefício em relação à exportação. É importante enfatizar ainda que a criação da atividade industrial no Sul do país ocorreu de forma desarticulada pelo extrativismo amazônico. Essa falta de sintonia, aliás, continua ocorrendo de forma dominante no crescimento do domínio gomífero.

No que diz respeito à política econômica governamental, este imbróglio foi resolvido com o favorecimento do setor industrial devido à forte participação sulista na indústria, e do descaso com o extrativismo gomífero. Para Pinto (1984), a retórica oficial de Getúlio Vargas estava de acordo com o “plano de defesa da borracha” apresentada em dois de janeiro de 1930, onde afirmava que:

Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia. Este é sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista de nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica. (ANDRADE, 1950 apud PINTO, 1984, p.12).

Portanto, constatamos que as autoridades sabiam da necessidade da produção de borracha natural para suprir pelo menos o mercado interno, porém existiam as dificuldades para serem resolvidas, como por exemplo: em relação à população amazônica, existia sua dispersão espacial e localização ao longo dos principais rios navegáveis, para isso era necessário adotar medidas que fossem razoáveis, levando-se em consideração a pesca e a agricultura de subsistência, atividades já difundidas.

Vale lembrar ainda que, no discurso de Getúlio Vargas, ele falava da necessidade de uma grande quantidade de recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento gomífero na Amazônia, como não foi posto em prática essa política de desenvolvimento naquele momento, a Amazônia ficou condenada ao imobilismo das atividades gomíferas.

No período do governo Vargas, especificamente no início da década de 1940 até 1954, verifica-se uma crise na economia regional, reclamações por parte da burguesia e oligarquias locais, acompanhada do problema da segurança nacional e a industrialização. A situação econômica da região amazônica se agrava em decorrência da ausência de políticas públicas consistentes direcionadas aos grupos minoritários, com menos força política. Nesse período, são criados os territórios federais pelo governo Getúlio Dorneles Vargas; em 1943, Amapá, Roraima e Rondônia. Iniciativas que tinham como objetivos minimizar o despovoamento do espaço amazônico e o controle direto dos territórios recém-criados pelo Governo Federal.

Para Pinto (1984), vale enfatizar que, enquanto não havia desenvolvimento na economia gomífera na Amazônia até o início de 1940, em contrapartida, ocorreu o inverso tanto no desenvolvimento da heveicultura asiática, quanto no transporte automotivo, e, como consequência, o aumento do tamanho da dependência das economias industriais em relação ao suprimento da borracha vegetal.

A partir de 1940, por conta da eclosão da segunda guerra mundial e devido aos “Acordos de Washington” em 1942, foi sendo traçado um plano de investimento e desenvolvimento da borracha para a Amazônia, para suprir uma parte da borracha que, anteriormente, vinha da Malásia e que agora se encontrava sob o controle dos japoneses por conta do bloqueio do Oceano Pacífico pelo Japão.

### 4 A dependência norte-americana da borracha antes e depois do ataque à base aérea de Pearl Harbour e o interesse pela Amazônia

Segundo Seth Garfield (2009), devido à grande quantidade de recursos naturais no Brasil, bem como a forte influência americana na política na América do Sul, levando-se em conta que a existência de uma considerável população de ascendência alemã e a proximidade da África Ocidental contribuíram decisivamente para que os militares norte-americanos enxergassem, no Brasil, uma grande oportunidade de criar um lugar estratégico para lutar contra a ofensiva nazista no hemisfério. Garfield acrescenta que:

Entre setembro de 1939 e dezembro de 1941, com a guerra em andamento na Europa e na Ásia, um conglomerado de agências norte-americanas tentou complementar ou substituir o Departamento de Estado para fortalecer o comércio e a aliança interamericanos, assegurar o acesso a recursos estratégicos e excluir o Eixo do hemisfério ocidental: a Reconstruction Finance Corporation, a Inter-American

4 Para Nelson Prado Alves Pinto (1984), a Legislação de 1912, através dos decretos nº 2.543-A (BRASIL, 1912) e 9.521 (BRASIL, 1912a), trazia em seu bojo benefícios para a primeira fábrica de artefatos de borracha que se fixasse em Manaus, Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro, no entanto nada ocorrera até 1922.

Development Commission, of Export-Import Bank, o Economic Defense Board, o Airport Development Program, o Office of Inter-American Affairs, o Departamento de Agricultura e o Departamento da Guerra.<sup>5</sup> (GARFIELD, 2009, p. 22).

Garfield (2009) ressalta que, por volta de 1940, os Estados Unidos representavam apenas 6% da população mundial e 7% da superfície terrestre, contudo, eram os maiores produtores de carro, cerca de 75% da produção mundial; produziam, ainda, 50% dos produtos industriais finais.

Porém a rápida mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial de grande produção no começo do século XX, ocasionou uma grande necessidade de se importarem matérias-primas para suportar a produção industrial. Isso se tornou um grande desafio para os Estados Unidos, adquirir borracha natural para suprir essa demanda, provocada, primeiramente, pelo avanço tecnológico significativo das máquinas, como também posteriormente, por conta da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Garfield (2009) destaca que, na década de 1920, os ingleses haviam elaborado políticas de restrição sobre a produção de borracha nas colônias asiáticas, então sob o seu controle. Isso trouxe um grande transtorno para os Estados Unidos, além de provocar fortes reações nacionalistas, tendo em vista que os americanos necessitavam urgentemente dessa borracha para suprir a grande demanda para sua indústria bélica nesse momento. Diante disso, o governo americano começou a procurar alternativas que viessem suprir essa necessidade, para isso, incentivou grandes investimentos para o empresário Henry Ford na Amazônia, a partir de 1927.

É muito importante destacar que, mesmo nos Estados Unidos, havia divergências em relação à exploração da borracha nos seringais amazônicos. Segundo Seth Garfield (2009), os liberais tinham dúvida com relação ao aumento das exportações advindas da América Latina durante o período da Segunda Guerra Mundial.

“Neste sentido, entendiam que seria melhor apoiar a industrialização, a aplicação de leis trabalhistas e a expansão do comércio complementar de commodities na América Latina, como forma de modernizar economias “coloniais” e promover a ascensão social.”. (GARFIELD, 2009, p. 21).

Para Garfield (2009), os conservadores se intensificaram para neutralizar as iniciativas do governo norte-americano durante a guerra, no sentido de obter matérias-primas das negociações que estavam em vigor, em prejuízo da reestruturação socioeconômica.

Eram terminantemente contrários à prática da atuação política do governo americano e, principalmente, à assistência econômica e melhorias nas condições sociais na Amazônia, ressaltando que tais medidas constituem violações aos princípios do livre mercado, ao assistencialismo por parte do governo americano bem como uma falta de respeito à soberania brasileira.

“O entusiasmo com a Amazônia, forjado nos desdobramentos políticos do panamericanismo, em meio à incerteza global, evoluiu a partir de vários tropos culturais dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, os evocou.”. (GARFIELD, 2009, p. 33). Este projeto de exploração da borracha, preliminarmente, foi ostentado através de uma estratégia geopolítica para aproximar os Estados da América Latina, com o intuito de minimizar a dependência do governo americano em relação ao comércio da Europa, finaliza Garfield. Este autor ressalta que,

Porém a reabilitação do comércio amazônico propunha reorientações radicais para o capitalismo industrial norte americano, reflete visões providencialistas de uma cornucópia edênica através da troca e do armazenamento de cultivos complementares, invocava uma renovação espiritual por meio da comunhão cultural e prometia ganhos materiais e regeneração política através da conquista da fronteira.<sup>6</sup> A historiografia recente sobre a Amazônia produzida por norte-americanos também reflete as mudanças nos significados da região, ao mesmo tempo em que contribui para elas. Durante a Guerra Fria, quando acadêmicos dos Estados Unidos questionam as teorias das ciências sociais e os mantras políticos sobre o subdesenvolvimento da América Latina, o trabalho de Barbara Weinstein (1983) examinou os modos de produção nos seringais para entender o engessamento do processo de transição da região para o capitalismo. Alguns anos mais tarde, com as preocupações ambientais ganhando maior proeminência nos debates políticos e no método historiográfico nos Estados Unidos, Warren Dean (1987) se concentrou nos desafios botânicos para o cultivo de seringueiras na Amazônia para entender as peculiaridades desse comércio. E minha pesquisa sobre a Amazônia no imaginário dos Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial, conduzida em meio a uma desastrosa guerra no Iraque que levou à morte mais de 4 mil soldados norte-americanos e mais de 90 mil civis iraquianos, foi assombrada pelas origens e consequências da dependência de matérias-primas na indústria automotiva e pelos dramas e tramas que os norte-americanos instigaram, interna e externamente, ao lidar com essa realidade. (GARFIELD, 2009, p. 33-55).

## 5 As políticas de desenvolvimento para a Amazônia no período Vargas

Segundo Adélia Engrácia de Oliveira (1983), durante o período do governo Vargas entre 1930-1945 e 1951-1954,

5 O objetivo específico de várias dessas agências foi bem estudado no caso do Brasil. Sobre o OIAA, ver: (TOTA, 2000); (CAMPOS, 2006). Sobre a USDA e a FAR, ver: (DEAN, 1987).

6 Estou aqui me inspirando na análise de Richard Drayton sobre as coleções botânicas do Império Britânico como originadas, em parte, pelas visões providencialistas da abundância Edênica. Ver: (DRAYTON, 2000).

o Governo Federal tentou priorizar a área da economia nacional. Foram elaborados alguns programas de desenvolvimento, sendo a Amazônia uma das prioridades, pois era um enorme problema, que a administração nacional tinha que sanar com metas concretas para o atraso da região, contribuindo para o desenvolvimento nacional em geral. Mas, foi somente no segundo governo de Getúlio Vargas que, inicialmente, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), e, em 1953, nasce a Superintendência de Valorização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Oliveira (1983) afirma que, no dia 10 de outubro de 1940, Getúlio Dorneles Vargas fez um grande pronunciamento que ficou conhecido na história como “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, em pleno teatro Amazonas. Vargas ressaltou vários problemas em que a região se encontrava, dentre os quais podemos destacar: o vazio demográfico.

Havia a necessidade de povoar a região, por meio de um cultivo racional. Fez-se um acordo com os países fronteiriços, para alavancar o desenvolvimento na região e para que houvesse um “movimento de reconstrução nacional”. Embora seja importante frisar que já existiam em curso algumas políticas desenvolvimentistas na Amazônia, como por exemplo, a expansão do Ministério da Agricultura em 1939, que tinha como meta criar um Instituto Agrônomo em Belém para fomentar o estudo das plantas que produziam a goma elástica, assim como outras espécies extrativas da região e tinha também a função de orientar e dinamizar as atividades agrícolas e econômicas da Amazônia. Arioaldo Umbelino de Oliveira explica que:

Com a eclosão da Segunda Grande guerra mundial, a marcha do processo que levaria ao falso nacionalismo/estatismo foi se solidificando com a assinatura dos “Acordos de Washington”, que curiosamente instituíram o monopólio estatal da exploração do minério de ferro, através da Companhia Vale do Rio Doce – CRVD, constituída em 1942. Como complemento fundamental do acordo, os preços das matérias-primas foram congelados. (OLIVEIRA, 1988, p. 15).

Para Oliveira (1988), pode-se constatar que a história do Brasil no pós-segunda guerra está envolvida pelo processo de internacionalização da economia brasileira. Observa-se que este processo está coerente com o desenvolvimento do meio capitalista de produção em sua etapa monopolista e isso motivou a internacionalização judicial da superfície ou porção do território nacional brasileiro.

Ficou evidenciado ser esta uma grande estratégia geopolítica que permeou a relação entre os grandes grupos econômicos com sedes nos países industrializados do universo capitalista e os governantes, principalmente, os militares no Brasil.

Para Oliveira (1983), apesar de existir essa intenção de desenvolvimento regional na Amazônia, havia a necessidade de recursos financeiros suficientes para colocar em prática tal projeto. Porém, com o início da Segunda Guerra Mundial, a situação ficou complicada, principalmente após a ocupação dos seringais da Malásia pelos japoneses, e, como consequência, o bloqueio no Pacífico, dificultando a vida dos americanos. Diante dessa situação, o governo americano, precisando de borracha natural para suprir a demanda da guerra, propôs e consolidou acordos com o Brasil em março de 1942, que ficaram conhecidos como “Acordos de Washington”.

No entendimento do Governo Federal, esses acordos poderiam trazer benefícios no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia, pois, além de ser em longo prazo, os americanos iriam financiar o programa de transportes, de pesquisa pelo Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, cuja instalação ocorreu em 1941, e de saúde pública. Oliveira enfatiza que:

Tais negociações, embora tivessem permitido a criação de uma infraestrutura que serviria de base, mais tarde, para o desdobramento de mecanismo de integração nacional, foram responsáveis, no entanto, pela “Batalha da Borracha”, que levou milhares de “soldados da borracha” (calcula-se em 40 mil o número de mortos) que eram, em geral, nordestinos que haviam se deslocado para a Amazônia entre 1942 e 1945, atendendo a apelos do governo. (OLIVEIRA, 1983, p. 264).

Oliveira (1983, *passim*) argumenta que devido aos “Acordos de Washington” e a necessidade de povoar a Amazônia, o governo central criou todo um aparato para desenvolver a região, destacamos:

A criação do Banco de Crédito da Borracha, que tinha como objetivos desenvolver a produção gomífera, financiar a produção, saneamento e colonização das regiões produtoras, desenvolvendo as funções que antes eram fomentadas pelas Casas Aviadoras e Exportadoras;

b) Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), esse serviço foi mantido pela Fundação *Rockefeller* e tinha o objetivo de dar assistência médica aos trabalhadores em gerais;

c) *Rubber Reserve Company*, posteriormente, mudou para *Rubber Development Corporation* (RDC), esta agência americana era responsável pelo transporte e o suprimento de bens para os seringais, servia também para o transporte de passageiros no interior assim como o transporte da borracha para os Estados Unidos;

d) Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e depois a Comissão Administrativa de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia (CAETA), sua função era recrutar, hospedar e levar os nordestinos até os seringais;

e) Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) que tinha a missão de abastecer de gêneros alimentícios e administrar o racionamento devido ao bloqueio marítimo;

- f) Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios que tinha o objetivo de atender os militares e civis, devido à dificuldade de transporte, por falta de combustíveis líquidos;
- g) Colônia Agrícola Nacional do Amazonas, instalada em 1941 à margem esquerda do rio Solimões, em Boa Vista, e Colônia Agrícola Nacional do Pará, criada em 1942 no município de Monte Alegre, no distrito de Inglês de Souza. A meta era fixar proprietários rurais com o objetivo de colonizar e povoar as regiões e minimizar as tensões sociais, através do deslocamento da fronteira agrícola;
- h) Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, criado em 1941, para desenvolver pesquisas sobre as plantas, identificação do solo e da floresta; Aeroporto de Ponta Pelada, construído em Manaus (AM) com o objetivo de desenvolver o transporte. Nesse período, também, foi ampliado o Aeroporto de Val-de-Cans, em Belém (PA)
- j) Foi também incorporado ao patrimônio nacional a “*Amazon River Steam Navigation*” (Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará). Sob os cuidados do Governo Federal.

Em se tratando de projeto de desenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) enfatizam que, para fazer uma análise global do desenvolvimento, não basta apenas incorporar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a percepção dos “fatores sociais” assimilados estes como novas variáveis do tipo estrutural. Cardoso e Faletto acrescentam que:

Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro lado, compreender, nas situações estruturais dadas, o os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre grupos e classes e os movimentos sociais que “põem em marcha” as sociedades em desenvolvimento. (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 21).

Isso diz respeito à procura de uma concepção que admita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento no diagnóstico do desempenho dos grupos sociais. Dessa forma, subentende-se que a análise ultrapasse a aproximação que se estende como perspectiva estrutural, empossando-a em uma interpretação feita em termos de “processo histórico”.

Essa interpretação não quer dizer concordar com a ótica inocente que marca a influência da sequência temporal para a explicação científica, início e desenvolvimento de cada situação social, porém, que o devir histórico só se explica por categorias que outorgam significação aos fatos e que, em decorrência, sejam historicamente mencionadas. Cardoso e Faletto confirmam que:

Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 22).

Para Cardoso e Faletto (1970), diante dessa perspectiva, percebe-se que o problema teórico imprescindível é composto pela definição dos modos que amparam as estruturas de dominação, pois a compreensão da ação das relações de classe se assimila por seu intermédio.

A situação do subdesenvolvimento nasceu historicamente a partir da ampliação do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial que ligou a um mesmo mercado economias que não expõem graus diversos de desigualdade do sistema produtivo, mas também incorporaram localizações diferentes no alicerce global do sistema capitalista.

Cardoso e Faletto (1970, p. 26) acrescentam ainda o seguinte argumento à sua análise “[...] desta forma, entre as economias desenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição”.

Para Cardoso e Faletto (1970), isso pode ser visto por outro ângulo como uma estrutura definida de relações de dominação. Vale a pena ressaltar que este conceito de subdesenvolvimento, da maneira como é aplicado, tem mais a ver com o alicerce de um tipo de sistema econômico, com características de primazia do setor primário, onde a concentração de renda é notável e a dominação do mercado externo sobre o interno. Cardoso e Faletto esclarecem, ainda que:

Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelam os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento (CARDOSO; FALETTTO, (1970, p. 24).

Cardoso e Faletto (1970) entendem que para se ter o reconhecimento histórico do subdesenvolvimento, é necessário não apenas marcar as características estruturais das economias subdesenvolvidas, pois existe a necessidade de entender como as economias subdesenvolvidas ligaram-se historicamente ao mercado mundial e como se formaram os grupos sociais internos que lograram esclarecer as relações voltadas para o exterior que o subdesenvolvimento imagina.

Tal estudo identifica que, no plano político-social, mantém-se algum tipo de dependência nas situações de

subdesenvolvimento. E essa dependência inicia-se historicamente com a ampliação das economias dos países capitalistas originários. Cardoso e Faletto concluem que:

A dependência da situação do subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. (CARDOSO; FALETTTO. 1970, p. 26).

Para Furtado (2009), a teoria do desenvolvimento econômico visa esclarecer, numa dimensão macroeconômica, as causas e o processo continuado da produtividade do fator trabalho e suas consequências na organização da produção bem como da maneira como se distribui e se usa a produção social.

Isso se explica em duas fases, sendo que a primeira, onde existe a predominância das formulações abstratas, compreende a análise do mecanismo de crescimento, sendo necessários à criação de modelos ou de um esquema simples dos sistemas econômicos existentes que tenham, como base, as relações estáveis entre variáveis quantificáveis e reconhecidamente de muita relevância.

A segunda fase abrange o plano histórico e abarca o estudo crítico, em oposição a uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Furtado explica ainda que,

Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa deste modelo em confronto com uma realidade histórica. Somente essa verificação poderá indicar as limitações decorrentes do nível de abstração em que foi elaborado o modelo e sugerir as modificações a serem introduzidas para fazê-lo válido do ponto de vista de uma realidade dada (FURTADO, 2009, p. 25).

Para Furtado (2009), o desenvolvimento econômico é considerado um fenômeno que em si explicita uma dimensão histórica. Cada economia tem suas dificuldades no processo de desenvolvimento. Em alguns casos são comuns a outras economias contemporâneas. Furtado destaca que, entre as dificuldades encontradas, podemos apontar:

O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento. Também poucas economias encontram hoje maiores dificuldades para sair da estagnação, devido à natureza das suas relações de intercâmbio externo. O comércio exterior aí aparece, portanto, como um fator estimulante e impeditivo do desenvolvimento. (FURTADO, 2009, p. 28).

## 6 Projetos desenvolvimentistas para a Amazônia no período dos governos militares

Ariovaldo Umbelino Oliveira (1988) ressalta que, para se compreender como se processou a ocupação da Amazônia, é necessário entender a função dos militares. Isso diz respeito à história da exploração dos minérios no Brasil, que está relacionada com o envolvimento dos Estados Unidos na política interna brasileira e como uma parte da burguesia nacional que se incorporou aos bancos estrangeiros na exploração descontrolada das riquezas minerais do Brasil. Oliveira confirma que:

Na realidade estava sendo movimentada mais uma peça no jogo do xadrez desencadeado pelos norte-americanos, uma vez que a instalação de modernas siderurgias no Brasil, Chile e Colômbia fazia parte dos planos estratégicos do Pentágono para descentralizar o parque industrial norte-americano, de certo modo ameaçado ante o desenvolvimento pela Alemanha nazista das bombas “V-2” lançadas por foguetes de autopropulsão. Aliás, a Vale do Rio Doce por conta desses “acordos” prestou serviço aos aliados durante a Segunda Grande Guerra e para isso recebeu empréstimos em dólares do Eximbank - Export & Import Bank of Washington. Como consequência dos acordos, também, a CRVD acumulou déficits que se arrastaram até 1952. (OLIVEIRA, 1988, p. 16).

Ao se falar sobre desenvolvimento na Amazônia, faz-se necessário entender o contexto histórico, econômico e social desse momento, principalmente, no período da ditadura militar, pois devemos entender como o Brasil fomenta políticas de desenvolvimento para a Amazônia. Segundo Oliveira (1983), com a implantação dos governos militares, sob o comando do Presidente, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, foram adotadas medidas estratégicas para o desenvolvimento da Amazônia.

Essas iniciativas mudaram totalmente a política vigente até então, tais medidas ficaram conhecidas como “Operação Amazônia” (1965-1967) e através dessas iniciativas, foi montado todo um dispositivo institucional que tinha como meta a ocupação, desenvolvimento e a integração da fração do norte do Brasil ao conjunto nacional, surgidos a partir da imprescindibilidade de fortalecer a atuação federal na região, pois estavam em evidência os perigos que essa região representava para a segurança nacional, pois existia uma extensão muito grande de terras praticamente vazia. Na ótica de Loureiro (1992) essa preocupação de integrar a Amazônia ao restante do país não passou de uma estratégia visando esse objetivo:

O movimento denominado Operação Amazônia (1966/1967) consistia num conjunto de instrumentos de atração de capitais, facilitando sua entrada com base em Incentivos Fiscais e outras garantias mais gerais como acesso à terra e aos outros bens da natureza da Amazônia. O marco mais importante e deflagrador do movimento foi um grande encontro nacional de investidores nas duas principais capitais regionais – Belém e Manaus – além de discussões permanentes entre empresários e agentes do governo, a bordo de um navio, e outras reuniões menores. (LOUREIRO, 1992, p. 72).

Segundo Oliveira (1988), com relação à Operação Amazônia, no entendimento da ideologia da Escola Superior de Guerra, achava-se arrolada a comunicação dos tempos das “fronteiras geográficas” para os das “fronteiras ideológicas”: Era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas” [sic]. Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Ao que tudo indica, este lema, aparentemente inscrito na e por muita gente interpretado como produto da ideologia geopolítica das “fronteiras”, teve origem e deve ser interpretado como produto da ideologia das “fronteiras ideológicas”. O estado autoritário criou toda sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país. É por isso que esclarecemos desde já a interpretação do lema do Projeto Rondon de forma oposta: “integrar para entregar”. (OLIVEIRA, 1988, p. 32).

Um exemplo clássico de que os militares prepararam a Amazônia para entregá-la ao capital estrangeiro foi o famoso Projeto Jari. Oliveira (1990) afirma que todo o processo relacionado à região amazônica só foi colocado em prática devido à participação dos militares que governavam o país naquele momento, juntamente com seus estrategistas geopolíticos, que foram os principais responsáveis pela inclusão da Amazônia ao capitalismo mundial monopolista. Oliveira relata ainda que: “Seu rastro tem sido o rastro da expropriação. Expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, do suor dos trabalhadores, das nações indígenas. Tudo isso feito sem consulta à maioria da população deste país”. (OLIVEIRA, 1990, p. 17).

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990), entre os vários empreendimentos relacionados à sua área florestal, o que chama mais atenção é o próprio Jari, do norte-americano, Daniel Keith Ludwig. Este americano teve envolvimento direto com os militares e a CPI instalada para apurar a venda de terras para os estrangeiros. Foram os militares que fizeram o convite ao Mr. Ludwig, para fazer investimentos no Brasil, eles também trataram de livrá-lo da legislação que tratava sobre a venda de terras para estrangeiros, assim como também o livraram das complicações da CPI. Oliveira faz a seguinte observação:

A par desses processos que envolveram os grandes grupos capitalistas em nosso país, o Projeto Jari foi concebido como um projeto florestal para a produção de celulose, um projeto agropecuário para a produção de arroz e criação de gado, e de exploração mineral para a extração do caulim e bauxita. (OLIVEIRA, 1990, p. 25).

Para Lúcio Flávio Pinto (1986), naquele período, praticamente em toda a Amazônia, o homem vivia da extração e coleta dos produtos na natureza. No Projeto Jari, as atividades econômicas não passavam da colheita de castanhas e do corte de seringueiras. Esses produtos iam primeiramente para Belém e depois para o exterior.

Daniel Ludwig adquiriu uma empresa que lidava com castanha, borracha, látex, caucho, peles de animais, balata, madeiras e sementes oleaginosas. Esta empresa era muito antiga, do século XIX ainda, devido a isso, apenas mandavam os homens colher estes produtos na floresta. Mas Ludwig era muito ousado e pretendia transformá-la numa empresa moderna, do século XXI.

Segundo Pinto (1986), ele sabia que havia necessidade de preparar uma grande infraestrutura para apoiar as atividades econômicas, e este investimento deveria ser incluído nas despesas, sabia, também, que para obter sucesso nesse empreendimento, necessitava de uma grande cooperação e assistência governamental.

Este Projeto ficou sob o comando do senhor Ludwig, por pelo menos dez anos, sua administração era com mão de ferro. Depois, o Projeto Jari passou por diversas dificuldades, quando fica explícito, que a atuação da empresa que se portava de forma indiferente e queria continuar a viver a era do autoritarismo, que lhe garantiu uma infinidade de privilégios.

Com relação às condições de trabalho no Projeto Jari, Pinto afirmava que:

A população de Belém só tomou conhecimento do inferno que era o Jari quando dezenas de cearenses, liderados por Cesário Medeiros, sublevaram-se, tomaram um navio e obrigaram o dono da propriedade a aceitar a fuga em massa. Chegaram à capital aliviados: haviam conseguido abandonar o cativeiro disfarçado nas terras do coronel José Júlio de Andrade. (PINTO, 1986, p. 85).

Portanto, diante do sofrimento desses trabalhadores, percebe-se explicitamente um caso de desrespeito à dignidade humana. A entrega da Amazônia pelos militares aos estrangeiros, como esse do caso Jari, revela, um total desrespeito à Pátria e à soberania nacional. Esses militares que governavam o país naquele momento, durante a execução do grande Projeto Jari, não tiveram, em nenhum momento, uma preocupação com a Amazônia que estava sendo violentamente

explorada e devastada pelos estrangeiros, através da investida do capital internacional. Na visão de Oliveira, era uma violência:

A expropriação dos recursos naturais é, sem sombra de dúvida, a grande meta do capital internacional na região amazônica. Ele tem procurado se apoderar dele, de modo a garantir os chamados “suprimentos estratégicos para os Estados Unidos e demais nações capitalistas desenvolvidas”. (OLIVEIRA, 1990, p. 35).

Em se tratando de projetos desenvolvimentistas para a Amazônia, não poderíamos esquecer o Projeto Carajás. Para Anthony L. Hall (1991), o Projeto Carajás foi o maior projeto de desenvolvimento “agregado”, que nunca foi colocado em prática em nenhuma área de floresta tropical úmida do planeta. Foi inaugurado em 1980, quase uma década e meia após descobrirem minérios de ferro, correspondendo a quase 11% do Brasil e dispendo de uma área de aproximadamente 900.000m<sup>2</sup>. Pode-se afirmar que esse Projeto Carajás teve utilidade em se tratando de transformar o panorama econômico e social, contribuindo, sobretudo, para atrair um considerável contingente populacional. Para Hall, este projeto foi benéfico porque contribuiu com o povoamento da região:

Trouxe para a região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiros à cata de riquezas, pequenos agricultores à procura de terras, e um sem-número de outros indivíduos querendo ocupação. Áreas urbanas, variando de capitais estaduais, como São Luiz e Belém, a cidades provincianas como Marabá, Açailândia e Imperatriz, experimentaram explosões demográficas com o advento do Programa Carajás e se calcula que aumentará em tamanho de 40% a 800% por volta do ano 2000. (HALL, 1991, p. 60).

Para Hall (1991), a grande importância do Programa Carajás se dá pela sua formação atualmente, que é composta por quatro grandes projetos: um depósito de minérios de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí. Embora existisse um grande complicador que era uma concentração estrangeira muito grande, algo em torno de (US\$ 1,8 bilhões de dólares em 1988).

Existiu certo cuidado com relação à soberania Nacional. A descoberta foi compreendida um mês depois, quando pesquisas adicionais revelaram que Carajás possuía as maiores reservas de minérios de ferro da alta graduação de todo o mundo (calculadas atualmente em 18 bilhões de toneladas, com uma graduação média de 66% FE).

Animada com essas perspectivas, a *US Steel* requereu ao governo brasileiro direitos de exploração em uma área de 160.000 ha. O governo brasileiro, porém, resistiu em colocar tanto poder nas mãos de uma única empresa estrangeira e, após três anos de acerto, uma ação conjunta foi formalizada em 1970, com a criação da AMZA (Amazônia Mineração S. A.), com 51% de capital acionário em poder da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e 49% da *US Steel*. Em 1974, a AMZA obteve os direitos de exploração sobre toda a área do Carajás. (COTA, 1984; SANTOS, 1986 *apud* HALL, 1991, p. 61, *passim*).

Para Hall (1991), as polêmicas e conflitos gerados em decorrência do subdesenvolvimento que existiam e continuam a existir na Amazônia, assim como a importância da atribuição do Estado e dos camponeses, pode ser elucidado em três grandes classes: primeira a lógica do modelo de capital, segundo o argumento da agregação institucional e uma terceira análise mais pluralística. Hall explica ainda que:

Cada uma delas dá ênfase diferente ao explicar as crises agrárias, tal como a que é atualmente características da Amazônia, em termos de grande variedades de fatores, como por exemplo,: interesses de classes internas e globais dominantes, vinculados à disseminação do capitalismo, o papel variável das máquina do Estado na determinação da política de desenvolvimento, a contínua existência dos camponeses na Amazônia e a influência de organizações intermediárias, como forças ativas de barganha, nas negociações com uma faixa de organismos privados e oficiais. (HALL, 1991, p. 250 - 251).

Para Hall (1991), diante de um amplo debate, vale a pena questionar qual deles tem uma explicação mais razoável para o modelo de desenvolvimento agrário no Programa Carajás; que conclusões podemos tirar a respeito da intervenção estatal para fomentar o desenvolvimento na região; quais as contribuições que tiveram essa população de aproximadamente cinco milhões de habitantes. No caso do primeiro modelo, que é o da lógica do capitalismo, basicamente, submetem os exemplos de desenvolvimento rural e a política do Estado a forças externas.

A crise agrária acontece devido à consequência de uma ampliação capitalista dependente e desigual na periferia, contribuindo para a divisão social, descampesinação e proletarização. O segundo modelo, que é da Incorporação Institucional, mostra elucidação alternativa que tem como base a atribuição dominante. Estes modelos que tratam de subordinação ao capital e de controle institucional pelo Estado, foram, em parte, desmentidos pelo enfoque pluralista, mais voltado para os atores. Hall afirma que:

Este tipo de análise, do qual há vários, atribui em geral papéis algo diferentes à classe dos pequenos agricultores e ao aparelho do Estado, ao qual se relaciona. Em vez de supor um campesinato impotente, a enfrentar forças externas esmagadoras, ele é visto como reagindo a circunstâncias mutáveis, moldando, dessa maneira, ativamente o processo de mudança, interagindo com instituições e indivíduos em todos os níveis. (HALL, 1991, p. 254).

Segundo Ianni (1986), entre o período de 1964 - 1978, o Estado brasileiro foi sensibilizado a desenvolver uma

política econômica com certa agressividade e ordenação de submissão da agricultura ao capital. Ianni afirma ainda que:

Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase talvez mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente. As medidas governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo do campo. Nas atividades em que eram escassas, dispersas ou inexistentes as organizações capitalistas de produção, como na pecuária rústica da Amazônia, por exemplo, o poder estatal foi levado a induzir, incentivar ou apoiar tanto a constituição de empreendimentos capitalistas como, a concentração e a centralização do capital. Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo (IANNI, 1986, p. 15 - 16).

Ianni (1986) afirma que, para entender por que ocorreu e como aconteceu esse processo de desenvolvimento intensivo e extensivo, com esse teor agressivo e repressivo do capitalismo na agricultura, é necessário verificar as relações entre as políticas agrícolas do poder estatal e a política de desenvolvimento econômica geral que o Estado brasileiro foi sensibilizado a colocar em prática.

Desde o início, o governo ditatorial foi convencido a submeter-se às diretrizes do capital monopolista estrangeiro e nacional. Infelizmente privilegiou a dependência da economia, contribuindo para redução ou até mesmo a anulação da autonomia, presente no conjunto do sistema econômico do país. Ianni ressaltava também que:

Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda vida econômica, política e cultural do país passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. (IANNI, 1986, p. 17).

Para Ianni (1986), essa política nefasta e cruel tinha como objetivo explorar ao máximo o trabalhador industrial e agrícola, alguns setores da classe média e do campo tinham como meta também escancarar as portas do Brasil à livre atuação do capital monopolista estrangeiro.

João Goulart que, naquele momento, era o presidente do Brasil, propôs uma política econômica de caráter nacionalista ou soberano, enquanto o governo militar de Castelo Branco, na prática, foi totalmente contrário a essa política, desenvolvendo, na verdade, uma política dependente e subordinada ao capitalismo internacional. Na prática, o que ocorreu, segundo Ianni, foi:

O que os governos militares foram levados a fazer foi rearticular a economia do Brasil com o imperialismo, segundo condições estabelecidas principalmente pela empresa estrangeira, imperialista, ou corporação transnacional”. A ditadura instalada no país propiciou todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização do capital, sob o controle da empresa estrangeira, nacional e associada. Foi nesse contexto que o Estado brasileiro foi levado a adotar a política de “economia aberta”. (IANNI, 1986, *idem*, p. 17).

Ianni (1986) destaca que a política econômica do governo militar no período da ditadura favoreceu e protegeu, econômica e politicamente, uma grande acumulação capitalista; como consequência dessa política o capital estrangeiro foi privilegiado, garantido e reforçado em sua presença no setor agropecuário do subsistema econômico brasileiro. Para Ianni, é necessário entender que o capitalismo internacional não começou a desenvolver suas atividades apenas na época da ditadura.

É claro que o capital monopolista-estrangeiro, nacional e associado – já dominava a vida econômica e política brasileira desde muitas décadas antes de 1964. Em especial, durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) ocorreu novo surto de penetração desse capital nos negócios da sociedade e do Estado no Brasil. Essa penetração imperialista e monopolista foi tão ampla e profunda que o Golpe de Estado de 1964, contra o governo do Presidente João Goulart, teria sido impossível sem a sua ajuda ou inspiração. (IANNI, 1986, p. 35).

As transformações que ocorreram na Amazônia no período de 1964 - 1978 foram basicamente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. Observa-se que, no extrativismo, na agricultura e pecuária, aumentaram as relações capitalistas de produção, junto com as forças produtivas. Ianni observa, ainda, que:

A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, a agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. Isso não significa que antes de 1964 as atividades econômicas da região não estivessem articuladas, em maior ou menor grau, com os mercados da própria Amazônia, além do nacional e estrangeiro. (IANNI, 1986, p. 56).

Ianni (1986) afirma que, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

(SPVEA), criada em 1953, vale a pena ressaltar que ela não teve uma ação célebre nas atividades agrícolas e pecuárias. O Banco de Crédito da Amazônia, que surgiu a partir do Banco da Borracha, juntamente com a SPVEA, não foram tão marcantes no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia. Apenas ajudaram a conservar o funcionamento produtivo instalado e hegemônico na região. Toda região dependia das atividades econômicas direcionadas para a subsistência das unidades produtoras:

Comunidades indígenas, famílias, margens, centros, lugarejos, povoados, vilas etc. e acrescia, a tudo isso, o fato de que a vida econômica, social, cultural ou política desses lugares, áreas, e do conjunto da região amazônica, estava definida, ou conformada, por um sistema de transportes e comunicação construído com base nos rios e igarapés. Por meio dos rios e igarapés as distâncias eram mais longas, sem fim. Tudo isso fortemente marcado, ou determinado, pelo extrativismo, que está presente em toda a história da Amazônia. (IANNI, 1986, *idem*, p. 56).

Após a criação da SPVEA, em 1953,<sup>7</sup> ficou explícito, pelo menos ideologicamente, o poder do Estado com a ativação e a distinção das atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e mesmos industriais na região, reitera Ianni (1986). Vale frisar que o Estado não tinha clareza quanto aos objetivos e tampouco as ligações práticas em relação às decisões e ações para a proteção, dinamização ou distinção das atividades econômicas.

É óbvio que essas iniciativas não guardaram sempre a mesma finalidade e sistemática. Foram adotadas ao acaso das pressões de grupos locais e regionais, ou ao acaso da forma pela qual o Estado brasileiro era levado a conceber as articulações dos interesses nacionais com os regionais. Inclusive pode-se observar, por exemplo, que um órgão federal criado para a Amazônia pode ter as suas finalidades e os seus meios reformulados, em si e em combinação com outros órgãos criados para o desenvolvimento do extrativismo, agropecuária, agroindústria ou mesmo indústria na região (IANNI, 1986, p. 58).

Para Cardoso e Müller (1978), houve algumas mudanças entre o primeiro plano de 1953, quando foi criada a SPVEA e em 1966 quando se criou a SUDAM, foram feitas algumas alterações no que diz respeito ao Estado e ao tipo de desenvolvimento para a Amazônia.

Enquanto o Plano de 1953 pleiteava uma união entre o capital estatal e o privado, sem ao menos falar em capital estrangeiro, em 1966 a coisa é bem diferente, pois, com a criação da SUDAM, o Estado prepara a Amazônia para o capital privado, ficando com os investimentos mais complexos, da infraestrutura, pesquisa e planejamento, que necessitavam de uma grande soma de capital com perspectiva de retorno em longo prazo. Cardoso e Müller ressaltam ainda que:

Além disso, o segundo plano pretende uma maior racionalidade na exploração dos recursos regionais visando, principalmente, à autossustentação da população já fixada e dos contingentes populacionais que ali venham a estabelecer-se. Desestimula a produção extrativa, preferindo que esta seja substituída, sempre que possível, por atividades mais rentáveis; incentiva o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes básicas de sustento da população e propõe a seleção de áreas mais propícias ao desenvolvimento, onde se concentrariam os recursos disponíveis, criando polos de desenvolvimento regional. (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 114).

Desde 1912, quando a produção da borracha natural da Amazônia entrou em crise por conta da borracha cultivada no Sudoeste da Ásia, o Brasil nunca levou a sério o desenvolvimento da Amazônia no que diz respeito à borracha, e tampouco a presença do Estado na Amazônia foi efetivo, concernente aos grupos minoritários. Ficou apenas na retórica e no discurso, porém, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial e com a escassez da borracha natural, foi desenvolvido um plano que ficou conhecido como “Batalha da Borracha”. Nesse momento, é perceptível a presença do Estado na Amazônia. Ianni enfatiza essa presença.

A partir de 1942, cresceu de modo mais ou menos ininterrupto a presença do poder estatal nos problemas da Amazônia. Além dos desenvolvimentos e rearranjos das organizações administrativas dos governos dos estados, territórios e municípios, o Estado tem sido cada vez mais presente e ativo na região. Problemas econômicos, em geral, e financeiros, em particular, provocaram a participação crescente do poder estatal na criação de órgãos, adoção de diretrizes e implementação de decisões. A rigor, cresceu bastante, em termos quantitativos e qualitativos, a presença do poder estatal nos mais distantes lugares da região. (IANNI, 1986, p. 58 - 59).

Segundo Ianni (1986), o Governo Federal criou o Banco de Crédito da Borracha S.A. para tentar resolver o problema econômico, em particular, o aumento da produção da borracha natural, pois devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial havia a necessidade de borracha natural em grande quantidade para os Estados Unidos para atender à demanda.

Com o fim da guerra em 1945, houve uma mudança com relação à posição internacional da borracha natural da Amazônia, devido à borracha que estava sendo cultivada na Ásia, especificamente, no Sudoeste. Ficou perceptível, na Constituição de 1946 (BRASIL, 1946), no artigo 199, a preocupação do Estado em relação ao desenvolvimento na região. Cogita-se impulsionar as ações produtivas ou começar novas ações econômicas, quem sabe industriais. Ianni reafirma ainda:

7 Cf. SILVA FILHO, Eduardo Gomes da (2015).

Foi nos anos 1960 - 1978, entretanto, que se acentuaram as transformações econômicas e sociais na Amazônia. Em 1960, inaugurou-se a rodovia Belém-Brasília. Depois, em especial a partir de 1966, remodelaram-se ou criaram-se agências federais, definindo novos objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia, que é possível afirmar que foi nos anos 1960 - 1978 que a Amazônia se rearticulou sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional. Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transportes e comunicação, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial. (IANNI, 1986, p. 60).

Para Ianni (1986), foi a partir de 1966, estendendo-se até 1978, que ocorreu uma intensificação relacionada à modificação da economia na região, com o objetivo de avivar e pluralizar as ações econômicas da Amazônia. Observam-se as principais iniciativas que o governo adotou: em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, (SUDAM), através da Lei nº 5.173 (BRASIL, 1966).

A Sudam se consolidou como o órgão mais notável para a ativação da economia amazonense. Ela tinha a missão de coordenar, supervisionar programas e planos de outros órgãos federais que atuavam na região. Foi através da criação de incentivos fiscais e financeiros que a Sudam objetivava atrair investimentos nacionais e estrangeiros.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em junho de 1970, foi criado o PIN (Plano de Integração Nacional) através do decreto-lei nº 1.106 (BRASIL, 1970). O objetivo essencial da criação do PIN, era subsidiar o plano de obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDENE E SUDAM, com o propósito de integrar a economia nacional, para isso era previsto um orçamento no valor de Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros, que deveriam advir de:

- a) Recursos orçamentários, previstos nos orçamentos anuais e plurianuais;
- b) Recursos provenientes de incentivos fiscais (de 1971 a 1974 30% do total deduzido de imposto de renda serão creditados ao PIN);
- c) Contribuições e doações de empresas públicas e privadas;
- d) Empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;
- e) Recursos de outras fontes. (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 124).

Cardoso e Müller (1978) esclarecem, ainda, que a primeira fase do PIN iniciava-se com a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e com o Plano de Irrigação do Nordeste; frisa, ainda, que a desapropriação das áreas localizadas nestas rodovias, bem como sua colonização e exploração, ficavam a cargo do PIN através dos seus recursos, já mencionados.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em 28 de fevereiro de 1967, foi criada a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) através do Decreto-lei nº 288 (BRASIL, 1967). Este órgão tinha como principal missão administrar a Zona Franca de Manaus, era uma autarquia ligada ao Ministério do Interior, vale a pena frisar que não tinha nenhum vínculo com a SUDAM, embora estivesse incluída em seu Plano Diretor. A SUFRAMA tinha como objetivos principais:

1. Desenvolver um Plano Diretor da área de 10.000km<sup>2</sup> à margem esquerda do rio Negro.
2. Proporcionar desenvolvimento sozinha ou através de associações com empresas públicas ou privadas.
3. Tinha como meta principal desenvolver e integrar a Amazônia Ocidental ao restante do Brasil, através do desenvolvimento de um centro industrial e agropecuário.
4. Estabelecer condições especiais como: (isenção de impostos dos produtos industrializados – IPI, imposto de importação e exportação, toda essa estrutura tinha o objetivo de favorecer o comércio com o exterior e o Centro Sul do Brasil).

Para Ianni (1986), depois que foi estabelecida toda uma infraestrutura de desenvolvimento para a Amazônia, com a criação de vários órgãos considerados importantes, principalmente a SUDAM, houve mais fluidez no processo de desenvolvimento da região. Ele reitera que:

Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar mais dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de mineração. No mesmo ano de 1966, foi reformulado o Banco de Crédito da Amazônia S.A., passando a denominar-se Banco da Amazônia S.A., ou BASA, conforme a lei nº 5.122, de 28 de setembro. Pouco a pouco, ainda na esfera financeira, o Banco do Brasil (ou BB) dinamizou a sua presença na região, criando agências. Assim, em poucos anos a SUDAM, o BASA e o BB passaram a atuar de modo articulado, no sentido de dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos e públicos e privados na região. Em 1967 criou-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus, ou SUFRAMA, conforme decreto-lei nº 228, de 26 de fevereiro. Em junho de 1970 o governo federal adotou o Plano de Integração Nacional, PIN, de acordo com o decreto-lei nº 1.106. E o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, foi criado a 9 de julho do mesmo ano, conforme decreto-lei nº 1.110. Em 1971 criou-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PROTERRA, de acordo com o decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho. Entre 1971 e 1978, construíram-se várias rodovias importantes: Transamazônica, Perimetral Norte,

Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracarái (BR 174), entre outras estradas. E cabe registrar, ainda, dentre as iniciativas federais rurais importantes para a Amazônia, dois planos nacionais de desenvolvimento: I PND para 1971-1974, e II PND, para 1975-1979 (IANNI, 1986, p. 61).

Este autor entende que vale a pena elencar as principais medidas implementadas pelo Governo Federal durante o período de 1964 - 1978, pois elas causaram mudanças consideráveis em quase todos os níveis da sociedade amazonense.

- 1) ocorreu a dinamização e diversificação das ações produtivas.
- 2) foi fomentado o sistema creditício, público e privado.
- 3) houve uma ativação e crescimento da administração pública na região.
- 4) desenvolveu-se e acirrou-se a luta pela terra, envolvendo o poder público (federal, estadual, municipal, territorial), e as empresas agropecuárias e de mineração, posseiros e indígenas.
- 5) veio à tona novamente o antigo problema indígena relacionado à terra ou à defesa de sua cultura.
- 6) foram criados núcleos coloniais, com o objetivo de construir reservas de mão de obra para empreendimentos públicos e privados.
- 7) foi reformulada e ampliada a questão geopolítica da região amazônica, com relação aos problemas de defesa e aos problemas da “segurança interna”. (IANNI, 1986, *passim*).

No livro *Metamorfoses da Amazônia*, da socióloga e docente da Universidade Federal do Amazonas, professora Dr<sup>a</sup> Marilene Corrêa da Silva, encontramos um estudo com bastante densidade e perspicácia acadêmica na abordagem sobre as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, e principalmente sobre a formação do pensamento social na região amazônica.

Quando discutimos, debatemos ou lemos sobre a Amazônia, em alguns livros, observamos continuamente, falar-se da Amazônia afirmando que ela foi esquecida ou encontra-se em estágio de subdesenvolvimento. Com muita frequência, a questão do “esquecimento” articula-se à do “desenvolvimento tardio” ou malconduzido; com muita veemência, essas apreciações saem do campo dos fatos para “ideologizar” (SILVA, 2013, p. 9).

Esta autora ressalta dizendo que, como se esses fatos, tivessem relação com a preferência tomada ou algum posicionamento político. A globalização do capitalismo pode apontar outro viés de interpretação, ao se referir à Amazônia ou a pesquisas relacionadas à temática, afirma. (SILVA, 2013).

Para Chaves (2011), a política que proporcionou uma diversidade de atividades produtivas integrantes das relações do capitalismo na Amazônia fez com que ocorresse uma redistribuição da mão de obra, contribuindo, sobretudo, para o surgimento de outras atividades econômicas no interior da região, devido à crise do extrativismo. E, com a criação da Zona Franca de Manaus nesse período, a consequência foi a desarticulação da economia no interior do estado do Amazonas.

No entanto, o que percebemos é que a Amazônia foi colocada numa “bandeja” e oferecida ao capitalismo internacional pelos militares, para ser explorada, devastada da forma mais cruel possível, sem ao menos levar em consideração os atores sociais históricos, que dela faziam parte. Através de projetos mirabolantes, que se diziam de “desenvolvimento”, como afirma Ianni (1986).

## Considerações Finais

Procurou-se no texto discutir de forma breve, a empreitada para trazer os nordestinos para a Amazônia, para se engajar na “Batalha da Borracha”, em conjunto com as articulações feitas pelos norte-americanos, sobretudo, durante a II Guerra Mundial.

Contudo, mesmo com o incentivo governamental e estrangeiro, sobretudo para o setor industrial, o impacto econômico para a Amazônia e a economia gomífera não alcançou o patamar esperado, principalmente para os “soldados da borracha”, que se deslocaram da região nordeste para a região norte, com grandes expectativas, a partir da propaganda governamental, mas muitos não lograram êxito.

Contextualizou-se também a dependência que os EUA tinham da nossa borracha, culminando com o aprofundamento pelo interesse pela região amazônica. Contudo, para entender tal processo, aprofundou-se a análise no período do governo de Getúlio Vargas, quando ele se debruçou sobre as políticas desenvolvimentistas para a região amazônica.

Ainda no bojo desses projetos desenvolvimentistas, após a era Vargas, analisou-se no texto o fatídico período do golpe militar no Brasil, com seus governos autoritários e suas políticas tidas como “desenvolvimentistas” para a Amazônia, que contrariando o discurso oficial de um suposto vazio demográfico, causou grandes transtornos aos povos tradicionais e ribeirinhos, além da destruição de parte da flora, fauna e biodiversidade desta região.

## Referências

BRASIL. Congresso. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 21 nov 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.521 de 17 de abril de 1912a**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9521-17-abril-1912528099-republicacao-100546-pe.html>. Acesso em: 20 nov 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm). Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 288**, de 28 fevereiro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decretos nº 2.543-A, de 05 janeiro de 1912**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-republicacao-100826-pl.html>. Acesso em: 20 nov 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.173**, de 27 de outubro de 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm). Acesso em: 02 dez. 2021.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CHAVES, M. P. S. R. De “**cativo a liberto**”: o processo de constituição Sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

DEAN, W. **Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DRAYTON, R. **Nature's government: science, imperial Britain, and the 'Improvement' of the World**. New Haven: Yale University Press, 2000.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 57. jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882009000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882009000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 out. 2021.

GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Orgs). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? O desmatamento e o conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A., 1986.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1984.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E.; *et al.* **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus 1990.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1988.

PINTO, L. F. **Jari, toda verdade sobre de Ludwig**: as relações entre Estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Editora: Marco Zero, 1986.

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil: falência da borracha no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/CRE, 1984.

SILVA FILHO, A. L. M. Estilhaço de uma guerra. In: GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Orgs). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. **Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2015. 215 f.



SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. 2. Ed. Manaus: Valer, 2013.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



## Os dramas sociais dos seringueiros no período da “Batalha da Borracha”

*The social dramas of the seringueiros in the period of the “Battle of the Rubber”*

Francisco Eleud Gomes da Silva<sup>1</sup>  
Emerson Dias da Silva<sup>2</sup>  
Eduardo Gomes da Silva Filho<sup>3</sup>

Submetido em: 20/08/2022  
Aprovado em: 20/08/2022  
Publicado em: 23/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.343

### Resumo

No texto, buscar-se-á uma análise de um tema de tamanha importância histórica, sabendo que um dos ofícios dos historiadores é relembrar os fatos históricos e reinterpretá-los, partindo desse pressuposto, não poderíamos esquecer-nos de mencionar os dramas sociais pelos quais passaram os migrantes nordestinos que vieram com a missão de cortar seringa para ajudar no esforço de guerra do Governo Federal, através dos “Acordos de Washington”, e que ficaram conhecidos como “Soldados da Borracha”. Nosso objetivo é desmistificar os “soldados da borracha”, sem, no entanto, utilizá-los, pois esses atores sociais e históricos enquanto sujeitos, foram importantíssimos para a história do Amazonas, do Brasil e do mundo.

**Palavras-chave:** Seringueiros. Batalha da Borracha. Amazônia.

### Abstract

In the text, an analysis of a topic of such historical importance will be sought, knowing that one of the jobs of historians is to remember historical facts and reinterpret them, based on this assumption, we could not forget to mention the social dramas by which the Northeastern migrants who came with the mission to cut rubber to help in the Federal Government's war effort passed through the “Washington Accords”, and who became known as “Rubber Soldiers”. Our objective is to demystify the “rubber soldiers”, without, however, victimizing them, since these social and historical actors, as subjects, were extremely important for the history of Amazonas, Brazil and the world.

**Keywords:** Rubber tappers. Rubber Battle. Amazon.

### 1 Introdução

Para iniciarmos a análise, destacamos abaixo os cânticos dos soldados da borracha, que refletem a situação em que eles se encontravam naquele momento, muitos sem saber nem para onde eram encaminhados, sem entender nem ao menos o contexto daquela guerra, sem nunca terem conhecimento da realidade de um seringal, nessas condições vieram.

Assim como os soldados vão para a guerra cantando os seus hinos, os flagelados da Batalha da Borracha criaram, no seu desespero e na sua esperança, personagens e expressões folclóricas, cujos instantâneos conseguimos capturar. Personagens e expressões de grande valor sociológico e humano, pois revelam os diferentes estados d'alma nordestino no seu primeiro entreeiro na frente amazônica. Essas manifestações e explosões do espírito sertanejo abrangem uma extensa escala de situações individuais e coletivas, constituindo um desafio e uma manifestação espontânea, quase lírica, do drama por que passaram, inconscientes, muitas vezes, do papel que estavam representando no “anfiteatro amazônico”. Neles vamos encontrar uma verdadeira tipologia humana a revelar sentimentos psíquicos de revolta, ódio, paixão, desespero, mágoa, aflição, arrependimento, sacrifício, bem como de fé, amor, esperança, coragem, fascínio, fortuna e salvação. Daí a razão deste canção. Nele procuramos descrever a classificação humana do imigrante, repetir o seu cantar folclórico espontâneo, traduzir a minha interpretação e o meu canto sociológico, e identificar o nome e a origem do personagem imigrante. A partir daquele instante, um pouco depois, em plena II Grande Guerra, nos 42 e 43, quando as entrevistas foram realizadas, o

1

1 Servidor Público Federal. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: f.eleud@hotmail.com.

2 Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas-SEDUC-AM. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: emersonge1980@hotmail.com.

3 Professor da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-PPGH/UNIVERSO. E-mail: eduardo.filho@ufr.br.

nordestino iria iniciar a sua Grande Marcha e participar da luta no “front” seringueiro. Repetindo o texto bíblico, poderíamos lembrar: “O tempo da poda chegou: os cantares se ouvem em nossa terra”. As seringueiras vão ser sangradas, e de seu “choro” e de seu látex surgirão os pneus das fábricas para os aviões de guerra combaterem muitas batalhas. Os aliados ganharam a guerra, mas o “seringueiro” ficou sozinho, na solidão da mata e nos ermos da floresta, sem poder comemorar a vitória, porque a sua Batalha da Borracha – não teve, para ele, nem começo nem fim. Deixemos, pelo menos, que ele cante o seu cântico, aqui, antes que eu me esqueça.

Flagelados: “A seca me cutucou – ou corre ou morre. Eu vim mode a fome” – geografia da fome na expulsão do homem. Joaquim Moreira de Souza, de Russas. Delirantes e iludidos: “Eu vim mode a seringa que tá uma benção. Dinheiro aqui se ajunta com ciscador” – a borracha na economia de apelo. Joaquim Ferreira, de Cachoeira.

Transumantes: “Eu vim veranear na seringa. Quando chover, volto que nem ovelha à procura dos pastos” – economia de trânsito “mode” a geografia de inverno. José Lino de Araújo, de Campos Sales.

Românticos: “Não sou fanático de dinheiro” vim a procura de um cantinho para viver feliz com minha mulher e filhos” – Terra prometida: “Sai da tua terra, e de tua parentela e da casa do teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei” – Gênesis. José Florêncio, da Serra Meruoca.

Valentes: “com gororoba no bucho, pau de fogo nas costas e faca de ponta na cinta chamo qualquer boca de fera” – a coragem no instituto pioneiro da penetração. Francisco Horário Sobreira de Belém do Rio São Francisco, Pernambuco.

Agricultores: “Sou perdido pela plantação. Vim a procura de um lugar que chova todo o ano para poder criar e plantar” – a chuva corrigindo a seca. João Garcia de Medeiros, de Carnaúbas.

Desadaptados. “Eu só vejo esta terra feia e encharcada. Não arredo meu pé do firme. Quem vive n’água é caboclo ou é peixe. Gosto do pé enxuto. Estou doido pra voltar” – o terror pânico à água na geografia psicológica do sertão. Alfredo Constantino, “nascido e criado no Crato”. (BENCHIMOL, 1982, p. 177-179).

Por esses cantos e relatos desses trabalhadores que vieram para a Amazônia, percebe-se que tinham sentimentos diferentes daquilo que eles esperavam ao chegar aqui. Com certeza, a propaganda do Estado Novo foi muito importante para o convencimento desses migrantes, que pensavam estar partindo em busca de uma vida melhor. Infelizmente, a grande maioria não conseguiu, a contento, realizar os seus sonhos que se perderam no interior das florestas na Amazônia.

Deste modo, um estudo da toponímia da empresa seringueira e rural na Amazônia poderia ser uma importante contribuição no campo da sociologia e da geografia da paisagem e da ocupação humana regional, porque reflete as esperanças, o sofrimento, o sucesso, a fortuna e o desespero do imigrante que aqui chegou e do próprio nativo, com toda a sua carga anímica, os valores de sua cultura, as raízes de sua ancestralidade, a memória de seu passado e a expectativa de seu futuro. (BENCHIMOL, 1982, p. 205).

Ao tomarmos como referência a imigração argelina para a França estudada por Abdelmaleck Sayad (1998), encontramos similitudes entre as condições sociais da migração nordestina para a Amazônia, no período denominado “Batalha da Borracha” e a imigração analisada pelo sociólogo francês, podendo aprofundar e estreitar uma visão sobre esses dois deslocamentos populacionais. Para o sociólogo, a migração é formada por três princípios:

- 1) pela identidade do migrante;
- 2) pelas condições sociais da sociedade de origem, que motivaram a saída do sujeito em busca de melhores condições materiais de vida;
- 3) pela sociedade à qual este migrante se dirige, focado na perspectiva da mudança e nas formas de estabilidade social.

Sob a história da ponte migratória entre Ceará e Amazônia na década de 1940, encontramos dados importantes para afirmar que as condições sociais da sociedade argelina, bem como a da cearense, assim como a francesa e a amazônica tornam-se semelhantes, estreitam-se, afinam-se na experiência social de vida do povo que chega e daquele que recebe. Pois, procurando solucionar os dilemas causados pela seca e tentando abrandar os conflitos sociais, Ceará, Argélia, França e Vale Amazônico aproximam-se pela experiência migratória e pelas formas contextuais que o Governo de cada um criou para a finalidade de acomodação humana e demográfica.

Na experiência nacional na década de 1940 do século XX, através de tratados internacionais, cearenses rumam para a Amazônia para abastecerem a mão de obra necessária à extração da borracha, e nisso os contextos sociais de partida e chegada, bem como a rede de sociabilidade engendrada para amparar o migrante são fundamentais para compreender o sofrimento, o descaso e as formas degradantes de trabalho a que esses sujeitos se lançavam para reverter sua condição miserável.

Neste ponto, a migração se estabelece dentro dos campos das relações pessoais, exigindo do pesquisador uma análise das relações dos grupos domésticos. Como passo fundamental, a família e as condições de amparo social deste instituto nos apontam imagens, trajetórias, contextos, dilemas e sentimentos envolvidos no processo migratório.

Por isso, de acordo com Eunice Durham (1973), devido ao trabalho agrícola no Brasil ser atinente ao universo familiar, então migrar para outras regiões em busca de condições laborativas para execução deste tipo de trabalho, nos faz observar um movimento de readaptação interna da rede de sociabilidade familiar.

Imagem 01 - Cearenses em Marcha por Fortaleza rumo à Amazônia.



Fonte: Acervo MAUC/UFC.

## 2 Da fixação nordestina na Amazônia à propaganda governamental

Benchimol (1977) aponta dois casos importantes sobre a fixação nordestina na

Amazônia, que nos fazem refletir, por um lado, sobre as condições sociais de recepção social do “Soldado da Borracha”, e por outro nos desponta uma pergunta: por que voltar à terra de origem? Para o autor, há duas identidades pertinentes na migração nordestina para a Amazônia, o aventureiro e o sozinho, mas, por força do pertencimento familiar com sua terra de origem, logo essas duas identidades retornaram para o Ceará, despontando, assim, um risco iminente para a mão de obra necessária na exploração da borracha na Amazônia. Gostaria de enfatizar, primeiramente, que existiam diferenças dentro da própria “Batalha da Borracha” entre a primeira e segunda vinda. Segundo Benchimol:

A diferença entre essas duas correntes de imigrantes era flagrante. Enquanto a primeira, nos dois primeiros anos, com a motivação do flagelo da seca, que expulsava o homem do sertão, do agreste e da caatinga, se constituía, na sua maioria, de “cearenses” que se deslocavam do interior com suas famílias, a segunda corrente, a partir de 1943 até 1945, provinha de centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Os brabos eram entregues à sua própria sorte, para sobreviver como pudessem nos centros, nas colocações e nos tapiris. Ou ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início da fábrica, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco se extinguindo a chama da esperança e a vontade da luta. (BENCHIMOL, 1982, p. 227-229).

O pensamento de Benchimol (1982) sobre essas duas identidades inclusas no processo migratório para a Amazônia nos faz concluir que o transporte do sertanejo sem sua família para os campos de trabalho é o mesmo que fazer uma migração temporária, efêmera, sem comprometimento de fixá-los à terra, e que isso agravaria o déficit de mão de obra na região, afetando a economia do extrativismo da borracha para atender ao principal comprador deste produto, os EUA.

Desse modo, trazer o sertanejo nordestino com sua família favorece a produção da borracha, bem como a formação de núcleos familiares e de povoamento. Com a família próxima, o migrante cearense continuaria seu elo familiar e social, que, mesmo expulso pela seca de 1942, esse “transertanejo” fixado em um novo território, antagônico àquela de sua origem, tendo sua família ao lado, as condições de retorno seriam dirimidas.

A família dentro do processo migratório no período da retomada da produção de borracha para atender à demanda que a Segunda Guerra Mundial requer, funcionou como um elemento fixador do sertanejo no Vale Amazônico, porém a maior parte das famílias fixadas trocavam as mazelas produzidas pela seca por dilemas idênticos vivenciados nas regiões amazônicas em que foram fixados.

Sobre este ponto, Benchimol (1977) afirma que, se houvesse melhores condições para a mulher nos locais de origem, o estabelecimento familiar do sertanejo na Amazônia não seria de grande impacto degradante, podendo até promover um processo colonizador e civilizador mais forte na Amazônia. Porém, isso não ocorreu, todos fugidos da fome, sem condições mínimas de subsistência, assinavam os contratos de trabalho e assistência apenas para não terem as últimas esperanças sociais e condições de saúde consumidas pelo flagelo da fome causado pelo estado de seca que o

Ceará enfrentava no início dos anos 1940 do século XX.

Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém [...] “Eu não queria vir, foi ele quem me obrigou” [...] “O jeito foi vir com meus quatro filhos” [...] “Bem que eu não queria vir” [...] “Prefiro morrer de fome na minha terra.” (BENCHIMOL, 1977, p. 187-197, *passim*).

A seringa “não se dá com mulher”, aprofunda a solidão já cultivada pela perda, pelo desatino, pela falta de vantagens e melindros em uma lida diária em que o sol é o elemento mais próximo de tempo, medidor da vida que passa. A “balata” afasta o amor, alimenta os fantasmas cultivados na falta, criados na solidão, no monólogo diário sobre a esperança. Mulheres e homens fugidos da seca encontravam na Amazônia uma paisagem verde, um campo que faltava para fazer valer a mudança. No calor, no remanso do rio, concluíam que o melhor não era vir, era apenas ficar na fome que um dia passa, mas era ficar.

Deveria ser um povoamento harmônico, atinado à nova dinâmica laboral incentivada pelos cofres federais e americanos, ligada à racionalidade do uso da terra e não mais a um elemento do extrativismo, mas a dinâmica social e laboral da exploração da borracha impossibilitava o povoamento, a fixação humana e a construção de uma nova demografia da Amazônia.

Era como que o novo, no piscar de olhos, tornou-se velho, carcomido, cheio de eventualidades. Como que a ponte comercial entre Brasil e EUA, que deveria remodelar a paisagem ambiental amazônica produziu uma eterna recorrência ao malogro territorial e à descontinuidade econômica, social e populacional, impossibilitando um processo civilizador na Amazônia.

Aquela altura, na década de 1940, os administradores locais queriam o grosso populacional desbravando terras antes imaginadas para uma civilização, mas por falta de motivo, deixavam para um outro dia. Um dia que chegou pelos braços fortes daqueles homens livres, trabalhadores da terra, mesmo fugidos da fome, o futuro tremulava na sombra daquela gente destemida, “braba”, sem chão e com um propósito: adestrar a natureza em um leite que viraria as rodas de um automóvel e de outros utensílios, desde os hospitalares que atendem a soldados mutilados dos fronts até a benesse dos altos postos das bases militares.

Imagem 02 - Cartaz da Marcha da Borracha.



Fonte: MAUC/UFC.

A borracha ia além de um simples produto beneficiado da matéria-prima de um item extrativista. Dentro da Segunda Guerra Mundial, tornava-se uma medida diplomática entre países, entre regiões que disputavam o mesmo poder e prestígio, pela Europa, América, Ásia, e, principalmente em nível nacional, entre Ceará, Rio de Janeiro e Vale Amazônico, pois a vinda desses sujeitos com suas famílias para os recôncavos florestais atrás de condições materiais de vida e sobrevivência não significou apenas a abertura de uma nova fronteira econômica ou a retomada comercial de um produto extrativista, significou mais, muito além do que os ganhos e perdas daquele contexto.

4

Estruturou, sim, a posição geográfica da Amazônia em um cenário econômico nacional e internacional que perdura até o presente momento. Desde os fins dos anos 1980 do século XIX este território serviu de um vasto depósito de almas disponíveis ao trabalho manual e com a terra.

Mas, retomemos o contexto da década de 1940 quando o governo Vargas “preocupado” com duas situações, a do Ceará e o da Amazônia, procurou apenas beneficiar as cercanias da Capital, Rio de Janeiro, com a Companhia Siderúrgica Nacional, enquanto todo o sofrimento ficaria em uma terra que o som das lamúrias se confundiria com o som dos pássaros, do balançar das copas das árvores. A cor do dia era verde, e estava cheio de improvisos adestradores daqueles homens e mulheres menos livres.

Havemos de concordar com Samuel Benchimol (1977) que o ciclo migrante nordestino para a Amazônia seguiu o curso de um de seus capítulos de estudos memoráveis: *Flagelado, Retirante, Brabo, Manso. E talvez Paroara*. É aceitável a assertiva capitular de Benchimol, pois a maior parte das famílias que migraram para cá devido ao estreitamento de parentesco entre os que chegaram como flagelados com aqueles que se remediaram com as oportunidades de vida que o trabalho da terra lhes oferecia, e voltavam para o Ceará em busca de novos homens livres dispostos a desbravar novas plagas amazônicas.

Por isso a referência à categoria de brabo, manso e ao migrante aliciador do romance de Rodolfo Teófilo (1974) “O Paroara”, feita por Benchimol (1977), é fundamental para entendermos as noções de sofrimento, esperança e trabalho dos migrantes nordestinos para a Amazônia. Uma vez que “[...] a maior força de convencimento, portanto, não estava necessariamente em suas falas sobre uma Amazônia sedutora, mas em seu exemplo, como um igual que conseguira prosperar em outras terras [...]” (CARDOSO, 2011, p. 24).

E vinham com suas diferenças e planos, chegavam à Amazônia e encontravam um contexto atípico àquele relatado nas aventuras de Seu José, que deixou de ser o “Zezé da mironga” quando saiu de sua terra natal; ou no acúmulo de riqueza do Senhor Raimundo que deixou o “Timungo” atrás da porta de entrada, depois da bênção dos pais, na hora da partida. Doenças, exploração laboral, dívidas contraídas através de um sistema de aviamento aperfeiçoado das primeiras experiências de trabalho na Região, e das condições insalubres de vida, que dizimava vários pela “barriga-d’água”, “beribéri”, diarreia, cólera, malária, febre amarela, tifo, pneumonia.

Imagem 03 - Concentração para a Marcha da Borracha (Rua General Sampaio, Fortaleza, CE).



Fonte: MAUC/UFC.

A noção de acúmulo de riquezas pelo trabalho manual com a terra, o sofrimento, a fome, o deslocamento territorial em busca de um espaço cultivável e habitacional, a figura do aliciador, do migrante, a saudade, são construções ideológicas e sociais internas pertinentes à constituição civilizadora do nordestino, que carrega consigo os estigmas, as marcas e as memórias e os esquecimentos. Alguns romances da literatura ficcional brasileira nos apresentam um lastro importante quanto à construção desses elementos pelo povo nordestino.

José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna e outros mais que preencheram seus romances e poesias construindo a imagem de um Nordeste ríspido e de um homem sofredor, trabalhador, mas destemido, que alcança seu objetivo com muito esforço e sacrifícios.

Por esta paisagem ideológica, podemos assimilar a lógica interna da constituição de vida do cearense em sua terra de origem e transpor todas essas experiências para o momento histórico entre 1942-45, quando ocorreu a migração em massa de nordestinos, principalmente, cearenses, para a Amazônia. Ao se referir ao cearense em um discurso proferido em Fortaleza, 1940, Getúlio Vargas, assim o enxergava:

[...] adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heroico, persistente. Embrenhado na floresta, foi aos confins do Brasil, reivindicando a Pátria e incorporando à soberania nacional de 200.000 quilômetros quadrados – todo território acreano. Essa obra é vossa, cearense. (VARGAS, 1940, p. 95-96).

Retomando a experiência nordestina na incorporação do Acre, Getúlio Vargas convoca, novamente, o povo cearense para mais uma empreitada heroica: povoar a Amazônia e arregimentar a economia nacional. Por conta de sua experiência

migratória, o povo cearense deveria ser o protagonista de uma brasilidade e da consolidação do território nacional, como se fossem artífices do corpo da Pátria.

No entanto, quais as condições contextuais para manutenção da vida no meio da floresta dariam meios de perpetuidade da ideia do cearense de artífices do corpo da Pátria? Além do trabalho na extração da seringa, pouquíssimas. Josué de Castro em *Geografia da Fome*, propondo um método geográfico que compreende o fenômeno social da fome que pudesse “[...] localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam na superfície da Terra.” (CASTRO, 2002, p. 37).

Afirma que a fome na Amazônia é causada por fundamentos sociais permanentes e pela ausência de determinados nutrientes, que, em longo prazo, aceleraram a mortalidade de populações mais vulneráveis dependentes da geofagia regional, por isso a atuação do Estado para amenizar esse dilema é fundamental para o estabelecimento populacional, pois o homem sozinho não conseguiria extrair uma alimentação adequada para sua manutenção local (CASTRO, 2002).

Por essa razão, o sofrimento do cearense migrante para a Amazônia se dava pela permanente condição alimentar, habitacional e societária. Desde os fins do século XIX, uma vasta literatura foi produzida para compreensão das causas e condições de estabelecimento do homem na floresta amazônica. Neste sentido, Regina Horta Duarte destaca que:

A Amazônia é analisada como lugar instituído na temporalidade histórica por uma miríade de sujeitos que, por sua vez, enfrentam as condições do meio físico. Para tanto, Garfield dialoga com o geógrafo David Harvey, para quem os lugares são artefatos materiais e ecológicos construídos e experimentados no seio de intrincadas redes de relações sociais, repletos de significados simbólicos e representações, produtos sociais de poderes políticos e econômicos. Com Bruno Latour, o autor argumenta que a “natureza” é inseparável das representações sociais, e que a sociedade resulta também de elementos não humanos. Com Roger Chartier, considera os conflitos sociais à luz das tensões entre a inventividade de indivíduos e as condições delineadas pelas normas e convenções de seu próprio tempo. Esses horizontes precisam ser avaliados na investigação do que homens e mulheres pensaram, fizeram e expressaram (DUARTE, 2014, p. 2).

Destaca-se, inicialmente, o relato de Euclides da Cunha em visita oficial de reconhecimento do rio Purus, cujo objetivo era demarcar os limites territoriais entre o Brasil e o Peru. A obra, publicada póstuma em 1909, apresenta um relato condenatório das condições degradantes do trabalho no seringal, ao qual denominou um martírio humano viver sob leis próximas àquelas abolidas recentemente, em menção comparativa à do escravo que teve sua liberdade posta em 1888.

Para Cunha, o trabalho no seringal faz “[...] ferir e matar o homem e a árvore”, ao qual o homem “[...] trabalha para escravizar-se [...]” (CUNHA, 1999, *passim*). Destacamos que Euclides da Cunha tinha uma visão positivista e generalista, quando se tratava desses trabalhadores em migração para a Amazônia. Em “Judas -Ahsverus”, passagem de seu relato de viagem, Euclides da Cunha assim vê o seringueiro:

O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e defronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram. (CUNHA, 1999, p. 55)

Rodolfo Teófilo, escritor e farmacêutico, em sua verve naturalista, escreve o romance “*A Fome*” em 1890, no qual elege seu protagonista o nordestino migrante para o Amazonas, afirmando que este sujeito teria apenas sofrimento em sua estada, pois “[...] lá o esperava o trabalho e a doença [...]” (TEÓFILO, 1979, p. 198).

Alberto Rangel (1927), em sua obra de 1907, “*Inferno Verde*” narra a história de Gabriel um caboclo que tem sua terra cobiçada por um nordestino, e por conta do que passou para se tornar um grande latifundiário, o nordestino prova sua sanha e transforma a vida deste caboclo em um inferno, deixando que a veia da maldade seja destilada na natureza, que os cerca, comande a vida dos dois.

Leandro Tocantins (1988), em “*O Rio Comanda a Vida*” faz uma forte alusão a Gilberto Freyre (2015) ao evocar semelhanças do seringal à “*Casa grande & Senzala*”: “o seringal, sede a beira do rio, possuía sua casa grande – o barracão, mesmo toscos – e a senzala: toda selva”. Ressaltando as formas de trabalhos exploratórios cujas condições de abastecimento e produção eram incompatíveis entre os sujeitos do seringal, pois a hierarquia local possui forte pertença aos níveis de poder e patrimônio.

6

Ao pesquisarmos sobre a trajetória dos nordestinos que migraram para a Amazônia devido às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Getúlio Dorneles Vargas, no caso da segunda fase da borracha, necessitaríamos ser muito criteriosos para fazer esta análise. Antes de tudo, precisamos entender o contexto político, econômico e social, para depois entrarmos na essência dessa trajetória de migração. Gostaria de reiterar que, ao se discorrer sobre políticas de migração de nordestinos em sua grande maioria cearenses, usa-se quase sempre o argumento da seca.

Porém, queremos nos contrapor a esse argumento, afirmando que não se resume apenas à questão da seca o motivo para a migração desses cearenses, pois muitas pessoas que estavam numa situação social ruim, numa estrutura fundiária desfavorável à pequena agricultura, o desemprego estrutural, tudo isso contribuiu para que eles avistassem naquela ocasião uma chance de tentar uma nova vida em outro lugar.

Existia também a possibilidade de fugir do recrutamento para a guerra, pois estávamos em plena Segunda Guerra Mundial naquele momento. Ressaltamos que devido à forte participação do governo no convencimento através de desenhos,

figuras ilustrativas, fizera-nos eles pensar na possibilidade de uma nova vida e pelo próprio sabor de aventura como já dizia Benchimol (1982), naquele momento.

Para Jânia Maria de Paula (2010), em se tratando da migração nordestina e da pobreza que assolou o sertão nordestino e do período do “boom” da borracha, precisamos ser cautelosos para percebermos que o território não existe apenas no contexto da demarcação ou ainda como porção de determinado espaço, limites físicos, mas ao espaço amplo, formado e encarnado pela estrutura daqueles que foram fundamentais para sua formação.

O processo de des(re)territorialização pelos quais passaram os nordestinos, tanto na primeira, quanto na segunda fase da borracha, absorvendo os horrores da seca e a opulência do sistema capitalista, através da exploração desumana e sobretudo da ambição desenfreada dos seringalistas, adaptaram o seu viver no interior de uma terra desconhecida, e nem esse sofrimento desencorajou esses migrantes a esquecerem o espaço antigo de suas raízes, pelo contrário, acrescentaram seus costumes, seus jeitos de viver que se juntaram com a cultura local, revigorando essa nova territorialização.

Por isso, quando nos debruçamos sobre o factível das linhas migratórias nordestinas para a Amazônia, devemos ter noção de que essas linhas são caminhos materiais e seculares, renovadores das mesmas rotas de abastecimento e produção através de um modelo feito apenas para exportar.

Assim, compreender as condições de vida dentro deste modelo é visualizar várias formas de sofrimento, saudade, exploração e adensamento representativo pelo jugo de posses e ganhos, com que os senhores dos seringais viviam nas benesses, e os empregados dos seringais, muitos com suas famílias, sofriam pela desposse, pela dívida e por graves insalubridades de vida, determinantes para seu falecimento precoce e por seu esquecimento.

### 3 Alguns casos de seringueiros e seringalistas que foram parar na justiça

Vale a pena salientar que, mesmo após o fim da “Batalha da Borracha” por volta de 1947, quando se encerram os “Acordos de Washington”, os seringueiros que permaneceram nos seringais, continuavam tendo um tratamento desumano, com práticas de maus tratos, ameaças de surras e até a expulsão das terras dos patrões, daqueles seringueiros que não compravam mais do seringalista e vendiam sua produção para terceiros, sob a alegação de que estavam em débito com os patrões.

Eliane Cantarino O’Dwyer (1998) afirma que nas bacias dos rios Tejo e Breu, pertencentes ao conjunto hidrográfico do alto Juruá, ela esteve presente para constatar as relações sociais de trabalho. Sua visita neste local foi uma solicitação da Procuradoria Geral da República, conforme ela explica:

Cumprindo solicitação da Procuradoria Geral da República de realizar um levantamento antropológico das bacias dos rios Tejo e Breu, tributários do conjunto hidrográfico do Alto Juruá, subi o rio em direção às cabeceiras para reconhecimento in loco das relações sociais e do sistema de dominação caracterizado como forma de trabalho escravo prevalente nos seringais. Esta atividade extrativista secular distingue aquela região por uma especialidade: a exploração de borracha, apropriação da natureza pelo trabalho do homem. (O’DWYER, 1998, p. 15).

O’Dwyer (1998) reitera que compareceu a este local após denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, a respeito de violações das liberdades pessoais, uma variedade considerável de formas de constrangimento ilegal contra as pessoas estabelecidas naqueles locais, essas populações ainda continuavam com a prática do corte da seringa.

É importante acrescentar que o termo seringueiro não significava só uma condição de trabalho, porém, uma forma de inserção no mundo mediada pela floresta que, segundo os seus patrões denominavam de “os bichos seringueiros”.

O’Dwyer chama a atenção para uma reunião em que se consolidou a criação da Associação dos Seringueiros do Rio Tejo. Nessa ocasião, Pedro Ribeiro dos Santos solicitou o testemunho dos colegas de trabalho para tratar a respeito da definição de “bicho seringueiro”, como eram chamados pelos patrões.

Explicou: “os seringueiros que são bons pagadores e produzem mais de 1000kg por safra são considerados bichos pelos seus patrões”, dirigindo-se a nós: “na mata, cientista, não temos o nome de gente. Não é assim, freguesia?”, disse pedindo a confirmação dos companheiros. “Nós fazemos [a produção da borracha] mas não temos nome”, concluiu. (O’DWYER, 1998, p. 18).

Para O’Dwyer (1998), esse tipo negativo de exploração é absorvido pelos seringueiros como uma reflexão sobre o seu trabalho e sobre essa relação com os seus patrões. É possível que haja a construção de uma consciência ecológica, embora “selvagem”, diferentemente das utopias naturalistas atuais. Neste caso, a natureza é conservada porque eles precisam dela, não porque eles tenham essa consciência de que precisam conservá-la para a posteridade.

A autora chama a atenção para o fato de adquirirem animais para comerem através das caçadas não os tornavam menos críticos e tampouco faziam oposição para as caçadas de maneira exagerada praticada pelos patrões. Mas, ao observar o canto do uirapuru, a autora ressalta como sendo o único que não consegue ser imitado por outro pássaro de nome japiim, a partir daí, faz a seguinte comparação entre o pássaro uirapuru e os seringueiros da floresta.

É de prioridade desse canto inimitável que se rejubilam, como talvez deles próprios, únicos bichos que conseguem tirar da mata a seringa que os patrões comercializam nos grandes centros. São eles ao mesmo tempo, que zelam pela floresta e pelas árvores de seringas, para que o leite não seque e a mãe natureza mantenha-se eternamente fértil. (O’DWYER, 1998, p. 19).

O'Dwyer (1998) enfatiza a disputa judicial entre os seringueiros Jaime Pereira da Silva e José Prudêncio Filho e o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, que era o arrendatário do Seringal Oriente, localizado no alto rio Juruá. Esta audiência foi realizada em 19 de junho de 1989.

O motivo da disputa era a falta de pagamento de renda por parte dos seringueiros citados. O advogado do seringalista se manifestou primeiro argumentando que a renda era de direito do seringalista, pois isso vinha sendo pago há mais de dez anos pelos acusados, fato que lhes daria o direito da exploração das estradas de seringueiras.

Na sequência, o advogado de defesa considerou equivocada a ação de despejo. Tendo em vista que não havia respaldo legal para tal, pois os réus estavam amparados pela Lei nº 4.504 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964) e pelo decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966a), que proíbem que se negocie como preço de arrendamento uma quantidade determinada de frutos, ou produto, ou ainda o equivalente em dinheiro – e os réus pagam por estrada de seringueira, 33 kg de borracha por ano. Além dessa alegação, o advogado frisou, ainda, que não existe um contrato escrito e com mais um agravante o fato de o contrato ser indeterminado, o que cabalmente vai contra as regulações legais. (O'DWYER, 1998).

Quando o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, que era arrendatário do Seringal Oriente, depôs, ele afirmava que queria a devolução das estradas de seringueiras, por falta de pagamento da renda do ano de 1988, ele, inclusive, abria mão das áreas de moradias, com suas casas, suas lavouras e criação de galinhas, porco, ovelhas. Porém, não aceitaria indenizá-los por essas benfeitorias. Em contrapartida, os seringueiros afirmavam que de nada adiantava morar numa área tão extensa, sem poder extrair o látex das seringueiras. (O'DWYER, 1998).

O'Dwyer (1998) suspeita que, pelo fato de o seringalista exigir que os seringueiros comprassem suas mercadorias e vendessem sua produção de borracha, fosse o motivo da ação de despejo movido pelo seringalista, já que os seringueiros não compravam mais mercadorias com o patrão e tampouco vendiam sua produção de borracha, fato que contribuiu para essa disputa na justiça.

O argumento utilizado pelos seringueiros era de que eles preparavam todo o processo para a retirada do látex, ou seja, roçavam, preparavam as estradas, colocavam as escadas nos troncos das seringueiras, sem que o patrão os remunerasse por esse serviço, enquanto, anteriormente, o seringueiro era responsável apenas pelo corte.

Depois de efetuado todo o processo de instrução, observando que, para mover uma determinada ação, era imprescindível ter interesse e legitimidade, fato que não ocorreu, porque o autor da ação não comprovou com documentos o arrendamento do Seringal Oriente, o que contribuiu para a extinção do processo e o seu arquivamento.

Observa-se que o fim desse processo não significou uma trégua entre ambas as partes envolvidas. Os seringueiros enviaram uma mensagem via rádio declarando-se vitoriosos, porém, o seringalista enviou uma contra mensagem ao Alto Juruá, desmentindo-o. O'Dwyer destaca esse julgamento da seguinte forma:

Porque esse julgamento pode valer como uma notícia cifrada, dentro de uma garrafa, como as utilizadas pelos náufragos, e enviadas pelo Juruá abaixo antes mesmo de relatarmos a viagem pericial até os altos dos rios. E ainda, como acontecimento, ele revela uma singularidade: pode ser observado em todo o seu transcurso, desde o momento em que os seringueiros foram citados até as opiniões que emitiram nessas circunstâncias, acompanhando a vinda deles à cidade, viajando à noite, para chegar a tempo na audiência. (O'DWYER, 1998, p. 31).

O'Dwyer (1998) ressalta que, infelizmente, houve comentários maldosos e carregados de preconceitos por parte tanto dos funcionários, quanto pelos próprios membros da Vara Cível da Comarca a respeito dos seringueiros, taxando-os de analfabetos, desconhecedores dos procedimentos legais. A autora ressalta que:

O etnocentrismo desse tipo de opinião é do conhecimento antropológico, que considera cientificamente infundada a oposição entre pensamento primitivo, considerado pré lógico, e pensamento civilizado, como como sinônimo de culto e científico – sobre isso, ver carta aberta do antropólogo Raymundo Heraldo Maués de recusa a participar de uma perícia médica solicitada pelo juiz da 3ª vara da justiça federal por esta ver o índio “como portador de desenvolvimento mental incompleto” (Boletim da ABA, nº 6, 1º semestre de 1989 apud O'DWYER, 1998, p. 33).

#### 4 Sistema de aviamento, mecanismo de exploração dos trabalhadores

8

Em se tratando de dramas, dificuldades e até atrocidades a que os seringueiros estavam sujeitos na Amazônia, não poderíamos deixar de apontar o sistema de aviamento,<sup>4</sup> que colaborou para que essas mazelas acontecessem. Não é de nosso interesse fazer um estudo detalhado e aprofundado sobre o aviamento. Desejamos, apenas, enfatizar que esse era um meio pelo qual se dava a expropriação dos trabalhadores migrantes nordestinos na Amazônia. Neste sentido, utilizamos Roberto Santos, como referência principal sobre esse assunto, pois ele é considerado um clássico da literatura amazônica em se tratando da história econômica. Esse autor faz a seguinte observação:

4 Sobre esse tema ver também MIYAZAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. Sociologia, v. 20, n. 3, p. 336-396, ago. 1958. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1090281/1/TC0917LIVROColhendoNaturezaAINFO.pdf>. Acesso em: 29 de Jul de 2022.

Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar “juros extras”. Esse “aviador” por seu turno, era “aviado” por outro e pagava “juros extras” apreciavelmente altos. (SANTOS, 1980, p. 159).

Santos (1980) acrescenta, ainda, que, na parte mais alta da cadeia, encontravam-se as firmas exportadoras, eram as que mais se beneficiavam do acúmulo de renda através dos “juros extras” e da diminuição do preço local da borracha. Santos frisava que a cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. “Neste caso, ele próprio se constituía um “aviador” de Belém e Manaus e, por outro, ao seringueiro extrator, seu “aviado” ou freguês”. (SANTOS, 1980, p. 159-160, grifos do autor).

Santos (1980) comenta que se tinha a ilusão de que a chegada dos nordestinos iria contribuir para “monetizar”, ampliando o sistema e minimizando as relações tradicionais de dependência. Muitos nordestinos tinham em mente o sentimento e o desejo forte do enriquecimento e o sonho com fortunas grandiosas em dinheiro. Mas logo caíram na realidade, e isso se tornou uma grande ilusão, sugerida pela eficácia do psicológico. Santos comenta a situação em que se encontravam esses migrantes após tamanha desilusão:

O seringueiro ficava de tal modo isolado, pela própria disposição geográfica das atividades produtivas regionais, que seu vínculo com o “barracão” se tornava exclusivo e ele perdia quase totalmente a liberdade de usar o que ganhava. Nessas condições, a grande função desempenhada pela moeda seguia sendo a prestação de serviços de cálculo. (SANTOS, 1980, p. 158).

Santos (1980) observa que, mesmo após um século, o aviamento ainda deixava o seu rasto, que marcava com profundidade a sociedade regional. Santos afirma ainda que:

Em 1966, Amílcar Tupiassu o analisa sob uma ótica sociológica; ainda então concebia a sociedade amazônica como um continuum em cujas extremidades antípodas se encontravam o “macronúcleo urbano” e o “micronúcleo extrativista”. Ligando as extremidades entre si surgia o “elo” do aviamento. Nessa concepção, o aviamento desempenhava o papel de elemento sustentador e articulador de toda a estrutura social da Amazônia; mais ainda: por ser a via dos contatos do homem rural amazônico com a sociedade nacional, evitando que esse homem regressar ao estado indígena, o aviamento constituía, segundo Tupiassu, o mecanismo que lograva integrar à sociedade global o personagem isolado no seio da imensidão amazônica. (SANTOS, 1980, p. 158).

Santos (1980) faz uma observação importante sobre o possível embrião do aviamento, afirmando que, na época do Brasil colônia, nascia um regime de crédito, onde o negociante fixado em Belém abastecia de mantimentos a empresa coletora das “drogas do sertão”, que recebia um pagamento no final da expedição, o produto físico recolhido. Isso ficou conhecido como aviamento, que funcionaria como um grande mecanismo em toda a economia da região amazônica, no processo de extração e produção da borracha e que persiste até a atualidade, com pequenas modificações, sem muita importância.

Sobre o aviamento, destaca que ele surge a partir do momento em que a região amazônica entra em contato com o capitalismo industrial europeu através de um sistema fortemente monetizado. Ele chama a atenção para as características fundamentais que serviram como base para propiciar esse surgimento, onde ressalta que:

- a) Base de recursos naturais especialmente amplo e de difícil acesso;
- b) Atraso das técnicas de produção;
- c) Índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo;
- d) Presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las;
- e) Ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito;
- f) Demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área. (SANTOS, 1980, p. 155).

Diante de tais condições, esse autor admite que se tornava inevitável o uso do sistema de aviamento, fazendo com que as lideranças mercantis locais se integrassem aos interesses do mercado externo, ganhando duplamente, através de duas maneiras distintas. Primeiro, com os preços que cobram fora, e segundo com o tradicional sistema de exploração da mão de obra. Sobre o aviamento Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves (2011) tem o seguinte entendimento:

Nos seringais tradicionais, a cadeia do aviamento, articuladora-mor das relações de produção, cuja natureza política é a dominação/exploração, coordena o processo técnico de produção e define a apropriação dos resultados do processo. [...] Esse sistema articula numa extensa e complexa rede de relações econômicas, políticas e sociais os diferentes segmentos envolvidos no extrativismo da borracha. A economia da borracha constituiu-se numa trama de relações materiais e ideais dos homens com a natureza, fundada na teia de relações dos homens entre si. (CHAVES, 2011, p. 17-33).

Chaves (2011) completa sobre o aviamento, afirmando que ele se caracteriza por diversas maneiras de troca de mercadorias, no entanto, sem o uso do dinheiro. Devido à ausência de circulação monetária no interior dos seringais, os alimentos usados pelos seringueiros e seus dependentes eram fornecidos, ou seja, “aviados” para somente serem quitados quando acabasse o processo de produção. Chaves destaca que:

Durante aquele período, o seringueiro, enredado nas tramas da produção da borracha para o mercado europeu, tornou-se o personagem central dos enredos amazônicos. Essa condição não significou para esse produtor melhorias em suas condições de vida; ao contrário, relegou-o, a um extremo empobrecimento resultante das relações de trabalho, fundadas na superexploração que marcaram as empresas extrativistas (seringais tradicionais) na cadeia do aviamento. (CHAVES, 2011, p. 13).

É importante enfatizar que, embora estivessem sujeitos às relações semisserviis, os seringueiros sempre praticavam alguma forma de reagir, de acordo com a situação, afirma Chaves (2011). Alguns, embora indignados, não se manifestaram, outros fugiam ou então arrumavam confusão com o patrão. Sobre esses fatos, a autora confirma que:

Segundo depoimentos dos seringueiros mais antigos, sempre se ouvia falar de “greves”, onde o conjunto dos trabalhadores se rebelaram contra as condições de exploração. A espoliação sofrida pelos seringueiros não pode ser entendida como sendo restrita à relação seringueiro-seringalista, mas no interior das relações entre uma modalidade de produção, o extrativismo e o modo de produção dominante, o capitalismo. Embora a produção da borracha não se ajuste aos moldes da produção especificamente capitalista, ele estava subordinado à condição imposta à Amazônia, ou seja, a indústria europeia em sua crescente necessidade de expansão atribui a esta região o papel de fornecedora de matéria prima. (CHAVES, 2011, p. 38).

Ao se tratar da alimentação dos seringueiros durante o período da produção da borracha, Chaves (2011) afirma que quando os trabalhadores se dirigiam para a floresta com o objetivo da retirada do látex, nas estradas de seringueiras, não levavam nada para se alimentar, fato constatado na declaração de um seringueiro chamado Dorvalino. Observe-se o que ele diz:

A gente chega às vezes onze horas, dez horas da estrada, às vezes, às vezes não tem o que comer, a gente tem outro trabalho no roçado da gente: - velha faz um frito de farinha aí, pra mim aguentar o estômago. Num tem nada pra almoçar, num tem. Então nós vamos comer só de noite, porque a hora que eu chegar eu vou trabalhar. Eu pegava meu terçado e quando dava cinco horas (da tarde), bem não aguento mais a fraqueza, as pernas tavam tremendo. Quando chegava na beira do (rio): - ei velha! Traz a tarrafa! Aí ela trazia para mim na beira, aí eu pegava o meu peixe. Quando era sete, oito horas (da noite) já tava em casa, então nós ia jantar. (seu Dorvalino). (CHAVES, 2011, p. 46).

Se existe problema quanto à alimentação, imagine-se em relação à saúde desses trabalhadores que vivem embrenhados na selva em busca do tão cobiçado látex. O quanto era complicado, quando o trabalhador, que tirava o sustento para sua casa, naquele serviço de alto risco, viesse a ficar doente. Chaves (2011) ressalta que, com relação à saúde do seringueiro, em caso de acidentes graves que viessem a tornar o trabalhador inválido, ou até mesmo no caso de óbito, eram as mulheres que ficavam responsáveis para assumir o lugar do marido no processo de produção da retirada do látex, como forma de sustentar sua prole.

Chaves (2011) constatou outra situação que merece destaque, é quanto ao processo de defumação, que causava muitos males aos trabalhadores, devido à aspiração da fumaça diariamente, dessa maneira os pulmões não aguentavam muito, após dois anos, estavam comprometidos. Vale a pena frisar que este processo de defumação foi mudado nos últimos anos da década de 1970, para o uso da prensa, o que contribuiu grandemente para a redução do tempo de trabalho e um menor esforço durante o processo.<sup>5</sup>

Para Teixeira (2009), o romance *A Selva*, publicado em 1930, de Ferreira de Castro, foi a maior demonstração dos dramas sociais e da violência sofrida no regime de aviamento. Muito jovem ficou órfão e emigrou para Belém, para casa de um tio, que o encorajou a ir para um seringal, onde lá, vai perceber a brutal contradição entre o barracão e a mata, a diferença entre o comércio de extração do látex e a forma servil das relações de trabalho, marcada pelo excesso de violência física. Ferreira de Castro pode perceber com muita intensidade o sofrimento humano através da colheita da borracha, cujos lucros se destinavam ao exterior, diferentemente do café, onde os lucros permaneciam aqui no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social em seus locais de produção e venda.

Teixeira afirma ainda que:

A borracha criou imensa riqueza de uma burguesia parasitária e criou a miséria dos trabalhadores que tiveram na própria selva os muros de sua prisão e de seu cativeiro. O café criou, sem dúvida, uma riqueza concentrada nas mãos da elite cafeeira, mas alimentou os meios de uma burguesia que assumiu plenamente as possibilidades do capital e diversificou seus investimentos no comércio, na indústria, nas finanças, nos transportes, de maneira a descolonizar a riqueza que lhe chegava às mãos. (TEIXEIRA, 2009, p. 11).

Para Teixeira (2009), o que aconteceu com o café foi muito importante para garantir o desenvolvimento econômico

5 É muito importante frisar que os migrantes que vinham para a Amazônia para trabalhar no corte de seringa, a grande maioria só trabalhava no verão, pois o período do inverno era impróprio para a colheita, por causa da chuva. Isso era um complicador a mais em relação à dívida que, assim, só crescia.

do Brasil e as mudanças sociais que ocorreram naquele período. Bárbara Weinstein (1993) também já chamava a atenção para a discrepância entre a produção de café, cacau e borracha. A economia cafeeira é um exemplo espetacular, em toda a América Latina, de um desenvolvimento continuado, advindo pela geração de lucros da exportação do café. Porém, sobre a borracha, a autora é bem enfática, afirmando que:

A prosperidade promovida pelo negócio da borracha, ao contrário, mostrou-se efêmera e superficial. Os teatros de ópera mundialmente famosos, as mansões suntuosas e as extravagâncias de legendários nababos criaram para a região uma deslumbrante fachada, por detrás da qual, porém, havia um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferiam das estruturas socioeconômicas características do período colonial. (WEINSTEIN, 1993, p. 16).

### Considerações Finais

Discutiu-se no texto por ora analisado, às diversas nuances da migração nordestina para a região amazônica, em particular, a partir da visão dos próprios sujeitos, de fontes primárias, além de uma revisão bibliográfica que versa sobre o tema.

Com isso, procurou-se entender os processos de fixação e de mobilidade de migrantes nordestinos para a Amazônia, tendo como pano de fundo, a propaganda governamental varguista.

Outrossim, explorou-se alguns casos pontuais acerca de questões trabalhistas que envolvem tanto seringueiros quanto seringalistas, em uma época em que essas relações e condições de trabalho eram bastante precárias.

Por fim, analisou-se a conjuntura do sistema de aviamento, com ênfase na análise de como esses mecanismos corroboraram para a exploração da mão de obra local. Destarte, pode-se observar, e depreende-se, que as relações de trabalho eram precárias, e o processo migratório foi influenciado pela Getulista, com o objetivo de atender a demanda por borracha norte-americana e parte do mercado interno.

O texto não tem a pretensão de ser algo estanque, mas que aponte caminhos para possíveis questionamentos e discussões.

### Referências

BENCHIMOL, S. **Amazônia**: um pouco: antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENCHIMOL, S. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1982.

BRASIL. **Decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966a**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D59566.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm). Acesso em: 26 Jul 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de novembro de 1964**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm). Acesso em: 26 Jul 2022.

CARDOSO, A. A. I. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). 244f. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: [s.n.], 2011. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2839/1/2011\\_Dis\\_AAICardoso.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2839/1/2011_Dis_AAICardoso.pdf). Acesso em: 15 Jul 2022.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, M. P. S. R. De **“cativo a liberto”**: o processo de constituição Sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CUNHA, E. **À margem da história**: Euclides da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUARTE, R. H. *Garfield, Seth in Search of the Amazon*: Brazil, the United States, and the Nature of a Region. Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, São Paulo jan./jun. 2014. Resenha de: GARFIELD, S. *In: Search of the Amazon*: Brazil, the United States, and the Nature of a Region. Durham: Duke University Press, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a19v34n67.pdf>. Acesso em: 25 Jul 2022.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. Editora São Paulo: Perspectiva, 1973.

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2015.

MIYAZAKI, N.; ONO, M. **O aviamento na Amazônia**. Sociologia, v. 20, n. 3, p. 336-396, ago. 1958a. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1090281/1/TC0917LIVROCollendoNaturezaAINFO.pdf>. Acesso em: 29 de Jul de 2022.

O'DWYER, E. C. **Seringueiros da Amazônia**: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói: EdUFF, 1998.

PAULA, J. M.; *et al.* O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico. **Revista Geografar**, v.5, n.1, p. 61-82, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/17782/11611>. Acesso em: 23 Jul 2022.

RANGEL, A. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 4. Ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAYAD, A. **A imigração ou paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva**: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

TEÓFILO, R. **A Fome**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras: 1979.

TEÓFILO, R. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974.

TOCANTINS, L. **O Rio comanda a Vida**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

VARGAS, G. **O Ceará e os seus Homens de Trabalho**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, [s.d.]. 1940. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/33.pdf>. Acesso em: 15 Jul 2022.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência: 1850-1920. São Paulo: Ed. USP, 1993.

## Automação residencial: evolução da segurança e conforto na sua moradia

*Home automation: evolution of safety and comfort in your home*

Adriano Ferreira ALVES  
André Henrique Muniz COSTA  
Gustavo Sousa SANÇÃO  
Lucca Santos de Oliveira LIMA  
(Orientador: Luciano Pimenta VALADARES)

Submetido em: 21/08/2022  
Aprovado em: 21/08/2022  
Publicado em: 23/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.344

### RESUMO

O objetivo desse artigo é mostrar a importância, o funcionamento e gestão de sistemas de segurança residencial, como esses dispositivos são instalados, suas prescrições de instalação, e como a automação contribui para um maior conforto e praticidade na instalação e no uso desses dispositivos. Apresenta suas funções, suas facilidades de controle, de acordo com os planejamentos requeridos pelo cliente. Mostra seus objetivos e como esses sistemas atuam nessa área de automação. Além disso, descreve as vantagens e seus benefícios que a instauração desses mecanismos agrega para a segurança e o bem-estar do indivíduo. Dispõe as técnicas de instalação desses sistemas, suas ocasiões, propostas e inserções, além do mais, apresenta o uso das normas ABNT no estabelecimento de os dispositivos, além de apresentá-los.

**Palavras-chave:** Segurança, automação, dispositivos, software, residencial

### ABSTRACT

The purpose of this article is to show the importance, functioning and management of residential security systems, how these devices are installed, their installation requirements, and how automation contributes to greater comfort and practicality in the installation and use of these devices. It presents its functions, its control facilities, according to the plans required by the client. It shows its objectives and how these systems work in this area of automation. In addition, it describes the advantages and benefits that the establishment of these mechanisms add to the safety and well-being of the individual. It provides the installation techniques of these systems, their occasions, proposals and insertions, in addition, it presents the use of ABNT standards in the establishment of the devices, in addition to presenting them.

**Keyword:** Security, automation, devices, software, residential

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo mostra de forma resumida como uma casa autônoma pode encaixar na sua rotina e o quão prático possa ser manuseado, tendo diversos benefícios para qualidade de vida e a facilidade de manuseio dos seus equipamentos eletrônicos, resolvendo seus problemas residenciais.

A automação vem ganhando espaço muito extensivo em todo o mundo, ainda mais quando se trata de residencial, se expandindo de acordo com que a tecnologia avança e facilita muito a vivência e a praticidade da vida das pessoas, reduzindo muito a lentidão de processos simples ou que demandam um esforço um pouco maior. Sendo executado por um comando remoto via software ou por um dispositivo.

1

O uso desses sistemas vem se tornando maior durante esses anos, com seu estouro ocorrido com a 2ª revolução industrial no século XIX, surgindo um novo conceito de automação, devido a utilização da eletricidade no processo produtivo na automação industrial. Com isso, o conceito de automação residencial surgiu na década de 1970 nos EUA, quando os primeiros sistemas automatizados de controle foram criados para aplicações industriais. Ela veio se moldando para dentro das residências a fim de facilitar a vida cotidiana.

Neste artigo, observa-se como os aparelhos e a evolução deles interferem na segurança da sua moradia,

reforçando a ideia que o aumento da criminalidade leva aos moradores à procura de reforçar sua segurança por meio dessas automações, com a implementação de câmeras de segurança, cercas elétricas, sistemas de alarme e em alguns casos até sistemas termográficos

Os problemas de segurança mais comuns são: manuseio, custo e a falta de proteção e privacidade. A falta da automação em moradias que não possuem nenhum sistema de segurança, facilita a invasão de seus bens e sua moradia, por exemplo: uma portaria eletrônica mal instalada e com um sistema de segurança baixo, oferecendo riscos à segurança de sua residência.

A automação vem crescendo frente a tecnologia a cada dia que passa, e com isso, cresce também a utilidade desses equipamentos de automatização. O motivo com que aumenta seu uso é facilitar o monitoramento e controle de diversos sistemas de sua casa, através da integração de diversos controles em uma interface intuitiva, seja no seu celular, displays ou keypads (conjunto de botões dispostos em um bloco, que geralmente possuem dígitos, símbolos e geralmente um conjunto completo de letras alfabéticas) instalados em diversos ambientes de sua casa.

O objetivo deste artigo é mostrar a praticidade do manuseio e instalação, pretendendo impor maneiras de solucionar problemas com equipamentos obsoletos ou aprimorando esses sistemas para um futuro uso com a automatização em toda residência. Sendo os equipamentos utilizados: sistemas de iluminação, tomadas, fechaduras eletrônicas, sistemas de segurança, ar-condicionado, TVs, motores de portão, entre outros eletrodomésticos de sua preferência para serem controlados remotamente via wi-fi.

Fazendo o uso para acionamento, tais como: seu celular, acionamento por voz, sensores de presença, sensores com fotocélula, aparelhos sob o manuseio de infravermelho (controles remotos de televisão ou ar-condicionado por exemplo). E o objetivo da automação residencial é a integração de tecnologias de acesso à informação e entretenimento, nesse caso focado no uso para segurança, com a otimização dessa ferramenta.

Tudo isso com uma instalação que muitas vezes não necessitará da realocação dos eletrodutos, ou novos eletrodutos, a passagem de cabos novos, com um custo-benefício atraente, para uma melhor qualidade de vida, observou-se que vale a pena investir neste processo.

Podendo ser feito acionamentos da sua casa (dos equipamentos autônomos), com você em qualquer lugar do mundo, basta uma conexão de internet para que seja executado tal serviço, sendo assim, terão o controle sob seus equipamentos e até mesmo em alguns casos, saber o quanto de energia está sendo consumido com aquele equipamento em tempo real ou periodicamente.

O que chama bastante atenção nesse assunto é que: a possibilidade de personalização da sua moradia de acordo com sua rotina ou seus gostos para que tudo ocorra de uma forma mais eficaz, trazendo também uma economia maior de consumo mensal de energia, com alguns ajustes, uma segurança e praticidade melhor quando falamos de fechaduras eletrônicas, câmeras de segurança, sensores de presença e vídeo monitoramento.

## 2. AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL

Segundo Roggia, 2016. p.15), uma definição simples para a automação é a de um sistema de controle pelo qual os mecanismos verificam a sua própria operação, efetuando medições e introduzindo correções, sem a necessidade da intervenção do homem.

2

A automação se conceitua a um conjunto de tecnologias com a qualificação de programar eventos em uma casa e de tornar automático e prático, o funcionamento de equipamentos tecnológicos. Por meio de sistemas integrados e da conexão à internet, uma solução que proporciona um conforto antes não imaginado aos seus utilizadores. Desse modo, é uma tecnologia flexível e expansível, em que o próprio usuário estipula como será beneficiado com esse conceito.

O objetivo é conectar aparelhos, dispositivos e sistemas entre si, que serão acionados e se comunicam por meio de um controle centralizado, acessado por smartphones, Tablets, computadores etc., incluindo:

Eletrodomésticos;

Luzes;

Tomadas elétricas;  
Alarmes;  
Sistema de controle de temperatura (refrigeração e de aquecimento);  
Detectores de fumaça/Combate a incêndio  
Janelas e portas;  
Sistema de irrigação de jardim;  
Câmeras de vigilância, e muitos outros aparelhos e sensores

## 2.1 SEGURANÇA

De acordo com o site **Conceito.de**, Segurança é a ação ou o efeito de segurar, é aquilo que apresenta firmeza, estabilidade, certeza, garantia e confiança.

A ação de tornar seguro também é caracterizado pela segurança. É aplicada em diversas áreas, sempre de acordo com os perímetros estabelecidos por cada uma delas, porém, sempre com o mesmo conceito caracterizado para a proteção do indivíduo e/ou de máquinas e sistemas.

Utiliza-se de dispositivos que garantem a segurança de sistemas, locais, de quem os manuseia etc. Sempre seguindo suas normas de execução.

## 2.2 SEGURANÇA NA AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL

A segurança na área da automação residencial se aplica por meio de dispositivos citados anteriormente e a implementação de dispositivos próprios de segurança, como: câmeras, portarias eletrônicas, cercas elétricas, alarmes etc.



Imagem 1 - Acionamento de alarme  
(Blog gestão de Segurança Privada)

Com isso, a utilização se torna ainda mais fácil com esses equipamentos, facilitando o uso, monitoramento e conforto a distância. Muitos desses sistemas funcionam por meio de smartphones e com uma conexão com a internet, porém há suas particularidades de acordo com o tipo de equipamento utilizado. Também pode se ampliar com o uso de aparelhos de som e ar-condicionado, abrir e fechar cortinas e monitoramento de entrada e saída de pessoas na residência, facilitando o reconhecimento do indivíduo em caso de invasão. Tudo isso projetado ao gosto do cliente e suas necessidades. Com isso, podemos citar algumas etapas na automação residencial:

3

Escolher quais funcionalidades desejadas para implementação

Definir quais ambientes terão a automatização, e preparar novos ambientes para futuras implementações, se necessário

Identificar os principais tipos de sistemas existentes para a automação

Procure uma empresa especializada nessa área para desenvolver todo o projeto

Acompanhe o projeto, certificando-se se está de acordo com o pedido

Exija garantia no projeto.

Para uma maior segurança nesses sistemas, é importante a inserção de um Nobreak (um dispositivo de proteção que vem com uma bateria. Em caso de quedas ou variações de eletricidade, ele protege os equipamentos eletrônicos funcionando como fonte de alimentação no sistema). Caso um indivíduo queira invadir sua residência, uma das primeiras coisas que ele irá fazer é cortar a energia do local. O Nobreak é dotado de autonomia de energia por determinado tempo, mantendo o funcionamento dos dispositivos de segurança que fornecerão o monitoramento das ações do ladrão.

### 3 RESULTADOS

#### VANTAGENS DA AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL

##### 3.1 SEGURANÇA RESIDENCIAL

De acordo com a WEG (uma empresa multinacional brasileira com sede na cidade de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina), um dos maiores benefícios da automação residencial é que o sistema de segurança não só engloba diversos recursos automatizados, como gera a integração entre eles, fortalecendo ainda mais a proteção da casa.

Figura 2 - Sistema de vigilância sem fio (Durawell)



- Fechaduras eletrônicas
- Câmeras inteligentes de vídeo monitoramento remoto
- Sensor de presença com iluminação automatizada
- Alarmes

##### 3.2 ECONOMIA DE ÁGUA E ENERGIA

Ainda citado pela WEG, dispositivos inteligentes contribuem para a economia da sua residência. Lâmpadas inteligentes, por exemplo, racionalizam o consumo de energia e podem ser reguladas remotamente, podendo serem apagadas longe de casa.

Outras funcionalidades permitem o monitoramento do uso da água, evitando desperdício e economizando.

##### 3.3 PRATICIDADE E CONVENIÊNCIA

Outra vantagem é a facilidade e praticidade que a automação proporciona, nas residências esses dispositivos são utilizados para a facilitar o cotidiano.



Figura 3 - Controle remoto residencial (**Kosten-haus**, 17/08/2021)

Podendo ser controladas por controles remotos, seu smartphone e assistentes de voz. Todos os utensílios que podem ser controlados por esses dispositivos tornam seu uso diário mais prático, como TVs, aparelhos de som, lâmpadas, cortinas e muito mais.

### 3.4 CONFORTO

Os usos desses dispositivos trazem um conforto maior para sua residência, permitindo o controle de luminosidade da lâmpada, acionamento de abertura e fechamento de cortinas, acionamento de ar-condicionado, lareira etc.



Figura 4 - Conforto na automação de sistemas (ar-condicionado) (Foneplan)

## CONCLUSÃO

Conclui-se que, através desse artigo, a automação mais propriamente dita, a residencial, é de sumo interesse para a automatização e amplificação de dispositivos de segurança em moradias.

O uso desses sistemas voltado para a área de segurança residencial mostrou-se ser importantíssimo para a vigilância, de sua segurança e proteção individual ou familiar, disponibilizando total monitoramento residencial. A automatização facilita o uso desses sistemas de monitoramento em longo alcance e em condições difíceis, tendo o uso de dispositivos portáteis, como controles, sistemas implementados por software, smartphones, assistentes de voz e muito mais. Com a implementação desses sistemas, traz-se a sensação de credibilidade, conforto e segurança em seu bairro ou condomínio, com o uso de câmeras de videomonitoramento, alarmes, sensores, fechaduras eletrônicas, cercas elétricas etc. Pode ser proposto para próximas pesquisas, o uso desses dispositivos em âmbitos industriais e empresariais, objetivando a segurança de funcionários e gestores

5

Levando em conta, que para um bom gerenciamento de gasto mensal com o uso dessas tecnologias, há de se calcular os custos mensais e de instalações após a implementação. Sendo visado o conforto e a acessibilidade desses sistemas e como a praticidade facilita no seu modo de viver e no seu conforto, analisa-se suas funcionalidades desejadas, locais de implementação, definição de ambientes que ganharão a automação e preparar futuros ambientes também. É importantíssimo o uso das normas de proteção ABNT na projeção e instalação de qualquer dispositivo na rede elétrica.



## REFERÊNCIAS

Roggia, Leandro. **Automação industrial** / Leandro Roggia, Rodrigo Cardozo Fuentes. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2016.

### Sites

[www.queroautomação.com.br](http://www.queroautomação.com.br)

[www.weg.net/](http://www.weg.net/)

<https://www.significados.com.br>

<https://www.vivadecora.com.br/pro/automacao-residencial/>

## A profissão docente na hipermodernidade e os desafios da precarização do trabalho: que futuro é esse?

*The teaching profession in hypermodernity and the challenges of precarious work: what future is this?*

Carlos Alberto Ribeiro Barbosa<sup>1</sup>

Claudineide Ana de Lima<sup>2</sup>

Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes<sup>3</sup>

Monique Siqueira de Andrade<sup>4</sup>

Patricia Vesz<sup>5</sup>

Silvio Cesar Bello Salgado<sup>6</sup>

Submetido em: 21/08/2022

Aprovado em: 21/08/2022

Publicado em: 24/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.345

### RESUMO

O presente artigo objetiva abordar a profissão docente na hipermodernidade diante dos desafios da precarização do trabalho. O rompimento dos paradigmas modernos levou o homem a uma exacerbação de valores e posturas na contemporaneidade. Com isso, a profissão docente encara novos conflitos, diariamente, no contexto escolar, tendo de não só lidar com essa nova geração, mas também com os desafios da precarização do trabalho, nas diversas questões como salariais, carga horária e relação de alunos por turma. De abordagem do tipo qualitativa, com revisão bibliográfica, o estudo reafirma o quanto a formação docente não prepara os profissionais para essa hipermodernidade, assim como também as condições de trabalho não dão subsídios para atender a essa nova geração.

**Palavras-chave:** Profissão docente. Hipermodernidade. Precarização do trabalho.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo abordar la profesión docente en la hipermodernidad ante los desafíos del trabajo precario. La ruptura con los paradigmas modernos ha llevado al hombre a una exacerbación de valores y actitudes en la época contemporánea. Con ello, la profesión docente afronta, a diario, nuevos conflictos en el contexto escolar, teniendo que tratar no solo con esta nueva generación, sino también con los desafíos del trabajo precario, en diversos temas como el salario, la carga de trabajo y la relación de los alumnos por clase. Con un enfoque cualitativo, con una revisión bibliográfica, el estudio reafirma en qué medida la formación docente no prepara a los profesionales para esta hipermodernidad, así como las condiciones laborales no brindan subsidios para atender a esta nueva generación.

**Palabras clave:** Profesión docente. Hipermodernidad. Trabajo precario.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação se relaciona diretamente com a sociedade. De acordo com Mézaros (2009), às questões sociais refletem no contexto escolar, reformulando as relações e práticas educacionais. Diante disso, compreende-se o quanto a profissão docente precisa estar preparada para atender às novas demandas, visto que os sujeitos contemporâneos se relacionam com as pessoas e com o mundo de outra forma. O futuro já chegou.

1      Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestre em Marketing e Administração pela Pontifícia Universidade de São Paulo PUC/SP Professor Adjunto V na AFA Academia da Força Aérea.

2      Doutoranda e Mestra em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Analista Educacional e Coordenadora Pedagógica da rede Estadual de Educação de Pernambuco.

3      Doutor e Mestre em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Diretor Executivo do Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional.

4      Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, docente nas Faculdades Integradas Campo-Grandenses.

5      Doutoranda e Mestra em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Coordenadora da região sul do Brasil do Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional.

6      Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestre em Ciências Ambientais (UVA); Professor da SEEDUC/RJ; Secretário-Geral da SUBEX/SEEDUC; Secretário do CACS- FUNDEB/ RJ e Professor da EGPP/CEPERJ.

Com o advento da revolução tecnológica e a ruptura com a modernidade, os indivíduos exacerbam valores, posturas e formulam novos paradigmas para este tempo, denominado como Hipermoderno, para Lipovetsky (2004). Aprende-se, portanto, que a vivência escolar é outra, já que os sujeitos se posicionam, reagem e sentem o mundo de outra forma. Logo, é necessário refletir sobre a formação docente frente a essa realidade, bem como os desafios que os profissionais da educação enfrentam diante da precarização do trabalho.

A partir disso, o presente artigo objetiva discorrer a respeito da profissão docente e de seus desafios, mais especificamente sobre a problemática do processo de precarização dessa profissão que, ao longo do tempo, vêm se acentuando a partir das transformações ocorridas tanto na esfera do trabalho, quanto no âmbito das políticas educacionais.

Pensando que a sociedade tem sido marcada por grandes transformações no mundo do trabalho, torna-se indispensável um estudo que possa contribuir para uma reflexão acerca das condições de atuação do professor. Sendo assim, de início, apresentamos a metodologia utilizada, a natureza da pesquisa, o instrumento utilizado, o contexto e os objetivos para a realização da investigação.

Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos uma discussão dos resultados, fazendo algumas considerações acerca da Hipermodernidade e da formação do professor no Brasil, bem como da precarização do trabalho do professor.

O terceiro capítulo traz as considerações finais, levando em consideração a pesquisa bibliográfica e ponderações em relação aos resultados encontrados ao longo da investigação.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se pela abordagem do tipo qualitativa, com revisão bibliográfica, que segundo Gil (2010), nesta perspectiva se percebe que a pesquisa bibliográfica se utiliza de dados existentes. Portanto, o presente artigo foi construído por meio de pesquisa bibliográfica, com revisão da literatura que para Lakatos e Marconi (2003, p. 248): “consiste em uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência lógica.” Dessa forma, possibilitou aos pesquisadores contatar direta e indiretamente com fontes de conhecimentos legitimados cientificamente. Caracteriza-se pela abordagem qualitativa, de natureza básica, pois para Gil (1999, p. 42) denota que essa natureza “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas.” Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois visa “proporcionar mais familiaridade com o problema.” Gil (2002, p. 41). Dessa forma, torna-se necessária apreciação, exposição e reflexão sobre os referenciais aqui abordados, os quais foram selecionados, de forma que subsidiam essa reflexão.

## 3. APRESENTAÇÃO DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 3.1. A Hipermodernidade: transformações na sociedade e nas relações

Muitos autores procuram definir e compreender o relacionamento do homem com o mundo, assim como suas relações interpessoais. Dentre os teóricos da filosofia, Lipovetsky (2004) tem se debruçado a compreender a sociedade contemporânea. Ele afirma que vivemos em uma hipermodernidade, ou seja, o rompimento dos paradigmas modernos levou o homem a uma maior autonomia, protagonista de seu próprio destino. Logo, o sujeito contemporâneo vive exacerbadamente os valores da modernidade até os mais altos limites.

Trata-se da mesma dissolução do Eu que abre a nova ética permissiva e hedonista: o esforço saiu da moda, tudo que é constrangedor e disciplina austera desvalorizou-se em benefício do culto ao desejo e de sua satisfação imediata, tudo acontece como se a intenção fosse levar às últimas consequências o diagnóstico de Nietzsche sobre a tendência moderna de favorecer a fraqueza da vontade. (LIPOVETSKY, 2005, p. 38).

Uma das características marcantes desta, era hipermoderna, é que a supervalorização da individualidade promove uma imersão no mundo da subjetividade que os sujeitos se tornam individualistas e preocupados com seus próprios interesses, narcisistas, como Lipovetsky (2004) suscita. Portanto, “Pragmatismo e cinismo. Preocupações a curto prazo. Vida privada e lazer individual. Sem religião, apolítico, amoral, naturista, narcisista. Na pós-modernidade, o narcisismo coincide com a deserção do indivíduo cidadão, que não mais adere aos mitos e ideais de sua sociedade” (FERREIRA, 1991, p.101).

Outra autora que caracteriza a sociedade contemporânea é Rojo (2004), porém, diferentemente de Lipovetsky (2004), ela situa essa nomenclatura dentro do campo dos multiletramentos, do universo das tecnologias digitais da comunicação e informação. De acordo com a autora, a realidade dos sujeitos se transformou e com isso, são precisos novos olhares. Os indivíduos permeiam outros universos, escutando, vendo e interagindo tecnologicamente com outros, fazendo uso de imagens em movimento, de todo um contexto social e tecnológico.

Percebe-se a relação entre as definições de hipermodernidade, pois segundo Lipovetsky (2004) a revolução tecnológica também foi responsável pelo mundo exacerbado de hoje e, Rojo (2004) apresenta como as práticas escolares são outras diante destes novos tempos de tecnologias, individualidade, acesso e interação instantânea entre os indivíduos. Neste sentido, “no mundo contemporâneo é o de estabelecer a relação, a permeabilidade entre as culturas e letramentos locais/globais dos alunos e a cultura valorizada que nela circula ou pode vir a circular”. (ROJO, 2009, p.52).

Sendo assim, um considerar de realidades, como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, pois “um dos objetivos principais da escola é justamente possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática”. (ROJO, 2009, p.107). Portanto, levar os docentes ao multiletramento, é levá-los a considerar e entender as diversas manifestações culturais que estão presentes no ambiente educacional, assim como também compreender o universo dos alunos que estão dentro da sala de aula de modo que, as práticas pedagógicas contemplem essa diversidade de expressão e sejam trabalhados na escola os diferentes tipos de manifestações, classificados de acordo com Rojo (2004), como multiletramentos e multissemióticos. Pois, os indivíduos da hipermodernidade estão rodeados de expressões altamente sociais tecnológicas.

Na perspectiva de multiletramento docente, é preciso considerar que, de acordo com a teoria de Rojo (2004), um docente multiletrado é aquele que compreende e interage com as diversas manifestações sociais dos sujeitos e com os avanços tecnológicos presentes na sociedade, no sentido de que ultrapassa os muros da escola e traz para dentro de sala de aula as interações dos alunos e da comunidade, ou seja, tendo um olhar para os contextos vividos pelos educandos e considerando todas as manifestações por esses produzidas. É necessário, portanto, sair do enquadramento pedagógico, das restritas formas de pensar a atuação docente e ir ao encontro das subjetividades, para que a profissão do professor se desloque para os espaços sociais.

É necessário, portanto, um olhar para as novas produções da atualidade, em que o professor precisa relevar e levar para a sala de aula essas atuações dos jovens da contemporaneidade. “Os esforços das escolas em adequar-se à nova realidade têm impactos visíveis na qualidade do ensino. Também o perfil sociocultural, econômico e profissional dos docentes sofre alteração, com a ampliação das redes”. (ROJO, 2009, p.86)

Diante de todas essas transformações sociais e educativas, compreendemos que a tecnologia e a inteligência artificial também estão mudando os empregos, mas não só eles. O mercado de trabalho também está mudando por outros fatores. Segundo pesquisa realizada pela Pearson (2018), essa mudança está ocorrendo por outros fatores tais como o aumento da urbanização e da globalização, mudanças climáticas, mudanças demográficas e instabilidade política. E, a consequência disso é que muitas profissões surgirão. De acordo com o levantamento supracitado, cerca de 65% das crianças de hoje ocuparão carreiras que ainda não existem.

Para estarmos preparados para esse futuro, além de buscar o conhecimento técnico, teremos de desenvolver habilidades que podem ser aplicadas a qualquer tipo de trabalho. Para elucidar ainda mais essas demandas da hipermodernidade, uma pesquisa feita pela Research Council (2012) sobre temas importantes para a sociedade, com um comitê formado por educadores, psicólogos e economistas, os quais definiram as habilidades que seriam necessárias no século XXI:

1ª. – CRIATIVIDADE:

A criatividade quando aplicada no ambiente de trabalho.

2ª. – EMPATIA

O relacionamento humano é que criará o maior impacto social.

3ª. – COMUNICAÇÃO

A capacidade de se comunicar bem tanto oralmente quanto na escrita fazem parte das habilidades interpessoais, também conhecidas como Inteligência Social.

4ª. – PENSAMENTO CRÍTICO

Capacidade de analisar um problema de forma distante e racional que já é muito valorizada nos dias de hoje, será muito mais valorizada no futuro.

5ª. – INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

O profissional que possui essa habilidade é um profissional que consegue se manter emocionalmente forte perante as mudanças, sejam elas econômicas ou de valores.

6ª. – APRENDER A APRENDER

Essa capacidade está intimamente ligada à educação neste século, é a maneira autônoma de aprender e de também de estudar, e só se consegue com disciplina, foco e precisão, quem define o tempo é o próprio aprendiz.

7ª. – MULTIDISCIPLINARIEDADE

Uma pessoa multidisciplinar atende as necessidades das organizações de maneira criativa e envolvendo diversas visões

8ª. - LIDERANÇAS

O líder humaniza a organização, tem uma visão estratégica, capaz de abrir caminhos na diversidade criada pela economia do conhecimento, tem resiliência e perseverança, tem a capacidade de unificar para alcançar os objetivos (PORVIR, 2012)

Diante de todas essas reformulações da vida em sociedade que conseqüentemente afetam profissionais e os novos modelos educacionais, precisamos discutir sobre a formação docente no Brasil, de forma a compreender o atendimento a essas demandas da contemporaneidade e de que forma o mercado de trabalho no Brasil abarca e dá subsídio a esses apontamentos.

### 3.2 A formação do professor no Brasil

A formação de professores vem sendo, segundo Gomes *et al.* (2019), objeto de debates e de profundas reformulações no Brasil (e no mundo) desde há muitos anos. Os autores corroboram que a maioria dos países ainda não logrou atingir os padrões mínimos necessários para colocar a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública para os milhões de estudantes. Portanto, neste contexto, a formação de professores tem que ser compreendida em sua plenitude por meio de uma perspectiva histórica que permita entender de que forma têm ocorrido os desdobramentos dessa formação ao longo do tempo, principalmente em nações continentais como o Brasil.

O que é ser professor neste mundo globalizado, diante de tantas informações e oportunidades de conhecimento, de ascensão e de desafios frente a uma hipermodernidade que se acentua. São os pontos que nos interrogam. Neste sentido, “o docente ensina, mas também aprende, na busca da razão, do saber e até de um sentido ético para a vida” (CARDOSO, p. 37). Nesta perspectiva, o professor tornou-se multifuncional por todas as funções que lhe são incumbidas, pois o docente ainda é percebido socialmente como o que detém todo o saber, que une muitas outras capacidades, como habilidade para trabalhar em equipe e espírito empreendedor; e une essas capacidades com o objetivo de ensinar a aprender para que se aprenda com autonomia.

As transformações são estruturantes, em um cenário claramente mercadológico, marcado por permanências neoliberais, afirmam Gomes *et al.* (2019). Também pela competição, pelo crescimento desenfreado das licenciaturas a distância, pela presença das novas tecnologias educacionais e pela dissociabilidade entre teoria e prática, isto é, pela dissociabilidade entre formação específica e formação docente. É necessário, portanto, repensar a formação docente no Brasil, de forma que atenda as demandas da sociedade.

O advento da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) trouxe para o arcabouço jurídico-administrativo do Brasil a educação como dever do Estado e direito inalienável do cidadão. A legislação infraconstitucional tem amplo conteúdo que (no campo formal) trata do acesso, condições e permanência de docentes e discentes. Contudo, inegável hiato existe entre o formalismo e a realidade.

4

Assim, a Educação Básica representa um celeiro para a formação de professores e certamente um mercado de trabalho de proporções inusitadas para os docentes. Há, contudo, dinâmicas próprias do sistema de educação e do sistema de mercado que contribuem para ampliar ou retrain a oferta e a procura dos cursos que formam esses profissionais, pois, embora a certificação em cursos superiores esteja se generalizando no país entre todos os docentes, a melhoria da qualidade da Educação Básica não se modifica apenas pela nova titulação dos professores, havendo também problemas decorrentes das características assumidas pela expansão dos cursos e que também decorrem de sua qualidade (Gomes *et al.*, 2019, *apud* Barreto, 2015) e potencial precarização, ainda na fase formativa docente.

De acordo com Saviani (2009, p.143), “a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular.” Saviani (2009) afirma que no Brasil, essa preocupação com o preparo de professores surgiu após a independência e se intensificou com a proclamação de República, idealizado como parte do projeto de construção da nação. Para a UNESCO (2017), aperfeiçoar a formação profissional dos docentes é uma medida de suma importância em qualquer esforço que visa a melhorar a qualidade da educação. Da mesma forma, a valorização e a qualificação dos docentes são fundamentais para a melhoria da qualidade da educação. (UNESCO, 2017 - online)

De acordo com o PNE (2014-2024), em objetivos e prioridades, nos quais consta o respeito à valorização dos profissionais da educação, lê-se o seguinte item 4:

Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério. (BRASIL, 2001, p.4)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe de forma específica sobre a formação dos profissionais da educação. Conforme a LDB (1996), no artigo que trata dos profissionais da educação,

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são

I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim

IV - Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - Profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996, p.41-42)

Diante do pensamento de Freire (2011), ser professor exige saberes necessários à prática educativa, uma certa ousadia e persistência, tem a missão de orientar, escutar, motivar, desafiar, descobrir potencialidades e ajudar a desenvolver habilidades, ainda mais na hipermodernidade que vivemos. O professor, no seu cotidiano transforma seus alunos, mas também é transformado. Sendo assim, a formação continuada está diretamente associada a um processo voltado para a melhoria das práticas pedagógicas, as quais são desenvolvidas pelos docentes em seu trabalho diário e em sua rotina escolar.

Refletir sobre a prática educacional, sobre sua função como docente é fundamental, e o profissional deve estar aberto a essa prática. Diante disso, ele estará apto a se adaptar às diversidades e mudanças constantes que ocorrem na educação e a enfrentar as dificuldades encontradas no seu dia a dia em sala de aula.

5

De acordo com Freire (2011), o ato de ensinar exige do educador uma reflexão crítica sobre a prática. O autor propõe a utilização de uma prática em sala de aula que desenvolva nos discentes a criticidade. De acordo com Freire (2011), “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. O professor não pode agir como quem apenas deposita conhecimento num aluno apenas receptivo, que não questiona as informações. A escola, de acordo com Freire (2011), não pode ser alienante. A instituição

escolar conservadora tem um papel de acomodar os discentes ao mundo que o cerca, mas Freire (2011) defendia que o real papel da educação é inquietá-los, fazer com que eles pesquisem, debatam, critiquem e exponham suas opiniões.

O professor precisa ter consciência do seu papel social, para que ele possa orientar seus discentes a compreenderem a complexidade da sociedade em que está inserido, sabendo que esta mesma sociedade apresenta problemas, que para serem resolvidos, dependem do conhecimento que esses discentes adquiriram ao longo da sua trajetória.

Segundo Bortoni-Ricardo Et.al. (2015, p.17), “a formação de professores em nosso país vem negligenciando dimensões de natureza mais prática, metodológicas, em benefício de uma suposta superioridade de conteúdos teóricos provenientes das ciências humanas”. Conforme a LDB (1996), o papel dos profissionais da área da educação é criar meios e circunstâncias para alcançar os objetivos referentes ao que diz respeito à educação básica. Na legislação supracitada, em seu Parágrafo único, é realizada uma abordagem sobre a experiência docente, que deve ser pré-requisito para os profissionais em quaisquer funções do magistério, seguindo normas de cada sistema de ensino. Bortoni-Ricardo Et.al. (2015) diz que, segundo o pesquisador Martin Carnoy, um dos principais problemas da educação no Brasil é a fragilidade na capacitação de professores.

De acordo com os PCNs (Brasil,1998), formar professores não se restringe a expor conteúdos em grandes quantidades, a formação docente vai além disso. É preciso preparar os futuros docentes para desempenhar um trabalho que ofereça ao discente acesso, compreensão e uso das possibilidades a ele concedidas pelo conhecimento, de forma crítica, a fim de atender às novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

### 3.2. A Precarização do Trabalho

Percebemos que vivemos um novo momento na educação brasileira, que implica em uma mudança de paradigma, para assim nortear novas ações educacionais, diante das transformações ocorridas na hipermodernidade.

Precisamos, portanto, atentar-nos para a seguinte questão: se o trabalho do docente, atualmente, no Brasil, dá subsídios para colocar em prática, todas as demandas da contemporaneidade. Observamos, então, que a atividade docente tem extrapolado, de forma demasiada, a sua área de formação. Podemos considerar que em muitos casos o professor acaba desempenhando funções diferentes da que deveria exercer, como por exemplo: funções de enfermeiro, psicólogo etc. Outra faceta da precarização do trabalho do professor, refere-se ao trabalho que está além dos muros da escola, uma particularidade da profissão, que está diretamente ligado ao tempo gasto na correção de provas e trabalhos, preparação de plano de aula e provas, lançamento de notas, reuniões etc. Tempo este, que se torna invisível e acaba não sendo contabilizado no pagamento dos professores.

Evidentemente, tal situação tem a ver com outras condições de trabalho, como as relacionadas a salário, por exemplo, tendo em vista o número de escolas em que trabalham e o número de horas/aula que assumem, sobretudo para os professores que atuam nas séries finais do fundamental e no ensino médio, que às vezes tresdobram a jornada em redes diferentes de ensino. Os professores das séries iniciais, em alguns locais, ainda dobram a jornada assumindo carga horária em escolas de redes públicas diferentes — estadual e municipal — ou em escolas públicas e privadas. (SAMPAIO, MARIN, 2004, p.1214)

Neste sentido, o professor no Brasil precisa trabalhar em mais de uma escola, assumindo uma grande carga horária, para ter, pelo menos, um salário que o mantenha. A precariedade do trabalho docente no Brasil é algo que vem ganhando a cada dia um grande destaque na sociedade, pois trata de vários problemas que a cada dia ferem a nossa legislação, como por exemplo, há uma subtração de professores efetivos das redes pública e até particular do mercado atual da educação; aumentando por sua vez a contratação temporária de terceirizados que por sua vez não atendem medidas efetivas de acompanhamento de aprendizagem.

6

Outro fator a ser abordado é em relação ao número de alunos por sala, que segundo dados do censo escolar (2018),

Em 2017, a média de alunos por turma foi de 30,4 no Ensino Médio; de 23, no Ensino Fundamental; e de 16,3, na Educação Infantil. As turmas da rede pública são maiores que as da rede privada para todas as etapas de ensino. Os dados são do Indicador Educacional “Média de Alunos por Turma”, derivado do Censo Escolar 2017, um dos oito divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (PORTAL INEP, 2018)

As condições e relações trabalhistas dos professores que se submetem, trazem a cada dia efeitos devastadores na saúde desses profissionais. Com as reformas educacionais esse trabalhador tem intensificado a cada dia seu trabalho, resultando assim problemas emocionais, ou seja, doenças da mente têm sido as principais causas. “Como parece evidente, são alterações marcadamente comprometidas pela precarização do trabalho escolar, especialmente no que se refere às condições de formação e de trabalho docentes”. (SAMPAIO, MARIN, 2004, p. 1218). Essa problemática tem crescido a partir das transformações ocorridas tanto no trabalho docente em si, quanto no âmbito das políticas educacionais, em especial da década de 1990.

Segundo Sorrato e Heckler (1999, p.91), há duas conclusões:

A primeira é que o nível de exigência e de tensão para o trabalhador é muito maior do ponto de vista afetivo e a segunda é que o trabalhador, em função dessa demanda, precisa estar bem do ponto de vista emocional para estar em condições de desempenhar adequadamente sua função e sempre atualizado para conseguir responder às necessidades dos clientes.

É exigido para o educador de educação um esforço muito grande a respeito do seu estado emocional, tendo em vista que o nível de tensão tem crescido em tal profissão. A precarização se mostra por meio de diversas nuances e tem se ampliado ao longo dos anos, no entorno do mundo do trabalho que se acentua na simbiose entre o homem e a natureza.

Essa precarização do trabalho docente denota para diferentes aspectos, gerando e acarretando as dimensões educacionais, culturais e sociais, causando impactos na saúde, que derivam da intensificação do trabalho pela polivalência de funções, obstáculos e significados, formação e as demandas.

O trabalho docente vem se reconfigurando por conta das grandes transformações do mundo contemporâneo, a precarização das condições de trabalho, que persiste na realidade brasileira, nas questões salariais e de trabalho nas escolas, atingindo a vida dos professores. Adentrando os campos mais específicos, têm-se várias discussões sobre desvalorização salarial, instabilidades de emprego, ora contrato, ora seleção desses profissionais, grandes e longas jornadas de trabalho, demandam para o cenário atual da realidade desses docentes.

Para Mészáros (2009) a crise que ora se está vivendo é uma crise estrutural, cujos predicados resultam do caráter universal, crise no sistema global, faz parte de um processo que se desdobra gradualmente. Já, Antunes (2008) afirma que é preciso considerar esse momento para se entender as adversidades no mundo do trabalho.

Em decorrência de tantas variáveis, sendo elas econômicas, gerenciais e sociais, que se configuram, na atualidade, e atingem a escola, confere-se uma tendência muito significativa à intensificação do trabalho docente. Segundo Dal Rosso (2008), nessa intensidade resulta em mais trabalho e conseqüentemente em menor produtividade. Assim, o autor discute a questão da intensidade indicando que “ela se refere ao grau de dispêndio de energia realizado pelos trabalhadores na atividade concreta.” (2008, p.20). E que implica em “[...] processos de qualquer natureza que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho” (p. 23).

Nessa tangência, é necessário compreender que o processo de precarização e alienação são conceitos que transformam e emancipam aqueles que possuem o papel principal de desenvolver as capacidades, habilidade e competências humanas e que, precisam de qualidade de vida no trabalho.

## CONCLUSÃO

7

Diante do cenário apresentado, da educação no Brasil, onde ocorre a precarização do trabalho, o fazer e ser docente fica marcado por diversas responsabilidades. Acreditamos que ao refletirmos sobre a precarização do trabalho docente na hipermodernidade, conseguimos trazer à tona um debate importante no campo da formação docente.

Enquanto a formação do professor não atender às novas demandas, com reformulações nas licenciaturas, assim como a sua atuação permanecer precária, a educação continuará em crise e em conflitos. Sé é possível uma mudança educacional, com transformações nos estratos sociais.

Portanto, a partir do que foi exposto, observamos que ser professor na atual conjuntura do nosso país configura-se num grande desafio, tais como: a desvalorização dessa profissão, políticas educacionais que não atendem de maneira

objetiva a formação inicial e continuada do professor, sobrecarga de trabalho, questões salariais, quantidade de alunos por turma, dentre outras.

Diante disso, percebemos que o trabalho do professor necessita ser ressignificado, com políticas que valorizem a profissão docente em sua totalidade, desta forma, o professor deve retomar as práticas de seu fazer docente, no intuito de contribuir para uma reordenação de uma política voltada para formação de professores em todos os níveis da educação.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em 18 jan. 2021.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa: primeiro e segundo ciclos/Ministério da Educação Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A secretaria, 1998.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CATANHEIRA, Saete Flôres. **Formação do professor como agente letrado**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FERREIRA, Jair. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Manoel Messias; GOMES, Francisco das Chagas; ARAUJO NETO, Benjamim Bento de; MOURA, Niede Dagraça de Sousa; MELO, Severina Rodrigues de Almeida; ARAUJO, Suelda Felício de; NASCIMENTO, Ana Karina do; MORAIS, Lourdes Michele Duarte de. Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas. **Educação Pública**, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>. Acesso em 18 jan. 2021
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados do censo escolar: Ensino Médio brasileiro tem média de 30 alunos por sala**. Disponível em [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9z-FY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-ensino-medio-brasileiro-tem-media-de-30-alunos-por-sala/21206#:~:text=Julho%20de%202018-,DADOS%20DO%20CENSO%20ESCOLAR%3A%20Ensino%20M%C3%A9dio%20brasileiro%20tem%20m%C3%A9dia%20de,todas%20as%20etapas%20de%20ensino](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9z-FY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-ensino-medio-brasileiro-tem-media-de-30-alunos-por-sala/21206#:~:text=Julho%20de%202018-,DADOS%20DO%20CENSO%20ESCOLAR%3A%20Ensino%20M%C3%A9dio%20brasileiro%20tem%20m%C3%A9dia%20de,todas%20as%20etapas%20de%20ensino). Acesso em 19 jan. 2021.
- LAKATOS, Eva Maria. e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- MÉSZÁROS, István. Reflexões e perspectivas das relações entre capital e Educação. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. – v. 27, n. 2 – julho/dezembro 2009 e – Florianópolis: Editora da UFSC.
- PNE. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.
- ROJO, Roxane. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas do Ensino Médio. Orientações curriculares do ensino médio. Brasília, 2004.
- PEARSON. **Robôs vão tirar os nossos empregos?** Disponível em <https://br.pearson.com/imprensa/noticias/robos-vao-tirar-os-nossos-empregos-nao-ha-razao-para-alarmismo-aponta-pesquisa.html> Acesso em 19 jan. 2021.
- PORVIR. **Conheça as competências para o século XXI**. Disponível em <https://porvir.org/conheca-competencias-para-seculo-21/> Acesso em 19 jan.2021.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre**



---

as práticas curriculares. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22618.pdf>. Acesso em 19 jan. 2021.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, V. 14, n.40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura**. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-governance/teacher-education-and-training/>. Acesso em 18 jan. 2021.

## O Direito à Educação no Brasil das Crianças e Adolescentes Durante a Pandemia *The Right to Education in Brazil of Children and Adolescents During the Pandemic*

Prof.Me.Raphael Hernandez Parra Filho-ra\_3373@hotmail.com  
Ana Carolina Grella Pechutti – acgp.direito@gmail.com  
Centro Universitário Católico Salesiano de Ensino

Submetido em: 23/08/2022  
Aprovado em: 23/08/2022  
Publicado em: 25/08/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.346

### RESUMO

O presente trabalho é constituído de pesquisas bibliográficas, utilizando textos, doutrinas e normas que tem por objetivo os direitos e garantias fundamentais das crianças e adolescentes durante a pandemia do novo coronavírus, mais especificamente no que se refere à esfera da educação. No contexto da pandemia do Covid-19 desde março de 2020, as atividades presenciais foram suspensas e as aulas remotas tiveram que ser implementadas, o presente artigo busca investigar os efeitos dessa forma de ensino e o direito à educação das crianças e adolescentes, se eles foram ou não devidamente cumpridos. Primeiramente serão analisados os artigos que legislam sobre o direito à educação no Brasil: 205º, 206º e 208º da Constituição Federal que preveem a educação como um direito de todos e um dever que deve ser assegurado pela família e pelo Estado, assim como as bases sobre as quais ele deve ser ministrado; a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e os artigos do Estatuto da Criança e Adolescentes referentes aos temas. Em segundo lugar será feita uma explanação sobre os diferentes meios que as instituições de ensino adotaram de forma complementar à presencial, levando em consideração aspectos como o fator econômico, o contexto social, a exclusão digital, entre outros. Palavras-chave: Direito. Educação. Pandemia. Crianças. Adolescentes.

### ABSTRACT

The present work consists of bibliographical research, using texts, doctrines and norms that aim at the fundamental rights and guarantees of children and adolescents during the pandemic of the new coronavirus, more specifically with regard to the sphere of education. In the context of the Covid-19 pandemic since March 2020, face-to-face activities were suspended and remote classes had to be implemented, this article seeks to investigate the effects of this form of teaching and the right to education of children and adolescents, if they were or were not properly fulfilled. First, the articles that legislate on the right to education in Brazil will be analyzed: 205º, 206º and 208º of the Federal Constitution, which provide for education as a right for all and a duty that must be ensured by the family and the State, as well as the bases on which he is to be ministered to; Law nº 9,394/96, which establishes the guidelines and bases of national education and the articles of the Children and Adolescents Statute referring to the theme. Secondly, an explanation will be given of the different means that educational institutions have adopted in addition to face-to-face, taking into account aspects such as the economic factor, the social context, digital exclusion, among others. Keywords: Right. Education. Pandemic. Children. Teenagers.

## 1 INTRODUÇÃO

O direito à educação das crianças e adolescentes à educação está previsto de diversas formas no ordenamento jurídico brasileiro, seja na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No que se refere à Constituição Federal do Brasil o Capítulo III, seção I, “Da Educação” legisla sobre o dever de garantir a educação, as bases e os princípios de aplicação para a mesma e sobre os recursos públicos destinados às escolas.

1

Em março de 2020 surge no mundo a problemática do covid-19<sup>1</sup>, consequentemente a sociedade sofreu diversas transformações dando luz à problemas anteriormente já existentes. Tais problemas se tornaram ainda mais nítidos durante o período de reclusão e isolamento, as desigualdades sociais tornaram-se mais acentuadas na medida em que o tempo passou e as atividades presenciais foram paralisadas.

As minorias foram as mais afetadas nesse cenário e o presente trabalho tem como objetivo analisar a situação de

1 Refere-se a pandemia do covid-19, causada pelo vírus SARS-Cov-2 ou Novo Coronavírus, ela não gerou repercussão apenas de ordem biológica e epidemiológica em escala global, mas sim repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.

uma delas em particular: a das crianças e adolescentes, assim como os impactos da situação no direito à educação previsto na legislação brasileira.

O principal problema se encontra no fato de que com a paralisação da sociedade em decorrência do vírus as escolas foram obrigadas a suspender suas atividades presenciais, gerando a necessidade de encontrar outros meios para que o conteúdo programático chegasse aos alunos.

Entretanto questiona-se a efetividade de tais meios, se eles obtiveram os mesmos resultados das aulas ministradas em sala de aula ou se ficaram aquém do necessário para a formação completa e satisfatória das crianças e adolescentes, conforme previsto em lei.

Primeiramente será explanado no que consiste o direito à educação no Brasil com base na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Em segundo lugar será realizada uma análise sobre a educação durante o período de pandemia e as formas aplicadas às escolas para suprir as necessidades dos estudantes, se elas foram eficazes ou não e se conseguiram atingir a todos igualmente.

Para este fim foi realizada uma pesquisa utilizando o método de pesquisa bibliográfico, utilizando obras de materiais já produzidos sobre o tema como livros, artigos científicos e teses. Leis, estatutos, tratados, a convenção de direitos humanos, a constituição federal também será utilizada como forma de pesquisa.

Parte-se da hipótese de que durante o período de aulas remotas as crianças e adolescentes foram privadas de direitos inerentes e necessários para a construção de uma educação de qualidade. Também busca-se verificar se o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência escolar foi respeitado ou se a pandemia acentuou ainda mais as desigualdades sociais e econômicas anteriormente existentes.

Por essas razões, o propósito do estudo é avaliar a aplicabilidade das leis destinadas à proteção da criança e adolescente na esfera da educação no cenário pandêmico (onde houve a paralisação das atividades presenciais) e avaliar as consequências que já estão sendo observadas atualmente e as que podem surgir no futuro.

## 2 DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação pode ser definida como sendo o processo de socialização dos indivíduos, ao recebê-la a pessoa assimila e adquire conhecimentos. O processo educativo é materializado numa série de habilidades e valores dos quais ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais no indivíduo. A educação se caracteriza também por um sistema, abrangendo diversos procedimentos e ferramentas, isso significa que ela não funciona sozinha. (SENA, 2021).

A evolução da sociedade trouxe consigo a disseminação das ideias de pensadores como Descartes e Jaeger que defendiam como sendo o objetivo da educação o ato de formar cidadãos pensadores, críticos, capazes de transformar a sociedade. Tais ideias são amplamente aceitos e difundidos atualmente por educadores do mundo todo, entretanto o conceito de educação, assim como seus métodos e modelos, estão sendo constantemente moldados e aprimorados com o passar dos anos. (SANTOS; DIEZ; SANTOIA, 2018).

Pode-se afirmar, portanto, que a educação tem como sua principal característica o fato de estar em constante mutação, ela sempre está se adaptando de acordo com as transformações existentes na sociedade. No decorrer das décadas ela passou por diversas concepções e foi aplicada de muitas formas até chegar no modelo atual.

Primeiramente vale ressaltar que o direito à educação é um dos direitos fundamentais de segunda geração<sup>2</sup> e está previsto na Constituição Federal como um direito social fundamental. Além dessa previsão geral que lhe garante a qualidade de cláusula pétrea, a Constituição Federal também conta com outros instrumentos específicos, como o Título VIII- Da Ordem Social, capítulo III, Seção I- Da Educação; tendo também o art.205<sup>o</sup> que reforça o conceito de educação como direito inerente do ser humano. (ZAPATER, 2019).

A aplicação dos princípios que regem a educação nacional enunciados constitucionalmente devem ser ajustados a situações reais. Eles envolvem o funcionamento das redes escolares; a adequada formação de especialistas e docentes;

Os direitos fundamentais de segunda geração estão ligados a aspectos como a igualdade, direitos sociais, econômicos e culturais. Nesse caso o Estado tem a responsabilidade de concretizar um ideal de vida digno na sociedade, sem o aspecto monetário os direitos de segunda geração não podem ser cumpridos efetivamente. O direito à educação, por sua vez, é considerado como um direito fundamental de segunda geração, devido a vários aspectos como sua relevância cultural e social, além de o Estado ser em grande parte responsável por concretizá-lo.

as condições de matrícula; o aproveitamento e aprendizagem dos alunos; os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos para o desenvolvimento do ensino e infraestrutura adequada; a participação do poder público e as peculiaridades didáticas das diversas regiões do país. (SOUZA; SILVA, 1997).

O artigo 205º da Constituição Federal especificamente prevê a educação como direito de todos, que deve ser assegurada pelo Estado e pela família, sendo promovida através da colaboração da sociedade como um todo a fim de garantir um pleno desenvolvimento da pessoa humana, sua qualificação para o trabalho e exercício da cidadania. (ZAPATER, 2019).

Também o art. 206º da Constituição Federal aponta os princípios sobre os quais o ensino deverá ser ministrado, sendo os principais a igualdade de condições para o acesso e a permanência escolar; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; o pluralismo de ideais e diferentes concepções pedagógicas e a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais. (BRASIL, 1988).

Já o art.208º especifica a obrigatoriedade da educação básica obrigatória e gratuita para crianças e adolescentes dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade; o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; a oferta de ensino noturno regular adequada à realidade do educando; o atendimento do estudante em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; entre outros direitos. (BRASIL, 1988).

Os parágrafos primeiro e segundo do artigo supracitado dispõe expressamente sobre a educação como direito público subjetivo, implicando sua exigibilidade jurídica perante o Estado tanto no que se refere à dimensão individual quanto na dimensão difusa e/ou coletiva. (ZAPATER, 2019).

O art.1º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº. 9394/96, a educação é um somatório de processos formativos que ocorrem na sociedade se dando através da interação do estudante com a vida familiar, da convivência humana no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e na organização da sociedade civil assim como nas manifestações culturais. (SOUZA; SILVA, 1997).

No art. 2º também da LDB, a educação é caracterizada como função inalienável da família e do Estado, cabendo incluir a sociedade como corresponsável. Neste dispositivo há a inclusão de dois princípios inspiradores da política educacional, sendo eles: a liberdade e a ideia de solidariedade humana. Sendo assim os três níveis de ensino: fundamental, médio e superior devem presidir esforço para atender o educando proporcionando a ele autodesenvolvimento como ser humano e instruí-lo para o trabalho, assim como para o exercício da cidadania. (SOUZA; SILVA, 1997).

O art. 3º dessa mesma lei estabelece que o ensino deve ser ministrado mediante algumas bases e princípios. O inciso I estabelece o ensino fundamental, como obrigatório e universal, portanto há de se insistir na igualdade de acesso e permanência a fim de evitar que qualquer diferença de natureza socioeconômica privilegie uns em detrimento de outros. (BRASIL, 1996).

Em especial o inciso IX do mesmo artigo garante um padrão de qualidade, ele estabelece que deve haver um mínimo aceitável, a fim de alcançar patamares cada vez mais altos. Por fim, o inciso XIII prevê a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996).

O art. 4º da LDB, título III, “Do direito à Educação e do Dever de Educar” prevê que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. (BRASIL, 1996).

O inciso IX, também do art.3º LDB garante um padrão de qualidade como um dos princípios base para a aplicação do ensino, enquanto no art.4º da LDB há a previsão de padrões mínimos de qualidade de ensino para todos como a variedade e quantidade mínimas por aluno. Além de insumos que são indispensáveis para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 1996).

Os demais incisos do artigo também garantem acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um; oferta de ensino noturno regular que seja adequado às condições do educando; a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

O poder público deve assegurar os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente para atender as necessidades dos menores, não podendo se valer de desculpas como falta de verba orçamentária para cumprir com o que está descrito na lei. Por outro lado, é igualmente dever da família providenciar meios para que a criança tenha uma educação adequada. (NUCCI, 2020).

De acordo com o art. 53º do ECA, toda criança e adolescente tem direito à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Sendo assim são assegurados a eles igualdade de condições para permanência na escola, direito de serem respeitados por seus educadores, o direito de contestar critérios avaliativos, a organização e participação em entidades estudantis, acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência. (BRASIL, 1990).

Por fim, a questão da avaliação está prevista na LDB, na educação infantil a avaliação se dará mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. A LDB, portanto, traz uma posição clara, contra as práticas de alguns sistemas e instituições que retêm crianças na pré-escola até que se alfabetizam, impedindo seu acesso ao ensino fundamental aos sete anos. (BARRETO, 1998).

O direito à educação também está previsto no 6º da Constituição Federal que descreve direitos sociais que precisam ser regulamentados por outras leis. O direito à educação, moradia, saúde, alimentação, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assim como a assistência aos desamparados encontram-se entre os direitos descritos no referido artigo. (IGNACIO, 2017).

## 2.1 A educação com o início da pandemia

Em março de 2020 com o início da pandemia do novo coronavírus, a doença se instalou nos corpos e milhares de pessoas ficaram gravemente doentes. Os sistemas de saúde de países ricos e pobres entraram em colapso, as mortes se multiplicaram, o pânico se instalou, as relações comerciais e pessoais foram comprometidas, as fronteiras ressurgiram e o direito de ir e vir foi bloqueado. (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

Diversas atividades do cotidiano foram interrompidas como, as práticas esportivas, a escola, atividades culturais, encontros, viagens, entre outras. Aquelas que eram passíveis de serem realizadas de forma remota, como as aulas, passaram a ocorrer dessa forma. (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

Quando os primeiros casos da pandemia chegaram ao Brasil as escolas foram fechadas e as aulas remotas adotadas em todo o país para suprir a necessidade e o direito à educação das crianças e adolescentes. (NOVO, 2020).

De um instante para o outro foram anunciadas diversas atividades escolares online promovidas pelos professores. Alguns deles já tinham afinidade com a tecnologia e passaram a promover o conteúdo programático através de canais no Youtube, plataformas ou redes sociais digitais. O fenômeno do isolamento social mobilizou milhares de outros professores a fazerem a mesma coisa, muitos deles que anteriormente eram anônimos ou tinham pouca visibilidade nas redes. (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

O objetivo das aulas remotas era oferecer a continuidade de escolarização através de meios tecnológicos, normalmente as lições eram encaminhadas às turmas pelos professores de suas respectivas matérias. Na rede privada o ensino foi mais efetivo: feito por um professor que ministrava aulas, por meio de videoconferência ou recurso similar ou gravadas e transmitidas online. A carga horária também foi a mesma das aulas presenciais, mantendo a frequência. (NOVO, 2020).

4

Entretanto, não eram todas as escolas e nem todos os alunos que dispunham dos recursos necessários para a transmissão e recebimento de matérias curriculares pela internet. A situação se agravou pelo considerável número de alunos não terem computadores, *tablets*, *smartphones* ou mesmo acesso à internet para assistirem às aulas. Em outros casos, a situação foi agravada pelo fato de um aparelho ligado à internet ter que ser dividido entre vários membros de uma mesma família, tais ocorrências reforçaram um problema já pré-existente: a exclusão digital. (NOVO, 2020).

A exclusão é a desigualdade no acesso à internet, inicialmente ela foi atribuída ao subdesenvolvimento do país e foi concebida como algo passageiro que desapareceria conforme a população tivesse acesso à tecnologia. Entretanto ela persistiu mesmo em face da comercialização de dispositivos eletrônicos com acesso à internet. (EXCLUSÃO DIGITAL, 2022)

Atualmente as causas dessa forma de exclusão são atribuídas ao alto preço dos dispositivos tecnológicos, à falta de conhecimento sobre seu uso ou ao déficit de infraestrutura para seu acesso por todos. (EXCLUSÃO DIGITAL, 2022)

Em geral existem três tipos de exclusão digital: a exclusão de acesso (refere-se às possibilidades que as pessoas têm de acessar este recurso, diferenças socioeconômicas entre as pessoas e os países); a exclusão de uso (se refere à falta de competência das pessoas nos aspectos digitais, que impedem o manejo da tecnologia) e a exclusão de qualidade de uso (quando existem competências digitais para usar a internet, mas não o conhecimento necessário para fazer bom uso dela). (EXCLUSÃO DIGITAL, 2022).

A discriminação tecnológica se caracteriza como forma de pobreza e exclusão social, pois ela priva uma parte da população de recursos essenciais para se desenvolver. Durante a pandemia do Covid-19 muitos estudantes e trabalhadores tiveram dificuldades para trabalhar remotamente e seguir as aulas online. (EXCLUSÃO DIGITAL, 2022).

Portanto, a pandemia potencializou os efeitos<sup>3</sup> da exclusão digital na educação: professores e alunos à margem da sociedade não têm acesso à tecnologia e às competências digitais suficientes. (EXCLUSÃO DIGITAL, 2022).

As ferramentas e plataformas utilizadas durante o período supracitado foram inúmeras, como o *WhatsApp*, o *Google Hangout Meets*, o *Google Forms*, o AVA (ambiente digital com conteúdo voltado para ambientes virtuais de aprendizagem). Com o objetivo de maior inclusão para aqueles em situação de vulnerabilidade social e que não possuem fácil acesso à internet e a ferramentas tecnológicas foram adotados também métodos suplementares. (LOPES, 2020).

O rádio e a televisão foram utilizados como forma de transmissão de aulas, aqui no estado de São Paulo, a TV Cultura do Governo Estadual foi utilizada. Em cidades do interior do Estado onde os estudantes não possuem acesso a uma rede de apoio e não têm condições de ter acesso ao ensino remoto via internet, os funcionários das escolas foram as próprias residências dos alunos a fim de levar as atividades que deveriam ser realizadas e o material didático. (LOPES, 2020).

Nesse cenário ocorreu também o rompimento dos acessos a outros serviços básicos importantes fornecidos pelas escolas como a merenda<sup>4</sup>, programas recreativos, atividades extracurriculares, apoio pedagógico e acesso a infraestrutura de saúde, higiene, água e saneamento proporcionados pelas instituições de ensino. Essas foram algumas das consequências imediatas no dia a dia das crianças e adolescentes. (CARAM, 2021).

Inicialmente alguns estudantes inexperientes sobre o que consiste no ensino a distância gostaram da ideia, estando certos de que tal forma didática seria muito mais tranquila e até melhor do que de forma presencial. Os aspectos negativos não chegaram a passar pela cabeça da maioria das pessoas, entretanto eles não demoraram muito para começar a aparentar, o ato de passar tantas horas em frente ao computador lendo em letras pequenas gerou enxaqueca em muitos deles. (PINHO, 2021).

Muitos estudantes alegam dores insuportáveis de cabeça por não conseguirem manter os olhos fixos por tanto tempo em uma luz tão forte. Após as enxaquecas a dificuldade de manter a concentração foi o principal sintoma, muitos estudantes relataram dificuldades em manter o foco que tinham em sala de aula. (PINHO, 2021).

Mais de 1,4 milhões de crianças e adolescentes foram afetados pelo fechamento das escolas no mundo, nos países subdesenvolvidos como o Brasil o percentual de afetados é ainda maior. Uma pesquisa realizada pela Unicef aponta que cerca de 28% das famílias brasileiras não têm acesso à internet e nas famílias com baixa renda o número chega a 28%. (CARAM, 2021).

Entretanto, apesar das dificuldades, o ensino remoto trouxe algumas vantagens como os avanços tecnológicos nas plataformas virtuais de aprendizagem, bibliotecas virtuais e outros recursos e ferramentas. Os diferentes modelos pedagógicos, a adoção de ferramentas de ensino e aprendizagem, digitalização de serviços e registros acadêmicos também podem ser considerados como vantagem nessa área. (POZZEBON, 2021).

5

<sup>3</sup> Entre os efeitos da pandemia pode-se destacar o aumento das desigualdades sociais, devido à exclusão digital, durante esse período as aulas aconteceram de maneira remota, entretanto nem todos possuem a estrutura necessária para adentrar no espaço virtual. A pandemia impôs mais uma lacuna aos estudantes de baixa renda, já que para acompanhar as aulas foi necessário o uso de equipamentos adequados e acesso à internet. A nova realidade aprofundou as desigualdades já existentes em relação à oportunidade de aprendizagem.

<sup>4</sup> Se refere a refeição oferecida nos estabelecimentos de ensino-normalmente para crianças e adolescentes-, em regiões pobres a merenda escolar é considerada para milhões de alunos a principal, senão a única fonte de alimentação diária.

A forma de ensino experimentada também incentiva o aluno a ter mais disciplina, organização, proatividade, criatividade, autogestão e pesquisa constante. Se ela for bem executada as formas de metodologias ativas, o incentivo ao pensamento crítico e a autonomia podem ser benéficos para a formação dos alunos. (POZZEBON, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, sobre os resultados nefastos da pandemia na educação que o país corre o risco de regredir duas décadas em relação aos avanços conquistados nessa área. Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos não tiveram acesso à educação no Brasil, esse número se assemelha ao que o país tinha no início dos anos 2000. (UNICEF, 2021).

Entre o grupo supracitado, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos de idade, etapa de escolarização que estava praticamente universalizada antes do Covid-19. Com o fechamento das escolas devido a pandemia, em novembro de 2020 quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentam a escola. A eles se somam outros 3,7 milhões que estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram se manter aprendendo em casa. No total 5,1 milhões de crianças e adolescentes tiveram seu direito à educação negado até novembro de 2020. (UNICEF, 2021).

Uma das consequências mais notórias apontadas nas pesquisas é o fato de os educandos terem perdido as habilidades básicas de aritmética e alfabetização, a interrupção da educação presencial significou que milhões de crianças perderam o aprendizado que teriam adquirido se estivessem em sala de aula. As crianças mais jovens e vulneráveis enfrentaram a maior parte da perda. (UNICEF, 2022).

Em países de baixa e média renda, a perda do aprendizado para crianças de até 10 anos foi calculada em até 70% delas como sendo incapazes de ler ou entender um texto simples, em comparação com o número de 53% antes da pandemia. Especificamente no Brasil, em diversos Estados, cerca de três em cada quatro alunos estão fora dos padrões de leitura e um em cada dez estudantes entre 10 e 15 anos relatou que não planejou a volta às aulas com a reabertura das escolas. (UNICEF, 2022).

Atualmente 3% dos pacotes de estímulo do governo foram alocados para a educação, entretanto muito mais financiamento do que o disponível atualmente será necessário para a recuperação do ensino. O relatório da UNICEF observa que embora quase todos os países ofereçam oportunidades de aprendizagem remota para os estudantes, a qualidade e o alcance dessas iniciativas são diferentes: na maioria dos casos elas oferecem na melhor das hipóteses- um substituto parcial para o ensino presencial. Mais de 200 milhões de estudantes vivem em países de baixa e média renda que não estavam preparados para implantar o ensino remoto durante o fechamento emergencial de escolas. (UNICEF, 2021).

Em meio ao contexto apresentado, foi observado o fato de que a pandemia e a educação à distância acentuaram ainda mais o abismo existente entre o ensino público e privado, já que escancarou muitas realidades que anteriormente eram tratadas de forma mascarada. (LOPES, 2020).

No cenário do ensino público não era incomum encontrar famílias, por exemplo, que tinham mais de um filho em idade escolar no mesmo turno e na casa havia apenas um computador ou só um telefone celular com internet, muitas vezes com baixa qualidade de conexão e velocidade. Há ainda a parcela de alunos que viviam em comunidades rurais onde sequer o sinal de internet chegava. (LOPES, 2020).

6

Outro problema que apareceu foi o fato de que nem todos os pais conseguiam acompanhar a maratona de atividades enviadas pelos professores, tanto digitalmente como nos materiais impressos, muitas vezes eles não possuíam instrução suficiente e nem mesmo o preparo pedagógico para a educação escolar. (LOPES, 2020).

Na rede privada, as aulas seguiram um modelo diferente do que estava disponível na rede pública. Elas possuíam maior tempo de duração, ao contrário das escolas públicas, sendo, ainda, que os alunos tinham acesso ao livro didático, além de possuírem recursos tecnológicos que facilitam o ensino remoto. (LOPES, 2020).

Entretanto os efeitos nefastos da pandemia ao ensino atingiram todos os estudantes, alguns mais do que outros, porém todos foram prejudicados. Aqueles que pertenciam a uma classe social mais baixa muitas vezes não tinham acesso a equipamentos de informática para participarem do ensino remoto e não possuíam uma infraestrutura adequada para

o ensino em casa. Enquanto aqueles com melhor situação econômica ainda sofrem com problemas como dores de cabeça constantes, dificuldade de concentração e de seguir um cronograma de forma autônoma.

A LDB em seu art.1º prevê que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais. Durante o período de isolamento na pandemia as crianças e adolescentes foram privados de muitos desses aspectos que caracterizam a educação- a exemplo da convivência humana- prejudicando assim o processo formativo dos alunos. (BRASIL, 1996).

O princípio da igualdade de condições e acesso à educação previsto no art.3º, inciso I, da LDB também não foi observado. Ele legisla sobre a igualdade de condições para o acesso à educação e permanência na escola. Em situação de ensino presencial já há uma enorme diversidade em relação às condições de cada um de ter acesso à escola, mas durante o isolamento social e aulas remotas tais diferenças só aumentaram. (BRASIL, 1996).

Por fim cabe ressaltar que o presente estudo não possui o objetivo de discutir o isolamento social em decorrência da covid e nem se posiciona contra as aulas remotas durante os anos de 2020 e 2021, apenas analisa a forma com que elas foram aplicadas. Foi levado em consideração aspectos como as verbas investidas; as desigualdades sociais e econômicas; a legislação existente acerca do tema e sua aplicabilidade fática; as políticas públicas realizadas e suas consequências.

O principal foco do estudo é sobre as formas de recuperar o tempo perdido e, notadamente diminuir as desigualdades tecnológicas, pois caso haja, novamente, a necessidade de isolamento e instituição dessa forma de ensino a sociedade estará mais preparada para atender as necessidades das crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 19. ed. Brasil: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2021. 102 p.

BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de junho de 1990. **Art.15**. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasil: REVISTA DOS TRIBUNAIS, ano 2021, v. 19, p. 1033-1060, 13 jun. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de junho de 1990. **Art.18**. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasil: REVISTA DOS TRIBUNAIS, ano 2021, v. 19, p. 1033-1060, 13 jun. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Art.1. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 20 dez. 1996.

CARAM, Bernardo. Crianças são vítimas ocultas da pandemia e impactos podem durar toda a vida, diz ONU. Folha de São Paulo, Uol,Brasil, 29 set. 2021. Coronavírus, p. 1-8. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/criancas-sao-vitimas-ocultas-dapandemia-e-impactos-podem-durar-toda-a-vida-diz-onu.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2022.

COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. de M. P. #FIQUEEMCASA: EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19. **EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 200–217, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>. Acesso em: 25 jan. 2022.

COVID-19: Extensão da perda na educação no mundo é grave, e é preciso agir para garantir o direito à Educação, alerta a UNICEF. Brasil: **Unicef**, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-daperda-na-educacao-no-mundo-e-grave>. Acesso em: 22 mar. 2022.

7

CRIANÇAS de 6 a 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, alertam UNICEF e Cenpec Educação: Estudo traz um panorama da exclusão escolar antes e durante a pandemia, e mostra que o Brasil corre o risco de regredir duas décadas no acesso de meninas e meninos à educação. Brasil: **Unicef**, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-deimprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-napandemia>. Acesso em: 22 mar. 2022.

EXCLUSÃO DIGITAL: A exclusão digital no mundo e porque provoca desigualdade. Brasil: IBERDROLA Compromisso Social, 2022. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/o-que-e-exclusao-digital>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IGNACIO, Julia. O que são direitos sociais? In: IGNACIO, Julia. **O que são direitos sociais?** Politize! 3 nov. 2017. Disponível em: [https://www.politize.com.br/direitossociais-o-quesao/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAiAl-fqOBhAeEiwAYi43F9HgNzO3rIQ 67FXQrLXceUP2Vsh8djSonomtjj0rieYrT7qn8\\_nTKBoCOEYQAvD\\_BwE](https://www.politize.com.br/direitossociais-o-quesao/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAiAl-fqOBhAeEiwAYi43F9HgNzO3rIQ 67FXQrLXceUP2Vsh8djSonomtjj0rieYrT7qn8_nTKBoCOEYQAvD_BwE). Acesso em: 12 jan. 2022.

LOPES, Thamires. Educação a distância expõe abismo entre o ensino público e privado: Durante o período de distanciamento social, a rotina de estudos é adaptada através do acesso à internet e outros dispositivos tecnológicos. **DeFato**, Brasil, 1 ago. 2020. Disponível em: <https://defatoonline.com.br/educacao-a-distancia-expoeabismo-entre-o-ensino-publico-e-privado/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

NOVO, Benigno Núñez. AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: Análise da importância das aulas remotas em tempos de pandemia de COVID-19. **UOL: Brasil Escola**, Brasil, 2020. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/aulas-remotas-em-tempos-depandemia.htm#:~:text=Refer%C3%A2ncias.,Introdu%C3%A7%C3%A3o,tecnol%C3%B3gicos%2C%20s%C3%B3%20que%20a%20dist%C3%A2ncia>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Comentado. 5. ed. Brasil: GenForense, 2021. 975 p. ISBN 978-85-309-9278-1.

PERDAS de aprendizagem com a covid-19 podem custar a esta geração de estudantes quase US\$ 17 trilhões em ganhos durante a vida: Relatório do Banco Mundial-Unesco-UNICEF expõe a magnitude da crise educacional. Brasil: **Unicef**, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-deimprensa/perdas-de-aprendizagem-com-covid-19-podem-custar-a-esta-geracao-deestudantes-ganhos-durante-a-vida>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PINHO, Angela. Meu cérebro não estava acostumado a tanto computador. **Folha de São Paulo**, Brasil, 18 abr. 2021. Coronavírus, p. 1-4. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/meu-cerebro-nao-estavaacostumado-a-tanto-computador-leia-relato-de-jovem-sobre-educacao-napandemia.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2022.

POZZEBON, Paulo. Educação: Como estamos, como estaremos. **Folha de São Paulo**, Brasil, 28 abr. 2021. Educação, p. 1-4. Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/especial-educacao/2021/04/educacao-comoestamos-como-estaremos.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SANTOS, Fabiola Pereira dos; DIEZ, Carmen Lucia; SANTOS, Vanice dos. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NO DECORRER DA HISTÓRIA. **Pesquisa em Foco**, São Luís, São Paulo, Brasil, v.23, ed.2, p.177-186, 28 dez. 2018. DOI <https://doi.org/10.18817/pef.v23i2.1829>. Disponível em: [https://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA\\_EM\\_FOCO/article/view/1829](https://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/1829). Acesso em: 9 ago. 2022.

SENA, MOISES RODRIGUES DE. O QUE É EDUCAÇÃO? Você sabe o que é educação? Clique e descubra qual a sua definição. **Brasil Escola: Meu Artigo**, Brasil, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-que-educacao.htm>. Acesso em: 12 maio 2022.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como Entender e Aplicar: A Nova LDB**. 1. ed. Brasil: PIONEIRA Educação, 1997. 129 p. v. 3. ISBN 85-221-0056-X.

ZAPATER, María. **Direito da Criança e do Adolescente**. 1. ed. São Paulo, Brasil: Saraiva Jur, 2019. 368 p. v. Único. ISBN 978-85-536-1310-6

## As implicações do direito à vida e as práticas silenciosas da eutanásia *The implications of the right to life and the silent practices of euthanasia*

Adrienne Cremens Calheiros Cerqueira<sup>1</sup>  
Solange Barreto Chaves<sup>2</sup>

Submetido em: 18/11/2022  
Aprovado em: 19/11/2022  
Publicado em: 19/11/2022  
DOI 10.51473/rcmos.v2i2.416

### RESUMO

O presente estudo trata da incidência da eutanásia e suas modalidades, diante dos princípios do direito à vida, da liberdade e da dignidade da pessoa humana, como garantia para que a pessoa tenha uma morte digna, ainda discute sua aplicabilidade e legalização no ordenamento jurídico brasileiro. Será utilizado como fonte de dados as bibliotecas virtuais Scielo e Scholar, como critérios de inclusão, artigos em português, relacionados aos princípios constitucionais quanto à prática da eutanásia, como critérios de não inclusão, os artigos que não atendam ao tema proposto e estejam publicados em outro idioma, ou ainda, não estejam disponíveis em sua integralidade. Foram encontrados 833 estudos relacionados à eutanásia no Brasil, utilizando os descritores “eutanásia” and “bioética” and “código penal” and “direito à vida”, sendo selecionados apenas os estudos que estavam relacionados ao direito, totalizando 563, dentre os quais, foram lidos títulos, resumos e resenhas, para que fossem separados os artigos mais novos (2017 a 2022), constatando que o assunto tem bastante relevância e a doutrina precisa dar maior atenção à temática.

**Palavras-chave:** Eutanásia. Bioética. Código Penal. Direito à Vida.

### ABSTRACT

The present study deals with the incidence of euthanasia and its modalities, in view of the principles of the right to life, freedom and dignity of the human person, as a guarantee for the person to have a dignified death, still discusses its applicability and legalization in the Brazilian legal system. The Scielo and Scholar virtual libraries will be used as a data source, as inclusion criteria, articles in Portuguese, related to the constitutional principles regarding the practice of euthanasia, as non-inclusion criteria, articles that do not meet the proposed theme and are published in another language, or are not available in their entirety. A total of 833 studies related to euthanasia were found in Brazil, using the descriptors “euthanasia” and “bioethics” and “penal code” and “right to life”, with only studies related to law being selected, totaling 563, among which, titles, abstracts and reviews were read, so that the newest articles (2017 to 2022) were separated, noting that the subject is quite relevant and the doctrine needs to pay more attention to the theme.

**Keywords:** Euthanasia. Bioethics. Penal Code. Right to life.

## 1 INTRODUÇÃO

A vida é um bem jurídico protegido no art. 5º da Constituição federal e está situado no campo dos direitos e garantias individuais e, mais especificamente, nos direitos e deveres individuais e coletivos. A discussão sobre a preservação da vida em situações em que a pessoa decide abrir mão desse direito, é inesgotável, ultrapassando até mesmo a concepção jurídica. Contudo, em alguns países é permitido ao cidadão a escolha da preservação desse bem jurídico universal, cabendo à parte, ou ainda, aos cônjuges, descendentes e ascendentes, a decisão final, quando da impossibilidade de quem detém a vida e deseja ter esse direito esgotado.

A prática de extinção do direito à vida por desejo próprio é conhecida como eutanásia (do grego *Eu*=bom/boa *Thanatos*=morte) que, segundo Veira (2017, p. 6) “é em método utilizado para se abreviar a morte de alguém que esteja em estágio terminal de alguma doença ou que por algum motivo sofre algum problema físico que faz com que a vida seja muito difícil acarretando muito sofrimento”. Abreviar a morte, conforme se observa, é um eufemismo empregado para o real significado que o Código Penal entende por homicídio.

1

A negação do direito à vida, constitui-se, para a lei brasileira, como crime de homicídio, art. 121, §1º, do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, 1940), cuja pena é a reclusão de 6 a 20 anos, nos hospitais, há uma espécie de escolha médica sobre quem vive e quem morre, diante das chances de sobrevida e vagas nos

1 Graduada em Direito pela Faculdade Santo Agostinho - Vitória da Conquista/BA – FASAVIC.

2 Mestranda em Direito pela UCSAL (2022 - atual), Professora Universitária na rede de ensino Faculdades Santo Agostinho - Vitória da Conquista/BA - FASAVIC, com as disciplinas de Processo Civil, Núcleo de Práticas Jurídicas e Direito Tributário II (2021 - atual); Coordenadora do ENADE pelo Curso de direito (2022 - atual); Integrante do NDE - Núcleo de Desenvolvimento Estudantil da FASAVIC; Pós Graduada em Direito Civil e Processo Civil (2021 - 2022); Pós Graduada em Desenvolvimento Pessoal e Profissional na Docência pela FASAVIC (2021-2022); Pós-Graduada em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo pelo CERS (2018 - 2019); Graduada em Direito pela UESB (2018). E-mail: solange.chaves@vic.fasa.edu.br

leitos, há de se considerar aspectos como a superlotação, as probabilidades de melhora ou cura e a evolução para a morte. Neste sentido, embora haja o esforço na tentativa de aprovar essa matéria, os legisladores são cautelosos e alertam que a Constituição é enfática ao preservar os bens jurídicos, sendo da competência dos agentes da lei, proteger o direito à vida, ainda que em circunstâncias tidas como insustentáveis ou insuportáveis. Assim, a pesquisa buscou responder à seguinte questão norteadora: “De que forma a doutrina entende a violação do direito à vida através da eutanásia?”. Acredita-se que a eutanásia viole o bem jurídico tutelado, excluindo o direito à vida, que tem caráter individual e inviolável, além disso, é dever do Estado assegurar que a Constituição seja cumprida em seus termos, no entanto, a literatura discute a flexibilização da legislação quanto à prática da eutanásia em casos em que o paciente querendo, ou na ausência dele, o familiar responsável, decida pela morte induzida.

O objetivo principal é identificar as implicações jurídicas do direito à vida e as práticas silenciosas da eutanásia em pacientes terminais. Os objetivos secundários são: a) Entender de que forma o direito à vida é violado diante da eutanásia; b) Analisar o direito à vida na concepção dos países que adotam a eutanásia e o suicídio assistido; c) Discutir a eutanásia sob a perspectiva do direito penal.

Foi realizado um estudo de revisão integrativa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, através da utilização das palavras-chave: “direito à vida”, “eutanásia” e “bioética”, “Código Penal”, através da busca de artigos científicos na base de dados, Scielo e Scholar, bem como a leitura de livros, jurisprudência, Constituição federal e Código Penal.

Como critério de inclusão serão considerados os artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, e em base de dados disponíveis na internet, gratuitamente, cujos materiais serão disponibilizados na íntegra. Serão incluídos também os estudos que propõem revisão teórica a partir de pesquisa bibliográfica e da leitura dos diplomas legais concernentes à temática em questão. Serão excluídos materiais que não estejam nas bases de dados das bibliotecas digitais, em inglês, ou não elegíveis para esse projeto, e ainda, aqueles que não atendam aos critérios de inclusão.

## 2. ASPECTOS GERAIS DA EUTANÁSIA

### 2.1. Conceito de Eutanásia

Na antiguidade, a humanidade vivia em busca da sobrevivência, em guerras constantes para a conquista dos territórios, de forma que entendiam que os idosos, doentes e deficientes seriam um peso caso necessitassem de fuga rápida, quando suas terras fossem sitiadas. Nesse contexto e, também, devido às condições precárias de saúde e saneamento básico em muitos casos, as comunidades praticavam a eutanásia, com ou sem o consentimento, no entanto, com o avançar dos tempos e organização social, esse ato passou a ter um significado diferente e a ser encarado como um método aquém da realidade da humanidade, devendo ser discutido quanto a sua aplicabilidade.

Acredita-se que o termo eutanásia, ou suicídio assistido, seja oriundo da Grécia, podendo ser traduzido como “boa morte” ou “morte apropriada”, além disso, tinha o significado de “tratamento adequado para doenças incuráveis”. Contudo, há outra discussão e aplicação do termo eutanásia, configurando-se como o ato de uma pessoa que causa a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento, como forma de abreviar um sofrimento acarretado por longo período de doença (MENDES *et al.*, 2020)

Sendo assim, pode-se considerar, no que concerne ao aspecto médico/jurídico, que a eutanásia é um sistema que tem como objetivo abreviar o sofrimento de uma pessoa, resultando em causa a morte do paciente. Dessa forma, trata-se de uma morte planejada que precisa passar por um processo de aceitação e liberação conforme as leis vigentes no país onde o paciente reside, no caso do Brasil, a legislação é contra a prática da eutanásia. Acredita-se que a eutanásia, muito além de ser apenas um problema de ordem ética, considera-se como o atendimento a um direito do cidadão.

2

No entanto, a definição para mais aceita para eutanásia, é a morte ativa e intencional a pedido (voluntário, pensado e consistente) do doente, a partir da administração de medicamento, mediante prescrição médica. Esse voluntarismo é contestado por muitos pensadores, filósofos e religiosos que consideram inválida a voz de um moribundo que, na tentativa de abreviar o seu sofrimento e o de seus familiares, toma uma decisão impensada, uma vez que utilizam como lema a ideia de que “enquanto há vida, há esperança”. Há quem discorde e entenda que a preservação da sobrevida é, talvez, mais desumana do que a abreviação dela.

## 2.2. Tipos de Eutanásia

A eutanásia pode ser classificada em voluntária, involuntária, não voluntária; direta e indireta; ativa e passiva. Considera-se “eutanásia involuntária” quando a ação não decorre do paciente, independe se é ou não capaz de o fazer; na “eutanásia não voluntária”, o paciente se encontra incompetente para decidir, sendo considerado, portanto, um crime de assassinato; e a “eutanásia voluntária” que é quando o paciente está plenamente capaz de exprimir sua vontade em morrer. Dessa forma, Rijo (2018) entende que não há tipos de eutanásia, uma vez que a morte voluntária seria sua única definição e possibilidade de existência, devendo ser posto simplesmente o termo “eutanásia” para qualquer que seja sua aplicação.

## 2.3. Distanásia e Mistanásia

A mistanásia pode ser entendida como a morte decorrente de uma série de fatores como, por exemplo, a ineficiência do Poder Público. Mesmo não sendo popular, este conceito está baseado no art. 1, III, da Constituição Federal, que trata da dignidade da pessoa humana, inviolabilidade do direito à saúde. Na visão de Diniz (2001) a mistanásia pode ser considerada como uma espécie de “eutanásia social”, apesar de pôr definição: “morte infeliz, fora do lapso temporal”; em contraste com a definição da eutanásia, conforme já mencionada “morte boa”.

Já a distanásia (obstinação terapêutica ou futilidade médica), trata-se da atitude médica que, visando salvar a vida do paciente terminal, submete-o a um grande sofrimento. Sendo assim, pode-se entendê-la como a morte lenta e dolorosa causada pela falha médica. Nesse contexto, considera-se que a pior morte seria a partir da distanásia, infelizmente, é a mais praticada nos hospitais brasileiros, seja pela imperícia ou pela impossibilidade de atendimento adequado ao paciente (SIQUEIRA; FERREIRA; ANDRADE, 2020).

## 3. EUTANÁSIA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O termo eutanásia (boa morte ou mitigação da dor), proposto primeiramente por Francis Bacon (1561-1626), no século XVI, ainda recebe críticas da sociedade, que entende apenas a divindade como responsável pela condição de vida ou morte do indivíduo. Há quem considere importante fundamentar legalmente a prática da eutanásia, embora o assunto seja controverso por perpassar conceitos jurídicos, éticos, espirituais e culturais da sociedade contemporânea.

No Brasil, a prática da “boa morte” é controversa e entra em conflito com a concepção ideológica e religiosa de uma parte significativa da sociedade, o que permite que o diálogo seja postergado. Apesar de não estar definido no Código Penal, mas como homicídio qualificado (art. 121, §1º). Neste caso, o juiz pode reduzir a pena quando o autor está “sob o domínio de violenta emoção”, sendo considerado as razões intersubjetivas. Entre os médicos, embora sigam o juramento de Hipócrates em não aplicar ou indicar qualquer dose letal, nos casos em que foge a sua alçada, e não há possibilidade de evolução da cura, relatam à família as opções e realizam os procedimentos para amenizar o sofrimento do paciente e de seus familiares. Muitas vezes, os médicos se veem impedidos de prosseguir com o tratamento adequado, uma vez que há necessidade da assistência do Sistema Único de Saúde (SUS) e este, por sua vez, é ineficiente em alguns casos. Embora haja subnotificação de eutanásia, é muito comum a conversa nos bastidores e a realização desses procedimentos que visam a “boa morte” em pacientes terminais ou que não tem chances de sobrevivida (BARBOSA; LOSURDO, 2018).

A eutanásia vem sendo discutida e adotada pela legislação de outros países, mas no Brasil, há o conflito de princípios definidos na Constituição Federal, principalmente entre os art. 1º, III e o caput do art. 5º, entre a garantia da dignidade da pessoa humana e a proteção à vida, respectivamente.

Na concepção do Supremo Tribunal Eleitoral (ADI 3.510/DF) a prática da eutanásia, aborto e uso de células tronco precisa ser discutida no prisma interdisciplinar (judiciário, médico, teologia e filosofia), mas entendidas como direitos da dignidade da pessoa humana, no âmbito do direito civil, que dispõe sobre a liberdade da pessoa doutra de personalidade. Além disso, o Projeto de Lei n. 236/12 (que configura o Novo Código Penal), já tipifica a prática da eutanásia, isento o agente da imputação de pena. No entanto, a discussão se esbarra na interdisciplinaridade de conceitos e compõem o imaginário do Legislativo, Executivo e Judiciário do país, sendo necessário que se faça análises mais profundas sobre a matéria.

### 3.1. Eutanásia no âmbito civil

Acredita-se que o fato de o paciente desejar a própria morte e implorar pela eutanásia, não seja suficiente para que alguém tome a decisão e execute sua solicitação. A liberdade de escolha, mesmo que seja de não permanecer vivo, tem sido discutida no âmbito civil, uma vez que se confronta com o direito à dignidade humana e o princípio da preservação da vida, ambos tutelados pelo Estado.

Cabette (2013) esclarece que a omissão ou auxílio ao suicídio assistido, apenas protege o bem jurídico, “dignidade da pessoa humana”, de modo que não ostenta qualquer reprovabilidade jurídica. Nesse contexto, o Conselho Federal de Medicina se antecipou em proteger os médicos que, na impossibilidade de realizar tratamentos e procedimentos que prolongassem a vida do paciente em fase terminal de enfermidades graves e incuráveis (respeitada a vontade do paciente ou do seu responsável legal), suspendessem ou limitassem as tentativas de mitigação da morte. O Ministério Público Federal entendeu, entretanto, que havia violação da Constituição Federal nessa suspensão e recorreu na Resolução n. 1805/2006, mas esta foi confirmada em sentença, posteriormente.

### 3.2. Eutanásia no âmbito penal

A religião sempre teve grande influência na inspiração da criação das leis, sendo seus códigos morais/espirituais, inclusive, adotados pela sociedade e, até mesmo, cristalizados como baluartes legais por centenas de anos, configurando um governo teocrático, no entanto, a civilização sofreu transformações ao longo dos anos que levaram à reflexão e adoção de outros mecanismos legais, fundamentados na convivência em sociedade, cientificados, que conferiram ao ordenamento jurídico uma revisão dos seus conceitos.

Nesse sentido, a discussão sobre vida e morte passaram do aspecto religioso e filosófico para os tribunais, sendo a morte autoinfligida considerada uma abominação do ponto de vista escatológico e uma ofensa à moral e aos bons costumes da sociedade positivista.

O suicídio sempre foi um tema delicado para a justiça brasileira. Desde 1830 passou a punir quem auxiliava à vítima concluir seu intento, mais adiante, em 1890, com a mudança de regime, assevera a pena nesses casos e, apenas no Código Penal de 1940 (ainda em vigor), não considera o auxílio ao suicídio, mas tipifica-o como homicídio qualificado (DODGE, 2009). Conforme a evolução dos tempos, houve questionamentos quanto à autonomia do paciente no sentido de preservar ou abreviar a própria vida, sendo discutido, inclusive, o paternalismo hipocrático em que tornava passiva a ação deste indivíduo em fase terminal que estava sob cuidados médicos paliativos.

Os casos de eutanásia em que as pessoas entram com uma ação na justiça solicitando a permissão para pôr fim ao sofrimento de um paciente terminal e irrecuperável nem sempre prosperam, devido às inúmeras críticas e pressão da sociedade, muitos são os que desistem da causa. No entanto, o ordenamento jurídico tem sido contundente em defender a dignidade da pessoa humana e tem relativizado o motivo da prática da eutanásia como um atenuante legal para quem a exerce.

Rodrigues (2018) entende que a previsão legal no Código Penal quanto à prática da eutanásia é para inibir conduta maléfica e homicida, mas quando o princípio da eutanásia é respeitado, ou seja, quando o objetivo é cessar o sofrimento da pessoa que tem sua vida inviável por conta de seu estado deplorável de saúde e morte iminente, deveria ser considerado o direito à morte, não como violação ao direito à vida.

### 3.3. Projetos de lei que visam alteração na lei relativa à eutanásia

O PL n. 236/12 foi aprovado pelo voto de 28 parlamentares, contra 12 e 2 abstenções, sendo considerado um passo fundamental para reestruturação do Código Penal que, inclusive, tem discutido a aplicação da lei nos casos de eutanásia, conforme expresso no art. 122:

Matar, por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior, a seu pedido, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave:

Pena – prisão, de dois a quatro anos.

§ 1º O juiz deixará de aplicar a pena avaliando as circunstâncias do caso, bem como de relação de parentesco ou estreitos laços de afeição do agente com a vítima.

O projeto de lei responde aos anseios de milhares de brasileiros que vivem tal conflito, e se veem sem amparo, no entanto, por se tratar da criação de um Novo Código Penal, existem diversas considerações e ponderações quanto à viabilidade. Na hipótese de ser aprovado, esse projeto de lei, no que pese a esta matéria, evitaria judicialização e desgaste para uma situação já insalubre que é a perda de um ente querido e seu sofrimento assistido.

#### 4. CONCLUSÕES

A eutanásia é uma prática há muito usada na humanidade, mas com complicações a partir da concepção filosófica/religiosa que permeia os dispositivos legais. No Brasil, apesar da Resolução 1805/2006, não há previsão da prática da eutanásia fora da comunidade médica, e apenas sob os argumentos fundamentados nessa resolução.

Entende-se que o princípio da autonomia, no contexto da eutanásia contexto, relaciona-se com o princípio da dignidade humana e o direito à morte, sendo importante que o ordenamento jurídico se resguarde das pessoas que tenham conduta homicida ou maléfica, preservando a punição nesses casos, mas que considere, também, os casos em que há estreito grau de relação e afetividade com a vítima, como inimizáveis.

A legislação brasileira, nos últimos anos, tem buscado atender aos anseios da sociedade no que tange aos direitos e garantias individuais e coletivos, no entanto, como as influências ideológicas dos legisladores consideram as classes que representam, e os ocidentais entendem, de forma egóica, que a vida deve se estender ao máximo, ainda que o sofrimento do paciente terminal seja aparente, ainda há muito a se discutir até que a eutanásia seja considerada legal no país.

Dessa forma, espera-se que a comunidade científica e os doutrinadores da matéria permaneçam a construir seus conceitos fazendo uso do direito comparado, observando-se como a eutanásia pode ser aplicada no Brasil. Acredita-se que a legalização da eutanásia contribua com a diminuição dos impactos psicológicos causados pelo pré-luto às pessoas que se encontram em fase terminal de doença grave e incurável.

#### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gabriella Sousa da Silva; LOSURDO, Federico. Eutanásia no Brasil: entre o Código Penal e a dignidade da pessoa humana. **Revista de Investigações Constitucionais** [online]. 2018, v. 5, n. 2, p. 165-186. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v5i2.52151>. ISSN 2359-5639. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL, Projeto de **Lei n. 236/12**. Novo Código Penal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3515262&ts=1645029382318&disposition=inline>. Acesso em 5 out.2022

BULGARELLI, Marcio José; DE SOUZA, Elen Juliane Peron. Eutanásia, direito à vida e uma morte digna. **Revista Científica**.

DUARTE, Clarice Seixas. Nos limites da vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos. *Revista de Direito Sanitário, São Paulo*, v. 9, n. 3, p. 292-296, fev. 2009.

Decreto-Lei n. 2848/1940. Código Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 16 set. 2022

FELIX, Z. C. et al. Eutanásia, distanásia e ortotanásia: revisão integrativa da literature. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(9):2733-2746, 2013

MENDES, A. C., Mendes, M. J. M., Costa, G. H., Pinheiro, V. M., Pias, F. C., & Schmitz, A. K. (2020). A polêmica da Legalização da Eutanásia no Brasil / The controversy of Euthanasia Legalization in Brazil. **Brazilian Journal of Development**, 6(10), 79803–79814. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-417> Acesso em: 25 de setembro 2022

PORTO, Carolina Silva; FERREIRA, Clécia Lima. Eutanásia no direito penal: os aspectos jurídicos do homicídio piedoso. **Interfaces Científicas – Direito**, Aracaju, v.5, n.2, p. 63-72, fev., 2017.

ROBATTO W. **Eutanásia**: sim ou não? Aspectos bioéticos. 2a ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia; 2008.

SANTOS, Daniel Abreu et al. Reflexões bioéticas sobre a eutanásia a partir de caso paradigmático. **Revista Bioética** [online]. 2014, v. 22, n. p. 367-372. Epub 19 Ago 2014. ISSN 1983-8034. <https://doi.org/10.1590/1983-80422014222018>. 20 out. 2022

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; SCHRAMM, Fermin Roland. Eutanásia: pelas veredas da morte e da autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(1):31-41, 200

SIQUEIRA, S. F., Andrade Ferreira, T. H., & Melo Andrade, D. C. (2020). **Mistanásia ou eutanásia social**: a morta infeliz no sus e a violação do princípio da dignidade da pessoa humana. *Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE*, 6(2), 99. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/8541> 5 de novembro 2022

## A inconstitucionalidade da execução provisória da pena por condenação em primeira instância realizada pelo tribunal do júri

*The unconstitutionality of the provisional execution of the penalty for condemnation in the first instance executed by the jury court*

Tiago Alves Teixeira<sup>1</sup>  
Rita Carneiro<sup>2</sup>

Submetido em: 18/11/2022  
Aprovado em: 19/11/2022  
Publicado em: 19/11/2022  
DOI 10.51473/rcmos.v2i2.417

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar a inconstitucionalidade da norma contida na segunda parte do art. 492, I, “e”, da Lei nº 13.964/2019, na qual está firmada execução provisória da pena após a decisão condenatória no Tribunal do Júri para as penas iguais ou superiores a 15 (quinze) anos de reclusão. A problemática gira em torno da ofensa a direitos e garantias fundamentais sedimentados na Carta Magna e aos Tratados internacionais do qual o Brasil é signatário, bem como da insegurança jurídica promovida pela alteração de entendimento sobre o tema pela Corte Suprema. A pesquisa foi desenvolvida na modalidade exploratória, com levantamento bibliográfico e jurisprudencial. Ao final, busca-se verificar quais medidas podem ser adotadas para solucionar o problema da inconstitucionalidade na norma em apreço.

**Palavras-chave:** Execução provisória da pena. Tribunal do Júri. Inconstitucionalidade. Princípio da Presunção da inocência. Art. 492, I, “e”, do Pacote anticrime.

### ABSTRACT

This article aims to demonstrate the unconstitutionality of the rule contained in the second part of art. 492, I, “e”, of Law No. 13.964/2019, in which the provisional execution of the sentence is signed after the conviction in the Jury Court for sentences equal to or greater than 15 (fifteen) years of imprisonment. The problem revolves around the violation of fundamental rights and guarantees established in the Magna Carta and the international treaties to which Brazil is a signatory, as well as the legal uncertainty promoted by the change in the understanding on the subject by the Supreme Court. The research was developed in an exploratory mode, with a bibliographic and jurisprudential survey. In the end, we seek to verify what measures can be adopted to solve the problem of unconstitutionality in the norm in question.

**Keywords:** Provisional execution of sentence. Jury court. Unconstitutionality. Principle of the presumption of innocence. Art. 492, I, “e”, of the Anti-Crime Package.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019, mais conhecida como “Pacote Anticrime”, adveio muitos debates em torno de alguns dispositivos constantes na norma infraconstitucional. Um desses dispositivos, que suscitou debates entre os profissionais do direito, doutrinadores e meio acadêmico diz respeito à inconstitucionalidade da execução provisória da pena pelo Tribunal do Júri, prevista na segunda parte do art. 492, inciso I, alínea “e”, da referida lei, segundo a qual os acusados condenados a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão pelo Plenário do Júri, deverão ser recolhidos à prisão.

Por esta razão, o objetivo do presente estudo é demonstrar que o dispositivo retro fere o princípio da presunção da inocência recepcionado pela Magna Carta, uma vez que a execução provisória da pena de maneira automática pelo Tribunal do Júri, em primeira instância, em razão de sentença condenatória proferida, privará o acusado do seu direito à liberdade antes mesmo do trânsito em julgado da sentença.

Confirmada a hipótese aventada de inconstitucionalidade da norma, busca-se verificar quais medidas podem ser adotadas para sanar o problema.

1

Para se atingir o objetivo proposto, a presente incursão teórica será balizada pelo método exploratório, com levantamento bibliográfico que dirigirá uma abordagem crítico-reflexiva. Também se empreenderá busca e análise dos atuais julgamentos acerca do tema.

<sup>1</sup> Pós-graduando em Direito Penal e Processo Penal Aplicados pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Graduado em Serviços Jurídicos e Notariais pela Unopar. Graduando em Direito pela FASAVIC. E-mail: ttiagoadv@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialização em Direito Público Contemporâneo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista. Especialização em Ciências Criminais pela Universidade da Amazônia. Graduada em Direito pela UESB. Professora na Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista (FASAVIC). Professora na Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Professora na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista (FTC).

Nessa perspectiva, o presente artigo propõe identificar e analisar os princípios constitucionais que tenham relevância com o tema. Após, será apresentada a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal a respeito da execução provisória da pena. Por fim, será analisado o Recurso Extraordinário nº 1.235.340/SC e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade que versam sobre a inconstitucionalidade da execução provisória da pena quando a o acusado for condenado a pena igual ou superior a 15 anos de reclusão pelo Tribunal do Júri.

## 2. METODOLOGIA

De acordo com Antônio Carlos Gil (2017, p.27), a pesquisa exploratória “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema” e busca analisar fatos ou fenômenos estudados.

Nesse tipo de metodologia, a coleta de dados pode ocorrer, principalmente, através do levantamento bibliográfico. Deste modo, o presente estudo foi pautado na doutrina, o que propiciou a ampliação do conhecimento

### 2.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa foi abordada de forma qualitativa, tendo em vista que o objetivo primordial foi compreender o impacto social e jurídico provocado pela norma inconstitucional, tendo em vista que a matéria se reveste de grande importância tanto para a ordem social quanto para a segurança jurídica.

## 3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ATINENTES

A Constituição Federal (CF) de 1988 foi elaborada sobre princípios que regem toda a sociedade, quer seja na seara pública ou privada, nas relações de natureza cível ou criminais, nos atos comuns praticados pelos civis ou nos atos processuais praticados por pessoas investidas de poderes pelo Estado.

Dentro da CF/88 existem princípios que estão dispostos de maneira explícita ou implícita. A proposta é analisar os princípios constitucionais que tenham maior relevância para o objeto deste estudo, tais como o princípio da presunção de inocência e o princípio da supremacia dos vereditos, ambos presentes na CF/88 de forma explícita, no Título II, que trata dos direitos e garantias fundamentais.

### 3.1 Princípio da Presunção de Inocência

O princípio da presunção da inocência ou da não culpabilidade está assegurado no art. 5º, LVII, da CRFB/88: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, o qual decorre de um princípio maior, a saber a Dignidade da Pessoa Humana.

O princípio da presunção de inocência está insculpido na Declaração dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, com voto brasileiro, em seu art. 11, §1º, segundo a qual “toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não se prova sua culpabilidade, de acordo com a lei e em processo público no qual se assegurem todas as garantias necessárias para sua defesa”

A presunção de inocência também está prevista no texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) de 1969, do qual o Brasil é signatário, pelo qual dispõe, em seu artigo 8, sobre as Garantias Judiciais, tópico 2, que “Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa.”

De acordo com o art. 1º, III, da CF/88, o Estado Democrático de Direito tem como fundamento a Dignidade da Pessoa Humana. Logo, a supressão da liberdade do indivíduo antes de esgotados todos os recursos ofende diretamente a Constituição.

2

No §1º e 2º, do art. 5º, da Constituição brasileira está estabelecido que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e que os direitos e garantias previstos na Constituição não excluem outros decorrentes de regime e princípios dos tratados internacionais do qual faça parte, ou seja, a CF/88 atribuiu força aos princípios internacionais do qual é signatário.

Observe que a norma suprema adotou princípios de forma expressa e também estabeleceu que, além dos princípios adotados no texto constitucional, não excluirá outros princípios presentes em tratados internacionais tais como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, posto ser signatário.

Logo, verifica-se que o Estado brasileiro se comprometeu duplamente com o princípio da presunção da inocência que dá direito ao réu de recorrer até o último grau de jurisdição em liberdade, conforme já demonstrado.

Cabe ressaltar que o art. 60, § 4º, IV, da CF/88, obsta deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Portanto, trata-se de cláusula pétrea. Não pode ser modificada para reduzir os direitos e garantias fundamentais do cidadão, apenas para ampliá-los.

Segundo preleciona Moraes (2021, p. 351), com base no princípio da presunção de inocência, ninguém deverá ser preso antes de esgotados os recursos e a sentença transitar em julgado, podendo, assim, responder em liberdade.

Ainda segundo Moraes (2021, p. 265), é necessário que o Estado comprove a culpabilidade do indivíduo e, em o fazendo, o réu poderá perseguir a sua absolvição até se esgotarem os recursos. Pode-se inferir, portanto, que enquanto não ocorrer o trânsito em julgado da sentença, não deve ser iniciada a execução da sentença condenatória.

Com base no voto do Ministro Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário nº 1.235.340/SC, o princípio da inocência consubstancia-se numa barreira constitucional contra a violência estatal. Pode-se afirmar, portanto, que a presunção de inocência é um instrumento de defesa do cidadão contra as arbitrariedades dos representantes do poder.

A norma constitucional adotou expressamente o princípio da presunção de inocência. Assim, o acusado que contra ele tiver sentença condenatória proferida, poderá recorrer à instância superior, até se esgotarem os recursos.

Ainda, o réu poderá recorrer em liberdade, considerando que, pelo princípio da inocência, o acusado só poderá ser considerado culpado após o trânsito em julgado da sentença condenatória

Deste modo, em se tratando da aplicação do art. 492, I, “e”, do Pacote Anticrime, verifica-se a existência de ofensa a direitos consagrados tanto no âmbito nacional, pela Magna Carta, quanto nas relações internacionais, por meio de Tratados do qual o Brasil é signatário, posto não ter sido respeitado o princípio da presunção de inocência, tendo em vista o estabelecimento do início provisório da execução da pena, aplicando-se os seus efeitos imediatos.

A consequência disso é a irreparabilidade das consequências a que o Estado sujeita o acusado. Segundo Vinícius Gomes Vasconcellos (2019, p. 142),

Resta claro que o reexame sobre a condenação deve ser realizado em momento anterior à liberação de seus efeitos e da atuação do poder punitivo estatal. Por se tratar de medida profundamente gravosa e irreparável, a imposição de uma sanção criminal deve ser verificada por meio do juízo recursal antes do início de sua execução. Trata-se de medida indispensável para a efetiva realização do direito de defesa e da proteção da presunção de inocência. (VASCONCELLOS, 2019, p. 142).

Assim considerando, está evidenciada a inconstitucionalidade do dispositivo infraconstitucional em apreço e sua aplicação é a consumação do retrocesso, devendo ser afastada do ordenamento jurídico.

### 3.2 Princípio da Soberania dos Veredictos

Para alguns doutrinadores, o princípio da soberania dos veredictos é absoluto e, que o princípio da presunção de inocência, quando se trata de execução provisória da pena pelo Tribunal do Júri, deve ser relativizado. Mas é necessário entender primeiramente esse princípio.

O princípio da soberania dos veredictos está sedimentado no art. 5º, inciso XXXVIII, alínea ‘c’, da CF/88: “é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: [...] c) a soberania dos veredictos”. Seria a prevalência das decisões proferidas pelo Júri.

De acordo com Cezar Roberto Bitencourt (2021, p. 405), “A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri não os torna imunes à submissão ao princípio do duplo grau de jurisdição, inclusive, quanto ao exame de mérito [...]”.

De acordo com Walfredo Cunha Campos (2015, p. 10),

soberania dos veredictos, por seu turno, é a proibição de o juiz presidente proferir uma sentença que contrarie o que decidido pelos jurados. Em outras palavras [...] a soberania dos veredictos é endereçada ao juiz presidente a quem é vedado contrariar a decisão dos jurados, sentenciando de maneira diversa ao deliberado por eles. (CUNHA, 2015, p.10).

Nesse diapasão, José Frederico Marques *apud* Walfredo Cunha Campos (2015, p.10), discorre que: o termo soberania não deve ter seu sentido buscado em esclarecimentos vagos de dicionários ou filosóficos de Direito Constitucional, mas sim na sua acepção técnico-processual, qual seja, da impossibilidade de um tribunal togado substituir ou alterar no mérito um veredicto popular. (MARQUES *apud* CAMPOS, 2015, p.10).

É nesse sentido que o Ministro Ricardo Lewandowski, afirmou no HC 163.814/MG que o termo soberania deve ser melhor definido, considerando que esse não tem relação com o termo soberania presente no

art. 1º da CF/88. É compreensível, pois não faria sentido a ausência de reexame de uma sentença proferida por um Tribunal.

Nos termos assentados pelo Ministro Celso de Mello no HC 174.759:

Não cabe invocar a soberania do veredicto do Conselho de Sentença, para justificar a possibilidade de execução antecipada (ou provisória) de condenação penal irreversível emanada do Tribunal do Júri, eis que o sentido da cláusula constitucional inerente ao pronunciamento soberano dos jurados (CF, art. 5º, XXXVIII, “c”) não o transforma em manifestação decisória intangível, mesmo porque admissível, em tal hipótese, a interposição do recurso de apelação, como resulta claro da regra inscrita no art. 593, III, “d”, do CPP. (STF. HC 174759)

Dessa maneira, não merece prosperar a alegação do Ministério Público de Santa Catarina no RE 1.235.340/SC de que a soberania dos veredictos legitima a imediata execução da condenação pelo Tribunal do Júri. Em verdade, o princípio da soberania dos veredictos está abrigado no título que trata dos direitos e garantias fundamentais, devendo ser interpretada em benefício do cidadão e não contra ele.

Conforme assente o doutrinador Lênio Luiz Streck (2020),

a aludida soberania dos veredictos é uma garantia do réu e não algo que possa ser invocado contra ele. Afinal, o próprio tribunal do Júri existe para dar maior proteção aos acusados, tanto que está previsto no artigo 5º, o qual elenca os direitos e garantias individuais de todo cidadão. Se a soberania do Júri é direito fundamental (sim, Júri está previsto como garantia), como pode essa garantia constitucional se virar (ou ser usada) contra o réu? Soberania, no máximo, pode significar aquilo que constou do voto recentíssimo do ministro Celso de Mello, quem decidiu, em sede do RHC 117.076/PR, que não cabe apelação ao Ministério Público, fundada em alegado conflito da deliberação absolutória com a prova dos autos. Soberania é nesse sentido. E não no sentido de que a decisão do Júri esgota a discussão probatória contra o réu. (STRECK, 2020).

Posto isso, é possível afirmar que o princípio da soberania dos veredictos é também uma ferramenta de limitação do poder punitivo estatal, devendo ser assegurado ao acusado o direito de ser julgado pelos seus pares, devendo ser interpretado em favor do acusado e em conformidade com a Constituição e não em seu prejuízo.

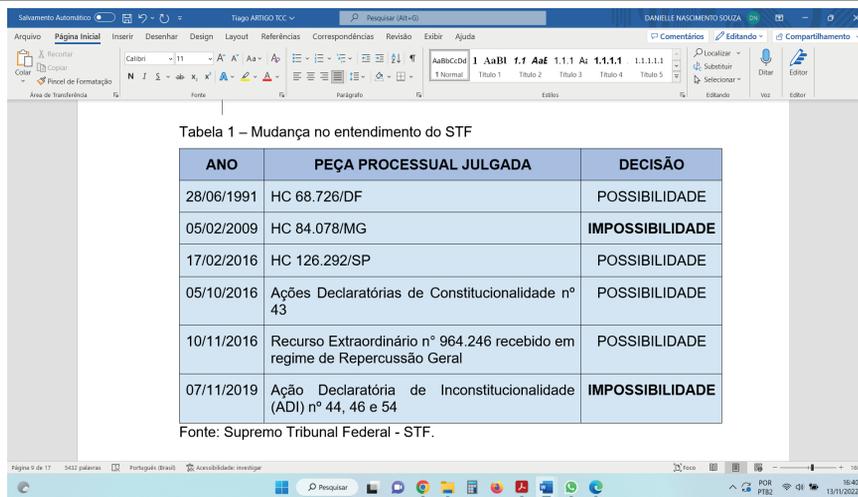
#### 4. JURISPRUDÊNCIA SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

Com base nos ensinamentos de Teresa Arruda Alvim Wambier e Bruno Dantas (2016 p. 279), a estabilidade das decisões judiciais é indispensável para o bom desempenho da atividade judiciária, ou seja, um sistema saudável necessita de segurança jurídica, conforme se verifica na passagem a seguir transcrita:

**É desejável que o mesmo juiz não mude de opinião; que os tribunais de 2º grau mantenham jurisprudência firme e estável; mas é, principalmente, não só desejável, como imprescindível para o bom funcionamento do sistema, que os Tribunais Superiores não alterem com frequência suas posições. Afinal, o direito não pode se confundir com a sucessão de ‘opiniões’ diferentes, de diferentes juízes de Cortes Superiores. A jurisprudência firmada há de ser do tribunal, e não de cada ministro, individualmente considerado. (WAMBIER; DANTAS, 2016, p. 279)**

Ocorre que a questão sobre execução provisória fez o jurisdicionado percorrer várias vezes a via dolorosa ao ser submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF) no que se refere à prisão em 2ª instância. Isso porque, contrariando o texto constitucional ou qualquer tratado internacional que o Brasil seja signatário, o STF ora decidia pela execução provisória da pena, ora decidia pela impossibilidade da prisão em 2ª instância.

Nessa esteira, o Ministro Marco Aurélio afirma, no julgamento do HC 126.292, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2016: “Ontem, o Supremo disse que não poderia haver execução provisória, em jogo, a liberdade de ir e vir. Considerado o mesmo texto constitucional, hoje ele conclui de forma diametralmente oposta”. Corroborando com as palavras do Douto Ministro, a tabela 1 demonstra claramente a mudança de entendimento do STF acerca da execução provisória da pena.



ANO	PEÇA PROCESSUAL JULGADA	DECISÃO
28/06/1991	HC 68.726/DF	POSSIBILIDADE
05/02/2009	HC 84.078/MG	IMPOSSIBILIDADE
17/02/2016	HC 126.292/SP	POSSIBILIDADE
05/10/2016	Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43	POSSIBILIDADE
10/11/2016	Recurso Extraordinário nº 964.246 recebido em regime de Repercussão Geral	POSSIBILIDADE
07/11/2019	Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) nº 44, 46 e 54	IMPOSSIBILIDADE

Fonte: Supremo Tribunal Federal - STF.

Nas palavras do doutrinador, Cezar Roberto Bitencourt (2021, p. 36), “Essa postura [...] cria enorme insegurança jurídica, agride o bom senso, fere os sentimentos democráticos e republicanos e gera insustentável insegurança jurídica na coletividade brasileira.”

Para Bitencourt (2022, p.34) a decisão no HC 84.078, por sete votos a quatro, de que um acusado só pode ser preso depois de sentença condenatória transitada em julgado, converge com o Estado Democrático de Direito ao garantir o exercício do direito à presunção de inocência presente no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

## 5. ALTERAÇÃO DO CPP PELO ART. 492, I, “E”, DO PACOTE ANTICRIME

Em contradição ao julgamento ADI nº 54, no mês seguinte, entrou em vigor a Lei nº 13.964/2019, que autoriza a execução provisória da sentença condenatória da pena, só que, desta vez, pelo Tribunal do Júri, ou seja, em 1ª instância, contrariando não somente a CF/88, mas também o precedente da Suprema Corte, conforme se verifica a seguir:

Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que:

I – No caso de condenação:

[...]

e) [...] no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que venham a ser interpostos. (BRASIL, 2019, Art. 492, I, E).

O doutrinador Paulo Bonavides (2004, p. 297) sustenta que:

O órgão legislativo, ao derivar da Constituição sua competência, não pode obviamente introduzir no sistema jurídico leis contrárias às disposições constitucionais: essas leis se reputariam nulas, inaplicáveis, sem validade, inconsistentes com a ordem jurídica estabelecida. (BONAVIDES, 2004, p. 297).

Nesse espeque, Aury Lopes Jr. *et al* (2021, p. 33), a alínea “e” do art. 492 do Pacote Anticrime foi um erro do legislador, contribuindo, desse modo, com a ideia defendida nesta pesquisa. Para ele, trata-se de um ponto problemático pois viola a presunção de inocência constitucionalmente assegurada.

O doutrinador em comento também aponta para o precedente judicial existente na ADC nº54, posto que “se o STF já reconheceu ser inconstitucional a execução antecipada após a decisão de segundo grau, com muito mais razão é inconstitucional a execução antecipada após uma decisão de primeiro grau”. (LOPES JR. *et al*, 2021, p. 33).

Nesse diapasão, o douto Cezar Roberto Bitencourt (2021, p. 35) se refere ao texto do art. 492, I, e, do Pacote Anticrime como desafortunado e registra sua contrariedade citando os ensinamentos de um dos maiores especialistas do direito processual brasileiro, Frederico Marques, “que reconhecia a necessidade de não se confundir “soberania” com “onipotência” dos “veredictos” do Tribunal do Júri”. Seguindo mesmo entendimento do douto Aury Lopes Jr., Bitencourt (2021, p.36), menciona o julgamento das ADCs 43, 44 e 54 que inadmitiu a prisão após a confirmação da sentença condenatória em segunda instância.

Para José Roberto Machado, *apud* Cezar Roberto Bitencourt (2021, p. 406):

As questões afetas aos direitos humanos devem ser analisadas na perspectiva do reconhecimento e consolidação de direitos, de modo que uma vez reconhecido determinado direito como fundamental na ordem interna, ou, em sua dimensão global na sociedade internacional, inicia-se a fase de consolidação. A partir daí, não há mais como o Estado regredir ou retroceder diante dos direitos fundamentais reconhecidos, o processo é de agregar novos direitos ditos fundamentais ou humanos. (BITENCOURT, 2021, P. 406).

Ademais, uma das características dos direitos fundamentais é a universalidade, pela qual a Carta Política não pode excluir um grupo de pessoas da sua titularidade. Nessa esteira, o art. 492, I, “e”, segunda parte, exclui do direito de presunção à sua inocência todo aquele que for condenado numa pena superior a 15 anos de reclusão.

## 6. ATUAL JULGAMENTO SOBRE A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA PELO TRIBUNAL DO JÚRI NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1.235.340/SC

O RE nº1.235.340/SC foi interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) contra acórdão proferido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual negou provimento ao agravo regimental no Recurso em *Habeas Corpus* (RHC) nº 111.960/SC e manteve a liberdade do acusado sob o fundamento de que a execução provisória da condenação proferida pelo Tribunal do Júri torna a prisão ilegal.

O RE foi autuado em 20/9/2019, com Tema 1068 - Constitucionalidade da execução imediata de pena aplicada pelo Tribunal do Júri. Trata-se de recurso admitido como representativo de controvérsia de repercussão geral, pois, de acordo com o MP/SC, trata-se de matéria com relevância jurídica, o que justificaria “sua apreciação para uniformizar o entendimento de que o princípio da soberania dos veredictos legitima a imediata execução da condenação pelo Tribunal do Júri”.

O Ministro Barroso abriu vistas para a Procuradoria-Geral da República (PGR) e no ato pediu máxima urgência em razão dos julgamentos das ADCs 43, 44 e 54 (as quais já foram julgadas, conforme cronologia disponível na tabela 1), tendo, o Vice- Procurador-Geral da República, Dr. José Bonifácio Borges de Andrade, em 18 de novembro de 2019, opinado em seu parecer pelo provimento do recurso, segundo o qual “a constitucionalmente assegurada soberania dos veredictos confere às decisões do Tribunal do Júri um especial e próprio caráter de intangibilidade material, o que permite um tratamento jurisprudencial diferenciado.”

Ainda, de acordo com o Vice Procurador,

16. As decisões do Tribunal do Juri não se revestem da precariedade características das decisões recorríveis proferidas por juízo singular em primeiro grau de jurisdição. Elas são qualificadas pela circunstância de emanarem de um órgão colegiado e de lhes ser constitucionalmente assegurada soberania. (RE n. 1.235.340/SC, Relator Ministro Roberto Barroso. Parecer PGR. Publicado em 18/09/2019).

Em suas palavras, “o princípio da presunção de inocência deve ceder à efetividade do sistema penal, diante da prolação de decisão condenatória por órgão colegiado”. Assim, o princípio da presunção da inocência deveria ser relativizado e a execução da condenação emanada pelo Tribunal do Júri iniciada de imediato.

Máxima *vênia* aos que perfilham visão oposta, ainda que se trate de um órgão colegiado, ainda continua a ser primeira instância. A esse respeito, o Ministro Ricardo Lewandowski, no acórdão do HC 163.814/MG, proferido em 19 de novembro de 2019, assente que:

[...] até o momento, prevalece a ideia de que o Tribunal do Júri é um tribunal de primeira instância, impropriamente chamado de Tribunal. Também essa expressão “soberania” não é a mesma expressão que se contém no art. 1º da nossa Constituição como um dos fundamentos da República. Quer dizer, são conceitos que precisam ser mais bem trabalhados, não é uma *summa potestas*, no sentido até histórico da formação dessa expressão “soberania”. (HC 163814/MG, Relator Min. Gilmar Mendes. Publicado no DJE 17/08/2020)

O julgamento do RE 1.235.340/SC ainda não foi concluído, mantendo-se o entendimento do STF, até o presente momento, de que a execução imediata da pena imposta pelo Tribunal do Júri ao patamar mínimo de 15 anos de reclusão é incompatível com a Lei Maior. Logo, não é possível a execução imediata da decisão proferida pelo Tribunal do Júri que condenar o acusado, ainda que essa seja igual ou superior a 15 anos de reclusão.

Foram proferidos 4 votos a favor da execução provisória da pena pelo Tribunal do Júri e 3 votos contra, conforme publicação da decisão em 10 de novembro de 2022 no sítio eletrônico do STF.

6

Votaram pela possibilidade da execução provisória da pena pelo Tribunal do Júri: Ministros Roberto Barroso (Relator), Ministro Dias Toffoli, Ministra Cármen **Lúcia**, **Ministro Alexandre de Moraes**, os **quais negaram provimento ao recurso ordinário em habeas corpus**, fixando, para tanto, a seguinte tese de julgamento: “A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada”.

O Ministro Alexandre de Moraes (BRASIL, 2022) propõe a seguinte tese: “A prisão do réu condenado por decisão do Tribunal do Júri, ainda que sujeita a recurso, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência ou não culpabilidade, tendo em vista que as decisões por ele proferidas são soberanas”.

O voto divergente pertence ao Ministro Gilmar Mendes, o qual mantém a vedação à execução imediata da pena imposta pelo Tribunal do Júri, assentando a seguinte tese:

A Constituição Federal, levando em conta a presunção de inocência (art. 5º, inciso LV), e a Convenção Americana de Direitos Humanos, em razão do direito de recurso do condenado (art. 8.2.h), vedam a execução imediata das condenações proferidas por Tribunal do Júri, mas a prisão preventiva do condenado pode ser decretada motivadamente, nos termos do art. 312 do CPP, pelo Juiz Presidente a partir dos fatos e fundamentos assentados pelos Jurados. (RE 1235340/SC. Relator Min. Roberto Barroso. Publicado em 10/11/2022).

Ao final, o Ministro Gilmar Mendes declara a inconstitucionalidade da nova redação determinada pela Lei 13.964/2019 ao art. 492, I, e, do Código de Processo Penal. O seu voto foi acompanhado pelo Ministro Ricardo Lewandowski e Ministra Rosa Weber. O Ministro André Mendonça, por sua vez, pediu vista dos autos.

## 7. DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)

A ADI é um remédio constitucional que pode ser aplicado ao caso em estudo, cuja competência para processar e julgar é do STF. Está formalmente abrangida no texto Constitucional, em seu art. 102:

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - Processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. (BRASIL, 1988, Art. 102).

No ano posterior à data da publicação da Lei nº 13.964, foram propostas duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Ambas se encontram reunidas e aguardando julgamento, a saber: ADI nº 6735/DF, proposta pela Associação Brasileira Dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM); e ADI nº 6783/DF, proposta pelo Conselho Federal Da Ordem Dos Advogados Do Brasil.

Ambas as ADIs, de relatoria do Ministro Luiz Fux, encontram-se aguardando julgamento. No parecer da Procuradoria-Geral da República, juntada à ADI nº 6783/DF, Dr. Augusto Aras, opinou pela procedência parcial do pedido, para declarar a inconstitucionalidade parcial, “tão somente para afastar a limitação de quinze anos de reclusão como pressuposto para a possibilidade de cumprimento imediato das penas privativas de liberdade impostas pelo Tribunal do Júri.”

Como o RE 1.235.340/SC foi recebido pelo procedimento de repercussão geral, a decisão proferida no recurso terá aplicabilidade em todas as demais ações com questão idêntica. Assim, as ADIs retro mencionadas perderiam o seu objeto.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos limites propostos por esta pesquisa, foi confirmado que o legislador, em inobservância à Constituição Federal de 1988, acabou por criar uma norma inconstitucional, promovendo embaraços ao exercício do direito do acusado de ter presumida a sua inocência, tratando-o como um réu condenado, **já na primeira instância**, antes do trânsito em julgado da sentença.

O princípio da presunção de inocência reflete o Estado Democrático de Direito. Negar esse direito ao acusado é ferir diretamente a Carta Magna. Essa garantia tanto está prevista na norma interna como também nos tratados internacionais que foram recepcionados pelo Brasil. Verifica-se, portanto, que o Brasil se comprometeu duplamente com o princípio da presunção de inocência.

No que se refere ao princípio da soberania dos veredictos assegurado na Carta Política, *vênia* aos que perfilham visão oposta, o entendimento mais acertado pertence aos doutrinadores Cezar Roberto Bitencourt, José Frederico Marques, Walfredo Cunha Campos, Lênio Luiz Streck, bem como do jurista Ministro Celso de Mello, os quais defendem que tal princípio não deve ser interpretado no sentido de que a sentença proferida pelo Tribunal do Júri esgota a discussão probatória contra o acusado para fins de justificar a execução da pena antes do trânsito em julgado da sentença.

Observou-se também que a Corte Suprema ainda se divide acerca da matéria, alterando reiteradas vezes a jurisprudência, provocando imprevisibilidade e, conseqüente, insegurança jurídica para o jurisdicionado. É preciso destacar que uma das competências do STF é guardar a Constituição, com fulcro no art. 102, da CF/88. Portanto, se um direito está previsto no texto constitucional, o STF tem o dever de assegurar que o exercício do direito seja respeitado.

Por isso, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6735/DF e 6783/DF, que versam sobre a colisão entre o art. 492, I, “e”, do Pacote Anticrime e a Constituição brasileira, devem ser julgadas para declarar a inconstitucionalidade da lei federal, tendo em vista que a norma infraconstitucional não supera o crivo da Constituição Federal.

## REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, Cezar R. *Tratado de Direito Penal 1 - Parte Geral*. São Paulo: Editora Saraiva, 2021, 26ª edição. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590333/>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- BITENCOURT, Cezar R. *Reforma Penal sob a Ótica da Lei Anticrime (Lei n. 13.964/2019)*. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555591231/>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 05 jun. 2022.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941*. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm). Acesso em: 05 jun. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019*. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm#:~:text=Na%20hip%C3%B3tese%20de%20condena%C3%A7%C3%A3o%20por,com%20o%20seu%20rendimento%20l%C3%ADcito](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm#:~:text=Na%20hip%C3%B3tese%20de%20condena%C3%A7%C3%A3o%20por,com%20o%20seu%20rendimento%20l%C3%ADcito). Acesso em: 05 jun. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *RE 1235340/SC Tema 1068 - Constitucionalidade da execução imediata de pena aplicada pelo Tribunal do Júri*. Repercussão Geral no RE 1235340 em que se discute, à luz do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea c, da Constituição Federal, se a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de pena imposta pelo Conselho de Sentença. Recorrente: Procurador-Geral de Justiça Do Estado de Santa Catarina. Recorrido: J. F. S. Relator: Min. Roberto Barroso. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5776893&numeroProcesso=1235340&classeProcesso=RE&numeroTema=1068>. Acesso em 12 nov. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.783*. Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público. Controle de Constitucionalidade. Direito Processual Penal. Execução Penal. Execução Penal Provisória. Cabimento. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6145339>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus 163.814 Minas Gerais*. Impetrante: Flavio Henrique Unes Pereira e outros. Impetrado: relator do HC nº 452.478 do Superior Tribunal de Justiça. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicado no DJE 17/08/2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344022545&ext=.pdf>. Acesso em 12 nov. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus 174.759 Ceará*. Impetrante: Oseas de Sousa Rodrigues Filho. Impetrado: Relator do HC nº 528.469 do Superior Tribunal de Justiça Relator: Min. Celso de Mello. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5756267>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral: origens, inovações e sua aplicação ao Supremo Tribunal Federal*. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <https://ead.stf.jus.br/>. Acesso em 10 nov. 2022.
- CAMPOS, Walfredo Cunha. *Tribunal do Júri: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2015, 4ª edição.
- GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- LOPES JR., Aury; PINHO, Ana Claudia Bastos D.; ROSA, Alexandre Morais. *Pacote Anticrime: um ano depois*. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618453/>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- MORAES, Alexandre D. *Direitos Humanos fundamentais*. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026825/>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- NUCCI, Guilherme de S. *Curso de Direito Processual Penal*. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993627/>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- 8 STRECK, Lênio L. *Júri: pode um simples “não” levar à imediata prisão do réu?* Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-30/senso-incomum-juri-simples-nao-levar-imediata-prisao-reu>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- VASCONCELLOS, Vinicius G. *Direito ao recurso no processo penal*. São Paulo: RT, 2019.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DANTAS, Bruno. *Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores no direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

## Direitos patrimoniais decorrentes da união estável na dissolução em vida e por causa da morte<sup>1</sup>

*Patrimonial rights arising from the stable union in protection in life and because of death*

Maria Kesia Pereira Rodrigues<sup>2</sup>  
Solange Barreto Chaves<sup>3</sup>

Submetido em: 17/11/2022  
Aprovado em: 17/11/2022  
Publicado em: 18/11/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.418

### RESUMO

O presente artigo é uma análise e reflexão sobre os aspectos jurídicos em torno da união estável, verificando as mudanças mais recentes na legislação, bem como a evolução legislativa desse instituto, em especial o que se têm previsto quanto aos direitos patrimoniais em caso de dissolução em vida e em caso de morte de um dos companheiros. Nesse intuito, o trabalho adotou um método exploratório bibliográfico, focando nas previsões da Constituição Federal de 1988, do Código Civil e de processo civil, e nas leis especiais que regulamentam o assunto. A relevância desta pesquisa é evidente, tendo em vista as constantes transformações sociais, culturais e políticas experimentadas pela unidade familiar, que, pode-se dizer, teve seu conceito ampliado em diversos níveis. Somado a isso, é extremamente necessário explorar academicamente o conceito e as disposições gerais da união estável, pois prepara os estudantes para a realidade das demandas de natureza civil e familiar que estes poderão assumir futuramente no exercício da advocacia.

**Palavras-chave:** Constituição Federal de 1988; Direito Civil; Direitos patrimoniais; União estável.

### ABSTRACT

This article is an analysis and reflection on the legal aspects around the stable union, verifying the most recent changes in the legislation, as well as the legislative evolution of this institute, in particular what has been foreseen regarding the property rights in case of dissolution in life and in case of death of one of the companions. To this end, the work adopted an exploratory bibliographic method, focusing on the provisions of the Federal Constitution of 1988, the Civil Code and civil procedure, and the special laws that regulate the subject. The relevance of this research is evident, in view of the constant social, cultural and political transformations experienced by the family unit, which, it can be said, had its concept expanded on several levels. Added to this, it is extremely necessary to academically explore the concept and general provisions of the stable union, as it prepares students for the reality of civil and family demands that they may assume in the future in the practice of law.

**Keywords:** Federal Constitution of 1988; Civil right; Property rights; Stable union.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se de uma análise dos mais variados aspectos jurídicos em torno de um assunto que nos últimos tempos tem sido bastante falado: a união estável. A proposta é compreender o conceito desse instituto e apresentar suas modalidades de divórcio/dissolução previstas e suas disposições gerais no Código Civil, de Processo civil e na Constituição Federal de 1988. Em conjunto a isso, se pretendeu verificar as atualizações mais recentes na legislação quanto à procedimentos específicos sobre a união estável.

1

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Orientador(a): Prof. Solange Barreto Chaves. Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista.

<sup>2</sup> Discente do curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FASA, Vitória da Conquista - BA. E-mail: kesyarodrigues94@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Direito pela UCSAL (2022 - atual), Professora Universitária na rede de ensino Faculdades Santo Agostinho - Vitória da Conquista/BA - FASAVIC, com as disciplinas de Processo Civil, Núcleo de Práticas Jurídicas e Direito Tributário II (2021 - atual); Coordenadora do ENADE pelo Curso de direito (2022 - atual); Integrante do NDE - Núcleo de Desenvolvimento Estudantil da FASAVIC; Pós Graduada em Direito Civil e Processo Civil (2021 - 2022); Pós Graduada em Desenvolvimento Pessoal e Profissional na Docência pela FASAVIC (2021-2022); Pós-Graduada em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo pelo CERS (2018 - 2019); Graduada em Direito pela UESB (2018). E-mail: solange.chaves@vic.fasa.edu.br

As transformações sociais, culturais e morais que levaram a superação gradual de uma concepção conservadora de família, exigem do legislador uma agilidade de captação dos novos pensamentos e comportamentos em torno do que se chama de “núcleo familiar”. O Direito é feito por humanos e para humanos. Portanto, uma constante revisão sobre as formas de relação e constituição familiar é um exercício fundamental dentro da lógica do Direito, tendo em vista as expectativas da sociedade em obter dele a solução de conflitos, neste caso, os de natureza patrimonial familiar.

O reconhecimento da união estável é a compreensão de uma nova forma e perspectiva de constituição familiar. O legislador compreendeu a necessidade de estabelecer objetivamente quais direitos e deveres nascem da união estável e quais medidas legais devem ser tomadas sobre situações que, até então, eram apenas previstas e disciplinadas a respeito do casamento. Dentre essas situações, estão a hipótese da morte de um dos que compõe a união estável e a chamada dissolução em vida, e compõem o centro deste trabalho.

Sendo assim, pode-se qualificar este trabalho enquanto uma produção de cunho exploratório bibliográfico, cujo desenvolvimento ocorreu com o estabelecimento de hipóteses destrinchadas a partir da análise descritiva de conhecimentos já obtidos, constituindo uma abordagem/inferência dedutiva<sup>4</sup>.

É logicamente impossível mencionar todos os fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos que demandam do Direito uma adaptação urgente ou até sua completa transformação neste curto espaço de debate. Contudo, à título de direcionamento, reforça nesta ocasião que a pesquisa se desdobrará em analisar as a união estável enquanto uma nova modalidade de família, e, enquanto fenômeno social imprescindível para a revisão do que se tem produzido sobre direitos patrimoniais e divisão de bens originários da família.

## 2. DO INSTITUTO DA UNIÃO ESTÁVEL PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Sabe-se que décadas atrás a relação entre homens e mulheres estava muito mais submersa em conservadorismos do que se vê hoje. Isso pesava com muito mais força na vida das mulheres, frente ao pensamento e modo de vida patriarcal. Até o ano de 1977 não existia o divórcio no Brasil, foi com a Emenda Constitucional nº 9 de 27 de Junho de 1977, regulamentada pela Lei nº 6515 de 26 de dezembro de 1977, que o divórcio tornou-se possível no país.

A dissolução legal do casamento permitiu que casais, até então separados de fato, pudessem divorciar-se e casar-se novamente. Pode-se dizer que a essência da união estável já era vivida por muitos brasileiros, antes mesmo que esse conceito fosse usado, como lembra Tartuce:

A união estável ou união livre sempre foi reconhecida como um fato jurídico, seja no Direito Comparado, seja entre nós. Por certo é que hoje, a união estável assume um papel relevante como entidade familiar na sociedade brasileira, eis que muitas pessoas, principalmente das últimas gerações, têm preferido essa forma de união em detrimento do casamento. Na verdade, em um passado não tão remoto o que se via era a **união estável como alternativa para casais que estavam separados de fato e que não poderiam se casar**, eis que não se admitia no Brasil o divórcio como forma de dissolução definitiva do vínculo matrimonial. (2017, p.195, grifo nosso):

A trajetória histórica do casamento, e posteriormente, da modalidade da união estável, revela os moldes em que as famílias foram se estabelecendo tempo a tempo e a visibilidade cada vez mais forte sobre

4 “A lógica dedutiva busca analisar várias informações em busca de um único resultado, partindo-se do geral para o específico. [...] Por meio de lógica dedutiva buscamos um conhecimento gerado no passado e com base nessas informações identificamos o que é aplicável ao caso específico, ou seja, projeta-se soluções para o futuro com base no passado” (A.S.RIBEIROS, 2018, s/p).

os movimentos feministas no Brasil. O divórcio evidenciou os questionamentos que já se faziam sobre a configuração social do casamento, que, por sua vez, era (ainda o é, em certos pontos) um espaço de opressão feminina.

Pode-se afirmar que o surgimento do divórcio colaborou com a libertação de mulheres presas a casamentos protagonizados por violência, maus tratos, e traições. E, considerando a melhor das hipóteses, o divórcio trouxe liberdade aos que reconheciam que essa era a opção mais inteligente, ao invés de permanecerem casados por mera convenção. Claro que, nem sempre o divórcio ocorre em circunstâncias tranquilas, mas, de modo geral, sua instituição foi umas mais importantes no Direito de família.

Tendo refletido sobre isto, Tartuce discute o cenário que antecedeu ao reconhecimento de fato da união estável:

No caso do Brasil, a primeira norma a tratar do assunto foi o **Decreto-lei 7.036/1944**, que reconheceu a companheira como beneficiária da indenização no caso de acidente de trabalho de que foi vítima o companheiro, lei que ainda é aplicada na prática. Posteriormente, a jurisprudência passou a reconhecer direitos aos conviventes, tratados, antes da Constituição Federal de 1988, como concubinos. [...] No passado, também era comum indenizar a concubina pelos serviços domésticos prestados. No entanto, com o evoluir dos tempos, tal prática passou a ser considerada como discriminatória não só em relação à concubina, como também quanto à companheira, sendo atualmente vedada. (2017, p.195)

Em parágrafo anterior, recorda-se que o patriarcado teve e ainda tem força sobre as relações entre homens e mulheres. Este decreto acima evidencia o quão a sociedade discriminava as mulheres, presenteando os homens de toda liberdade, e naturalizando a poligamia masculina. Contudo, a Constituição Federal de 1988 é o ponto de partida para evolução desse assunto na legislação.

A união estável, enquanto nova e reconhecida modalidade de unidade familiar, é acolhida pela Constituição federal de 1988, cujo texto sustenta o princípio e dever de proteção à família em todos os âmbitos. A CF/88 discrimina em seu artigo 226, que a família é núcleo da sociedade, e que, portanto, requer atenção e proteção especial e constante do Estado, vejamos.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração. § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

O referido artigo é um desdobramento dos artigos introdutórios do texto constitucional: aqueles que se referem aos direitos fundamentais da pessoa humana. Em outro dizer, a proteção à família, é um dever e princípio do Estado Constitucional de Direito que traz consigo o pressuposto da garantia da dignidade humana em seus variados aspectos: direito à moradia, alimentação, segurança, etc.

Partindo da satisfação de todos os direitos sociais falados acima, quando se fala em proteção à família, se fala da preservação e reconhecimento de um espaço que tem um valor social gigantesco, pois é na família que se configuram as várias formas dos sujeitos exercerem sua cidadania, e, conseqüentemente, se desenvolverem individualmente e coletivamente. A família é, nada menos que o objeto de pesquisa e observação do Direito de família, é de lá que se tira conhecimento para elaboração de políticas públicas sociais.

Ao demonstrar sua íntima relação com a ideia de afetividade e solidariedade<sup>5</sup>, e, portanto, com expectativas humanas subjetivas, é comum que o Direito de família seja visto pela comunidade jurídica como um espaço delicado, e de fato o é. Mas, cabe aos legisladores e magistrados equilibrar a sensibilidade do tema

5 A solidariedade social é reconhecida como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil pelo art. 3.º, I, da CF/1988, no sentido de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Por razões óbvias, esse princípio acaba repercutindo nas relações familiares, eis que a solidariedade deve existir nesses relacionamentos pessoais (TARTURCE, 2017, p.21).

com a proteção ofertada pelo texto constitucional e pelo Direito Civil.

O Código Civil dispõe do instituto da União estável priorizando o estabelecimento dos requisitos obrigatórios para o reconhecimento de uma união estável. Vejamos.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

§ 2º As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.

O art. 1.723 teve seu texto alterado em razão do Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2011<sup>6</sup>, com o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. O fato é de extrema relevância, pois reafirma o princípio da igualdade e da liberdade dos sujeitos sobre suas formas de viver e conviver. Os artigos seguintes, 1.724 e 1.725 estabelecem ainda que:

Art. 1.724. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.

Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

A união estável se baseará sob os mesmos princípios do casamento, o que significa que esse instituto receberá não apenas a proteção legal, mas também o mesmo reconhecimento social e afetivo recebido pelo instituto do casamento. Homens e mulheres em uma união estável possuirão as mesmas condições de proteção e terão as mesmas obrigações no que diz respeito aos filhos que decorrerem dessa relação, seja em educar, seja na prestação de alimentos.

Portanto, o instituto da união estável por alguns, ainda chamado de “concubinato puro”, e terá todas as suas questões disciplinadas pelo Direito de Família. A ação de reconhecimento e dissolução da união estável seguirá as regras especiais previstas para as ações de família no novo CPC/15, em seus artigos 693 à 699 (TARTUCE, 2017).

Importante mencionar a Lei nº 8.971/94, que regulamenta a questão dos direitos dos companheiros a alimentos e à herança:

Art.1º. A companheira comprovada de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo, que com ele viva há mais de cinco anos, ou dele tenha prole, poderá valer-se do disposto na Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, enquanto não constituir nova união e desde que prove a necessidade. Parágrafo único. Igual direito e nas mesmas condições é reconhecido ao companheiro de mulher solteira, separada judicialmente, divorciada ou viúva.

2º As pessoas referidas no artigo anterior participarão da sucessão do(a) companheiro(a) nas seguintes condições:

I - o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito enquanto não constituir nova união, ao usufruto de quarta parte dos bens do de cujos, se houver filhos ou comuns;

II - o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito, enquanto não constituir nova união, ao usufruto da metade dos bens do de cujos, se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes;

III - na falta de descendentes e de ascendentes, o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito à totalidade da herança.

3º Quando os bens deixados pelo(a) autor(a) da herança resultarem de atividade em que haja colaboração do(a) companheiro, terá o sobrevivente direito à metade dos bens.

Essa disposição específica se alinha ao previsto no CC/02, no que se refere aos direitos patrimoniais e de sucessão dos envolvidos na união estável. Direitos estes que serão resguardados com a mesma importância em que ocorre no casamento. Tratar-se a sobre a equiparação desses institutos no tópico seguinte.

<sup>6</sup> Altera a redação do art. 1.723 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) para reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família; altera a redação do art. 1.726 da referida Lei para prever que a união estável poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração, produzindo efeitos a partir da data do registro do casamento (BRASIL, 2022, s/p).

## 2.1 Equiparação com o casamento para alguns efeitos

A mudança mais recente sobre o assunto foi à declaração de inconstitucionalidade<sup>7</sup> do art. 1.790 do CC/02 pelo STF, em 2017. O Supremo Tribunal Federal decidiu pela equiparação sucessória entre o casamento e a união estável (TARTUCE, 2017). Sendo assim, as regras aplicadas ao casamento acerca dos direitos sucessórios, são aplicadas na união estável.

A união estável está bem definida e assentada no Código Civil, e vigilante as últimas interpretações oriundas das jurisprudências. O novo CPC também contribui com a proposta de equiparação entre os institutos do casamento e da união estável. Processo Civil equiparou a união estável ao casamento para determinados fins processuais.

Dentre elas, está o artigo 144, do CPC, que impedia atuação do Juiz em demandas onde uma das partes fosse seu cônjuge ou parente do seu cônjuge até em terceiro grau. Essa determinação passou a ser aplicada também na união estável. Apesar de serem institutos distintos, o legislador atua para que ambos sejam alcançados equitativamente, e ainda, abre a possibilidade da união ser convertida em casamento.

O Código civil brasileiro prevê a possibilidade de a união estável ser convertida em casamento, se este for o desejo dos companheiros/conviventes. Esse procedimento deve ser solicitado em Cartório de Registro civil de pessoas naturais, conforme a lei de registros naturais. Estando os envolvidos certos desta decisão, o procedimento ocorre da seguinte maneira:

Art. 70-A [...] § 1º Recebido o requerimento, será iniciado o processo de habilitação sob o mesmo rito previsto para o casamento, e deverá constar dos proclamas que se trata de conversão de união estável em casamento.

§ 2º Em caso de requerimento de conversão de união estável por mandato, a procuração deverá ser pública e com prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Se estiver em termos o pedido, será lavrado o assento da conversão da união estável em casamento, independentemente de autorização judicial, prescindindo o ato da celebração do matrimônio.

§ 4º O assento da conversão da união estável em casamento será lavrado no Livro B, sem a indicação da data e das testemunhas da celebração, do nome do presidente do ato e das assinaturas dos companheiros e das testemunhas, anotando-se no respectivo termo que se trata de conversão de união estável em casamento.

§ 5º **A conversão da união estável dependerá da superação dos impedimentos legais para o casamento, sujeitando-se à adoção do regime patrimonial de bens, na forma dos preceitos da lei civil.**

§ 6º Não constará do assento de casamento convertido a partir da união estável a data do início ou o período de duração desta, salvo no caso de prévio procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil.

§ 7º Se estiver em termos o pedido, o falecimento da parte no curso do processo de habilitação não impedirá a lavratura do assento de conversão **de união estável em casamento.** (grifo nosso)

Importante destacar que a conversão da união estável em casamento requer os mesmos requisitos atendidos pelos interessados no momento da formalização da união estável. Obviamente, qualquer irregularidade na formalização da união estável é o primeiro obstáculo para sua conversão em casamento. Conforme a Lei de Sistema de Registros públicos (2022), no caso de falecimento durante o processo, não haverá impedimentos para a conclusão da conversão da união estável em casamento.

5

Sobre este último ponto, o companheiro vivo bem como os filhos herdeiros não será prejudicado no que disser respeito aos seus direitos sucessórios e patrimoniais. Se assim não fosse, o legislador estaria atropelando um princípio constitucional, o de garantir a sobrevivência dos que ficaram, e que, por ventura dependiam do falecido ou que colaboraram com o a aquisição do patrimônio familiar. Essa medida é des-

<sup>7</sup> Recurso Extraordinário 878.694/MG do Supremo Tribunal Federal, pelo Relator e Ministro Luís Roberto Barroso (TARTUCE, 2017).

dobramento do que a Constituição prevê enquanto deveres do Estado, dentre eles, a garantia da moradia, da alimentação, segurança e, como já falado, o preservação a família em todas as suas formas.

## 2.2 Da constituição da União estável por cartório

A formalização da união estável é simples, o casal pode comparecer ao Cartório de Registro público de pessoas naturais com declaração<sup>8</sup> de união estável ou um contrato particular com presença e assinatura de duas testemunhas. Esse procedimento não requer obrigatoriamente a presença de um advogado. Contudo, em meio à dúvidas, é natural que muitos casais prefiram contratar um profissional para constituição da união estável.

O contrato particular contém as mesmas cláusulas presentes na certidão de união estável, o que há de novo, é que para emitir a certidão de contrato particular é preciso que o casal tenha assinatura reconhecida em firma, não tenha impedimentos patrimoniais e apresentem duas testemunhas maiores e capazes legalmente para participar do ato (2002), consoante disposição do art. 226 da CF/88.

## 2.3 A dissolução da União Estável reconhecida e não reconhecida formalmente

O assunto é disciplinado pela Lei de Registros Públicos, pelo Código civil e o novo CPC/2015. Visto ser considerada uma unidade familiar legítima, a união estável será disciplinada dentro do âmbito do direito de família, ao contrário do que ocorreria nos casos de concubinato impuro – expressão defasada, mas ainda utilizada como referência para estabelecer as diferenças com a união estável (TARTUCE, 2017). A dissolução da união, seja ela tendo sido formalizada ou não, dependerá da existência de alguns requisitos. Os parágrafos seguintes abordarão os casos onde a dissolução não ocorrerá mediante escritura.

## 2.4 Da dissolução da União Estável perante o cartório

A recente lei nº 14.382/22 que dispõe sobre o sistema eletrônico de registros públicos, determina que o reconhecimento e a dissolução da união estável poderão ocorrer mediante escritura pública no Cartório de Registro Civil e de pessoas naturais onde os companheiros residirem ou onde tiver sido sua última residência. O art. 94, em seus parágrafos 1º, 2º e 3º, respectivamente, determinam ainda que:

§ 1º Não poderá ser promovido o registro, no Livro E, de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, exceto se separadas judicialmente ou extrajudicialmente, ou se a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.

§ 2º As sentenças estrangeiras de reconhecimento de união estável, os termos extrajudiciais, os instrumentos particulares ou escrituras públicas declaratórias de união estável, bem como os respectivos distratos, lavrados no exterior, nos quais ao menos um dos companheiros seja brasileiro, poderão ser levados a registro no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que qualquer dos companheiros tem ou tenha tido sua última residência no território nacional.

§ 3º Para fins de registro, as sentenças estrangeiras de reconhecimento de união estável, os termos extrajudiciais, os instrumentos particulares ou escrituras públicas declaratórias de união estável, bem como os respectivos distratos, lavrados no exterior, deverão ser devidamente legalizados ou apostilados e acompanhados de tradução juramentada.

Em resumo, a união estável pode ser dissolvida ou reconhecida por escritura pública, procedimento que se aplica também nos casos de partilha de bens entre os ex-companheiros, desde que respeitem os mesmos

<sup>8</sup> A declaração de união estável é um documento que oficializa relações de convivência de caráter duradouro. O documento estabelece também algumas regras a serem observadas no relacionamento, dentre elas, o regime de bens.

pressupostos exigidos nos casos de separação ou divórcio. Esse procedimento não anula a possibilidade dos envolvidos utilizarem da via judicial para resolução de conflitos oriundos da união estável.

Sobre o assunto, o CPC/2015 (2015, grifo nosso) disciplina ainda que:

Art. 732. As disposições relativas ao processo de homologação judicial de divórcio ou de separação consensuais aplicam-se, no que couber, **ao processo de homologação da extinção consensual de união estável.**

Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, **não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais**, poderão ser realizados por **escritura pública**, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731.

§ 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras [...] (grifo nosso)

Os artigos acima disciplinam acerca das etapas para dissolução amigável (consensual) entre as partes na união estável. Contudo, o procedimento ocorre de modo mais complexo quando a presença do Ministério Público é obrigatória para resguardar o interesse de menores e incapazes. A seguir, tópico particular sobre o assunto.

## 2.5 Da ação de reconhecimento e dissolução da união estável de forma judicial

A união estável poderá ser dissolvida sem delongas, quando o clima entre os ex-companheiros for amigável. A dissolução, bem como o reconhecimento, é formalizados mediante escritura. Há situações em que essa dissolução não poderá acontecer através de escritura pública, especificamente quando houver filhos menores ou incapazes, mulher gestante ou divergências entre as partes acerca da dissolução (QUEIROZ, 2020).

Nas situações especificadas a dissolução ocorrerá por via judicial para que sejam decididas questões de interesse de todos os envolvidos, as partes e os filhos decorrentes da relação. Dentre os assuntos que devam ser tratados, estão o pagamento de pensão alimentícia.<sup>9</sup> Queiroz lembra que:

[...] o direito ao pagamento de alimentos **não está restrito aos filhos**, senão porque as partes podem pretender, entre si, pagamentos a esse título – e isso normalmente ocorre quando uma das partes não mantinha vida profissional, por decisão do casal, e necessariamente depende financeiramente do outro (2020, s/p) (grifo nosso).

É muito importante que a união estável tenha sido formalizada, visto que, na ocasião de sua dissolução, o processo ocorrerá de forma mais fluída e rápida. Natural que alguns casais demorem a formalizar a dissolução visto já não se encontrarem mais no mesmo teto. Mas, o recomendável é que isso ocorra logo, assim não sofrerem os efeitos caso tenham filhos e/ou bens em comum.

## 3. DOS EFEITOS PATRIMONIAIS DECORRENTES DA UNIÃO ESTÁVEL

Tartuce (2017) concorda que o Código Civil não é muito claro quanto aos direitos patrimoniais dos companheiros da união estável, especialmente no que diz respeito ao conteúdo do art. 1.725 do CC/02: “aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens”. Apesar do que o autor considera uma falha, é possível afirmar que os efeitos patrimoniais decorrentes da constituição da união estável se assemelham aos previstos no casamento.

Vale reforçar que a lei não pretendeu igualar a união estável ao casamento, enquanto conceitos sinônimos. O casamento e a união estável são institutos distintos visto que se configuram em fatos jurídicos distintos.

O que a lei pretende é o devido reconhecimento das necessidades apresentadas por cada um desses

<sup>9</sup> O Projeto de Lei 420/22 prevê que a pensão alimentícia será de, no mínimo, 30% do salário-mínimo vigente – atualmente, esse valor seria de R\$ 363,60 –, cabendo ao juiz analisar as exceções (MACHADO, 2022, s/p).

cenários jurídicos, dedicando-se a compreender as mudanças sociais naturais ao tempo, partindo, sobretudo, do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Pois, é deste que surgem os demais deveres do Estado: proteção à maternidade, à saúde, à moradia, à segurança, à previdência, etc., e que, por sua vez, estão inseridos no contexto do desenvolvimento e preservação da família.

Tartuce (2017, p. 216) contribui de modo bastante didático acerca do conteúdo do art. 1.724 do CC/02: [...] a união estável, como entidade familiar, **traz efeitos pessoais e patrimoniais para os companheiros**, previstos no Código Civil, principalmente. [...] O primeiro desses comandos legais é o art. 1.724 do CC, antes referenciado, que consagra os deveres decorrentes da união estável impostos aos companheiros ou conviventes: a) **Dever de lealdade**, que guarda relação com o dever de fidelidade, mas que com ele não se confunde. Isso porque a fidelidade é decorrência do casamento exclusivamente. Já a lealdade é gênero do qual fidelidade é espécie. Assim, pelo senso comum, a lealdade inclui a fidelidade, mas não necessariamente, o que depende de uma opção dos companheiros. b) **Dever de respeito ao outro companheiro**, em sentido genérico. c) **Dever de mútua assistência, moral, afetiva, patrimonial e espiritual**. d) **Dever de guarda, sustento e educação dos filhos**. Observa-se que a lei civil estabelece quase que os mesmos deveres que aqueles previstos para o casamento (art. 1.566 do CC). Entretanto, não faz referência **ao dever de convivência sob o mesmo teto, que é dispensável**. Justamente por isso é que continua tendo aplicação prática a Súmula 382 do STF, amplamente aplicada pela jurisprudência. (grifo nosso)

Observa-se que o art. 1724 elenca quais condutas morais de comportamento se espera encontrar na convivência de pessoas sob o contrato de união estável. A princípio, pode-se dizer que esses deveres sejam de caráter muito subjetivo e que a lei não conseguiria verificar diretamente se há o cumprimento real destes pressupostos.

Tartuce (2017, p.199) trata desses elementos enquanto requisitos de natureza totalmente subjetiva, justificando a crença de que há “uma verdadeira cláusula geral para constituição da união estável”.

Contudo, o interessante é que, ao estabelecer esses deveres, a lei consegue estabelecer o princípio de que uma união estável só será assim reconhecida, desde que, essencialmente, laços de afeto sejam demonstráveis, visíveis àqueles em torno da relação, perceptíveis e coerentes com as ações realizadas entre o casal, que deduzem a presença de um pensamento de comunhão de interesses. A ausência de referência quanto à convivência física sob o mesmo teto, reforça ainda mais o que se tem como essência da união estável.

Percebe-se que a lei também não deixa claro acerca do dever de fidelidade, que, a princípio ocorre no casamento. Além do mais, tem aspectos da união estável que a lei não poderia alcançar. Cada casal dentro de uma união estável tem seus próprios acordos, que podem parecer permissividade à uns, e liberdade à outros.

Em se tratando objetivamente dos direitos patrimoniais, o art. 1.725 do CC/02 determina que se aplique à união estável o regime de comunhão parcial de bens, exceto no caso em que os próprios companheiros decidirem por contrato<sup>10</sup> escrito.

Outros efeitos importantes da união estável estão previstos no art. 57 da Lei de Registros públicos, vejamos.

Art. 57. A alteração posterior de nome, [...] será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei. (...)

§ 2.º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo,

<sup>10</sup> Esse contrato serve para determinar qual será o regime da união estável, afastando a comunhão parcial, não tendo o condão de interferir nas normas de cunho pessoal ou de ordem pública, como é o caso da própria caracterização da união estável. Justamente por isso é que é nulo eventual *contrato de namoro* que pretenda afastar os efeitos de uma união estável. [...] o contrato em questão pode reconhecer a existência, a validade e a eficácia de uma união estável a partir de determinado momento. Tal reconhecimento não afasta a possibilidade de se provar que a união estável já existia antes do período mencionado. Para ter validade e eficácia perante as partes, basta que o contrato de convivência tenha sido feito por instrumento particular. Aliás, a forma do ato é livre, nos termos do princípio da liberdade das formas, estabelecido pelo art. 107 do Código Civil de 2002. (TARTUCE, 2017, p. 216-217, grifos do autor).

excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

§ 3.º O juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo, 5 (cinco) anos ou existirem filhos da união.

§ 4.º O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia.

§ 5.º O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra.

§ 6.º Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça.

De modo didático, Tartuce (2017, p.238) resume os direitos decorrentes da união estável da seguinte maneira:

[...] a) Direitos e deveres similares ao casamento – art. 1.724 do CC. b) Direito à meação, aplicando-se, no que couber, as regras do regime da comunhão parcial de bens – art. 1.725 do CC. c) Conversão da união estável em casamento – art. 1.726 do CC. Alimentos – art. 1.694 do CC. d) Direitos sucessórios – o STF reconheceu, em 2016 e com sete votos, a inconstitucionalidade do art. 1.790 do CC (STF, Recurso Extraordinário 878.694/MG, Rel. Min. Luís Roberto Barroso [...]). e) Aplicação das mesmas regras processuais previstas para o casamento – Novo Código de Processo Civil, em vários artigos.

As uniões homoafetivas recebem tratamento análogo à união estável, o que torna a legislação brasileira em Direito de Família um avanço no processo de reconhecimento e proteção a todas as configurações dentro da unidade familiar. Porém isso ainda ocorre de modo tímido e lendo. Tartuce (2017, p. 236) defende que:

[...] há forte resistência no Congresso Nacional para a elaboração de uma lei que reconheça expressamente que a união homoafetiva constitui uma entidade familiar. [...] Com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, espera-se uma mudança de perspectiva a respeito da matéria no Congresso Nacional, para que não paire qualquer dúvida a respeito do reconhecimento jurídico de tais uniões.

### 3.1 Dos efeitos da dissolução em vida

A dissolução da união estável segue com o mesmo propósito da sua constituição, o de ser um procedimento simplificado. Para tanto, o Código de Processo civil, em seu capítulo X, determina as condições em que deveram se dar as ações de natureza familiar: separação, divórcio, dissolução da união estável (bem como seu reconhecimento), guarda dos filhos menores, direito de visita e filiação. Nesse sentido, completa Tartuce.

Com o intuito de agilização, a citação na ação de reconhecimento e dissolução de união estável ocorrerá com **antecedência mínima de 15 dias da data designada para a audiência (art. 695, § 2.º, do CPC/2015)**. Para que não parem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital (art. 695, § 3.º, do CPC/2015). Além disso, as partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada (art. 695, § 4.º, do CPC/2015). (TARTUCE, 2017, p. 205) (grifo nosso).

Dessa maneira, quando se tratar de interesses de menores, a dissolução se torna mais complexa, como ocorre no casamento. Não resta dúvidas da legitimidade e do alcance da lei sobre a união estável, o que pode ser muito útil para amenizar a sobrecarga de demandas de no direito de família, já que este é um recurso mais rápido e mais barato para os envolvidos.

O art. 696 do novo CPC determina que “a audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas forem necessárias para viabilizar a solução consensual. Isso sem prejuízo de provi-

dências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito”.

Seguidamente, o art. 697 do CPC/2015 dispõe que “não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum”. No caso de inviabilidade de acordo e o envolvimento de um ou mais incapazes, o CPC/2015 prevê a intervenção do Ministério público (art. 698).

Segundo Tartuce (2017) Eis que se tem mais uma situação em que a união estável é equiparada ao casamento. No caso de divórcio, também se aplica a regra acima, a convocação da presença do Ministério público nas ações de família que tiverem envolvidas interesses de incapazes. Além do mais, se os incapazes tiverem sido vítimas de abuso ou alienação parental, o juiz poderá tomar depoimento com a presença de um especialista, conforme art. 699 da CPC/2015.

### 3.2 Dos efeitos da dissolução em razão de morte

Com o falecimento de uma das partes, a (o) viúva (o) e os filhos herdeiros, estão equiparados aos direitos patrimoniais e sucessórios do cônjuge e dos filhos no casamento. Na meação<sup>11</sup>, os envolvidos discutirão o direito decorrente do casamento ou união estável, e isso dependerá do regime de bens que fora adotado.

Dessa maneira, o companheiro sobrevivente será contemplado conforme o regime de bens adotado no ato de formalização da união estável, respeitando ainda, o caso do falecido ter deixado testamento. O Código Civil traz uma previsão especial quanto a condição do companheiro sobrevivente em relação a dissolução da união estável, vejamos.

Art. 1.831. Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.

Esta disposição é de extrema importância, visto que garante a segurança e moradia do companheiro sobrevivente, que, em alguns casos, dependia financeiramente do falecido. Essa garantia reflete novamente o princípio de preservação da família enquanto base nuclear da sociedade, como previsto no texto constitucional.

## CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas neste trabalho demonstram que as disposições legais acerca da união estável são eficientes no sentido de abarcar e incluir conflitos diversos no campo do direito de família. A legislação responsável em regulamentar o a união estável está distribuída entre a CF/88, o Código civil, o código de processo civil e algumas leis específicas, sobre as quais citou-se no decorrer do texto.

Pode-se afirmar que a oficialização da união estável é um procedimento mais simplificado do que se vê no casamento. Por essa razão, a união estável tem sido uma configuração cada vez mais comum e mais adotada pelos casais. A união estável ocorre de forma mais simples, contudo, sem prejuízos aos direitos e garantias dos envolvidos. Além do mais, fica evidente que a preferência pela união estável se justifica muito por ser procedimento de custo menor do que o casamento.

Esse comportamento revela uma tendência interessante sobre os relacionamentos atuais e as formas de constituição familiar. A união estável atende aos interesses de quem a adota sem que o simplismo seja deixado de lado, e sem que os anseios com o futuro por parte dos companheiros sejam ignorados. Essas transformações decorrem de uma transição psicológica e moral que se iniciou há bastante tempo, e continua a ocorrer.

A ideia de casamento e família não perdeu seu lugar na sociedade contemporânea, as pessoas continuam a se relacionarem e agirem em direção à união, que, como já ficou demonstrado, pode ocorrer de outras maneiras, não apenas a do casamento.

11 [...] é a metade de todo o patrimônio comum de um casal, e decorre do regime de bens adotado quando do casamento ou da união estável, e é regida pelo direito de família (RIBEIRO, 2019).

## REFERÊNCIAS

A. S. RIBEIROS, Milena Regina. **A lógica dedutiva, indutiva e abdutiva**: o que isso tem a ver com as novas questões do direito e com você. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65069/a-logica-dedutiva-indutiva-e-abdutiva-o-que-isso-tem-a-ver-com-as-novas-questoes-do-direito-e-com-voce>. Acesso em 08 nov 2022.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. DF: Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao)>. Acesso em: 7 nov 2022.

BRASIL. **Lei do Senado n. 612 de 2011**. DF: Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589/pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 8.971 de 29 de dezembro de 1994**. DF: Brasília, 1994. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8971.htm)> Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil Brasileiro. DF: Brasília, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm)>. Acesso em: 7 nov. 2022;

BRASIL. **Lei 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil Brasileiro. DF: Brasília, 2002. Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)>. Acesso em 7 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 14.382, de 27 de junho de 2022**. Dispõe sobre o Sistema eletrônico de Registros Públicos. DF: Brasília, 2022. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/L14382.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14382.htm)>. Acesso em: 7 nov. 2022.

MACHADO, Ralph. **Proposta define piso de pensão alimentícia em 30% do salário mínimo**. Agência Câmara notícias. 2022. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/860735-proposta-define-piso-de-pensao-alimenticia-em-30-do-salario-minimo/>>. Acesso em: 9 nov. 2022.

QUEIROZ, Eliana. **União estável: Caracterização, dissolução e efeitos**. 2020. Disponível em: < <https://elianaqueiroz.jusbrasil.com.br/artigos/944390675/uniao-estavel-caracterizacao-dissolucao-e-efeitos>>. Acesso em 09 nov. 2022.

RIBEIRO, Geraldo Antônio. **A condição do cônjuge e do companheiro no direito sucessório**. 2019. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10348/A-condicao-do-conjuge-e-do-companheiro-no-direito-sucessorio>. Acesso em: 9 nov. 2022.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, v. 5, 12 ed., 2017.

## A inefetividade da Lei Maria da Penha a partir da adoção do delito de feminicídio: a desistência do direito brasileiro sobre a violência de gênero<sup>1</sup>

*The ineffectiveness of the Maria da Penha Law from the adoption of the crime of femicide: the withdrawal of Brazilian law on gender violence<sup>2</sup>*

Rafaela Barros Cardoso de Souza<sup>1</sup>

Submetido em: 17/11/2022

Aprovado em: 17/11/2022

Publicado em: 18/11/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.418

### RESUMO

O estudo analisa as contribuições da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio para o enfrentamento da violência contra a mulher, avaliando se nos últimos anos houve a erradicação ou redução da violência doméstica contra as mulheres cis e trans no seio familiar. Entende a violência contra as mulheres como um problema social grave que tem repercussões devastadoras na vida da vítima, dos seus ascendentes e descendentes, a despeito da sensação de impunidade do agressor. Busca analisar a importância da Lei Maria da Penha no que pese à mitigação do feminicídio. Utiliza como metodologia, o estudo qualitativo, realizando uma revisão bibliográfica dos artigos disponíveis na íntegra, em português, no período de 2012 a 2021, nas bibliotecas virtuais da Scielo e Scholar, além da doutrina e jurisprudência que tratam deste tema. Conclui-se com isso que a reincidência das agressões, bem como a sensação de impunidade, se dá, principalmente, pela subnotificação de denúncia e pelo desequilíbrio e desarmonização das ações repressivas e punitivas do agressor. Recomenda-se estudos quantitativos e qualitativos que ilustrem o quadro do feminicídio no Brasil, apontando possíveis soluções para o enfrentamento do problema no âmbito civil e penal.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha. Femicídio. Violência Doméstica.

### ABSTRACT

The study analyzes the contributions of the Maria da Penha Law and the Femicide Law to combating violence against women, assessing whether in recent years there has been the eradication or reduction of domestic violence against cis and trans women within the family. It understands violence against women as a serious social problem that has devastating repercussions on the life of the victim, their ancestors, and descendants, despite the aggressor's sense of impunity. It seeks to analyze the importance of the Maria da Penha Law in terms of mitigating femicide. It uses as a methodology, the qualitative study, carrying out a bibliographic review of the articles available in full, in Portuguese, from 2012 to 2021, in the virtual libraries of Scielo and Scholar, in addition to the doctrine and jurisprudence that deal with this topic. It concludes that the recurrence of aggression, as well as the feeling of impunity, is mainly due to the underreporting of complaints and the imbalance and disharmonization of the repressive and punitive actions of the aggressor. Quantitative and qualitative studies are recommended to illustrate the situation of femicide in Brazil, pointing out possible solutions for dealing with the problem in the civil and criminal spheres.

**Keywords:** Maria da Penha Law. Femicide. Domestic violence.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um dos problemas sociais mais recorrentes no mundo, e ocupa a 12<sup>a</sup> posição como uma das áreas prioritárias definidas na Plataforma de Beijing (IPEA, 2020) com vistas a superar as desigualdades de gênero e violência de gênero contra as mulheres. Nesse giro, analisa-se que o maior índice de violência se concentra no âmbito familiar, sendo importante a criação de mecanismos legais, programas e campanhas que mitiguem o problema, que leva ao óbito dessas vítimas, em muitos casos.

Nesse contexto, as discussões referentes à violência contra mulheres no âmbito familiar são frequentes, de forma que foi criada a Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, cujo objetivo é prevenir, punir, e erradicar essa

1 Este artigo foi Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, com requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista.

2 This article was a Course Completion Paper presented to the Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, with a partial requirement to obtain a Bachelor of Law degree. St. Augustine's College of Conquest Victory.

tipologia de violência. Além da Lei Maria da Penha, foi incluída no ordenamento jurídico brasileiro a Lei n. 13.104/2015 que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

O feminicídio, portanto, é o homicídio qualificado quando praticado por razões misóginas, e não considera as mulheres transexuais, uma vez que se concentra especialmente às mulheres e não às questões de gênero. No entanto, a Organização das Nações Unidas discute os aspectos relacionados à inclusão e caracterização dessas mulheres trans como fundamentais, já que é cada vez mais frequente esse crime no Brasil contra pessoas nessas condições.

Apesar de todo o esforço em combater e erradicar a violência contra a mulher, a justiça queda-se na vontade e coragem da mulher em levar adiante a denúncia contra o seu agressor, que neste caso, ainda é possível mitigar os problemas através do que está exposto na Lei Maria da Penha, quando não é realizada a denúncia pelo Ministério Público e as medidas legais não são tomadas contra o agressor, levando-o à reclusão.

As inúmeras tentativas legais abrem precedente para a existência de um trabalho interdisciplinar, envolvendo sociedade, profissionais da saúde (enfermeiros, psicólogos, médicos etc.), técnicos, agentes de segurança pública, juristas, ascendentes e descendentes. Nesse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão norteadora: Qual o impacto da criação do delito de feminicídio frente às medidas da Lei Maria da Penha?

O objetivo primário é analisar a importância da Lei Maria da Penha no que pese a mitigação do feminicídio. Os objetivos secundários são: a) discutir os aspectos que levaram à criação da Lei Maria da Penha; b) analisar as implicações da alteração do art. 122 do Código Penal no enfrentamento da violência contra a mulher; c) avaliar se as tentativas legais voltadas à proteção da mulher são suficientes para a mitigação dos problemas relacionados à violência de gênero.

Para o presente estudo foram consideradas as seguintes hipóteses: A lei Maria da Penha foi criada para assegurar a vida das mulheres contra violência doméstica, já a criação do delito de feminicídio trouxe o agravante para a tentativa contra sua vida, com o intuito de diminuir as estatísticas de violência e morte, no entanto, avalia-se necessário que a proteção se estenda, também, para as mulheres trans que estão na mesma condição, corrigindo uma falha do legislador e atendendo a mais esta demanda; acredita-se que o ordenamento jurídico brasileiro tenha se desgastado devido aos inúmeras denúncias de violência que são frustradas a partir do arrependimento da vítima, prejudicando o arcabouço técnico-jurídico e o fôlego dos órgãos ministeriais, além de subutilizar o serviço de segurança pública do Estado.

Para tanto, principia-se, no Capítulo I, ao tratar da história da Lei Maria da Penha, destrinchando sua origem. No Capítulo II, é abordada a história do feminicídio e sua importância. No Capítulo III, as medidas mitigatórias no que concerne à violência de gênero no Brasil. Portanto, entende-se fundamental a leitura de artigos relacionados ao tema, bem como, a análise das leis Maria da Penha e do Feminicídio na íntegra, ressaltando-se os princípios e garantias individuais e coletivas do ordenamento jurídico brasileiro.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de revisão integrativa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, através da utilização das palavras-chave: “alienação parental”, “dano moral e guarda compartilhada, através da busca de artigos científicos na base de dados, Scielo e Scholar, bem como a leitura de livros, jurisprudência, Constituição federal e Código Penal.

Como critério de inclusão serão considerados os artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, e em base de dados disponíveis na internet, gratuitamente, cujos materiais serão disponibilizados na íntegra. Serão incluídos também os estudos que propõem revisão teórica a partir de pesquisa bibliográfica e da leitura dos diplomas legais concernentes à temática em questão. Serão excluídos materiais que não estejam nas bases de dados das bibliotecas digitais, em inglês, ou não elegíveis para esse estudo, e ainda, aqueles que não atendam aos critérios de inclusão.

## 3 LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha foi criada com o intuito de estabelecer mecanismos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, a qual consta os termos no inciso VIII do art. 226 da Constituição

Federal. A lei Maria da Penha representa, na visão de Calazans e Cortes (2011), um dos mais empolgantes e interessantes exemplos de amadurecimento democrático, contando com a participação ativa de organizações não governamentais feministas, Secretaria de Política para Mulheres, academia, operadores do direito e o Congresso Nacional. A partir deles são considerados os principais impactos que a violência contra a mulher pode ocasionar.

O nome da lei foi dado em homenagem a uma mulher, enfermeira, Maria da Penha Maia Fernandes, ela sofreu violência doméstica do seu marido pelo período de seis anos, ocorrendo ainda tentativa de homicídio, sendo a primeira tentativa com arma de fogo, resultando consequências em Maria, deixando-a paraplégica e, na segunda tentativa houve eletrocussão e afogamento. Somente depois de 19 anos houve punição, ocorrendo julgamentos e sentença, totalizando o comprimento da pena em 25 anos, porém, o acusado cumpriu somente dois anos em regime fechado.

As pressões de mulheres e feministas em todo o país, principalmente após a aprovação da PL 4559/2004, foram intensas, resultando na sanção da lei em 07 de agosto de 2006 e configurando-se como uma importante vitória da sociedade. Para Meneghel (2013) os movimentos feministas se destacaram como sendo fundamentais para a elaboração e aprovação da Lei Maria da Penha, de forma que o movimento se consagrou como patrono da luta contra a violência de gênero no país.

A criação da Lei Maria da Penha foi, portanto, um marco histórico que deu maior visibilidade à questão da violência doméstica no Brasil, no entanto, a aplicação desigual no território brasileiro e as mazelas sociais a que muitas mulheres estão sujeitas, contribui com a aceitação da violência sob o risco de ter a subsistência prejudicada, sendo assim, muitas delas permitem a agressão para poder continuar mantendo a alimentação, educação e saúde de seus filhos, revelando um caráter deplorável da estrutura social do país (IPEA, 2015).

Na concepção de Cerqueira et al (2015):

A violência doméstica é a mãe de todas as violências. As vítimas não são apenas as mulheres e crianças que sofrem reiteradamente, apanham, são estupradas e eventualmente são mortas. A vítima termina sendo toda a sociedade. Além do sofrimento cotidiano, a violência doméstica reproduz e alimenta um aprendizado que geralmente não fica restrito às paredes do lar. Crianças e jovens que crescem nesse meio, muitas vezes, respondem aos conflitos cotidianos e à necessidade de autoafirmação, tão típicos da juventude, usando a linguagem aprendida, da violência. Quando tais incidentes ocasionam uma morte, uma espiral de agressões e de vinganças recíprocas envolvendo grupos de jovens gera inúmeras outras vítimas fatais, sendo que o rastro da origem de todos os problemas há muito foi apagado por uma sequência de eventos, tornando invisíveis para a sociedade as consequências do aprendizado da violência intrafamiliar.

Os autores supracitados resumem, assim, um mapa de toda a estrutura da violência na sociedade brasileira que começa no lar e se estende para as ruas, numa eterna vingança cíclica, resultado da ineficácia das leis na contenção dos abusos e agressões físicas e psíquicas a que as mulheres estão sujeitas numa relação tóxica e insalubre.

O IPEA (2020) analisa o fenômeno da violência contra a mulher, considerando a percepção da sociedade brasileira quanto à vítima e ao agressor. A pesquisa do referido instituto conclui que a maioria da população não concorda que a mulher apanha porque provoca, mas 17% da população entrevistada ainda acredita nessa hipótese, sendo destacadamente a percepção masculina, neste caso. A maioria das pessoas conhece algum homem que agrediu sua parceira (56%), revelando que há uma prevalência de homens responsáveis pelo crime de agressão em relação às mulheres que têm parceiras sexuais. Além disso, a pesquisa ainda apontou que o desconhecimento da Lei Maria da Penha e a impunidade são fatores importantes que contribuem com a prática da agressão.

Pasinato (1998 apud Meneghel, 2013, p. 693) classifica a Lei Maria da Penha em três eixos:

O primeiro trata das medidas criminais para a punição da violência, incluindo a retomada do inquérito policial, a prisão em flagrante, a restrição da representação criminal para determinados crimes e o veto para a aplicação da Lei 9099/95. No segundo eixo encontram-se as medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher, e no terceiro eixo, as medidas de prevenção e de educação, objetivando impedir a ocorrência da violência e da discriminação baseadas no gênero.

A partir dessa classificação do autor supramencionado **é possível inferir que a preocupação do dispositivo legal se preocupou em** tratar com maior severidade a punição do agressor, em proteger a vítima de possíveis retaliações e impedir a reincidência do crime e da discriminação de gênero. No entanto, a aplicação da lei está condicionada à denúncia, um tabu da sociedade brasileira e, sobretudo, da mulher vítima de violência doméstica. Observa-se no Acórdão n. 1283726/2017 que a palavra da vítima tem relevante valor no que respeita aos casos de agressão contra a mulher no seu domicílio, conforme se segue:

#### EMENTA

PENAL. LESÕES CORPORAIS E VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. AUTORIA. PENA-BASE. FRAÇÃO DE AUMENTO. Crimes de violação de domicílio e de lesão corporal, praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, comprovados pelo depoimento das vítimas, pelo laudo de exame de corpo de delito, por fotografia e pela confissão, ainda que parcial, do réu. Em crimes praticados no âmbito doméstico, a palavra da vítima assume especial relevância, máxime quando coerente e harmônica com os demais elementos de convicção.

B O Código Penal não define um critério matemático para a fixação da pena-base, prevalecendo na jurisprudência, na primeira fase da dosimetria, por estabelecer parâmetros razoáveis e proporcionais, o que aplica, para cada circunstância judicial negativa, a fração de 1/8 sobre a diferença entre as penas máxima e mínima cominadas em abstrato ao crime. Esse critério, como determina o artigo 59, inciso II, do Código Penal, fixa a quantidade da pena “dentro dos limites previstos”, que são as penas mínima e máxima cominadas em abstrato, aquilatadas as oito circunstâncias judiciais. Por isso é o mais adequado. Apelo desprovido (Acórdão 1283726, 00065208120178070010, Relator: MARIO MACHADO, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 10/9/2020, publicado no PJe: 22/9/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Cabe ressaltar que a jurisprudência é favorável à palavra da mulher vítima de violência doméstica, que constantemente sofre ameaças do parceiro, e, muitas vezes, tem como único recurso o silêncio durante a convivência familiar, mas, resguardada pela lei e sob juramento de perjúrio, revela o conteúdo dos dissabores vividos com seu cônjuge, fato que deve ser considerado no juízo concernente à questão.

#### 4 ORIGEM DO FEMINICÍDIO

A palavra “femicídio” foi usada pela primeira vez pela pesquisadora feminista Diana E. H. Russel, no primeiro Tribunal de crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, na Bélgica, na defesa de um processo sobre mortes de mulheres nos Estados Unidos e no Líbano. Diana estudava casos de violência sexual contra mulheres, definindo uma nova expressão “o assassinato intencional de mulheres ou meninas porque elas são mulheres”. A palavra femicídio começou a ser usada com frequência na América Latina depois de ocorrer uma série de assassinatos das mulheres no México, e no Brasil o termo foi ganhando espaço após a criação da Lei Maria da Penha.

As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados femicídios ou feminicídios. Na concepção de Romero (2014 apud OLIVEIRA; COSTA; SOUZA, 2015, p. 22) femicídio é todo e qualquer ato de agressão derivado da dominação de gênero, cometido contra indivíduo do sexo feminino, ocasionando sua morte. Sendo assim, o assassinato de mulheres pode ser realizado por pessoas próximas das vítimas, como namorados, maridos e/ou companheiros, outros membros da família ou por desconhecidos, nesse contexto, já há jurisprudência a favor da vítima, ainda que não seja do sexo feminino, nas seguintes condições, no Acórdão n. 1152502:

#### EMENTA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. APLICAÇÃO DA LEI 11.340/06 (MARIA DA PENHA). VÍTIMA TRANSEXUAL. APLICAÇÃO INDEPENDENTE DE ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

#### RECURSO PROVIDO.

1. Diante da alteração sexual, comportando-se a recorrido como mulher e assim assumindo seu papel na sociedade, sendo dessa forma admitida e reconhecida, a alteração do seu registro civil representa apenas mais um mecanismo de expressão e exercício pleno do gênero feminino pelo qual optou, não podendo representar um empecilho para o exercício de direitos que lhes são legalmente previstos.

3. Recurso provido. (Acórdão 1152502, 20181610013827RSE, Relator: SILVANO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 14/2/2019, publicado no DJE: 20/2/2019. p.: 179/197)

A jurisprudência entende favorável os casos de mulheres trans que assumem diante da sociedade o papel de mulheres e, também, são vítimas dos abusos e agressões dos seus parceiros, inclusive, nos casos em que há o homicídio. Vê-se, portanto, a tentativa de proteção das mulheres, em todos os aspectos, sejam elas cis ou trans, e a adaptação da legislação brasileira às necessidades dos seus cidadãos, embora, muito ainda precise

ser discutido a esse respeito.

O IPEA (2015) concluiu que os parceiros íntimos são os principais responsáveis pela morte de mulheres no Brasil, constatando-se a necessidade de se avaliar a prevenção contra a ocorrência desses crimes no seio familiar, a partir de políticas públicas e a efetivação da Lei Maria da Penha. Ocorre que a lei sozinha não consegue inibir os atos de agressão, sendo importante a participação popular, a mobilização de organizações não governamentais, criação de políticas públicas, entre outros elementos que visam a mitigação do feminicídio no país.

Segundo Oliveira, Costa e Souza (2015) o feminicídio pode ser classificado em: a) feminicídio íntimo, quando o agressor mantinha ou manteve relacionamento íntimo ou familiar com a vítima; b) feminicídio sexual, quando o agressor, apesar de não ter relação com a vítima, comete o crime após relação sexual com a vítima; c) feminicídio corporativo, quando o agressor comete o crime por motivo de disciplinamento ou vingança, crime organizado etc.; d) feminicídio infantil, quando ocorre maus tratos dos familiares que tem o dever legal de protegê-las.

Nesse sentido, é importante entender que as causas do feminicídio são diversas, sendo essencial a criação de políticas públicas que contribuam com o enfrentamento da violência contra a mulher, evitando, assim, que se chegue a casos extremos.

## 5 INEFICÁCIA DA LEI

A Lei Maria da Penha estabeleceu um parâmetro jamais visto na sociedade brasileira, fazendo com que as mulheres tivessem visibilidade diante da opressão sofrida nos lares pelos parceiros. No entanto, o objetivo da erradicação da violência contra a mulher, descrita no art. 1º, da referida lei, não foi alcançado, principalmente porque há subnotificação dessa violência, além disso, observa-se que as mulheres são submetidas a essas condições de agressão por motivos diversos e carecem de uma equipe multidisciplinar para acompanhar caso a caso.

Pode-se considerar o aumento dos casos de agressão das mulheres no Brasil a partir do Mapa da Violência (2015) que apresentou 50,3% de casos de feminicídios, com 33,2% de mulheres mortas pelos parceiros e ex-parceiros. Além disso, o crescimento da violência contra as mulheres no período da pandemia do SARS CoV-2, cresceu, devido ao isolamento social, os casos de agressão foram cada vez mais frequentes.

Nessa conjectura, acredita-se que os relacionamentos conjugais são as maiores causas de violência doméstica, no entanto, há dificuldade na aplicação da lei visto as questões emocionais que impedem a prisão dos parceiros ou, quando a justiça entende necessário apenas medidas de segurança. Dessa forma, o movimento feminista acredita que a mediação em vez da equidade e igualdade produz revitimização e reprivatização da violência de gênero, situação que pode acontecer quando se patologiza os comportamentos violentos ou se propõem apenas medidas alternativas.

Para Meneghel et al. (2013, p. 694):

A Lei Maria da Penha preconiza a criação de Juizados Especiais para a Violência Doméstica e o Ministério da Justiça tem sido grande impulsionador para a criação destes Juizados em todo ao país, além de acompanhar denúncias contra juízes que se recusam a aplicá-la ou a aplicam com distorções.

Esses impasses são frequentes, uma vez que a cultura machista entende que as mulheres devem submissão aos cônjuges ou que provocam a violência. Dessa forma, a discussão quanto ao mecanismo legal utilizado na repressão da violência é essencial, porém, é importante que os órgãos competentes e a justiça brasileira sejam mais severos com os casos reportados que incorreram na Lei Maria da Penha para que não seja necessário a aplicação da Lei do Feminicídio.

5

Esclarece-se que as vítimas de violência doméstica têm medo de retaliações após a denúncia, como de fato acontece com frequência no Brasil, a Lei Maria da Penha acabou por desempenhar um papel de reforço contra o agressor, concedendo poder à polícia de conduzir o acusado para longe da vítima e garantindo sua proteção. O desenrolar do inquérito, no entanto, a morosidade da Justiça e a dificuldade de padronização das ações voltadas ao combate da violência doméstica, são fatores relevantes para que o endurecimento da lei, como a Lei do Feminicídio, fosse possível e necessário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é um problema social recorrente no Brasil, que tem as mulheres como principais alvos do machismo estrutural que tem levado mulheres à óbito nos mais diversos municípios do país. A impunidade nos casos de agressão contra mulheres, resultam na naturalização da violência, ato contínuo, observa-se que é necessário que sejam adotadas medidas mitigatórias para conter o avanço dos casos.

Ressalte-se que a sensação de impunidade favorece o crescimento dos números de agressões contra as mulheres, além disso, sabe-se que há um limite para que a Justiça intervenha nas questões pessoais e, principalmente, na inviolabilidade do lar, no entanto, considera-se que a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio contribuíram com a diminuição dos casos.

Entende-se que a falência do sistema jurídico em lidar com a violência contra a mulher se dá, principalmente, pela falta de apoio às vítimas de violência doméstica, no sentido psicológico, social e econômico, mas, ainda, pela cultura machista que permeia todos os órgãos responsáveis pela tutela dos direitos das mulheres.

Espera-se que estudos voltados à análise da violência domésticas contra mulheres alcancem, também, as mulheres trans que sofrem dos mesmos problemas, embora as circunstâncias sejam diferentes. Recomenda-se que sejam desenvolvidas campanhas de apoio às mulheres vítimas de violência, criação de núcleos de convivência e auxílio da justiça gratuita para as vítimas de agressões, seus descendentes e ascendentes, a partir da implantação de programas e políticas públicas que contribuam com a luta contra a violência doméstica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Acórdão n. 1152502. Transexual feminina como sujeito passivo. Relator: Silvanio Barbosa dos Santos – 2ª Turma. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 20 fev., 2019. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Acórdão n. 1283726. A palavra da vítima nos crimes praticados em situação de violência doméstica contra a mulher tem especial relevo? Relevância da palavra da vítima. Relator: Mario Machado – 1ª Turma. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 22 nov., 2020. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 193, 2011.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro et al. Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. 2015.

LA BOTZ, Dan. “MÉXICO: Girl’s Murder Sad Symbol of Corporate Power, Child Labor, Female Exploitation on the Border”. In: Mexican Labor News and Analysis March 2nd, 1999.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 691-700, 2013.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. *TEMA-Revista Eletrônica de Ciências* (ISSN 2175-9553), v. 16, n. 24; 25, 2016.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2015, v. 23, n. 2 [Acessado 10 novembro 2022], pp. 533-545. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X-2015v23n2p533>>. Epub May-Aug 2015. ISSN 0104-026X. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533>.

6

RUSSELL, Diana; De Vem, Nicole Van (ed.). *Crimes Against Women: Proceedings of the International Tribunal*. 3rd ed. California: Russell Publications, 1990.

SAFFIOTI, HELEIETH I. B. Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, 1994, p. 443–61. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/24327190>. Accessed 10 nov. 2022.

## Importância da criminalização da prática de stalking na proteção ao direito da liberdade e da privacidade no âmbito digital<sup>1</sup>

*Importance of criminalising the practice of stalking in the protection of the right of freedom and privacy in the digital sphere<sup>2</sup>*

Janáina Amaral Azevedo<sup>1</sup>

Submetido em: 17/11/2022  
Aprovado em: 17/11/2022  
Publicado em: 18/11/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.430

### RESUMO

Trata o presente artigo de abordar sobre a importância da tipificação da prática de perseguição conhecida como *stalking* no Brasil, através da Lei de n. 14.132/2021 para a proteção do direito à liberdade e privacidade. Desse modo, objetivou-se analisar a proteção constitucional aos direitos de liberdade e privacidade e como a criminalização da prática de *stalking* no Brasil impacta nessa proteção. Para alcançar tal objetivo, a metodologia utilizada para a pesquisa foi o método dedutivo e revisão literária. Por se tratar um tema novo, como sua redação no código penal a utilização de periódicos e doutrina pertinente se fez essencial. Concluiu-se que o *stalking* é um crime que fere os direitos fundamentais constitucionais, tendo grande impacto na liberdade e privacidade da vítima.

**Palavras-chave:** *Stalking*. Liberdade. Privacidade. Perseguição. *Cyberstalking*.

### ABSTRACT

This article deals with the importance of typifying the practice of persecution known as *stalking* in Brazil, through Law n. 14.132/2021 for the protection of the right to liberty and privacy. In this way, the objective was to analyze the constitutional protection of the rights of freedom and privacy and how the criminalization of *stalking* in Brazil impacts on this protection. To achieve this objective, the methodology used for the research was the deductive method and literary review. Because it is a new topic, as its wording in the penal code, the use of periodicals and relevant doctrine became essential. It was concluded that *stalking* is a crime that violates fundamental constitutional rights, having a great impact on the victim's freedom and privacy.

**Keywords:** *Stalking*. Freedom. Privacy. Persecution. *Cyberstalking*

## 1. INTRODUÇÃO

Caracterizada por ocorrer de forma reiterada e costumaz, a conduta de perseguição insidiosa, comumente chamada de *stalking* deve ser entendida como um comportamento doentio e criminoso. Uma pessoa pode perseguir a outra por diversos motivos, que vão desde uma admiração exagerada, inveja, amor, ódio, rejeição e obviamente uma obsessão. Independente da motivação que o criminoso possua, não justifica a prática de atos quem tolhem a liberdade e privacidade da vítima, e que firam sua dignidade humana, trazendo prejuízos físicos e psicológicos. Mesmo que o ato de *stalkear* se revele como uma prática de perseguição, principalmente em redes sociais, por conta de admiração, curiosidade, e até mesmo interesse amoroso ou ciúmes.

Não se trata de um comportamento recente, ao contrário, é uma prática antiga que nos acompanha desde o início dos tempos, porém, nos tempos atuais tem trazido grande preocupação no mundo todo, em destaque quando praticado na modalidade de *cyberstalking* que no ambiente virtual encontra terreno fértil para atuar, visto que é possível ter acesso a diversas informações pessoais e se esconder atrás do anonimato para investir na prática criminosa.

É importante ressaltar que a prática de *stalking* vai muito além de um mero dissabor e um incômodo eventual, a criminalização se trata da prática de perseguição reiterada que pode culminar em atos bem mais severos e, por isso, a conduta já é considerada crime em muitos países. Seguindo essa tendência mundial, no Brasil o *stalking* passou a ser visto como crime de perseguição a partir da Lei n. 14.132/2021, ao compreender-se que se trata de um ato que pode ser consumado pelos mais diferentes meios de abordagem e que é possível se valer das mais diversificadas táticas de perseguição, constringendo a integridade, física, psíquica e moral da pessoa alvo.

O presente artigo tem como intuito averiguar a importância da criminalização da prática de *stalking* na proteção ao direito da liberdade e da privacidade no âmbito digital no Brasil, por meio da Lei nº 14.132/21, indicando seu impacto no ordenamento jurídico e na proteção aos direitos de liberdade e privacidade.

<sup>1</sup>Este artigo foi apresentado à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Orientador(a): Prof. Me. Denis Márcio Jesus Oliveira. Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista.

<sup>2</sup>This article was presented to the St. Augustine College of Vitória da Conquista, as a partial requirement to obtain a Bachelor of Law degree. Advisor: Prof. Me. Denis Márcio Jesus Oliveira. St. Augustine's College of Conquest Victory.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa pautada no método dedutivo, desenvolvida por meio de revisão literária, foram realizadas buscas em livros, revistas de Direito, bem como nas principais plataformas digitais disponíveis considerando o fato de se tratar de tema relevante no cenário jurídico penal. Desse modo, o caminho metodológico delineado seguiu com a busca de informações na doutrina; em artigos e periódicos publicados recentemente em base de dados especializados e, na legislação atual que trata o tema a partir do entendimento doutrinário, foi realizado o estudo da Lei nº 14.132/21, que criminaliza o *stalking* no Brasil, com o intuito de identificar sua adequação ao combate à perseguição reiterada, oferecendo, assim, maior proteção aos direitos de liberdade e privacidade.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a evolução dos meios de comunicação, em conjunto com a globalização da informação e dados em escala gigantesca, aliado ao fácil acesso de informações pessoais de terceiros, contribuem para que práticas antigas se tornassem cada vez mais preocupantes quando se pretende proteger a privacidade, a tranquilidade e até a honra das pessoas.

Disto isto, é sabido que o direito fundamental à vida privada se consolida em suma importância no que tange ao próprio desenvolvimento humano. No entanto o direito à vida privada, vem a tempos sofrendo ameaças, que na atualidade ganharam intensidade e se mostram mais comuns e devastadoras, diante dos avanços tecnológicos. Nesse cenário de violação, existe a prática do *stalking*, ação na qual o agente persegue sua vítima, de forma reiterada ou contínua, como o intuito de causar medo e atentar contra sua integridade psicológica ou física, além de invadir sua privacidade. Todavia, esta perseguição até meados de 2021 não era crime no Brasil, apenas punia-se como contravenção penal.

Damásio (2008) sendo um dos precursores nacionais sobre o tema, já conceituava a prática de *stalking* como:

“*Stalking* é uma forma de violência na qual o sujeito ativo invade a esfera de privacidade da vítima, repetindo incessantemente a mesma ação por maneiras e atos variados, empregando táticas e meios diversos: ligações nos telefones celular, residencial ou comercial, mensagens amorosas, telegramas, ramalhetes de flores, presentes não solicitados, assinaturas de revistas indesejáveis, recados em faixas afixadas nas proximidades da residência da vítima, permanência na saída da escola ou trabalho, espera de sua passagem por determinado lugar, frequência no mesmo local de lazer, em supermercados etc. O *stalker*, às vezes, espalha boatos sobre a conduta profissional ou moral da vítima, divulga que é portadora de um mal grave, que foi demitida do emprego, que fugiu, que está vendendo sua residência, que perdeu dinheiro no jogo, que é procurada pela polícia etc. Vai ganhando, com isso, poder psicológico sobre o sujeito passivo, como se fosse o controlador geral dos seus movimentos”.

No que tange os diversos meios e comportamentos que são utilizados para praticar o *stalking*, é de grande atenção a praticada através de meios eletrônicos, conhecida como *cyberstalking*. A facilidade do acesso à internet e redes sociais, que é fornecido através do desenvolvimento dos meios de comunicação, favorecera os perseguidores.

Segundo Gomes (2016), são exemplos de *cyberstalking* as condutas de invasão no computador da vítima, intromissão nas suas contas de endereço eletrônico, redes sociais, tentativas de contato virtual, envio de mensagens obscenas e o compartilhamento online de conteúdos íntimos ou manipulados da vítima. Infelizmente o anonimato fornecido na seara digital, tornam os indivíduos ainda mais ousados e com tendências e serem perigosos fora do mundo virtual.

Pereira (2014, p.33), reitera que, “as estratégias utilizadas pelo *cyberstalker* baseiam-se no uso da Internet, para encontrar o seu alvo, identificá-lo e localizá-lo geograficamente”.

Apesar da utilização das tecnologias proporcionarem benefícios, com eles vieram as ameaças à liberdade e privacidade dos indivíduos, uma vez que a vida privada se torna imensamente exposta.

Dentro desse cenário, devemos inserir a recente criminalização do *stalking* no Brasil, através da Lei nº 14.132/2021, que acrescentou o art. 147-A ao Código Penal e realizou a revogação do art. 65 da Lei nº 3.688 de 1941 (BRASIL, 2021). Sendo assim, se antes a perseguição reiterada, era prevista como mera contravenção penal, agora passa a ser considerada crime, com pena é de reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, e se o crime for praticado contra mulher, por razões da condição de sexo feminino, contra criança, adolescente ou idoso ou, ainda, mediante concurso de pessoas poderá a pena ser aumentada de metade.

A criminalização da prática do *stalking* no Brasil ocorreu em consonância com a preocupação mundial com o tema, uma vez que diversos países já criminalizaram a prática, sendo eles, os Estados Unidos, Alemanha, Itália, Áustria, Canadá, Austrália e Reino Unido, que já punem a conduta insidiosa.

## 4 DIREITOS DE LIBERDADE E PRIVACIDADE E A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL

A nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representou um avanço significativo

em relação à proteção e defesa dos direitos fundamentais do indivíduo, ao adotar como fundamentos a dignidade da pessoa humana, conforme expresso em seu artigo 1º, inciso III. (BRASIL, 1988).

Nessa linha de pensamento, a Constituição Federal Brasileira de 1988, ao realizar a tutela sobre a proteção dos direitos fundamentais, reconhece a importância essencial da dignidade humana, sendo esse o ponto inicial das demais garantias.

Dentro dos direitos sustentados pela legislação brasileira, a liberdade e privacidade devem ser analisados sob uma ótica mais detalhada, visto que tais direitos adquiriram uma grande vulnerabilidade dentro da atual sociedade que está em massa no mundo digital.

O ordenamento jurídico brasileiro assim como em outras legislações estrangeiras, prevê o direito à privacidade. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, traz a proteção de direitos fundamentais, sendo eles: privacidade e intimidade, ambos previstos no artigo 5º, X, *in verbis*:

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (BRASIL, 1988).

A doutrinadora Maria Helena Diniz conceitua que:

A privacidade não se confunde com a intimidade, mas esta pode incluir-se naquela. Por isso a tratamos de modo diverso, apesar de a privacidade voltar-se a aspectos externos da existência humana – como recolhimento na própria residência sem ser molestado, escolha do modo de viver, hábitos, comunicação via epistolar ou telefônica etc. E a intimidade diz respeito a aspectos internos do viver da pessoa, como segredo pessoal, relacionamento amoroso, situação de pudor etc. (DINIZ, 2013, p. 136)

Em consonância com o discurso de Maria Helena Diniz, o doutrinador Gilberto Haddad Jabur traz o seguinte ensinamento:

O direito à privacidade decorre do direito à liberdade, na medida em que o primeiro abriga o direito à quietude, à paz interior, à solidão e ao isolamento contra a curiosidade pública, em relação a tudo o quanto possa interessar à pessoa, impedindo que se desnude sua vida particular; enquanto o segundo resguarda o direito a uma livre escolha daquilo que o indivíduo pretende ou não expor para terceiros, protegendo o seu círculo restrito da forma como lhe aprouver. (JABUR, 2000, p. 260)

Dito isto, pode-se afirmar que o direito à privacidade faz referência à relação do indivíduo com a sociedade em seu isolamento social, paz interior, etc.

Segundo Bittar (2014), por serem cada vez mais necessários e indispensáveis no dia a dia e na vida das pessoas, os meios tecnológicos as deixam expostas a riscos, uma vez que as informações pessoais estão facilmente disponíveis para acesso, podendo ser divulgadas e utilizadas de forma indevida. Não é raro que o indivíduo possua uma grande exposição da sua vida íntima, no entanto, isso não significa que há autorização automática para a utilização dessas informações, principalmente para fins ilícitos. Amiky (2014) aponta que, “o fato de certas informações e imagens serem divulgadas pela própria pessoa e/ou pelo núcleo familiar não lhes tira a proteção da privacidade, nem mesmo autoriza, obviamente que tais informações sejam utilizadas para fins ilícitos ou criminosos”.

O fato desse tipo de perseguição se caracterizar pela permanência do tempo, ou seja, de forma reiterada e duradoura, significando que durante esse período a vítima tem seu direito à liberdade e a privacidade feridos. Direitos estes que, como já explanado, são garantidos constitucionalmente.

O caput do artigo 5º A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 proclama:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

O citado artigo aponta a liberdade como prerrogativa essencial do Estado democrático de direito. Dessa forma, não é permitida qualquer ação de terceiros que tire a liberdade de outrem. É importante ressaltar que apesar da liberdade, assim como todos os demais direitos fundamentais, seja relativa, tal relatividade é delimitada somente pelo Estado, a partir dos princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade. Sendo assim, o poder de tutelar todos os bens jurídicos primordiais para o convívio social, e entre eles está a liberdade, é de competência exclusiva do Estado, que visa sempre priorizar o que for mais relevante, conforme o caso concreto e respeitando os aspectos democráticos da sociedade.

3

O Código Penal, no artigo 146, na parte especial do Decreto-Lei 2.848/1940, tipifica toda e qualquer ação de terceiros que atente contra a liberdade individual, conforme está previsto:

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Ainda que em um primeiro momento o *stalking* e ou *cyberstalking*, não opte pelo uso de violência ou de grave ameaça, sem dúvidas a tentativa incessante de comunicação, a vigilância e à espreita insidiosa e reiterada, tiram a autodeterminação individual, ou seja, sua liberdade e autonomia para convívio social. Muitas

vezes são gerados danos irreparáveis a saúde e integridade psíquica da vítima, que por temer o perseguidor, mudar de endereço, local de trabalho, podendo até ficar confinando em seu próprio logradouro, de fato sendo retirada dela a capacidade de agir por si mesmo, tendo sua locomoção limitada e convívio social e expressão do pensamento, restringido, o que pode acarretar no surgimento de doenças coibindo sua capacidade de locomoção, de socialização e de expressão do pensamento, podendo gerar ansiedade e depressão.

Sendo assim, o crime de *stalking*, além de trazer consequências psíquicas e físicas ferindo a dignidade do indivíduo, ofende de forma incisiva a liberdade e privacidade das vítimas. Segundo Amiky (2014):

Se a pessoa é protegida como um todo, na sua integridade psíquico-física, e se para se desenvolver a ter uma vida digna, como almeja o ordenamento jurídico brasileiro, a pessoa precisa de saúde tanto física como psíquica, tem-se que o *stalking* atinge a pessoa humana no seu âmago, pois os danos causados são de tamanha gravidade que impedem o próprio desenvolvimento da personalidade, já que nenhum ser humano pode se desenvolver livre, plena e dignamente sob o jugo de outro.

Fica claro que, a criminalização da prática de *stalking*, surge não somente para a proteção dos direitos a liberdade e privacidade, mas também como ferramenta essencial para proteção da dignidade da pessoa humana, que é de fato o direito fundamental e princípio basilar da nossa Constituição Federal de 1988.

#### 4.1 A CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING NO BRASIL

A perseguição insidiosa tornou-se um grande problema pelo mundo devido à sua alta incidência e gravidade, por esta razão vários países saíram na frente e criaram legislações para combatê-la. Os Estados Unidos, foi o primeiro deles a se preocupar com o tema, desde os anos 1990 a prática de *stalking* já era criminalizada, e foi seguido por vários países como Alemanha, Itália, Reino Unido, entre outros. Acompanhando uma tendência mundial, a perseguição reiterada foi recentemente criminalizada no Brasil por meio da Lei nº 14.132/2021.

A lei de *stalking* é recente, com pouco mais de 1 (um) ano de vigência, em contrapartida, os casos de perseguição no país são antigos e já se faziam presentes e alguns ficaram bastante famosos devido a repercussão alcançada e, principalmente quando se trata de conhecidas na mídia.

A Lei nº 14.132/21 foi em 31 de março de 2021, inclui o artigo 147-A no Código Penal Brasileiro que torna crime a prática de perseguir alguém, “*stalking*”. Entrando em vigor no dia 1º de abril de 2021 e, após a sua publicação no Diário Oficial da União, revogou a contravenção penal de perturbação à tranquilidade que estava prevista no artigo 65 do Decreto-Lei nº 3.688/41, que era até então utilizada para punir práticas semelhantes no Brasil.

Conforme redação do art. 147-A, consta:

Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. § 1º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido: I – contra criança, adolescente ou idoso; II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código; CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING NO BRASIL 79 III – mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma. § 2º As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência. § 3º Somente se procede mediante representação.

Partindo do entendimento que a conduta reiterada é uma sucessão de práticas criminosas de perturbação a terceiro; dando atenção a expressão “qualquer meio” utilizada pelo legislador no corpo da redação dada ao artigo 147-A deixando interpretação que compreende que o crime de perseguição pode ser configurado pela utilização de diversos instrumentos, seja o contato físico, redes sociais ou até mesmo os dois (BRASIL, 2021).

Não obstante vale frisar que a conduta criminoso da prática de perseguição exige que a prática delituosa ocorra de forma obsessiva pelo sujeito.

Diante do exposto ao longo deste artigo, verifica-se que o crime pode ser cometido por vários meios, diante destes fatos, o legislador também passa a se preocupar com algumas condutas, que muitas vezes tem o início no mundo virtual (*cyberstalking*), sem a tecnologia o meio utilizado para perseguir alguém ou pela perseguição física (CRESPO, 2015).

No que tange a conduta, ela pode ser considerada como um crime comissivo, havendo movimentos positivos do agressor, praticando atos de forma direta ou indireta para ganhar espaço na vida da vítima, podendo ele se identificar ou não. Já na seara do tipo penal, existem duas hipóteses de consumação do crime, a primeira é quando as ações ameaçam a integridade física ou psicológica da vítima, havendo impedimento até mesmo da sua liberdade de ir e vir, já a segunda é a invasão ou perturbação da privacidade ou liberdade. Desta forma há a consumação do ilícito.

Em verdade, é necessário destacar conforme pontua Adriano Sousa Costa, Eduardo Fontes e Henrique Hoffmann (2021) que a conduta delituosa é “bicomum”, uma vez que o legislador não faz exigência de nenhuma qualidade especial do criminoso ou da vítima. Por fim há a possibilidade que a pena seja aumentada pela

metade caso a vítima seja criança, adolescente, idoso ou mulher.

Nos casos em que a perseguição tenha como fim práticas gravosas, como estupro, feminicídio ou homicídio, havendo comprovação que o sujeito ativo se serviu da perseguição como meio de execução dos delitos graves, como base no princípio da subsidiariedade será necessário absorver o delito de perseguição.

Se faz importante ressaltar que em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, os trâmites processuais ocorrem em consonância com a Lei 11.340/06 e, ainda, conforme a Súmula 536 do STJ, não se aplicam aos delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha os benefícios da suspensão condicional do processo e da transação penal (BRITTO; FONTAINHA, 2021).

Diante dos fatos, a criminalização da conduta de perseguição emerge no sistema de normas nacional, com a função de mudar o cenário para que a insegurança jurídica quanto à utilização da antiga contravenção penal, que punia os atos como mera perturbação da tranquilidade, seja retirada. O novo crime surge como um mecanismo de proteção às vítimas de violência doméstica e familiar, que, como mencionado, podem ser consideradas agravantes de pena.

#### 4.2 AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA TIPIFICAÇÃO PENAL DO STALKING

Como já é de conhecimento o crime de *stalking* pode ter sua prática por qualquer meio, tanto no digital quanto no meio físico. Sendo assim, o universo digital e sua utilização em grande escala, tem se tornado um meio de atuação bastante utilizando pelos criminosos, cujo alvo, na maioria das vezes, são as categorias vulneráveis, como as mulheres. Segundo Bittar (2014), o mau uso dos meios digitais, principalmente após o advento das redes sociais, é terreno fértil para a conduta delituosa, causando efeitos negativos na integridade virtual dos indivíduos.

Apresenta-se dentro desse cenário, o desafio de tutelar o direito da personalidade, com o intuito de preservar, conseqüentemente, a dignidade da pessoa humana. Sendo assim, a atuação do Direito Penal é de suma importância uma vez propicia a tutela de bens jurídicos essenciais, executando assim o cumprimento da sua função social de proteger os direitos fundamentais, conforme pontua Capez (2011), é função do Direito Penal promover a proteção dos direitos substanciais, como a vida, a liberdade e a saúde.

Com a criminalização da conduta de perseguição reiterada, a pena que antes era tratada como contravenção, agora é mais severa, fator que tem como intenção inibir a prática, visto o caráter preventivo da punição, de acordo com a teoria relativa da pena. (BRASIL, 2021). Se considerarmos o cunho preventivo da aplicação da lei penal, entende-se que quando uma conduta é tipificada, por se só já capaz de desencorajar a prática no meio social. Seguindo essa linha de pensamento, é possível concluir que a criminalização do *stalking* no Brasil, poderá provocar a redução da perseguição reiterada, como ocorreu em outros países. (SOUSA, 2020).

Vislumbra-se a possibilidade de redução da criminalidade, pois como consequência do combate a perseguição, delitos de maior gravidade, a exemplo do feminicídio, poderão ser evitados. Não obstante, grandes são as evidências de que o crime de *stalking* tem como grande parte das vítimas as mulheres, e, em muitos casos, a perseguição tem como finalidade delitos mais graves, conforme apontam os estudos realizados em diversos países. Corroborando esta afirmativa, à pesquisa *Stalking Resource Center*, aponta que 54% das vítimas de feminicídio relataram ter sofrido perseguição reiterada antes de morrerem, ou seja, o *stalking* culminou em crime mais grave. (SERRA, 2021; REIS, 2021). Nesse sentido, a preocupação de afastar delitos de maior gravidade, preservar a liberdade e a privacidade do indivíduo é uma das finalidades da Lei nº 14.132/2021 (BRASIL, 2021).

Fica claro que o crime de perseguição, sem dúvidas é uma resposta aos anseios da sociedade pós-moderna, sendo assim, ao criminalizar a conduta o legislador poderá, de fato, atender às novas demandas sociais, quando o comportamento de perseguição insidiosa, se tornou recorrente na atualidade. O zelo pela dignidade humana, é o intuito desta criminalização, visto que a perseguição reiterada é uma ofensa direta aos direitos fundamentais de liberdade e privacidade, que na grande maioria das vezes resulta também em ofensa à integridade física da vítima.

#### CONCLUSÕES

5

O crime de *stalking*, tem se tornado uma prática muito comum, com conseqüências que vão além de um mero dissabor. Como a própria redação da Lei n. 14.132/2021 destaca que a conduta reiterada é criminalizada, uma vez que traz grandes prejuízos, morais, físicos e psicológicos para as vítimas. O crime pode ser praticado por qualquer meio, por isso uma atenção maior ao âmbito digital, visto que o uso em massa das redes sociais, o acesso fácil as informações e por fim, o anonimato que a tela propicia, encorajam os criminosos em suas investidas.

Por existir uma lacuna no ordenamento jurídico, a criação da Lei n. 14.132/2021 se deu de maneira muito oportuna, como o reconhecimento que a conduta é uma ofensa a dignidade humana, trazendo grandes

consequências aos direitos de liberdade e privacidade, privando as vítimas de seu convívio social, trabalho e práticas diárias, trazendo isolamento e adoecimento psicológico, isso quando a prática não culmina em violências mais graves.

O *stalking* é sem dúvidas um crime que deve ser coibido devido aos danos causados à estrutura social das vítimas por conta de práticas de perseguição que visam tolher sua liberdade e privacidade. O desenvolvimento do presente trabalho, permite concluir a importância da criminalização da conduta de *stalking* para a preservação dos direitos de liberdade e privacidade dos indivíduos, uma vez que tipificação tende a tornar a prática cada vez mais restrita, ainda que o advento digital, facilite o acesso e acompanhamento da vida de outrem, a punição para sua prática, por meio da legislação que entrou em vigência no ano de 2021, já é uma vitória para o ordenamento jurídico penal.

## REFERÊNCIAS

AMIKY, Luciana Gerbovic. **Stalking**. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL, **Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm). Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 out. 2022.

BRITTO, Cláudia Aguiar Silva; FONTAINHA, Gabriela Araújo. **O novo crime de perseguição: Stalking**. 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal. Parte Geral**. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2011.

COSTA, Adriano Sousa; FONTES, Eduardo; HOFFMANN, Henrique. **Stalking: o crime de perseguição ameaçadora**. Revista Consultor jurídico [Internet], 2021.

CRESPO, Marcelo. **Algumas reflexões sobre o cyberstalking**. Disponível em: [http:// REVISTA DA ESMESC, v.23, n.29, p. 207-230, 2016 229 canalcienciascriminais.com.br/artigo/algumas-reflexoes-sobre-o-cyberstalking/](http://REVISTA DA ESMESC, v.23, n.29, p. 207-230, 2016 229 canalcienciascriminais.com.br/artigo/algumas-reflexoes-sobre-o-cyberstalking/) Acesso em: 03 nov. 2022.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. 31. ed. São Paulo: Saraiva: 2014. vol. 1.

GOMES, Filipa Isabel Gromicho. **O novo crime de perseguição: considerações sobre a necessidade de intervenção penal no âmbito do stalking**. 2016. 116 p. dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, COIMBRA, 2016. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41675/1/TESE%20FILIPA%20ISABEL%20GOMES%20FDUC.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

JABUR, Gilberto Haddad. **Liberdade de pensamento e direito à vida privada: conflito entre direitos da personalidade**. São Paulo: RT, 2000, p. 260.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Stalking**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/10846/stalking>, acesso em 06.08.2022.

PEREIRA, João Filipe Rodrigues. **Stalking: Análise das percepções de jovens universitários**. 2014. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Criminologia, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2014. Disponível em: [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4342/1/João Filipe Rodrigues Pereira - Projecto de Graduação 2014 \(2\).pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4342/1/João_Filipe_Rodrigues_Pereira_-_Projecto_de_Graduação_2014_(2).pdf). Acesso em: 03 out. 2022.

SERRA, Ana Paula Ribeiro; REIS, Lis. **Os reflexos da tipificação do crime de stalking no Código Penal**. Revista Consultor Jurídico, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-20/opiniao-reflexos-tipificacao-crime-stalking-cp>. Acesso em: 03 out. 2022.

6

SOUSA, Camila Santana De. **Stalking e violência de gênero: a criminalização do stalking como medida preventiva ao feminicídio**. Orientador: Prof. Dr. José Theodoro Corrêa de Carvalho. 2020. 48f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14199#:~:text=Camila%20Santana%20de.,Stalking%20e%20viol%C3%Aancia%20de%20g%C3%AAnero%3A%20a%20criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20stalking%20como,de%20Bras%C3%ADlia%2C%20Bras%C3%ADlia%2C%202020>. Acesso em: 11 nov. 2022.



## A ressocialização do preso na sociedade brasileira<sup>1</sup> *The resocialization of the prisoner in Brazilian society*

Joice Souza Lima

Submetido em: 17/11/2022  
Aprovado em: 17/11/2022  
Publicado em: 18/11/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.431

### RESUMO

Este estudo reflete sobre o sistema prisional brasileiro e a ressocialização dos presos, a situação atual nos presídios brasileiros é catastrófica, presídios e presídios estão superlotados e em péssimas condições, essa situação afeta toda a sociedade, recebendo pessoas que acabaram de sair desses locais quando entrar ou pior. Todos os cidadãos têm direito à dignidade e ao respeito, mesmo quando tenham cometido um crime. Nesse contexto, torna-se cada vez mais importante a adoção de políticas que efetivamente promovam a ressocialização dos detentos, tendo como instrumentos fundamentais a Lei de Execução Penal e seus dois eixos: a punição e a ressocialização. Caso contrário, persistirá um quadro “fictício” de miséria, resultando na reincidência e descrédito das referidas normas legais. O trabalho aqui apresentado trata da reinserção dos delinquentes na sociedade, seus aspectos positivos e negativos, e explicita a situação nas prisões além do impacto da Lei de Execução Penal sobre o tema, deve-se examinar a necessidade e a importância da reintegração dos detentos e da sociedade como forma de auxiliar na recuperação do sistema como um todo.

**Palavras-chave:** Dignidade, Reintegração, Lei de Execução Penal.

### ABSTRACT

This study reflects on the Brazilian prison system and the rehabilitation of prisoners, the current situation in Brazilian prisons is catastrophic, prisons and prisons are overcrowded and in terrible conditions, this situation affects the whole society, receiving people who have just left these places when they enter or worst. All citizens have the right to dignity and respect, even when they have committed a crime. In this context, it becomes increasingly important to adopt policies that effectively promote the resocialization of detainees, having as fundamental instruments the Penal Execution Law and its two axes: punishment and resocialization. Otherwise, a “fictitious” picture of misery will persist, resulting in the recurrence and discredit of the aforementioned legal norms. The work presented here deals with the reintegration of delinquents into society, its positive and negative aspects, and explains the situation in prisons, in addition to the impact of the Criminal Execution Law on the subject, the need and importance of the reintegration of detainees and of society as a way to assist in the recovery of the system as a whole.

**Keywords:** Dignity, Reintegration, Penal Execution Law.

## 1 INTRODUÇÃO

Respectivamente este trabalho pretendeu mostrar que atualmente a situação carcerária brasileira vem sendo muito discutida, sendo que há muito alguns falam da falência do sistema carcerário brasileiro, devido a diversos fatores que existem em nosso sistema prisional.

E para uma melhor compreensão do assunto, será delineado o conceito de punição e as teorias sobre a função da punição. Ainda é necessário fazer um breve estudo de ressocialização como finalidade do cumprimento da pena de prisão.

Indivíduos que cometem agressão ao sistema legal são julgados através do devido processo legal e condenação criminal com base em provas suficientes autoria e materialidade. A regra é uma garantia de liberdade para todos os indivíduos.

Vale ressaltar que no Brasil o objetivo é cumprir pena restritiva de liberdade reinserção do preso na sociedade. Portanto, tal indivíduo, durante execução da pena, deve ter acesso aos meios que a tornem possível a reeducação que assegura a sua adaptação à vida social no final da sua convicção.

Porém, além da violação de direitos nas prisões, ele também aponta a ineficiência do sistema de ressocialização carcerária, já que em média 90% voltam a cometer delitos.

A Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) é a mais completa do mundo, direitos estes também regulamentados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, mais especificamente em seu inciso XLIX.

Além do inciso XLIX, decorre do artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal de 1988, que diz: “não haverá crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia execução legal”. Nos questionamos o que tem acontecido com nosso sistema prisional como um todo, pois existe uma intenção real de ressocializar o apenado, mas vemos que essa missão não depende apenas do estado, é um trabalho que deve levar em consideração conta

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I do curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, com requisito parcial de avaliação. Orientador(a): Solange Barreto Chaves



a sociedade, os familiares dos presos e, sobretudo, o interesse do apenado na ressocialização.

## 2. O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

A primeira prisão existente foi inaugurada em 1850, e hoje se denomina Complexo Frei Caneca no Estado do Rio de Janeiro. Ela foi feita com base no Sistema Penitenciário de *Auburn Prison* de Nova Iorque, a qual foi construída em 1818, que era marcada pela rigidez, os presos não podiam conversar entre si, nem em momento em que estavam juntos, por isso, ficou conhecida como “Sistema silencioso”, devido a grande rigidez imposta aos presidiários, conforme pontua Mirabate (2004, p. 386).

Diante das deficiências apresentadas pelos estabelecimentos penais e a irracionalidade na forma de cumprimento da pena privativa de liberdade, a partir do século XVIII procurou-se uma nova filosofia penal, propondo-se, afinal, sistemas penitenciários que correspondessem a essas novas ideias.

Do Sistema de Filadélfia, fundado no isolamento celular absoluto do condenado, passou-se para o Sistema de *Auburn*, que preconizava o trabalho em comum em absoluto silêncio, e se chegou ao Sistema Progressivo. Consistia este, no sistema irlandês, na execução da pena em quatro estágios: o primeiro de recolhimento celular absoluto, o segundo de isolamento noturno com trabalho e estudo durante o dia, o terceiro de semiliberdade com trabalho fora da prisão e o quarto no livramento condicional. Ainda hoje o sistema progressivo é adotado em várias legislações.

Pelo contrário, devido ao descaso do sistema prisional, quando o apenado ingressa no presídio, ele é percebido pela sociedade como tendo atitudes marginais de contração e desenvolvimento de tendências criminosas, mas diante desse problema, percebemos que grande parte da culpa é suportado pela sociedade, pois existem várias formas de repressão ao infrator, não basta apenas trancar os infratores em celas como se fossem animais, e por isso é importante adequar medidas que contornem esse fato.

Portanto, para mudar essa situação, é necessário que a sociedade acabe com a ilusão de que o castigo deve ser um castigo severo e doloroso. É preciso mostrar à sociedade que existe uma função de punição onde ela será cumprida conforme o regimento legal.

Atualmente no Brasil podemos observar o maior descaso com os problemas sociais e por causa desse desprezo, o preso sai do presídio sem emprego, sem família, sem dignidade e torna-se um círculo vicioso no qual o preso não tem chance de reintegração social. Logo descobrimos que durante a prisão ou porque não dizer que o fracasso da pena de prisão não pode reabilitar ninguém, serve apenas para reforçar os valores negativos do condenado.

Destoando, portanto, das garantias são fornecidas pela Lei de Execução Penal (LEP).

Art. 25. A assistência de pós-graduação consiste em:

I - Na orientação e apoio para reintegrá-lo numa vida de liberdade

II - Em concessão

Parágrafo único: O prazo previsto no inciso II só pode ser prorrogado uma vez, se a declaração da assistente social provar que ela está tentando conseguir um emprego.

Sobre a ressocialização do preso, o autor Bittencourt afirma a reinserção social: A ressocialização do preso significa um processo comunicativo e interativo entre o indivíduo e a sociedade. Não é possível ressocializar este sem, ao mesmo tempo, questionar o conjunto normativo social no qual pretendemos integrá-lo. Caso contrário, assumiríamos erroneamente que a ordem social é perfeita, o que é no mínimo discutível.

A prisão, como pena geral, não é uma instituição antiga, e que as razões históricas para manter uma pessoa sob custódia foram, primeiramente, o desejo de ressarcir à sociedade, por meio da privação de liberdade, os danos causados por sua conduta indevida; mais tarde para forçá-la a conter seus impulsos anti-sociais, mais recentemente o propósito teórico de reabilitá-la. Atualmente, nenhum especialista entende que os centros de detenção realizam atividades de reabilitação e correccionais que lhes são atribuídas pela sociedade. O fenômeno do encarceramento ou aculturação do detento.

O potencial criminalizado do ambiente prisional condicionando uma futura carreira criminosa (fenômeno do contágio), os efeitos da estigmatização, a transferência da pena e outras características de toda a instituição impedem qualquer possibilidade de tratamento efetivo, e os números de recaídas são expressivos. Além disso, a falta de fundos, equipamentos e pessoal treinado agrava esse cenário terrível.

No mesmo sentido, o legislador comum no art. 3º da licenciatura em Direito:

Art. 3º, da LEP. Aos condenados e internados serão garantidos todos os direitos que não forem afetados pela sentença e pela lei. Um único parágrafo. Não haverá distinção racial, social, religiosa ou política. (BRASIL, Lei 7.210/84, Art. 3º)

2

A própria Constituição Federal já a declara fundamental em seu artigo 5º XLIX, dispondo acerca da garantia aos presos o respeito à sua integridade física e moral.

## 3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICAS DAS PENAS

O encetamento da punição se confunde com a origem da humanidade, ela tem a mesma função de coibir e punir a violação de regras que são estabelecidas pela sociedade ao longo do tempo. Desde o homem primitivo, punições foram aplicadas àqueles que não seguiam as regras.

Governantes usavam punições violentas como forma de controle para manter as pessoas sob o controle do medo. A punição da vingança privada foi a mais antiga da história segundo registros históricos e logo se tornou uma preocupação pública, estatal e centralizada.

A vingança de sangue pretendia expiar o ato do malfeitor através de outra ação igualmente violenta para se vingar dos clãs afetados, provocando guerras que geralmente envolviam pessoas inocentes. Com o passar do tempo, a punição tornou-se de natureza teológica com o objetivo de apaziguar as supostas divindades como forma de obter bênçãos dos deuses. Os chamados sacrifícios foram criados, cujo objetivo era evitar a ira dos deuses.

Países como China e Egito usavam punições que incluíam mutilação, amputação, flagelação e trabalho escravo. Entre os séculos VII e VI a.C. o pensamento teocrático perde espaço para o pensamento político, e leis escritas como o Código Drakon aparecem em Atenas, trazendo um equilíbrio entre o poder do Estado e a liberdade individual. Para Platão, a função da pena era mudar o indivíduo, e o penalizado seria um exemplo para os demais. Aristóteles, seu discípulo, via a caneta como um meio para atingir um objetivo moral pretendido. Com o início da Idade Média, o direito germânico dos povos bárbaros teve grande influência. A pena foi marcada pela pequena chance dada aos punidos, que tiveram que provar sua inocência, por exemplo, imersão em água fervente.

O direito Penal Canônico foi muito influente devido ao poder da Igreja Católica e foi aplicado nos tribunais civis. Tinha um caráter retributivo, mas com certo interesse em corrigir os infratores. Para o homem medieval, tudo era derivado de Deus, de modo que o castigo, além de ser um castigo pelo pecado, destinava-se a salvar a alma.

Cessare Baccaria criticou a tortura como forma de punição, que foi abolida na Europa no século 17 e hoje é um crime hediondo sob a lei brasileira. A Constituição Federal de 1988, em seus inúmeros princípios expressos e implícitos, traz garantias que proíbem a ação arbitrária do governo.

A Constituição Federal de 1988, em seus inúmeros princípios expressos e implícitos, traz garantias que proíbem a ação arbitrária do governo.

Em termos de punição, a Carta Magna introduz explicitamente os princípios da legalidade, presunção de inocência, individualização, princípio da proporcionalidade/razoabilidade e humanização. O princípio da legalidade diz: no art. 5º, II e XXXIX CRFB/88, *in verbis*:

II. Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer coisa alguma, exceto em virtude de lei  
XXXIX, “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem comissão legal prévia.

Este princípio, portanto, limita a pena em sentido objetivo, uma pessoa precisa cometer um ato ilícito previsto na lei penal, e subjetivamente, o indivíduo deve causar o resultado tipificado, ainda que culposamente, conforme dispõe o art. 19, do Código Penal: “Só o agente que o causou por culpa, pelo menos, é responsável por resultado que torne a pena particularmente severa”.

O princípio da presunção de inocência encontra-se na Constituição Federal no artigo 5º, LVII, que diz: “Ninguém se presume culpado até o trânsito em julgado de uma condenação criminal”. Portanto, paira sobre todos os indivíduos, sem culpa, até que sejam condenados por dolo ou culpa em algum crime.

O princípio da individualização da pena, baseado no art. 5º, XLV CRFB/88, bem como nos artigos 59 e 68 do CP, cada INDIVÍDUO será analisado por um juiz que levará em consideração ações, culpabilidade, personalidade e demais aspectos subjetivos do processo de condenação (dosimetria de sentença). Este princípio também se aplica a não transferência da pena de um condenado para outro. O início da proporcionalidade/adequação visa dar ao infrator uma punição justa e razoável de acordo com o crime cometido, o que não fere o disposto na Constituição Federal do Brasil e no Código Penal.

No ordenamento da justiça, seria o conceito mais antigo de punição apontar que “confere a função de restabelecer a ordem da justiça”. Na redenção do acusado, entendeu-se que “quem cumprir a pena receberá o bem”, ou seja, “se for punido com justiça, ficará melhor” e “se livrará do mal”, assim, a pena é a purificação ou a libertação que o próprio criminoso deve querer. “O terceiro conceito de punição, proteção do cidadão, mostra de uma perspectiva que a punição é: “a) um motivo ou estímulo para o comportamento do cidadão; b) uma condição física que torna o perpetrador incapaz de causar dano”.

A dignidade da pessoa humana, qualquer lei ou ato que não respeite este princípio torna-se inconstitucional e este princípio afeta todos os outros princípios declarados relativos à aplicação e aplicação da lei penal no país. O princípio do *In Dubio Pro Reo*, que estabelece que ninguém pode ser condenado se não houver provas de sua autoria de ato ilícito, e o princípio do *Non Bis in Idem*, que impede que um condenado seja punido duas vezes pelo mesmo crime.

Então nós temos, em tese, no Brasil nós temos uma das regulamentações legais mais avançadas em matéria de punição, o que impede a prática de tal ordem é a falta de recursos para implementá-la.

3

#### 4. CONCEITO DE PENA

De acordo o doutrinador Guilherme Souza Nucci escreveu em seu código penal comentado, pronuncia que:

É a sanção imposta pelo Estado, por meio de ação penal, ao criminoso como retribuição ao delito perpetrado e prevenção a novos crimes. O caráter preventivo da pena desdobra-se em dois aspectos (geral e especial), que se subdividem (positivo e negativo): a) geral negativo: significando o poder intimidativo que ela

representa a toda a sociedade, destinatária da norma penal; b) geral positivo: demonstrando e reafirmando a existência e eficiência do direito penal; c) especial negativo: significando a intimidação ao autor do delito para que não torne a agir do mesmo modo, recolhendo-o ao cárcere, quando necessário; d) especial positivo: que é a proposta de ressocialização do condenado, para que volte ao convívio social, quando finalizada a pena ou quando, por benefícios, a liberdade seja antecipada. Conforme o atual sistema normativo brasileiro, a pena não deixa de possuir todas as características expostas em sentido amplo (castigo + intimidação e reafirmação do direito penal + ressocialização): o art. 59 do Código Penal menciona que o juiz deve fixar a pena de modo a ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. (Edição 22,24 de jan de 2022.)

Diante as definições dadas por alguns dicionários jurídicos brasileiros, as penas são conceituadas como “a perda ou redução dos bens jurídicos impostas pela lei e impostas pelo judiciário a quem cometeu infração penal. No Brasil, podem ser: privação de liberdade, liberdade; restrições legais; bonito”. (SANTOS, Washington dos. *Brazilian Legal Dictionary*. Belo Horizonte, ed. Del Rey, 2001, p. 182.)

De acordo a ordem da justiça mostra como fazer variações de conceitos com base nas razões que lhes são dadas. Porque pode variar em três vertentes; Primeira Ordem da Justiça; Segunda Salvação do Réu; Terceira Proteção dos Cidadãos. No ordenamento da justiça, seria o conceito mais antigo de punição apontar que “confere a função de restabelecer a ordem da justiça”.

Na redenção do acusado, entendeu-se que “quem cumprir a pena receberá o bem”, ou seja, “se for punido com justiça, ficará melhor” e “se livrará do mal” (ibid., aliás); assim, a pena é a purificação ou a libertação que o próprio criminoso deve querer. “O terceiro conceito de punição, proteção do cidadão, mostra de uma perspectiva que a punição é: “a) um motivo ou estímulo para o comportamento do cidadão; b) uma condição física que torna o perpetrador incapaz de causar dano” “.

## 5. CLASSIFICAÇÕES DAS PENAS

### 5.1 Penas privativas de liberdade

Mesmo diante do contributo para a abolição dos castigos corporais (tortura, mutilação), a pena de prisão não correspondeu às finalidades de correção do recluso. No sistema, a privação de liberdade e seu fim representam uma verdadeira contradição. No entanto, há paz no mundo da ciência criminal, a alegação de que a punição é justificada por sua necessidade. Porque sem punição, a convivência na sociedade de hoje seria impossível. A punição é o recurso básico de que o Estado dispõe e a que recorre quando necessário para viabilizar a convivência entre os homens.

Mesmo uma pessoa comum conhece o conceito do triplo objetivo da punição: um prisioneiro é colocado em uma prisão para ser punido, intimidado e, o mais importante, executado. A diferença entre confinamento solitário e detenção é que os delitos mais graves são puníveis com prisão, enquanto a detenção é reservada para delitos menos graves.

Assim, uma pena de prisão em regime fechado, a mais severa do nosso sistema penal, pode começar a ser cumprida, o que nunca pode acontecer com uma pena de prisão. Somente em caso de descumprimento das condições impostas pelo juiz é que o condenado pode ser condenado à prisão em regime fechado pelo regime de regressão. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto (art. 33, caput, parte 1).

No regime fechado, o recluso cumpre pena de prisão (§ 87.º CP), o sujeita a trabalho diurno e a isolamento durante o período de descanso noturno (§ 34.º § 1.º CP), mas na prática este isolamento noturno com os requisitos exigidos para células individuais (art. 88 da LEP) nada mais é do que mera manifestação de vontade do legislador brasileiro. Com as prisões superlotadas, nunca será possível isolar os presos durante a calada da noite.

Em regime semiaberto, será realizado com trabalho e estudo durante o dia, em colônia agrícola ou industrial ou estabelecimento similar e colocado em celas coletivas à noite (art. 33, § 1º, b e 35 do CP). Neste regime é permitido o trabalho fora, mesmo no setor privado, ao contrário do que acontece no regime fechado. O serviço externo pode ser concedido já pelo juiz durante a própria sentença ou posteriormente pelo juiz de execução desde o início da sentença.

No regime aberto, com base na autodisciplina e no senso de responsabilidade do condenado (art. 36 caput CP), ele deve trabalhar fora do estabelecimento e sem vigilância, frequentar curso ou exercer outras atividades permitidas, pernoitar para repouso e dias de folga, folga (art.º 36.º do Código Penal), devendo provar que merece a aceitação deste regime, sem prejuízo das finalidades do cumprimento da pena sob pena de transferência para outro regime mais estrito (art.º 36.º, §2º do Código Penal).

A lei 10.792/2003 alterou a lei de execução penal, estabelecendo o chamado regime diferenciado, trata-se de um regime de disciplina carcerária especial, caracterizado por um maior isolamento do preso e maiores restrições deste com o mundo exterior. Que se aplica ao condenado definitivo quanto ao preso provisório, através de autorização judicial, como sanção como disciplinar, com o prazo máximo de 360 dias ou como medida preventiva e acautelatória para as hipóteses determinadas no art. 52§§1º e 2º da Lei de execução penal.

### 5.1.1 penas restritivas de direitos

A pena restritiva de direitos é uma sanção penal imposta em vez da privação da liberdade pessoal que consiste na supressão ou restrição de um ou mais direitos da pessoa condenada. É uma espécie de punição alternativa. Aplica-se aos crimes de menor responsabilidade, com penas mais brandas. Está relacionado com o princípio da proporcionalidade. As sanções restritivas de direitos são: segurança pecuniária, extravio de bens e valores, prestação de serviço ao público ou a entes públicos, proibições temporárias de direitos e restrições aos finais de semana, conforme disposto no art. 43, CP.

Art. 43, CP – As penas restritivas de direitos são:

- I – Prestação pecuniária;
- II – Perda de bens e valores;
- III – (vetado)
- IV – Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
- V – Interdição temporária de direitos;
- VI – Limitação de fim de semana

### 5.1.2 Requisitos para substituição

Art. 44, CP – As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

- I – Aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;
  - II – O réu não for reincidente em crime doloso;
  - III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.
- § 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

Vale ressaltar para os crimes de extorsão (§ 158 do Código Penal) e roubo (§ 157 do Código Penal), a pena não pode ser comutada. Em termos de lesão corporal, geralmente não é uma privação de liberdade julgada por uma cerimônia sumária.

## 5.2. Pena de prestação pecuniária

Consoante pontua o art. 45, § 1º, CP, a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, seus dependentes ou entidade pública ou privada com finalidade social, no valor fixado pelo juiz, no mínimo 01 (um) salário-mínimo ou superior a 360 (trezentos e sessenta) salários-mínimos. O valor pago será deduzido do valor de qualquer sentença na ação reparatória civil se os beneficiários concordarem.

Ressalta-se o Art. 17 da Lei Maria da Penha (Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada a aplicação de multa no valor da cesta básica ou outras prestações pecuniárias, bem como a substituição da pena, que significa o pagamento isolado de multa), proibição da cesta básica e benefícios pecuniários, mas pode ser, por exemplo, um benefício comunitário.

## 5.3 Pena de prestação de serviços à comunidade

A prestação de serviços ao público ou a entidades públicas é punida com pena de prisão superior a seis meses (Artigo 46.º do CP)

Art. 149 LEP: Caberá ao juiz da execução:

- I – Determinar entidade ou programa comunitário ou estadual, devidamente credenciado ou conveniado, com o qual o condenado deverá trabalhar gratuitamente de acordo com suas habilidades;
- II – Determinar a citação do condenado, informar-lhe sobre o assunto, os dias e a hora em que deverá começar a punição;
- III - alterar a forma de execução para adequar-se às mudanças ocorridas durante a jornada de trabalho.

5

Quem determina onde será aplicada a pena será o juiz de execução. Lembrando que: § 1º, Art. 149: O trabalho terá carga horária de 8 (oito) horas semanais e será realizado aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis de forma a não prejudicar a jornada normal de trabalho, em horários fixados pelo juiz;

§ 1º são atribuídas de acordo com as habilidades do condenado e devem ser executadas na proporção de uma hora de trabalho por dia de cumprimento da pena, de forma que não ponham em risco a dia normal de trabalho. à doutrina entende que § 1 Art. 1 letra 149 foi revogado pelo art. 46, §3º.

Quem fiscaliza: Art. 150 CP: A entidade beneficiária da prestação de serviços apresentará mensalmente ao juiz de execução relatório circunstanciado da atividade do condenado, bem como, a todo o tempo, notificação de falta ou infração disciplinar, a própria entidade receptora.

## 6. REABILITAÇÃO DO PRESO

Nossa constituição federal estabelece expressamente a responsabilidade do estado para com todos os cidadãos e garantem direitos e deveres fundamentais, os quais também se aplicam à população carcerária que se insere no sistema penal brasileiro. Para não violar os direitos que não foram afetados pela condenação, os apenados devem ter seus direitos preservados e passar pela integração social dentro das unidades prisionais. A necessidade de punir é certa e cabe ao Estado restabelecer a ordem, apurando os fatos e punindo os responsáveis. No entanto, essa punição deve ir além de uma simples sanção penal ou multa pecuniária, pois a punição não deve ser apenas pensada, mas também acreditada que o infrator mudará e suas novas atitudes serão diferentes de antes da prisão.

A execução penal tem por objetivo a efetivação do disposto na pena ou decisão penal, conforme disposto no artigo 1º da Lei Penal, já o artigo 10 desta lei visa a reinserção social do preso e a prevenção da reincidência por meio de assistência, educação, trabalho e disciplina. Teoricamente, o principal motivo da pena privativa de liberdade seria a recuperação do infrator para retornar à sociedade, mesmo com tais índices o Estado buscava alternativas para cumprir a função ressocializadora da pena.

Aqueles que já cumpriram a pena podem requerer ao juiz que condenou a sentença a declaração do tribunal de que as penas impostas foram cumpridas ou extintas, para garantir o sigilo dos autos do julgamento, para reabilitar esse cidadão para que ele possa viver sem restrições na sociedade. É o direito do condenado, que decorre do pressuposto de que ele é capaz de viver em sociedade.

A reabilitação pode ser pedida no prazo de dois anos a contar da data da cessação ou do cumprimento da pena, tendo em conta o período probatório de suspensão e liberdade condicional, se não for revogado.

No caso de liberdade condicional ou liberdade condicional com prazo superior a dois anos, a correção não pode ser concedida, pois uma das condições do pedido de correção é o cumprimento ou remissão da pena. Isso só pode ocorrer após o término do período de comprovação desses benefícios. No caso de múltiplas condenações, não se pode requerer a retificação de uma delas, somente após o cumprimento de todas as penas. Para concessão de reabilitação, é necessário que resida no país durante esses dois anos (art. 94 inciso II, do CP), além disso, durante esse tempo o requerente se comporte decentemente em público e em privado e que compense os danos causados por o crime ou prove a impossibilidade de fazê-lo (art. 94, inciso III).

O procedimento do pedido de reabilitação, bem como a especificação dos elementos de suporte dos requisitos, consta do CPP no artigo 743.º O pedido tem o direito de ser formulado pelo condenado, uma vez que o seu pedido é pessoal e intransmissível, e o processo termina com a sua morte, ninguém pode interferir, não transfere aos herdeiros a possibilidade de prosseguir. Ele é competente para apreciar o pedido de reabilitação do juiz de condenação e não de execução.

O indeferimento da reabilitação pode ser novamente solicitado a qualquer momento, desde que cumpra os requisitos necessários do artigo 94.º do CP. A reabilitação pode ser cancelada de ofício pelo juiz ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado como reincidente, desde que a pena não seja pecuniária (artigo 95.º CP). No que diz respeito à reincidência, é necessário que o crime ulterior não seja cometido após o prazo do artigo 64, incl. do CP. O administrador judicial após a reabilitação poderá exercer a função, função ou mandato facultativo, também readquirir o poder paterno, tutela, tutela, exceto em relação ao filho, tutela ou tutela do autor do crime. Você pode finalmente viver livremente na sociedade.

## CONCLUSÃO

Para encerrar, nos perguntamos o que está acontecendo com nosso sistema prisional devido ao número cada vez maior de presos, de quem é a culpa? A sociedade, o Estado, o preso, sua família ou todos têm sua parcela de culpa. Uma sociedade com tantos problemas como desemprego, desrespeito, drogas, crimes, desagregação familiar, desigualdade social, pobreza, pecados mortais, falta de amor ao próximo. Questões que aumentam a violência.

Pode-se dizer que não basta apenas punir os indivíduos. É preciso lançar mão de medidas importantes, para direcionar o apenado para que ele possa se reintegrar à sociedade. O Estado deve prestar total apoio a esses indivíduos para que possam retornar aos valores e princípios, retornar ao convívio familiar e, principalmente, à sociedade, e assim evitar a reincidência.

Observamos que se pode entender que atualmente o próprio Estado não dispõe de mecanismos produtivos capazes de garantir o trabalho e a profissionalização de todos os agentes presos sem o envolvimento de toda a sociedade, que tem uma parcela enorme de responsabilidade diante desse problema. Existem várias formas de reprimir os infratores porque, como foi analisado, não podemos focar apenas na reclusão como ponto primordial, cerceando o direito à liberdade, encarcerando-os em celas como se fossem animais.

Entendemos que é extremamente necessário ressocializar para não reincidência, porém nosso sistema prisional está longe de fazer ressocialização, é preciso capacitação de todos os envolvidos para que a ressocialização seja vista não só como um bem para o apenado, mas sim para a sociedade de maneira geral, vivemos uma época em que a insegurança, a violência e a criminalidade estão aumentando em nossa sociedade e é preciso acreditar que com a ressocialização conseguiremos pensar na paz social.



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução da 1ª edição: Alfredo Bosi, Revisão da tradução e tradução de novos textos: Ivone Castilho Benedetti, 5ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2007, P.749

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Versão para e-book, EbooksBrasil.com, Edição Eletrônica, Ed. RidendoCastigat Mores, 2001 – pdf. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>, acesso em: 14.11.2022, às 20h43min

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2011, P.143

BRASIL, Constituição Federal de 1988, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), acesso em: 06.08.2022, às 21h01min.

BRASIL, Lei de Execução Penal, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm), acesso em: 07.08.2022, às 14h27min.

BRASIL, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm), acesso em: 06.08.2022, à 20h55min.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. A prisão. São Paulo: Publifolha, 2002. P21

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Traduzido por Raquel Ramallete; 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999 – P.13, disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111324/mod\\_resource/content/1/Foucault\\_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111324/mod_resource/content/1/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf), acesso em: 15.11.2022, às 20h35

FRANCO, Alberto Silva. Crimes hediondos. 4. ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, P.57-58.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 4ª ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Impetus, v.1, 2011.

GRECCO, Rogério. Direito penal do equilíbrio: uma visão minimalista do direito penal. 4 ed. Niterói-RJ: Impetus, 2009, P.150

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução Penal, 11.ed. São Paulo, Atlas, 2004, P.89

MORAES, Alexandre de e SMANIO, Gianpaolo Poggio. Legislação penal especial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2006, P.162

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal brasileiro. 7ª Ed. Parte Geral. Arts. 1º a 120. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, P. 590.

SANTOS, Washington dos. Brazilian Legal Dictionary. Belo Horizonte, ed. Del Rey, 2001.

WIKCIONÁRIO, disponível em: <https://pt.wiktionary.org/wiki/pena>. acesso em: 15.11.2022, às 14h46min.

Sites:

[https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/funcao-ressocializadora-pena.htm#capitulo\\_3.3](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/funcao-ressocializadora-pena.htm#capitulo_3.3), acesso em: 14.11.2022, às 20h50min.

## A nova lei de improbidade administrativa: instrumento útil ao combate à corrupção?<sup>1</sup> *The new law of administrative misconduct: a useful instrument for combating corruption?*

Jhonatan Rolliann Chaves Fernandes<sup>2</sup>

Submetido em: 18/11/2022

Aprovado em: 18/11/2022

Publicado em: 18/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.433

### RESUMO

A ação de improbidade administrativa é o instrumento processual que tem por objetivo aplicar sanções aos agentes públicos ou terceiros que praticarem atos de improbidade administrativa. Com a nova lei, precisa da comprovação de dolo específico do gestor público no cometimento do ato. Só será tipificado o ato de improbidade administrativa nos casos que ficar comprovada a intenção do agente público em cometer a ilegalidade com o propósito de causar dano ao patrimônio público, para favorecimento a si ou a terceiros. Com a lei 14.230/21 modificou um dos principais dispositivos jurídicos de combate a corrupção a lei 8.429/92. Essa mudança exige a obrigatoriedade de dolo específico em todas as hipóteses para configurar a improbidade. A mudança não pune o agente público incompetente, mas sim o desonesto. E tal mudança trouxe divergências entre os doutrinadores e parte do poder judiciário, o presente artigo mostra alguns pontos da mudança e o contexto político para tal.

**Palavras-chave:** Improbidade. Corrupção. Constituição.

### ABSTRACT

The administrative improbity action is the procedural instrument that aims to apply sanctions to public agents or third parties who practice acts of administrative improbity. With the new law, proof of specific intent by the public manager in committing the act is required. The act of administrative improbity will only be typified in cases where the intention of the public agent to commit the illegality with the purpose of causing damage to public property, to favor himself or third parties is proven. With law 14,230/21, one of the main legal provisions to combat corruption, law 8,429/92, was modified. This change requires that specific intent be required in all cases to set up improbity. The change does not punish the incompetent public agent, but the dishonest one. And this change brought differences between scholars and part of the judiciary, this article shows some points of change and the political context for this.

**Keywords:** improbity. Corruption. Constitution.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata sobre o combate a corrupção e a nova lei de improbidade administrativa. Como objetivo geral, questiona-se se as alterações irão facilitar na impunidade do agente ímprobo e se haverá efetividade do artigo 1º, § 2º sobre a voluntariedade do agente que cometeu o dolo.

A escolha do tema foi construída a partir de audiências públicas e debates sobre a Lei 14.230/21, cujo ponto mais chamativo é o dolo eventual, em que não basta o erro, mas sim a intenção de errar. Para provar que o agente realmente quis cometer o ilícito torna-se tarefa muito difícil.

A hipótese, com a nova lei, precisa de comprovação de dolo específico do gestor público no cometimento do ato e diferenciar a espécie penal e civil da referida Lei. Só será tipificado o ato de improbidade administrativa nos casos que ficar comprovada a intenção do agente público em cometer a ilegalidade com o propósito de causar dano ao patrimônio público, para favorecimento próprio ou para terceiros.

Com o objetivo de identificar como a nova lei de improbidade enfraquece a punição do agente público que cometeu crimes contra a administração pública, compara-se a Lei 8.429/92 com a nova redação da Lei 14.230/21.

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Orientador: Prof. Rodrigo Meira. Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista.

2 Graduando em Direito pela Faculdades Santo Agostinho.

A pesquisa será desenvolvida com base nas decisões judiciais recentes na doutrina, matérias de jornais que apontam a dificuldade de apurar o dolo eventual. Decisões recentes do Supremo Tribunal Federal. Em análises de Juristas renomados, processos judiciais e consultas aos órgãos específicos.

O artigo está dividido em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, busca-se explicar o contexto político por trás da nova redação, análise de processos específicos do principal articulador da Lei no Congresso, o Presidente da Câmara dos Deputados tem interesse pessoal nessas alterações e o presente artigo mostrará quais são.

No segundo, abordar-se-ão pontos positivos e negativos das alterações o que veio para ajudar o combate a corrupção e o que veio para ajudar o agente investigado a não ser punido pelo eventual delito.

No terceiro, o tema será a retroatividade mais benéfica, de atos de improbidade ocorridos antes da alteração legislativa. Houve divergências em decisões do Supremo Tribunal Federal. Alguns ministros olharam pela visão penal e outros, pela civil. Os votos de cada Ministro sobre o tema serão analisados como fonte de discussão.

Como justificativa, tem-se no presente artigo o contexto político de alguns indivíduos que, no exercício do poder, podem afetar diretamente nossas vidas, e mostrar os benefícios e malefícios da Lei 14.230/21 e alterações prescricionais e irretroatividade da Lei de Improbidade Administrativa (LIA).

## 2 CONTEXTO POLÍTICO

A palavra improbidade deriva do latim *improbitas*, indicando má qualidade de algo. *Improbis*, mau, má qualidade. Quando se cita o agente ímprobo, não se está se referindo à sua característica desonesta, mas a sua má qualidade de administrar.

Para o jurista Matheus Carvalho (CARVALHO, 2021, p.11), a probidade é subprincípio da moralidade, no artigo 37 da Carta Magna de 1988 em seu caput menciona a improbidade como lesão ao princípio da moralidade. Improbidade não se confunde com imoralidade. O administrador ímprobo sempre irá violar o princípio da moralidade, mas seu ato ilícito não necessariamente fere o princípio da moralidade.

A Lei 8.429/92 classifica as espécies de improbidades que são: ações ou omissões que geram enriquecimento ilícito, por meio de algum cargo público; dano ao erário e atos contra os princípios da administração pública.

Em 2021 foi feito um projeto para alterar a LIA, tornando assim mais flexível do que a Lei de 1992. Durante a discussão no Senado, foi questionado o fato de aliviar atos ilícitos de agentes públicos em todo território nacional, mas também beneficiaria diretamente o principal articulador: Arthur Lira do Partido Progressista, atual Presidente da Câmara.

Acabou gerando incômodo no parlamento, pois é uma proposta “direcionada” e poderia elevar em 40% os casos de improbidade, segundo o Senador Alessandro Vieira. O Senador Randolfe Rodrigues apelidou de “in dubio, pro Lira”.

Mas por que essa desconfiança na alteração da nova Lei e interesse particular do então Presidente da Câmara? Pelo simples fato de Arthur Lira responder a dois processos por improbidade administrativa, por conta da prescrição intercorrente a nova lei poderá beneficia-lo.

Arthur Lira é réu em uma ação penal na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva. Segundo a Procuradoria Geral da República, Arthur Lira recebeu propina de R\$ 106 mil do então presidente da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) Francisco Colombo, que buscava apoio político para se manter no cargo. Os repasses teriam ocorrido em 2012.

O dinheiro foi apreendido no aeroporto de São Paulo, junto com um assessor de Lira. Ele tentou embarcar para Brasília com o valor escondido nas roupas e a passagem foi paga pelo próprio Lira.

Arthur Lira também responde por organização criminosa na segunda turma do STF, no inquérito da Lava Jato apelidado de “Quadrilhão do PP”. Supostamente ele participou em esquemas de desvios que perdurou por mais ou menos uma década, R\$ 29 bilhões da Petrobras.

Em 2007 Lira foi condenado na Operação Taturana, que apurou desvios de verbas públicas na Assembleia de Alagoas. A ação está em tramitação, no aguardo da análise do STJ, sob o risco de prescrever. Com a nova Lei, a prescrição se dará em quatro anos. No caso de Lira, desde a data da promulgação do acórdão de segunda instância, o prazo já se esgotou.<sup>3</sup> Quando a prescrição fosse reconhecida, anulará a condenação que fixa a perda das funções pública tornando inelegível.

No artigo 23 da Lei 14.230/21 trata da prescrição de oito anos contados a partir da ocorrência do fato.

<sup>3</sup> Os processos relacionam ao “quadrilhão do PP” e “Operação Taturana” do Deputado Federal Arthur Lira (PP-AL) ocorre em sigilo de justiça. Foi pedido auxílio de um advogado para consulta, mas não obteve êxito.

Caso o judiciário demore em analisar o caso, o prazo cai pela metade. O instituto da prescrição vem do princípio da segurança jurídica. Marçal Justen Filho (Op. Cit. CARVALHO 2021, p.75), diz “a segurança jurídica apresenta uma relevância ainda mais destacada relativamente à atuação estatal. Num Estado de Direito, a conduta dos agentes estatais deve ser previsível”.

### 3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA LEI 14.230/2021

A mudança mais relevante é a exigência de dolo específico para que o agente seja responsabilizado. Danos por imprudência, imperícia ou negligência não são configurados como improbidade. Para ser improbo tem que comprovar a vontade e consciência do agente, não basta só a função ou o cargo. A ação ou omissão não será punida se for divergente a interpretação da lei.

As alterações foram para garantir maior segurança jurídica para o agente público e diminuir a subjetividade das aplicações das leis por parte do poder judiciário e Ministério Público. Só é considerado improbidade o que está na listada em lei, hoje rol taxativo, antes era exemplificativo. O professor Guilherme Barcelos diz: “Grande mérito da Nova LIA, isto é, a diferenciação, de uma vez por todas, do que é uma ilegalidade e do que é um ato de improbidade, atrelado à aplicação, por força de lei, dos princípios de direito sancionador à temática da improbidade”.

Para configurar ato de improbidade administrativa é necessária a comprovação de dolo específico de lesar a administração pública. O dolo genérico é a vontade de praticar a conduta típica, sem nenhuma finalidade especial. Já o dolo específico é a vontade de praticar a conduta típica, porém com uma especial finalidade.

Com a nova LIA para configurar a conduta de improbidade o agente precisa ter consciência, vontade e finalidade, ou seja, dolo específico. O §1º do artigo 1º da Lei nº 14.230/2021 diz:

Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

Só as ações com dolo é que estão sujeitas as ações de improbidade administrativa. Os parágrafos 2º e 3º do mesmo artigo, traz o conceito de dolo:

§2º Considera-se dolo a vontade consciente e livre de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

A Lei pode enquadrar qualquer pessoa, mesmo não sendo remunerada que cause qualquer dano à administração pública e que tenha enriquecido ilicitamente, causando prejuízo ao erário não importando a esfera, podendo ser federal, estadual ou municipal.

Os cidadãos responsáveis por atos ilícitos são classificados como sujeitos ativos, que também podem variar entre adequados e inadequados: enquanto o sujeito ativo próprio é a pessoa que exerce, temporária ou permanentemente, o cargo ou função de agente público, o sujeito ativo impróprio é aquele que comete um ato impróprio sem uma função pública.

Para ser enquadrado, no entanto, deve atuar com um sujeito ativo próprio. Mais uma vez, a lei trata da necessidade de manifestação de vontade, também para equiparar os agentes públicos. As disposições da lei também se aplicam a pessoas que não sejam funcionários públicos que conscientemente induzam ou concorram para conduta imprópria, incluindo pessoas físicas e jurídicas. Outra mudança foi ampliação da responsabilidade sucessória, disposta no artigo 8º da Lei nº 14.230/21 diz:

Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Esse artigo fala da extensão das sanções patrimoniais aos herdeiros e sucessores do agente falecido. A lei conta com um capítulo específico para a dosimetria que era espaço na redação anterior. Das penas previstas está o erário, indisponibilidade dos bens e suspensão dos direitos políticos. Foi incluso o artigo 17-c, inciso IV que diz:

Considerar, para a aplicação das sanções, de forma isolada ou cumulativa:

- a) os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- b) a natureza, a gravidade e o impacto da infração cometida;
- c) a extensão do dano causado;
- d) o proveito patrimonial obtido pelo agente;
- e) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- f) a atuação do agente em minorar os prejuízos e as consequências advindas de sua conduta omissiva ou comissiva;
- g) os antecedentes do agente.

Essa redação garante a proporcionalidade da pena de ser aplicada, passa a prever a necessidade de o juiz considerar o referido artigo na fixação da sanção. Também prevê uma dosagem da pena, em caso de ofensa a administração pública, a pena poderá ser limitada a multa, sem prejudicar o ressarcimento do dano. O Magistrado poderá autorizar o parcelamento do ressarcimento em até 48 vezes, se o réu não puder quitá-la de imediato. E o prazo máximo de suspensão dos direitos políticos sobe para 14 anos, antes era 8 anos.

Nos debates sobre a improbidade administrativa presente no tema 1.199, conforme autos do processo (ARE 843989 RG, de 24/02/2022, Relator Ministro Alexandre de Moraes), o Supremo Tribunal Federal subdivide o princípio da proporcionalidade em 3 subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade *stricto sensu*. Eis a ementa:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. LEI 14.230/2021. APLICAÇÃO RETROATIVA DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O DOLO E A PRESCRIÇÃO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. 1. Revela especial relevância, na forma do art. 102, § 3º, da Constituição, a definição de eventual (IR)RETROATIVIDADE das disposições da Lei 14.230/2021, em especial, em relação: (I) A necessidade da presença do elemento subjetivo dolo para a configuração do ato de improbidade administrativa, inclusive no artigo 10 da LIA; e (II) A aplicação dos novos prazos de prescrição geral e intercorrente. 2. Repercussão geral da matéria reconhecida, nos termos do art. 1.035 do CPC.

O subprincípio da adequação é a utilização da medida adequada, para atingir o fim pretendido. O subprincípio da necessidade, trata-se de definir se realmente é necessária para atingir o fim proposto ou se existe outra alternativa mais branda para atender a esse fim. O *stricto sensu* é uma ponderação entre a intensidade do direito fundamental e a importância da realização do direito fundamental, ou seja, um equilíbrio de valores e bens.

Outra alteração é o princípio da independência das instâncias, a nova lei estabelece que a ação de improbidade administrativa seja impossibilitada em casos de absolvição criminal do acusado, já confirmada por órgão colegiado se a ação discute os mesmos fatos. Se for absolvido na esfera penal por órgão colegiado a ação de improbidade administrativa deve ser extinta da ação civil.

A nova redação ficou mais exigente no recebimento da petição inicial, como disposto em seu artigo 17, §6º:

A petição inicial observará o seguinte:

I - Deverá individualizar a conduta do réu e apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência das hipóteses dos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei e de sua autoria, salvo impossibilidade devidamente fundamentada;

II - Será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da veracidade dos fatos e do dolo imputado ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.

Essa alteração fixou critérios objetivos para o prosseguimento da ação, demandando maior esforço probatório por parte do Ministério Público.

Essas alterações são um tanto controversas, pois ela vem com a ótica de punir os agentes verdadeiramente ímprobos, com a ideia de garantir o pleno exercício da administração pública sem medo de incorrer na lei tornando-se poucos inovadores nos exercícios de sua função. Mas algumas alterações acabam parecendo carta branca para o erro, pois o artigo 12, §9º diz que “as sanções previstas neste artigo somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória”. Então não pode haver execução provisória da pena. E o artigo parágrafo 10 do mesmo artigo informa que “para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, computar-se-á retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória”.

Esse parágrafo está alinhado com a Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), que declara a inelegibilidade os agentes políticos com condenação em órgão colegiado. Totalmente incoerente com o parágrafo 9º do mesmo artigo 12. Pois haverá casos que conseguirá cumprir tal pena. Pois faz retroagir uma pena

que muitas vezes não vai ser cumprida, beneficiando o agente improbo. Para ilustrar, imagina-se um caso hipotético: suponha que, no ano de 2022 o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), *órgão colegiado de segunda instância*, tenha condenado um vereador a suspensão de direitos políticos por quatro anos. Esse vereador entra com vários recursos nas instâncias superiores, e o processo transita em julgado em 2029. Como cumprirá a pena, se no artigo 12, §10 diz que ela deveria retroagir a 2022, aplicando a pena até 2026 (quatro anos). Mas como aplicar a pena se estamos em 2029, e o vereador não estará mais exercendo seu mandato onde foi condenado.

No parágrafo 9º impede que um inocente cumpra pena antecipadamente, mas da forma de como foi disposto no § 10 tratando da retroatividade pode levar a situações em que a pena sequer será cumprida.

#### 4 IRRETROATIVIDADE DA NORMA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

As sanções de improbidade administrativa enquadram-se no contexto do direito administrativo sancionador, não se caracterizando penalidade administrativa disciplinar e nem penalidade civil.

O Supremo decidiu que o novo regime prescricional, não é retroativo e que os prazos ocorreram a partir da publicação no dia 26/10/2021. O Ministro Alexandre de Moraes foi o relator do Recurso Extraordinário com Agravo 843989. O Ministro entendeu que a LIA está no âmbito do direito administrativo sancionador, e não no direito penal. Então a norma mais benéfica não retroage nesses casos.

Os Ministros entenderam que só aplica-se nos atos culposos que ainda não tiveram decisão definitiva. Como o texto não considerava a vontade mas sim a ação do agente, com a nova redação fica impossível dar continuidade as ações em andamento. Cada Juiz analisará caso a caso antes de encerrar.

A Ministra Rosa Weber, no mesmo debate, entendeu que a retroação da lei mais benéfica disposta na Carta Magna em seu artigo 5º, inciso XL, deve orientar questões penais, uma vez que a interpretação na esfera cível. Como a Lei de Improbidade administrativa está no campo do direito civil, não caberia falar em irretroatividade.

O Ministro Fux, nos debates, considerou que a lei tenha uma natureza civil, mas ressalva que:

Como os atos não intencionais (culposos) deixaram de ser tipificados como improbidade administrativa, o novo texto deve ser aplicado nas ações em curso quando a lei entrou em vigor, pois não configuram mais ilicitude.

Já o Ministro Lewandowski entende que a equiparação no campo do direito administrativo sancionador e o direito penal e que a lei deve retroagir para os casos ocorridos antes da sua publicação, mesmo quando houver trânsito em julgado.

O Ministro André Mendonça considera a improbidade como gênero sancionador, onde direito penal e o ilícito civil fazem parte. Então nada impede a aplicação dos princípios gerais sancionador da improbidade onde cabe a retroatividade da lei mais benéfica do acusado. Seguindo essa linha, concluiu que a norma que excluía a modalidade culposa retroage para atingir os processos em curso.

O Ministro Nunes Marques entende que os novos prazos retroagem para atingir os processos em curso e ponderou que “além de que a regra constitucional da irretroatividade é uma via de mão única: se trata de uma garantia do cidadão contra inovações legislativas mais severas, que não pode ser invocada pelo Estado a favor de si mesmo”.

O Ministro Dias Toffoli seguiu os votos do Ministro André Mendonça na norma que aboliu a modalidade culposa e os novos marcos prescricionais defendido pelo Ministro Cassio Marques. E deve aplicar a mesma lógica do Direito Penal. O Ministro Gilmar Mendes votou com o relator no sentido que a lei só retroage para atingir os processos em curso. Votou no sentido da retroatividade do novo prazo de prescrição geral.

5

Com as divergências doutrinárias, o STF pacificou o entendimento que as pessoas que foram processadas exclusivamente pela prática de ato culposos devem ser absolvidas, porém aquelas cujo processo de conhecimento já se encerrou e está na fase de cumprimento de sentença, não poderão ser beneficiadas pela nova redação; e os novos prazos prescricionais só passariam a contar a partir da publicação da lei.

#### CONCLUSÕES

Conclui-se que a nova redação da Lei 14.230/21 veio para dar mais segurança ao agente público, possibilitando-o de trabalhar com mais liberdade, sem medo de um eventual erro por falta de conhecimento técnico que possa prejudicá-lo, incorrendo, assim, em sanções penais.

Observou-se que a mudança da LIA teve forte influência do seu principal articulador, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que, pela redação antiga, estaria inelegível. Foi apontada uma grande divergência no STF sobre a irretroatividade, em que uns entenderam que a lei retroage, amparado pelo princípio constitucional, enquanto outros Ministros entenderam que não, pois a improbidade é vinculada à área civil e não penal.

A comprovação do dolo eventual irá dificultar o seguimento dos processos, pois será praticamente impossível comprovar que realmente houve dolo. Dessa forma, a consequência natural será que, pelos prazos processuais, o agente ímprobo acabará fazendo uso do processo para deixar transcorrer o tempo, evitando que ele pague pelo ilícito.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário com Agravo n° 843989**. Min. Rel. Alexandre de Moraes. 2022.

CARVALHO, Matheus. **Lei de Improbidade Comentada – Atualizada com a Lei 14.230/2021**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 23. Ed., 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo** – 29. Ed. Rev., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo, GOMES JUNIOR, Luiz Manoel; FAVRETO, Rogério. **Comentários à Nova Lei de Improbidade Administrativa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

GUIMARÃES, Rafael. **A Nova Lei de Improbidade Administrativa Comentada**. Leme: Imperium, 2022.

JUSTIM FILHO, Marçal – **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Forum, 14ª ed. 2009.

MUDROVITSCH, Rodrigo de Bittencourt; NÓBREGA, Guilherme Pupe. **A reforma da lei de improbidade já sopra seus ares**. São Paulo, 2022

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. – 6 ed. rev., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.



## A aplicabilidade da recomendação 62/2020 do CNJ no inquérito penal em face da prisão preventiva<sup>1</sup>

*The applicability of recommendation 62/2020 of the CNJ in the criminal investigation in the face of pre-trial detention<sup>2</sup>*

Júlia Oliva Campos

Submetido em: 17/11/2022  
Aprovado em: 17/11/2022  
Publicado em: 18/11/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.434

### RESUMO

Este presente artigo trata-se sobre a aplicabilidade da recomendação 62/2020 do CNJ no inquérito penal em face da prisão preventiva, no contexto da pandemia da Covid-19, que resultaram em diversas mortes e uma grande falta de amparo no quesito saúde para a população. Diante da calamidade, o Conselho Nacional de Justiça se viu com o dever de trazer sugestões aos magistrados em atuação na esfera penal, sobre os critérios de contingência da Covid-19 nos estabelecimentos prisionais, instruindo-os a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção através de ações socioeducativas. Considerando também a existência do grupo de risco. O qual carece e de uma maior atenção, que convém destacar os presos, que convivem aglomerados devido a estrutura física e do número de prisões preventivas nos presídios brasileiros.

**Palavras-chave:** Recomendação 62/2020. Pandemia. Estabelecimento Prisional.

### ABSTRACT

This article on the application of the pandemic treatment of 62/20 health problems 62/20 of the CNJ in the criminal investigation in the face of preventive detention, in the context of the pandemic in several issues and a great lack of support for the present population. The Council of Justice, the National Council of Justice saw itself with the duty to promote action in the criminal sphere, on the criteria of continuity in prison establishments. through socio-educational actions. Also considering the existence of the risk group. Which needs greater attention, which should be highlighted the prisoners, who live together due to a physical structure and the number of preventive arrests in Brazilian prisons

**Keywords:** Recommendation 62/2020 CNJ. Pandemic. Prison Establishment.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar sobre a prisão preventiva no contexto da pandemia e as sugestões do Conselho Nacional de Justiça pela Recomendação 62/2020. Com a decretação da pandemia do novo coronavírus, doença chamada de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde, o Brasil como os outros países, viu a grande necessidade de se adaptar e tentar se atualizar para conservar vidas e manter os direitos fundamentais, dessa maneira, foi de suma importância os trabalhos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que buscavam a obtenção da justiça mais célere a fim de promover a real efetividade dos direitos dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O Conselho Nacional de Justiça com a Recomendação 62/2020 trouxe sugestões aos magistrados em atuação na esfera penal sobre os critérios de contingência da Covid-19 nos estabelecimentos prisionais, instruindo-os à adoção de medidas preventivas à propagação da infecção através de ações socioeducativas.

A recomendação foi feita com o intuito de haver a necessidade de estabelecer regras a fim de prevenir à infecção e a propagação do vírus em espaços de confinamento, de modo a reduzir os riscos de transmissão do vírus e preservar a saúde dos agentes públicos, pessoas privadas de liberdade e visitantes, garantindo a estes o direito a garantia da saúde coletiva.

<sup>1</sup>Artigo apresentado à Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito; Orientador(a): Prof. Ana Maria Pereira de Souza. Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista.

<sup>2</sup>Article presented to the Faculty of St. Augustine of Victory of conquest, as a partial requirement to obtain a Bachelor of Law degree; Advisor: Prof. Ana Maria Pereira de Souza. St. Augustine's College of Conquest Victory.



Contudo, o sistema carcerário brasileiro possui aspectos de precariedade e de acordo com o levantamento nacional de informações penitenciário (infopen) em dados gerais, no ano de 2019 no período de julho a dezembro, os totais de prisões no Brasil foram de 748.009 (setecentos e quarenta e oito mil, e nove) pessoas privadas de suas liberdades, portanto, percebe-se a fragilidade do sistema prisional para assegurar à proteção dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana no país.

Acontece que, o sistema prisional brasileiro não garante o mínimo de dignidade para os carcerários, pois a pena não deveria ser vista como uma forma de punição e sim de restauração, os carcerários devem completar sua pena com dignidade e sair para poder se restabelecer no mercado e na vida social que levava, mas não é o que ocorre, às prisões brasileiras não respeitam o Código Penal, a Lei de Execução Penal e nem os direitos fundamentais expressos na Constituição da República de 1988, pois deveriam ser voltados a reintegração social do preso, a prevenção de novos crimes e a preparação da pessoa presa para o retorno ao convívio social.

O próprio Código Penal dispõe que:

Art. 38 o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

Mas a realidade é outra, as celas são insalubres, há proliferação de doenças infectocontagiosas, falta de água potável, de produtos higiênicos, escassez de acesso à assistência judiciária, à educação, à saúde, ao trabalho e outros, evidenciam condições precárias de existência humana.

E apesar da recomendação e de outras medidas para não propagação do vírus, ainda assim, tiveram grandes números de contaminados pelo coronavírus, o último dado lançado pelo CNJ, foi do mês de Março de 2022, onde consta que 75.337 (setenta e cinco mil e trezentos e trinta e sete) pessoas presas foram contaminadas e o total de 320 (trezentos e vinte) óbitos desde o início da pandemia.

Ademais, houve uma decisão do STF na ADPF 347 que declarou o estado de coisas inconstitucional ao sistema carcerário brasileiro e determinou na pandemia que:

- a) aos juízes e tribunais, que lancem, em casos de determinação ou manutenção de prisão provisória, a motivação expressa pela qual não aplicam medidas cautelares alternativas à privação de liberdade, estabelecidas no artigo 319 do Código de Processo Penal; b) aos juízes e tribunais, que, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, realizem, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contados do momento da prisão; c) aos juízes e tribunais, que considerem, fundamentadamente, o quadro dramático do sistema penitenciário brasileiro no momento de concessão de cautelares penais, na aplicação da pena e durante o processo de execução penal; d) aos juízes, que estabeleçam, quando possível, penas alternativas à prisão, ante a circunstância de a reclusão ser sistematicamente cumprida em condições mais severas do que as admitidas pelo arcabouço normativo; e) à União, que libere o saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional, a ser utilizado conforme a finalidade para a qual foi criado, abstendo-se de realizar novos contingenciamentos.

Com isto, o Conselho Nacional de Justiça recomendou aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que reavaliassem as prisões provisórias e indicou a excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva.

Considerando que, o Poder Judiciário do país utiliza a prisão preventiva como medida excepcional para garantir a ordem pública, econômica e assegurar a aplicação da lei penal, com o coronavírus se fez ainda mais necessário.

Sendo que, a prisão preventiva é a privação do indivíduo de liberdade, ocorre no curso da persecução penal, sendo uma ferramenta de encarceramento durante o inquérito policial e na fase processual, usado quando presentes o lastro probatório e a indicação da infração.

Conforme previsto no artigo 312 do Código de Processo Penal a prisão preventiva poderá ser decretada quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

2

Foi quando a recomendação nº 62 de 17/03/2020, trouxe que:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional e do sistema socioeducativo. Parágrafo único. As recomendações têm como finalidades específicas: I – a proteção da vida e da saúde das pessoas privadas de liberdade, dos magistrados, e de todos os servidores e agentes públicos que integram o sistema de justiça penal, prisional e socioeducativo, sobretudo

daqueles que integram o grupo de risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções; II – redução dos fatores de propagação do vírus, pela adoção de medidas sanitárias, redução de aglomerações nas unidades judiciárias, prisionais e socioeducativas, e restrição às interações físicas na realização de atos processuais; e III – garantia da continuidade da prestação jurisdicional, observando-se os direitos e garantias individuais e o devido processo legal. (RECOMENDAÇÃO 62/2020).

Diante da recomendação houve algumas mudanças de decisões pelo Superior Tribunal de Justiça, pois a prisão preventiva precisou ser vista como segunda opção, preferindo as medidas cautelares antes de decretá-la, conforme a seguir:

Sumário e trechos da decisão: Tráfico de drogas (41 g de maconha). Revogação da prisão preventiva. “É preciso dar imediato cumprimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), devendo a custódia ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.” Liminar deferida. (STJ; Habeas Corpus nº 567.006-SP; rel. Sebastião Reis Júnior; Decisão Monocrática; j. 19/03/2020).

Sumário e trechos da decisão: Tráfico de drogas e Associação ao tráfico. Pleito de substituição da preventiva por prisão domiciliar. Paciente que é mãe de 2 (dois) menores, um com 5 (cinco) anos de idade e outro com 01 (um) ano e 09 (nove) meses. “Prevalecem, pois, as razões humanitárias. Assim sendo, mister autorizar a substituição da prisão da paciente pela prisão domiciliar (...) sem prejuízo da fixação de medidas cautelares alternativas pelo magistrado, e podendo a prisão ser novamente decretada em caso de descumprimento da referida medida ou de superveniência de fatos novos.” Enfatiza, também, que “a Recomendação nº 62 do CNJ, de 17 de março de 2020, estabelece medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal”. Concedida a ordem de ofício para assegurar à paciente o direito à prisão domiciliar. (STJ; Habeas Corpus nº 558.308-PR; rel. Reynaldo Soares da Fonseca; Decisão Monocrática; j. 25/03/2020).

Nota-se que, muitos dos órgãos jurisdicionais descumpriram as recomendações do Conselho Nacional de Justiça e por esse motivo o Partido Socialismo e Liberdade, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, entre outros órgãos que prezam pela saúde pública dentro do sistema prisional, apresentaram uma Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 347 9 (ADPF) com a finalidade impedir que a lesão aos preceitos fundamentais ocasionadas pelo poder judiciário continue a vigorar.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi o método indutivo e bibliográfico consistindo em análise de precedentes judiciais, Recomendação do CNJ, normas constitucionais e livros, pode-se proporcionar uma visão geral do problema com o apoio da Constituição da República do Brasil do ano de 1988, para trazer os direitos e garantias fundamentais inerentes a pessoa humana no Brasil, o Código de Processo Penal para apresentar sobre a prisão preventiva, os julgados trazidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e a Recomendação 62/2020 publicada pelo Conselho Nacional de Justiça no início da pandemia orientando os magistrados para inibir a propagação do corona vírus no país.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Recomendação 62/2020 objetivou certificar a manutenção da saúde das pessoas que estavam em cárcere, e orientar o Poder Judiciário a ater-se à garantia da saúde coletiva por conta da proporção de contaminação e disseminação do vírus dentro do sistema prisional, produzindo, então, impactos significativos dentro e fora do cárcere. O intento é de reduzir os riscos epidemiológicos da transmissão do vírus no estabelecimento que já é insalubre e apresenta dificuldades para garantir os equipamentos de proteção e higiene aos que ali se encontram. Para tanto, foi recomendado aos magistrados à aplicação de medidas, preferencialmente, socioeducativas e em meio aberto, além de revisão das decisões sobre a prisão preventiva.

## CONCLUSÕES

O presente artigo apresentou a necessidade de tornar a prisão preventiva excepcional e priorizar as medidas diversas da prisão, por causa da calamidade pública instaurada pela pandemia causada pelo corona vírus. Sendo de notório saber que a contaminação alastrou-se e matou milhares de pessoas no Brasil e em outros países. Por esse motivo o CNJ teve apoio da Organização das Nações Unidas e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para impedir mais um caos dentro do sistema prisional do país que necessita encarecidamente de reformas estruturais. E nesse sentido, fala-se aqui, sobretudo, de um importante diálogo e até harmonia entre as decisões proferidas nas instâncias inferiores e os Tribunais.

Neste diapasão, evidenciou a prisão preventiva que possui objetivo de manter a ordem pública, econômica e financiado país, além de ser decretada de forma excepcional quando a investigação criminal corre risco eminente de ser comprometida pelo investigado, contudo no decurso de uma investigação criminal a prisão decretada é a preventiva que é cumprida inicialmente no sistema prisional do país.

Conclui-se que diante do estado de calamidade em que o país passou por conta da pandemia coronavírus, percebe-se claramente que direitos e garantias fundamentais, em especial os elencados no caput do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988 estão em situação de colisão com o sistema prisional brasileiro, em evidência está à disponibilidade da vida.

## REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Norma Brasileira ABNT NBR 14724: Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação**, 2005.

BRASIL, **Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de out. de 1941.

BRASIL. **Governo do Brasil**. Segurança. Dados sobre a população carcerária do Brasil são atualizados. Brasília. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988.

CÉSAR BISPO DA SILVA. WILTON. **Aspectos Jurídicos da Prisão Preventiva de Natureza Cautelar na Pandemia Covid 19 no Brasil**. 2020. TCC, Faculdade de Direito Vale do Cricaré, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 62/2020**: dispõe sobre aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Brasília, DF, 2020.

TRIBUNAL DA JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Covid 19**: julgados de direito criminal. Cadicrim. São Paulo. 2020, p. 2 e 5.

## Telessaúde: a otimização do diagnóstico por imagem *Telemedicine: the optimization of diagnostic imaging*

Daiana Lopez Conceição<sup>1</sup>  
Thaline Mairace Hernandez das Neves<sup>1</sup>  
João Paulo Maldonado<sup>1</sup>  
Alan Timoteo Rodrigues Reis<sup>1</sup>  
Rafael Teodoro Lopes Lalier<sup>1</sup>

<sup>1</sup>médico(a) especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Isomed Diagnósticos.

Submetido em: 28/11/2022

Aprovado em: 29/11/2022

Publicado em: 08/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.440

### Resumo

A telemedicina e a telessaúde permitem um maior acesso a cuidados de saúde com excelência. Uma de suas derivações é a telerradiologia, que envolve a capacidade de enviar imagens radiológicas eletronicamente, viabilizando uma avaliação remota em diferentes estações de visualização por especialistas, o que possibilita fornecer cuidados de saúde de alta qualidade.

**Palavras-chave:** radiologia, imagem, saúde.

### Abstract

Telemedicine and telehealth allow greater access to excellent health care. One of its derivations is teleradiology, which involves the ability to send radiological images electronically, enabling a remote evaluation at different stations by specialists, which makes it possible to provide high quality health care.

**Keywords:** radiology, image, health.

## 1 INTRODUÇÃO

O serviço de telemedicina tem como objetivo a ação nas várias vertentes que englobam o cuidado com a saúde de um paciente, estabelecendo comunicação e escuta qualificada bidirecional em tempo real entre o enfermo e o profissional habilitado que se encontra em outra região geográfica. Já a telessaúde refere-se ao uso de telecomunicações e tecnologia da informação para disponibilizar acesso à atenção e promoção à saúde, diagnóstico, supervisão e informação à distância (KICHLOO, 2020).

A Radiologia é a ciência que se encarrega da aquisição e interpretação de imagens do corpo humano com a finalidade de fornecer um diagnóstico e orientar o tratamento de muitas enfermidades (BASHSHUR, 2016).

A telerradiologia é um recurso tecnológico no qual sistemas de telecomunicações enviam imagens de um local para outro a fim de que haja a interpretação de exames de imagem, como radiografias digitalizadas, tomografia computadorizada, ressonância magnética e mamografia (BURUTE, 2009).

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Neste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados PubMed, Scielo e documentos oficiais nacionais nos anos 2006 a 2022. Os descritores utilizados foram: telemedicina, telerradiologia, diagnóstico, radiologia, laudo e telelaudo.

## 3 DISCUSSÃO

A atuação da medicina à distância compreende a combinação da tecnologia da informação com o avanço de sistemas computacionais que organizam, monitoram e fornecem dados acerca da saúde do paciente com o pronto fornecimento de história clínica e exames complementares independentemente da localização do mesmo, com o objetivo de gerar uma otimização da conduta e avaliação por especialistas (FARIA, 2014).

Uma das especialidades que tem notáveis ganhos com a telemedicina é a radiologia, no cenário do tele-

diagnóstico, uma vez que é possível atuar em qualquer lugar através do recebimento de imagens radiológicas e envio de laudos, transmitindo o parecer do médico radiologista a locais que necessitam das considerações do especialista. Essa teleassistência especializada quando bem implementada, com uma reforçada gestão e realizada em sincronia com a atuação de um médico assistencial próximo ao paciente, potencializa o processo de cuidado da saúde do enfermo desde a atenção primária até serviços mais complexos (NOBRE, 2006).

A telerradiologia conta com ferramentas de comunicação já amplamente adotadas como a Internet, além da utilização de sistemas próprios de arquivamento de imagens (Picture Archiving and Communications System – PACS) e de conjuntos específicos de gestão de informação em radiologia (Radiology Information System – RIS). A informatização dos dados radiográficos possibilita qualificação e rapidez no atendimento dos pacientes (LIMA, 2013).

Os exames de imagem disponibilizados por meio da telerradiologia demandam a inclusão dos dados clínicos e laboratoriais do paciente a fim de que seja possível a composição de um laudo completo e detalhado e posterior envio do parecer para o local de referência (BASHSHUR, 2016).

Ressalta-se ainda a importância da padronização de protocolos e de registros eletrônicos de dados clínicos de pacientes e manejo dos indicadores de saúde dentro da telerradiologia. A implementação de uma infraestrutura tecnológica adequada é fundamental, bem como o cumprimento do que o Conselho Federal de Medicina (CFM) regula no que tange a transmissão de informações sigilosas e confidencialidade de dados em saúde (MONTEIRO, 2013).

## CONCLUSÃO

A telerradiologia envolve a interpretação de exames complementares de imagens à distância com o auxílio de avanços tecnológicos, e assim, coopera com a tomada de conduta para otimizar a saúde de pacientes. É importante desenvolver técnicas para praticar com segurança as diferentes aplicações da telerradiologia no Brasil, com o intuito de que mais pessoas tenham acesso a esse recurso e se beneficiem do mesmo.

## REFERÊNCIAS

- BASHSHUR, R.L.; et al. The Empirical Foundations of Teleradiology and Related Applications: A Review of the Evidence. **Telemed J E Health**. 2016 Nov;22(11):868-898.
- BURUTE, N.; et al. Teleradiology: The Indian perspective. **Indian J Radiol Imaging**. 2009 Feb;19(1):16-8.
- FARIA, M.; et al. Telerradiologia: uma nova era para a radiologia odontológica. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, [S.l.], v. 12, n. 1, set. 2014. ISSN 1983-2567.
- KICHLOO, A.; et al. Telemedicine, the current COVID-19 pandemic and the future: a narrative review and perspectives moving forward in the USA. **Fam Med Community Health**. 2020 Aug;8(3):e000530.
- LIMA, C.M.A.O.; et al. Telerradiologia no Brasil: Uma Breve Revisão Histórica. **J Bras Tele**. 2013;2(1):60-63
- MONTEIRO, A. Telerradiologia e teletrabalho no Brasil. **Radiol Bras**. 2013 Mar/Abr;46(2):XI
- NOBRE, L. F.; WANGENHEIM A.V. Telerradiologia: desafios a enfrentar para a quebra de um paradigma na especialidade. **Radiol Bras** 2006;39(6):VII–VIII.

## To what extent do Brazilian NGOs in the state of Pará choose their organisation/ project locations based on assessed need?<sup>1</sup>

Konrad Franz Seibel

Submetido em: 28/11/2022

Aprovado em: 29/11/2022

Publicado em: 09/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.443

### Abstract

Following democratizing reforms and the introduction of new legislation in the late 1990s, NGOs in Brazil underwent a series of shifts regarding their funding and relationship with the government. In this context, this research project investigates the motivations for location choice of NGOs in the Brazilian state of Pará using a theoretical framework consisting of three theories. While the research project aims primarily to investigate to what extent the needs-based hypothesis applies, it will also engage with the self-interest motivation and the political connectivity motivation. Based on a mixed methods research methodology consisting of a regression analysis and multiple semi-structured interviews with NGO directors, this research comes to the conclusion that there is little quantitative evidence for clustering based on need on a national level, but finds an NGO sector reporting a very high commitment to the need-based hypothesis which is arguably not realized due to extensive funding and infrastructure constraints and an inability to account for duplication efforts. While the overall relationship between NGOs and the public sector is fraught, personal relationships and boundary-crossing are perceived as advantageous for gaining access to funding, though more explicit forms of rent-seeking behaviour are not reported.

### Acknowledgements

I would like to thank my academic mentor Diana Weinhold for her patience and valuable feedback, David Lewis for helping me navigate a new area of research with his expertise and Jean-Paul Faguet for giving much-needed guidance. I would also like to thank all my interviewees for taking the time to share their experiences, without which this research project could not have come to fruition. Special thanks to Daman Sethi for continued moral support and encouragement.

### 1 Introduction

This research examines to what extent NGOs in the North of Brazil choose the location of their organization/projects based on the level of perceived need for their services by the target community. While non-profit organisations have always played an integral role in the Brazilian society, this role underwent an important reformulation with law 9790/1999, which created the Public Interest Civil Society Organization (OSCIP) certification process. This allowed NGOs to receive government transfers to finance their activities by undergoing an accreditation process and abiding by numerous periodic disclosure and evaluation requirements by local, state and national government bodies. In the years since the passage of law 9.790/1999, shifts in international funding priorities have meant that Brazilian NGOs generally and Northern NGOs specifically have faced significant funding constrains. Considering that funding is an important factor in terms of affecting an NGOs ability to locate in places of greater need, this study purports to investigate to what extent NGOs in the Pará State are effectively clustering based on need and what factors, if any, make it difficult for them to effectively target need.

<sup>1</sup> Artigo apresentado - MSc in Development Management 2021. Dissertation submitted in partial fulfilment of the requirements of the degree

Despite referring to these organisations as NGOs in a broad sense, this study contemplates both special interest associations, organizations classified as OSCIPs and charitable organisations in general, investigating whether the existing selection mechanisms make them settle in environments that need their services. The existing literature on NGOs clustering identifies three main motivations for NGOs to go where they go: A community's level of need for the service provided; (2) how convenient the location is for NGO staff and founders; and (3) the political environment for NGOs operating in the country (MacLean 2015). The purpose of this study is therefore to validate the relevance of the need-based hypothesis for the clustering process of non-profits in the North of Brazil as well as exploring the relative significance of the convenience and political connectivity-based hypotheses for the experience of non-profit managers. The study uses a mixed-methods research methodology consisting of a regression analysis and semi-structured interviews. The purpose of the quantitative element will be to test the need-based hypothesis by regressing the quantity of sector-specific NGOs per municipality on the municipal performance indexes associated with the NGO activity (health, education and environmental conservation). To test the validity of the two remaining theories, semi-structured interviews with NGO managers in the Pará state will be carried out.

The results suggest little evidence for a need-based clustering process based on quantitative analysis. On the other hand, the qualitative analysis suggests that most organisations view their clustering process as predominantly needs-based, even though they acknowledge the resource constraints, infrastructure issues and labour market limitations as influencing their activities. In this way, the findings of the dissertation are in line with Jammulamadaka & Varman (2010), who find that NGOs want to cluster based on need, but often must settle for sub-optimal solutions due to a variety of impediments. This study also finds that, even if NGO would be able to cluster based on observed need for their services, they are largely neglecting to engage with each other, which can have the unintended effect of creating duplication effects that render their activities ineffective. As for the relevance of the political connectivity motivation, it can be said that, while Northern NGOs might seek out and benefit from contacts with politicians, there is little enthusiasm within the sector regarding the promise of dealing with the government. While this research points towards the possibility that the potential for rent-seeking behaviour in interactions with the state might be overestimated by organisations that do not have a funding relationship with the government, those organisations that have experience with it tend to emphasise a bureaucratic framework that ensures accountability by both the state and the NGO. Thus, the current state of NGO/state relationships in the Pará State confirms earlier, nationwide findings by Lopez et. al (2011), who argue that clientelist relationships between the public and non-profit sectors is a thing of the past.

Finally, -given the socio-political and institutional similarities between Latin American countries, the findings of this study can advance the NGO clustering literature in Latin America. There is a lack of such study/ research in the broader Latin American region. Furthermore, it is important to consider the implications of NGO clustering behaviours within the wider context of NGO-state relationships because *“knowing where NGOs locate can help policymakers and donors understand how NGOs work, who they target, and what their priorities are as organizations”* (Fruttero and Gauri, 2005, p. 761). By examining critically to what extent NGOs are capable of providing effective solutions to developmental problems, policymakers can decide whether they wish to enact legislation that either strengthens the position of the third sector as an executor of state services or restores service provision responsibilities to the state and civic engagement responsibilities to NGOs.

## 2 Literature Review

### 2.1 Contextualising the clustering literature within wider NGO research and shifting paradigms about the role of NGOs in society

Before examining the literature on NGO clustering (i.e why NGOs go where they go), it is important to briefly discuss some of the main papers in the NGO literature, which outline the historical shifts in the sector and suggest that, despite having grown in numbers and funding, there are serious doubts in terms of the ability of NGOs to deliver transformative societal change.

While civil society organisations have existed at various points in history, NGOs as we understand them today became more significant in a context of rapid globalisation, market-liberalising reforms, structural adjustment programs (SAPs) and cutbacks to public spending in the 80s and 90s (Herzer & Nunnenkamp, 2013). The initial popularity of NGO aid programs is explained at least in part due to negative sentiments regarding official aid programs at the time (Riddell & Robinson 1995). During this period, NGOs were viewed as being capable of both aligning with recipient needs better than the state and advancing democracy by boosting civil society through public participation (Koch et.al, 2009; Bratton, 1989). With financial flows from both private and public entities pouring into these non-state actors, NGO numbers in OECD countries almost doubled in this period (Smillie & Helmich, 1993).

In this context of the changing roles of NGOs in society, the merits of the third sector have been re-examined. To begin with, multiple authors have put forth the view that democracy-promoting quality of NGOs depends heavily on country context and that homogenization of NGOs means that democratisation did not lead to improved governance and representation (Banks, Hulme & Edwards, 2015; Clarke, 1998). Other authors have criticised NGOs as having become de-radicalised, de-politicised and excessively focused on private-sector development solutions (Lewis, 2017).

They have also been criticised for prioritising accountability demands of governments and donors, thereby forgoing their accountability to recipient communities (Kilby, 2006). At the same time, upwards accountability can become an operational hindrance for politically exposed organisations (Yasmin & Ghafran, 2019). These conflicting accountability demands have arguably affected their ability to effectively mobilise communities: Bano (2008) finds that NGOs are less able to evoke trust and mobilise communities than voluntary organisations. Others argue that NGOs have weak community roots, excessive focus on service delivery and forgo radical positions in favour of operational efficiency, policy influence and donor requirements (Kilby, 2006; Choudry & Kapoor 2013). Thus, Banks, Hulme & Edwards (2015) argue that NGOs have not succeeded in promoting transformative change to combat hegemonic interests because they lack the urgency, foresight and courage to move out of their comfort zone. Mercer (2002) voices similar concerns, arguing that the standard discourse of NGOs being beneficial for the bolstering of civil society and enhancing state legitimacy through a democratising role is based on ideology and not evidence.

3

These criticisms of the overall aid architecture serve as an important contextualisation for this research project. The question of whether NGOs are capable of clustering in a way to target areas/environments most in need is especially important when placed within a public policy debate about the merits of funnelling international aid, private and public sector funds into NGOs

## 2.2 Latin American and Brazil-specific research

### 2.2.1 Background Information on the legal definition of an OSCIP and identification of research gaps

Before painting a broad picture of the main scholarly findings related to NGOs in Latin America generally and in Brazil specifically, this section will outline some of the legal shifts that have shaped the NGO sector in the last 30 years. For context, Brazil underwent a period of military dictatorship that began in 1964 and ended in 1986 with the promulgation of the new constitution of 1988 and the first presidential election by popular vote in 1990. During the military dictatorship, the third sector was instrumental in advancing the redemocratisation agenda, mainly relying on international multilateral funding to do so (Mendonca, Aquino and Nogueira, 2016). In 1999, the Brazilian government enacted Law 9790/99 (New Third Sector Law) with the purpose of “bringing NGOs into the fold” (Alves and Koga, 2005, p. 218). This new legal framework intended to give civil society organisations the ability to execute more comprehensive partnerships with the state by facilitating their accreditation and creating guidelines for the transfer of government funds to non-profits (ibid, p. 220). The law also created a number of new legal entities, the most relevant of which is the Public Interest Civil Society Organisation (OSCIP). After acquiring an OSCIP certification and undergoing a strict selection process, an organisation can enter a type of contract called a “letter of partnership” whereby it receives funding to execute, in its own installations, public services that are not exclusive to the state (Zanella di Pietro, 2016 as quoted in Kuser, 2009). OSCIPs must then abide by a number of disclosure requirements to continue receiving funding (Campos et. al, 2011). It is also worth noting here that, despite the many changes introduced by the sector’s legislation, there is no official legal definition of an NGO in Brazilian law, therefore not allowing this research project to place Brazilian third sector organisations within the international scholarly debate regarding the differences between non-governmental organisations (NGOs) and civil society organisations (CSOs) (Banks, Hulme & Edwards, 2015; Bano, 2008; Pousadela & Cruz, 2016).

### 2.2.2 Previous NGO research in Latin America

Previous Ngo-related research in Latin America generally and Brazil specifically has identified a broadly similar trends in terms of the deradicalization of NGOs in the context of democratisation and shifting aid fluxes. Foweraker (2001) finds that Latin American NGOs have undergone depolitistion and deradicalisation in the context of redemocratisation reforms. Initially, NGOs were protagonists of the structural changes brought about by redemocratisation, a co-opting process by the state, a reduction of international aid flows and the arrival of the private sector as a funding source lead to a gradual abandonment of more critical positions, adoption of universalist causes and a shift to a project-based service-provision rationale (Fratz,1987; Clarke, 1998; Da Gloria Ghon, 2013; Mendonca, Aquino and Nogueira, 2016). Pousadela and Cruz (2016) argue that this “abandonment” by international agencies (which are now predominantly targeting governments directly) has caused

4

Latin American NGOs to abandon their advocacy work by either becoming executors of state services or relegating the non-market portion of their services.

Brazil-specific research on accountability concerns, issues with international aid and the ability of NGOs to honor a commitment to the participatory approach also mirrors global findings. Campos et. al (2011) find that Brazilian NGOs demonstrate strongest accountability towards their donors and are not as accountable to their communities. Meanwhile, Chagas et. Al (2020) find significant gaps in terms of the legal accountability demands and what is actually enshrined into law given that 73% of North-eastern OSCIP financial statements

are not in accordance with the legislation.

While Jupp (2012) discusses experiences of Brazilian NGOs with participatory approaches, Koslinski and Reis (2009) found that Brazilian NGOs that receive foreign transfers tend to be less domestically integrated and less participatory. Much of the remaining literature studying OSCIPs in Brazil raises issues of compliance with legal, accounting, disclosure and performance measurements in a given municipality/ state (Peci et.al 2008; de Lima Pereira et. al 2015; Furtado, Giacomelli and Pacheco 2019; Chagas et. al 2020). Other studies discuss the effect that certain changes in the legislation had on aspects of NGO performance and accountability across time (Peixinho 2017; Alves and Koga 2006).

While no Latin American and Brazilian studies dealing with the issue of NGO clustering were identified directly, some studies end up addressing factors that influence location choice. As discussed by Graciliano et. al (2010), it was found that there were clear cases of conflicts of interests in OSCIP partnership contracts when OSCIP staff were also employed by a government body. This “boundary-crossing” between the private and public sector has been identified by Lewis (2008) as a relevant indicator of political relationships between NGOs and the state that might affect NGO location choice. De Lima Pereira et. al (2015), in turn, find that 73% of Brazilian NGOs surveyed reported resource mobilisation as their chief concern. When taken together with an extensive body of literature that identifies NGOs as locating in areas with greater resource mobilisation potential, the fact that NGOs in Brazil experience significant resource constraints could impact their willingness and ability to choose NGO location based primarily on the assessed community need. Lastly, while the research of Lopes, Leao and Grangeia (2011) on the relevance of clientelistic relationships between non-profits and the state is the most conceptually-similar to this research, it does not concern itself with the issue of administrative clustering in general, which is the focal point of analysis in this research.

Furthermore, if relationships with government might influence NGO location, the effectiveness of the oversight mechanisms enacted might also influence the extent to which NGOs will cluster with rent-seeking motivations. In this context, Bronstein et.al (2017) find that the municipal councils that are tasked with overseeing OSCIP activities fail to adequately embody the participatory ethos with which they were originally created.

## 2.3 Clustering Literature

### 2.3.1 Private sector research on clustering behaviours

Literature from outside the NGO field shows the relevance of geographical proximity of firms in certain contexts: According to Pinch & Sunley (2016) clusters are proximate groups of collaborating and competing firms that have multiple benefits, including lower cost, raised productivity, diffusion of knowledge and collective learning. Evidence from the USA, Switzerland and the United Kingdom suggests that a majority of venture capital investments are made in locations closer to the VC firm. (Harrison, 2003; Makela 2003; Mason & Harrison 2002). However, later research by Corrado et.al (2005), Griffith et. al (2006) and Owen-Smith & Powell (2004) suggests that, as technology reduces costs related to distance, there is a decline in the relevance of location for investment. It is suggested that the importance of spatial clustering for VC investment is higher in countries with a more centralised spatial structure like the UK and USA, while it loses relevance in countries like Germany that have a more decentralised spatial structure. Given the evidence of clustering advantages in certain country contexts, it can be expected that similar mechanisms draw NGOs to cluster in certain locations.

### 2.3.2 Main theories of NGO clustering motivations and their corresponding evidence

While a vast strand of literature has found NGOs to be influenced by ecological factors when deciding their location (Fruttero & Gauri 2005; Joassart-Marcelli & Wolch 2003; Nemenoff 2008; Peck 2008), other studies have linked an organisation's human resource potential and client profile when deciding locations (Pfeffer 1982; Scott 1999).

Similarly, to what has been found in the private sector, there are multiple frameworks that conceptualise clustering behaviours in the non-profit sector. According to MacLean (2015), the distribution of NGOs tends to be affected by

(1) a community's level of need for the service provided; (2) how convenient the location is for NGO staff and founders; and (3) the political environment for NGOs operating in the country. This dissertation will use this conceptual differentiation into three broad categories to conduct the Brazil-specific analysis. In their cross-country analysis of the dispersion of electricity NGOs in Africa, McLean et. Al (2015) finds that, despite widespread need, there is disproportionate concentration of such NGOs in a few countries, weakening the evidence for clustering according to the need-based hypothesis.

Multiple studies have come to contrasting conclusions about what predominant factor influences NGO clustering behaviours. While Nancy and Yontcheva (2006) state that NGOs are often believed to be more altruistic because they prioritise need over political and commercial interests, there has been considerable pushback against this "blanket statement". Brass (2012) in Kenya argues that both "saintly" and "self-serving" motivations play a role in NGO clustering, as they are mostly plotted based on need, but display a certain urban concentration that points to the importance of service provision infrastructure for clustering. Jammulamadaka & Varman (2010) in India find that assessed need is not a significant vehicle for NGO formation. Rather, it is more related to perceptions of need that are far removed from local realities of poverty, as evidenced by the fact that per capita income is positively correlated with Ngo formation. They also find that, while many organisations intend to locate based on need, they ultimately struggle and end up locating based on other criteria. Meanwhile, Mallick and Nabin (2018) argue that, based on microfinance institutions in 156 villages in northern Bangladesh, a strong commitment to a mission might be a good predictor for needs-based clustering, as they also find that NGOs with a broader humanitarian objectives place larger emphasis on poverty alleviation than NGOs with only a microfinance program.

They also find that microfinance institutions are more reluctant to cover more remote areas with less developed infrastructure, no marketplace and fewer localised marketing opportunities.

When it comes to the relevance of the so-called "self-serving motivation" of NGO clustering, there is a vast body of scholarship identifying a variety of relevant factors. Davis and Swiss (2020), for instance, argue that NGOs are more likely to operate in easier institutional environments, especially when they are relying on funding from governments, because continued funding is dependent on perceptions of success. The way in which a focus on satisfying short-term donor goals can compromise the pursuit of transformational development solutions was aptly demonstrated by Bebbington (2004), who found evidence that the Dutch government directed NGOs in the Peruvian and Bolivian Andes to demonstrate immediate poverty alleviation, meaning that it may have prevented more entrenched forms of poverty from being adequately addressed. In this context, Büthe, Major, & Souza (2012) have also found that risk-averse NGOs will often replicate country-based aid allocation of their back donors. Brass (2012) adds to this existing literature by finding that some of the factors

included in this self-serving motivation range from better access to infrastructure such as good roads, elite goods and benefitting from shared networks and resources with other NGOs. Moroto, Sakamoto and Ahmed (2018) report similar findings that disaster management NGOs in Bangladesh tends to locate disproportionately in more accessible rather than disaster-vulnerable areas. While projects were more concentrated in cyclone-prone areas, there was still a disproportionate number of urban organisations, with a particular bias towards proximity to airports. Thus, even though multiple surveyed NGOs expressed a strong commitment to locating in disaster-prone areas in their communication, they failed to deliver on that promise. Kareithi and Flisher (2008) in their study of HIV-related NGOs in South Africa, find that, while NGO activity suggests a strategic response to young people, a higher prevalence of service sites or offices in higher HIV prevalence areas has not been observed, which means that NG location isn't determined by HIV prevalence. The incentive for NGOs to locate where there are other NGOs has been confirmed by Davis and Swiss (2020), as they find that herding behaviour is the strongest predictor of NGO location.

It is important to note that many of the trends in clustering that have been identified at the national or subnational levels by previous researchers has also been confirmed by scholars in their multi-country analyses. By identifying global trends in unequal NGO clustering, these researchers add to the severity of the issue at hand. Koch et. al (2009) come to similar conclusions in their global analysis of 61 countries using a multivariate regression model to find that poverty plays a role in aid allocation but is not the only or even the main determinant. Although poorer countries are the main recipients of aid, factors such as familiar cultural ties, the preferences of backdonors and an already established Ngo sector will drive location choice. By doing this, it can be argued that NGos fall short in a very significant way, because they do not present an alternative or complement to the official aid allocation. A similar-global analysis of the inequalities of ties between international NGOs by Beckfield (2003) from 1960 to 2000 finds that there is a persistently high level of inequality in NGO ties at the level of world income inequality, with growing western domination over time. Zhou (2015) also conducts a zero-inflated negative binomial model to test the distribution of human rights transnational NGOs, finding an uneven distribution of 787 human rights organisations from the 2005 to the 2010 due to factors such as population size, political institutions, economic development, availability of human resources, education, strong democratic institutions, and less stringent regulatory environment. The study also finds that states can play an important role in influencing this clustering behaviour by providing a welcoming or repressive environment.

### 2.3.3 Clustering literature in developed country contexts

Considering that a lot of the factors influencing clustering decisions of NGOs regarding the self-interest motivation, such as clustering next to better infrastructure or elite goods, might be less prominent in developed countries, there is the theoretical possibility that NGOs might be better able to cluster according to need in developed countries. It is therefore interesting to note that the evidence for this is very much mixed. On one hand, Peck (2004) finds evidence of NGOs clustering primarily according to need in Phoenix (USA), Bütte et. al (2012) find that international development funds coming from the USA are also largely allocated based on need and Joassart-Marcellei & Giordano (2006) find evidence against the notion that NGO funds are primarily allocated to serve the survival or employment needs of the NGO itself.

On the other hand, there is a significantly larger body of research that frames clustering behaviours of developed-country NGos in a somewhat similar, if slightly more positive light compared to developing country NGos. Nemenoff (2008) finds that the number of NGOs in Kansas City (USA) were more likely to be located where

median income is higher and where there is more racial diversity. When there is less diversity, clustering is driven by higher income. Peck (2008) comes to slightly different conclusions for anti-poverty NGOs in the city of Phoenix, finding that they do locate to poorer areas, but not in a way that mirrors poverty estimates. Jossart-Marcelli and Wolch (2003) in Southern California find that non-profit spending rates decrease as poverty rates increase, but overall poverty is hardly correlated with non-profit activity. Allard (2004) finds that center city poor have greater access to services than those in suburbs and demographic changes do not necessarily match well to the location of service provision.

When it comes to international aid flows from developed countries, Dreher, Mölders & Nunnenkamp (2010) (as quoted by Davis & Swiss, 2020) challenge the notion that NGOs are better targeters of poverty by showing that official development assistance from state agencies in Sweden and Canada has a stronger anti-poverty orientation than funds targeted through NGOs. Aldashev, Marini and Verdier (2020), on the other hand, identify uneven distribution of NGO projects per sector and disproportionately high aid flows to 10 countries in their analysis of aid projects from OECD countries.

#### 2.3.4 Political connectivity motivation

Despite the importance of need-based and convenience-based hypotheses of NGO clustering, it is important to also discuss the relevance of the hypothesis of politically motivated clustering. Here, it is again interesting to note that there appear to be significant advantages to fostering political relationships in the private sector. Political connections have been shown to make it easier for firms to take on more risk (Bliss & Gul, 2012), while firms that have a politician on the firm board tend to borrow more and default more (Khwaja & Mian, 2005). Houston et. al (2018) find that politically-connected U.S government contractors have lower cost of debt than non-connected contractors, while Amore and Bennedsen (2013) find that profitability of Danish firms connected to local politicians is greater than that of non-connected firms when doing business with the public sector. An analysis of corporate political connections in 47 countries by Fisman (2001) finds evidence of such connections in 35 of them.

Thus, given the importance of political connections for the granting of privileges and advantages to entities in the public sector, it is unsurprising that such relationships are also found between NGOs and governments. Harrison (2017) finds evidence for political connections being more relevant for budget allocation than adherence to a strong bureaucratic process in the Indian context, while Johnson and McGinnis (2015) do not find such a relationship for the Chinese context. However, Wang (2020) finds that politically connected NGOs report higher revenues from private donations and from government grants, though the activity area of the NGO does not appear to be relevant here. AbouAssi and Bowman (2018) find that personal and political connections are one of five defining features shaping relationships between local government and NGOs in the developing world. They find that previous professional interactions, informal kinship relationships and elite connections are more likely to lead to constructive NGO- government relationships, especially when they occur at the local level, since NGO staff and government staff might share the same social circles. In their study of Brazil, Lopez, Souza and Grangeia (2011) find that the importance of clientelistic relationships between the state and the third sector are diminishing.

Lewis (2008) and Lewis (2011) expand on the relevance of different forms of boundary-crossing for the establishment of relationships between NGOs and government. Based on findings in the UK, the Philippines and Bangladesh, boundary-crossing has become more common in the context of flexible organisational structures that become more common under neoliberal market arrangements. Lewis (2008) argues that boundary crossing

can be consecutive (move from one sector to the other) or extensive (hold positions in both sectors simultaneously). It is further argued that sector boundaries can be blurred by financial flows, familial ties, agents and alumni groups and social embeddedness of employees within wider communities. Boundary-crossing usually takes place in consecutive forms when 1) people opt to cross into a higher paying sector 2) People opt to cross due to career planning reasons, 3) opt to gain relevant experience, 4) motivation to work as a bridge-builder between two sectors. Extensive forms of boundary crossing: 1) role of personal relationships, importance of affective ties based on relation. 2) Political patronage 3) Kinship between people of similar sectors.

In a study of an Australian integrated community based domestic violence program based on co-location with a police station, Mundy and Seufert (2021) find that co-location initiatives between NGOs and law enforcement are positive because they improve safety and empowerment of survivors, police transparency and accountability. Researchers conducted 2-hour semi-structured interviews with 9 people who had been in contact with the service in the past. While the sample size is small and there is low external validity due to the program being very specific, it nevertheless shows the advantages that NGOs get from being near state infrastructure.

### 3 Methodology

In order to test to what extent, the need-based hypothesis explains NGO clustering trends in the Brazilian North, this research will follow a mixed-methods methodology consisting of regression analysis and semi-structured interviews in a methodology that resembles a simplified form of Brass (2012), Lopez et. al (2011) and Fruttero and Gauri (2005). Brass (2012), for instance, employs a linear regression estimate to evaluate the hypothesis of need-based NGO clustering and then supplements the quantitative analysis with multiple interviews with a variety of stakeholders (NGO workers, public servants, politicians and civil society members). Following an arguably frequent trend in the NGO clustering literature, this study also utilised a mixed-methods research design because, while the relevance of the needs-based hypothesis could be tested via a regression analysis using publicly-available data, the convenience-based hypothesis of NGO clustering can involve a multitude of factors that are best fleshed out qualitatively. Similarly, there are multiple facets of the political connectivity aspect that are best addressed through a private, semi-structured interview instead of an online survey or a focus group.

#### 3.1 Quantitative Portion

Based on the literature reviewed, the following hypotheses to test need-based clustering would emerge:

**H1- A higher number of education, health and environment sustainability-related non-profits relative to the population (outcome variable Y) will be found in a municipality where education, health and environmental conservation-related indexes (control variables X) are lower.**

Data for the outcome variable (number of OSCIPs per municipality) has been extracted from two publicly-available databases of government organisations (the Institute of Applied Economic Research – IPEA and the Brazilian Institute of Geography and Statistics -IBGE) containing both a nationwide OSCIP registry and a nationwide NGO registry. It is important to note here that, while this research originally intended to make a comparison between the quantity of sector-specific OSCIPs versus sector-specific NGOs to test whether their clustering patterns differ, the quantitative analysis is unfortunately limited to OSCIPs because the general NGO registry does not categorise NGOs by their activity sector, while the OSCIP registry does.

Data for the various control variables was gathered from an IPEA database of municipal literacy, school at-

tainment and school infrastructure data (for the education-related regressions), IPEA database on infant mortality rates and public health infrastructure (for the health-related regressions) and IPEA database on municipal “environmentalism” data, such as availability of clean water, plumbing, etc. It is important to note here that particularly the indexes pertaining to the environmentalism regression are sub-optimal measures and might be more related to infrastructure than environmental conservation. However, the research was conducted under some data constraints as, while more sophisticated data on municipal environmental criteria exists, such data exists for only a few municipalities that would not have yielded a large enough sample for a regression analysis to be possible.

There are four identified limitations in the current quantitative methodology:

- 1) As previously identified by Kareithi and Flisher (2009), absence of a time-series measurement of both the evolution of the quantity of NGOs over time and the evolution of associated indexes over time prevents observance of potential longitudinal shifts, thereby omitting potential reverse causality issues in the data. However, the time-series element was not present in the publicly-available data and attempts to gather it from the relevant public bodies went unanswered.
- 2) Considering that the municipal level is the smallest unit of analysis available when it comes to government data, regression results might obfuscate a potential clustering of NGOs in certain neighbourhoods. This is especially relevant when taking into consideration extreme social inequalities in large metropolitan areas.
- 3) Considering that the available databases on NGOs do not collect data on the quantity, location and size of projects run by the NGO, the data from this NGO registry might again be hiding a clustering process by project allocation or subsidiary location that cannot be accounted for in the current methodology, thereby creating the potential for measurement error issues in the data. Similar limitations were found in the research of Galway, Corbett and Zeng (2012).
- 4) Since a variety of public databases, compiled during various time periods were used for the compilation of this analysis, a possible relationship of correlation may be muddled due to the different time periods of data collection.

### 3.2 Qualitative Methodology

The qualitative section of the dissertation collected primary data in the form of semi-structured interviews with 18 NGO managers and founders in the state of Pará. Faced with the absence of a longitudinal analysis and the discrepancies data collection year for some of the government data used in the quantitative analysis, this portion will attempt to discern the extent to which NGO managers and figureheads perceive the organisation as having clustered based on need, self-interest, or political motivations. Harrison (2017) and Brass (2012) have also opted for a semi-structured interview methodology after noting important shortcomings in the existing, publicly-available data.

10

First the interviewees were asked a series of fact-based questions about the NGO’s missions, activities, revenue sources, size, etc. Then, they were asked to rate the importance of several factors from 1 to 10 (1 being least important and 10 being most important) when choosing the location for their projects. Here, these factors reflected clustering motives based on perceived community need, convenience and political connectivity. While this method was chosen to create a numerical component that would allow comparisons, evaluations of motivations are subjective and how respondents will translate these perceptions into numerical values will also vary. Finally, respondents answered a series of questions about the principal motivations and

challenges surrounding the NGOs establishment, growth and service to the community. Here, questions of the political relationships between NGOs and government were not asked directly, but rather reflected in subjective evaluations regarding trends in the sector.

Thus, this section will have the following hypotheses:

**H1 – NGOs will report a high motivation to cluster based on need and will consistently identify need as the most important clustering factor.**

**H2 – NGOs will report several convenience-based factors as the main factors for clustering.**

**H2b - Proximity to private and public donors will be most important given longstanding resource constrains in the sector.**

**H3 – NGOs will report advantages related to securing funding based on political relationships and will report these relationships as influencing their clustering choices. NGOs who have a history of relationships with the public sector and previous public sector employees will report political relationships as more important for clustering.**

### 3.3 Methodological Trade-offs

Combining a quantitative methodology and the qualitative methodology allows the researcher to examine the contribution of other elements such as the perceived “popularity” of the issue that the NGO is catering to. Considering that part of the research examines the perceptions of motivations, desires and interests of human beings, a qualitative approach is more appropriate here and, a combination of the two allows for more complex mechanisms and concepts to be tested. At the same time, the current qualitative methodology only allows for inferences into the perceptions of participants in relation to the second and third theory.

At the same time, it is important to note that the qualitative methodology, specifically the semi-structured interview, has a number of potential drawbacks. According to Adams (2015), one major drawback of the SSI methodology is that “*SSI are unlikely to encompass a large enough sample to yield much precision in the estimate of the views of the population from which the sample was drawn*” (p.496). At the same time, this methodology also presents some key advantages that make it the best fit for this research design, such as the fact that this methodology is best suited for probing, open-ended questions that respondents might feel uncomfortable answering in a group setting or when one wishes to give interviewees “*maximum latitude to spot useful leads and explore them*” (ibid, 497). Both instances apply to the current design since information on financial flows and relationships with various stakeholders required private interviews.

Lastly, it is important to note that an important drawback in my methodology was the usage of 3 brokers. These people were NGO figureheads who I had approached at the beginning of my research with requests of recommending organisations for interviews following low response rates over email. Therefore, about 2/3 of the interviewed NGO managers and figureheads were part of the network of those previous interviewees. The fact that most interviews came about in this manner compromises the randomisation aspect and perhaps explains that many of the interviewed organisations fall outside the scope of the size, revenue, and staff number of the average Brazilian NGO.

## 4 Results

### 4.1 Results from quantitative analysis

As can be seen in the regressions performed below, while there is a high number of observations, the adjusted R Square value is low across the board for all three regressions, giving little evidence of a correlation between the variables.

SUMMARY OUTPUT - Regression of quantity of municipal health-related oscips and municipal health-related data									
<b>Regression Statistics</b>									
Multiple R		0,345113115							
R Square		0,119103062							
Adjusted R Square		0,094113078							
Standard Error		3,98942839							
Observations		146							
<b>ANOVA</b>									
		<i>df</i>	<i>SS</i>	<i>MS</i>	<i>F</i>	<i>Significance F</i>			
Regression		4	303,415867	75,8539667	4,76603194	0,00123083			
Residual		141	2244,09098	15,9155389					
Total		145	2547,50685						
		<i>Coefficients</i>	<i>Standard Error</i>	<i>t Stat</i>	<i>P-value</i>	<i>Lower 95%</i>	<i>Upper 95%</i>	<i>Lower 95,0%</i>	<i>Upper 95,0%</i>
Intercept		-7,692424142	27,8183947	-0,2765229	0,78255137	-62,687485	47,3026364	-62,687485	47,3026364
Infant mortality		0,142698871	0,33046043	0,43181833	0,66653305	-0,5105988	0,7959965	-0,5105988	0,7959965
Mortality under 5 y.o		-0,047446092	0,25954653	-0,1828038	0,85521455	-0,5605518	0,46565961	-0,5605518	0,46565961
HDI		8,740476965	29,6021391	0,29526505	0,76822576	-49,780924	67,261878	-49,780924	67,261878
Number of Doctors percapita		1,136098798	0,29175014	3,89408146	0,00015162	0,55932877	1,71286883	0,55932877	1,71286883

Source: OSC Portal

Based on the regressions below, it cannot be concluded that there is a correlation between municipal need and corresponding OSCIP activity on a national level.

SUMMARY OUTPUT - regression of municipal education-related data and quantity of education-related oscips per municipality.									
<b>Regression Statistics</b>									
Multiple R		0,415463981							
R Square		0,17261032							
Adjusted R Square		0,129063495							
Standard Error		8,297783486							
Observations		161							
<b>ANOVA</b>									
		<i>df</i>	<i>SS</i>	<i>MS</i>	<i>F</i>	<i>Significance F</i>			
Regression		8	2183,35544	272,91943	3,96378654	0,00027442			
Residual		152	10465,688	68,8532108					
Total		160	12649,0435						
		<i>Coefficients</i>	<i>Standard Error</i>	<i>t Stat</i>	<i>P-value</i>	<i>Lower 95%</i>	<i>Upper 95%</i>	<i>Lower 95,0%</i>	<i>Upper 95,0%</i>
Intercept		-14,65662757	22,5958293	-0,648643	0,51754789	-59,29907	29,9858151	-59,29907	29,9858151
meduca		2,710366905	2,80562604	0,9660471	0,33555513	-2,8326914	8,25342523	-2,8326914	8,25342523
t_med25m		-0,631941665	0,5369133	-1,1769901	0,24103923	-1,692718	0,42883468	-1,692718	0,42883468
t_fora4a5		-0,072110489	0,08304896	-0,8682889	0,38660506	-0,2361898	0,09196884	-0,2361898	0,09196884
t_fund25m		0,267386042	0,4925387	0,54287317	0,58801228	-0,7057197	1,24049175	-0,7057197	1,24049175
t_analf15m		0,250788805	0,38496957	0,65145098	0,51573914	-0,5097932	1,01137085	-0,5097932	1,01137085
t_fora6a14		1,663848108	0,92172033	1,80515505	0,07302964	-0,1571892	3,48488537	-0,1571892	3,48488537
t_super25m		0,683669866	0,34203729	1,99881673	0,04741107	0,00790886	1,35943087	0,00790886	1,35943087
i_freq_prop		-2,751373326	19,4841827	-0,1412106	0,88789054	-41,246155	35,743408	-41,246155	35,743408

SUMMARY OUTPUT - Regression of municipal environmental-related oscips and municipal environmental data								
<b>Regression Statistics</b>								
Multiple R	0,12820025							
R Square	0,0164353							
Adjusted R S	-0,0179186							
Standard Err	2,71186346							
Observations	119							
<b>ANOVA</b>								
	<i>df</i>	<i>SS</i>	<i>MS</i>	<i>F</i>	<i>Significance F</i>			
Regression	4	14,1321509	3,53303772	0,64054755	0,63465298			
Residual	115	845,733395	7,35420344					
Total	119	859,865546						
	<i>Coefficients</i>	<i>Standard Error</i>	<i>t Stat</i>	<i>P-value</i>	<i>Lower 95%</i>	<i>Upper 95%</i>	<i>Lower 95,0%</i>	<i>Upper 95,0%</i>
Intercept	-4,2930246	9,68468396	-0,4432798	0,65839618	-23,47652	14,8904704	-23,47652	14,8904704
agua_esgotc	0,00253451	0,06656882	0,03807357	0,96969504	-0,1293255	0,13439453	-0,1293255	0,13439453
t_luz	0,02936548	0,08706746	0,33727266	0,73652616	-0,1430984	0,20182937	-0,1430984	0,20182937
t_sluz	0,03268819	0,03683219	0,88748983	0,3766676	-0,0402693	0,10564567	-0,0402693	0,10564567

## 4.2 Results from semi-structured interviews

When it comes to the profile of organisations interviewed, it must first be noted that they vary greatly in multiple aspects. While they were mostly located in the Pará state and were all in northern Brazil, they differ substantially in many demographic characteristics, their funding sources, and their reported relationships with government.

### 4.2.1 Demographic Characteristics and representativeness of sample

Demographic Characteristics of Interviewed Organisations		
Area of expertise	Sustainability	40%
	Membership orgs.	20%
	Civil rights causes	27%
	Education	7%
	Health	7%
Average years operating		37
% of oscips		23%
Staff number		AVG: 45,2
		STDEV: 59
Schooling of employees	High School	33%
	Complete Undergrad	33%
	Complete Postgrad	22%
	PHD/Postdoc	11%
Salaries		22% Unpaid
		Avg: R\$ 4.091

As observed in the demographic characteristics of the organisation, they are predominantly sustainability and civil rights-based, which corresponds to national and local trends observed by IBGE (Lopez 2018). Similarly Lopes (2018) found that most of the largest institutions in terms of employment are health and education-related,

while the average employment of these organisations in the sample was 87.6, so considerably above the sample mean of 45,2. On the other hand, national third sector averages demonstrate that 90% of organisations only have up to 2 formal employees, which is significantly lower than in this sample. The organisations sampled also had significantly more educated staff compared to national NGO averages: While 66% of NGO employees nationally did not finish college, 49% finished high school and 14% middle school, in this sample 66% of organisations reported their average employee as having a college degree or higher. At the same time, average salary levels in this sample tend to be closer to national averages: The national average salary for someone with a university degree is R\$ 4.237, while the average salary in this research sample is R\$ 4.091. Finally, while most NGOs tend to not survive the 2-year mark, the average of years’ operating as NGOs in this sample is 37. Thus, it can be said that the average organisational profile of this sample is composed of organisations that are considerably larger, older, with more formal employment and more educated staff. At the same time, salaries do not appear to be significantly different from national averages, which is probably driven by the fact that salaries in Pará, one of Brazil’s poorest states, are significantly lower than the Brazilian average.

#### 4.2.2 Interviewee Profile

Interviewee Profile		
Position	President or Director	83%
	Regional Manager	11%
	Consultant	6%
Compensation	Unpaid	39%
	Paid	61%
other occupation	Public sector	22%
	Consultancy	22%
	Private sector	28%
	Academia	17%
	No other occupation	22%
Correlation between education and work?	Unspecified other	17%
	Yes	83%
Schooling	No	17%
	High school	17%
	Bachelors	39%
Past public sector experience	Masters	44%
	Yes	67%
	No	33%

14

As evidenced by the interviewee profile, the great majority of interviewees were in paid upper management positions with previous public sector experience. While there is considerable variation in the occupation’s interviewees report having, 78% of interviewees report having another source of income. Also, while boundary-crossing was identified between the third and public sector (22%), the highest amount of boundary-crossing is found in the private sector (28%). Thus, it can be said that the nature of boundary-crossing in the sample of NGOs is extensive rather than consecutive, as most organisations report having had public sector experience than are currently employed in the public sector.

#### 4.2.4 Revenues and funding sources

On the topic of average revenues, it is important to mention that two very large outliers (one NGO with a revenue of in the 8 figures and one company with a revenue of zero) were excluded from the calculation of the average and standard deviation. Still, the standard deviation remains very high (average revenue is 1.2 Mil and STD is 900k), denoting stark inequalities in the financial structures of each organisation, which reflect their size, employee number, branch structure, etc.

When it comes to the sources of revenues themselves, they tend to be predominantly derived from the sale of own goods and services and donations by private persons and corporations. While government resources are also significant, the importance of the private sector as a funding source and the sale of the NGO’s own goods and services is in line with shifting trends in funding sources across Latin America as highlighted by Pousadela & Cruz (2016) and others.

Financial Characteristics of Interviewed Organisations			
Annual revenues		Avg: R\$ 11 M	
		Std: 31 Mil	
Number subsidiaries		No subsidiaries: 65%	
		1 subsidiary: 15%	
		Remaining 20% ranged from 13 to 5,000 subsidiaries	
Main revenue sources	Sales of goods and services		55%
	Private Person donations		44%
	Corporate donations		39%
	Government Transfers	Municipal	11%
		State	16%
		Federal	22%
	Membership fees		17%
	Foundations		11%
owner's contributions		6%	
other - unspecified		11%	
Urban/Rural breakdown	Predominantly Metropolitan		44%
	Predominantly Rural		17%
	Evenly spread		39%
Info National Public sector revenues		28% received public sector revenue	
Revenues predominantly urban?		92% said yes.	
Changes in financial fluxes from the state?		Yes	

On the changes in financial fluxes from the state, while a significant portion of organisations did not answer this question, the five organisations that did have confirmed that revenues from state transfers decreased significantly over the years, attributing this to disclosure and compliance measures having become more stringent.

#### 4.2.5 Results of Clustering Motivation Questions

Two important insights emerge from the portion of the interview that asked participants to assign a numerical value to their clustering motivations:

Clustering according to a need identification and proximity to the interest community was a dominant expressed motive for NGOs, while proximity to the owner/staff’s local community was ranked as relatively low, emphasising a widespread commitment to cluster based on need instead of self-interest, at least in theory.

While some factors are more relevant than others, all averages had correspondingly-high standard deviations,

denoting a diversity of opinion that mirrors diversity in terms of demographics. Given that the majority of organisations have a private-sector orientation in their funding strategies, it is expected that some top-ranked factors are proximity to private donors and preferential access to financial resources from firms. Also, going by the largest standard deviations, it can be said that the most “polarising” issues are the proximity to public donors and coordination with other NGOs.

Category		Average	STDEV
Management importance		8,42	2,15
Need identification		8,36	2,27
Proximity	Prox.Loc.Comm	4,86	3,63
	Comm. Of int.	8,14	3,08
	Labour market	4,62	3,45
	Urban	6,29	3,27
	Infrastructure	6,93	2,92
	Private Donors	7,29	3,02
	Public Donors	4,71	4,20
Maintenance costs		4,77	3,85
Ease of organising		6,82	3,22
Contacts with public bodies		6,50	3,65
Access to financing	GOvernment	5,64	4,14
	Private Persons	4,38	3,38
	Firms	6,21	3,19
	Foundations etc.	3,79	2,94
Presence of other Ngos		4,57	3,59
Presence of Ngos - Same Sector		4,14	3,92

While a majority of respondents see an urban concentration in the origin of their revenues, many accordingly reported needing to set up an infrastructure in metropolitan areas (such as renting an office space or hiring a dedicated employee). 3 respondents reported that having an office in an urban area was a primary concern for fundraising with private donors.

The importance of management in fundraising is a surprising effect considering how consistently it is rated relatively high regardless of size of organisation or revenue. It would have been expected that managerial protagonism would be bigger in smaller organisations and that larger orgs would have a less centralised structure for revenue mobilisation.

#### 4.2.6 Reported Challenges in project expansion

When asked what issues prevent them from targeting needs effectively in their project expansion, virtually all organisations reported resource constraints as their chief concern. Lack of transport infrastructure and human capital-related challenges in the context of labour markets were also dominant themes. For those organisations that rely predominantly on public funds, the main constraint for project expansion was navigating public bureaucracy, with only one organisation highlighting meddling by public bodies as a chief concern. Infrastructure issues appeared to be more relevant for organisations with less available funding, presumably because adequate funding can overcome the cost associated with having to rely on poor public infrastructure. While proximity to the private and public sectors was important for project expansion, there was less of a reported need to establish infrastructure in urban settings when targeting public donors, in which case proximate

16

personal relationships and networking become more relevant. While NGOs were fairly evenly-split on whether they consider their resource mobilisation as happening more in higher education or wealthier areas, 2/3 of those who found increased concentration in urban areas reported issues of infrastructure and low human capital as the main constraints to expanding resource mobilisation outside of urban areas.

When it comes to the relationships that third sector organisations have with each other, they seem to be characterised by a certain indifference. While few organisations viewed the presence or absence of other organisations as a concern for clustering decisions, they also do not appear to take other organisations into account when expanding their projects. Yet still, a majority of respondents (64%) believed that relationships between NGOs were collaborative, while only 7% argued they are competition-based and 21% argued they were neither collaborative nor competition-based. Most respondents do not find that other NGOs play a role in clustering, regardless of whether activities are similar (42%) or different (35%), against 14% who do find that NGOs in general affect their clustering choices and similar NGOs even more 21%.

On the effect that private sector preferences will have on the kinds of services and programs the NGO develops, it is important to note firstly that there was an overall low response rate to this question, as only 21% of respondents chose to answer. The organisations more willing to readily admit a direct influence of private donors on their clustering behaviour are those non-profits and membership associations that directly cater to the private sector (such small special interest associations collecting membership fees). One organisation that caters to a wide variety of demographics indicated that “emphasising service expansion to cater to the needs of children was perceived as a more effective than explicitly attempting to cater to other demographics perceived as less sympathetic”. Still, 50% of respondents did not perceive these concerns to be of relevance for their clustering behaviour, some due to relying predominantly on public funds, but a significant portion of respondents manifested a lack of interest of the private sector in the activities of the NGO. Here, the dominant themes were both an expressed view that, contrary to what happens in other countries, in Brazil private persons and the private sector more generally are not receptive to NGO needs and a culture of charitable giving does not exist to the same extent.

On marketing: While 28% of respondents did not answer this question, those organisations who did not find marketing relevant to their resource mobilisation operations were the ones who relied predominantly on public funds. All other organisations found it important, even if they reported not being able to dedicate themselves to this goal fully.

#### 4.2.7 Public sector relationships:

It is interesting to note here that, while a few respondents declined to answer or did not know how to answer previous questions, there was a consistent, higher rate of no answers to these specific questions. Lack of response to these questions always ranged between 20-30% of interviewees.

When discussing their general relationship with the state, organisations varied a lot. While those who did manifest a good relationship with the state discussed their proximity to politicians or members of government bodies, none of them highlighted relationships with local bureaucrats themselves, even the organisations who receive public funds through government bureaucracy. On the other hand, those who reported a negative relationship either did so because they would like to form relationships and perceive themselves as being ignored by the state, whereas others forgo state relationships completely, citing corruption and meddling.

When it comes to the likelihood of NGO- public sector relationships, three respondents felt that such relationships are not frequent or important for organisations similar to their own. All other respondents felt that a big

incentive exists to cultivate relationships to communicate issues to bureaucrats or to engage in lobbying with politicians. One organisation mentioned that in their sector relationships with the state can generate advantages in the public procurement process.

When asked if organisations receiving public funds have higher incentives to cultivate relationships with bureaucrats and politicians, all organisations but one felt that there is a bigger chance of such relationships forming. While four respondents chose to highlight the ways in which recent legal changes have made these relationships more transparent and formalised, one respondent argued that the nature of funding permanently alters relationships between government and NGOs because they abandon their civil society role to become executors of the state agenda. It was also noted that these relationships will inevitably lead to the adoption of less “radical” positions by NGOs.

When it was asked whether respondents believed that there are certain regions where access to public and private funds is easier, responses typically reflected the idea that funding was more easily available in the south and south-east of Brazil due to state- third sector relationships being overwhelmingly tense. When the same question was asked with a focus on the private sector, responses highlighting a perceived greater openness of the private sector in the South and South-East to give donations to NGOs.

When it comes to the factors that respondents believed to be more closely associated with organisations gaining access to public resources, over 50% of respondents believed it to be the quality of work, followed by acting in specific areas (noting the importance of embracing less polarising issues), while previous work experience with local communities and contacts with politicians were tied in third place. While this demonstrates a general focus on quality of work and experience, it also points towards the idea that the government will be more likely to fund specific projects and that contacts to politicians are important. It is interesting to note here that 28% of respondents picked contacts with politicians while only 22% picked contacts with local bureaucracy. Similar to the last question, the predominant answers focused on quality of work, an established reputation within the sector and past work experience with local community. When it comes to the private sector, the answer to the question is relatively similar, focusing on quality of work, an established reputation within the sector and past work experience with the local community.

Finally, when exploring the negative side of political relationships, most respondents highlighted a fear of excessive meddling by the public body in the everyday dealings of the organisation, though many respondents did not answer this question. Many more identified a lack of political connections as an impediment when trying to access funds. The 3 respondents who answered the question about the privileged information found that all factors are relevant.

## 5 Discussion

Based on evidence in Harrison et. al (2017), Lewis (2008; 2011) and Abou-Assi and Bowman (2018) the highly personalised nature of NGOs and boundary crossing may generate personal relationships and improve access to funding. Based on the relatively high score of management importance for funding and the high levels of boundary-crossing identified particularly in the private sector, this might explain why most NGOs rely more on private sector funding and report a more ambiguous relationship with the public sector. AbouAssi and Bowman (2018) find that informal kinship relationships as well as previous professional interactions are likely to lead to better relationships.

Based on some discrepancies in the answers provided in the clustering motivation rankings and the open-ended questions about project expansion challenges, it can be argued that, while NGOs are aware of several structural

factors that make clustering based on need more difficult and have developed strategies to curb said difficulties, they do not appear to view these factors as deciding factors for location choice “ex ante”. Therefore, they still report very high motivation to cluster based on need but encounter challenges that make their de-facto clustering choices seem more interest-based. Thus, while NGOs appear to express a genuine desire to cluster based on need identification, they ultimately struggle to live up to that promise and fail to do so in the same vein of what was reported by Jammulamadaka & Varman (2010) in India.

Considering that multiple NGOs in the sample reported the significance of infrastructure and proximity of private donors, they confirm previous findings by Brass (2012), Mallick & Nabin (2018) and Moroto, Sakamoto & Ahmed (2018) that infrastructure problems will represent a key impediment to the realisation of the need-based clustering motivation. Considering that the studies above (particularly Moroto, Sakamoto & Ahmed, 2018) found evidence of a commitment to need that is replicated in official documents, their findings are also similar to this study in the sense that it was found here that a motivation to cluster based on need is woven into the organisational narratives of the NGOs. Thus, this study is more in line with a strand of scholarship that views NGOs as well intentioned, if ineffective as opposed to outright opportunistic. For instance, while Barr and Fefchamps (2006) find that there is a general lack of willingness of NGOs to have a permanent presence in poorer communities, the sample of organisations interviewed does not support a clear tendency because, even though the majority of respondents agreed that revenues are urban, a significant portion of organisations also argued that activities are evenly spread and some even argued they were predominantly rural.

While some authors, like Malleck and Nabin (2018) argue that a strong theoretical commitment to a mission can be a predictor of need-based clustering, the fact that statistical analysis did not find a clear indication of such clustering could also be a consequence of the fact that 1) NGOs are failing to effectively coordinate their activities with other NGOs to avoid needless replication or 2) Perceived need by NGOs does not mirror actual need, as observed by Jammulamadaka & Varman (2010). It is interesting to point out here one specific answer to the question of the influence of other NGOs in location choice: When asked about the relevance of the presence of other NGOs in the location, the respondent said that that, as long as they identify a community in need, they will make an effort to locate there regardless of whether other NGOs are there and what they are doing. Based on this answer, it could be in their pursuit of targeting based on need while dealing with a myriad of constraints, many NGOs are forgetting to look at their surroundings with care to identify when their services might not be needed, but also to spot opportunities for collaboration with other NGOs.

While one could argue that the main problem plaguing NGOs today is the absence of resources, one must also consider the possibility that NGOs are fundamentally unable to rise to the occasion. In other words, there is a possibility that third sector enthusiasts must contend with the possibility that NGOs are unable to adequately identify, target and address need.

### Relevance of political relationships

19

It is also important to note that, while there is considerable heterogeneity in Ngo relationships with the government, the evidence points at these relationships being overwhelmingly sought after in largely legitimate ways. Based on the respondent’s impressions of their public sector relationships, it can be said that they vary greatly based on each organisation, but the dominant perception of the state is one of lack of collaboration. It is also striking that so many respondents perceived their relationships with government as more tense than in other regions and that the state is less willing to give access to funding sources in the North.

By pointing out these underlying tensions, respondents mirrored findings by Bratton (1989) in Kenya, who found that there are underlying tensions between NGOs and government, where NGOs seek to exercise autonomy and the government will exercise control. Given the known resource constrains the NGO sector is under, the steadily-decreasing government funds over the last decade, especially for NGOs in the North, could be seen as a form of exercising control. Having a disengaged relationship with NGOs in the context of these resource constrains might be a way of forcing compliance via institutional inertia.

At the same time, while organisations did express that certain types of projects may get preferential treatment over others, they did overall characterise government-NGO relationships as being predominantly performance and experience-based, even finding that positive NGO- government relationships can lead to credibility gains in host communities. Harrison et. al (2017) also finds that government relationships can lead to gained credibility. While some did find that government meddling might be an undesirable side effect of a relationship with the state, as also found by Harrison et. al (2017), a significantly larger portion of interviewees believed that a lack of relationship with the state is more negative.

Thus, while NGO figureheads have discussed that contact with government can be beneficial and have, to a much smaller extent, indicated that rent-seeking behaviour still happen, the government-NGO relationship found here corroborates the findings of Lopez et. Al (2011) for NGO-public sector in Brazil finding that relationships based on transparency and professional standards are increasing and clientelistic practices are increasingly falling out of favour. In this context, it must be said that, while relationships with the public sector will affect clustering decisions by NGOs to the extent that they might seek to be closer to these sources of funding, these relationships cannot be characterised as involving unethical behaviours in any real sense.

Given what has been previously discussed, we can accept H1 (NGOs reporting high motivation to cluster based on need and identifying it as the key factor), while rejecting H2 (NGOs identifying convenience-based factors as the most important generally and proximity to public and private donors specifically), since convenience-based factors were not the highest-rated and rejecting H2b since the the most highly-ranked convenience factors were infrastructure and private donors, not private and public donors. Finally, H3 (NGOs reporting political relationships as influencing their clustering choices) is more subjective due to the fact that, while political relationships represent an advantage that will motivate some NGOs to seek them out, this is not a unanimous finding and NGOs have not reported considering the public sector a main factor in clustering.

### Concluding comments

This research project has studied clustering behaviours of Brazilian NGOs in the state of Pará, finding little quantitative evidence to support clustering based on objective need, but finding a strong ideological commitment to need-targeting by NGO figureheads. While they report a strong desire to cluster based on identified need, they are ultimately faced with significant resource constrains, infrastructure issues and labour market issues. In this context, they might seek closer ties to governments in order to secure funding, but there is little evidence of unethical behaviours.

20

This research has contributed to the already vast literature on NGO location choice by conducting a study of NGO location choice in Brazil considering that no such study has been identified in Brazilian scholarship.

When taking into account the socio-political commonalities between Brazil and various other Latin American countries, it is unsurprising that the same shifts Brazilian NGOs have had to adapt to have also been identified in the whole of Latin America. Therefore, while the study itself is quite specific to the north of Brazil, similarities between Brazil and other Latin American countries might increase its external validity.

Furthermore, it should be noted that, while this study addressed the three main theories on NGO clustering and engaged with a variety of different factors (especially when it comes to the arguably most broad category, the self-interest motivation), some aspects have inevitably remained unaddressed. For instance, Kareithi & Flisher (2008) argue security is a significant concern for location choice, while Champion (2002) finds that employee motivation will also play a role in NGO location choice. While the inclusion of such elements would be relevant for the Brazilian context (specifically the security dimension given Brazil's high crime rates), a decision was made to stop including further dimension into the interviews to avoid them becoming too long and cumbersome for the interviewees. Furthermore, Büthe (2012) includes a distinction between a humanitarian (or needs-based) motive and a development motive in their analysis. The development motive would see NGO targeting interventions according to the development potential of the project, which is quite different than targeting need purely. This is again a fascinating dimension to location choice that future research in Brazil specifically and in Latin America generally should account for.

This study also finds significant implications for future research. The debate on the NGO's ability adequately target need will inevitably feed into the wider discussion on how NGO- state relationships should occur and whether it is advisable for the state to become the protagonist in public service provision. While current trends are unlikely to be completely reversed and NGO- state partnerships are here to stay, at the very least the discussion around NGO need targeting should motivate us to exercise caution when outsourcing state responsibilities to the third sector.

### Bibliography

AbouAssi, K., & Bowman, A. O. M. (2018). Toward a conditional analysis of NGO-local government relations in developing countries. *Perspectives on Public Management and Governance*, 1(3), 222-235.

Adams, W. C. (2015). Conducting semi-structured interviews. *Handbook of practical program evaluation*, 4, 492-505.

Aldashev, G., Marini, M., & Verdier, T. (2020). Samaritan Bundles- Fundraising Competition and Inefficient Clustering in NGO Projects. *The Economic Journal*, 130(630), 1541-1582.

Alves, M. A., & Koga, N. M. (2006). Brazilian nonprofit organizations and the new legal framework- an institutional perspective. *Revista de Administração Contemporânea*, 10, 213-234.

Amin, S., Rai, A. S., & Topa, G. (2003). Does microcredit reach the poor and vulnerable? Evidence from northern Bangladesh. *Journal of development Economics*, 70(1), 59-82.

Amore, M. D., & Bennedsen, M. (2013). The value of local political connections in a low-corruption environment. *Journal of Financial Economics*, 110(2), 387-402.

Andrade, P. G., Lopez, F. G., Vieira, A., & Pereira, A. C. R. (2019). O Trabalho formal nas OSCs em 2015: o perfil demográfico e a escolaridade dos vínculos de trabalho.

Aquino, L., Pires, R. R. C., Lopez, F., de Medeiros, B. A., da Fonseca, I. F., dos Santos Almeida, A., Koga, N. M. (2021). *Boletim de Análise Político-Institucional*.

Banks, N., Hulme, D., & Edwards, M. (2015). NGOs, states, and donors revisited: Still too close for comfort?. *World Development*, 66, 707-718.

Bano, M. (2008). Dangerous correlations: Aid's impact on NGOs' performance and ability to mobilize members in Pakistan. *World Development*, 36(11), 2297-2313.

Barr, A., & Fafchamps, M. (2006). A client-community assessment of the NGO sector in Uganda. *The Journal of Development Studies*, 42(4), 611-639.

Batley, R. (2011). Structures and strategies in relationships between non-government service providers and governments. *Public Administration and Development*, 31(4), 306-319.

Bebbington, A. (2004). NGOs and uneven development- geographies of development intervention. *Progress in human geography*, 28(6), pp.725-745.

Beckfield, J. (2003). Inequality in the world polity- The structure of international organization. *American Sociological Review*, 401-424.

Bielefeld, W., & Murdoch, J. C. (2004). The locations of nonprofit organizations and their for-profit counterparts- An exploratory analysis. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 33(2), pp.221-246.

Büthe, T., Major, S., & e Souza, A. D. M. (2012). The politics of private foreign aid- humanitarian principles, economic development objectives, and organizational interests in NGO private aid allocation. *International Organization*, 66(4), 571-607.

Bliss, M. A., & Gul, F. A. (2012). Political connection and leverage- Some Malaysian evidence. *Journal of Banking & Finance*, 36(8), 2344-2350.

Bronstein, M. M., Fontes, J. R., & Pimenta, G. A. (2017). Organização dos Conselhos Municipais- governança e participação da sociedade civil. *Interaces (Campo Grande)*, 18, 89-102

Brass, J. N. (2012). Why do NGOs go where they go? Evidence from Kenya. *World Development*, 40(2), 387-401. Bratton, M. (1989). The politics of government-NGO relations in Africa. *World Development*, 17(4), 569-587

Campos, L., Andion, C., Serva, M., Rossetto, A., & Assumpção, J. (2011). Performance evaluation in non-governmental organizations (NGOs): An analysis of evaluation models and their applications in Brazil. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 22(2), 238-258.

Chagas, M. J. R., Cavalcante, D. S., de Melo Travassos, S. K., de Macedo Pinto, S. K., & da Silva, P. Z. P. (2020). Evidenciação contábil dos recursos auferidos pelas OSCIPs do nordeste brasileiro: um enfoque nas subvenções e assistências governamentais. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 12(2), 236-253.

Chhotray, V. (2005). Political Entrepreneurs or Development Agents- An NGO's tale of resistance and acquiescence in Madhya Pradesh, India.

Chynoweth, S. K., Zwi, A. B., & Whelan, A. K. (2018). Socializing accountability in humanitarian settings: a proposed framework. *World Development*, 109, 149-162.

Clarke, G. (1998). Non-governmental organizations (NGOs) and politics in the developing world. *Political studies*, 46(1), 36-52

Corrado, L., Martin, R. and Weeks, M. (2005) Identifying and interpreting regional convergence clusters across Europe, *Economic Journal*, 115(502), pp. C133 – C160.

Dagnino, E. (2002). Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades

Davis, J. M., & Swiss, L. (2020). Need, Merit, Self-Interest or Convenience? Exploring Aid Allocation Motives of Grassroots International NGOs. *Journal of International Development*, 32(8), 1324-1345.

- da Glória Gohn, M. (2006). Conselhos gestores e gestão pública. *Ciências Sociais Unisinos*, 42(1), 5-11.
- da Silva, H. L., Porto Filho, É., da Silva Nascimento, R., & da Silva, A. R. C. (2016). Avaliação institucional de prefeituras para desenvolvimento de projetos de gestão social com organizações da sociedade civil de interesse público. *Ciências da Administração*, 18(44), 124-136.
- de Lima Pereira, M., Albuquerque, L. S., de Oliveira, K. P. S., & Batista, F. F. (2015). Características de Mobilização de Recursos: um estudo nas organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) do Brasil. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(3), 112-131.
- De Wit, J., & Berner, E. (2009). Progressive patronage? Municipalities, NGOs, CBOs and the limits to slum dwellers' empowerment. *Development and Change*, 40(5), 927-947.
- Di Pietro, M. S. Z. (2010). *Direito administrativo* (Vol. 8). São Paulo: Atlas.
- Djankov, S., Montalvo, J. G., & Reynal-Querol, M. (2008). The curse of aid. *Journal of economic growth*, 13(3), 169-194.
- Ebrahim, A. (2003). Accountability in practice: Mechanisms for NGOs. *World development*, 31(5), 813-829.
- Edwards, M., & Hulme, D. (1995). NGO performance and accountability in the post-cold war world. *Journal of International Development*, 7(6), 849-856.
- Faccio, M. (2006). Politically connected firms. *American economic review*, 96(1), 369-386.
- Ferrarezi, E., & Rezende, V. (2000). OSCIP-Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. In *OSCIP-Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a Lei 9.790/99 Como Alternativa Para o Terceiro Setor* 105-198).
- Foweraker, J. (2001). Grassroots movements and political activism in Latin America- A critical comparison of Chile and Brazil. *Journal of Latin American Studies*, 33(4), 839-865.
- Frantz, T. R. (1987). The role of NGOs in the strengthening of civil society. *World Development*, 15, 121-127
- Fritsch, M., & Schilder, D. (2012). The regional supply of venture capital: Can syndication overcome bottlenecks?. *Economic Geography*, 88(1), 59-76.
- Fruitero, A., & Gauri, V. (2005). The strategic choices of NGOs- Location decisions in rural Bangladesh. *Journal of Development Studies*, 41(5), 759-787.
- Furtado, L. L., Giacomelli, J., & Pacheco, V. (2019). Evidências de irregularidades em OSCIPS- uma análise dos exames de auditoria realizados pelo Tribunal de Contas da União. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18, 1-16.
- Lopez, F. G. (2018). Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil.
- 23 Lopez, F. G., & Andrade, P. G. (2019). Alguns valores—e muitos problemas—para estimar as transferências de recursos públicos para organizações da sociedade civil no Brasil.
- Galway, L. P., Corbett, K. K., & Zeng, L. (2012). Where are the NGOs and why? The distribution of health and development NGOs in Bolivia. *Globalization and health*, 8(1), 1-13.
- Gauri, V., & Galef, J. (2005). NGOs in Bangladesh- Activities, resources, and governance. *World Development*, 33(12), 2045-2065.

Gazley, B., & Brudney, J. L. (2007). The purpose (and perils) of government-nonprofit partnership. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 36(3), 389-415.

Gazley, B. (2008). Beyond the contract- The scope and nature of informal government–nonprofit partnerships. *Public administration review*, 68(1), 141-154.

Gazley, B. (2010). Why not partner with local government? Nonprofit managerial perceptions of collaborative disadvantage. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 39(1), 51-76.

Goldin, I., Rogers, H., & Stern, N. (2002). The role and effectiveness of development assistance. *World Bank, A Case for Aid: Building a Consensus for Development Assistance, Washington DC: World Bank*.

Graciliano, E. A., Moreira Filho, J. C., Nunes, A. D. P., Pontes, F. C. D. M., & Zampa, F. F. (2010). Accountability na administração pública federal: contribuição das auditorias operacionais do TCU. *Pensar Contábil*, 12(47).

Green, D. (2016). *How change happens*. Oxford University Press, 212-234.

Griffith, T. L., Yam, P. J., & Subramaniam, S. (2007). Silicon valley’s ‘one-hour’ distance rule and managing return on location. *Venture Capital*, 9(2), 85-106.

Grønbjerg, K. A., & Paarlberg, L. (2001). Community variations in the size and scope of the nonprofit sector-Theory and preliminary findings. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 30(4), pp.684-706.

Harrison, T. (2017). NGOs and personal politics- The relationship between NGOs and political leaders in West Bengal, India. *World Development*, 98, 485-496.

Houston, R., Maslar, D. A., & Pukthuanthong, K. (2018). Political connections, government procurement contracts, and the cost of debt. *Government Procurement Contracts, and the Cost of Debt* (January 18, 2018).

Herzer, D., & Nunnenkamp, P. (2013). Private donations, government grants, commercial activities, and fund-raising: Cointegration and causality for NGOs in international development cooperation. *World Development*, 46, 234-251.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2019). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016*. IBGE. <https://sinapse.gife.org.br/download/as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil-2016>

Jammulamadaka, N., & Varman, R. (2010). Is NGO development assistance mistargeted? An epistemological approach. *Critical Review*, 22(2-3), 117-128.

Joassart-Marcelli, P., & Giordano, A. (2006). Does local access to employment services reduce unemployment? A GIS analysis of onestop career centers. *Policy Science*, 39, 335–359.

Joassart-Marcelli, P., & Wolch, J. R. (2003). The intrametropolitan geography of poverty and the nonprofit sector in Southern California. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 32(1), 70-96.

Johnson, J. M., & Ni, N. (2015). The impact of political connections on donations to Chinese NGOs. *International Public Management Journal*, 18(4), 514-535.

Jordan, L., & van Tuijl, P. (Eds.). (2006). *NGO accountability: Politics, principles and innovations*. Routledge.

Jupp Kina, V. (2012). Participant or protagonist? A critical analysis of children and young people’s participation in São Paulo, Brazil. *International Social Work*, 55(3), 320-336.

Kareithi, R., & Flisher, A. (2009). Location of development NGOs providing HIV and AIDS services to young people in Cape Town, South Africa. *Journal of Social Development in Africa*, 24(2), 9-36.

Khwaja, A. I., & Mian, A. (2005). Do lenders favor politically connected firms? Rent provision in an emerging financial market. *The Quarterly Journal of Economics*, 120(4), 1371-1411.

Kilby, P. (2006). Accountability for empowerment- Dilemmas facing non-governmental organizations. *World Development*, 34(6), 951-963.

Koch, D. J., Dreher, A., Nunnenkamp, P., & Thiele, R. (2009). Keeping a low profile- what determines the allocation of aid by non-governmental organizations?. *World development*, 37(5), 902-918.

Koch, D. J., & Ruben, R. (2008). Spatial clustering of NGOs: an evolutionary economic geography approach.

Koch, D. J. (2009). *Aid from international NGOs: Blind spots on the aid allocation map* (Vol. 70). Taylor & Francis.

Koslinski, M. C., & Reis, E. P. (2009). Transnational and domestic relations of NGOs in Brazil. *World development*, 37(3), 714-725.

Kuser, H. (2009). Parcerias com OSCIPs: não é tudo que é permitido. In *II Congresso CONSAD de Gestão Pública–Painel* (45) 4-30.

Lewis, D. (2008). Crossing the boundaries between ‘third sector’ and state- Life-work histories from the Philippines, Bangladesh and the UK. *Third World Quarterly*, 29(1), 125-141.

Lewis, D. (2011). Exchanges of Professionals between the Public and Non-Governmental Sectors- Life-work Histories from Bangladesh. *Modern Asian Studies*, 45(3), 735-757. doi-10.1017/S0026749X09000092

Lewis, D. (2004). On the difficulty of studying ‘civil society’: Reflections on NGOs, state and democracy in Bangladesh. *Contributions to Indian Sociology*, 38(3), 299–322.

Lewis, D. (2017). Organising and representing the poor in a clientelistic democracy: The decline of radical NGOs in Bangladesh. *The Journal of Development Studies*, 53(10), 1545-1567.

Lopez, F. G., de Souza Leão, L., & Grangeia, M. L. (2011). State, third sector, and the political sphere in Brazil- evolution and current scenario. *International Journal of Sociology*, 41(2), 50-73.

Makela, M. (2003) Geography and cultural distance as determinants of international venture capital investment, Annual Meeting of the Academy of Management, Seattle, WA, 1 – 6 August.

Mason, C. and Harrison, R. (2002) The geography of venture capital investment in the UK, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 27, pp. 427 – 451.

Mallick, D., & Nabin, M. H. (2018). Cost effectiveness or serving the poor? Factors determining program placement of NGOs in Bangladesh. *Economic modelling*, 69, 281-290.

Matin, I. (2004). The very poor who participate in microfinance institutions and those who never did- a comparative analysis.

Mello, J., Pereira, A. C. R., & Andrade, P. G. (2019). *Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs? Análise de transferências federais e projetos executados pelas organizações da sociedade civil no Brasil*, 2483. 1-165.

Mendonça, P., Alves, M. A., & Nogueira, F. (2016). Civil society organisations and the fight for rights in Brazil:

- Mercer, C. (2002). NGOs, civil society and democratization: a critical review of the literature. *Progress in development studies*, 2(1), 5-22.
- Moroto, H., Sakamoto, M., & Ahmed, T. (2018). Possible factors influencing NGOs' project locations for disaster management in Bangladesh. *International journal of disaster risk reduction*, 27, 248-264.
- Mulgan, R. (2003). *Holding power to account: accountability in modern democracies*. Springer.
- Mundy, T., & Seuffert, N. (2021). Integrated domestic violence services- A case study in police/NGO co-location. *Alternative Law Journal*, 46(1), 27-33.
- Nemenoff, E. (2008). Indiscriminate or intentional: Locations of nonprofit organizations in Kansas City. *Journal of Interdisciplinary Research*, 2(1), 101–110.
- Owen-Smith, J. and Powell, W. W. (2004) Knowledge networks as channels and conduits: the effects of spillovers in the Boston biotechnology community, *Organization Science*, 15(1), pp. 5 – 21.
- Oliveira, C. D. C., Freire, D. G., & Marta, F. D. S. (2019). Aspectos metodológicos do estudo as fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil (FASFIL).
- Paes de Paula, A. P. (2005). *Por uma nova gestão Pública*. Rio de Janeiro: FGV.
- Palanský, M. (2014). Political connections and public procurement- Evidence from the Czech Republic.
- Peci, A., Figale, J., Oliveira, F. D., Barragat, A., & Souza, C. (2008). Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 42, 1137-1162.
- Peck, L. R. (2008). Do antipoverty nonprofits locate where people need them? Evidence from a spatial analysis of Phoenix. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(1), 138–151.
- Peck, L. R. (2008). Do Antipoverty Nonprofits Locate Where People Need Them? Evidence From a Spatial Analysis of Phoenix. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(1), 138–151.
- Peixinho, M. M. (2018). As Cooperativas de Trabalho e as Parcerias Público-Privadas: um Estudo Comparativo das Diferenças e Semelhanças entre a Organização Social, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a Cooperativa de Trabalho. *Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença*, 15(2), 63-68.
- Pinch, S., & Sunley, P. (2016). Do urban social enterprises benefit from agglomeration? Evidence from four UK cities. *Regional Studies*, 50(8), 1290-1301.
- Pousadela, I. M., & Cruz, A. (2016). The sustainability of Latin American CSOs- Historical patterns and new funding sources. *Development in Practice*, 26(5), 606-618.
- Powell, W. W., Koput, K. W., Bowie, J. I. and Smith-Doerr, L. (2002) The spatial clustering of science and capital: accounting for biotech firm – venture capital relationships, *Regional Studies*, 36(3), pp. 291 – 305.
- Raberg, L. M., & Rudel, T. K. (2007). Where are the sustainable forestry projects?- A geography of NGO interventions in Ecuador. *Applied Geography*, 27(3-4), 131-149.
- Rahman, S. (2006). Development, democracy and the NGO sector: Theory and evidence from Bangladesh. *Journal of developing societies*, 22(4), 451-473.

- Rahman, A., & Razzaque, A. (2000). On reaching the hardcore poor: some evidence on social exclusion in NGO programmes. *The Bangladesh development studies*, 1-35.
- Rich, J. A. (2019). Making national participatory institutions work: Bureaucrats, activists, and AIDS policy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 61(2), 45-67.
- Riddell, R. C., Bebbington, A., & Peck, L. (1995). Promoting development by proxy: An evaluation of the development impact of government support to Swedish NGOs. Stockholm: SIDA.
- Riddell, R. C., & Robinson, M. (1995). *Non-governmental organizations and rural poverty alleviation*. Oxford University Press.
- Saez, E. S., & Silva, G. S. B. D. (2019). Investimento social privado: um campo cada vez mais diverso.
- Shandra, J. M., Shandra, C. L., & London, B. (2010). Do non-governmental organizations impact health? A cross-national analysis of infant mortality. *International Journal of Comparative Sociology*, 51(1-2), 137-164.
- Shepherd, D. A. and Zacharakis, A. (2001) Speed to initial public offering of VC-backed companies, *Entrepreneurship Theory and Practice*, 25(3), pp. 59 – 69.
- Smillie, I., & Helmich, H. (1993). *Non-governmental organisations and governments*. Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Smith, J., & Wiest, D. (2005). The uneven geography of global civil society- National and global influences on transnational association. *Social Forces*, 84(2), 621-652
- Tsutsui, K., & Wotipka, C. M. (2004). Global civil society and the international human rights movement- Citizen participation in human rights international nongovernmental organizations. *Social Forces*, 83(2), 587-620.
- Walsh, S. B. (2014). The improbability of accountability of nongovernmental organisations to their intended beneficiaries- the case of ActionAid (Doctoral dissertation, The London School of Economics and Political Science (LSE)).
- Wang, Q. (2020). Differentiated government control- Political connections and revenues to NGOs in China (Doctoral dissertation, Indiana University).
- Yasmin, S., & Ghafran, C. (2019). The problematics of accountability- Internal responses to external pressures in exposed organisations. *Critical Perspectives on Accounting*, 64, 102070- 102090
- Zhou, M. (2015). Global Distribution of Transnational Human Rights NGO s- The Effects of Domestic Resources and Institutions. *Sociological Inquiry*, 85(4), 576-599.

## Appendix - Translated Interview Questions

### 1) Questions directed at managers of NGOs/OS/OSCIPS/FOUNDATIONS

- a. What is your position within the organization? Is your work voluntary or paid? –
- b. Do you have another job outside of this organisation? If yes, which one?
- c. What is your education level?
  - i. Secondary/middle school
  - ii. Some GCSE, A-Levels/ High School
  - iii. Completed GCSE, A-Levels/ High School
  - iv. Some University – Undergraduate
  - v. Completed Undergraduate
  - vi. Postgraduate/Masters/PhD
- d. Do you consider your professional experience to be related to your current work in the organization? If so, briefly describe the professional experiences you think are relevant.
- e. What are your responsibilities in the organisation?
  - i. Everyday management (hiring, firing, payments, accounting, etc.)
  - ii. Reporting to public oversight bodies
  - iii. Project management of partnerships between the organization and the State.
  - iv. Organization of other products/services that are not subject to a partnership agreement.
  - v. Securing and expanding funding through private or public means.
  - vi. Others?
- f. Do you have past work experience in the public sector? If yes:
  - i. Which public body was it?
  - ii. What was your position?
  - iii. What was your responsibility?
- g. What are the main demographic characteristics of your organization?
  - i. Occupation area
  - ii. Time since organisation was founded.
  - iii. If you are an OSCIP, what year were you accredited?
  - iv. Number of branches/units and their location.
  - v. Number of employees.
  - vi. Average level of education of employees.
  - vii. Average salary level of employees.
- h. Do your organization's projects take place in one main community or in multiple simultaneous locations? Would you say there is a preference for urban areas?
  - i. What Is the average yearly revenue of the organisation?
  - j. What are the main revenue sources of the organisation ?
    - i. Municipal government transfers
    - ii. State government transfers
    - iii. Federal government transfers
    - iv. Transfers from international institutions
    - v. Transfers from foreign governments
    - vi. Sale of products and services
    - vii. NGO's own events/campaigns
    - viii. Donations from private persons
    - ix. Corporate donations
    - x. Others
  - k. If you have received resources from the government between 2010 and 2020 (or between the organization's founding year and 2020, if more recent):
    - i. How much do these revenues represent in relation to alternative sources of income?
    - ii. If it is an OSCIP, how many partnership terms were carried out per year from 2010 to 2020?
    - iii. Were these resources obtained through parliamentary amendments? If so, how much do these resources represent

in relation to the total?

- iv. Which level of government were these resources obtained from? (Federal/State/Municipal)
- v. Have you identified changes in financial flows from the government in recent years? (e.g Have they increased/decreased? Have they become more difficult/easy to obtain? Are they coming more from a specific entity of the federation? Have these transfers come more from parliamentary amendments?)
- vi. How was this grant awarded? Did this process come from the organization or from the public authorities?

## 2) Questions about motivation, location and importance of financial resources

a. What is your assessment of the importance of the organization's founders/managers in the search for financial resources? Select a number from 1 to 10, with 1 being unimportant and 10 essential.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

b. Speaking of your current position or of your overall experience in the third sector, when thinking of the factors that motivate an NGO to choose a certain location for establishment or expansion of its activities, please evaluate the relative importance of each of the factors below from 1(unimportant) to 10 (fundamental):

i. Identification of problems and needs of communities

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

ii. Proximity to the home/community of NGO management and staff

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

iii. Proximity to the community of interest / group of people to be impacted by the work of the organisation.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

iv. Proximity to a more attractive labour market/talent pool (advantages such as cheaper labour, more human capital, etc.)

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

v. Proximity to urban centres

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

vi. Access to better public and private infrastructure, such as health, education and security services.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

vii. Resource mobilisation: Proximity to private donors, such as foundations, institutes, companies and private persons.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

viii. Resource mobilisation: Proximity to public donors such as development banks, local, state and federal government funds, etc.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

ix. Lower maintenance costs for the organisation

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

x. Ease of organising and form associations with like-minded people.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

xi. Contacts with the relevant public bodies

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

xii. Easier access to funding due to contacts with bureaucracy (municipal/state secretariats, civil servants of relevant bodies)

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

xiii. Easier access to resources from donations of private persons.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

xiv. Easier access to corporate donations.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

xv. Easier access to donations by foundations and other donor organisations.

01,  02,  03,  04,  05,  06,  07,  08,  09,  10

xvi. The presence of a large number of third-sector organisations in the community of interest.  
( ) 01, ( ) 02, ( ) 03, ( ) 04, ( ) 05, ( ) 06, ( ) 07, ( ) 08, ( ) 09, ( ) 10

xvii. The presence of other third-sector organisations that pursue similar goals as your own in the community  
( ) 01, ( ) 02, ( ) 03, ( ) 04, ( ) 05, ( ) 06, ( ) 07, ( ) 08, ( ) 09, ( ) 10

c. How was your organization founded? Was the organisation established as a response to observed need or was it established through external interference? Which needs were identified? Are the organisation's founders linked to the community being targeted?

d. Are most of the funding sources of your organisation located in urban areas?  
Establish importance of clustering in urban areas to check whether they

e. Does the expansion of projects usually occur in higher education areas?

f. What are the main difficulties your organization faces in expanding its activities?

g. To what extent does the existence or absence of infrastructure facilitate/complicate your organisation's work?

h. What is the relevance of proximity to a more interesting labor market (advantages such as cheaper, more qualified labor, greater intellectual capital)?

i. When it comes to fundraising, is proximity to private and public donors a factor that motivates the expansion of projects or establishment of organizations?

### 3) Questions about the relationship with other organisations and the public sector

a. In general terms, how would you describe your organisation's relationship with government?

b. How would you describe your organisation's relationship with its direct competitors? When speaking of your overall experiences in the Ngo sector, would you describe these relationships as being more collaborative or competitive?

c. Thus, would the presence of similar third sector organisations act as a deterrent or an incentive for an NGO to establish itself in a given community?

d. When defining project locations or expanding organisational activities, what is the importance of private donor preferences? Do you consider that some issues/areas/concerns attract a disproportionate amount of private donations?

e. What is the importance of marketing for the financing and resource mobilisation model of the organisation?

f. In your experience, what are the chances that organisations similar to yours will maintain relationships with the public sector?

g. Do you believe that NGOs receiving public funds have greater incentives to foster relationships with the local bureaucracy specifically and the public sector generally?

h. Do you believe that there are some places where the process of raising public funds is easier or more difficult? What factors do you believe are relevant to facilitate/hinder this process?

i. Do you believe that there are some places where the private fundraising process is easier or more difficult? What factors do you believe are relevant to facilitate/hinder this process?

j. In your opinion, what is the main advantage for organizations like yours to cultivate relations with public authorities?

i. Gaining credibility with the local community by leveraging trust in government oversight

ii. Knowledge exchanges between public authorities and non-profit organizations.

iii. Consolidating the organization's reputation with the public authorities

iv. Gaining credibility with the local community through the services of the organisation.

k. In your opinion, what are the main factors that facilitate organizations to receive access to public resources?

i. Quality of work

ii. Experience in the organization's industry

iii. Past work experience with the local community

iv. Acting in certain specific areas (that is, are there some activities that are more prone to receiving government funds?)

- v. Experience with local government agencies
- vi. Geographical proximity to public bodies. Which?
  - i. Municipal secretariats
  - ii. City Halls
  - iii. Agencies linked to the state government
  - iv. Agencies linked to the federal government
- vii. Geographical proximity to beneficiary communities
- viii. Size/structure of the organization
- ix. Contacts with development bank employees
- x. Contacts with public servants
- xi. Contacts with politicians:
  - l. In your opinion, what are the main factors that contribute to organizations receiving access to private resources?
    - i. Quality of work
    - ii. Experience in the organization's industry
    - iii. Past work experience with the local community
    - iv. Past work experience in an institution / private company
    - v. Geographical proximity to business centers
    - vi. Geographical proximity to urban centers in general
    - vii. Geographical proximity to beneficiary communities
    - viii. Size/structure of the organization
    - ix. Work in certain specific areas (ie are there some areas of work that private donors tend to favor more than others?)
    - x. Contacts with employees of private companies/foundations.
    - xi. Contacts with owners/managers of these organizations
- m. Do political connections have the potential to be harmful? In what way?
  - i. Exacerbated interference by the government in the organization's work.
  - ii. Alienation of organizations or people of different political orientation.
  - iii. Others
- n. Can the lack of political connections affect an organisation negatively? If so, how?
- o. Do you consider that managers of non-profit organizations gain access to privileged information through contact with the local bureaucracy? Which?
  - i. Volume of resources made available
  - ii. Areas in which these resources are available
  - iii. Assistance in project preparation
  - iv. Preference when selecting to enter into partnership terms
  - v. Access to confidential information about project approval/accountability status

#### 4) Questions about the nature of the flow of financial resources:

- We realized that there is a large amount of associations and foundations in Pará, but few OSCIPs and OS compared to the south and southeast. In your opinion, why is this happening?
- It was found that there is no strong correlation between specific indexes that measure the performance of a particular municipality in a particular area of activity and the number of OSCIPs/NGOs operating in that area in that municipality. How would you explain this fact?
- We realized that there is a relationship between the number of OSCIPs in the North and the amount of municipal expenses. This correlation was found only in the North. Do you believe that there are certain municipalities that facilitate the release of funds to NGOs and OSCIPs? If yes, why?

## Análise epidemiológica de casos de sífilis em gestantes durante a pandemia da Covid-19 no Estado do Pará no período de 2018 a 2021<sup>1</sup>

*Epidemiological analysis of syphilis cases in pregnant women during the Covid-19 pandemic in Estado do Pará in the period from 2018 to 2021<sup>2</sup>*

Ana Cristina Pereira Pires  
Cliviane Barbosa da Silva  
Maria Rosinete Siqueira Picanço

Submetido em: 01/12/2022  
Aprovado em: 01/12/2022  
Publicado em: 05/12/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.450

### RESUMO

A sífilis é uma infecção bacteriana infecto contagiosa e crônica, considerada uma das doenças sexualmente transmissíveis (DST) mais comuns no mundo. Segundo a organização mundial da saúde (OMS) estima-se que, no mundo, ocupando o terceiro lugar na escala das infecções de transmissão sexual curáveis na população sexualmente ativa no Brasil. O patógeno é transmitido por contato sexual com uma pessoa infectada, por transfusão sanguínea e através da transmissão vertical que se baseia na contaminação de mãe para o feto através da corrente sanguínea. O *T. pallidum* manifestam-se em três estágios que se caracterizam de acordo com a nocividade e o tempo de exposição ao organismo. Seu diagnóstico pode ser através de exame Ginecológico, no caso das mulheres e testes imunológicos. O objetivo do presente estudo foi analisar o índice epidemiológico de sífilis em gestantes na região norte do Brasil, no período de 2018 a 2021. O estudo foi de abordagem quantitativa, descritivo, retrospectivo e de levantamento de coleta dos dados fornecidos pelas informações provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). No período de 2018 a 2021, foram notificados 3.312 no total de casos de sífilis gestacional por faixa etária que varia entre 10 a 59 anos nos principais municípios da região norte do estado do Pará. Através desses dados, observamos que até o ano de 2019 os casos de Sífilis, em sua maioria, continuavam crescendo, porém em 2021 vemos uma queda considerável no número de casos diagnosticados e registrados no banco de dados fornecido pelo SINAN, entretanto devemos lembrar que a diminuição no número de casos registrados neste ano pode ser devido à busca reduzida por diagnósticos de Sífilis pelo período pandêmico pelo Sars-Cov2 (Coronavírus ou Covid- 19), no estado do Pará, podendo haver negligência por parte da população com relação às outras doenças. Em suma, evidenciou-se um crescimento significativo de sífilis gestacional, a distribuição espacial indicou prevalência dessas doenças nas regiões periféricas do município caracterizando a infecção em gestantes jovens, de baixa escolaridade, donas de casa e que residem na zona urbana, revelando a fragilidade da assistência pré-natal prestada às gestantes, através do diagnóstico tardio, tratamento inadequado e da não realização do tratamento do parceiro, sendo estes, pontos fundamentais para evitar a transmissão vertical. Embora tenha o agente etiológico bastante conhecido, modo de transmissão estabelecido, tratamento eficaz e de baixo custo, com altas probabilidades de cura, ainda persiste como um grave problema de saúde pública.

Palavras-chave: Sífilis, gestantes, *Treponema pallidum*, epidemiologia, covid 19.

### ABSTRACT

Syphilis is a contagious and chronic bacterial infection, considered one of the most common sexually transmitted diseases (STDs) in the world. According to the World Health Organization (WHO) it is estimated that, in the world, occupying the third place on the scale of curable sexual transmission infections in the sexually active population in Brazil. The pathogen is transmitted by sexual contact with an infected person, by blood transfusion and through vertical transmission that is based on contamination from mother to fetus through the bloodstream. *T. pallidum* is manifested in three stages that are characterized according to the harmfulness and time of exposure to the organism. Its diagnosis can be through gynecological examination, in the case of women and immunological tests. The aim of this study was to analyze the epidemiological index of syphilis in pregnant women in northern Brazil, from 2018 to 2021. The study was a quantitative, descriptive, retrospective approach and data collection provided by information from the Notifiable Diseases Information System (Sinan). In the period from 2018 to 2021, 3,312 cases of gestational syphilis were reported by age group ranging from 10 to 59 years in the main municipalities of the northern region of the state of Pará. Through these data, we observed that by the year 2019 the cases of Syphilis, for the most part, they continued to grow, but in 2021 we see a considerable drop in the number of cases diagnosed and registered in the database provided

1

1 Este artigo foi apresentado para a obtenção do grau de especialista em microbiologia e imunologia, da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Orientadora: Profª Dra. Fabiolla da Silva dos Santos.

2 This article was presented to obtain the degree of specialist in microbiology and immunology, from the Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Advisor: Prof. Dr. Fabiolla da Silva dos Santos.

by SINAN, however we must remember that the decrease in the number of cases registered this year may be due to the reduced search for diagnoses of Syphilis by the pandemic period by Sars-Cov2 (Coronavirus or Covid- 19), in the state of Pará, and there may be negligence on the part of the population in relation to other diseases. In short, there was a significant growth of gestational syphilis, the spatial distribution indicated prevalence of these diseases in the peripheral regions of the municipality characterizing the infection in young pregnant women with low schooling, housewives and living in the urban area, revealing the fragility of prenatal care provided to pregnant women, through late diagnosis, inadequate treatment, and non-treatment of the partner, these are key points to avoid vertical transmission. Although it has the well-known etiological agent, established mode of transmission, effective and low-cost treatment, with high probabilities of cure, it persists as a serious public health problem.

**Keywords:** Sífilis, pregnant women, *Treponema pallidum*, epidemiology, covid 19.

## 1 INTRODUÇÃO

A sífilis é uma infecção bacteriana infecto contagiosa e crônica, considerada uma das doenças sexualmente transmissíveis (DST) mais comuns no mundo. Segundo a organização mundial da saúde (OMS) estima-se que, no mundo, ocorram anualmente cerca de 12 milhões de novos casos, ressaltando que destes, 1,5 a 1,85 milhões dos registros encontrados são de gestantes, ocupando o terceiro lugar na escala das infecções de transmissão sexual curáveis na população sexualmente ativa no Brasil.

A notificação compulsória da sífilis em gestantes em todo território nacional foi instituída pela Portaria nº 33, de 14 de julho de 2005. No período de 2005 a junho de 2020, foram notificados no Sinan 449.981 casos de sífilis em gestantes, dos quais 45,3% eram residentes na região Sudeste, 21,0% na região Nordeste, 14,7% na região Sul, 10,3% na região Norte e 8,7% na região Centro-Oeste.

A sífilis é uma DST causada pela bactéria *Treponema pallidum* de subespécie *pallidum*, classificada como do gênero *Treponema* e da família das *Treponemataceae*, sua morfologia apresenta-se de forma espiral fina, revestida por um envelope externo de três camadas ricas em ácido N-acetil murâmico e N-acetil glucosamina, possui flagelos facilitando movimentos por rotação e sua reprodução é por divisão binária, o *T. pallidum* não é capaz de sobreviver no meio externo, necessitando de um hospedeiro humano.

O patógeno é transmitido por contato sexual com uma pessoa infectada, por transfusão sanguínea e através da transmissão vertical que se baseia na contaminação de mãe para o feto através da corrente sanguínea. O *T. pallidum* manifestam-se em três estágios que se caracterizam de acordo com a nocividade e o tempo de exposição ao organismo.

A Sífilis primária se dá início pela formação de feridas entre o período de 10 a 90 dias após o contágio, geralmente no local por onde ocorreu a contaminação inicial; na Sífilis secundária os sintomas aparecem após 6 semanas a 6 meses, havendo o aparecimento de manchas por outras partes do corpo como palma das mãos e pés, elas não produzem irritações na pele e não causam coceira ou dor, outros sintomas que podem ser observados é o surgimento de febre, mal estar, dor de cabeça e protuberâncias na pele do paciente; no caso da Sífilis terciária geralmente surge em 2 a 40 anos após, podendo aparecer lesões cutâneas, neurológicas, cardiovasculares e ósseas, em casos graves pode levar ao óbito, no entanto, a doença pode se apresentar de forma assintomática, nesse período a infecção está na fase latente, onde não há aparição de sinais e sintomas.

2

No caso da Sífilis congênita, os sintomas podem surgir logo após o parto com a aparição de feridas na pele, em casos graves, pode ocorrer aborto espontâneo, parto prematuro, má-formação do feto, surdez, cegueira, deficiência mental e/ou morte ao nascer.

Seu diagnóstico simples baseia-se na análise da coleta do material biológico do paciente, pode ser através de exame Ginecológico, no caso das mulheres, como o Papanicolau e testes imunológicos que são subdivididos

em duas classes: os treponêmicos que envolvem a detecção de anticorpos antitreponêmicos específicos no sangue (IgG), e os não treponêmicos, que são os anticorpos não específicos (IgM).

Tabela 1 Testes imunológicos treponêmicos e não treponêmicos

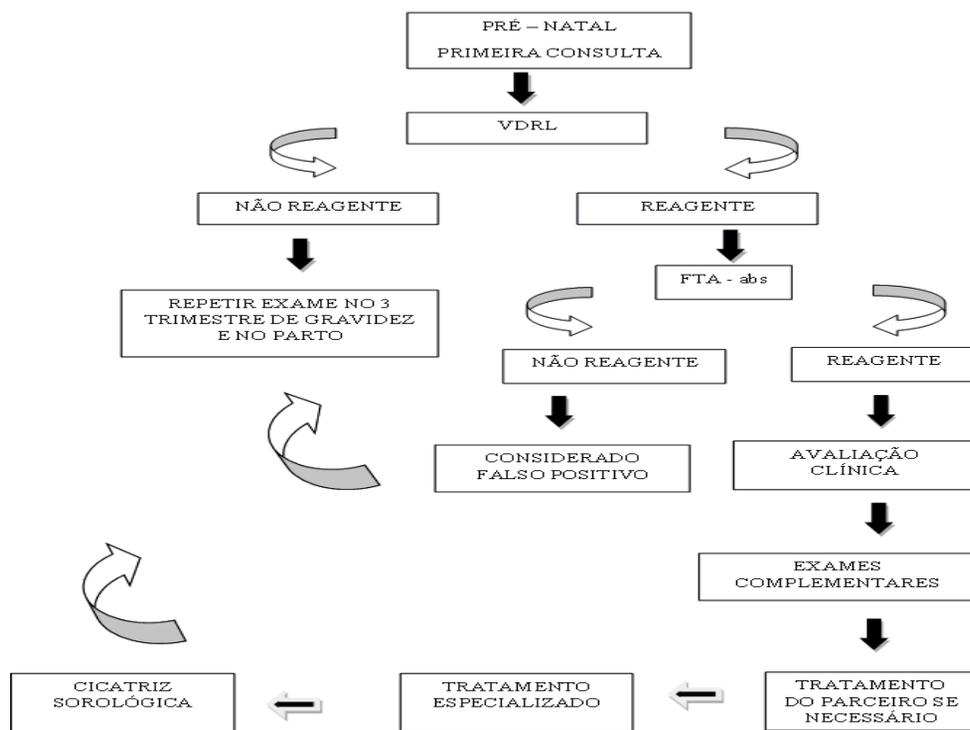
TESTE TREPONEMICO (ESPECIFICIDADE)	TESTE NÃO TREPONEMICO (QUANTITATIVOS)
FTA-abs	VDRL
TESTE RAPIDO (TR)	TRUST
ELISA	RPR

Fonte: Adaptado, Boletim Epidemiológico | Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde | Volume 51 | Nº 18 | abr. 2020

A sífilis é uma doença que apresenta tratamento acessível, efetivo e eficaz, mas ainda exibe altas taxas de incidência, a representando um desafio para a saúde pública.

Para as gestantes o sistema único de saúde (SUS) oferece assistência chamada de pré-natal onde a gestante será monitorada através de três testes em no 1º trimestre de gestação, um no 3º trimestre de gestação e um na hora do parto, mesmo em casos de aborto é recomendado à realização do teste para descartar qualquer possível nova contaminação, também é feito o diagnóstico do parceiro da gestante, evitando uma nova transmissão da bactéria.

Figura 1. Fluxograma para a triagem sorológica de sífilis



Fonte: adaptado de ROMANELLI (2014)

Considerando o crescente aumento de notificações de sífilis gestacional e consequentemente sífilis congênita é de fundamental importância conhecer o perfil das mulheres grávidas infectadas pela doença, identificar as áreas com maior foco para esses agravos e detectar o que compromete o controle da sífilis em nível local, para que se possa adotar medidas de redução dessas infecções e propor medidas de intervenção efetivas.

## 2 OBJETIVO

Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo foi analisar o índice epidemiológico de sífilis em gestantes na região norte do Brasil, no período de 2018 a 2021.

## 3 METODOLOGIA

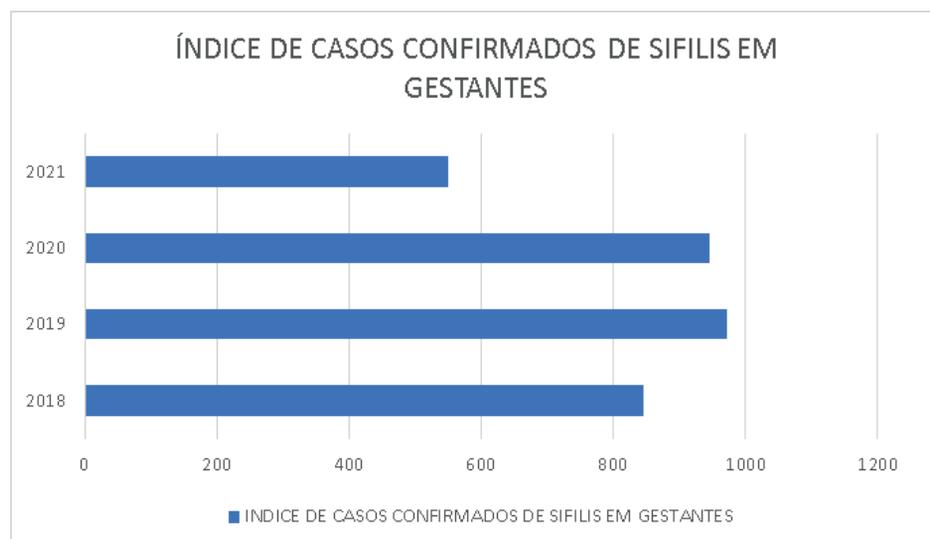
O estudo foi de abordagem quantitativa, descritivo, retrospectivo e de levantamento de coleta dos dados fornecidos pelas informações provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). A análise dos dados foi realizada mediante aplicação do programa Microsoft Excel 2016.

A população de estudo foi composta por todos os casos confirmados de sífilis gestacional no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, residentes dos municípios Belém, Ananindeua, Santarém, Marituba, Itaituba e Marabá e que estavam registrados no Sinan com os maiores índices. Foram selecionados casos de sífilis gestacional por ano de notificação, faixa etária, escolaridade, raça/cor e realização de pré-natal.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 2018 a 2021, foram notificados 3.312 no total de casos de sífilis gestacional por faixa etária que varia entre 10 e 59 anos nos principais municípios da região norte do estado do Pará. Onde maior número de casos registrados foram no ano de 2019 com 971 casos de sífilis em gestantes nos municípios do estado do Pará e o ano com menor número foi em 2021 com apenas 550 casos cadastrados. Podemos notar que houve um aumento no número de casos de Sífilis gestacional de 2018 a 2020, mas diminuindo em 2021, como mostrado na Figura 1.

Figura 1. Índice de sífilis em gestantes no período de 2018 a 2021.



FONTE: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Pará

4

Através desses dados, observamos que até o ano de 2019 os casos de Sífilis, em sua maioria, continuavam crescendo, porém em 2021 vemos uma queda considerável no número de casos diagnosticados e registrados no banco de dados fornecido pelo SINAN, entretanto devemos lembrar que a diminuição no número de casos registrados neste ano pode ser devido à busca reduzida por diagnósticos de Sífilis pelo período pandêmico pelo Sars-Cov2 (Coronavírus ou Covid- 19), no estado do Pará, podendo haver negligência por parte da população com relação às outras doenças.

Os resultados expressos na Figura 2 demonstram que a estimativa de idade predominante das gestantes contaminadas pela sífilis, na idade entre 20 a 39 anos, foi de 76,5 % determinado como maior índice de infecção pelo *Treponema pallidum* nos anos de 2018 a 2021, seguido pela faixa etária de 15 e 19 anos com 8,7 % sendo o segundo maior índice de contaminação em gestantes, posteriormente a faixa etária de 40 a 59 anos, com 5 % foram notificados e 3,4 % de mulheres grávidas entre 10 a 14 anos de idade. Sendo a menor faixa etária de contaminação e exposição da doença em todos os períodos.

Tabela 2. Casos confirmados de sífilis em gestantes por município de notificação e faixa etária no período entre 2018 e 2021.

Município	10--14	15--19	20--39	40--59	Total
Itaituba	4	149	266	2	421
Ananindeua	1	99	338	7	445
Santarém	-	99	351	11	461
Marabá	12	216	495	13	736
Belém	17	310	905	17	1249
Total	34	873	2.355	50	3.312

FONTE: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Pará

Nota-se que a presença de gestantes é maior entre mulheres com idade que variam de 15 a 39 anos, por terem vida sexual ativa, além disso, mulheres nesta faixa etária encontram-se no melhor período biológico para a concepção, aumentando assim, a contaminação pela bactéria.

A escolaridade reflete as condições socioeconômicas, que podem ser vistas como determinantes de saúde e bem-estar. Desta forma, é possível sugerir que gestantes com menor escolaridade apresentam maior vulnerabilidade quanto à sua saúde, inclusive em relação à propensão a infecções durante a gestação. O número de casos confirmados e notificados de sífilis congênita no Pará, de 2018 a 2021, totalizou 7.821 casos. Ao observar os dados da tabela 3

Tabela 3. Índice epidemiológico de sífilis em gestantes por grau de escolaridade 2018/2021.

GRAU DE ESCOLARIDADE	MUNICÍPIO DE NOTIFICAÇÃO					
	Santarém	Ananindeua	Marituba	Belém	Marabá	Total
Ignorado/branco	86	129	135	309	312	1711
Analfabeto	1	3		2		44
1º a 4º serie incompleta do EF	13	5	3	39	8	425
4º serie completa do EF	3	14	1	27	20	295
5º a 8º serie incompleta do EF	67	62	21	277	80	1716
Ensino fundamental completo	49	29	11	62	129	716

Ensino médio incompleto	70	68	30	221	59	1126
Ensino médio completo	143	123	28	269	118	1556
Educação superior incompleta	13	9	1	30	6	135
Educação superior completa	16	3	2	13	4	96
Não se aplica	-	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>461</b>	<b>445</b>	<b>232</b>	<b>1249</b>	<b>736</b>	<b>7821</b>

Fonte: SINAN TabNet (Adaptado 2022)

É importante ressaltar que as mulheres com menor escolaridade apresentaram prevalência maior de sífilis na gestação, sendo também um importante marcador de maior risco para exposição às doenças sexualmente transmissíveis.

De acordo com os resultados informados na tabela 4, as notificações de casos confirmados que fizeram pré-natal expressa 65,8%, contra 34,2% casos não diagnosticados através do Pré-Natal, sendo assim a maior quantidade de notificações realizadas através do Pré-natal foi no ano de 2019, com 802 casos confirmados.

Tabela 4. Casos confirmados por Município de notificação que Realizou **Pré-Natal** no Período de 2018-2021

Ano do diagnóstico	Sim	Não
2018	699	102
2019	802	120
2020	705	82
2021	362	39
<b>TOTAL</b>	<b>2.568</b>	<b>343</b>

FONTE: Sistema de informação de agravos de Notificação – Pará

As informações apresentadas na tabela 5 demonstram que os casos de Sífilis de acordo com a raça, o maior número de notificações são da raça parda com 87% com os maiores casos notificados no município de Belém com 1157 casos, 708 casos no município de marabá, 447 casos no município de Santarém, 196 casos no município de Cametá e 144 no município de Marituba, seguido da raça Branca com 6,90% com predominância no município de Belém, 97 casos no município de Belém, 26 casos no município de Marabá, 22 casos no município de Santarém, 21 casos no município de Cametá e 19 no município de Marituba.

Já a raça Preta representa 4,86% do total, com predominância nos municípios de Belém com 59 casos, 23 casos no município de Marabá, 16 casos para o município de Cametá e 16 casos para o município de Santarém, seguido pelo município de Marituba com 15 casos. As raças Amarelas e Indígenas foram as que apresentaram menos notificações, a raça Amarela com 0,64% e indígena com 0,22%.

6

Tabela 5. Casos confirmados por Município de notificação classificados por raça no período de 2018-2021.

Município de notificação	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
Belém	97	59	8	989	4	1157
Cametá	21	16	2	157	-	196

Marabá	26	23	2	656	1	708
Marituba	19	15	1	109	-	144
Santarém	22	16	4	404	1	447
Total	185	129	17	2315	6	2652
%	6,90%	4,86%	0,64%	87%	0,22%	

FONTE: Sistema de informação de agravos de Notificação – Pará

## CONCLUSÃO

Em suma, evidenciou-se um crescimento significativo de sífilis gestacional, a distribuição espacial indicou prevalência dessas doenças nas regiões periféricas do município caracterizando a infecção em gestantes jovens, de baixa escolaridade, donas de casa e que residem na zona urbana, revelando a fragilidade da assistência pré-natal prestada às gestantes, através do diagnóstico tardio, tratamento inadequado e da não realização do tratamento do parceiro, sendo estes, pontos fundamentais para evitar a transmissão vertical. Embora tenha o agente etiológico bastante conhecido, modo de transmissão estabelecido, tratamento eficaz e de baixo custo, com altas probabilidades de cura, ainda persiste como um grave problema de saúde pública.

Observou-se neste estudo a prevalência de infecção pelo *Treponema pallidum* das gestantes que foram notificadas no Estado do Pará, cabendo ressaltar que essa estimativa de sífilis encontrada pode ser considerada baixa, devido ao período pandêmico de covid 19, porém permite que se tenha ideia da prevalência dessa infecção nas gestantes e do risco de transmissão vertical delas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico de sífilis**. Brasília, DF; 2017. (v. 48. n. 36).
- CAMPOS ALA, Araújo MAL, Melo SP, Gonçalves MLC. Epidemiologia da sífilis gestacional em Fortaleza, Ceará, Brasil: um agravado sem controle. **Cad Saude Publica**. 2010;26(9):1747-55. DOI:10.1590/S0102-311X2010000900008
- CARVALHO IS, BRITO RS. Sífilis congênita no Rio Grande do Norte: estudo descritivo do período 2007-2010. **Epidemiol. Serv. Saúde**. 2014; 23(2):287-94.
- CONCEIÇÃO HN, TEIXEIRA CÂMARA JT, PEREIRA B. **Análise epidemiológica e espacial dos casos de sífilis gestacional e congênita**. RIO DE JANEIRO, V. 43, N. 123, P. 1145-1158, OUT-DEZ 2019.
- LOPES, M. H. **Avaliação da implementação das ações de prevenção da transmissão vertical de sífilis no pré-natal, em unidade de saúde da família de Cuiabá** [Dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro; 2010.
- MELO, S. P. **Avaliação do manejo do recém-nascido com sífilis congênita em Fortaleza-CE** [Dissertação]. Fortaleza (CE): Universidade de Fortaleza; 2008.
- MINISTERIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sífilis 2019. **Boletim Epidemiológico, Sífilis, BE** Número Especial, out. 2019, ISSN 2358-9450. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos/por-assunto>. Acesso em: 22 set. 2022.
- MIRANDA, ECBM. et al. Sífilis congênita, escolaridade materna e cuidado pré-natal no Pará entre 2010 e 2020: um estudo descritivo. Congenital syphilis, maternal schooling and prenatal care in Pará between 2010 and 2020: a descriptive study. Curitiba. **Brazilian Journal of Health Review**, 2022.
- PEREIRA, AL. et al. **Impacto do grau de escolaridade e idade no diagnóstico tardio de sífilis em gestantes**. Impacto de educação, nível de idade e no diagnóstico tardio de sífilis em gestantes. Juiz de Fora, MG: Biblioteca virtual em saúde, 2020.
- SILVA de P, Marques B. A, Márcia Anchieta L. M, Andrade de Q. Abordagem neonatal nas infecções congênitas – toxoplasmose e sífilis. **Revista Médica de Minas Gerais** 2014; 24(2): 202-215
- VELLEIRA, J. C. R.; BOTTINO, G. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **An. Bras. Dermatol.**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 2, mar/abr 2006.

## Linguística aplicada no campo da globalização da língua inglesa *Applied linguistics in the field of the globalization of the english language*

Edinilce Ferreira Lima<sup>1</sup>

Submetido em: 01/12/2022  
Aprovado em: 01/12/2022  
Publicado em: 05/12/2022  
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.452

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a linguística aplicada no campo da globalização da língua inglesa na contemporaneidade. Na competência dessa reflexão, sugestiona-se, à explicação da linguística aplicada, contemplando o inglês como uma ferramenta idiomática da comunicação global, utilizada por distintas nações e culturas e por isso mesmo, aponta-se a inevitabilidade de reconsiderar, tal como o progresso da educação crítica que agem no sentido de descolonizar essa língua, com pontos de vistas que favoreçam o desenvolvimento de aprendizes críticos, para poder trabalhar com a diversidade linguística e suas causas modernas, cujas considerações são feitas por meio da língua inglesa, assim, solicitando a comunicação, quer seja oral, ou escrita, por dentro de uma língua desenganchada de suas origens. Metodologicamente, a investigação está organizada à luz da revisão bibliográfica assim, o processo de levantamento e análise qualitativa será demonstrado no que já foi publicado sobre a temática. Como principal aporte teórico destaca-se Moita Lopes (1996, 1998, 2006, 2009) Kumaravadivelu (2006), Celani (1998), e dentre outros autores, que sustentam à discussão da temática. É indispensável, ultrapassar as limitações suportadas por grande parte do trabalho elaborado em Linguística Aplicada (LA) até o presente momento, para que seja aceitável o começo de um lugar que beneficie um movimento constante de reflexão e ação ao redor da formação do futuro docente de linguagens, especialmente da língua inglesa.

**Palavras-chave:** Linguística Aplicada; Globalização; Língua Inglesa.

### ABSTRACT

This article aims at analyzing applied linguistics in the field of the globalization of the English language in contemporary times. In the competence of this reflection, it is suggested, to the explanation of applied linguistics, contemplating English as an idiomatic tool of global communication, used by different nations and cultures and for that very reason, it is pointed out the inevitability of reconsidering, such as the progress of critical education that act in the sense of decolonizing this language, with viewpoints that favor the development of critical learners, to be able to work with linguistic diversity and its modern causes, whose consolidations are made through the English language, thus, requesting communication, whether oral or written, within a language unhooked from its origins. Methodologically, the research is organized in the light of the literature review, thus, the process of survey and qualitative analysis will be shown in what has already been published on the theme. As the main theoretical support, Moita Lopes (1996, 1998, 2006, 2009) Kumaravadivelu (2006), Celani (1998), and among other authors, who support the discussion of the theme, stand out. It is indispensable, to overcome the limitations supported by most of the work done in LA so far, in order to be acceptable the beginning of a place that benefits a constant movement of reflection and action around the formation of the future teacher of languages, especially of the English language.

**Keywords:** Applied Linguistics; Globalization; English language.

## 1 INTRODUÇÃO

1 A Linguística Aplicada (LA) tornou-se uma das áreas de maior destaque nas últimas décadas, uma vez que, tem se preocupado em analisar os problemas referentes à linguagem e, dessa forma, pode possibilitar o entendimento de inúmeros aspectos. Sendo principalmente o contexto de ensino e aprendizagem da língua inglesa. Efetivamente, a origem da LA diz respeito às buscas de conhecimento na língua inglesa. Esse novo âmbito de estudo da linguagem humana tem o seu início associado com o ensino de línguas nos Estados Unidos, especificamente no período da Segunda Guerra Mundial.

À vista disso, os primeiros linguistas aplicados propuseram-se a estudar assuntos acerca do ensino/aprendizagem da língua inglesa. Nessas observações, os linguistas aplicados se sentiram interessados pela precisão de se comunicar com os grupos aliados e os rivais. Nessa ocasião as informações da psicologia e da

<sup>1</sup> Graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Rondônia e Especialista em Alfabetização e Letramento pela mesma instituição. Contato: E-mail: nilcelim@hotmail.com

linguística começaram a fazer parte dos métodos do ensino de línguas. A LA já concedia indícios de um dos seus aspectos mais predominante, a questão interdisciplinar, contexto que debatemos mais adiante, sobre o desenvolvimento de ferramentas para o ensino de línguas desde a década de 1940.

Tradicionalmente, de forma oficial, a primeira faculdade de LA emerge em Edimburgo, na Escócia, no ano de 1958. Desta instituição saíram acadêmicos importantes como Davies, Widdowson e Pit Corder, este que futuramente, em 1973, disserta o popular *Introducing Applied Linguistics*. A LA progride em movimentos lentos e apenas em 1964 é formada a sua associação internacional (a AILA). No Brasil, a LA surgiu nos anos de 1960, com o intuito de aplicar e ministrar as teorias linguísticas. O professor Gomes de Matos é um dos precursores a versar sobre essa questão. Todavia, é nesse mesmo ano que a LA crava as suas raízes de forma legitimada, quando a professora Maria Antonieta Alba Celani, professora aposentada da PUC, cria um Programa de LA e Estudos da Linguagem, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Quando cita que as pesquisas na LA não se limitam somente ao ensino e à aprendizagem da língua inglesa, essa área também investiga e possibilita compreender as circunstâncias, nos quais a linguagem é configurada como uma peça principal.

Nessa lógica, Moita Lopes (2006, p. 19) ressalta que no Brasil, os estudos em LA têm se estendido para uma sequência de cenários distintos de aula de Língua Estrangeira (LE), na classe de aula da linguagem materna para as corporações, hospitais e para a delegacia de mulheres. O tema da pesquisa possui uma variedade de contextos de utilização da linguagem, passando a ser onisciente e erguida interdisciplinarmente.

Por conseguinte, a LA tem abrangido em seus registros o entendimento de diversos aspectos. Isso é provável, posto que, a característica é multidisciplinar. Desse modo, a LA possui a possibilidade de produzir aprendizagens, com base em acontecimentos factuais, que podem ser explicados através do diálogo e passando por todas as disciplinas.

De acordo Kumaravadivelu (2006), a particularidade diferente do período atual da globalização é o diálogo eletrônico, especialmente por conta da expansão de seu maior componente catalisador que é a internet. A mundialização da rede de computadores, em um pequeno momento, tornou-se “a máquina principal que está conduzindo as exigências da economia, bem como, as marcas da cultura e da língua”, além de ser matriz de um potencial quase infinito que coloca em comunicação milhões de pessoas de todos os lugares do mundo, em questão de segundos, na maior parte do tempo, usando o idioma da globalização, o inglês (KUMARAVADIVELU, 2006, p.131).

Em vista disso, sobretudo, a língua inglesa tornou-se uma *commodity* demasiadamente valorizada, principalmente em países como o Brasil, onde instruir e aprender inglês transformou-se em um grande negócio em volta da criação de um fetichismo importante, uma vez que, os inventores do marketing, rapidamente passaram a explorar esse cenário (RAJAGOPALAN, 2003, p. 115).

A língua inglesa é um mecanismo de comunicação da globalização, utilizada por povos e culturas diferentes. Destacando a necessidade de reconsiderar a evolução da educação crítica que age no sentido de descolonizar esse idioma, com a concepção de favorecer a geração de novos alunos, independentes e aptos para enfrentar e lidar com a diversidade linguística e as exigências contemporâneas, as quais estão estáveis por meio da língua inglesa, sendo uma língua que proporcione a comunicação entre as culturas existentes, e que autorize a manutenção das identidades dos falantes em ocorrências comunicativas.

Assim, vimos uma imensurável perspectiva no que tange à influência de poder conversar por meio do idioma global, atualmente tido como um passaporte importante para o sucesso profissional, com um aumento significativo de pessoas em escolas e instituições de idiomas, em aproximadamente todos os continentes. Desse modo, segundo Gimenez (2001, p. 296), “o inglês não é somente uma língua internacional, mas sim a língua do universo”, e caso nos recusemos a acreditar, poderemos perder uma grande chance de interagir com múltiplas pessoas e, com consequências diretas em nossas vidas.

Portanto, é possível entender com maior acessibilidade às tendências presentes nessa área de estudos, e de como o conhecimento desenvolvido nesse campo podem amparar nas pesquisas direcionadas para o ambiente de ensino/aprendizagem da língua inglesa, que visa analisar de maneira crítica os desdobramentos políticos e epistemologias, consequentemente, da presente organização mundial. Na seção seguinte, apresentamos reflexões da LA com o colonialismo e a decolonialidade da língua inglesa.

## 2 LÍNGUA, COLONIALISMO E DECOLONIALIDADE

Como declara o filósofo da linguagem Bakhtin, é por intermédio da palavra que as obras ideológicas são efetivadas. Do mesmo modo, por ser a palavra uma “sinopse das condutas discursivas tradicionalmente

construídas”, ela também é histórica, ideológica, e dispõe de uma luta social (BRAIT, 2008). Desta maneira, percebe-se que os costumes e as interferências não devem ser neutros; de outro modo, é essencial nos preocuparmos com as multiplicações das nossas obras no mundo social e na vida de outras pessoas. Por conseguinte, faz-se necessário fazer alguns questionamentos do papel que a linguagem desempenha no monitoramento e/ou na transformação dos relacionamentos de poder nas pesquisas.

À vista disso, prontamente contestam: “A língua não é subordinativa a esses acontecimentos; é importante para que possamos entendê-los”. Efetivamente, se refletirmos sobre a língua em sua historiografia e sua temporalidade, é capaz de discernimos elementos que contribuíram/contribuem fortemente para a manufatura e a repetição das diferenças e dessemelhanças sociais. Sabemos que existem várias pesquisas no âmbito da LA, como as perspectivas de a língua inglesa ser uma língua franca e das práticas translíngues que conseguem se afastar dos conceitos coloniais, como por exemplo, o construto de línguas como elementos separados ou de determinados classes de falantes como exemplos de primazia na utilização do idioma.

Dessa forma, identificam-se os pensamentos primordiais que sustentam a lógica colonial e moderna do inglês como língua franca e das suas práticas translíngues. Além da tensão das pessoas que estiveram no poder, é questionado sobre o que é considerado errado, bem como a direção do ensino/aprendizagem. Nessa perspectiva, vimos um comportamento de indisciplina epistêmica, pois ao contestar essa fundamentação dominante, existe uma tentativa de reconhecimento dos estudos de outros sujeitos (MIGNOLO, 2018).

A decolonialidade tem como finalidade acabar com esses padrões nas relações socioculturais, político-econômicas, étnico-raciais e de gênero/sexualidade que são impostas pela colonialidade a qual está no poder. Contudo, a conceitualização de colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) explica os vínculos de colonialidade nos campos econômicos e políticos nos quais não terminaram com o término do colonialismo. Segundo Maldonado-Torres (2007), a colonialidade se apresenta em uma dimensão tripla, contendo: poder, saber e ser.

Pardo (2019) ressalta que sempre ocorrem questionamentos sobre o falante de o inglês ser americano ou britânico, por sua vez, demonstram questões de subordinação e de submissão, demonstrando o quanto a colonialidade ainda resiste no ensino da língua inglesa contemporânea. Ademais, o autor enfatiza sobre os indivíduos imitarem o modelo de falante nativo, geralmente o americano ou o britânico, uma tendência no ensino da língua e nos materiais pedagógicos os quais não “qualificam a diversidade de epistemologias, culturas e povos que são falantes da língua inglesa no mundo” (PARDO, 2019, p. 212).

Do ponto de vista subjacente, o inglês é originado como uma LE é perspectiva de ensino, dentre inúmeros princípios que realçam a relevância de aprender acerca das características culturais e da sociedade dos falantes nativos; com ênfase na metodologia dos conflitos de aprendizagem efetiva; reforço também na precisão de reproduzir a linguística do falante nativo (GRADDOL, 2006). Em outras palavras, quando o inglês é estudado e usado como LE, os aprendizes são incentivados a fazer o que o nativo faz, e são levados a concordar com a sua autoridade como distribuidores da língua inglesa (SEIDLHOFER, 2011).

Em concordância com Quijano (2000), todo usufruidor de uma língua é um indivíduo social, escritor e intermediário de uma determinada política de noção. O questionamento o qual nos cabe realizar, nesse caso, é sobre como a ciência ou política de significação adequa-se ao discurso. Dessa maneira, ao tentar identificar as politizações dos significados dominantes do discurso, precisa-se ponderar sem pressa a respeito dos conceitos discutidos como um senso comum, visto que, qualquer discurso manifestado naturalmente pode existir outrora partido de uma edificação fundamentalmente coercitiva.

Assim, é primordial explorar e reconhecer de onde iniciam as ideias e concepções. Se todo falante de uma língua é um colaborador e agente de uma política específica de significação, necessita-se estar atento às convicções as quais dão suporte aos discursos e as práticas educacionais e sociais.

Todavia, mesmo após encontrar uma pluralidade de concepções e entendimentos, já se sabe o quanto somente algumas são autênticas ao mesmo tempo que as outras são exiladas e silenciadas, pois algumas pessoas possuem a capacidade de falar sobre as suas próprias histórias, no entanto, outras não conseguem (HELLER; MCELHINNY, 2017, p. 12). Para exercitar essa observação epistêmica, é significativo desenvolver um discernimento com a finalidade de permitir diferenciar as atitudes, assim como, as histórias e as ideologias se intervêm. Heller e McElhinny (2017, p. 8) salientam que a ‘posição’ como uma forma de compreender de onde vêm as definições relevantes dos discursos e os tipos de divergências a qual elas podem se comunicar. Então, seria permissível constatar a maneira de consentir a hegemonia, ou, ainda, sobre a maneira de colaborar para o avanço das desigualdades.

Nesse sentido, há uma lógica para categorização dos indivíduos e dos conhecimentos sustentados pelo imperialismo cultural, que na ótica da concepção decolonial, é uma relação de subordinação entre culturas dominantes e dominadas, mediante a não-autenticação dos indivíduos e saberes pelas epistemologias relevantes.

### 3 RELAÇÕES DE PODER

O autor Maldonado-Torres (2007), no que se refere ao colonialismo, o tempo em que a autonomia de um povo estava nas mãos de outra nação acabou, mas o que foi concebido com a colonização dos povos e dos territórios, ou seja, a colonialidade existe e condiciona diversas pessoas, pensamentos e ações. Em outros termos, “embora o colonialismo preceda a colonialidade, ela continua a sobreviver ao colonialismo”.

Com relação à decolonialidade, para ser feita a transformação da realidade colonial, é fundamental sermos epistemologicamente insubordinados (MIGNOLO, 2018), isto é, precisa desobedecer aos padrões hegemônicos e eurocêntricos do conhecimento, com o propósito de conhecer os saberes e dos indivíduos os quais foram silenciados e invisibilizados pela colonialidade. A LA, contemporaneamente, instiga a analisar além dos limites e dos muros hasteados ao nosso redor, em outras palavras, a transgressão da visão do mundo parcialmente e eventualmente, ajudam a atravessar o “nosso mundo” e desafiar as “certezas interrompidas do diferente, não nos permitindo viver de outras formas e socializar”, percorrendo em direção à multiplicidade e à diferente forma de existir e de se comportar no mundo social (MOITA LOPES, 2006, p.92).

Por esse ângulo, ao entendermos o ser humano como parcial e incompleto, percebe-se que as nossas convicções não são constituídas como uma verdade absoluta, ou seja, nos possibilita um novo começo, ao diferente e ao desconhecido também. Logo, deixa-se de observar a diferença como uma incapacidade, e abre-se a oportunidade para a formação de novos espaços sociais mais diversificados, cheios de afinidades e de atravessamentos tanto locais como globais, demonstrando também como as culturas são híbridas e propulsoras, dada a dessemelhança das identidades e das mudanças culturais que as formam (ANDREOTTI, 2013).

O diálogo universal, ou intercultural e transcultural, são colocadas como um desafio essencial para a vida atual, em razão das trocas culturais serem reproduzidas diferentemente com o passar dos séculos, desse modo, resultando em uma estagnação e naturalização das injustiças sociais e dos processos de eliminação, contudo, ainda estão fortificados pela sistematização capitalista e neoliberal do mundo contemporâneo. Para Hall (2003), não há culturas localizadas fora da área de força dos vínculos de poder e de domínio cultural.

A dialética cultural encontra-se, sujeita à subordinação, e frequentemente aponta quem são os vencedores e vencidos. De acordo com Sousa Santos (2004), o trajeto histórico do modernismo ocidental se ampara no imperialismo cultural, em outras palavras, a relação de domínio e subalternidade entre culturas que são dominantes e dominadas, expondo séculos de relações desiguais culturalmente.

Nesta perspectiva, o sociólogo discorre sobre um questionamento necessariamente pertinente: “que oportunidades existem para uma comunicação intercultural, caso uma das culturas presencialmente seja esculpida por consistentes e violações prolongadas dos direitos humanos realizadas em nome de outra cultura?” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 29).

Desta forma, caso os relacionamentos de poder revelam abusos e injustiças, domínio e censura, como se pode pensar em conversa, coexistência e horizontalidade? Com o poder nas pesquisas acadêmicas, subverter esses relacionamentos desiguais, a norma dominante, o posicionamento científico e a pressuposta neutralidade de nossos trabalhos, com a vantagem de proporcionar construções plurais e públicas que viabilizem a independência social, no sentido de gerar conhecimentos anti-hegemônico com base em outras percepções, objetivando colaborar com a “reinvenção da vida social” (MOITA LOPES, 2006b, p. 94).

Nessa lógica, Sousa Santos (2004, p. 26) faz a defesa da dependência entre as culturas e entre os meios de discernimento, a partir da consciência incompleta e mútua como a “situação *sinequa non* de uma comunicação intercultural”. O autor também recomenda um deslocamento de perspectivas, uma maneira de pensar na experiência social do sul universal não imperial como uma escolha para cessar com as maneiras hegemônicas de pensamento e de exercício, corroborando a complexidade de conhecimentos e de atividades entre eles.

### 4 LINGUÍSTICA APLICADA

4

Apesar do nome LA espontaneamente se remeter à aplicabilidade de conhecimentos linguísticos, ela não obrigatoriamente tem esse sentido. É incontestável que a expressão LA tenha sido utilizada inicialmente com essa finalidade, ainda que tardiamente vigente, a LA, ultrapassa tal alcance, porque ao compor conhecimento, a partir de condutas investigativas, têm afirmado, por diversos dados, que tudo que inclui a linguagem é mais complexo do que se pensa (ALMEIDA FILHO, 2005).

Ao dialogar sobre maneiras de se compreender a LA, argumenta-se que ela é uma das três ciências da linguística em conjunto com a Linguística e a Estética da Linguagem, sendo introduzidas na prática social

e real. Esse campo se divide em ensino/aprendizagem das línguas, traduções e interpretação, terminologias e lexicografias e as relações sociais/profissionais, evidencia-se que todas são intermediadas pela linguagem.

Moita Lopes (1996) ressalta que a LA é uma ciência social, dos quais o foco são as complicações da linguagem mostrados pelos usuários (ouvintes, falantes, escritores e leitores) de uma língua, num certo contexto social. Esse pesquisador também fala sobre a LA ser um tipo de pesquisa, porque faz o uso de métodos de apuração interpretativa, de natureza sobreposta em ciências sociais, de integridade interdisciplinar.

Em relação à característica da LA, muitos pesquisadores partilham do mesmo entendimento de que é um campo de pesquisas interdisciplinar. Nesta perspectiva, Celani (1998) faz um alerta para a ocorrência, pois não existem incertezas quanto ao caráter pluridisciplinar da LA. Em suma, a autora menciona a LA como transdisciplinaridade a partir da cooperação das disciplinas. Para Celani (1998), o transdisciplinar é um membro indispensável para designar a LA, embora, ocasione o estabelecimento de novos espaços de aprendizagem, por meio da interação, da convergência das disciplinas e dos conceitos.

Moita Lopes (1998) versa sobre a nitidez presente na LA, sendo a transdisciplinaridade um mecanismo de investigação, no qual a produtividade do conhecimento corta muitas disciplinas. Acerca do caráter interdisciplinar da LA, este se refere ao fato de um pesquisador detectar um problema da linguagem, numa estipulada prática social e, para aprender, pede ajuda a várias disciplinas que teoricamente possam auxiliar a questão. No entanto, em termos objetivos, o autor (2006) frisa que o caráter interdisciplinar da LA é consolidado com muita timidez, dentro do um limite da própria linguística, entre os pesquisadores que lidam com as limitações da Análise do Discurso, da Linguística Textual e da Análise da Conversação.

Segundo os apontamentos de Moita Lopes (1998), de outro modo, é que muitos pesquisadores influenciam na sua zona de conforto, limitando-se a entender certo problema de linguagem adentro do seu próprio território teórico, evitando encaminhar-se por outras áreas que não as suas, porque exceder os obstáculos disciplinares exige esforço e um grande pensamento crítico.

Em razão disso, Pennycook (1998) defende o assentimento de uma Linguística Aplicada Crítica (LAC) voltada para a resolução de problemas sociais, e, dado isso, a política, social e histórica, levando-se em conta as características sociais e históricas dos humanos pertencentes ao homem. Por isso, o autor (2004) determina que uma das principais finalidades da LA é pesquisar a origem ideológica do conhecimento produzido. As culturas e ideologias hegemônicas ordenam as desigualdades sociais e impossibilitam um pensamento sobre o mundo e suas possíveis modificações.

No mesmo pensamento, Kumaravadivelu (2006) expressa que a LA, atracada nos princípios pós-coloniais, não deve ter como propósito a procura de leis, mas sim do significado. Deste modo, com este tipo de pensamento, esse pesquisador aparenta sugerir a procura de linhas ideológicas nos parâmetros discursivos. Kumaravadivelu (2006) alega não existir texto ingênuo, porque todos eles são políticos, uma vez que, todas as normas discursivas são políticas.

No ponto de vista da autora Rojo (2006), o objetivo da LA não é mais desempenhar uma teoria em certo contexto, para fazer sua testagem, muito menos se resume à definição e à explicação de conceitos em certos contextos, mas sim à compreensão de algumas teorias emprestadas. Essa autora justifica que a LA procura por contestações teóricas para os problemas socialmente importantes e essas tais respostas precisam trazer benefícios para as práticas sociais e a seus participantes, incluindo a perspectiva de uma boa qualidade de vida.

Em concordância com Rojo (2006), neste seguimento, o propósito maior da LA é analisar os problemas relacionados à linguagem, socialmente apresentar o contexto, para (re)construir a vida social, por intermédio da produção de alternativas com a finalidade de favorecer os atos sociais. Posteriormente a breve comunicação sobre conceituações, tipos e objetivos da LA. Na próxima seção discorreremos sobre o ensino da língua inglesa e a LA.

#### 4.1 O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA E A LINGUÍSTICA APLICADA

5

Pode-se dizer que a LA só surgiu no decorrer da Segunda Guerra Mundial, sendo preciso apurar meios de ensinar a língua inglesa. Desta maneira, fica irrefutável que a LA possui uma relação estável com a língua inglesa, pois, como já expressado, a sua origem se cruza com esse idioma universal. Portanto, seria arbitrário se a LA não amparasse a língua inglesa, especialmente nessa circunstância sócio-histórica, quando esse idioma alcança o padrão de língua global na atualidade. É um tipo de reconhecimento na qual a língua inglesa categorizou no princípio da LA. Sem hesitações, a LA não deve nada à língua inglesa, porque desde a sua criação tem facilitado a compreensão na sala de aula de língua inglesa e inúmeras condições referentes

a esse contexto.

Na listagem desses princípios, a LA tem atribuído, com as suas práticas investigativas, os inúmeros âmbitos de aprendizagem, compreender interdisciplinarmente os problemas de desinteresse, atitudes, sentidos, crenças, personalidades, metodologias, materiais didáticos, todos dentro do contexto de ensino/aprendizagem da língua inglesa, só para reportar alguns.

Desta maneira, pode-se ver o domínio da LA, sendo uma análise rápida demonstrando muitas pesquisas e publicações, aqui no Brasil, ocasionado por uma importante cooperação para o ensino/aprendizagem da língua inglesa, sem contar os números expressivos das dissertações e teses na área. Além disso, temos relevantes trabalhos de professores de segunda língua ou de LE, ao conciliar pesquisas produzidas por acadêmicos do programa de pós-graduação nos estudos linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, da UNESP, da área da LA (a obra retrata o estímulo à conduta de novas pesquisas na esfera da LA).

Quanto a Paiva (2006) ele conduz uma obra preparada por um grupo de professores do magistério superior, na qual a pesquisa debate inquirições referentes ao ensino da língua inglesa. É possível encontrar nos textos os temas diversos intrínsecos no processo de ensino/aprendizagem da língua inglesa, como por exemplo, as questões ideológicas e culturais. No ano de 2006 Barcelos e Vieira Abrahão se reuniram em trabalhos num congresso feito na PUC-SP, tendo o enfoque na crença acerca do ensino/aprendizagem de línguas.

Já em 2012 Scheyerl e Siqueira exibem ‘Materiais Didáticos’, com considerações apontadas para os problemas ideológicos contidos nos livros didáticos de língua inglesa. Os autores, resumidamente, constataram que o mundo não está sendo retratado da maneira na qual deveria estar sendo representada no livro didático de língua inglesa, pois é possível constatar uma existência ideológica a serviço do poder, uma ideologia colonialista e mercantilista.

No mesmo ano, Silva (2015) lança o segundo volume da coleção “A formação de professores”, que visa o objetivo do processo de ensino/aprendizagem de línguas e a preparação do professor. Em 2014, Oliveira apresentou “Métodos de ensino de inglês”, em que se trata de assuntos teóricos básicos do ensino/aprendizagem de línguas. A obra indica, ainda, que para as primeiras técnicas do ensino de LE e outras cinco técnicas alternativas.

A obra eleva-se como uma possibilidade de preencher a brecha dos licenciados em Letras, complementando a carência de materiais que tratem a teoria e a prática do ensino da Língua Inglesa. Como pode ser disso visto por essa breve explicação, em um pequeno período, existe uma ampla produção na área da LA, que tem ajudado o ensino/aprendizagem de língua inglesa, assegurando o papel da LA, de procurar entender e resolver os problemas no momento de aprendizagem da Língua Inglesa, em suas mais diversas particularidades.

Estas ações têm se articulado com a finalidade de fazer projetos com o objetivo de mudar um quadro, em muitos contextos, negativo, como é o ensino do inglês nas escolas públicas. Algumas pesquisas feitas sobre a temática da LA têm exposto, por exemplo, o ensino de inglês nas escolas públicas não possui nenhum progresso, na maioria dos casos os alunos reclamam do professor, o professor queixa-se do aluno, e os dois incriminam o Estado, representando o que Leffa (2011) designou como o ‘triângulo da frustração’.

Contudo, embora diversas pesquisas em LA já tenham identificado problemas no âmbito da aprendizagem, ainda sobra à luta pela implantação de políticas linguísticas para serem adaptadas ao currículo das universidades. Mais à frente dessa reflexão em torno dos incentivos da LA na sua subárea de ensino/aprendizagem da língua inglesa, ainda é plausível pensar sobre como a LA tem feito as suas pesquisas para ajudar no ensino/aprendizagem da língua inglesa. Desta forma, na próxima seção apresentamos sobre a globalização e o ensino da língua inglesa.

#### 4.2 GLOBALIZAÇÃO E ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

6

Comumente, a língua inglesa tem sido relacionada como à língua oficial da globalização, que tanto pode abranger como excluir os cidadãos. Sob essa perspectiva, Brydon (2011, p. 2) declara que “o inglês concede a entrada e a saída em um diálogo global e que está se deslocando em muitos tipos de fronteiras para gerar uma esfera pública universal”. Para a autora, a ilusão causada pela expressão neoliberal da globalização tem gerado vários efeitos, entre os quais “dominar inglês está se convertendo em uma nova espécie de letramento importante”, sendo estendido até mesmo aos países não anglófonos. Nesse sentido a relação da ótica epistemológica, com o ensino do inglês pode tornar-se um negócio, com base no panorama da educação como se fosse um serviço, com a meta de “aprontar” os discentes para a sociedade da educação.

Nessa conjunção, as escolas particulares de ensino de idiomas, atraem cada vez mais clientes, há muito tempo eles têm desfrutado da expressão mercadológica de que aprender inglês é uma superfície chave para o sucesso profissional. Ademais, as escolas de línguas e o mercado de livros didáticos têm melhorado os padrões do inglês nos países falantes de grande prestígio, ainda que a palavra “padrão” transporte a ideologia relativo à qualidade estabelecida entre as relações de poder, em outros termos, a variação da língua inglesa diz respeito ao poder econômico dos países falantes dessa língua (WIDDOWSON, 2010, p.145).

Dessa maneira, Silva (2015, p. 127) aborda um dos temas importante referente à “literatura maciça sobre a chamada ‘globalização’ e todos os debates sobre a relação com o capitalismo e democracia, mas que, todavia, a linguagem efetua um papel pequeno e secundário” nas pesquisas, especialmente no que concerne à conexão da “ideologia do individualismo e suas eficácias sobre como o inglês é especializado”. No Brasil, o arquétipo do inglês “cobiçável” favorece somente as variantes norte-americanas e britânicas, sob os impactos dos discursos da mídia social que sinalizam tais modelos, conforme os apontamentos por pesquisas coordenadas por Jordão (2009). Incoerentemente, enquanto a globalização programa a imagem da diversidade, que também implica na semelhança cultural, afetada pelo padrão global das atividades econômicas e do fluxo de artigos culturais do centro para o subúrbio (BLOCK; CAMERON, 2002). O contexto atual da globalização tem provocado incalculáveis resultados que abalam a sociedade moderna como um todo. Entre esses efeitos, destaca-se a atenuação de contradições entre os indivíduos e a necessidade iminente de comunicação entre eles.

Segundo Kumaravadivelu (2006, p. 131), “as vidas culturais e econômicas das pessoas no mundo todo estão se tornando cada vez mais excessivas e imediatamente interligadas”. É propriamente nesse cenário que a Língua Inglesa se destaca, proporcionando a interação entre diferentes povos.

Com o padrão de língua internacional, não existem dúvidas de que o inglês desempenha um lugar central nas pesquisas em LA. Nesse ponto de vista, um número eloquente de estudos voltados para as consequências pedagógicas e culturais decorrentes da ampliação da língua inglesa pelos quatro cantos do planeta está sendo aprofundado. De outro modo, Kumaravadivelu (2006, p. 143-144) comunica que existem empresas por parte dos líderes políticos e organizações profissionais, em muitas partes do mundo que querem ‘higienizar’ a língua inglesa de seus pertences culturais e políticos e focar no seu valor ferramental para a comunicação internacional e intercultural.

Sob essa perspectiva, o inglês pode ser visto como um idioma com diversos sistemas e múltiplas normas, que corresponde aos valores e afinidades plurais. Nos vocábulos de Seidlhofer (2011, p. 64), ele diz que ao destituírem da língua dos falantes não-nativos, eles adotaram a linguagem e fizeram uma adaptação própria com as suas próprias diligências de comunicação, logo, esse inglês não é o mesmo dos falantes nativos.

Perante este quadro, constata-se que a língua inglesa, tornou-se a língua global oficial, deve-se pautar em uma nova referência de ensino que ilustre a diferença, desafie as supremacias e busque por possibilidades de expressão e interpretação. É notório, a inserção dos vínculos interculturais transforma-se em um ensino imprescindível de língua inglesa almejando, propor uma estimulação a atenção dos aprendizes referente a outras culturas, auxiliando-os a diferenciar as variáveis socioculturais que sensibilizam o estilo de vida das pessoas e a intercomunicação e eficácia dependendo da maneira como, são culturalmente instruídas, as pessoas pensam e atuam.

No decorrer de todo processo de aprendizagem, os alunos têm a necessidade de se preparar para serem abertos para o diálogo, para trocar as experiências, e respeitarem as oposições, da mesma forma que se avaliam as suas opiniões e posturas. Esse comportamento possibilita a vivência intercultural e proporciona a junção dos elementos os quais são designados como complicados, sendo as relações entre o dominador/dominado, desenvolvido/subdesenvolvido, falante nativo/falante não-nativo, padrão/não-padrão, eu/outro (MENDES, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

7

Diante disso, nota-se que há uma multidão de vozes que suplicam por mudanças, e que lutam pela admissão, por parte de professores e pesquisadores, de novos aspectos que guiem as ações voltadas para o ensino/aprendizagem de Língua Inglesa. Por esse motivo, as formas de lecionar e aprender idiomas já não podem mais serem vistas como empresas isentas de conceitos ideológicos e políticas, dessa forma, os currículos de formação devem ser objetivos de modificação.

Para a ascensão de possibilidades teórico-metodológicas apropriadas, é necessário o professor ter a liberdade, inteligência e competência de pensar em relação às adversidades com as quais ele encontra no exercício

de sua função. Desse modo, converte-se urgentemente no declive da sugestão de aplicabilidade de métodos pré-estabelecidos persistentes em orientar normativamente os fenômenos da linguagem e tratar a cultura como uma coleção de características de determinados países ou grupos de falantes. Compete destacar, que não se recomenda uma renúncia de todas as diretrizes e normas, mas uma revisão de sua argumentação, e da teoria existente em um único arquétipo para atender todas as utilidades.

É indispensável, ultrapassar as limitações suportadas por grande parte do trabalho elaborado em LA até o presente momento, para ser aceitável o começo de um lugar que beneficie um movimento constante de reflexão e ação ao redor da formação do futuro docente de linguagens, especialmente o de inglês. Ademais, as concepções de ensino adotadas para o novo regulamento da língua franca global da Língua Inglesa e a evolução da habilidade intercultural dos professores em formação com medidas importantes, podendo levá-los a legitimar os hábitos reais de ensino direcionadas para a diversidade da Língua Inglesa de maneira mais crítica e clarividente na sua futura área de atuação.

Em virtude deste objetivo e nivelamento dos novos princípios da LA aqui manifestadas, fica evidente que o padrão de ensino proposto deve aprimorar o afastamento dos padrões linguísticos e culturais. Viabilizar espaços democráticos para os professores poderem indagar, problematizar, reexaminar, reformular e reestruturar os costumes correspondentes às verídicas necessidades dos aprendizes neste mundo onde os relacionamentos repercutem globalmente. O mundo se modificou, é para continuarmos a sobreviver às diversas adversidades advindas de determinados processos, dessa maneira, os estudiosos da linguagem precisam mudar também.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J.C.P. de. **Linguística aplicada, aplicação de linguística e ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 2005, pp. 11-21.

ANDREOTTI, V.O. Conhecimento, escolarização, currículo e vontade de “endireitar” a sociedade através da educação. **Revista Teias**, v. 14, n. 33, pp. 215-227, 2013.

BRAIT, B. **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo, Editora Contexto, 2008.

BLOCK, D.; CAMERON, D. **Globalização e ensino de línguas**. Nova York: Routledge, 2002. p. 151-167.

BRYDON, D. **Necessidades locais, contextos globais: aprendendo novos letramentos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

CELANI, M.A.A. **Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil**. Mercado de Letras, 1998, pp. 129-142.

GIMENEZ, T. **Ensinando e aprendendo inglês na universidade: formação de professores em tempos de mudança**. Londrina: UEL, 2001. p. 191-201.

GRADDOL, D. **English Next: Porque o inglês global pode significar o fim do inglês como língua estrangeira**. O Conselho Britânico. Londres: The English Company (UK) Ltda, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, 1 ed., Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELLER, M.; McELHINNY, B. **Linguagem, Capitalismo, Colonialismo: Rumo a uma História Crítica**. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

JORDÃO, C.M. **Apresentação: de rumos e passagens**. In: \_\_\_\_\_. A linguística aplicada no Brasil: rumos e passagens. Campinas: Pontes editores, 2016. pp. 11-13.

LEFFA, V. **Inglês em escola pública não funciona? Uma questão, múltiplos olhares**. São Paulo: Parábola, 2011.

8

KUMARAVADIVELU, B. **A linguística aplicada na era da globalização**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 129-148.

MENDES, E. **Língua, cultura e formação de professores: por uma abordagem de ensino intercultural**. Campinas: Pontes, 2008, pp. 57-77.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito**. Bogotá: Universidade Javeriana-Instituto Pensar, Universidade Central-IESCO, Século do séc. Editores Man, 2007, p. 127-167

MIGNOLO, W. **O que significa descolonizar?** Durham: Duke University Press, 2018, p.105- 134.

- MOITA LOPES, L.P. **Afinal, o que é linguística aplicada.** Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- MOITA LOPES, L.P. da. **A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada?** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- MOITA LOPES, L.P. da. **Uma linguística aplicada mestiça e ideológica interrogando o campo como linguista aplicado.** São Paulo: Parábola, 2006a, pp. 13-44.
- MOITA LOPES, L.P. da. **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006, pp. 45-65.
- MOITA LOPES, L.P. da. **Linguística Aplicada na modernidade recente.** São Paulo: Parábola, 2009, pp. 39-58.
- PAIVA, V.L.M.O. **Autonomia e Complexidade.** *Linguagem e Ensino*, v. 9, n. 1, p. 77-127, 2006.
- PARDO, F. Decolonialidade e ensino de línguas: perspectivas e desafios para a construção do conhecimento corporificado no cenário político atual. **Revista Letras Raras.** v.8, n. 3, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.
- PENNYCOOK, A. **A Linguística Aplicada nos anos 90:** em defesa de uma abordagem crítica. Campinas: Mercado de Letras, 1998, pp. 129-142.
- PENNYCOOK, A. **Os limites da linguística aplicada.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 3943.
- RAJAGOPALAN, K. **Linguística Aplicada:** perspectivas para uma pedagogia crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, pp. 105-114.
- ROJO, R.H.R. **A Linguística Aplicada em perspectiva sócio-histórica:** privação sofrida e leveza de pensamento. São Paulo: Parábola, 2006, pp. 253-276.
- SEIDLHOFER, B. **Understanding English as a lingua franca.** Oxford, UK/China: Oxford University Press, 2011.
- SILVA, D.N. **A propósito de Linguística Aplicada 30 anos depois:** quatro truísmos correntes e quatro desafios. D.E.L.T.A., 31-especial, pp. 349-376, 2015.
- SOUSA SANTOS, B. de. **Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e de outro.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, mimeo, 2004.
- WIDDOWSON, H.G. **Explorações em linguística aplicada.** Oxford: Universidade de Oxford Imprensa, 2010. p.226-238.

## Direito do trabalho e o assédio moral no trabalho

### *Labour law and bullying at work*

João Paulo de Oliveira<sup>1</sup>

Submetido em: 04/12/2022

Aprovado em: 05/12/2022

Publicado em: 11/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.453

#### RESUMO

O assédio moral é um fenômeno tão complexo quanto recorrente, e tem sido observado com cada vez mais naturalidade dentro do ambiente de trabalho. Existem alguns fatores que determinam se uma ação pode ser enquadrada como Assédio moral: a intenção do assediador, a duração e frequência com que os episódios costumam acontecer. Esse tipo de violência, pode ser considerada o tipo mais cruel de terror, pois afeta de forma direta o psicológico do empregado agredido, trazendo outras consequências tão sérias quanto. Esse tipo de violência é considerado complexa, porque envolve muitos princípios, das mais diversas ordens, como ética, cultura, sociedade, política etc. A qualidade de vida do trabalhador é severamente afetada por esse tipo de ação, o que leva a elaboração desse artigo, que é um ensaio de cunho bibliográfico, que pretende falar a respeito do assunto com o intuito de contribuir para o conhecimento dentro do meio jurídico.

**Palavras-Chave:** Assédio Moral. Ambiente de Trabalho. Qualidade de Vida. Prevenção.

#### ABSTRACT

Bullying is as complex as it is recurrent and has been observed more and more naturally within the work environment. There are some factors that determine whether an action can be framed as Bullying: the harasser's intent, the duration and frequency with which episodes usually happen. This type of violence can be considered the cruelest type of terror, as it directly affects the psychological of the battered employee, bringing other consequences as serious as. This type of violence is considered complex, because it involves many principles, of the most diverse orders, such as ethic, culture, society, politics etc. The quality of life of the worker is severely affected by this type of action, which leads to the elaboration of this article, which is an essay of a bibliographic nature, which intends to talk about the subject to contribute to knowledge within the legal environment.

**Keywords:** Bullying. Work environment. Quality of Life. Prevention.

### 1 INTRODUÇÃO

A Justiça do Trabalho, de modo geral, possui uma característica muito peculiar relacionada com a sua origem: sua criação se pautou em direitos fundamentais que pudessem garantir a integridade física do trabalhador. Desse mesmo modo, o processo do trabalho no mundo, passou por vários processos de evolução, para que fosse o que conhecemos hoje.

Tais processos são tão longos, que perpassam por períodos como o de regime de escravidão e servidão, chegando a época em que o trabalho começou a ser remunerado. Do mesmo modo que o ponto de vista econômico, o processo de garantias da Justiça do Trabalho sofreu uma grande evolução para atingir diferentes graus de proteção aquilo que diz respeito à saúde do trabalhador.

A Revolução Industrial, é um marco, do qual se deve responsabilizar o fato de que foi a partir daí que começou a ser implantada um método de preocupação com a proteção da integridade física do trabalhador, já que nesse período as máquinas não possuíam horário de pausas, funcionamento ou descanso adequado.

Já na primeira Guerra Mundial, somado a essa preocupação com a integridade física do trabalhador se acoplou a preocupação com a qualidade de vida dentro do trabalho. Segundo ALKIMIN (2008) no final dos anos 1960, começou-se a entender a saúde mental como um dos principais focos da saúde ocupacional.

Esse breve resumo serve sobretudo para evidenciar que o ser humano é um ser adaptável por natureza, de modo que, o mundo em si já passou por diversas transformações sociais, culturais, políticas, ideológicas e sociológicas, e o ser humano se adaptou a todas elas. Dentro do ambiente de trabalho, isso não é diferente, porém é importante mencionar, que nem todas as adaptações servem para o fortalecimento.

O ambiente de trabalho, atualmente é uma reunião de características não muito agradáveis do ponto de vista saudável. Isso significa dizer, que além de ter naturalmente uma tendência ao estresse, o ambiente de trabalho pode se tornar um ambiente violento. Mas não aquela violência costumeira, viril, fugaz e visível, mas uma muito mais violenta, porém sutil, o Assédio Moral.

<sup>1</sup> Professor de Linguística da Universidade do Estado do Mato Grosso. Graduação: Doutorando do Programa de mestrado em linguística da Universidade do Mato Grosso, Mestre em Letras formado na Universidade do Mato Grosso do Sul e Licenciatura em Letras formado pela Universidade do Mato Grosso.

O assédio moral possui várias vertentes e pode se desenvolver de algumas formas. Porém, em relação àquilo que todas essas modalidades possuem em comum, é que o Assédio Moral é pautado na violência verbal e nas humilhações, a que normalmente se sujeitam os subordinados, vítimas, dentro do ambiente de trabalho.

Além disso, tem raízes no constrangimento constante, atitudes recheadas de violência e sem nenhum tipo de moral e ética. É importante apontar, que de fato existem fatores que corroboram para que um ambiente de trabalho possua tamanha hostilidade, um deles, por exemplo, é o fomento à competitividade. Porém, o Assédio Moral pode se desenvolver em qualquer ambiente, provocando sérias sequelas na vida da vítima.

O objetivo do Agressor, dentro desse cenário, é apenas um: podar qualquer tipo de dignidade do agredido, e privando-o de qualquer nuance de direito fundamental que se possa existir dentro do ambiente do trabalho. É cruel e o combate e punição por parte das empresas tem que ser efetivo para servir como exemplo.

As empresas, nesse interim possuem um papel fundamental, o papel de fomentar em conjunto com seus vários setores, instrumentos de prevenção dentro da empresa, que coíbam esse tipo de ato, A prevenção, vale mencionar e uma das formas mais eficientes de corrigir a questão. E sai, muito mais em conta do que as custas de um processo nesse sentido ou a demissão do mesmo modo.

Esse artigo, pautado nessa narrativa, procura dirimir como se dá o Assédio Dentro do ambiente de trabalho, demonstrar suas características, possibilidades de prevenção e modos de identificação e caracterização.

## 2 O ASSÉDIO MORAL

### 2.1 CONCEITO DE ASSÉDIO MORAL

Apesar do enfoque relacionado ao assédio moral, ou também conhecido como violência moral, ocorrida dentro do ambiente de trabalho ter conseguido muito mais força nos últimos tempos, o fenômeno em si, não é algo novo. Alguns autores argumentam, inclusive, que é tão antigo quanto a própria noção de trabalho.

Segundo o autor FERREIRA (2004)

“Pode-se afirmar, sem medo de errar, que o assédio moral nas relações de trabalho é um dos problemas mais sérios enfrentados pela sociedade atual. Ele é fruto de um conjunto de fatores, tais como a globalização econômica predatória, vislumbrada somente da produção e do lucro, e a atual organização do trabalho, marcada pela competição agressiva e pela opressão dos trabalhadores através do medo e da ameaça. Esse constante clima de terror psicológico gera, na vítima assediada moralmente, um sofrimento capaz de atingir diretamente sua saúde física e psicológica, criando uma predisposição ao desenvolvimento de doenças crônicas, cujos resultados a acompanharão por toda a vida”.

O assédio moral, dentro do ambiente de trabalho, pode ser definido como a submissão, de trabalhadores e trabalhadoras a situações vexatórias e constrangedoras por mera liberalidade. Geralmente, não ocorre de forma isolada, tende a se repetir de forma reiterada, prolongada e frequente. Pode ocorrer durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções (DINIZ, 1999).

Esse tipo de assédio, geralmente, ocorre em relações de hierarquia, que são autoritárias e assimétricas. O condão com que as ações são praticadas está relacionado com a proeminência de condutas e atos negativos, que ferem a dignidade. Juntamente com relações que possuem caráter desumano e antiético, que costumam ocorrer durante longos períodos no trabalho (CAHALLI, 2011).

O assédio também pode ocorrer por mais de um superior hierárquico, e geralmente é focado em um funcionário subordinado, mas nada impede que ocorra em mais de um indivíduo. O objetivo desse tipo de conduta, reside na desestabilização da vítima diante do seu próprio ambiente laboral, e a sua organização em si, e isso comina na desistência do emprego ou cargo (CAHALI, 2011).

2

O assédio moral, nada mais é do que a consumação da violência pessoal, porém o fato mais danoso em relação a ele, reside no modo incomum com o qual se manifesta. As suas consequências, em geral são muito mais graves, e isso está intimamente relacionado com o modo de manifestação em que ele se dá: de forma velada, sutil, enraizada no ambiente de organização, no ambiente laboral (ALKIMIN, 2008).

Segundo ALKIMIN (2008) a conceituação do assédio moral é necessária, pois é a partir dela que se consegue, primeiro identificar o fenômeno do psicoterror em que está envolvida, e depois, pois desse modo, é possível demonstrar dentro do plano jurídico, quais são as suas consequências.

A sua utilização dentro do direito, na realidade é fruto de estudos oriundos da psicologia, que estudou a fundo a questão em busca de uma conceituação que abarcasse a situação de forma ampla. Isso foi importante, devido ao fato de o ordenamento jurídico trabalhista não dirimir a questão de forma específica. Por isso o socorro não apenas a psicologia, mas a sociologia (ALKIMIN, 2008).

A partir de tais, estudos foi possível traçar um conceito para assédio moral, que segundo HIRI-GOYEN (2002) seria:

Por assédio moral em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

Dentro do âmbito internacional, é comum verificar diferentes expressões para demonstrar esse mesmo fato, como: “*mobbing*”, “*harcèlement*”, “*bullying*”, “*harassment*”, “*whistleblowers*”, “*bossing*”. Em português, segundo RUFINO (2006) esses termos podem ser traduzidos como terror psicológico.

Um dos termos em inglês utilizados, o “*mobbing*”, é o mesmo que dizer terror psicológico ou assédio moral. E segundo RUFINO (2006) tal termo começou a ser empregado após o etimologista Heinz Lorenz utilizá-lo para definir o comportamento de alguns animais que circundavam com tom ameaçador outro membro do grupo. Esse tipo de reação dos animais, provocava a fuga do animal coagido, com o intuito de se proteger de um possível ataque.

É possível identificar no comportamento humano, características muito similares a essa, e o assédio moral é o ato correspondente dentro da sociedade atual. O ambiente de trabalho, de maneira geral, cria propensões a esse tipo de atitude, principalmente quando fomenta o a competitividade entre parceiros de trabalho (GUEDES, 2003).

Desse modo, a conclusão que se chega, é que não importa de fato, o conceito que se empregará para determinar o assédio moral, a violência sempre estará presente, e será feita pelo mesmo modo. Da mesma forma que o objetivo sempre será a destruição do psicológico do trabalhador, visando a sua saída do ambiente de trabalho (GUEDES, 2006).

## 2.2 MANIFESTAÇÕES DO ASSÉDIO MORAL

O assédio moral é sempre uma manifestação antiética, que possui o escopo de tornar o ambiente de trabalho tão desagradável, a ponto de afetar de forma direta o empregado. Para atingir essa finalidade, o agressor se utiliza de condutas comissivas e omissivas. Esse é o cenário que caracteriza o nascimento de uma patologia organizacional, e tem se tornado cada vez mais recorrente, devido a precariedade de empregos (GUEDES, 2003).

“Há várias formas de manifestação do assédio moral com o objetivo de vexar, constranger, inferiorizar e humilhar a vítima, que vão desde comportamentos e atitudes concretas como, por exemplo, tratar com rigor excessivo, atribuir tarefas inúteis, degradantes ou superiores à capacidade intelectual ou física do empregado, rebaixamento funcional, invasão da privacidade e intimidade, divulgando questões pessoais ou sujeitando o empregado a revistas e controles exagerados, injúrias, calúnias, críticas, ironias, humilhações e discriminações reiteradas em público, inatividade forçada, agressão verbal ou física etc., até falta de comunicação (conduta omissiva) no intuito de isolar a vítima e afastá-la da organização do trabalho, ou comunicação não-verbal e gestos (suspiros, olhar e ignorar a presença da vítima, erguer de ombros, mímicas, risinhos etc.). (ALKIMIN, 2008)”

Apesar de recorrente, a ciência ainda não consegue construir argumentos plausíveis que consigam exprimir com clareza, os motivos que levam a esse tipo de situação, tampouco consegue explicar com clareza a relação que existe entre a causa da violência e suas possíveis consequências que de fato fazem surgir o assédio moral (HEMÉRITO, 2006).

Fato é, que mesmo decorrente disso, já se sabe que existe a possibilidade de se apontar alguns fatores que servem de norte para entender o contexto complexo em que o assédio moral está inserido. Porém, mesmo assim, é importante apontar que existem muitas cautelas em relação ao fato de o assédio poder ser prevenido e desmontado, antes que a vítima possa sofrer consequências sérias relacionadas a sua saúde (HEMÉRITO, 2006).

3

Isso significa dizer, segundo Guedes (2006) que existe uma possibilidade, mesmo que remota de que o assédio possa ser prevenido, na mesma proporção que ele possui de ser desmontado. Porém, caso não venha a ser desmotivado, isso é um indicativo de que essa empresa possui um problema organizacional (GUEDES, 2006). Desse modo, é possível caracterizar o assédio, partindo dos seguintes pressupostos:

- Conduta Abusiva contra indivíduo dentro do ambiente de trabalho;
- Repetição ou sistematização dessa conduta;

- Ameaça a própria permanência da pessoa no emprego; e/ou
- Ameaça a sua integridade física e/ou psíquica dentro do ambiente laboral.

### 2.3 CONFIGURAÇÕES DO ASSÉDIO MORAL

Para que o Assédio Moral se configure, portanto. Essa conduta violenta por parte do agressor, tem que ocorrer de forma sistemática, repetitiva. Mas a violência moral, é importante que se frise, não estar presente apenas nas condutas que se pautam na violência física, ou violência desvelada. Existem práticas sutis, aparentemente inofensivas, que podem vir, no decorrer do tempo, comprometer a saúde da vítima (MENDONÇA, 2002).

Logo, segundo o autor ALKIMIN (2008) o assédio moral não caracteriza um conflito momentâneo no ambiente de trabalho, muito menos um tipo de agressão pontual, que provém do superior hierárquico, ou de algum colega de trabalho. Mas, dentro desse conflito, existem interesses contrapostos, preponderando, segundo o autor, o binômio ataque-resistência, o que impede que ocorra reiteradas vezes, até que uma parte ceda e passe a figurar como vítima na relação.

A conduta, nesse sentido, deve ser degradante e humilhante, para que possa caracterizar o assédio moral, além disso, é preciso que a frequência e a forma reiterada sejam observadas. Isso pode ser traduzido como a necessidade da existência de um dano real, que provoca grande sofrimento na vítima, e geralmente dentro da seara psicológica (ALKIMIN, 2008).

Esse dano tem que ser latente o suficiente para comprometer a permanência da vítima no serviço, além de comprometer a sua própria integridade física e psíquica dentro do seu ambiente laboral.

Pensando nisso, o autor HIRIGOYEN (2002) elaborou uma lista de exemplos, que podem auxiliar no entendimento da natureza das ações que configuram Assédio Moral:

**Tabela 1** – Exemplo de condutas que configuram assédio moral.

#### **LISTA DE ATITUDES HOSTIS**

##### **1) Deterioração proposital das condições de trabalho**

Retirar da vítima a autonomia.

Não lhe transmitir mais as informações úteis para a realização das tarefas.

Contestar sistematicamente todas as suas decisões.

Criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada.

Privá-la do acesso aos instrumentos de trabalho: telefone, fax, computador...

Retirar o trabalho que normalmente lhe compete.

Dar-lhe permanentemente novas tarefas.

Atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas inferiores às suas competências.

Atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas superiores às suas competências.

Pressioná-la para que não faça valer seus direitos (férias, horários, prêmios).

Agir de modo a impedir que tenha promoção.

Atribuir à vítima, contra a vontade dela, trabalhos perigosos.

Atribuir à vítima tarefas incompatíveis com sua saúde.

Causar danos em seu local de trabalho.

Dar-lhe deliberadamente instruções impossíveis de executar.

Não levar em conta recomendações de ordem médica indicadas pelo médico do trabalho.

Induzir a vítima ao erro.

##### **2) Isolamento e recusa de comunicação**

A vítima é interrompida constantemente.

Superiores hierárquicos ou colegas não dialogam com a vítima.

A comunicação com ela é unicamente por escrito.

**Tabela 2** – Exemplo de condutas que configuram assédio moral.

Recusam todo contato com ela, mesmo o visual.

É posta separada dos outros.

Ignoram sua presença, dirigindo-se apenas aos outros.

Proíbem os colegas de lhe falar.

Já não a deixam falar com ninguém.

A direção recusa qualquer pedido de entrevista.

**3) Atentado contra a dignidade**

Utilizam insinuações desdenhosas para qualificá-la.

Fazem gestos de desprezo diante dela (suspiros, olhares desdenhosos, levantar de ombros...).

É desacreditada diante dos colegas, superiores ou subordinados.

Espalham rumores a seu respeito.

Atribuem-lhe problemas psicológicos (dizem que é doente mental).

Zombam de suas deficiências físicas ou de seu aspecto físico; é imitada ou caricaturada.

Criticam sua vida privada.

Zombam de suas origens ou de sua nacionalidade.

Implicam com suas crenças religiosas ou convicções políticas.

Atribuem-lhe tarefas humilhantes.

É injuriada com termos obscenos ou degradantes.

Fonte: HIRIGOYEN (2002)

**Tabela 3** – Exemplo de condutas que configuram assédio moral.

**4) Violência verbal, física ou sexual**

Ameaças de violência física.

Agridem-na fisicamente, mesmo que de leve, é empurrada, fecham-lhe a porta na cara.

Falam com ela aos gritos.

Invadem sua vida privada com ligações telefônicas ou cartas.

Seguem-na na rua, é espionada diante do domicílio.

Fazem estragos em seu automóvel.

É assediada ou agredida sexualmente (gestos ou propostas).

Não levam em conta seus problemas de saúde.

Fonte: HIRIGOYEN (2002)

## 2.4 ESPÉCIES DE ASSÉDIO MORAL

Conforme foi explicado de forma bastante contundente mais acima, o Assédio Moral pode ser demonstrado de diversas formas, e nem sempre será pela via mais óbvia ou visível. E desse modo, existem algumas espécies de assédio que podem ocorrer dentro do ambiente de trabalho, conforme se mostrará a seguir.

5

### 2.4.1 Assédio Moral Vertical Descendente

Essa espécie de assédio vertical, pode ser visualizada quando é praticado pelo superior hierárquico, nesse caso o empregador. Diante de todas as demais hipóteses, é a mais recorrente, de modo que se beneficia

da relação de hierarquia, subordinação, em que a vítima se encontra em relação ao seu assediador (MENDONÇA, 2002).

Para o autor ALKIMIN (2008) o sujeito que agride, ou seja, o agressor, pode ser identificado por vários nomes, como:

- Assediador;
- Perverso;
- Acoassador;

Essa figura, geralmente recai sobre um indivíduo, que necessite do rebaixamento de seus subordinados, como forma de alimentar a sua autoestima, e demonstrar a sua influência e poder dentro do ambiente de trabalho. O arquétipo do agressor, possui dificuldades em demonstrar suas próprias falhas, além de não valorizar boas ações, utilizando de arrogância e falta de moralidade para humilhar seus subordinados (MENDONÇA, 2002).

Segundo ALKIMIN, esse assédio moral vertical descendente, se caracteriza por:

“é proveniente do empregador, compreendido na expressão do empregador propriamente dito, bem como qualquer outro superior hierárquico (diretor, gerente, chefe, supervisor), que receba uma delegação do poder de comando” (p. 61).

Desse modo, é possível concluir que a Espécie de Assédio Moral Vertical, serve para identificar o abuso que é proveniente da chefia, e que ocorre da forma mais cruel e ampla possível, desse modo, é considerado pela maioria dos autores como o pior tipo de assédio. Esse tipo de assédio é um trauma gigante para o psicológico bem como para a condição física da vítima do agressor (MENDONÇA, 2002).

#### 2.4.2 Assédio Moral Vertical Ascendente

Mesmo que o assédio de um superior para com seu subordinado seja apontado como o modo mais frequente de Assédio Moral, não raro, ocorre o caso contrário, onde um subordinado, empregado, pratica ações de Assédio contra seu superior.

Segundo o autor HIRIGOYEN (2005) esse segundo tipo de assédio, pode ocorrer de diversas maneiras, e cita alguns exemplos:

- Falsa Alegação de Assédio Sexual: a suposta vítima, nesse caso, busca desqualificar uma pessoa, acabando com sua reputação por meio dessa alegação;
- Reações Coletivas de Grupo: o grupo de uma, com o intuito de se livrar de um superior hierárquico, que não é aceito pelos funcionários.

Esse tipo de assédio somente tem espaço, quando o superior hierárquico não possui muita experiência, ou deixa transparecer seus níveis de insegurança em relação a algo. De qualquer modo, é possível verificar quando esse tipo de assédio ocorre, pois o superior não possui domínio sobre seus trabalhadores.

Nesse caso, o superior não se mune da postura autoritária que o seu cargo demanda, de modo que fomenta a rivalidade com os trabalhadores, que aproveitam a deixa para se fortalecerem e alcançarem o objetivo de derrubá-lo do cargo.

#### 2.4.3 Assédio Moral Horizontal

Existe ainda, o tipo de assédio que ocorre entre os próprios colegas de trabalho. Geralmente, ocorre entre trabalhadores que possuem o mesmo nível hierárquico, e pode ter como motivação diversos fatores, porém normalmente advém por conta de competitividade ou da brusca diferença entre os salários (HIRIGOYEN, 2005).

6

Segundo o autor ALKIMIN (2008) esse tipo de assédio se manifesta:

“(…) é aquele cometido por colega de serviço, manifestando-se através de brincadeiras maldosas, gracejo, piadas, grosserias, gestos obscenos, isolamento, podendo ser resultante de conflitos interpessoais, que acarretam dificuldades de convivência, ou por competitividade/rivalidade para alcançar destaque dentro da empresa”

Esse tipo de assédio, ocorre tanto na modalidade individual quanto na modalidade coletiva, tanto dos agressores, como das vítimas, que podem ser apenas um trabalhador, como um grupo de trabalhadores espe-

cíficos (ALKIMIN, 2008).

A competitividade é um fator muito relevante dentro dos motivos que geralmente provocam esse tipo de assédio. Principalmente quando fomentada em excesso dentro do ambiente de trabalho, é tão danoso quanto a inveja e o interesses em promoções e em cargos superiores dentro da empresa. Esse tipo de sentimento é provocado pela insegurança de ser passado para trás (ALKIMIN, 2008).

#### 2.4.4 Assédio Moral Misto

De todos os tipos de Assédio Moral, esse é o mais raro de acontecer, porém ainda assim acontece, e merece ser mencionado. Esse tipo de assédio ocorre, segundo GUEDES (2004) quando a vítima sofre assédio tanto por parte de seus colegas, seus pares, quanto por parte do seu superior hierárquico.

Esse tipo de assédio é muito comum em empresas que possuem um nível muito alto de competitividade interna, acoplado a um mau gerenciamento da empresa, o estresse do ambiente de trabalho, fomentado principalmente pelo nível elevadíssimo de exigências por parte do superior hierárquico.

Para o autor HIRIGOYEN (2005) são muito raros os casos de assédio moral horizontal, onde também não se manifeste o assédio vertical descendente. E esse pode ser observado quando a própria gestão ou chefia da empresa, ou o próprio superior hierárquico não reagem à conduta degradante imposta pelo agressor.

Dentre todas as informações fornecidas sobre os tipos de assédio, o mais importante a se observar, é que dentro de uma organização, os assediadores podem ser identificados pois são aqueles que possuem nível hierárquico diferente em relação ao assediado, nos exemplos supracitados, isso pode ser observado no assédio praticado contra colegas que possuem o mesmo tempo de serviço, esse é o assédio moral horizontal.

Quando praticado por um superior hierárquico, estaremos diante do assédio moral vertical descendente (NASCIMENTO, 2007).

### 2.5 CARACTERIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL

Segundo a OIT, atualmente, no mundo, milhões de trabalhadores sofrem com o assédio moral. Estudos desenvolvidos dentro da União Europeia demonstraram que cerca de 8% dos trabalhadores, o que seria equivalente a doze milhões de indivíduos, são vítimas de tratamento considerado tirânico proveniente de seus superiores hierárquicos (MOTHÉ, 2006).

É importante mencionar a esse respeito, que a conceituação do Assédio Moral foi definida há cerca de 25 anos, tempo suficiente para a maturação da causa. Porém, ainda se banaliza muito as consequências psicológicas que esse tipo de tratamento pode trazer. Segundo HIRIGOYEN (2005); BARRETO (2003) apud “No Brasil, investigação realizada em 97 empresas no Estado de São Paulo, com 2.072 entrevistados, demonstrou que 42% explicitaram histórias de humilhação no trabalho e que, destes, as mulheres são as vítimas mais frequentes. Outras vítimas comumente acometidas pelo assédio são os negros, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, os trabalhadores acima de 40 anos e aqueles portadores de lesão por esforços repetitivos. Disto se deduz que os trabalhadores com tais características precisam estar atentos à possibilidade de estarem sendo vítimas de assédio moral quando suas relações de trabalho se caracterizam por episódios abusivos ou agressivos constantes”.

Já foram supracitadas as características que auxiliam na caracterização do Assédio Moral dentro do ambiente de trabalho. Desse modo, acredita-se ser inoportuno enumerar novamente esses aspectos. Esse tópico dentro do texto possui o escopo de demonstrar algumas outras especificidades importantes para esse tipo de identificação.

7

O assédio moral é um assunto muito complexo, pois envolve várias outras nuances relacionadas a tratamento e relacionamento de trabalho. Dentro dessa caracterização, devem ser considerados fatores de ordem cultural, social, jurídica e física. No entanto, por mais clarividente que uma situação possa parecer, é importante manter a cautela durante a caracterização da situação em si (BARRETO, 2003).

Segundo LEYMANN (1996) é preciso ter muita cautela durante essa definição, principalmente pelo fato de muitos trabalhadores não conseguirem identificar que estão em situações de abuso, ou mesmo negarem quando lhe for demonstrado estar. É comum que algumas vítimas considerem as manifestações clínicas, decorrentes de problemas pessoais.

Outro fator que deve ser considerado, é que a manifestação do assédio se dá de maneiras diferentes em relação aos sexos. E isso está intimamente relacionado a componentes culturais que a sociologia trata de dirimir. As mulheres, costumam sofrer mais assédio por meio de intimidação, submissão, piadas grosseiras, e comentários relacionados a sua aparência ou vestimenta (NASCIMENTO, 2007).

Os homens, são mais vítimas de comentários cheios de maldade, relacionado a sua masculinidade e virilidade, ou relacionado a sua capacidade de trabalho e o modo como mantém a sua família (NASCIMENTO, 2007).

### 3 IMPLICAÇÕES PARA A EMPRESA E PARA O ASSEDIADO

Segundo CARAN et al. (2010) a precariedade em relação a trabalho tem sido cada vez mais recorrente, e é consequência direta da globalização. Desse modo, cada vez mais se busca por produtividade, cada vez com maior volume. E as condições de trabalho são um reflexo desse tipo de objetivo, pois isso impacta no aumento da jornada, da competição, dos riscos à saúde, acidentes e estresse.

Os autores explicam que dentro desse cenário que surgem as doenças relacionadas a trabalho. O que por si só já seria ruim o suficiente, mas existem outros tipos de padecimento, adoecimento e sofrimento no processo (CARAN et al, 2010).

O capital humano deveria ser a preocupação central de todas as empresas, de modo que pudessem garantir, segundo BARBOSA (2009) para seus colaboradores, condições mínimas de trabalho, onde ofertassem boas condições de higiene, de saúde e de segurança. Além disso, as empresas, na visão do autor, devem assegurar que o clima de trabalho em si, seja organizado e saudável, interferindo caso verifique conflitos.

Em casos como os que envolvem o assédio moral, no entanto, é comum organizações ignorarem o fato, ou “resolverem” da maneira mais prática, demitindo o assediado. Segundo HELOANI (2008) nesse tipo de iniciativa reside a falta de punição em relação ao assediador. O autor DA SILVA (2007) complementa que quando o problema existe, e a empresa, mesmo tendo interferência do RH, não consegue solucioná-lo, este caso merece ser solucionado mediante demanda judicial.

Porém, dentro da seara judicial, o máximo que se consegue, na maioria dos casos angariar com esse tipo de demanda, é a aplicação de uma multa, aplicada diante da organização, ou ainda, pagamento de uma indenização. Segundo DA SILVA (2007) isso é uma forma de provar que a busca por provas que demonstrem o assédio, pode desaguar numa busca inútil, uma vez que segundo o autor, a agressão ocorre com maior frequência, de forma verbal e/ou gestual.

O assédio moral ainda é responsável pela redução da produtividade da vítima, o que na realidade é o responsável por aferir maiores gastos com a reabilitação do agredido, ou, em casos mais graves, qualificação de um novo contratado. Segundo BARROS JR. (2009) isso ainda incorre na deterioração da imagem externa e interna da empresa, o que acarreta prejuízos financeiros.

A maior incidência de Assédio Moral entre mulheres, pode ser explicado segundo FREITAS (2006) pela fragilidade com as quais são vistas as mulheres, o que a tornaria muito suscetível a tal prática. A vítima, segundo SILVA (2007) se isola, é ridicularizada, inferiorizada e passível de culpa por coisas que não fez.

Segundo DA SILVA (2007) dentre as demais implicações do assédio moral para o assediado, o autor cita como principais: perda da autoestima, isolamento, recusa de comunicação, incapacidade laborativa, depressão, angústia, desestabilização em relação ao ambiente de trabalho e a organização, levando-o a pedir demissão, ou até mesmo ao suicídio.

O autor cita como agravante do Assédio Moral, o fato de que esse tipo de situação, ele possui continuidade através da vítima, que tende a reproduzi-lo dentro do ambiente familiar ou no meio social que costuma frequentar (DA SILVA, 2007).

### 8 4 O PAPEL DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS E O ASSÉDIO MORAL.

Dentro da luta que procura coibir o Assédio Moral, o papel dos Recursos Humanos, segundo ALKIMIN (2008) é investir em mecanismos de uma política preventiva. Desse modo, deve investir em artifícios que sirvam como conscientização dos empregados, bem como dos empregadores, como palestras e a divulgação interna de cartazes e panfletos que tenham o condão educativo. Essas poderiam ser algumas formas de conscientização da empresa (BISPO, 2009).

Ainda segundo o autor BISPO (2009) podem também servir, como indicativos que auxiliem na observação mais apurada de algum trabalhador que esteja sofrendo Assédio Moral, e verificar quais são as suas consequências e como agir a partir da identificação do caso.

Segundo o autor AGUIAR (2008) as técnicas de gerenciamento interno da empresa, também podem ser utilizadas como formas de prevenção do ato. Elas podem ser utilizadas na forma de avaliação ou de um feedback de 360 graus, que tenha o objetivo de analisar as ações dos demais colegas de trabalho, bem como dos superiores, porém prezando pelo sigilo do indivíduo (ACADEMIA PEARSON, 2010).

É importante manter o anonimato para garantir a confidencialidade das manifestações opiniões que ali serão vistas. ALKIMIN (2006) ainda complementa, que o setor do RH deve desenvolver uma política que auxilie no fomento a comunicação, entre os setores e entre funcionários. Essa é uma forma de preservar as relações horizontais e verticais, além de contribuir positivamente para melhora das condições de trabalho.

Porém, o autor SILVA (2006) assevera, que pode ser, que o papel do RH se desenvolva em um contexto em que o Assédio Moral já está instalado. Desse modo, é de sua responsabilidade utilizar de todas as armas possíveis para resolver o conflito, mantendo maior contato com os envolvidos, tentando mapear a questão e o porquê, e partindo para o fomento de práticas amigáveis de reconciliação.

A empresa deve ser observadora em apurar as denúncias de forma criteriosa, do mesmo modo que, caso não consiga solucionar o conflito, esteja apta a procurar auxílio jurídico (SILVA, 2006).

Por fim, REZENDE (2006) reforça a ideia, de que existem casos em que toda a cultura organizacional está comprometida. Desse modo, precisa ser reavaliada pela empresa, se pautando na ideia de direitos humanos e de direitos trabalhistas. Nesse sentido, a empresa deve fomentar o sentimento de comprometimento e responsabilidade de todos, em relação as boas relações de trabalho. É possível, que uma simples pesquisa seja o suficiente para auxiliar melhor nessa percepção, e mudanças serem feitas.

Outro tipo de iniciativa que pode auxiliar a empresa, é a criação de um Código de Ética, que deve explicitar a postura da empresa em relação a Assédio e prever as consequências desse tipo de prática (REZENDE, 2006).

## 5 AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

### 5.1 CONSEQUÊNCIAS PARA O ASSEDIADO

Dentro das relações de trabalho, por mais que não se veja, a humilhação está presente, e pode ser considerado um risco enorme para a saúde do trabalhador. É uma das formas mais poderosas de violência sutil dentro das relações organizacionais. Dentro dessa relação de abuso, a vítima sempre sofre de um abalo psíquico, podendo também ser físico, e isso vai muito além dos prejuízos profissionais e econômicos.

“O assédio moral gera sofrimento” psíquico que se traduz em mal-estar no ambiente de trabalho e humilhação perante os colegas de trabalho, manifestando o assediado sentimento e emoção por ser ofendido, menosprezado, rebaixado, excluído, vexado, cujos sentimentos se apresentam como medo, angústia, mágoa, revolta, tristeza, vergonha, raiva, indignação, inutilidade, desvalorização pessoal e profissional, que conduzem a um quadro de depressão com total perda da identidade e dos próprios valores, com risco de suicídio (ALKIMIN, 2008).”

Quando se trata de emoções, é impossível destoá-la da própria constituição humana, e isso independe do sexo. Porém, a manifestação de como a humilhação e os constrangimentos impactam, são feitas de formas diferentes por homens e mulheres segundo ALKIMIN (2008):

9

- Mulheres – se manifestam através do choro, tristeza, ressentimento e mágoas. Demonstram comportamento estranho no trabalho.
- Homens – partem para a revolta, indignação, se sentem desonrados, raiva, se sentem traídos e possuem sede de vingança.

De qualquer modo, o assédio moral provoca sérios danos psicológicos, que são irreparáveis dentro da vida da vítima. É uma forma bruta de violência, e deve ser banido dentro do ambiente de trabalho, ou prevenido na sua melhor forma.

## 5.2 CONSEQUÊNCIAS PARA O ASSEDIADOR

O assédio Moral em si, traz consequências para todas as partes envolvidas no processo. Para o empregador, por exemplo, é possível identificar a queda brusca do seu lucro frente a produtividade, isso se ele não foi o agente causador da violência. Nesse caso, sendo o sujeito ativo do Assédio, cabe rescisão indireta prevista no art. 483 da Consolidação da Leis do Trabalho<sup>2</sup> (ALKIMIN, 2008).

Segundo ALKIMIN (2008) a rescisão indireta pressupõe:

- Saldo e Salário;
- Aviso Prévio;
- Férias Vencidas e proporcionais;
- Adicional de 1/3;
- Depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Multa fundiária de 40%;
- Gratificação Natalina (ALKIMIN, 2008).

Segundo ALKIMIN (2008) para o empregado assediante, quando o caso se constatar entre colegas de trabalho, a consequência é a demissão por justa causa, de acordo com os ditames do art. 482, da CLT. O Assédio Moral, segundo ALKIMIN (2008) pode ainda ensejar consequências dentro do âmbito penal<sup>3</sup>, como por exemplo ser enquadrado como crime contra a honra, dos arts. 138 a 145 do Código Penal.

## CONCLUSÃO

O aumento do número de Assédio Moral no mundo está intimamente relacionado com o aumento da violência de forma geral na vida. No entanto, não deve fazer parte da logística de uma empresa ou de um ambiente de trabalho. Pois sua única contribuição seria torná-lo hostil.

Esse artigo procura demonstrar como se desenvolve um Assédio Moral e quais são os seus tipos, mas principalmente se ocupa de tentar entender os modos mais eficientes de prevenção a seu respeito. E a legislação nesse sentido, é precária, ficando tudo a cargo do Judiciário, que muitas vezes não consegue entender a ótica necessária da questão.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA PEARSON. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Makron Books (Grupo Pearson). Ano 2010, 272p.

AGUIAR, A. L. S. **Assédio moral nas organizações: estudo de caso dos empregados demitidos e em litígio judicial trabalhista no Estado da Bahia**. Salvador-BA [dissertação]: UNIFACS, 2003.

AGUIAR, M. R. M. G. **Assédio moral: problema antigo, interesse recente**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1907, 20 set. 2008. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/11741>. Acesso em:

ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio Moral na relação de emprego**. Curitiba, Juruá, 2008, p. 36.

ALKIMIN, M. A. **Assédio moral na relação de emprego**. Curitiba: Juruá; 2006.

10 BARBOSA, N. (2009). **Gestão de Pessoas**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA-VBMAF/gestao-pessoas>. Acesso em:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARRETO M. M. S. **Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações**. São Paulo: Educ; 2003.

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) Acesso em 03 jun de 2020.

<sup>3</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm) Acesso em 03 jun 2020.

BARRETO, M. M. S. **Uma jornada de humilhações**. [Dissertação]. Mestrado em Psicologia Social – PUC. São Paulo, 2000. 266p.

BARROS JÚNIOR, J. C. (Org.), et. al. **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. – 1a. ed - São Paulo: Edicon, 2009, 500 p.

BISPO, P. **10 ações para combater o assédio moral**. Disponível em: <http://www.rh.com.br/Portal/Relacao-Trabalhista/Dicas/6200/10-acoes-para-combater-o-assedio-moral.html>. Acesso em:

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2011.

CARAN, V. C. S., SECCO, I. A. O. Barbosa, D. A. Robazzi, M. L. C. C. Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**. Ano 2010, 23(6), 737-744.

DA SILVA, M. A. L. F. **Assédio moral nas relações trabalhistas sob a ótica civil-trabalhista-constitucional**. [Dissertação]. Curso de mestrado em direito da Faculdade de Direito de Campos, RJ, 2007, 183p.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Responsabilidade Civil**, 17a Edição, São Paulo, 1999: Saraiva, Volume 7, p. 84

FABIANA, D. **Causas e Consequências do Assédio Moral nas Organizações**. Administradores.com. 2009. Disponível em < <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/causas-e-consequencias-do-assedio-moralnas-organizacoes/27496/>. Acesso em:

FERREIRA, Hádassa Dolores Bonilha. **Assédio moral nas relações de trabalho**. Campinas: Russel, 2004.

FILHO, A. M. SIQUEIRA, M. V. S. **Assédio Moral e Gestão de Pessoas: uma análise do assédio moral nas organizações e o papel da área de Gestão de Pessoas**. RAM – Revista de Administração Mackenzie. Ano 2008, 9(5), 11-34.

FRANCO T. KAROSHI: o trabalho entre a vida e a morte. **Caderno CRH**. 2002;37(1):141-61.

FREITAS, M. E. **Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações**. RAE – Revista de Administração de Empresas. Ano 2001. 41(2), 8-19.

GARCIA, I. S. TOLFO, S. R. **Assédio moral no trabalho: uma responsabilidade coletiva**. Psicologia & Sociedade. Ano 2011, 23(11), 190-192.

GUEDES, M. N. **Terror psicológico no trabalho**. São Paulo: LTr, 2004.

GUEDES, Marcia Novaes. **Terror Psicológico no Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2006.

GUIMARAES, L. A. M. & RIMOLI, A. O. **“Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Ano 2006, 22(2), 183-191.

HELOANI, J. R. M. (Coordenador). Ausência de saúde moral: debilidade de ego ou doença ocupacional. [Palestra], 10/2008. **3º Congresso Internacional sobre saúde mental no trabalho**, (09/10/2008 a 11/10/2008), Goiânia, GO, BRASIL.

HEMÉRITO, Rilma Aparecida. Assédio moral no trabalho. **Revista IOB**, v.17, n.208, out, p.8, 2006.

HIRIGOYEN M. F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2005.

11 HIRIGOYEN, M. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2002.

LEITE, Carlos Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2007.

MENDONÇA, Martha Halfeld Furtado. O assédio moral no direito do trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 27, n. 103, jul./set. 2001.

MOTHÉ C. B. **O assédio moral nas relações de trabalho**. Revista de Direito Trabalhista. 2006; 12(3):12-3.

MOTHÉ CB. **Código de ética nas empresas pode evitar o assédio moral**. Consultor Jurídico. [Internet]. 30 nov. 2005. Disponível: [http://www.conjur.com.br/2005-nov30/codigo\\_etica\\_empresas\\_evitar\\_assedio\\_moral](http://www.conjur.com.br/2005-nov30/codigo_etica_empresas_evitar_assedio_moral) Acesso em:

NARDI H, TITTONI J. Subjetividade e trabalho. In: Cattani AD, organizador. Trabalho e tecnologia:dicionário crítico. Porto Alegre: Vozes; 1997.p.240-6.

NASCIMENTO S. A. C. M. **O assédio moral no ambiente de trabalho**. São Paulo: LTr; 2007.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo V. **O dano pessoal no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

REZENDE, L. O. **A deteriorização das relações de poder dentro do organismo empresarial: uma análise do assédio moral no contrato de trabalho**. [Dissertação] Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: [http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Mestrado\\_Relacoes\\_de\\_poder\\_Parana\\_-\\_assedio\\_moral.pdf](http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Mestrado_Relacoes_de_poder_Parana_-_assedio_moral.pdf). Acesso em:

RUFINO, Regina Célia Pezutto. **Assédio Moral no âmbito da empresa**. São Paulo: LTR, 2006.

SILVA, J. H. **Assédio Moral nas Relações de Trabalho Frente ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, 2006.

SILVA, P. C. C. **Assédio Moral no Trabalho**. Portugal [monografia]: Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia. Coimbra, Portugal, 2007.

SPACIL D. R, RAMBO L. I, WAGNER J. L. **Assédio moral: a microviolência do cotidiano**. [Internet]. 2004. Disponível em: <http://www.wagner.adv.br/estudo.php?id=58> Acesso em:

TELES, Ney Moura. **Direito Penal**. São Paulo: Editora de Direito, 1996, p. 228.

TERRIN, Kátia Alessandra Pastori; OLIVEIRA, Lourival José. Assédio moral no ambiente de trabalho: propostas de prevenção. **Revista de Direito Público**, Londrina, v.2, n.2, p.3-24, maio/ago., 2007.

WALD, Arnoldo. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

## Desafios e perspectivas do professor na alfabetização e letramento na era do ensino remoto

*Challenges and perspectives of the teacher in literacy and literacy in the era of remote teaching*

Sebastiana da Silva Santana<sup>1</sup>

Submetido em: 06/12/2022

Aprovado em: 07/12/2022

Publicado em: 14/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.456

### RESUMO

O presente artigo trata sobre o tema dos desafios e perspectivas dos professores na alfabetização e letramento no ensino remoto. Os rumos educacionais impulsionados pela pandemia da Covid-19 acarretaram diversos desafios para a prática docente desta maneira, professores, inesperadamente se depararam com o ensino remoto, tendo que ressignificar a forma de fazer a educação. Por isso, o artigo traz reflexões acerca do ensino, assim como demonstra a necessidade de inferir ações inovadoras. Para tanto, dominar as tecnologias digitais é assumir posturas que estimulem a criatividade, o pensamento crítico, é repensar o que se pretende para as turmas de alfabetização. Este estudo tem como objetivo compreender como vem se dando os processos de ensino e aprendizagem na etapa de alfabetização e letramento durante o Ensino Remoto, buscando identificar suas realidades e os principais desafios vivenciados pelos professores alfabetizadores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica apoiando-se em artigos científicos, BNCC, plano da PNA e sites educacionais e diversos autores como, Soares, Gil, Libâneo, entre outros. Com a análise dos dados coletados pode-se concluir que com o ensino remoto, muitas crianças em fase de alfabetização não têm acesso à internet, nem possuem aparelhos eletrônicos em casa, a falta de motivação das crianças e da família por não auxiliarem nesse processo torna-se inviável se efetivar a alfabetização. Também é evidenciado que os educadores tenham uma formação continuada com relação às TICs, objetivando dar subsídios aos professores no uso, tanto instrumental, quanto pedagógico.

**Palavras-Chave:** Letramento. Alfabetização. Desafios. Perspectivas. Ensino Remoto.

### ABSTRACT

This article deals with the theme of the challenges and perspectives of teachers in literacy and literacy in remote education. The educational paths driven by the Covid-19 pandemic brought several challenges to the teaching practice. In this way, teachers unexpectedly faced remote teaching, having to reframe the way of doing education. Therefore, the article brings reflections about teaching, as well as demonstrating the need to infer innovative actions. Therefore, mastering digital technologies means taking positions that encourage creativity, critical thinking, and rethinking what is intended for literacy classes. This study aims to understand how the teaching and learning processes have been taking place in the literacy and literacy stage during Remote Education, seeking to identify their realities and the main challenges experienced by literacy teachers. It is a bibliographic research based on scientific articles, BNCC, PNA plan and educational sites and several authors such as Soares, Gil, Libâneo, among others. With the analysis of the collected data, it can be concluded that with remote learning, many children in the literacy phase do not have access to the internet, nor do they have electronic devices at home, the lack of motivation of children and families for not helping in this process makes become impracticable if literacy becomes effective. It is also evidenced that educators have a continuing education in relation to TICs, aiming to provide subsidies to teachers in their use, both instrumental and pedagogical.

**Keywords:** Literacy. Literacy. Challenges. Perspectives. Remote Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

O aprendizado da leitura e da escrita é o marco fundamental em que se regem os objetivos da inserção da criança na escola. Se tais habilidades são aprendidas no tempo certo, o desenvolvimento nos sucessivos anos escolares poderá se desenrolar de uma forma mais satisfatória, tanto para os alunos quanto para os professores, pois a base de todo o ensino escolar é fundamentada na aquisição e no domínio dos processos de leitura e de escrita.

Na atualidade, a educação pública vive diversos desafios, dentre os quais os que se referem à alfabetização, ao letramento e às novas tecnologias. Para tanto, discutir sobre o processo de alfabetizar é antes de tudo, ressignificar a educação, principalmente, diante a atual situação das aulas, porque educar é refletir, é compreender que os desafios que surgem são molas potentes para impulsionar a reestruturação de ensino falido para um ensino inovador.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação. E-mail: sebastianasilvas@hotmail.com.

O processo de alfabetização que já era bastante desafiador, ganhou proporções ainda maiores com a chegada do novo Corona vírus. Esse cenário da educação vem se desenhando desde 2020 e é reflexo do impacto que a pandemia do novo Corona vírus (Sars-Cov-2) tem atingido a esfera global. Com a velocidade da contaminação pelo vírus, medidas de distanciamento, isolamento social e quarentena, ocorreram mundialmente e se fez necessário a paralisação das aulas presenciais e a implantação de modelos de ensino a distância.

Essa alternativa foi essencial para que os alunos não ficassem sem aulas e o ano letivo não fosse totalmente prejudicado. Entretanto, tanto os professores quanto os alunos tiveram que lidar com novos desafios para manter a qualidade do ensino e, em alguns casos, conciliar os problemas já existentes no ensino público com os recentes problemas criados pelo ensino remoto; as dificuldades são enormes, mas algumas possibilidades foram sendo implementadas.

É necessário entender que o uso das tecnologias pode provocar mudanças na concepção de novas metodologias para a educação, favorecendo a construção de ambientes de aprendizagem que exploram o potencial das tecnologias da direção de ambientes ricos, contextualizados, personalizados, acessíveis e significativos.

Assim, os professores estão adequando e adaptando-se a esses meios de forma rápida e prática, exercendo esse novo tipo de letramento, que durante muito tempo foi temido por diversos profissionais da área. Alguns o temiam pela falta de prática, outros por não terem conhecimentos e instruções suficientes para usá-los. A falta de recursos como um bom celular, computador ou uma internet boa, ainda fazem parte dos causadores dessa insegurança.

Durante o período de quarentena, mais do que nunca os docentes de forma rápida e criativa tiveram que inovar e adaptar-se ao ensino remoto, ministrando diretamente de sua residência aulas online. E novamente mostram que além das teorias, metodologias e técnicas de ensino aprendidas na universidade, a docência se aprende na prática também.

Ser professor é ter a responsabilidade de mostrar aos seus alunos a importância de conhecer diferentes facetas na forma de ensinar fazendo com que a informação chegue até eles proporcionando uma nova forma de adquirir conhecimentos, sem desistir da aprendizagem em meio às dificuldades e novidades encontradas no caminho.

Os professores precisam reinventar-se diariamente, criar estratégias e abraçar a tecnologia, pois estão engajados para que aconteça a continuidade do ensino que estava sendo feito de forma presencial, sendo também uma forma de aproximação dos alunos neste momento. Mídias e novas tecnologias estão muito presentes e ao mesmo tempo muito distantes na vida de alguns docentes.

Sendo assim, buscando contribuir na construção dessa nova identidade docente, o presente estudo traz como objetivo geral analisar a forma como o letramento se modificou e está relacionado no contexto do ensino híbrido. Diante disso, os objetivos específicos são: a) Conceituar os desafios dos professores em meio a pandemia e de que forma enfrentar os deveres e dilemas desta profissão; b) Descobrir quais competências se fazem necessárias aos professores na construção e troca de conhecimentos a distância; c) Verificar as práticas de letramento que os professores estão utilizando em época de pandemia.

Mas existem percalços nesse processo que demandam do professor estratégias e sedimentação de todos os conhecimentos adquiridos para poder alfabetizar e letrar os alunos, conforme exigem as Diretrizes Curriculares no campo da leitura e da escrita. Com isso, esse trabalho se debruça sobre a seguinte questão: Quais são os desafios e como os professores demovem conhecimentos/estratégias para enfrentá-los no processo de alfabetizar letrando crianças na era remota?

Com isso, temos como objetivo geral compreender como vem se dando os processos de ensino e aprendizagem na etapa de alfabetização e letramento durante o Ensino Remoto, buscando identificar suas realidades e os principais desafios vivenciados pelos professores alfabetizadores.

O interesse pelo tema adveio não só do entendimento que se tem de que é necessário aprofundar a discussão sobre a importância de alfabetizar e letrar durante as séries iniciais, da experiência como educadora, mas também do momento atual da pandemia. A alfabetização é um dos marcos mais significativos na vida escolar. Aprender a ler e escrever abre o caminho para toda a aprendizagem do aluno e ajuda a tomar posse da sua própria identidade.

## 2 CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Diversos autores abordam as concepções de alfabetização e letramento, e nessa seção serão apresentados alguns destes. Soares (2011) não vê como complementar à alfabetização o processo de letramento, mas ambos como partes indivisíveis de um mesmo processo.

Para Costa (2020), a alfabetização é um processo que não se finda, uma vez que a sociedade está em constante mudança, e está fortemente ligada à instrução formal, ou seja, às instituições e práticas escolares. Já Paulo Freire compreendia a alfabetização numa concepção mais ampla. Para ele “[...] a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 2017, p. 10).

Para Abreu e Miranda (2007), quando o conceito de letramento começou a se expandir, a alfabetização foi reduzida simplesmente à decodificação, concluindo que o letramento é o produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico.

Rosini (2007) por sua vez sugere que até por ser uma palavra recente, nem sempre são idênticos os significados que lhe vêm sendo atribuídos, assim como os objetivos com que é utilizada”. Para Silva (2008), o letramento é um conjunto de práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos e para objetivos específicos.

Nesta mesma perspectiva, Moran (2000, p. 25) afirma que “o letramento envolve as mais diversas práticas da escrita na sociedade [...] o letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita”.

Desse modo, pode-se inferir que uma das principais diferenças entre a alfabetização e o letramento é a qualidade do domínio sobre a leitura e a escrita, pois enquanto o sujeito alfabetizado sabe codificar e decodificar o sistema de escrita, o sujeito letrado vai além, sendo capaz de dominar a língua no seu cotidiano, nos mais distintos contextos.

A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí tem ele um momento de sua tarefa criadora. (FREIRE, 1979, p. 13)

Com a perspectiva de Paulo Freire podemos entender que o ato de alfabetizar precisa romper com métodos mecânicos que tornam a aprendizagem fria e sem sentido, pois um aprender pautado em meras repetições não são capazes de levar o indivíduo a pensar criticamente. De certa forma, a educação deste ano está sendo completamente diferente para as classes de alfabetização e todas as outras, mas o que não pode negar é o quanto esse momento veio para ressignificar a educação (COSTA, 2020).

## 2.1 ALFABETIZAÇÃO COMO ETAPA DE ENSINO

A alfabetização tem sido bastante discutida pelos que se preocupam com a educação, tanto nas questões legais como nas possibilidades e desafios a respeito dessa etapa de aprendizagem. Nestas últimas décadas, tem se observado as mesmas dificuldades de aprendizagem, as inúmeras reprovações, temos vivenciado a dura realidade que muitas crianças têm concluído sua escolarização sem estarem alfabetizadas (BRASIL, 2018).

A alfabetização faz parte do primeiro ciclo do ensino fundamental, devendo acontecer a partir do 1º até o 2º ano do Ensino Fundamental. A educação brasileira passou por várias mudanças, no entanto, não ocorreram apenas nos níveis de ensino, no que se refere à alfabetização, aconteceram também na forma como se passou a encarar essa etapa estudantil, que passou a ser objeto de estudo intenso por parte de professores e teóricos da educação (OROFINO, 2005).

Sem contar o fato de que o Ensino Fundamental que antes era de oito anos, passou a ser de nove anos, incorporando a etapa da alfabetização, que antes pertencia à Educação Infantil.

Essa mudança aconteceu num contexto de políticas educacionais de expansão do ensino obrigatório e da democratização da escola. Incorporando a alfabetização ao Ensino Fundamental, essa passou a ser obrigatória e a ser o 1º ano do Ensino Fundamental (SOARES, 2011).

Conforme cita o Ministério da Educação (MEC) sobre o ensino de nove anos pode-se ver o ensino fundamental de nove anos como mais uma estratégia de democratização e acesso à escola. A Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, assegura o direito das crianças de seis anos à educação formal, obrigando as famílias a matriculá-las e o Estado a oferecer o atendimento (BRASIL, 2018).

3

Considerando o novo cenário educacional, a entrada aos seis anos no Ensino Fundamental, que anteriormente era aos sete anos, desafiou educadores e pesquisadores a definir claramente o que se espera da escola nos anos iniciais de escolarização.

Exigindo profundas reflexões e investigações que buscassem dar conta do imenso leque de questionamentos dirigidos ao currículo, à organização das práticas e aos espaços físicos para inclusão da criança pequena na escola dos anos iniciais. Ao passo que começou a ser obrigatório, passou ter um controle mais rigoroso para que não houvesse tanta evasão escolar (SOARES, 2020).

Paralelas a essas mudanças estão as práticas educacionais dos professores, exigindo cada vez mais que sejam reflexivos e construtivistas e que busquem se aperfeiçoar através de novas práticas de ensino; por meio de cursos de formação e capacitação.

Em sua efetivação, a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos exige mudanças na escola, na proposta pedagógica, no material didático, na formação de professores, bem como nas concepções de espaço tempo escolar, currículo, aluno, professor e metodologias (COSTA, 2020).

A transição da criança de seis anos da educação infantil para o Ensino Fundamental não é apenas uma questão política normativa, mas sobretudo uma questão pedagógica que exige o entendimento do alfabetizador sobre como ocorre o processo de aquisição da leitura e da escrita (PINTO; DIAS, 2020).

Na perspectiva da construção do conhecimento não dissocia o ato de alfabetizar e letrar e ainda realiza uma mediação condizente com o nível de conceitualização da criança. Sendo assim, não necessariamente o domínio da alfabetização deve ocorrer na série ou fase introdutória (HODGES *et al.*, 2020).

Aceitar esse fato natural significa respeitar as necessidades das crianças nos diversos espaços sociais que ela convive e viabilizar de forma tranquila e harmoniosa o seu processo de escolarização (ABREU; MIRANDA, 2007, p. 9).

Os últimos anos com o aumento de ofertas de formação continuada pelo Ministério da Educação e Secretarias de Educação para professores da Educação Básica provocou a explicitação de diferentes perspectivas acerca da alfabetização, favorecendo uma reflexão e um fazer desses atores, sobre as realidades diversas das escolas brasileiras, na busca de estratégias mais palpáveis e que atendam as diversidades (ROSINI, 2007).

Soares (2011) afirma que as mudanças de paradigmas na área da alfabetização, trouxe novos de pressupostos e objetivos, alterando fundamentalmente a concepção do processo de aprendizagem e apagando a distinção entre aprendizagem do sistema de escrita e práticas efetivas de leitura e de escrita, necessitando readequação dessas concepções nas práticas docentes.

Por isso, deve ser constante a busca por cursos de formação continuada, pois nesse contexto entram as mudanças que estão ocorrendo na educação como a reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que rege a educação brasileira. Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2018).

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (SILVA, 2008).

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, pode ser considerada um marco na educação brasileira. O tema da alfabetização, fundamental para a vida escolar e para o pleno exercício da cidadania, é trazido com toda o vigor para o centro da política pública educacional do país (BRASIL, 2018).

A PNA preconiza em seus artigos que a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas; que deve haver centralidade do papel da família na alfabetização; considera a alfabetização como instrumento de superação de vulnerabilidade social; tem como objetivos principais a promoção da cidadania por meio da alfabetização, elevar a qualidade do ensino da aprendizagem e contribuir para alcançar as metas 5 e 9 do PNE; suas diretrizes são: Estímulos aos hábitos de leitura e escrita (BRASIL, 2018).

A elaboração da PNA surge como um esforço do Ministério da Educação para melhorar os processos de alfabetização no Brasil e os seus resultados. Define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético.

## 2.2 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO PERÍODO DE PANDEMIA

4

Como falamos anteriormente, muitos são os desafios enfrentados pelos docentes no processo de alfabetização de crianças, com a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia da Covid-19, aumentaram os desafios. Contudo foram acentuados, devido ao ensino remoto, com a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, com atividades não presenciais síncronas e assíncronas (COSTA, 2020).

Diferentes tipos de letramentos estão ocupando um espaço cada vez maior na vida das pessoas, e por este ser considerado um ano atípico devido a pandemia, foi possível perceber o quanto existem pessoas letradas em algumas coisas e para outras ainda necessitam aperfeiçoar o seu nível de letramento.

A necessidade do uso de recursos digitais é um exemplo disso. Estão ocorrendo diversas modificações no ato de ler e escrever em virtude da revolução das tecnologias digitais, dessa cultura digital na qual estamos imersos. Tem-se um grande fluxo de informações e textos, sendo o leitor instigado a selecionar, recortar e eleger os textos relevantes, e essas seriam, capacidades do letramento digital (GUALDA, 2019).

Na mesma perspectiva Soares (2011), defende a ideia de que diferentes tecnologias de escrita geram diferentes estados ou condições naqueles que delas fazem uso em suas práticas de leitura e escrita. A partir da ideia de diferentes formas de letramento, a autora introduz o conceito de letramento digital. Ainda, segundo ela, letramento digital é o, “estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela” (SOARES, 2011).

A realidade em que estamos vivendo de uma pandemia, chegou trazendo novos desafios, afastou os alunos da escola, fazendo com que agora as aulas fossem ministradas a distância. Colocou em prova a prática pedagógica e conhecimentos tecnológicos de cada docente, entre tantas outras coisas.

Os professores estão esgotados pelo excesso de tarefas, angustiados com alunos que não possuem acesso aos meios tecnológicos. Preocupados com aqueles que acabaram ficando totalmente desmotivados e estão se afastando da escola, cobranças e muitas vezes impaciência das famílias são fatores que também estão na lista dos desafios enfrentados por estes profissionais (HODGES, 2020).

Segundo o levantamento feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), 1,5 bilhão de jovens estiveram sem aulas presenciais no mundo inteiro. Isso significa que no mundo inteiro, professores tiveram que se reinventar para continuar atendendo seus alunos.

O ensino a distância mostra que existe uma rejeição, falta habilidades de alguns profissionais para utilizar os recursos tecnológicos tão necessários no momento. Ao mesmo tempo, falta oferecimento e capacitação por parte das instituições e do próprio governo (PINTO; DIAS, 2020).

Estamos vivendo um momento inédito, onde professores tiveram que abrir o íntimo dos seus lares para oferecer aulas aos seus alunos. Professores que tinham pouco ou nenhum contato com o letramento digital, precisaram planejar aulas mediadas por telas, em alguns casos tendo e em outros não o assessoramento pedagógico necessário.

Estamos na época de descobrir o funcionamento dessas ferramentas tecnológicas, são novos obstáculos que não eram comuns nos encontros presenciais, como problemas de conexão e engajamento dos alunos à distância. O próprio letramento nos remete a uma constante atualização e domínio de novas habilidades (COSTA, 2020).

Os novos letramentos são como uma reinvenção social, pois interferem diretamente nas relações sociais que passam a ser intensificadas. Um dos maiores desafios que estamos vivendo na área da educação, com certeza é a necessidade de adaptação a uma situação para a qual ninguém estava preparado (SILVA, 2008).

Há algumas inseguranças geradas pelo letramento digital e/ou eletrônico entre o corpo docente, como por exemplo, as questões mais técnicas, fazer lives, gravar vídeos, entre outros, somam-se a preocupação com a participação dos estudantes, do engajamento deles em aprender, o envolvimento e participação nas atividades propostas, se estão conseguindo ter acesso ao que lhes é ofertado no momento e de que forma estão encarando tudo isso (SOARES, 2020).

Sem falar na frustração dos professores que até agora não conseguiram contatar seus alunos. Letrar e alfabetizar a distância passaram a ser a única forma de dar continuidade ao ensino em tempo de pandemia.

Autores como Rosini, que é um dos representantes dos novos estudos do letramento no Brasil, apontam que os letramentos digitais tanto são afetados, quanto afetam as culturas nas quais são introduzidos, de modo que seus efeitos sociais e cognitivos variam em função dos contextos socioculturais e finalidades envolvidas na sua apropriação (ROSINI, 2007).

Cabe a cada profissional descobrir se está letrado ou apenas alfabetizado na nova forma digital de ministrar aulas e fazer uso dos recursos disponíveis. Logo, buscar um aperfeiçoamento que irá facilitar o desenvolvimento de suas aulas.

5

Portanto, ao voltar ao ensino presencial, não podemos deixar a tecnologia de lado, agora mais do que antes deverá fazer parte do nosso cotidiano. Facilitando a interação com os alunos, incentivando a pesquisa e transmitindo conteúdo de uma forma mais atualizada (ABREU; MIRANDA, 2007).

Com a pandemia enfrentada este ano, as escolas tiveram que fechar, mas as aulas não pararam. A necessidade de fazer com que crianças e adolescentes continuassem aprendendo fez com que surgisse o ensino remoto de “emergência”.

No início não foi fácil tanto para o corpo docente quanto para as famílias e os alunos, que tiveram que adaptar-se ao novo de forma rápida e com muita flexibilidade. Adaptando seu tempo, local, modo e ritmo de

estudos. Surge então na vida de todas estas pessoas o ensino híbrido (COSTA, 2020).

No ensino híbrido o professor não é o centro do processo, ele é o mediador entre os alunos e o conhecimento. É aquele que faz uso das metodologias ativas, fazendo com que os alunos desenvolvam habilidades e competências de forma mais autônoma (HODGES *et al.*, 2020).

O ensino híbrido permite que os alunos produzam seus conhecimentos e façam uso da tecnologia como uma ferramenta evolutiva para a aprendizagem, sem deixar de ter a interação e acompanhamento do professor, conforme Freire destaca: “ensinar não é transferir conhecimento, não apenas precisa ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido” (FREIRE, 2012, p. 27).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), define como competência geral da educação básica: 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas, exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018).

Sendo assim, o ensino híbrido passa a ser um agente transformador na escola atual, pois estará com maior foco no real interesse dos alunos, mais conectado com suas necessidades, trazendo maior engajamento dos alunos nas atividades.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica apoiando-se em artigos científicos, BNCC e sites educacionais e diversos autores como, Soares, Gil, Libâneo, entre outros. Os artigos, as teses e dissertações foram objetos de investigação desse estudo, retirados de sites e obras idôneas e reconhecidos pela confiabilidade

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo e bases de dados (GIL, 2010).

Como critérios de inclusão, foram utilizadas apenas as referências publicadas em idioma português, com textos completos para acesso nas bases de dados atualizados, publicações cujos objetivos fossem a identificação ou a descrição do assunto abordado. Foram excluídas publicações com outros idiomas, bem como publicações que embora dentro da temática, não davam resposta aos objetivos do estudo, ou o texto não se encontrava na íntegra.

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os desafios sempre fizeram parte desta profissão, o mundo evoluiu e o professor precisou acompanhar esta evolução. Mais do que nunca os aparatos digitais e tecnológicos estão presentes na vida destes profissionais e seu uso acaba sendo mais do que nunca necessário, o que acaba também dificultando seu uso por parte de alguns profissionais, pois sabemos que nem todos possuem conhecimento suficiente ou sequer faziam uso frequente desses recursos (COSTA, 2020)

Hodges *et al.* (2020) frisam que é necessário que haja orientação com relação ao letramento digital, pois como Silva fala na citação acima, a escola precisa participar ativamente e não “fechar os olhos” para a nova era tecnológica que estamos vivendo, as mudanças são visíveis não apenas dentro da escola, mas em diferentes situações do nosso dia a dia.

Por isso a necessidade de atualização, de conhecimento dessas novas práticas de letramento. De acordo com as respostas obtidas no questionário, algumas professoras receberam e outras por conta própria, tiveram que buscar capacitações e informações para utilizar de forma adequada e mediadora os recursos tecnológicos como meio de conseguir ministrar suas aulas e alcançar seus alunos durante este período de pandemia (GUALDA, 2019).

6

Neste cenário em que estamos vivendo foi possível perceber mais do que nunca os desafios enfrentados pelos professores, suas dificuldades aumentaram, porém o compromisso de ensinar, a responsabilidade com a continuação do processo de ensino aprendizagem foram potencializadas neste período de isolamento social (SOARES, 2020).

A ação dos professores frente às novas práticas de multiletramentos, sua busca e interesse na realização das atividades remotas fizeram com que os alunos passassem a ser protagonistas da sua aprendizagem.

Fica assim evidente, que a educação após tudo isso deverá ser repensada quanto a sua prática pedagógica

encarando o ensino híbrido como uma possibilidade de maior envolvimento e resultados satisfatórios no que se refere a aprendizagem dos alunos (COSTA, 2020).

A tecnologia passou a ser necessária e já considerada uma nova tendência na educação por tornar as aulas mais atraentes, divertidas e interativas. A nova realidade possibilita ao professor levar seus alunos onde quiser, viajar pelo mundo, aprofundar seus conhecimentos sem sair de casa.

É uma forma facilitadora de juntar o que precisa ser trabalhado com aquilo que é do interesse do aluno. Nosso maior desafio é ensinar numa sociedade que evolui rapidamente, que apresenta a tecnologia como uma das formas de alcançarmos uma educação de qualidade (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2005).

Contudo, não podemos esquecer que para obtermos o sucesso pedagógico é necessário que os professores recebam capacitações, formações sobre como utilizar esses recursos, o trabalho colaborativo da própria escola, de sua secretaria de educação ou rede mantenedora são fundamentais para tornar seus profissionais letrados digitalmente (OROFINO, 2005).

Deve-se estar em constante busca, temos muito a aprender, bem mais do que propriamente ensinar. Durante este período de pandemia a tecnologia nos mostrou que é possível ensinar e aprender de forma remota, a tecnologia substituiu o espaço físico da escola, mas não há tecnologia que substitua o importante papel do professor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo constatamos que a alfabetização é um processo contínuo e que alfabetizar e letrar são práticas que precisam ser desenvolvidas juntas, como um processo contínuo que se constitui conforme a criança se desenvolve e exige um esforço maior do professor para que a criança desenvolva as habilidades e competências para estar alfabetizados até os oito anos de idade.

Com o ensino não presencial por conta da pandemia do Coronavírus, em um curto período, toda a comunidade escolar passou por uma aceleração e uma imersão em um mundo de conhecimento e competência que, por vezes, não se havia dado a real importância e que, em ritmo normal de processo, levaria bem mais tempo para se concretizarem.

Pode-se perceber que a alfabetização fora do ambiente escolar só logrará êxitos se os pais ajudarem nesse processo de ensino aprendizagem, pois além do professor ser um mediador, ainda tem uma responsabilidade maior de incentivar e orientar os pais para dar continuidade a essa etapa de escolarização.

A educação é uma ação de todos os atores envolvidos, família, escola, professores e alunos; se essa ação já é determinante em tempos de aulas presenciais, ganha ainda mais relevância nesse período de pandemia.

Diante de todos os enfoques abordados no presente estudo, contribuindo, assim, com o desenvolvimento do alfabetizando desde o início de sua vida escolar, a alfabetização se consolida com a inclusão de várias possibilidades de leitura de mundo e de vida, ressaltando o diálogo com outros textos, imagens, sons e múltiplas linguagens direcionando o olhar para os recursos digitais enquanto facilitadores de aprendizagem.

Também é evidenciado que os professores tenham uma formação continuada com relação às TICs, objetivando dar subsídios aos professores no uso, tanto instrumental quando pedagógica é uma forma de manter a educação e, por conseguinte a escola em um ambiente propício às atividades não presenciais, mantendo o processo de aprendizagem com bons resultados.

Faz-se necessário elaborar políticas públicas para que todos tenham acesso aos recursos tecnológicos principalmente com relação às tecnologias educacionais, havendo a necessidade de uma efetivação facilitem o acesso de todos os estudantes.

Diante dos inúmeros desafios, que poucos não são, frisamos que nesse tempo ou em qualquer outro, o ensino deve transcender o caráter conteudista e tradicional, para assumir o que há de mais belo uma educação que seja capaz de ensinar muito mais do letras.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M.M.O de; MIRANDA, M.I. Ensino Fundamental de Nove Anos no município de Uberlândia: Quem é a criança de seis anos? **VIII Seminário Nacional “O Uno e o Diverso na Educação Escolar”** – Uberlândia: EDUFU, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://cieb.net.br/pesquisaanalisa-estrategias-de-ensino-remoto-desecretarias-de-educacaodurante-a-crise-da-covid-19/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

- COSTA, N. O papel da educação integral em tempos de crise. **Centro de Referências em Educação Integral**, 2020. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-papel-daeducacao-integral-em-tempos-de-crise-por-natacha-costa/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: atlas, 2010.
- GUALDA, L.C. Educador 4.0: impactos da revolução tecnológica na prática docente. **Revista de Humanidades Tecnologia e Cultura**. Faculdade de Tecnologia de Bauru, v. 9, n. 1. dez. 2019. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30754-desafios-da-educacaoem-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 11 out. 2021.
- HODGES, C et al. A diferença entre ensino remoto de emergência e aprendizagem online. **Educause**. Review. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergencyremote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 15 out. 2020.
- MORAN, J.M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6 ed. Campinas: Papirus, 2000.
- MORAN, J.M; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas. Papirus, 2003.
- OROFINO, M.I. Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade. **Guia da escola cidadã**. vol. 12. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- PINTO, F.C.F, DIAS E. A Educação e a Covid19, **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0545.pdf>... Acesso em 11 de novembro de 2020.
- ROSINI, A. M. **As Novas Tecnologias da Informação e a Educação a Distância**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- SILVA, E. T. **Unidades de leitura**: trilogia pedagógica. 2 ed. campinas: Autores associados, 2008.
- SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- SOARES, M. **Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia?** Entrevista no canal Futura. 2020. Disponível em <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-apandemia/>. Acesso em: 10 nov. 2020

## Barreiras e desafios enfrentados pelos professores na implementação do método de ensino à distância nas escolas rurais do município de Pelotas/RS<sup>1</sup>

*Barriers and challenges faced by teachers in the implementation of the distance learning method in rural schools in the municipality of Pelotas/RS<sup>2</sup>*

Tais De Moraes Affonso Domingues

Submetido em: 08/12/2022

Aprovado em: 09/12/2022

Publicado em: 15/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.457

### RESUMO

O presente trabalho analisa as barreiras e desafios enfrentados pelos professores na implementação no método de Ensino à Distância nas escolas rurais do município de Pelotas/RS. Esse método de ensino utiliza recursos tecnológicos que ainda são escassos e por vezes inexistentes nas escolas rurais. Diante do contexto atual de intensificação do método de Ensino à Distância e considerando a necessidade de uma estrutura tecnológica para sua aplicação, objetiva-se verificar quais são as barreiras e desafios enfrentados pelos professores para a implementação do Ensino à Distância nas escolas rurais. Para tanto, se analisa num primeiro momento o método de Ensino à Distância e os recursos de mediação pedagógica existentes para sua implementação; posteriormente, se analisa as escolas rurais e sua interação com as tecnologias, avaliando neste momento a estrutura que essas escolas possuem para receberem o método de Ensino à Distância; por fim, se analisa através da técnica de entrevista semiestruturada com os professores que atuam nas escolas rurais do município de Pelotas/RS quais os desafios e barreiras para a implementação do Ensino à Distância. O estudo se justifica em razão da necessidade de diagnosticar os problemas enfrentados na mediação pedagógica dos professores em aplicar o método de Ensino à Distância no contexto específico enfrentado pelas escolas rurais para que se possam encontrar alternativas para o ensino e aprendizagem desses alunos que se encontram em situação de mais vulnerabilidade. Espera-se que através dessa análise, possamos encontrar a mediação pedagógica mais adequada para ser aplicada na implementação do Ensino à Distância nas escolas rurais. Percebe-se que esse método que é um recurso alternativo e por vezes necessário para o ensino e aprendizagem deixa de ser aplicado nas escolas rurais por falta de um planejamento adequado e específico. Para o desenvolvimento do trabalho empregou-se o método indutivo, em investigação qualitativa, por meio da técnica de pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Ensino à Distância, Escolas Rurais, Tecnologias.

### ABSTRACT

This paper analyzes the barriers and challenges faced by teachers in the implementation of the Distance Learning method in rural schools in the municipality of Pelotas/RS. This teaching method uses technological resources that are still scarce and sometimes non-existent in rural schools. Given the current context of intensification of the Distance Learning method and considering the need for a technological structure for its application, the objective is to verify what are the barriers and challenges faced by teachers for the implementation of Distance Learning in rural schools. To this do so, the distance learning method and the existing pedagogical mediation resources for its implementation are analyzed at first; later, rural schools and their interaction with technologies are analyzed, currently evaluating the structure that these schools have to receive the distance learning method; analyzes through the semi-structured interview technique with teachers working in rural schools in the municipality of Pelotas/RS what are the challenges and barriers to the implementation of Distance Learning. The study is justified by the need to diagnose the problems faced in the pedagogical mediation of teachers in applying the distance learning method in the specific context faced by rural schools so that alternatives can be found for teaching and learning of these students who are in a situation of more vulnerability. It is expected that through this analysis, we can find the most appropriate pedagogical mediation to be applied in the implementation of Distance Learning in rural schools. It is perceived that this method, which

1

1 Tecnologias Educacionais no Ensino em Sala de Aula - Educação Especial e Inclusão Escolar

2 Educational Technologies in Classroom Teaching - Special Education and School Inclusion

is an alternative resource and sometimes necessary for teaching and learning, is no longer applied in rural schools due to lack of adequate and specific planning. For the development of work, the inductive method was used, in qualitative research, through the bibliographic research technique.

**Keywords:** Distance Learning, Rural Schools, Technologies.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das formas encontradas pelo Ministério da Educação para desenvolver a expansão da Educação Básica e do Ensino Superior no país foi, dentre outras, a construção de programas e políticas públicas voltadas a implementação da modalidade de Ensino à Distância (LOUREIRO, 2009). Entende-se que esta modalidade propicia maior efetividade na expansão do ensino, alcançando com mais rapidez e eficiência o desenvolvimento do conhecimento tanto aos jovens dos grandes centros urbanos quanto aqueles que residem em periferias ou no interior do país.

A trajetória do Ensino à Distância no Brasil nos permite verificar que o avanço dos recursos tecnológicos foi sendo incorporado enquanto estratégia metodológica pelas instituições de educação. A evolução foi ocorrendo a partir dos recursos de correspondência, passando pela televisão, teleconferências, até chegar aos computadores. Atualmente, o modelo de Ensino à Distância é aplicado a partir de uma combinação de recursos de interação síncrona e assíncrona (NOVELLO; LAURINO, 2012).

A especificidade do Ensino à Distância requer múltiplas condições de comunicação que possibilitem a interação entre os envolvidos (professores, tutores e estudantes) em tempos e espaços distintos (NOVELLO; LAURINO, 2012). Ou seja, é necessária a construção de uma estrutura capaz de facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem com o método de Ensino à Distância.

Todavia, essa estrutura de mediação pedagógica, na maioria dos casos é realizada a partir de estruturas tecnológicas, as quais, por vezes, não estão disponíveis em algumas instituições de ensino. É a realidade, por exemplo, das escolas localizadas em zonas rurais, pois segundo os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), apenas 44% dos moradores de áreas rurais fazem uso de internet. Nas áreas urbanas, esse índice é de 70%.

O referido estudo permite concluirmos que o acesso à internet está longe de ser universal, apresentando ainda grandes diferenças entre o acesso de moradores rurais e urbanos a esse recurso. Ou seja, existem ainda barreiras tecnológicas no meio rural que há muito já foram superadas nas áreas urbanas.

O meio rural no que toca a educação sofreu por muitos anos com a ausência de políticas específicas, em especial desde os anos 1960, quando ocorreu a modernização agrícola no campo. Apesar de algumas políticas implementadas ao longo dos anos, principalmente nos anos 2000, os diferenciais ainda são gritantes entre as duas realidades (IPEA, 2021).

O Ensino à Distância emergencial já é desafiador mesmo em condições favoráveis de infraestrutura, contudo, na zona rural, com a ausência de conexão ou velocidade lenta da internet, falta de contato frequente entre estudantes e escolas, distância para entregar materiais impressos e a rotina das famílias no campo, as dificuldades são ainda maiores.

Diante desta problemática, a presente pesquisa busca analisar as barreiras e os desafios enfrentados pelos professores de escolas rurais para a implementação do método de Ensino à Distância, tendo em vista que esta modalidade se utiliza de meios tecnológicos para interação, os quais ainda são precários nas escolas rurais.

Nesse contexto, entende-se que os professores das escolas rurais enfrentam dificuldades peculiares no desenvolvimento de ensino e aprendizagens dos seus alunos quando se aplica o método do Ensino à Distância.

É importante assim, averiguar, a partir do relato desses professores sobre as barreiras e desafios que enfrentam quais as possíveis mediações no Ensino à Distância que seriam mais adequadas para a interação entre professores e alunos nas escolas rurais.

## 2. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa apresenta o seguinte questionamento a ser objeto de investigação: Quais são as barreiras e desafios enfrentados pelos professores das escolas rurais do município de Pelotas/RS na implementação do método de Ensino à Distância?

Entende-se que a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa será possível traçar um diagnóstico sobre os desafios e barreiras que os professores encontram na implementação do Ensino à Distância, para possibilitar a partir deste norte, o desenvolvimento de mediações pedagógicas mais específicas e assertivas para os discentes e docentes das escolas rurais.

Desta forma, será possível transpor barreiras que impeçam ou dificultam o acesso do Ensino à Distância aos alunos das escolas rurais, sendo possível a utilização deste recurso metodológico de forma eficaz e adequado quando da sua implementação.

## 3. JUSTIFICATIVA DA INVESTIGAÇÃO

O tema referente ao método de Ensino à Distância e as escolas rurais despertam interesse à pesquisa, porquanto atinge uma camada da população em processo de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade. Apresentando características peculiares que precisam ser abordadas a fim do desenvolvimento de políticas públicas voltadas a atender os seus anseios. Nesse contexto, as pesquisas quanto à educação e o método de Ensino à Distância, são necessários para discutir, proteger e garantir o acesso eficaz do ensino no meio rural.

As dificuldades vivenciadas ao longo dos anos pelos professores e alunos das escolas rurais ganharam mais uma adversidade atualmente, que se estende desde 2020 em razão do novo Coronavírus. A disseminação da pandemia trouxe a necessidade de adaptações na educação, exigindo alternativas de métodos de ensino que dependem de estrutura e recursos tecnológicos, os quais por vezes são escassos nas escolas rurais.

Esse contexto atual acentuou as reflexões preocupantes no que se refere aos recursos tecnológicos das escolas rurais para implementação de métodos alternativos de ensino e aprendizagem como é o método de Ensino à Distância. Os professores das escolas rurais enfrentam desafios e barreiras na implementação desse método, tendo que criar mediações pedagógicas que substituam por vezes os recursos tecnológicos por serem de difícil acesso ou ainda inexistentes nessas escolas.

O Ensino à Distância pressupõe um sistema onde existe o conjunto dos métodos e meios instrucionais e de suporte para produzir um aprendizado efetivo, que depende do modelo de aprendizagem, da infraestrutura tecnológica e da infraestrutura da sala de aula. Portanto a presente pesquisa busca analisar questões de ensino e aprendizagem que são imprescindíveis para expandir o ensino de forma eficaz e adequado aos alunos das escolas rurais.

Convém destacar que a presente pesquisa versa sobre um tema atual, pertinente na área da educação e ainda carente de pesquisas no que se refere às escolas rurais do município de Pelotas/RS.

## 4. OBJETIVOS

### 4.1 Objetivo Geral

Verificar quais os desafios e barreiras enfrentadas pelos professores das escolas rurais do município de Pelotas/RS para implementação do método de Ensino à Distância.

### 4.2 Objetivos Específicos

- 4.2.1. Analisar o método de Ensino à Distância e os recursos de mediações pedagógicas existentes para sua implementação;
- 4.2.2. Analisar as escolas rurais e a sua interação com o uso de tecnologias;
- 4.2.3. Analisar a implementação do Ensino à Distância nas escolas rurais.

## 5. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Moore (2007), não é a distância geográfica que importa, mas sim, a distância transacional, ou seja, a distância de troca entre professor e aluno. Esse distanciamento poderia ser medido por duas variáveis que são: o diálogo e o estrutural que vai dimensionar a maior ou menor distância existente entre os atores do processo educacional (LEITE; CÓRDOBA, 2020).

Em verdade, existem diversas conceituações e denominações a respeito da modalidade de Ensino à Distância, contudo, de um modo geral, esta pode ser compreendida como uma estrutura educacional em que o aluno, necessariamente, frequenta um ambiente de ensino com novos recursos de ensino e aprendizagem e tampouco socializa seus conhecimentos de modo presencial.

Porém, segundo Michael G. Moore (2007), o distanciamento geográfico não pode se traduzir em também um distanciamento do aluno/professor para que as práticas pedagógicas educacionais possam se concretizar (LEITE; CÓRDOBA, 2020). Para tanto, a implementação do Ensino a Distância exige um planejamento criterioso, devendo ser customizado para a aplicação de sua metodologia.

Não deve, pois, ser limitada apenas ao meio digital, uma vez que existem outras ferramentas passíveis de êxito como a televisão e os meios impressos de materiais, as quais devem ser pensadas e adaptadas à realidade local e ao momento histórico que a sociedade exige.

Desta forma, utilizando como base os conhecimentos de Moore, e considerando a realidade das escolas rurais e o momento atual de intensificação do Ensino à Distância, percebemos a necessidade de avaliar as adaptações que precisam ser realizadas para expandir esse recurso metodológico para as escolas rurais.

4

É de suma importância a construção de interações consistentes e estruturadas para a aplicação desse método a fim de manter o ensino e aprendizagem com qualidade nas interações pedagógicas, evitando que o Ensino à Distância torne distante essa relação entre aluno e professor, ensino e aprendizagem.

Dentre as contribuições importantes acerca do método de Ensino à Distância de Michael G. Moore (2007), convém destacar a sua Teoria da Distância Transacional. Proposta na década de setenta, a teoria tinha como alicerce os conceitos de *curriculum*, chamados de estrutura e diálogo. Para o autor, a sistemática educacional se constitui através de uma negociação entre professor e aluno, denominada de *transaction* (transação)

(LEITE; CÓRDOBA, 2020). No ensino à distância, essas transações, que são essenciais, se constituem por meio de mídia impressa ou eletrônica.

Segundo Moore (2007), não é a distância geográfica que importa, mas sim, a distância transacional, ou seja, a distância de troca entre professor e aluno.

## 6. METODOLOGIA

### 6.1. Método de abordagem

Para o desenvolvimento do tema da pesquisa será utilizado o método indutivo, partindo de uma premissa particular, específica, através da análise das escolas rurais do município de Pelotas/RS, a fim de chegar a um entendimento geral em relação aos desafios e barreiras que as escolas situadas no meio rural enfrentam diante da necessidade de implementação do Ensino à Distância.

### 6.2 Método de procedimento

Para o desenvolvimento das etapas da estrutura dos futuros capítulos da Dissertação de Mestrado será utilizado o método da pesquisa qualitativa de investigação, a fim de obter um arcabouço teórico-metodológico que nos permita compreender, interpretar e descrever o objeto de investigação, os desafios e barreiras enfrentados pelos professores na implementação do método de Ensino à Distância nas escolas rurais do município de Pelotas/RS.

### 6.3 Técnicas de pesquisa

Quanto aos procedimentos técnicos, faremos uso da pesquisa bibliográfica, utilizando livros de autores consagrados, teses, dissertações e artigos científicos. Entende-se que a base deste projeto terá sua construção a partir de teorizações de renomados estudiosos acerca das variantes deste trabalho, a citar Michael Moore e suas teorias sobre o método de Ensino à Distância.

No que toca à pesquisa empírica, a investigação será realizada a partir de relatos obtidos em um questionário construído com questões aplicadas aos professores em exercício nas escolas rurais do município de Pelotas/RS.

Para tanto, será utilizada a técnica de coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, buscando, a partir de questionários aplicados que contenham perguntas em relação às barreiras e desafios que enfrentam na implementação do método de Ensino à Distância, obter respostas que servirão de base para conclusão deste trabalho.

## 7. RESULTADOS ESPERADOS

A partir deste trabalho espera-se que as respostas obtidas por aqueles professores que atuam nas escolas rurais do município de Pelotas/RS, possamos traçar um diagnóstico sobre os desafios e barreiras que ocorrem

na implementação do Ensino à Distância, para possibilitar a partir deste norte, o desenvolvimento de mediações pedagógicas mais específicas e assertivas para os discentes e docentes das escolas rurais. Espera-se que assim, seja possível a utilização adequada deste recurso também para os alunos que estudam nas escolas localizadas em áreas rurais.

## 8. PRODUTO EDUCACIONAL

O anteprojeto deve apresentar uma proposição de produto educacional alinhado às diretrizes da área de ensino da CAPES<sup>3</sup> e relacionado com o problema de pesquisa apresentado.

## REFERÊNCIAS

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34796&catid=10&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34796&catid=10&Itemid=9). Acessado em abr. 2020.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37571&Itemid=457](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37571&Itemid=457). Acessado em fev. 2020.

LEITE. Gisele; CÓRDOBA. Diego. **Educação a distância (EaD) e o Brasil Contemporâneo**. 2020. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/educacao-a-distancia-ead-e-o-brasil-contemporaneo>. Acessado em março de 2021.

LOUREIRO. César Augusto Hass. **Instrumentalização para o ensino à distância**. Porto Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/347>. Acessado em abr. 2021.

NOVELLO. Tanise Paula; LAURINO. Débora Pereira. Educação à distância: seus cenários e autores. **Revista Iberoamericana de Educação**. ISSN: 1681-5653. n° 58/4-15/04/2012. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/4832Novello.pdf>. Acessado em abr. 2021.

3 A definição de produtos educacionais pode ser encontrada na página da CAPES, no documento da área de ensino, na página 14, disponível no endereço <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>

## Segurança pública: homicídio funcional e sua repercussão no ordenamento jurídico brasileiro

*Public security: functional homicide and its repercussion on the Brazilian legal system*

Danielson Felipe Rex<sup>1</sup>

Submetido em: 17/12/2022

Aprovado em: 18/12/2022

Publicado em: 21/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.458

### RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso faz uma análise sobre os fundamentos e a justificação da criação da Lei Federal nº 13.142/2015, bem como sua repercussão no ordenamento jurídico brasileiro. Nessa perspectiva, serão pormenorizados os sujeitos que compõem o disposto nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, expondo todas as características que cercam a qualificadora exposta no artigo 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Ainda, será apresentado os entendimentos doutrinários em relação à nova qualificadora, ou seja, homicídio funcional, expresso no texto normativo, como forma de evitar a prática do crime em desfavor de sujeitos da segurança pública. Outrossim, será exposto brevemente o crime de lesão corporal dolosa praticado contra agentes de segurança pública, bem como as lesões gravíssimas e seguidas de morte praticadas contra eles, sendo todos esses institutos incluídos pela Lei nº 13.142/2015.

**Palavras-chave:** Lei nº 13.142/2015. Homicídio. Código Penal. Qualificadora.

### ABSTRACT

The present course conclusion paper analyzes the foundations and justification of the creation of Federal Law No. 13,142/2015, as well as its repercussion on the Brazilian legal system. In this perspective, the subjects that make up the provisions of Articles 142 and 144 of the Federal Constitution will be detailed, exposing all the characteristics surrounding the qualifier exposed in Article 121, § 2, item VII of the Penal Code. Furthermore, it will present the doctrinal understandings in relation to the new qualifier, that is, functional homicide, expressed in the normative text, to avoid the practice of crime to the disfavor of public security subjects. Moreover, the crime of personal injury committed against public security agents will be briefly exposed, as well as the very serious and followed-up injuries committed against them, all of which are included by Law No. 13,142/2015.

**Keywords:** Law No. 13,142/2015. It's murder. Penal Code. Qualifier.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2015 foi criada a Lei nº 13.142, a qual trouxe uma inovação legislativa, ou seja, o homicídio qualificado nos casos em que a vítima for um agente ou autoridade listada nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal de 1988, bem como membros da Força Nacional de Segurança Pública e do sistema prisional. Ainda, estão contidos nesse rol o cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau destes agentes de segurança pública.

Portanto, trata-se da criação de um novo delito, nomeado pela doutrina de homicídio funcional, sendo inserido no artigo 121, §2º, inciso VII, do Código Penal. A justificativa para a criação dessa qualificadora é “[...] prevenir ou diminuir crimes contra pessoas que atuam na área de segurança pública, pessoas que atuam no *front* no combate à criminalidade.” (CUNHA, 2016, p. 67).

Essa mudança na legislação penal é importante para “[...] fortalecer o Estado Democrático de Direito e as instituições legalmente constituídas para combater o crime, em especial o organizado, o qual planeja criar pânico e o descontrole social, quando um ator do combate à criminalidade é vítima de homicídio.” (CUNHA, 2016, p. 67).

Assim, o presente trabalho tem como ponto principal apresentar as alterações criadas pela referida lei. Utiliza-se como base da pesquisa a doutrina referendada sobre o tema, a qual servirá para reflexão acerca da ineficiência do Estado em garantir a segurança pública de forma eficaz. Discute brevemente os requisitos necessários para que se configure esse instituto, bem como expõe os aspectos gerais e específicos sobre o tema.

1

## 2 O HOMICÍDIO FUNCIONAL TRAZIDO PELA LEI FEDERAL Nº 13.142/2015 E SUA REPERCUSSÃO

A presente pesquisa é do tipo bibliográfica, a qual é realizada por meio da coleta de dados da legislação em vigor, doutrina e jurisprudência. Ainda, o procedimento adotado para a pesquisa é do tipo reflexiva.

1 danielson\_rex@yahoo.com.br

Há muito tempo a doutrina questionava a falta de “[...] uma especial tutela aos agentes estatais, que lidam com a segurança do País. O crescimento visível do crime organizado e seus atentados contra agentes policiais, além de outros, fizeram com que houvesse o acréscimo desta qualificadora ao homicídio (Lei 13.142/2015).” (NUCCI, 2017, p. 456). A presente Lei Federal nº 13.142/2015 trouxe uma nova qualificadora para o artigo 121 do Código Penal (BRASIL, 1940), ou seja, acrescentou o inciso VII no parágrafo 2º deste artigo, o qual prevê o seguinte:

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015).

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Outrossim, a presente qualificadora foi acrescentada no rol de crimes hediondos dispostos na Lei nº 8.072/90. Portanto, este crime não admite indulto e graça, bem como é inafiançável. Ainda, para a progressão de regime é necessário o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o réu for primário, e o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena se reincidente. Em síntese, essa qualificadora a doutrina tem chamado de homicídio funcional. Pois bem, o cometimento deste crime contra algum dos sujeitos de segurança pública, no exercício de sua função ou em razão dela, bem como contra seus familiares, qualifica o crime de homicídio e aumenta o tempo de cumprimento da pena em comparação ao homicídio simples do *caput* do artigo 121 do Código Penal.

Ainda, vejamos que os sujeitos passivos dessa qualificadora estão presentes no artigo 142 e 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

[...]

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia federal;

II - Polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - Polícias civis;

V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Portanto, “trata-se de norma penal em branco, pois deve ser complementada pelos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, que nos indicam alguns dos agentes de segurança pública cujo homicídio faz incidir a qualificadora [...]” (CUNHA, 2016, p. 67). Assim, tanto as autoridades policiais, como todos os demais sujeitos da segurança pública que fazem parte as Polícias Civis dos Estados e a Polícia Federal, bem como os policiais ferroviários e policiais rodoviários federais, os membros do Corpo de Bombeiros e quaisquer policiais militares, e ainda os guardas municipais, os agentes responsáveis pela segurança viária, os agentes do sistema prisional e os agentes que estejam trabalhando na Força Nacional de Segurança Pública, são autoridades ou agentes funcionais da segurança pública.

Além disso, a referida lei, atinente ao delito de homicídio, tratou de delimitar não somente as autoridades ou agentes que desempenham função pública ligada à defesa do Estado, como também incluiu os cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos até terceiro grau desses servidores (filhos, netos, bisnetos, pais, avós, bisavós, irmãos tios e sobrinhos), quando mortas por causa da referida atividade desenvolvida.

Desse modo, o legislador abarcou um extenso rol de sujeitos para inclusão na tipificação do crime de homicídio funcional qualificado. Ou seja, seu alcance pode ser apresentado como uma característica presente no simbolismo penal, visto que deixa diversos questionamentos e lacunas no que se refere as citadas pessoas e a probabilidade de enquadramento no homicídio funcional.

Em relação as lacunas, nota-se, da análise da qualificadora de homicídio funcional, que o inciso VII, parágrafo 2º, do artigo 121 do Código Penal, deixa falhas em sua elaboração, pois não contempla o parentesco por afinidade (sogros, cunhados, genros e noras), bem como o parentesco por vínculo adotivo. Há aqui uma discriminação entre os parentescos, contrário ao disposto no artigo 227, §6º da Constituição Federal, vejamos:

Art. 227. [...] § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. (BRASIL, 1988).

2

Quanto ao sujeito ativo do cometimento desse crime, pode ser qualquer pessoa, desde que o crime ocorra no exercício da função ou em decorrência dela. Desse modo, agentes públicos inativos podem ser enquadrados como vítimas, desde que a prática do crime seja motivada pela função que o servidor desempenhava antes da inatividade.

Rogério Sanches Cunha (2016, p. 67) reforça essa tece, afirmando que

[...] o homicídio de agente de segurança aposentado poderá se inserir nesta qualificadora, a depender do caso concreto. Inicialmente, ressaltamos que na hipótese do homicídio contra alguém “no exercício da função”, é impossível que o agente aposentado figure como vítima, pois, nesse caso, evidentemente não mais integra os quadros do órgão público. Ainda que o ex-servidor esteja exercendo alguma função semelhante na iniciativa privada, não incidirá a qualificadora em virtude da vedação da analogia in malam partem. Já no caso do homicídio que se dá “em decorrência da função”, é possível figurar como vítima o servidor aposentado, pois, como bem destaca *BITENCOURT*, nada impede que um policial, após ter se aposentado, seja reconhecido (ou mesmo perseguido) por um criminoso cuja prisão tenha se dado sob sua responsabilidade, e que, para se vingar, o mate. É inegável que, nessa situação, o homicídio se deu em decorrência da função que o agente de segurança havia exercido até a aposentação. (grifo do autor).

Outrossim, como a presente qualificadora é considerada subjetiva, deve-se afastar o Homicídio privilegiado contido no artigo 121, § 1º, do Código Penal (BRASIL, 1940). Vejamos que

[...] não se pode imaginar a possibilidade de que alguém mate um agente de segurança pública no exercício da função ou em decorrência dela, ou mesmo que mate um familiar desse agente em razão da condição de parentesco, e o faça por motivo de relevante valor social ou moral. É impensável que este homicídio seja movido pela manutenção dos interesses da coletividade (aliás, é bem o oposto) ou por sentimentos de piedade, misericórdia e compaixão. (CUNHA, 2016, p. 69).

Ainda, a Lei Federal 13.142/2015 também introduziu o crime de lesão corporal dolosa praticado contra agentes públicos, bem como acrescentou as lesões gravíssimas e seguidas de morte contra eles, vejamos os dispositivos:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: [...]

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo: [...]

§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015) (BRASIL, 1940).

Portanto, essas inovações legislativas vêm ao encontro da valorização dos agentes públicos e da necessidade de se discutir as políticas de segurança pública, frente ao descaso que se enfrenta.

A prevenção estatal pelos órgãos de segurança pública, não tem impedido de forma eficaz o cometimento de crimes, o que, no que lhe diz respeito, provoca uma demanda muito grande e contínua de casos para as instituições de polícia judiciária, aumentando as dificuldades, visto que falta recursos para uma investigação criminal efetiva da maior parte dos crimes, o que resulta na ausência de punição.

Ainda, o confronto direto entre agentes de segurança pública e delinquentes ocasionalmente gera mortes, tanto de criminosos quanto de agentes de segurança pública, bem como das vítimas ou dos cidadãos que se encontravam nos arredores do enfrentamento.

Contudo, a atuação dos agentes de segurança pública deve ser autêntica e legal, pois precisa ocorrer da execução em estrito cumprimento do dever legal, tendo em vista impedir a ação criminosa em flagrante delito ou capturar o criminoso que está sendo procurado pela justiça e, posteriormente, deve estar resguardada pela excludente de ilicitude da legítima defesa própria ou de terceiro em razão de agressão injusta dos criminosos sujeitos à ação do Estado.

Desse modo, o agente da segurança pública, o qual é representante do Estado, deve agir dentro da legalidade e apenas utilizar força proporcional à agressão injusta praticada pelo delinquente. Nesse sentido, além de procurar defender a sua integridade física, deve proteger a vida de todos, tanto cidadãos como vítimas, que se encontrem expostos ao fato criminoso, até mesmo do próprio delinquente causador do delito.

Outrossim, os elevados e destacados indicadores de agentes da segurança pública assassinados mostram uma lógica de conflito ainda presente na política de segurança pública no Brasil. Portanto, Rogério Sanches Cunha (2016, p. 67) aduz que a aprovação, pelo Congresso Nacional, dessa nova qualificadora no crime de homicídio tenta

[...] prevenir ou diminuir crimes contra pessoas que atuam na área de segurança pública, pessoas que atuam na *front* no combate à criminalidade. A mudança, de acordo com a Casa de Leis, é crucial para fortalecer o Estado Democrático de Direito e as instituições legalmente constituídas para combater o crime, em especial o organizado, o qual planeja criar pânico e o descontrole social, quando um ator do combate à criminalidade é vítima de homicídio.

Portanto, além de tentar acabar com antigas omissões do Estado, principalmente na educação e na falta de expectativa quanta as melhorias sociais, há, ainda, uma carência de se discutir, com técnica e austeridade, as vigentes opções políticas de caráter ilícito, marcadas por interesses econômicos fraudulentos e restrita à violência e à mera incriminação. Essas medidas, ao invés de realmente defenderem os bens jurídicos solicitados para sustentar sua legitimação, fomenta outros graves problemas na sociedade, como a violência contra agentes da segurança pública.

Por fim, é de grande importância aduzir que crime de homicídio funcional é de competência da Justiça Estadual, através

do Júri. Outrossim, há exceção, como por exemplo, o crime cometido contra agente público federal, desde que o delito seja relacionado com o exercício da função pública exercida, a Justiça Federal terá competência.

## CONCLUSÃO

Com base no exposto no presente trabalho, conclui-se que a função exercida pelos sujeitos da segurança pública está, a todo momento, sendo reexaminada, pois a criminalidade vem aumentando muito, por exemplo, pelo tráfico de armas e de drogas, bem como pela existência do crime organizado.

Ainda, a violência cometida em face dos sujeitos da segurança pública tem sido objeto de análise há anos, perante as constantes ofensivas contra a vida desses servidores públicos, razão pela qual, a inserção legislativa, tema da presente pesquisa, se justifica.

Portanto, a criação da Lei Federal nº 13.142/2015 acrescentou o inciso VII, no parágrafo 2º, do artigo 121 do Código Penal (BRASIL, 1940), ou seja, o chamado homicídio funcional, que é o cometimento deste crime contra algum dos agentes de segurança pública, no exercício de sua função ou em razão dela, bem como contra seus familiares.

Desse modo, em razão do crescimento da criminalidade, o Estado nem sempre consegue cumprir de forma eficaz o direito que é rogado pela população. Assim, a criminalidade tem como uma das principais vítimas os agentes da segurança pública, e no propósito de impedir o cometimento do crime de homicídio funcional, é que houve a necessidade de prever a qualificadora em análise.

Assim, com a criação legislativa do homicídio funcional, o legislador ponderou em fomentar o Estado Democrático de Direito. Essa inovação legislativa tenta, sem dúvida, atender aos desejos da sociedade, avante o aumento da violência em face dos agentes de segurança pública, bem como ao direito fundamental a segurança, previsto na Constituição Federal, que é dever do Estado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 08 ago. 2019.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 06 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.142**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/L13142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L13142.htm). Acesso em: 08 ago. 2019.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. 4 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 17. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

## Direitos Humanos e o sistema penitenciário no Brasil *Humanos rights and the prison system in Brasil*

Danielson Felipe Rex<sup>1</sup>

Submetido em: 17/12/2022

Aprovado em: 18/12/2022

Publicado em: 21/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.459

### RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso faz uma análise sobre os Direitos Humanos e a relação com o Sistema prisional brasileiro. Desse modo, aborda brevemente sobre o histórico dos Direitos Humanos e os tipos de penas que são cabíveis no ordenamento jurídico atual. Discorre brevemente sobre a pena de reclusão, que pode ser cumprida nos regimes fechado, semiaberto e o aberto, bem como aduz sobre a finalidade da pena e suas teorias, quais sejam: absoluta, preventiva e a mista. Faz uma análise da situação precária em que se encontra os estabelecimentos prisionais brasileiros e a falta de investimentos por parte do Estado. Outrossim, aduz sobre as condições desumanas que os apenados convivem, o não cumprindo o papel ressocializado e uma provável solução para isso. Por fim, quanto ao método de pesquisa, esta será hipotético dedutivo, a qual utiliza no seu delineamento a coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores, com o intuito de construir uma reflexão crítica sobre o presente tema.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Sistema penitenciário. Estado.

### ABSTRACT

The present course conclusion paper analyzes human rights and the relationship with the Brazilian prison system. Thus, it briefly addresses the history of human rights and the types of penalties that are appropriate in the current legal system. He briefly discusses the penalty of imprisonment, which can be fulfilled in the closed, semi-open and open regimes, as well as on the purpose of the sentence and its theories, which are: absolute, preventive, and mixed. It analyzes the precarious situation in which Brazilian prisons are located and the lack of investments by the State. Moreover, it insduces about the inhuman conditions that the apenados live together, the not fulfilling the resocialized role and a probable solution to this. Finally, regarding the research method, this will be hypothetical deductive, which uses in its design the collection of data in bibliographic sources available in physical media and in the computer network, to build a critical reflection on the present theme.

**Keywords:** Human Rights. Penitentiary system. State.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo acerca do sistema penitenciário brasileiro com base nos direitos humanos, no qual se discute sobre a importância das garantias e direitos dos apenados, com foco na ressocialização, à medida que tal efetividade se encontra prejudicada por diversos motivos, como a falta de estrutura dos estabelecimentos prisionais, bem como a omissão do Estado quanto a aplicação de recursos.

Desse modo, busca-se propor uma reflexão sobre o respeito aos direitos humanos do apenado e sobre a possibilidade de ressocialização dele. Outrossim, apresenta-se os direitos humanos e sua evidente relação com o apenado e o Estado, esse último principal responsável pelo sistema prisional.

Ainda, apresenta-se os tipos de penas e suas sanções, bem como as principais legislações vigentes no Brasil que versam sobre os direitos humanos, tais como a Constituição Federal de 1988, Lei de Execução Penal e Código Penal. Por fim, mostra-se que o apenado e a sociedade podem ser os mais beneficiados quanto ao cumprimento dos direitos humanos.

Assim, buscar-se-á analisar a real situação do sistema prisional brasileiro, com o objetivo de demonstrar que ao se garantir a efetivação dos direitos humanos teremos um sistema prisional menos desumano.

## 2 O SISTEMA PENITENCIÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS

1

O sistema penitenciário brasileiro está em crise atualmente, no qual seus estabelecimentos prisionais não têm infraestruturas adequadas, como por exemplo celas superlotadas, que geram condições inadequadas de cumprimento da pena. Desse modo, o Código Penal brasileiro e a Lei de Execução Penal brasileiras regem os crimes e suas penas, bem como a finalidade de cada pena. Fernando Capez (2012, p 385-386) afirma que a pena

[...] é a sanção penal de caráter afitivo, imposta pelo Estado, em execução de uma sentença, ao culpado pela prática de uma infração penal, consistente na restrição ou privação de um bem jurídico, cuja finalidade é aplicar a retribuição punitiva ao delinquente, promover a sua adaptação social e prevenir novas transgressões pela intimidação dirigida à coletividade.

1 danielson\_rex@yahoo.com.br

As penas possuem como pressuposto a culpabilidade e se divide em privativa de liberdade, as quais são reclusão, detenção, prisão simples ou multa e as penas restritivas de direito. No tocando a esse assunto, a pena privativa de liberdade é a que melhor se enquadra quando se trata do sistema penitenciário, pois é a que afeta a liberdade do cidadão. Desse modo, a pena de reclusão pode ser cumprida em três regimes distintos (fechado, semiaberto e o aberto). Já a detenção pode ser cumprida nos regimes semiaberto e aberto. Por fim, a prisão simples deve ser cumprida em estabelecimento especial, em regimes semiaberto ou aberto.

Mas antes da aplicação de tais sanções, precisa se saber qual a finalidade da pena. Sabe-se que a punição é uma das finalidades, mas a partir de alguns doutrinadores, esse não é único efeito. Nesse sentido, há três teorias relevantes sobre o tema, quais sejam: absoluta, preventiva e a mista.

A Teoria Absoluta não se preocupa com a ressocialização social do apenado, mas a pena é a punição do mal injusto, praticado pelo condenado, remetendo, no caso, o espírito de vingança. Já na teoria preventiva, a pena passa a ser um meio para evitar a reincidência dos delitos. Diferentemente da teoria citada no parágrafo anterior, o problema dessa é que, no presente caso, a pena deixaria de ser proporcional ao caso praticado, não se considerando a gravidade do delito. E a teoria mista é a junção das duas teorias acima citadas, tendo a pena uma dupla função, que é a de punir o culpado e a de evitar a prática do crime. Tal teoria foi adotada pelo Código Penal Brasileiro, o que é comprovado em seu artigo 59, caput.

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: [...].

Portanto, percebe-se que a pena pode ter a finalidade de retribuição e prevenção. Contudo, no Brasil, a pena se divide em: prevenção, retribuição e ressocialização. Ou seja, não deve apenas punir, mas recuperar, educar e ressocializar o apenado. Quanto as prisões e os regimes de cumprimento de pena, destaca-se a Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210/84), que aduz no artigo 82 sobre os estabelecimentos penais, observando que esses são destinados aos que são sujeitos às medidas provisórias, aos egressos ou aos que estão presos provisoriamente.

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1º - A mulher será recolhida a estabelecimento próprio e adequando à sua condição pessoal.

§ 2º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. (Redação dada pela Lei nº 9.460, de 1997)

§ 3º - O mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados. Condição pessoal.

Ainda, as pessoas que forem condenadas ao regime fechado deverão ser mantidas em penitenciárias. Dessa forma, de acordo com o artigo 34 do Código Penal Brasileiro, esses poderão ficar sujeitos ao trabalho no período diurno, mas dentro do estabelecimento, contudo é permitido o trabalho externo, em serviços ou em obras públicas.

O Código Penal estabelece as regras para o regime semiaberto, no qual, de acordo com artigo 35, o condenado fica sujeito ao trabalho durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou em algum estabelecimento que seja similar aos citados. Sendo o trabalho externo possível, assim como as frequências em cursos supletivos, profissionalizantes e de segundo grau ou superior.

Já o regime aberto se baseia na disciplina e no senso de responsabilidade, pois irá exercer as atividades autorizadas, fora do estabelecimento e sem vigilância, mas deverá permanecer recolhido durante o período noturno e nos dias de folga, de acordo com o artigo 36 do Código Penal.

Assim, o artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL) afirma que

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.

Contudo, atualmente o Brasil se encontra totalmente distante do que está disposto em Lei. Essa disparidade se dá justamente por causa da falta de estabelecimentos penais ou, então, por falta das vagas nesses estabelecimentos. Realidade que é a principal causa de superlotações e descaso com os apenados.

Os artigos 1º e 3º da LEP (BRASIL) aduzem que:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

[...]

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Além disso, o Constituição Federal de 1988 (BRASIL) aduz em seu artigo 5º, inciso XLIX, que “[...] é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.” Assim, mesmo condenado, ele continua tendo alguns de seus direitos garantidos, como o direito à vida, saúde, alimentação, alojamento, vestuário, entre outros.

Além disso, a assistência social é outro importante garantia que deve ser assegurado ao preso, pois ampara o apenado

e prepara ele para o retorno à vida social. A assistência, além do preparo para o retorno ao convívio social, também tem por finalidade o amparo a família do preso.

Nesse contexto é que entra os direitos humanos, o qual tem uma grande influência sobre a Constituição Federal. Os direitos humanos podem ser caracterizados como direitos inerentes a toda pessoa e pode ser chamado de direitos fundamentais, pois são fundamentais para satisfação das principais necessidades do ser humano, possibilitando que a dignidade da pessoa seja respeitada.

Erival da Silva Oliveira (1996, p. 24) aduz que

Os direitos humanos são ressalvas, restrições ou imposições ao poder político, escritas em declarações, dispositivos legais e mecanismos privados e públicos, realizados para fazer respeitar e concretizar as condições de vida que possibilitem a todos os seres humanos manter e desenvolver suas qualidades peculiares de inteligência, dignidade e consciência, e permitir a satisfação de suas necessidades materiais e espirituais.

Um exemplo de direitos humanos é o direito à vida, que mesmo parecendo obvio, é a principal característica para que a pessoa possa adquirir todos os outros direitos, sendo previsto constitucionalmente, fazendo com que o Estado seja um dos responsáveis por garantir tal direito. Portanto, percebe-se que os direitos humanos são essenciais para que a pessoa tenha uma vida digna, sendo que sem a existência de tais direitos o ser humano é incapaz de viver e se desenvolver.

O conceito dos direitos humanos o liga diretamente ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois assim tal princípio tem a ideia de que toda pessoa deve ter um mínimo ideal para que se possa viver dignamente. Esse princípio está exposto na Constituição Federal (1988), artigo 1º, o qual afirma que “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana;”.

A dignidade da pessoa humana possui características semelhantes com as dos direitos humanos, portanto, é importante salientar sobre as características do tema em questão, sendo suas principais: a historicidade, a concorrência, a indisponibilidade, a inalienabilidade, a irrenunciabilidade, a imprescritibilidade, a indivisibilidade, a interdependência, a complementariedade e a universalidade.

A partir disso entre os tratados internacionais que versam sobre os direitos humanos se percebe que a Declaração dos Direitos Humanos foi influenciada por outras diversas declarações, e que hoje, principalmente por causa da influência da Convenção de Viena, que regulamentava os processos dos tratados, é composta por tratados internacionais de proteção que visam um acordo dos países em relação a temas relacionados aos direitos humanos.

Richard Bilder (1992, p. 3-5) afirma que

O movimento do direito internacional dos direitos humanos é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar, se um Estado não cumprir suas obrigações. O Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste em um sistema de normas internacionais, procedimentos e instituições desenvolvidas para implementar esta concepção e promover o respeito dos direitos humanos em todos os países, no âmbito mundial. [...] Embora a ideia de que os seres humanos têm direitos e liberdades fundamentais que lhe são inerentes tenha há muito tempo surgido no pensamento humano, a concepção de que os direitos humanos são objeto próprio de uma regulação internacional, por sua vez, é bastante recente. [...]

Portanto, também pode ser verificado que, no caso dos tratados internacionais, o sistema de proteção dos direitos humanos possui quatro dimensões, que passam pela celebração do consenso sobre a necessidade da adoção de projetos de proteção dos direitos humanos; além da relação entre os deveres jurídicos que os direitos internacionais impõem sobre os Estados; a criação de órgãos de proteção e a criação de estratégias para monitorar a implementação dos direitos já assegurados.

A Constituição Federal foi impactada pelos tratados internacionais sobre direitos humanos, contudo somente em 1989, já na atual Constituição Federal, foi que houve a homologação do primeiro tratado de direitos humanos, que foi a Convenção a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.

Nesse contexto exposto, é que entramos no tocante entre os direitos humanos e o sistema penitenciário. Como já mencionado, existe no nosso ordenamento jurídico a pena privativa de liberdade, a qual tem o objetivo de punir o indivíduo e ressocializar o mesmo.

Dentro dessa temática, percebe-se que o Estado tem a responsabilidade de combater a criminalidade, aplicando as penas cabíveis a cada caso. Foucault (2011, p. 79) aduz que se deve

[...] fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, extensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.

3

Portanto, para que o Estado possa punir bem, as garantias constitucionais do apenado tem que ser respeitadas. Tais garantias estão previstas na Declaração Universal de Direitos Humanos, Constituição Federal e na Lei de Execução Penal.

Assim, espera-se que o Estado aplique punição de uma forma em que a condenação ressocializasse o condenado, para que tal pudesse voltar a conviver em sociedade, mas não é isso que acontece. Na verdade, pode-se dizer que o modelo do atual sistema brasileiro exclui socialmente os mais pobres, não visando, assim, o bem comum para a sociedade e para o apenado.

Essa realidade se dá por causa da omissão e do descumprimento das leis por parte do Estado e de outros órgãos responsáveis pelo sistema. Sendo esses os causadores dos principais problemas existentes nestes locais, sejam de estrutura, como precariedade das penitenciárias, superlotações, ou problemas administrativos. Isso faz com que as unidades prisionais não cumpram seu papel de recuperar o condenado para o convívio social.

Mas há ainda outros fatores que prejudicam e muito a dignidade do preso, como por exemplo, a má alimentação, sendo que tal é preceito básico para promoção da saúde, e a falta de qualidade desses alimentos favorece o aumento das doenças no meio dos detentos.

A de Lei de Execução Penal no artigo 41 (BRASIL), dispõe sobre os direitos do preso e dentre tais estão presentes os direitos à alimentação, a assistência à saúde, à educação, entre outros. Portanto, pode-se observar o tamanho do descaso com os encarcerados, tendo, na maioria dos casos, todos esses direitos violados. Vale destacar o entendimento sobre o tema da falência desse sistema, vejamos:

A falência de nosso sistema carcerário tem sido apontada, acertadamente, como uma das maiores mazelas do modelo repressivo brasileiro, que, hipocritamente, envia condenados para penitenciárias, com a apregoada finalidade de reabilitá-lo ao convívio social, mas já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais despreparado, desambientado, insensível e, provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere. (MIRABETE, p. 89, 2008)

Contudo, apesar do sistema penitenciário estar falido, há estratégias que podem ajudar na ressocialização do apenado. A LEP traz alguns direitos para que tal ressocialização possa ser efetivada, como é o caso do trabalho, direito garantido ao preso. Mas para que funcione é necessário adotar estratégias levando em consideração o desenvolvimento pessoal do apenado, ajudando-o a adentrar novamente na sociedade.

A educação também é uma alternativa na tentativa de reeducação da apenado. Pois o ensino é baseado na alfabetização deles, justamente por causa da baixa escolaridade que eles apresentam, e, em muitos casos, tal educação vem aliada com o propósito de qualificação profissional para que possam ter a possibilidade de adentrar ao mercado de trabalho depois do cumprimento da pena.

Portanto, fica evidente que o Estado tem o dever de cumprir o que está disposto em leis, assim como proporcionar práticas de ressocialização e, principalmente, proporcionar ao preso uma condição digna de vida. Para que o período em que estiver preso não o torne mais perigoso, mas, que esse tempo possa ter o efeito ressocializador, fazendo com que o apenado tenha condições de retornar a viver em comunidade.

## CONCLUSÃO

Os presos têm garantias e direitos a serem respeitados, mas a realidade é muito distante do que se encontra na lei. A precariedade em que se encontram os presídios, as superlotações nas celas, os maus tratos, a falta de higiene e de condições aptas à vida, à falta de assistência médica, entre outros problemas, evidenciam o descaso e violação de praticamente todos os direitos que os presos têm por garantia, garantidos em tratados sobre Direito Humanos, a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal.

Portanto, buscou-se analisar os direitos humanos contidos em tratados e no nosso ordenamento jurídico. Pois tais direitos são essenciais à existência da dignidade humana, independentemente de suas ações.

Outrossim, há muito o que fazer em relação ao sistema prisional e os direitos humanos dos apenados, começando pela reparação e construção dos estabelecimentos penitenciários, bem como o cumprimento das leis pelo Estado. Assim, a ressocialização é o ponto principal, tanto como uma nova oportunidade para os condenados, quanto para a efetividade da segurança na sociedade.

Por fim, foi discutido a realidade atual do sistema prisional, analisando a violação dos direitos do cidadão para que seja verificado se ele atua como um fator de ressocialização do condenado, sempre à luz da constituição, tratados e leis vigentes sobre o respectivo tema. Desse modo, entende-se que essa reestruturação do sistema penitenciário seja efetivada, cumprindo o disposto no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos. Contudo, depende de o Estado querer mudar essa situação, aplicando recursos públicos para, assim, garantir educação, trabalho, saúde, entre outros direitos, aos apenados, como forma de efetivamente ressocializar os apenados.

BILDER, Richard. **Guide to international human rights practice**. 2 ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm).



BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei 7.2210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm).

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. vol. 1, 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal**. 11. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

## Contribuições do PIBID para a formação docente dos alunos de ciências biológicas da Universidade Estadual de Alagoas campus II Santana do Ipanema

*Contributions of PIBID for the teaching training of biologic science students at the State University of Alagoas campus II Santana do Ipanema*

Jessica Ferreira de Matos<sup>1</sup>  
Delma Holanda de Almeida<sup>2</sup>

Submetido em: 18/12/2022

Aprovado em: 19/12/2022

Publicado em: 24/12/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.460

### RESUMO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) surgiu em 2007 coordenado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Com o intuito de incentivar a formação docente, aproximando o processo de formação e de futura atuação, vivenciando a realidade diária da profissão reafirmando assim a sua escolha profissional. Dentre os processos, o programa oferece um determinado número de bolsas às instituições, onde os futuros pibidianos devem se inscrever, submetendo seus projetos a serem desenvolvidos durante 18 meses. Desse modo o presente estudo teve por objetivo analisar as contribuições do PIBID, aos discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do campus II, da Universidade Estadual de Alagoas. A presente pesquisa abordou métodos exploratório e descritivo, para obtenção de dados foi enviado um formulário previamente preparado no *Google Forms* com 15 perguntas fechadas. Os resultados: Maior participação de alunos do 5º ao 8º período, com idade entre 22 e 26 anos, as escolas estaduais foram as mais beneficiadas pelo programa, sendo essas escolas apresentadoras de falhas na estrutura física, influenciando no desenvolvimento das atividades, embora aumente o interesse pelo ato de exercer a profissão por parte dos participantes, acreditando que o PIBID é uma política pública com contribuições para o curso de Ciências Biológicas da UNEAL assim apresentam pontos positivos, tornando-os preparados para lecionar e indicar o PIBID para os futuros alunos. Por fim, o PIBID é de fundamental importância para o desenvolvimento teórico e prático, proporcionando grande impacto na formação dos futuros Licenciados em Ciências Biológicas. Desta forma, o programa como política pública tem um papel expressivo na transformação e postura dos participantes. **Palavras-chave:** PIBID; Formação docente; Ensino de biologia; Ensino de ciências.

### ABSTRACT

The Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation (PIBID) emerged in 2007 coordinated by CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). With the aim of encouraging teacher training, addressing the training process and future performance, experiencing the daily life of the profession, thus reaffirming their professional choice. Within the processes, the program offers a certain number of grants to institutions, where future citizens must apply, presenting their projects to be developed for 18 months. Thus, the present study aims to analyze the contributions of the PIBID, of the students of the Bachelor of Biological Sciences course on Campus II, of the State University of Alagoas. This research used exploratory and descriptive methods, in order to obtain the data, a form previously elaborated in Google Forms with 15 dated questions was sent. The results: Greater participation of students from the 5th to the 8th period, aged between 22 and 26 years, the state schools are the most benefited by the program, and these schools present flaws in the physical structure, influencing the development of activities, even increasing or Interested in exercising the profession by two participants, accrediting that PIBID is a public policy with contributions to the UNEAL Biological Sciences course as well as presenting positive points, becoming prepared to teach and indicate PIBID to future students. Finally, the PIBID is of fundamental importance for the theoretical and practical development, providing great impact in the formation of future Graduates in Biological Sciences. In this way, the program as a public policy has an expressive role in the transformation and positioning of the two participants. **Keywords:** PIBID; Teacher training; Biology teaching; Science teaching

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) surgiu em 2007 coordenado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Surgiu com o intuito de incentivar a formação docente, aproximando o processo de formação e de futura atuação, para que possam vivenciar a realidade diária da profissão reafirmando assim a sua escolha profissional (BRASIL,2022).

Dentre os processos, o programa oferece um determinado número de bolsas às instituições, onde os futuros pibidianos devem se inscrever (que estejam cursando até o 4º período) submetendo seus projetos a serem desenvolvidos durante 18 meses. O programa é assistido por um professor de cada escola contemplada e por um coordenador de área da instituição superior, que orientarão os pibidianos durante a realização dos seus projetos. Assim, o PIBID aproxima a universidade e a escola e estabelece condições favoráveis para a formação dos professores em ambiente escolar, unindo teoria, prática e conhecimentos didáticos pedagógicos. Conforme afirma Felício e Ambrosett (2014,2015) ou como expõe Nascimento e Reis (2014) a participação no PIBID agrega aos bolsistas valores ligados ao compromisso social do professor.

O PIBID traz aos participantes a oportunidade de vivenciar por mais tempo a experiência no seu futuro ambiente de trabalho, além das relações interpessoais e as peculiaridades únicas da profissão, também terão o privilégio de se reunir com outros colegas da área para discutirem as experiências vivenciadas por cada um deles e ver o que está dando certo em sua atuação e o que pode melhorar. Pode-se afirmar que a reflexão acerca das suas ações e práticas de ensino é algo que permite que o discente se perceba enquanto profissional pesquisador, reflexivo que beneficia sua formação e dos alunos (MENDES, 2006).

O programa busca formar profissionais mais dinâmicos que se diferenciem dos tradicionais, os conteúdos passados sempre tinham uma abordagem mais lúdica para que cada participante pudesse identificar suas facilidades e dificuldade durante sua prática. O PIBID é necessário, para a formação docente, inserindo uma abordagem com caráter de formar professores capacitados a melhorar o contexto atual, tornando o ensino de biologia dinâmico, contribuindo num melhor entendimento, visto que um professor criativo é capaz de ensinar utilizando aspectos da realidade do aluno. Segundo Freire (1996) um dos maiores desafios do professor na sua prática educativa é não transformar seus alunos em meros receptores de conhecimentos transferidos pelo professor.

O professor necessita está sempre se atualizando, inovando para que ele construa conhecimento intrínseco, concreto e que não seja distante da realidade do educando. (OLIVEIRA, MEIRELES). Desse modo o presente estudo tem por objetivo analisar as contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), aos discentes do curso de ciências biológicas do campus II.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Formação docente

2

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), criado pela CAPES para incentivar os estudantes de licenciatura e para promover o contato prévio com a realidade diária do professor, com o intuito de melhorar o sistema de ensino público, o projeto une as secretarias municipais, estaduais e universidades públicas, que estejam com o (IDEB) abaixo da média, (MEC). É oferecido pelo programa bolsas

de incentivo principalmente a áreas específicas de ensino com carência de professores (BRASIL, 2018).

A formação inicial de docentes tem sido vista como um dos elementos essenciais que determinam a boa qualidade de ensino. Pesquisas confirmam que essa formação tem sido vista como insuficiente, fazendo com que os professores não se sintam preparados para lecionar e recorrer aos desafios no contexto escolar. As disciplinas são apontadas como dissociadas da prática e com isso resulta no empobrecimento da inserção do licenciando no âmbito escolar (HOLANDA; SILVA, 2013).

Os autores Anjos e Gonçalves (2012) sobre a formação decente discorrem a concentração de conteúdos teóricos virem primeiro nos cursos, e disponibilizando aos alunos apenas terem acesso a prática da formação docente no estágio, onde serão colocados em prática todo o conhecimento que foi obtido durante a formação. Sendo visto como um fator negativo por não conseguir suprir todas as necessidades do aluno que deixa a universidade sem ter a experiência de vivência escolar, ocasionando um sentimento e insegurança de despreparação.

Infelizmente estes conteúdos e a pouca prática não conseguem suprir as necessidades do discente e este acaba saindo da universidade sem uma noção da vivência escolar, sentindo-se despreparado para assumir sua profissão. Dessa forma, quando os recém-formados se deparam com o ambiente escolar, se deparam também com um “choque com realidade” em seus diferentes espaços, principalmente no exercício da docência; isso por que esse docente recém-formado (dotado de “altas expectativas”) considera-se o solucionador de todos os desafios educacionais (ANJOS e GONÇALVES, 2012, p. 1).

Portanto, concordando com Gonçalves e Gonçalves (1998), ao defenderem a necessidade de uma prática de ensino mais efetiva, proporcionada ao longo do curso de formação e não apenas no final dele, como ocorre no modelo vigente predominante (GONÇALVES e GONÇALVES, 1998, p.107 apud ANJOS; GONÇALVES, 2012, p.1).

O saber docente é mais expressivo com a prática constante, o futuro ambiente de trabalho permite ao licenciando uma experiência real que vai além da teoria, e nada mais apropriado do que a sala de aula para adquirir essa experiência. O PIBID é um desafio para os futuros profissionais, exige empenho e dedicação para o desenvolvimento das tarefas junto com os professores supervisores da escola parceira (TARDIF, 2008).

A participação no projeto também incentiva a área da pesquisa, a experiência proporciona aos licenciandos a oportunidade de inscrever seus trabalhos em congressos, seminários de discussão de melhorias do próprio programa entre outros, contribuindo para uma formação crítica-reflexiva. O desempenho do PIBID para a formação docente no contexto escolar depende de vários fatores incluindo a estrutura da escola, equipe pedagógica, professores, supervisores entre outros, que influenciará na decisão do docente a respeito da profissão bem como seu desempenho acadêmico (LANGER; RIBEIRO; SCHROEDER, 2013).

De acordo com Tardif (2008) a experiência inicial no ambiente de trabalho é muito importante e só é possível com a prática, o contato com o ambiente real de trabalho através da experiência permite que o aluno tenha certeza da sua escolha profissional, e adquira segurança para atuar como docente futuramente, vivenciar a realidade como professor durante o tempo na universidade, evita que futuramente quando for atuar na profissão o docente recém-formado se depare com alguma situação do contexto escolar, e não saiba como resolvê-la.

A experiência prévia além de reafirmar a certeza quanto a sua profissão e ambiente de trabalho, também o prepara para um bom desempenho profissional, contribui também com a formação básica dos estudantes da escola parceira do projeto, desenvolvendo atividades junto com eles como jogos, dinâmicas, grupos de estudos entre outros que auxiliam no seu desenvolvimento. Como política pública de incentivo à docência o PIBID tem se mostrado importante na formação continuada de professores o que traz melhorias para a educação, evitando a evasão no curso (GAIOSO, 2005).

Nesse sentido o PIBID torna-se fundamental para a reflexão e formação de uma identidade profissional,

pois nos proporciona uma conscientização sobre o verdadeiro papel do professor, já que vivenciamos as experiências da docência, ainda que em menor proporção (ANJOS e GONÇALVES 2012, p. 3).

### 3 MÉTODOS

Exploratório e descritivo, de acordo com Gil (2012), este tipo de pesquisa permite evidenciar melhor o problema, pois conta com um levantamento bibliográfico e pesquisas.

#### 3.1 Público estudado

Estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, que participam ou já participaram do PIBID da Universidade Estadual de Alagoas, localizada na cidade de Santana do Ipanema, ela foi criada em 1994, como Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão (ESSER). Apenas em 2005, foi autorizado o curso de Ciências Biológicas.

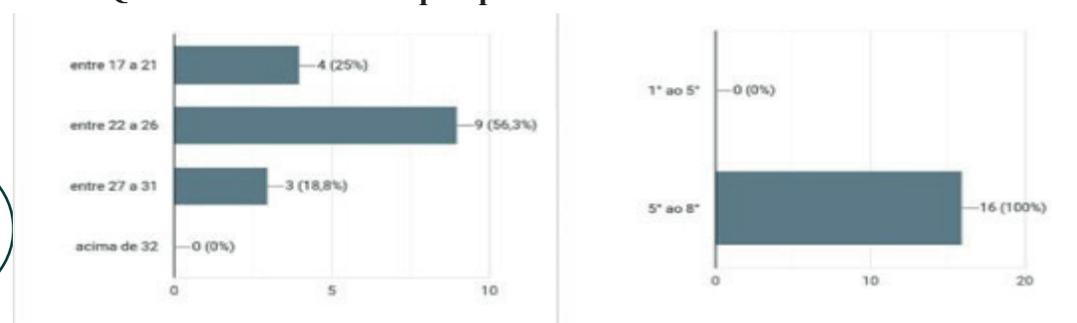
#### 3.2 Coleta de dados

Para obtenção de dados foi enviado um formulário previamente preparado no *Google Forms* com 15 perguntas fechadas buscando compreender, as contribuições do PIBID para a formação docente dos alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do campus II. Este formulário foi enviado para os participantes via WhatsApp e/ou Email, por meio do link gerado através do *Google forms*, para obtenção de dados. Depois de respondidos os questionários, os dados obtidos foram analisados e apresentados por meio de gráficos para uma melhor visualização dos resultados. Em alguns gráficos houve junção para uma melhor visualização e discussão.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

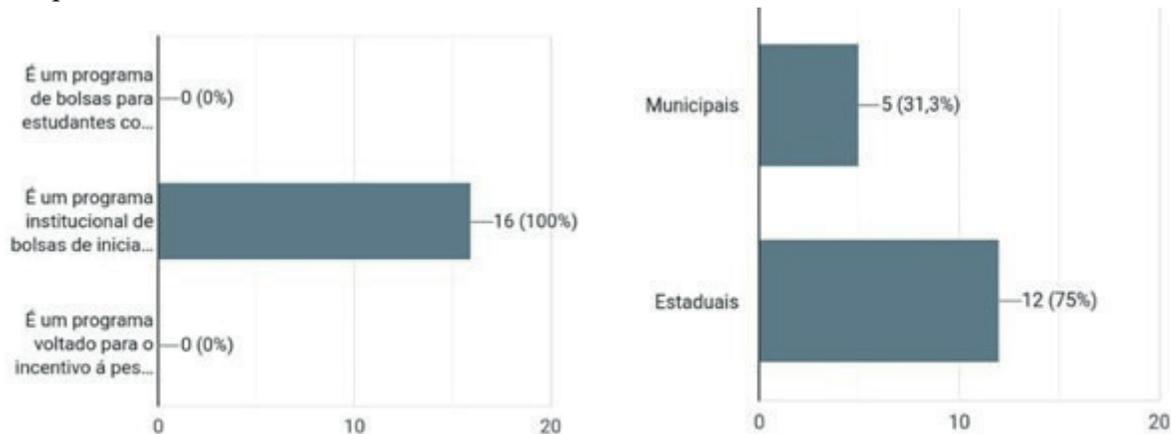
A faixa etária dominante consiste entre 22 e 26 anos, equivalente a 56.3%, em seguida 17 a 21 anos com 25%, por fim, 18,8% com idade entre 27 e 31 anos. Nenhum aluno possui idade acima de 32 anos. Os participantes do PIBID, na presente pesquisa estão todos cursando o 5° ao 8° período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, 100% conforme o gráfico 1.

Gráfico 1. Qual a sua idade e em qual período está cursando atualmente.



### Gráfico 2. O que é o PIBID e em qual rede escolar desenvolveu atividades.

Quando questionados sobre o que é o PIBID, todos os participantes concordam que é um programa Institucional de Bolsas e Iniciação Científica. Em seguida, o questionário busca conhecer quais redes escolares foram beneficiadas com o programa, em ampla maioria 75% foram as escolas estaduais e 15% as escolas de rede pública.

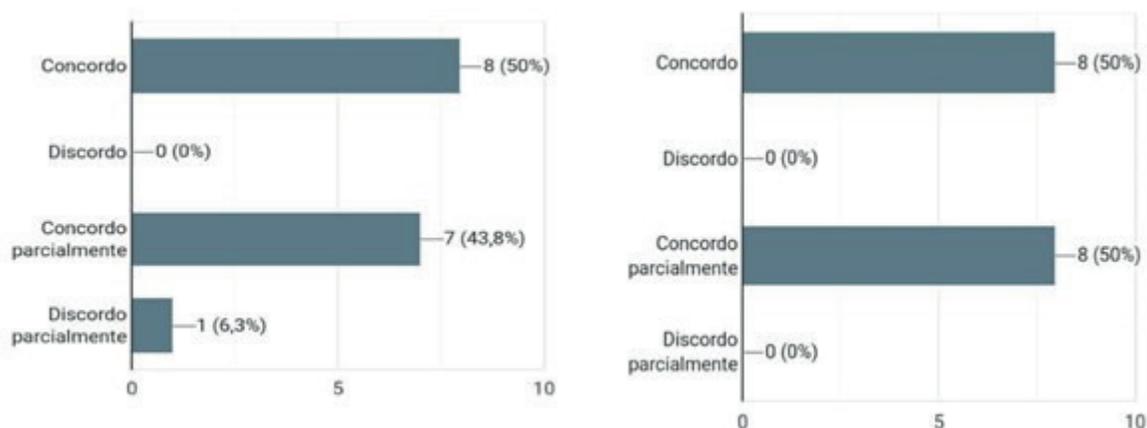


Fonte: Autora, 2022.

Nos estudos de Santos (2015), as atividades dos bolsistas eram desenvolvidas em duas escolas da rede pública estadual de ensino de Santo Ângelo.

### Gráfico 3. A estrutura escolar apresentou dificuldade (s) para desenvolver as atividades e se as dificuldades influênciam no ato de exercer a licenciatura?

A estrutura escolar é um fator a ser pesquisado sobre sua relação com a dificuldade para desenvolvimento de atividades de modo geral, 50% concordam que as escolas apresentam estruturas desfavoráveis para o ensino. 43,8% concordam de forma parcial e 6,3% discordam parcialmente. Por fim, foi questionado se a dificuldade pode influenciar no ato de exercer a licenciatura. Os resultados foram 50% para concordo e 50% concordo parcialmente.



5

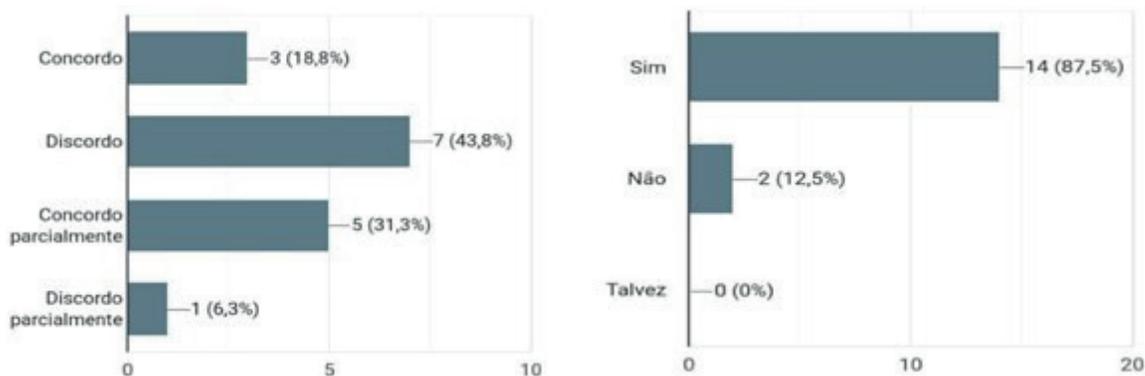
Fonte: Autora, 2022.

Barbosa, Fernandes e Lee (2011 e 2008), destacam que além das diferenças individuais e familiares dos estudantes, estudos têm mostrado que a escola pode fazer a diferença (BARBOSA; FERNANDES, 2001; LEE, 2008). Baseado nos dados do Censo Escolar de 2011, verificou-se que 44,5% das escolas brasileiras

possuem infraestrutura elementar e que grande parte delas está na área rural das regiões Norte e Nordeste. Essas escolas são responsáveis por mais de 7 milhões de matrículas (SOARES NETO; JESUS; KARINO & ANDRADE, 2013). Esses estudos demonstram o quanto ainda é preciso investir em infraestrutura escolar no Brasil e que estudos descritivos podem contribuir para tornar mais transparente aos gestores essa realidade.

#### Gráfico 4. Ser professor sempre foi uma escolha como profissão e a participação no PIBID aumentou o interesse pelo magistério?

Quando questionados sobre a escolha profissional e se a participação do PIBID aumentou o interesse pelo magistério, 18,8% concordam em terem feito uma escolha profissional na área da educação. 43,8% discordam 31,3% concordam parcialmente e 6,3% discordam plenamente. Sobre o interesse pelo aumento, devido à participação no PIBID, 87,5% concordam pelo interesse de atuar na área profissional, enquanto 12,5% não concordam. Nenhum participante ficou em dúvida quando questionados (0%).

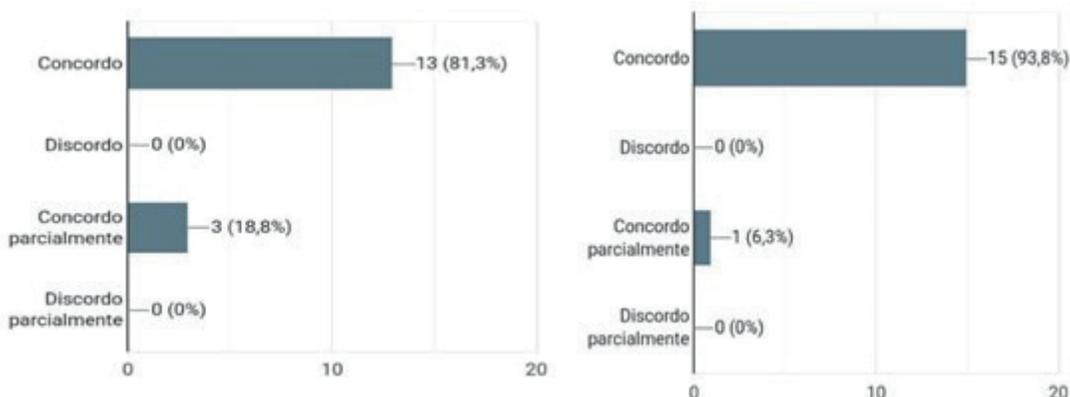


Fonte: Autora, 2022.

Como analisa Alves (1997, p. 89), geralmente as pessoas que escolhem a profissão docente por gostar da profissão e considerarem que têm vocação para esta são as que possuem um desempenho acadêmico-secundária mais forte do que as que se enveredam por outras carreiras, por isso é preciso analisar “a razão das aspirações pessoais de ingressar na profissão docente, ligadas tradicionalmente pelas teorias inatistas ou do dom, ao problema da motivação interior – vocação para a docência”.

#### Gráfico 5. O PIBID como política pública educacional promove melhoria na qualidade da formação docente e contribui com a valorização do curso de licenciatura em ciências biológicas?

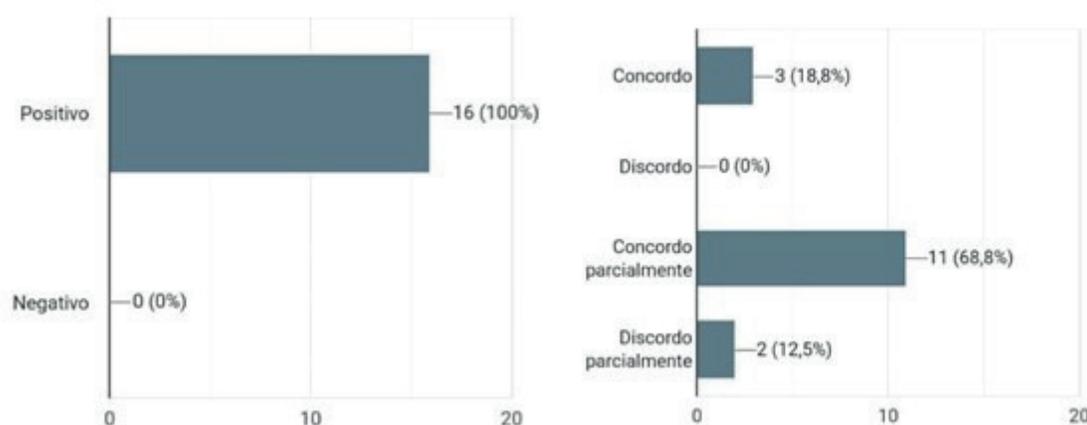
O PIBID é visto como uma política educacional de concordância geral, entre os entrevistados. Sendo, 18,8% com concordância parcial e 81,3% de concordância absoluta, 93,8% concordam que o programa valoriza o curso.



Rodrigues (2018) ao questionar sobre o PIBID como política pública, destaca uma das falas dos entrevistados “[...] ajudaram o professor supervisor (professor da educação básica) a acurar ainda mais o seu olhar para os aspectos mais diretos ligados ao contexto didático-pedagógico como: planejamento; reflexão antes, durante e após a prática pedagógica; avaliação, etc.” Dessa forma, o programa vai além da experiência profissional, alcançando também a formação continuada para os atuantes profissionais e corroborando com a valorização do curso no contexto social. O PIBID e sua funcionalidade como Política Pública Educacional mostra a dedicação dos envolvidos para que o programa tenha êxito, lembrando que, “capacitação e mobilização são as outras esferas que levam a este pertencimento, ou seja, que faz com que a política pública seja eficaz e eficiente.” (FERREIRA; NOGUEIRA, 2015).

### Gráfico 6. O PIBID apresentou pontos positivos ou negativos para a formação docente e ao concluir o programa, sentiu preparado para lecionar?

O PIBID apresenta 100% de pontos positivos na formação dos licenciandos, quando questionados, se sentem preparados para lecionar após a participação do PIBID, 18,8 % concordam, 68,8% concordam parcialmente e 12,5 discordam parcialmente.



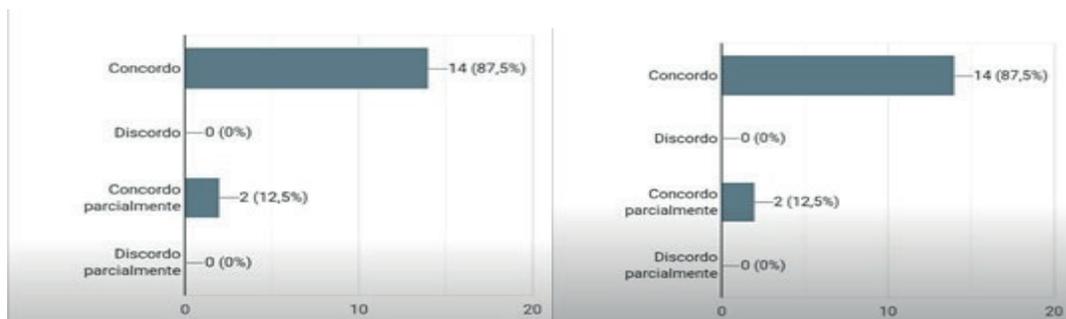
Fonte: Autora, 2022.

De acordo com Felício, Gomes e Allain (2014, p. 342), os licenciandos reconhecem a importância da sua participação no PIBID para o desenvolvimento pessoal e profissional, principalmente pela chance de “experiência a docência em seu contexto real”, possibilitando aprimorar as competências que a realidade escolar necessita e que não foram preparados de forma satisfatória no decorrer curso de licenciatura. Identificar que o PIBID colabora para o desenvolvimento humano e profissional. Nóvoa (1995, p. 7): “não é possível separar o eu pessoal do eu profissional, sobretudo numa profissão fortemente impregnada de valores e ideais, e muito exigentes do ponto de vista do empenhamento e da relação humana”. Macêdo (2021), ao questionar a pretensão em lecionar, 68% confirmaram o interesse, em seguida 14 % não apresenta nenhum interesse, ou não se sentem preparados enquanto (11%) ainda tem dúvidas sobre seguir na docência.

7

### Gráfico 7. O PIBID como abordagem dinâmica e suas contribuições formação docente.

Quando questionados sobre as ações desenvolvidas no PIBID, se contribuiu para a formação docente, assim como, se proporciona uma abordagem dinâmica necessária para a formação e desempenho do magistério, ambos questionamentos apresentaram as mesmas respostas, sendo 87,5% de concordância e 12,5 de concordância parcial.



Fonte: Autora, 2022.

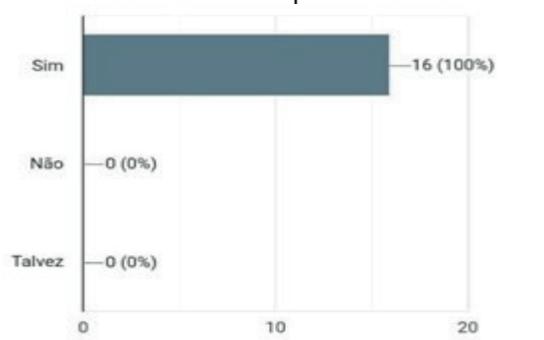
Nos estudos de Souza (2016) destaca a importância das ações e abordagem dinâmica desenvolvidas pelo PIBID, como: A construção e elaboração de materiais didáticos, elaboração dos planos de aulas, assim como, plano de intervenção, formação de grupos de estudos, leitura, que resultam de modo direto e indireto na melhoria da formação de professores. Por tanto, o programa desenvolvido na presente pesquisa, proporciona refletir sobre a prática docente, oportunizando um contato direto com a prática, sala de aula, alunos, cujo objetivo proporcionar uma construção de conhecimento e autonomia dos alunos participantes.

Libâneo (1994) destaca que é preciso muito mais que vocação para ser professor e apenas experiência prática não é suficiente para a qualidade do trabalho do professor, ou seja, é importante refletir sobre a teoria e seus conhecimentos teóricos científicos:

[...] A formação profissional para o magistério requer, assim, uma sólida formação teórico-prática. Muitas pessoas acreditam que o desempenho satisfatório do professor na sala de aula depende de vocação natural ou somente da experiência prática, descartando-se a teoria. É verdade que muitos professores manifestam especialmente tendência e gosto pela profissão, assim como se sabe que mais tempo de experiência ajuda no desempenho profissional. Entretanto o domínio das bases teórico-científicas e técnicas, e sua articulação com as exigências concretas do ensino, permitem maior segurança profissional de modo que o docente ganhe base para pensar sua prática e aprimore sempre mais a qualidade do seu trabalho (LIBÂNEO, 1994, p. 28).

### Gráfico 8. Indicaria o PIBID para discentes de licenciatura que desejam atuar?

O PIBID é indicado para os futuros alunos, numa visão unanime dos participantes.



Fonte: Autora, 2022.

Santos (2015) numa abordagem no participante A8 (2013), quando indagado sobre os motivos que levou participar do PIBID relata: “... é uma oportunidade para aprender no meu campo de trabalho fazendo na prática”. Ainda, o participante A9 (2013): “Minha motivação foi à prática docente em ambiente escolar”,

e complementou, dizendo: “visando minha capacitação profissional”. Segundo Amaral (2012), isso vem ao encontro dos objetivos do projeto, que, entre outros, busca contribuir para que as situações concretas do exercício profissional docente sejam vivenciadas já no período da formação inicial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é de fundamental importância para o desenvolvimento teórico e prático, proporcionando grande impacto na formação dos futuros Licenciados em Ciências Biológicas. Desta forma, o programa como política pública tem um papel expressivo na transformação e postura dos participantes.

Dentre as principais contribuições, o PIBID torna os pibidianos cada vez mais perto da atuação profissional e de grande influência para exercer a docência, assim como, proporcionar abordagens dinâmicas no processo de formação do conhecimento, embora, é importante refletir sobre as condições estruturais das escolas beneficiadas, pois, muitas são limitadas em relação aos recursos (precários), tornando um desafio para os pibidianos.

Acreditando numa nova era de professores cada vez mais impactados com a autonomia dos alunos, o PIBID é de extrema importância destacada pelos participantes, como requisito de indicação para os futuros novos matriculados do curso de Licenciatura em Ciência Biológicas, assim como de caráter positivo para o curso. Por fim, o PIBID aproxima os participantes da didática docente, corroborando na formação acadêmica e profissional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. **O encontro com a realidade docente**: estudo exploratório (Auto) biográfico. Tese de Doutorado em Ciências da Educação (não publicada), Universidade de Lisboa, Lisboa.1997.

AMARAL, E. M. R. (2012). **Avaliando contribuições para a formação docente**: Uma análise de atividades realizadas no PIBID-Química da UFRPE. *Química Nova na Escola*, 34(4), p.229-239.2012.

AMBROSETTI, N. B. O PIBID e a aproximação entre universidade e escola: implicações na formação profissional dos professores. **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 10, n.2, p.369-392, mai/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2015v10n2p369-392>. Acesso em: mai. 2021.

BARBOSA, M. E. F.; FERNANDES, C. A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4a série. In: C. Franco (Ed.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 155-172.

BRASIL. **Ministério da Educação**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid.Acesso> em: 14. ago.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2018.

9

DOS ANJOS, L. C. S; COSTA, I. G. A contribuição do PIBID à formação docente. **II Seminário de Socialização do PIBID-UNIFAL-MG**, 2012.

FELÍCIO, H. M. dos. O Pibid como —terceiro espaço de formação inicial de professores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 42, p. 415-434, mai/ago. 2014.

FELÍCIO, H. M. S.; GOMES, C.; ALLAIN, L. R. O PIBID na ótica dos licenciados: possibilidades e limites no desenvolvimento do Programa. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 39, n. 2, p. 339-352, 2014.

FERREIRA, L. A. M. NOGUEIRA, F.M.B. **Impactos das Políticas Educacionais no Cotidiano das Escolas Públicas Plano Nacional de Educação.** 2015

FETZNER, A. R.; SOUZA, M. E. V. Concepções de conhecimento escolar: potencialidades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 683-694, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessário á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, p. 20, 2005.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, T. O; GONÇALVES, T. V. O. **Reflexões sobre uma prática docente situada:** buscando novas perspectivas para a formação de professores. p. 105-134, 1998.

HOLANDA, D. S; SILVA, C. S. M. A contribuição do PIBID na formação docente: um relato de experiência. **XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, p. 1-10, 2013.

LANGER, A.E.S; RIBEIRO, D. M.; SCHROEDER, TMR. **PIBID:** incentivo à formação de professores. Porto Alegre: Evangraf/UNIOESTE, 2013.

LEE, V. L. Utilização de modelos lineares hierárquicos lineares para estudar contextos sociais: o caso dos efeitos da escola. In: N. BROOKE e J. F. SOARES (Ed.). **Pesquisa em eficácia escolar:** origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 273-296.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MACEDO. I.S. COSTA. L.M.L. Formandos em Ciências Biológicas em Tempos de Pandemia: Relatos de Universitários. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.** ISSN: 2675-9128. São Paulo, v.07, p.01-21, jul. 2021.

MENDES, B. M. M. Novo olhar sobre a prática de ensino e o estágio curricular supervisionado de ensino. In: SOBRINHO, J. A. D. C. M.; CARVALHO, M. A. **Formação de professores e práticas docentes:** olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, p. 193-206, 2006.

NASCIMENTO, M. das G. de A.; REIS, R. F. dos. Dificuldades e desafios no processo de inserção profissional: percepções de professores iniciantes da rede municipal do RJ. In: IV Congresso Internacional sobre Professorado Principiante e Inserção Profissional à Docência. Curitiba, 2014. **Anais...** Curitiba, UFTPR, 2014.

NÓVOA, A. **Os professores e as histórias de suas vidas.** In: Vidas de professores. NÓVOA, A. (Org). Porto: Porto Editora, p. 11-30, 1995.

OLIVEIRA, L. M; BARBOSA, M. I. **O PIBID em tempos de Pandemia: uma perspectiva de pibidianos em meio remoto.** ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, v. 14, p. 1-10, 2021.

10

RODRIGUES, F. S. SANTOS, M. C. DIAS, E. M. MENDONÇA, D. F. C. 1 Seminário de Políticas Públicas Educacionais: **Desafios e perspectivas após o golpe 2016.** A PERSPECTIVA DOS PARTICIPANTES DO PIBID – SUBPROJETO DE BIOLOGIA – SOBRE SUA EFICÁCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA – BA. 2018.

SANTOS, M.Z.M, SOARES, B.M, SHELD, N.M.J. **O PIBID e a formação de professores de ciências biológicas da Uri, Santo Ângelo, Brasil, NO.** 39, PP. 155-174 (2015).



SOARES NETO, J. J.; JESUS, G. R.; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. **Uma Escala para Medir a Infraestrutura Escolar.** Estudos em Avaliação Educacional, v. 54, n. 24, p. 78-99, 2013.

SOUZA, E.S; MEDEIROS, I. J. S; RIZZATTI, I. M. **O PIBID e sua contribuição na formação dos acadêmicos de licenciatura em Química da Universidade Estadual de Roraima.** 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

# A Representação Social da Maconha no Jornalismo Brasileiro: Análise da Cobertura do Portal G1

*The Social Representation of Marijuana in Brazilian Journalism: Analysis of The Coverage of Portal G1*

Barbara Alinne F. Assumpção<sup>1</sup>

Submetido em: 23/12/2022  
Aprovado em: 26/12/2022  
Publicado em: 27/12/2022  
DOI 10.51473/rcmos.v2i2.464

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre a empregabilidade das palavras “maconha” e “cannabis” em matérias selecionadas do portal de notícias G1 em 2022. O corpus desta pesquisa consiste em 31 matérias extraídas do portal de notícias G1, utilizando as seguintes palavras-chaves para busca: “maconha G1” e “cannabis G1”. A investigação buscou compreender o contexto por trás do uso do termo “maconha” e do termo “cannabis” em matérias selecionadas. O estudo traz contribuições para o jornalismo por meio da observação sobre de notícias jornalísticas, apontando suas influências na construção da representação social relacionada à erva na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Representação social. Maconha. Cannabis. Jornalismo. Portal G1.

## ABSTRACT

This research presents a study on the employability of the world’s “marijuana” and “cannabis” in selected articles from the G1 news portal in 2022. The corpus of this research consists of 31 articles extracted from the G1 news portal, using the following keywords for search: “marijuana G1” and “cannabis G1”. The investigation sought to understand the context behind the use of the term “marijuana” and the term “cannabis” in selected subjects. The study brings contributions to journalism through the observation of journalistic news, pointing out its influences in the construction of social representation related to the herb in Brazilian society.

**Keywords:** Social representation. Marijuana. Cannabis. Journalism. Portal G1.

## 1 INTRODUÇÃO

Muitos países têm ao longo dos anos reavaliado sua política de drogas, como alternativa ao fracasso da perspectiva proibicionista. A exemplo do modelo do Uruguai, que em 2013, tornou-se o primeiro país no mundo a legalizar o comércio de maconha, regulamentando a produção, a distribuição e a venda da planta e de seus derivados.

Há outros exemplos, como o de Portugal, que desde 2001 descriminalizou o consumo medicinal e recreativo de cannabis, e assentou todo o uso problemático de drogas sob seu sistema de saúde. No país, a quantidade legal para consumo próprio é de 25 gramas, ocasionando o exemplo como o mais próximo à realidade brasileira, tendo em vista que o número de consumidores não aumentou, entendendo assim que a medida ecoou de maneira positiva (hagenbuch, 2014).

Nos Estados Unidos, desde 1996, tem acontecido várias experimentações de políticas alternativas para lidar com as drogas, sendo Colorado e Washington os Estados onde a erva foi regulamentada para fins recreativos e outros 22 Estados possuem leis que permitem uso de maconha por prescrição médica (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

1 Em Turim, na Itália, foi aprovada pela Assembleia Geral, em 2014, um projeto que regulamenta a produção e venda de maconha para fins recreativos, tornando-se a primeira das grandes cidades italianas a aprovar a legalização da maconha.

Em 2015, o Canadá pôs fim a um período de 10 anos de um governo conservador e uma das principais mudanças foi a legalização da maconha com a política defendida pelo Partido Liberal, pelo qual se elegeu o novo primeiro-ministro.

<sup>1</sup> Graduação em Comunicação Social – Jornalismo. Maestría en Educación de Atlantic International University

Na Croácia, em 2015, a maconha foi legalizada para fins medicinais, sendo proibido o plantio e cultivo doméstico da planta, e liberados apenas pacientes cadastrados para receber do governo.

A legalização da maconha nos países citados, ocorreu de forma lenta com um contexto específico, e da mesma forma, as políticas proibicionistas, ainda vigentes em alguns países, contam com circunstâncias históricas particulares.

Deste modo, segue a importância de analisar a construção da representação social dos termos “maconha” e “cannabis” em notícias do portal G1, selecionando matérias publicadas no ano de 2022.

Diante do corpus analisado, busca-se responder: como se dá a construção da representação social a partir de notícias envolvendo as palavras “maconha” e “cannabis” em meios de comunicação de massa?

A relevância desta análise está na sua contribuição para vários campos do saber, sobretudo, para o âmbito jornalístico, possibilitando a compreensão da construção da representação da maconha no discurso reproduzido pelo jornalismo brasileiro.

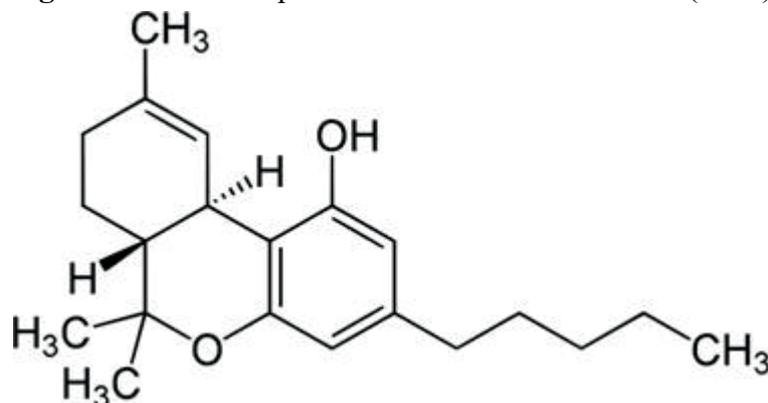
## 2. MARCO TEÓRICO

### 2.1 Composição química da maconha

A *Cannabis sativa* é uma planta herbácea da família Moraceae, nativa da Índia, podendo alcançar cinco metros de altura. Seu fruto é amarelo esverdeado, com polpa ácida que alimenta algumas espécies de aves (MORAES, 2016).

Ela possui mais de quatrocentas substâncias químicas, tendo como principal componente ativo o THC (tetrahydrocannabinol) (Figura 1), composto da família dos fenóis, responsável pelas decorrências alucinógenas ao alterar a atividade cerebral da pessoa, fazendo com que se tenha a percepção de tempo e espaço diminuída (FOGAÇA, 2016).

Figura 1—Estrutura química do Tetrahydrocannabinol (THC)



Fonte: Fogaça (2016)

O THC concentra-se nas flores e resinas, sendo isolado pela primeira vez por Raphael Mechoulam, Yechiel Gazoni e Habib Edery, em 1964, ao extrair THC do haxixe com éter de petróleo. O princípio ativo permanece no sangue por oito dias e se nesse intervalo for usada novamente a concentração de THC aumenta e os efeitos são mais intensos (FOGAÇA, 2016).

Na medicina, o THC é usado em pacientes com câncer para tratamento de ânsia de vômito e em pacientes com glaucoma para redução da pressão ocular (FOGAÇA, 2016).

Outra substância encontrada na maconha é o CBD (canabidiol) que não é alucinógeno, sendo usado em estudos para tratamento de células cancerosas, dor crônica, diabetes e outros (BOACONHA BRASIL, 2014).

2

### 2.1 Representações sociais do usuário de maconha

As representações sociais são elementos característicos da expressão humana calcadas na experiência dos sujeitos que as emitem. Ao usuário de cannabis, além dos aspectos que o expõem como criminoso, há outras representações que surgem do ideário cientificista de uma coletividade tecnocrata e organizada em torno do capital.

A maconha, nesse contexto, é considerada uma ameaça à sociedade tecnocrata, tendo o discurso médico como reforço para essa representação social quando traz aspectos científicos sobre os efeitos da planta no desenvolvimento do raciocínio do usuário.

Pode-se dizer que as representações sociais são repletas de construções históricas que colocou a cannabis como um elemento associado ao crime, tendo em vista que os valores principais ocidentais são o racionalismo no tempo e no trabalho e a cannabis subverte esses valores e não propõe sua busca (PAULINO, 2021).

Felix (2021) considera a maconha como um objeto social com vários sentidos e embora seu uso seja associado à dependência química, estudos longitudinais não corroboram com essa relação.

A cannabis afeta o hipocampo, responsável pela memória de curto prazo, todavia, o usuário não fica mais ou menos inteligente sob o efeito da erva, mas torna-se mais propenso para determinadas atividades em detrimento da execução de outras e como a cannabis interage com a atividade cerebral, seu uso transforma-se em uma transgressão às normas do racionalismo (BURGIERMAN, 2002, p.17).

Assim, na medicina, as representações afirmam que a cannabis afeta a noção do tempo transcorrido, tendo a memória de curto prazo afetada e conseqüentemente, o referencial para a mensuração do tempo perdido (BURGIERMAN, 2002, p.16).

### 2.3 A relação do ser humano com a maconha

Burgierman (2002) menciona que a maconha tem origem na Ásia Central, tornando-se a primeira planta cultivada para obtenção de fibra vegetal. Somente após centenas de anos é que o algodão foi introduzido na Índia e o linho no Mediterrâneo.

Chegou a ser usada na China, como moeda de troca e usada no Vale de Henan, para pagar impostos aos governantes. Como provas arqueológicas, cita-se o primeiro registro, uma porcelana, marcada com corda de cânhamo, encontrada em um sítio arqueológico do período neolítico chinês, datado de 10.000 a.C. (ROBINSON, 1999).

Da Ásia Central, a maconha alastrou-se para a Europa Ocidental, para a África até chegar nas Américas, onde encarou problemas com a lei, na virada do século XIX para o século XX.

Até o século XIX, a Europa utilizava pouca quantidade de cannabis como uso recreativo, isso porque seu cultivo se voltava para fibras no caule, privilegiando plantas com maiores índices de THC (BURGIERMAN, 2002, p.18).

Durante a década de 1970, houve um considerável aumento do consumo de drogas, principalmente para os EUA com a heroína e a maconha em seu território, fazendo com que fosse criada uma política de repressão total às drogas, afirmando estas como “inimigos internos” do Estado. Sendo assim, para os EUA também havia os inimigos externos, que seriam os países e continentes produtores da droga consumida no mundo como na América do norte, no Oriente e na América Latina (SALO, 2016).

No país, mais de 27 dos 50 estados criminalizam a posse ou porte de maconha para consumo pessoal, defendendo que deva ser uma convergência pela representatividade política americana no cenário mundial.

Com a popularização do movimento hippie e do psicodelismo, a maconha entre jovens de média e alta camada social ficou cada vez mais difundida, abatendo as tradicionais barreiras quanto ao consumo de cannabis. Seu uso passou a ser considerado uma via contestatória perante a coerção ocidental (PEREIRA, 1986, p.34).

Com isso, as campanhas antidrogas passaram a colocar a imagem do usuário de cannabis como um perdedor, em desajuste social e desmotivado. Os debates em torno das penas por uso de drogas passaram a ganhar destaque em toda a sociedade, incluindo as autoridades e se tornando pauta dos meios de comunicação. Enquanto usuários da erva sofriam punições severas, seu consumo não diminuía, assim, em 1970, a Lei das Substâncias Controladas, foi aprovada pelo congresso, prevendo a redução da pena por porte de drogas e a eliminação das penas mínimas obrigatórias (PEREIRA, 1986).

Dois anos depois, o então presidente Nixon, reuniu um comitê de pesquisa para realizar um estudo sobre a cannabis produzida nos EUA e suas conclusões foram divulgadas por um relatório que considerava que a posse de pequena quantidade de maconha para uso particular não constituía em um ato criminoso; que a polícia se valia das leis existentes para dirigir uma perseguição e detenção dos indivíduos em razão de sua posição política, sua cor de pele, seu corte de cabelo e suas vestimentas; os esforços e os custos altos empreendidos na aplicação da lei de repressão à cannabis dissimulava “qualquer valor que ela pudesse ter”.

Mesmo com as recomendações do comitê, em 1973, Nixon declarou guerra contra as drogas junto com o DEA (Drug Enforcement Administration), que reunia divisões existente de combate às drogas, tendo

mais de quatro mil funcionários com o poder de grampear telefones, invadir residências sem mandado judicial e colocar cidadãos sob investigação.

No cinema, o tema da maconha foi colocado em pauta entre os anos de 1960 e 1970 pela contracultura que foi um fenômeno histórico que marcou essas duas décadas nos Estados Unidos, conhecido pelo movimento hippie, pelo Rock'n Roll, pelas viagens "On The Road", por uma busca espiritual voltada ao orientalismo, pela prática do amor livre e, o uso de drogas, como LSD e a maconha.

Esse período influenciou jovens de vários países, principalmente da Europa e da América Latina na busca pela construção de novas experiências e como forma de demonstrar insatisfação com a cultura vigente.

No cerne religioso, a cannabis também merece destaque. Na Índia, por exemplo, o Deus hindu Shiva tem a maconha como seu alimento preferido e na corrente *mahayana*, Buda teria descoberto o caminho para o equilíbrio se alimentando, durante seis anos, de uma semente de cannabis por dia (ROBINSON, 1999, p.53).

Entre os rastafáris jamaicanos, a cannabis era empregada para fins religiosos para busca da cura à nação, sendo a erva considerada como a "semente da sabedoria". O ato de fumar cannabis para eles é um ritual que purifica corpo e mente e um meio de elevar a fé em Jah, o Deus rastafári (ROBINSON, 1999, p.53).

No Brasil, a maconha esteve associada às religiões afro-brasileiras que a consideram uma planta mística e seu consumo era feito por entidades espirituais incorporadas nos religiosos que a fumavam misturada com tabaco (DÓRIA, 1986, p.26).

Deste modo, considera-se a representação social como construção histórica, produzida por pessoas que traduziram por meio da realidade, novos conceitos e o usuário da maconha se torna um criminoso, doente e viciado (FRANCO, 2004, p.171).

## 2.4 A política de drogas no Brasil

O modelo de política proibicionista foi adotado por muitos países após a Convenção Única de Entorpecentes, em 1961. No Brasil, desde a chegada dos portugueses a cannabis era considerada um símbolo de riqueza, por exemplo, em 1783, Portugal alojou no Brasil a "*Real Benfeitoria de Linho Cânhamo*" para atender a demanda internacional de produtos feitos com base nesta fibra. As primeiras fazendas foram acomodadas no sul do país e depois houve financiamento da Coroa para plantio de cannabis no Pará, Amazonas, Maranhão, Bahia e no Rio de Janeiro (CARNEIRO, 2005, p.17).

A cannabis no Brasil tem origem com a chegada dos colonizadores que a consideravam uma planta exótica, sendo consumida em forma de fumo por negros escravizados e em seguida cultivada por indígenas nativos.

Para Marques (2021), a repressão da Cannabis está enraizada à proibição dos hábitos de negros e pobres, sendo considerada uma criminalização racista. O autor cita como exemplo, os cigarros Grimault feitos com Cannabis Indica, que entre os anos de 1860 e 1920 eram vendidos no Brasil como tratamento para problemas respiratórios, insônia e tuberculose, sendo constantemente pauta dos jornais da época.

A partir de 1950, com o advento dos meios de comunicação, a maconha passou a ser ainda mais associada à delinquência, sendo estimulado o estigma. Na década de 1960, seu uso ganhou novos significados, sendo associado a um estilo de vida alternativo, chegando até a classe média urbana e marcado por movimentos como a Marcha da Maconha, que tem como objetivo realizar uma manifestação pacífica em prol da legalização da cannabis (FELIX, 2021).

Em 2011, o programa Fantástico, da Rede Globo, chegou a televisionar uma enquete sobre a regulamentação da maconha no Brasil, tendo a maioria dos votos favoráveis (MARQUES, 2021).

No Brasil, a Cannabis é proibida pela Lei de Drogas nº 11.343/2006 e seu uso medicinal entrou no rol de debates em 2014, quando uma encomenda internacional foi apreendida pela alfândega por conter óleo de Cannabis (CBD). Tratava-se do caso de uma criança, que foi a primeira paciente brasileira a fazer uso legal da Cannabis, com autorização judicial para importação do óleo, fazendo com que fosse criado movimento pela legalização da Cannabis medicinal no país (MARQUES, 2021).

Deste modo, o uso medicinal da Cannabis sativa vem desde 2014, sendo discutida e pesquisas como de Carvalho, et al., (2020), corroboraram os benefícios do canabidiol (CBD) e o tetraidrocanabinol (THC) no tratamento de várias doenças (RODRIGUES; LOPES; MOURÃO, 2021).

Ainda assim, a política de drogas vigente no país (Lei nº 11.343/2006) e pelo Sistema Antidrogas instituído pelo Decreto nº5.912/2006, proíbe o uso da cannabis e seus derivados, abrangendo plantio, cultura, colheita e a exploração.

Em 2015, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamentou apenas a importação do

canabidiol e em 2019 a produção e comercialização de medicamentos à base da planta, excluindo a liberação do uso recreativo (RODRIGUES; LOPES; MOURÃO, 2021).

## 2.5 A influência das notícias jornalísticas no cotidiano da sociedade

Notícias voltadas para o crime despertam a curiosidade na população e a mídia costuma explorar essa fragilidade humana estimulando a sensação de insegurança. A curiosidade pela narração de crimes acaba sendo uma das causas da nova cultura de violência, que acaba parecendo que faz parte do cotidiano (BAYER, 2013).

Pode a mídia ser considerada uma causadora da proliferação do medo na sociedade a partir de um aglomerado de imagens que a televisão transmite todos os dias para os lares familiares, sem que as pessoas sequer questionem a real veracidade dos fatos.

Vale ressaltar que o sensacionalismo estimula a violência devido a banalização a que os fenômenos da criminalidade são submetidos e porque os criminosos se tornam pessoas públicas de destaque, mesmo que de forma negativa (BARROS, 2015).

Para o autor, a manipulação intencional das emoções do público tem como objetivo formar a opinião, baseada em seus interesses, desencadeada pela imprensa sensacionalista. Existem argumentos por parte da imprensa que apenas transmitem a notícia dentro da realidade. Dependendo da forma em que a notícia foi transmitida, correta e neutra, não causa danos sociais.

Diante dos fatos, entende-se que o trabalho do jornalista deve ser quantitativo e qualificativo para que possa dar audiência. Com isso se vende mais, ou seja, a audiência aumenta, os jornais e revistas vendem mais exemplares e os acessos à internet são inúmeros. Portanto, o mundo gira em torno da notícia e do dinheiro, e que ambos devem trabalhar com responsabilidade.

## 3 MÉTODO

### 3.1 Fontes

Foram analisadas 31 matérias de um portal de grande relevância nacional – o G1. O Portal G1 tem como editora-chefe Cláudia Croitor, está no ar desde 2006 com o compromisso de levar notícias em tempo real com credibilidade e precisão, 24 horas por dia. Os sites afiliados ao G1 têm as mesmas seções e editorias e insere o seu conteúdo através do sistema CMA. Os vídeos são alocados em um sistema patenteado pela Rede Globo, o Ecoding Factory (EF) (FERREIRA, 2022).

### 3.2 Procedimentos de Coleta

Foram coletadas matérias que tinham as palavras “maconha” e “cannabis” como ponto central, publicadas durante o ano de 2022. A coleta do material foi realizada em meio digital, através de buscas em bancos de dados do jornal e restringiu-se às publicações que citavam no título um dos seguintes descritores: maconha e *cannabis*.

### 3.3 Procedimentos de Análise

O processo metodológico desta pesquisa consistiu-se em um levantamento bibliográfico de produções científicas, publicadas sobre os temas levantados neste estudo.

Quanto ao objeto desta pesquisa, foi selecionado o portal de notícias G1 (on-line), do Grupo Globo – maior conglomerado midiático do Brasil e da América Latina.

O recorte temporal das matérias (corpus) selecionadas para análise de notícias foi de janeiro a dezembro de 2022, tendo o buscador de notícias do g1 como fonte de pesquisa, usando as seguintes palavras-chave: “maconha G1” e “cannabis G1”.

Após a verificação de notícias relacionadas com a temática, foram coletadas 31 notícias, dentro do espaço temporal. Matérias que continham em suas manchetes outras substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas além da maconha foram excluídas.

A pesquisa não tem como objetivo fazer juízos de valor dos sujeitos pertencentes às notícias. Buscou-se distinguir como o emprego dos vocábulos “maconha” e “cannabis” presente em tais matérias contribuiu para a construção da representação social com conotação positiva ou negativa da maconha no Brasil.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 A Representação Social da maconha na mídia brasileira através de notícias do Portal G1

Observou-se no corpus, dentre as 31 notícias analisadas, a predominância da utilização da palavra “maconha” em comparação com a palavra “Cannabis”.

**Tabela 1 – Seleção Lexical em Matérias**

Léxico	Quantidade
Maconha	16
Cannabis	15
Total	31

**Fonte:** dados da pesquisa, adaptado de Gomes (2021)

Dentre as trinta e uma notícias organizadas e subdivididas em duas categorias – uso medicinal e a criminalização da maconha –, nota-se uma diferença na empregabilidade lexical.

Apenas em uma matéria foi utilizado o termo “maconha medicinal” para apresentar seu impacto em tratamentos medicinais.

A mudança lexical altera o significado das palavras, podendo ser constatado nas matérias analisadas quanto a empregabilidade dos vocábulos “maconha” e “cannabis”. Compreende-se, que a utilização da palavra ‘Cannabis’ causa um maior assentimento entre os leitores, ao contrário da palavra ‘maconha’, que é estigmatizada e com uma maior empregabilidade em notícias relacionadas ao crime.

**Tabela 2 – Conotação discursiva em Matérias**

Vocábulo	Matéria	Conotação
Maconha	Crime	Negativa
Cannabis	Medicinal	Positiva

**Fonte:** dados da pesquisa, adaptado de Gomes (2021)

As matérias selecionadas para formarem o corpus desta pesquisa foram divididas em duas categorias, sendo elas “criminalização” e “uso medicinal”.

#### **Categoria 1: Criminalização**

O conteúdo encontrado nesta categoria apresenta a relação direta entre a maconha e o crime. A maconha é aqui situada com palavras que denotam uma mercadoria ilegal, cultivada por criminosos, como exemplificado a seguir:

##### **•24 de agosto de 2022**

Em 24 de agosto de 2022, foi noticiado que uma plantação de Skank foi encontrada pela polícia na Zona Norte do Rio, enfatizando que as plantas contavam com luz de LED, irrigação e medição constante, resultando em uma prisão em flagrante e procura por um engenheiro químico que não estava no local.



Polícia encontra plantação de drogas dentro de uma casa em Piedade

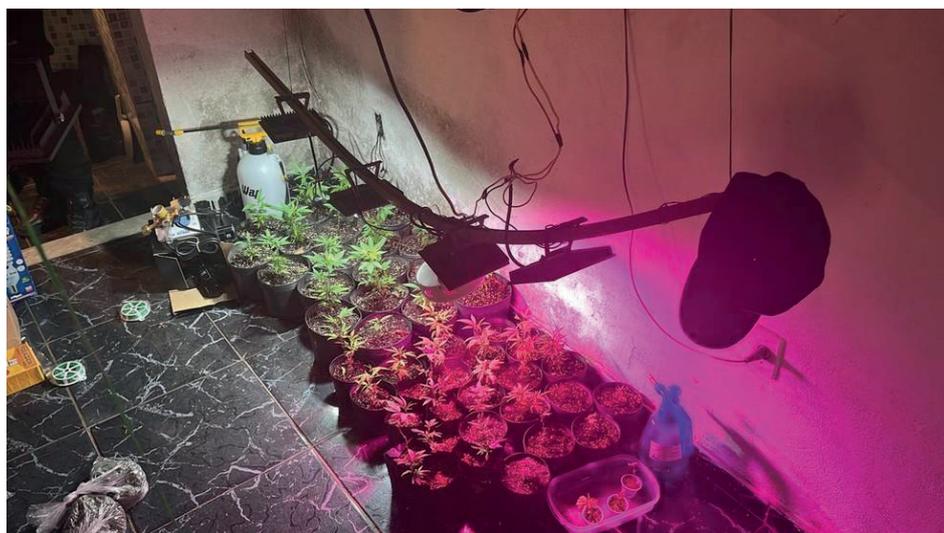
A Polícia Civil do RJ encontrou na manhã desta quarta-feira (24) **uma plantação de skank** dentro de uma casa em Piedade, na Zona Norte do Rio.

**Fonte:** <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/24/policia-encontra-plantacao-de-skank-em-casa-na-zona-norte-do-rio.ghtml>

### •15 de dezembro de 2022

Com a manchete intitulada “Polícia encontra estufa de maconha de facção criminosa no Alto da Boa Vista”, o G1 noticiou em 15 de dezembro de 2022, que policiais localizaram e desmontaram uma estufa de maconha em uma casa no Alto da Boa Vista. A matéria enfatiza os termos “criminosos” e “facção criminosa” ao longo de todo o texto.

*“Dentro da casa, os PMs encontraram dezenas de mudas de maconha e uma estrutura preparada para a produção da droga. Os criminosos utilizavam um sistema de refrigeração e ventilação no local”.*



**Fonte:** <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/12/15/policia-encontra-estufa-de-maconha-de-facao-criminosa-no-alto-da-boa-vista.ghtml>

### •24 de dezembro de 2022

Em 24 de dezembro de 2022, o g1 noticiou que a polícia militar apreendeu 730 pés de maconha, em Guaratuba, no litoral do Paraná, após uma denúncia anônima. A matéria destacava que uma estufa também funcionava como laboratório, resultando na prisão de três pessoas. Um dos acusados afirmou que cultivava a planta para fornecer à uma associação de tratamento com cannabis.



PM apreende 730 pés de maconha em Guaratuba — Foto: Polícia Militar

Fonte: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/12/24/pm-apreende-730-pes-de-maconha-em-guaratuba-tres-suspeitos-foram-presos.ghhtml>

## Categoria 2: Uso medicinal

Essa categoria reúne as formas de discurso da saúde e do uso terapêutico da maconha. Estão incluídas as matérias que trazem resultados de pesquisas no âmbito da ciência e da saúde. O conteúdo se relaciona aos efeitos terapêuticos do uso da maconha, ancorado no conhecimento científico, o que favorece a inserção da planta no âmbito da saúde.

É preciso observar que o vocábulo “cannabis” faz referências diretas ao uso medicinal da droga, dando ênfase a sua condição legal. Enquanto a palavra “maconha” é empregada em discursos voltados para a criminalização. Nesse sentido, a maconha é aqui classificada como *cannabis*, em referência à nomenclatura taxonômica da planta na biologia, como elucidado a seguir:

### •03 de agosto de 2022

O Programa Profissão Repórter apresentou histórias de pessoas que fazem uso da Cannabis medicinal, com a seguinte retranscrição:

*“Desmistificar para tratar: conhecida pela propriedade terapêutica, a erva tem sido utilizada no tratamento de doenças de difícil controle, como autismo e epilepsia”.*



Fonte: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/08/03/profissao-reporter-mostra-as-historias-de-quem-vem-optando-pelo-uso-da-cannabis-medicinal.ghhtml>

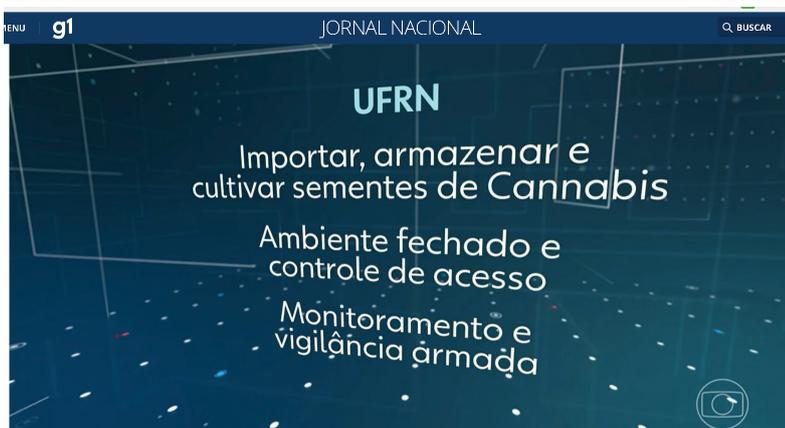
### •19 de dezembro de 2022

8

O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, noticiou que a Anvisa autorizou a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a importar, armazenar e cultivar sementes da cannabis, desde que obedecidos critérios de segurança para realização de pesquisas científicas.

A matéria destacou os critérios de segurança exigidos:

O plantio deverá ser em ambiente fechado, com acesso controlado de pessoas registradas; Todo o local será monitorado por vídeo, com vigilância armada em tempo integral.



Fonte: Jornal Nacional, G1 (2022).

### •19 de dezembro de 2022

Em 19 de dezembro de 2022, uma notícia veiculada pelo Programa Fantástico e veiculada no Portal g1, apontou o impacto do uso da maconha medicinal na vida de quem depende de tratamentos caros com a seguinte retranscrição:

*“STJ permitiu que três brasileiros plantem maconha para fins medicinais, e o Fantástico conversou com pesquisadores e com um dos pacientes que receberam a autorização”.*



Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/06/19/entenda-o-impacto-do-uso-da-maconha-medicinal-na-vida-de-quem-depender-de-tratamentos-caros.ghtml>

## CONCLUSÃO

Diante dos resultados encontrados, podemos chegar às seguintes considerações:

- Os resultados trabalhados parecem apontar para a construção da maconha, em dois universos de discurso: o crime e o uso medicinal.
- Notou-se o uso das palavras ‘maconha’ e ‘cannabis’ em assuntos distintos, concluindo que matérias com conotações negativas usam o termo “maconha” e por sua vez, as matérias de cunho medicinal e científico utilizavam a palavra “cannabis”.
- Cria-se um pânico por meio de reportagens utilizando o vocábulo “maconha” com representações sociais que levam o público a exigir cada vez mais políticas antidrogas mais enérgicas.
- A construção da representação social da palavra “maconha” na mídia possui conotação negativa, enquanto o emprego de “cannabis”, traz uma conotação positiva, induzindo ao leitor a aceitação medicinal e recusa ao uso recreativo da planta.

9

## REFERÊNCIAS

BARROS, I. L. Comunicação não violenta como perspectiva para a paz. **Ideias & Inovação**. Aracaju. V. 2. N.3. p. 67-76. set. 2015.

BAYER, Diego Augusto. **A Mídia, a reprodução do medo e a influência da política criminal**. In. Controvérsias Criminais: Estudos de Direito Penal, Processo Penal e Criminologia. Jaraguá do Sul. Letras e Conceitos. 2013.

BOACONHA BRASIL. **Os produtos químicos da maconha - THC, THCA, CBD e CBN.** 2014. Disponível em: <http://boaconha.com/index.php/318-os-produtos-quimicos-da-maconha-thc-thca-cbd-e-cbn.html>. Acesso: dez. 2022.

BURGIERMAN, D. R. A verdade sobre a maconha. **Superinteressante**, São Paulo, e. 179, p. 32- 40, ago., 2002.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: CARNEIRO, Henrique; VENANCIO, Renato Pinto (org.). **Alcool e drogas na história do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2005.

DÓRIA, José Rodrigues da Costa. **Os fumadores de maconha:** efeitos e males do vício In: BRASIL. Ministério da Saúde. Serviço Nacional de Educação Sanitária. **Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros.** Rio de Janeiro- RJ: SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITARIA, 2 Ed., 1986.

FELIX, A. G. Da S. **A Marcha Da Maconha Na Cidade De Campos Dos Goytacazes-RJ:** Participação Política, Ativismo e Espaço Público. Campos dos Goytacazes, 2021. 26 f.: il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) -Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2021.

FERREIRA, Alinne B. Jornalismo Factual: Uma Análise Da Cobertura Jornalística Do G1 No Caso Lázaro Barbosa, O Assassino Em Série De DF. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar o Saber.** São Paulo, v. 2, n. 1, jan-jun. 2022 DOI: 10.51473/rcmos.v2i1.307.

FOGAÇA, Jeniffer Rocha. **THC – Principal componente ativo da maconha.** 2016. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/quimica/thcprincipal-componente-ativo-maconha.htm>. Acesso: dez. 2022.

FRANCO, M. L. P. B. & Varlotta, Y. M. C. L. (2004). As representações sociais de professores do ensino médio. **Estudos em Avaliação Educacional**, 15 (30). Recuperado <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ae/arquivos/1013/1013.pdf> Acesso: dez. 2022.

GOMES, R. S. **A Maconha No Discurso Midiático:** Uma Análise De Discurso Em Notícias Do G1 E Do Jornal Estado De Minas. Trabalho de Conclusão de Curso bacharel em Jornalismo. Centro Universitário Internacional UNINTER. Três Pontas. 2021

HAGENBUCH, B. Os pioneiros. **Revista Superinteressante**, 2014.

JORNAL NACIONAL, UFRN será a 1ª instituição de ensino no Brasil a realizar pesquisas científicas com derivados de cannabis. **G1.** Dez, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/12/19/ufrn-sera-a-1a-instituicao-de-ensino-no-brasil-a-realizar-pesquisas-cientificas-com-derivados-de-cannabis.ghtml>. Acesso: dez, 2022.

MARQUES, Gabriel Faria. **O Direito À Isonomia E A Descriminalização Do Cultivo Da Cannabis Para Fins Medicinais:** Análise Do Papel Do Poder Judiciário A Partir Da Atuação Do Trf-1/Gabriel Faria Marques. – Inhumas: Fa-cMais, 2021. 74 f.: il.

MORAES, Paula Louredo. “**Maconha**”. *Brasil Escola*. 2016. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/drogas/maconha.htm>. Acesso em dez. 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Colorado já vende maconha para uso recreativo.** 2014. Disponível: <http://www.estado.com.br/noticias/internacional,colorado-ja-vende-maconha-para-uso-recreativo,1114282,0.htm>. Acesso: dez. 2022.

PAULINO, Debora. A cobertura jornalística da canábis em Portugal e na Letônia: uma análise comparativa a partir da imprensa de referência. **Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.** Mestrado, Comunicação e Media. Leiria, setembro de 2021.

PEREIRA, L. O cânhamo ou diamba e seu poder intoxicante. In: BRASIL. Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes. **Maconha:** coletânea de trabalhos brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1986. p. 45-65.

ROBINSON, R. **O Grande livro da cannabis:** o guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1999.

RODRIGUES, Ana Paula Lopes da Silva; Ivonete da Silva Lopes; Victor Luiz Alves Mourão. Ninguém está falando em liberação da droga”: ressignificação da maconha nos programas matinais das redes Globo e Record. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, e16910212344, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12344>.

SALO, de Carvalho. **A política criminal de drogas no Brasil:** estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06 [Recurso eletrônico]. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.